

An abstract artwork featuring a textured background of yellow, green, and brown. Overlaid on this are several large, irregular shapes in bright red and black, which appear to be layered or painted over the background. The overall effect is one of depth and complexity, with the red and black shapes standing out prominently against the mottled background.

O NIKKEI NO BRASIL

Kiyoshi Harada Coordenador

5ª Edição

Edição comemorativa
dos 115 anos de Imigração

5ª Edição

2023

O Nikkei no Brasil

Kiyoshi Harada Coordenador

Edição comemorativa
dos 115 anos de Imigração

Coedição:

Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social – Bunkyo
Instituto Brasil-Japão de Integração Cultural e Social

Coordenador:

Kiyoshi Harada

Colaboradores:

Aldo Shiguti, André Ryo Hayashi, Ângela Hirata, Décio Issamu Nakagawa, Kyoko Yanagida Nakagawa, Harumi Goya, Isidoro Yamanaka, Kazuo Watanabe, Kiyoshi Harada, Larissa Noguchi de Oliveira, Lili Kawamura, Masato Ninomiya, Massami Uyeda,, Nelson Fukai, Reimei Yoshioka, Renato Shimmi, Renato Tuneyasu Yamada, Roque Tsuguo Nishida, Sedi Hirano e Tuyoci Ohara.

Pesquisadores:

Agenor Nakazone, Armando Kihara, Coji Yanaguita, Choji Miyake, Eduardo de Mello, Elisabete Ferreira Sato Lei, Iurica Tanio Okumura, Jeová Ferreira Rocha, Julio Sadao Takamura, Liria Matsumoto Sato, Regina Komatsu, Roque Komatsu, Shigenari Tachibana, Tadayoshi Wada, Yoshio Kiyono e Yutaka Sanematsu.

Entrevistador:

Kiyoshi Harada

O Nikkei no Brasil - 5ª Edição

Data do fechamento desta edição:

Fevereiro 2023

Projeto Gráfico e diagramação:

Mari Minniti - Views Agência

Impressão:

Vox Gráfica

**SÃO PAULO
2023**

Capa: Carlos Kubo

Layout da capa: Views Agência

Coleta e pesquisa de fotos: Célia Abe Oi

Composição: Views Agência

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

O Nikkei no Brasil / coordenação Kiyoshi Harada. --
5. ed. -- São Paulo : Vox Grafica, 2023. --
(O Nikkei no Brasil ; 4)

Vários autores.

Vários colaboradores.

ISBN 978-65-992332-4-1

1. Brasileiros de origem japonesa - História
2. Imigração japonesa - Brasil - História
3. Imigrantes japoneses - Brasil 4. Japoneses -
Brasil - História I. Harada, Kiyoshi. II. Série.

23-147243

CDD-305.8956081

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Imigração japonesa : História
305.8956081

Henrique Ribeiro Soares - Bibliotecário - CRB-8/9314

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei no 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Decreto no 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

Impresso no Brasil. *Printed in Brazil.*



Esta edição é inteiramente patrocinada pela Fundação Kunito Miyasaka.

Minicurriculo do Coordenador



KIYOSHI HARADA, nascido a 1º de maio de 1941, natural de Marília, Estado de São Paulo, filho de Unzo Harada e de Momoe Harada, ambos originários de Kumamoto, Japão. É bacharel pela Faculdade de Direito da USP, especialista em Direito Tributário e Ciências das Finanças pela mesma Faculdade e Mestre em Processo Civil pela UNIP. É jurista com 42 obras publicadas dentre as quais *Direito financeiro e tributário* na 31a. edição.

1. Professor de Direito Administrativo, Financeiro e Tributário nos cursos de pós-graduação em várias instituições de ensino superior.
2. Acadêmico Perpétuo da Academia Paulista de Letras Jurídicas – APLJ – ocupando a cadeira nº 20, cujo patrono é Ruy Barbosa Nogueira.
3. Acadêmico da Academia Paulista de Direito – APD – ocupando a cadeira nº 59, cujo patrono é Antonio de Sampaio Dória.
4. Acadêmico e vice-presidente da Academia Brasileira de Direito Tributário – ABDT – ocupando a cadeira nº 7, cujo patrono é Bernardo Ribeiro de Moraes.
5. Parecerista em matéria de Direito Público.
6. Sócio fundador do escritório Harada Advogados Associados.
7. Conselheiro do Conselho Superior de Direito da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo – Fecomércio.
8. Ex-conselheiro do Conselho Superior de Estudos Jurídicos e Legislativos da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp.
9. Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos de Direito Administrativo, Financeiro e Tributário – IBEDAFT.
10. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Municipal – IBDM.
11. Membro da Asociación Interamericana de la Tributación, com sede em Rosário, Argentina.
12. Membro da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra.
13. Membro da Comissão Julgadora Permanente de Licitações do Departamento Hidroviário do Estado de São Paulo na condição de representante da sociedade civil.
14. Membro da Câmara de Arbitragem da Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

15. Membro da Rede Internacional de Excelência Jurídica, ibnde exerce o cargo de Cônsul da Cidade de São Paulo.
16. Membro da Comissão de Desapropriação do Instituto dos Advogados de São Paulo.
17. Membro do Conselho Superior de Apoio e Orientação da Sociedade Brasileira de Cultura Brasileira e de Assistência Social – Bunkyo.
18. Vice-presidente da Associação Latino-Americana de Ex-Bolsistas do Ministério de Negócios Estrangeiros do Japão – Gaimusho – tendo sido seu Presidente no biênio 2014-2016.
19. Autor de 43 obras publicadas por diferentes Editoras e coautor de 58 obras coletivas.
20. Membro da Comissão Editorial das principais revistas jurídicas da Capital.
21. Autor de mais de 700 artigos, monografias e pareceres publicados em diferentes revistas e boletins jurídicos e em jornais de grande circulação.
22. Ex-secretário-geral do Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP – e seu conselheiro por vários mandatos.
23. Ex-diretor da Escola Paulista de Advocacia do IASP.
24. Ex-secretário-geral do Instituto de Direito Comparado Brasil-Japão por 20 anos consecutivos, um de seus fundadores e atualmente um de seus conselheiros.
25. Ex-diretor do Departamento de Desapropriações da Prefeitura Municipal de São Paulo por duas vezes.
26. Ex-procurador chefe da Consultoria Jurídica do Município de São Paulo.
27. Ex-vice-presidente da Associação dos Procuradores do Município de São Paulo e ex-diretor orador.
28. Presidente honorário da Comissão Jurídica da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social – Bunkyo.
29. Ex-presidente do Conselho Deliberativo da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social – Bunkyo – por três mandatos consecutivos.
30. Ex-membro da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB/SP.
31. Ex-membro da Comissão de Precatórios da OAB/SP
32. Ex-integrante da banca de examinadores da OAB/SP.
33. Ex-presidente da Associação Brasileira de Ex-Bolsistas do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão – Gaimusho – e seu Diretor Cultural por vários mandatos consecutivos.

35. Coordenador-geral da obra coletiva Bunkyo 60 anos: passado presente e futuro. São Paulo, 2015.
36. Coordenador-geral da obra coletiva Intercâmbio cultural Brasil-Japão. São Paulo, 2016.
37. Coordenador-geral da obra coletiva 21 Anos Consecutivos da Associação Latino-Americana de Ex-Bolsistas do Gaimusho. São Paulo, 2017.
38. Em janeiro de 2008, foi agraciado com o Prêmio Mario Osassa pela Associação Brasileira de Ex-Bolsistas do Gaimusho.
39. Em julho de 2011, recebeu o título de Cidadão Paulistano pela Câmara Municipal de São Paulo.
40. Em janeiro de 2013, foi agraciado com a Medalha Infante Don Henrique, no Porto, Portugal.
41. Em dezembro de 2015, recebeu o Diploma de Honra ao Mérito do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão.
42. Em outubro de 2016, foi agraciado com a Medalha de Mérito pela Academia Brasileira de Ciências, Arte, História e Literatura – Abrasci.
43. Em janeiro de 2018, recebeu o Diploma de Mérito Jurídico Internacional e a Medalha de Honra Cesare Beccaria pela Rede Internazionale Di Eccellenza Giuridica e Istituto Diplomazia Europea e Sudamericana, em Milão – Itália –, na condição de patrono do XV Encontro Internacional de Juristas, que reuniu juristas da Argentina, Brasil, Espanha, Itália e Portugal.
44. Em agosto de 2018, recebeu a comenda Kasato Maru, outorgada pela Comissão para Comemoração dos 110 anos de Imigração Japonesa no Brasil.
45. Em 18-2-2020 foi condecorado pelo governo do Japão com a outorga da comenda Ordem do Sol Nascente, com Raios e Ouro e Laço.
46. Em 17-12-2020 foi homenageado pela Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social com o diploma de gratidão por ter exercido por três mandatos consecutivos o cargo de Presidente do Conselho Deliberativo da entidade.

 kiyoshi@haradaadvogados.com.br

 www.haradaadvogados.com.br

Minicurrículo do Subcoordenador



ROBERTO YOSHIHIRO NISHIO, nascido a 10 de julho de 1943. É natural de Assaí, Paraná, casado e é bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, turma de 1969.

Atividades voluntárias atuais:

1. Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social – Bunkyo:
 - Membro licenciado do Conselho Deliberativo;
 - 1º Diretor Vice-Presidente;
 - Presidente do Comitê de Relacionamento;
 - Presidente da Comissão Jurídica;
 - Vice-Presidente da Comissão de Administração do Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil.
2. Presidente da FUNDAÇÃO KUNITO MIYASAKA;
3. Presidente do INSTITUTO BRASIL-JAPÃO DE INTEGRAÇÃO CULTURAL E SOCIAL;
4. Membro e Secretário do Conselho Superior da ALIANÇA CULTURAL BRASIL-JAPÃO;
5. Membro e Secretário do Conselho Deliberativo da SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ – HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ;
6. Membro do Conselho Deliberativo do INSTITUTO DE DIREITO COMPARADO BRASIL-JAPÃO;
7. Membro do Conselho Deliberativo da ASSOCIAÇÃO NAGUISA DE CULTURA E BENEFICÊNCIA;
8. Diretor Vice-Presidente da ASSOCIAÇÃO NIKKEY DE GOLFE DO BRASIL.

Atividades profissionais exercidas:

1. Diretor Executivo da COMPANHIA AMÉRICA DO SUL CRÉD. FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO CREASUL;
2. Diretor Gerente do BANCO AMÉRICA DO SUL S.A.

Atividades Associativas exercidas:

1. Secretário Geral da ASSOCIAÇÃO PARA COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL - 2008;
2. Membro da COMISSÃO EXECUTIVA PARA A COMEMORAÇÃO DOS 110 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL – 1918;
3. Presidente do GUARAPIRANGA GOLF & COUNTRY CLUB –2007/2008 e 2008/2009.

Títulos honoríficos:

Comenda ORDEM DO SOL NASCENTE, RAIOS DE OURO E PRATA - Condecorados de Outono pelo Governo do Japão, em Cerimônia realizada na Residência Oficial do Sr. Cônsul Geral do Japão em São Paulo, presidida pelo Cônsul Geral YasushiNoguchi, e também no Salão Nobre da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social – Bunkyo, ambas realizadas no dia 6 de dezembro de 2018.

CIDADÃO PAULISTANO – Título concedido pela Câmara Municipal de São Paulo, através do Decreto Legislativo 42/2018, de 20.06.2018, Vereador Proponente: Aurélio Nomura. A Sessão Solene de entrega do Título de Cidadão Paulistano, foi presidida pelo Vereador Aurélio Nomura e realizada no Parque Ecológico Imigrantes e presidida, no dia 4 de maio de 2019.

DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO – Diploma que me foi conferido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, senhor Fumio Kishida, em 5 de novembro de 2015, em celebração aos 120 anos do estabelecimento das Relações Diplomáticas entre o Japão e o Brasil.

PRÊMIO MARIO OSASSA – Prêmio que me foi outorgado pela Diretoria da Associação Brasileira de Ex-Bolsistas do GAIMUSHO, em solenidade virtual quando da realização do 17º Encontro Latino Americano dos Gaimusho Kenshuseis, em 05 de novembro de 2020.

Carlos Kubo



Carlos Kubo é nissei, nascido em Lins-SP e atualmente residente na cidade de Londrina-PR. Formou-se em Publicidade pela Escola Panamericana, em 1976 e formou-se também, em Artes Plásticas pela Faculdade de Belas Artes de São Paulo, em 1979. Mesmo tendo pais japoneses Kubo considera-se um típico brasileiro. Seus trabalhos são visivelmente influenciados pelas suas raízes japonesas e também pela experiência de vida no Brasil. O artista tem plena consciência da importância destes dois mundos completamente distintos que sempre fizeram parte da sua vida e com o passar dos anos conseguiu condensar e transportar para a pintura estas duas culturas e a sua verdade, transformando-

-as em uma linguagem única e universal, demonstrando que a arte não tem fronteiras, encontrando nesta a sua harmonia e o seu equilíbrio, a ponto de quando nos deparamos com uma obra do artista é quase impossível distinguirmos uma linha divisora entre o oriente e o ocidente.

E após mais de 40 anos de dedicação às artes e detentor de vários prêmios nacionais e internacionais, Kubo só tem um sentimento: a gratidão por tudo e por todos.

Principais exposições

- Solo Exhibition: Lay Art Space, Tokyo - Japan ▪ In Tokyo sets up the Shinjuku Studio ▪ Solo Exhibition: Show Room Igrek Gallery, Tokyo - Japan ▪ Solo Exhibition: Lay Art Space, Tokyo - Japan (second time)
- Solo Exhibition: O'Seiryu Gallery, Osaka - Japan ▪ Solo Exhibition: International Flower Fair, Osaka - Japan ▪ Invited to represent São Paulo at Expo 90 Osaka, Osaka - Japan ▪ Japan Group Exhibition: Museum of Ueno, Tokyo - Japan ▪ Research on Shii-Saa Okinawa Island Japan ▪ Wins the Governor Prize, Osaka - Japan ▪ Takes part in a work of the "Greece" Panel 300x600cm, at the Japan Golf Club - Japan
- Solo Exhibition: J.T. Plaza, Naha, Okinawa - Japan ▪ Solo Exhibition: Ibirapuera Center, São Paulo - Brasil ▪ Solo Exhibition: Japanese American Cultural and Community Center Los Angeles - USA ▪ Solo Exhibition: L.A. Convention Center Los Angeles - USA ▪ Group Exhibition: Artexpo Las Vegas "The Sands Expo & Convention Center, Las Vegas - USA ▪ Solo Exhibition: Jockey Club de São Paulo - Brazil ▪ Solo Exhibition: Ita Galeria de Arte, Foz de Iguaçu - Brasil ▪ Solo Exhibition: Centro Cultural Brasil - Estados Unidos, Santos - Brazil ▪ Group Exhibition: Espaço Cultural Latino Americano de Artes, Buenos Aires - Argentina ▪ Group Exhibition: Museu da Imagem e do Som, São Paulo - Brasil ▪ Group Exhibition: Org. dos Estados Americanos de Artes, Buenos Aires - Argentina ▪ Solo Exhibition: Galeria Bric a Brac, São Paulo - Brasil ▪ Group Exhibition: Paço das Artes Cidade Universitária, São Paulo - Brasil ▪ Group Exhibition: Abney Gallery Soho, New York - USA ▪ Group Exhibition: Contemporary Brazilians Artists - Creative Arts Guild Dalton, Georgia - USA ▪ Group Exhibition: "South America Art Exhibition", Okayama - Japan ▪ Group Exhibition: "South America", Sapporo - Japan ▪ Painel 200x500cm, Painel "Diálogo pela Vida", Sokagakai, Rio de Janeiro - Brasil ▪ Solo Exhibition: INFRAERO Space, Guarulhos Airport, Guarulhos -

Brasil ▪ Solo Exhibition: Londrina/Maringá, Paraná - Brasil ▪ Solo Exhibition: Blue Tree Park de Lins, São Paulo - Brazil ▪ Solo Exhibition: Spectrum Miami, Miami - USA.

Coleções no exterior

England, Argentina, Chile, Peru, Belgium, Israel, Germany, USA (Los Angeles, Las Vegas, Miami, Dallas, New York, New Jersey, Michigan, Arizona, New Orleans), Japan (Nishinomiya, Osaka, Naha (Okinawa), Tokyo, Kobe)

Atualização das principais produções e honrarias de 2017 até 2022

- 2022 Elaboração e entrega das obras “Kitaro I e Kitaro II - Portraits by Carlos Kubo”, ao famoso músico japonês Kitaro, em Los Angeles - CA - EUA, em março de 2022.
- 2021 Elaboração e apresentação do Projeto “Sinestesia”, onde interpretou e pintou 1 quadro para cada música do disco “Sinestesia”, de Roney Marczak & Gonçalo Rebelato, em Londrina - PR, novembro de 2021.
- 2019 Instalação do Painele “Londrina by Carlos Kubo”, em giclée sobre tecido, nos muros da cidade de Londrina, com um total de 624m2, a convite da Secretaria Municipal de Cultura de Londrina e da ACESF, em dezembro de 2019.
- 2019 Foi convidado, pelos organizadores do evento, a elaborar e entregar pessoalmente retratos dos artistas japoneses Kitayama Takeshi e Saburo Kitajima, durante a turnê no Brasil, em setembro de 2019.
- 2019 Instalação do Painele, em giclée sobre tecido e de duas esculturas, em chapas de aço, da série “1000 Tsurus by Carlos Kubo”, no Pavilhão das Artes do Riocentro, Rio de Janeiro - RJ, em agosto de 2019.
- 2019 Elaboração e entrega da obra “Ryu Mizuno Portrait by Carlos Kubo” à família Hasegawa, proprietários do Café Paulista (fundado pelo pai da imigração Japonesa no Brasil - Ryu Mizuno), em Ginza, Toquio - Japão, em julho de 2019.
- 2019 Elaboração e entrega das obras “Kengo Kuma Portraits by Carlos Kubo”, ao famoso arquiteto japonês Kengo Kuma, em Toquio - Japão, em julho de 2019.
- 2019 Exposição individual “Spirit of Zico by Carlos Kubo”, no Kashima Antlers Museum, em Kashima, Ibarakai - Japão, em julho de 2019.
- 2019 Foi convidado para elaborar e instalar uma escultura em homenagem ao pai da imigração Japonesa no Brasil, Ryu Mizuno, no Largo da Pólvora, Liberdade, São Paulo, em Junho de 2019.
- 2019 Foi convidado, pelos organizadores do evento, a elaborar e entregar pessoalmente retratos dos artistas japoneses Miyama Hiroshi, Matsumae Hiroko e Nakamura Hitomi, durante a turnê no Brasil, em Junho de 2019.
- 2018 Exposição individual no Kyoto HBS Museum, em outubro de 2018, Kyoto, Japão.
- 2018 Elaboração e doação de 02 esculturas, em chapas de aço, da série “1000 Tsurus by Carlos Kubo” (nos 0001 e 0002) e instalação no Calçadão Central de Londrina – PR, em setembro de 2018.
- 2018 Autor da capa do livro “Parque do Japão – Maringá – PR / Um cartão postal do Brasil”, do autor Dirceu Herrero Gomes, em setembro de 2018.
- 2018 Convidado, pela comunidade nikkey de Londrina-PR, a elaborar uma obra que representasse os 110 anos da imigração Japonesa no Brasil e entregar pessoalmente à Princesa Mako de Akishino, durante sua visita ao Brasil, em julho de 2018.

- 2018 Exposição individual durante as comemorações do “Imim 110” a convite das prefeituras de Londrina e Nishinomiya (Japão), realizado na cidade de Maringá – PR, em julho de 2018.
- 2018 Exposição da obras “Ryo Mizuno Portrait” na exposição “Ryo Mizuno, o pai da imigração Japonesa no Brasil”, na Secretaria de Estado da Cultura, em Curitiba – PR, em julho de 2018.
- 2018 Foi convidado para elaborar e entregar pessoalmente uma obra de arte ao Embaixador do Japão no Brasil, Sr. Akira Yamada, em sua primeira visita oficial ao Norte do Paraná, na ACEL, Londrina, em janeiro de 2018.
- 2017 Autor da capa do livro “21 anos consecutivos da Associação Latino-Americana de ex-bolsistas de Gaimusho”, sob coordenação geral o Sr. Kiyoshi Harada, em novembro de 2017.
- 2017 Recebe o título de Cidadão Honorário de Londrina, em 01.09.17, de acordo com a Lei Municipal no 12.556, Projeto de Lei no 139/2017, de autoria do Presidente da Câmara de Vereadores de Londrina, Sr Mario Hitoshi Neto Takahashi e sancionada pelo Prefeito de Londrina, Sr Marcelo Belinati Martins.
- 2017 Exposição individual na Embaixada do Brasil em Tóquio e no Akasaka Civic Center, em maio de 2017, Tóquio, Japão.

Endereço eletrônico

 kubostudio@hotmail.com

 www.carloskubo.com.br

 @carloskubopaintings

 carlos_kubo



Mensagem do presidente da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social - Bunkyo

Sempre atento às mudanças na comunidade nipo-brasileira, o jurista Kiyoshi Harada, mais uma vez, nos brinda com a atualização do livro “O Nikkei no Brasil”.

A obra, agora em sua 5ª edição, traz a cada publicação, a inserção de novas informações aos capítulos e/ou são criados novos capítulos, gerando um processo contínuo de atualização.

Trata-se de um precioso (e sempre atual) documento sobre a atuação da comunidade nipo-brasileira que só tem se viabilizado graças à incansável dedicação do coordenador Harada. Ele não só acompanha as mudanças em diferentes setores de atividades envolvendo os nipo-descendentes, bem como cuida do contato com autores para produção de novos capítulos ou ele próprio assume a redação.

Depois de enfrentar dois anos de restrições sanitárias impostas pela pandemia, em 2022 retomamos as atividades em nossas entidades. Nesse tempo, o Bunkyo, por meio das reuniões *online*, acompanhou ao lado dos diretores regionais, os desafios das entidades de diferentes locais do país para enfrentar essa grave crise.

Nesse cenário, uma das alternativas foi recorrer à tecnologia digital que permitiu “criar” novos eventos e manter, de certa forma, a nossa comunicação e até nos aproximar e fortalecer laços com entidades e lideranças de localidades geograficamente muito distantes.

Acredito que criamos novos relacionamentos, fortalecemos nossa convivência com a geração dos mais jovens (que foram nossos orientadores ao mundo digital), parece que aspiramos novos ares e nos enchemos de coragem para aceitar e abrir caminhos cheios de novidades!

Tenho a sensação que iniciamos uma nova fase na trajetória de nossas entidades, inclusive algumas saem fortalecidas desse processo gerado pela pandemia, outras fatalmente acabarão fechando suas portas.

Nesse cenário, cresce de importância obras como “O Nikkei no Brasil” que fazem o papel de referência das raízes da comunidade que não pode virar as costas para a trajetória histórica de seus ancestrais. Parabéns ao jurista Kiyoshi Harada por mais este primoroso serviço em prol da memória da comunidade nipo-brasileira.

Renato Ishikawa

Presidente



Mensagem do Embaixador do Japão no Brasil por ocasião do lançamento da 5ª edição

Mensagem de Congratulação

Gostaria de parabenizar pelo lançamento da 5ª edição de “O Nikkei no Brasil” no memorável ano de 2023, quando celebramos os 115 anos da Imigração Japonesa no Brasil.

Desde o início da imigração japonesa ao Brasil, em 1908, os imigrantes e seus descendentes vieram ultrapassando vários desafios. E eles contribuíram sobremaneira para o desenvolvimento do Brasil, no setor agrícola, bem como nas esferas política, econômica e cultural, e conquistaram uma inabalável confiança dos brasileiros.

Nos dias atuais, não é possível pensar na forte confiança e simpatia pelo Japão e pelos japoneses que vemos no Brasil, sem considerar os esforços e as contribuições dos imigrantes japoneses e seus descendentes ao longo dos anos. Acredito que esta confiança e simpatia são as bases destas excelentes relações nipo-brasileiras. Eu, pessoalmente, tive diversas oportunidades de me relacionar com a comunidade nipo-brasileira no Brasil, e gostaria de expressar reiteradamente minhas sinceras reverências e agradecimentos a esses esforços e contribuições de todos.

Para que as próximas gerações possam continuar o desenvolvimento de forma sustentável, é importante conhecer sua origem e a história da comunidade e não deixar de registrar os acontecimentos futuros. Desejo que muitas pessoas leiam esta obra “O Nikkei no Brasil” e conheçam os esforços e contribuições dos nikkeis para o desenvolvimento do Brasil.

Para concluir minhas palavras, nesta oportunidade em que celebramos os 115 anos da Imigração Japonesa no Brasil, faço votos cada vez maiores de desenvolvimento e prosperidade à Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social e à comunidade nipo-brasileira.

Outubro de 2022

Hayashi Teiji

Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Japão no Brasil



Mensagem do Presidente do Senado Federal

“Kasato Mru e os 115 anos da Imigração japonesa no Brasil: de heróis anônimos a próceres nacionais”.

Rodrigo Pacheco

Presidente do Senado Federal



Mensagem do deputado federal Luiz Nishimori, Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Japão

Com grande honra e satisfação parabenizo o lançamento da 5ª edição do livro *O Nikkei no Brasil*, parabenizo o coordenador, Kiyoshi Harada, por manter viva toda história e trajetória da comunidade nipo-brasileira no país, e parabenizo também todos os colaboradores que ajudaram na construção desta belíssima obra.

É motivo de muito orgulho e gratidão transmitir às futuras gerações todo o caminho percorrido por nossos imigrantes no Brasil. Uma história de sonhos, esperança e muita dedicação. Com muita resiliência e empenho conseguiram superar todas as dificuldades e, hoje, temos a comunidade nikkei perfeitamente integrada com a sociedade brasileira.

Sinto muita alegria em ver a trajetória de sucesso de tantos nikkeis em nosso país, médicos, engenheiros, empresários, professores e em todas as áreas profissionais. A chegada de nossos imigrantes também transformou de forma significativa nossa agricultura e tecnologia.

Ao comemorar os 115 Anos da Imigração Japonesa no Brasil, também celebramos todo o sucesso da relação bilateral entre as duas nações. Um forte laço de amizade e diplomacia que proporcionou bons projetos para os dois países.

Uma parceria que proporcionou intercâmbio cultural, científico, educacional, tecnológico e econômico entre o Brasil e o Japão.

Mais uma vez parabenizo todo o trabalho e contribuição para a preservação e difusão dessa linda trajetória.

Luiz Nishimori

Deputado Federal



Mensagem do Cônsul Geral do Japão em São Paulo Ryosuke Kuwana

É com imensa alegria e gratidão que cumprimento o Dr. Kiyoshi Harada e todos os colaboradores pela publicação desta quinta edição do livro *O Nikkei no Brasil*.

Ao completar 115 anos da imigração japonesa ao Brasil, a comunidade nikkei e a sociedade brasileira merecem, sem dúvida, o lançamento de uma nova edição desta obra. Rememorar as motivações da imigração, os inúmeros obstáculos superados pelos imigrantes pioneiros, sua integração à sociedade brasileira e os caminhos percorridos por seus descendentes é uma forma de registrar – para as gerações futuras e

para o processo de formação histórica do Brasil – as contribuições contínuas da valorosa comunidade nikkei para o progresso social e econômico do Brasil.

Além de uma preservação da memória histórica, este livro tem a virtude de contar como este país multicultural se tornou o lar da maior comunidade japonesa no exterior, mesmo nossos países estando nos opostos geográficos do globo; além de demonstrar como a comunidade nipo-brasileira se tornou a pedra angular da centenária e frutífera amizade construída entre o Japão e o Brasil. É uma felicidade ainda maior que esta narrativa seja contada por alguns de seus agentes históricos, representantes da comunidade reconhecidos e respeitados em suas distintas áreas de atuação.

Através dos escritos do Dr. Harada e de seus convidados, pode-se então compreender o profundo respeito conquistado pela comunidade nikkei perante toda a sociedade brasileira, fruto do trabalho árduo e diário de seus membros. Da mesma forma, é possível entender as origens da admiração e carinho da população brasileira pela cultura japonesa nas suas mais diversas formas de expressão.

Portanto, desejo que muito além de um registro histórico, esta vasta e admirável obra seja uma inspiração e convite à atuação para as gerações que virão e permita-nos lançar um olhar propositivo sobre o futuro da comunidade Nikkei e das relações entre Japão e Brasil.

Finalizo minha breve congratulação expressando o profundo respeito a todos os envolvidos na organização de mais esta edição de *O Nikkei no Brasil* e reitero a disposição do Consulado Geral do Japão em São Paulo em seguir trabalhando junto a todos em prol da prosperidade da comunidade nikkei e das relações nipo-brasileiras.

Ryosuke Kuwana

Cônsul-Geral do Japão em São Paulo



Mensagem Vereador Aurélio Nomura

O livro *Nikkei no Brasil* que chega à 5ª edição é uma obra coletiva fundamental sobre os 115 anos de história dos japoneses no Brasil e uma referência sobre a comunidade nikkei e seus personagens – ou seja, os descendentes dos imigrantes que um dia chegaram a este País com a intenção de retornar à terra natal, mas acabaram por construir em terras brasileiras um legado reconhecido pelo trabalho, pela

honradez, resiliência e pela importância à educação dos filhos.

São esses ensinamentos que os nikkeis assimilaram e levaram adiante, passando a se destacar nas mais diversas áreas do conhecimento humano, galgando posições de destaque em todos os setores da sociedade e contribuindo de forma decisiva para a formação sociocultural do Brasil.

Essa comunidade, composta por descendentes de grande capacidade profissional, intelectual e cultural foi e continua sendo o principal elo para o intenso relacionamento entre o Brasil e o Japão, e que tem resultado em benefícios para ambos os países.

Nós, filhos, netos e bisnetos de imigrantes japoneses no Brasil, temos o grande orgulho de ser herdeiros dessa verdadeira saga escrita por nossos pais, avós e bisavós em terras brasileiras e temos o importante compromisso de passá-la adiante para as novas gerações.

Aurélio Nomura

Vereador

Discurso de agradecimento

Proferido por Kiyoshi Harada pelas homenagens prestadas ao Centenário da Imigração Japonesa no Brasil pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil durante o encerramento da XX Conferência Nacional dos Advogados, no dia 15-11-2008, na cidade de Natal (RN).



Exmo Senhor Presidente do Conselho Federal da OAB, Dr. Cezar Britto,
Exmo Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente do Congresso Nacional,
Exmo Senhor Dep. Arlindo Chinaglia, Presidente da Câmara dos Deputados,
Exmo Senhor Tarso Genro, Ministro da Justiça, representando o Exmo Senhor Presidente da República,
Exma Senhora Wilma Maria de Faria, Governadora do Estado,
Exmos Senhores Advogados representantes de delegações estrangeiras,
Demais autoridades que compõem a ilustrada mesa
Senhores advogados e advogadas.

Quero em meu nome, em nome da coletividade nipo-brasileira e em nome dos demais homenageados, agradecer profundamente a honraria que nos é outorgada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, em comemoração ao Centenário da Imigração Japonesa no Brasil.

Devo confessar que esta não é a primeira homenagem que o E. Conselho Federal da OAB presta ao Centenário da Imigração Japonesa. No dia 9 de junho passado, eu, o Min. Massami Uyeda, o Min. Fernando Eizo Ono, o Embaixador do Japão no Brasil, Sr. Ken Shimanouchi e diversas outras personalidades locais estivemos presentes em Brasília, no Centro Cultural Evandro Lins e Silva, quando o Presidente Cezar Britto, em nome de todos os advogados do Brasil, prestou uma homenagem especial à comunidade nikkei, que muito enriqueceu os festejos comemorativos em curso, em âmbito nacional. Na ocasião, fizemos o lançamento do livro *O nikkei no Brasil*, uma obra coletiva sob nossa coordenação, que retrata a saga da imigração japonesa, desde os antecedentes históricos até a realidade dos dias atuais, em que os nikkeis têm uma atuação positiva no cenário nacional, no âmbito dos três Poderes da República. Isso só foi possível, senhoras e senhores, porque o Brasil, um país multicultural e multirracial, acolheu os imigrantes japoneses de braços abertos, propiciando a eles e seus descendentes, de forma justa e democrática, todas as oportunidades para a ascensão social e econômica, baseada exclusivamente no esforço de cada um. Foi assim que os nikkeis passaram dos cafezais e arrozais para o exercício de cargos e funções relevantes nas esferas pública e privada.

Para encerrar, Sr. Presidente, queremos ressaltar que esta homenagem que hoje recebemos reveste-se de uma importância ímpar por duas razões básicas: primeiramente, porque ela é prestada por uma instituição jurídica, permanentemente voltada para a defesa da sociedade civil, na medida em que ela tem por finalidade a defesa da ordem jurídica, do Estado Democrático de Direito, dos Direitos Humanos, da Justiça Social e a missão de pugnar pela boa aplicação das leis, além da defesa intransigente das prerrogativas profissionais do advogado. Lembro-me que nos dias sombrios da Ditadura Militar, a OAB era uma das poucas vo-

zes que se levantavam contra o arbítrio, exigindo o retorno ao Estado de Direito. A segunda razão, que nos envaidece e valoriza sobremaneira as homenagens recebidas reside no fato de que elas acontecem durante a XX Conferência Nacional dos Advogados, perante um público tão seletivo e qualificado, para discutir e debater, nesta acolhedora cidade de Natal, os temas da maior relevância e atualidade, a maioria deles ligada à Democracia, Justiça e Cidadania, a tríade inseparável que representa os valores fundamentais incorporados na Constituição cidadã de 1988, integrando o núcleo protegido por cláusulas pétreas. Temos a certeza absoluta de que ao final deste Evento, a Constituição cidadã de 1988, acoimada de mero documento ou de simples modelo por alguns jejunos em Direito, sairá fortalecida.

Daí a nossa satisfação em receber a tão significativa e carinhosa homenagem prestada pelos advogados do Brasil inteiro, certamente, para a comunidade nipo-brasileira, aqui representada por alguns de seus membros, que atuam na área do Direito.

O discurso não seria completo se deixássemos de consignar os nossos agradecimentos ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, aqui representado pelo Ministro da Justiça, Tarso Genro, por ter editado Decreto alusivo à Comemoração do Centenário em âmbito nacional, bem como por ter instituído o Ano do Intercâmbio Brasil-Japão neste ano em que se comemora o Centenário da Imigração Japonesa no Brasil.

Muito obrigado a todos pela atenção dispensada.

Por economia de tempo, queremos aproveitar o ensejo para retribuir as homenagens que nos foram prestadas nas pessoas do Dr. Cezar Britto e do Dr. Vladimir Rossi Loureiro. E o faço em nome do Prof. Kokei Uehara, Presidente da Associação para Comemoração do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, entidade que coordena, em âmbito nacional, todos os festejos comemorativos do Centenário, entregando-lhes uma mensagem de agradecimento e de homenagem gravada em placa metálica. Peço ao Prof. Lúcio Flávio Joichi Sunakozawa que faça a entrega da placa ao Dr. Cezar Britto; peço que o Desembargador Nelson Hanada faça a entrega da outra placa ao Dr. Vladimir Rossi Loureiro. Muito obrigado a todos.

Voto de júbilo e congratulações da Câmara Municipal de São Paulo - RDS 0075/2008

-----Cópia autêntica. “REQUEREMOS, nos termos regimentais, seja consignado nos Anais desta Casa voto de júbilo e congratulações com o Prof. Dr. Kiyoshi Harada, coordenador da obra coletiva que analisa o fenômeno da imigração japonesa ao Brasil no livro “O nikkei no Brasil”, lançado no dia 15 de janeiro de 2008. REQUEREMOS, outrossim, seja dada ciência da ao prof. Dr. Kiyoshi Harada, na Rua Dr. Tirso Martins, 100, cj. 610, CEP 04120-050, Vila Mariana, São Paulo, SP. Sala das Sessões, 13 de fevereiro de 2008. (aa) Aurélio Nomura, Ademir da Guia, Agnaldo Timóteo, Arselino Tatto, Atílio Francisco, Aurélio Miguel, Beto Custódio, Carlos Apolinário, Carlos Neder, Celso Jatene, Claudete Alves, Claudinho, Eliseu Gabriel, Farhat, Gilson Barreto, Goulart, Jooji Hato, Jorge Borges, José Rolim, Juscelino Gadelha, Lenice Lemos, Mário Dias, Marta Costa, Natalini, Noemi Nonato, Senival Moura, Toninho Paiva e Ushitaro Kamia. DEFERIDO em 13-2-2008. (a) Adilson Amadeu.” Eu, Meire Kairalla, Assistente Parlamentar, extraí esta cópia fielmente do original. São Paulo, 19 de fevereiro de 2008. Confere: William di Giorge, Assistente Parlamentar, Supervisor de Finalização do Processo Legislativo, José Cristino Souza Santos, Supervisor de Finalização do Proc. Legislativo. Visto, Ângela Bordin Andreoni, Secretária de Apoio Legislativo da Câmara Municipal de São Paulo.



Prefácio à 5ª Edição

Edição comemorativa dos 115 Anos de Imigração Japonesa no Brasil

A primeira edição desta obra coletiva foi impressa pela Editora Atlas e lançada, no dia 15-01-2008, no Hall Monumental da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, em sessão solene presidida pelo Deputado Vaz de Lima, Presidente daquela Casa Legislativa, conferindo caráter oficial ao evento comemorativo do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil.

A segunda edição foi lançada no ano de 2009 pela mesma Editora Atlas, durante o jantar beneficente realizado nos salões do Clube Militar, no Ibirapuera. Toda a arrecadação provinda da vendagem dos livros foi destinada a Ikoi-No-Sono, Kibo-No-Iê, Kodomo-No-Sono e Yassuragui Home.

Essa segunda edição foi traduzida para o japonês sendo que ela se esgotou rapidamente.

A terceira edição foi impressa pela Cadaris Comunicações em 2013, ao ensejo comemorativo dos 105 anos da Imigração Japonesa.

A quarta edição, igualmente, impressa pela Cadaris Comunicações, ocorreu em 2018 para marcar a passagem de 110 anos da Imigração Japonesa no Brasil.

Por derradeiro, a 5ª edição foi preparada para comemorar a passagem dos 115 anos da Imigração Japonesa no Brasil que, superando todas as expectativas de autoridades e intelectuais brasileiros, floresceu de forma marcante e positiva, revolucionando a agricultura brasileira, sendo certo que seus descendentes (nisseis e sanseis) galgaram posições de destaque no cenário nacional, em todos os ramos do conhecimento humano, abrindo caminho para setores das atividades tidos como de difícil acesso para os filhos de imigrantes.

A contribuição dos Nikkeis foi e tem sido de tamanha importância para o fortalecimento da inteligência nacional que as autoridades das três esferas políticas (União, Estados e Municípios) se unem, anualmente, para lembrar publicamente a data comemorativa de Imigração Japonesa no Brasil, não bastasse a estrondosa comemoração do Centenário da Imigração que no ano de 2008 mobilizou, inclusive, os Três Poderes da República.

Esta edição dividida em 17 capítulos analisa as diversas fases da imigração em que foi desdobrada para fins didáticos, demonstrando a paulatina assimilação da cultura brasileira pelos imigrantes e seus descendentes e sua inserção na sociedade local. Inicialmente os nikkeis formavam núcleos coloniais, localizados mais ou menos distanciados da ampla sociedade brasileira, até chegar aos dias atuais em que seus descendentes, notadamente, nisseis e sanseis, ocupam posições relevantes no cenário nacional, contribuindo de forma ampla e positiva no fortalecimento da inteligência nacional.

A participação dos nikkeis no âmbito dos Três Poderes da República (Executivo, Judiciário e Legislativo) e nas três esferas políticas (União, Estados e Municípios), bem como no âmbito das instituições públicas e privadas e no exercício das mais diferentes profissões é descrita de forma bastante objetiva porque os textos foram escritos

pelos diferentes profissionais, conhecedores profundos dos capítulos que escreveram. A rápida ascensão social do nikkei, notadamente nas Forças Armadas, no setor de Segurança Pública, no vasto campo do Direito e nas Universidades, como exposto no capítulo 2 e Anexos, é simplesmente impressionante.

Sempre que revejo esta obra coletiva, escrita pelos próprios protagonistas dessa trajetória, a minha alma volta-se para o passado, para a infância e parte da juventude que passei no campo trabalhando na lavoura, no interior deste Estado. Lembro-me das dificuldades econômicas enfrentadas por meus pais para o sustento de uma família de nove membros e dos esforços por eles feitos para manter-me no curso ginasial e posteriormente custear meus estudos em São Paulo, nos primeiros meses de mudança do campo para a cidade. Descobri, posteriormente, que muitos dos meus amigos e colegas que hoje estão em posições privilegiadas tiveram o mesmo passado que eu. Daí porque, no final do item 2.2.2 deste livro, registramos o nosso “eterno preito de gratidão aos verdadeiros heróis anônimos – os pais, os irmãos e as irmãs mais velhos – que se sacrificaram nos sítios e nas fazendas, desenvolvendo o duro trabalho de campo, para que filhos e irmãos mais novos pudessem estudar e galgar os postos relevantes na sociedade brasileira”.

Não temos dúvidas em afirmar que o rápido sucesso do nikkei brasileiro, que conquistou cargos e funções importantes nos setores públicos e privados, se deve, de um lado, ao apego à cultura japonesa, que privilegia a educação dos filhos qualquer que seja o seu status econômico, e, de outro lado, à cordialidade do povo brasileiro, que recebe a todos de braços abertos formando uma sociedade multicultural e multirracial.

Esta edição foi atualizada com o registro de eventos relevantes supervenientes no âmbito da comunidade nikkei, assim como foram introduzidos os subcapítulos 1.3.8.2, 2.4.11.1 e capítulo 17.8 versando, respectivamente, sobre a História da Imigração na Amazônia com ênfase para a preservação dos costumes nikkeis naquela região, Livros e poemas – haikai - e homenagem a Margarida Watanabe, que desempenhou um papel fundamental na proteção dos japoneses durante a segunda Grande Guerra Mundial que lhe valeu o apelido de “mãe da colônia japonesa no Brasil”. Sua ação meritória é lembrada por todos até os dias atuais.

O capítulo 2, de nossa autoria, sofreu inúmeras atualizações tais como incorporação de eventos sociais supervenientes, assim como, a atualização do quadro de magistrados paulistas, do quadro de procuradores municipais e dos quadros das Forças Armadas onde foram registradas as promoções ao generalato nas três forças singulares (Exército, Aeronáutica e Marinha).

Por fim, o capítulo 12, que versa sobre o Intercâmbio entre o Brasil e o Japão na área jurídica, escrito por Kazuo Watanabe, também, sofreu alterações com a incorporação de eventos verificados no pós Centenário.

Kiyoshi Harada

Coordenador-geral

Prefácio à 4ª Edição

Edição comemorativa dos 110 Anos de Imigração Japonesa no Brasil

Associando-nos aos festejos comemorativos dos 110 Anos de Imigração Japonesa no Brasil, estamos procedendo ao lançamento da 4ª edição desta obra coletiva – *O Nikkei no Brasil* –, que discorre sobre o fenômeno da imigração japonesa no Brasil e examina suas causas e consequências.

O livro, composto de 17 capítulos, analisa as diversas fases da imigração em que foi dividida para fins didáticos, demonstrando a paulatina assimilação da cultura brasileira pelos imigrantes e seus descendentes e sua inserção na sociedade local. Inicialmente os nikkeis formavam núcleos coloniais, localizados mais ou menos distanciados da ampla sociedade brasileira, até chegar aos dias atuais em que seus descendentes, notadamente, nisseis e sanseis, ocupam posições relevantes no cenário nacional, contribuindo de forma ampla e positiva no fortalecimento da inteligência nacional.

A participação dos nikkeis no âmbito dos Três Poderes da República (Executivo, Judiciário e Legislativo) e nas três esferas políticas (União, Estados e Municípios), bem como no âmbito das instituições públicas e privadas e no exercício das mais diferentes profissões é descrita de forma bastante objetiva porque os textos foram escritos pelos diferentes profissionais, conhecedores profundo dos capítulos que escreveram. A rápida ascensão social do nikkei, notadamente nas Forças Armadas, no setor de Segurança Pública, no vasto campo do Direito e nas Universidades, como exposto no capítulo 2 e Anexos, é simplesmente impressionante.

Sempre que revejo esta obra coletiva, escrita pelos próprios protagonistas dessa trajetória, a minha alma volta-se para o passado, para a infância e parte da juventude que passei no campo trabalhando na lavoura, no interior deste Estado. Lembro-me das dificuldades econômicas enfrentadas por meus pais para o sustento de uma família de nove membros e dos esforços por eles feitos para manter-me no curso ginásial e posteriormente custear meus estudos em São Paulo, nos primeiros meses de mudança do campo para a cidade. Descobri, posteriormente, que muitos dos meus amigos e colegas que hoje estão em posições privilegiadas tiveram o mesmo passado que eu. Daí porque, no final do item 2.2.2 deste livro, registramos o nosso “eterno preito de gratidão aos verdadeiros heróis anônimos – os pais, os irmãos e as irmãs mais velhos – que se sacrificaram nos sítios e nas fazendas, desenvolvendo o duro trabalho de campo, para que filhos e irmãos mais novos pudessem estudar e galgar os postos relevantes na sociedade brasileira”.

Não temos dúvidas em afirmar que o rápido sucesso do nikkei brasileiro que conquistou cargos e funções importantes nos setores público e privado se deve, de um lado, ao apego à cultura japonesa, que privilegia a educação dos filhos qualquer que seja o seu status econômico, e, de outro lado, à cordialidade do povo brasileiro, que recebe a todos de braços abertos formando uma sociedade multicultural e multirracial.

Dessa forma, esta edição atualizada com acréscimo do capítulo 17 destinado à avaliação dos 110 Anos da Imigração Japonesa no Brasil tem o sentido de prestar homenagens a todos os imigrantes japoneses, aos nossos ancestrais que, superando e transpondo um a um todos os duros obstáculos que se antepuseram, suportando o insuportável (*gaman*), conseguiram, por si e por seus descendentes, a mais completa integração na sociedade brasileira, que propicia oportunidades a todos na medida exata do esforço de cada um.

Novos colaboradores foram incorporados nesta edição como Célia Oi, Harumi Goya, Lili Kawamura, Nelson Fukai, Renato Shimmi, Sedi Hirano, Angela Hirata e Aldo Shiguti, que muito enriquecem esta edição comemorativa dos 110 Anos da Imigração Japonesa.

O capítulo 2, escrito por nós, sofreu inúmeras atualizações tendo em vista a natureza dinâmica dos assuntos aí tratados.

Outrossim, no capítulo 15, destinado a entrevistas de personalidades importantes da sociedade, incorporamos o rico depoimento prestado pelo Ministro Massami Uyeda.

Finalmente, o Anexo V, onde constam os nomes de docentes de universidades públicas situadas no Estado de São Paulo, sofreu uma atualização por Liria Matsumoto Sato, totalizando 755 docentes nikkeis, com destaque para a USP (290 docentes) e a Unesp (227 docentes).

Kiyoshi Harada

Coordenador-geral

Prefácio à 3ª Edição

Edição comemorativa dos 105 anos de Imigração Japonesa no Brasil

No ano em que se comemora o centésimo quinto ano da imigração japonesa no Brasil, estamos procedendo ao lançamento da 3ª edição desta obra coletiva que espelha a presença do nikkei no cenário nacional, narrando a sua trajetória desde os momentos que antecederam a vinda dos primeiros imigrantes e os períodos difíceis, senão dramáticos, por que passaram até chegar aos dias atuais em que a comunidade nipo-brasileira constitui um dos importantes segmentos de nossa sociedade.

Sempre que revejo esta obra coletiva, escrita pelos próprios protagonistas dessa trajetória, como diz o Professor Emérito da Politécnica Kokei Uehara em sua mensagem por ocasião do lançamento da primeira edição deste livro, em 2008, a minha alma volta-se para o passado, para a infância e parte da juventude que passei no campo trabalhando na lavoura, no interior deste Estado. Lembro-me das dificuldades econômicas enfrentadas pelos meus pais para o sustento de uma família de nove membros e dos esforços por eles feitos para me manter no curso ginásial e posteriormente custear meus estudos em São Paulo nos primeiros meses de mudança do campo para a cidade. Descobri que muitos dos meus amigos e colegas que hoje estão em posições privilegiadas tiveram o mesmo passado. Daí porque, no final do item 2.2.2 deste livro, registramos o nosso “eterno preito de gratidão aos verdadeiros heróis anônimos – os pais, os irmãos e irmãs mais velhos –, que se sacrificaram nos sítios e nas fazendas, desenvolvendo o duro trabalho de campo, para que filhos e irmãos mais novos pudessem estudar e galgar os postos relevantes na sociedade brasileira”.

Esta edição, a exemplo das anteriores, tem o sentido de prestar homenagens a todos os imigrantes japoneses, aos nossos ancestrais que, superando e transpondo um a um todos os duros obstáculos que se antepuseram, suportando o insuportável, conseguiram, por si e por seus descendentes, a mais completa integração na heterogênea e democrática sociedade brasileira, que propicia oportunidades a todos na medida exata do esforço de cada um.

Infelizmente, não estamos mais contando com a colaboração do Dr. Décio Nakagawa, roubado de nosso convívio prematuramente, mas ele continuará vivendo no fundo de nossos corações para perpetuar a imagem do bom homem que sempre foi.

Procedemos à atualização dos capítulos 2, 3, 4 e 16 de nossa autoria, assim como da maioria dos Anexos em que constam os nomes dos profissionais integrantes das carreiras, atividades ou entidades mencionadas no livro. Os capítulos 6, 10 e 12 também foram atualizados pelos respectivos autores.

Outrossim, reformulamos o capítulo 15, redirecionando as perguntas para os aspectos mais abrangentes, porém, dentro dos temas tratados neste livro, mediante a colaboração de novos entrevistados tão ilustres quanto aqueles que os antecederam.

Finalmente, no capítulo 16, incorporamos um texto complementar com algumas ilustrações fotográficas, dentre as quais, as do Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil que executou um trabalho inédito e meritório, o Projeto ASHIATO, que valorizou sobremaneira este importante órgão do Bunkyo, que representa o seu portal de entrada.

Kiyoshi Harada

Coordenador

Prefácio à 2ª Edição

Animados pela grande aceitação desta obra coletiva, que repercutiu nas principais instituições públicas e privadas em âmbito nacional, bem como junto ao público leitor em geral, estamos procedendo ao lançamento da 2ª edição revista e ampliada.

Com o auxílio de novos pesquisadores conseguimos incorporar o Quadro de Delegados de Polícia, do Estado de São Paulo e o Quadro de Oficiais da Marinha do Brasil.

O Capítulo 15 ganhou mais um item de entrevistas concedidas por importantes personalidades da comunidade e do mundo científico sobre duas questões: (a) perspectivas das entidades nikkeis a médio e longo prazos; e (b) avaliação dos festejos comemorativos do Centenário da imigração em termos de retorno para a comunidade nikkei em especial e para a sociedade brasileira em geral.

No que tange à primeira questão, a opinião foi unânime no que diz respeito à necessidade de as entidades nikkeis se adaptarem aos valores da sociedade contemporânea, difundindo a cultura japonesa e compartilhando-a com a sociedade brasileira. No que diz respeito aos festejos comemorativos, alguns dos entrevistados, como se pode deduzir das “entrelinhas”, fizeram pequeninas restrições ao conteúdo das programações oficiais, quase que totalmente voltadas para o passado, sem alcançar o universo da realidade atual do segmento nikkei. Porém, houve unanimidade em ressaltar o aspecto positivo dos eventos realizados por terem propiciado uma visibilidade muito grande da presença do nikkei na sociedade brasileira, revelando alguns aspectos dessa cultura milenar desconhecidos pelo grande público.

Finalmente, a obra é enriquecida com a introdução do Capítulo 16, em papel especial, em que estão ilustrados os principais eventos comemorativos do Centenário da imigração japonesa, inclusive as homenagens prestadas por entidades e instituições não nikkeis em sinal de reconhecimento incontestável da sociedade brasileira ao atuante segmento nikkei que a compõe. O capítulo tem mais de 160 fotos.

Kiyoshi Harada

Coordenador

Apresentação da 1ª edição

Esta obra coletiva, elaborada por 12 autores de diversas formações profissionais, sob nossa coordenação, incluída entre os eventos oficiais dos festejos comemorativos do Centenário da Imigração Japonesa, tem o objetivo de apresentar uma radiografia da participação do nikkei na vida nacional, desde os primórdios da imigração até os dias atuais, para servir de reflexão do que fizemos e estamos fazendo, bem como para deixar um registro histórico às gerações futuras.

Diferindo das demais obras do gênero, este livro não se limita a fazer o retrospecto histórico da imigração japonesa no Brasil nem a focar os diversos núcleos de imigrantes, que se espalharam nas diversas regiões do país; tampouco se preocupa em narrar os feitos desta ou daquela família, ou desta ou daquela pessoa, por mais importantes que tenham sido as suas contribuições no contexto social em que viveram ou vivem. As instituições e os personagens citados estão em conexão direta com os mais diferentes assuntos abordados no livro.

Impõe-se, desde logo, uma observação. A formação heterogênea dos diversos autores não permitiu uma uniformização em termos de estilo ou de linguística, e a escassez de tempo não permitiu um trabalho de refinamento redacional, de sorte que caberá ao leitor apreciar os diferentes temas mais pelo aspecto de seu conteúdo, de responsabilidade exclusiva de cada autor, e menos pelo seu aspecto literário.

E mais: apesar da divisão do livro em diversos capítulos específicos e interligados, cada autor, usando de sua liberdade, teceu considerações genéricas, que resultaram em abordagens de episódios, às vezes, repetitivas, pelo que, uma vez mais, contamos com a compreensão do leitor.

O objetivo principal desta obra coletiva é o de demonstrar como e por que os imigrantes japoneses, que aqui aportaram como colonos e em clima praticamente hostil, dada a oposição da elite brasileira, enfrentando toda sorte de dificuldades, como as narradas na minissérie Haru e Natsu, conseguiram superar as desconfianças dos políticos e dos intelectuais brasileiros, bem como as desgraças advindas da Segunda Grande Guerra, para atingir, por si e por meio de seus descendentes, em menos de um século, tamanho avanço em termos de integração à sociedade local, deixando de ser “colônia”, para constituir um dos segmentos da ampla sociedade brasileira multirracial e multicultural.

É, sem dúvida, um exemplo ímpar na história da emigração japonesa no mundo, pois o fator temporal (ordem cronológica da imigração) não tem muito a ver com a rápida transformação da comunidade nikkei brasileira, dotada de extraordinária mobilidade social, que de assimiladora da cultura brasileira passou a ser transmissora da cultura milenar japonesa, contribuindo para amoldar a própria identidade nacional brasileira, o que consideramos como um conceito dinâmico.

Dividido em 15 capítulos, o livro analisa a imigração japonesa no contexto da emigração mundial, notadamente, nos países latino-americanos, para, em seguida, aprofundar os estudos e pesquisas concernentes à presença japonesa no Brasil.

No Capítulo 1, de autoria de Reimei Yoshioka, é feita uma síntese histórico-evolutiva da emigração japonesa no mundo, destacando-se a presença de nossos ancestrais no Brasil, nos principais Estados ou regiões do país (São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, hoje, Mato Grosso do Sul e Região Amazônica).

No Capítulo 2, que nos coube desenvolver, analisamos, com base em especialistas, o processo, dividido em quatro etapas, de evolução e integração dos nikkeis. Nele são destacados os principais instrumentos dessa evolução e integração, envolvendo a atuação de inúmeras instituições, associações e pessoas. São enumerados, também, os diversos campos de atuação do nikkei nas três esferas políticas e no âmbito dos três Poderes, comprovando a tese de que a comunidade nikkei, hoje, representa um segmento da sociedade ampla, caracterizada pela multiplicidade de raças e de culturas. Apesar disso, expressamos nosso ponto de vista pessoal no sentido de que há, ainda, uma pequenina sombra diferenciadora, em virtude de nossas características somáticas, ou da visão caricata de nossos antepassados, mas que tende a desaparecer ao longo do tempo.

Instituições, associações e pessoas, participantes ativas dessa evolução e integração, são citadas nas abordagens de cada área de atuação do nikkei. Provavelmente, muitas pessoas importantes foram omitidas por desconhecimento de nossa parte, pelo que apresentamos as escusas de antemão. Contudo, fizemos de tudo para trazer o maior número possível de informações, pertinentes aos temas enfocados.

No Capítulo 3, relatamos, de forma crítica, as tensões geradas pela Segunda Guerra, para bem destacar a superação de mais estas dificuldades supervenientes, não bastassem os obstáculos naturais inerentes ao movimento emigratório.

No Capítulo 4, situamos o lugar do nikkei na escala piramidal da sociedade brasileira, terminando por fazer um prognóstico de sua ascensão cada vez maior, com base nos valores positivos que integram a sua cultura.

No Capítulo 5, o setor de agricultura, pela relevante contribuição dos imigrantes japoneses, mereceu estudo à parte, destacado da economia em geral e foi abordado pelo experiente engenheiro agrônomo Isidoro Yamanaka, assessor especial do Ministério da Agricultura de longa data. Ele destaca, com precisão, as cinco fases da evolução da agricultura desenvolvida pelos imigrantes, bem como o apoio do governo japonês, antes e depois da Segunda Guerra.

No Capítulo 6, Roque Tsuguo Nishida aborda a participação do nikkei no comércio, na indústria e no setor de serviços em percuente trabalho de pesquisa. Narra desde o início da participação do nikkei em cada um desses setores da economia, até chegar aos dias atuais, trazendo à tona fatos e informações relevantes, para a melhor compreensão do papel exercido pela comunidade nikkei no desenvolvimento da economia nacional.

No Capítulo 7, Reimei Yoshioka volta a abordar o seu segundo tema, a influência do nikkei na área de assistência social, sumariando as atividades desenvolvidas pelas principais instituições nikkeis nesse importante setor destinado à inclusão social.

O setor de saúde, pela sua relevância, mereceu um exame em separado, sendo abordado no Capítulo 8, pelo renomado médico urologista e professor da USP Renato Yamada, que nos apresenta um panorama dessa área de intensa atuação do nikkei. Ele faz um breve retrospecto histórico apontando os obstáculos enfrentados pelos primeiros imigrantes (más condições de habitação, de alimentação e dificuldade de comunicação em virtude da diferenciação de linguagem). Depois, vai desfilando, passo a passo, a caminhada dos imigrantes no que se refere ao atendimento médico, mencionando a formação das primeiras organizações beneficentes e o auxílio do governo japonês, que culminou com a construção e inauguração, em abril de 1939, do hoje conhecido como Hospital Santa Cruz. Em seguida, é destacado o surti-

mento da Enkyo, em 1959, e de outras entidades beneficentes, como a Beneficência Nipo-Brasileira da Amazônia, além da citação de personalidades ligadas ao setor de saúde.

Nos Capítulos 9 e 10, Masato Ninomiya, Décio Issamu Nakagawa e sua esposa, Kyoko Yamagida Nakagawa, abordam temas ligados ao dekassegui, examinando cada um deles sob óticas diferentes. O primeiro faz uma abordagem geral desde os antecedentes históricos da corrente migratória para o Japão até os aspectos jurídicos ligados ao tema dekassegui, a criação do Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior – CIATE – a partir do Simpósio sobre Dekassegui realizado em 1991 pela Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social, o apoio do governo brasileiro aos nacionais residentes no Japão. Ninomiya externa sua preocupação no que diz respeito aos aspectos trabalhistas e previdenciários, à tendência de diminuição de mão de obra em um país com baixa taxa de natalidade (1,3 por mulher) e com acentuado processo de envelhecimento de sua população, bem como com o sistema educacional das crianças brasileiras e com a grave questão da criminalidade envolvendo os brasileiros radicados no Japão. Décio Issamu Nakagawa e Kyoko Nakagawa, por sua vez, discorrem sobre o fenômeno dekassegui sob a ótica da saúde físico-mental e social, notadamente, das crianças envolvidas nesse fenômeno migratório: as crianças que ficam aqui, as que partem para o Japão, as que lá nasceram; as que retornam ao Brasil e as que imigram para o Brasil. Em relação às crianças que estudam nas escolas japonesas, Kyoko afirma que o índice de evasão escolar é muito elevado e se deve principalmente à discriminação que sofrem, em grau bem maior do que as crianças japonesas e brasileiras descendentes de japoneses sofreram nas escolas brasileiras nas décadas de 40 e 50, inclusive no período em que Brasil e Japão se encontravam em lados opostos na Segunda Grande Guerra. Narra as dificuldades de adaptação da criança, tanto lá como aqui após o seu retorno, criando uma espécie de dupla identidade cultural, o que nos faz lembrar a crise de identidade citada por Célia Sakurai, referindo-se aos nisseis que deviam comportar-se como “japonês” em casa e como brasileiro fora do lar, mas com a “cara de japonês”.

No Capítulo 11, André Ryo Hayashi aborda o papel desempenhado pelas associações de províncias japonesas no Brasil, um dos instrumentos de evolução e integração da comunidade nikkei.

No Capítulo 12, o professor Kazuo Watanabe traz à tona importante tema referente ao intercâmbio entre Brasil e Japão na área jurídica. Ele o faz com muita competência, valendo-se do seu dom de jurista e também da sua condição de Presidente do Instituto de Direito Comparado Brasil-Japão, a mais importante instituição no que se refere ao estreitamento de relações entre os dois países na área técnico-jurídica. Watanabe sumariou com extrema fidelidade todas as atividades desse instituto desde a sua fundação até os acontecimentos mais recentes, deixando um importante registro histórico para o futuro.

O Capítulo 13, concernente ao apoio do governo japonês à comunidade nikkei, é desenvolvido por Tuyoci Ohara com uma abordagem de fatos que nos permite ter uma visão geral do relacionamento entre o governo japonês e a comunidade nikkei, ao longo da história da imigração japonesa no Brasil.

O Capítulo 14, concernente ao futuro da comunidade nikkei, é objeto de estudos e reflexões do Ministro Massami Uyeda. Com a visão crítica do passado e do presente, ele lança mensagem otimista sobre o futuro da comunidade nikkei, asseverando que a diluição da característica somática, assim como a interação das culturas do Ocidente e do Oriente, altamente positiva para todos, não serão capazes de afastar o atavismo cultural nipônico, relativamente aos que descendem de japoneses.

Por derradeiro, no Capítulo 15, são reproduzidas as entrevistas concedidas por várias personalidades da comunidade nikkei, representando suas diversas áreas de atuação. Para algumas dessas personalida-

des entrevistadas, foi feita uma pergunta quanto à eventual situação de desconforto motivada pela sua descendência oriental. Algumas delas admitiram a existência de um tratamento diferenciado, que não chega a ser uma discriminação racial, porém, a maioria delas nega categoricamente que tenha sido, em qualquer momento, vítima de um tratamento descortês em razão de sua característica somática. Um deles declara abertamente que a discriminação existe no mundo inteiro e o Brasil não é uma exceção, acrescentando que ela pode ter conotação étnica, social, cultural, econômica ou religiosa.

Encerra o livro a publicação de 16 anexos, nos quais estão relacionadas as escolas japonesas em funcionamento, bem como as personalidades nikkeis integrantes do mundo artístico e das instituições públicas e privadas referidas na obra.

Kiyoshi Harada

Coordenador

Agradecimentos

Nossos agradecimentos aos colaboradores desta obra coletiva que se esforçaram para a atualização de seus textos, notadamente aos novos colaboradores, Aldo Shiguti, Angela Hirata, Célia Oi, Harumi Goya, Larissa Noguchi de Oliveira, Lili Kawamura, Nelson Fukai, Renato Shimmi e Sedi Hirano, que valorizaram sobremaneira esta 4ª edição com seus textos preciosos.

Agradecemos, também, aos pesquisadores nominados no início do livro, cujas contribuições enriqueceram bastante o conteúdo desta obra, bem como a todos aqueles que direta ou indiretamente nos auxiliaram na execução desta empreitada.

Agradecemos, outrossim, ao artista plástico Carlos Kubo que ilustra a capa desta edição, bem como, a Célia Abe Oi, que cedeu a maioria das ilustrações fotográficas.

Igualmente agradecemos ao vereador Aurélio Nomura, responsável direto pelo voto de júbilo e congratulações da Câmara Municipal de São Paulo por ocasião do lançamento desta obra coletiva no ano do Centenário da Imigração japonesa no Brasil.

Por derradeiro, os nossos efusivos agradecimentos à FUNDAÇÃO KUNITO MIYASAKA, que patrocinou inteiramente esta 5ª edição revista e ampliada.

Kiyoshi Harada
Coordenador-geral

Sumário

1. Síntese histórico-evolutiva da emigração japonesa no mundo – Reimei Yoshioka	45
1.1 Introdução.....	46
1.2 Imigração japonesa nos países latino-americanos.....	48
1.2.1 A imigração japonesa no México.....	48
1.2.2 A imigração japonesa no Peru	48
1.2.3 A imigração japonesa na Argentina	49
1.2.4 A imigração japonesa na Bolívia	49
1.2.5 A imigração japonesa no Chile	50
1.2.6 A imigração japonesa no Paraguai	50
1.3 A imigração japonesa no Brasil.....	51
1.3.1 Antecedentes.....	52
1.3.2 A polêmica restritiva aos negros e asiáticos	52
1.3.3 A imigração no Estado de São Paulo	54
1.3.3.1 Kasato-Maru trazendo os primeiros imigrantes	55
1.3.3.2 Ryojun-Maru com a segunda leva.....	57
1.3.3.3 Outras levas	58
1.3.4 A imigração no Estado do Paraná	62
1.3.5 A imigração no Estado do Mato Grosso	63
1.3.6 A imigração no Estado do Rio Grande do Sul	64
1.3.7 A imigração na Amazônia.....	64
Bibliografia.....	66
1.3.8 História da imigração japonesa na Amazônia – Larissa Noguchi de Oliveira	66
Parte I, Capítulo 1 – A imigração japonesa na Amazônia	67
1.3.8.1 O processo migratório para o território Amazônico	67
1.3.8.2 Os descendentes nikkeis e os costumes em território Amazônico	68
Capítulo 2 - O imaginário e a memória.....	69
Capítulo 3 – A Feirinha da Nipo como objeto de observação	70
PARTE II – Feirinha da Nipo como objeto de interação entre imigrantes e paraenses para preservar os costumes e cultura	71
Bibliografia.....	74
2. O processo de evolução e de integração dos nikkeis – Kiyoshi Harada.....	77
2.1 Introdução.....	78
2.2 As etapas da evolução e da integração dos nikkeis.....	81
2.2.1 De 1908 a 1941 – etapa da adaptação ao novo habitat e busca de riquezas rápidas	81

2.2.2 De 1942 a 1962 – etapa da integração ou da busca de uma nova pátria	83
2.2.3 De 1963 a 1980 – etapa da identificação e da busca do conforto do lar paterno	84
2.2.4 De 1981 aos dias atuais – etapa de plena e cabal integração como segmento da sociedade brasileira e de transmissão da cultura japonesa	86
2.3 Os instrumentos de evolução e integração dos nikkeis	89
2.3.1 O papel desempenhado pela imprensa.....	89
2.3.1.1 A imprensa escrita	89
2.3.1.2 A imprensa falada	92
2.3.1.3 A imprensa audiovisual	93
2.3.2 O papel desempenhado pelas instituições educacionais, entidades complementares da atividade educacional e pelas entidades ou associações que vêm atuando no processo de integração e de difusão da cultura japonesa	93
2.3.2.1 A Casa de Estudantes Harmonia.....	93
2.3.2.2 O Centro Educacional Pioneiro	94
2.3.2.3 Entidades complementares da atividade educacional	94
2.3.2.4 Entidades ou associações que vêm atuando no processo de integração e de difusão da cultura japonesa	96
2.3.2.4.1 Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social	96
2.3.2.4.2 Aliança Cultural Brasil-Japão.....	106
2.3.2.4.3 Beneficência Nipo-Brasileira de São Paulo – Enkyo	107
2.3.2.4.4 Kenren – Federação das Associações de Províncias do Japão no Brasil.....	107
2.3.2.4.5 Câmara de Comércio e Indústria Japonesa do Brasil	108
2.3.2.4.6 Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil	108
2.3.2.4.7 Associação Brasileira de Ex-Bolsistas do “Gaimusho Kenshu-sei”	110
2.3.2.4.8 Instituto de Direito Comparado Brasil-Japão	117
2.3.2.4.9 Instituto Brasil-Japão de Integração Cultural e Social	119
2.3.2.4.10 Fundação Kunito Miyasaka.....	119
2.3.2.4.11 Associações culturais, esportivas e recreativas.....	121
2.4 O desempenho do nikkei nas diversas áreas e sua influência – Kiyoshi Harada	124
2.4.1 Na economia	125
2.4.2 Na política.....	125
2.4.3 Na educação.....	127
2.4.4 Nas artes	129
2.4.5 Nos esportes.....	130
2.4.6 No setor de segurança pública e nas forças armadas	132
2.4.7 Na engenharia e na arquitetura	134
2.4.8 No direito.....	134
2.4.9 Na ciência e tecnologia.....	138
2.4.10 Na cultura	140
2.4.11 Na literatura	144
2.4.11.1 Livros e poemas – haicais – Kiyoshi Harada e Massami Uyeda.....	146
2.4.12 Nas outras áreas do conhecimento científico.....	153

3. As tensões geradas pela Segunda Grande Guerra – Kiyoshi Harada	155
3.1 Introdução	156
3.2 As principais limitações	156
3.3 A formação de grupos antagônicos entre os compatriotas	157
3.4 A atuação dos membros da Shindo Renmei.....	157
 4. Posição dos nikkeis na sociedade brasileira – Kiyoshi Harada.....	163
4.1 Generalidades.....	164
4.2 O perfil sociológico do nikkei.....	165
4.3 O nikkei do futuro.....	166
4.4 Entidades nikkeis no futuro	169
<i>Bibliografia.....</i>	<i>172</i>
 5. A influência do nikkei na agricultura – Isidoro Yamanaka	173
5.1 Histórico e significado da imigração japonesa no Brasil em relação à agricultura	174
5.1.1 Imigração japonesa nos idos de 1908	174
5.1.2 Loteamento e colonização de terras.....	176
5.1.3 O cultivo de outros produtos agrícolas	177
5.1.4 As primeiras cooperativas de produtores agrícolas	177
5.1.5 A necessidade de conjugação de interesses do Japão e do Brasil	179
5.2 Apoio do governo japonês.....	179
5.2.1 Antes da Segunda Guerra Mundial	179
5.2.2 Depois da Segunda Guerra Mundial.....	182
5.2.2.1 Décadas de 50/60.....	182
5.2.2.2 Décadas de 70/80.....	183
5.3 Principais programas e projetos desenvolvidos entre o Brasil e o Japão no setor agropecuário	185
5.3.1 CEDAVAL – Centro de Desenvolvimento do Vale do Ribeira.....	185
5.3.2 Cooperação técnica para produção de fumo na Alta Sorocabana.....	186
5.3.3 EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – CPAC (Centro de Pesquisa do Cerrado).....	186
5.3.4 PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-brasileira no Desenvolvimento da Agricultura de Cerrados	188
5.3.5 EPAGRI – Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina S.A. (EMPASC).....	193

5.3.6	Cooperação técnica japonesa, da JICA para os projetos de pesquisas do Instituto Florestal do Governo do Estado de São Paulo	194
5.3.7	Cooperação técnica para a EMBRAPA visando erradicar a doença da pimenta-do-reino em Tomé-Açu (Pará)	195
5.3.8	Financiamentos públicos do Japão para o Brasil em obras de infraestrutura	196
5.4	O desempenho dos nikkeis no setor agrícola	196
5.4.1	Nikkeis que exerceram cargos em instituições públicas.....	196
5.4.2	Nikkeis que contribuíram para o desenvolvimento da agricultura brasileira e receberam o Prêmio “Kiyoshi Yamamoto”	197
5.4.3	Nikkeis anônimos que se sacrificaram na lavoura juntamente com seus pais, para possibilitar que seus irmãos e irmãs pudessem estudar, tornando-se cidadãos qualificados no Brasil	201
5.4.4	Tabela 1 – Contribuições dos imigrantes japoneses para a agricultura brasileira	201

6. A influência do nikkei nas áreas do comércio, da indústria e de serviços – Roque Tsuguo Nishida ...205

6.1	Introdução	206
6.2	Participação dos imigrantes japoneses no comércio paulistano	207
6.2.1	Gastronomia.....	213
6.3	Participação dos imigrantes japoneses na indústria	214
6.3.1	Hotelaria	217
6.3.2	Indústria do entretenimento e do lazer.....	218
6.3.3	Indústria automobilística	222
6.4	Prestação de serviços.....	225
6.5	Considerações finais	227
	<i>Nota do autor.....</i>	<i>235</i>
	<i>Bibliografia.....</i>	<i>236</i>

7. Assistência social na comunidade nikkei – Reimei Yoshioka 237

7.1	Introdução.....	238
7.2	Dona Margarida Vatanabe e a Assistência Social Dom José Gaspar	238
7.2.1	A Segunda Guerra e a assistência aos japoneses presos	239
7.3	Beneficência Nipo-Brasileira – Enkyo	241
7.4	Associação pró-excepcionais Kodomo-No-Sono	243
7.5	Kibô-No-Ie.....	244
7.6	O futuro da assistência social nikkei	246
	<i>Bibliografia.....</i>	<i>247</i>

8. A influência do nikkei na área de saúde – Renato Tuneyasu Yamada 249

8.1	Introdução.....	250
8.2	Histórico	251
8.2.1	Alimentação	252
8.2.2	Higiene e saúde.....	252
8.2.2.1	Bicho-do-pé.....	252
8.2.2.2	Malária.....	252
8.2.2.3	Tracoma	253
8.2.2.4	Problemas decorrentes de gravidez	253
8.2.2.5	Ferimento por animais peçonhentos.....	253
8.2.2.6	Doenças mentais.....	254
8.2.3	Fundação de associação de japoneses e escolas	254
8.2.4	Organização destinada a cuidar da higiene e da assistência médica	254
8.3	Primórdios da assistência médica: Haken-i.....	255
8.4	Primeiros médicos nipo-brasileiros e destaques alcançados	256
8.5	Ambulatórios médicos – caravanas médicas (junkai).....	257
8.5.1	Dojinkai	257
8.5.2	Atuação médica no Dojinkai.....	258
8.5.3	Ampliação das atividades	259
8.5.4	Sanatório para tuberculose de Campos do Jordão e o Dojinkai	260
8.5.5	Organização da caravana de médicos (Junkai).....	260
8.5.6	Atendimento noturno	261
8.5.7	Futuro Hospital Japonês	261
8.6	Outras entidades.....	261
8.6.1	Ryoyukai.....	261
8.6.2	Gojo Aizenkai de Lins	261
8.6.3	Jinrui Aizen-kai.....	262
8.6.4	Goseikai	262
8.6.5	Postos de saúde	262
8.7	Associação Beneficente Nipo-Brasileira (Abenibra) e Abeuni	262
8.8	Beneficência Nipo-Brasileira de São Paulo (Engokyokai – Enkyo).....	264
8.9	Beneficência Nipo-Brasileira da Amazônia.....	269
8.10	Caravanas de médicos.....	269
8.11	Hospitais.....	270
8.11.1	Hospital Santa Cruz	270
8.11.1.1	Intervenção federal e destituição dos dirigentes japoneses	272
8.11.1.2	Período pós-guerra.....	272
8.11.1.3	Retorno à comunidade.....	273
8.11.2	Hospital Nipo-Brasileiro.....	273

8.11.3 Hospital da SBC (Sociedade Beneficente Coopercotia)	274
8.11.4 Hospital Amazônia (Belém-PA)	275
8.12 Outros hospitais e entidades que tiveram a participação da comunidade nikkei	278
8.12.1 Hospital Saburo Sugisawa	278
8.12.2 Hospital Paraná	278
8.12.3 Importância da União dos Gakusseis de Curitiba no setor médico	278
8.13 Odontologia	279
8.13.1 Generalidades	279
8.13.2 A participação de odontólogos nikkeis em vários setores da atividade	280
8.13.3 A Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas (APCD)	281
8.13.4 Considerações finais	282
Bibliografia	283

9. O fenômeno dekassegui: passado, presente e futuro – Masato Ninomiya 285

9.1 Antecedentes do fenômeno dekassegui	286
9.2 A reforma da lei japonesa de imigração	289
9.2.1 Consequências imediatas da reforma da lei	290
9.2.2 Recrutamento por meio de empreiteiras	291
9.2.3 Reforma de outras leis relacionadas à presença de trabalhadores estrangeiros no Japão	293
9.3 O Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior – CIATE	295
9.3.1 Antecedentes da constituição do CIATE	295
9.3.2 A constituição do CIATE e suas atividades ao longo dos 15 anos	296
9.3.3 A reforma do artigo 206 do Código Penal brasileiro de 1940	299
9.3.3.1 Esforços para a reforma do artigo 206 do Código Penal de 1940	300
9.4 O apoio do governo brasileiro aos nacionais residentes no Japão	302
9.4.1 A assistência consular aos brasileiros	303
9.4.2 A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração (CPMI)	305
9.5 Conclusões	306
Bibliografia	309

10. O nikkei brasileiro no Japão – Décio Issamu Nakagawa e Kyoko Yanagida Nakagawa 311

10.1 Introdução	312
10.2 Saúde	315
10.3 Crianças e adolescentes envolvidos no movimento dekassegui	316
10.3.1 Generalidades	316

10.3.2 Crianças que retornam ao Brasil.....	317
10.3.3 Crianças que ficaram no Brasil.....	319
10.3.4 Crianças e adolescentes que vivem no Japão	322
10.3.5 O movimento pós-crise e a inserção escolar e social das crianças que retornando Japão: Projeto Kaeru	327
Bibliografia.....	335

11. O papel desempenhado pelas associações de províncias japonesas – André Ryo Hayashi.....339

11.1 Introdução.....	340
11.2 Terminologia	341
11.3 Por que existe Kenjinkai, se existem Nihonjinkai e Nikkeijinkai?	342
11.4 Contribuições dos Kenjinkai.....	345
11.5 O Kenren e o seu papel	346
11.6 Perspectivas para os Kenjinkai.....	347
11.7 Conclusão	347
Bibliografia.....	348

12. Intercâmbio entre o Brasil e o Japão na área jurídica – Kazuo Watanabe 349

12.1 Considerações gerais.....	350
12.2 Os motivos que determinaram a criação, no Brasil, do Instituto de Direito Comparado Brasil-Japão	352
12.3 Algumas atividades desenvolvidas pelo Instituto de Direito Comparado Brasil-Japão.....	352
12.3.1 Conferências	353
12.3.2 Simpósio de Direito Comparado por ocasião do 90o Aniversário da Imigração Japonesa no Brasil	353
12.3.3 Convênio com o Institute of Developing Economies, do Japão, para a realização de uma pesquisa conjunta	353
12.3.4 Três eventos realizados no Japão por iniciativa do Instituto	354
12.4 O Instituto de Direito Comparado Brasil-Japão e os problemas relacionados aos trabalhadores brasileiros no Japão.....	355
12.5 Atividade mais recente: constituição de uma Comissão de Juristas para o estudo do princípio da extraterritorialidade da lei penal brasileira e elaboração de minuta de Convênio de Cooperação Judiciária entre Brasil e Japão. Discussão dessa minuta no Painel Jurídico Internacional de Hamamatsu, organizado pela Associação Brasileira de Hamamatsu (ABRAH)	357

12.6	Simpósio Internacional Universidade de São Paulo/Universidade Keio em comemoração do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil e do Sesqui Centenário da Universidade Keio.....	359
12.7	Eventos Jurídicos realizados no Japão em 2013.....	362
12.8	Simpósio “Evolução do Direito no Século XXI”, realizado no Brasil em 2014.....	363
12.9	Simpósio internacional para comemorar a fundação do Japan Brazil Law & Culture Institute, realizado no Japão em 2014.....	364
12.10	Simpósio “Brasil-Japão – 120 anos do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação”, em 2015.....	365
12.11	Disciplina de pós-graduação “Migração Internacional de Trabalhadores e Proteção Social: Brasil-Japão.....	366
12.12	Simpósio internacional em 2016 realizado no Japão	367
12.13	Simpósio “Brazil-Japan Litigation and Society Seminar”, realizado no Japão em 2018	367
12.14	Simpósio “Brazil-Japan Litigation and Society Seminar 2”, realizado no Brasil em 2019.....	369
12.15	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania “Amigos do Japão”.....	370

13. O apoio do governo do Japão à comunidade nikkei – Tuyoci Ohara 371

13.1	Escopo	372
13.2	O governo japonês e o problema migratório (antes de 1908)	373
13.3	Ações oficiais no primeiro período da imigração (1908-1925)	374
13.4	O dirigismo no segundo período da imigração (1926–1941).....	376
13.5	Interrupção das relações diplomáticas durante a Segunda Guerra	377
13.6	A política emigratória no pós-guerra	378
13.7	O governo japonês e a comunidade nikkei do Brasil.....	379
13.8	Perspectivas	383
	Agradecimento	383

14. O futuro da comunidade nikkei – Massami Uyeda 385

14.1	Considerações gerais – interação cultural	386
14.2	Premissas para a visualização do porvir	390
14.3	Do fenômeno da migração brasileira para outros países e, particularmente, para o Japão: dekassegus.....	391
14.4	Do sentimento de brasilidade dos descendentes dos imigrantes japoneses no Brasil.....	393
14.5	Da herança cultural atávica	394
14.6	Visão do porvir	397

15. Entrevistas com personalidades diversas – Kiyoshi Harada 399

15.1	Entrevista com Kihatiro Kita, eleito Presidente do Bunkyo em 2009	401
15.2	Entrevista com Akeo Uehara Yogui, ex-Presidente do Kenren	406
15.3	Entrevista com o General de Exército Adhemar da Costa Machado Filho, Comandante do Sudeste.....	408
15.4	Entrevista com Vereador Aurélio Nomura.....	410
15.5	Entrevista com Deputado Federal Junji Abe.....	414
15.6	Entrevista com Reimei Yoshioka, Ex-Coordenador-Geral dos Projetos do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil.....	419
15.7	Entrevista com Raul Takaki, Presidente do Nikkey Shimbun e do Jornal Nippak	422
15.8	Entrevista com Tereza Tiyoko Yoshida, de 67 anos que foi trabalhar no Japão em 1992. Foi proprietária e diretora de uma escola brasileira, a “Pingo de Gente”, na província de Ibaragui. Vendeu a sua escola em 2005 e retornou ao Brasil.....	424
15.9	Entrevista com Roberto Yoshihiro Nishio, presidente do Instituto Brasil-Japão de Integração Cultural e Social	429
15.10	Entrevista com Fernando Lopes, formado em jornalismo na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) e editor de Agronegócios do jornal Valor Econômico.....	432
15.11	Entrevista com Massami Uyeda, Advogado, Mestre e Doutor em Direito pela USP e Ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça	438

16. Principais eventos do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil – Kiyoshi Harada 441

16.1	Breve introdução	442
16.2	Os festejos comemorativos.....	443

17. 110 Anos de Imigração Japonesa no Brasil – Kiyoshi Harada 493

17.1	Passado, presente e futuro da comunidade nikkei do Brasil.....	494
17.1.1	Recado do autor	494
17.1.2	Resumo geral	494
17.1.3	Pré-imigração.....	495
17.1.4	Os nikkeis ao longo do tempo	497
17.1.4.1	Do início da imigração ao fim da Segunda Guerra – 1908 a 1945.....	497

17.1.4.2 A geração pós-guerra – 1945-1970.....	500
17.1.4.3 A grande virada – 1970 a 2008.....	503
17.1.4.4 Os nikkeis do século XXI.....	506
17.2 Tradição, modernidade e miscigenação cultural.....	508
17.2.1 Introdução.....	508
17.2.2 Caminhos da tradição nipônica no Brasil.....	509
17.2.3 Modernidade cultural japonesa no Brasil.....	513
17.2.4 Miscigenação cultural.....	516
Bibliografia.....	518
17.3 As raízes culturais do imigrante japonês: tradição e modernidade	520
Bibliografia.....	535
17.4 A presença do nikkei nos desafios éticos do cenário político brasileiro	537
17.4.1 Introdução – A política como agir ético.....	537
17.4.2 A filosofia no Japão – O contexto cultural de Watsuji Tetsurô	539
17.4.3 Ética como o estudo do ningên– reflexões a partir do Rinrigaku.....	540
17.4.4 Conclusão	543
Bibliografia.....	544
17.5 Japan House São Paulo: um portal para o Japão contemporâneo na América Latina	545
17.6 Comissão Organizadora dos festejos comemorativos dos 110 Anos da Imigração Japonesa	550
17.7 Príncipe herdeiro do Japão visita o Brasil pela terceira vez	559
17.8 Homenagem a Dona Margarida Watanabe.....	563

Anexos.....	574

Síntese histórico- evolutiva da emigração japonesa no mundo

1

1. Síntese histórico-evolutiva da emigração japonesa no mundo



Reimei Yoshioka

Mestre e Doutor em Geografia Humana pela USP. Presidente da Assistência Social D. José Gaspar – Ikoi-No-Sono –, Presidente do Instituto de Solidariedade Educacional e Cultural – ISEC – e Conselheiro da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social.

1.1 Introdução

O tema migração é apaixonante, pois ocorre, não só com os seres humanos, mas também com outros seres vivos. O exemplo bem típico é o das aves migratórias, que em determinadas épocas do ano migram, instintivamente, à procura de melhores condições de vida. Essas migrações, atualmente, são motivo de preocupação das autoridades sanitárias, pois contribuem com a propagação da gripe aviária. Outros animais também o fazem de acordo com as estações do ano à procura de alimentos ou para fugir das intempéries.

A história da humanidade registra, desde os seus primórdios, o deslocamento de homens sobre a superfície terrestre, ora em busca de ambiente mais propício sob o ponto de vista climático, ora fugindo da escassez de alimentos, ou ainda para afastar-se de inimigos mais poderosos, entre inúmeras outras causas.

Os limites desses movimentos eram estabelecidos pelos obstáculos naturais, como montanhas, lagos, grandes rios, florestas, oceanos etc. O homem possuía pouco ou nenhum recurso tecnológico que permitisse a sua transposição.

O aumento natural da população, os pequenos inventos e o aperfeiçoamento tecnológico cumulativo permitiram a ocupação cada vez maior do espaço, transformando o meio inóspito em local habitável. Os inventos se sucedem e o homem chega a um estágio em que, praticamente, ocupa toda a superfície terrestre.

A mobilidade humana é constante. As fronteiras vão sendo eliminadas gradativamente e, mesmo que elas existam, suas transposições tornam-se cada vez mais frequentes.

Segundo Sauvy,¹ o vocábulo *migração* designa qualquer deslocamento, suficientemente importante, de um grande número de pessoas, referindo-se tanto ao movimento diário no deslocamento dentro de uma grande cidade quanto à mudança definitiva de um continente para outro.

Martine² define que “por processo de migração entendem-se os deslocamentos físicos de pessoas e grupos, suas dimensões e direções preferenciais, sua composição, suas características econômicas, sociais e demográficas e, as circunstâncias em que se efetuam estes movimentos”.

1 SAUVY, *Théorie générale de la population*.

2 MARTINE, G. *Adaptação de migrantes ou sobrevivência dos mais pobres?*

Max Sorre³ acredita que, “desde que um grupo esteja perfeitamente enraizado ao solo, desde que não somente os recursos do meio estejam em real equilíbrio com suas necessidades, mas que também os recursos potenciais estejam na medida do seu crescimento demográfico, se nenhum acontecimento exterior intervier, não há nenhuma razão para que seus membros se desliguem. Sua mobilidade em princípio, parece reduzida a um mínimo. Ela tende a zero”.

Pois bem, situado na costa oriental do continente asiático, o Japão é formado por inúmeras ilhas, sendo as de maior destaque Honshuu, Hokkaido, Shikoku, Kyushu, que à época da emigração totalizavam 369,813 km² (cerca de 1/23 da extensão territorial do Brasil)⁴ e que entre 1870 e 1880 tinham sua população rural de 80% de um total de 34,8 milhões (1872).⁵ Uma característica daquele país é a sua configuração topográfica, com predomínio de montanhas, o que reduz consideravelmente a área agricultável.

Considerado marco histórico, no ano de 1868 inicia-se o período Meiji, que alterou a configuração política, centrada na figura do Imperador, abandonando o isolacionismo dos shoguns. Dessa forma, restabelecendo as relações com as potências ocidentais, o Japão ingressa na modernidade.

A economia baseada na agricultura passa gradativamente para a manufatura e a indústria, levando os agricultores a abandonarem suas terras, dando como consequência o processo de urbanização. As cidades, no entanto, não estavam preparadas para tamanho fluxo migratório, instalando-se grande caos com a falta de moradia e emprego.

Diante disso, o governo vê a imigração como uma das saídas e a primeira emigração oficial aconteceu em 1883, com a ida de 37 trabalhadores para a pesca de pérolas na Austrália. Somente a partir da emigração para o Havaí, em 1885, o movimento emigratório nipônico adquire importância.

Segundo estimativas, só os emigrantes oficiais do Havaí teriam remetido para o Japão cerca de 2.650.000 de dólares, em 10 anos. Entretanto, não havia nenhuma orientação oficial no sentido de fixar os emigrantes na nova terra.

A notícia espalha-se e surgem as empresas emigratórias: Kaigai Ijû Koshi Kai, Shokumin Kyokai, Nippon Rikkokai, bem como empresas agenciadoras. Em 1898, havia dez dessas empresas; em 1905, esse número subia para 29 e caía para 5 em 1917.

A emigração japonesa no período de 1868 a 1950 foi de 411.409 para os EUA e outros; 244.172 para as Américas Central e Sul; 81.768 para o Sudeste da Ásia e 270.007 para o Plano de Colonização da Manchúria, totalizando 1.013.764 pessoas.⁶

Entretanto, a partir de 1900, as companhias de imigração foram impedidas de atuar no Havaí, razão pela qual o Japão voltou suas vistas ao Peru e ao Brasil.

Detalhando a emigração para países da América Central e da América do Sul, no período de 1899 a 1941, temos: México, 14.476; Panamá, 415; Cuba, 686; Brasil, 188.986; Peru, 33.070; Argentina, 5.398; Chile, 519; Colômbia, 229; Bolívia, 202; Venezuela, 12; Uruguai, 18; Paraguai, 521; e outros, 4, totalizando 244.536 pessoas.⁷

3 SORRE, Max. *Lês migrations des peuples*.

4 NOGUEIRA, Arlinda Rocha. *A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista (1908-1922)*.

5 Japan Almanac 2005, p. 5.

6 SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA. *Uma epopeia moderna, 80 anos da imigração japonesa no Brasil*, p. 33.

7 Idem.

1.2 Imigração japonesa nos países latino-americanos

1.2.1 A imigração japonesa no México

Para o preparo do texto sobre a imigração japonesa no México, Peru e Paraguai, tomei a liberdade de transcrever o trabalho do Dr. Kiyoshi Harada, apresentado em Belém, no X Encontro Latino-americano dos Ex-bolsistas do Gaimusho, realizado no período de 17 a 25 de março de 2006.

No dia 10 de maio de 1897, imigrantes japoneses chegaram ao México para começar a estabelecer uma base para o futuro imigrante japonês destinado à plantação de café no Estado de Chiapas. Muitos desses imigrantes casaram-se com mexicanas e estabeleceram uma boa base para o futuro imigrante japonês naquele país.

No entanto, ao contrário desses seletos imigrantes, os japoneses que vieram ao México entre 1901 e 1907 eram principalmente trabalhadores do tipo *dekassegui*. Encontraram trabalho por contrato previamente pactuado por meio de companhias de emigração nas minas, estradas de ferro e fazendas.

De 1907 a 1924, aconteceu o início da emigração de japoneses ilegais para o México como reflexo da limitação voluntária do Japão na emigração aos Estados Unidos e ulterior proibição norte-americana de receber os asiáticos em seu país. Muitos japoneses ingressaram ilegalmente nos Estados Unidos, via México, como atualmente está ocorrendo com brasileiros que têm dificuldade de obter visto de entrada nesse país.

A estabilidade econômica atingida pela comunidade japonesa no México tornou possível aplicar o sistema “*yobiyose*”. Durante esse período ingressaram no país 2.950 japoneses.

A comunidade pós-guerra de *nikkeis* experimentou problemas em decorrência da dispersão e desunião, mas, em meados da década de 50, a Associação Mexicana Japonesa teve o papel vital de unir a comunidade e construiu um centro cultural de *nikkeis* e mais tarde o Instituto Cultural Mexicano Japonês sob a nova liderança *nissei*. Hoje os *nikkeis* mexicanos continuam a construir sua história com base nos costumes dos antepassados, na forma de colônias, e ao mesmo tempo procuram desenvolver uma maior integração com a sociedade multicultural do México. No entanto, permanecem vivendo ao lado da sociedade local com suas características marcantes.

1.2.2 A imigração japonesa no Peru

O Peru foi o primeiro país da América do Sul que abriu relações com o Japão. Foi em 3 de abril de 1899, quando o navio *Sakura-Mar* partiu do porto de Yokohama levando 790 japoneses para trabalharem nas plantações de cana-de-açúcar e algodão, nos “*valles centrales costeros*”. Paulatinamente, muitos deles foram mudando-se para as cidades de Lima e Callao, onde se dedicaram a pequenas atividades comerciais, como *barbearias* e restaurantes.

Entre 1924 e 1936, aconteceu o segundo momento da imigração japonesa, quando os imigrantes se instalaram nas zonas urbanas em busca de melhores oportunidades como comerciantes e pequenos *granjeiros*

suburbanos. Na década de 20, a solidariedade comunitária surgiu notoriamente em Lima. No entanto, a população peruana desenvolve forte discriminação contra os nikkeis, a qual se agravou com o ataque das forças armadas japonesas à Ásia, com o fim da imigração japonesa em 1936 e com o motim antijaponês acontecido em maio de 1940.

A Segunda Guerra piorou a situação, já que o governo peruano colaborou com o governo dos EUA enviando 800 civis à América do Norte, muitos dos quais foram deportados ao Japão depois da Guerra. Os nikkeis que permaneceram no Peru sofreram restrições extremas e penosas, incluindo o confisco de suas propriedades. Com o fim das restrições de guerra em 1947, a comunidade nikkei recuperou-se lentamente com o restabelecimento de associações e colégios japoneses.

Durante a década de 50 a 60, os nikkeis continuaram seu curso de recuperação econômica e assimilação na sociedade. Houve um pequeno aumento de executivos profissionais nikkeis e de casamentos inter-raciais, que já não eram tão pouco comuns. Talvez o ponto mais alto da integração nikkei com os peruanos tenha sido simbolizado pela eleição do presidente Alberto Fujimori em 1990. No entanto, é considerado como fato isolado e não decorrente da integração social.

1.2.3 A imigração japonesa na Argentina

A Argentina recebeu o primeiro imigrante japonês em 1886 (Makino Kinzo – via marítima). No entanto, a história da imigração japonesa começa em 1908, com a chegada de imigrantes de Okinawa e no ano seguinte dos originários de Kagoshima, predominantes em suas origens. Os primeiros grupos de imigrantes entraram no país pelo Brasil e depois por países vizinhos. Os primeiros imigrantes japoneses diretos do Japão com destino à Argentina chegaram em 1913.

Nos anos anteriores à Grande Guerra, os nikkeis concentraram-se em pequenas atividades comerciais urbanas, especialmente lavanderias (lavasecos) e cafeterias em Buenos Aires, enquanto outros trabalharam no serviço doméstico, como obreiros ou como trabalhadores portuários. Uma minoria de imigrantes japoneses dedicou-se à horticultura, floricultura e pesca. Em regiões com maior população japonesa, foram estabelecidas associações e escolas de idioma japonês, que serviram como sedes para a formação e união das comunidades nikkeis.

Durante o conflito dos Aliados com os Países do Eixo, a Argentina permaneceu neutra até 1943, o que limitou o impacto da Guerra na vida dos nikkeis. As restrições, entre 1944 e 1946, limitaram-se a proibições de reuniões e de publicações de diários e ao confisco de bens de imigrantes japoneses.

Aos poucos os nikkeis foram se integrando à sociedade local, mas ainda não atingiram o grau de total integração a que chegaram os nikkeis do Brasil.

1.2.4 A imigração japonesa na Bolívia

Antes dos anos 50, a maioria dos imigrantes japoneses que entrou na Bolívia o fez como trabalhadores comuns, pelo Peru. Em 1899, dos primeiros 790 imigrantes japoneses que entraram no Peru, 91, junta-

mente com dois supervisores também imigrantes, ingressaram na área de produção da borracha, na parte do norte de La Paz (região do rio de Mapiri), para trabalhar nas plantações de seringueiras (extração de borracha). Depois disso, outros 100 japoneses foram à Bolívia para trabalhar nas minas e nas estradas de ferro. Outro destino dos imigrantes japoneses, que entraram na Bolívia, também pelo Peru, foi a plantação de seringueiras no noroeste da Bolívia.

Com exceção da deportação de 29 nikkeis aos EUA, a Segunda Guerra Mundial teve pouco impacto nas vidas dos nikkeis residentes na Bolívia, situação considerada especial, já que o governo não adotou medidas antijaponesas, mesmo porque o governo boliviano tinha interesse em desenvolver as terras mais baixas, no Departamento de Santa Cruz, com o auxílio financeiro do governo japonês. Atualmente na Bolívia convivem duas comunidades nikkeis: a dos okinawanos e a dos “outros japoneses”, ambas formando realidades que se distinguem entre si e da sociedade local.

1.2.5 A imigração japonesa no Chile

Em 1867 desembarcou em porto chileno um barco japonês que buscava novas rotas comerciais. O censo de 1875 contabilizou dois imigrantes japoneses e o de 1907 contou 209. O número de imigrantes japoneses que ingressou no país entre 1910 e 1940 nunca superou 900.

Entre aqueles que ingressaram no Chile, encontrava-se ampla variedade de indivíduos (profissionais, homens de negócios e trabalhadores re-imigrantes de países vizinhos), que se dispersaram nos ricos depósitos “salitreros” do norte e foram particularmente atraídos às regiões mais ao sul (Valparaíso e Santiago). Encontraram emprego em diversos ofícios e pequenas atividades comerciais, principalmente como barbeiros. Esta primeira sociedade nikkei era composta majoritariamente por homens, sendo que muitos deles se casaram com chilenas e seus filhos foram criados com o objetivo de viver no Chile, ou seja, desejavam ser chilenos.

No entanto, a Segunda Guerra Mundial fomentou sentimentos antijaponeses e dificultou o processo de integração do nikkei à sociedade chilena. No início de 1943, muitos deles foram forçados a retirar-se para as minas de cobre e localidades mais ao interior do país. A comunidade japonesa conseguiu maior união ao prestar, mutuamente, suporte frente às hostilidades em tempos de guerra. Esses laços reforçaram-se depois da Guerra com a criação da Sociedade Chilena de Beneficência.

Na década de 90, os nikkeis chilenos atingiram o *status* de classe média, alcançando um bom nível educacional e melhores empregos.

1.2.6 A imigração japonesa no Paraguai

Em 1912, chegou ao Paraguai o primeiro cidadão japonês (Kanezo Sakoda), mas o início da imigração japonesa no Paraguai aconteceu em 1936, quando o primeiro grupo de imigrantes chegou com o objetivo de trabalhar na agricultura. A primeira colônia agrícola japonesa de 134 casas foi estabelecida em La Colmena. Muitos se locomoveram para outras cidades e países na busca de trabalho e de melhores oportunidades. Outros permaneceram e enfrentaram problemas de epidemia e malária, desastres naturais

e limitações nas atividades sociais e educacionais decorrentes do período de Guerra.

A onda seguinte de imigração japonesa aconteceu na década de 50, quando o Paraguai abriu suas portas aos países devastados pela Guerra. Em 1953, a Companhia de Colonização Japão-Paraguai ajudou alguns imigrantes japoneses a se instalarem em Fedrico Chaves, na parte sul do país, e no Departamento de Itapua (Santa Rosa, La Paz e Fuji), em 1959.

Em termos de integração social, a comunidade nikkei tem, ainda, muito caminho a percorrer.

1.3 A imigração japonesa no Brasil

Como marco histórico, 18 de junho de 1908 é a data oficial da imigração japonesa para o Brasil. Nesse dia, 781 pessoas embarcadas no porto de Kobe a 28 de abril chegaram ao porto de Santos, desembarcando no cais 14. Foi o início da epopeia, cujo Centenário estamos prestes a comemorar.

A presença de japoneses no Brasil, no entanto, é anterior a 1908. Em 1803, quatro sobreviventes do barco Wakamiya-Maru, que viviam em São Petesburgo, foram repatriados em dois navios de guerra russos. A viagem foi feita em 1803, via Oceano Atlântico, quando um dos navios sofreu avaria e aportou em Desterro, atual Florianópolis. Nessa localidade permaneceram por dois meses enquanto durou o reparo da embarcação russa. Foram os primeiros japoneses em terras brasileiras.⁸ Ainda antes do Kasato-Maru, o navio a vapor Kai-yô-Maru, construído na Holanda por encomenda do xogunato Tokugawa, zarpou de Vlissingen em dezembro de 1866 rumo ao Japão. A bordo viajavam quatro jovens que haviam ido estudar naquele país: Takeaki Enomoto (1836-1908), Tsunejiro Uchida, Tarozaemon Sawa, Shunpey Taguchi e mais cinco técnicos. Cruzando o Atlântico, o navio chegou ao Rio de Janeiro no dia 21 de janeiro de 1867. Os nove passageiros desceram a terra e visitaram a cidade. Dentre estes, Enomoto foi incentivador e pioneiro da emigração.

Outro nome a ser destacado é o de Wasaburo Otake, que veio ao Brasil a bordo do navio de guerra Almirante Barroso, o qual visitou o Japão em 1889. Chegando ao Brasil, permaneceu aqui por sete anos, tendo estudado na Escola Naval do Rio de Janeiro. Lançou o Dicionário Português-Japonês (1918) e, a seguir, o Dicionário Japonês-Português (1925), ainda hoje utilizado.⁹ Com o estabelecimento de relações diplomáticas ocorrido em 5 de novembro de 1895 em Paris, começam a chegar ao Brasil os primeiros diplomatas japoneses.

Em 1906, surge o primeiro estabelecimento comercial em São Paulo, a firma Fujisaki, de Sendai, província de Miyagi. A casa comercial tinha como funcionários Shinjiro Noma, Takeo Goto, Jukichi Sakuma, Ryosaku Tanaka e outros.

Um grupo de emigrantes livres (espontâneos) veio nesse mesmo ano, dentre eles Rioichi Yassuda, Umekichi Akeho, Saburo Kumabe e outros.

Dos filhos do sr. Rioichi Yassuda, o Dr. Fábio Yassuda, foi o primeiro nissei a tornar-se Ministro de Estado (Indústria e Comércio), e o Dr. Eduardo Yassuda, engenheiro formado na Escola Politécnica da USP, foi

⁸ NOGUEIRA, Arlinda Rocha. Ob. cit, p. 56.

⁹ SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA. Ob. cit, p. 60.



Estátua de Kobe simbolizando a imigração japonesa



Estátua de Santos simbolizando a imigração japonesa

o primeiro professor catedrático nikkei da atual Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

1.3.1 Antecedentes

Certas situações do período que antecedeu a imigração japonesa, ocorridas tanto no Brasil quanto no Japão, motivaram a imigração de japoneses. No Japão a restauração Meiji, que aboliu a classe de samurai, o regime de sucessão

familiar, a superpopulação no meio rural, a instrução obrigatória a cargo dos municípios, vilas e aldeias, o recrutamento de jovens para o serviço militar foram, entre outras, as causas do êxodo rural, provocando o inchaço urbano com contingentes de pessoas desempregadas. A alternativa a curto prazo foi estimular a emigração. Surgem assim, ao lado das companhias oficiais, inúmeras empresas fomentadoras de emigração.

Por outro lado, o Brasil, que vivia da monocultura do café, dava fim ao regime escravocrata a 13 de maio de 1888. Bem antes, porém, o país já estimulava a imigração para ocupar o seu vasto território. Os europeus eram os preferidos; por esse motivo italianos, alemães, portugueses e espanhóis eram os mais requisitados. Havia uma tendência em não aceitar os imigrantes negros e asiáticos devido a informações chegadas dos EUA, decorrentes de estereótipos e da corrente de trabalhadores americanos que temiam a concorrência de braços asiáticos que, segundo eles, aceitavam salários menores e ocupavam os seus postos de trabalhos. Havia também uma confusão entre os chineses e japoneses.

Essa restrição à entrada de japoneses ocorreu também na Austrália. O Canadá impediu a entrada de japoneses a partir de 1895. O Havaí recebeu aproximadamente 165 mil japoneses, que, por volta de 1898, constituíam 40% de sua população. Entretanto, com a sua anexação aos EUA em 1898 e pelo *Gentlemen's Agreement* assinado entre Washington e Tokyo, os japoneses foram proibidos de emigrar para essas ilhas.

Diante de inúmeras resistências, o Japão volta suas ações para as Américas Central e Sul, sobretudo para o Brasil.

1.3.2 A polêmica restritiva aos negros e asiáticos

A ocupação do território brasileiro foi para os seus governantes uma das maiores preocupações, desde o seu descobrimento. O povoamento apenas do litoral deixava extensas áreas inexploradas. A cana-de-açúcar, com o uso da mão de obra escrava, ocupou o litoral úmido do nordeste e algumas regiões do sudeste.

A introdução da cultura do café, na região sudeste, coincidiu com o movimento abolicionista e daí a preocupação de trazer os imigrantes. Os europeus eram os preferidos: italianos, alemães, portugueses e

espanhóis. Nessa imigração havia duas tendências nítidas: uma visava ao povoamento do território, ao desenvolvimento da produção e à regeneração da raça; outra objetivava o fornecimento da mão de obra para a lavoura cafeeira. Para o governo federal, a preocupação era multiplicar núcleos coloniais a fim de fixar o imigrante como pequeno proprietário. Outra era a preocupação do Estado de São Paulo, que defendia a vinda de imigrante assalariado para a produção de café.

A introdução de asiáticos, sobretudo chineses, teve opositores, entre eles Oliveira Martins, político português, e Antônio Olyntho. O Decreto no 528, de 28 de junho de 1890, permitia o ingresso no país de todas as pessoas capacitadas para o trabalho, mas fazia exceção às originárias da África e da Ásia. Havia, no entanto, simpatizantes ao ingresso de asiáticos (chineses e japoneses), como foi o caso do senador Monteiro de Barros.

A necessidade de fixação desses elementos era outra das preocupações. Nada prendia o imigrante à terra; tendo amealhado o suficiente para tornar-se independente ou deparando com outro fazendeiro que oferecia melhor remuneração, não titubeava: abandonava o trabalho e transferia-se de fazenda.¹⁰

O *Correio Paulistano* publicou, em 1892, inúmeros artigos do espanhol Francisco Cepeda que alertavam sobre o perigo que o Brasil corria com a introdução de asiáticos, com base na sua observação feita em Cuba. Essas polêmicas, no entanto, ficavam num segundo plano, quando a escassez de mão de obra se tornava aguda, sobretudo entre os cafeicultores paulistas.

A não fixação dos europeus na lavoura cafeeira, com seu retorno ao país de origem, era também frequente, a ponto de, em certos anos, o retorno deles aos respectivos países de origem superar a entrada de imigrantes.

“Após muita discussão, a 24 de setembro de 1892 foi aprovado o projeto de Monteiro de Barros. Isso quer dizer que ficava liberada a entrada no país, não para o asiático indiscriminadamente, mas para os chineses e japoneses, desde que não estivessem incursos em ação criminal no seu país de origem.

Tal preocupação deu origem à Lei no 97, sancionada a 5 de outubro. A partir dessa data, o Brasil se comprometeu não só a manter relações diplomáticas com China e Japão como também a enviar agentes diplomáticos encarregados, entre outras coisas, de fiscalizar o movimento migratório com destino ao nosso país.”¹¹

Em consequência surgiram empresas promotoras de imigração, tais como Companhia Mutualidade Agrícola, com sede no Rio de Janeiro e filial em São Paulo, Sindicato Paulista, Prado & Jordão e Associação Promotora da Imigração Asiática. A Prado & Jordão cuidava tão somente da imigração de japoneses. A comissão cobrada por essas empresas era variada: de 22 dólares (110\$000 réis), 16 libras (360\$000 réis), 18 libras (384\$000 réis) até 22 libras (528\$000 réis) por imigrante introduzido.¹²

A concorrência era acirrada e a crítica que se fazia era à finalidade lucrativa das companhias, ao fato de os proprietários não contarem com garantias suficientes e de os imigrantes não terem direito de escolha

10 Neste particular, nos dias atuais, ocorrem situações parecidas com os brasileiros que trabalham no Japão. A mobilidade no emprego por melhores salários é condenada pelos empregadores japoneses. A tradição nesse país é a fidelidade ao emprego e ao seu empregador.

11 SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA. Ob. cit, p. 42.

12 *Ibidem*.

da propriedade para a qual prestariam seus serviços.¹³

O governo japonês enviou, em 1893, Sho Nemoto, que visita os Estados de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e São Paulo, onde teve a oportunidade de conhecer a Hospedaria de Imigrantes da capital paulista e algumas fazendas do interior. O seu relatório reflete a boa impressão do que viu.

O interesse de empresas japonesas na emigração é, também, crescente. No entanto, entre 1900 e 1906 houve marchas e contramarchas nas negociações e nenhuma companhia conseguiu introduzir os imigrantes.

A partir de 1907, tanto a União como o Estado de São Paulo estabeleceram as bases regulamentares para o povoamento do solo nacional, promovendo ajustes com os governos dos Estados, com companhias e associações ou com particulares. O Decreto no 6.455, de 19 de abril de 1907, remonta às legislações anteriores pelas quais seriam aceitos todos os estrangeiros menores de 60 anos, sem qualquer restrição quanto à nacionalidade, exceção feita aos portadores de doenças contagiosas, os que exercessem profissões ilícitas, desordeiros, mendigos, vagabundos, os dementes ou inválidos. Os maiores de 60 anos eram considerados¹⁴ “inaptos ao trabalho”, mas poderiam imigrar, desde que acompanhados de um indivíduo válido. A eles seriam assegurados todos os direitos civis garantidos aos nacionais.

1.3.3 A imigração no Estado de São Paulo

No Decreto no 1.458 do Presidente do Estado de São Paulo, Jorge Tibiriçá “regulamenta a Lei no 1045C, de 27 de dezembro de 1906, que dispunha sobre a imigração e colonização no seu território. Este dispositivo legal vigorou nos primeiros anos da imigração japonesa em nosso Estado, tendo sido mesmo considerado parte integrante dos contratos assinados pelo governo estadual com as companhias japonesas. De acordo com este decreto, seriam considerados imigrantes somente os passageiros de terceira classe que, viajando por conta própria ou tendo a passagem paga pelo Estado, pelas municipalidades ou empresas particulares, agrícolas ou de colonização em sua totalidade ou parcialmente, contassem com menos de sessenta anos, viessem sós ou em companhia de família e fossem agricultores, operários ou artistas” (art. 1o).¹⁵

Esse decreto faz as mesmas restrições à entrada de imigrantes determinadas pelo Decreto no 6.455 da União:

“Os imigrantes deveriam vir constituídos em famílias compostas exclusivamente de, tendo cada uma, no mínimo, três indivíduos aptos para o trabalho, sendo assim considerados os de idade entre doze e quarenta e cinco anos (art. 19o).”¹⁶

Os que embarcavam do Porto de Kobe ficavam alojados na Hospedaria do Emigrante, onde recebiam cuidados médicos, inclusive vacinas obrigatórias. Do porto de Santos, os imigrantes seriam encaminhados para a Hospedaria dos Imigrantes,¹⁷ na capital do Estado, e daí distribuídos para as fazendas contratantes.

13 Fatos semelhantes ocorrem nos dias atuais com os chamados de kasseguís, isto é, os intermediários visam a grandes lucros na transação, há incertezas nos trabalhos que se irá executar, sobre a empresa na qual irá empregar-se. O trabalhador acaba sendo mero objeto de transação comercial.

14 NOGUEIRA, Arlinda Rocha. Ob. cit, p. 71.

15 *Ibidem*, p. 72.

16 *Ibidem*, p. 72.

17 O governo do Estado de São Paulo, para atender os imigrantes de diversas procedências, havia construído uma Hospedaria na Capital,

O decreto estabelecia a obrigatoriedade de repatriar os imigrantes inaptos e exigia que os navios tivessem dispositivos de segurança, como salva-vidas, aparelho de desinfecção, condições higiênicas, lotação determinada pela Inspetoria de Imigração etc. Sabe-se, no entanto, que os primeiros navios que transportaram



Hospedaria dos Emigrantes em Kobe



Hospedaria dos Imigrantes na capital de São Paulo

os imigrantes eram, em geral, cargueiros adaptados a transporte de passageiros.

1.3.3.1 Kasato-Maru trazendo os primeiros imigrantes

Após marchas e contramarchas, em 28 de abril de 1908, partiu do porto de Kobe, província de Hyogo, o navio Kasato-Maru trazendo a bordo 781 imigrantes. O navio aportou no cais 14, no dia 18 de junho de 1908. Os 781 imigrantes, segundo levantamento realizado na Hospedaria, eram provenientes de:

Okinawa	324	Kagoshima	172
Fukushima	107	Hiroshima	66
Kumamoto	49	Ehime	21
Yamaguchi	20	Miyagi	10
Niigata	9	Tokyo	3

Quanto a esses dados, há divergências nos números fornecidos pelo Consulado Geral do Japão, que registra: Fukushima: 77 e não 107; Hiroshima: 42 e não 66; Kumamoto: 79 e não 49; Yamaguchi: 30 e não 20, além de apontar 14 pessoas como vindas de Kochi. Essas divergências numéricas, acreditamos, serão dirimidas ao término do levantamento que está sendo realizado pela Comissão de Documentação da Associação para Comemoração do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil.¹⁸

Uma vez que foram registrados aspectos negativos e contrários à entrada de imigrantes japoneses, por questão de justiça, cabe registrar observações positivas à imigração, manifestadas por membros da sociedade brasileira.

cuja finalidade, estipulada na Lei nº 56, de 21 de março de 1885, era a de receber, alojar e sustentar os recém-chegados, durante seis dias, salvo caso de força maior.

18 A Comissão de Documentação da Associação Para Comemoração da Imigração Japonesa no Brasil (entidade jurídica) realiza o levantamento e digitalização de todos os imigrantes que chegaram ao Brasil pelo Porto de Santos, compilando, digitalizando e confrontando com os nomes registrados no Memorial do Imigrante da Secretaria Estadual da Cultura.

Nesse sentido, o inspetor de Agricultura, J. Amandio Sobral, em artigo intitulado ‘Os japoneses em São Paulo’, datado de 22 de junho de 1908 e publicado no *Correio Paulistano*, discorre sobre a impressão que tivera com o primeiro grupo de japoneses que, após 52 dias de viagem, tendo aportado apenas em Singapura, na Ásia, e na cidade do Cabo, na África, haviam desembarcado em Santos no dia 18 daquele mês. Segundo suas palavras, “o navio em questão apresentava-se com uma limpeza ‘incedível’, apesar de os imigrantes serem provenientes de humilde camada social do Japão.[...] Causou admiração também o fato de terem desembarcado do vagão, depois de 4 horas de viagem, junto à Hospedaria, no trem especial que os trouxera, na mais perfeita ordem. Outro pormenor que lhe chamou a atenção foi o fato de todos eles estarem vestidos à moda europeia, os homens de chapéu ou boné e as mulheres de saia e camiseta pegada à saia, cinto e chapéu dos mais simples, preso à cabeça por um elástico e ornado com grampo [...] trazendo as mãos calçadas com luvas brancas e os homens usando gravatas. Alguns que haviam sido soldados na última guerra ostentavam no peito suas condecorações. Muitos deles traziam pequenas bandeiras de seda, do Japão e do Brasil [...] Causou profunda admiração o fato de terem deixado em perfeita ordem e limpeza, o que contrastava com o que era comum entre os demais imigrantes. [...] Entre a bagagem dos japoneses havia sempre uma caixa de ‘pó dentifrício’, escova de dentes, ‘raspadeira para língua’, pente para cabelo e navalha de barba; sendo notado também que se barbeavam sem sabão, só com água [...] a raça é muito diferente, mas não é inferior. Não façamos antes do tempo juízo temerário a respeito da ação do japonês no trabalho nacional”.

A primeira leva de imigrantes trazida pelo *Kasato-Maru* foi encaminhada para as fazendas Dumont,¹⁹ Guatapará, São Martinho, Sobrado, Floresta e Chanaan, localizadas nos municípios de Ribeirão Preto, Sertãozinho, São Manuel, Indaiatuba e São Simão.

A distribuição das famílias se fez respeitando, na medida do possível, as províncias de origem. Assim, para a fazenda Dumont foram as procedentes de Fukushima, Kumamoto, Kagoshima, Niigata e Hiroshima; para São Martinho, os restantes de Kagoshima; para Sobrado, os de Yamaguchi e Ehime; para Floresta, as de Okinawa; e para a propriedade de São Paulo Coffee States as demais de Okinawa. Algumas permaneceram na capital, mas ao final de junho todas elas estavam distribuídas para trabalhar.

Tomoo Handa, em seu livro *O imigrante japonês*, faz um relato das dificuldades encontradas pelos imigrantes em cada uma das fazendas, muitas delas por desencontro de informações e inadequada tradução. Houve alguma debandada, principalmente dos solteiros que vieram como membros de família agregada e outros por não conseguirem adaptação aos trabalhos na lavoura de café. Dessas situações ocorreram as fugas noturnas, conhecidas como *yonigue*.

Pelo levantamento realizado pela Secretaria da Agricultura, em dezembro de 1908, portanto seis meses depois de terem chegado ao Brasil, na fazenda Guatapará, as 23 famílias a ela encaminhadas cumpriram o contrato e 14 delas o renovaram; na fazenda São Martinho, das 26 famílias, 15 continuavam a servir com renovação do contrato e 11 não o haviam cumprido por serem de profissões estranhas à lavoura, ou por terem vindo na condição de agregados. Na fazenda São Paulo Coffee States, das 24 famílias, seis saíram por serem compostas e 18 renovaram o contrato.

Em uma pesquisa realizada seis meses após a introdução dos imigrantes, de 772 japoneses alocados, 430 haviam abandonado as fazendas, e, após 13 meses, apenas 191 permaneciam nelas, ou seja, menos de 25%.

¹⁹ A fazenda Dumont era de propriedade da família de Santos Dumont, Pai da Aviação.

O *Correio Paulistano* fez a mais ponderada análise, entre pessimismo exagerado de uns e otimismo de outros: dizia não ser verdade que todos eles haviam abandonado as fazendas e estavam nas cidades à procura de nova colocação, pois a grande maioria permanecia ainda na lavoura. Pode-se concluir que a dificuldade de adaptação da primeira leva teve diversas causas, a começar pelo exagerado otimismo no processo de recrutamento, o que acontece nos dias atuais, com os trabalhadores brasileiros que seguem ao Japão: dificuldade de comunicação, alimentação, regime e trabalho totalmente alheio ao que exerciam no Brasil. Por outro lado, se a exigência de vir em família era motivo de maior estabilidade, cumprir essa exigência com um agregado foi motivo de fugas. Muitos abandonavam as fazendas e voltavam para a Hospedaria dos Imigrantes a fim de solicitar novos encaminhamentos, por exemplo, para as propriedades do Coronel Virgílio Rodrigues Alves, de Joaquim Toledo Piza, no município de Bauru, para as obras da Estrada de Ferro Sorocabana. Outros permaneceram na Capital como empregados em casa de família na função de copeiro, jardineiro, pedreiro, carpinteiro, motorista etc.

Essa concentração na Capital se fez nas proximidades da Rua Conde de Sarzedas, em porões que mais tarde deram origem a bares, pensões e barbearias que não exigiam muito capital.

Esses aspectos negativos mereceram estudos também pelo Japão, que exigia uma seleção mais rigorosa às companhias de recrutamento, retardando a vinda de levas posteriores. A nova leva chegou ao Brasil em 28 de junho de 1910, no navio Ryojun-Maru, com 906 imigrantes contratados e três autônomos conduzidos pelo Sr. Ryu Mizuno.

Esses novos imigrantes enfrentaram dificuldades semelhantes às dos anteriores, descritas exaustivamente pelo Sr. Tomoo Handa no seu livro *O imigrante japonês* e pela Profa Arlinda Rocha Nogueira no livro *A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista* (1908-1922).

Tomoo Handa descreve que a inadaptação ao trabalho nas fazendas de café não é privativa dos japoneses; os imigrantes de outras nacionalidades também se rebelaram. Bem antes dos japoneses, o governo da Alemanha chegou a proibir emigração para as fazendas de café do estado de São Paulo.

1.3.3.2 Ryojun-Maru com a segunda leva

Partindo do porto de Kobe, no dia 4 de maio de 1910, com 906 passageiros, chegou a Santos o Ryojun-Maru no dia 28 de junho do mesmo ano. A notícia da chegada de uma nova leva foi saudada efusivamente pelos imigrantes do Kasato-Maru.

Tendo em vista os inúmeros insucessos da primeira leva, foram impostas condições mais rigorosas na seleção de famílias: evitaram-se pessoas sem nenhum vínculo com o casal na família composta, o subsídio para a passagem de menores foi reduzido e proibia-se greve nas fazendas.

Os imigrantes foram distribuídos em 16 fazendas: Guatapará, Veado, São Joaquim, Boa Vista, Célula, Santa Cândida, Paraíso, Jataí, Sobrado, Araguá-Mirim, Santa Maria, Santana, São Francisco, Guabiroba, São Pedro, Joaquim Ribeiro e em muitas nas linhas²⁰ Sorocabana, Paulista e Noroeste. O índice de fixação dessa segunda leva foi muito alto, com exceção de três fazendas, as de Jataí, Santa Maria e Santan-
cujos problemas se referiam à topografia e à qualidade do terreno, à pouca área de cultivo familiar, aos

20 Assim se denominavam as vias férreas que acompanhavam as frentes pioneiras das fazendas de café.

Total de imigrantes das primeiras 10 levas, segundo sua procedência											
Levas	1a	2a	3a	4a	5a	6a	7a	8a	9a	10a	Total
Chegada	18/06/1908	26/06/1910	25/04/1912	29/04/1912	06/05/1913	15/05/1913	24/10/1913	28/10/1913	26/04/1914	11/05/1914	
Províncias											
Fukuoka		78	104	296	443	303	855	790	244	587	3.700
Kumamoto	49	221	278	535	435	313	637	387	318	378	3.551
Hiroshima	66	57	311	195	318	358	245	194	188	262	2.194
Fukushima	107	59	11	68		275		107	416	117	1.160
Okinawa	324	4	362	56		1			32	1	780
Kagoshima	172	109	251	20							552
Kochi		76		85	102		142			147	552
Saga		62		66		112		103	66		409
Okayama		121	16	7		69		57	82	39	391
Ehime	21	20		13	146		3	38	38	44	323
Yamaguchi	20	41		26	1	22	3	23	68	57	261
Miye			74	9		26		8		50	167
Fukui				4	34		21	10		50	119
Nagasaki		21			30	21	6	12	30		120
Oita				40				40		1	81
Kagawa				6			28			41	75
Shimane		18							37	13	68
Aichi			3			43			23		69
Gifu						41		3	25		69
Shiga			3			21		3	26		53
Shizuoka									42		42
Hyogo								8	15	16	39
Niigata	9							10	20		39
Miyagi	10								1	2	13
Nagano		10							10		20
Totori			3						16		19
Tokyo	3							3			6
Chiba		5									5
Tokushima				5							5
Toyama		10									10
Total	781	912	1.416	1.431	1.509	1.605	1.940	1.793	1.700	1.805	14.892

preços cobrados nos armazéns e ao tratamento sofrido com o administrador. Assim, a pesquisa realizada em março de 1911, nove meses após, indicava a permanência de 75% dos imigrantes assentados.

1.3.3.3 Outras levas

A terceira leva, trazida pela Toyo Imin Goshi Kaisha no navio Kasagawa-Marui, partiu de Kobe no dia 10 de março e chegou a Santos no dia 25 de abril de 1912, com 1.416 imigrantes.

A quarta leva, trazida pela Takemura Imin Goshi Kaisha no navio Itsukushima-Marui, partiu de Kobe no dia 3 de março de 1912, chegando a Santos no dia 29 de abril de 1912, com 1.431 imigrantes.

A quinta leva, também sob a responsabilidade da Takemura Imin Goshi Kaisha, trazida no navio Daini Unkai-Marui, partiu de Kobe a 4 de março de 1913 e chegou a Santos no dia 6 de maio de 1913, com 1.509 imigrantes.

A sexta leva, trazida pela Toyo Imin Goshi Kaisha no navio Wakasa-Marui, partiu de Kobe no dia 30 de março de 1913 e chegou a Santos no dia 15 de maio de 1913, com 1.605 imigrantes.

A sétima leva, trazida pela Takemura Imin Goshi Kaisha no Teikoku-Marui, partiu de Kobe em 28 de agosto de 1913 e chegou a Santos no dia 24 de outubro de 1913, com 1.940 imigrantes.

A oitava leva, trazida pela Toyo Imin Goshi Kaisha no Wakasa-Marui, partiu de Kobe em 12 de setembro de 1913 e chegou a Santos no dia 28 de outubro de 1913, com 1.793 imigrantes.

A nona leva, também trazida pela Toyo Imin no Wakasa-Marui, partiu de Kobe em 10 de março de 1914 e chegou a Santos no dia 26 de abril de 1914, com 1.700 imigrantes.

A 10ª leva, trazida pela Takemura Imin Goshi Kaisha no Teikoku-Marui, partiu de Kobe em março de 1914²¹ e chegou a Santos no dia 11 de maio de 1914, com 1.805 imigrantes.

Essas 10 levadas de imigrantes japoneses chegados ao Brasil, num total de 14.892 pessoas, foram encaminhadas às 10 maiores fazendas, quais sejam: a Companhia Agrícola Guataparã, no Município de Ribeirão Preto, recebeu 996 pessoas; a Cia. Agrícola São Martinho, no Município de Sertãozinho, 725 imigrantes; São Paulo Coffee States, de São Simão, 447 pessoas; Santa Maria, São Francisco e Santana, no Município de São Manoel, 324 pessoas; Albertina Prado e Filhos, de Ribeirão Preto, 314 pessoas; Fazenda Santa Rita, de Ribeirão Preto, 291 pessoas; Santa Isaura, em Ribeirão Preto, 270 pessoas; Monte Alegre, de Ribeirão Preto, 233 pessoas; Sobrado, de São Manoel, 229 pessoas; e Bela Vista, em Sertãozinho, recebeu 227 imigrantes.

As 80 estações das sete ferrovias – Mogiana, Paulista, Sorocabana, Araraquarense, Douradense, Noroeste e Ramal Férreo Campineiro – receberam famílias de trabalhadores japoneses totalizando 11.275 pessoas.²²

Nesses 10 navios, as províncias que enviaram maior número de imigrantes foram Fukuoka, Kumamoto, Hiroshima, Fukushima, Okinawa, Kagoshima e Kochi, com mais de 500 pessoas.

O imigrante, ao se instalar numa fazenda de café, percebia que o trabalho a ele destinado não diferia muito de fazenda a fazenda. Era acordar de madrugada, tomar o café, preparar a marmita, encher o coque de água, pegar as ferramentas e seguir para o cafezal. Geralmente recebia atribuição de cuidar de determinado número de pés de café. Em certas épocas, para cuidar de capinação; em outras, de formação e plantação de mudas; em outras ocasiões, de colheita e secagem de grãos. A cada tarefa era estipulado o pagamento, de cujo montante se descontavam os valores referentes a fornecimento de gêneros alimentícios, ferramentas e outros produtos vendidos no armazém, geralmente pertencente ao fazendeiro. Em muitas ocasiões acontecia de o imigrante ficar com o saldo negativo, e o débito passava para o ano seguinte.²³

Para suprir a necessidade alimentar e ajudar na receita, os colonos, com autorização do fazendeiro, passaram a cultivar verduras, cereais e ter criações de aves e porcos, abatidos em ocasiões especiais.

Além dessa faina diária, os imigrantes tinham afazeres domésticos, como lavar roupas, reparo e limpeza da casa, atribuídos às crianças também.

21 Pelo tempo que levavam os navios, presume-se que a partida tenha ocorrido no final de março.

22 NOGUEIRA, Arlinda Rocha. Ob. cit, p. 62.

23 Esta sistemática, denominada de aviamento, é bastante comum na Amazônia com seringueiros e castanheiros.

A constatação de que o sonho de enriquecer em alguns anos e retornar ao Japão como vencedor e o sentimento de que fora “enganado” pela propaganda de agências de recrutamento passam a dominar o pensamento dos imigrantes. Retornar? Como? Sem dinheiro, muitas vezes com dívidas no armazém. O que fazer? Fugidas noturnas, mudar de fazenda, procurar outro emprego na Capital?

A constatação da impossibilidade de retorno foi também a mola propulsora para eles se tornarem agricultores independentes e almejem o acalentado retorno ao Japão. Alguns japoneses conseguiram amealhar recursos para adquirir pequenas áreas. Outros se tornaram arrendatários de terras e assim partiram para a cultura do arroz, algodão, milho, feijão etc. O lucro auferido permitiu, em muitos casos, a aquisição da própria terra.

Por volta de 1911-1912, surge o interesse do governo japonês em estimular a aquisição de grandes glebas para a instalação de colônias agrícolas. Foi o caso de Iguape, cujo município englobava os núcleos Katsura, Registro e Sete Barras.

O núcleo de Iguape foi iniciado em 1913 com a concessão pelo governo do Estado de uma área de 50.000 hectares, mais 50.000 hectares em local próximo de Registro, ao Sindicato de Tóquio, uma empresa colonizadora paraestatal. Representando a empresa, o sr. Ikutaro Aoyagui recrutou trabalhadores de diversas formas, inclusive indo buscá-los na rua Conde de Sarzedas, onde estavam ao sair das fazendas de café. Com 30 famílias, iniciou a rizicultura, com relativo sucesso. Para esse resultado, contribuiu o apoio do Sindicato denominado Brasil Takushoku Kabushiki Kaisha, que seis anos depois foi incorporado à Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha – KKKK.²⁴

Os primeiros imigrantes que trabalharam na região de Ribeirão Preto, após o cumprimento do contrato, deixaram as fazendas ou arrendaram parte dela para o cultivo do arroz. Assim, a rizicultura desenvolveu-se às margens direita e esquerda do Rio Grande, na divisa com Minas Gerais, isto por volta de 1912 a 1914.

Paulatinamente, começam a surgir núcleos espontâneos, como o Juqueri nos arredores de São Paulo, núcleos coloniais e a abertura de novas frentes nas regiões pioneiras.

Terminado o contrato, os deslocamentos dos imigrantes ocorreram com frequência, abandonando-se as fazendas em busca de outras novas, ou tornando-se “contratistas”, formadores de novos cafezais, arrendatários, meeiros ou até proprietários de lote para cultura familiar. Intensificou-se também a formação de núcleos na década de 1910, como: Iguape (1913); Juqueri (1913); Cotia (1914, berço da Cooperativa Agrícola de Cotia); Tokyo, na E. F. Paulista (1915); Hirano (1915), na Linha Noroeste; Vai-Bem (1916), na E. F. Sorocabana; Brejão (1916, Sorocabana), na estação de Álvares Machado (onde existe o Cemitério Japonês, hoje tombado pelo Patrimônio Histórico); Itacolomi (1918, E. F. Noroeste), fundado por Shuhei Uetsuka; Birigui etc. Nessas localidades, os moradores organizavam-se e fundavam as associações, que dirigiam a vida da comunidade, instalando centros comunitários que serviam também como salas de aulas, campos de esportes etc. A mobilização interna pelo Estado de São Paulo também é intensa, com a abertura de novas fronteiras agrícolas. Para ilustrar essa tendência, basta verificar os dois mapas, de 1908-1914 e 1917-1922. Assim, as novas levadas de imigrantes se dirigem, fundamentalmente, para esses núcleos já formados, pois a adaptação é menos traumática.

²⁴ Tomoo Handa, *O imigrante japonês, história de sua vida no Brasil*, p. 335.

Seguem as ferrovias que avançam pelo interior paulista, intimamente ligadas à cafeicultura. Foi numa dessas frentes que o imigrante Shunji Nishimura, fundador da Empresa Jacto e Presidente da Fundação Shunji Nishimura, em 1929 se estabelece na última estação da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, no município de Pompeia. Aí instalou uma pequena oficina “conserta-se tudo”, tornando-se empresário de sucesso com a fábrica de implementos agrícolas Jacto.

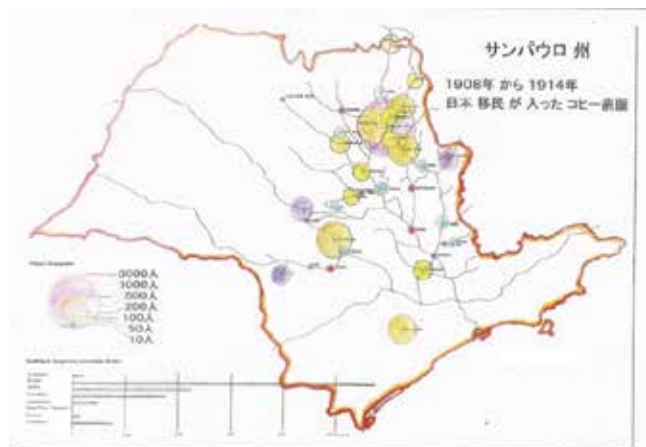
A primeira estrada de ferro construída ligou Santos a Jundiaí em 1867. No ano seguinte construiu-se a companhia Paulista de Estrada de Ferro, com diversos ramais. A Companhia Mogiana da Estrada de Ferro (1872) segue em direção a Ribeirão Preto (1883) e Franca (1887), alcançando as margens do Rio Grande em 1888.

Na última década do século XIX, foi criada a Estrada de Ferro Araraquarense, partindo de Araraquara, atingindo Rio Preto em 1912 e seguindo em direção ao Rio Paraná.

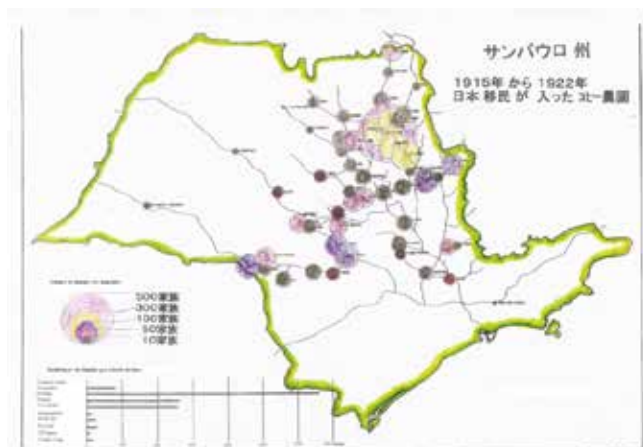
A Estrada de Ferro Sorocabana foi construída em 1872, ligando São Paulo a Sorocaba (1877), Botucatu (1889), Salto Grande (1910), Presidente Prudente (1920), e foi a que mais lentamente avançou até atingir a barranca do rio Paraná.

A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, organizada em 1904, partindo de Bauru, chegou a Araçatuba em 1908. Daí seguia o rio Tietê até Lussanvira, seu ponto final. Os imigrantes iniciais das três Alianças alcançaram os seus respectivos lotes por esta ferrovia. Posteriormente, de Araçatuba partiu uma ferrovia variante que atingia a margem do rio Paraná. Transpondo-o através de uma ponte, adentra o Estado do atual Mato Grosso do Sul, chegando a Campo Grande, Corumbá, onde atravessa a fronteira com a Bolívia. A construção desta ferrovia teve a participação dos japoneses, sobretudo dos okinawanos, que posteriormente fixaram-se na cidade de Campo Grande.

Como pode ser visto, a marcha para noroeste segue a trilha das ferrovias, o mesmo acontecendo com a expansão dos imigrantes no Estado de São Paulo.



Mapas do Estado de São Paulo 1908-1914



Mapa do Estado de São Paulo 1915-1922

Tabela de levas de imigrantes chegados – 1917-1922

Levas	Cia. Introdutora	Navios	Portos	Saída	Chegada	Destino	Nº Pessoas
11 ^a	não consta	Fushimi	Kobe	10/10/1916	20/01/1917	Iguape	não consta
12 ^a	Brasil Imin	Wakasa	Kobe	20/04/1917	15/06/1917	não consta	1.242
13 ^a	Brasil Imin	Kawashi	Kobe	12/06/1917	09/08/1917	Iguape e Minas	
14 ^a	Toyo Imin	Seattle	Kobe	16/06/1917	27/08/1917	Iguape	
15 ^a	Toyo Imin	Takoma	Kobe	21/09/1917	01/12/1917	Iguape	
16 ^a	Brasil Imin	Wakasa	Kobe	03/11/1917	30/12/1917	Fazendas	1.579
17 ^a	Brasil Imin	Seattle	Kobe	20/11/1917	01/02/1918	Iguape	
18 ^a	Brasil Iminm Morioka	Haway	Kobe	26/02/1918	24/05/1918	Iguape	
19 ^a	Brasil Imin	Wakasa	Kobe	25/04/1918	17/07/1918	Fazendas	1.851
20 ^a	Brasil Imin	Seattle	Kobe	31/05/1918	11/08/1918	Iguape	
21 ^a	Brasil Imin	Hakata	Nagasaki	11/07/1918	02/09/1918	Fazendas	1.664
22 ^a	Brasil Imin	Sanuki	Nagasaki	06/09/1918	26/10/1918	Fazendas Minas Iguape	1.118
23 ^a	Brasil Imin	Haway	Kobe	20/10/1918	18/12/1918	Fazendas, Iguape	355
24 ^a	Brasil Imin	Wakasa	Kobe	28/11/1918	23/01/1919	Fazendas, Iguape	331
25 ^a	Brasil Imin	Hakata	Kobe	21/01/1919	23/03/1919	Fazendas, Iguape	551
26 ^a	Brasil Imin	Sanuki	Nagasaki	27/03/1919	21/05/1919	Fazendas, Iguape	551
27 ^a	Brasil Imin	Kamakura	Nagasaki	27/05/1919	14/07/1919	Fazendas, Iguape	411
28 ^a	Brasil Imin	Haway	Kobe	21/07/1919	22/11/1919	Fazendas, Iguape	165
29 ^a	Brasil Imin	Sanuki	Kobe	18/10/1919	14/12/1919	Fazendas, Iguape	207
30 ^a	Brasil Imin	Kamakura	Kobe	25/11/1919	19/01/1920	Fazendas, Iguape	57
31 ^a	Brasil Imin	Tosa	Kobe	30/03/1920	25/05/1920	?	296
32 ^a	Brasil Imin	Kawashi	Kobe	02/07/1920	04/09/1920	Fazendas, Iguape	170
33 ^a	Brasil Imin	Tosa	Kobe	01/10/1920	11/12/1920	Fazendas, 1ª sem aux.	128
34 ^a	Kaigai K. K. Kausha	Panama	Kobe	27/12/1920	09/03/1921	Fazendas, Iguape sem aux.	122
35 ^a	Kaigai K. K. Kausha	Kawashi	Kobe	28/04/1921	04/07/1921	Fazendas, Iguape sem aux.	183
36 ^a	Kaigai K. K. Kausha	Tacoma	Kobe	02/07/1921	07/09/1921	Fazendas, Iguape sem aux.	141
37 ^a	Kaigai K. K. Kausha	Seattle	Kobe	28/09/1921	07/12/1921	Fazendas, sem aux.	221
38 ^a	Kaigai K. K. Kausha	Chicago	Kobe	30/11/1921	07/02/1922	Fazendas, sem aux.	314
39 ^a	Kaigai K. K. Kausha	Kanagawa	Kobe	21/03/1922	25/05/1922	Fazendas, sem aux.	403
40 ^a	Kaigai K. K. Kausha	Chicago	Kobe	03/07/1922	13/09/1922	Iguape, sem aux.	141
41 ^a	Kaigai K. K. Kausha	Kanagawa	Kobe	26/09/1922	28/11/1922	Fazendas, Iguape sem aux.	141
42 ^a	Kaigai K. K. Kausha	México	Kobe	28/12/1922	10/03/1923	Fazendas, sem aux.	130
Total							12.331

Fonte: Nogueira, Arlinda Rocha. A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista (1908-1922)

1.3.4 A imigração no Estado do Paraná

A penetração dos imigrantes japoneses no Estado do Paraná se fez em duas frentes: a primeira, a partir de 1915, que chegou a Curitiba, estabelecendo-se nos bairros de Uberaba, Campo Comprido e Santa Felicidade; a segunda, ao norte do Estado, extensão da frente de expansão pioneira do Estado de São Paulo.

“Os primeiros japoneses entraram em Cambará a partir de 1913, trabalhando como colonos na fazenda dos Barboza Ferraz. Em 1917, já surgia um agrupamento de sitiantes (pequenos proprietários de terra), recebendo por isso o nome de núcleo da Vila Japonesa. Em 1923 já existiam armazém e empório de japoneses na cidade de Cambará.

É fundada uma associação japonesa na Vila Japonesa, em 1918, e em 1921 surgem as primeiras escolas primárias japonesas.”²⁵

A colonização de Bandeirantes começou em 1927 com a fazenda Nomura. Os pioneiros de Cornélio Pro-cóprio entraram em 1928 e o núcleo de colonização é implantado pelas famílias de sitiantes, e em 1929 surge, entre outras, a fazenda Atomiya.

“Urai (Pirianito, antes da guerra) desenvolveu-se a partir de 1936 pelas mãos da ‘Nam-bei Toti Kabushiki Gaisha’ (cia. De Terras América do Sul); a imigração de Três Barras se deu em 1932, ambas, portanto, depois de Londrina.”²⁶

A presença de imigrantes japoneses no norte do Estado do Paraná, de forma significativa, ocorre na década de 30, mais precisamente em 1932, quando a BRATAC inicia as vendas de lotes no núcleo de Três Barras, cuja vila principal se denominava Assai. Era uma área de 18.340 alqueires e seus lotes passaram a ser vendidos depois que o governo de São Paulo restringiu o plantio de novos cafezais devido à superprodução.

Até 1941 foram vendidos 14.800 alqueires, o total de imigrantes residentes era de 1.614 famílias e a população de 8.666 habitantes. Este contingente era constituído de reimigrados, ou seja, aqueles que já tinham alguma experiência no Brasil.

1.3.5 A imigração no Estado do Mato Grosso

A presença de japoneses no Estado de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, teve início com os imigrantes da primeira leva que deixaram as fazendas do interior paulista. Muitos deles retornaram a Santos à procura de novos empregos ou mesmo decididos a retornar ao Japão. Tiveram conhecimento de recrutamento para a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, no Estado de Mato Grosso. Atraídos pelo altos salários, 75 japoneses partiram para essa nova empreitada. Partiram num navio cargueiro a partir de Santos, para o estuário do Rio da Prata, subindo até a confluência do Rio Paraguai até Porto Esperança. A viagem durou 16 dias, tendo-se enfrentado violenta tempestade. A chegada foi saudada pela companhia com uma foto datada de 1909. O grupo encontrou dois imigrantes que haviam ingressado na fazenda Guataparã procedentes da província de Kagoshima.

No mesmo ano, outras 57 famílias provenientes da fazenda Dumont e Floresta seguiram para a construção da Estrada de Ferro Noroeste no trecho faltante até a barranca do rio Paraná. O grupo foi acometido de doenças, sobretudo malária, abandonando a empreitada antes do seu término.

Assim, os japoneses que se fixaram nesse Estado eram remanescentes daqueles 75, grande parte constituídos de okinawanos e outros que haviam imigrado para o Peru. O aumento de imigrantes japoneses em Campo Grande ocorre a partir de 1917, com os okinawanos.

O sucesso alcançado pelos okinawanos no núcleo Mata do Segredo com o cultivo de batata, arroz e cana-de-açúcar foi muito grande, a ponto de alguns que o obtiveram retornarem ao Japão.

25 Tomoo Handa, ob. cit., p. 460.

26 Tomoo Handa, ob. cit., p. 460.

Os japoneses que se instalaram em Campo Grande foram levados pelo aumento do contingente de soldados aquartelados na cidade para fornecimento de verduras e capins para os animais. Por volta de 1920, eram 20 a 50 o número de famílias japonesas, chegando a 600 por ocasião do cinquentenário da imigração. O sucesso obtido pelos okinawanos se deve sobretudo à coesão e espírito de ajuda mútua praticada através do tanomoshi (associação de ajuda mútua).

1.3.6 A imigração no Estado do Rio Grande do Sul

Segundo o livro TAKUSEKI, publicado em 1996, os primeiros japoneses a pisarem o solo gaúcho foram o médico Yunosuke Nemoto, em 1920, e Eito Asaeda, em 1924, ambos vindos de São Paulo, este último casado com uma brasileira.

O clima propício e a necessidade de mão de obra agrícola possibilitaram a primeira tentativa de colonização no Estado. Em agosto de 1936, na região de Santa Rosa, no município de Horizontina, foram estabelecidas 18 famílias japonesas pela empresa de colonização KKKK (Companhia Ultramarina de Empreendimentos, com sede no Japão). O empreendimento fracassou principalmente pela iminência da Segunda Guerra Mundial. Esses imigrantes deixaram a colônia de Santa Rosa e dispersaram-se pelos outros Estados brasileiros, uma parte deles mudou-se para a região de Pelotas, Porto Alegre, São Leopoldo e seus arredores. Sabe-se que 24 ou 25 famílias japonesas oriundas principalmente de São Paulo se estabeleceram no Rio Grande do Sul antes de 1956.

Em 1956, 23 jovens solteiros com idade entre 17 e 26 anos, dentre os quais 22 técnicos agrícolas, desembarcaram no porto do Rio Grande com o sonho de se estabelecerem na terra gaúcha. Desde então, até a extinção da imigração sistemática em 1963, desembarcaram diretamente do Japão um total de 1.786 japoneses no Rio Grande do Sul.²⁷

Segundo a mesma fonte, esses imigrantes – nos municípios de Porto Alegre, Ivoti, São Leopoldo, Gravataí, Itapoá, Viamão, Pelotas, Santa Maria, Caxias do Sul, Itati, Ijuí, Bagé, Cachoeira do Sul, Cruz Alta, Carazinho, Lami e Passo Fundo – somam cerca de 1.512 cidadãos japoneses e 2.500 descendentes.

1.3.7 A imigração na Amazônia

Da palestra proferida pelo nosso companheiro Alexandre Yamanouth, no X Encontro Latino-Americano dos Ex-Bolsistas do Gaimusho, extraímos o seguinte trecho:

“02 – Os Primeiros Japoneses em Solo Amazônico – ‘Peru Kudari’

Conta-se que os primeiros japoneses a pisarem em solo amazônico eram oriundos do PERU. Atravessaram a Serra dos Andes e entraram na Amazônia pelo Estado do Acre (por volta do início do século XX), atraídos que foram pela fase áurea do ciclo da borracha (*hevea brasiliensis*) e eram conhecidos como ‘Peru Kudari’ – provavelmente, integrantes da primeira leva de imigrantes japoneses – cerca de 790 pessoas que chega-

²⁷ Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/imigracaojaponesa/default.php?p-secao=16>>.

ram ao Peru no ano de 1899 dos quais, só no primeiro ano, faleceram 143 acometidos de enfermidades e outros motivos.

[...]

04 – A Chegada à Região – Pará e Amazonas

4.1 No Estado do Pará

Eles saíram do porto de Kobe, em 24 de julho de 1929, no navio Montevideo-Maru e chegaram ao Brasil no dia sete de setembro, primeiramente na cidade do Rio de Janeiro. Eram 43 famílias mais 19 solteiros. Um total de 189 pessoas.

No dia seguinte (8 de setembro), embarcaram no Manila-Maru, em direção a Belém do Pará. Aqui chegaram dia 16 e, a 22 do mesmo mês, à cidade de Acará (hoje Tome Açu). Foram dois meses de penosa viagem, atravessando o oceano e chegando a um ambiente completamente adverso ao que estavam acostumados. Língua, clima, hábitos e costumes completamente diferentes; e a alimentação? (nem se fala). Dedicaram-se, inicialmente, ao cultivo do cacau e arroz. Enfrentaram também dificuldades financeiras e problemas de saúde (malária). Deixaram como marca registrada a cultura da pimenta do reino, tornando este Estado o maior produtor brasileiro desse produto.

4.2 No Estado do Amazonas

A história registra que, em 1928, o Governador do Amazonas, Efigênio Sales, concedia a Kosaku Oishi 25.000 ha de terra para o cultivo do guaraná. Oishi fundou a Companhia de Desenvolvimento de Maués, que mais tarde (1940) viria incorporar-se à Companhia do Desenvolvimento Industrial da Amazônia, em Parintins.

Em 27 de outubro de 1929, partia de Kobe, no navio Santos-Maru, o primeiro contingente de 50 colonos (07 famílias e 19 rapazes), que desembarcaram no município de Maués (AM) no dia 05 de janeiro de 1930.

O segundo contingente, conduzido por Takeo Sawayagi, constituído de 66 pessoas (12 famílias e 22 rapazes), desembarcou em Maués (AM) em 23 de julho de 1930. Nesse ano, a Companhia de Desenvolvimento Industrial da Amazônia já abrigava 136 colonos de 29 famílias, 48 rapazes e 11 membros do grupo diretivo, perfazendo um total de 195 pessoas.

Em 20 de junho de 1931, chegavam à Vila Amazônia (ex-Vila Batista), no município de Parintins (AM), 35 alunos integrantes da primeira turma da Escola Superior de Colonização do Japão Kokushikan (Kokushikan Koto Takushoku Gakko), fundada por Tsukasa Uetsuka. Eram os Kotakusei. Junto com eles vieram o dirigente da viagem, Sakae Oti, e mais três agrônomos. Nessa Escola receberam conhecimentos técnicos de agricultura e de língua portuguesa, com a finalidade específica de emigrarem para a Amazônia e aqui vencerem com o próprio esforço. E venceram! Com muito esforço e determinação. Superaram todos os obstáculos impostos pelo próprio meio ambiente amazônico, sobretudo no que respeita aos novos costumes, hábitos e idioma diferente. Foram responsáveis pela introdução da juta na Amazônia, produto que por três décadas (1940/50/60) contribuiu significativamente para o desenvolvimento da economia amazônica.”

Referências Bibliográficas

Anais do X Encontro Latino Americano dos Ex-bolsistas do Gaimusho, Belém – Pará – Brasil, 2006.

HANDA, Tomoo. **O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. **A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista (1908-1922)**, Instituto de Estudos Brasileiros – USP, Brasil, 1973.

SAUVY, A. **Théorie générale de la population**. 3. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1963.
SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA. Uma epopeia moderna, 80 anos da imigração japonesa no Brasil, 1992.

VIEIRA, Francisca Isabel Schurig. **O japonês na frente de expansão paulista: o processo de absorção do japonês em Marília**. São Paulo: Pioneira/ Edusp, 1973.

1.3.8 História da imigração japonesa na Amazônia



Larissa Noguchi de Oliveira

Neta de japoneses, intercambista Gaimusho 2018.

Jornalista, mestranda do Programa de Pós Graduação,

Comunicação e Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará

Este projeto de pesquisa se debruça no Japão na Amazônia e a memória dos nikkeis para manter costumes e hábitos relembrando suas origens e ancestralidade. Deste modo, como objetivo geral vou analisar como os descendentes de imigrantes japoneses mantêm costumes, observando a partir da Feirinha da Nipo, uma feirinha com viés gastronômico que tem o objetivo de comercializar comidas típicas japonesas, mas como a principal finalidade de entrelaçar a cultura japonesa na cultura local.

A feira proporciona um mergulho na ancestralidade e as formas comunicacionais com outros descendentes de japoneses. Como também faço parte da história dos imigrantes no Pará, uso a observação participante como método de pesquisa atravessando por recortes etnográficos baseados em Geertz.

Para França (2016) a comunicação não é reduzida a uma dinâmica de transmissão, e sim, entendida como uma interação e a memória. Levando em consideração muitos fatores sociais e culturais que foram modificando a vida desses imigrantes para a Amazônia, como reforça Emmi (2013), em qualquer lugar que você visite e houver uma colônia de descendentes, haverá grupos de nikkeis seja para manter algum costume como a língua japonesa, ou até um esporte como o baseball – tradicional no Japão. Mas qual a

finalidade de se manter preservada essa relação de comunicação e memória?

Palavras-chave: Japoneses. Imigração. Amazônia. Memória.

PARTE I

Capítulo 1 – A imigração japonesa na Amazônia

1.3.8.1 O processo migratório para o território Amazônico

No contexto histórico da chamada “*velha imigração*”²⁸, o fluxo migratório japonês chegou ao Brasil na primeira década do século XX, quando outros grupos de imigrantes, como os portugueses e italianos que já estavam pelo país.

O Japão aparece neste contexto de grandes migrações após o fechamento dos portos japoneses aos estrangeiros por causa da política feudal dos *shoguns*²⁹. Hosokawa (2008) observa algumas características importantes do movimento demográfico da imigração, que se pode destacar em três momentos: o primeiro no início da primeira década do século XX, depois, durante a segunda guerra mundial e, por fim, durante o período de pós-guerra.

Neste trabalho, vamos avaliar em linhas gerais as circunstâncias desse movimento migratório, especialmente, com a chegada dos descendentes no estado do Pará a partir de 1929.

Para basear essa proposta, Emmi (2013) ressalva o momento em que os imigrantes começaram a sair do continente asiático em um movimento de imigração planejada para o desenvolvimento da agricultura. O movimento migratório para a Amazônia foi diferente do que aconteceu com a imigração japonesa em São Paulo, que iniciou em 1908. A oferta do território é motivada na década de 1920 pelo desejo das elites governamentais do Amazonas e do Pará de encontrar novas possibilidades econômicas para minimizar os problemas criados pela crise da borracha.

Ainda segundo Emmi (2013), esse movimento se deu através de acordos governamentais. Registros do historiador Palma Muniz (1916) revelam que em 1894 o governador do Pará, Lauro Sodré, autorizou promover a introdução de estrangeiros para contribuir com a agricultura e/ou indústrias. A partir deste decreto, foi firmado com a Companhia Oriental de Imigração e Comércio, a introdução de 3.000 japoneses agricultores, mas não teria se concretizado.

A abertura se concretizou somente no governo de Dionísio Bentes, entre 1925 a 1929, onde o então governador destinou à imigração japonesa, 600 mil hectares de terra em Acará, 400 mil hectares em Monte Alegre e 3 lotes de 10 mil hectares em Marabá, Castanhal e Conceição do Araguaia.

28 Emmi, Marília Ferreira (2013), Um século de imigrações internacionais na Amazônia brasileira (1850-1950). Belém: Editora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará.

29 Shoguns eram líderes militares da época do Japão feudal

Registros apontam que a “terra prometida” para os japoneses era fértil, um território de promessas de plantio e de riquezas naturais, onde os japoneses teriam que plantar e buscar o seu sustento através da agricultura. E é esse caminho que pretendo percorrer com a proposta deste trabalho, analisar e trazer evidências de como esse imaginário fora construído nos japoneses que também buscavam um novo lugar para morar com o sonho de novos horizontes.



Fonte: “Agora vamos, levando a família, para a América do Sul” – convoca o cartaz, de 1925, [s.l.], de uma companhia japonesa de imigração. (Fotografia divulgada no site <https://www.imigracaojaponesa.com.br/index.php/fotos/>)

Não há escritos e relatos de como era o imaginário do território Amazônico, especificamente, nas localidades do estado do Pará na época do embarque os orientais até a nossa região, mas, as entrevistas mais recentes já evidenciam como os imigrantes tinham esse conceito imagético e de esperança dentro de um território desconhecido e cheio de objetivos.

Nesta época, os imigrantes apenas sabiam que teriam acesso às terras para agricultura. Segundo a “propaganda” que era divulgada³⁰, o acesso a 25 hectares de terra, traria a possibilidade de tornar-se dono do território demarcado. Partindo dessa promessa, podemos fazer uma conexão com o que os imigrantes poderiam idealizar a partir daquele momento, como possível saída da escassez econômica e o sonho de uma vida muito melhor no estado do Pará.

1.3.8.2 Os descendentes nikkeis e os costumes em território Amazônico

De acordo com pesquisa realizada em 1959, pelo Consulado do Japão em Belém, viviam na região Amazônica 6.212 japoneses, 1.325 nisseis e sanseis (filhos e netos de japoneses), totalizando uma população nipo brasileira de mais de 7.600 pessoas.

Diante desse cenário, comunidade japonesa reverberava a criação de uma entidade para integrar todas as comunidades de assentamento de imigrantes da região. A associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira (APANB) foi fundada em 13 de julho de 1958, em Belém, capital do estado do Pará. O objetivo da criação deste associação era manter costumes culturais e aproximar, preservar a vida comunitária da colônia japonesa, como uma entidade central. O registro oficial, civil, está na data de 24 de janeiro de 1960. O

30 MUTO, Reiko. Belém, 2011.

tripé da primeira organização representativa dos imigrantes japoneses na região era: o intercâmbio cultural entre Brasil e Japão; harmonia entre os japoneses e a educação de seus descendentes.

Até hoje, a APANB exerce atividades para ampliar a divulgação da cultura japonesa, assim como, tem o objetivo de promover atividades para ampliar a divulgação da cultura japonesa promovendo ações na Amazônia. Ações como bolsas de estudos no Japão, divulgação e programas da língua japonesa, festivais culturais e esportivos fazem parte das atividades da associação que desde 2016 criou uma feirinha que movimenta a cidade de Belém e envolve várias pessoas que gostam da cultura japonesa, principalmente, a culinária oriental.

Inicialmente, este trabalho tinha como objeto uma associação localizada em Tomé-Açu, município sede da imigração no Pará, porém, com a pandemia, as atividades foram paralisadas. Achar dados sobre a feirinha da Nipo ainda é bem difícil, não há registros oficiais, número fechado de expositores e de participantes ativos em cada feira, pois é a primeira vez que essa pesquisa se realizará.

Capítulo 2 - O imaginário e a memória

O interesse dos imigrantes que se deslocaram do Peru até o Pará era do imaginário do ciclo da borracha e seu poderoso mercado³¹, motivo pelo qual foi se reforçar a política migratória de japoneses para a região, melhorar e reascender a economia do estado do Pará pós ciclo da borracha.

Em 16 de setembro de 1929, o navio Manila-Maru aporta na capital do Pará com imigrantes japoneses. No dia 21, seguiram para a colônia Acará, onde o barco aportou no dia seguinte. Por isso, o dia oficial da imigração japonesa na Amazônia é no dia 22 de setembro. Chegando em Tomé-Açu, os imigrantes pernотaram em um açazal (HOMMA, 2016).



Imigrantes no navio Manila - Maru chegando na Amazônia em 1929.

Fonte: Arquivo pessoal. Foto registrada durante uma visita no Museu da Imigração em Yokohama, Japão

Segundo imagens das representações do Museu da Imigração, localizado em Yokohama, no Japão, os

31 HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. A imigração japonesa na Amazônia: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola / Alfredo Kingo Oyama Homma. – 2. ed. – Brasília, DF: Embrapa, 2016.

imigrantes embarcaram com poucos objetos pessoais, trazendo apenas itens básicos, entre lenços, chinéis e objetos de costura.



Representação de uma mala de imigrante.

Fonte: Registro pessoal do Museu da Imigração / Yokohama, Japão, 2018.

Em um dos registros da Associação Pan Amazônia Nipo-Brasileira, Yoshio Katasho revela em sua chegada na Amazônia, em 1954:

“Diante do grande rio, a estrada reta na direção norte, ladeada por uma fileira de acácias e estradas na direção leste e oeste ladeada por mangueiras (...). Na viagem, para onde se olhava era água.” (livro comemorativo dos 55 anos da Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira)

Apesar de ser o único relato encontrado durante a minha pesquisa para a produção deste trabalho, percebi que o Yoshio discorre de maneira poética em sua memória o que viu diante de seus olhos, sob uma percepção do imaginário Amazônico desde a viagem pelo mar de água as províncias percorridas pelo imaginário dos cronistas e viajantes europeus (GONDIM, 1994).

Por isso, para entrelaçar a história de imigrantes japoneses e o imaginário daquela época, procuro fazer a relação entre os relatos e registros com a invenção da Amazônia percorrida por Gondim³², fazendo um paralelo também de como a imagem pode falar sobre as expectativas dos imigrantes, através de fotografias encontradas para este trabalho.

No relato dos viajantes, a natureza é evidenciada como mãe, a terra como agente da vida, o útero de quem comanda a vida e o solo fértil como órgão desse movimento. E é, justamente, isso que os japoneses esperavam na Amazônia. A prosperidade como riqueza seria encontrada através da sua força de trabalho e ascensão das suas plantações agrícolas dentro desse território.

Capítulo 3 – A Feirinha da Nipo como objeto de observação

O quarteirão onde fica localizado a Associação Nipo, na Travessa 9 de Janeiro em Belém, já é bem movimentado no primeiro domingo de cada mês, dia oficial da realização da Feirinha da Nipo, objeto de

32 GONDIM, Neide. A invenção da Amazônia / Neide Gondim. — São Paulo: Marco Zero, 1994.

estudo, que se apresenta como forma social de observação, sensações e simbolismo da preservação de costumes, práticas de comunicação, visuais e de hábitos japoneses que se mesclaram com a cultura local e que também ganha apreço pelos paraenses.

Ainda não foi encontrado registros oficiais nos livros e registros da Associação Nipo Brasileira sobre o formato da Feira, dia de fundação e objetivos centrais mas diante das características como visitante e descendente de japoneses, posso colocar pontos bem importante e fundamentais para desenvolver esse trabalho.

Inicialmente, as comidas típicas da culinária japonesa são produzidas por mulheres mais velhas, as chamadas “batchans”, que fazem parte de um grupo de senhoras que participam das atividades da Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira; o cardápio também não é à toa, é produzido para o público que já conhece a comida japonesa e também para os admiradores dos costumes gastronômicos e que já tem uma certa familiaridade, diante da diversidade já existente na cidade, com o que é apresentado; outros objetos da cultura oriental, como camisas de desenhos japoneses e objetos de decoração também fazem parte de produtos comercializados para quem gosta da cultura japonesa. Todo esse conjunto de elementos se repetem em outras feiras e pequenos eventos para divulgar a cultura japonesa em outros municípios do Pará.

Ao caminhar pela feirinha, na minha primeira ida à campo, tentando captar elementos para desenvolver esse trabalho, lembrei da minha infância, dos encontros da minha avó com outras japonesas no meio da feira, falando sempre em japonês para manter a tradição dos nossos antepassados. Como Simmel (2006) reforça, elementos e conteúdos que reforçam a feira enquanto troca de pessoas e coisas materiais e imateriais na sua concretude. São muitos elementos que compõe a sensibilidade e memórias afetivas para quem faz parte deste grupo a ser observado: cheiros, gestos, falas, tons de voz em outro idioma, lembranças de costumes, objetos que fizeram parte de elementos pessoais durante parte da vida de meus familiares e sobretudo, de pessoas que também percorreram os caminhos da imigração.

PARTE II – Feirinha da Nipo como objeto de interação entre imigrantes e paraenses para preservar os costumes e cultura

Os primeiros imigrantes japoneses iniciaram uma grande mistura de raças, costumes, identidade e também de comunicação na Amazônia. Na época, o objetivo era se instalar no Pará para difundir a agricultura com acordos governamentais firmados para fortalecer essa entrada de japoneses no estado. O processo de construção foi se formalizando pelos próprios pertencimentos nacionais e o contato desse imigrante com uma cultura tão diferente levou à condição de “outro”, um estranho a uma sociedade a qual procura se integrar. Um mecanismo, que foi acontecendo com o passar do tempo, para reconstrução dessa identidade e também para manter a memória do povo japonês, foi a criação de associações. Essas instituições passaram a congrega os japoneses que procuravam ajuda entre si, organização da produção agrícola mas sobretudo, manter a cultura e a comunicação entre os descendentes. Hoje, várias associações e movimentos de descendentes mantêm atividades, criando um canal comunicativo entre os nikkeis de modo que fortaleça suas ações e mantenha uma memória de pertencimento às suas origens.

O primeiro questionamento para escolha do tema se deu com o intuito de refletir e pesquisar a memória entre os nikkeis, especialmente, observando a feirinha da Nipo, criada essa Associação Pan-Amazônia Nipo Brasileira – APANB para aproximar a comunidade de Belém com a comunidade japonesa. Levando em consideração os grupos nos quais eu já participei e até o intercâmbio feito só com descendentes, me instigou a percepção dos elementos comunicacionais, de memória e de relações sociais entre os nikkeis. A partir desta breve análise pessoal, posso dizer que com o ato de comunicar-se em determinado grupo, é possível perceber suas características em comum de identidade e memória. Para Sodré (2014), os seres humanos são comunicantes não só porque falam (atributo do sistema linguístico), mas porque relacionam ou organizam mediações a serem compartilhadas.

Há uma ligação forte e muito valorizada entre os imigrantes que chegaram na Amazônia e que desde então criam maneiras de manter e/ou reconstruir essa identidade que acaba se misturando com os costumes amazônicos. Assim, Muto (2010), diz que o papel das associações e até programas exclusivos para descendentes japoneses sintetiza o papel de preservação da memória e, portanto, também o decomunicação.

Inicialmente, pensei em debruçar na observação de um grupo de associados agricultores em Tomé-Açu, município que recebeu o primeiro grupo de imigrantes no Pará e lugar de referência quando se fala em imigração na Amazônia, mas diante de um cenário desafiador por conta da pandemia, tive que mudar o objeto deste trabalho. Confesso que fiquei perdida durante meses, tentando achar um caminho mais assertivo que não fosse voltado apenas para o olhar da capital, mas as saídas foram poucas. Durante essa busca, a conhecida Feirinha da Nipo retomou às atividades. Não há registros oficiais sobre dados específicos desse movimento, portanto, abro esse caminho.

Braga (2016) reafirma que não só os pesquisadores se preocupam ou dedicam em compreender comunicação, mas também a sociedade e os participantes sociais.

Portanto, muitas maneiras de se comunicar tem relação com a memória e a questão de manter a cultura e costumes dos seus antepassados. É assertivo dizer que, esse tipo de comportamento entre tais indivíduos, fazem parte de uma dimensão comunicativa que caracteriza essa vida social.

Ao discutir a comunicação na Amazônia, em especial, de um grupo de imigrantes que aqui estão há 93 anos, precisamos ressaltar que se comunicar é uma cadeia de processos que envolvem diversos grupos marcados por práticas sociais, econômicas e até políticas. Deste modo, trago a referência de como a memória contribui para que esse ato de comunicar-se em um grupo de descendentes, tem uma ligação de respeito e preservação de cultura e de ancestralidade. Desde a presença da minha avó (filha de japonês, casada com um japonês e que viveu com todos os costumes do Japão), tentamos manter os costumes orientais, e é como manter a memória de um pedaço da nossa origem.

Para Bosi (1994) precisamos reconhecer que muitas das nossas lembranças e até mesmo as nossas ideias, não são originais, elas foram inspiradas nas referências que temos durante a vida e que são enriquecidas por experiências. E por isso, os nikkeis, desde a primeira geração, guardam esses pontos tão importantes de seus ancestrais japoneses. Bosi (1994) também reforça que: “Para William Stern, a unidade pessoal conservar intactas as imagens do passado, do seu desenvolvimento. A memória poderá ser conservação ou elaboração do passado (...)” (BOSI, 1994, p. 67).

Durante a pesquisa teórica para dar o início a este trabalho, percebi que não há referências de estudos sobre práticas comunicacionais e observações dos movimentos entre os grupos de nikkeis, por este mo-

tivo, decidi fazer uma relação de memória, identidade e, principalmente, observar como isso acontece partindo do princípio que também faço parte deste grupo. Para isso, o levantamento de observação pessoal será muito importante. Sou descendente da terceira geração, sansei, neta de japoneses. Meus bisavós maternos saíram da província de Fukushima e desembarcaram no Pará, em 1929, em um navio de imigrantes que tinha o objetivo de ocupar uma área agrícola. Minha avó materna nasceu em Tomé-Açú. Já meu avô materno, veio do Japão escondido em um navio pesqueiro e chegou ao Brasil sem o controle da imigração, sem nenhum documento e sem endereço de destino. Ao se encontrar na vila agrícola de Tomé-Açú, casaram-se e minha mãe nasceu, primeira geração, em solo paraense.

Meu avô participou da direção da Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira, com participação efetiva em promover a união dos imigrantes e a interação com a comunidade paraense. Além da APABNB, outros grupos de japoneses se reuniam em associações para discutir a organização da produção, ajuda mútua e até o enfrentamento de situações. De acordo com Lesser (2001), as elites intelectuais manifestavam preocupação com os efeitos da miscigenação. Para os japoneses, o casamento endogâmico servia como mecanismo de manter essa identidade. Mesmo com as condicionantes sociais, pode-se perceber que em qualquer colônia japonesa do Pará, há sempre uma escola de língua japonesa, ou alguma entidade e associação que busque reunir os nikkeis. Nos dias atuais, ainda é importante que descendentes estudem sua cultura de origem, língua e até siga alguns costumes e hábitos. Com a preocupação do Japão em manter relações com os brasileiros descendentes, há uma série de programas de intercâmbio profissional e estudantis voltados para nikkeis.

Escolher uma feira como objeto de observação é estar aberto às possibilidades que podem acontecer em um espaço aberto, de trocas de serviços e de ampla observação. A forma social que Simmel (2006) revela é que diante dessa observação, não existe nada estático, está sempre em transformação e formação perante aos elementos.

Emmi (2013), ressalta que a reconstrução da identidade nikkei, formalizou-se a partir dos pertencimentos nacionais. O contato com os imigrantes, com uma sociedade muito diferente, leva à percepção imediata da sua condição como outro. Para os imigrantes, a partir daí, alguns mecanismos foram sendo aplicados para a reconstrução desta identidade. Observando na primeira ida à campo, na Feirinha da Nipo no primeiro domingo de abril de 2022, quieta e instigante com um gravador em mãos e a câmera do celular ligada, retomei lembranças da infância e os olhos instantaneamente se encheram de lágrimas. Voltei no tempo, olhei as placas de venda de comidas japonesas, escritas em português e japonês; as idosas, carinhosamente, chamadas de *bachthans*, que quer dizer avós em na língua japonesa, com cumprimentos leves de curva-se diante de um sorriso coberto pela máscara. Para França (2016) a comunicação não é reduzida a uma dinâmica de transmissão, e sim, entendida como uma interação. Inúmeras experiências são possíveis por meio da comunicação e isto se dá por conta das diferentes formas de se comunicar, de agir como outro e refletir sobre as ações.

Levando em consideração muitos fatores sociais e culturais que foram modificando a vida desses imigrantes, como reforça Emmi (2013), em qualquer lugar onde há uma colônia de descendentes, haverá grupos de nikkeis para manter costumes e tradições. E assim se faz em uma manifestação de expositores de venda gastronômica que vai além de uma experiência apenas de entrelaçar os costumes, muito além de interações comunicacionais.

Em um cenário onde uma feira parte como objeto a ser observado, a troca e a própria dinâmica do que se constitui uma feira trazem elementos que sustentam como observação social, desde a sua composição

material: estandes, formas em que é decorada para trazer a referência do Japão – como acessórios das cores da bandeira japonesa e também objetos que lembrem o país, às formas de tratamento passando pelas percepções visuais como as placas de preço das comidas escritas em português e também na língua japonesa. Para fazer a reflexão a observação e compreensão da forma social, diante dos elementos propostos da Feirinha da Nipo, Simmel (2006) reforça que a sociedade não existe em si mesma, e sim, dos resultados das ações de interação do mundo. É interessante observar, nesse primeiro momento, como a feira acontece em interação com a comunidade local. Vários elementos reforçam a presença da miscigenação e a presença de uma cultura milenar que se entrelaçou durante o processo imigratório. Desde o início da Feirinha, todos os cardápios e tarjas dos expositores, estão dispostos em duas línguas.



FUNJINKAI	
Amanatto (甘納豆)	- 10,00
Anpan (アンパン)	- 10,00
Banana Frita (バナナチップ)	- 10,00
Choux cream (シュークリーム)	2 unid- 15,00
Espetinho de frango (串カツ)	- 10,00
Ichigo daifuku (苺大福)	2 unid- 15,00
Kaklaga (かき揚げ)	- 10,00
Karepan (カレーパン)	- 10,00
Kimuchi (キムチ)	- 25,00
Kurimu pan (クリームパン)	- 10,00
Melonpan (メロンパン)	- 10,00
Milkushokupan (ミルク食パン)	- 20,00
Moyashi (モヤシ)	- 5,00
Onigiri (おにぎり)	- 10,00
Shokupan/Pão de forma (食パン)	- 15,00
Soba (冷やしそば)	- 25,00
Tonikatsu (豚カツ)	- 10,00
Udon (うどん)	- 35,00

Folha do cardápio com os preços dos alimentos em duas línguas

Fonte: registro pessoal

Observando essa forma de se comunicar, fica muito claro o público que quer se atingir. Na Feirinha da Nipo, alguns expositores e até visitantes se comunicam apenas em japonês. Essa forma social, como reforça Simmel, coloca em reflexão a prática social de determinado grupo. A estética, a forma como o cardápio está escrito, a interação entre os participantes, as relações de troca e das posturas corporais.

Referências

- BAUER, Martin W. GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.**
- BONIN, J. A. (2009). **Explorações sobre práticas metodológicas na pesquisa em comunicação.** *Revista FAMECOS*, 15(37), 121-127. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2008.37.4809>
- BOSI, Eclea. **Memória e sociedade: Lembrança dos velhos.** Companhia das Letras, 1994.
- BRAGA, J. L. (2011). **A prática da pesquisa em comunicação - abordagem metodológica como tomada de decisões.** *E-Compós*, 14(1). <https://doi.org/10.30962/ec.665>

CASTRO, M. R. N. **Comprando na feira: experienciando a carne do Mundo**. Etnografia e comunicação intersensorial. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 24., 2020, Campo Grande. Anais [...]. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2020. p. 1-13.

CASTRO, M. R. N. **Socialidades e sensibilidades no cotidiano da Feira do Guamá: uma etnografia das formas sociais do gosto**. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

EMMI, Marília Ferreira (2013), **Um século de imigrações internacionais na Amazônia brasileira (1850-1950)**. Belém: Editora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia** / Neide Gondim. — São Paulo: Marco Zero, 1994.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **A imigração japonesa na Amazônia: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola** / Alfredo Kingo Oyama Homma. – 2. ed. – Brasília, DF: Embrapa, 2016.

HOSOWAKA, S. **A importância histórico-cultural dos imigrantes nikkeis no Brasil**. Estudos Japoneses, São Paulo, n. 28, 2008.

MUTO, Reiko. **O Japão na Amazônia**. Condicionantes para a fixação dos imigrantes japoneses (1929-2009). Dissertação apresentada ao curso de Pós- Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, Belém / 2010.

SIMMEL, G. **Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal**. In MORAIS FILHO, E. (Org.) Georg Simmel: sociologia. São Paulo, Ática, 1983.

O processo de evolução e de integração dos nikkeis

2

2. O processo de evolução e de integração dos nikkeis



Kiyoshi Harada

Especialista em Direito Tributário e em Ciência das Finanças pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Processo Civil pela Universidade Paulista (Unip). Membro da Academia Paulista de Letras Jurídicas, da Academia Brasileira de Direito Tributário e da Academia Paulista de Direito. Autor de 42 obras jurídicas. Ex-presidente do Conselho Deliberativo da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência social (Bunkyo) e atual Membro do Conselho Superior de Apoio e Orientação dessa entidade. Ex-procurador-chefe da Consultoria Jurídica da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo.

2.1 Introdução

Antes mesmo da vinda dos primeiros imigrantes, os japoneses já mereciam forte repulsa da elite brasileira. Intelectuais, políticos, jornalistas e eugenistas brasileiros atribuíam a eles o estigma de raça inassimilável,¹ quer em função de sua biotipologia, quer em razão da diferença cultural, quer em razão de se comunicar em uma linguagem de difícil compreensão para os ocidentais.

Esse estigma, somado ao fato de o Japão ter se transformado em potência expansionista no século XIX, fez com que, ao lado do chamado “perigo eugênico”, surgisse o chamado “perigo militar”. Autores como Miguel Couto faziam alusão à “coreanização” em uma clara referência às conquistas do exército japonês, que empreendeu marchas progressivas a partir da Coreia. Falava-se, na época, em “perigo amarelo” como gênero das duas espécies de perigos retroapontados.

Em 1907, o eugenista Luiz Guimarães, fazendo coro à elite pensante brasileira, preocupada com a afirmação da brasilidade e com o “branqueamento” de seu povo que, por conseguinte, era contra o povo japonês, pela sua suposta resistência à assimilação e pela sua política expansionista, afirmou categoricamente: “Injetar sangue asiático em um organismo ainda etnicamente balbuciante entrar-lhe-á a marcha para a homogeneidade de um tipo nacional [...], perderá a coesão que necessita para ser um grande país, uma nação de brasileiros.”²

Contudo, a primeira leva de imigrantes japoneses chegou em 1908. Precisamente, no dia 18 de junho de 1908 o navio a vapor “Kasato Maru” aportava no porto de Santos trazendo a bordo os primeiros 781 imigrantes.³ A maioria foi encaminhada para as fazendas de cafés do Estado de São Paulo e, mais tarde, para as do Estado do Paraná.

¹ Esse estigma iria causar transtornos enormes aos imigrantes, no período da Segunda Guerra Mundial, vítimas de restrições e prisões por motivos que, se analisados à luz da atualidade, causariam risos não fôra a dura realidade daqueles que sofreram as punições, hoje, reputadas injustas, inaceitáveis e inconcebíveis. Entretanto, há que se compreender que em tempos de guerra, todos sofrem: uns sofrem mais, outros sofrem menos, porém todos sofrem, culpados ou inocentes. Sobre a vigilância e controle exercidos pela Polícia Política da época remetemos o leitor ao livro de Márcia Yumi Takeuchi intitulado *O perigo amarelo em tempos de guerra (1935-1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

² TAKEUCHI, Márcia Yumi. *O perigo amarelo em tempos de guerra (1935-1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002, p. 12.

³ A última remanescente do “Kasato Maru”, dona Tomi Nakagawa, considerada símbolo dos pioneiros da imigração japonesa no Brasil, faleceu no dia 11 de outubro de 2006, aos 100 anos de idade, na cidade de Londrina, Paraná. A primeira nissei brasileira, descendente de um casal que chegou ao Brasil no navio “Kasato Maru”, dona Uto Miadaira Kinjô, faleceu no dia 16 de fevereiro de 2007, aos 98 anos de idade.

Deixando de lado o eufemismo, usando de uma linguagem rude e realista, os japoneses vieram ao Brasil como mão-de-obra substitutiva da dos escravos,⁴ guardadas as devidas proporções. Tanto é verdadeiro esse fato, não proclamado pelos que escreveram sobre o assunto, por uma questão de pudor, que muitos imigrantes foram obrigados a constituir “famílias” de forma artificial, para atender ao requisito de no mínimo três pessoas por família, aptas ao pesado trabalho do campo. Assim eram consideradas as pessoas com idade de 12 (doze) anos a 45 (quarenta e cinco) anos. Segundo Célia Sakurai, decidida a saída do Japão, jovens se “casavam” apenas para preencher os requisitos da Companhia de Imigração. Sobrinhos ou mesmo não-parentes eram incluídos nas famílias, de preferência os do sexo masculino.⁵ Muitos membros dessa “família” acabaram casando entre si, como aconteceu com os meus pais, constituindo uma família verdadeira e legítima.

Com o apoio técnico do governo japonês, expandiram-se as colônias para o desenvolvimento da agricultura em condições tropicais. Os imigrantes viviam em comunidades fechadas, o que gerou desconfiança por parte dos membros da elite da política brasileira. Por outro lado, consideravam os japoneses prejudiciais à formação do povo, por resistirem ao processo de assimilação da cultura local.

É difícil acreditar que os imigrantes japoneses, que aqui aportaram como colonos e em clima praticamente hostil, vivendo os primeiros anos em precaríssimas condições, tivessem conseguido superar as desconfianças das elites brasileiras e as desgraças oriundas da Segunda Grande Guerra,⁶ para atingir por si e por meio de seus descendentes, em menos de um século, tamanho avanço em termos de integração à sociedade local, deixando de ser uma “colônia japonesa” para se constituir em um segmento da sociedade brasileira, caracterizada pela multiplicidade de raças e de culturas, como veremos nos tópicos seguintes.

No decorrer deste trabalho, iremos fazer constante referência à palavra “nikkei” ou “nikkeis”, pelo que convém precisar o seu alcance e conteúdo.

Nikkeis são as pessoas de origem japonesa e seus descendentes que emigraram para outros países e neles criaram comunidades e estilos de vida com características únicas dentro do contexto das sociedades em que vivem. Também são considerados nikkeis aqueles que partiram para o Japão, onde passaram a constituir identidades distintas da população japonesa. Pode não ser uma definição perfeita, mas é a que melhor atende aos propósitos do nosso tema aqui desenvolvido. A comunidade nikkei é composta de japoneses autóctones (isseis), seus filhos (nisseis), seus netos (sanseis), seus bisnetos (yonseis) e seus tataranetos (goseis), estes existentes em apenas algumas das famílias. Outro termo que utilizamos no texto é “gaijin”, palavra que etimologicamente significa “estrangeiro”, mas que, por convenção, passou a designar pessoas de qualquer nacionalidade que não tenham origem japonesa.

A pedido do delegado da Polícia Federal aposentado Mario Ikeda, transcrevemos adiante o resumo de informações por ele prestadas, a fim de esclarecer definitivamente o assunto sobre quem tenha sido o verdadeiro pai da Imigração Japonesa no Brasil: Ryo Mizuno ou Shuei Uetsuka.

4 Como se sabe, o Brasil recebeu a maior parte dos milhões de negros capturados na África e vendidos a comerciantes árabes e aos próprios africanos, a fim de serem encaminhados às fazendas de café. Eles eram transportados em condições degradantes e horripilantes, como retratadas na pranteada obra do poeta Castro Alves, “O Navio Negreiro”. Após 1850, o tráfico de escravos ficou praticamente inviabilizado devido à vigilância da Marinha Inglesa, que pôs termo ao tão ignóbil comércio, o qual ficou restrito ao âmbito interno do país. Finalmente, em 1888 era abolida a escravidão no Brasil, fato que implicou sensível aumento da imigração de europeus, notadamente, de italianos e de portugueses, para “esbranquiçar” a população brasileira, como se dizia na época.

5 *Romanceiro da imigração japonesa*. São Paulo: Editora Sumaré, 1993, p. 47.

6 Ver Capítulo 3 sobre “As tensões geradas pela Segunda Grande Guerra”.

Em verdade, quem estudou, planejou e executou a vinda dos primeiros imigrantes ao Brasil foi Ryo Mizuno, superintendente da Companhia Imperial de Colonização (Kokoku Shokumin-gaisha). Assim que leu o relatório do Ministro-Residente da Legação, Fukashi Sugimura, sobre a situação cafeeira no Brasil, Ryo Mizuno empreendeu uma viagem ao país em 1906 para conhecer de perto a realidade. No caminho conheceu Teijiro Suzuki, que se dirigia para o Chile e convenceu-o a acompanhá-lo ao Brasil a fim de dedicar-se ao projeto de imigração. Encontrou-se com o Ministro Sugimura em Petrópolis, de quem recebeu pleno apoio para manter os primeiros contatos com o governador do Estado de São Paulo, Jorge Tibiriçá. Na ocasião, não foi possível firmar o contrato de imigração em razão de impedimentos legais que ainda persistiam em relação aos asiáticos. Retornou ao Japão e voltou a São Paulo em 1907, quando conseguiu firmar com o Secretário da Agricultura do Estado, Sr. Carlos Botelho, um contrato que previa o envio de 3.000 imigrantes ao longo de três anos, sendo 1.000 deles até maio de 1908. A exigência contratual de formação de família com o mínimo de três membros com idades entre 12 e 45 anos dificultou o recrutamento e fez com que se retardasse o embarque. Isso fez com que o primeiro grupo de imigrantes, composto de 781 membros, chegasse ao Porto de Santos apenas no dia 18 de junho de 1908, quando a safra de café já estava quase findando, o que refletiu negativamente no resultado financeiro dos trabalhadores japoneses. Daí o abandono dos cafezais por muitos deles, que foram dedicar-se a outras atividades, como trabalhos na construção de ferrovias. Mas Mizuno comandou com sucesso absoluto as sucessivas viagens posteriores dos imigrantes. Mario Ikeda apoia essa sua versão nos elementos adiante indicados.

No livro *Os Nikkeis na Assembleia de São Paulo*, coordenado por Carlos Alberto Ungaretti Dias, diretor da Divisão de Acervo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, editado em 2008, à página 33 consta que o então deputado estadual Yukishigue Tamura, em discurso proferido no dia 17 de agosto de 1951, referiu-se ao Senhor Ryo Mizuno como “o pai da imigração japonesa”. No mesmo livro, à página 66, consta que no discurso proferido pelo então deputado estadual Diogo Nomura, em homenagem a Ryo Mizuno, este foi referido como o “herói da imigração”, confirmando os fatos narrados por Ikeda. No mausoléu do Pai da Imigração, Ryo Mizuno – construído por Hiroshi Yamanaka, pai do engenheiro agrônomo Isidoro Yamanaka, no Cemitério São Paulo, no bairro de Pinheiros –, está inserida no rodapé da placa uma homenagem dos admiradores e patrocinadores do livro que versa sobre Ryo Mizuno como Pai da Imigração. Figuram dentre eles os nomes de Kenkichi Shimomoto (ex-presidente da Cooperativa Agrícola de Cotia), Kunito Miyasaka (Banco América do Sul); Fábio Yasuda (ex-ministro da Indústria e Comércio do Brasil) e Chibata Miyakoshi. Lembra, também, que na 3ª edição do livro coletivo sob nossa coordenação *O Nikkei no Brasil*, o engenheiro Isidoro Yamanaka fez referência a Ryo Mizuno como o Pai da Imigração Japonesa no Brasil uma vez que foi ele quem estudou, planejou e executou a vinda dos primeiros imigrantes para o nosso País. De fato, Isidoro Yamanaka, no capítulo 5 concernente à Influência do nikkei na agricultura, à página 85, faz referência a uma lápide onde consta a biografia resumida de Ryo Mizuno, considerado o “pai” da imigração japonesa no Brasil – escrita por seu pai, Sr. Hiroshi Yamanaka. Manabu Mabe, conhecido artista plástico já falecido, intitulou Ryo Mizuno como o Pai da Imigração em sua autobiografia *Chove no Cafezal*, de 1995. Mabe, também é autor da seguinte frase em uma placa no busto de Shuei Uetsuka afixada em uma praça da cidade de Guaimbê (484 km da capital paulista), onde afirma: “Homenagem do povo de Guaimbê ao Pai inesquecível da comunidade nipo-brasileira”.

Enfim, as informações apresentadas por Mario Ikeda encontram apoio no livro *Ryo Mizuno: saga japonesa em terras brasileiras*, de Tereza Hatue de Rezende, de 1991.

Este registro se fez necessário porque é comum verificar nos escritos sobre a imigração japonesa que Shuhei Uetsuka foi o pai da imigração. Uetsuka, que veio a bordo do Kasato Maru, certamente, desem-

penhou papel da mais alta relevância na vida dos imigrantes japoneses, podendo por esse motivo ser considerado o pai dos imigrantes, mas pai da imigração foi sem dúvida Ryo Mizuno.

Nelson Fukai, que escreveu o capítulo 17.1, que versa sobre Passado, presente e futuro da comunidade nikkei do Brasil, também corrobora a versão sustentada por Mario Ikeda.

2.2 As etapas da evolução e da integração dos nikkeis

Ao contrário da previsão dos intelectuais brasileiros do início do século XX, que, usando de uma linguagem apocalíptica, se opunham à vinda dos japoneses, aos quais atribuíam o estigma de raça inassimilável, o processo de integração dos imigrantes e seus descendentes se fez de forma rápida, apesar dos obstáculos oriundos da eclosão da Segunda Guerra Mundial.

Sustenta Ruth Corrêa Leite Cardoso que o processo de integração do imigrante japonês é caracterizado, por um lado, por sua mobilidade social e, por outro lado, pela diminuição da distância cultural entre ele e o conjunto da sociedade, isto é, pela menor utilização de sistemas expressivos próprios.⁷

De fato, a rápida transformação dos imigrantes de humildes trabalhadores rurais assalariados, em condições retratadas na minissérie *Haru e Natsu*,⁸ em pequenos e médios proprietários rurais e urbanos é sinal revelador do elevado grau de mobilidade social. É exatamente essa mobilidade social de que fala Ruth Cardoso, a grande responsável pela crescente ascensão dos nikkeis na escala social brasileira.

Vários autores escreveram sobre o assunto. Com base nos trabalhos de estudiosos, dentre os quais os de Arlinda Rocha Nogueira⁹ e alicerçados nos estudos empreendidos pelo sociólogo Hiroshi Saito, prematuramente roubado de nosso convívio, podemos identificar três diferentes etapas de evolução e integração dos nikkeis na sociedade brasileira.

Advirta-se, entretanto, que essas etapas não formam compartimentos estanques e os períodos a seguir mencionados não têm fundamento rigorosamente científico. Contudo, como esclarece a própria Arlinda Rocha Nogueira, a distinção em etapas tem apenas sentido didático, com o propósito de facilitar a compreensão da matéria.

A seguir, destacamos essas etapas de forma sucinta:

2.2.1 De 1908 a 1941 – etapa da adaptação ao novo habitat e busca de riquezas rápidas

Nesta etapa, os imigrantes auxiliavam-se mutuamente, por meio de agrupamentos e em torno de *shokuminchis* (colônias), com o firme propósito de manter o modo de vida do Japão. Seu objetivo era o de

7 NINOMIYA, Masato (Org.). *Estrutura familiar e mobilidade social*. 2ª edição trilingue. São Paulo: Kaleidos-Primus Consultoria e Comunicação Integrada, 1998, p. 175.

8 Narra o drama vivido pelas irmãs separadas, quando ainda menores. Natsu foi deixada no Japão quando Haru e os demais membros da família emigraram para o Brasil, enfrentando a dura realidade dos trabalhos nos cafezais, desenvolvidos em regime de semiescravidão, como nunca imaginados. Enquanto isso, Natsu luta sozinha pela sua sobrevivência. Após 70 anos de separação, ambas se reencontram.

9 NOGUEIRA, Arlinda Rocha. *Imigração japonesa na história contemporânea do Brasil*. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros. Massao Ohno, 1984, p. 113.

permanecer apenas temporariamente no Brasil, com previsão de retorno ao país de origem, sem grandes choques culturais, tão logo a situação financeira assim o permitisse. É claro que esse “retorno ao país de origem” não era uma regra, mas representava o pensamento uniforme da maioria dos imigrantes. Havia exceções, no entanto.

Porém, é inegável que havia um cuidado especial na manutenção da língua japonesa, dos costumes orientais e da formação educacional de seus filhos, que permitisse acompanhar a evolução de seus compatriotas. Dessa forma, muitos dos primeiros filhos (chônans) foram registrados na repartição consular, preservando, desse modo, a nacionalidade japonesa.

Acreditamos que tais hábitos dos imigrantes contribuíram, e muito, para despertar a desconfiança das elites brasileiras com relação aos imigrantes japoneses, considerados como “perigo amarelo”.

Nas palavras de Jeffrey Lesser:

“Em 1933, no Brasil, duas coisas sobre o Japão eram sabidas. Uma delas era que o Trono do Crisântemo estava pondo em prática, na Ásia, suas ambições imperiais. A outra era que metade dos imigrantes que entravam no país vinha do Japão. Essas percepções despontaram ao mesmo tempo que os políticos e intelectuais que acreditavam firmemente no racismo científico manifestavam suas ideias nas eloquentes discussões públicas sobre o futuro do Brasil, que vieram na esteira da Assembleia Constituinte.”¹⁰

Efetivamente, a Constituição Federal de 1934, além de inserir na competência privativa da União a legislação sobre imigração (art. 5º, XIX, g), veio a dispor, no § 6º do art. 121:

“§ 6º A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos.”

Em razão das circunstâncias que levaram os constituintes a inserir em emenda, que resultou no citado § 6º, não é preciso grande esforço mental para descobrir que esse dispositivo teve por objetivo unicamente limitar a entrada de imigrantes japoneses, da forma mais diplomática possível, para não ofender os brios de uma nação com a qual o Brasil mantinha boas relações comerciais. Tanto é assim que essa restrição, aparentemente genérica, causou reações, não só no Brasil, como também no Japão. Enquanto membros da Dieta exigiam do Ministro do Exterior uma política de abertura em relação ao Brasil, a mídia japonesa considerava essa restrição como forma de “racismo ocidental”.

O nissei Cassio Kenro Shimomoto, em editorial escrito no primeiro número de *Gakusei*, jornal publicado pela Liga Estudantina Nipo-Brasileira, em 1935, expressando a mentalidade da comunidade nikkei, de então, escrevia:

10 LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional. Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. Tradução de Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Unesp, 2000, p. 212.

“Nós, os brasileiros descendentes de japoneses, daremos no futuro o nosso testemunho real de sentirmos os nossos corações pulsarem fortes, cheios de amor à pátria brasileira, apesar de nas nossas veias correr o sangue nipônico.”¹¹

Essa primeira etapa, no dizer de Arlinda Rocha Nogueira, caracterizou-se por uma imigração tipicamente agrícola.¹²

2.2.2 De 1942 a 1962 – etapa da integração ou da busca de uma nova pátria

Esta etapa, na verdade, comporta divisões: a primeira parte corresponde à interrupção do fluxo migratório decorrente da Grande Guerra, que vai de 1942 a 1952; a segunda, à retomada da corrente migratória, de 1953 a 1962, quando aqui aportaram os que ficaram conhecidos como “Japão novo”.

Segundo Arlinda Rocha Nogueira, nessa etapa ainda predominavam as atividades agrícolas, porém houve sensível aumento do número dos que se tornaram economicamente independentes, caminhando numa linha de maior integração ao meio ambiente, resultando, como reflexo, na multiplicação de casamentos interétnicos.¹³

É nesta etapa que surge a feliz ideia de fixação de residência definitiva no país. Os imigrantes adquirem a consciência de que a melhor opção seria a de interagir com a sociedade local, a fim de conquistar seu espaço. A partir de então, inicia-se um longo e intenso processo de integração social, dispersando os nisseis (filhos de imigrantes, que partem para os grandes centros urbanos à procura de melhores escolas e universidades) e enfraquecendo as outrora florescentes “colônias japonesas”, que gravitavam em torno das conhecidas Joséisseinen-kais (associações de moças e rapazes), as quais promoviam atividades artísticas, culturais e sociais. Só restaram, praticamente, os “nihon-jin-kais”, associações, inicialmente, constituídas apenas de isseis.

Entretanto, até o início da década de 50, era muito grande o preconceito e a discriminação contra os nikkeis. Na cidade de Osvaldo Cruz, onde eu cursava o ensino fundamental de primeiro grau (antigamente, curso primário), eram frequentes as provocações que sofriamos.¹⁴

11 *Apud* Jeffrey Lesser, ob. cit., p. 211.

12 Ob. cit., p. 113.

13 Ob. cit., p. 114.

14 A discriminação que sofriamos não era a dos professores, que sempre souberam respeitar a nossa identidade étnica, mas de um pequeno grupo de gaijins, filhinhos de papais, que estudavam em classes mais avançadas que a nossa. As provocações começavam com as conhecidas frases: “*japonês de cara chaaata!*”, uma paródia ao hino da independência; “*japonês tem quatro fiiiilhos!*”; “*japonês calabrez, foi o diabo quem te fez*” etc. Outras vezes, a provocação começava com a imitação de feições orientais, consistente em espichar os olhos com os dedos indicadores, enquanto pronunciavam palavras impúblicas. Não raras vezes, isso terminava em pancadarias (socos, chutes, pontapés, unhas, dentadas e pedradas). Lembro-me desses episódios como se tivessem acontecido ontem. Felizmente, a minha memória é desprovida da lembrança dos nomes que integravam o seletivo grupo de provocadores. É possível, como também, provável, que muitos deles tenham se tornado pessoas importantes. Não guardamos ressentimentos do passado, que já é uma página virada. Decorridos mais de meio século, chegou a vez de as crianças brasileiras no Japão (incluindo as que lá nasceram) sofrerem maus-tratos nas escolas japonesas, como bem assinala Kyoko Nakagawa em sua excelente abordagem sobre “*Crianças e adolescentes envolvidos no movimento dekassegi*”, onde explica que 55% delas são vítimas de “*ijime*”, palavra que expressa atuação de um grupo de pessoas que judia, atormenta ou humilha determinada pessoa. Isso demonstra que, em qualquer lugar do mundo, o grupo étnico minoritário é vítima de discriminação, enquanto não se integra na ampla sociedade dominante. Essa situação se assemelha ao conto do *Patinho Feio*, narrado pelo escritor dinamarquês Hans Christian Andersen, que retrata os tormentos impingidos pelos patos ao pobre filhote de um cisne. Espera-se que, ao contrário do “*patinho feio*”, que só encontrou a paz quando se juntou ao bando de cisnes, as crianças brasileiras consigam integrar-se na sociedade japonesa a exemplo do que ocorreu no Brasil. Espera-se que, com o passar do tempo, tudo se resolva, como aqui se resolveu. Mas, para isso, é preciso que os professores japoneses orientem os alunos no sentido de respeitar o art. 1º da Declaração Universal dos Direitos da Criança – Unicef –, aprovada pela Assembleia Geral da ONU, em 20-11-1959, respeitando-se a identidade étnica de cada um, bem como que o governo japonês estenda a obrigatoriedade de ensino a todas as crianças, independentemente de origem racial.

E aqui abro um parêntese para expressar o meu inconformismo ante aquilo que se denominou de “conflito de gerações”: o distanciamento entre o filho estudado e o pai e os irmãos mais velhos, que não puderam estudar. Aquele que se formou não deve esquecer jamais a sua origem humilde, por mais importante que tenha se tornado. Deve procurar compreender e assimilar os hábitos que um dia também foram seus, ao invés de esperar que aqueles se adaptem ao seu modo de viver, ao seu novo *status* social.¹⁵ Não poderia deixar de registrar o meu eterno preito de gratidão aos verdadeiros heróis anônimos – os pais, os irmãos e irmãs mais velhos –, que se sacrificaram nos sítios e nas fazendas, desenvolvendo o duro trabalho de campo, para que filhos e irmãos mais novos pudessem estudar e galgar postos relevantes na sociedade brasileira.

2.2.3 De 1963 a 1980 – etapa da identificação e da busca do conforto do lar paterno

Arlinda Rocha Nogueira, escrevendo nos anos 80, considerou esta etapa como sendo a última na evolução e integração dos nikkeis, caracterizada pela transferência de empresas japonesas, que trouxeram consigo tecnologia industrial e gerencial, tendo resultado em um novo relacionamento Brasil-Japão.¹⁶

Integrado, o nikkei retorna às suas origens e partilha sua cultura com a sociedade brasileira.

Mas está consciente de que, embora plenamente integrado, não se tornou “um brasileiro comum”.¹⁷ Transita com desenvoltura no meio social que o acolhe e o considera como participante em igualdade de condições com os demais membros da sociedade, mas, em seus momentos de intimidade, prefere buscar o aconchego do seu lar cultural.

Se, por um lado, a herança cultural, antes motivo de referências negativas, torna-se elemento diferenciador positivo perante a opinião pública; por outro lado, a ascensão do Japão como segunda potência mundial fez com que o interesse pelas raízes culturais distantes aumentasse cada vez mais entre os descendentes.

Com a consciência de serem brasileiros, mas descendentes de japoneses, procuram nos velhos arquivos de família traços que os ajudem a se descobrir em sua identidade mais plena: brasileiros de origem japonesa. O nikkei, já filho e neto de brasileiros, em grande parte miscigenado, tem a consciência segura e natural de ser o Brasil o seu país. Hoje, ele é um brasileiro de origem japonesa que, integrado na sociedade brasileira,¹⁸ consegue conciliar a tradicional vida comunitária com seu projeto individual de ascensão social.

15 Sabemos que existem situações em que os próprios irmãos não estudados procuram manter um certo distanciamento. Mas tais situações refletem a natural falta de sintonia decorrente de fatalidade inerente às diferenças educacionais. O melhor a fazer, nesses casos, é compreender e respeitar.

16 Ob. cit., p. 115.

17 Termo genérico, e, por isso, impreciso. O Brasil, por causa de sua múltipla origem étnica, seu vasto território e sua vocação de cordialidade e tolerância, abriga muitos jeitos de ser brasileiros.

18 Nessa condição, o nikkei sofre as influências das diversas ideologias reinantes nessa sociedade. Nas décadas de 60 e 70, intensificaram-se os movimentos de esquerda nas universidades, onde havia um contingente grande de nikkeis. Isso explica o envolvimento de muitos deles na luta armada, que surgiu com a implantação do regime militar em 1964. A comunidade nikkei só tomava conhecimento desse envolvimento quando saía a notícia da morte deles durante o enfrentamento das forças de segurança, ou quando eles eram trocados por autoridades sequestradas, como aconteceu por ocasião da libertação do Cônsul-Geral do Japão em São Paulo, Nobuo Okushi. O nikkei, como partícipe ativo da sociedade multicultural e multirracial, acaba se envolvendo em episódios marcantes da vida nacional, sem entrar no exame do mérito dessa participação na luta armada. Pode-se afirmar, contudo, que os nikkeis, que se envolveram nessa luta armada não conviviam na comunidade nikkei (associações, práticas esportivas e festividades típicas). Porém, esse fato não significa necessariamente rejeição da cultura de seus antepassados, pode até significar exatamente o apego à identidade étnica do nikkei, na medida em que a sua participação nesse movimento de esquerda radical representou a firme determinação de lutar por aquilo em que acredita, com o sacrifício da própria vida: um ato de nobreza ou de heroísmo, comparável ao de um samurai.

Importante observar que a ascensão do nikkei na escala social brasileira, ironicamente, deu-se a partir do paulatino abandono dos nisseis, descendentes da segunda geração, da vida comunitária nas chamadas “colônias japonesas”, caminhando em busca de valores individuais nas mais diversas áreas da atividade humana, principalmente, cursando o ensino superior.

Esse processo, que teve início por volta de 1963, em escala considerável, intensificou-se ainda mais em 1970 com o êxodo rural. A transferência de contingentes de nikkeis para os grandes centros urbanos, praticamente, inviabilizou a continuidade das atividades culturais, esportivas, recreativas, artísticas e educacionais das outrora florescentes colônias conhecidas como shokuminchis.

Essa reorientação implicou separação, ainda que temporária, do seu lar cultural, mas foi decisiva na consolidação do processo de integração social. E aqui são oportunas as palavras de Ruth Cardoso:

“Buscando ascensão, primeiramente como um grupo e, depois de dado o primeiro passo, como indivíduo, é que os japoneses aspiram melhores posições. É de notar, entretanto, que a partir do momento em que age como indivíduo, o imigrante deixa de distinguir-se dos demais brasileiros de sua mesma classe social. Sua dissolução como etnia significa sua absorção como membro de uma classe, o que constituiria sua integração total.”¹⁹

Fico a imaginar como seria a comunidade nikkei de hoje se os nisseis e sanseis tivessem permanecido dentro de um núcleo populacional fechado, como, por exemplo, a “Comunidade Yuba”. E aqui é importante esclarecer que não vai nisso qualquer crítica àquela admirável Comunidade de Mirandópolis, fundada por Isamu Yuba há 80 anos. Ela tem como lema até hoje “cultivar a terra, orar e amar as artes”, praticado por seus abnegados integrantes, que se notabilizaram pelas suas habilidades artísticas de todos conhecidas.²⁰

A grande verdade é que a realidade social exige dispersão, individualização e valorização pessoal. Não há como uma comunidade toda querer ser parlamentar, ou jurista, ou cientista, ou pintor, ou escultor, ou cineasta etc. É, sobretudo, por meio de valores individuais, reconhecidos pela sociedade em geral, que se promove o processo de integração social do nikkei, ao mesmo tempo em que se divulga e se transmite a cultura japonesa.

Dentro da visão de Ruth Cardoso, o processo de integração envolve ascensão por meio da qual o grupo étnico se abre e se dispersa. Contudo, essa dispersão, no que tange aos nikkeis, não se fez de forma completa, ou, não chegou ao ponto de não serem mais distinguidos dos demais brasileiros. Provavelmente por razões somáticas. Há na sociedade brasileira uma inafastável contradição cultural: enquanto a nossa cultura oficial rejeita a ideia de valorização de etnia, talvez fundada no princípio de igualdade de todos perante a lei, que vem desde a Constituição Imperial de 1824, na prática, a mesma sociedade manifesta preferência inescandível pelo branco, que seria o ideal.

Pode-se dizer que eles, da mesma forma que desfrutam da cultura do país acolhedor, partilham seus legados, mas não deixam de prestar inegáveis contribuições à sociedade brasileira como um todo, nos mais variados setores da atividade humana.

19 Ob. cit., p. 176.

20 A comunidade Yuba foi agraciada com a 14a edição da Ordem do Mérito Cultural, que teve como tema central a homenagem ao consagrado escritor Machado de Assis. No evento, que aconteceu no dia 7-10-2008, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, esteve presente o Ministro da Cultura, Juca Ferreira.

2.2.4 De 1981 aos dias atuais – etapa de plena e cabal integração como semento da sociedade brasileira e de transmissão da cultura japonesa

Como já foi lembrado, as diversas etapas da integração social não formam compartimentos estanques. Elas se entrelaçam formando um todo, que é o processo de ascensão social dos nikkeis, o que vem contribuindo para sua integração definitiva à ampla sociedade brasileira.

Apenas para efeitos didáticos, tendo em vista a realidade atual e considerando, ainda, a lacuna existente na literatura especializada, podemos destacar uma quarta e derradeira etapa que corresponde aos últimos cinco lustros. A extrema mobilidade social dos nikkeis, de que fala Ruth Cardoso, está a reclamar uma atualização do tema “integração social”.

A reorientação dos nikkeis, a partir de 1970 – quando foi intensificado o seu acesso aos grandes centros urbanos em busca de universidades, escolas técnicas, cargos públicos, profissões liberais, caminhando para a conquista de espaços na vida nacional, revelando o seu elevado grau de mobilidade social –, os conduziu, com maestria e de forma não vivenciada em nenhum outro país que tenha recebido imigrantes japoneses, à sua plena e cabal integração à sociedade brasileira. Mais do que isso, pode-se dizer que nesta derradeira etapa o nikkei, após ter, por um lado, assimilado por completo a cultura brasileira, por outro, acentuou sua influência, transformando-se em um dos principais instrumentos de absorção e assimilação pela sociedade, em geral, da cultura japonesa, o que contribui para a afirmação da própria identidade nacional brasileira.

Hoje, a comunidade nikkei, na expressão de Kazuo Watanabe, nada mais é do que um segmento da sociedade brasileira. A característica da sociedade brasileira, que se move à base de força centrípeta, atrai tudo e todos para o centro, inclusive a comunidade nikkei.²¹

Realmente, eles não constituem unidade sociológica distinta, isto é, um grupo étnico que se comporta por meio de normas e padrões específicos e, nem isso seria possível, vivendo dentro de uma sociedade dominante, em razão da força centrípeta retrorreferida. Os nikkeis assimilaram por completo a cultura brasileira, mantendo, como é natural, certos aspectos da cultura japonesa, exatamente os que representam valores básicos da tradição japonesa, que vão sendo até mesmo assimilados pela sociedade brasileira ao longo do tempo. Em apertada síntese, poder-se-ia falar em “consciência étnica”.

Dá por que eles formam um segmento da ampla sociedade brasileira, inserida no contexto de um país de vocação multirracial e multicultural. Hoje, eles participam ativamente da vida nacional, ocupando posições, muitas vezes, de destaque nas três esferas políticas (União, Estados e Municípios) e no âmbito dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), como abordaremos mais adiante.

Mas será um segmento idêntico aos dos descendentes de italianos, de alemães, de portugueses ou de espanhóis? Parece-nos que não! Apesar da dispersão dos nikkeis, diluídos na ampla sociedade brasileira, ainda projeta sobre eles uma pequena sombra diferenciadora em razão de sua aparência física²² e, tam-

21 Anais do VI Encontro Latino-Americano dos Ex-Bolsistas do “Gaimusho Kenshusei”. São Paulo, publicação interna, p. 42.

22 Segundo Jeffrey Lesser, a sensação reinante entre os nikkeis de que eles só poderiam tornar-se brasileiros mudando a sua aparência fez com que muitas mulheres apelassem para a cirurgia plástica nos olhos (ob. cit., p. 296).

bém, por causa da visão caricata atribuída aos costumes de seus antepassados, o que não acontece nos demais segmentos formados pelos descendentes de outras nacionalidades.

Certo é que, quando o nikkei vai ao Japão como dekaségui, no país de seus ascendentes, descobre que seu sangue é brasileiro. Mas ainda há um sentimento de ser “não nativo” entre os nikkeis, em qualquer país em que esteja. Quando está no Brasil, é considerado descendente de japoneses e identificado com valores considerados japoneses, como lealdade, competência e honestidade. Já no Japão é visto como brasileiro, com características atribuídas a ocidentais, quer sejam criatividade, individualismo e independência, encontradas nos filhos e netos dos japoneses que um dia emigraram desse país. Ironicamente, é no Japão que o nikkei se sente realmente um brasileiro. Paradoxalmente, no Brasil, ele tem que esforçar-se para “não ser japonês” na linha da tese defendida pelo antropólogo Koichi Mori.

Mais do que um ser dual, com alma japonesa e comportando-se como um brasileiro, o nikkei, hoje, não pode ser considerado japonês. Ele é nikkei, um japonês ou descendente, que tem o Brasil como sua pátria materna, que carrega traços indissolúveis da cultura japonesa, muitas vezes, não mais encontrados no próprio país de origem.²³ Um brasileiro como todos os brasileiros, mas ao mesmo tempo diferente de todos os demais, por sua especificidade cultural herdada. Enfim, há brasileiros das mais diversas origens, dentre eles os nikkeis, com suas peculiaridades.

Contudo, forçoso reconhecer que há entre os brasileiros, em geral, um sentimento muito positivo a respeito deles.²⁴

São considerados como pessoas de bem, confiáveis e honestas, com grande capacidade de trabalho, o que, neste particular, facilita a sua ascensão individual.

Nesse sentido, são oportunas as palavras de Ruth Cardoso:

“O processo de integração descreve, pois, caminhos ambíguos pelos quais se constroem as possibilidades de mobilização ascendente, utilizando a comunidade étnica e a tradição que a unifica.”²⁵

23 Paradoxalmente, no Japão a milenar cultura vai-se diluindo aos poucos. A linguagem está se tornando “americanês”. As músicas de antigamente, cheias de sentimentos, de riquezas, de belezas, estão se tornando cada vez mais barulhentas e ocas de conteúdo. Talvez, a intensificação da prática do *butô* pudesse reverter essa tendência de apego à cultura americana.

24 Excepcionalmente, algumas pessoas, por sinal, bem situadas na pirâmide social, não conseguiram perder o velho hábito de nos chamar de “o japonês”, causando grande constrangimento aos presentes, quando isso acontece em um ambiente público. Não vislumbro, nesse tipo de comportamento repreensível, para dizer o menos, uma manifestação de racismo. Encaro-o como manifestação de supina ignorância, ou exteriorização do complexo de inferioridade, ou ainda, e esta é a hipótese mais provável, afloramento de prepotência latente em alguns gaijins, que se julgam melhores do que os demais e, por essa razão, não conseguem assimilar a nova ordem social vigente nos dias de hoje. Esclareço que, tirante a diferença somática, nada devemos em relação aos demais (não nikkeis) de formação universitária, quer no domínio da língua materna, em termos de pronúncia e de redação, quer no magistério superior, quer como doutrinador na área jurídica, quer ainda no exercício das atividades profissionais, nos setores público e privado. Sabe-se que, outrora, a dificuldade dos nikkeis em pronunciar as palavras com “L” ou “V”, ou ainda, as consoantes dobradas, inexistentes no alfabeto japonês, deu origem a gracejos e discriminações. Júlio Miyazawa, em sua obra de ficção, conta que logo após o término da Segunda Guerra, um adolescente nissei, que costumava conduzir a carroça para fazer compras na cidade, foi severamente espancado por um boiadeiro por ter-se referido ao “Brasil” como “buraziru”, nome que sua família havia dado ao cavalo. Um dos boiadeiros que estava com o agressor dizia: “*Moleque safado, sujar o nome do nosso país desse jeito. Você vai aprender a se comportar!*” (*Yawara! A travessia nihondin-Brasil*. São Paulo: Edição do Autor, 2006, p. 18). Em que pese a infelicidade do nome dado ao pacato e operoso equino, a brutal agressão de uma criança não se justificava. Esse episódio, narrado de forma pitoresca, não estava muito distante da realidade de então. Mas, tudo isso é coisa do passado. Todos deveriam ter consciência disso, porém, alguns, lamentavelmente, não a têm, ou preferem viver com as reminiscências do passado, que nem o “mal de alzheimer” consegue removê-las. Faço, porém, uma ressalva: há quem sustente que o uso da palavra “japonês” ou “japonesa” denota racialização da linguagem, ou seja, uma linguagem descritiva, portanto, não ofensiva.

25 Ob. cit., p. 176.

De fato, se há uma cunha diferenciadora que, à primeira vista, pode parecer um obstáculo, a tradição cultural, que unifica os nikkeis, pode funcionar como alavanca de sua ascensão social.²⁶

A esta altura, é de se perguntar: chegamos ao final do processo de integração? Haverá uma outra etapa de integração? Como serão os nikkeis do futuro? Continuariam, ainda, apresentando diferenças somáticas, considerando que, nas terceira e quarta gerações, as miscigenações ultrapassam os 60%,²⁷ situando-se a média geral em torno de 50%? Seria desejável a mudança da situação atual em que eles próprios dão margens às sutis distinções?

São indagações difíceis de serem respondidas por quem se dedicou apenas ao estudo do Direito, por mais de quatro décadas. Porém, ciência jurídica é a mais social de todas as ciências, propiciando a seus cultores uma visão panorâmica da sociedade, pois não há, nem convém existir, norma jurídica apenas no mundo das ideias, sem qualquer possibilidade ou probabilidade de sua incidência sobre as relações que se estabelecem entre as pessoas.

Por isso, valendo-nos da experiência do cotidiano, diríamos que os nikkeis, incluindo os sanseis e os yonseis (netos e bisnetos de imigrantes), que, em sua maioria, nem sequer se expressam em língua japonesa, ainda mantêm um forte liame que os une ao povo japonês, por força da tradição cultural.

Quando um deles ascende às posições relevantes na escala social, por exemplo, amigo ou não, conhecido ou não, sempre ficamos com aquela sensação de bem-estar, para não dizer feliz. Se, ao contrário, deparamos com uma notícia envolvendo-os em atos criminosos, quer como vítimas, quer como autores, temos uma sensação diferente da que temos no cotidiano, ao captar notícias da espécie, envolvendo pessoas fora da comunidade nikkei. Sentimos, também, um certo desconforto sempre que vêm ao nosso conhecimento os escândalos de natureza política envolvendo membros da comunidade,²⁸ independentemente de qualquer juízo de valor acerca dos episódios veiculados pela mídia.

Citarei, a título exemplificativo, um fato que comprova a existência desse liame de que falamos, ou seja, o acontecimento da tarde do dia 22 de junho de 2006, quando a seleção japonesa, dirigida por um técnico brasileiro, confrontando-se com a seleção brasileira, estava vencendo por 1 x 0 no primeiro tempo. Quase no final da primeira etapa do jogo, a seleção brasileira fez um gol e empatou o jogo. Não saberei descrever com palavras o que se passou em minha alma: alegria, tristeza, misto de alegria e tristeza ao mesmo tempo. Só sei que foi um sentimento completamente diferente do das outras vezes em que o Brasil empatou, perdeu ou ganhou em inúmeras “copas” das quais vem participando ao longo do tempo. Mas, quem observasse o meu semblante naquele momento, acredito que poderia dizer que eu não estava me comportando como um patriota. E até parece que pressenti a possibilidade de esse fato ocorrer, pois, logo após a feijoada nos salões do Jockey Club, onde cerca de 300 advogados se achavam reunidos para assistir ao jogo pelos telões, notando que havia apenas dois advogados nikkeis, Kozo Denda e eu, tratei de “dar no pé” discretamente e com isso colocar-me a salvo de possíveis “gozações”.

Ao imaginar que esse estranho sentimento só aconteceu comigo, porque fui criado dentro dos rígidos

26 Na visão de especialistas, a ascensão do Alberto Fugimori no Peru constitui fato isolado e parece ter explicação na teoria de Ruth Cardoso.

27 O crescimento do índice de casamentos interétnicos, em parte, resulta da ascensão do nikkei na escala social brasileira, o que reduz o universo de escolha de parceiros para aqueles que não estão dispostos a regredir nessa escala social.

28 E quando essa situação escandalosa perdura por muito tempo, o desconforto evolui para um quadro de constrangimento, pois a chamada “consciência étnica” do nikkei é radicalmente contrária ao escândalo.

padrões da educação japonesa, entrei em contacto com inúmeros nikkeis, muitos dos quais, sabidamente, não convivem na comunidade nikkei, inclusive com meus filhos. A resposta veio clara: ninguém ficou entusiasmado no momento do empate, no final do primeiro tempo; e a maioria não ficou muito entusiasmada, também, com o resultado final. Acredito que, em parte, essa sensação decorreu do fato de a seleção japonesa ter sido alijada da competição, com a derrota sofrida nesse jogo, e, também, pelo fato de o técnico da seleção japonesa ser um brasileiro.

Será que chegará o dia em que essas situações retratadas serão encaradas com indiferença? E essa eventual indiferença seria sinônimo de total e completa integração dos nikkeis na sociedade, ao ponto de não implicar qualquer tipo de distinção dos demais membros da sociedade ampla? Seria indicativo de que as paisagens culturais, parcialmente recriadas pelos nossos antepassados, desapareceram ou tendem a desaparecer ao longo das gerações? Em caso positivo, essa situação seria desejável? Não seria mais interessante deixar como está, para convivência harmônica dentro da sociedade multicultural e multirracial como a sociedade brasileira?

2.3 Os instrumentos de evolução e integração dos nikkeis

Instituições e pessoas exerceram papel fundamental no processo de evolução e integração dos nikkeis na sociedade brasileira. Certamente, inúmeras instituições contribuíram para esse processo de inserção dos nikkeis na sociedade local, mas neste trabalho, para não extrapolar o espaço que nos foi reservado, optamos por citar apenas a imprensa, algumas instituições educacionais e entidades ou associações que vêm atuando neste processo de integração e de difusão da cultura japonesa.

2.3.1 O papel desempenhado pela imprensa

A imprensa escrita e falada, e, mais recentemente, a comunicação audiovisual, são fundamentais no processo de transmissão de informações e conhecimentos, indispensáveis à evolução da sociedade como um todo. A imprensa nikkei, sem dúvida alguma, exerceu papel fundamental na evolução e integração da comunidade nikkei.

Vejamos em rápidas pinceladas os principais veículos de comunicação anteriores à Grande Guerra até os dias atuais.

2.3.1.1 A imprensa escrita

A imprensa escrita nikkei serviu como instrumento de comunicação entre os membros da colônia aqui radicados, bem como com outras colônias situadas em diferentes países. Serviu de elo entre os imigrantes com o Japão, permitindo a preservação permanente de suas tradições e de sua cultura, difundidas por meio de um idioma comum e transmitidas para as gerações que se seguiram.

Com base no levantamento efetuado por Paulo N. Miyagui²⁹ e com a atualização que fizemos, pode-se apresentar a evolução da imprensa nikkei, mais precisamente, dos jornais editados em língua japonesa, como segue.

O primeiro jornal escrito em idioma japonês foi fundado em junho de 1915 por Hoshina Ken-Ichiro, sob a denominação de *Nambei Shukan*. Divulgava notícias do Japão ao mesmo tempo que prestava informações sobre a agricultura e a criação do bicho-da-seda.

Em 1917, Hosaburo Kaneko e Shingoro Wako fundaram o *Nippak Shimbun*, posteriormente adquirido por Miura Saku, que imprimiu uma postura em defesa dos imigrantes, denunciando irregularidades e injustiças cometidas no processo migratório, o que lhe valeu exílio na Argentina, durante a ditadura Vargas.

No mesmo ano de 1917, foi fundado o jornal *Brasil Johô* por Kuroichi Seissuku. Outros jornais apareceram como o *Seishu Shimpô*, de Bauru, fundado por Koyama Rokuro; *Nambei Shimpô*, fundado por Nanshu Saida, e posteriormente denominado *Nihon Shimbun*; *Noroeste Shimpô*, fundado por Akira Kajimoto; *Nippak Kiyodo Shimbun*, por iniciativa de Nakagawa Gonsaburo; *Paulista Shimpô*, fundado por Tomim Nakamura etc.

Esses jornais contribuíram, sobretudo, durante a primeira etapa de integração citada.

Com a decretação do Estado Novo por Getúlio Vargas em 1937, os jornais ficaram inviabilizados face à proibição da edição e circulação de jornais e revistas em idioma estrangeiro.

Quando eclodiu a Segunda Grande Guerra, os imigrantes estavam mergulhados na escuridão total, por falta de meios de comunicação e de informações em língua japonesa, o que culminou numa série de violências e arbitrariedades contra eles.³⁰ O próprio recrudescimento do movimento denominado Shindo Renmei é fruto da desinformação em que se encontravam os imigrantes em decorrência da interdição dos meios de comunicação em língua estrangeira.

Terminado o conflito mundial, sob a postura liberal do governo Dutra (1946 a 1950) renasceram os jornais editados em idioma japonês.

Assim, nascia, em 8 de outubro de 1946, o *São Paulo Shimbun*, fundado por Mituto Mizumoto, tendo como gerente-geral Kiymatsu Kobayashi e como redator-chefe Katsuo Utiyama. A sua linha era, desde o início, a de manter neutralidade em relação a assuntos políticos, desenvolvendo um programa de ordem técnica, cultural, agrária, econômica e social. São seus proprietários atuais Eduardo Mizumoto e Helena Mizumoto.

Em janeiro de 1947, surgiu o *Jornal Paulista*, sob a liderança de Tokuya Hiruta e Takeuchi Suichi. Nos seus atos constitutivos figuraram como sócios fundadores Tokuya Hiruta, Pedro Kitice e Luiz Yassumi Tanigaki. Ao contrário do *São Paulo Shimbun*, mantinha uma linha editorial claramente oposta à opinião da maioria dos imigrantes, que não acreditava na derrota do Japão na Segunda Grande Guerra. Por isso, demorou um bom tempo até ganhar o respeito e a admiração de todos.

²⁹ A imprensa nikkei e seu futuro, *O nikkei e sua americanidade*. São Paulo: Massao Ohno Editor, 1986, p. 315-331.

³⁰ Ver TAKEUCHI, Márcia Yumi, ob. cit.

Em 1948, um grupo liderado por Alfredo Hidekazu Takeuchi fundou o *Diário Nippak*.

Outros jornais foram fundados na década de 40: o *Nambei Jiji*, fundado por Nakama Midori em 1947; o *Kyuyo Shimpō*, fundado por Shosei Miyagui em 1948; o *Showa Shimbun*, fundado em 1949 por Kawabata Saburo; no mesmo ano de 1949 surgiram o *Brasil Tyugai Shimbun*, por iniciativa de Issomitsu Okimoto, e o *Nambei Times*, sob a direção de Kohei Akama. Esses jornais não tiveram vida longa, mas contribuíram para o avanço da segunda etapa de integração dos nikkeis.

Os três jornais – *São Paulo Shimbun*, *Jornal Paulista* e *Diário Nippak* – foram e são os grandes responsáveis pela união dos povos dos dois países, Brasil e Japão, por meio da introdução e difusão da cultura japonesa no seio da sociedade brasileira.

São notórias suas atuações no sentido de abastecer o público com informações e notícias do Japão e do Brasil de forma permanente, além de divulgar eventos da comunidade nikkei, funcionando como importante veículo de integração social.

O *São Paulo Shimbun* promoveu a vinda do Japão de artistas plásticos, de escritores, de cineastas, de poetas, de cientistas, de cantores, de músicos, de recordistas mundiais em natação, dos mais famosos lutadores de sumô, de jornalistas, de médicos, de professores, de filmes, do Tokyo Ballet etc., além de patrocinar inúmeros festivais típicos, como os de danças folclóricas, de músicas folclóricas e de fogos de artifício (gifu nagaragawa hanabi). Promoveu, ainda, inúmeros intercâmbios de Belas Artes Brasil/Japão.

Outrossim, memorável a turnê promovida pelo *Diário Nippak*, em 1951, com o famoso cantor e compositor Shoji Taro, um dos que mais exaltaram os valores básicos da nacionalidade, com suas canções dedicadas às Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica). Dessa forma, a nostalgia da terra distante trouxe novo alento aos imigrantes.

Finalmente, o *Jornal Paulista*, cujas páginas em português contaram com a colaboração dos primeiros jornalistas nikkeis, Hideo Onaga e José Yamashiro,³¹ notabilizou-se com a introdução, na década de 50, do concurso “Miss Colônia”, cuja primeira vencedora foi a srt^a Mítiko Satake, em 1954, sucedida no ano seguinte pela srt^a Toshie Fukuda, hoje, sr^a Toshie Sanematsu. Posteriormente, o concurso foi relançado com o nome de “Miss Nissei”, sagrando-se primeira vencedora a srt^a Maria Hissako Yoda. Outro fato marcante do *Jornal Paulista* que perdura até hoje, foi a instituição do “Prêmio Paulista de Esportes”, com o qual são agraciados, anualmente, os melhores esportistas nas modalidades de sumô, natação, beisebol, golfe, gateball, atletismo, judô, kendô, tênis de mesa, tênis de campo. Com a fusão do *Jornal Paulista* e do *Diário Nippak*, em março de 1998, surgiu a Editora Jornalística União Nikkei Ltda., conhecida como *Nikkey Shimbun*, dirigida por Raul M. Takaki. No ano de 2007, o *Nikkey Shimbun* promoveu a entrega do quinquagésimo primeiro “Prêmio Paulista de Esportes”. A partir do quinquagésimo prêmio foram incorporados prêmios especiais para três novas modalidades esportivas: futebol, park golf e mallet golf.

Hoje, ambos os jornais, o *São Paulo Shimbun* e o *Nikkey Shimbun*, com edições bilíngues, veiculando notícias do Japão e do Brasil, e dando integral apoio e cobertura aos principais eventos da comunidade nikkei, vêm contribuindo para a mais perfeita integração da comunidade nikkei, que de há muito deixou de ser uma

31 José Yamashiro e Cássio Kenro Shimamoto foram os dois primeiros nikkeis a integrar as forças revolucionárias de 1932, em defesa de seu Estado, contribuindo para amenizar, ainda que temporariamente, os sentimentos antijaponeses reinantes na época.

“colônia japonesa”, para constituir-se, em menos de 100 anos, em um dos segmentos da sociedade brasileira multirracial e multicultural. Outrossim, esses dois veículos de comunicação social constituem importante fonte permanente de difusão da cultura japonesa, cada vez mais assimilada pela ampla sociedade brasileira.

Finalmente, é de ser lembrada também a contribuição que deram em prol da integração social a *Revista Nikkei*, a *Revista Samurai* e a *Revista Arigatô*, muito conhecidas nas décadas de 60 e 70. Em 1972, surgiu a revista *Brasil-Japão* do tipo “Fatos e Fotos”, atualmente editada bimensalmente sob a responsabilidade do jornalista Jiro Mochizuki. Em 1997 foi lançada simultaneamente no Japão e no Brasil a revista *Made in Japan*, uma publicação mensal sob a direção de Masakazu Shoji, tendo como conteúdo diversos aspectos da tradição e da cultura japonesas, bem como negócios, modas, turismo, culinária etc. Finalmente, em 2007 surgiu um periódico inédito: a revista *Mundo OK* sob a responsabilidade de Marcelo Ikemori e Takashi Tikasawa, com tiragem de 20.000 exemplares distribuídos gratuitamente em pontos estratégicos da cidade de São Paulo, tratando de assuntos da comunidade oriental em geral (nikkeis, coreanos, chineses e tailandeses), relacionados com os setores de veículos, saúde, estética e aspectos sociais dos orientais. Essas três últimas revistas, a exemplo do *Jornal Nippo-Brasil* adiante mencionado, vêm cumprindo o seu papel de difusores e preservadores das tradições e das culturas orientais milenares.

Em 1992, quando se intensifica o caminho inverso trilhado pelos nossos pais, ou seja, a ida dos brasileiros ao Japão à procura de melhores oportunidades de vida, Arthur Muranaga e Yoshio Muranaga fundaram a Empresa Jornalística Internacional Press Brasil Ltda., como um veículo de divulgação da comunidade de dekassegus que, hoje, é composta de mais de 320.000 trabalhadores nikkeis. Sob a denominação de *Notícias do Japão*, escrito em língua portuguesa, o jornal passou a publicar as vagas de trabalhos existentes no Japão, para que os interessados pudessem viajar com a garantia de emprego.

Em 1999, essa empresa jornalística sofreu uma profunda alteração em seus objetivos, passando a publicar o semanário *Jornal Nippo-Brasil* ampliando o leque de atendimento aos leitores, veiculando notícias e acontecimentos da comunidade nikkei no Brasil e no Japão, com a inclusão de suplementos e a adição de notícias procedentes de outros Estados da Federação Brasileira.

Em 2007, foi lançada a revista *Zashi* destinada à divulgação e transmissão da milenar cultura japonesa, que vem sendo cada vez mais assimilada pela sociedade brasileira em geral.

Dirigem atualmente o *Jornal Nippo-Brasil* Suzana Yume Muranaga Bartels, Gerard Bartels e Fernando Takahashi.

2.3.1.2 A imprensa falada

No final da década de 40, Koei Okuhara e Tomoichi Iwane inauguraram, na Rádio Bandeirantes, o primeiro programa em idioma japonês, transmitindo principalmente músicas que emocionavam a coletividade nipônica no Brasil. Outros programas se seguiram nas Rádios Panamericana (atual Jovem Pan), São Paulo e Piratininga.

Depois, os irmãos Koei e Mário Okuhara adquiriram várias emissoras, dentre as quais a Rádio Santo Amaro (posteriormente transformada na Rádio Mulher), que, na década de 60, canalizou a difusão das atividades da comunidade nikkei, época caracterizada pela reunião de moças e rapazes em torno de

entidades associativas de cunho social, cultural e recreativo, promovendo, dentre outras atividades, as tradicionais “tardes dançantes”.

Essa Rádio Santo Amaro foi responsável pela vinda de cantores famosos, como Missora Hibari, Murata Hideo, Eri Chiemi e Nakazone Miki, que a todos encantaram. Foi nessa rádio, também, que Takao Miyagui idealizou e colocou em operação o programa “Voz do Nissei”, destinado a discutir e debater questões atinentes à integração do nikkei com os estudantes de então, em plena etapa de efervescência cultural.

É de justiça lembrar, também, que dos quadros da Rádio Santo Amaro surgiram nomes que se tornaram marcantes na área da comunicação de massa, como Alberto Murata, Boris Casoy, Emílio Matsumoto, Franco Neto e Gil Gomes.

Hoje, pode-se dizer que o projeto da antiga Rádio Santo Amaro é executado por meio da Rádio Imprensa, que mantém o programa denominado “Rádio Nikkei”, conduzido e produzido por Paulo Nobuo Miyagui.

2.3.1.3 A imprensa audiovisual

Em outubro de 1970, o mesmo empresário de rádio, Mário Okuhara, lançou o primeiro programa de televisão *Imagens do Japão* pela antiga TV Tupi. Esse programa foi conduzido por vários anos pela conhecida apresentadora Rosa Miyake.

Em setembro de 1973, foi lançado pelo apresentador Nelson Matsuda o programa denominado *Japan Pop Show*, pela TV Bandeirantes.

Ambos os programas, voltados para a comunidade nikkei, não conseguiram sobreviver, vencidos que foram pelo fenômeno da globalização, bastante acentuado nos dias atuais, quando tudo acontece em tempo real. O que ocorre do outro lado do planeta é visto simultaneamente deste lado, como acontece com o festival anual de música japonesa, o tradicional *Kohaku Utagasen*.

2.3.2 O papel desempenhado pelas instituições educacionais, entidades complementares da atividade educacional e pelas entidades ou associações que vêm atuando no processo de integração e de difusão da cultura japonesa

2.3.2.1 A Casa de Estudantes Harmonia

Com o término da Guerra e a rendição do Japão, os imigrantes tiveram que optar por criar raízes em seu novo país, encaminhando os filhos para a completa integração à sociedade brasileira, notadamente por meio de um melhor nível educacional.

Nesse sentido, importante papel viria desempenhar a Associação Harmonia de Educação e Cultura, mantenedora da Casa de Estudantes Harmonia, fundada em 1953, em São Bernardo do Campo, com a participação e colaboração dos imigrantes japoneses.

Essa Casa de Estudantes foi a primeira do gênero a abrigar os estudantes nikkeis procedentes do interior, em regime de internato. Hoje, essa Associação vem mantendo o Centro Educacional Harmonia, destina-

do a ministrar o ensino fundamental e o médio dentro dos padrões da escola japonesa, isto é, fundados na disciplina, solidariedade e espírito de equipe. O estudo da língua japonesa faz parte da grade escolar no ensino fundamental.

Um dos primeiros internos da Casa foi Tadayosi Wada, que, há mais de uma década, vem presidindo sua instituição mantenedora. Outras personalidades ilustres estudaram nesta tradicional instituição educacional.³²

Atualmente, o Centro Educacional Harmonia (Colégio Harmonia), visando à manutenção e à preservação da cultura japonesa, a par das tradicionais atividades educacionais, incorporou atividades típicas da cultura milenar, como origami, taikô, dança, música e undokai (gincana esportiva).

A entidade mantenedora do Colégio Harmonia, dentro do cronograma oficial das comemorações do Centenário da Imigração Japonesa, pretende implementar, até o ano de 2008, o projeto de ampliação desse Colégio, o *Shin-Harmonia Gakuen*, que irá abrigar alunos desde educação infantil até o ensino médio.

2.3.2.2 O Centro Educacional Pioneiro

Outra instituição educacional fundada em São Paulo, no ano de 1933, por Michie Akama, foi a Escola de Corte e Costura, voltada para educação profissionalizante das nikkeis. Em 1935, passou a contar com o curso de língua japonesa em nível médio e, em 1937, com o curso de língua portuguesa. Esses cursos todos funcionam de forma integrada sob a denominação de “São Paulo Jogakuin”.

Em 1960, a Escola passou a ser mantida pela Fundação Instituto Educacional Dona Michie Akama. Em 1971, a denominação da Escola foi alterada para “Centro Educacional Pioneiro”, com o ensino fundamental e o médio. O curso de língua japonesa é ministrado em caráter optativo. Esse Centro Educacional, bastante disputado pela comunidade nikkei, vem contribuindo decididamente para a melhoria do sistema educacional brasileiro, ao incorporar alguns dos aspectos positivos da educação japonesa, como a educação integral do cidadão, baseada no princípio da independência com responsabilidade.

2.3.2.3 Entidades complementares da atividade educacional

Nesse processo de desenvolvimento educacional do nikkei, com vistas à integração social, não se pode deixar de mencionar a grande contribuição de entidades complementares à educação, propiciando aos jovens estudantes vindos do interior alojamentos ou acomodações adequadas. São os kenjin-kais, dirigidos por pessoas abnegadas, que vêm propiciando uma infra-estrutura ao setor educacional.

No final da década de 1950, a Cooperativa Agrícola Sul Brasil, então dirigida pelo dinâmico Guenitiro Nakazawa, fundou o Internato Sul Brasil para acolher os filhos de cooperados que vinham estudar em São Paulo, procedentes de diversas localidades do interior do Estado. Quando ingressei no aludido internato em 1959, havia um único prédio na Rua Tamandaré, nº 945, que abrigava estudantes de ambos os sexos. No ano de 1960, foi ampliado esse internato mediante incorporação do prédio vizinho, o que possibilitou separar a ala masculina da feminina. O Internato abrigava cerca de 40 estudantes do ensino médio, donde saíram diversos profissionais

³² Kazuo Watanabe, Atuchi Yamauchi, Shuhatiro Wada, entre outros.

liberais nas áreas do Direito, Medicina, Engenharia, Economia e Administração de Empresas.

O Internato era dirigido pelo Prof. Y. Miyajima. Os internos fundaram em 1959 com a nossa participação o Grêmio Estudantil Sul Brasil – GESB – que ao longo de sua existência promoveu atividades culturais mediante realização de difusão de músicas japonesas; realização de concursos de oratória; atividades esportivas por meio de realização de competições de tênis de mesa com times de outras entidades congêneres, e atividades sociais com a realização de inúmeros convêncotes anuais às diversas praias do litoral sul (Itanhaém, Caraguatatuba, Guarujá). Desse Internato Sul Brasil saíram personalidades que mais tarde viriam ocupar posição de destaque na sociedade brasileira, contribuindo para o fortalecimento da inteligência nacional.



No ano de 1962



Mesatenistas. Em baixo: Shiguemitsu Shiwa, Mário Ando e Miguel Aoki. Kiyoshi Harada, Paulo Iida, Ryuiti Miyajima e Miguel Aoki.

Uma parcela menor de estudantes se abrigava em casas de famílias radicadas nos grandes centros urbanos, normalmente, de parentes ou de conhecidos. Outros, ainda, oriundos de famílias privilegiadas em termos financeiros, fundavam uma espécie de “república”, alugando unidades habitacionais para abrigar grupos de pessoas amigas ou conhecidas.



Parte dos estudantes no início de 1960



Parte das estudantes no início de 1960

Finalmente, quando chegava a vez de os últimos filhos ou caçulas partirem para os grandes centros urbanos em busca do ensino qualificado, os próprios pais acabavam vindo junto, ainda que essa mudança de localidade implicasse alteração do ramo de sua atividade. Essa era uma prática comum entre os residentes em zonas urbanas. Nos meios rurais, esse fenômeno era raro, por razões óbvias.

É dessa forma que o nissei atingiu o estágio atual de evolução e integração. Em suma, pode-se dizer que foi e é a geração mais sacrificada nesse processo de integração. Acreditamos que quase todos os nisseis vivenciaram o dilema referido por Célia Sakurai, ou seja, ser japonês em casa, seguindo os padrões de jovens japoneses, sem serem japoneses puros, e ser brasileiro fora de casa, seguindo o padrão de jovens brasileiros, mas sempre com “cara” de japonês. Os nisseis, além de terem vencido a crise de identidade, de terem contribuído decisivamente para a formação do patrimônio econômico familiar, muitos deles carpindo, lavrando a terra, plantando, colhendo, e de terem logrado concluir o ensino superior com imensos sacrifícios, ainda, cuidam de seus pais e de seus filhos. Alguns cuidam, inclusive, de netos, isto é, situam-se no meio de três gerações que gravitam em seu redor. É claro que, como em tudo na vida, há exceções que, de forma alguma, invalidam a afirmativa retro.

2.3.2.4 Entidades ou associações que vêm atuando no processo de integração e de difusão da cultura japonesa

As entidades e associações a seguir mencionadas, a título de exemplo, cada uma à sua maneira e no seu devido tempo, prestaram e continuam prestando relevantes serviços em prol da evolução e integração dos nikkeis, bem como para a difusão da cultura japonesa, que vem sendo aos poucos assimilada pela sociedade brasileira.

2.3.2.4.1 Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social

A Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social – Bunkyo – foi fundada em 17 de dezembro de 1955 com a denominação de Sociedade Paulista de Cultura Japonesa. A pedra fundamental do edifício-sede do Bunkyo foi lançada em 17 de junho de 1958 por ocasião dos festejos comemorativos do IV Centenário da cidade de São Paulo com a presença do casal de príncipes Mikasa e Yuriko. O primeiro presidente foi o seu fundador, Kiyoshi Yamamoto. Em 1958, a entidade liderou as festividades para a comemoração do cinquentenário da imigração japonesa no Brasil, organizando a vinda de Sua Alteza, o Príncipe Mikasanomiya, que contribuiu para pôr uma pá de cal na animosidade entre vitoristas e derrotistas que ainda persistia, em pequena escala, em alguns pontos do território nacional. Posteriormente, essa entidade, mais conhecida como “Bunkyo”, veio a ser presidida pelo Prof. Kokei Uehara, que foi reeleito pela segunda vez, fato inédito na história dessa entidade. De 2009 até 2014, o Bunkyo foi presidido por Kihatiro Kita. Harumi Arashiro Goya encontra-se atualmente na Presidência do Bunkyo pela segunda vez consecutiva.

Além da sede central constituída de um prédio de nove andares com 15.500 m² de construção, o Bunkyo vem mantendo outras três unidades para o desenvolvimento de atividades que vão ao encontro dos objetivos institucionais da entidade: o Pavilhão Japonês, no Ibirapuera, construído conjuntamente pelo governo japonês e pela comunidade nipo-brasileira e doado à cidade de São Paulo em 1954; o Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil, inaugurado em 18 de junho de 1978, na gestão do presidente Guenitiro Nakasawa, durante os festejos comemorativos do 70º aniversário da Imigração Japonesa no Brasil, com a presença do então príncipe Akihito e da princesa Michiko, atuais Imperador e Imperatriz do Japão, além do

presidente Ernesto Geisel; e o Centro Esportivo Kokushikan Daigaku, na Estância Turística de São Roque, que ocupa uma área de 581.758m² doada pela Universidade Kokushikan Daigaku em 30 de janeiro de 1997. No local realiza-se, anualmente, o Festival das Cerejeiras.

O Bunkyo tem como objetivos, dentre outros, promover atividades culturais, educacionais, artísticas, esportivas e assistenciais; promover intercâmbio e a aproximação sociocultural entre o Brasil e o Japão; promover estudos e debates sobre movimentos migratórios, especialmente sobre aqueles em direção ao Japão.

A Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social posiciona-se como uma entidade líder da comunidade nikkei do Brasil, tornando-se o maior centro de difusão da cultura japonesa da América Latina. Tem tido um papel de mais alta importância na evolução e integração da comunidade à sociedade brasileira, quer preservando e valorizando a história, a contribuição do imigrante japonês no Brasil, quer preservando e divulgando a cultura japonesa no Brasil, quer divulgando a cultura brasileira dentro e fora do país, em suas variadas formas de expressão, quer promovendo estudos e debates sobre questões sociais, econômicas e políticas de interesse dos associados, das comunidades e segmentos sociais na busca de soluções, quer, enfim, promovendo atividades beneficentes e de assistência social com os recursos originários de suas múltiplas atividades.

Vale citar, a título de exemplo, dois eventos tradicionais: o “Bunka Matsuri” e o “Festival das Cerejeiras Bunkyo”.

O Bunka Matsuri caracteriza-se como um festival que reúne o que há de melhor na cultura japonesa. Compõe-se de exposições de ikebana, de shodô, de kimonos, de sumiê e arte koguei, de origami e kirigami; de *workshops* para todas as idades e gostos (shodô, cerimônia do chá, ikebana, demonstrações de soroban, de moxa, de go, de shogui, de softball, de gateball, de tênis de mesa etc.); *shows* de músicas e danças folclóricas dos mais variados grupos, bem como exibição de números de taikô, de diferentes escolas, dando um colorido todo especial a esse evento tradicional, cujos resultados financeiros são destinados às entidades beneficentes. O “Bunka Matsuri” de 2007, realizado no dia 20-5-2007, sob a coordenação geral de Harumi Arashiro Goya, caracterizou-se pela maciça mobilização de jovens no evento, o que nos dá a certeza da continuidade da preservação e difusão da milenar cultura oriental ao longo das gerações.

Outro evento tradicional e que une as diversas comunidades é o “Festival das Cerejeiras Bunkyo”, realizado anualmente no Centro Kokushikan Daigaku, órgão do Bunkyo, situado na Rodovia Bunjiro Nakano, km 48 da Estrada de Ibiúna. A cada festival, foi aprimorada sua formatação, sendo que o X Festival, realizado em julho de 2006, foi integrado pelos Bunkyo de Caucaia do Alto, de Ibiúna, de Vargem Grande Paulista e de Mairinque, além de incorporar as comunidades alemã, grega, lituana, russa e ucraniana, com apresentação de danças folclóricas e comidas típicas dos respectivos países de origem. Pode-se dizer que esse último festival, conduzido pelo Diretor do Bunkyo-SP, Akio Ogawa, representa o lançamento da semente para a concretização de um futuro Festival das Nações.³³ Mais seis festivais se sucederam atraindo um público cada vez maior. O último deles, o XVI Festival ocorreu no final de 2012 com muito sucesso apesar das chuvas.

Outro evento, isolado, mas que reuniu a comunidade nikkei, dando mostras de sua integração à sociedade brasileira, foi a montagem de um telão no ginásio de esportes do Bunkyo, com equipamentos cedidos pela Sansuy

33 O XI Festival, que aconteceu nos dias 7 e 8 de julho de 2007, contou com a apresentação especial da cantora japonesa Mariko Nakahira.

e Panasonic, para a transmissão, em tempo real, do jogo Brasil x Japão, no dia 22 de junho de 2006.

Ao evento denominado “Copa no Bunkyo” afluíram as equipes de reportagens de todos os canais de TV aberta, além das japonesas, como NHK, Asahi, Nihon, IPC e NHK Documentary; as rádios Jovem Pan, Bandeirantes, Globo e Gazeta; os jornais O Estado de S. Paulo, Diário de São Paulo, Nikkey Shimbun e São Paulo Shimbun, cobrindo a torcida e a festa em que se misturavam os sons de taikôs com os de pandeiros, bumbos e chocalhos.

Dentro de sua finalidade de preservar, valorizar e divulgar a cultura japonesa, o Bunkyo, ao ensejo das filmagens da novela comemorativa dos 80 anos da NHK denominada “Haru to Natsu”, aceitou e assumiu a presidência da Comissão de Apoio à novela selecionando e administrando a participação de “extras” na filmagem, o que envolveu várias pessoas. Por tal razão, o Bunkyo foi contemplado, ao final das filmagens, com a autorização da NHK para projetar a novela, em primeira mão, no seu tradicional “Suiyo no Cinema”, reunindo mais de 11.000 pessoas, que fizeram doações de mais de 2.500 quilos de alimentos, não perecíveis, às entidades de assistência social.

Finalmente, vale lembrar que a entidade vem mantendo o Coral Feminino Bunkyo desde 1993, sob a regência do Maestro Teruo Yoshida. Através da linguagem universal da música, o Bunkyo vem transmitindo a cultura japonesa inclusive no exterior. Outrossim, o Coral vem fazendo apresentações periódicas no Bunkyo, bem como servindo de instrumento valioso na recepção de altas autoridades mediante a execução dos hinos nacionais do Japão e do Brasil, como aconteceu na recepção ao primeiro-ministro Shinzo Abe, em agosto de 2014, e no lançamento da primeira edição desta obra em 15-1-2008, no hall da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, como ilustrado no capítulo 16.2. O Coral Feminino Bunkyo programou para o dia 16-6-2018 um Jantar Concerto Beneficente em comemoração ao 25º aniversário de sua fundação e aos 110 Anos da Imigração Japonesa no Brasil.

No interior da CEAGESP, o Bunkyo, com o mesmo objetivo, vem administrando e mantendo um jardim que contém um monumento inaugurado pelo então príncipe Akihito e pela princesa Michiko, nos idos de 1967. Serve de marco indicativo da importância dos agricultores e usuários nikkeis nesse entreposto abastecedor da população paulistana.

Apesar das limitações de espaços enfocaremos uma outra atividade importante do Bunkyo, consistente em prestar homenagens às personalidades da comunidade nipo-brasileira por diferentes razões.



Primeiro-ministro Shinzo Abe e esposa com as integrantes do Coral Bunkyo



Coral Feminino Bunkyo executando os hinos nacionais do Japão e do Brasil sob a regência do Maestro Teruo Yoshida no Museu Histórico da Imigração Japonesa



O Senador Jorge Yanai discursa agradecendo a homenagem recebida ante o olhar de Kihatiro Kita, Ignácio Moriguchi, Akeo Yogui e Jô Tatsumi, Presidentes do Bunkyo, da Enkyo, da Kenren e da Aliança Cultural Brasil-Japão, respectivamente.

Em 7 de maio de 2010 o Bunkyo homenageou o primeiro nikkei a tomar posse no cargo de Senador da República, o Sr. Jorge Yanai, suplente de Senador por Mato Grosso do Sul. O evento contou com a participação da Enkyo, da Kenren, da Aliança Cultural Brasil-Japão e da Câmara de Comércio e Indústria Japonesa do Brasil que compõem o núcleo das entidades representativas da comunidade nipo-brasileira.

Na noite do dia 3 de fevereiro de 2011 foi a vez de o coordenador desta obra receber do Bunkyo uma significativa homenagem por

razões de sua nomeação como Acadêmico Perpétuo da Academia Paulista de Letras Jurídicas e Acadêmico da Academia Brasileira de Direito Tributário. O evento ocorreu no Salão Nobre do edifício-sede da entidade, contando com a participação das demais instituições retromencionadas. Durante a cerimônia de homenagem o Vereador Aurélio Nomura, então suplente, fez a solene promessa de que o primeiro ato após a sua investidura no cargo seria o de redigir o projeto legislativo outorgando o Título de Cidadão Paulistano pelos relevantes serviços prestados à Cidade de São Paulo e assim prestigiar o homenageado daquela noite. Realmente, no dia 16 de setembro de 2011 recebíamos o Título de Cidadão Paulistano da E. Câmara Municipal de São Paulo, por indicação do Vereador Aurélio Nomura.

O Bunkyo tem prestado homenagens, também, às altas autoridades constituídas dos três Poderes. Outrossim, tornou-se uma tradição o Bunkyo homenagear os condecorados pelo Governo Japonês com a Ordem do Sol Nascente. A título ilustrativo, seguem os registros de alguns desses eventos mais recentes.



Jurista Kiyoshi Harada recebe o diploma de honra das mãos do Presidente do Bunkyo, Kihatiro Kita e do Presidente da Kenren, Akeo Yogue, sob o olhar do Presidente Raimundo Uezono da Associação dos Ex Bolsitas do "Gaimucho Kenshusei"



A esposa Felícia, também foi homenageada recebendo flores da D^a Emiko Ueda, esposa do Ministro Massami Uyeda presente à solenidade



Vereador Aurélio Nomura faz a entrega do Título de Cidadão Paulistano ao jurista Kiyoshi Harada

No dia 21 de novembro de 2011, à noite, foi a vez de o Bunkyo e outras quatro entidades retrocitadas acolher o professor Kazuo Watanabe e o empresário Hirofumi Ikezaki como condecorados de primavera, prestando-lhes homenagens por terem sido agraciados pelo governo do Japão com a Ordem do Sol Nascente com Raios de Ouro com Laço e Ordem do Sol Nascente com Raios de Prata, respectivamente, pelos relevantes e notórios serviços prestados em suas áreas de atuação profissional.



O professor Kazuo Watanabe discursa após receber a homenagem



O empresário Hirofumi Ikezaki e o Prof. Kazuo Watanabe com as respectivas esposas, também, homenageadas com buquê de flores

Em 29 de maio de 2014, foram homenageados três oficiais do Exército promovidos para o posto de general de brigada. São eles: Rui Yutaka Matsuda, Ângelo Kawakami e Ryuso Ikeda. Na ocasião, os homenageados rece-

beram um exemplar da 3ª edição de *O Nikkei no Brasil*. Os generais Ângelo Kawakami e Yutaka Matsuda foram promovidos para o posto de general de divisão, que antecede o de general de exército, o mais alto na hierarquia militar do Exército.

Em 14 de dezembro de 2016, foram homenageados os condecorados de Outono com a Ordem do Sol Nascente. São eles: Kihatiro Kita, José Kiyoshi Taniguchi, Osamu Matsuo, Massao Shinohara, Sadao Onishi e Massami Uyeda. Massami Uyeda, por ter sido contemplado com a Ordem do Sol Nascente, Estrela de Ouro e Prata, recebeu a condecoração na Embaixada do Japão, em Brasília, no dia 25 de janeiro de 2017. Os demais receberam na residência oficial do cônsul-geral do Japão em São Paulo. No dia 14 de junho, foram homenageados os condecorados de Primavera com a Ordem do Sol Nascente. São eles: Jo Tatsumi, Masasuke Kuroki, Guenji Yamazoe, Sonoe Yoshiyasu e Nituo Tsukada. Jo Tatsumi, que recebeu a condecoração com os demais na residência oficial do cônsul-geral do Japão em São Paulo, não pôde comparecer à homenagem prestada pelo Bunkyo por razões alheias à sua vontade.

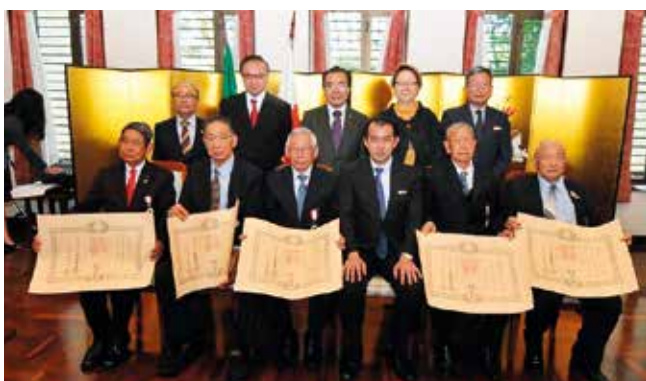
No dia 25 de agosto de 2017, o Bunkyo recepcionou no seu Salão Nobre o novo embaixador do Japão no Brasil, o Sr. Akira Yamada. Após a cerimônia, foi-lhe oferecido um coquetel de boas-vindas no hall do edifício Bunkyo.

Por derradeiro, no dia 17 de outubro de 2017, o Bunkyo recepcionou o novo cônsul-geral do Japão em São Paulo, Sr. Yasushi Noguchi, a quem, após a cerimônia de praxe no Salão Nobre, foi oferecido um jantar no hall do edifício-sede.

Prosseguindo nas homenagens prestados pelo Bunkyo registram-se os seguintes eventos:

No dia 6-12-2018 foram homenageados os condecorados de Outono com a Ordem do Sol Nascente, Raios de Ouro e Prata as seguintes personalidades: Roberto Yoshihiro Nishio, Masahiko Sadakata, Mitsuo Motoyama, e com a Ordem do Sol Nascente, Raios de Prata os senhores Chiaki Ishii e Kasuyti Iuhara.

No dia 18-2-2020 foram homenageados os condecorados de Outono no Salão Multiuso do Bunkyo as seguintes personalidades: Masato Ninomiya com a Ordem do Tesouro Sagrado, Raios de Ouro com Laço; Rubens Ricupero com Grande Cordão da Ordem do Sol Nascente; Roberto Rodrigues com Ordem do Sol Nascente, Estrela de Ouro e Prata; Luiz Carlos Trabauco Capi com Ordem do Sol Nascente, Raios de Ouro com Laço; Kiyoshi Harada com Ordem do Sol Nascente, Raios de Ouro com Laço; e Pedro Yano com Ordem do Sol Nascente, Raios de Ouro e Prata.



Condecorados de outono de 2018 na residência oficial do Cônsul Geral, Yasushi Noguchi: Masahiko Sadakata, Mitsuo Motoyama, Roberto Nishio. Cônsul Geral, Chiaki Ishii e Kasuyti Iuhara



Condecorados de outono de 2018 homenageados no Bunkyo com a presença dos presidentes do Bunkyo e da Aliança Cultural, do Kenren, da Emkyo e da Câmara de Comércio e Indústria Japonesa no Brasil



Roberto Nishio agradece a homenagem



Roberto Nishio ladeado por Jorge Yamashita e Kiyoshi Harada



Esposa do homenageado, Mitiko, recebe flores da presidente Harumi Goya



Condecorados de outono de 2019 na residência oficial do Cônsul Geral, Yasushi Noguchi. Sentados: Maristela Harada, Marcelo Harada, Kiyoshi, Cônsul Geral, Felícia Harada, Armando Kihara. Em pé: Oscar Urushibata, Carlos Fukuhara, Roberto Nishio, Morio Sato e Raimundo Uezono.



Condecorados de outono de 2019 no Bunkyo: Pedro Yano, Masato Ninomiya, Kiyoshi Harada, Luiz Carlos Trabuço Capi, Roberto Rodrigues e Rubens Ricúpero.



Renato Ishikawa, presidente do Bunkyo abrindo a solenidade



Kiyoshi Harada agradecendo homenagem recebida



Felícia Harada recebe buquê de flores da ex presidente do Bunkyo, Harumi Goya.



Generais homenageados com integrantes da mesa de honra



Generais homenageados com o coordenador do livro O Nikkei no Brasil



Condecorados de Outono



Ministro Massami Uyeda com o embaixador Satoru Satoh, após receber a condecoração



Ministro Massami Uyeda com embaixador, familiares e amigos



Condecorados de Primavera com componentes da mesa de honra



Condecorados de Primavera na residência oficial do cônsul-geral Takahiro Nakamae



Desembargador Jo Tatsumi agradecendo a honraria recebida na residência oficial do cônsul-geral do Japão em São Paulo



Embaixador Akira Yamada com os componentes da mesa de honra



Embaixador Akira Yamada apresentando-se e agradecendo a recepção



Embaixador ladeado por Harumi Goya, presidente do Bunkyo, e pelo jurista Kiyoshi Harada, vice-presidente da ALAexBG



Cônsul-geral Yasushi Moriguchi



Mesa de honra na recepção do cônsul-geral Yasushi Moriguchi



Harumi Goya, presidente do Bunkyo



Cônsul-geral com Kiyoshi Harada



Cônsul-geral com ex-bolsistas do Gaimusho

Outro acontecimento que também merece ser lembrado foi a ação desenvolvida pelo Bunkyo em face do trágico acidente nuclear em Fukushima que vitimou milhares de pessoas. No dia 11 de março de 2011 a entidade deu início à campanha de arrecadação de fundos para socorrer aquelas vítimas conseguindo, em tempo recorde, atrair milhares de colaboradores. Em seguida promoveu, sob sua liderança, uma missa ecumênica em memória daqueles que pereceram ou desapareceram, reunindo no Grande Auditório de sua sede social mais de 1.200 pessoas. Nada menos que dez embaixadores representando diferentes países se fizeram presentes àquele evento religioso e humanitário.

Todas essas pujantes atividades desenvolvidas pelo Bunkyo faz dele uma entidade líder dentre aquelas que compõem o núcleo das instituições representativas da comunidade nipo-brasileira. É sem sombra de dúvida um líder entre os líderes, quer pelo tamanho da entidade em termos de quadro associativo e estrutura física, quer pelo tamanho do seu espaço cultural, quer finalmente pelo seu permanente relacionamento com as instituições e autoridades japonesas, que enxergam no Bunkyo um órgão central de representação da sociedade nipo-brasileira.

Prédio-Sede da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social, onde está localizada, também, a sede da Kenren – Federação das Províncias do Japão no Brasil, além de abrigar o Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil



Visita do primeiro-ministro Shinzo Abe, em agosto de 2014

Por tudo isso, o Bunkyo tornou-se quase uma passagem obrigatória das altas autoridades japonesas que visitam o Brasil, desde o Imperador, príncipes, primeiros-ministros e ministros de diversas áreas.

Visita do ministro Ishida, do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão



Centro Esportivo



Kokushikan Daigaku



Pavilhão Japonês no Ibirapuera



2.3.2.4.2 Aliança Cultural Brasil-Japão

A Aliança Cultural Brasil-Japão é uma das entidades criadas após os festejos do IV Centenário da cidade de São Paulo, em 1954. Nessa comemoração se reuniram diferentes comunidades de imigrantes. Oficialmente, a Aliança foi fundada em 17 de novembro de 1956, tendo como primeiro presidente o poeta Guilherme de Almeida. Hoje, a Aliança é presidida por Yokio Oshiro, que sucedeu as gestões de Jo Tatsumi e de Anselmo Nakatani.



Abertura da sessão de inauguração

Desde o início, a entidade contou com a participação de intelectuais nisseis e “jun-nisseis”, desenvolvendo uma série de atividades ligadas à cultura japonesa, tais como cursos de língua, de oratória, de cerimônia do chá, ou mesmo de eventos musicais e danças, divulgando aspectos fundamentais da cultura japonesa.

Em 1959, a Aliança coordenou a publicação de uma série de livros para o ensino do idioma japonês, ten-

do como referência a realidade brasileira, o que se constituiu em um grande fator de integração das duas culturas, a japonesa e a brasileira. Tornou-se o maior centro de estudos da língua japonesa na América Latina, contando com mais de 1.600 alunos matriculados entre nikkeis e não nikkeis. No dia 29 de julho de 2017, foi inaugurado, no bairro de Pinheiros, o Centro Cultural Aliança, que incorpora os modernos equipamentos audiovisuais doados pelo governo japonês.



Vereador Aurélio Nomura faz a saudação



Aspecto geral do público presente à inauguração

2.3.2.4.3 Beneficência Nipo-Brasileira de São Paulo – Enkyo

A Associação Beneficência Nipo-Brasileira de São Paulo – Enkyo – foi fundada, em São Paulo, no ano de 1959, com a denominação original de Associação de Assistência aos Imigrantes Japoneses. No começo, seu objetivo era o de ajudar os imigrantes chegados no pós-guerra, auxiliando-os no desembaraço aduaneiro, proporcionando descanso da longa viagem e encaminhando-os aos respectivos locais de trabalho. Tanto é que suas atividades iniciais desenvolveram-se em Santos, na “Casa dos Imigrantes”. Atualmente, a Enkyo vem prestando relevantes serviços à comunidade, em geral, nas mais diversas áreas de atuação, contando com equipes de assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais, médicos, enfermeiros, odontólogos e advogados.³⁴

2.3.2.4.4 Kenren – Federação das Associações de Províncias do Japão no Brasil

A Federação das Associações de Províncias do Japão no Brasil, fundada em 12 de abril de 1966, congrega os kenjin-kais. Ao lado das demais entidades referidas, vem contribuindo decisivamente na integração da comunidade nikkei na sociedade brasileira na medida em que estabelece importante elo de ligação entre as duas culturas.

A entidade, atualmente presidida por Akinori Sonoda, é a responsável pela administração do “Memorial do Imigrante”, localizado no Parque do Ibirapuera. Construído em 1975, simboliza a reverência que os descendentes têm em relação aos pioneiros da comunidade nikkei e seus ancestrais. Coordena, também, um dos maiores eventos voltados para a divulgação da cultura japonesa: o “Festival do Japão”, que apresenta atrações como danças folclóricas, culinária típica das províncias japonesas, cerimônia do chá, exposição de arranjos florais (ikebana), *workshops* de dobraduras (origami) e de caligrafia japonesa (shodô), além de *shows*, artes marciais e lazer para crianças. A cada ano foi-se aumentando o número de participantes do evento sendo que o 15º Festival realizado nos dias 13, 14 e 15 de julho de 2012 no Centro de Exposições Imigrantes reuniu cerca de 180.000 participantes. O aspecto marcante do festival sempre foi a gastronomia das províncias japonesas, além de shows variados.³⁵

34 Sobre o assunto remetemos o leitor aos textos de Reimei Yoshioka.

35 A exemplo dos anos anteriores esteve presente a cantora internacional Mariko Nakahira.

A Kenren se empenha junto ao governo japonês, inclusive, para pleitear as verbas necessárias à intensificação do intercâmbio cultural entre os dois países, notadamente, por meio da concessão de bolsas de estudo.

2.3.2.4.5 Câmara de Comércio e Indústria Japonesa do Brasil

A Câmara de Comércio e Indústria Japonesa do Brasil foi fundada, em São Paulo, no ano de 1926, com o nome de Cooperativa de Comércio Japonesa, tendo como objetivo inicial o estreitamento das relações entre empresários do mesmo ramo de atividades e envidar esforços para o desenvolvimento do comércio entre o Brasil e o Japão. No final da década de 50 implementou projetos nipo-brasileiros, a saber: Usiminas e Ishikawajima. A partir de 1962 passou à denominação atual: Câmara de Comércio e Indústria Japonesa do Brasil.

Atualmente, ela visa a integração de interesses econômicos, políticos e sociais. Sua filosofia é a de alcançar os seguintes objetivos: (a) promover o intercâmbio comercial entre o Brasil e o Japão, estimulando e cooperando com as atividades de comércio, indústria e de serviços; (b) cooperar para o desenvolvimento dos sócios em suas respectivas áreas de atuação; (c) apresentar parecer global das atividades comerciais, industriais e de serviços desenvolvidos pelos sócios aos governos do Brasil e do Japão; (d) atuar na mediação de problemas ligados às atividades dos sócios, sempre em busca de encontrar soluções amigáveis.

Para a concretização desses objetivos ela promove pesquisas e coleta de dados relativos ao intercâmbio econômico entre os dois países; publica estudos sobre a produção, a economia e a legislação brasileira pertinente; promove conferências, debates e palestras a cargo de autoridades econômicas de ambos os países; publica periódicos; organiza visitas de estudos junto a fábricas e a produtores regionais.

2.3.2.4.6 Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil

Ao ensejo das comemorações do 70º aniversário da imigração japonesa no Brasil, em 1978, foi fundado o Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil, cuja construção foi coordenada por Gen'ichiro Nakazawa. Seu objetivo é o de preservar documentos históricos sobre a imigração e retratar a história dos imigrantes para servir de exemplo e orientação a seus descendentes e somar esforços com as demais instituições nikkeis na manutenção de intercâmbio cultural permanente entre o Brasil e o Japão. O primeiro Diretor do Museu foi Hiroshi Saito, que muito batalhou pela sua construção. O Museu – inaugurado em 1978, na gestão do Sr. Guenitiro Nakazawa, com a presença do presidente Ernesto Geisel e do então príncipe herdeiro Akihito – é presidido atualmente por Roberto Nishio e tem como vice-presidente Lídia Reiko Yamashita.



Inauguração do Museu com a presença do presidente Ernesto Geisel e do então príncipe herdeiro Akihito e do presidente do Bunkyo, Guenitiro Nakazawa

O Projeto ASHIATO

Como forma de realizar algo de grandioso no âmbito do Museu para homenagear o Centenário de Imigração Japonesa no Brasil, cujos festejos ocorreram de forma fantástica, como retratado no capítulo 16 desta obra, foi constituída, em agosto de 2005, uma Comissão de Registro Histórico da Imigração Japonesa integrada por um grupo considerável de voluntários. Essa Comissão foi denominada ASHIATO que significa “pegadas,” “rastros” numa alusão ao trabalho de vasculhar e de pesquisar as pegadas dos imigrantes japoneses.



Em sua primeira etapa, o projeto ASHIATO foi conduzido por Leda Nakabayashi Shimabukuro, procedendo-se à romanização dos nomes de passageiros dos navios de imigração, com base nos livros de registros existentes no Museu.

Na segunda etapa, já sob a coordenação de Lidia Reiko Yamashita, Emiko Nakashima e Shuko Takada os nomes romanizados e digitados foram conferidos com os constantes das listas de imigrantes japoneses fornecidas pelo Memorial do Imigrante, da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

Em sua terceira etapa, o projeto ASHIATO conseguiu digitalizar os nomes dos imigrantes e demais dados pertinentes que foram disponibilizados em quatro totens de consulta digital. Três deles foram doados ao Museu de Imigração Japonesa e outro ao Memorial do Imigrante, em agosto de 2008, durante uma cerimônia realizada no Salão Nobre da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social (Bunkyo).



Cada um desses totens contém aproximadamente 1.428.000 dados que vão desde os nomes dos imigrantes de antes e pós-guerra; a identificação dos navios que os transportaram; a data de chegada de cada um desses navios; as fazendas a que foram encaminhados os imigrantes; as estações e linhas férreas utilizadas; as províncias de origem dos imigrantes, até as respectivas datas de nascimento. Tratou-se de um trabalho hercúleo, desenvolvido com a participação de colaboradores voluntários, atingindo com perfeição os objetivos do projeto ASHIATO de disponibilizar esses dados históricos preciosos para a sociedade acadêmica e para o público em geral.

Com a incorporação de mais esse acervo de elevado valor histórico-cultural o Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil tornou-se, sem sombra de dúvida, um referencial ímpar no que tange a estudos e pesquisas voltadas à epopéia da imigração japonesa no Brasil, que produziu frutos gratificantes de invejável qualidade sob todos os aspectos, servindo de exemplo aos povos do mundo inteiro. Por isso, esse Museu representa um verdadeiro Portal de Entrada do Bunkyo fazendo com que esta entidade de difusão da cultura japonesa e beneficente de assistência social seja cada vez mais conhecida dentro e fora do país.

O projeto ASHIATO teve o patrocínio do Banco Real que contribuiu para a montagem do centro de digitação na sede do Bunkyo, adquiriu os modernos computadores e instalou a banda larga da Internet. O projeto contou, também, com o suporte técnico da UBIK para digitalização de dados.

Por derradeiro, na grande exposição realizada pelo Banco Real para abrilhantar os festejos comemorativos do Centenário, por meio de um projeto denominado “O Japão em cada um de nós” executado pela empresa EXPOMUS na sede do Banco, na Av. Paulista, para mostrar os diversos aspectos da cultura japonesa e a sua presença no dia a dia do brasileiro foram exibidos, em primeira mão, os resultados do projeto ASHIATO. Foram apresentados ao público visitante da exposição os terminais eletrônicos *touch screen* da busca à lista digitalizada de passageiros dos navios de imigração.³⁶ A emoção tomou conta dos visitantes que formaram longas filas para consultar os totens e descobrir os seus antepassados e restabelecer os laços perdidos.

2.3.2.4.7 Associação Brasileira de Ex-Bolsistas do “Gaimusho Kenshu-sei”

A Associação Brasileira de Ex-Bolsistas do “Gaimusho Kenshu-sei” foi fundada em São Paulo, no ano de 1972, sete anos após o retorno dos primeiros bolsistas, nos idos de 1965: Kazuo Watanabe, Mário Osassa, Wataru Ishibashi e Hirayuki Kobayashi.

A entidade congrega pessoas contempladas com bolsa de estudos, concedida, no âmbito da América Latina, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão. Denominada Gaimusho Shidosha Kenshu-sei, tem por objetivo a formação de líderes nas diferentes comunidades que contam com a presença significativa de nikkeis.

A Associação tem por finalidade promover a difusão da cultura, das artes e da ciência em geral, por meio de cursos, palestras, simpósios, conferências e excursões, além de cooperar na promoção, divulgação e incrementação de intercâmbio cultural, técnico e científico entre o Brasil e o Japão, em colaboração com outras entidades congêneres. Cabe a ela indicar os candidatos para obtenção da referida bolsa.

Um dos eventos mais tradicionais dessa Associação é o Encontro Latino-Americano de Ex-Bolsistas do Gaimusho Kenshu-sei. Realiza-se de dois em dois anos nas diferentes capitais latino-americanas, sempre abordando temas da atualidade que extrapolam do âmbito do interesse específico da comunidade nikkei para debater assuntos que se inserem na pauta de preocupações mundiais. Nos dias 17 a 19 de setembro de 2016, foi realizado o XV Encontro Latino-Americano de Ex-Bolsistas pela primeira vez sob os auspícios da Associação Latino-Americana de Ex-Bolsistas do Gaimusho – ALAExBG – por nós presidida e que ganhou seu estatuto e logomarca no ano de 2014, durante a realização do XIV Encontro em Santa Cruz de La Sierra (Bolívia). Igualmente pela vez primeira, houve a participação no evento da Embaixada do Japão em Buenos Aires, representada pelo Senhor Noriteru Fukushima, Embaixador Plenipotenciário do Japão na Argentina, que proferiu a aula magna sobre Colaboração entre Japão e Latino-América através da comunidade nikkei³⁷. Na noite do dia 17, o embaixador Noriteru Fukushima recepcionou todos os participantes do XV Encontro para um coquetel em sua residência oficial, quando foi agraciado com

36 A visita a essa exposição pelos participantes do XI Encontro Latino-Americano de Ex-Bolsistas do “Gaimusho Kenshusei” realizado em São Paulo em homenagem ao Centenário da Imigração acha-se documentada nas ilustrações do Capítulo 16.

37 O tema discutido nesse XV Encontro versou sobre o Comércio Exterior entre o Japão e os países latino-americanos. Houve participação das delegações da Argentina, do Brasil, da Bolívia, do México e do Peru, ocasião em que foram comemorados os 21 anos de existência da ALAExBG, com outorga de premiações diversas. Desse encontro memorável, resultou a publicação de uma obra coletiva sob nossa coordenação geral intitulada *21 Anos consecutivos de Associação Latino-Americana de Ex-Bolsistas do Gaimusho*, que retrata toda a vida cultural e social da entidade. No capítulo 4.15, há a cobertura completa dos Anais do XV Encontro, com farta ilustração fotográfica de todos os acontecimentos do evento. O livro coletivo, que retrata toda a vida cultural e social da entidade desde a sua fundação em fevereiro de 1995, e que contém mensagens dos embaixadores dos países participantes do XV Encontro, com exceção do Peru, foi lançado no dia 14 de dezembro de 2017 no Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil, com a presença do embaixador do Japão no Brasil, Sr. Akira Yamada.

o Prêmio Manuel Kawashita, instituído pela ALAExBG. Ele recebeu das mãos do presidente Kiyoshi Harada o diploma e a insígnia respectiva, firmando o termo de recebimento no livro histórico de personalidades homenageadas. Na ocasião, foram condecorados, também, os fundadores da ALAExBG, o desembargador Jo Tatsumi (BRA), o engenheiro Rodolfo Sakata (PER) e o político Manuel Kawashita (PER), que recebeu a homenagem post mortem representado no ato por Luis Kitsutani.

Pertencem a seus quadros pessoas de projeção nas diversas áreas do conhecimento científico e instituições, como Direito, Política, Medicina, Odontologia, Engenharia, Economia, Administração, Forças Armadas, Segurança Pública, Magistratura, Ministério Público e Advocacia Pública.³⁸

Preocupa-nos bastante a falta de oxigenação de seu quadro social, cujos membros já ultrapassam, em média, a casa dos 65 anos. Se não houver adesão de novos ex-bolsistas, a entidade estará fadada a desaparecer.

Contudo, com a vinda do novo Cônsul-Geral do Japão em São Paulo, Sr. Noriteru Fukushima, em fins de 2012, abriu-se uma perspectiva de retomada dessa importante bolsa de estudos. Em tempo recorde, procedeu-se à seleção de candidatos em janeiro de 2013, com a colaboração dos membros da Associação dos Ex-Bolsistas e do Bunkyo. Os três candidatos escolhidos – os engenheiros Edson Kuwabara e Jairo Uemura e o Juiz de Direito, Marcus Vinicius Kiyoshi Onodera – embarcaram para o Japão no final de fevereiro de 2013.

Na sequência, em março de 2013, o presidente do Bunkyo, Kihatiro Kita, o presidente da Associação Brasileira de Ex-Bolsistas do Gaimusho, Oscar Urushibata, e Kiyoshi Harada, presidente do Conselho Deliberativo do Bunkyo e diretor cultural da ABExBG, e Kazuo Watanabe, membro do Conselho Superior de Orientação do Bunkyo, dentre outros, liderados pelo então cônsul-geral do Japão em São Paulo, Sr. Noriteru Fukushima, estiveram em visita oficial ao Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão para reafirmar o desejo de dar continuidade à Bolsa de Estudos. Foram recebidos pelo vice-ministro Kenta Wakabayashi. Ao depois, foi oferecido à comitiva um almoço com a presença do diretor para Assuntos da América Latina e Caribe do Gaimusho, Sr. Akira Yamada, atualmente embaixador do Japão no Brasil. Passado menos de um mês dessa nossa visita, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, Sr. Fumio Kishida, de passagem por São Paulo, foi recepcionado no Salão Nobre do Bunkyo, ocasião em que afirmou publicamente a decisão do governo japonês de dar continuidade à Bolsa. De lá para cá, intensificou-se a ida ao Japão de bolsistas brasileiros e de outros países latino-americanos, porém, com a duração da bolsa reduzida para sete dias. Dessa forma, a antiga preocupação de envelhecimento do quadro associativo, a comprometer a existência da Associação, acha-se definitivamente afastada.

Graças ao aumento significativo de valorosos ex-bolsistas da nova geração, a Associação vem ganhando força cada vez maior, servindo como um dos importantes canais de colaboração entre o Japão e o Brasil por meio da comunidade nikkei. Com a assunção de Marcelo Hideshima na presidência da Associação, a partir de meados de 2017, a entidade vem conquistando novos espaços. Com muita dedicação, ele vem dando continuidade aos trabalhos desenvolvidos por seus antecessores reunindo em torno da entidade os antigos e os novos companheiros de bolsas. Seguem os principais eventos realizados na gestão Hideshima: (a) no final de 2017, foi realizado o Bonenkai no Hiroshima Kenjinkai, com a presença das esposas dos ex-bolsistas e do cônsul-geral, Yasushi Noguchi; (b) no início de janeiro, foi comemorado o Shinnenkai de 2018 na Casa de Grelhados contando com a presença das esposas dos ex-bolsistas e do cônsul-geral; (c) no dia 19 de abril de 2018, foi oferecido um jantar de despedida à cônsul-geral adjunta, Hitomi Sekiguchi, nomeada para o cargo de cônsul-geral do Japão em Manaus (AM) e de recepção ao novo cônsul-geral adjunto, Sr.

38 Remetemos o leitor ao Anexo I, no final de livro, que contém a relação de ex-bolsistas.

Akira Kusunoki; (d) finalmente, no dia 12 de maio, aconteceu o almoço comemorativo do Dia da Mães no Hiroshima Kenjinkai, quando foram homenageadas as esposas dos ex-bolsistas. Na ocasião foi prestada significativa homenagem ao jurista Kiyoshi Harada, bolsista de 1984, por ter sido distinguido na condição de patrono do XV Encontro Internacional de Juristas realizado na cidade de Milão, Itália, nos dias 25 a 30 de janeiro de 2018, tornando-se o primeiro brasileiro a ser contemplado com tal honraria nesse tradicional Encontro, que vem sendo realizado anualmente pelo Instituto Diplomático Europeu e Sul-Americano em parceria com a Rede de Excelência Jurídica. Depois de saudado pelo Ministro Massami Uyeda, Harada recebeu de seus companheiros a maior honraria que um ex-bolsista poderia receber, ou seja, a palavra giri escrita em japonês com caligrafia artística (shodo), que traduz a genuína cultura japonesa, significando justiça, dever, obrigação, decência, lealdade, gratidão e honradez.

Na noite do dia 30-7-2018, no salão de festas do Buffet Colonial, houve a mudança de comando na Associação com a presença, dentre outras personalidades, do Cônsul Geral, Yasuhi Noguchi acompanhado da Cônsul para Assuntos Políticos e Gerais, Reiko Nakamura e dos ex bolsistas, Deputado Federal Walter Ihoshi e Vereador Aurélio Nomura. Marcelo Hideshima transmitiu o cargo de Presidente para Marcelo Shiraishi que juntamente com novo diretor de bolsas, Jairo Uemura e Vice-Presidente Tério Uehara e demais componentes dirigirá os destinos da entidade por um mandato de um ano, 2018-2019. Após os discursos de praxe foram apresentados os integrantes do Conselho Superior de Orientação da entidade, bem como os novos integrantes da Diretoria Executiva, seguindo-se um rico jantar carinhosamente preparado sob o comando da esposa do novo Presidente e que foi bem apreciado por todos os presentes.



Vice-ministro Kenta Wakabayashi ao centro, ladeado por Kihatiro Kita e Kiyoshi Harada. Nos extremos esquerdo e direito, Oscar Urushibata e o então cônsul-geral, Noriteru Fukushima, respectivamente



Comitiva recepcionada no Gaimusho pelo vice-ministro Kenta Wakabayashi



Ao centro, o então diretor para Assuntos da América Latina e Caribe, Sr. Akira Yamada, atual embaixador do Japão no Brasil



Recepção do ministro Fumio Ishida com os kenshuseis, ladeado pelo côsul-geral, Sr. Noriteru Fukushima, e pelo diretor para Assuntos da América Latina e Caribe, Sr. Akira Yamada, no Salão Nobre do Bunkyo



Asociación Latinoamericana de Ex Becarios de Gaimusho
XV ENCUENTRO LATINOAMERICANO BIENAL DE EX BECARIOS DE GAIMUSHO

Sessão de abertura do XV Encontro em Buenos Aires em 2016 – execução dos hinos do Japão e da Argentina



Discurso de abertura pelo presidente Kiyoshi Harada



Participantes do XV Encontro em Buenos Aires – 2016



Bonenkai de 2017 no Hiroshima Kenjinkai, vendo-se o côsul-geral Yasushi Noguchi, ao centro



Participantes do Bonekai de 2017 no Hiroshima Kendin-Kai



Shinnenkai 2018 na Casa de Grelhados. Saudação do côsul-geral, Yasushi Noguchi



Jantar de despedida da cônsul-geral adjunta, Hitomi Sekiguchi, no Roma Ristorante



Dia 12/05/2018. Homenagem às esposas dos ex-bolsistas e ao jurista Kiyoshi Harada



Hideshima, casal Uyeda, casal Harada e cônsul-geral



Cônsul-geral Naguchi, Harada e Uyeda



Sentados: Katsuragawa, Tatsumi, Hirashima, Okamoto, cônsul-geral Noguchi, Harada, Uyeda e Tisaka



Harada homenageado com a escrita giri, ladeado da esposa, Felícia, e do cônsul-geral Noguchi



Marcelo Hideshima, cônsul-geral Yasushi Noguchi, Kiyoshi Harada e Massami Uyeda



Marcelo Hideshima, Kiyoshi Harada, Esther Yoshinaga, Massami Uyeda e Tério Uehara



Marcelo Shiraishi e Marcelo Hideshima. Transmissão de cargo



Presidente Marcelo Shiraishi com os membros do Conselho Superior de Orientação



Presidente Marcelo Shiraishi com os membros da Diretoria Executiva: 2018-2019

Nos dias 3, 4 e 5 de novembro de 2020 a ABExBGK sediou o XVII Encontro Latino-americano de ex bolsistas, pela Plataforma ZOOM reunindo ex bolsistas de onze países latino-americanos e do Caribe com a participação dos Embaixadores do Japão nos respectivos países.

O Encontro foi comandado pela ala jovem da Associação Brasileira de Ex Bolsistas do Gaimusho Kenshusei. Houve trocas de idéias entre os ex bolsistas de diversos países com narrativas sobre vários aspectos envolvendo os conhecimentos propiciados pela Bolsa de Estudos.

Na ocasião foram condecorados as seguintes personalidades em cerimônia conduzida pelo jurista Kiyoshi Harada:

- a) Embaixador Akira Yamada, agraciado com o Prêmio Manuel Kawashita, a mais alta condecoração da ALAexBG;
- b) Mika Nishijima, representante do Paraguai, agraciada com o Prêmio Roque Komatsu; c) Roberto Yoshihiro Nishio foi conemplado com o Prêmio Mario Osassa, honraria instituída pela Associação Brasileira de Ex Bolsistas do Gaimusho Kenshusei.

2.3.2.4.8 Instituto de Direito Comparado Brasil-Japão

O Instituto de Direito Comparado Brasil-Japão foi fundado, em São Paulo, no ano de 1986, ao final do curso denominado “Noções Introdutórias sobre o Direito Japonês”, promovido pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em colaboração com a Faculdade de Direito e Ciências Políticas da Universidade Keio, Tóquio. Tem por objetivo promover estudos comparativos entre o Direito Japonês e o Direito Brasileiro; colaborar no ensino deles; divulgar textos legislativos, doutrina, jurisprudência e bibliografias; realizar intercâmbio cultural com entidades congêneres ou universidades, quer brasileiras, quer japonesas; finalmente incentivar e colaborar nos programas de bolsas de estudos.

Desde a sua fundação, durante décadas, o IDCBJ foi presidido pelo dinâmico Professor Kazuo Watanabe³⁹, hoje, Presidente de honra desse Sodalício.

A seguir enumeraremos em rápidas pinceladas as principais contribuições que o IDCBJ deu para a sociedade brasileira ao longo de sua existência.

- a) Difusão da cultura japonesa no Brasil e da cultura brasileira no Japão, notadamente, na área do direito, por meio simpósios realizados em ambos os países, sob a liderança do Prof. Kazuo Watanabe.

Por empenho pessoal do Prof. Kazuo Watanabe foi implantado no Brasil o Juizado de Conciliação inspirado no modelo japonês.

- b) No Simpósio sobre Dekassegui em 1991, que reuniu juristas, professores e magistrados na sede da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social, foi elaborado um anteprojeto de lei descriminalizando a conduta de empresários que faziam a intermediação de mão de obra de brasileiros para trabalhar no exterior, então, alvos de perseguição da polícia federal que via nessa atividade o crime de aliciamento de trabalhadores, para o fim de emigração previsto no art. 206 do CP. O anteprojeto foi convolado em projeto legislativo de nº 2.460/91 apresentado pelo Deputado Diogo Nomura, resultando na aprovação e sanção da Lei de nº Lei 8.683/93 que alterou a redação

39 Para mais detalhes, remetemos o leitor ao texto de Kazuo Watanabe que versa sobre o “Intercâmbio entre o Brasil e o Japão na área jurídica”.

do art. 206 do CP, descriminalizando a atividade de simples intermediação de mão de obra. O correto, no nosso entender, era o de propor a revogação do art. 20 da Lei nº 7.064 de 6-12-1982 que promoveu a descabida equiparação atípica ao art. 206 do CP que reprimia acertadamente a conduta de aliciadores de trabalhadores, para o fim de emigração, que nada tinha a ver com intermediação de mão de obra para o exterior, sem qualquer intuito de promover a emigração. Na palestra introdutória que fizemos no referido Simpósio criticamos duramente a redação do art. 20 da Lei 7.064/82 que procedeu aquela equiparação atípica, propugnando pela sua revogação.

c) Por solicitação do Prefeito de Hamamatsu, da Província de Shizuoka, Sr. Yassuyuki Kitawaki, em 2006, foi formada uma Comissão de juristas para estudar o problema de dekaseguis que cometem crimes no Japão e retornam em seguida ao Brasil, gerando um estado de impunidade e consequente clima de insatisfação da sociedade japonesa.

Por indicação do Presidente, Prof. Kazuo Watanabe, presidimos a Comissão que contou com remados juristas, magistrados e professores de Direito da USP. Para reprimir os autores de delitos praticados no Japão a Comissão recomendou a aplicação do princípio da extraterritorialidade regulado no art. 7º do Código Penal Brasileiro para que o infrator responda criminalmente no território brasileiro, desde que o crime cometido no exterior configure, também, crime no Brasil de conformidade com o nosso direito positivo.

Outrossim, foi formada uma Comissão de Juristas presidida pela Professora Ada Pellegrine Grinover para elaborar o anteprojeto do tratado de cooperação Brasil-Japão na área penal. Após tramitações burocráticas em ambos os países foi o tratado assinado em Tóquio em 2014. O projeto de decreto legislativo nº 102/2015 foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 2015, seguindo para a deliberação do Senado Federal.

Independentemente do Acordo de Cooperação penal entre os dois países, a aplicação do princípio da extraterritorialidade da lei brasileira resultou na primeira condenação criminal de brasileiro que cometeu crime de homicídio no Japão e embarcou de volta para o Brasil em seguida, após incendiar o estabelecimento da vítima. Localizado em São Bernardo do Campo foi submetido a processo criminal e, a final, condenado à pena de reclusão pelo juízo da Comarca local. O julgamento do acusado foi acompanhado de perto por autoridades diplomáticas sediadas em São Paulo. A segunda condenação de ex dekasegui ocorreu no Fórum Criminal da Barra Funda. Desde, então, a sociedade japonesa deixou para o passado o sentimento de insatisfação com a presença de dekaseguis brasileiros. A atuação do IDCBJ nesse episódio foi de fundamental importância para restabelecer o bom relacionamento entre os dekaseguis brasileiros e a sociedade japonesa.

d) Outro tema bastante debatido pelo IDCBT foi a questão da aposentadoria dos trabalhadores que regressam ao Brasil. Foi discutida a necessidade de contagem recíproca do tempo trabalhado n'um e n'outro país.

Os debates resultaram no Acordo Brasil/Japão na área previdenciária, possibilitando a contagem recíproca de tempo para aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez e pensão de morte.

e) Mais recentemente o IDCBJ atuou na instalação em São Paulo do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) “Amigo do Japão” inaugurado em 17-9-2021.

A exemplo do similar instalado no Consulado Brasileiro de Hamamatsu como decorrência evento realizado pelo IDCBJ em 2014 no Japão, esse Centro permite a realização de audiências virtuais de mediação e de conciliação de brasileiros que vivem no Japão, para dirimir conflitos de natureza civil, principalmente, no âmbito de família.

2.3.2.4.9 Instituto Brasil-Japão de Integração Cultural e Social

Como decorrência do extenso programa comemorativo do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil foi fundado em 2006 O Instituto Brasil-Japão de Integração Cultural e Social.

Seu objetivo inicial era o de intermediar os recursos financeiros necessários para as despesas dos festejos comemorativos do centenário da Imigração Japonesa no Brasil que aconteceu no ano de 2008.

Atualmente, esse Instituto tem como objetivos a difusão da cultura japonesa no Brasil, a defesa do meio ambiente e a incrementação de atividades sociais voltadas para a comunidade nikkei.

Além disso vem mantendo o objetivo inicial para servir de elo de ligação para captação de recursos financeiros para implementação de programas sócio-culturais.

Assim, o Instituto vem assessorando e apresentando projetos junto ao Ministério da Cultura para publicações de natureza cultural com a obtenção dos benefícios da Lei Rouanet. Da mesma forma, o Instituto vem atuando na liberação de verbas provenientes de emendas parlamentares destinadas a financiar eventos sociais de interesse coletivo.

No mais, remetemos o leitor à entrevista de seu Presidente, Roberto Nishio, capítulo. 15.9.

2.3.2.4.10 Fundação Kunito Miyasaka

Outra entidade que merece lembrança é a Fundação Kumiko Miyasaka que veio à luz para preencher o vazio deixado pelo desaparecimento do Banco América do Sul que, como todos nós sabemos, atuava como ponte de ligação entre as várias instituições da comunidade nikkei, notadamente, por meio de patrocínios financeiros de suas atividades típicas.

A Fundação vem exercendo importante papel na divulgação e preservação da milenar cultura japonesa, inclusive, patrocinando alguns dos eventos culturais e assistenciais.

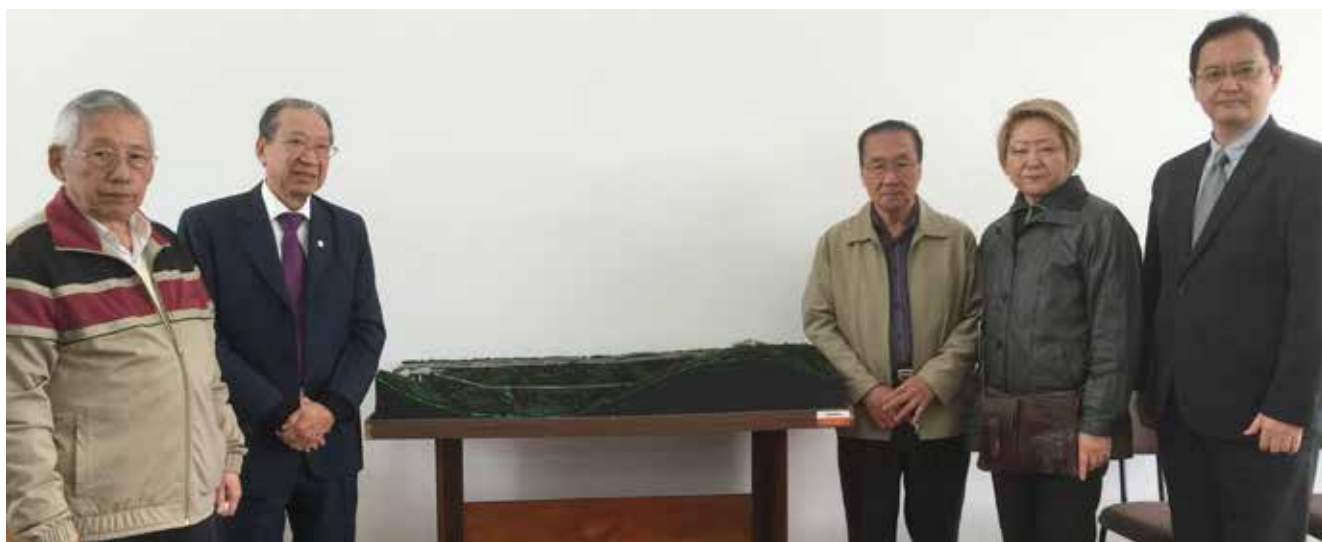
Atualmente, a Fundação, que leva o seu nome, sob a firme direção do seu superintendente-geral, Keizo Uehara, vem construindo o Parque Ecológico Imigrantes no km 34 da Rodovia, numa área aproximada de 500.000 m² incrustada na Mata Atlântica. A primeira etapa do projeto já foi concluída e inaugurada em 10-10-2016, a conclusão da primeira célula (espaço multiuso) está prevista para o ano de 2018, quando a entidade comemora 20 anos de existência.



Maquete do Parque Ecológico Imigrantes



Armando Kihara, Oscar Urushibata, Raimundo Uezono, Kiyoshi Harada, diretores da ALAExBG, e Roberto Nishio, presidente da Fundação Kunito Miyasaka



Roberto Nishio, Kiyoshi Harada, Keizo Uehara, Harumi Goya e cônsul-geral Takahiro Nakamae

No dia 4-5-2019 o Parque Ecológico Imigrante foi palco de concorrida solenidade de homenagem prestada a Roberto Yoshihiro Nishio agraciado com o Título de Cidadão Paulistano, por iniciativa do Vereador Aurélio Nomura. Estiveram presentes autoridades destacadas da comunidade nipo-brasileira para prestigiar a cerimônia conduzida pelo Vereador Aurélio Nomura.



Vereador Nomura homenageando Nishio



Nishio agradecendo a homenagem



Nishio com Kiyoshi Harada



Nishio e sua esposa recebendo homenagens do público



Casal Nishio



Vereador Aurélio Nomura com casal Nishio

2.3.2.4.11 Associações culturais, esportivas e recreativas

Na década de 60, a Cidade de São Paulo viu-se inundada por dezenas de associações culturais, esportivas e recreativas. Muitas delas ostentavam nomes das cidades de onde eram originários os integrantes do quadro associativo.

A título de exemplo vale citar: a Associação Cultural e Esportiva Piratininga, a Associação Esportiva e Cultural Paratodos, a Associação Esportiva e Cultural Osvaldo Cruzense, a Associação Esportiva e Cultural Tupã, a Ética – Associação Esportiva e Cultural, a Associação Esportiva e Cultural Coral, Arelux, Anhanguera Nikkei Clube⁴⁰ e Clube da Turma, que se tornou conhecido por ter em seus quadros o melhor time de futebol.

As atividades dessas associações giravam, fundamentalmente, em torno de práticas esportivas, em várias modalidades, e do desenvolvimento de atividades sociais, tais como as costumeiras tardes dançantes e algumas excursões de natureza social. Algumas delas, como Piratininga e Paratodos, promoviam intensas atividades culturais. Era comum, por exemplo, debates ou mesas-redondas, na Piratininga, em torno de assuntos relacionados com a integração social do nikkei. Um dos temas em moda eram os “casamentos interétnicos”.

O Club da Turma, que tinha sua sede social na Rua São Joaquim, nº 571, ficou muito conhecido pelos jovens nikkeis das décadas de 1960 e 1970 pelas suas tardes dançantes, que aconteciam bissemanalmente, ao som das músicas criteriosamente selecionadas por Roberto Hirao, que, no início, comandava o “carnaval da colônia” nos salões do antigo Cine Niterói. Mantinha, também, uma equipe de mesa-tenistas que disputavam campeonatos diversos, inclusive, fora de São Paulo, além de abrigar um time de futebol invencível, temido dentro e fora da comunidade nikkei, mais em função da torcida, que reagia de forma, às vezes, violenta⁴¹. De seus quadros,

⁴⁰ Esta entidade continua subsistindo ainda que com alterações de seus objetivos iniciais.

⁴¹ Em 1964, fomos disputar um poliesportivo no Club Banessa de Marília, pois havia resistência da Associação nikkei local de nos receber por causa da fama do time de futebol do CT. Lamentavelmente, no meio da partida, houve uma invasão de campo pela torcida e o jogo ficou sem terminar, o que nos deixou em uma situação bastante desconfortável. Isso aconteceu apesar de todos os cuidados e cautelas que tomamos desde a véspera da disputa.

saiu o primeiro nikkei profissional, Sergio Echigo, que ingressou no Sport Club Corinthians Paulista. Hoje, Sergio reside no Japão e acredita-se que tenha despertado o interesse maior dos japoneses na prática do futebol. Fomos seu presidente no período de 1963/1964. Na época, o Club da Turma era uma espécie de passagem obrigatória de políticos baseados em São Paulo, como os deputados João Sussumu Hirata, Diogo Nomura, Ioshifumi Uchiyama, Antonio Morimoto e os vereadores Mario Osassa e Américo Sugai.



Comemoração de final de ano. Diretoria de 1963 e membros do Departamento Feminino



Recepção ao deputado Diogo Nomura em uma das tardes dançantes em 1964



Recepção do deputado Diogo Nomura

Hoje, a AUSP não mais existe, nem as entidades que gravitavam em seu redor. Apenas uma única entidade tradicional resistiu ao convite de filiação à AUSP, alegando diferença de objetivos, segundo as palavras de seu presidente na época, o saudoso Issao Nishi. Esse fato, aliado à circunstância de abrigar em seus quadros grande parte dos universitários nisseis, valeu-lhe o apelido de “clube elitista”.⁴⁵

Refletindo com serenidade, longe das paixões que dominaram essa Assembléia, realizada nos idos de 1963, para tentar obter a adesão de todas as associações ainda não filiadas à AUSP, penso que tinha razão o ilustre presidente da Piratininga. De fato, não se tem notícia de que uma outra entidade do gênero tivesse se dedicado tanto ao processo de conscientização dos nisseis e dos isseis, para suplantiar os efeitos nefastos da Segunda Guerra Mundial e preparar a inserção da “colônia japonesa” na sociedade brasileira. Segundo Yoshiko Asamuna (depois Yoshiko Misawa), uma das participantes das famosas “caravanas culturais pelo interior”, em “todas as localidades que visitamos, os assuntos mais discutidos referiam-se ao relacionamento interracial e ao casamento interétnico, que eram totalmente combatidos e rejeitados pelos presentes”.⁴⁶

Atualmente, ao contrário, a miscegenação é fenômeno aceito com naturalidade pela comunidade nikkei.⁴⁷

Dos quadros da Associação Cultural e Esportiva Piratininga saíram nomes que se tornaram conhecidos na comunidade nikkei, e alguns, inclusive, com destaque no cenário nacional.⁴⁸

2.4 O desempenho do nikkei nas diversas áreas e sua influência

Sem dúvida, a participação do nikkei na vida nacional tem abrangido as três esferas políticas e se faz presente no âmbito dos três Poderes, como já foi apontado. É decisiva, também, sua participação no campo privado, onde sua atuação nas diversas áreas tem-se intensificado cada vez mais.

Destacaremos nos tópicos que se seguem as diversas áreas, públicas e privadas, onde o nikkei atuou e vem atuando, trazendo sua contribuição em prol da sociedade brasileira.⁴⁹

45 Lembro-me de um episódio quase trágico que aconteceu comigo, quando eu participava do “baile de calouros”, em 1963, patrocinado pela Piratininga. A mocinha com que eu estava dançando, uma universitária “embandeirada”, como se dizia na época, perguntou em qual faculdade eu havia ingressado. Resolvi fazer uma brincadeirinha. Disse-lhe que eu havia entrado no salão “de penetra” e que não havia ingressado em faculdade alguma, pois havia optado por seguir a rendosa carreira de pasteleiro. Quase fui largado no meio do salão!

46 *Piratininga, 50 anos. Uma história da geração nissei*, obra coletiva sob coordenação editorial de Célia Abe Oi. São Paulo: Nippak Graphics, 2005, p. 27.

47 O Município de Registro, no Vale do Ribeira, que tradicionalmente apresenta o maior índice de miscigenação, recebeu, no dia 30 de março de 2006, o título de “Marco da Colonização Japonesa no Estado de São Paulo”, por meio de um Decreto assinado pelo então Governador Geraldo Alckmin.

48 Apenas a título exemplificativo, podemos citar Issao Nishi, Tadashi Takenaka, Tesuaki Misawa, Keitaro Yaginuma, Takeshi Suzuki, Sadao Kayano, Kokei Uehara, Seiti Sacay, Sadami Mine, Issao Konno, Shigeaki Ueki, Kazuo Watanabe, Gervásio Tadashi Inoue, Yutaka Sanematsu, Maçahiko Tisaka, Rui Ohtake, Teruaki Eguti dentre tantos outros nomes dos mais ilustres.

49 A atuação dos nikkeis nas áreas da saúde e da assistência social é abordada por Renato Yamada e Reimei Yoshioka, respectivamente. Remetemos o leitor a esses textos específicos.

2.4.1 Na economia

Pode-se afirmar que a ascensão dos nikkeis na sociedade brasileira está relacionada diretamente com a sua participação no desenvolvimento econômico, a partir do setor agrícola. Tal foi a sua contribuição nesse setor, mediante a utilização de técnicas importadas do Japão, que os imigrantes japoneses e seus descendentes, até hoje, são vistos e admirados no país como o povo que revolucionou a agricultura brasileira.⁵⁰

Nos demais setores da economia, quer industrial, quer comercial, quer o de serviços, os nikkeis também tiveram e continuam tendo participação da maior relevância.⁵¹

2.4.2 Na política

No âmbito da política, pode-se destacar a participação e a contribuição dos nikkeis em vários setores da vida brasileira.

O primeiro político nikkei eleito foi Yukishige Tamura, em 1948, que se tornou vereador de São Paulo e o primeiro descendente de japonês a chegar a um Parlamento no Ocidente. Muitos outros se enveredaram pela trilha aberta por esse valoroso político nikkei. Foi seu contemporâneo o Deputado Federal João Sussumu Hirata, que foi seguido por vários outros deputados, dentre os quais Diogo Nomura, Antonio Morimoto,⁵² Mario Hato, Koyu Iha e Antonio Ueno (Paraná).



Deputado federal João Sussumu Hirata em entrevista pela rádio

Especial destaque merecem os Deputados João Sussumu Hirata e Diogo Nomura. O primeiro, por sua atuação constante e decisiva no estreitamento das relações entre o Brasil e o Japão, resultando em um esforço conjunto de ambos os países na consecução de objetivos comuns. Muitas das realidades de hoje, nas áreas socioeconômicas e culturais, devemos ao Deputado Hirata. O segundo, por suceder este último nessa tarefa de aproximação entre os dois países. A exemplo do anterior, teve uma atuação sempre firme, coerente e voltada exclusivamente para o interesse público, dignificando sobremaneira o Parlamento Nacional. Além disso, o Deputado Nomura, por sua elegância e simpatia, conseguiu conquistar o coração do povo paulista, particularmente da comunidade nikkei. Ambos merecem as nossas homenagens.⁵³

50 Remetemos o leitor ao texto específico de Isidoro Yamanaka, que bem ilustra a cooperação do governo japonês na implantação de projetos agrícolas, como o Centro de Desenvolvimento do Vale do Ribeira, Agricultura de Cerrados etc.

51 Sobre o assunto remetemos o leitor ao texto específico desenvolvido por Roque Nishida, que, em percuciente trabalho de pesquisas, vai desfilando a participação dos nikkeis em cada um desses setores, desde os primórdios da imigração até os dias atuais.

52 Como Deputado Estadual foi eleito Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, para o biênio 1970-71, tendo assumido interinamente a Presidência do Legislativo Paulista.

53 Ver Anexo II no final do livro, onde constam os nomes de deputados estaduais e federais por São Paulo.



Deputado Federal Diogo Nomura em um de seus pronunciamentos na Câmara dos Deputados

de Deputado Federal, deixando um grande vazio no cenário político nacional, particularmente, no âmbito da comunidade nikkei.⁵⁶

É de se lembrado, ainda, o primeiro nikkei a exercer o cargo de Senador da República. Trata-se do médico Jorge Yoshiaki Yanai, eleito suplente de Senador pelo DEM/MT e que ficou investido no cargo no período de 6-5-2010 até 4-9-2010, quando houve o retorno do titular do cargo, Senador Jonas Pinheiro (DEM-MT).

No âmbito do Poder Executivo a presença do nikkei vem crescendo significativamente.

O primeiro nikkei a ser eleito para o cargo de Vice-Governador foi Jorge Takimoto, em 1987, pelo Estado do Mato Grosso do Sul. O primeiro a se eleger Vice-Prefeito, em 1937, foi Koki Kitajima no Município de Iguape. Tadao Hatanaka, por sua vez, tornou-se o primeiro nikkei a assumir o cargo de Prefeito na cidade de Bastos. Mais tarde, Cássio Taniguchi, do Paraná, veio a trilhar o mesmo caminho tornando-se o primeiro nikkei a conquistar o cargo de Prefeito de uma capital brasileira e por dois mandatos consecutivos. Ao deixar o mandato de Prefeito Taniguchi, juntamente com Hidekazu Takayama passou a compor a representação da bancada paranaense na Câmara dos Deputados. Várias outras pessoas foram eleitas para chefia de Executivo de diferentes Municípios: Junji Abe (Mogi das Cruzes-SP); Paulo Uejo (São Gotardo-MG); Alceste Tico Ywanaga (Nova América da Colina-PR); Luiz Henrique Koga (Cajati-SP); Nilce Ayako Miashi (Sete Barras-SP); Pedro Miyazima (Paranaíta-MS); Sérgio Yasushi Miyashiro (São Pedro de Toledo-SP); Susumo Itimura (Uraí-PR); Wilson Geraldo Sugai (Ipameri-GO); Jamil Ono (Andradina-SP); Mitsuo Takahasi (Barrinha-SP); Roberto



Deputado Paulo Kobayashi em um de seus pronunciamentos como Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

⁵⁴ Ver Anexo III no final do livro, onde estão nominados os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo.

⁵⁵ Antes dele, o deputado Antonio Morimoto havia exercido, interinamente, a Presidência da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

⁵⁶ Nas eleições de outubro de 2006 dois jovens nikkeis foram eleitos por São Paulo, como representantes do povo junto à Câmara dos Deputados: William Woo e Walter Ihoshi, que têm de tudo para marcar suas presenças no Parlamento Nacional. Aliados a outros dois ilustres deputados federais pelo Estado do Paraná poderão vencer o “apagão” político que se instaurou na comunidade nikkei nos últimos anos.

Hamamoto (Caieiras-SP); Pedro Itiro (Estrela D'Oeste-SP); Iochinori Inoue (Guarantã-SP); Sílvio Ushijima (Irapuru- SP); Mamoru Nakashima (Itaquaquecetuba-SP); Mário Yamashita (Lavínia-SP); Cyozi Aizawa (Mendonça-SP); Toshio Toyota (Novo Horizonte-SP); Jorge Hirodi Orita⁵⁷ (Pedra Bela-SP); Sérgio Yasushi Miyashiro (Pedro de Toledo-SP); Arnaldo Enomoto (Pereira Barreto-SP); Oscar Yasuda (Pompéia-SP); Tsuoshi José Kodawara (São Miguel Arcanjo-SP); Ademir Kabata (Sete Barras-SP); Paulo Tokuzumi (Suzano- SP); Marquinho Higuchi (Valparaíso-SP), dentre outros.

Merecem lembrança, ainda, os nikkeis que atuaram em cargos de primeiro escalão no âmbito do Poder Executivo. No governo federal, Fábio Yasuda foi o primeiro Ministro nikkei e comandou a pasta de Comércio e Indústria (1969). Foi seguido por outros dois: Shigeaki Ueki,⁵⁸ Ministro das Minas e Energia (1974), e Seigo Tsuzuki, Ministro da Saúde (1985). Mais recentemente, Luiz Gushiken veio a ocupar o cargo de Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicações de Governo e de Assuntos Estratégicos – Secom (2003). Por fim, no dia 10-4-2018, Helton Yomura foi empossado no cargo de ministro do Trabalho que vinha ocupando em caráter de interinidade desde o impasse criado em torno da nomeação da deputada Cristiane Brasil. Contudo, poucos meses após, precisamente em 5 de julho pediu demissão do cargo, que foi aceita pelo Presidente Michel Temer. Nos segundo e terceiro escalões, no âmbito do Executivo Federal, a presença do nikkei, também, é notória. Apenas a título ilustrativo podemos citar o economista Akihiro Ikeda, que foi Secretário Executivo do Conselho de Política Aduaneira do Ministério da Fazenda no governo Médici (1969-1974) e Secretário Especial de Assuntos Econômicos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República no governo Figueiredo (1979-1985).

Na esfera estadual, os primeiros nikkeis a ocupar o posto de primeiro escalão no governo do Estado de São Paulo foram Eduardo Yasuda e Antonio Morimoto, que assumiram a Secretaria de Obras e a Secretaria do Trabalho, Administração e Comércio, respectivamente. Getúlio Kiyotomo Hanashiro veio a ocupar a pasta da Secretaria de Estado dos Negócios Metropolitanos (1988-1989). Mais tarde, Yoshiaki Nakano assumiu como Secretário de Estado da Fazenda no governo Mário Covas. Nos segundo e terceiro escalões igualmente a participação do nikkei se faz presente.

No Executivo Municipal de São Paulo, Fábio Yasuda foi o primeiro nikkei a assumir a Secretaria de Abastecimento, em abril de 1969.⁵⁹ Depois Américo Sugai, Mário Osassa e Américo Utsumi também ocuparam a mesma pasta. Mais tarde, Getúlio Hanashiro veio a ocupar a Secretaria Municipal de Transportes e, depois, a pasta da Saúde, pasta esta que veio a ser ocupada, posteriormente, por Masato Yokota. A exemplo do que ocorre na esfera estadual, no âmbito municipal é considerável a presença do nikkei em postos relevantes da Administração.

2.4.3 Na educação

A contribuição fundamental do nikkei nessa área se deu, principalmente, com a introdução da chamada educação integral do homem, baseada nos princípios da liberdade, da responsabilidade e da solidariedade.

Nesse setor é de ser lembrado o “Centro Educacional Pioneiro” retrorreferido, voltado para o ensino fundamental e o ensino médio, onde é ministrado o curso de língua japonesa em caráter optativo. O Co-

⁵⁷ Veio a falecer antes de sua posse.

⁵⁸ Foi também Presidente da Petrobras, em cuja gestão a estatal brasileira passou a operar no setor de distribuição de produtos derivados de petróleo.

⁵⁹ Poucos meses depois deixava o cargo para assumir o Ministério da Indústria e Comércio.

légio Harmonia, mantido pela Associação Harmonia de Educação e Cultura, é outro exemplo típico de instituição de ensino, dentro dos padrões da cultura oriental. É digno de nota o fato de o corpo discente, atualmente, ser composto, em sua maioria, por não-nikkeis. E mais: o idioma japonês é ministrado em todas as séries do ensino fundamental.

Hoje, não mais existem tantas escolas de língua japonesa como no passado, quando a grande preocupação dos imigrantes era a de assegurar aos descendentes o domínio da língua de seus ancestrais. Na rede oficial, englobando o ensino superior, o ensino fundamental e o médio, existem cerca de 70 (setenta) instituições que ministram a língua japonesa: Fundação Universidade de Brasília; Universidade Estadual Paulista; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Universidade de São Paulo; Universidade Estadual de Campinas; Universidade do Estado da Bahia; Universidade Estadual do Ceará; Universidade Estadual de Maringá, Universidade Estadual de Londrina; Universidade Federal do Paraná; Universidade Federal do Mato Grosso do Sul; Centro de Estudos de Línguas, da Secretaria do Estado de São Paulo; E. E. Prof.⁶⁰ Fleurides Cavallini Menechino, de Adamantina; E. E. Prof. Christino Cabral, de Bauru; E. E. Prof. Alberto Levy, de São Paulo, Capital etc. Na rede privada temos cerca de 150 (cento e cinquenta) escolas.⁶⁰

Cursos que ministram o ensino da língua japonesa são cada vez mais frequentados por pessoas de outras nacionalidades, talvez, em razão da expansão econômica do Japão e do fenômeno da globalização econômica, que já assumiu caráter irreversível.

Merece lembrança, também, a Fundação Shunji Nishimura de Tecnologia, que, em 1982, instituiu o Colégio Técnico Agrícola de Pompéia, um curso de ensino médio, com quatro anos de duração. Três anos em regime de internato e um ano de estágios em fazendas e empresas nos mais diversos Estados da Federação Brasileira, inclusive, no exterior, notadamente, no Japão e nos Estados Unidos, para formação de técnicos na área agrícola. Essa escola reflete os ensinamentos que seu fundador, Shunji Nishimura,⁶¹ recebeu na “Rikkokai”⁶² e aprendeu ao longo de sua vida: honestidade, trabalho e solidariedade.

Não poderíamos encerrar esse tópico sem falar da participação dos nikkeis como docentes. O primeiro nikkei a assumir o cargo de professor catedrático, hoje, equivalente ao cargo de professor titular, foi Eduardo Yasuda, na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Vários outros vieram a ocupar importantes cargos no ensino universitário, como o Prof. Hiroshi Saito, que foi Diretor da Escola de Sociologia Política da Universidade de São Paulo.⁶³ Em 2005 o Prof. Sedi Hirano, titular da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, tornou-se Pró-Reitor de Cultura e Extensão Universitária da referida Universidade. Em 2011 ele veio a ser distinguido com o título de Professor Emérito da Faculdade onde sempre lecionou. Conforme se constata do Anexo V em inúmeras faculdades oficiais sediadas no Estado de São Paulo existem quantidades consideráveis de docentes com títulos de Professor Associado e de Professor Titular, este correspondente ao final da carreira de magistério superior. Na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo de Ribeirão Preto o professor Alexandro Hirata, doutor em Direito pela *Ludwig Maximilians Universität* de Munique, conquistou o título de Professor Livre Docente em 2008 tornando-se o primeiro nikkei com essa titulação na área do Direito. Atualmente, é Professor Associado na mesma unidade de ensino da USP. É grande a chance de vir a ser o primeiro nikkei a ascender ao cargo de Professor Titular na Faculdade de Direito da USP. O professor Masato Ni-

60 Ver Anexo IV no final do livro, onde estão arroladas as escolas de língua japonesa.

61 Ver no item 2.4.9 referência à Indústria de Máquinas Agrícolas Jacto Ltda.

62 Instituição educacional de fundo religioso voltada para orientação do emigrante japonês.

63 Ver Anexo V no final do livro, onde estão nominados os docentes nas universidades oficiais, nos mais diferentes cursos.

nomiya, atual professor Doutor na Faculdade de Direito da USP e que vem dividindo suas aulas com as Faculdades de Direito sediadas no Japão, também, tem a perspectiva de ascender ao título de Professor Livre Docente, o segundo na escala de hierarquia na carreira universitária. Outrossim, começam a surgir os primeiros estabelecimentos de ensino superior de propriedade de nikkeis como é o caso do Colégio e Faculdade Brasília de São Paulo, fundado por Ayako Kuba Sakamoto e seu esposo Massatoshi Sakamoto.⁶⁴

2.4.4 Nas artes

A participação dos nikkeis na arte, em geral, é considerável, inclusive com destaque de vários de seus membros, que conquistaram espaço no cenário nacional.

Como assinala Cecília França Loureiro, “os imigrantes japoneses constituem segmento diferenciado, dentre aqueles estabelecidos no Brasil não só pelo evidente contraste cultural a envolver a língua, hábitos, religião, mas pela contribuição ao desenvolvimento brasileiro em múltiplos aspectos, em especial nas artes visuais. Chegam mesmo a ser identificados com ‘escola nipo-brasileira’, referindo-se aos abstratos atuantes em São Paulo e reconhecidos além destes limites, com ressonância em outros Estados brasileiros”.⁶⁵

Podem-se considerar como pioneiros na arte plástica, quer por terem dado os primeiros passos no Brasil, quer pela importância de suas influências e lideranças no meio artístico nipo-brasileiro, os nomes de Teisuke Kumasaka, Kiyoji Tomioka, Tomoo Handa e Yuji Tamaki, dentre outros.

A partir da década de 30, começaram a despontar no cenário outros artistas, como por exemplo Manabu Mabe, Tikashi Fukushima, Tomie Ohtake, Flávio Shiro, Masao Okinaka, Walter Shigueto Tanaka e outros que enriqueceram sobremodo o meio artístico nacional.

Em 30 de março de 1935, foi fundado o Seibi-Kai (Grupo Seibi), por Tomoo Handa, Kiyoji Tomioka, Walter Shigueto Tanaka, Yoshiomi Kimura, Haruichi Nishida, Nemoto Ichigoro e Kikuo Furno. Embora não tenham assinado a ata de fundação, Yuji Tamaki e Yoshiya Takaoka são, também, considerados fundadores.

Em 1941, em plena Segunda Guerra Mundial ocorreu uma interrupção nas atividades do grupo. Retomadas, em março de 1947, foi refundado o Grupo Seibi, congregando maior número de artistas.

Esse grupo realizou 14 salões, nos anos de 1952 a 1954, de 1958 a 1960 e de 1963 a 1970. A partir de então passou a se denominar “Salão Bunkyo”. Sob os auspícios da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social vem promovendo, anualmente, o tradicional salão. Nessa ocasião são apresentados novos artistas e premiados os mais talentosos.

Em 1951, com o advento das Bienais em São Paulo e com acentuado destaque para o abstracionismo, despontaram no cenário brasileiro os nomes de Manabu Mabe, Tikashi Fukushima, Tomie Ohtake e Kazuo Wakabayashi.

64 Mantém sete cursos de graduação, além de curso de pós-graduação. Começou com Administração e hoje conta com os seguintes cursos superiores: Sistema de Comunicação, Pedagogia, Educação Física, Educação Artística (Artes Visuais), Gestão Financeira, Marketing de Varejo e Gestão de Recursos Humanos.

65 Nipo-brasileiros. Da luta nos primeiros anos à assimilação local, *Vida e arte dos japoneses no Brasil*. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand e Banco América do Sul, 1988, p. 10 e 11.

Na década de 60 começaram a chegar novos artistas do Japão, como Yutaka Toyota, Hissao Sakakibara, Sachiko Koshikoku, Takeo Shimizu, Tomoshigue Kusuno, Bin Hondo, Etsuko Kondo, Yo Yoshitome, Hisao Shirai, Mitsutake Koguere, Iwao Nakajima, Hisao Ohara, Shoko Suzuki, Akinori Nakatani, Kenichi Kaneko, Ken Ichi Hirota e outros.

A partir dos anos 70, jovens artistas nisseis despontaram com toda a sua força e entusiasmo. Podem-se citar, dentre outros, Takashi Fukushima, Roberto Okinaka, Ayao Okamoto, Yugo Mabe e James Kudo.⁶⁶

No cinema,⁶⁷ considerado a sétima arte, Olga Futema é a pioneira como cineasta, produtora de curtas-metragens e de vídeos, além de pesquisadora. Produziu inúmeros filmes, dentre os quais “Chá Verde e Arroz”, que tem como tema as atividades dos “ambulantes de filmes” nas colônias japonesas da década de 50. Tizuka Yamazaki é outro nome que se tornou referência obrigatória no mundo da arte cinematográfica em razão de sua projeção nacional e internacional, a partir do filme “Gaijin”. Sua nova obra, “Gaijin – Ama-me como sou”, foi consagrada no Festival de Gramado de 2005. Recebeu o prêmio kikito de melhor diretora.

Na música, destaca-se o nome da Prof^a Naomi Munakata. Detentora do Prêmio de Melhor Regente de Coral pela Associação Paulista de Críticos – APCA –, é regente do Coro da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo. Outrossim, merece ser lembrado o nome de Teruo Yoshida, regente do Coro Infantil da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo e de diversos coros da comunidade nikkei, como Bunkyo, Paineras e Pícolo, que se apresentam, com frequência, no Brasil e também no exterior.⁶⁸ É de justiça mencionar, também, o nome de Elisa Yuriko Fukuda, graduada no Conservatório de Música de Genebra na classe de violino do Prof. Corrado Romano, conquistando o Primeiro Prêmio de Virtuosidade com alta distinção. Em 1989 conquistou o título de melhor solista do ano pela APCA.

Na arte culinária, os nikkeis conseguiram desenvolver uma técnica de preparar os alimentos segundo os padrões originários do Japão, mas introduzindo, também, preparos alimentares de conformidade com normas gastronômicas e dietéticas ocidentais.⁶⁹ Daí a frequência cada vez mais numerosa de não-nikkeis nos restaurantes típicos japoneses.

A presença do nikkei se faz sentir, também, na prática e no desenvolvimento de inúmeras manifestações artístico-culturais típicas do Japão.⁷⁰

2.4.5 Nos esportes

Importante também é a participação dos nikkeis no setor esportivo, sendo significativa a contribuição dada pelos imigrantes e seus descendentes nesse setor. Na modalidade de natação, Tetsuo Okamoto foi o primeiro

66 Ver Anexo VI no final do livro, onde estão declinados os nomes dos principais artistas plásticos, classificados como pioneiros e componentes dos 1º, 2º e 3º núcleos.

67 Os quatro cines, Niterói, Nippon, Joia e Nikatsu, que exibiam filmes das tradicionais produtoras japonesas (Daiei, Shoshiku, Toho e Toei), inaugurados na década de 50, encerraram suas atividades, após quase 20 anos de *boom* cinematográfico, como decorrência da alteração de hábitos, ditada pelo advento da televisão, de um lado, e de outro lado, em virtude da nova legislação, que obrigava a exibição, também, de filmes nacionais, o que afastava o público nikkei, tornando a atividade inviável do ponto de vista financeiro. O último a cerrar as portas foi o cine Niterói, em 1988. Hoje, os filmes japoneses são exibidos em poucas oportunidades, e em espaços culturais, principalmente, pela Fundação Japão, que vem mantendo o Projeto “Sempre Cinema”, de forma gratuita.

68 Peru, Estados Unidos, Japão e Argentina.

69 Atualmente, a maioria dos “restaurantes japoneses” perdeu aquela originalidade da culinária oriental, pelo que os executivos japoneses frequentam apenas algumas dessas casas selecionadas a dedo.

70 Sobre o assunto ver item 2.4.11.

nikkei a ganhar uma medalha olímpica. Conquistou a medalha de bronze, em 1952, na prova de 1.500 metros, na Olimpíada de Helsinque. Na ginástica artística merece ser lembrado o nome de Yumi Sawasato, única ginasta brasileira que conseguiu alcançar a categoria um, *top* dessa modalidade artística. Ela vem atuando em todos os campeonatos mundiais, tendo sido a única árbitra brasileira nas Olimpíadas de Atenas (2004). No ano de 2006 recebeu o honroso título de melhor árbitro, outorgado pela Federação Internacional de Ginástica, com sede em Genebra, Suíça.

Uma das mais importantes contribuições no setor de esportes é representado pelo judô, que reúne muitos praticantes. O judô brasileiro, hoje, é reconhecido e admirado internacionalmente, até mesmo no Japão, conseguindo vitórias expressivas nos diversos campeonatos mundiais. Conta com o apoio da Federação Paulista de Judô.

O beisebol vem seguindo caminho semelhante. O esporte chegou ao Brasil por volta de 1901, trazido pelos norte-americanos, mas a modalidade só sobreviveu no país graças aos imigrantes japoneses e seus descendentes. É um esporte tão popular entre os descendentes que ainda hoje é identificado como “esporte de japonês”.⁷¹ Essa modalidade esportiva tem sido levada até as camadas mais carentes da população, com o objetivo de tirar as crianças das ruas, desenvolver o espírito de equipe e contribuir para a formação de cidadãos aptos a conviver em sociedade. Em 28 de abril de 1929, foi organizada em São Paulo a primeira liga de beisebol dos japoneses e, em 19 de novembro de 1933, foi realizado o Primeiro Campeonato Brasileiro de Beisebol Infantil, na cidade de Lins. Conta com o apoio da Federação Paulista de Baseball e Softball e Confederação Brasileira de Baseball e Softball. Fato digno de registro foi a inauguração, na cidade de São Paulo, em 21 de junho de 1958, do Estádio Municipal de Beisebol Mie Nishi,⁷² situado no Bairro do Bom Retiro, pelo então Governador Adhemar de Barros durante as Comemorações do Cinquentenário da Imigração Japonesa no Brasil, com a presença da Família Imperial Japonesa e da equipe de beisebol da Universidade Waseda,⁷³ de Tóquio.

O karatê também é bastante praticado entre nós, principalmente no Estado de São Paulo, onde existe a Federação Paulista de Karatê.

A partir da década de 60 houve participação de não nikkeis na prática dessa modalidade de artes marciais. O jurista Ives Gandra da Silva Martins foi o pioneiro tendo conquistado o grau do shodan. Ele foi vice-presidente da Associação Brasileira de Karatê que em 1965 era presidido por Hênio Sawaya tendo como Secretário Luis Wallace Nigro. Em sua homenagem o Museu de Karatê de Okinawa expôs uma placa com o seu nome.



71 Apesar disso, vem conquistando cada vez mais a participação de não nikkeis nessa modalidade esportiva, que se tornou uma verdadeira paixão entre seus adeptos. Entre os primeiros destacam-se o cubano Romón Izaguirre, o ourinense Samir Abujamra e o paulista Nilson de Castro, conhecido como Pelé.

72 Mie Nishi é mãe de Isao Nishi, o maior tribuno nikkei que eu conheci. Com a denominação dada ao Estádio, a sociedade paulistana quis também homenagear o combativo advogado, político e esportista que presidiu por 30 anos consecutivos a Federação Paulista de Beisebol. O Estádio Mie Nishi, administrado pela Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, é o único espaço público em que se praticam três modalidades esportivas típicas de nikkeis: beisebol, gateball e sumô.

73 Ficou arraigado em minha memória o verdadeiro *show* propiciado pela equipe da Waseda. Os nossos times apanhavam de 0 a 40, 50 até 56. Parecia um jogo de basquete. Até mesmo o time da minha terra, Osvaldo Cruz, que foi o campeão Sul Americano, em 1955, acabou apanhando feio, porém, com menos diferença em comparação com os demais times derrotados.

Outro esporte típico japonês difundido no Brasil é o sumô. O ponto alto dessa modalidade esportiva no Brasil aconteceu em 1990, quando pela primeira vez na América Latina foi realizado um torneio reunindo os principais lutadores japoneses da época, como Chyonofuji, Hokutoumi, Konishiki, Takanohana, Onokuni e Asahifuji, entre outros. Seus praticantes no Brasil contam com o apoio da Confederação Brasileira de Sumô. Interessante notar que essa modalidade esportiva reúne inúmeros esportistas não nikkeis, principalmente, na equipe feminina. Chama a atenção ainda mais pelo fato de a presença da nikkei ser praticamente desconhecida.

O kendô é outro exemplo de arte marcial japonesa, trazida pelos primeiros imigrantes latino-americanos e que vem se destacando no nosso país. Conta com a Federação Paulista de Kendô.

O gateball também floresceu entre os nikkeis e vem sendo praticado pelas pessoas mais idosas, que se concentram em torno da União dos Clubes de Gateball do Brasil.

O tênis de mesa⁷⁴ também é muito praticado entre nós. Essa modalidade esportiva foi, outrora, intensamente utilizada pelos chineses como meio de aproximação com diversos povos do mundo. Conta com a participação da Federação Paulista de Tênis de Mesa e da Confederação Brasileira de Tênis de Mesa.



Príncipe Mikasa e esposa, ao lado do governador Ademar de Barros durante inauguração do Estádio do Bom Retiro. Foto: Olímpio da Silva e Sá



Príncipe Mikasa faz o arremesso inaugural do Estádio do Bom Retiro, em 1958. Foto: Olímpio da Silva e Sá

Existem outras modalidades esportivas incluídas na categoria de artes marciais, como o aikido e shintaidô, praticadas em menor escala do que as mais tradicionais. É de ser lembrado também o golf, com as suas duas variedades introduzidas mais recentemente, o malletgolf e o parkgolf.

Fotos da inauguração do Estádio Me Nishi com a presença do governador Ademar de Barros e da família imperial, Príncipe Mhasa e sua esposa.

2.4.6 No setor de segurança pública e nas forças armadas

Na segurança pública, que é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos para a preservação da ordem pública, incolumidade das pessoas e do patrimônio, a presença do nikkei é marcante, quer integrando os quadros da polícia federal e da polícia civil, quer principalmente compondo o quadro de Oficiais da Política Militar do Estado. Nas Forças Armadas, destinadas à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constitucionais, muitos nikkeis integram os Quadros de Oficiais Superiores das três Forças Singulares: Exército, Aeronáutica e Marinha.

⁷⁴ O mesa-tenista nikkei Hugo Hoyama ganhou a medalha de ouro nos Jogos Pan-Americanos de 2007, realizados na cidade do Rio de Janeiro. Com isso, ele tornou-se recordista brasileiro em Jogos Pan-Americanos, acumulando nove medalhas de ouro, superando o ex-nadador Gustavo Borges.

Na Polícia Militar, o primeiro nikkei a atingir o topo da carreira – o posto de Coronel da PM – foi Reizo Nishi. Outros se seguiram, como o Cel. Morio Sato e o Cel. Coji Yanaguita, ambos da Política Militar do Estado de São Paulo.⁷⁵

Na Aeronáutica,⁷⁶ em 1993, Masao Kawanami foi o primeiro nikkei a alcançar o posto de Brigadeiro-do-Ar, vindo a atingir, em 1995, o topo da hierarquia na Força Aérea como Tenente-Brigadeiro-do-Ar. Exerceu o importante cargo de diretor do Departamento de Aviação Civil (DAC),⁷⁷ órgão que controla e regulamenta a aviação comercial no país. Mais tarde, em 2003, Juniti Saito veio a ocupar o mesmo posto de Tenente-Brigadeiro-do-Ar. Após exercer o cargo de Chefe de Estado Maior da Aeronáutica, em 28 de fevereiro de 2007, assumiu o cargo de Comandante da Força Aérea Brasileira, fato inédito no âmbito das Forças Armadas, a demonstrar a mais perfeita integração do segmento nikkei na sociedade dominante. Em 25 de novembro de 2007, o Coronel da Infantaria Agostinho Shibata foi promovido ao posto de Brigadeiro de Infantaria da Aeronáutica, que corresponde ao topo da carreira nessa arma. Em 2017, o coronel médico Ricardo Gakiya Kashihiro, diretor do Hospital da Força Aérea Brasileira (HFAB), foi promovido ao posto de brigadeiro médico.

Atualmente, 30-9-2022, com a promoção de Aldo Matsui Miyaguti ao posto de Brigadeiro-do-Ar temos na Aeronáutica 5 oficiais gerais sendo 2 Brigadeiros-do-Ar, 1 Brigadeiro da Infantaria e 2 Tenente-Brigadeiros, posto máximo da hierarquia militar na Aeronáutica.

Em 1995, Akira Obara foi promovido a General-de-Brigada, tornando-se o primeiro Nikkei a ocupar tal patente no Exército Brasileiro. Em 2006, Paulo Kazunori Komatsu assumiu o posto de General-de-Divisão, que antecede imediatamente o posto de General-de-Exército, o topo da hierarquia militar no Exército, em tempo de paz.⁷⁸ Em março de 2012 Angelo Kawakami Okamura foi promovido ao posto de General de Brigada, assumindo o Comando da 8ª Brigada de Infantaria sediada no Estado do Rio Grande do Sul. No dia 25-11-2015, Okamura foi promovido ao posto de general de divisão, assumindo sucessivamente os cargos de assessor do Exército na Escola Superior de Guerra, de Comando de Defesa Cibernética e de Diretoria de Serviço Militar do Exército, onde se encontra atualmente. Em 2014, mais dois coronéis do Exército foram promovidos ao posto de general de brigada: Riyuzo Ikeda e Rui Yutaka Matsuda. Este último foi promovido em 2018 para o posto de general de divisão, exercendo o cargo de comandante logístico da HFA (Hospital das Forças Armadas).

Atualmente, 30-9-2022, temos 5 Generais de Brigada e 4 Generais de Divisão que antecedem ao posto máximo de General de Exército. São eles na ordem alfabética:

Akira Obara, General de Brigada; Akira Torigoe, General de Brigada; Ângelo Kawakami Okamura, General de Divisão; Edson Massayuki Hiroshi, General de Brigada; Paulo Kazunori Komatsu, General de Divisão; Rui Yutaka, General de Divisão; Riyuso Ikeda, General de Divisão; Sergio Goya, General de Brigada; e William Jorge Kamei, General de Brigada;

Na Marinha, Massayuki Okamoto foi o primeiro nikkei a alcançar o posto de Capitão-de-Mar-e-Guerra (posto equivalente ao de Coronel do Exército) e, nessa condição, ocupar a Diretoria do Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha, nos idos de 1982.⁷⁹ Em 7 de agosto de 2015, Noriaki

75 Ver Anexo VII no final do livro, onde estão listados os nomes de Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

76 Ver Anexo VIII no final do livro, onde estão relacionados os Oficiais Superiores e Generais da Aeronáutica.

77 Esse órgão foi substituído pela ANAC, Agência Nacional de Aviação Civil.

78 Ver Anexo IX no final do livro, onde estão nominados os Oficiais do Exército Brasileiro formados pela AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras, figurando como primeiro oficial nikkei o Cel. Inf. Makoto Koyano.

79 Ver Anexo XIX no final do livro, onde estão relacionados os Oficiais ativos e inativos da Marinha.

Wada tornou-se o primeiro nikkei a ascender ao posto de contra-almirante da Marinha brasileira. Em 2018, o capitão de mar e guerra Celso Mizutani Koga foi igualmente promovido para o posto de contra-almirante.

Posteriormente Noriaki Wada foi promovido ao posto de Vice-Almirante, posto que antecede o topo da hierarquia militar da Marinha que é Almirante de Esquadra.

2.4.7 Na engenharia e na arquitetura

Nesses dois ramos da ciência é marcante a presença dos nikkeis, principalmente, na área de engenharia, subdividida em diversos setores. Em 1932, Takeo Kawai tornava-se o primeiro engenheiro nikkei pela Faculdade Mackenzie. Um ano após foi a vez de Takeshi Suzuki.

Tanto no exercício da atividade profissional, como no magistério superior, a participação dos nikkeis cresce a cada ano. Apenas a título de lembrete: o engenheiro Eduardo Yasuda foi o primeiro catedrático nikkei; o engenheiro Kokei Uehara⁸⁰ foi o primeiro professor emérito da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo; finalmente, o engenheiro Masahiko Tisaka foi o primeiro nikkei a assumir a Presidência do Instituto de Engenharia, com atuação no âmbito nacional.

Na área de arquitetura vale destacar o nome de Leo Quanji Nishikawa, integrante do Departamento de Tecnologia da Arquitetura. Foi o primeiro nikkei a receber prêmio na IV Bienal do Museu de Arte Moderna de São Paulo. É de justiça destacar, também, o nome de Ruy Ohtake, conhecido pelos seus projetos arrojados,⁸¹ que foi Presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico – CONDEPHAAT –, cuja finalidade é a de proteger, valorizar e divulgar o patrimônio cultural do Estado de São Paulo.

2.4.8 No direito

Antigamente predominava a ideia de que os nikkeis não estavam vocacionados para a área do Direito, cujos requisitos da oratória e de desembaraço no desempenho de qualquer atividade nas diversas áreas de atuação do bacharel seriam primordiais.

O primeiro Nikkei a formar-se em Direito no Brasil foi o japonês Tiiti Suzuki que veio ao Brasil quando adolescente. Ele formou-se em 1938 na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Não se adaptou na profissão de advogado e ingressou na Faculdade de Letras e Filosofia da USP. Depois de formado passou a lecionar Língua e Literatura Japonesa naquela Faculdade.

Atualmente, esse ramo do conhecimento científico é um dos mais procurados em todo o território nacional. Além das instituições oficiais de ensino, localizados nas principais capitais dos estados, esta-

80 Renomado especialista em Hidráulica, que participou de todos os projetos de grandes barragens hidroelétricas construídas a partir da segunda metade do século XX (Barra Bonita, Bariri, Ibatinga, Promissão, Três Irmãos, Jupiá, Ilha Solteira e Itaipu). Desenvolveu, também, cálculos para o projeto da represa *Three Gorges* (Três Gargantas) da China. Sua biografia e obra estão retratadas em dois livros: (a) “Kokei Uehara – Domador de Rios”, de autoria de Aldo Pereira, publicado pela Editora Expressão e Cultura; e (b) “Kokei Uehara – Reflexões sobre a Engenharia e a Educação – Para uma Tecnologia voltada para o Bem-Estar Social”, organizado por Shozo Motoyama e publicado pela Aliança Cultural Brasil-Japão e CHC-SP – Centro Interunidade de História e Ciência.

81 Esse estilo arrojado fez com que os críticos o considerassem como o sucessor de Oscar Niemeyer. Ele projetou a construção da sede da ONU em Nova York; Ruy Ohtake projetou a construção do prédio da Embaixada Brasileira em Tóquio.

belecimentos particulares de ensino jurídico proliferaram, principalmente nas cidades metropolitanas, despejando anualmente milhares de bacharéis. A atração dos interessados para o curso de Direito reside basicamente em duas razões: (a) o curso permite ao aluno estudar à noite enquanto ganha a vida mantendo um emprego regular, ao contrário de outros cursos, como os de medicina e engenharia, que requerem tempo integral; (b) o Direito é o único ramo científico que abre um leque de opções para exercer uma das seguintes profissões depois de formado: Magistratura, Ministério Público, Advocacia Pública; Polícia Científica, Diplomacia e Assessor Jurídico nos Tribunais. Além das carreiras retromencionadas, possibilita, por exemplo, o ingresso nas carreiras de auditores ou de agentes fiscais de renda, no âmbito das três esferas políticas. Outrossim, se o bacharel não lograr aprovação nos concursos públicos, sempre restará o caminho da advocacia privada. Costuma-se dizer que uma quantidade cada vez maior de faculdades particulares vem formando, anualmente, um verdadeiro “exército de bacharéis da reserva”. Eu respondo: sempre haverá sol para todos. A cada dia, a cada momento, ocorrem inovações e transformações sociais e econômicas, quer em função do avanço tecnológico, quer em função da globalização econômica, com seus múltiplos efeitos, a reclamar a presença do advogado nos mais diferentes setores, que se desdobram periodicamente, a exigir do profissional conhecimentos cada vez mais especializados. Periodicamente abre-se uma nova área de atuação do advogado. A arbitragem é uma delas.

Hoje, calcula-se que mais de 4.500 nikkeis são formados em Direito e o seu número tende a crescer anualmente. Muitos deles estão incorporados nas diversas carreiras jurídicas.

Vejamos em rápidas pinceladas a presença do nikkei nas diversas áreas em que se subdivide a carreira jurídica.

(a) Na Magistratura

Conforme levantamentos realizados pelo Desembargador Kioitsi Chicuta, em outubro de 2022, há no Estado de São Paulo 96 magistrados na Justiça Comum⁸², entre aposentados e os da ativa.

No âmbito da Justiça do Trabalho da 2ª Região, havia 22 juízes⁸³; e no âmbito da Justiça Federal da 3ª Região, havia 16 juízes federais⁸⁴.

Na magistratura paulista, atingiu o topo da carreira o Desembargador Massami Uyeda, que em junho de 2006 foi o primeiro nikkei a assumir o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça, o mais alto Tribunal infraconstitucional do País, conhecido como Tribunal da Cidadania, composto de 33 ministros. Fez brilhante carreira naquela Alta Corte de Justiça, tendo integrado o seu Órgão Especial. Foi seguido de perto pelo juiz Fernando Eizo Ono, nomeado ministro do Tribunal Superior do Trabalho, composto de 27 ministros. No Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, o desembargador Nobukatsu Higa assumiu a Presidência do Tribunal em 1989, ao passo que, em 1991, a desembargadora Shelma Lombardi de Kato tornava-se a primeira nikkei a assumir a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Em janeiro de 2016, o juiz Silvio Hiroshi Oyama, ao assumir a Presidência do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo, tornou-se o primeiro nikkei a presidir um Tribunal no Estado de São Paulo.

(b) No Ministério Público

A participação de nikkeis no Ministério Público do Estado de São Paulo é considerável⁸⁵. O primeiro

82 Ver relação dos magistrados no Anexo nº X, em que constam os nomes de todos os magistrados. Dois deles, os desembargadores Paulo Shintate e Kioitsi Chicuta integraram o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

83 Dois deles no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, Hideki Hirashima e Wilson Hiroshi Tanaka.

84 Dois deles no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Luis Carlos Hiroaki Muta e Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida.

85 Ver Anexo XII no final do livro, em que estão relacionados os membros do Ministério Público do Estado de São Paulo.

deles foi Geraldo Tomita, que se aposentou no topo da carreira como procurador de Justiça. Cursou conosco o XX Curso da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – ADESG – nos idos de 1978. O procurador de Justiça Agenor Nakazone foi o primeiro nikkei a ser empossado no cargo de corregedor-geral do Ministério Público. Foi sucedido no mesmo cargo pelo procurador de Justiça Hideo Shimizu em 2006. No Ministério Público Federal, havia 16 nikkeis conforme dados apurados em 2012⁸⁶.

(c) Na Advocacia Pública e Privada

É grande a participação dos nikkeis na Advocacia Pública integrando as Procuradorias no âmbito das três esferas políticas: Municípios, Estados e União.

Na Procuradoria-Geral do Município de São Paulo, fomos o primeiro a assumir o cargo de procurador municipal em 1974⁸⁷. Ao longo da carreira, assumimos cargos de subchefia e chefia de Procuradoria, diretor do Departamento de Desapropriações em duas oportunidades, aposentando-me no topo da carreira como procurador-chefe da Consultoria Jurídica do Município de São Paulo. Pelos dados de 2012, havia 28 procuradores municipais nikkeis⁸⁸. Na Procuradoria-Geral do Estado, também é considerável o número de nikkeis. Pelos dados de 2007, mais de 80 nomes haviam passado pela Procuradoria⁸⁹. Muitos deles exoneraram-se no curso da carreira para ingressar na Magistratura. Na Procuradoria da Fazenda Nacional, atualmente, órgão integrante da Advocacia-Geral da União, pelos dados de 2008, existiam 23 procuradores⁹⁰. O primeiro nikkei a assumir o cargo de procurador da Fazenda Nacional foi Shiguenari Tachibana⁹¹.

Na advocacia privada, como pioneiros temos Kenro Shimamoto⁹² e Masao Kinoshita. O primeiro nikkei a compor o quadro de conselheiros da seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil foi Ciro Kusano⁹³. No Instituto dos Advogados de São Paulo, a mais velha instituição jurídica do País, fundado em 29 de novembro de 1874, fomos o primeiro conselheiro nikkei. Nessa condição, exercemos o cargo de secretário-geral do Instituto e dirigimos a Escola Paulista de Advocacia, órgão daquela instituição jurídica secular. Merece lembrança, também, o nome do advogado e tradutor público juramentado (inglês e japonês) Tuyoci Ohara, que foi consultor jurídico de inúmeras instituições nikkeis, dentre as quais, o Consulado-Geral do Japão em São Paulo durante 40 anos. Pelos relevantes serviços prestados foi condecorado por Sua Majestade, o Imperador do Japão, com a Ordem do Tesouro Sagrado, Raios de Ouro com Laço. O que notabiliza o advogado Tuyoci Ohara, dentre tantos outros operadores do Direito, é a sua extrema sensibilidade jurídica, uma qualidade rara, que funciona como mola propulsora para multiplicação dos conhecimentos de Direito.

(d) Na Polícia Científica

No setor de polícia científica, o primeiro delegado de polícia nikkei foi Jorge Moriyama, que atingiu o final de carreira como delegado de primeira classe. Hoje, temos inúmeros nikkeis ocupando posições de destaque na Polícia Civil. Choji Miyake foi o primeiro nikkei a ascender ao cargo de direção na Polícia

86 Ver Anexo XIII no final do livro, onde estão relacionados os membros do Ministério Público Federal.

87 No mesmo ano, fomos nomeado, também por concurso de títulos e provas, para o cargo de procurador do Estado de São Paulo. Mas preferimos tomar posse no cargo de procurador municipal porque na época permitia-se a cumulação do cargo com o exercício da advocacia privada. Era o chamado regime de livre exercício, que a partir de 1978 deixou de existir.

88 Ver Anexo XIV no final do livro, onde estão relacionados os nomes dos procuradores do Município de São Paulo.

89 Ver Anexo XV no final do livro, onde estão relacionados os nomes dos procuradores do Estado de São Paulo.

90 Ver Anexo XXVI no final do livro, onde estão nominados os procuradores da Fazenda Nacional.

91 Cursou conosco o XX Curso da ADESG em 1978.

92 Juntamente com José Yamashiro, alistou-se nas forças revolucionárias de 1932. Esse acontecimento teve relevância na definição do espaço étnico nipo-brasileiro, contribuindo para arrefecer os sentimentos antijaponeses reinantes na época, pelo menos temporariamente. Pouco depois, as pressões da elite brasileira contra os japoneses viriam à tona, resultando na inserção do § 6º do art. 121 da Constituição Federal de 1934 dispondo genericamente, mas endereçado ao povo japonês, que a corrente migratória de cada país não poderia exceder, anualmente, ao limite de 2% sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil.

93 Foi seguido por Nelson Miyahara, Ademar Koga e Hatiro Shimomoto.

Civil, tendo exercido os cargos de diretor de Administração da Delegacia e de diretor do Demacro, estando atualmente na inatividade⁹⁴. Em janeiro de 2013, Elisabete Ferreira Sato Lei assumiu o cargo de diretor do Departamento Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa – DHPP – tornando-se a primeira delegada de polícia a ascender ao cargo de diretor de departamento.

No âmbito da Polícia Federal, também há participação efetiva de delegados nikkeis, podendo ser citados dentre os primeiros Isamu Uema, Mario Sekem Nakasa, Mario Kiyotaka Ikeda, Paulo Ryoishi Miyoshi, Paulo Watanabe, Raymundo Hirose Kitanishi e Yokio Oshiro, que veio a ser o primeiro nikkei a assumir o cargo de superintendente da Polícia Federal⁹⁵.

(e) Na Diplomacia

Na fechada carreira diplomática, também, há presença de nikkeis. O primeiro a ingressar nessa carreira foi Edmundo Sussumu Fujita, já falecido, que foi embaixador em Seul, na República da Coreia. Pela porta por ele aberta, três membros da família Ishitani, de Curitiba, ingressaram na carreira: Fátima Keiko Ishitani, a primeira representante nikkei do sexo feminino, e suas irmãs, Cecília Kiku Ishitani e Cláudia Kimiko Ishitani. Várias outras se seguiram.

Na visita à Embaixada Brasileira em Tóquio que fizemos no ano de 2013, tivemos a satisfação de constatar a presença de diplomatas nikkeis prestando serviços naquela Embaixada.

(f) Professores, doutrinadores e juristas

Conforme se depreende do Anexo V, existem alguns professores na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo integrando ou que integraram o estágio inicial da carreira de professor. Mas foi Alexandre Hirata que, em 2008, conquistou o título de professor livre-docente na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo de Ribeirão Preto, tornando-se o primeiro nikkei com essa titulação na área do Direito. Atualmente, ele já ascendeu ao cargo de professor associado, que antecede o de professor titular, denominação dada à antiga titulação de professor catedrático.

Existem, também, doutrinadores e juristas com inúmeras obras publicadas e nacionalmente conhecidos. Os mais conhecidos pela vasta produção científica são: Toshio Mukai, administrativista com mais de 25 livros publicados e mais de 100 textos diversos publicados em revistas e periódicos especializados; Kiyoshi Harada, tributarista e especialista em Direito Financeiro e Administrativo, com 42 obras publicadas, além de mais de 600 monografias e artigos insertos em obras coletivas, revistas e periódicos especializados⁹⁶; Yoshiaki Ichihara, desembargador aposentado e especialista em Direito Tributário, com quatro obras publicadas, além de mais de 60 textos jurídicos diversos publicados em revistas especializadas; e Hiromi Higuchi, conhecido especialista na área do imposto de renda, campeão absoluto na vendagem do livro prático e bastante útil intitulado *Imposto de renda das empresas*, que já se encontra na 40ª edição. Outros inúmeros autores destacam-se como juristas conhecidos pela publicação de duas ou mais obras, notadamente, teses de mestrado ou de doutorado. São eles, dentre outros, Massami Uyeda, ministro aposentado do STJ; Nelson Hanada, Roque Komatsu e Kazuo Watanabe, que foram desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; Sérgio Shimura, desembargador do Tribunal de Justiça; Valter Kenji Ishida, Sérgio Nojiri e Douglas Yamashita.

94 Ver Anexo XVIII no final do livro, onde estão relacionados os Delegados de Polícia do Estado de São Paulo.

95 Não foi possível obter a lista completa de delegados federais, pelo que optamos por não publicá-la.

96 Algumas de suas obras tornaram-se uma referência nacional, como o *Direito Financeiro e Tributário*, já na 27ª edição, *Código Tributário Nacional Anotado*, na 23ª edição, *Desapropriação – Doutrina e Prática*, na 11ª edição, e *Direito Tributário Municipal*, na 4ª edição.

2.4.9 Na ciência e tecnologia

Na área das Ciências Naturais, antes mesmo dos nisseis, os próprios imigrantes japoneses deram contribuição relevante para o desenvolvimento da ciência brasileira. Por exemplo, fundaram o Instituto Kurihara de Ciências Naturais, em 1931, na cidade de Mirandópolis, noroeste do Estado de São Paulo. Embora seus integrantes fossem amadores e não cientistas profissionais, o instituto atuou nas áreas da Astronomia, Meteorologia, Zoologia, Botânica, Arqueologia, Antropologia e História.

Os projetos contaram, em geral, com a orientação e a colaboração de instituições e universidades japonesas. Atualmente, o número de profissionais nikkeis, que se dedicam às ciências e tecnologia, cresce a cada momento.

No campo da agricultura, os cientistas e pesquisadores nikkeis prestaram e continuam prestando relevantes serviços à nação, conforme se pode constatar da relação de agraciados pelo Prêmio “Kiyoshi Yamamoto”.⁹⁷ Mais recentemente, em 2006, Sizuo Matsuoka⁹⁸ e Hideto Arizono,⁹⁹ ambos servidores do extinto Instituto do Açúcar e Alcool – IAA –, também receberam o Prêmio “Kiyoshi Yamamoto” por terem desenvolvido nova variedade de cana-de-açúcar, reconhecida mundialmente por conter maior teor de açúcar, além de ser mais produtiva e resistente às doenças. Ficou conhecida como variedade RB – sigla da República do Brasil –, que hoje responde por 50% da cana cultivada no Brasil, contribuindo para o desenvolvimento industrial e comercial de inúmeras cidades do interior. Descobertos pelo Grupo Votorantim, esses notáveis cientistas nikkeis se associaram a ele, passando a prestar relevantes serviços à “Canaviales”, uma empresa ultramoderna de melhoramento genético.¹⁰⁰ Outro cientista e pesquisador nikkei que merece citação é o engenheiro agrônomo José Tadashi Yorinori, Doutor (Ph.D.) em Fitopatologia pela Universidade de Illinois, que é a maior autoridade mundial em matéria de descobertas e combate às doenças da soja, que vêm causando consideráveis quebras nas safras ao longo dos anos. Só no Brasil detectou mais de 50 doenças, dentre as quais mancha “olho-de-rã” e ferrugem “asiática”. A primeira vinha causando perda de rendimento de mais de 80%. Para resolver o problema desenvolveu-se a plantação de uma variedade resistente a essa doença. A doença ferrugem “asiática”, originária da Ásia, espalhou-se pelo mundo inteiro por ação do vento. Vem causando prejuízos incalculáveis no Brasil nestes últimos anos. Apesar de estudos e pesquisas feitos no Brasil e no exterior não se conseguiu um meio de erradicação dessa doença, cujo fungo causador apresenta muita variabilidade genética, não possibilitando o desenvolvimento de variedade de soja resistente a essa doença. Ela vem sendo combatida à base de fungicidas especiais. Como alternativa, Yorinori idealizou um “vazio sanitário”, isto é, um período de 90 dias (entre 15 de junho e 15 de setembro) sem plantação de soja, que, levado a efeito no Estado do Mato Grosso, com apoio governamental, resultou em uma extraordinária safra 2000/2007. Outros Estados deveriam seguir o exemplo.

No que tange à tecnologia, atualmente, a japonesa é, sem dúvida, uma das mais avançadas do mundo, o que é reconhecido internacionalmente, principalmente na área da eletrônica, aprimorando relógios e câmeras digitais, celulares, MP3/MP4 *players*, bem como uma série infindável de aparelhos e equipamentos nas áreas da saúde, da beleza e dos brinquedos. A característica ímpar é, sem dúvida, a grande

97 Ver relação no Capítulo 5, desenvolvido por Isidoro Yamanaka.

98 É engenheiro agrônomo e doutor em agronomia pela USP. É também Coordenador do Programa de Melhoramento da cana-de-açúcar da UFSCar, dentre inúmeras outras atribuições exercidas.

99 É mestre em agronomia pela USP e doutor em genética de melhoramento de plantas pela USP. Dentre inúmeras outras atribuições exerce o cargo de professor assistente da UFSCar.

100 *Cerimônia de entrega do 36º prêmio “Kiyoshi Yamamoto”*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa – Bunkyo, 2006, p. 10.

capacidade de reduzir o tamanho dos aparelhos. Conseguiu, por exemplo, produzir o menor *pendrive* do mundo, propiciando maior comodidade para os milhões de usuários de computadores.

Na área da indústria pesada, também, o Japão ocupa posição de destaque, com o emprego de tecnologias cada vez mais sofisticadas.

Seus avanços na esfera tecnológica são ilimitados. Desenvolveram uma tecnologia capaz de desativar quase que totalmente (99%) o vírus H5 da gripe aviária que, segundo estatísticas do Banco Mundial, pode matar até 71 milhões de pessoas e destruir 5% do PIB mundial. Está em etapa experimental, também, uma tecnologia para rastrear as pessoas mediante o emprego de padrão baseado no andar de cada um.

A adoção de tecnologia industrial e gerencial japonesa no Brasil vem de longa data. Tem início com as empresas japonesas que aqui aportaram a partir de 1963. É conhecida a participação, nas décadas passadas, do estaleiro Ishibrás na construção de navios. É notório, outrossim, o desempenho da Mazak, a maior fabricante de máquinas operatrizes do mundo, cuja unidade situada no Rio Grande do Sul vem fabricando sistemas de usinagens arrojados, disponibilizando mais de 70 modelos de equipamentos com tecnologia de ponta.

Mais recentemente, a tecnologia japonesa passou a atuar no setor da agricultura familiar, em função do acordo de cooperação técnica firmado entre a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e o Japão.

Enfim, a prova mais eloquente do reconhecimento da tecnologia japonesa e de sua influência no Brasil está na criação, em junho de 2006, do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre – SBTD-T –, com base no padrão japonês.

Como uma das empresas brasileiras que empregam a tecnologia japonesa podemos citar a Sansuy S.A. Ela vem desenvolvendo novas tecnologias, voltadas para a preservação do solo, a proteção dos rios e dos aquíferos, indo de encontro ao estabelecido no Protocolo de Kyoto. Só para citar ela já desenvolveu:

- a) biodigestor com utilização de geomembranas de PVC flexível, chamado de vinibiodigestor, produzindo biogás de múltipla utilização e o biofertilizante, a partir de resíduos de produção animal (suínos, equinos e bovinos), da atividade humana (fezes, urina e lixo doméstico) e de produção vegetal (restos de culturas). Sua instalação nas fazendas torna autossustentáveis as propriedades rurais, ao mesmo tempo em que protege o meio ambiente;
- b) sistema flutuante de cobertura para estações de tratamento de esgoto desenvolvido a partir de geomembrana de PVC vinimanta com dispositivo de captura do biogás gerado em sistema de tratamento de efluentes (industriais, agroindustriais, saneamento básico etc.). Um dos subprodutos do sistema anaeróbico é o biogás, que em sua composição possui gases (metano, água volátil, dióxido de carbono, gás sulfídrico etc.). Esses gases, ao serem lançados na atmosfera, causam inúmeros impactos ambientais, como aumento do efeito estufa, odores fétidos etc. Ao ser instalado o dispositivo de captura do biogás, todos os impactos são reduzidos drasticamente, além de diminuir a proliferação de agentes patogênicos (moscas e larvas) e propiciar, ainda, um valor econômico pela utilização adequada do biogás;
- c) cisterna pré-fabricado, que permite a captação de água de chuva, com capacidade a partir de 8.000 litros, permitindo seu transporte e reinstalação em diferentes locais;

d) viniliq, um reservatório flexível para transporte de água potável ou de uso múltiplo, como abastecimento de emergência (defesa civil), canteiros de obras (empreiteiros), paisagismo, combate a incêndios florestais etc.

Outra empresa que vem trabalhando no desenvolvimento de tecnologias avançadas no campo de máquinas e implementos agrícolas é a Indústria de Máquinas Agrícolas Jacto Ltda., sediada em Pompeia-SP. Seu departamento de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos adotou as técnicas modernas de produção: “just in time”, “Kamban”. Foi ela que inventou a primeira colhedora de café. Hoje, ela produz colhedoras de café de última geração e máquinas de pulverizar e de adubar de diversos tipos e tamanhos, contribuindo decisivamente para o avanço de nossa agricultura. Por tudo isso, seu fundador, Shunji Nishimura,¹⁰¹ foi condecorado pelos governos do Japão e do Brasil.

2.4.10 Na cultura

Por fim, na área cultural, a influência dos nikkeis se faz sentir de forma significativa. A cada momento que passa, a cultura milenar japonesa vai penetrando e influenciando a multifária cultura brasileira. Cresce cada vez mais o número de professores e praticantes de língua japonesa na sociedade local. O mesmo ocorre com as artes típicas japonesas, como origami, kirigami, ikebana, oshibana, sumi-ê, shodo, bon-odori, haikai, karaokê, taikô, butô, bem como com a música clássica e folclórica.

Origami é a arte de dobrar o papel (“ori” = dobrar e “kami”¹⁰² = papel). Era conhecida no Japão desde a era Edo. Atualmente, com o aprimoramento da sua técnica dobra-se uma série de pássaros e animais. Akira Yoshizawa, natural de Tochigi, Japão, é tido como o criador do repertório moderno de modelos. Kirigami, também arte milenar japonesa, consistente em recortar papéis (“kiri” = corte e “kami” = papel). Recortados e dobrados, quando abertos revelam uma estrutura tridimensional. Sua técnica pode ser utilizada para confecção de cartões comemorativos, convites, livros infantis, poemas, malas direta, embalagens e muitos outros usos. Pioneiros, dentre os não nikkeis, na arte do origami, vale citar o poeta Augusto de Campos e o artista plástico Júlio Plaza que, em 1974, publicaram o livro intitulado “Poemóbiles”, cuja leitura permite visualizar formas dinâmicas e suaves do papel recortado.

Ikebana, tradicional arte japonesa de arranjo floral, remonta ao século XVI. Tem como base certos princípios da arte reconhecidos mundialmente. O ikebana apresenta amor pela linha, e, também, apreciação pela forma e cor, fato que o diferencia dos demais arranjos florais. Em sua forma tradicional e mais simples, representa o céu, a terra e o homem. Hoje, existe uma infinidade de estilos de ikebana, mas todos eles respeitam os princípios básicos inerentes a essa arte.

Oshibana é a arte de criar peças com flores desidratadas por meio de prensagem, mantendo suas características de coloração e textura naturais. A palavra “oshi” significa apertar, prensar, e “bana” vem de “hana” que significa flor. Essa arte é originária da Europa no século XV, mas é no Japão que ela floresceu com as particularidades atuais. Ela é largamente utilizada, não só em quadros e cartões, como também para criação de diversas peças como abajures, marcadores para livros, shoji etc.

Sumi-ê consiste na técnica de pintura preto-e-branco, originária da China e que foi levada ao Japão, a

101 Ver seção 2.4.3 na parte que se refere ao Colégio Técnico Agrícola de Pompeia.

102 Lê-se “gami”.

partir do século XIV, por monges zen-budistas. Mais do que arte, representa uma filosofia, uma forma de expressar a percepção do artista. Por meio da pintura, o artista procura passar para o papel o espírito do objeto. Tem como principal característica a extrema rapidez com que é realizado, isto é, a inspiração artística é transmitida quase que instantaneamente. Daí a sua prática por muitos samurais, cuja vida dependia da velocidade e rapidez de seus golpes.

Shodo é a caligrafia japonesa escrita com sumi (tinta preta) e um pincel sobre um papel artesanal muito fino. Pode consistir em um ou mais caracteres, às vezes, até centenas. A escrita pode representar um poema ou parte dele, um provérbio ou um comentário sobre algo realizado. O propósito do shodo é inspirar, encorajar ou comemorar um evento. Embora possa expressar tristeza, saudade ou nostalgia, o sentimento geral, expresso nos shodos, não deve ser negativo. Tradicionalmente, eles eram encontrados em templos, palácios e “tokonomo” das casas, uma espécie de relicário. Hoje, são emoldurados e pendurados ao lado de fotos e quadros, nos hotéis, restaurantes, nas áreas de recepção das empresas e até nas residências, expressando desejos como sorte, prosperidade, longevidade, sucesso etc. Às vezes, o shodo representa apenas e simplesmente uma caligrafia bonita e de tamanho ideal. Sua característica é a espontaneidade e rapidez com que é feito, não comportando retoques, esboços ou correções, a exemplo do sumi-ê. Daí o grau de dificuldade envolvido na execução do shodo, que exige do artista a combinação da habilidade, estilo e imaginação.

Bom-odori, que significa “boa dança”, nasceu entre os camponeses do Japão. Tem por objetivo transmitir o sentimento de gratidão pela boa colheita e reverenciar a memória dos ancestrais que trabalharam no campo. O festival do bom-odori tomou conta da comunidade nikkei. Onde há entidade representativa da comunidade, há festival de bom-odori, onde os não nikkeis passam a ter uma participação cada vez maior.

Haikai é uma poesia com três versos formados por 17 (dezessete) sílabas, que expressa, com fidelidade, a sensibilidade de seu autor. É uma espécie de produto da imaginação do haicaista, que consegue capturar instantaneamente a essência do local, numa poesia contemplativa e descritiva.

O karaokê, antes restrito ao público nikkei, hoje, difundiu-se por toda a sociedade brasileira. Para congregar, animar e apoiar seus praticantes existem a UPK – União Paulista de Karaokê¹⁰³ e a ABRAC – Associação Brasileira de Canção Japonesa, que têm organizado inúmeros campeonatos em âmbito estadual e em âmbito nacional.¹⁰⁴ Equipamentos sofisticados, como videokê, mikrokê, Songbox¹⁰⁵ e diversos *sites* da Internet contribuem para difundir cada vez mais essa manifestação da cultura japonesa. O kaokê é praticado tanto nos estabelecimentos específicos,¹⁰⁶ como também em bares e restaurantes.

O taikô é originário do Japão, com mais de 1.500 anos de tradição, mas em cada região ou país onde se o pratica acaba incorporando as características locais. No Brasil, por exemplo, existe o grupo “Wadai-ko Sho”, em São Paulo, dirigido por Setsuo Kinoshita, que representa uma mescla da cultura japonesa com a brasileira, por meio do taikô. Por sua vez, o grupo de taiko okinawano – Ryukyu Koku Matsuri Daiko¹⁰⁷ – caracteriza-se pelo singular fato de abrigar entre os seus membros (aproximadamente 400

103 Um dos eventos mais conhecidos da UPK é o tradicional “Paulistão”, que reúne os maiores cantores da comunidade nikkei e que no ano de 2007 alcançou a sua 13ª realização.

104 O famoso Concurso Brasileiro de Canção Japonesa, conhecido como “Brasileirão”, alcançou no ano de 2007 a sua 22ª versão. Foi campeão o cantor Nobuhiro Hirata da Regional de Sorocabana (SP). No ano anterior foi campeã a cantora Jane Ashihara da Regional Noroeste (PR), sendo que na 23ª versão de 2008 sagrou-se campeão o paulista Alexandre Hayafuji, que conquistou também o título de campeão no “Paulistão” de 2008 promovido pela UPK. No primeiro concurso da Abrac, que aconteceu em 1986, foi campeã a paulista Karen Ito, que continua animando diversos eventos juntamente com Joe Hirata e outros, além do cantor sertanejo Maurício Miya.

105 Aparelho contendo 12.800 músicas japonesas romanizadas, sem prejuízo das letras em japonês.

106 Dentre os tradicionais podem ser citados o Pub Key, o Mont Blanc, o Jolly, o For Ever, o Kaze “butterfly” e o Shiki.

107 Foi trazido de Okinawa pelo mestre Naohide Urasaki. O grupo tem filiais em vários países e no Brasil possui ramificações em várias

peças) cerca de 70% a 80% de pessoas com menos de 15 anos. Repentinamente, o taikô incorporou-se de forma surpreendente e irreversível na comunidade nikkei. Mais de 2.000 (dois mil) praticantes e 70 entidades estão, atualmente, agrupados em torno da Associação Brasileira de Taikô.

O butô é uma arte que combina dança com teatro. A palavra “butô” é formada por “bu” = dança e por “toh” = passo. Nasceu no final da década de 1950, como fruto da crise de identidade que marcou o Japão de pós-guerra. Surgiu no contexto sociocultural marcado pela repressão e agressão ocidentais. Por isso, seus espetáculos, que abordam temas como o nascimento, a morte, a inconsciência, a sexualidade, o grotesco etc., rompem as formas tradicionais de dança e do teatro japoneses. Representando uma forte negação da influência da cultura ocidental, especificamente, da cultura americana, tida, na época, como a dominante. Um dos maiores mestres do butô é o Kazuo Ohno, natural de Hakodate, Japão. A partir de 1980, excursionou por inúmeros países apresentando seus espetáculos, dentre eles “Admirando La Argentina”, em homenagem à bailarina espanhola Antonia Mercê, conhecida como La Argentina.

A música foi um dos aspectos que primeiro despertou o interesse dos ocidentais pela cultura japonesa. Curiosamente, a música é, também, uma das áreas em que o povo japonês tem mostrado uma particular aptidão para absorção da cultura ocidental. Daí a intensa atuação de mestres, grupos e alunos ligados ao desenvolvimento da música clássica e folclórica japonesa na comunidade nikkei do Brasil. A Associação Brasileira de Música Clássica Japonesa (Brasil Nihon Ongaku Kyokai), presidida, desde sua fundação, por Iwami Baikyoku, um dos quatro maiores mestres do Shakuhachi, vem apoiando a realização anual de concertos beneficentes. A música folclórica, por sua vez, tem encontrado nas entidades ligadas à comunidade okinawana as maiores divulgadoras da canção do povo. É o conhecido e aplaudido min'yo. Em São Paulo realiza-se, anualmente, o Festival de Música e Dança Folclórica Japonesa no Bunkyo. As danças japonesas clássicas (nihon buyo), assim como as danças tradicionais de Okinawa, difundidas pelas escolas agrupadas em torno de Ryukyu Buyo Kyokai do Brasil, também são muito apreciadas pelo público em geral.

Em resumo, diversas manifestações da cultura japonesa se arraigaram na sociedade brasileira, de forma firme e definitiva. O nikkei é hoje um indivíduo não só inserido e completamente integrado, mas também atuante nessa sociedade ampla, multirracial e multicultural. Assim sendo, contribui para a formação da própria cultura brasileira.

A culinária japonesa, atualmente, deixou de ser prerrogativa dos bairros orientais, para encontrar apreciadores nas praças de alimentação dos *shoppings*. Até nas tradicionais churrascarias do tipo rodízio encontram-se sushis e sashimis nos bufês de frios. O prato japonês, antes considerado exótico e intragável, com seu gosto adocicado e a carne de peixe servida crua, tornou-se referencial de uma dieta saudável.¹⁰⁸ Os restaurantes do gênero, normalmente, estão abrigados em construções típicas da arquitetura japonesa, com jardins orientais, emprego de tatamis, portas de correr e janelas que utilizam papel de arroz, além do peculiar sistema de iluminação.

Mulheres desfilam nas ruas com cabelos presos com ohashi. Até o ideograma japonês ganha destaque em camisetas e tatuagens, por seu aspecto estético.

Os espaços públicos, como feiras, praças e *shoppings*, vêm sendo cada vez mais ocupados pelos profis-

localidades, com sua matriz na Vila Carrão, São Paulo.

108 O Senac vem mantendo o curso “Cores e Sabores Asiáticos”, em nível de extensão universitária, onde o aluno não só aprende as técnicas e receitas da culinária japonesa, como também adentra no mundo da cultura típica oriental, participando da *cerimônia do chá*, tomando as aulas de *ikebana* e visitando o Ceagesp e o Bairro da Liberdade, para aprender a comprar ingredientes e utensílios específicos.

sionais do *quick massage*. A Rádio Taisso – ginástica rítmica japonesa, introduzida ao ensino da comemoração dos 70 anos de imigração japonesa no Brasil, em 1978 – foi incorporada na rotina dos nikkeis do Bairro da Liberdade, encontrando-se em localidades diversas.

O Bairro da Liberdade¹⁰⁹ mantém as características de uma cidade japonesa, com o “Torii”, jardins, luminárias adaptadas aos antigos choutins,¹¹⁰ lojas e restaurantes típicos, o que ensejou a assinatura de convênio entre São Paulo e Osaka, tornando-as cidades irmãs. Em 2003 surgiu a primeira padaria oriental, a “Bakery Itiriki”, a primeira a adotar a modalidade de *self-service* no ramo de panificação e confeitaria.¹¹¹

A conservação do bairro e a preservação de sua característica é feita pela ACAL – Associação Cultural e Assistencial da Liberdade em parceria com o poder público municipal. As vias desse bairro, notadamente, a Praça da Liberdade, onde há feira de artesanatos, todos os domingos, são palcos de inúmeros festivais e eventos orientais,¹¹² em que a participação de não nikkeis vem crescendo a cada ano.

Quanto às religiões orientais, se até o final da Segunda Grande Guerra eram pouco representativas mesmo entre os imigrantes e descendentes, a partir do segundo terço do século XX, passaram a ter adeptos entre os brasileiros em geral. Aliás, hoje, seu número é maior do que o de nikkeis. Esse fato vem despertando a atenção e interesse de políticos profissionais, que antevêm entre seus praticantes um valioso eleitorado em potencial.

Por tudo isso, é possível afirmar, sem margem de erro, que a comunidade nikkei, mesmo tendo diluídas ou minimizadas as características somáticas de seus integrantes, se perpetuará pelo seu aspecto cultural.



“Moti tsuki” que simboliza união da família e longevidade



Cerimônia de purificação após o “Moti Tsuki”

109 Esse bairro, onde ocorreu a maior concentração de nikkeis nas décadas de 50 e 60, convivendo diária e harmonicamente com a população de não nikkeis aí radicada, exerceu uma grande influência no processo de integração e assimilação da cultura brasileira. Hoje, o bairro, apesar do predomínio de pessoas de outras nacionalidades orientais (chineses e coreanos), vem servindo como um dos instrumentos de transmissão da cultura milenar japonesa para a sociedade em geral.

110 Armação de bambu coberta de papel ou de seda.

111 O anpan, o sanduíche com yakissoba, o pão de forma de soja e o pão recheado de frango e legumes, dentre outros, são os produtos mais apreciados pelo público.

112 Um dos eventos tradicionais é o *moti tsuki matsuri*, promovido pela Acal, anualmente, no dia 31 de dezembro. No final do ano de 2006 a Acal, presidida pelo empresário Hirofumi Ikezaki, executou esse evento pela 36ª vez. O moti (arroz socado no pilão) tem o significado de indivisibilidade e de elasticidade, simbolizando uma família unida e duradoura.

Um dos eventos mais tradicionais que vêm sendo realizados pela ACAL, sob a presidência do empresário Hirofumi Ikezaki, no dia 31 de dezembro de cada ano, é o *Moti Tsuki Matsuri*. O *moti* (arroz socado no pilão) tem o significado de indivisibilidade e de elasticidade, simbolizando uma família unida e duradoura. Após o *moti tsuki*, os participantes passam por uma cerimônia de purificação conduzida pelo ministro do Templo Xintoísta (*Nambei Jingu*), Sr. Kazuo Osaka. Outro evento também tradicional executado pela ACAL é o *Tanabata Matsuri*, um festival que ocorre geralmente no primeiro final de semana de julho e que tem início com uma cerimônia religiosa. Durante o festival, as ruas ficam cheias de enfeites de papel e bambus, com danças, música e comidas típicas. Desejos são escritos nos *tanzaku* – tiras de papel que também são conhecidas como “tiras do desejo” – que depois são queimadas junto com bambus, pois acredita-se que essa fumaça leve os desejos até as estrelas. Por isso, esse festival é conhecido também com o nome de Festival das Estrelas. A abertura do festival é precedida de uma cerimônia religiosa conduzida pelo citado ministro do Templo Xintoísta.



46° Moti Tsuki



Cerimônia religiosa do Tanabata Matsuri

2.4.11 Na literatura

As obras escritas pelos imigrantes japoneses são inúmeras como se pode constatar do Acervo Literário da Imigração Japonesa no site: www.imigrantesjaponeses.com.br. Vale a pena destacar o livro *Cem anos de águas corridas*, uma tradução do livro *Hyakunem no suiryu*, de Osamu Toyama (2009), fonte inesgotável de tantas obras do gênero. Entretanto, a participação do nikkei na área literária, de início, era tímida, praticamente limitada às obras de natureza científica, bem como às publicações de monografias de mestrado e de teses de doutorado nos diversos ramos do ensino superior.

Contudo, aos poucos foram surgindo nomes que se tornaram bastante conhecidos. Outrossim, motivados pelos festejos comemorativos da imigração japonesa no Brasil, notadamente, a proximidade da comemoração do centenário em 2008, surgiram vários livros abordando o tema pertinente a nikkeis em geral.

Dentre outros, podemos citar os seguintes: *Os Japoneses*, de Célia Sakurai (2008) que faz uma introdução à história do Japão e narra os principais aspectos da sociedade japonesa; *O Súdito*, de Jorge Okubaro (2007) que tem como foco principal a história de seu pai, um imigrante de 1918; *O Olhar dos Nisseis Paulistanos*, de Paulo Yokota (2008) destacando a atuação de alguns membros da comunidade no cenário nacional, com ênfase para a autobiografia do autor; *Imigração japonesa na Amazônia*, de Alfredo Kingo Oyama Homma (2007), cujo nome é autoexplicativo; em 2010, Homma, como um dos organizadores da obra coletiva lança o livro *A cultura da juta e malva na Amazônia ocidental. Sementes de uma nova racionalidade ambiental?* Vinte e dois autores procuram responder à essa indagação que intitula o livro; *O perigo amarelo em tempos de guerra*, de Marcia Yume Takeuchi (2002), que retrata com fidelidade a repressão aos japoneses e seus descendentes nos anos 30 e 40, com base em minucioso levantamento da documentação guardada nos arquivos do DEOPS paulista. Marcia Yume Takeuchi, saudosa historiadora de valor, prematuramente roubada de nosso convívio, deixou, ainda, a valiosa obra crítica *Entre gueixas e samurais: a imigração japonesa nas revistas ilustradas* (2010 – tese de doutorado) na qual analisa, com muita propriedade, os debates em torno da imigração japonesa nas revistas ilustradas publicadas em São Paulo e Rio de Janeiro, demonstrando que a iconografia exerceu papel fundamental na construção de uma imagem estereotipada do imigrante japonês, concorrendo para a formação e difusão do antiniponismo reinante na sociedade brasileira entre os anos 1897 e 1945; *A história da imigração japonesa em Lins*, de Maria Kazue Mori (2010); *Banzai*, de Francisco Noriyuki Sato (2008), uma história da Imigração Japonesa no Brasil narrada em Mangá; *História do Japão*, de Francisco Noriyuki Sato e outros (2008, 3ª edição) que faz uma abordagem quanto à origem, ao desenvolvimento e à tradição milenar do Japão; e *Encontros e memórias*, obra coletiva em bilingue (português e inglês) escrita por Ana Maria Kazue Miyadahira e outros (2009), centrada na convivência dos professores nikkeis na Universidade de São Paulo, fortalecendo o conhecimento recíproco entre a milenar cultura japonesa e a USP; *60 anos de Bunkyo: passado, presente e futuro*, uma obra coletiva sob nossa coordenação, que retrata a vida da entidade desde a sua fundação, com breve projeção para o futuro (2015); *Intercâmbio cultural Brasil-Japão*, obra coletiva, também sob nossa coordenação, escrita por 57 renomados autores nikkeis e não nikkeis, que promove o confronto de culturas dos dois países nos mais diferentes setores das atividades e do conhecimento (2016); *21 anos consecutivos da Associação Latino-americana de ex-Bolsistas do Gaimusho*, com a participação dos autores do Brasil, Argentina, Bolívia, México e Peru, sob nossa coordenação (2017); *Sob o signo do Sol Levante, uma história da imigração japonesa no Brasil*, vol. I, de Shozo Motoyama (2011); e *Do conflito à integração, uma história da imigração japonesa no Brasil*, vol. II, de Shozo Motoyama e Jorge Okubaro (2016).

Todas essas obras, cada qual em sua área focalizada, contribuíram bastante para a divulgação e, sobretudo, para a valorização da cultura de nossos ancestrais, ao mesmo tempo em que assinalaram um novo marco no campo da literatura que começou a florescer em terras férteis.

Entretanto, continua como pioneira no gênero, pela abrangência de seu conteúdo, a obra coletiva sob nossa coordenação *O Nikkei no Brasil*, que neste ano alcança sua 5ª edição¹¹³. A primeira edição foi lançada no dia 15 de janeiro de 2008, no Hall Monumental da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em cerimônia oficial presidida pelo Presidente daquela Casa Legislativa, Deputado

113 É uma verdadeira radiografia do fenômeno da imigração japonesa no Brasil, que aborda desde os momentos que antecederam a vinda dos primeiros imigrantes japoneses, passando por períodos de adaptação, evolução, integração até a sua cabal inclusão na multicultural e multirracial sociedade brasileira, ocupando importantes cargos e funções e contribuindo decisivamente para o fortalecimento da inteligência nacional.

Vaz de Lima, dando início oficial às comemorações do centenário no âmbito daquela Poder.

Livros de outra natureza, como romance e contos, também vieram à luz a partir da última década, dentre eles, destacamos: *Yawara – A Travessia Nihondin-Brasil*, um romance de Julio Miyazawa (2006), que retrata, de forma pitoresca e dramática ao mesmo tempo, a perseguição de que eram vítimas os japoneses e seus descendentes, motivadas pelo ingresso do Japão entre os países do Eixo na Segunda Grande Guerra; *Nihonjin*, de Oscar Fussato Nakasato (2010), um romance que conta a história do desiludido imigrante Hideo Inabata, um súdito do Imperador que, como tantos outros, veio para fazer fortuna rápida no Brasil e cumprir a sua missão, retornando ao seu país de origem com os recursos acumulados, mas que encontrou imensas dificuldades de adaptação, além de conflitos com seus filhos; *Os livros de sayuri*, de Lucia Hiratsuka (2008), escritora e ilustradora de literatura infantil que narra a difícil realidade, os sonhos e os medos da pequenina Sayuri, filha de imigrantes japoneses, ansiosa por aprender a ler e escrever em uma época marcada pelas perseguições da era Vargas, caracterizada pela proibição, dentre outras, de escolas japonesas e de livros em japonês; *Contos do sol nascente*, de André Kondo (2011), composto de 15 contos, dos quais mais da metade deles alvos de prêmios variados pelo seu elevado valor literário. Impressiona o leitor a sutileza da linguagem empregada pelo autor nesses contos que refletem a alma do país da cerejeiras, tornando a leitura suave e bastante agradável. Merece citação, também, *Retratos japoneses no Brasil – literatura mestiça* (2010), uma coletânea de crônicas e contos com a participação de dez autores sob a coordenação de Marília Kubota. O apresentador dessa obra, Nelson de Oliveira, resume o seu conteúdo com as seguintes palavras: “... é a diferença estrutural entre o Japão e o Brasil, dois planetas completamente diferentes, seus conflitos e sua beleza poética, que os dez prosadores reunidos narram como matéria-prima para suas histórias.”

Certamente, além das obras exemplificativamente retrocitadas várias outras de elevado valor surgirão, pois a presença do nikkei na área literária já está definitivamente consolidada.

2.4.11.1 Livros de poemas – haicais

Kiyoshi Harada e Massami Uyeda

Merece registro neste tópico a modalidade literária denominada Haikai que é uma composição poética originária do Japão. Em termos de temática, o haikai busca expressar a relação existente entre a natureza e o ser humano.

Do ponto de vista filosófico o haikai tem seu fundamento no princípio budista segundo o qual tudo no mundo é passageiro competindo ao ser humano reconhecer-se como passível de mudanças contínuas como a natureza e as quatro estações do ano.

No século XVII o poeta japonês, Matsuo Bashô (1644-1694) notabilizou-se como um grande mestre de haikai sendo certo que a sua poesia permanece até hoje como fonte de inspiração.

No Brasil esse estilo de poema continua sendo produzido com muita consistência, como se verifica do texto de Massami Uyeda, um haicaista, a seguir transcrito:

“Haikai-Poética Minimalista

E por falar em “haikai”...

É raro encontrar quem, em algum momento de sua vida, não tenha incursionado nos domínios de Par-

naso, que na mitologia grega situava-se no centro da Grécia, numa montanha consagrada a Apollo e às Musas, onde a Poesia reinava absoluta.

O desejo do ser humano de expressar seu senso estético é inato e o Belo, como essência do Espírito, expressa-se sob diversas formas, tais como Música, Dança, Poesia, Pintura, Escultura, Letras, Oratória, Teatro, Opera, Cinema.

O “*haikai*” é uma manifestação poética que se caracteriza por ser minimalista. Por poder expressar um sentimento estético com um mínimo de palavras, utilizando-se, mais, do poder da imaginação.

Na etimologia do vocábulo “*haikai*” tem-se a junção de “*hai*”, gracejo, com “*cai*”, harmonia, completando a acepção de um poema gracioso.

Sua origem data do século XVI, no Japão, e pode-se dizer, a partir de então, espalhou-se pelo mundo.

No Brasil, como anota Fábio Roberto Ferreira Barreto (Mestre em Estudos Comparados de Literatura de Língua Portuguesa – USP – in Brasil *Nikkei Bungaku*, nº 67, pag.70): “*O haikai desembarcou em nosso país antes de seus criadores. Quando o Kasato Maru aportou em Santos, em 1908, com 781 imigrantes japoneses, o marco da chegada dos nipônicos ao Brasil, o haikai já era comentado em nosso país. Monteiro Lobato escreveu o artigo “A poesia japonesa”, em Jornal de Pindamonhangaba, em 1906*”.

Tradicionalmente, o “*haikai*” é composto por um terceto, por três versos, formando 17 sílabas poéticas:

- o primeiro verso apresenta 5 sílabas
- o segundo, 7 sílabas poéticas
- o terceiro, para concluir, 5 sílabas.

Esta é a estrutura tradicional do “*haikai*”.

Na atualidade, foi se modificando e há autores que não seguem este padrão de sílabas, com uma forma livre, com dois versos mais curtos e um mais longo.

Os *haicais* são poemas objetivos, com uma linguagem simples.

Contudo, embora simples, apresentam um conteúdo denso, permitindo ao leitor a formulação de um quadro mental contemplativo.

Os temas são banais. Referem-se à natureza, às estações do ano, a fatos triviais do cotidiano, possibilitando muita reflexão.

Bashô (1644/1694) considerado um dos precursores do “*haikai*” tem o seu haikai: “*Furu ikeya kawazu tobikomu mizuno oto*”, como um dos mais conhecidos e que recebeu de Paulo Leminski uma observação interessante ao traduzi-lo “no velho tanque, pequena rã – *saltitomba* (salta e tomba) – rumor d’água”

A imagem que se faz: “*em um velho tanque* – imagem estática, antiga - parada no tempo > *pequena rã* – expressão de vida e minúscula – contraste temporal e dimensional; *salta* – impulso ativo e *cai* – impulso negativo – *barulho n’água* – dinâmica e estática – ruído quebrando o silêncio da placidez do velho tanque para voltar ao silêncio. E, após este movimento dinâmico, o silêncio e a placidez do

velho tanque que retorna em sua plenitude estática.

Pode-se dizer, no poema de Bashô, a dualidade da vida está manifestada. Pode-se até mesmo avançar na hermenêutica do poema, não será a trajetória de nossa própria existência que ali se retratou? Do nada viemos e para o nada voltamos?

Leminski também observa que o verbo “*tobikomu*” significa saltar e cair e assim traduz por “*saltitomb*”, de tal forma que o haikai de Bashô, na tradução dele, assim ficou: “*no velho tanque, pequena rã, saltitomba, som na água, tchibum!*”

No Brasil, há muitos cultores do “*haikai*”.

Nomes consagrados como o de Guilherme de Almeida; Afrânio Peixoto; Fanny Luiza Dupré; Millor Fernandes; Jorge Fonseca Jr; Paulo Leminski; Olga Savary dedicaram-se ao “*haikai*”

À título de ilustração, transcrevemos:

I. O Pensamento

“O ar. A folha. A fuga.
No lago. Um círculo vago.
No rosto, uma ruga”
(Guilherme de Almeida)

II. Hipótese

“E se Deus é canhoto
E criou com a mão esquerda?
Isso explica, talvez, as coisas deste mundo.
(Carlos Drummond de Andrade)

III. Sem Título

“Pra que cara feia?
Na vida
Ninguém paga meia”.
(Paulo Leminski)

Na Comunidade Nipo-Brasileira, a Associação Cultural e Literária Nikkei Bungaku do Brasil, sediada em São Paulo, congrega muitos “*haicaisistas*,” digamos assim, não só descendentes de japoneses, mas de descendentes de outras etnias. E há concursos mensais para a apresentação de “*haicais*”. Dá-se um tema e sobre o mesmo, apresentam-se as produções poéticas.

Em nossas elocubrações tentei buscar o “*ethos*”, a origem de ser do “*haikai*”. E, em nossa modesta opinião, sua origem está relacionada ao meio-ambiente em que se desenvolve e vive o povo japonês. Vivendo em ilha, a visão cultural é insular, restrita, diferentemente do Brasil que é continental e o seu horizonte é amplo e ilimitado.

Em território sujeito a severos cataclismas naturais, com verões sufocantes (a transmissão da Olimpíada

de Tokyo 2020, assim o demonstrou) em consequência das monções e seus incessantes tufões (mais de quarenta por temporada) ao rigor das nevascas do inverno; à convivência com tremores diários de terra, quando não de terremotos e de tsunamis; com uma área territorial agriculturável e habitável restrita, com elevada densidade populacional, o resultado desta soma de fatores, em termos de convivência social, apontam para a necessidade absoluta da adoção da cultura do comedimento.

Comedimento no trato social, representado pela necessidade de se observar o silêncio como regra de bom viver e no respeito ao espaço do outro.

E esta forma de manifestação cultural pode-se ver não só nesta minimalista forma poética, quando se tem de dizer pouco para se expressar muito, mas encontra-se, também, no teatro, cuja expressividade se vê no teatro *NOH*, no qual a troca de máscaras, sem o uso de palavras e por meio de posturas estáticas busca transmitir um turbilhão de emoções e sentimentos.

Vemos esta manifestação na “*Cerimônia do Chá*”, cujo ritual, realizado no espaço exíguo de uma esteira, reservado ao convidado e no espaço da metade uma esteira, para o anfitrião, a qual costuma durar 2 horas para o preparo e finalização, com a liturgia que o caracteriza, sendo a infusão propriamente simbólica, mas com a qual busca-se antes a satisfação do encontro pessoal que a satisfação de se sorver a chávena. A contemplação silenciosa traduz a expressividade e a expectativa do encontro, que é acordado com muita antecedência.

Também se encontra esta manifestação de satisfação espiritual no manuseio do “Bonsai”, que é a arte de tornar miniaturas árvores frondosas, como pinheiros, ameixeiras, cerejeiras, árvores frutíferas. Assim, o senso estético do jardineiro busca recriar um imaginário Jardim do Eden.

E é, ainda, este senso estético que se encontra nas criações do “*Ikebana*”, a arte e a poética dos arranjos florais em composições que utilizam pedras, metais, galhos secos e retorcidos, nos quais procura-se penenizar a fugaz existência das flores.

Ousa-se dizer que a satisfação estética é metafísica...

(Keats bem registrou esta emoção ao assinalar “*a thing of beauty is a joy for ever*”).

Na repertório histórico da literatura chinesa há uma lenda sobre a origem do talento de compor-se um poema no tempo correspondente à caminhada de sete passos: “Cao Zhi era muito amado por seu pai e isto era motivo de muito ciúme para Cao Pi, seu irmão. Após a morte de seu pai, Cao Pi tornou-se Imperador e procurava por todos os meios prejudicar seu irmão Cao Zhi. Um dia Cao Pi ameaçou de morte a Cao Zhi se ele não conseguisse compor um poema durante o tempo equivalente a sete passos. Cao Zhi enfrentou o desafio e seu êxito deu-lhe grande notoriedade como poeta”.

Não estaria nesta lenda a origem do “*haikai*”?

Da Revista da Associação Cultural e Literária Nikkei Bungaku, no. 65, Julho/Novembro 2020, transcrevemos alguns “*haicais*”:

“*Estrela cadente-
Em minha terra natal
Quem a terá visto?*”

Alexandre Pasqual – São José dos Campos
Professor de Engenharia e aprendiz de *haikai*

*“Céu azul profundo-
Apenas algumas aves
Ao longe esvoaçam”*

Carlos Alberto Bittar Filho – São Paulo
Procurador de Estado

*“Silêncio na rua-
Só, sentado na varanda,
Contemplo o luar”*

Antônio Seixas – Magé – RJ
Advogado e Historiador

*“Passa a correnteza
O reflexo da libélula
O rio não leva”*

Alvaro Posselt -Curitiba – PR
Poeta curitibano. Tem nove livros publicados, todos de *haikai*.

Alguns de seus poemas ficaram conhecidos na cidade por estarem em murais, embalagens de sorvete e pão, copinhos de café, canecas. Divulga voluntariamente o *haikai* através de oficinas em escolas públicas.

Transformou sua casa em espaço cultural, a Casa Posselt, onde recebe escolas para oficinas de *haikai*.

É dele, ainda, este “*haikai*” onde se nota a influência onomatopaica de Bashô:

*“Na encosta do muro
O abacateiro estremece –
Um ploct no chão”*

*“Vetusta paineira-
Espinhos mil, flores raras!
O tempo esvaece...”*

Irene Fuke – São Paulo – SP
Professora aposentada – Licenciada em Letras (USP)

*“Aurora na praia-
Cortina balança ao sopro
Do vento de outono”*

Maria Christina Chinen Robertson – Santos -SP
Cirurgiã-dentista

E, por fim, para comprovar nossa incursão neste campo tão reservado e sagrado, que é o dos sonhos e imaginação, o domínio e o reino da POESIA, eis o corpo de delito de nossa ação:

“O AMOR É PRANA
QUE DÁ VIDA A TUDO
VOCÊ É PRANA”*

(*PRANA = palavra de origem sânscrita e que significa “princípio da vida”; “energia vital”)

Massami Uyeda - Advogado
Mestre e Doutor em Direito (USP)
Ministro, aposentado, do STJ.

Contou-me o amigo Massami que para escolha das abordagens temáticas ele costuma fotografar o que existe na natureza para se inspirar e elaborar o haicai. Seguem alguns exemplos:



Título: Nuvens e sonhos
“Sonhos e nuvens
Tão perto e tão distantes
Se esvanecem...”



Título: Carpas
“Carpas no rio
Mensageiras de sorte
Todos anseiam!”



Título em inglês: Blossom cherry

“A blossom cherry
Spreads full happiness
And conveys beauty “



Título: Sonhos e nuvens

“Distantes nuvens
Flutuantes miríades
Sonhos, quimeras.”

Não poderíamos encerrar este subcapítulo sem mencionar o meu amigo e companheiro inseparável de jornadas de direito, o advogado, o professor, o jurista, o poeta e o humanista, Ives Grandra da Silva Martins, que publicou a grandiosa obra “Poesia Completa” em dois volumes, reunindo todos os seus livros de poemas publicados ao longo dos 65 anos.

A obra contém mais de mil poemas escritos desde o primeiro livro inaugural “Pelos caminhos do silêncio”, produzido em 1956, quando o autor tinha apenas 13 anos de idade até o último deles “A presença de Ruth ausente”, escrito em 2021, onde o poeta expressa seus sentimentos e a saudade daquela que sempre foi a sua musa inspiradora. A obra é prefaciada pelo príncipe dos poetas, Paulo Bonfim.

Nota-se dos sonetos a seguir transcritos que Ives Gandra adota um estilo diferente, fora da sequência cinco, sete e cinco sílabas em três versos:

Soneto de abertura:

Eu faço versos, eu não sei por quê,
Meu verso inculto é veio d'água suja,
Em vez de rio cristalino, cuja
nascente o gênio, apenas, é quem vê.

Se eu faço versos, são para você?
Talvez o canto de seu olhos ruja,
querendo o mar, num veio d'água suja,
E eu faço versos, eu nem sei por quê

Ruth

Se teu amor não existisse,
a vida pouco valeria.
Seria igual a noite e o dia,
se teu amor não existisse.

Se teu amor não existisse,
meu coração não viveria,
indiferente quedaria
se teu amor não existisse.
Se teu amor não existisse,
eu também não existiria.
Nada na vida restaria,
se teu amor não existisse.

Eu morreria, como disse,
Se teu amor não existisse.



O tempo passa

Querida, o tempo passa até que fica,
Assim aconteceu em nossa vida,
Memória do passado faz-se rica
Com o que menos dói tua partida.

Voltei a trabalhar e da família
Com carinho cuidar e com afinco,
Na casa, vou atrás de tua trilha,
Sem ser, como já foi, aquele brinco,

A falta que me fazes é brutal,
Mas escondo dos outros como posso,
Procurro ser em tudo natural,
Vivendo neste lar que foi tão nosso,
Consola-me pensar que Deus, um dia,
Nos unirá de novo, na alegria.

2.4.12 Nas outras áreas do conhecimento científico

A participação dos nikkeis não se resume às áreas sucintamente analisadas nos itens antecedentes. Ela se estende a outras, como sociologia, geografia, história, biologia, odontologia¹¹⁴ etc. É uma realidade inegável.

¹¹⁴ Em 21-11-1923, Yamato Kinjo, imigrante do navio Kasato Maru, tornou-se o primeiro dentista nikkei licenciado a formar-se pela Escola de Odontologia de Pindamonhangaba.

Demonstrando versatilidade do nikkei brasileiro, em 9 de julho de 2011, o Monsenhor Júlio Endi Akamine foi nomeado bispo auxiliar do cardeal Dom Odílio Pedro Scherer na Arquidiocese de São Paulo, tornando-se o primeiro bispo nipo-brasileiro do país.

As tensões geradas pela Segunda Grande Guerra



3. As tensões geradas pela Segunda Grande Guerra

Kiyoshi Harada

3.1 Introdução

Com o início da Segunda Grande Guerra, em setembro de 1939, a comunidade nikkei, então composta de imigrantes e seus filhos (isseis e nisseis), passou a viver um clima de tensão, muito embora o Brasil ainda não estivesse nela envolvido direta ou indiretamente. Até então, considerados “indesejáveis” por não se ajustarem à política brasileira de nacionalização, por serem um “povo inassimilável”, passam à condição de inimigos em potencial do Estado Nacional. Por isso, coube ao Exército e ao DEOPS (Delegacia de Ordem Política e Social) a tarefa de reprimir os súditos do Eixo.

Abandonando a neutralidade inicial, o governo brasileiro, em 11 de março de 1941, baixou um decreto sobre a indenização por atos de agressão, dispondo que os bens e direitos dos súditos, alemães, japoneses e italianos (pessoas físicas e jurídicas), respondem pelos prejuízos que para os bens e direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil, resultaram, ou resultarem, de atos de agressão praticada pela Alemanha, pelo Japão ou pela Itália. Daí o confisco que se seguiu atingindo bens pertencentes à comunidade nikkei.¹

Com o afundamento de cinco navios brasileiros, em agosto de 1942, o Brasil ingressou no conflito mundial ao lado dos Aliados em razão das pressões do povo e do governo norte-americano. Recrudescu a tensão existente.

3.2 As principais limitações

Limitações de toda ordem foram impostas aos súditos do Eixo, tais como: o deslocamento coativo das pessoas que se encontravam em áreas consideradas de segurança nacional;² o confisco de bens;³ a proibição do ensino e do uso da língua de origem; a proibição de rádios, jornais e revistas em japonês; o fechamento de escolas japonesas e do consulado japonês;⁴ as prisões indiscriminadas por suspeitas de espionagem. Os arquivos do DEOPS revelam prisões das mais arbitrárias, como, por exemplo, a do nissei José Takayama, em 11 de janeiro de 1944, pelo “crime” de ter-se expressado em público em língua japonesa.⁵

Em 6-6-1943 dois navios americanos e três navios brasileiros que haviam zarpado do Porto de Santos, transportando alimentos e material bélico, foram afundados por um submarino alemão. As autoridades brasileiras reagiram de imediato com a expulsão de japoneses e alemães da área litorânea, que tiveram

1 Desde a década de 90, esses bens vêm sendo devolvidos à comunidade nikkei.

2 No Estado de São Paulo, os moradores de Santos tiveram que sair de suas casas, repentinamente, levando apenas roupas do corpo. No Estado do Pará, os imigrantes japoneses foram confinados em Acará, hoje, Tomé-Açu, região em que se desenvolveram as culturas da pimenta-do-reino e da juta, que, até o final da década de 70, abasteciam todo o mercado nacional.

3 O Hospital Santa Cruz, situado em São Paulo, foi devolvido à comunidade nikkei na década de 90, e o imóvel sito na cidade de Santos, consistente em um casarão localizado à Rua Paraná, 129, onde funcionava uma escola japonesa, foi devolvido em 9 de dezembro de 2006, mediante outorga pela União da concessão real de uso gratuito, por tempo indeterminado.

4 Desde então os interesses do Japão passaram a ser representados pelo Consulado-Geral da Suécia.

5 TAKEUCHI, Márcia Yumi, ob. cit., p. 22.

que sair apenas com roupa do corpo. Inicialmente 150 japoneses foram transportados em trem de carga para a Casa do Imigrante em São Paulo. Pouco tempo depois eram 6.500 japoneses expulsos de Santos. Ficaram alojados no chão frio, sem agasalhos e sem comidas. Sabedor do fato, a Comissão Católica Japonesa de São Paulo, presidida pela dn^a Margarida Watanabe deu-lhes comidas e roupas, bem como, procedeu ao trabalho de realocação desses japoneses nas Fazendas do interior, conforme narrado no capítulo 18 desta obra, intitulada “Homenagem a Dona Margarida Watanabe”.

3.3 A formação de grupos antagônicos entre os compatriotas

Por impossibilidade de acesso às informações, após a guerra, duas correntes antagônicas se formaram, dividindo a comunidade nikkei: a dos partidários, que consideravam o Japão derrotado na guerra (os makegumi), e a dos que acreditavam que o Japão havia vencido a guerra (os katigumi). O grupo denominado Shindo Renmei, que já existia durante a guerra, ao final dela, intensificou-se com a atuação dos katigumi, envolvendo-se em lutas, perseguindo e assassinando os compatriotas que dele discordavam.



Foto do Casarão de Santos tirada por ocasião de sua devolução à comunidade Nikkei em 9-12-2006

3.4 A atuação dos membros da Shindo Renmei

Os líderes da organização secreta, Shindo Renmei, que pode ser traduzida por “o caminho dos súditos da liga do Imperador”, ordenaram o assassinato dos adeptos do “makegumi”.

Os assassinatos, que começaram em março de 1946, eram cometidos pelos integrantes da facção extremista da Shindo Renmei denominados tokkotais, ou seja, componentes do Esquadrão Suicida. Vítimas, dentre outros, o diretor da Cooperativa de Bastos, o ex-editor do Nippak Shinbum e o chefe da seção japonesa do Consulado-Geral da Suécia, que cuidava dos interesses do Japão no Brasil. Muitos tiveram suas casas destruídas. O meu amigo bastense, Isidoro Yamanaka, coautor desta obra coletiva, conta que seu pai fazia parte da organização de uma comissão pacificadora que procurava esclarecer os membros da comunidade de que o Japão perdera a Guerra. Na verdade, à época, não cabia o papel de pa-

cificador: ou a pessoa estava com os *katigumis*, ou a pessoa estava com os *makeguimis*; não havia meio termo. Quem não era vitorista era considerado integrante da ala dos *makegumi*. Assim, seu pai, na noite de 16 de julho de 1946, sofreu um atentado a tiros, sendo socorrido pelo médico Akira Noda. Soube-se, mais tarde, que o autor do atentado foi o professor de japonês, Satoru Yamamoto, o mesmo que havia assassinado o senhor Ikuta Mizobe, diretor da Cooperativa de Bastos. Na época, Isidoro contava com apenas 11 anos, mas tem guardado em sua memória os dias sombrios daquela época.

O interventor federal em São Paulo, José Carlos de Macedo Soares, em meados de julho de 1946, reuniu no Palácio Campos Elísios a polícia, os representantes das Forças Armadas, os diplomatas da delegação sueca e mais de 430 japoneses, adeptos do *katigumi*, inclusive os que estavam presos. Foi uma demonstração de aceitação da identidade nacional brasileira aos japoneses, pois até então só eram incluídos os de ascendência européia. Pediu o fim da violência, referindo-se aos japoneses que aqui residiam como “um tesouro” e “a parcela mais importante da população brasileira.”⁶

Tudo foi em vão, tendo em vista a firme determinação dos integrantes do *katigumi* de não aceitar a derrota do Japão, conforme foi consignado na ata da reunião que o interventor federal mandara lavrar. Além de não assinarem a referida ata, eles exigiram providências para cessar imediatamente a divulgação de “falsas notícias” sobre a rendição do Japão. O interventor, adotando um tom conciliador, determinou a supressão do termo “rendição incondicional” nos comunicados oficiais. Quanto à não divulgação de informações acerca da derrota do Japão deu a palavra ao Secretário de Segurança Pública, Pedro de Oliveira Ribeiro, que esclareceu, didaticamente, que o Brasil vivia em uma democracia, com liberdade de imprensa. Mesmo assim afirmou que o governo empenhar-se-ia no sentido de “apelar para os donos de jornais”.

Aquele gesto apaziguador demonstrado pelo interventor, na reunião palaciana, foi interpretado como sinal de vitória do Japão pelos membros da Shindo Renmei, que continuaram cometendo atos de violência.

Os movimentos dos *Kyokôs* (adeptos do *katigumi*) contra os *haisens* (adeptos do *makegumi*), que Fernando Morais viria traduzir como *corações sujos*, recrudesceram em vários pontos do território nacional.

O Município de Osvaldo Cruz,⁷ interior do Estado de São Paulo abrigava, na época, uma parte dos membros da Shindo Renmei. Alguns deles integravam a sua ala extremista, os denominados de tokkotais, pessoas determinadas a assassinar os líderes dos *haisens*. Havia na cidade dois expoentes da ala dos *makegumis*, os *haisens*, o farmacêutico Izuyo Suzuki e o engenheiro Yutaka Abe, este último o único japonês da região que possuía a autorização do governo para manter em sua residência um rádio, fato que lhe permitia ouvir as notícias acerca da final da Grande Guerra, privilégio negado aos demais membros da comunidade nikkei, que continuavam mergulhados na mais completa escuridão, sem notícias escritas ou faladas. Daí os boatos sem qualquer respaldo na realidade dos fatos.

Guardo, ainda, em minha memória as lembranças do idos de 1946, quando meu pai ao retornar de reuniões periódicas dos líderes dos *Kyokôs* nos contava, com grande entusiasmo, os planos para neutralizar a ação dos *haisens*, atingindo os seus dois líderes, os senhores Suzuki e Abe. Por conta dessas reuniões meu pai foi denunciado pelo senhor Suzuki e ao dirigir-se à cidade, certo dia, foi detido e preso por mais de uma semana. Lembro-me, ainda, que foi um amigo de meu pai quem nos deu a notícia de sua prisão, conduzindo de volta o cavalo que o havia transportado até a cidade.

⁶ Apud Jeffrey Lesser, ob. cit., p. 247.

⁷ Cidade vizinha de Bastos aonde passei a minha infância e parte da juventude.

Não fora a tristeza que se abateu sobre a nossa família, o episódio poderia ter sido cômico, pois o denunciante, o Sr. Suzuki, com o medo das represálias dos vitoristas, segundo fiquei sabendo, fez sucessivas gestões junto à autoridade policial para libertar logo meu pai, que felizmente foi solto sem ser indiciado em inquérito policial.

Pouco tempo após os dois líderes dos *haisens* sofreram atentados contra a vida. Na casa do Sr. Abe foi explodida uma bomba caseira⁸, e a casa do Sr. Suzuki, que costumava armazenar produtos químicos, foi incendiada.⁹ Ambos escaparam ilesos, mas a repercussão desse fato foi muito grande despertando sentimentos de raiva e de revolta dos brasileiros contra os japoneses. O movimento dos *Kyokôs* contra os *haisens* que inicialmente era interno à comunidade japonesa, a partir desses atentados acabou por extrapolar seus limites, passando a envolver os japoneses e os *gaijins*.¹⁰

Como resultado desses sentimentos de raiva e de revolta, em 31 de julho de 1946, eclodiu na cidade de Osvaldo Cruz, no interior do Estado de São Paulo um grave incidente que manchou a imagem da pacata sociedade local.

A causa imediata desse grave incidente foi o assassinato, no dia anterior, do motorista brasileiro, Pascoal de Oliveira, conhecido como Nego e que tinha muitos amigos na cidade. O assassinato foi cometido pelo motorista japonês de nome Kababe Massame no interior de um bar. Poucas horas antes o motorista japonês havia dado uma “fechada” no caminhão dirigido por Pascoal na estrada que liga Bastos a Osvaldo Cruz. Quando se encontraram no bar ambos discutiram e Kababe acabou desferindo no Nego um golpe mortal com um punhal. Isso aconteceu dias após os dois líderes dos *haisens* (senhores Suzuki e Abe) terem sofrido atentados contra as suas vidas. A animosidade entre brasileiros e japoneses cresceu consideravelmente. Na noite do velório de Nego vários brasileiros conseguiram descobrir o paradeiro de Kababe que, após ser submetido a sessões de pancadaria, foi resgatado pela polícia. No dia seguinte grupos de pessoas se reuniram no Bar do Ponto, de propriedade do japonês de nome Takeiko Massuda, que foi provocado por um brasileiro em função do assassinato do Nego, dando início à sessão de pancadaria. Apesar de faixa preta de judô (nono grau) Massuda foi dominado, laçado pelo pescoço e arrastado para a rua, após colocar fora de combate vários de seus agressores. Esse gesto gerou efeito dominó. Todo japonês encontrado na rua era laçado e arrastado. Por fim, seguiram-se as invasões indiscriminadas das residências dos japoneses que foram agredidos diante de esposas e filhos, laçados e arrastados pela principal via pública da cidade, a Av. Brasil que conta com uma extensão de dois quilômetros. O grande tumulto, que envolveu não apenas pessoas humildes, mas alguns componentes da elite social local, somente cessou horas depois com a intervenção das tropas da V Companhia do Exército sediada em Tupã, cidade próxima de Osvaldo Cruz. Tratou-se de uma grande mancha que ficou indelevelmente marcada na mente das pessoas que sofreram as humilhantes agressões, a exemplo das vítimas dos campos de concentração nos Estados Unidos da América que foram posteriormente indenizados pelos danos morais sofridos.

À época do tumulto retromencionado, a professora Getulina Farah, com auxílio de sua irmã, Habuba Farah, e de outra professora de nome Alice, abrigou e alimentou por dois dias cerca de 100 crianças descendentes de japoneses na unidade do grupo escolar da cidade, para que elas não presenciassem as eventuais agressões que viessem a ser perpetradas contra seus pais. O fato me foi relatado no final da década de 1980 por dona Habuba Farah, que foi a minha professora de Geografia no curso ginásial, na década de 1950. Hoje, Habuba Farah Riccetti é artista plástica de renome mundial tendo participado de inúmeras

⁸ O Sr. Abe cautelosamente revezava de quarto e estava em outro quando a bomba explodiu.

⁹ Consta que ele abriu caminho a bala escapando do incêndio criminoso.

¹⁰ Etimologicamente o termo *gaijin* significa estrangeiro, mas na linguagem cotidiana, utilizada pelos japoneses e seus descendentes, aquele termo significa qualquer pessoa que não tenha descendência japonesa.

exposições individuais e coletivas no Brasil e no exterior, inclusive no 3º Salão Bunkyo, Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa (1974 e 1975). Desde o nosso reencontro no final da década de 1980, venho mantendo com ela um relacionamento carinhoso e respeitoso. A título de registro histórico, inserimos essa narrativa no capítulo 3 da primeira edição desta obra coletiva, que foi lançada oficialmente no Hall Monumental da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em cerimônia presidida pelo Presidente daquela Casa Legislativa, deputado Vaz de Lima, no dia 15 de janeiro de 2008. O D.O.E do Poder Legislativo do Estado de São Paulo publicou no seu nº 113 (167), na edição do dia 4 de setembro de 2003, o acervo artístico de Habuba Riccetti com uma narrativa de Emanuel Von Lauenstein Massarami.

A Shindo Renmei durante sua atuação assassinou 23 pessoas e feriu dezenas de outras. A polícia paulista prendeu mais de 30.000 imigrantes suspeitos de ligação com essa organização secreta, resultando em 1.423 denúncias formuladas pelo Ministério Público, das quais apenas 381 foram aceitas pela Justiça. No final de 1946, o Presidente Eurico Gaspar Dutra baixava o decreto de expulsão de 80 imigrantes, acusados de serem os mandantes ou executores dos crimes da Shindo Renmei. O decreto não chegou a ser cumprido por força de recursos judiciais. E em 1956 o Presidente Juscelino Kubitschek comutou as penas, colocando todos em liberdade.

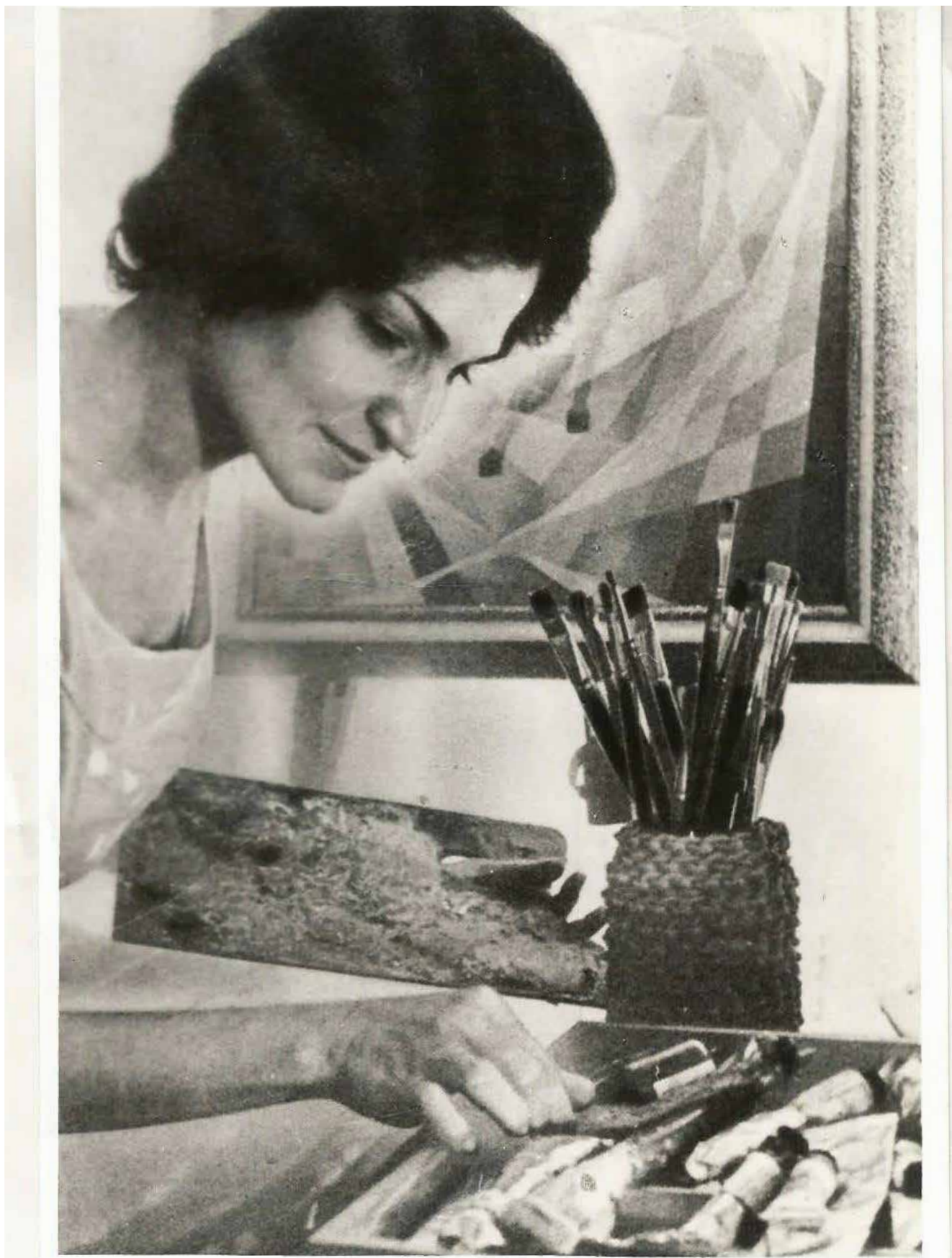
A expansão dessa organização secreta, no meu entender, sem entrar no exame do mérito de sua atuação, tem suas raízes na falta de informação decorrente da interdição pelo governo brasileiro dos meios de comunicação (jornais, revistas e rádios) à comunidade nikkei. Tanto é assim que o governo paulista, em busca de um elo de comunicação com a “colônia japonesa”, resolveu autorizar a reabertura de jornais, que haviam sido fechados durante a guerra. Outrossim, por intermédio do Consulado Americano foi obtida a remessa de dezenas de milhares de exemplares de jornais editados em Tóquio e nas principais províncias de onde era originária a maioria dos imigrantes, contendo informações sobre o final da guerra e sobre a rendição incondicional do Japão. Integrantes do Exército e da Força Pública¹¹ se incumbiram de distribuir no interior do Estado pacotes de exemplares dos jornais Mainichi, Asahi Shimbun, Tokio Shimbun e Yoniuri Hoshi, além de latas de filmes contendo imagens das cidades japonesas devastadas pela guerra e da cerimônia de rendição.

A partir da segunda metade da década de 50, as tensões decorrentes da Segunda Guerra já eram páginas viradas da triste história vivenciada pelos nikkeis. Meu pai já havia reatado as relações de amizade com os senhores Suzuki e Abe.

Dúvida não há que aquelas tensões e angústias geradas pela Grande Guerra influenciaram negativamente no processo de evolução e integração da comunidade nikkei na sociedade brasileira. Tanto é assim que o fluxo migratório ficou interrompido, no período de 1942 a 1951. Daí a denominação “Japão novo”, atribuída a todo imigrante japonês que aqui aportou no período de 1952 a 1962.

Os movimentos da Shindo Renmei que persistiram de janeiro de 1946 até fevereiro de 1947, passados cerca de 67 anos, foram retratados no filme *Os Corações Sujos*, cujo diretor, Vicente Amorim, inspirou-se na obra que leva o mesmo nome, de autoria de Fernando Morais. O filme, que estreou em São Paulo, em agosto de 2012, fugiu do roteiro da obra de Fernando Morais, conferindo-lhe um cunho romântico, a exemplo de outros filmes do gênero, como *Titanic*, por exemplo.

11 Hoje, Polícia Militar.



Habuba Farah Riccetti à época lecionava no Ginásio Estadual de Osvaldo Cruz

B - D.O.E. Poder Legislativo, São Paulo, 113 (167), quinta-feira, 4 de setembro de 2003



ACERVO ARTÍSTICO

O realismo fantástico de Habuba Riccetti: atmosfera mágica de sonho e de luzes

IMAGEM: VON LAUDENSTEIN MASAARANI

Habuba Riccetti é "pintora de poesia" e, no nosso modesto entender, poesia na pintura significa uma soma de sensações, de atmosferas, do modo de ser e de sentir, tal a suscitar aquela impressão de distanciamento mas, ao mesmo tempo, de tão grande aproximação da sua própria realidade, das experiências da própria vida, de maneira a envolver quem observa suas obras.

Em sua obra, toma corpo e substância uma visão pictórica mais livre e aberta, na qual levitam com extrema finura as imagens da realidade da artista, que parecem absorvidas pelas vibrações e pelos reflexos da atmosfera, tanto nos aparecem transparentes e luminosas.

O céu, as borboletas, as águas, a terra se fundem gradativamente através de uma luz inalcançável, que se reflete na pintura com suavidades tonais cromáticas. Nessa atmosfera mágica de sonho e de luzes, de ritmos e de harmonias se inserem os temas enfocados. Habuba Riccetti consegue nos transportar, através de sua pintura, para um mundo diáfano de espontaneidade e serenidade.

O traço e a luz lhe permitem projetar as imagens sugeridas da realidade num espaço ideal, feito de magia e de fábula, onde a natureza encontra todo o fascínio que a civilização tecnológica lhe subtraiu. Através da síntese "traço como luz", a artista consegue aquela transparência que faz da pintura o espelho visual da música.

Na obra *Embater*, doada ao Acervo Artístico da Assembleia Legislativa, podemos verificar que sua pintura sofreu um gradual processo de maturação, paralelamente a uma longa evolução espiritual, passando de um realismo figurativo a um realismo mais livre, solto, rarefeito, aporta no atual realismo fantástico, que absorve também no próprio contexto elementos abstratos.



O ARTISTA

Habuba Farah Riccetti nasceu na cidade de Getulina, São Paulo, no ano de 1931. É professora primária e secundária de geografia. Recebeu diversas promoções e homenagens, entre elas a da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, e possui obras em várias coleções particulares e oficiais no Brasil e no exterior.

Participou de diversas exposições individuais e coletivas, destacando-se: Cidade Oswaldo Cruz (1951, 1953 e 1958); XII Salão Paulista de Arte Moderna; II Salão Cultural da Folha de S. Paulo e IV Salão Bosto Internacional de Pintura e Escultura de Monte Carlo (1963 e 1964); XIII e XIX Salão Paulista de Arte Moderna; II Salão de Arte Moderna, Brasília (1964 e 1965); III e IV Salão de Arte Contemporânea do Museu de Arte de São Paulo (1971 e 1972); IV e V Internacional de La Palme D'Or des Beaux-Arts, Monte Carlo, Mônaco (1972 e 1973); VI Salão de Arte Contemporânea de Santo André; Clube Atlético

Monte Líbano (1973); XXVIII e XXIX Grand Prix D'Arts Plastiques, Art Contemporain International, Lion, França; 3º Salão Bunkyo, Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa (1974 e 1975); VII Palma de D'Ouro de Monte Carlo; União Cultural Brasil-Estados Unidos, São Paulo; Galeria de Arte Inquadrature, Florença, Itália; Galeria de Arte Número, Veneza, Itália; Galeria de arte Flamma Vigo Número, Roma, Itália; I Salão de Artes Plásticas da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes (1975); II Salão de Belas-Artes de Amparo; IV Salão de Artes de Taubaté; I Salão de Artes Plásticas de Itu; 40º Salão Paulista de Belas-Artes (1976); "A Mulher nas Artes", Galeria de Arte XXI; I e II Salão de Belas-Artes de Rio Claro (1976 e 1977); I Salão de Artes de Poços de Caldas; Centenário de São Cássio do Sul (1977); XVII e XIX Internacional de Dibujo Joan Miró, Barcelona, Espanha; Salão de Cultura de La Caja de Ahorros de Navarra, Pamplona, Espanha (1978 e 1980); Clube do Artista e Amigos da

Arte da AIAP; Espaço Clube Sirio; Centro de Artes Shopping News (1979); I Bical Mundial dos Mestres das Artes, Paris, França (1980); VI Salão de Artes de Santos (1981); I Salão de Artes Plásticas do Museu Municipal de Getulina (1982); Comité Internacional Independente, Artes Plásticas, Kanagawa, Japão (1984); The Hanga, Museu Metropolitano de Artes, Tóquio, Japão (1985); IV Salão Internacional de Gráfica, Itália (1987); Bienal de Sapporo Internacional Print, Japão (1991); e Clube Atlético Monte Líbano (2002).



Reportagem sobre acervo artístico de Habuba Farah Riccetti publicada no DOE do Poder Legislativo do Estado de São Paulo

Posição dos nikkeis na sociedade brasileira

4. Posição dos nikkeis na sociedade brasileira

Kiyoshi Harada

4.1 Generalidades

Os imigrantes japoneses, mal remunerados e enfrentando todos os tipos de dificuldades devido às diferenças culturais com a sociedade local (língua incompreensível, alimentos de paladar estranho e preconceito racial), além das doenças tropicais que atingiram famílias inteiras, conseguiram, juntamente com seus descendentes, vencer muitos obstáculos e escrever no Brasil uma história invejável, comparável àquelas das imigrações europeias.

Hoje, os nikkeis representam mais de 0,76% da população brasileira, o que significa um contingente de quase 1.400.000 pessoas. Segundo dados divulgados pela Unicamp, a comunidade nikkei é composta de 8,9% de isseis, 36,6% de nisseis, 40,7% de sanseis, 6,5% de yonseis e 1,6% de gosseis, sendo que no Estado de São Paulo residem cerca de 900.000 pessoas.¹

Segundo os dados do IBGE de 2000, 28,9% dos integrantes da raça amarela, onde se insere o nikkei, concluíram o ensino superior, contra 10% dos brancos, 2,4% dos pardos, 2,2% dos índios e 2,1% dos negros. Outrossim, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH² – dos nikkeis é o maior entre as etnias pesquisadas, ou seja, é de 0,937, quase igual ao do Japão, que é de 0,938. Se considerada apenas a região sudeste, onde se localiza a maior parte da população nikkei, o IDH seria de 0,958, isto é, maior até do que apresenta a Noruega, 0,956, país que detém o melhor índice do mundo. Segundo relatório do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), divulgado em 9 de novembro de 2006,³ o IDH do Brasil é de 0,792, situando-se em 69º lugar no *ranking*.⁴ Segundo esse relatório, o IDH atual da Noruega, que continua em primeiro lugar pela sexta vez consecutiva, é de 0,965, e o do Japão é de 0,949. Dados publicados no site PT.wikipedia.org/wiki/Índice_de_Developmento_Humano (acesso em 4-9-2012) revelam a posição dos municípios brasileiros com o IDH mais desenvolvido, destacando-se dentre eles pela ordem decrescente os seguintes: São Caetano do Sul (SP – 0,919), Aguas de São Pedro (SP – 0,908), Niterói (RJ – 0,886), Florianópolis (SC – 0,875), Santos (SP – 0,871), Bento Gonçalves (RS – 0,870), Balneário Camboriú (SC – 0,867), Joaçaba (SC – 0,866) e Porto Alegre (RS – 0,865). São Paulo (SP) ostenta um índice de 0,841 situando-se em 68º lugar.

A situação socioeconômica do nikkei é, em geral, boa: possui elevado nível educacional e um poder aquisitivo bem superior ao da média nacional. Segundo dados do IPEA, “a presença de descendentes de orientais em São Paulo torna sua proporção de pobres menor do que no Rio de Janeiro. O índice de pobres no Rio de Janeiro é mais baixo do que em São Paulo, mas a entrada em cena dos nisseis, com um padrão de vida melhor do que a média, reverte esse indicador em favor dos paulistas. No Rio, a pobreza atinge 12,3% dos brancos e 24,8% dos negros (índices menores do que em São Paulo), mas sua média é superior (17,5%) devido à pequena presença de orientais”. A média paulista é de 16,1%.⁵

1 *Imigração japonesa*: um breve histórico. Disponível em: <www.dt.fee.unicamp.br/~Márcia/imigração.html>. Acesso em: 6-10-2006 (verifica-se que a soma dos percentuais não atinge 100%).

2 O IDH, cuja pontuação varia de 0 (zero) a 1 (um), é o resultado das combinações de quatro fatores: variação do PIB *per capita*, alfabetização de adultos, matrículas escolares e expectativa de vida.

3 O *Estado de S. Paulo*, de 10-11-2006, p. A22.

4 Segundo os dados divulgados em Copenhague pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud –, o Brasil passou a ocupar em 2011 a 84ª posição entre os 187 países avaliados, passando de 0,715 em 2010 para 0,718 em 2011.

5 OESP, 1º-6-2005.

Não são poucos os nikkeis que ocupam a parte superior da pirâmide social do Brasil. Essa posição, é preciso reafirmar, só foi conseguida com muita luta, travada ao longo de quase um século de história no país.

4.2 O perfil sociológico do nikkei

Uma pesquisa entre pessoas consideradas formadoras de opinião,⁶ realizada no Brasil em 1989 e repetida em 1999 nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília,⁷ revelou alguns dados surpreendentes.

O Japão é o sexto país mais conhecido pelos entrevistados, à frente, por exemplo, do Canadá, da China e da Rússia.

Dentre outros aspectos a pesquisa revelou:

- a) que o Japão é tido como um país tecnologicamente avançado (87%);
- b) o desejo dos entrevistados de conhecer o aspecto da cultura, das artes e da história do Japão (55%) e o modo de vida e o modo de pensar do povo japonês (45%);
- c) que é um povo trabalhador (65%), que trabalha em equipe (54%) e que é eficiente (48%).

Quanto aos nikkeis que vivem no Brasil, a opinião majoritária é de que eles se adaptaram à sociedade local (62% dos entrevistados). Já 91% consideram que a contribuição deles ao desenvolvimento da sociedade brasileira é alta ou razoável.

Dessa pesquisa, depreende-se que existe um sentimento positivo entre os integrantes da sociedade dominante para com os nikkeis. Eles são considerados em geral pessoas de bem, confiáveis, honestas, com grande capacidade para o trabalho.

Não é por outra razão que Jeffrey Lesser afirma em sua obra:

“A velha ideia de que os nikkeis são ‘japoneses’ (leia-se, honestos e trabalhadores), e, portanto, melhores ‘brasileiros’ que os ‘brasileiros não nikkeis [...], infiltrou-se na cultura popular por meio de uma propaganda comercial da empresa estatal de petróleo, na qual um nikkei sorridente e curvando-se em reverência vende combustível ‘brasileiro’ para um grupo de caipiras. A mensagem é pouco sutil: a gasolina brasileira é boa porque é ‘japonesa’, e os roceiros brasileiros precisam se ‘japanizar’ para se tornarem modernos e pararem de retardar o crescimento nacional.”⁸

A mensagem é clara: a imagem dos nikkeis é usada para afirmar que o produto nacional é de qualidade. Daí termos afirmado que a cultura japonesa, transmitida de geração em geração, está sendo assimilada pela cultura brasileira, incorporando-se como um dos fatores de formação da própria identidade nacional brasileira.

⁶ Empresários, professores, religiosos, jornalistas, políticos, servidores públicos e dirigentes de fundações.

⁷ Publicada no site <<http://communities.msn.com.br/ivakk7bapu6Ogq10sd7mb3j/benvindo.msnw>>. Acesso em: 30-1-06.

⁸ Ob. cit., p. 299.

4.3 O nikkei do futuro

A imagem positiva do nikkei, no geral, considerado trabalhador, honesto e confiável, possibilita a construção de um mecanismo de constante mobilização ascendente, com fundamento na tradição, abrindo um leque muito grande de oportunidades à escolha do interessado.

É o fenômeno da valorização e ascensão individual do nikkei, a propiciar a projeção da comunidade nikkei como um todo que, por sua vez, volta a influenciar a ascensão do nikkei como indivíduo.

À medida que valores positivos integram a cultura do nikkei, pode-se concluir que este tem assegurados todos os caminhos que conduzem aos mais diferentes setores da atividade humana, dependendo unicamente do esforço e da vontade de cada um para remover e suplantar os obstáculos naturais que surgirem ao longo da caminhada, em direção ao fim almejado.

Por isso, acreditamos que o nikkei só tende a progredir, aumentando cada vez mais sua participação no desenvolvimento e progresso deste país de dimensão continental e vocacionado a influenciar os destinos da humanidade.

O nikkei, hoje, está totalmente integrado à ampla sociedade brasileira multiétnica e multicultural como um de seus segmentos bem atuantes.

Na verdade, não mais existe a chamada comunidade nikkei como um grupo étnico com espaços localizados, como outrora acontecia. Ao contrário, atualmente ela está dispersa em todo o território nacional. Esse conceito de comunidade nikkei, portanto, é estático; sua evolução já se findou. Por isso, é mais adequado referir-se como comunidade nipo-brasileira que, contudo, mantém seus traços culturais diferenciados das pessoas de outras origens étnicas.

Todavia, alguns acontecimentos mais recentes dentro dessa comunidade nipo-brasileira nos preocupam porque podem significar, eventualmente, o início de um movimento de desintegração dessa respeitada comunidade definitivamente reconhecida como boa, produtiva, honesta e leal nos festejos comemorativos do Centenário da Imigração que contou com a simpatia de todo o povo brasileiro e apoio das autoridades das três esferas políticas.

Todos nós sabemos do antagonismo surgido há décadas entre os imigrantes do pós-guerra e os imigrantes antigos. Os imigrantes antigos foram todos eles direcionados às fazendas e enfrentaram todos os tipos de dificuldades e sofrimentos, porém, à dura pena conseguiram com o passar do tempo fazer com que seus filhos, principalmente, os mais novos, estudassem e galgassem posições de relevo na sociedade brasileira (nisseis e sanseis). Aos poucos conseguiram afastar a imagem de uma raça inassimilável de que falavam os intelectuais brasileiros. Os imigrantes do pós-guerra não tiveram que enfrentar as mesmas dificuldades e privações dos primeiros duramente perseguidos politicamente na era Vargas.⁹ Contudo, sofreram o desconforto de um País ocupado pelas tropas norte-americanas. Em sua maioria eram superiores aos primeiros imigrantes em termos de escolaridade, mesmo aqueles destinados ao setor agrícola. Muitos deles tinham curso superior, ou eram técnicos de ensino médio que foram direcionados para os parques industriais, que começaram a

⁹ Por isso, os antigos imigrantes julgavam que eles se beneficiaram “da cama feita.”

florescer no Brasil após a Grande Guerra. Cerca de 19,2% dos imigrantes do pós-guerra possuíam nível superior contra 2,8% dos imigrantes de antes da Guerra.¹⁰

Diante da diversidade de visão do seu País de origem de antes da Guerra e após a Guerra, era de se esperar o conflito cultural entre eles.

Os antigos imigrantes consideravam os novos imigrantes como “folgados,” “embandeirados,” “nariz empinado” etc., enquanto estes consideravam os primeiros como pessoas “rudes,” “atrasadas,” “caipiras” etc. O clima de desavenças era de tal ordem que as moças descendentes dos primeiros imigrantes se recusavam a casar com aqueles do pós-guerra. A solução foi arrumar noivas no Japão via fotografias.¹¹

Difícil dizer quem estava certo e quem estava errado. A guerra havia transformado a realidade socioeconômica do Japão. Daí os comportamentos sociais diferenciados, ainda que conservando os aspectos basilares da milenar cultura japonesa.

Porém, esse antagonismo reinante nas décadas de 60 e 70, quando era comum ouvir-se a expressão “Japão novo”, um termo pejorativo para denunciar a suposta postura de “nariz empinado” que ostentariam os imigrantes do pós-guerra, já havia sido superado. Aliás, desde a constituição da Comissão de Festejos Comemorativos do Cinquentenário da Imigração Japonesa no Brasil, em 1956, com vistas às comemorações no ano de 1958, já havia restabelecido um clima menos agressivo entre todos os membros da comunidade. Desses festejos comemorativos, resultou a construção do prédio do Bunkyo em 1964. É oportuno esclarecer que, desde então, as desavenças entre os partidários dos katigumi e dos makegumi haviam desaparecido por completo, como retratado anteriormente, mas restava, ainda, uma tênue diferença entre os imigrantes do pós-guerra e os antigos.

Desde a sua origem, essa entidade, hoje denominada Sociedade Brasileira da Cultura Japonesa e de Assistência Social, vinha sendo dirigida por um presidente indicado e nomeado de comum acordo pelos membros mais expressivos da comunidade nikkei. As eleições eram informais.

Com o advento do Código Civil de 2002, que impôs o sistema de eleição direta para as associações de qualquer espécie, o estatuto daquela entidade teve que ser reformulado e em 2005 experimentamos a primeira eleição direta bastante acirrada e ruidosa, conduzida pela comissão eleitoral por nós presidida. Três chapas disputaram as eleições: duas oposicionistas contra a chapa situacionista, tanto para os cargos diretivos do Conselho Deliberativo, como para os da Diretoria Executiva. Saiu vencedora, em segundo turno, a chapa situacionista, liderada pelo Prof. Kokei Uehara.

Posteriormente, com a alteração legislativa, o Bunkyo realizou nova reforma estatutária prevendo a eleição indireta dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo, reservando a eleição direta apenas para os cargos de conselheiros em número de 100, os quais elegem os dirigentes dos dois órgãos da entidade. Esse sistema de eleição indireta resultou de amplo debate entre os membros da Comissão de Reforma Estatutária por nós presidida e de intensa discussão no âmbito da audiência pública em que se revezaram nos discursos os partidários do voto direto e os do voto indireto. Esse último sistema foi acolhido por larga maioria dos presentes à audiência pública. Portanto, esse sistema que perdura até hoje, tem respaldo na legitimidade por representar a vontade da maioria do corpo associativo.

10 SUZUKI, Teiichi. *The japanese immigrant in Brasil*. Tokyo: Tokyo University Press, 1964, citada por Célia Sakurai. *Tensões dentro de um mesmo grupo: os japoneses do pós-guerra e os antigos imigrantes*, in www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos. Acesso em 28-1-13.

11 Houve casos em que os pretendentes enviavam fotos de seus amigos com aparência melhor para atrair as noivas que se sentiam enganadas, mas sem condições para retornar.

Desde a primeira e última eleição direta, a situação tem permanecido no poder, buscando a transição da direção da entidade para os nisseis e os sanseis, seguindo o fluxo natural da transmissão de valores culturais tradicionais para as gerações futuras.

Esse curso natural imprimido pelos atuais dirigentes do Bunkyo para que as gerações mais novas¹² ocupem seus lugares parece ter desagradado a alguns dos membros dos chamados imigrantes do pós-guerra que de uns tempos para cá têm demonstrado a pretensão de ocupar a direção da entidade. A primeira tentativa ocorreu em 2005, quando a chapa liderada por um deles perdeu a eleição direta no segundo turno, como retroesclarecido. Diga-se de passagem, foi uma tentativa válida, legítima e legal, apesar de inúmeros incidentes provocados, como os registrados nos vários comunicados expedidos pelo Presidente da Comissão Eleitoral.

Esses imigrantes do pós-guerra já externaram, por alguns de seus membros, o desejo de comemorar, neste ano de 2013, os sessenta anos de Imigração Japonesa no Brasil com o objetivo de deixar um marco histórico da retomada da imigração japonesa no Brasil.¹³

Esperamos que esse movimento que, em tese, é legítimo e compreensível não desbanque para um movimento separatista, abrindo uma fenda entre os antigos e os novos imigrantes e respectivos descendentes, retornando ao clima de desarmonia do passado, superado com os esforços das partes envolvidas. Se isso vier a acontecer, somente para efeito de argumentação, a imagem positiva da comunidade nipo-brasileira ostentada hoje e que levou décadas de árduas batalhas para apagar o estigma de raça inassimilável que se fecha “em copas”, rejeitando a convivência social com as demais pessoas que vivem nessa heterogênea sociedade brasileira, aberta e democrática, será duramente atingida. É de ser lembrado que, mesmo durante o período inicial da imigração pós-guerra, alguns intelectuais brasileiros continuaram atribuindo aos japoneses a pecha de raça inassimilável.

Eventual movimento separatista sequer deve ser cogitado, sob pena de comprometer a unidade da sociedade nipo-brasileira tão bem retratada por inúmeros historiadores e estudiosos, dentre os quais, Jeffrey Lesser, mencionado no item 4.2 desta obra. Se alguma divergência houver no campo das ideias é hora de sentar e conversar para dirimir as dúvidas e incertezas.

No que tange ao Bunkyo, posso assegurar que nenhum dirigente jamais pensou em barrar a participação de imigrantes de antes da Guerra ou do pós-guerra e seus descendentes. Todos querem, na verdade, preparar a transmissão dos cargos diretivos, paulatinamente, para os mais jovens a fim de que o Bunkyo se adapte aos modernos meios de gestão que a realidade atual está a exigir de uma entidade de porte. O que os dirigentes atuais não querem é que o Bunkyo seja visto como uma entidade monoliticamente fechada, incrustada no seio da sociedade brasileira, pois isso representaria um retrocesso e não o progresso por todos almejado.

A sociedade nipo-brasileira não deve jamais ser dissociada separando os antigos imigrantes dos novos imigrantes e seus respectivos descendentes, mas permanecer sempre unida em torno de um mesmo ideal maior que é o de servir à comunidade nipo-brasileira e à sociedade brasileira em geral para o desenvolvimento e o progresso do Brasil, que vem despontando como uma potência mundial.

12 Sem distinção entre os descendentes dos imigrantes de antes da Guerra e os dos imigrantes do pós-guerra.

13 A imigração japonesa do pós-guerra teve início em 1952, apesar de reconhecida oficialmente apenas em 1963 pelo Decreto Federal de nº 52.920, de 22-11-1963. Antes desse ano, muito imigrantes japoneses aqui aportaram mediante autorização especial do governo brasileiro, para o desenvolvimento de projetos agrícolas nos Estados de Mato Grosso e Amazonas.

4.4 Entidades nikkeis no futuro

Sobre esta questão, entrevistei várias personalidades que compõem a nossa elite social.¹⁴ Houve unanimidade no sentido de que as entidades nikkeis não sobreviverão no formato atual.

É que a chamada comunidade nikkei não tem um futuro. Melhor explicando, o conceito de “futuro da comunidade” não é mais um conceito em evolução, mas um conceito estático e exaurido, por conta da incorporação definitiva dessa comunidade à ampla sociedade brasileira como um de seus segmentos atuantes e significativos, ao lado do segmento da comunidade portuguesa, da comunidade italiana, da comunidade alemã, da comunidade negra etc. Takao Miyague, ao responder a pergunta sobre o futuro da comunidade, foi enfático em sua entrevista, quando afirmou “o termo ‘comunidade nikkei’ já não expressa a realidade atual”.¹⁵

Os fantásticos festejos comemorativos do Centenário da Imigração Japonesa, em 2008, com envolvimento da nação brasileira como um todo em que as instituições públicas e privadas de norte a sul, de leste a oeste se uniram para abrilhantar o evento, são provas incontestes dessa integração. Se alguns aspectos da cultura japonesa não eram do conhecimento de todos, aqueles festejos comemorativos propiciaram maior visibilidade a todos e, por conseguinte, cimentaram os traços dessa integração de forma irreversível. Assim, apenas a sociedade brasileira tem perspectivas de evolução no futuro e com ela todos os segmentos sociais que a compõem. O que pode acontecer é o segmento nikkei influir na formatação da identidade nacional da sociedade brasileira, multirracial e multicultural. Um exemplo simplório é o Rei Pelé, que nada mais tem em termos de evolução profissional, mas continua atraindo e despertando a atenção de outros jovens jogadores pelo simbolismo que representa.

A própria biotipologia do nikkei atual, já na sexta geração, com crescente índice de miscigenação, se encarregará de eliminar as suas características somáticas.

Escrevendo nos anos de 2007, eu indagava: “Chegamos ao final do processo de integração? Haverá uma outra etapa de integração? Como serão os nikkeis do futuro? Continuariam, ainda, apresentando diferenças somáticas, considerando que, na terceira e quarta gerações, as miscigenações ultrapassam os 60%, situando-se a média geral em torno de 50%? Seria desejável a mudança da situação em que eles próprios dão margem às sutis distinções?”¹⁶ Os tempos passaram e as perguntas já estão em parte ultrapassadas pela realidade dos fatos. A dúvida sobre a “etapa de integração” já está superada, como defasada já está a preciosa obra de arte de Tomie Ohtake esculpida na Av. 23 de maio, simbolizando as três gerações.

A comunidade nikkei como um núcleo étnico, com espaço próprio, findou-se. O que sobreviverá daqui para frente é a comunidade nikkei pelo seu aspecto cultural, que já faz parte indissociável da heterogênea sociedade brasileira. Nesse sentido, é convergente a opinião abalizada de Massami Uyeda na abordagem do tema: “Conquanto fisionomicamente possam alguns descendentes dos imigrantes, notadamente os ‘mestiços’, em razão da miscigenação racial, não conservar traços orientais, nem por isso se há de conceber que se distanciaram da cultura oriental, pois a força da herança cultural atávica se faz presente, ainda que de forma imperceptível no cotidiano”.¹⁷ À composição dessa nova comunidade nikkei, co-

14 *O nikkei no Brasil*, obra coletiva sob nossa coordenação. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009, cap.15-20, p.539-561. Como explicado no prefácio desta edição, aquelas entrevistas foram substituídas por outras.

15 *O nikkei ...* ob. cit., p. 495.

16 Cf. *O nikkei no Brasil*, obra coletiva sob nossa coordenação, 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009, p.51.

17 *O nikkei... ob. cit.* p. 424.

munidade nipo-brasileira seria a expressão mais adequada, pois significa incorporação de todos aqueles que têm afinidade com a cultura japonesa, independente de sua origem étnica. É importante ter essa visão realística para adaptar-se aos novos tempos. Não há como retroceder em via de mão única, apesar do conservadorismo arraigado de alguns bem intencionados.

Dessa forma, preservado o núcleo da cultura japonesa, alguns de seus aspectos devem sofrer flexibilizações, sob pena de perecimento. Eu próprio, aos 72 anos de idade, mudei alguns conceitos e valores. Para dar um exemplo radical, senão grotesco, eu não mais continuo pensando que pessoas que violam gravemente os deveres da conduta social devem cometer imediatamente o “seppuku,” porque isso, na realidade da sociedade atual, acabaria por separar o Estado da Nação. E aprendi nos bancos acadêmicos que a existência de um Estado pressupõe a coexistência de um território e de um povo. Mas continuo respeitando o exemplo da decisão de alguns políticos do distante país das cerejeiras que, uma vez flagrados em desvios de conduta político-social, se matam pela vergonha de seu ato¹⁸, ou pelo medo do peso da justiça implacável que sobre eles se abaterá.

Com o fim da comunidade nikkei em evolução, como núcleo étnico destacado da sociedade brasileira, mas integrado pelo seu aspecto cultural, obviamente, o quadro associativo não pode ser o mesmo de outrora, quando centenas de entidades denominadas associações esportivas e culturais nasceram, floresceram e morreram, em sua maioria, no final da década de 70, mais ou menos. Da mesma forma, os jornais escritos apenas em língua japonesa, também desapareceram até antes das associações. O mesmo acontecerá com os jornais bilíngües, se medidas alternativas não forem tomadas, desde logo, em face da rápida transformação da realidade social de nossos dias, onde tudo acontece em tempo real.

Poucas associações nikkeis têm chances de sobrevivência em longo prazo, assim mesmo, desde que invistam na ampliação de seu quadro associativo necessariamente heterogêneo¹⁹, que é a célula *mater* de qualquer entidade.

Sedi Hirano, doutor em Sociologia, um de nossos entrevistados, fez as seguintes afirmações: “Nas ciências sociais, uma instituição nunca desaparece enquanto preencher uma função social. Ela se torna fundamental e, portanto, necessária para o funcionamento da sociedade. As instituições como órgãos da sociedade preenchem funções sociais integradoras e solidificam a solidariedade coletiva. Diante dessa premissa, as associações ou entidades de brasileiros nikkeis, para terem continuidade histórica e geracional, têm que ter uma finalidade social que traduza as aspirações e as necessidades dos membros que as compõem”.²⁰

Inegável, pois que suas palavras expressam um conceito em evolução em aparente contradição com a afirmativa anterior que fizemos no sentido de que a “comunidade nikkei” representa, atualmente, um conceito estático. A contradição é apenas aparente. Exatamente porque cessou a evolução da “comunidade nikkei” como agrupamento social localizado em determinado espaço, irreversivelmente integrado como um segmento da sociedade brasileira em evolução, as entidades nikkeis, para sobreviverem, devem atender às aspirações dessa sociedade em transformação constante. Daí a composição do quadro social heterogêneo em termos da origem étnica de que falamos.

18 Sentimento de vergonha pela prática de atos antissociais é um dos traços da cultura japonesa.

19 Há quem sonhe com uma associação composta só de japoneses autóctones ou por eles dirigida. Sonhar é um direito de todos, só que alguns dos sonhos estão tão distantes da realidade que jamais se concretizarão.

20 O nikkei... ob. cit. p. 554.

O Bunkyo é um raro exemplo de entidade nikkei com oportunidade de perdurar no decorrer do tempo tendo em vista o seu razoável quadro associativo e a sua tradicional missão reconhecida pelos governos e sociedades do Brasil e do Japão, qual seja, a de representar a comunidade nipo-brasileira e promover a preservação e divulgação da cultura japonesa no Brasil e da brasileira no Japão, à semelhança da Casa de Portugal, Circolo Italiano e Instituto Goethe, dentre outras instituições.

Quanto à primeira parte da missão, o Bunkyo vem dando respostas positivas apesar de, por razões que não nos cabe analisar, ter abandonado o seu tradicional curso de ensino da língua japonesa, sem dúvida alguma, um instrumento valioso na difusão da cultura japonesa, além de importante fonte regular de receitas.

No que diz respeito à missão recíproca, o alcance de bons resultados está na dependência da habilidade, competência e liderança dos dekassegus que estão no Japão, de um lado. De outro lado, depende de atuação do governo japonês, de seus órgãos ou agências em conceder “bolsas de estudos” não no estilo tradicional em que os bolsistas iam mais para aprender sobre o país e seus ancestrais, sem nada transmitir ou pouca coisa transmitir acerca da cultura brasileira. A “nova bolsa” implica formulação de convites a profissionais altamente qualificados nas diferentes áreas de atuação. Posso afirmar, sem margens de erro, que a visita do Ministro Massami Uyeda, do Superior Tribunal de Justiça, a convite do governo japonês no ano de 2007, contribuiu positivamente na compreensão do comportamento do dekasguei brasileiro, até então, visto com muita reserva pela sociedade nipônica.²¹ Esse é um dos feitos do Ministro, que levou a Câmara dos Deputados a outorgar-lhe a Medalha de Mérito do Legislativo.

Mas, a sobrevivência em longo prazo das entidades nipo-brasileiras com um quadro social expandido e, por conseguinte, com o patrimônio igualmente acrescido, requer muita ação com visão antecipada dos fatos. Ação sem visão significa marchar sem sair do lugar, encurtando a vida da entidade. Visão sem ação, também, não conduz a lugar algum. O binômio ação e visão raramente se concentram em uma só pessoa.

Daí porque o fortalecimento do pilar administrativo da entidade, uma imposição da atualidade, exige uma diretoria executiva comprometida com as modernas técnicas de gestão, capaz de estudar e bem entender os empreendimentos humanos para alcançar os objetivos almejados. O que vem acontecendo na generalidade dos casos é que pessoas de reconhecida competência gestacional dispõem de poucas horas para se dedicar aos problemas das associações, empenhadas que estão nas suas respectivas profissões.

Como alternativa para suprir essa deficiência, o líder do colegiado de uma entidade associativa comparável à de uma empresa de porte médio em termos de estrutura material e pessoal, deve contar com assessoramento permanente de profissionais qualificados e remunerados em pelo menos duas áreas vitais: (a) a área da contabilidade para acompanhamento diário do fluxo de caixa, acompanhamento da execução do plano orçamentário previamente aprovado por órgão competente da entidade, com elaboração periódica de pareceres e relatórios, identificando as eventuais falhas e apontando as correções que devem ser feitas. Pressupõe um profissional com conhecimento contábil genérico e, também, específico para as entidades que compõem o terceiro setor, com razoável conhecimento da dinâmica legislação tributária, que complementa a área contábil. (b) a área da Secretaria Executiva para cuidar de toda a burocracia da entidade envolvendo seu relacionamento com terceiros, principalmente, os órgãos públicos competentes relacionados com a missão institucional da entidade, de um lado. De outra parte, cabe a ele orientar a formação de uma burocracia estável, competente, produtiva e principalmente

21 Na sociedade brasileira, um motorista que atropela e mata uma criança se for visitar a família da vítima para apresentar escusas corre sério risco em sua integridade física, a não ser que conte com a proteção policial.

motivada, composta de um quadro preferencialmente enxuto de funcionários qualificados, capazes de lidar com os modernos instrumentos tecnológicos, que não cessam de evoluir com velocidade espantosa a cada dia que passa. E essas duas áreas devem interagir permanentemente, sem prejuízo de seu relacionamento com outros setores da entidade.

É a minha visão acerca do futuro das entidades associativas nikkeis. Quem não se atualizar na gestão administrativa certamente sucumbirá. É uma simples questão de tempo, a curto ou a médio prazos, conforme o tamanho da entidade.²²

Referências Bibliográficas

Anais da III Convenção Panamericana Nikkei. **O nikkei e sua americanidade**. Organização Maçahiko Tisaka. São Paulo: Masao Ohno Editor, 1986.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. **Estrutura familiar e mobilidade social**: estudos sobre os japoneses no estado de São Paulo 2ª ed., trilingue. Organização Masato Ninomiya. São Paulo: Kaleidos-Primus Consultoria e Comunicação Integrada, 1998.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**. Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. Tradução de Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Unesp, 2000.

LOUREIRO, Cecília França. **Nipo-brasileiros**. Da luta nos primeiros anos à assimilação local, **Vida e Arte dos Japoneses no Brasil**. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand e Banco América do Sul, 1988.

MIYAZAWA, Júlio. **Yawara!** A travessia Nihondin-Brasil. São Paulo: Edição do Autor, 2006.

MORAIS, Fernando. **Corações sujos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. **Imigração japonesa na história contemporânea do Brasil**. São Paulo: Masao Ohno Editor, 1984.

SAKURAI, Célia. **Romanceiro da imigração japonesa**. São Paulo: Sumaré, 1993.

_____. **Tensões dentro de um mesmo grupo: os japoneses do pós-guerra e os antigos imigrantes**. www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos. Acesso em 28-1-2013.

TAKEUCHI, Márcia Yumi. **O perigo amarelo em tempos de guerra (1935-1945)**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

22 As entidades menores desaparecerão gradativamente pela dispersão ou desaparecimento do seu quadro social, como já aconteceu com várias delas.

A influência do nikkei na agricultura

5

5. A influência do nikkei na agricultura



Isidoro Yamanaka

Engenheiro agrônomo pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiróz” da Universidade de São Paulo. Especialização em Administração e Planejamento Florestal – Agência Florestal do Ministério da Agricultura, Floresta e Pesca do Japão. Foi assessor especial do Ministério da Fazenda durante quatro gestões e do Ministério da Agricultura durante sete gestões.

5.1 Histórico e significado da imigração japonesa no Brasil em relação à agricultura

O Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, Roberto Rodrigues,¹ em seus pronunciamentos oficiais ao ensejo de sua participação na comitiva presidencial ao Japão (em maio de 2005) e nas comemorações do cinquentenário da imigração dos Cotia Seinens² (em setembro de 2005), destacou a importância de comemorar o Centenário da Imigração Japonesa no Brasil em 2008, e resumiu sucintamente, mas com profunda propriedade, a história da contribuição da imigração japonesa para o desenvolvimento da agricultura brasileira, dividindo-a em cinco diferentes fases a seguir expostas.

5.1.1 Imigração japonesa nos idos de 1908

Antes de iniciar-se a imigração de japoneses para o Brasil em larga escala, há de se recordar que os primeiros quatro japoneses, tripulantes sobreviventes do Wakamiya-Marú, a pisarem em solo brasileiro, no porto de Florianópolis, em 1803, aqui ficaram durante 46 dias e, ao regressarem ao Japão, relataram a sua aventura para Ohtsuki Gentaku, que documentou a passagem deles por Santa Catarina, fazendo menção ao seu povo e aos produtos agrícolas da época.³

Em março de 1902, o governo da Itália proibiu a emigração contratada (imigração subsidiada pelo Governo do Estado de São Paulo). Autoridades do Estado brasileiro iniciaram os primeiros entendimentos com o Japão, visando à introdução de imigrantes japoneses no Brasil.

1 RODRIGUES, Roberto. Pronunciamento oficial no Japão, como Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, quando da visita presidencial em maio de 2006.

2 RODRIGUES, Roberto. Mensagem por ocasião do Cinquentenário da Imigração dos Cotia-Seinens. São Paulo, setembro de 2006.

3 Uma epopeia moderna: 80 anos de imigração japonesa no Brasil, 1992, p. 59.

O ministro da legação japonesa no Brasil, na época sediada em Petrópolis, elaborou relatórios substantivos sobre as possibilidades da imigração japonesa para os Estados de São Paulo e Minas Gerais, que foram amplamente divulgados pelo ministério japonês nesse país. Isso fez despertar o interesse do Sr. Ryu Mizuno em conhecer o Brasil e tentar entendimentos para a vinda de conterrâneos para a lavoura brasileira. Ele acreditava na teoria da necessidade de expansão externa do Japão e que o seu desenvolvimento só seria possível com a presença do japonês em diversas partes do mundo.⁴

O Sr. Ryu Mizuno visitou o Brasil pela primeira vez em 1906. Desembarcou no porto de Callao, no Peru, transitou de navio para Valparaíso, no Chile, transpôs a cordilheira dos Andes em lombo de muares, chegou a Buenos Aires de trem e finalmente de navio ao Rio de Janeiro, levando exatamente 56 dias de viagem.⁵

A sua segunda vinda ao Brasil ocorreu em 1907, pois, em 30 de janeiro desse ano, haviam sido promulgadas as novas leis de imigração e de colonização, de âmbito estadual, o que permitiu fazer um acordo, aliás o primeiro, com o então secretário da Agricultura de São Paulo, Sr. Carlos Botelho. Argumentou: “...não visa a colonização japonesa propriamente dita, mas sim o ensaio de um braço para lavoura cafeeira, em vista dos embaraços que oferecem as nações da Europa para a partida de emigrantes”.⁶

Pelo contrato firmado em 6 de novembro de 1907 com o governo de São Paulo, e depois com o do Rio de Janeiro, foi dada a permissão para entrada no país, durante três anos, de 1.000 imigrantes a cada ano, de famílias compostas com no mínimo três trabalhadores, com idades entre 12 e 45 anos, independentemente de sexo, para trabalhar nas fazendas de café.

A despesa com que cada família de imigrantes teria que arcar seria de 500 ienes, dos quais 100 ienes correspondiam às despesas de viagem de Kobe a Santos, subsidiadas pelo governo de São Paulo, estabelecidas em dez libras (159\$170 réis) por adulto, cinco libras por criança entre 7 e 12 anos e duas libras e dez shillings por aquelas de três a sete anos. Os menores de 3 anos seriam transportados gratuitamente. Os fazendeiros que recebessem imigrantes reembolsariam o governo com as quantias de quatro, duas e uma libra, respectivamente, permitindo-se-lhes descontar tais quantias dos salários dos imigrantes.⁷

Nessa mesma época, com o estreitamento das relações bilaterais, o governo de São Paulo visava, como contrapartida à introdução de imigrantes japoneses, iniciar a colocação de café no mercado japonês, e apoiou a proposta de fazendeiros paulistas juntamente com o Sr. Ryu Mizuno para uma campanha de propaganda de café no Japão. Aliás, o próprio Sr. Mizuno, em sociedade com um amigo, abriu uma loja em Tóquio, denominada Café Paulista,⁸ até hoje existente em Guinza,⁹ administrada pelo neto do Sr. Shikei Hasegawa, então sócio do Sr. Mizuno, segundo depoimento do seu pai ao autor deste, na própria loja, em 2006, onde se comercializam outras marcas de café, procedentes do Brasil, e se distribui um pequeno prospecto sobre o histórico de sua empresa.

Finalmente, no dia 18 de junho de 1908, chegou ao porto de Santos, depois de 53 dias de viagem, o navio Kasato-Maru, trazendo os 781 primeiros imigrantes japoneses para o Brasil, acompanhados pelo Sr. Ryu Mizuno.

4 REZENDE, Tereza Hatue de, *Ryu Mizuno: saga japonesa em terras brasileiras*, Curitiba, 1991, p. 13, 21.

5 Idem, *ibidem*, p. 44, 47.

6 LEÃO, Valdemar Carneiro, *A crise da imigração japonesa no Brasil (1930-1934)*, IPRI, 1990, p. 27.

7 NOGUEIRA, Arlinda Rocha, *Imigração japonesa na história contemporânea do Brasil*, 1984, p. 97.

8 REZENDE, Tereza Hatue, *op. cit.*, p. 71.

9 Depoimento pessoal ao autor do Sr. Hasegawa.

Ele, depois de sucessivas viagens entre os dois países, resolveu, segundo o seu desejo, morar definitivamente e “enterrar seus ossos” no Brasil, em 1950; morreu em 14 de agosto de 1951, aos 92 anos de idade, descansando em seu jazigo no cemitério São Paulo, em cuja lápide consta a sua biografia resumida – considerado o “pai” da imigração japonesa no Brasil – escrita pelo Sr. Hiroshi Yamana.¹⁰ A propósito, o Sr. Mizuno tornou-se vizinho do autor na Vila Sônia, onde morava sua esposa e seu filho primogênito, Sr. Shiniti Mizuno.

5.1.2 Loteamento e colonização de terras

Vencidos os primeiros contratos de trabalho, como empregados das fazendas de café, na maioria de um ano, os japoneses, com apoio de empresas de imigração e colonização e de fazendeiros, iniciaram o assentamento de famílias em núcleos coloniais, conforme uma das cláusulas do contrato de imigração, em lotes de 10 a 15 hectares, dependendo do número de membros de cada família.

Como se sabe, na época do começo da imigração japonesa, as fazendas que os recebiam eram propriedades de dezenas de milhares de hectares, como as fazendas Guatapará, Dumont, São Martinho.

Por iniciativa do Governo Federal, na colônia federal de Monções, localizada na estação Cerqueira César da estrada de ferro Sorocabana, em São Paulo, cinco famílias se tornaram os primeiros proprietários de terras entre os imigrantes japoneses, com área média de 10 alqueires (24,2 hectares), e se dedicaram ao plantio de algodão.¹¹

As empresas de imigração e colonização, em sua maioria de capital japonês, associadas a fazendeiros proprietários de grandes áreas, e ainda as empresas ferroviárias de capital estrangeiro, promoveram loteamentos para sitiantes, principalmente para imigrantes em geral, entre eles os japoneses, vendendo pequenos lotes de terras, arrendando, admitindo como empreiteiros de formação de café, e mesmo de meeiros. Havia na época interesse das três partes em conciliar a vocação climática e edáfica da cultura de café, o menor custo da construção de ferrovias nos espigões e rentabilidade de negócios imobiliários de loteamentos de terras agrícolas. Fato que ocasionou o atraso histórico de desenvolvimento dos vales férteis e do transporte fluvial do Estado de São Paulo.

Pelos anos de 1920, a KKKK – Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (Companhia Ultramarina de Empreendimentos S.A.) – constituída em 1917 da fusão de várias empresas de imigração, tornou-se uma empresa subvencionada pelo próprio governo do Japão, para a promoção da emigração japonesa ao Peru e ao Brasil. Iniciou também atividades relacionadas a colonização e assentamentos de imigrantes japoneses no Brasil, particularmente no Estado de São Paulo.¹²

Com o fim do subsídio do governo do Estado de São Paulo em 1921, que considerou os imigrantes japoneses inaptos como trabalhadores em fazenda de café e onerosos (quase o dobro), em relação aos seus custos, comparativamente aos imigrantes portugueses, italianos e espanhóis, o governo do Japão, em

¹⁰ Pai do autor.

¹¹ *Uma epopeia moderna*, p. 79.

¹² VIEIRA, Francisca Isabel Schurig, *O japonês na frente de Expansão Paulista*, Ed. USP, 1973, p. 39, 46.

1925, passou a pagar integralmente a passagem dos emigrantes para o Brasil, além de arcar com a taxa da companhia de emigração.

O apoio governamental japonês para a emigração para o Brasil foi se tornando cada vez mais concreto. Foi construída a hospedaria de emigrantes no Porto de Kobe, em 1927, e constituída a Federação das Cooperativas de Emigração Ultramarina¹³ – Kaigai Ijuu Kumiai Rengokai (Kaikyoren) –, cuja organização operacional no Brasil foi denominada Bratac – Sociedade Colonizadora do Brasil.

5.1.3 O cultivo de outros produtos agrícolas

Em 1889, a economia brasileira era tipicamente rural, com produção em larga escala e extensiva de café, açúcar, fumo, cacau e borracha e mate extrativas, visando à exportação.

A partir de 1914/15, começou a ser notada a existência de pequenos proprietários japoneses em número cada vez maior. Em 1918, ao que se saiba, 450 nipônicos eram proprietários de 5 mil alqueires, em São Paulo.¹⁴

Segundo estatísticas de 1940,¹⁵ a área cultivada economicamente no país era de aproximadamente 17 milhões de hectares, isto é, tão somente 2%, dos quais 5,9 milhões de hectares de lavouras permanentes e 12,8 milhões de temporárias, 85 milhões de pastagens e o restante de campos, cerrados e floresta amazônica e mata atlântica.

Os japoneses, após se livrarem dos contratos como trabalhadores das lavouras de café, começaram a adquirir pequenas propriedades para a sua sobrevivência: primeiramente como plantadores de algodão e de arroz, lavouras de ciclo curto e, simultaneamente, para atendimento de suas necessidades de hábitos alimentares, ou seja, de plantas cujas sementes trouxeram do Japão, como a soja, arroz tipo cateto, feijão azuki, couve japonesa (hakusai), nabo, rabanete, batata-doce, inhame, cebolinha, renkon, rakyo, nira, shungiku, udo etc., pois os alimentos predominantes na sociedade brasileira da época eram a carne-seca, feijão, arroz, farinha de mandioca, a maioria considerada inadequada aos seus hábitos alimentares, exceto as frutas, como banana e mamão, praticamente nativas, e os peixes dos rios, que tiveram plena aceitação.

Recente trabalho de dissertação de Elizana Baldisera, apresentado em 2004 na Universidade de Tecnologia e Agricultura de Tokyo – Japanese and Dutch in the Modern Agricultural Development in Brazil, 2004 –, relaciona a contribuição da imigração japonesa à agricultura brasileira, com a introdução, melhoramento genético, comercialização, aprimoramento de técnicas de cultivo e difusão, e, ainda, exportação (ver Tabela 1).

5.1.4 As primeiras cooperativas de produtores agrícolas

A produção agropecuária dos japoneses imigrantes foi, dependendo da vocação regional e principalmen-

13 SAITO, Hiroshi. *O japonês no Brasil*, São Paulo, Ed. Sociologia e Política, 1961, p. 35.

14 NOGUEIRA, Arlinda Rocha. *Imigração japonesa na história contemporânea do Brasil*. São Paulo: Massao Ohno, p. 109.

15 IBGE. *Aspectos da evolução da agropecuária brasileira: 1940-1980*.



Plantação de algodão – Bairro Macuco
– Sertãozinho – SP. Ano: 1935.

te de mercado, a batata, o algodão, o bicho-da-seda, a fruticultura, a avicultura e outras. Os núcleos de colonização de iniciativa e liderança das organizações colonizadoras tuteladas pelo governo japonês, além das orientações e assistências de técnicos e especialistas, receberam instalações de armazéns e máquinas de beneficiamento, na fase primária de processamento, financiadas a longo prazo, mas com compromisso de entrega dos produtos destinados à exportação (como o algodão).¹⁶ Foi de São Paulo que saíram as primeiras partidas de algodão para o Japão.

À semelhança da constituição de famílias compostas para atendimento das condições

de aceitação dos imigrantes japoneses pelos fazendeiros de café de São Paulo, os que se tornaram independentes e conseguiram adquirir propriedades, e os que foram assentados em núcleos de colonização das empresas de colonização de capital japonês e mesmo das públicas (do governo do Estado de São Paulo e da União), tiveram que associar grupos de famílias, para obtenção de escala para a produção agrícola e comercialização de seus produtos, bem como de aquisição de insumos e equipamentos necessários.

Os produtores, na comercialização de seus produtos, sentiam que eram explorados pelos atacadistas e vendedores de insumos e equipamentos, e iniciaram movimento para se organizarem em cooperativas de produtores e de vendas e compras em comum. E assim, mesmo antes da existência de uma legislação pertinente no Brasil sobre sistema cooperativo de produção e comercialização, os japoneses foram pioneiros: no norte do Estado de São Paulo, adentrando no Estado de Minas Gerais, constituíram no dia 10 de outubro de 1919 o Sindicato Agrícola Nipo-brasileiro, juridicamente uma sociedade de capital aberto, com sede em Uberaba, fundamentado em princípio cooperativista,¹⁷ cuja primeira norma legislativa brasileira somente foi promulgada pelo Decreto Federal nº 22.239, em 1932.

Em 1927, sucessivamente foram constituídas as Cooperativas Agrícolas Sul Brasil e Cotia, e, na sequência, as cooperativas regionais e centrais em todos os locais onde os imigrantes japoneses se tornavam proprietários-agricultores. Em São Paulo: a Cooperativa Agrícola Bandeirantes, a Cooperativa Central de Bastos, a Cooperativa Agrícola da Fazenda Katsura de Iguape, a Cooperativa Agrícola de Registro etc.

Todas essas cooperativas tornaram-se representativas do setor cooperativista e ícones da coletividade nipo-brasileira, até que na década de 90 foram liquidadas uma a uma pela incapacidade de se adaptar no confronto direto com o sistema capitalista e a tendência de se priorizarem operações financeiras e comercialização de insumos e equipamentos em detrimento da produção. Acresce-se a isso o conflito conceitual e de interesses entre os dirigentes dos grupos originários da geração de nissei e os dos japoneses imigrantes de pós-guerra.

16 DANTAS, Garibaldi, *O extremo Oriente*. Companhia Editora Nacional, 1937, p. 13.

17 HANDA, Tomoo, *O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil*, 1987, p. 365.

5.1.5 A necessidade de conjugação de interesses do Japão e do Brasil

Passados os primeiros anos da Segunda Grande Guerra, os primeiros movimentos para reativação da imigração de japoneses para o Brasil começaram em 1951, por iniciativa do Sr. Kotaro Tsuji, que, em audiência com o Presidente Getúlio Vargas, solicitou autorização para a introdução de 25 mil japoneses para o aumento da produção de juta, através da Companhia Santarém de Juta, e recebeu uma quota de 5 mil famílias; simultaneamente, o sr. Yasutaro Matsubara recebeu uma quota de 4 mil famílias: ambos com a determinação presidencial de contribuir para o desenvolvimento do interior do país, devendo assentar os imigrantes nas colônias federais ou estaduais.¹⁸

Sucessivas iniciativas foram tomadas pelo governo japonês, lideradas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, através da Kaikyoren, Japan Immigration Services – JAMIC e JEMIS, em correspondência às propostas de japoneses residentes no Brasil, interessados em promover empreendimentos de colonização para introdução de imigrantes do Japão. E também a ocupação pelos japoneses de lotes dos núcleos de colonização oficiais do Governo Federal, coordenados pelo INIC (Instituto Nacional de Imigração e Colonização). Podem ser mencionadas algumas dezenas de exemplos que foram bem-sucedidos, mas a sua grande maioria, por falta de um apoio mais dirigido em termos de assistência técnica e fomento agropecuário, fracassou ou teve alto índice de rotatividade.¹⁹

As cooperativas de produtores agrícolas do Estado de São Paulo, particularmente a Cotia e a Central de São Paulo – que se envolveram em imigração e colonização, detentoras de um quadro técnico de especialistas em fomento agrícola e de estrutura de apoio para a comercialização dos produtos de seus cooperados, para aquisição e distribuição de insumos e equipamentos, e sobretudo de financiamentos agrícolas –, tiveram sucesso em seus empreendimentos.

É o caso dos imigrantes denominados Cotia-Seinens (jovens de Cotia), que vieram a partir de 1955, selecionados e orientados pela Federação da Cooperativa Central do Japão (Zenchu), em sucessivas levadas de aproximadamente 100 jovens solteiros, com idades entre 16 e 25 anos, que totalizaram 2.508 pessoas, das quais mais da metade se tornou cooperado produtor e chegou a movimentar mais de 50% das atividades da CAC (Cooperativa Agrícola de Cotia) em meados da década de 1980.

5.2 Apoio do governo japonês

Para maior clareza, desdobraremos a questão do apoio do governo japonês para o período anterior e período posterior à Grande Guerra.

5.2.1 Antes da Segunda Guerra Mundial

Há uma grande controvérsia sobre o interesse do governo do Japão de expansão externa, mencionado pelo Sr. Ryu Mizuno, com a presença de japoneses em vários países como estratégia para o seu desenvolvimento.

¹⁸ *Uma epopeia moderna*, p. 382.

¹⁹ Do autor, como membro do Governo brasileiro para extinção da JAMIC e JEMIS.

Lembremos um pouco a posição imperialista do Japão no passado. Em 1894 declarou guerra contra a China e optou por receber, além da pesada indenização pecuniária, a ilha Formosa, atual Taiwan; em 1904 houve a guerra russo-japonesa; anexou a Coreia em 1910; a Manchúria foi invadida e constituiu um Estado de independência fictício; enviou expedição militar e ocupou Shangai em 1932; invadiu a China em 1937; em 1942 bombardeou Pearl Harbour e conquistou praticamente todo o sudoeste da Ásia.²⁰

A realidade da crise econômica e social do início da Era Meiji, porém, demandou enormes mudanças na postura do Japão, tanto internamente como nas relações com outros países.

A reforma agrária implantada e o sistema sucessório patrimonial das famílias japonesas (de privilegiar os primogênitos) praticamente marginalizavam os demais membros nas atividades agrícolas, então em crise.

A opção emigratória seria um novo caminho para os japoneses. Um exemplo ilustrativo de uma das primeiras emigrações japonesas para o exterior: dirigida para o Hawaí, em 1885, para 600 vagas (objeto do primeiro acordo) candidataram-se 28 mil pessoas.²¹

É de se recordar que os imigrantes japoneses, em sua absoluta maioria, vieram para o Brasil com a intenção de ganhar muito dinheiro rapidamente, e regressar ao Japão. Como *dekasseguis*, não pretendiam criar raízes para permanecer neste país. Entretanto, com os primeiros ganhos e a possibilidade de se tornarem proprietários de terras – uma utopia inimaginável em seu país –, o chamamento para aquisição de terras promovido pelas empresas de imigração e colonização, associadas a grandes proprietários de terras e a empresas ferroviárias, mudou em muito o sentimento e a postura deles.

Na grande maioria dos núcleos de imigração e colonização, de iniciativa do Japão, técnicos e especialistas, principalmente agrônomos e veterinários, foram destacados para orientação dos colonos japoneses, através das empresas de imigração e colonização, bem como médicos e professores para o atendimento dos imigrantes e seus filhos.

Com o aumento da produção agrícola brasileira, principalmente do algodão a partir de 1927, a iniciativa privada do setor no Japão interessou-se na sua importação, e mais tarde chegou a investir, nos núcleos de colonização dos imigrantes, unidades de beneficiamento dessa fibra de grande aceitação no mercado internacional.

Em junho de 1928, a Bratac comprou, na região da Alta Paulista, uma gleba de 28 mil hectares para loteamento em propriedades de 20 a 40 hectares em média, vendendo-as para os japoneses que se tornavam independentes aqui e para os emigrantes apresentados pela sua casa matriz do Japão, dando origem à cidade que adotou o nome da família proprietária da área, Henrique Bastos.²²

Então, podemos distinguir os seguintes exemplos dessa cooperação direta e indireta do governo japonês:

1. a presença de profissionais japoneses de diversos setores nas empresas, como a Bratac, e em seus vários desdobramentos, como a fiação de seda de Bastos;

²⁰ *Jornal do Comércio*, ensaio: o perigo japonês, 1942.

²¹ *Uma epopeia moderna*, p. 31.

²² MITA, Chiyoko, *Bastos: uma comunidade étnica japonesa no Brasil*, Humanitas/FFLCH/USP, 1999, p. 60.

2. no setor de orientação dos colonos e na área de medicina, o apoio para o custeio do Doo-jinkai,²³ instituído em 1926 como sociedade beneficente,²⁴ mais tarde reconhecido pelo governo brasileiro como sociedade civil, o que deu o respaldo institucional para funcionar como Sociedade Beneficente Santa Cruz (em 1930), que iniciou a construção e depois assumiu a administração do Hospital Santa Cruz. Na ocasião, até recebeu doação da Casa Imperial e financiamentos e apoios de ambos os governos até a eclosão da Segunda Guerra Mundial;
3. é de se destacar o pronunciamento do deputado Theotônio Monteiro de Barros, na Assembleia Constituinte – que “o colono nipônico não está nas condições de sanidade dos demais, pois recebendo, nesse sentido, assistência de companhias de colonização, pode competir vantajosamente com o colono nacional. É isso realmente verdade. Fossem, porém, todas as ‘concorrências’ estrangeiras desse padrão e breve teríamos resolvido o nosso problema de saneamento rural, sem ônus para os cofres públicos”;²⁵
4. a modernização da avicultura brasileira se deveu à iniciativa de técnicos formados pelo Instituto de Práticas Agrícolas do antigo M’Boy, atual Embu, administrado pela KKKK, que recebeu do Consulado do Japão de São Paulo as primeiras matrizes de aves de nova linhagem (Leghorn branca, Plymouth Rock e Rode Island), que foram multiplicadas na Granja de Caxingui (atual Vila Sônia, São Paulo), que mais tarde ficou sob administração da CAC (Cooperativa Agrícola de Cotia). Dos técnicos que contribuíram para sedimentar a avicultura brasileira, destacam-se o Sr. Yoshio Utsumi, Ken-ichi Nakagawa, Yoshiji Kodato, bem como empresários pioneiros, como os Srs. Jinichi Shigueno, Shigeaki Tanabe, Shozo Sakai, Motoji Ito, entre outros;²⁶
5. na Embaixada do Japão e nos diversos consulados distribuídos pelo país, adidos agrícolas, do quadro do Ministério da Agricultura do governo japonês, atendiam os imigrantes na orientação técnica de suas lavouras, bem como nos diferentes níveis de beneficiamento e processamento dos produtos agropecuários produzidos.

Fora os investimentos diretamente relacionados à imigração e colonização, a presença do capital japonês no Brasil, antes da Segunda Guerra Mundial, foi pequena. Além dos investimentos da coletividade nipo-brasileira, outros de japoneses e empresas do Japão se concentraram em atividades agrícolas, tais como da família Iwasaki, fundadora do grupo Mitsubishi; da fazenda Tozan, em Campinas; da fazenda Nomura, em Bandeirantes, no norte do Paraná, voltadas para a produção de café, outra, como a Toyo Menka, para a produção e comercialização de algodão etc.

23 TAKEDA, Yoshinobu. Vice-Diretor Clínico do HSC durante a II Guerra Mundial – *Depoimento pessoal ao autor*.

24 REVORÊDO, Júlio de, *Imigração*, Revista dos Tribunais, 1934, p. 206. “A sociedade Dojinkai, fundada em 1926, vem desenvolvendo a sua atividade em torno de excelente programma. Entre as publicações que distribui gratuitamente, de 1 de abril de 1930 a 31 de março de 1931, num total de 21.147 exemplares (muitas em idioma português), destacam-se as seguintes: ‘Noções de puericultura’, ‘Noções sobre cobras venenosas do Brasil’; ‘Tratado prático de hygiene no Brasil’; ‘Trachoma’; ‘Maleita’; e ‘Relatório de Pesquisa Sobre a Malária’; ‘Como se propaga a febre typhoide’; ‘Conselhos sobre a orientação no desbravamento e na exploração de núcleos coloniais’; ‘Condições sanitárias do Estado do Pará’; ‘Modo de vacinação contra a varíola e os cuidados que devem ser tomados’.”

25 Idem, p. 205.

26 PADILHA, Dráusio Leme, CAC – *Cooperativismo que deu certo*, 1989, p. 67.

5.2.2 Depois da Segunda Guerra Mundial

5.2.2.1 Décadas de 50/60

Quando do término da Segunda Guerra Mundial, o Japão, com sua economia arrasada e seu PIB reduzido à metade do anterior ao conflito, tendo como perspectiva de desenvolvimento econômico apenas o fornecimento de suprimento aos Estados Unidos em sua guerra na Coreia em 1950 e contando com uma população de 85 milhões de habitantes (renda *per capita* de aproximadamente US\$ 180), e o Brasil, com população de 55 milhões de habitantes (renda *per capita* de US\$ 270), sem dívida externa, iniciaram um longo processo de aproximação: o Japão com necessidade de reativar sua indústria pesada desativada e o Brasil com intenções de iniciar a sua industrialização.

São exemplos de empreendimentos bem-sucedidos, logo na década de 50, a Usiminas e Ishikawajima: o Japão com necessidade de afirmação e reconhecimento internacional de seus produtos de aço e o Brasil no seu processo incipiente de industrialização, parceria que possibilitou o recebimento de imigrantes especializados e altamente qualificados.

O Ministério da Agricultura, Floresta e Pesca do Japão tomou a iniciativa de reativar o serviço de recrutamento e seleção de emigrantes para o Brasil, instituindo um sistema de empréstimo, sem juros, com prazo de 10 anos, de custeio das despesas (incluindo as de passagem de navio do Japão para o Brasil), estimadas em média em 114 mil yens *per capita*, contemplando desde a primeira fase a imigração de 5 mil famílias (atribuída ao Sr. Kootaro Tsuji, antes mencionado), e estendido a toda emigração dirigida de pós-guerra.

Diante das dificuldades encontradas, tais empréstimos não chegaram a ser devolvidos, culminando, em maio de 1969, com seu perdão integral.

A grande maioria dos imigrantes de pós-guerra (estimados em 56 mil, no período de 1952 a 1969) beneficiou-se desse empréstimo, na verdade, instituído para não ser devolvido. Era uma maneira de justificar a necessidade do país em aliviar o excesso da população do seu setor agrícola e, principalmente, de realocar os mais de 6,3 milhões de expatriados da ocupação da Manchúria, China e outros países do sudeste asiático.

Em 1952, com a entrada em vigor do Tratado de Paz de São Francisco, foram regularizadas e reativadas as relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão com a instalação da embaixada e de consulados no país.

Foi reaberta a hospedaria de emigrantes de Kobe.

Sucessivamente novas autorizações foram concedidas pelo governo brasileiro:

- como ao Sr. Yasutaro Matsubara, de Marília, em São Paulo, para introdução de 4.000 famílias japonesas, para promover a colonização de mais de 500 mil hectares em Rio Ferro, no Estado de Mato Grosso do Sul, dando origem a uma nova região econômica no sul desse Estado, na área de Dourados;

- outros imigrantes foram autorizados a entrar no Brasil, por meio de cartas de chamadas – yobiyosse;
- por iniciativa da Cooperativa Central Agrícola de São Paulo, liderada pelo Sr. André Kiyoshi Hori, e da Associação Paulista de Sericicultura, foi autorizada, pelo INIC (Instituto Nacional de Imigração e Colonização) a primeira imigração de 200 famílias para a colonização voltada à sericicultura (1954);
- na mesma época, o primeiro grupo de 129 pessoas foi admitido pela Cooperativa Agrícola de Tomé-Açu, no Pará, como colonos produtores de pimenta-do-reino e, igualmente, na colônia de Bela Vista, no Estado do Amazonas, e na colônia de Matavi, no então território do Amapá;
- no nordeste brasileiro, a imigração começou pelo Estado da Bahia, em Ilhéus, com as primeiras 38 famílias, somando-se a essas mais 14 para a colônia de Una.

Com a ampliação do número de emigrantes japoneses de pós-guerra para o Brasil, foi constituída no Japão, em 1954, a Federação das Associações Japonesas de Emigração, e no ano subsequente foi fundada a Nihon Kaigai Ijuu Shinkoo Kabushiki Kaisha, cuja filial no Brasil foi registrada em 1956 como JAMIC. As instituições do governo japonês de antes da guerra, como a Kaikyoren, que apoiavam a emigração japonesa para o Brasil, foram transformadas em JAMIC e JEMIS, voltadas especificamente para colonização e financiamentos aos emigrantes de pós-guerra, funcionando dentro das legações diplomáticas do Japão.

O sistema das cooperativas do Japão, liderado pelo Zenchu (Federação Nacional das Cooperativas do Japão) e pela Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC), iniciou um ambicioso programa de imigração de agricultores japoneses de pós-guerra para o Brasil, dando origem ao movimento Cotia-Seinen, que trouxe 2.508 jovens, a partir do dia 15 de setembro de 1955.²⁷

Cabe mencionar aqui uma novela real que aconteceu com os jovens Cotia-Seinens. Depois do cumprimento de seus contratos de trabalho de quatro anos, ou ficavam independentes e dedicavam-se às atividades de seus interesses, ou continuavam como parceiros dos seus patrões, cooperados da Cooperativa Agrícola de Cotia, e dedicavam-se às atividades agrícolas. Como todos eram solteiros, chegara a hora de constituir família, mas a grande maioria das moças nissei não aceitava casar com os então denominados “japão novo”. Assim, as cooperativas de ambos os países tiveram que organizar a vinda de noivas japonesas, cujo início se deu em 1959, totalizando aproximadamente 500 noivas. Como as noivas vinham já casadas formalmente por intermédio de procuração com os jovens residentes no Brasil e não conheciam seus respectivos maridos a não ser por meio de fotos, quando se encontravam no porto de Santos pela primeira vez ocorriam dramas pessoais que os nisseis desconheciam e que para a sociedade brasileira era um fato inusitado.²⁸

5.2.2.2 Décadas de 70/80

Depois da crise do petróleo de 74 e 79, os mecanismos internacionais de cooperação técnica e econômica tiveram mudanças substanciais em suas diretrizes e os países desenvolvidos, como o Japão, adequaram e instituíram órgãos voltados para a cooperação técnica, financeira e econômica internacional, com o princípio fundamental de “atendimento dos pleitos e solicitações”.²⁹

27 PADILHA, Dráuzio Leme, *Cooperativismo que deu certo*, São Paulo, Cooperativa Agrícola de Cotia – Cooperativa Central, 1989, p. 101.

28 Experiência vivida pelo autor como intérprete no porto de Santos.

29 Maior conflito do autor com as instituições executoras da cooperação japonesa.

No Japão, a JICA (Japan International Cooperation Agency) centralizou vários órgãos para o fim específico de cooperação técnica aos países em desenvolvimento: o OECF (Overseas Economic Cooperation Fund) e EXIM (Export and Import Bank of Japan), que fundidos recentemente formaram o JBIC (Japan Bank for International Cooperation) e ADB (Asian Development Bank), voltados para a cooperação econômica.

Essas instituições do governo japonês atuam de maneira multifocal, ora somente como órgãos oficiais, financiando governo a governo (GG), ou então em associação com a sua iniciativa privada; ora financiando projetos e programas de outros países considerados de interesse do Japão, outros de interesse somente das empresas japonesas, com vistas à exportação e à importação de bens de suas necessidades. Como já disse uma autoridade internacional no passado, “a gente não sabe onde é o limite entre o governo e a iniciativa privada no Japão”.

Foi nas décadas de 70/80 que as relações entre o Brasil e o Japão estiveram mais intensas. É de se destacar o surgimento de *slogans* sobre o reconhecimento de ideias de complementaridade de interesses das economias de ambos os países e a importância de certas personalidades³⁰ que influenciaram na criação de ambiente propício e favorável, e o fato de os programas e projetos iniciados na década anterior terem tido êxito. Por outro lado, empresários que se tornaram os denominados “burakiti” (loucos pelo Brasil), políticos de grande expressão,³¹ pessoas que moraram com parentes no Brasil – todos ajudaram muito na aproximação e na concretização de inúmeros programas e projetos entre os dois países, elaborados e executados pelos administradores públicos³² do Brasil e Japão.

Em relação aos políticos nikkeis brasileiros é de se destacar aqueles que ocuparam a Câmara Federal,³³ mas não se tornaram ministros de Estado, como acontece no Japão, onde a regra geral é os parlamentares serem ministros.

Diplomatas,³⁴ acadêmicos³⁵ e técnicos³⁶ de diversos órgãos tiveram destacada atuação para o sucesso nas negociações e execução dos empreendimentos bilaterais.

30 Toshiwo Doko, presidente da IHI e Keidanren, Eliezer Batista, Saburo Okita, Antônio Delfim Neto, Tomisaburo Hirai, Amaro Lanari Júnior, Hiroshi Saito, Saburo Kawai.

31 Tatsuo Tanaka, Saburo Chiba, Michio Watanabe, Ichiro Nakagawa.

32 Antônio José Rodrigues Filho, Sakuei Matsumoto, Alysson Paulinelli, Takashi Hisamune, Paulo Afonso Romano, Iwao Arakatsu, Nuno Casasanta, Rubens Valentine, Hiroya Sano, Antônio Lício Arantes, Kiyotada Miyagawa, Alberto Momma, Yutaka Hongo.

33 Yukishigue Tamura, João Susumu Hirata, Antônio Ueno, Diogo Nomura.

34 Ronaldo Costa Couto, Koh Chiba, José Botafogo Gonçalves, Keichi Tatsuke, Luiz Felipe Lampreia, Kenzo Yoshida, Francisco Thompsom Flores, Koichi Matsuura, Nobuo Oguchi, Chihiro Tsukada.

35 Hajime Mizuno, Kootaro Horisaka.

36 Y. Takata, Yoichi Sekiguchi, Toyoharu Fukuda, Ryosaburo Inoue.

5.3 Principais programas e projetos desenvolvidos entre o Brasil e o Japão no setor agropecuário

5.3.1 Cedaval – Centro de Desenvolvimento do Vale do Ribeira

Em 1970, a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo iniciou negociações com o governo do Japão para a elaboração de um amplo programa de desenvolvimento do Vale do Ribeira, por meio de um acordo de cooperação técnica, que se deu pelo Decreto nº 69.008 – de 4 de agosto de 1971.

A primeira missão oficial do Ministério da Agricultura, Floresta e Pesca do Japão (MAFP), chefiada pelo Sr. Yuzo Sumiyoshi, ex-adido agrícola da Embaixada do Japão no Brasil, e composta por mais quatro especialistas, veio para analisar a proposta técnica feita pelo governo paulista, em 6 de dezembro de 1971, a pioneira em termos do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Japão.

Essa missão japonesa apresentou, em fevereiro de 1972, o Relatório da Delegação Técnica Japonesa sobre o Desenvolvimento do Vale do Ribeira,³⁷ do qual nasceu o Plano de Desenvolvimento do Vale do Ribeira, para o aproveitamento racional de 65 mil hectares de várzeas, não utilizadas, ao longo do Rio Ribeira de Iguape. Era uma tentativa para transferência de tecnologia no setor agrícola, através da produção intensiva de arroz irrigado no período de verão e de hortaliças no inverno, visando abastecer dois grandes centros urbanos: São Paulo e Curitiba.

Ademais, o Vale do Ribeira simbolizava, nas relações entre o Brasil e o Japão, o berço da imigração e colonização de caráter oficial, que se deu por iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, em 1913, no distrito de Jipovura (Colônia Katsura), no Município de Iguape. Depois houve a autorização da instalação da KKKK (Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha) em Registro – cujos prédios atualmente foram transformados em Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil.

Para a operacionalização do Plano foi instalado em Pariquera-Açu o Centro de Desenvolvimento do Vale do Ribeira – Cedaval –, em convênio com a JICA e com a Secretaria da Agricultura e o Departamento de Águas e Energia (DAEE). Foram recebidos, como doação, equipamentos dos mais modernos para a sistematização de várzeas, plantio mecanizado de mudas de arroz, vateadores automáticos, sofisticadas colhedeiças de arroz para pequenas lavouras, entre outros. Além da residência permanente de cinco especialistas japoneses da JICA para orientação das obras e fomento agrícola, dezenas de técnicos brasileiros foram treinados no Japão.

Lamentavelmente o projeto não vingou. A partir de 1976, com a mudança no comando da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, a administração do Plano, até então coordenada pelo Gabinete do Secretário, foi transferida ao Instituto Agrônomo de Campinas e ao DAEE.

De projeto voltado para o desenvolvimento regional, ele foi redirecionado para a pesquisa agrônômica. Os japoneses retiraram-se totalmente frustrados, pois, segundo entendimentos entre os especialistas de ambos os países, esse plano seria o primeiro projeto de envergadura de cooperação técnica do governo japonês e que poderia certamente evoluir para uma grande cooperação econômica entre o Brasil e o Japão, à semelhança do que foi o Prodecer posteriormente.

37 SUMIYOSHI, Yuzo.

“Na ocasião, percebeu-se nitidamente que não se deveria compromissar programas e projetos de longo prazo, pois a sua continuidade ficava à mercê da mudança de governo, ou seja, da direção da política estadual.”³⁸ Conforme usos e costumes brasileiros, a cada quatro anos, novos governantes são eleitos, tanto na área estadual como federal, com a consequente mudança de seus principais dirigentes, até mesmo a nível de chefia de seção. Existe aí a necessidade dos negociadores e responsáveis de projetos permanecerem por um período relativamente longo em determinada função para ter sucesso nas negociações com o Japão e, sobretudo, a necessidade de se conhecerem os aspectos culturais dos procedimentos negociais e decisórios dos japoneses, muito diferentes dos dos ocidentais, em geral.

5.3.2 Cooperação técnica para produção de fumo na Alta Sorocabana

O Sr. Shigueo Kamogawa, líder da sociedade nikkei da Alta Sorocabana, da cidade de Presidente Prudente, um dos grandes produtores de menta no passado e também de juta no Amazonas, preocupado com a crise da agricultura em sua região, com o abandono de suas propriedades pelos pequenos e médios produtores nikkeis, com a expansão da pecuária de corte em detrimento da produção de algodão, amendoim e outras culturas anuais, tomou a iniciativa, por meio de seus amigos do Japão para sensibilizar a Japan Tobacco Corporation (JTC), monopólio estatal na produção, industrialização e comercialização de fumo do Japão, para a introdução do cultivo de fumo na região como alternativa de lavoura.

A primeira missão do JTC, composta de oito especialistas, chegou em maio de 1973, para estudar a viabilidade de introdução da cultura de fumo no interior de São Paulo.

Foi assinado em 1974 um convênio entre a Secretaria da Agricultura de São Paulo e a JTC. Um grande projeto experimental piloto foi iniciado em Presidente Prudente, com a vinda de especialistas do Japão. Decorridos anos de experimentação concluiu-se que a região não era ideal. A iniciativa foi transferida para o sudoeste do Paraná e Santa Catarina, sob coordenação de uma *trading company* japonesa, devido às dificuldades da JTC em estabelecer convênio com aqueles estados, resultantes da pressão feita pelas tradicionais compradoras de fumo da região, as multinacionais da Inglaterra e dos Estados Unidos.

Na época, o Brasil era exportador marginal de fumo em folhas para o Japão, mas hoje o fumo consta entre os 10 maiores produtos do agronegócio entre ambos os países.

5.3.3 Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – CPAC (Centro de Pesquisa do Cerrado)

A Embrapa recebeu, no segundo semestre de 1975, uma missão oficial do governo do Japão, com o objetivo de estabelecer as linhas básicas de cooperação à pesquisa agropecuária no cerrado do Brasil, conforme Declaração Conjunta do Primeiro-Ministro Kakuei Tanaka e do Presidente Ernesto Geisel, anunciada em 1974, para viabilizar a Cooperação no Desenvolvimento Agrícola do Cerrado.

No relatório elaborado pelos especialistas da JICA e MAF, são destacadas as seguintes linhas de cooperação:

- I – necessidade de pesquisas suficientes anteriores ou paralelas a ela;
- II – utilidade da pesquisa para tornar eficaz a exploração do cerrado, elevar o nível dos pesquisado-

38 Autor – depoimento – *Fragmentos sobre as relações nipo-brasileiras no pós-guerra*, p. 148.

res do Japão e do Brasil e incrementar as relações de amizade entre os dois países;

III – adiantar os procedimentos diplomáticos para viabilizar a cooperação ainda em 1976.

Com relação ao conteúdo da cooperação, são destacados os seguintes pontos:

I – envio de pesquisadores japoneses aos órgãos da contrapartida brasileira;

II – fornecimento de materiais e equipamentos para a pesquisa;

III – estágio no Japão de pesquisadores brasileiros;

IV – intercâmbio recíproco de dados, documentos e informações relacionadas.

Em 16 de março de 1976, foi assinada em Brasília a Ata de Entendimento para a Cooperação Técnica entre a Embrapa, representada pelo seu presidente, Dr. José Irineu Cabral, e a JICA, liderada pelo Sr. Tomoji Egawa, para pesquisa do cerrado, com sede no Centro de Pesquisa do Cerrado (CPAC), em Planaltina – mais tarde ratificada pelo Ajuste Complementar entre os dois governos.

Outras entidades de pesquisas, como a Epamig, em suas unidades de Uberaba, Patos de Minas, Estação Experimental do Programa do Alto Parnaíba, foram também beneficiadas com essa cooperação bilateral.³⁹

Segundo a avaliação conjunta realizada entre o MAPA e a JICA, e amplamente divulgada em janeiro de 2002, “o cerrado, considerado improdutivo por muito tempo, passou a produzir. Para tanto foi indispensável a realização de pesquisas e experimentos visando ao desenvolvimento e à consolidação de técnicas de manejo rural, de cultivo, de seleção de culturas e variedades, de correção de solo etc., paralelamente à concessão de financiamentos à produção”.

A cooperação japonesa para a pesquisa para o CPAC foi efetuada em três fases:

Fase I – Suporte técnico para o desenvolvimento agrícola do cerrado – 1977-1985 – coordenado pelas: Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig), Estação Experimental de Uberaba (EEAU), Estação Experimental Agrícola de Patos de Minas (EEAP), e Estação Experimental Alto Parnaíba (EEAPADAP).

Os investimentos do lado japonês foram: envio de 50 peritos para os centros de pesquisas; 33 pesquisadores brasileiros treinados no Japão, para as áreas de fitopatologia, entomologia, sistemas de cultivo, relação solo-cultura-disponibilidade hídrica, cultivares, agrometeorologia, administração agrícola e análise financeira; além da doação de 706 milhões de ienes de equipamentos.

Do lado brasileiro: construção de novas instalações para pesquisa, cobertura de custos locais e apoio logístico de moradia e locomoção para os peritos.

Fase II – Suporte técnico-científico para o desenvolvimento do cerrado – 1985-1992 – coordenado pela Empresa de Pesquisa Agropecuária da Bahia (Epaba) e Empresa de Pesquisa Agropecuária de Mato Grosso (Empa).

Foram recebidos 11 peritos para longo prazo e 14 para curto prazo para as seguintes áreas: sistema de cultivo, fitopatologia, entomologia, relação solo-cultura-disponibilidade hídrica, máquinas agrícolas, agrometeorologia, administração agrícola, microbiologia do solo. Foram treinados no Japão 20 especia-

39 Relatório Confidencial da missão japonesa – arquivo pessoal do autor.

listas da Embrapa; também houve a doação de 207 milhões de ienes de equipamentos e custos locais e mais 38 milhões de ienes em equipamentos de irrigação; realização de seminários em três Estados, além de publicações de relatórios de estudos e difusão etc.

A contrapartida da Embrapa foi de fornecimento do Campo Experimental, pagamentos de custos de terrenos e construção das instalações experimentais dos custos locais de benefícios aos peritos etc.

Fase III – Suporte técnico com ênfase no manejo e conservação dos Recursos Naturais – 1994-1999, coordenado pela Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária (Emapa) e Universidade Estadual de Tocantins (Unitins).

Foram recebidos 30 peritos japoneses nas áreas de proteção agrícola, adubação do solo, sensoriamento remoto, sistema de produção, avaliação da qualidade de água, controle de doenças e pragas, máquinas agrícolas etc.; foram treinados no Japão 23 peritos brasileiros; também houve a doação de 247 milhões de ienes de equipamentos e custeio de realização de seminários no Japão.

A contrapartida brasileira foi de cessão de terreno, prédios e instalações de laboratórios para pesquisa, campos experimentais; de pagamento de custos operacionais e despesas de realizações de seminários e palestras.

Graças a essa cooperação técnica japonesa o Prodecer foi um sucesso e o CPAC tornou-se entidade de referência internacional em pesquisa de solo, melhoramento de culturas tropicais e suas doenças e desenvolvimento de áreas e regiões não tradicionais, como era a região do cerrado. Em última análise, contribuiu para que a Embrapa se tornasse o sustentáculo do agronegócio brasileiro do fim do século passado e líder mundial em agricultura tropical.

5.3.4 Prodecer – Programa de Cooperação Nipo-brasileira no Desenvolvimento da Agricultura de Cerrados

Adotou-se o Prodecer como exemplo de um programa, com descrição detalhada dos procedimentos que foram seguidos tanto pelos governos do Brasil quanto do Japão, bem como da postura da iniciativa privada, as personalidades que contribuíram ou atrapalharam e mesmo dificultaram a sua execução, a posição da igreja, dos sindicatos, dos políticos brasileiros e japoneses, dos países concorrentes; a posição da mídia; enfim, a evolução da reação da população brasileira em geral; finalmente os seus resultados, que foram considerados pelo governo do Japão um dos sucessos de cooperação japonesa do século passado. E o Brasil se tornou o segundo maior produtor de soja e o maior exportador do mundo, em 20 anos.

O Prodecer, na verdade, nasceu de uma necessidade do Japão de assegurar fontes alternativas de produção e abastecimento de alimentos do exterior, tendo em vista as limitações de autossuficiência na sua produção (exceto de arroz).

Embora considerado um programa da iniciativa privada, sua estrutura e conteúdo foram montados e negociados pelo governo de ambos os países e executado como empreendimento privado com apoio público.

No início da década de 70, empresas japonesas, com respaldo de seu governo, tentaram implantar projetos de

grande dimensão denominados de mitsugoro, em Kalimantan, na Indonésia, mas fracassaram, devido à falta de conhecimento dos valores culturais da população local, perdendo todos os seus investimentos.

Em 12 de fevereiro de 1971, a Federação das Cooperativas de Compras do Japão (Zenkoren) manifestara vivo interesse em estabelecer uma parceria comercial intercooperativas com a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), então presidida pelo Sr. Antônio José Rodrigues Filho,⁴⁰ para um contrato de aquisição de 78 mil toneladas de milho do Brasil, que evoluiu para uma carta de intenções de 17 de fevereiro de 1972, entre o Presidente da Zenkoren, Sr. Makoto Mihashi, e o Ministro da Fazenda, Sr. Antônio Delfim Neto, objetivando a exportação de 1 milhão de toneladas de milho em três anos, a partir de 1973. Em seu item 5, o governo brasileiro comprometia-se no aparelhamento da infraestrutura adequada dos seus terminais portuários, o que deu origem à cooperação econômica e financeira do Japão para o Programa de Corredores de Exportação.⁴¹

Em 1972, o presidente norte-americano Richard Nixon impôs temporariamente embargo à exportação de cereais ao Japão, principalmente de soja, um de seus alimentos básicos, causando pânico nesse país. As cooperativas agropecuárias, que alimentavam as suas criações de aves e animais de fontes americanas de milho, soja e seus farelos, sentiram a gravidade da sua dependência de uma única fonte de abastecimento. E o Ministério da Agricultura, Floresta e Pesca (MAFP) mandou ao exterior missões técnicas à procura de regiões adequadas para a produção em larga escala de cereais. Na ocasião, declarações de políticos e tecnocratas japoneses de que o Japão estava à procura de “base” de produção de alimentos no exterior causaram mal-estar em vários países, principalmente no Leste Asiático, tendo em vista seu passado imperialista.

Uma missão do governo japonês destacada para pesquisar o Brasil chegou em 1972, chefiada pelo Sr. Sakuei Matsumoto, chefe da divisão de cooperação econômica do MAFP, composta por mais quatro especialistas. Percorreram o país, da Amazônia ao Rio Grande do Sul, à procura de uma região adequada para promoção de produção em larga escala de alimentos de seu interesse.

Depois de conhecer as regiões potencialmente viáveis, devidamente acompanhada de técnicos e especialistas da Secretaria da Agricultura de São Paulo, de Minas Gerais e do governo federal, de coletar farto material de pesquisas de renomadas instituições, como o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) e dos relatórios técnicos do IBEC Research Institute, da Fundação Rockefeller (que estava conduzindo experimentos nos cerrados de São Paulo, com apoio ostensivo da USAID),⁴² e ainda de visitar a fase pioneira de agricultores da Cooperativa Agrícola de Cotia (em parceria com o governo do Estado de Minas Gerais, em São Gotardo), a missão focou seu interesse pelo cerrado central do país.

O relatório “Pensamento básico em relação à cooperação de desenvolvimento da agricultura brasileira” desencadeou sucessivas providências para o devido enquadramento institucional entre os dois países, isto é, fundamentar a cooperação bilateral conforme Decreto nº 69.008, de 4-8-1971, que Promulgou o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Japão. Na área política, houve a inclusão na Nota Conjunta entre o Presidente Ernesto Geisel e o Primeiro-Ministro Kakuei Tanaka quando de sua visita ao Brasil em 18 de setembro de 1974, quando compromissaram:

“... acolheram favoravelmente a possibilidade de futuras associações de capitais bra-

40 Carta da Zenkoren – cópia de posse do autor.

41 Cópia da Carta de Intenções de posse do autor e detalhes do Programa Corredores de Exportação. *Fragments Sobre as Relações Nipo-Brasileiras*, p. 126.

42 Depoimento pessoal de Linneu de Costa Lima para o autor.

sileiros e capitais privados japoneses para a realização de empreendimentos agrícolas no Brasil. Esses empreendimentos que contarão com participação majoritária de capitais brasileiros poderão dedicar-se à produção, industrialização e comercialização de produtos agrícolas para atender prioritariamente as necessidades do mercado interno brasileiro e destinar à exportação parte da produção. Os dois governos considerarão o apoio apropriado a esses empreendimentos agrícolas”.

De 9 de fevereiro a 25 de março de 1975, a JICA (Japan International Cooperation Agency) mandou uma missão técnica chefiada pelo Sr. Tomomi Ashikaga, diretor do Departamento de Pesquisa e Planejamento Agrícola e Florestal, e pelo Sr. Shiguekatsu Watanabe, diretor do Departamento de Cooperação e Desenvolvimento Agrícola, com a finalidade de pesquisar as possibilidades da realização do Empreendimento de Cooperação do Desenvolvimento Agrícola Brasil-Japão.

Uma grande equipe, chefiada pelo Sr. Takashi Hisamune, entre 9 e 20 de fevereiro de 1976, manteve longas reuniões com os representantes do governo brasileiro, presididos pelo Embaixador Ítalo Zapa, chefe do departamento da Ásia, África e Oceania do Itamaraty e coordenação técnica do MA com representantes da iniciativa privada, para a discussão da primeira versão do Programa de Cooperação, quando recebeu a denominação final de Cooperação Nipo-brasileira no Desenvolvimento da Agricultura de Cerrados – Prodecerr⁴³ – no qual constavam:

1. programa de Cooperação Nipo-brasileira no Desenvolvimento da Agricultura do Cerrado;
2. projeto-piloto de 50.000 hectares;
3. constituição de uma Companhia de Desenvolvimento Agrícola (CDA),⁴⁴ tendo como acionistas as iniciativas privadas de ambos os países, por meio das respectivas companhias de investimentos, para dar suporte à atividade de produção agrícola;
4. a composição do capital da CDA seria paritária;
5. os recursos do governo japonês seriam canalizados pela JICA, como empréstimo para a CDA;
6. aquisição de terras pela CDA;
7. constituição das companhias de investimentos no Brasil e no Japão.

Ainda para dirimir dúvidas e prestar esclarecimentos às autoridades e empresários da iniciativa privada do Japão, este autor foi convidado pelo Gaimusho⁴⁵ para uma rodada de reuniões em abril de 1976, quando da ida da missão precursora do governo brasileiro para os preparativos da visita do Presidente Geisel, prevista para setembro do mesmo ano. Na ocasião, os japoneses aceitaram a ida de uma missão brasileira composta pelo Coordenador do MA, Sr. Rubens Valentini, Secretário da Agricultura de Minas Gerais, Sr. Agripino Moreira dos Santos, Diretor do Instituto Nacional de Desenvolvimento Industrial (Indi), Sr. Togo Nogueira Paula, e o Diretor do Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, Sr. Sweil Abdalla, assessorado por este autor.

Para a constituição da CDA (Companhia de Desenvolvimento Agrícola) foi formada no Brasil uma *holding* Co. denominada Brasagro, sob coordenação do Ministério da Agricultura, mas com participação acionária da iniciativa privada e bancos públicos e privados, que teriam 51% das ações ordinárias, e do lado japonês, a Jadeco, com coordenação da JICA e Keidanren, que deteria 49% das ações ordinárias. Aqui haveria a participação da própria JICA, com 50,0% das ações, das cooperativas representadas pela UnicoopJapan, com 6,25%

⁴³ Ata da reunião realizada no MA entre os representantes dos governos e iniciativa privada de ambos os países. Arquivo do autor.

⁴⁴ A Companhia de Desenvolvimento Agrícola – atual CAMPO.

⁴⁵ Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão.

das ações, e de 44 empresas privadas, dentre elas 16 bancos privados japoneses, liderados pelo Long Term Credit Bank, participando com 43,75% das ações, além de três personalidades, pessoas físicas, como os Srs. Toshiwo Doko, do Keidanren, Takashi Hisamune, da JICA, e Tatsuzo Mizukami, da Mitsui Bussan.

A Brasagro teve a seguinte participação acionária: BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais), 25,5%; BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), 11%; BB (Banco do Brasil), 10%; BNCC (Banco Nacional de Crédito Cooperativo), 10%; Acesita, 4,9%; Banco América do Sul, 2,5%; outros bancos privados, empresas privadas e mais 20 pessoas físicas, totalizando 36,1%.

A CDA foi constituída em novembro de 1978, com a participação acionária majoritária da Brasagro com 51% e minoritária da Jadeco.

Foram despendidos cinco anos para a discussão do esquema e da montagem da estrutura de execução do programa, que abrangia, entre outros, forma de apoio governamental, desenvolvimento tecnológico e método de extensão rural, proteção do recurso japonês contra perda cambial etc., que eram as pendências existentes antes da assinatura do *Record of Discussions*. Durante os debates realizados no período, foi elaborado o sistema de financiamento do Prodecir e alcançada a assinatura do *Loan Agreement* e do *Project Agreement*. O *Project Agreement* contribuiu muito com a execução eficiente do programa ao prever, com clareza, a divisão da responsabilidade entre os governos do Japão e do Brasil, em seus vários níveis.

Durante o período de cinco anos acima mencionado, aproximadamente 30 missões vieram do Japão e uma dezena foi do Brasil para esse país, compostas, entre as partes, de técnicos, especialistas, empresários, políticos, ministros de Estado e até mesmo presidentes da República e primeiros-ministros.

Uma das últimas missões, antes da assinatura dos contratos, foi sintomática. Composta por mais de 25 membros, entre os quais os Srs. Yohei Mimura, Vice-Presidente da Mitsubishi Shoji, Tatsuzo Mizukami, Vice-Presidente da Mitsui Bussan, e Haruna, Vice-Presidente da Marubeni Corporation, ao visitarem São Gotardo em cinco aviões “teco-teco” viram que a produção no cerrado era já uma realidade e de sucesso e que os principais produtores eram nisseis, filhos de cooperados da Cooperativa Agrícola de Cotia. Decidiram, assim, por aderir ao projeto.

Mas, apesar da decisão positiva dos empresários japoneses, as burocracias de ambos os países demandaram um longo período de negociações. Por exemplo, o lado japonês entendeu que o Banco Central do Brasil (Bacen) deveria ser o tomador do empréstimo em ienes do Japão, com a responsabilidade de arcar com o risco cambial da operação, pois seria incabível o repasse aos agricultores e cooperativas, tomadores finais do empréstimo, segundo o sistema de crédito rural em vigor no Brasil. Como na época o Bacen não poderia ser o tomador deste empréstimo japonês, a negociação levou um ano. A solução encontrada foi a de o Tesouro Nacional garantir a operação.

Outro grande impasse foi a exigência japonesa de o Brasil assegurar o fornecimento da soja, objeto da produção do Prodecir, ao Japão. O Ministro Paulinelli teve que submeter tal assunto à consulta do Presidente Geisel, que sabiamente argumentou: “Em havendo aumento substancial da oferta de soja no mercado, graças a essa cooperação bilateral, e não havendo na época demanda interna da soja, certamente haverá uma estabilização de seu preço internacional e o Japão poderá comprar de onde lhe aprouver”. Foi o que aconteceu.⁴⁶

No Brasil, além dos procedimentos burocráticos internos do governo, posições antagônicas dentro do pró-

46 Anotações do autor.

prio setor agrícola, tendo em vista sua primeira experiência do gênero, os embates políticos no Congresso Nacional e a posição radical da Pastoral da Igreja com respaldo da mídia por si só valem um livro.

Finalmente, na primavera de 1979, com a presença do Sr. Michio Watanabe,⁴⁷ Ministro da Agricultura, Floresta e Pesca do Japão, foi dada a abertura do Prodecer em Paracatu, em Minas Gerais, com o Ministro na boleia de um trator de esteira.

Paracatu tornou-se o centro do projeto-piloto do Prodecer, com a participação da Cooperativa Agrícola de Cotia, de empresários privados liderados pelo Sr. Katsuzo Yamamoto, do Banco América do Sul, presidido pelo Sr. Fujio Tatibana, empresários mineiros, além dos imigrantes de pós-guerra, os Cotia-Seinens.

O entusiasmo e a repercussão do empreendimento na região atraiu a presença de outros empresários e agricultores do sul do país, principalmente de gaúchos, o que aumentou, segundo alguns estudos, em três vezes o investimento inicial do Prodecer, além de possibilitar seus desdobramentos nos setores de serviços na cidade de Paracatu e suas vizinhanças com a multiplicação de receitas das municipalidades.

O próprio deputado Michio Watanabe comprou uma fazenda de 1.000 hectares na região, em sociedade com empresários brasileiros e com este autor, devidamente autorizado pelos ministros da Agricultura e Fazenda, para plantio de café irrigado com intenção de exportação para o Japão. Entretanto, o empreendimento não teve sucesso, pois a sua administração foi concentrada nas mãos de tecnocratas japoneses, residentes no Japão, sob supervisão de seu filho Yoshimi Watanabe, sucessor do pai no distrito eleitoral de Tochigui.

O embasamento histórico da presença e sucesso da imigração japonesa no Brasil permitiu que os dois governos assinassem um amplo acordo, que resultou no Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer). Graças à cooperação técnica e financeira do Japão, no valor de US\$ 562,9 milhões em 345.000 ha, o Brasil tornou-se, de produtor de 5,8 milhões de toneladas de soja em 1975, o segundo maior produtor de soja, em 2005, com 60 milhões de toneladas, e o primeiro maior exportador de soja do mundo em menos de 20 anos.

O mesmo sucesso teve o Profir (Programa de Irrigação do Cerrado), com 86 milhões de dólares de financiamento do governo do Japão, que introduziu modernas tecnologias e equipamentos como o “pivot central”, capaz de irrigar, cada um, mais de 150 ha, garantindo a segurança da produção de trigo, soja, frutas e outros alimentos, minimizando os riscos da falta de chuva e assegurando até mesmo duas safras de cereais anualmente.

Os mencionados programas potencializaram o Brasil para tornar-se o maior produtor de alimentos nas próximas décadas.

Em 31 de julho de 2001, os governos do Brasil e Japão efetuaram a avaliação profunda do Prodecer e superficial do Profir.

Conclui-se que o Prodecer “teve papel destacado entre os programas binacionais de desenvolvimento

⁴⁷ Watanabe, certamente, entre os políticos japoneses, foi um apaixonado pela agricultura brasileira e um amigo do Brasil. Na década de 80, quando a comunidade financeira internacional boicotou o Brasil, depois da moratória do México em 82, na época, como Ministro das Finanças, aprovou novos créditos para o Profir de US\$ 86 milhões e o Prodecer II no valor de US\$ 360 milhões. Foi, em seguida, Ministro do METI, do Gaimusho e Vice-Primeiro-Ministro.

agrícola na região dos cerrados e mesmo fora dela e alcançou resultados diretos e indiretos, tais como:

- a) contribuição ao abastecimento regular de alimentos ao mundo;
- b) melhorias socioeconômicas, graças ao desenvolvimento do interior do País;
- c) desenvolvimento do agronegócio e estímulo ao desenvolvimento regional;
- d) diversificação de países exportadores de grãos para o Japão, e outros.

Pode-se afirmar que o Prodecer tornou-se um *big-push* do processo de desenvolvimento dos cerrados”.⁴⁸

A CDA, posteriormente, foi transformada e renomeada CPA-Campo, que, sob a coordenação do MA, incumbida da execução do Prodecer, implementou o projeto-piloto e as outras etapas até o seu encerramento em 2002.

Ao longo deste tempo a Campo, sempre dirigida por mineiros desde a sua constituição – Sweil Abdalla, Paulo Afonso Romano e Emiliano Pereira –, contou como vice-presidentes com personalidades indicadas pela Jadeco do Japão, em sua maioria, amakudari (aposentados), funcionários públicos, bancários e ex-funcionários de multinacionais, cumprindo as diretrizes emanadas do MA, mesmo porque dela dependeu em termos de remuneração de um percentual dos saldos devedores dos empréstimos concedidos aos agricultores do Prodecer.

5.3.5 Epagri – Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina S.A. (Empasc)

O Ministério da Agricultura e o Governo do Estado de Santa Catarina, por sua Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária S.A. (Empasc) tendo em vista o Zoneamento Agroclimático da área verificam que para o cultivo da macieira existia um potencial superior a 1 milhão de hectares.

Pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os governos do Brasil e do Japão, assinado em setembro de 1970, o governo do Estado de Santa Catarina solicitou, por meio do Ministério da Agricultura, a cooperação da JICA para a vinda do Dr. Kenshi Ushirozawa, engenheiro agrônomo, Ph.D. em pomicultura, formado pela faculdade de agronomia de Hokkaido em 1936. Aqui permaneceu de 1971 a 1977, trabalhando junto ao projeto de Fruticultura de Clima Temperado – Profit, nas estações experimentais de Videira e São Joaquim.⁴⁹

Os ensinamentos deixados pelo Dr. Ushirozawa permitiram que o Brasil de quarto maior importador de maçã do mundo em 1975, particularmente dependente da Argentina, se tornasse na década passada exportador e, portanto, totalmente autossuficiente para o seu mercado interno, com produção equivalente à do Japão e tendo variedades introduzidas pelo pesquisador japonês, tais como Fuji, Mutsu e Gala.

O sucesso dessa iniciativa motivou o governo de Santa Catarina a pleitear uma nova cooperação do governo japonês, em 1996, para pesquisa e incentivo para o plantio de pera (nashi) japonesa na Estação Experimental de Caçador, objetivando mais uma fonte de renda aos produtores da região e contribuindo

48 Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados – Relatório Final da Avaliação Conjunta, janeiro de 2002.

49 USHIROZAWA, Kenshi, *A cultura da maçã*, Empasc, 1978.

para que a população brasileira pudesse contar com mais uma opção de alto valor nutritivo, o que faria o Brasil deixar de importar cerca de 95% da pera de alta qualidade que consome.⁵⁰

5.3.6 Cooperação técnica japonesa, da JICA para os projetos de pesquisas do Instituto Florestal do Governo do Estado de São Paulo⁵¹

Ao longo de 25 anos, a Japan International Cooperation Agency (JICA), órgão de cooperação técnica do governo japonês, destinou recursos da ordem de US\$ 10 milhões ao Instituto Florestal, possibilitando a instalação de laboratórios de hidrologia e de fitoquímica, postos meteorológicos automáticos e serraria, além da aquisição de computadores, equipamentos para colheita de madeira, veículos e tratores, entre outros.

O livro é uma compilação de artigos dos próprios pesquisadores do Instituto Florestal, órgão vinculado à Secretaria do Meio Ambiente do Estado – SMA, envolvidos nos vários projetos implementados com o apoio da JICA. Os pesquisadores Guenji Yamazoe e Eliane Akiko Honda organizaram os trabalhos de Valdir de Cicco e Francisco Soriano Arcova, sobre Manejo de Bacias Hidrográficas; Luís Alberto Bucci, sobre Mecanização e Exploração Florestal; Ricardo Gaeta Montagna, Clovis Ribas e Massako Nakaoka, sobre Utilização de Madeira de Pequeno Diâmetro; Alceu Jonas Faria, sobre Meteorologia Florestal; Eliane Akiko Honda, sobre Mecanismo e Controle de Erosão; Hideyo Aoki, sobre Sensoriamento Remoto; e Maria Angélica Zandarin, sobre Processamento de Dados.

A publicação faz um relato, ainda, dos episódios mais relevantes e fatos pitorescos que marcaram a convivência de técnicos brasileiros e japoneses, como o treinamento de 64 técnicos do Instituto Florestal no Japão, com permanência que variou de dois a seis meses e a vinda de mais de 100 especialistas japoneses, por períodos igualmente variados, para atuar nas áreas de trabalho previstas no acordo de cooperação.

Com o apoio dos japoneses, segundo o livro, foi possível a instalação do Laboratório de Hidrologia Florestal, em Cunha, que efetuou o monitoramento do balanço do volume de água da Serra do Mar, durante 23 anos ininterruptos, sendo utilizado de forma intensiva para fins didáticos, pesquisa e treinamento pelas universidades e pelas instituições de pesquisa e de extensão. Por meio de convênio com a JICA, foi instalado também o Laboratório de Fitoquímica, em São Paulo, onde são desenvolvidas pesquisas sobre extratos vegetais, extrato pirolenhoso e outros.

Na área de produção, foi possível a instalação de uma linha completa de serraria, em Manduri, que viabilizou o projeto de casa de madeira utilizando material de pequeno diâmetro e o desenvolvimento de diversos sistemas de colheita de madeira em terrenos acidentados, em Campos do Jordão.

Entre outros projetos, a cooperação com a JICA possibilitou a instalação de equipamentos para a realização de estudos de medição da erosão em Assis e Paraguaçu Paulista e a pesquisa para avaliar a eficiência das matas ciliares no controle do processo de assoreamento dos corpos d'água.

Esses conhecimentos são repassados a diversos Estados brasileiros e a países da América do Sul e da África

⁵⁰ NASHI, a pera japonesa, EPAGRI, 2001.

⁵¹ Texto da apresentação do livro *25 anos de Cooperação JICA – Instituto Florestal*.

de língua portuguesa, com a realização de cursos de treinamento e pela disponibilização com a publicação dos resultados de pesquisas em 230 trabalhos, incluindo teses de doutorado e dissertações de mestrado.

5.3.7 Cooperação técnica para a Embrapa visando erradicar a doença da pimenta-do-reino em Tomé-Açu (Pará)

Núcleo de colonização e imigração de japoneses com apoio dos governos do Brasil e do Japão, Tomé-Açu nasceu e floresceu antes da Segunda Guerra Mundial graças à produção de pimenta-do-reino, cuja produção era para o abastecimento interno e exportação. Como se sabe, o cultivo da pimenta-do-reino foi introduzido no Brasil a partir do Estado do Pará, na primeira década de 30, pelos imigrantes japoneses.

Inicialmente a lavoura que serviu de base para o assentamento desses imigrantes foi o cacau, que não foi bem-sucedida. A fantástica história da introdução da pimenta-do-reino tornou o município de Tomé-Açu um novo eldorado em plena floresta amazônica, totalmente isolado de Belém, cujo acesso só era possível via fluvial, por barcos que cobriam o trecho em aproximadamente 12 horas de viagem pelo rio Acará.

No início da década de 60, porém, as plantações começaram a ser infectadas por uma doença que atacava a raiz e secava os ramos e as folhas. Mais de 10 milhões de plantas foram atingidas, acarretando grandes prejuízos a todos os produtores, além da diminuição do tempo de produção das plantas de 20 para sete anos. Não se conhecia a causa da doença.

Diante do drama e das dificuldades de toda a coletividade, iniciativas foram tomadas por personalidades e autoridades japonesas que tinham algumas relações com Tomé-Açu. Foi o caso do Deputado Saburo Chiba, decano dos parlamentares japoneses, que havia participado dos primórdios da colonização, tentou, por meio do apoio do governo do Japão, introduzir novas culturas substitutivas e conseguiu ajuda de instituições de pesquisas para se determinarem as causas da doença.

Na época, a JAMIC e a JEMIS (órgãos do governo do Japão que promoviam as colonizações e assentamentos de colonos e concessão de financiamentos para os imigrantes de pós-guerra) possuíam instalações e terrenos em Tomé-Açu, mas, devido às exigências do governo brasileiro de impossibilidade de reconhecimento de seu *status*, foram extintas. O Ministério da Agricultura, tomando conhecimento do assunto, propôs que essas instalações fossem cedidas à Embrapa para sediar uma unidade de pesquisa, com o objetivo de estudar o agente causador da doença.

Posteriormente, a Embrapa (por meio de sua unidade CPATU), pelo convênio de cooperação técnica com a JICA, possibilitou a um dos especialistas japoneses descobrir que a enfermidade da pimenta-do-reino era a fusariose, causada por um fungo identificado como *Fusarium solani*.

Atualmente, depois de despender mais de 6 milhões de dólares em continuidade à cooperação técnica, essas instituições juntas promovem pesquisas para o desenvolvimento sustentável da região amazônica oriental, beneficiando os maiores centros de concentração de nikkeis, como Tomé-Açu, Santa Isabel e Castanhal, no Estado do Pará.

5.3.8 Financiamentos públicos do Japão para o Brasil em obras de infraestrutura

Em 1986 e 1987, quando entre os 10 maiores bancos no mundo seis eram japoneses,⁵² o governo do Japão e seus bancos públicos e privados, com excesso de liquidez e necessidade de reciclar o monumental superávit comercial, instituíram o Fundo de Reciclagem para financiamento dos países em desenvolvimento, conhecido por Fundo Nakazone no Brasil, no montante de US\$ 30 bilhões, durante três anos.

A coordenação de tomada de empréstimo desta fonte japonesa foi feita por este autor no Ministério da Fazenda, quando foram relacionados 27 programas e projetos de interesse dos estados e de estatais no valor de US\$ 7,048 bilhões, dos quais, após exaustivas negociações, foram aprovados pelo governo do Japão 20 projetos no valor de US\$ 1,643 bilhões. É de se destacar os projetos do setor agrícola, tais como: Programa de Irrigação do Nordeste – US\$ 56,7 milhões; Programa de Irrigação de Jaíba (Minas Gerais) – US\$ 110 milhões; Eletrificação Rural de Goiás – US\$ 95,8 milhões; e outros de infraestrutura, quase todos relacionados com o setor de agronegócios, como a melhoria do Porto de Santos – US\$ 215,6 milhões; Trem Urbano de Fortaleza – US\$ 180 milhões; Termoelétrica de São Paulo – US\$ 585 milhões; empréstimos para o BNDES e Banco do Brasil – US\$ 200 milhões cada.

Alguns projetos não foram desembolsados e foram sucedidos por novos, como: Projeto de Despoluição do Tietê – 49,427 bilhões de ienes; Despoluição da Baía de Guanabara – 31,475 bilhões de ienes; Saneamento da Baía de Todos os Santos – 7,895 bilhões de ienes; Energia Eólica do Ceará – 6,020 bilhões de ienes; Melhoramento Ambiental do Paraná – 23,686 bilhões de ienes; Abastecimento de Água no Nordeste (Pro-água) – 3,595 bilhões de ienes etc.

Para se ter uma ideia das dificuldades de execução dos projetos financiados pelo governo japonês para o Brasil, um bom exemplo e sensível para toda a população de São Paulo é o Projeto de Despoluição do Tietê, que, compromissado na época, somente foi concluído em 2004 e inaugurado com a presença simbólica do Primeiro-Ministro Koizumi no mesmo ano.

Lamentável em tudo isso é que a grande maioria da população brasileira não sabe e o poder público brasileiro não faz a devida promoção (a não ser tão somente a colocação de placas indicativas das entidades envolvidas no projeto), muito menos nos pronunciamentos de suas inaugurações, que se deveu a uma cooperação do Japão com o Brasil.

5.4 O desempenho dos nikkeis no setor agrícola

5.4.1 Nikkeis que exerceram cargos em instituições públicas

- 1 Shiro Miyasaka – 1o nikkei a obter o título de Doutor na ESALQ/USP – com a tese sobre Melhoria de Soja, em janeiro de 1959;
- 2 Shisuto José Murayama – 1o nikkei formado na ESALQ/USP, como engenheiro agrônomo, em 1942, na 40a turma;

⁵² Segundo The Euromoney, pela ordem: Fuji, Dai-ichi, Credit Agricole, Sumitomo, Barclays, Mitsubishi, Citicorp, National Westminster, Sanwa e IBJ – Industrial Bank of Japan.

- 3 Hiroshi Ikuta – 2o Engenheiro Agrônomo que conquistou o título de doutorado em 1961 pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da USP;
- 4 Kiyoshi Okawa – 1o Secretário da Agricultura do Estado do Acre, em 1963, natural de Itacoatiara, Estado de Amazonas e formado na ESALQ/USP, em 1961;
- 5 Américo Sugai – Vereador – 1o Secretário de Abastecimento da cidade de São Paulo em 1964, advogado, nascido em Ipameri, Estado de Goiás;
- 6 Maçao Tadano
 - 1o Secretário da Agricultura do Estado de Mato Grosso, em 1969;
 - Chefe de Gabinete do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – desde janeiro de 2006.
- 7 Fábio Yassuda – Secretário de Abastecimento da cidade de São Paulo em 1969, nascido em Pindamonhangaba, ex-diretor gerente da CAC;
- 8 Mário Osassa – Secretário de Abastecimento da cidade de São Paulo em 1975;
- 9 Paulo Yokota – 1o nikkei Diretor de Crédito Rural do Banco Central em 1971 e 1o Presidente do Incra em 1984, nascido em São Paulo, formado pela FEA/USP;
- 10 Akihiro Ikeda – Secretário Executivo do Conselho de Política Aduaneira do Ministério da Fazenda em 1971/74, nascido em Alvares Machado, formado pela FEA/USP;
- 11 Irineu Yuji Koyama – 1o Coordenador da Pesquisa de Recursos Naturais da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, em 1972, nascido em Lins e formado pela ESALQ/USP;
- 12 Isidoro Yamanaka – Assessor Especial de 10 Ministros de Estado, em Brasília (1975/2007);
- 13 Yoshiaki Oshiro – 1o Secretário de Abastecimento do Estado do Paraná, em 1979;
- 14 Toshio Shibuya – 1o Presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo – BNCC, em 1980;
- 15 Celso Matsuda – Secretário de Abastecimento da cidade de São Paulo e 1o Diretor do Departamento de Política Agrícola do MAPA, em 1992;
- 16 Shizuo Matsuoka e Hideto Arizono – Pesquisadores do antigo IAA – Instituto do Alcool e Açúcar de Araras/SP que criaram 60% da cana-de-açúcar atualmente produzida no Brasil;
- 17 Hiroshi Nagai – Pesquisador do Instituto Agrônomo de Campinas, considerado o maior melhorista de tomate do Brasil, nascido no Japão e formado pela UFRRJ em 1961 e doutorado pela ESALQ em 1967;
- 18 Américo Utsumi – Secretário de Abastecimento da cidade de São Paulo em 1992.
- 19 Júlio Nakagawa – Diretor da Unesp – 2 mandatos, de 1977 a 1985;
- 20 Mítica Kuribayashi – Diretora da Faculdade de Medicina Veterinária da USP;
- 21 Guenji Yamazoe – Diretor-Geral do Instituto Florestal de São Paulo;
- 22 Eunice Oba – Diretora da Faculdade de Medicina Veterinária da Unesp de Botucatu.

5.4.2 Nikkeis que contribuíram para o desenvolvimento da agricultura brasileira e receberam o Prêmio “Kiyoshi Yamamoto”

Os nikkeis que contribuíram para o desenvolvimento da agricultura brasileira foram agraciados com o Prêmio “Kiyoshi Yamamoto”, instituído pela Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social.

No ano de 2006, foram agraciados com o referido prêmio Shizuo Matsuoka e Hideto Arizono, pelas pesquisas desenvolvidas com a cana-de-açúcar, resultando em variedades RB,⁵³ que contêm mais açúcar, são mais produtivas e mais resistentes às doenças.

⁵³ Sigla de República do Brasil criada pelos dois pesquisadores.

Relação Dos Agraciados Do Prêmio “Kiyoshi Yamamoto”

Ano -Série	Nº	Nome	Atividades	Localidade	Méritos
1965 – 1ª	001	Kyunosuke Kanegae	Cereais	Tremembé-SP	Cultura de arroz em campo irrigado em grande escala
	002	Keiichi Matsumoto	Fruticultura	Itaquera-SP	Pesquisa da tecnologia de cultivo de pêssego na zona suburbana de S. Paulo
	003	Yoshiji Kakahara	Fruticultura	P. Prudente-SP	Cultivo de frutas no interior de S. Paulo, especialmente pêssego e macadâmia
	004	Hiroshi Haramoto	Algodão	Birigui-SP	Desenvolvimento da técnica de cultivo de algodão
1966-2ª	005	Shozo Sakai	Avicultura	M. das Cruzes-SP	
	006	Sakuzo Sawabe	Fruticultura	Botucatu-SP	Criação da variedade de pêssego sawabe
	007	Nozomu Abe	Conservação do solo	Votuporanga-SP	Aplicação de curva de nível em agricultura
1967-3ª	008	Ryota Oyama	Juta	Castanhal-PA	Contribuição na melhoria da espécie de juta
	009	Torazo Okamoto	Chá	Registro-SP	Pioneiro de cultivo de chá no Brasil
	010	Shigeo Hayashi	Orientação rural	São Paulo-SP	Prestou relevantes serviços na orientação dos nikkeis na zona rural
	011	Jorge Bierenbach Castro	Fomento agrícola	São Paulo-SP	
1968-4ª	012	Akira Taniguchi	Sericicultura	Bastos-SP	Contribuiu ao desenvolvimento da sericultura no Estado de S. Paulo
	013	Ken Okano	Cereais	Morro Agudo-SP	
	014	Narumi Ueno	Floricultura	Cotia-SP	Educação dos jovens na qualidade de chefe do campo experimental da Cooperativa Central
1969-5ª	015	Eizo Sakai	Irrigação	Bauru-SP	
	016	Kiyosi Hori	Cooperativismo	São Paulo-SP	Orientação do cooperativismo na qualidade de Presidente da Cooperativa Central
	017	Renkichi Hiraga	Pimenta-do-reino	Tomé-Açu-PA	Contribuição à revitalização dos cultivadores de pimenta-do-reino em Tomé-Açu
	018	Susumu Usui	Uva	Ferraz de Vasconcelos-SP	Relevantes serviços prestados no cultivo da uva Itália e sua difusão
1970-6ª	019	Yuzo Nakagawa	Cereais	Regente-SP	
	020	Kaoru Hiramatsu	Fruticultura	Mogi das Cruzes-SP	Orientação dos jovens dedicados à fruticultura; consolidou o método do cultivo da uva em forma de Y
	021	Taichi Yoshioka	Fruticultura	Itaquera-SP	Trabalhou na melhoria da espécie e método de cultivo do pêssego
	022	Haruju Matsuoka	Floricultura	Atibaia-SP	Pioneiro da floricultura na comunidade nikkei
1971-7ª	023	Tsunezaemon Maeda	Cereais	Ituitava-SP	Introduziu o cultivo de cereais e algodão em grande escala
	024	Hatsuo Ishibashi	Floricultura	Suzano-SP	Pioneiro na produção de mudas
	025	Yoshiji Kodato	Avicultura	Guarulhos-SP	Avicultura para produção de ovos
1972-8ª	026	Kiyoji Endo	Cereais	Sertaneja-SP	Produção de soja e algodão
	027	Taichiro Hashizume	Vinho	São Roque-SP	Cultivo de uvas, fabricação de vinho
	028	Kazuta Imagawa	Fruticultura	Londrina-PR	Contribuiu na difusão e produção de uva Itália no Estado do Paraná
1973-9ª	029	Toranosuke Ikeda	Horticultura	Campinas-SP	Criador da variedade de pimentão Ikeda
	030	Toshiharu Kunizawa	Horticultura	Itaguaí-RJ	Difusão do cultivo de quiabo na planície do Estado do Rio de Janeiro
	031	Ichiro Shimizu	Comunidade rural	Guaraçai-SP	Relevantes serviços prestados ao desenvolvimento da agricultura da região
	032	Masuto Fujiwara	Fruticultura	São Miguel Arcanjo-SP	Pioneiro do cultivo de uva Itália na grande região produtora no sudoeste do Estado de São Paulo
1974-10ª	033	Hiroshi Yoshio	Bovinocultura	P. Prudente-SP	Criação de gado de corte de alta qualidade
	034	Jinichi Shigeno	Avicultura	Mogi das Cruzes-SP	Relevantes serviços prestados ao desenvolvimento da avicultura
	035	Marcílio de Souza Dias	Horticultura	Piracicaba-SP	Contribuição à melhoria da espécie da horticultura na ESALQ de Piracicaba

Ano -Série	Nº	Nome	Atividades	Localidade	Méritos
1975-11ª	036	Takema Tamura	Horticultura	Itatiba-SP	Desenvolvimento da técnica de cultivo da batata inglesa
	037	Kiyoshi Yogo	Fruticultura	Itibera-BA	Cultivo do cravo-da-índia
	038	Kimisaburo Hirai	Horticultura	Bastos-SP	Produção de melão espanhol no Brasil
1976-12ª	039	Ienori Nakao			
	040	Hiroshi Saito	Fruticultura	Ibiúna-SP	Pioneiro do cultivo da uva Itália no Estado de São Paulo
	041	Hiroshi Watanabe	Horticultura	Miguel Pereira-RJ	Criação de novas variedades, técnicas de cultivo de tomates e pimentão na região de Miguel Pereira
	042	Kenshi Ushirozawa	Fruticultura	Japão	Orientador da fruticultura da JICA, enviado ao Estado de Santa Catarina, contribuiu ao desenvolvimento da produção de maçã variedade fuji e na sua difusão (a atual difusão da maçã fuji no Brasil deve-se muito ao trabalho do Dr. Ushirozawa)
1977-13ª	043	Umeichi Shimogiri	Horticultura	Canoinhas-PR	Produção da semente de batata inglesa
	044	Taizo Ito	Fruticultura	Itaetininga-SP	Dedicou-se à criação da variedade, técnica de cultivo e difusão da produção de abacate
	045	Kanjiro Fukushi	Horticultura	Atibaia-SP	Contribuição à melhoria da qualidade e técnica de cultivo de morangos
1978-14ª	046	Kaoru Hino	Floricultura (cactos)	Jundiaí-SP	Dedicou-se ao desenvolvimento da técnica de cultivo de cactos
	047	Michitose Tanase	Orientação rural	Bauru-SP	Dedicou-se à orientação dos agricultores no interior do Estado de São Paulo
	048	Masao Igarashi	Cereais	Rolândia-PR	Desenvolvimento de novas técnicas de cultivo do café, no norte do Estado do Paraná
	049	Motoji Ito	Avicultura	Campinas-SP	Estruturou a base empresarial na avicultura da produção de ovos
	050	José Ribeiro de A. S. Neto	Fruticultura		
	051	Chotaro Takeya	Horticultura	Viçosa-MG	Melhoramento das espécies de hortaliças (Professor da Faculdade de Agronomia)
1979-15ª	052	Sho Yoshioka	Fruticultura	Itaquera-SP	Dedicou-se à melhoria da técnica de cultivo de pêssego
	053	Shiniti Ogawa	Fruticultura	Itaguaí-RJ	Consolidou a variedade ogawa de goiaba (tornou-se base da variedade de goiaba produzida atualmente no Brasil), sua criação e difusão
	054	Masaru Hirooka	Fruticultura	Londrina-PR	Dedicou-se à melhoria da técnica de cultivo da uva Itália
	055	Orlando Rigitano	Fruticultura	Campinas-SP	Melhoria da espécie, técnicas de cultivo de frutas
1980-16ª	056	Shunji Nishimura	Mecanização Agrícola	Pompeia-SP	Maior autoridade nikkei como produtor de máquinas agrícolas (pulverizadores, colheitadeiras de café, desenvolvidas com tecnologia própria)
	057	Nagatoshi Yamaguchi	Horticultura	Pelotas-RS	Dedicou-se à melhoria da espécie de couve-flor
	058	Kanji Nagano	Horticultura	Canoinhas-SC	Produção de sementes de batata inglesa
	059	Álvaro Santos Costa	Fitopatologia	Campinas-SP	Pesquisa na área de fitopatologia
1981-17ª	060	Tamitsu Nishimura	Fruticultura	São Joaquim-SC	Cultivo de maçã
	061	Yoshio Uwasa	Horticultura	Cambé-PR	Desenvolvimento da técnica de cultivo de cenouras
	062	Tadashi Sugimoto	Horticultura	Suzano-SP	Cultivo de batatas na zona suburbana de São Paulo
1982-18ª	063	Susumu Ichimura	Rami	Uraí-PR	Desenvolvimento da técnica do cultivo de rami
	064	Tadao Kimura	Horticultura	Cristalina-GO	Cultivo de batata na zona do cerrado
1983-19ª	065	Kotaro Okuyama	Fruticultura	Sta. Mariana-PR	Criação da variedade de uva okuyama
	066	Hirohumi Kage	Cereais	Guairá-PR	Cultivo de soja
	067	Shiro Miyasaka	Cereais	Campinas-SP	Melhoria da espécie de soja
1984-20ª	068	Noboru Oya	Fruticultura	S. F. do Pará-PA	Cultivo de papaya da variedade Hawaí
	069	Hidehiko Fujiwara	Fruticultura	S. F. do Pará-PA	Cultivo de papaya da variedade Hawaí
	070	Cooperativa Agrícola de Cotia	Cooperativa	São Paulo-SP	Desenvolvimento do cooperativismo
	071	Cooperativa Central Sul Brasil	Cooperativa	São Paulo-SP	Desenvolvimento do cooperativismo
1985		Não houve			
1986-21ª	072	Shinjiro Miura	Sericultura	Bastos-SP	Cultivo de amoreiras
	073	Itiro Namekata	Fruticultura	Araucária-PR	Desenvolvimento da técnica de cultivo da pera chinesa
1987		Não houve			

Ano -Série	Nº	Nome	Atividades	Localidade	Méritos
1988-22ª	074	Togoro Shimosaka	Desenvolvimento do Programa Cerrado	C. Paranaíba-MG	Desafio do cultivo de café na zona do cerrado
	075	Sohei Okamoto	Agricultura em geral	São Joaquim-SC	Desenvolvimento do cerrado e outras regiões
	076	Flávio Augusto de Araújo Couto	Técnica agrícola	Brasília-DF	Importantes pesquisas sobre agricultura
1989		Não houve			
1990-23ª	077	Haruo Kumagai	Fruticultura	Campinas-SP	Melhoria da espécie de goiaba
	078	Seiichi Kumagai	Fruticultura	Campinas-SP	Melhoria da espécie de goiaba
	079	Tadatoshi Saegusa	Horticultura	Piabeira-RJ	Melhoria da espécie de pimentão
1991-24ª	080	Noritaro Murata	Fruticultura	Rancharia-SP	Introdução da técnica de cultivo da pera japonesa
	081	Shigeru Aoyagi	Horticultura	S. M. Arcanjo-SP	Introdução da técnica de cultivo de batata
	082	Mamoru Yamamoto	Fruticultura	Petrolina-PE	Pioneiro do cultivo de uvas em Petrolina
1992-25ª	083	Keinosuke Murakami	Fruticultura	Guapiara-SP	Orientador do cultivo de pêssego na região de Guapiara
	084	Manoel T. Hirata	Cereais	Astorga-PR	Introdução da nova técnica de cultivo de café no Estado do Paraná
	085	Akira Isechi	Horticultura	Piedade-SP	Aplicação da técnica do método de agricultura orgânica
1993-26ª	086	Tsujimatsu Makiyama	Fruticultura	Araponga-PR	Criação da nova variedade de abacate e seu cultivo
	087	Suehiro Kano	Fruticultura	M. das Cruzes-SP	
	088	Teruo Shimomachara	Fruticultura	Castanhal-PA	Introdução da nova técnica no cultivo de acerola na Amazônia
	089	Yoshio Utsumi	Avicultura	São Paulo-SP	
1994		Não houve			
1995-27ª	090	Ikuo Huruhashi		Irapuru-SP	Desenvolvimento de novas técnicas de cultivo de uva Itália no interior do Estado de São Paulo
	091	Takashi Chonan	Horticultura	Curitiba-PR	Criação da variedade de alho chonan
	092	Massasuke Mashima	Fruticultura	Londrina-PR	Desenvolvimento da técnica de fruticultura no norte do Paraná
1996		Não houve			
1997-28ª	093	Yukimitsu Uemura	Cereais	Mauá-PR	Pioneiro no aprimoramento da técnica de aproveitamento do solo não aproveitado para cultivo
	094	Osamu Yamashita	Fruticultura	S. M. Arcanjo-SP	Cultivo de uvas de alta qualidade
	095	Goro Hashimoto	Taxiologia botânica	São Paulo-SP	Autoridade da taxiologia botânica
1998		Não houve			
1999-29ª	096	Noboru Sakaguchi	Pimenta-do-reino	Tomé-Açu-PA	Introdução da nova técnica de cultivo de pimenta-do-reino
2000-30ª	097	Katsuya Araki	Floricultura	Arujá-SP	Desenvolvimento da técnica da floricultura
2001-31ª	098	Takashi Miyazaki	Bambu	São Paulo-SP	Cultivo de bambu
2002-32ª	099	Yoshio Hoçoya	Fruticultura	M. das Cruzes-SP	Cultivo de caqui da variedade fuyú, de alta qualidade
2003-33ª	100	Junichi Irikita	Horticultura	Mossoró-RN	Pioneiro do cultivo de melão no nordeste brasileiro
2004-34ª	101	Yoshio Kinoshita	Floricultura	Jacareí-SP	Pioneiro do cultivo de mudas
2005-35ª	102	Hiroshi Ikuta	Horticultura	M. das Cruzes-SP	Introduziu melhoria da espécie de berinjelas
	103	Kanji Sambuiti	Cultura de cogumelo	Brasília-DF	Desenvolveu a técnica de cultivo de cogumelos da variedade shiitake no clima tropical
	104	Tadao Morioka	Fruticultura	Pilar do Sul-SP	Empresário agrícola, criador da técnica de coloração da ameixa pelo método de refrigeração, técnicas da fruticultura e melhoramento do solo cultivável
	105	Ikuko Suhara	Movimento feminino da área rural	São Paulo-SP	Fundadora do Departamento Feminino (Adesc) na zona rural; contribuiu no seu desenvolvimento e atividades
	106	Rui Kikuti	Contribuição no desenvolvimento da agricultura	São Paulo-SP	Contribuição nas atividades da Associação dos Pesquisadores de Técnicas Agrícolas do Brasil

Fonte: Abeta – Associação Brasileira de Estudos Técnicos da Agricultura.

5.4.3 Nikkeis anônimos que se sacrificaram na lavoura juntamente com seus pais, para possibilitar que seus irmãos e irmãs pudessem estudar, tornando-se cidadãos qualificados no Brasil

O Sr. Tomoo Handa, em seu livro *O imigrante japonês – História de sua vida no Brasil*, no capítulo “O conflito entre as gerações decorrente da diferença de educação”, menciona vários exemplos de conflitos entre pais e filhos que estudaram e os que não estudaram. Aqueles que se formaram e vieram a conhecer e participar da sociedade brasileira e fizeram amizades com os brasileiros passaram a tratar os irmãos mais velhos e os próprios pais com certa distância.

“Diferenças entre gerações, diferenças de educação. Talvez seja um fato excepcional digno de crítica, de um lado, mas a diferença de mentalidade entre issei e nissei aparece juntamente com a diferença entre gerações. Isso quase é incompreensível para os pais. E dentro da mentalidade dos isseis que procuram criticar o comportamento dos nisseis, o Sr. Handa vislumbra algo que poderia ser considerado fatalidade inerente à condição de imigrantes.”⁵⁴

Entretanto, este autor, em suas andanças por este Brasil adentro, ao longo de sua vida profissional, como engenheiro agrônomo da Secretaria da Agricultura de São Paulo e do Ministério da Agricultura, deseja testemunhar, apoiado em sólidos depoimentos de centenas de irmãos e irmãs de nisseis que estudaram ou não, o quanto existe de sentimento humano, de respeito, gratidão e sobretudo de solidariedade na sociedade dos nikkeis sobre os conflitos acima mencionados. São exemplos de nikkeis que, no seu anonimato, contribuíram para o alto conceito que todos os brasileiros, descendentes de japoneses, desfrutam na sociedade brasileira, e que merecem lugar de honra nas comemorações do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil.

5.4.4 Tabela 1 – Contribuições dos imigrantes japoneses para a agricultura brasileira

Código:

A – Aquisição (introdução)

B – Melhoramento

C – Comercialização

D – Melhoramento das técnicas de cultivo e difusão

E – Exportação

Nome Comum	Nome Científico	Ano	Código
Grãos			
Trigo Sarraceno	<i>Fagopyrum saggitatum</i>	1910s	A, D, E
Arroz	<i>Oryza sativa</i> var. <i>Matsum</i>	1910s	A, D
Soja	<i>Glycine max</i>	1970	B, D, E
Outros: Amendoim, Milho			D, E
Vegetais			
Alcachofra	<i>Cynara scolymus</i>	1950s	C

⁵⁴ Idem.

Nome Comum	Nome Científico	Ano	Código
Broto de Bambu	<i>Phyllostachys spp.</i>	1930	A, C, D
Pimentão	<i>Capsium annuum</i>	1950s	B, D
Bardana	<i>Arctium lappa</i>		A, C, D
Repolho	<i>Brassica oleracea</i>	1960	A, D
Abóbora Japonesa	<i>Cucurbita moschata</i>	1970s	A, D
Cenoura	<i>Daucus carota</i>	1960s	B, D
Pepino	<i>Cucumis sativus</i>	1930s/60s	A, B, D
Berinjela	<i>Solanum melongena</i>		B, D
Alho	<i>Allium sativum</i>	1977	B, D
Gengibre	<i>Zingiber officinale</i>		A, D, E
Cebolinha	<i>Allium fistulosum</i>		A, D
Feijão Vagem	<i>Phaseolus vulgaris</i>		B, D
Alface	<i>Lactuca sativa</i>		B, D
Acelga	<i>Brassica pekinensis</i>		A, C, D
Quiabo	<i>Hibiscus esculentus</i>	1948/67	B, C, D
Cebola	<i>Allium cepa</i>		D
Mandioquinha	<i>Arracacia xanthorrhiza</i>		B, C, D
Ervilha	<i>Pisum sativum</i>	1940/60/70s	B, D
Batata	<i>Solanum tuberosum</i>	1910s	B, C, D
Rábano	<i>Rephanus sativus</i>		A, C, D
Inhame	<i>Colocasia esculenta</i>		A, C, D
Tomate	<i>Lycopersicon esculentum</i>	1930s	B, D
Frutas			
Acerola	<i>Malpighia glabra</i>	1970s	B, C, D, E
Maçã	<i>Malus pumila</i>	1971	A, D, E
Abacate	<i>Persea americana</i>	1958/72	A, B, D
Castanha	<i>Castanea crenata</i>	1958	A, D
Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i>	1976	B, D, E
Uva	<i>Vitis vinifera</i>	1940/73	A, B, D, E
Goiaba	<i>Psidium guajava</i>	1939	B, C, D
Umê	<i>Prunus mume</i>	1960s	D
Kiwi	<i>Actinidia chinensis</i>	1970s	A, D
Lichia	<i>Litchi chinensis</i>		D
Nêspera	<i>Eriobotrya japonica</i>	1910s	A, B, D, E
Macadâmia	<i>Macadamia integrifolia</i>	1970s	A, D
Abricó-do-Pará	<i>Mammea americana</i>	1970s	B, C, D
Mangostão	<i>Garcinia mangostana</i>	1970s	C, D
Melão	<i>Cucumis Melo</i>	1968	B, D, E
Mamão	<i>Carica papaya</i>	1971	A, D, E
Pêssego	<i>Prunus persica</i>	1920	B, C, D

Nome Comum	Nome Científico	Ano	Código
Pera	<i>Pyrus communis</i>		A, C, D
Pecã	<i>Carya pecan</i>	1942/48/50	A, B, C, D
Caqui	<i>Diospyros kaki</i>	1916/23	A, C, D, E
Abacaxi	<i>Ananas comosus</i>	1935	A, D
Ameixa	<i>Prunus salicina/domestica</i>	1969	B, C, D
Poncã	<i>Citrus reticulata</i>	1929	A, C, D
Morango	<i>Fragaria chiloensis</i>	1946	B, D
Melancia	<i>Citrullus vulgaris</i>		A, D
Condimentos			
Pimenta-da-jamaica	<i>Pimenta officinalis</i>	1980s	A, D
Pimenta-do-reino	<i>Piper nigrum</i>	1933/35	A, D, E
Cravo-da-índia	<i>Caryophyllus aromaticus</i>	1950s	D, E
Chá	<i>Thea assamica</i>	1934	A, C, D, E
Outros: Café, Guaraná, Hortelã, Cana-de-açúcar			
Culturas fibrosas			
Juta	<i>Corchorus capsularis</i>	1930/33	A, B, C, D, E
Rami	<i>Boechmeria nivea</i>	1938	A, B, D, E
Junco	<i>Juncus deeipens</i>	1931	A, C, D
Outros: Algodão etc.			D, E
Flores e Plantas Ornamentais			
Gadíolo		1952	A, D
Cravo, Crisântemo		1954/58	A, D
Acer, Azaleia, Bambu, Camélia, Fatsia, Ginkgo, Guerraia, Cedro, Nandina, Pinheiro, Rosa			A, D
Várias Plantas Ornamentais			A
Criação de Animais			
Sericultura		1914/19/38/67	A, B, D, E
Avicultura (ovos)		1935	B, D
Piscicultura (truta)		1970s	D
Outros: Truta, Camarão, Tartaruga, Rã, Jacaré etc.			D

Fonte: Comissão de Elaboração da História dos 80 anos da Imigração Japonesa no Brasil, 1992, e relatos pessoais, adaptado por Yamada, M. em “Japanese Immigrant Agroforestry in the Brazilian Amazon”, 1999. Apud: BALDISERA, Elizana. Imigrantes japoneses e holandeses no desenvolvimento agrícola do Brasil: um estudo de caso na região Sudoeste do Estado de São Paulo. 2004. Dissertação (mestrado).

A influência do nikkei nas áreas do comércio, da indústria e de serviços

6

6. A influência do nikkei nas áreas do comércio, da indústria e de serviços



Roque Tsuguo Nishida

Engenheiro mecânico e civil com extensão em Eletricidade Alta Tensão. Formado em Administração e Análise de Sistemas. Mestrado em Ciências das Comunicações pela ECA/USP. Frequentou diversos cursos na área de Relações Públicas e exerceu diversas atividades, como a de Gerente Administrativo da Ceagesp, Diretor das Indústrias Hércules S.A. e da Eletro-Sul Comércio e Representações Ltda., Engenheiro Chefe das Centrais Elétricas Matogros Senses S.A., Chefe de Divisão de Aquisição e do Setor de Arranjo Físico e Movimentação de Materiais da Sabesp, Assistente da Gerência de Vendas das Indústrias Villares-Divisão, Planejamento e Programa-

ção da Chrysler do Brasil. Ex-Diretor do Círculo Militar de São Paulo, Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social, Associação Cultural e Assistencial da Liberdade, Associação Cultural e Esportiva da Saúde, Associação Cultural e Esportiva Piratininga, Associação Nikkey do Brasil e Câmara Júnior do Brasil.

6.1 Introdução

Este capítulo tem como objetivo abordar a atuação do nikkei no comércio, indústria e prestação de serviços na sociedade paulistana. Os dados e informações foram coletados em instituições, livros e depoimentos.

A adaptação dos japoneses no Brasil, diferente do que aparenta, não foi tão coesa e pacífica. Como os demais imigrantes, sofreram com o choque cultural, social, ambiental e alimentar. No início da imigração havia duas correntes ideológicas: uma constituída pelos que pretendiam voltar o mais breve possível para o Japão e outra formada pelos que vieram com a intenção de aqui constituir um novo lar, acrescida dos que resolveram ficar, resignados com a difícil situação em que se encontravam. Alguns eram cristãos que vieram com o propósito de fixar residência neste país cristão de maioria católica.

Este último grupo, que queria permanecer no Brasil, com a rendição japonesa para os norte-americanos na Segunda Grande Guerra Mundial, consciente da nova realidade e das condições necessárias para aqui viver, começou a participar da sociedade paulistana. Nesse instante, houve uma grande cisão e fatos lamentáveis ocorreram na colônia japonesa. Patrícios japoneses, aproveitando-se do desconhecimento e do nacionalismo exacerbado de alguns imigrantes, apoderaram-se dos bens de seus antigos companheiros, comprando-os por preço irrisório, usando até dinheiro falso. Alguns enriqueceram dessa maneira, constituíram negócios e prosperaram no seio da colônia, trazendo com isso muito desconforto no seu meio.

Isso, entretanto, foi um fato isolado e pontual. De modo geral, a atuação nipônica nos diversos segmentos sempre foi pautada pelo esforço, competência, honestidade, levando-nos ao conceito e nível socioeconômico em que nos encontramos nos dias atuais.

6.2 Participação dos imigrantes japoneses no comércio paulistano

No fim do século XIX, o desenvolvimento da lavoura do café no Estado de São Paulo e a necessidade de manutenção, reparos e adaptações nos equipamentos agrícolas fizeram com que os imigrantes, principalmente os italianos, começassem a montar oficinas e pequenas indústrias nos centros urbanos.

Foi o começo do ciclo industrial das cidades paulistas, em particular de São Paulo. Os imigrantes que convergiram para esta cidade conferiram-lhe sua vocação industrial. Este desenvolvimento trouxe a necessidade de equipamentos urbanos, como habitação e abastecimento.

Rapidamente São Paulo transformou-se, sendo hoje a maior metrópole da América do Sul e a quarta do mundo. Sua população é de dez milhões e quinhentos mil habitantes, com 400.000 empresas, 12.500 restaurantes de 40 tipos de culinárias de todas as partes do mundo, 15.000 bares, 90 teatros, 70 museus e 11 centros culturais.

Essa concentração de imigrantes de várias partes do mundo fez da população paulistana uma miscigenação de diversas etnias. Hoje convivem pacificamente um milhão de descendentes de sírio-libaneses, seis milhões de italianos, trezentos e setenta mil japoneses e cinquenta mil coreanos, entre outros povos (IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000; *Veja SP*, 10-11-2004).

Os japoneses, cujo centenário de sua imigração foi comemorado no ano de 2008, já se faziam presentes antes de 1908, ano oficial da imigração japonesa para o Brasil. Uns eram funcionários de casas comerciais, importadoras, de empresas congêneres, do consulado, e outros eram os imigrantes que pretendiam ir para os Estados Unidos da América, mas, impedidos de entrar nesse país, vieram para o Brasil. No caso japonês, devido ao acordo:

“Gentlemen’s Agreement, firmado em 1908 entre o governo japonês e o norte-americano, com o Japão se comprometendo em não permitir a saída de trabalhadores japoneses com destino aos Estados Unidos” (Handa, 1987, p. 153).

Uma das casas comerciais se encontrava na Rua São Bento, nº 58, desde o ano de 1906, a Casa Fujisaki, filial da matriz de Sendai no Japão. Conhecida dos paulistanos como a Casa do Japão, era de propriedade da família Saburosuke Fujisaki (Handa, 1987, p. 152). Curiosamente, a pesquisadora Marisa Midori de Aecto menciona o estabelecimento Garcia, Nogueira & Cia., fundado no ano de 1879. De nome fantasia Loja do Japão, na mesma Rua São Bento, nº 46, 48, de propriedade de Manuel Garcia da Silva, teve origem na cidade do Rio de Janeiro, como Casa de Chá. Também vendia cera, rapé, sementes, produtos importados europeus, fantasias, porcelana, artigos de bronze, fogos da China, entre outros produtos. No mesmo livro há uma *charge*, um desenho de estabelecimento chamado Bazar Japão que apresenta funcionários com características de chineses, uma sátira ao governo de Afonso Penna e seus ministros.

Na então capital federal, com uma urbanização moderna, avenidas amplas, como a Central, atual Rio Branco, havia a Rua do Ouvidor de comércio fino e de luxo. Nessa rua estava estabelecida desde o ano de 1910 a Casa Hachiya, filial de Nagoya, Japão.

Nesse mesmo período, São Paulo era uma cidade muito provinciana. As ruas da Praça da Sé e de seu entorno eram de terra batida. As proximidades do Pátio do Colégio eram os endereços das principais

atividades comerciais, como da Companhia Imperial de Emigração Japonesa (Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha – KKKK) e do Consulado do Japão.

Entre as inúmeras igrejas que existiam, a Igreja de São Gonçalo, que permanece no mesmo local, era um dos principais destinos dos jovens nikkeis que vinham do interior.¹ O padre Del Toro, pároco dessa igreja, foi um dos pioneiros no trabalho pela integração japonesa na sociedade paulistana. O templo era e continua sendo ainda hoje reduto de fiéis católicos nikkeis.

O padre Guido Del Toro foi um dos responsáveis pela evangelização dos isseis e nisseis na cidade de São Paulo. No ano de 1921, fez o primeiro batismo de um grupo de quinze jovens japoneses na capela de Coruputuba, sendo na época assunto de destaque no jornal *O Estado de S. Paulo*. Sensibilizado com as dificuldades dos jovens japoneses que vinham do interior, procura junto à comunidade nipônica ajuda para construir um colégio católico japonês. Os japoneses sem condições financeiras de arcar com esse investimento mantiveram-se alheios a essa proposta (Handa, 1987, p. 733 e 734).

Depois, com a ajuda de beneméritos paulistas, inicia-se a construção do Colégio São Francisco Xavier, na atual Av. Liberdade. Era um colégio construído com o objetivo exclusivo de educar alunos nisseis, abrigando os filhos de imigrantes que vinham estudar e morar em São Paulo. Funcionava como internato, com aulas ministradas por professores japoneses.

Obtendo a doação de um terreno no Bairro do Ipiranga mudou-se para o local onde se encontra atualmente. Era um bairro muito distante e os japoneses deixaram de enviar seus filhos para estudarem nesse colégio. Passou então a contar apenas com alguns jovens que vinham do interior e viviam como internos. Apesar da sua importância para os nikkeis, não há no colégio nenhum registro ou vestígio sobre esse período, nem mesmo uma simples placa fazendo menção a esse passado.

As empresas importadoras e colonizadoras, com o passar do tempo, encerraram suas atividades no país. Muitos de seus funcionários aqui permaneceram e se estabeleceram, abrindo empresas importadoras, principalmente de porcelanas e artigos de alimentos japoneses, ou como prestadoras de serviços, agora para atender as necessidades da emergente comunidade nikkei da cidade de São Paulo e do Brasil.

O progresso se acelerava, mas mesmo assim, como mostram as fotos de Militão, ainda no ano de 1937 o tráfego dos bondes era interrompido pela passagem de mulas e bois. O comércio fino, que começou a surgir na década de 1920, concentrava-se no local conhecido como o Triângulo do Comércio, formado pelas Ruas 15 de Novembro, Direita e São Bento, passando posteriormente para o outro lado do Vale do Anhangabaú, como o Bar do Museu, Nick Bar, Jaraguá, Boite Oásis, Gigeto, Bambu, Cabana, Mappin Store, Viena etc. Com a mudança do centro financeiro para o espigão da Paulista, na década de 1970, poucas dessas empresas resistiram, deixando de existir ou transferindo-se para outros locais. Entretanto, o comércio dos japoneses, que também teve início nesse período, ainda permanece no bairro da Liberdade, próximo do Centro Velho.

Os nipônicos são conhecidos como pouco hábeis na arte da negociação. Diferentes dos árabes, chineses e coreanos, os japoneses não têm tradição nessa área. Na sociedade japonesa não existiam castas, mas as classes sociais eram bem diferenciadas e definidas. Mesmo hoje, não existindo a nobreza, as diferenciações do passado persistem. Até antes do período Meiji, quando se deu o salto para a modernização

¹ Ao lado dessa igreja encontra-se uma das mais antigas padarias do Brasil e certamente de São Paulo, a Padaria Santa Tereza.

do país e uma grande transformação na estrutura social, as classes sociais eram formadas pelos nobres e samurais, agricultores, artesãos e por último os comerciantes. O comércio não conferia *status* àqueles que se dedicavam a essa atividade visto que nada produziam e só se beneficiavam do trabalho dos outros. É bem possível que em razão desse conceito não tenham se desenvolvido neste segmento.

No período em que o Japão se manteve isolado do resto do mundo, o único contato que mantinha com o exterior era com os portugueses, holandeses e chineses na região de Nagasaki, na ilha artificial de Deshima. Para alguns sociólogos, em razão desse fato, nessa região se encontram os melhores comerciantes japoneses.

Alguns imigrantes vieram com pequeno capital e tinham o objetivo de constituir algum tipo de empreendimento, assim que tivessem cumprido as suas obrigações contratuais como imigrantes. Muitos deles foram ludibriados pelas empresas colonizadoras, para as quais, por segurança, confiaram a guarda do seu capital, com o compromisso de tê-lo de volta assim que chegassem a terras brasileiras.

Superadas as inúmeras dificuldades e decorridos alguns anos, alguns imigrantes começaram a aventurar-se no comércio em busca de melhor sorte. Os primeiros comerciantes foram os vendedores de verduras, verdadeiros mascates vendendo de porta em porta. O mascate foi um elemento importante para o desenvolvimento do Brasil. Essa atividade nos leva à figura dos árabes e judeus, mas a colônia nipônica também teve este tipo de comércio, que muito contribuiu para a sua integração na comunidade. Era o vínculo de relacionamento entre os diversos núcleos da colônia, levando informações entre eles e mesmo servindo até de “nakodo” de muitos “miais”.

Depois de algum tempo, surgiram lojas com portas voltadas para as ruas saindo dos fundos das casas e porões. Passam a atender não só a clientela japonesa, mas a paulistana em geral. Os primeiros estabelecimentos foram lavanderias, tinturarias, marcenarias, serralharias, quitandas e barbearias. As Casas Japão, Mikado, Tokyo e outras lojas de móveis fabricavam mobílias envernizadas. Eram estabelecimentos modestos, mas que merecem ser citados, pois foram as primeiras lojas de imigrantes japoneses de frente para as ruas que tiveram relativo sucesso.

Os japoneses inicialmente estavam espalhados na cidade de São Paulo, nas proximidades das fábricas que se encontravam principalmente nos bairros da Mooca, Brás e Ipiranga. A partir do ano de 1910, começaram a morar na parte baixa da Rua Conde de Sarzedas, conhecida como Baixada do Glicério. Eram trabalhadores rurais que, não se adaptando à vida no campo, fugiram² à procura de melhores condições de sobrevivência. Procuravam ficar próximos dos patrícios que moravam na capital (Handa, 1987, p. 155).

A Rua Conde de Sarzedas é uma ladeira muito íngreme, ruim para o comércio e mesmo para residências e, portanto, de pequeno valor comercial. O maior atrativo de se residir nessa região consistia em se poder ir para o centro sem precisar desembolsar o dinheiro do bonde. As barbearias, as casas de “udon”, as mercearias, todas funcionavam nos porões.

No ano de 1940, deu-se a grande concentração de japoneses no Bairro da Liberdade, que passaram a habitar também as Ruas Irmã Simpliciana (atual Praça João Mendes), Tabatinguera, Conde do Pinhal, Conselheiro Furtado, Thomaz de Lima (antiga Rua Bonita), Estudantes e São Paulo. Segundo as publicações Brasil Nankan (Anuário Brasileiro) e o Zaihaku Nihon Ishokumin Nijyûgonen Kinenkan (Almanaque

² Essas fugas muitas vezes eram feitas com o próprio consentimento do proprietário da fazenda.

Comemorativo do 25º Aniversário da Imigração Japonesa no Brasil), viviam na cidade de São Paulo no ano de 1932 aproximadamente 2.000 imigrantes.

Com o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão no ano de 1942, os descendentes dos países que formavam o Eixo tiveram que abandonar o centro da cidade, dispersando-se pelo país. No período da Segunda Guerra Mundial, o Bairro da Liberdade ficou muito degradado, com a expulsão dos imigrantes japoneses, que só retornaram para este local alguns anos depois do fim dessa guerra.

O Mercado Municipal foi o primeiro local de comércio para os japoneses. Uchichi Imai, no ano de 1928, e Ushi Taba, no ano de 1929, foram os pioneiros a terem uma banca no Mercado Central. No ano de 1941, o número de comerciantes japoneses nesse ramo de atividades era um terço do seu total no Mercado Municipal de São Paulo.

Liberdade foi o primeiro bairro em que os japoneses se concentraram na cidade de São Paulo. Criaram escolas de língua japonesa, cuja qualidade de ensino é comentada até hoje. Existiam muitos consultórios de médicos e dentistas, cujos profissionais fizeram história na imigração japonesa do Brasil.

O bairro de Pinheiros também começava a ser outro local de aglomeração de japoneses, em razão dos agricultores que iam comercializar os seus produtos produzidos na região de Cotia, Vargem Grande e Ibiúna. Nesse bairro surgiram estabelecimentos bem estruturados como prestadores de serviços, intermediação, venda por consignação de produtos agrícolas, comerciantes de adubos, de implementos e insumos agrícolas. Poucos tiveram êxito, como a Casa Ohara, na Rua Paula Souza, e a Casa K. Nakao, em Pinheiros (posteriormente Fábrica de Adubos Jaguaré).

Os mais conhecidos estabelecimentos comerciais dessa época foram as Casas Hase, Endo, Nakaya, Kunii, Ito, Mizumoto, Chá Flora, entre outros. Importavam artigos japoneses vendidos em seus próprios estabelecimentos ou pelos vendedores, ditos viajantes, que percorriam o interior. Muitos desses viajantes fixaram-se no interior, onde se estabeleciam abrindo seus próprios negócios. As casas comerciais no interior eram conhecidas como Secos e Molhados, onde se vendia de tudo: linha, pano, produtos agrícolas, móveis, doces etc. Eram como se fossem confeitarias, bares, barbearia, transportadoras, quitandas, farmácias e até hospedaria.

Mesmo com a participação tardia dos nikkeis nas atividades do comércio, em decorrência da imigração ter sido essencialmente agrícola, foi extremamente importante para o desenvolvimento da cidade de São Paulo. Até em locais sem muita tradição japonesa os comerciantes nikkeis deram sua contribuição, como ocorreu no bairro de Nova Cachoeirinha.

Nesse bairro, existia a Padaria Suyama no largo que ao longo dos anos recebeu os nomes de Francisco Alves e Manoel da Costa Negreiros. Esse logradouro público sempre foi conhecido como o “Largo do Japonês”. Nas comemorações dos 73 anos desse bairro, em sessão solene na Câmara Municipal de São Paulo, realizada na segunda-feira, dia 7 de agosto de 2006, na sede da Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira de Vila Nova Cachoeirinha, esse local recebeu o nome oficial de Largo do Japonês.

Segundo o presidente da ACENB de Vila Nova Cachoeirinha, Gerson Shitoshi Kunii, os filhos do Sr. Suyama ainda exploram um pequeno mercado na região, continuando as atividades dos pioneiros que começaram a “colonizar” esse bairro nos anos de 1925 e 1930. Os primeiros comerciantes foram as famílias Gunzaburo Omae e de Dona Jatsuko Oitiai, que se estabeleceram então no sítio do Cabuçu, como

era conhecida essa localidade. Ainda hoje 40% do comércio local e de nikkeis e há quatro kaikans: o Imirim, Casa Verde, Okinawa de Santa Maria e Vila Nova Cachoeirinha.

Com o desenvolvimento urbano ocorrido no fim da década de 1930, a sociedade nikkei começara a estruturar-se. Surgiram duas correntes antagônicas, uma rural-urbana e outra urbano-rural. Muitos se dirigiam para a cidade de São Paulo, já um polo de muitas indústrias e com carência de mão de obra. Empregavam-se como prestadores de serviços, tintureiros, barbeiros, marceneiros etc. Para atender essa crescente massa urbana, muitos nikkeis procuravam desenvolver atividades agrícolas nas adjacências da capital. O movimento urbano-rural era de pessoas que, não tendo atingido o seu objetivo na cidade, migraram para novas regiões mais longínquas, como o Estado do Mato Grosso, norte do país, ou para o interior ainda inexplorado do Estado de São Paulo.

Na década de 1970, mais da metade dos seiscentos mil japoneses já viviam nas cidades. Na cidade de São Paulo, concentraram-se no bairro da Liberdade, mas com o decorrer do tempo se deslocaram para outros bairros, como Pinheiros, Vila Sônia, Vila Carrão e principalmente Jardim da Saúde (batel.com.br, 25-11-03).

Outros bairros também se desenvolveram graças à grande participação nipônica nas suas atividades comerciais, como Pinheiros, Santana, Mairiporã, Moinho Velho, Santo Amaro, que então englobava o Morumbi, naquela época região de fazendas e sítios (ainda há pequenas áreas cultivadas por japoneses). Moinho Velho foi importante com sua plantação de batata, local onde se originou a Cooperativa Agrícola de Cotia, que a comercializava no bairro de Pinheiros (local hoje conhecido como Largo da Batata).

Quando fazemos referência ao desenvolvimento comercial dos japoneses, precisamos mencionar o Bairro da Liberdade, denominado Bairro Oriental da Liberdade, que na verdade se restringe ao comércio existente na Praça da Liberdade e em algumas ruas adjacentes, como a Galvão Bueno, Estudantes, Glória, Thomaz Gonzaga e Barão de Iguape. O início da aglutinação nessas ruas se deu com a mudança dos comerciantes da Rua Conde de Sarzedas, da região de Pinheiros e do Mercado, para as proximidades do Cine Niterói, na Rua Galvão Bueno, inaugurado no dia 23 de julho de 1953. Os primeiros a se estabelecerem foram o Bar Kimura, Relojoaria Miyakawa, Arikawa, Casa Kanegae e Casa Naniwa.

Com o sucesso do Cine Niterói, surgiram outras salas de projeção: Nippon (Rua Santa Luzia), Joia (Praça Carlos Gomes) e Tokyo (Rua São Joaquim), incrementando esse bairro como japonês. Em função do comércio, dos equipamentos culturais e de entretenimentos, o bairro da Liberdade era e é conhecido como o reduto da cultura japonesa; porém, com a mudança dos proprietários desses estabelecimentos para os chineses, dificilmente se manterá como tal.

O cinema japonês teve uma importante influência como preservadora da cultura japonesa. No tempo das “colônias” os filmes eram passados nos kaikâns³ dos murás,⁴ com as caixas de tomate improvisadas em bancos. Era a única ligação que tinham com o Japão.

Na cidade de São Paulo, antes do Cine Niterói, nas décadas de 1940 e 1950, os filmes nipônicos eram passados às quintas-feiras sem legendas no Cine Odeon e uma vez por semana no cinema que existia nos fundos da Igreja de São Francisco. Um público de não nikkeis, intelectuais, artistas, mesmo não entendendo o diálogo, assistia pela beleza dos cenários e para apreciarem o exótico e o inusitado. Antunes Filho,

³ Centros associativos.

⁴ Vilas.

frequentador dessa época, influenciado pelo cinema japonês, escreveu e dirigiu a peça Trono de Sangue, cujas expressões corporais do kabuki, segundo o autor, apareceram em outros trabalhos seus. José Celso Martinez Correa também trabalhou a peça Tamiko (*Made in Japan* nº 13, p. 21). Apesar de o cinema ser a mais importante atividade de entretenimento e os filmes japoneses serem reconhecidos mundialmente como de alta qualidade, não há nenhum cinema explorando esse nicho, atualmente.

Em recente seminário que teve lugar na Fundação Japão, foram mostrados fotos do bairro de Brasilândia, onde havia uma colônia relativamente bem constituída, com um kaikan bem organizado, e uma das fotos era do Cine Brasilândia, em se passavam apenas filmes japoneses. Esse fato causou surpresa nos presentes e, em pesquisa feita posteriormente junto a comunidade nikkei, tal fato é de desconhecimento das pessoas entrevistadas.

No ano de 1965, para defender os interesses dos comerciantes nikkeis do bairro da Liberdade, é fundada a Associação de Confraternização dos Lojistas do Bairro da Liberdade (Liberdade Shôten Shimbokukai), tendo como primeiro presidente o proprietário do Cine Niterói, Yoshikazu Tanaka. Atualmente conhecida como ACAL – Associação Cultural e Assistencial da Liberdade, teve recentemente alterado o seu estatuto para que pessoas físicas e jurídicas não necessariamente vinculadas com o bairro da Liberdade fizessem parte de seu quadro associativo.

Por interesses comerciais e políticos, no ano de 1970, durante o governo biônico do prefeito Miguel Collasuono, o bairro da Liberdade recebeu a denominação de Bairro Oriental da Liberdade. Na verdade, o coração e principal reduto dos japoneses no Brasil se restringe à Praça da Liberdade e a algumas poucas ruas adjacentes, como Galvão Bueno, Estudantes, Glória e Thomaz Gonzaga. As ruas são estreitas, íngremes, impróprias para movimento de pessoas, ainda mais com a presença de muitos carros.

Além dos estabelecimentos japoneses, lá se instalaram estabelecimentos de chineses e coreanos. Se estes não se filiarem à já referida ACAL, provavelmente, fundarão suas próprias agremiações, com a consequente cisão entre os comerciantes das três etnias. No ano de 2006, houve a I Festa do Ano Novo Chinês, cujo êxito motivou os japoneses a inovarem o tradicional Festival de Estrelas, o Sendai-Tanabata Matsuri da Liberdade, a maior e a mais importante festividade popular da comunidade nikkei.

Atualmente no bairro da Liberdade não se comercializam apenas produtos orientais, mas de todos os tipos: importados de origem duvidosa, sebos, livrarias, bares, karaokês, restaurantes, casas de tratamento estético, centros de vendas de cosméticos, em que se destaca a Comercial Ikesaki, e muitos escritórios de prestadores de serviços dos mais diversos setores. Há uma concentração de estabelecimentos dos setores da saúde, jurídico, educacional e religioso, com um expressivo comércio explorando esses segmentos.

Há na cidade de São Paulo várias empresas no comércio varejista e atacadista, como a Koga & Koga (autopeças), Ikesaki (cosméticos), Camicado (presentes), Conibase e Nikon (materiais de construção) e pequenas lojas que exploram o comércio local. Muitos desses pequenos empreendimentos são de propriedade dos dekassegus, que, ao retornarem do Japão, alguns contando com o apoio do Sebrae e do Tecnocenter, se estabeleceram por conta própria.

O jornal *Seishu-Shinpô*, em sua publicação dos 25 anos de imigração japonesa do Brasil, no ano de 1933, registrou nas principais cidades do Estado de São Paulo o seguinte número de lojas:

São Paulo	159
Santos	99
Bauru	30
Lins	39
Araçatuba	39
Promissão	37
Presidente Prudente	24
Bastos	26
Registro	16
Ribeirão Preto	7
Campo Grande	35

Com o desenvolvimento das atividades em vários segmentos econômicos, acompanhando a tradição da cultura japonesa, começaram a surgir várias associações de interesses comuns. Assim, hoje temos associações como: Cultural e Assistencial da Liberdade, Feirantes, Tintureiros, Culinária Japonesa, Fotógrafos, Comerciantes do Ceasa (Ceagesp), Pasteleiros, Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Japão, entre outras.

6.2.1 Gastronomia

Dentro do universo do comércio, merece destaque a gastronomia japonesa. Na cidade de São Paulo, come-se de tudo: do bom e do melhor, do exótico ao simples, do sofisticado ao popular da culinária de todos os rincões do mundo, graças à influência dos diferentes imigrantes que chegaram à cidade de São Paulo. Em razão dessa diversidade, ela é considerada a Capital Mundial da Gastronomia (Lei Municipal nº 12.448/97).

“Conhecida internacionalmente como a Capital da Gastronomia, São Paulo honra o título oferecendo 12,5 mil restaurantes e 15 mil bares, com mais de 40 tipos de cozinhas de todas as partes de mundo” (IBGE – www.ibge.com.br – www.terra.com.br).

A culinária japonesa, sendo apreciada mundialmente e considerada uma das mais saborosas, saudáveis, de alto requinte e qualidade, apreciada pelos mais exigentes paladares, não poderia faltar na cidade de São Paulo. Aculturou-se nas mãos dos sushi-men nikkeis e de outras nacionalidades, descendentes das diferentes correntes migratórias que se encontram nesta cidade.

O paulistano aderiu à comida japonesa. É encontrada em diversos locais: estabelecimentos populares, bufês, rodízios de sashimis e sushis, até em rodízios de churrasco. Por modismo ou não, a culinária japonesa adaptou-se ao paladar dos brasileiros, principalmente da classe de maior poder aquisitivo e de bom nível sociocultural, não podendo faltar em muitas festas o sushi e o sashimi. É comum encontrarmos crianças, de maneira muito espontânea, saboreando os pratos japoneses. Também há o inverso. Alguns restaurantes, como o Hiro, na Vila São Francisco, para agradar as crianças que não gostam dessa culinária, fazem adaptações brucas no cardápio, com pratos infantis como o Robata Kid, composto de salsicha, mini-hambúrguer, espiga de milho, queijo, sushi, onigiri e gelatina.

“É a banalização da culinária japonesa, como os *Fast Food*, encontrados em qualquer praça de alimentação de Shopping Center e nos rodízios” (*Veja São Paulo*, 23-7-2003).

Segundo a *Veja São Paulo* (16 e 23 de julho de 2003), a gastronomia japonesa, ao gosto brasileiro, se torna popular como o churrasco nas principais capitais do Brasil. Na cidade de São Paulo os restaurantes japoneses são em maior quantidade do que as churrascarias e pizzarias, lembrando ainda que um grande número de churrascarias, tipo rodízios de carnes, tem sempre junto aos *buffets* de frios um lugar para

sushis e sashimis. A produção estimada de sushis em São Paulo é de 12 milhões por dia, ou seja, 278 sushis por minuto. É a São Paulo da *pizza* sendo superada pelo império do ohashi.⁵ São 600 restaurantes japoneses contra 500 churrascarias na cidade de

São Paulo, com crescimento de 400% nos últimos 15 anos. A evolução dos restaurantes na cidade de São Paulo é a seguinte:

	1993	2003
Francesa	45	90
Japonesa	80	600
Churrascaria	350	500

Bons restaurantes japoneses são encontrados nas regiões de concentração de nikkeis, morando ou trabalhando, como Vila Leopoldina, Pinheiros, Vila Carrão e Jardim da Saúde. Na Vila Leopoldina pela sua proximidade com o Ceasa de São Paulo (Centro de Abastecimento S.A.) e Ceagesp (Companhia de Entrepósito e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo), onde há grande número de nikkeis que comercializam produtos hortifruti e flores nas 3^{as} e 6^{as} feiras; no Jardim da Saúde por encontrar-se a maior concentração de nikkeis; em Pinheiros por ter sido um antigo local de concentração de comerciantes japoneses e na Vila Carrão pela concentração de okinawanos.

Entre os restaurantes pioneiros o mais famoso foi o Ryôri-ya Aoyagi, na Rua Tabatinguera. Era frequentado apenas por homens que eram servidos por mulheres.

6.3 Participação dos imigrantes japoneses na indústria

Como a imigração japonesa para o Brasil se deu em razão das necessidades do crescente desenvolvimento agrícola, principalmente do café no Estado de São Paulo, é natural que o desenvolvimento principal das suas atividades empresariais estivesse voltado para esse setor.

As primeiras empresas nikkeis eram muito pequenas, familiares, de subsistência, industrializando os produtos agrícolas excedentes ou mesmo produzindo alguns incrementos agrícolas. No início eram modestas manufaturas, como carpintarias, serralherias, funilarias, beneficiamentos de arroz, fábricas de shoyu, tofu, missô, cachaça, sakê e doces japoneses.

O shoyu, tido como um produto típico japonês, também se adaptou às condições brasileiras, tanto é que os que apreciam o paladar típico da culinária nipônica não o utilizam. A primeira fábrica de shoyu no Brasil foi instalada na cidade de Santos no ano de 1915, a Marukan, de propriedade de Eitiro Kanda (Handa, 1987, p. 159, 319, 579).

Renato Nakaya, maior produtor desse condimento no Brasil, explica:

“A Sakura foi a pioneira no mundo em desenvolver e produzir o shoyu com técnica que combina o feijão de soja e o milho.”

As empresas nikkeis começaram artesanalmente, como a Amino, com os ofutons e tatamis, as fábricas de osenko, como Barão de Kôbo Tamamoko, medicinal, como a Takaoka, alimentos, como Agro-Nipo, Sakura, Kanazawa, Seven-boys, Mezzani, Panco, Café do Ponto. No ano de 1940 apenas 3% da popu-

⁵ Pautinhos usados pela maioria dos orientais como utensílio para ser usado tanto na cozinha, na preparação dos alimentos, como para ingeri-los.

lação de nikkeis estava envolvida com a indústria. Mesmo assim, tinham mais facilidade de passar da agricultura para a indústria do que para o comércio.

Eram indústrias que beneficiavam grãos, fabricavam adubos, equipamentos transportadores, ou que auxiliavam na produção agrícola, produziam pesticidas e outros produtos necessários para a agricultura. Eram indústrias que precisavam de pouco capital e utilizavam muita mão de obra, dando ocupação para todos os membros da família, e não exigindo muito conhecimento técnico. Deste modo poderiam empregar os que abandonavam a lavoura e procuravam se fixar nos centros urbanos próximos dos núcleos da colonização.

Os primeiros industriais nikkeis ficaram conhecidos como maquinistas, em razão de possuírem máquinas de beneficiamento de arroz, café, algodão, como: Hisato, Fujiwara, Ueno, Wada. Um dos pioneiros neste setor foi o Sr. Tatsuo Okichi, formado em química agrícola na Universidade Hokkaido, que veio no ano de 1923 com capital para estabelecer-se como industrial no Brasil. No ano de 1925 fundou o Laboratório Okochi, cujo principal produto era o takadiastase, um digestivo que teve boa aceitação no mercado. Essa empresa ainda existe como fornecedora de matéria-prima para a indústria farmacêutica e alimentícia.

No ano de 1932, chegou o técnico Heikichi Ueda, contratado pela Bratac, para iniciar a criação do bicho-da-seda, e fundou no ano de 1940 a Fiação Bratac Ltda., fazendo do Brasil um dos principais exportadores de seda. No ano de 1934, instala-se a multinacional Indústria Agrícola Tozan Ltda., na região de Campinas, para a fabricação de produtos da linha de alimentos japoneses, como o sakê, bem como exportar para o Japão alimentos difíceis de serem produzidos nesse país. Esta fazenda ainda existe e é um dos atrativos turísticos da imigração japonesa no Brasil.

Poucas dessas empresas conseguiram sobreviver até os dias atuais. Uma delas é a Indústria Jacto, na cidade de Pompeia, que se mantém próspera até os dias atuais. O patriarca, Sr. Shunji Nishimura, possuidor de uma tenacidade e capacidade de visão, tornou-se uma lenda não só no cenário da comunidade nikkei, mas da indústria brasileira. Formado na Escola Industrial de Kyoto, trabalhou como colono em fazendas de café, empregado doméstico em centro urbano, quando estudou um ano no Colégio Adventista. Finalmente veio a trabalhar em uma fábrica em São Paulo. No ano de 1939, passou a residir na cidade de Pompeia, onde em sociedade com um amigo montou uma oficina para reparos de máquinas agrícolas.

Do mesmo modo surgiram indústrias de máquinas operatrizes, como a Yadoya Ishiki & Cia. e a Hase. A Hase iniciou-se fabricando gelatina vegetal e no preparo medicinal da hortelã, posteriormente como Sakuryo Hase & Ikutaro Awazu; também fabricou relógios cuco. Finalmente associou-se com a Seiko do Japão, tornando-se seu importador e representante.

No período pós-guerra, com a grande expansão da indústria japonesa e o Japão tornando-se uma potência econômica mundial, o Brasil procura o capital nipônico. O primeiro grande investimento que teve a parceria do governo brasileiro foi a Siderúrgica de Usiminas, com a participação da Nippon-Steel na composição do capital dessa empresa. O responsável pela entrada dessa empresa foi o primeiro deputado federal nikkei Yukishigi Tamura.

Outras indústrias que aportaram seus investimentos no Brasil, na década de 1950, foram a Ishikawajima (construção naval); Toyobo, Kanebo e Kurashiki (têxtil); Yanmar e Kobota Tekko (mecânica); Toyota (automobilística). Para atender à expansão da indústria têxtil, instala-se na cidade de Mogi das Cruzes a

Howa S.A. Indústrias Mecânicas,⁶ que produzia máquinas e acessórios para indústrias têxteis, com sede em Nagoya.

No governo de Juscelino Kubitschek, com o *slogan* “50 anos em 5”, foram criadas muitas indústrias nikkeis. Com o desenvolvimento do setor automotivo, despontam indústrias como a Nakata S.A. Indústria e Comércio, Jacto, Hatsuta, Kato & Cia. Ltda., Ishiki & Cia. Máquinas de Precisão, Motorádio, entre outras.

Muitas empresas são de capital exclusivamente nacional, outras são *joint-venture* e ainda outras multinacionais japonesas, como a Tec-Toy, CBC, Siderúrgica Tubarão, Tozan, Mitsui, Yakult, Aji-no-moto, Cenibra (papel e celulose), Albrás, Carajás (minério de ferro) e, mais recentemente, as multinacionais Honda, Yamaha e Kawazaki.

No período de 1945 a 1964, os empresários japoneses demonstraram pouco interesse em investir no Brasil. A instabilidade da política econômica brasileira, a pouca confiabilidade nas suas diretrizes, a burocracia e as relações trabalhistas brasileiras lhes eram incompreensíveis. Também a inexperiência com o comércio exterior, aliada à lentidão das decisões japonesas, não viam condições de investirem no Brasil.

Pelo que nos aponta Levy, a exploração e descontrole da política econômica brasileira é mal crônico que assola o país desde o tempo do Brasil Colônia. Depois da saída de Maurício de Nassau, passando o controle comercial a ser feito totalmente pela Coroa Portuguesa, por meio da Companhia Geral do Comércio do Brasil, nunca mais se conseguiu exercer uma política eficiente de controle da economia brasileira (Almeida, 1995, p. 17).

“Embora a Companhia das Índias Ocidentais somente tivesse monopólio sobre o pau-brasil, escravos e munições, a concorrência na área livre ao comércio era imperfeita” (Levy, in: Almeida, 1995, p. 17).

De acordo com Shigeaki Ueki:

“As grandes empresas como a Usiminas, Ishibrás, entre outras, dependiam fortemente das decisões do governo. Outras, como de fiação e tecelagem dependiam do mercado doméstico, de matérias-primas que, independente das cotações internacionais, sofriam bruscas oscilações. Naquele período, enquanto empresários brasileiros, norte-americanos e europeus aceitavam a realidade e buscavam resultados, mesmo em condições adversas, empresários japoneses insistiam na realidade da estabilidade econômica e definição clara da política governamental para continuarem investindo” (Ueki, in: Yokota, 2002, p. 83).

No ano de 1958, uma das grandes personalidades da comunidade japonesa, o atacadista de produtos agrícolas e importação Katsuzo Yamamoto, funda a Sadokin S.A. Elétrica e Eletrônica, fábrica de lâmpadas especiais, chegando a ser sinônimo de minilâmpadas e referência desse produto no Brasil. No ano de 1967, instala uma filial na cidade de Recife. Também no mesmo ano, Yoshikazu Tanaka funda a indústria Papelok S.A. Indústria e Comércio.

⁶ A Howa e a Toyota foram muito importantes para o desenvolvimento do beisebol no Brasil, assim como é a Yakult atualmente.

No ano de 1966, por iniciativa dos agricultores de batata, criam a Sansuy S.A., cotizando fundos para ter uma indústria que fabricasse plástico para fins agrícolas, silos e armazéns plásticos, hoje com uma linha de produtos bastante diversificada.

Na década de 1960, indústrias de nikkeis surgiram no interior, como a Indústria de Óleos Pacaembu S.A. (Pacaembu), Óleos Menu Indústria e Comércio Ltda. (Guararapes), Metalúrgica Sasazaki (Marília), Cerâmica Giyotoku (Suzano) e em particular o já mencionado Grupo Jacto (Pompeia), referência internacional, principalmente pela sua atuação no campo educacional.

Algumas empresas, apesar de pertencerem a nikkeis, possuem nomes que nada fazem lembrar sua origem japonesa. São fortes no mercado consumidor, como a Apolo, maior fabricante de bolas; no segmento farmacêutico, o conhecido “Vitasai”, produto energético muito divulgado nos meios de comunicação. Do mesmo modo, não nikkeis apoderam-se de nomes japoneses, tornando difícil identificar as origens das empresas apenas pelo nome.

Com o fenomenal desenvolvimento tecnológico, econômico e industrial do Japão pós-guerra, vieram técnicos japoneses pela Jamic, para trabalhar nas indústrias japonesas. Iwataro Uchiyama, ex-cônsul-geral na cidade de São Paulo, fundou no Japão o Centro de Treinamento dentro do Colégio Profissional Oficial de Hadano. Em 18 anos de existência, possibilitou a vinda de 310 técnicos para o Brasil. Eles foram muito importantes para a indústria nikkei, que aqui começava a dar os seus primeiros passos, pois trouxeram e colocaram em prática a tecnologia japonesa a serviço dessas empresas. Muitos se estabeleceram por conta própria. A JICA estima que estejam nos dias atuais cerca de 2.000 técnicos no Brasil.

Como a maioria das empresas familiares, as nikkeis no Brasil também passam por problemas de sucessão. Muitas em processo de profissionalização, com contratação de executivos externos ao quadro familiar. Outras, sem sucessores dispostos a continuar no comando da empresa, são vendidas, preferindo os herdeiros exercitar as profissões nas quais obtiveram sua formação acadêmica.

6.3.1 Hotelaria

O segmento da hotelaria poderia ser tratado tanto no setor do comércio, indústria, como da prestadora de serviços. Como conceitualmente o turismo e a hotelaria academicamente se inserem como indústria não poluente, será tratada como tal.

A comunidade nikkei começa por fixar-se na região da baixada do Glicério, em razão de ser próxima do local do seu trabalho e com isso não precisar desembolsar o dinheiro do bonde. As casas da Rua Conde de Sarzedas tinham porões altos, onde se encontravam os barbeiros, as casas de udon, as mercearias e também onde se hospedavam os pensionistas e os fregueses mais habituais, que conseguiam descontos especiais nas diárias. Os nikkeis que vinham do interior para comercializar a sua produção ou adquirir produtos necessários para os seus negócios procuravam essa região para se alimentar e pernoitar.

Finalmente alugaram uma casa inteira, sem sublocá-la a outras pessoas. A parte superior era destinada para os refeitórios, onde começavam a fornecer refeições avulsas. Foi o embrião dos inúmeros restaurantes que hoje proliferam pelo Brasil. Os quartos eram recheados de quantas camas coubessem. Só bem mais tarde surgem os primeiros hotéis, na verdade pensões melhoradas. Os quartos com beliches se individualizavam, dando características aos primeiros hotéis. Entre os

principais, destacamos os hotéis Ikeda e Isei. O Hotel Restaurante Ikeda, um pequeno prédio na Rua dos Estudantes, foi importante para os nikkeis, e os eventos que tinham os seus serviços de *buffet* eram muito concorridos, entretanto nada supera a importância do complexo do Cine Niterói para a história da Liberdade.

Também existiram pensões nas proximidades da Estação da Luz e Sorocabana e do Mercado Municipal, onde os pioneiros foram o Tokiwa e a Pensão Ueji. A Pensão Ueji, a primeira a funcionar com característica de hotel no ano de 1914, localizada na Rua Bonito, 11, atual Rua Thomas de Lima, recebia em seus porões os imigrantes que fugiam das fazendas e não tinham condições de pagar as diárias. Atualmente são referência no bairro da Liberdade hotéis como o Oriental Plaza, Osaka e Nikkei Palace. Como as casas comerciais, muitos hotéis são de propriedade de chineses, que exploram a imagem nipônica, tendo até acomodações típicas de quartos japoneses, como o Banri, Ginza e Barão Lu, entre outros. A cadeia de hotéis Caesar Park, de categoria internacional, hoje, não mais pertence ao Grupo Aoki. A grande responsável por esse destaque foi a empresária Chieco Aoki, nome consagrado na hotelaria mundial. Atualmente, ela dirige a cadeia de hotéis Blue Tree Towers.

O Japão, sendo uma região vulcânica, tem muitas regiões exploradas pelo turismo hidrotermal, com alto teor de enxofre e de outros elementos minerais. Esses banhos são chamados de onsen, que deram origem aos ofurôs. Esse costume que os imigrantes japoneses trouxeram para o Brasil é hábito apreciado e mantido pelos seus descendentes. Alguns hotéis adaptaram este tipo de ambiente, como o Nikkei Palace Hotel, no bairro da Liberdade. Muitos hotéis, mesmo que não sejam de japoneses, se especializam no atendimento do cliente japonês ou daqueles que gostam desse tipo de atendimento. Possuindo restaurantes japoneses, sushi bar, quartos decorados no estilo japonês (*washitsu*) com tatamis como camas e acolchoados denominados ofutôn, banheiros com ofurôs, serviços de massagens *shiatsu*,⁷ acupuntura etc. Alguns até oferecem o desjejum típico japonês.

É interessante notar que entre os associados da Câmara de Comércio e Indústria Japonesa do Brasil encontramos poucos hotéis de nikkeis, enquanto outros sem nenhum vínculo aparente são associados, como Maksoud Plaza, Fasano, Sofitel, Intercontinental, L'Hotel, Mélia, Hyatt, Caesar Park, entre outros.

6.3.2 Indústria do entretenimento e do lazer

As atividades sociais nas comunidades nikkeis desenvolviam-se em função de um líder que organizava reuniões de interesse comercial, profissional, financeiro, cultural, esportivo etc.

“Os imigrantes se destacaram como maníacos do associativismo. Formam associações as mais diversificadas: da mesma colônia, navio, província, cidade, profissão, escola, etc. Em 1932 havia 223 associações e, em 1940, já eram 480” (Yamashiro et al., in: Pereira, 1992, p. 205).

Os 1.000 nikkeis que residiam na cidade de São Paulo no ano de 1916 tinham como lazer o bilhar e aos poucos o beisebol, que ganhava destaque e ajudava a disciplinar os maus hábitos sociais dos jovens. Para

⁷ Técnica japonesa de massagem que se faz com as pontas dos dedos da mão, alguns usam os pés, em que se aplica a sua força em pontos vitais do paciente.

praticar o beisebol no campo da Sudan, foi fundado o Mikado Sport Club na escola Taishô, no ano de 1917. Nesse mesmo local, no ano de 1922, tem início a escola dominical Midori Kobayashi, de doutrinação cristã.

No ano de 1931, é realizada a primeira exposição de artes japonesas de residentes no Brasil, na sede do Nippon Clube na Av. Liberdade, atual Nippon Country Clube,⁸ e em 1934 foi criada a Liga Estudantina Nipo-Brasileira (Ninomiya, 1992, p. 80).

O único evento popular da comunidade era o tenshōsetsu (aniversário do imperador), comemorado em frente às Indústrias Matarazzo, no Parque Antártica. A partir do ano de 1914 é transferido para o Parque da Aclimação, onde se realizava o undokai (Handa, 1987, p. 175, 178, 180, 579).

Mas eram os filmes que eram passados nos kaikans, onde as pessoas assistiam sentadas em caixas de tomate às imagens que as ligavam com o Japão, o grande entretenimento nikkei. Na atual Praça Almeida Júnior, antigo Largo São Paulo, existia o Cine Teatro São Paulo, demolido em 1968, para ser construída a Radial Leste-Oeste. Além desse Cine-Teatro os nikkeis costumavam ir ao Pathé Palácio, localizado atrás da Assembleia Legislativa, na Rua Rodrigo Silva (Handa, 1987, p. 188).

Com o término da guerra, por volta do ano de 1946, com o retorno dos nikkeis para os arredores da “Conde” e com o advento do Cine Niterói (inaugurado em 1953 na Rua Galvão Bueno) se dá o grande desenvolvimento japonês no Bairro da Liberdade. Na década de 1960, a Rua Galvão Bueno era o “point” da colônia, assim como a Rua Augusta o foi para os demais paulistanos. Surgem nesse bairro as casas noturnas e outros entretenimentos.

O complexo do Cine Niterói era constituído por cinema, hotel, restaurante e salão de festas. Trouxe uma afluência de espectadores. O nome Niterói, segundo o Sr. Susumu Tanaka, o único sobrevivente dos irmãos Tanaka, se deve à composição das palavras “nitto”, herói em japonês, com herói, surgindo o nome Niterói, e não como se pensa, uma homenagem à cidade fluminense, antiga capital do Estado do Rio de Janeiro. O Bairro da Liberdade, que representou a “nova terra natal” para os imigrantes japoneses (Negawa, 2000, p. 127), com a construção da Radial Leste-Oeste e a demolição do Cine Niterói perdeu muito do seu referencial como centro da colônia japonesa.

Mais tarde ocorre uma nova fase, com a estação Liberdade do Metrô. Apesar da importância histórica do cinema para a comunidade nikkei e do excelente conceito mundial que o cinema japonês tem, não há nenhuma casa de espetáculo explorando esse nicho de atividade.

Dentro do cenário da indústria do turismo, vale um destaque para os equipamentos japoneses de maior atração turística e ícones não só da comunidade japonesa, mas da cidade de São Paulo: o Pavilhão Japonês e o Mausoléu dos Imigrantes, no Parque do Ibirapuera.

O Pavilhão Japonês, réplica do palácio Katsura da Vila Imperial de Kyoto, é um cartão-postal da cidade e um dos ícones da imigração japonesa, como o Mausoléu dos Imigrantes, ambos no Parque do Ibirapuera. O pavilhão foi projetado pelo arquiteto e professor da Universidade de Tokyo Sûtemi Horiguti. Construído, montado, desmontado no Japão para ser remontado no ano de 1954 no local em que se encontra, à beira do lago do Ibirapuera.

⁸ Um dos poucos clubes onde se pratica o *rugby*.

Foi doado pela comunidade japonesa do Brasil à cidade de São Paulo, no ano do seu IV Centenário, como símbolo da amizade nipo-brasileira. É composto de um salão de chá cha-shitsu (considerado como um pequeno santuário budista), uma copa mizu-yá, muitas varandas e salas para recepções. Os materiais usados foram o cedro de Yoshino, pinheiro yani-matsu, cipreste bishi-hinoki e as paredes revestidas com barro da cidade de Kyoto. A porta corredeira de madeira tem colado papéis translúcidos (shôji) e opacos (fusumá), que permitem a entrada da luz, e as telhas são do estilo bishu-ichi-monji. Todo o edifício é circundado por um jardim japonês com pedras, seixos brancos e pretos trazidos do Japão, 66 árvores típicas japonesas, sendo 23 originárias do Japão, uma delas, o matsu, plantada pelo então príncipe Akihito, em 25 de maio de 1967. O jardim tem no seu centro um lago típico japonês com carpas nishikigoi e todo o complexo está cercado por muros em formas retangulares do estilo denominado tsuji.

Existe um anexo que difere do pavilhão principal, construído com o objetivo de ser um local para uma exposição permanente de réplicas de castelos japoneses, objetos de arte, armaduras e roupas de samurais (yoroi), ukyo-ês, cópias de pinturas em rolo, esculturas budistas de madeira do período Hakunô e Nara (645-710) e do período Kamakura (1192-1297), cerâmicas de várias dinastias, bonecos de barro da Pré-História do Japão.

Próximo ao pavilhão se encontra o Mausoléu, na verdade um Panteão Espiritual dos Imigrantes Japoneses. Esquecido por muito tempo, começa a ser valorizado, com celebrações religiosas em datas comemorativas da colônia. Um monumento de rocha bruta de puro granito preto, tendo um dos lados lapidado, onde existe um poema escrito em japonês, rodeado por um jardim japonês, tendo sob o monumento um altar budista com ihai de alguns pioneiros. Está todo cercado por grades e sua visita só é permitida com autorização expedida pelo Bunkyo.

“Foi construído depois que um monge, percorrendo o interior, vendo os túmulos dos imigrantes abandonados nos cemitérios e nos campos, ao retornar para São Paulo, iniciou uma campanha, no Japão e no Brasil, resultando na construção desse monumento; portanto é como se aí estivesse a alma e o espírito do imigrante japonês” (depoimento do Sr. Yataro Amino, ex-presidente do Kenren).

Em cidades próximas da capital, como Itapeverica da Serra, foi construído um templo imitando o Kinkakuji de Kioto, com o mesmo nome. É na verdade um cinzenário onde ficam depositadas as cinzas dos falecidos em urnas internas ou externas imitando cemitérios japoneses. Em Mogi das Cruzes existe a Casa do Chá (fábrica de chá), construída por um lavrador imigrante; em Campinas, a Fazenda Tozan; em Ibiúna, o Centro Seicho-no-iê; em Bauru, o Centro da Igreja Tenrikyo; e em Álvares Machado, o único Cemitério Japonês na América Latina. São uns dos muitos atrativos turísticos nikkeis existentes e que poderiam ser explorados.

“A cidade de Álvares Machado no início com população predominante japonesa com 1.200 famílias, hoje representa apenas 15% da população com 250 famílias. O único cemitério japonês da América Latina, tombado pelo Patrimônio Histórico Estadual, com 784 sepulturas de colonizadores japoneses, está localizado no município. Necessita urgentemente de recursos para sua restauração e revitalização que garanta a preservação da cultura japonesa, para tanto a Prefeitura Municipal elaborou um Projeto do Parque do Cemitério Japonês visando dar melhor infraestrutura para o evento do Shokon-sai” (*folder* da Prefeitura de Álvares Machado).

Nesse local⁹ é anualmente celebrada uma cerimônia religiosa, porém, pouco prestigiada pela comunidade japonesa, apenas conhecida pela comunidade local, assim mesmo pelos idosos.

O karaokê é um entretenimento tipicamente nipônico, que envolve um mundo paralelo informal semi-profissional e profissional na realização dos taikais. São os serviços do *buffet* e *baitens* (pontos de apoio e venda de alimentos para os cantores e frequentadores), de cantores semiprofissionais, atrações para esse evento, apoio logístico com serviço de informática para pontuação, jurados, equipamentos de som, bazares explorados para venda de materiais fonográficos, de DVD, vídeos e produtos sem nenhuma relação com o evento. Há indústrias gráficas que confeccionam cadernos com a programação, que são vendidos, com inserção de material publicitário, bem como de outros impressos necessários para a sua realização.

Este tipo de lazer se profissionalizou tanto que se tornou o meio de subsistência de associações, portanto pessoa jurídica, e até de famílias, pessoa física. Como organizadores cobram inscrições, porcentagens sobre os serviços de apoio, computação, pontos de venda do bazar, sobrevivendo dessa renda ou das aulas ministradas para os competidores. Muitos produzem e vendem fitas cassete, vídeos, CDs, DVDs e tudo o que seja de interesse dos participantes.

Conceitualmente, esse tipo de atividade ultrapassa o conceito de lazer, descontração, tomando uma forma de competição estressante. São cerca de 2.000 participantes nos aproximadamente sete concursos semanais que existem na cidade de São Paulo. O espírito japonês de superar a si mesmo e a seus concorrentes, salutar de um lado, leva as pessoas a um caráter de obrigatoriedade, deixando de ser uma descontração, momento de espontaneidade, um passatempo, passando a ser uma disputa, mas, mesmo assim, não deixa de ser uma forma de lazer e entretenimento.

O karaokê, que literalmente significa orquestra vazia, é um entretenimento muito popular no Japão, originário do *nodojima* – concurso de canto, que os imigrantes trouxeram para o Brasil. *Nodo* – garganta, *jima* – orgulho, portanto, é o orgulho de cantar. Esse tipo de entretenimento teve início no ano de 1972 em *snacks*-bares na cidade de Kobe, chegando ao Brasil só em meados da década de 1970, pelos descendentes de japoneses, estendendo-se rapidamente para todo o povo brasileiro. A paixão dos nipo-brasileiros pelo canto é antiga, e desde o tempo das colônias até os dias atuais era e continua sendo um elo cultural e sentimental com o Japão.

O hábito de cantar do povo japonês é uma forma de relaxar, que evolui com o avanço da tecnologia eletrônica, passando dos aparelhos de fita cassete para o *videokê*, tornando-se uma mania mundial. Atualmente existem *play backs* de todos os tipos, japoneses, *countries* americanos, brasileiros, modas caipiras, bregas, forrós etc. No Japão, devido à falta de espaço e em virtude de as diversões serem muito caras, o karaokê e o *patshinko*¹⁰ são muito populares, servindo de válvulas de escape para a vida estressante.

9 Alguns cemitérios podem ser um atrativo turístico, como o da Consolação, a exemplo do Ricoleta, de Buenos Aires, do Plainpalais, em Genebra. Alguns cemitérios do nordeste têm seus túmulos com mastros de madeira ou mourões de concreto, imitando o sotoba, influenciado pelos túmulos dos cemitérios budistas (prof. Waldemar Valente, em *Japoneses no Nordeste*).

10 Caça-níqueis, muito comuns no Japão, semelhantes aos existentes nos bingos. Na década de 60, havia muitos no bairro da Liberdade, que exploravam esse tipo de diversão. Não há premiação em dinheiro, mas ao lado desses estabelecimentos existem lojas que “compram” os prêmios. É voz corrente ser um negócio do submundo do crime organizado (da máfia coreana). Dizem haver um acordo entre os “mafiosos” japoneses (*yakuzás*), chineses e coreanos. O *yakuzá* é um tema discutível do sistema japonês, aceito por parte da sua sociedade. As lojas, no Japão, exibem emblemas bem visíveis, identificando a que facção pertencem. Atualmente são proprietários de empresas e acionistas de conglomerados, com ramificações em todo o mundo, e ao que parece também no Brasil. Recentemente esse assunto foi tema da novela *Metamorfose*, na televisão brasileira. Também nessa época havia um grupo de jovens nikkeis conhecidos como *gurentais*, que causou grande distúrbio na sociedade japonesa do bairro da Liberdade.

O karaokê no início era explorado pelas casas noturnas, restaurantes, bares localizados no bairro da Liberdade, para logo conquistar a cidade de São Paulo. Hoje existe uma modalidade de casas de karaokê, impropriamente chamadas de privê, dando uma conotação de sexualidade, pecaminosa, mas na realidade são casas com salas individualizadas onde se reúnem famílias e amigos para se descontraírem com privacidade e poderem cantar sem a vergonha de cantar em público. As mais conhecidas são: o Girassol, no Jabaquara; Karaokê Box Porque Sim, na Liberdade, Karaokê Box Tokyo Wonderland e Yellow K, nos Jardins.

6.3.3 Indústria automobilística

A economia japonesa do pós-guerra estava depauperada. As indústrias, no esforço de guerra e em consequência dos intensos bombardeios que as cidades japonesas sofreram, estavam literalmente destruídas. A moral do povo japonês, como não poderia deixar de ser, era muito baixa, porém mesmo assim os efeitos danosos da guerra não haviam conseguido destruir o espírito aguerrido do bushidô do samurai.

As indústrias japonesas estavam ávidas para recuperar o seu lugar no cenário mundial. Copiavam todos os equipamentos que eram sucesso comercial. No início, era difícil de se distinguir a cópia do original, cuja diferença era apenas perceptível depois de algum tempo de uso. A durabilidade e a qualidade não eram as mesmas. Era o reinício da reindustrialização do Japão e seus produtos eram sinônimos de má qualidade.

Na década de 1950, com uma grande demanda e consumo mundial, muitas lições da Segunda Grande Guerra foram esquecidas. O mercado norte-americano era altamente refratário aos produtos em que se concentrava a alta qualidade.

Em oposição a essa tendência nos Estados Unidos, começavam a surgir novas teorias administrativas, encabeçadas por Willian Edwards Deming, cuja teoria era a da Qualidade Total. O capitalismo americano, ávido pelo lucro, não lhe deu atenção.

Em contrapartida, os industriais japoneses, necessitando melhorar o conceito de qualidade de seus produtos, convidaram o Sr. Deming a visitar o Japão e a proferir palestras sobre a sua teoria. De imediato aceitaram o conceito da Qualidade Total e o implantaram nas indústrias japonesas, começando a partir deste momento a surgir vários princípios administrativos japoneses, como o just in time (Toyota), e o mais popular de todos, conhecido mundialmente e aplicado nos mais variados segmentos, o do 5S.¹¹

SEIRI – ORGANIZAÇÃO

SEITON – ORDEM

SEISO – LIMPEZA

SEIKETSU – ASSEIO

SHITSUKE – DISCIPLINA

Com a aplicação desses novos conceitos na fabricação, os produtos japoneses passaram a ser considerados de alta qualidade, igualando-se aos europeus e americanos, logo superando-os em muitos segmentos. Eram os relógios e os equipamentos de precisão que superavam os suíços, as máquinas operatrizes e os automóveis, os alemães; as indústrias têxteis, que já gozavam de prestígio, atingem uma produção sem igual, assim como a naval se torna a primeira do mundo. Não havia setor em que a indústria japonesa não se destacasse. Eram equipamentos na área mé-

¹¹ Em sinal de agradecimento, as indústrias japonesas prestam uma homenagem anual ao Sr. Deming, e é possível encontrar seu busto no hall de entrada do edifício principal desses estabelecimentos industriais.

dica, instrumentos musicais, materiais esportivos, aparelhos elétricos e eletrônicos, máquinas fotográficas, entre outros tantos produtos. A economia japonesa expandiu-se a ponto de ser hoje a segunda potência econômica mundial, em que pesem as reduzidas dimensões e a pobreza de seu território.

Muitas dessas indústrias encontram-se hoje no Brasil, como a Toyota, Honda, Hitachi, Furukawa, Yamaha, Kawazaki, Yashica, Semp-Toshiba, entre outras. Algumas delas tiveram na sua direção nikkeis, como a Furukawa e a Yashica, cujos presidentes foram, respectivamente, Anselmo Nakatani e Mítico Ogura.

Mítico Ogura introduziu na fábrica da Yashica, na cidade de Sorocaba, processos de produção cujos índices de qualidade e produtividade superavam os da matriz. Em razão da sua importância, dos métodos aplicados e do destaque dentro do parque fabril brasileiro, a visita a suas instalações constava da programação dos alunos da ADESG. Posteriormente Mítico Ogura presidiu a Milo, que representava a Aiwa no Brasil, a qual comercializava o Sterilair, um produto nacional de higienização do ambiente de grande sucesso comercial na época.

Outro ícone entre as executivas nikkeis é Ângela Hirata, que levou as sandálias havaianas, um produto popular da Alpargatas, originárias do zôri, ao *status* de chique no cenário mundial.

A primeira indústria automobilística japonesa instalou-se no mês de janeiro de 1958, na Rua Boa Vista, 116, em São Paulo. Era a Toyota do Brasil Indústria e Comércio Ltda., que passou em dezembro do mesmo ano a montar veículos na Avenida Presidente Wilson, 1943, no bairro do Ipiranga. No ano de 1959 passou a fabricar os famosos Bandeirantes, com 60% de nacionalização, nome brasileiro dado ao Toyota Land Cruiser, que então era importado. No ano de 1962, surgem novas instalações industriais na cidade de São Bernardo do Campo, parque fabril especialmente construído para montar os Bandeirantes, onde chegou a produzir mais de 80 mil unidades. Muitos deles ainda em uso pelo interior do país, onde, às vezes, é o único veículo em condições de enfrentar terrenos ruins. No ano de 1989, na cidade de Indaial, inaugurou seu novo parque fabril para a montagem do Corolla.

A Honda inicia no ano de 1996, na cidade de Sumaré, a fabricação dos veículos Civic e, no ano de 2001, do Fit. Também a Mitsubishi, no ano de 1998, dá início à montagem do L200, na cidade goiana de Catalão. A Nissan, fruto da fusão com a Renault, começa no ano de 2002 a montar seus veículos na cidade de São Carlos do Pinhal, no Estado do Paraná.

Os automóveis da Toyota e da Honda são objeto de desejo de grande número de pessoas, sendo o Corolla da Toyota líder de vendas por vários anos consecutivos. Atualmente para adquirir um Honda, é preciso pagar ágios e ainda aguardar quatro meses.

Uma grande preocupação das indústrias automotivas japonesas é o comprometimento com o Protocolo de Kyoto, procurando melhorar a *performance* de seus veículos no quesito de proteção ao meio ambiente. A escuderia da Honda, que disputa a Fórmula 1, não se preocupando com os resultados financeiros, pintou o seu carro com a visão da Terra vista do espaço, com o único objetivo de chamar a atenção para o grande problema da poluição que o mundo está enfrentando.

Desde o início dos anos 90, diversos projetos ligados ao meio ambiente estão sendo desenvolvidos pelas indústrias automotivas japonesas tendo como principal meta a certificação do ISO 14001 para suas fábricas ao redor do mundo. As normas ISO 14001 identificam as empresas comprometidas com procedimen-

tos que visam à preservação dos recursos naturais, à menor geração de resíduos que causam impactos ambientais e à obediência às normas legais vigentes. Estabelecem ainda metas de melhoria contínua no desempenho ambiental das empresas.

As indústrias automobilísticas japonesas são as que mais preocupam quanto à questão do meio ambiente. São de baixo consumo, alta *performance* e pouca agressão ao meio ambiente. Exemplo maior é o sucesso do carro híbrido Prius, aceito mundialmente como o veículo de melhor rendimento quanto a sustentabilidade. A atual fábrica da Toyota na cidade de Sorocaba é uma referência na tecnologia de sustentabilidade, com todos os recursos de reciclagem tanto de matéria prima, como da água de reúso. Aí serão fabricados os veículos de baixa potência, projetados para países em desenvolvimento como o Brasil e a Índia, o tão esperado Etios.



Pavilhão japonês no Parque do Ibirapuera em São Paulo



Mausoléu do imigrante. Veem-se o então Príncipe Akihito e a Princesa Michiko, hoje, imperador e imperatriz do Japão

É bom, entretanto, lembrar que o Brasil tem enfrentado junto à OMC vários problemas em razão dos registros indevidos de Marcas e Patentes que são feitos no país. Muitas empresas japonesas também enfrentaram esse tipo de problema e o mais famoso caso foi o da Machline-Sharp, cujo desfecho se deu com o encerramento das suas atividades no Brasil. Atualmente, é notícia nos jornais o processo movido pela Mitsubishi em razão do uso indevido de seu nome pela Evadin. O mesmo ocorreu com a CCE, cujo processo ainda está se desenrolando.

6.4 Prestação de serviços

Havia poucos japoneses morando na cidade de São Paulo no fim do século XIX. Mas era em torno desse pequeno contingente de pessoas que se agrupavam os imigrantes que fugiam das colônias e passavam a trabalhar como mascates, prestadores de serviços braçais em residências e hotéis, carpinteiros, artesãos, operários, atendentes de restaurantes, barbeiros, operários de fábricas, jardineiros, motoristas e em atividades que não exigiam qualificação. Alguns agiam como agenciadores desses imigrantes. Com o decorrer do tempo, graças à habilidade dos japoneses, começam a ser empreiteiros de jardinagem, restauradores de móveis, pedreiros e, em consequência do êxito que obtiveram nessas atividades, começaram a estabelecer-se por conta própria.

As antigas barbearias do bairro da Liberdade inovaram com a lavagem do cabelo e as massagens relaxantes, hoje comuns entre os estabelecimentos congêneres. Aprimorando e aproveitando as técnicas desses profissionais, surgiram muitos salões, e atualmente a cadeia Soho é um exemplo desse êxito, assim como a Celso Kamura. Assim, os atuais salões de beleza e spas devem à cultura japonesa o conceito de que gozam atualmente. A Soho também é escola de cabeleireiro, como a Escola Teruya, famosa na década de 50, quando a formatura de seus alunos era realizada no então requisitado salão do Aeroporto de Congonhas.

Massagens shiatsu e os banhos de imersão ofurôs hoje são muito conhecidos, usados nos centros de estética e fisioterapia, como o de Luiza Sato, falecida em 02 de dezembro de 2007. Uma curiosidade. Foi noticiado que seu falecimento ocorreu em decorrência do excesso de dedicação e muito trabalho. Mesmo salões de periferia, para o tradicional Dia da Noiva, promovem esses tratamentos. Esse tipo de ambiente é explorado pelos mais diversos estabelecimentos pelo clima exótico que deles emana.

A massagem e a acupuntura têm uma estreita relação com a cultura oriental e muitos japoneses exerceram legalmente essa profissão até a década de 1980. Atualmente são ministrados cursos regulares de acupuntura na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, tornando ilegal a sua prática por pessoas não habilitadas. O governo também passou a oferecer gratuitamente esse tipo de assistência em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde e o Município pelas Áreas Temáticas em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, nas chamadas Medicinas Tradicionais e Práticas Complementares em Saúde desde 2001 (*O Estado de S. Paulo*, 2-2-2005).

Em função da prática das lutas marciais, desenvolveram-se no Japão métodos e variedades de compressas e cataplasmas. Na bagagem, os imigrantes traziam medicamentos e instrumentos da medicina oriental, como ventosas e incensos para o okyu¹².

“Os profissionais eram conhecidos como ju-sei-chi ou honetsugi” (Oi, 1993, p. 468).

Algumas das técnicas de massagem japonesa aplicadas nas clínicas, spas e academias de origem japonesa ou não, na cidade de São Paulo, são: anma (massagem que busca os pontos de tensão no tônus muscular, visando eliminá-los), watsu (shiatsu aplicado dentro da água, uma adaptação americana, introduzida no Brasil na área de fisioterapia, educação física, psicologia e terapias corporais), ayurvédica (busca a manutenção do equilíbrio físico e mental, pressionando pontos do corpo para que se libere a energia bloqueada e estagnada), moxaterapia (utiliza uma erva que se chama artemísia), ventosaterapia (feita com vácuos em copos de vidro para alívio da dor).

¹² Moxa que se queima no local afetado.

“A artemísia, matéria-prima para produzir o moxa encontrado no Japão, apresenta uma enorme vantagem em relação à chinesa: a penugem encontrada nos talos é bem mais densa. Com ela, conseguiu-se produzir um moxa de excelente qualidade, que permitiu aperfeiçoar a técnica para a sua aplicação; além disso, sendo uma erva encontrada em quase todo o Japão, acabou por facilitar a sua popularização.

Prática comum entre os familiares japoneses, demonstra a popularidade do anma e sua técnica que, ao mesmo tempo, faz parte da troca efetiva e energética que ocorre normalmente entre os filhos e seus pais ou avós. Anma se desenvolveu a partir do do-in.

Shiatsu é uma prática mais recente, que se desenvolveu combinando os conhecimentos do do-in, anma, e métodos de reanimação do judô. O seu surgimento é posterior à restauração Meiji e utiliza principalmente as técnicas de pressão e vibração com os dedos” (Oi, 1993, p. 468, 470).

Há serviços de relaxamento e massagens em clínicas como a da conceituada Luiza Sato ou em hotéis de luxo na cidade de São Paulo, como: Emiliano, L' Occitane, Via a Vis, Corporis, Kyron, Freshy Spa & Outfits, Kan Tui, Zen-kai Centro de Terapia Alternativo, Oficina dos Sentidos Manacá Serviços (ofurô com leite e cacau) na Cantareira, Magma Núcleo Terapêutico (ofurô com chá verde, óleos, pétalas de rosas, velas, leite, vinho) na V. Madalena, Instituto Médico de Ciência Humanista Oriental (cerimônia do chá, massoterapia, meditação) nos Jardins, Acqua Vida, Pleno Spa Runner, Amanary Spa, com preços variando de R\$ 70,00 (setenta reais) a R\$ 1.000,00 (mil reais). Nas cidades próximas, há os retiros espirituais, alguns muito concorridos, como: Casa de Dharma em Vinhedo, Centro Mandala em Itatiba, Krishna Shakti Ashram em Campos do Jordão, Ponto de Luz em Joanópolis, Spa Ch'an Tao em Jundiaí, Spa Mãe Natureza em Cajamar, Viktoria Garten em Itapeverica da Serra, Yan Sou em Bragança Paulista, entre outros. A gerente do spa do luxuoso Hotel Emiliano, nos Jardins, Mônica Fukuya Watake, informa que tem sido grande a procura e prepara pacotes conforme a vontade das clientes, que sabem o que desejam e não são simples curiosas.

“Oferecemos pacotes que incluem banho, massagem, shiatsu, tratamento de pele. [...] ofurô, em três temperaturas e relaxamento muscular” (*O Estado de S. Paulo*, 18-2-2005).

Um importante segmento de prestação de serviços foram as tinturarias. Essa atividade estava tão ligada à comunidade nikkei que existiram marchas de carnaval e músicas populares destacando esses profissionais nikkeis. Eram empresas familiares estabelecidas nas próprias residências, onde empregavam o maior número de membros da família ou dando emprego a muitos funcionários. Muitas donas de casa trabalharam como costureiras e sustentaram suas famílias. Hoje temos um significativo contingente de estilistas nikkeis, destacando-se o nome de Jun Nakao.

No ramo da fotografia também os nikkeis se destacaram. O número desses profissionais era tão alto que havia a anedota de que na Santa Ceia não estava nenhum japonês, visto que estava tirando a foto. Em 1958 existiam 4.356 lavanderias e tinturarias de propriedade de japoneses, 2.013 barbeiros e 1.122 fotógrafos.

Uns dos principais empreendimentos nikkeis de prestação de serviços foram as cooperativas agrícolas, com destaque especial para a Cooperativa Agrícola de Cotia e a Cooperativa Sul-Brasil. Fundadas respectivamente nos anos de 1927 e 1928, ambas deixaram de existir na década de 1990. Foram exemplos e referências de cooperativismo e de eficiência. A Cooperativa Agrícola de Cotia chegou a ser uma das

maiores empresas da América do Sul. A partir do ano de 1935 surgiram outras cooperativas, como a de Mogi das Cruzes, Bastos, Itaquera, entre outras tantas. As cooperativas, em razão da sua importância para a agricultura, são abordadas em seção específica (5.1.4).

No mercado das finanças, os imigrantes japoneses recebiam financiamento diretamente das empresas de colonização ou instituições de capital, quando não oficioso do governo japonês, uma vez que a Constituição Brasileira não permitia a participação deste tipo de capital. No ano de 1919, estabeleceu-se na cidade do Rio de Janeiro a casa de câmbio Yokohama Specie Bank, predecessora do Banco de Tokyo. A Casa Tozan (filial da Tozan Nôji Kabushiki Kaisa – Tozan Agrícola S.A.), que existia no país desde o ano de 1927 com um investimento de 3.500 contos, passou no ano de 1932 a ser denominada Casa Bancária Tozan, depois Banco Tozan e finalmente Banco Mitsubishi Brasileiro, no ano de 1973.

O Grupo Banco América do Sul foi a empresa mais importante da colônia nikkei. Adquirido pelo Sudameris na década de 1990, passou a fazer parte do grupo holandês Abn Real (ranqueado no ano de 2007 como o terceiro grupo financeiro privado no Brasil). O conglomerado financeiro do Banco América do Sul teve início no ano de 1937, com a criação no Japão da Nichinan Sangyô Kabushiki Kaisha (Bratac). Com um capital de 10 milhões de ienes, concentrava as principais atividades empresariais e financeiras de interesse japonês no Brasil. Assim, faziam parte da organização a Casa Bancária Bratac, Comercial Bratac, Mineração Bratac, Algodoeira Bratac, Fiação de Seda Bratac.

Em 1954, o Fuji Bank passou a participar do Banco América do Sul, tornando-se a pioneira das empresas japonesas no Brasil no setor financeiro. Em seguida vieram *tradings* japonesas, como Mitsubishi Shoji, Toyomenka, Nichimen, Mitsui Bussan, entre outras.

Na construção civil, até a década de 1980, havia muitas empresas de destaque, como: Takaoka, Aoki, Engin e Okay, assim como engenheiros e arquitetos, onde despontam os nomes de Leo Nishikawa e Ariyaki Kato (vencedores da IV Bienal da Arquitetura de São Paulo) e atualmente o consagrado Ruy Ohtake.

6.5 Considerações finais

A participação dos nikkeis nas áreas da economia brasileira foi retraída e tímida no primeiro momento. Não se aventuraram em seus próprios negócios devido a diversos fatores como a instabilidade econômica do país e, também, em razão do confisco de suas propriedades, durante a Segunda Guerra Mundial, pelas autoridades brasileiras.

Notamos que, enquanto nos EUA há um predomínio geral na sociedade dos brancos, anglo-saxões e protestantes; no Brasil, em que pese não haver discriminação, verifica-se a predominância das atuações dos portugueses, italianos e libaneses (árabes) no comércio e na indústria, conforme constatamos nos registros. Mesmo que alemães, japoneses, espanhóis, ingleses, holandeses e franceses tenham dado uma contribuição histórica de muito valor, constituindo uma parcela importante da economia paulista, encontramos poucos documentos sobre esses fatos.

No decorrer dos 100 anos da imigração japonesa, a atuação do nikkei na economia e na sociedade brasileira tornou-se notória. No ano de 1958, 7,2% da população japonesa trabalhava na indústria, passando

em 1988 para 15,8%. A contribuição dessa comunidade nikkei, hoje composta de 40% de mestiços, é tão importante para a economia e o desenvolvimento social a ponto de o jornal *O Estado de S. Paulo*, no dia 1º-6-2005, ter noticiado, com dados baseados no Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), que o nível intelectual e social dos paulistanos é melhor que o dos cariocas, em razão principalmente dos nikkeis.

“Orientais deixam São Paulo menos pobre do que o Rio”

Índice de Pobreza			
	Branços %	Negros %	*c /nikkeis %
São Paulo	12,7	25,5	16,1*
Rio de Janeiro	12,3	24,8	17,5*
Santa Catarina			44,1
Alagoas			62,3
Maranhão			61,2

“Os descendentes de orientais é que salvam o Estado de São Paulo tornando a proporção de pobres menor do que no Rio de Janeiro. Entre brancos e negros, o índice de pobres no Rio de Janeiro é mais baixo do que em São Paulo; mas a entrada em cena dos niseis, com um padrão de vida melhor do que a média, reverte esse indicador em favor dos paulistas. O índice de universitários é de 26,9%.

[...] como sugerem alguns números: em 1995, dos alunos matriculados na Universidade de São Paulo, 15% eram nikkeis; dos professores, 8% eram descendentes de japoneses, sendo que os nikkeis representam menos de 1% da população brasileira” (Rumo aos Cem Anos – *O Estado de S. Paulo*, 15-6-2005).

Muitos bairros da cidade de São Paulo foram referências para muitas etnias. O bairro do Bom Retiro, por estar próximo da Estação da Luz, ponto obrigatório da chegada dos estrangeiros provenientes do porto de Santos, foi referencial para muitos povos. Os imigrantes hospedavam-se em hotéis e pensões baratos da região e logo se estabeleciam nas redondezas. Assim, conforme a corrente migratória, mudava a predominância étnica. Nos últimos anos foi referência para a comunidade judaica, passando agora a ser para a coreana.

Para os japoneses, a primeira região foi em torno do Mercado Municipal, passando depois para o Bairro da Liberdade. Este bairro, considerado reduto da Cultura Japonesa no Brasil, em que alguns querem preservá-lo com o comércio dito oriental, era anteriormente explorado exclusivamente pelos japoneses. Em razão de diversos fatores, dificilmente deverá assim se manter. Os escritórios de empresas japonesas, que em outros tempos aí se concentravam, mudaram-se para outras regiões em função dos seus interesses empresariais e principalmente pelo fato de os filhos dos primeiros comerciantes japoneses não se interessarem em continuar com o empreendimento. É de se supor que dentro de alguns anos passe a ser uma China Town, como outras tantas espalhadas pelo mundo.

A pesquisadora Maria Bárbara Levy afirma não haver condições para um monopólio étnico, pois no mundo dos negócios, mesmo quando se firmam acordos, o que prevalece é a lei do livre comércio (Levy, in: Almeida, 1995, p. 19).

Julgo importante que, aproveitando o clima dos Cem Anos da Imigração Japonesa para o Brasil, ao pretendermos resgatar e preservar os nossos valores por meio de trabalhos da envergadura a que agora nos

propomos, fortaleçamos ainda mais a integração de todos os brasileiros, contribuindo para um melhor entendimento entre os povos e a paz mundial.

Para registrar a importância da participação do nikkei na sociedade paulistana, apresentamos a seguir a relação de nomes de logradouros públicos da cidade de São Paulo homenageando personalidades da comunidade nikkei, bem como de bairros com denominações orientais.

A – Denominações de logradouros públicos

Para a 3ª edição do *Nikkei no Brasil* foi elaborada uma nova tabela de logradouros públicos, tendo como base o “Guia Cartoplam – São Paulo”, edição 2013, que inclui cidades da Grande São Paulo. Foi suprimida a coluna com CEPs, pois muitos não as tinham.

NOMES					
Adriana Namura	Rua	Água Rasa	Chiroaki Takahashi	Rua	P.Jaçanã
Agamimura	Rua	V.Ré	Chiyo Yamamoto	Av.	Guarulhos
Akio Morita	Rua	Jaraguá	Cláudio Kano	Praça	Socorro
Akita	Rua	Cotia	Diajiro Hirabayashi	Rua	Suzano
Alberto Honoto	Estr.	Arujá-Itaquá.	Daniela Akemi Takahashi	Praça	S.B.Campo
Alberto G. Hamaoka	Rua	Guarulhos	Darci Takeshita	Praça	S.B.Campo
Alexandre T. Miney	Praça	Mauá	Denise Mori Santalúcia	Rua	Barueri
Alzira Maruyama	Rua	S.Mateus	Diogo Mitsuo Imamura	Rua	S.B.Campo
Amauri Tadeu Uesugi	Rua	S.Amaro	Daijiro Matsuda	Rua	Brooklin
Amélio Koga	Rua	V.Rio Branco	Eduardo Kiyoshi Shimuta	Rua	Ponte Rasa
Anckichi Moromizato	Rua	Mauá	Eduardo Yoshimoto	Rua	S.B.Campo
Antônio Hirochisa Ishi	Praça	Artur Alvim	Eiji Kikuti	Rua	S.B.Campo
Antônio Nakashima	Rua	Mauá	Eiji Ota	Estr.	R.G.Serra
Antônio Nakashima	Viad.	Pq.Pedro II	Elizabeth Trovão Usui	Rua	Itaim Bibi
Antônio Nakayama	Rua	C.Escolástica	Emiko Sato	Praça	Sapopemba
Aparecida R. Fuchida	Rua	Guarulhos	Emilio Tachibana	Rua	Sacomã
Aquira Yamaguchi	Rua	Guarulhos	Flominobu Shimizu	Rua	Diadema
Arisugawa	Rua	J.Japão	Flor do Japão	Rua	V.Verde
Arlindo Aoki	Rua	Suzano	Francisco Shigueki Nomura	Rua	Cachoeirinha
Armando Shibata	Rua	Butantã	Fujiana	Rua	C.Dutra
Artur Otsuzi	Rua	V.Formosa	Fujie Niita	Rua	Campo Belo
Assashi	Rua	S.B.Campo	Fujiwara Hisato	Rua	Jaguare
Assaji Yokoyama	Rua	T.Serra	Fujiyama	Rua	Diadema
Assangui	Rua	V.Maracanã	Fukuichi Nakata	Av.	Diadema
Assano	Rua	J.Japão	Furutao Kato	Viela Parte	Jaçanã
Assungui	Rua	B.Saúde	Fukutaro Yida	Estr.	S.B.Campo
Aurélia Lopes Takano	Trav.	C.Dutra	Fumie	Viela	Guarulhos
Bambú Japonês	Trav.	Grajaú	Furuyama	Estr.	Suzano
Bambús Imperiais	Conj.	Oratório	Fuzaro	Av.	P.Estado
Chibata	Rua	V.Suzana	Gilberto Yoshioji Sato	Rua	P.S.Domingos
Chibata	Rua	Guarulhos	Go Sugawa	Rua	Faz.Caguaçu
Chivata Miyakoshi	Av.	Morumbi	Goro Yoshida	Rua	V.Sônia
Choei Kasai	Rua	José Bonifácio	Gorosaku Tanezaki	Rua	C.Ademar
Chubei Takagashi	Rua	José Bonifácio	Gotoru	Rua	T.Serra
Cidade Osaka	Viad.	Liberdade	Guenitiro Nakazawa	Praça	P.N.Mundo
Ciro Mimura	Praça	J.Beatriz	Guichi Shigueta	Rua	José Bonifácio
Clarice C. Ichida	Rua	C.Grande	Guichi Yoshioka	Rua	José Bonifácio

Guihei Vatanabe	Rua	Morumbi
Gyotoku	Estr.	Suzano
H.Yamazaki	Trav.	Arujá
Hachiro Miyazaki	Praça	V.Guarani
Hajime Amano	Praça	Osasco
Harumi Omasaco	Rua	Osasco
Harumi Maeda	Praça	C.Ademar
Haruo Uoya	Praça	S.Amaro
Hasegawa	Rua	José Bonifácio
Hanegawa Gen.	Rua	Osasco
Hatsudi Terada	Rua	Embu
Hatsue Motomura	Rua	S. André
Hatsuji Teroda	Rua	Embu
Hatuko Chinen	Rua	Mauá
Hayako Yomauchi	Rua	Cajamar
Heitaro Yoshida	Praça	Peri-Peri
Hélio O. Daikuara	Av.	Embu
Heloisa Hedeko Koba	Rua	Itapevi
Hidekichi Hattori	Rua	Jaraguá
Hideco Miura	Rua	Barueri
Hidenore Murakami	Rua	Suzano
Hideo Oshima	Rua	S.M.Paulista
Hideo Sinzato	Rua	Guarulhos
Hideo Suguiyama	Rua	J.Jabaquara
Hijouri Koyama	Rua	Suzano
Hiraki Kurachi	Rua	It.Serra
Hiraku Yamato	Rua	Arujá
Hirosada Tamura	Rua	Penha
Hiroaki Torigoi	Rua	Socorro
Hirose Okabe	Rua	Arujá
Hiroshi Izumi	Rua	Suzano
Hiroshi Kagano	Rua	Carapicuíba
Hiroshi Okada	Rua	S.Paranaíba
Hiroshi Saito	Rua	V.Maria
Hiroshi Shiozawa	Praça	Socorro
Hiroshi Tobinaga	Estr.	Suzano
Hiroshima	Rua	V.Maria
Hiroshima	Rua	Diadema
Hiroshima	Rua	S. André
Hitoji Yokote	Rua	Osasco
Hishiro Hidaka	Av.	T.Serra
Hirovo Kaminobo	Rua	José Bonifácio
Hisacatu Watanabe	Rua	Mandaqui
Hisaji Morita	Rua	José Bonifácio
Hitoshi Ishibashi	Rua	Cangaíba
Hiyoshi Ihara	Praça	J.Saúde
Hosuke Hataka	Rua	T.Serra
Hugo Tadaci Yoshii	Rua	Cangaíba
Hugo Takahashi	Rua	Raposo Tavares
Ibaraguí Nissui	Rua	V. Mariana
Ikuyo Tamura	Rua	Sacomã

Ikozo Koike	Praça	V.Holinópolis
Imigrante Japonês	Av.	Peri-Peri
Inês s. Tanaka	Praça	S.B.Campo
Ito Otani	Praça	Peri-Peri
Iocinori Hatanaka	Praça	Jaçanã
Ioneji Matsubayashi	Praça	José Bonifácio
Ioshifumi Utiyama	Praça	Itaquera
Iososuke Okaue	Rua	P.Carmo
Isao Iwanaga	Praça	Barueri
Isao Sato	Rua	S.B.Campo
Ishimaru	Vielas	Carapicuíba
Issao Matsuoka	Rua	Diadema
Itiro Hirano	Praça	S.B.Campo
Itiro Mutuo	Praça	Sacomã
Iwajiro Takahashi	Rua	V.N.Mazzei
Izo Toshikawa	Praça	Arujá
Japão	Praça	Pinheiros
Japão	Rua	Poá
Japão	Rua	S. André
Japão	Rua	Osasco
Japão	Rua	Guarulhos
Japão	Rua	F.Vasconcelos
Japão	Rua	Mauá
Japão	Rua	R.Pires
Japão	Rua	S.B.Campo
Japão	Rua	It.Serra
Japão	Praça	M.Cruzes
Japão	Praça	Carapicuíba
Japão	Al.	S.Paranaíba
Japão	Rua	Jandira
Japão	Rua	Embu
Japonês	Largo	V.N.Cachoeirinha
Japonês	Rua	Parelheiros
Japoneses	Rua	Guarulhos
Japoneses	Rua	S.B.Campo
Jardim Japonês	Av.	J.Brasil
Jenji Ikeda	Rua	Guarulhos
Jigoro Kano	Rua	Jabaquara
Jihei Anzai	Rua	R.Pequeno
Jisiti Noda	Rua	C.Limpo
João Nishimura	Rua	Cotia
João Sussumu Hirata	Rua	V.Andrade
João Sussumu Hirata	Rua	T.Serra
João Usutai	Vielas	Osasco
João Yasoji Ito	Praça	Pinheiros
Joaquim Mitsuo Kuabara	Trav.	Ermelino Matara-zzo
Jorge Ogushi	Rua	Aricanduva
Jorge Sakay	Rua	M.Cruzes
Jorge Soki Ishihara	Vielas	Poá
Jorge Usumi	Rua	Pinheiros
José Hidekichi Suga	Praça	S.B.Campo

José Higashino	Rua	P.N.Mundo	Kenikiti Shimomoto	Av.	Jaguaré
Jossei Toda	Rua	Suzano	Kenikiti Shimomoto	Av.	Osasco
Jossei Toda	Viad.	Guarulhos	Kenzo Sasaki	Rua	Mauá
Júlio Takase	Praça	It.Serra	Kessake Maeda	Estr.	It.Serra
Junkishiro Arakawa	Rua	Carapicuíba	Kichisaburo Iguchi	Rua	F.Vasconcelos
Junta Mizumoto	Rua	Peri-Peri	Kida	Rua	Guarulhos
Kaiano	Trav.	Cotia	Kidani	Estr.	Suzano
Kaku Katsumata	Praça	Diadema	Kiku Takeuti	Rua	T.Serra
Kame Teruya	Rua	Mauá	Kimiko Ito	Praça	Osasco
Kame Yoshimoto	Rua	Suzano	Kimitoshi Tikami	Rua	R.Pequeno
Kameji Kodama	Rua	Suzano	Kingo Kitabara	Trav.	Cambuci
Kameue Chibana	Rua	P.S.Lucas	Kinoco	Rua	Tremembé
Kana Kanashiro	Rua	Mauá	Kinzo Fujii	Rua	Jandira
Kaname Nemoto	Rua	Suzano	Kioto	Rua	V.Mariana
Kaneda	Rua	J.Japão	Kioto	Rua	Jandira
Kanehida Saiki	Rua	Arujá	Kioto	Al.	S.Paranaíba
Kaneo Hashimoto	Rua	P.Pires	Kira	Rua	J.Fernandes
Kango Takeuti	Rua	F.Vasconcelos	Kirano	Praça	R.Pequeno
Kamiti Yamaguti	Trav.	Cotia	Kisao Tokita	Praça	V.Mariana
Kanjan Nomura	Rua	Diadema	Kitaro Iwasa	Rua	Mauá
Kanji Miyasaka	Rua	R.Pires	Kitizo Utiyama	Rua	Cursino
Kaol Sugimoto	Rua	Peri-Peri	Kiwa Utiyama	Rua	F.Vasconcelos
Kaoru Maruyama	Rua	T.Serra	Kiyoji Isome	Rua	J.Ângela
Kaoru Oda	Rua	V.Sônia	Kiyoji Segawa	Estr.	Suzano
Kasato Maru	Rua	P.S.Lucas	Kiyoshi Hirata	Rua	V.Matilde
Kasato Maru	Rua	S.André	Kiyoshi Takabatake	Rua	Suzano
Kasato Maru	Praça	S.B.Campo	Kizamon Takeuti	Rua	Suzano
Kasato Maru	Praça	Guarulhos	Kizaki	Estr.	T.Serra
Kasuo Ogura	Rua	J.Ângela	Kobe	Rua	J.Japão
Katashi Mine	Rua	Suzano	Koei Takara	Praça	Cachoeirinha
Katsumata	Estr.	Suzano	Kohei Denda	Praça	Jabaquara
Katsumi Hoshino	Rua	T.Serra	Kohei Yokohama	Rua	Peri-Peri
Katsumi Miyazaka	Rua	Arujá	Koichi Kamizake	Rua	Osasco
Katsumi Sanda	Rua	Saúde	Koichi Kishimoto	Rua	J.Botucatu
Katsumi Yoshida	Rua	Suzano	Koichi Nakano	Rua	Saúde
Katsuo Miyasato	Rua	Suzano	Koichi Yoshikawa	Rua	Suzano
Katsuoshi Naito	Av.	Suzano	Koichiro Yahara	Trav.	V.Medeiros
Katsuzo Yamamoto	Rua	Arujá	Kojima	Rua	Mauá
Katumi Kida	Rua	Jacuí	Koki Koga	Av.	Guarulhos
Keia Nakamura	Rua	José Bonifácio	Komoto Tadashi	Rua	R.Pires
Keichi Matsumoto	Rua	José Bonifácio	Konoe Endo	Rua	Suzano
Keida Harada	Estr.	Suzano	Kossei Hamati	Rua	T.Serra
Keiichi Mori	Estr.	Suzano	Kotie Nonogaki	Rua	Carrão
Keishi Matsumoto	Estr.	Embu	Koto Mitsutani	Rua	C.Limpo
Keiji Kimura	Rua	S.B.Campo	Koyama	Estr.	Suzano
Keisuke Koga	Rua	Peri-Peri	Kozumi Inoue	Rua	Suzano
Keizo Yamada	Rua	M.Cruzes	Kumaki Aoki	Rua	S.M.Paulista
Ken Sugaya	Rua	Itaquera	Kumamoto	Rua	Cotia
Kenao Uemura	Viad.	S.B.Campo	Kuniji Natari	Rua	Suzano
Kendi Homma	Praça	Mauá	Kunimitsu Kuinishi	Rua	Suzano
kenichi Nakagawa	Praça	V.Mariana	Kunito Miyasaka	Rua	J.Martinica
Kenji Homma	Praça	Mauá	Kuwahara	Av.	Mauá

Kyokushi Noda	Rua	R.Pequeno
Luíssa Hidaka	Rua	Suzano
Mar do Japão	Rua	Diadema
Mar do Japão	Trav.	j.Bartira
Márcio Akira Miura	Rua	C.Limpo
Margarida Tomy Vatanabe	Praça	Itaquera
Mário Horita	Rua	S.B.Campo
Mário Mitsuo Anzai	Rua	Suzano
Mário Murata	Rua	Suzano
Mário Tominaga	Rua	Freguesia do Ó
Mário Vatanabe	Rua	V.Andrade
Masafusa Yokota	Rua	Mauá
Masaharu Taniguchi	Praça	C.Belo
Masaji Takegawa	Rua	Suzano
Masaki Noritomi	Rua	Osasco
Masashi Ito	Rua	S.B.Campo
Masashige Ishu	Rua	Osasco
Masatake Matsumoto	Rua	Capão Redondo
Masato Misawa	Rua	Faz.Caguaçu
Masato Sakai	Rua	F.Vasconcelos
Masatoshi Tominga	Rua	Penha
Masatsuka Ida	Rua	Suzano
Masazo Yoshimotor	Rua	Grajaú
Massaji Takigawa	Rua	Suzano
Massanore Miyake	Rua	R.Pires
Massao Takahashi	Rua	Arujá
Massao Yamamoto	Rua	Jandira
Massaye Yano	Rua	R.G.Serra
Massayoshi Kondo	Rua	R.G.Serra
Massayoshi Sawada	Rua	R.G.Serra
Masao Vatanabe	Rua	Cachoeirinha
Masachi Omi	Praça	J.Saúde
Masuzo Naniwa	Rua	M.Cruzes
Matashiro Yamaguishi	Rua	José Bonifácio
Matisushiro Seino	Rua	It.Serra
Matsu Inague	Rua	V.Medeiros
Matsuichi Wada	Rua	Pedreira
Matsujiro Kuroiwa	Rua	Suzano
Matsuzaki	Estr.	Suzano
Meitoko Shimabuco	Av.	Mauá
Micado	Trav.	S.Rafael
Micado	Rua	J.Japão
Michie Akama	Praça	Saúde
Michisa Murata	Av.	Freguesia do Ó
Michio Hatakeyama	Rua	Arujá
Mie Ken	Viad.	Liberdade
Mie Nishi	Viad.	Mirandópolis
Mikasa	Rua	Guarulhos
Milton Maekawa	Rua	Suzano
Minnie Ida	Rua	Guarulhos
Minori	Rua	J.Eva
Monoro	Estr.	It.Serra

Minoru Asão	Rua	Osasco
Minoru Yamasaki	Rua	Jaraguá
Mituto Ichikawa	Rua	Freguesia do Ó
Mituto Mizumoto	Rua	Liberdade
Miyano Oba	Rua	Tucuruvi
Miyoshi Matsuda	Praça	Cursino
Miukami	Estr.	Suzano
Mokiti Okada	Praça	V.Mariana
Morikichi Tokumoto	Rua	Suzano
Morishigue Akagui	Rua	Morumbi
Nae Minei	Rua	T.Serra
Nagaça	Rua	P.Lago
Nagahama	Rua	Cangaíba
Nagao Watanabe	Rua	Guarulhos
Nagasaki	Rua	Morumbi
Nagasaki	Rua	Diadema
Nagoia	Rua	Ch.Santana
Nagoya	Rua	Diadema
Nahomi Harada Rib.	Rua	Guarulhos
Nakadari	Praça	V.Maria
Nakaya	Rua	V.Mariana
Nakamura	Rua	V.Maria
Nanci Araki	Rua	Arujá
Naochiti Tanaka	Rua	Diadema
Naoji Takeuchi	Rua	Suzano
Naokiti Yamahata	Rua	T.Serra
Narayama	Trav.	Tucuruvi
Narimatsu Hiroshi	Rua	Jaguaré
Narimatsu Keijo	Rua	Capão Redondo
Narita	Rua	V.Maria
Narumi Nacayama	Rua	Embu
Nicola Yamuri	Praça	T.Serra
Nigata	Rua	V.Maria
Nipo-Brasileiro	Praça	S.C.Sul
Nippon	Praça	J.Japão
Noriyuki Yamamoto	Praça	V.Sônia
Nova Nipônia	Rua	Jabaquara
Ogata	Viela	J.Beatriz
Oiti	Rua	J.Guanabara
Oiti	Al.	Osasco
Ojigana	Rua	C.Limpo
Ojira Takeuti	Rua	T.Serra
Okinawa	Rua	J.Eliana
Okinawa	Rua	Guarulhos
Okinawa	Rua	S.André
Okinawa	Av.	Diadema
Okinawa	Rua	S.C.Sul
Okuhara Koei	Viad.	Cerqueira César
Okura Fujiwara	Rua	Jaguaré
Osaka	Rua	Diadema
Osaka	Rua	J.Japão
Osaka	Av.	Arujá

Osaka	Rua	Jandira	Seian Hanashiro	Rua	Arujá
Osaka	Praça	S.Parnaíba	Seicho-no-ie	Praça	Jabaquara
Osaka	Rua	Cotia	Seijin Toguchi	Rua	S.André
Oyama	Trav.	Ponte Rasa	Seikiti Nakaiama	Rua	Barueri
Oyeno	Rua	J.Japão	Seio Honda	Rua	R.G.Serra
Paulo Adami	Trav.	Quarta Parada	Seizen Ikehara	Rua	Mauá
Paulo Hasse	Trav.	V.Ursulina	Selan Hanashiro	Rua	Suzano
Paulo Hideo Futami	Praça	Guarulhos	Senji Suguino	Rua	S.B.Campo
Paulo Kobayashi	Praça	Sé	Setsuko Ishinose	Trav.	P.Carmo
Paulo Moriyama	Rua	Suzano	Setsuo Yasaki	Rua	Ch.Encontro
Paulo Nagina	Rua	S.B.Campo	Shigero Nishikawa	Rua	R.Pires
Paulo Ono	Rua	M.Cruzes	Shigueki Kadumoto	Rua	T.Serra
Paulo Shideo Futami	Rua	Guarulhos	Shigueki	Rua	Diadema
Paulo Shiesari	Praça	Perdizes	Shiguemi Murakami	Praça	Jabaquara
Paulo Wada	Rua	Mandaqui	Shiguenobu Takahashi	Rua	Suzano
Provincia de Saitama	Praça	Alto Pinheiros	Shiguelo Kojima	Rua	Mauá
Renato Katsuya Sato	Rua	Jacuí	Shiguelo Yokota	Rua	Arujá
Ricardo Goto	Praça	Alto Pinheiros	Shiguer Nakayama	Rua	Suzano
Rinnosuke Tiba	Rua	T.Serra	Shikazo Myai	Rua	R.Pequeno
Rinyaru Sugimura	Rua	Suzano	Shimpei Sayama	Rua	Suzano
Riquixa	Rua	Guarulhos	Shinazu Ueda	Rua	Suzano
Rishin Matsuda	Rua	Jabaquara	Shinji Hirose	Av.	Arujá
Riuichi Matsumoto	Estr.	S.B.Campo	Shinohara	Estr.	It.Serra
Roberto Massuo Aoki	Praça	Osasco	Shinsei Kamida	Rua	Sapopemba
Roberto Ozaki	Praça	Osasco	Shinzaburo Mizutani	Rua	C.Carmo
Roberto Tadachi Seguchi	Trav.	V.Medeiros	Shiojiro Mukai	Rua	Suzano
Roberto Udihara	Rua	Brasilândia	Shiono Katayama	Rua	Lajeado
Ryoji Ido	Rua	T.Serra	Shiro Kyono	Trav.	Itaim Bibi
Ryoshin Hasegawa	Rua	F.Vasc.	Shizo Ochiai	Praça	Saúde
Ryu Mizuno	Viad.	Suzano	Shizuoka	Rua	Diadema
Saburo Kagawa	Rua	S.B.Campo	Shizuoka	Rua	Cotia
Saburo Manabe	Rua	Suzano	Sho Yoshioka	Rua	P.Carmo
Saburo Sumiya	Rua	Barueri	Shobee Kumagai	Rua	Ermelino Matara-zzo
Saburo Yadova	Rua	Limão	Shosaburo Kawamura	Estr.	F.Vasc.
Sadae Takaji	Estr.	S.B.Campo	Shozaemon Sedoguti	Rua	Itaquaquecetuba
Sadaichi Takeshita	Rua	S.B.Campo	Shuhei Uetsuka	Viad.	Liberdade
Sadaji Yabuya	Rua	Pirituba	Sian Hanashiro	Rua	Suzano
Sadajiro Kinojishita	Praça	Arujá	Sílvio Aoyama	Rua	V.Mercês
Sadako Brandão	Praça	Barro Branco	Soichi Mabe	Rua	Jabaquara
Sadamito Omosako	Rua	Osasco	Soichi Tokai	Rua	Freguesia do Ó
Sadamu Inoue	Av.	Parelheiros	Soichiro Honda	Praça	V.Mariana
Sadayoshi Saito	Rua	T.Serra	Soma Yano	Rua	Mauá
Sakamoto	Rua	Carapicuíba	Soma Yano	Estr.	Mauá
Sampei	Rua	Ermelino Matara-zzo	Sosuke Shigekiyo	Rua	Sacomã
Samurai	Trav.	Guarulhos	Sotoe Shimizu	Rua	Diadema
Samurai	Rua	S.André	Suehiro Fujiwara	Rua	Osasco
Samurais	Rua	J.Japão	Suekishi Mifune	Rua	Suzano
Sanji Fukushima	Rua	Osasco	Suenari Kajiya	Rua	R.Pires
Sanji Taba	Rua	Itapevi	Sueo Haguihara	Estr.	Suzano
Santino Hayashi Amano	Rua	Itaquaquecetuba	Sugao Suzuki	Rua	José Bonifácio
Sasaki	Rua	C.Ademar	Sugaya, agrimensur	Rua	José Bonifácio

Sumiyoshi Nakaharada	Praça	Itaquaquecetuba
Suna	Rua	R.Pires
Sussumu Yoshimoto	Rua	Cotia
Tadao Inoue	Rua	Grajaú
Tadao Yoshida	Rua	J.S.Luís
Tadashi Nishi	Praça	V.Formosa
Tadashi Okamoto	Rua	Suzano
Tadashi Sakurai	Rua	C.Limpo
Tadashigue Kawano	Rua	J.Rio Bonito
Tadeu Sumiyoshi	Rua	Suzano
Taijiro	Praça	Guarulhos
Taizi Takanashiro	Rua	Mauá
Taka	Rua	V.Maria
Takaji Otake	Praça	Poá
Takaoka	Praça	Barueri
Takara Belmont	Av.	Arujá
Takashi Ykko	Rua	S.Amaro
Takashi Watanabe	Rua	M.Cruzes
Tadatoshi Kakunaka	Rua	Osasco
Takebe	Rua	Embu
Takeharu Akagawa	Tunel	Itaim Bibi
Takemitsu Honda	Praça	Barueri
Takeo Inoue	Praça	Osasco
Takeo Kurutsu	Rua	Suzano
Takeo Maeji	Rua	Arujá
Takeo Hashida	Rua	Jaçanã
Takeo Yoshimura	Rua	S.Amaro
Takero Kurotsu	Rua	Suzano
Takeshi Hashimoto	Praça	Barueri
Takeshi Yatsu	Trav.	V.Domitila
Takeuti	Estr.	Suzano
Takichi Takai	Rua	S.B.Campo
Takumi Kiobe	Rua	F.Vasc.
Takuo Habu	Rua	Suzano
Takemishi Shirazawa	Rua	T.Serra
Tamiko Fuzioka	Rua	Jaçanã
Tamotsu Iwasse	Rua	Guarulhos
Tamotsu Yamamura	Praça	Tucuruvi
Tanabe	Estr.	Cotia
Tanabe	Estr.	It.Serra
Tatsuo Okashi	Rua	Pirituba
Tatsuo Okashi	Rua	F.Vasc.
Tetsuo Okamoto	Praça	Tremembé
Tem-shi	Rua	V.Maria
Teruaki Eguti	Rua	V.Formosa
Teruo Asaeda	Av.	Guarulhos
Teruo Nishikawa	Rua	Suzano
Teruo Wakabayashi	Praça	V.Guarani
Tesuke Uematsu	Rua	S.B.Campo
Tetsuaki Misawa	Rua	Saúde
Tetsuko Kanai	Rua	C.Limpo

Tetsuyo Tachibano	Rua	Osasco
Tiaki Ogaçawara	Rua	S.B.Campo
Tiugibe Inoue	Rua	R.Pequeno
Tokuchika Miki	Rua	P.S.Lucas
Tokuda	Viad.	Suzano
Tokuya Hiruta	Rua	Suzano
Tokuzo Terazaki	Rua	Suzano
Tomé Kitikira	Rua	Cotia
Tomi Miura	Rua	Arujá
Tomiji Ozeki	Rua	Guarulhos
Tomiko Nacajima	Rua	Diadema
Tomio Katagiri	Rua	F.Vasc.
Tomisaburo Urano	Rua	Suzano
Tomoichi Shimizu	Rua	José Bonifácio
Tomotsu Tani	Rua	Suzano
Tonomi Ueda	Rua	R.G.Serra
Toquio	Praça	J.Japão
Toquio	Rua	R.Pires
Toquio	Rua	S.André
Toquio	Rua	Diadema
Toquio	Rua	Suzano
Toquio	Rua	Cotia
Toquio	Rua	Jandira
Toquio	Al.	S.Parnaíba
Toquio	Rua	Mauá
Toritama	Rua	Barueri
Toritama	Rua	Itaquera
Toritama	Trav.	Guarulhos
Toshiba do Brasil	Rua	S.B.Campo
Toshio Uenishi	Rua	Guarulhos
Toshio Ueno	Rua	R.Pequeno
Toshio Yoshida	Rua	Itaim Paulista
Tossio Sigueta	Rua	Sapopemba
Toyomi Okada	Rua	S.Parnaíba
Tsugye Imanisse	Rua	Arujá
Tsumoto Kiota	Rua	R.Pires
Tsuneo Hata	Rua	C.Ademar
Tsuneo Morioka	Rua	Carapicuíba
Tsuruki Tsuno	Rua	T.Serra
Tsurukishi Takimoto	Rua	Osasco
Tsutomu Suzuki	Rua	Peri-Peri
Tsutomu Henni	Rua	Jacuí
Tsuyako Okada Kudamatsu	Rua	Guarulhos
Uetsuka	Praça	Liberdade
Umpei Hirano	Praça	Cambuci
Ushi Kamia	Rua	Tremembé
Ushi Teruya	Rua	Mauá
Ushikichi Kamiya	Rua	Tremembé
Ushimakira	Rua	Cotia
Utarō Kanai	Rua	Guaianases
Virginia Monikawa	Trav.	Perdizes

Vitório Ryuta	Rua	Guarulhos	Yoshiharu Umiji	Rua	Suzano
Wakatsu Tateyama	Av.	Guarulhos	Yoshiharu Tanaka	Rua	Arujá
Wilson Issamo Minada	Rua	S.M.Paulista	Yoshimasa Minamoto	Rua	J.S.Luís
Wilson Wawnami	Rua	Jabaquara	Yoshinaga Miyaguchi	Praça	S.B.Campo
Y.Kakizani	Rua	Carapicuíba	Yoshinaga Okabayashi	Rua	Suzano
Yae Matsumoto	Rua	S.B.Campo	Yoshio Takata	Praça	Água Funda
Yakult	Al.	S.B.Campo	Yoshitaka Takahashi	Estr.	R.Pires
Yakushigim	Rua	Poá	Yoshiteru Onishi	Rua	M.Cruzes
Yamagata	Rua	Diadema	Yoshiya Takaoka	Praça	B.Vista
Yamaguti	Rua	Cotia	Yoshiya Takaoka	Praça	Embu
Yamamoto	Rua	Peri-Peri	Yoshizo Ino	Rua	Suzano
Yamane	Estr.	Suzano	Yosoji Yamaguti	Rua	R.Pequeno
Yamato	Rua	V.Maria	Yossoji Yassui	Rua	Cotia
Yasufumi Watanabe	Praça	V.N.Cachoeirinha	Yotsuo Takada	Rua	It.Serra
Yasuharu Nakaoka	Praça	Guarulhos	Yukio Wada	Rua	Carapicuíba
Yasuo Fujita	Rua	Barueri	Yutaka Ishihara	Rua	R.Pires
Yasuo Iwo	Rua	Suzano	Yutaka Shizawa	Praça	S.B.Campo
Yasuo Yamamoto	Praça	P.Carmo	Yves Yoshiaki Ota	Praça	Carrão
Yedo	Praça	V.Maria	Zélia Tanaka Vidal	Rua	Raposo Tavares
Yojiro Takaoka	Av.	S.Parnaíba	Zenichi Sato	Rua	José Bonifácio
Yokohama	Rua	V.Maria	Zenkiti Fukui	Rua	R.Pires
Yokohama	Rua	Diadema	Zituo Karagasawa	Rua	José Bonifácio
Yorimoto	Praça	P.N.Mundo	Zo Wada	Rua	Socorro
Yoshi Sasaoka	Rua	Arujá			

B – Denominações de bairros¹³

Jardim Kagohara, Parque Japão, Sítio Hifume Kawamura, Favelas Jardim Kagohara III e Nakamura na região de Capão Redondo.

Jardim Mitsutani e favela Mitsutani na região de Campo Limpo.

Jardim Japão no bairro de Vila Maria.

Jardim Kioto no bairro de Cidade Dutra.

Parque Tisahi Fukushima, no Butantã

Nota do autor para a terceira edição em português.

Este artigo foi produzido para ser publicado em comemoração aos cem anos da imigração japonesa no Brasil, assim os dados são daquela época e podem não representar a atual situação.

Em decorrência desse fato, pensou-se em fazer algumas correções como na conjugação verbal, porém após nova leitura, concluí que poderia causar dúvidas e a precisão gramatical prejudicaria os dados contidos.

Assim procurei apenas corrigir alguns dados e descrições que não estavam precisos ou corretos, bem como, dentro do possível, atualizar algumas informações que foi possível acrescentar, decorridos cinco anos desde a primeira publicação.

¹³ Liberdade, apesar de não ter nada de japonês no seu nome, é o bairro mais representativo da comunidade nikkei no Brasil.

Atualmente a letra y faz parte do alfabeto português, assim serão encontradas em muitas citações nikkey e não nikkei, como era o recomendado pelo Dicionário Michaelis. A correção com relação à recente ortografia foi seguida à risca.

Muitas empresas citadas eram de propriedade de nisseis, porém mesmo que atualmente mantenham o mesmo nome, podem não ser mais de nikkeis. Atualmente apenas com os nomes, quer juridicamente constituída, ou e principalmente com o seu nome fantasia, não há como sabermos se pertencem ou não a nikkeis.

Quanto à obtenção de dados históricos e estatísticos, lamentavelmente são difíceis de serem obtidos no Brasil, país que ainda não dá valor à memória de sua cultura. Em específico, para obter elementos relacionados ao nicho da comunidade nikkei, quer seja na indústria ou comércio, o resultado foi quase nulo, principalmente no intervalo dos últimos cinco anos.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Mário de. **O comércio no Brasil iluminando a memória**. Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio, 1995, p. 203.

ANFAVEA. **Indústria automobilística brasileira – 50 anos**. São Paulo: AutoData Editora, 2006, p. 194.

_____. **Anuário da indústria automobilística brasileira**. São Paulo: Graphic Design and Desktop Publishing, 2006, p. 167.

_____. **Indústria automobilística brasileira**. Uma história de desafios 1957-1994. São Paulo: AutoData Editora, 1994, p. 187.

DE AECTO, Marisa Midori. **Comércio e a vida urbana na cidade de São Paulo entre os anos 1889-1930**. São Paulo: Senac, 2002, p. 234.

MIRSHAWKA, Victor. **Implantação da qualidade e da produtividade pelo Dr. Deming**. São Paulo: McGraw-Hill, 1990, p. 395.

NINOMYA, Massato (Org.). **Uma epopeia moderna – 80 anos de imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1992, p. 604.

NISHIDA, Roque Tsuguo. **Cultura nikkei na cidade de São Paulo – evolução e influência no lazer e entretenimento**. 205 f. 2005. São Paulo: Dissertação (Mestrado) – ECA, USP.

UEKI, Shigeaki. Relações nipo-brasileiras: uma visão brasileira (p. 79-92). In: YOKOTA, Paulo. **Fragmentos sobre as relações nipo-brasileiras**. Disponível em: <www.culturajaponesa.com.br>.

PESQUISAS: Foram feitas pesquisas na Fiesp, na Câmara do Comércio e Indústria Japonesa no Brasil, na Associação Comercial de São Paulo, no Sindicato dos Hotéis de São Paulo, no Museu da Pessoa, no Museu da Imigração Japonesa, na Anfavea, na FAU/USP e na FEA/USP.

Assistência social na comunidade nikkei



7. Assistência social na comunidade nikkei

Reimei Yoshioka

7.1 Introdução

Os imigrantes que chegaram ao Brasil, a partir de 1908, passaram por sérias dificuldades de comunicação, adaptação, doenças e dificuldades de diversas naturezas, que nos dias atuais mereceriam atenção e cuidado de médicos, odontólogos e outros profissionais, inclusive psicólogos e assistentes sociais. No entanto, na época, isso era impensável.

A vítima era tratada com medicamento caseiro, benzimento, rezas e aguardava a cura milagrosa ou sucumbia em alguns dias para ser enterrada. As doenças que mais vitimaram os imigrantes, certamente, foram a malária, a febre amarela, tuberculose e outras doenças infectocontagiosas. Além dessas, quantas pessoas não morreram pela mordida de cobras e outros animais peçonhentos? Médicos e hospitais só existiam em cidades de certo porte. Chegar até eles, a pé, ou, na melhor das hipóteses, a cavalo ou a carroça, era uma corrida de vida ou morte.

Uma vez na cidade, os imigrantes podiam contar com unidades da Secretaria da Saúde ou das Santas Casas. Sabe-se que muitos japoneses, por causa da desnutrição e falta de medicamento adequado, eram vítimas de tuberculose, quase sempre fatal, e eram internados em sanatorinhos à espera da morte.

Em alguns núcleos, os moradores podiam contar com médico enviado juntamente com os imigrantes. Havia também algumas poucas enfermeiras, parteiras práticas que acudiam os doentes da melhor forma possível. No núcleo as Alianças, por exemplo, havia o médico Dr. Katsuda e o farmacêutico Sr. Takeuchi, que socorriam os moradores.

Para relatar o tópico saúde, o assunto está a cargo do Dr. Renato Yamada, que cuida de discorrer os feitos do Dr. Takeda, Hosoe e outros que foram os pioneiros do Hospital Santa Cruz.

No tocante à assistência social, veremos a seguir quatro entidades que, historicamente, vêm trabalhando na comunidade nipo-brasileira e que sintetizam os esforços do voluntariado que as mantém. Solicitamos, outrossim, escusas pela não citação de outras existentes na comunidade. Aliás, espera-se que outros colaboradores deste livro complementem o relato de entidades existentes no interior do Estado de São Paulo e nos demais Estados. São exemplos que só fazem aumentar, enriquecer e dignificar o nosso Centenário.

7.2 Dona Margarida Vatanabe e a Assistência Social Dom José Gaspar

Falar da assistência social na comunidade nikkei nos remete à figura da dona Margarida Vatanabe, fundadora e presidente da Assistência Social Dom José Gaspar, cuja obra comemorará em 2008 o seu Jubileu de Ouro. Será também o ano do Centenário da Imigração Japonesa.

Em 1912, Tomy Vatanabe, nascida na província de Kagoshima, veio, aos 11 anos, como agregada, ao Brasil, disposta a ganhar dinheiro e saldar a dívida de seu pai, pescador de katsuo (peixe bonito). Empregou-se na casa de Celestino Bourroul, que cuidou de sua educação e formação na religião católica.

A história de Margarida Vatanabe se cruza com a de Idalina Marçal, internada na Santa Casa, por estar acometida de tuberculose, que sobreviveu por milagre e tornou-se missionária. Nesta função, de 1918 a 1950, foi catequista e cuidou de japoneses acometidos de tuberculose.

A assistência social era exercida por padres católicos, dentre os quais é citado o nome do padre Chohachi Nakamura, procedente da Província de Nagano. Percorreu o interior do Estado entre 1923 e 1940, ocasião em que faleceu, em Álvares Machado.

O Sr. Ryoichi Yasuda, pai do primeiro nikkei escolhido Ministro, chegou ao Brasil em 1906. Por sua sugestão vieram alguns missionários católicos para assistência aos imigrantes.

Dona Margarida foi catequista de Yukishige Tamura, Gervásio Inoue e Massaki Udiara, entre tantos outros nikkeis.

7.2.1 A Segunda Guerra e a assistência aos japoneses presos

Com a eclosão da guerra, o corpo diplomático havia deixado o Brasil, e nessa ocasião (1943) inúmeros imigrantes foram presos na Hospedaria dos Imigrantes. Muitos estavam com apenas a roupa do corpo. Nessa época, dona Margarida e Chibata Miyakoshi, funcionário da empresa Kaiko, adquiriram peças de roupas para 200 pessoas presas utilizando-se da denominação Associação das Senhoras Católicas.

Não se limitaram a essa ajuda, enviando, também, comida, cobertores e outras peças.

Pela dificuldade de estar em guerra, foi solicitada a interferência da Cúria Metropolitana para facilitar o acesso. O advogado Caio Monteiro da Silva e a madrinha de dona Margarida, a Sr^a Sebastiana Bourroul, foram quem a aproximaram do bispo Dom José Gaspar de Affonseca e Silva.

Assim a Comissão Católica é a antecessora da instituição Assistência Social Dom José Gaspar, que se iniciou em 3 de junho de 1942.

Segundo Maeyama, “as atividades da Comissão consistiam, entre outras, em enviar suprimentos aos detentos da Ordem Política, arrumar alojamento para pessoas liberadas pela Polícia, pagar despesas de retorno para casa, assistir pobres e doentes, bem como suas respectivas famílias, acolher órfãos e filhos ilegítimos, cuidar da internação de pessoas com distúrbios mentais, tuberculose, prestando-lhes assistência, enterrar os mortos (sem parentes), ajudar a procurar trabalho e aconselhar sobre assuntos relacionados ao trabalho.”¹ Pela interferência de Dom José Gaspar, a Comissão Católica recebeu 100 contos de réis, quatro vezes, enviados pelo Papa, que determinava socorrer os japoneses em dificuldades. Estas importâncias foram recebidas por dona Margarida, por Senichi Hachiya, Kiyoshi Yamamoto e Keizo Ishihara. A Comissão recebeu ainda doação de quatro empresas nikkeis e 100 contos de réis da Cruz Vermelha da Suíça.

1 MAEYAMA, Takashi, Margarida Vatanabe. *53 anos de assistência a imigrantes e idosos*, p. 251.

A referida Comissão atuou quando chegou a 2ª ordem de evacuar as Ruas Conde de Sarzedas, Conselheiro Furtado, Praça João Mendes, em setembro de 1942. Em 7 de julho de 1943, nova ordem de evacuação de 500 pessoas de Santos.

Assim, a atuação de dona Margarida, do Sr. Miyakoshi e outros foi incontável e de inúmeras naturezas, sobretudo encaminhamento de doentes à Santa Casa, Sanatorinho, Asilo de Bussocaba. Para a ampliação deste nosocômio, que recebia uma grande quantidade de japoneses, dona Margarida promoveu a rifa de um carro que havia ganho.

Convém manter na memória de todos nós que, por volta de 1948/1949, a entidade sediada no Rio de Janeiro, mas que de fato tinha atuação em São Paulo, denominada Kyuenkai (Nihon Sensai Doho Kyuenkai), Comitê de Socorro às Vítimas da Guerra no Japão (com escritório ainda hoje nesse país), prestou relevantes serviços aos necessitados. As atividades dessa entidade tiveram início em 29 de março de 1947, em uma reunião de voluntários na casa de Chibata Miyakoshi, grande colaborador de dona Margarida. O trabalho dessa entidade continuou até final de setembro de 1950. Eram enviados açúcar refinado, leite em pó, algodão para edredom, cobertores de qualidade superior, roupas usadas e vários alimentos para bebês, fios de lã etc.).

A luta incansável da dona Margarida prosseguiu por décadas, inclusive a procura incessante de um local para a construção de um asilo para idosos, sempre auxiliada por Frei Bonifácio. Um dia Frei Martin Friese deu a notícia de que poderia doar um terreno em São Miguel pertencente à Escola São Francisco. É o atual Jardim de Repouso São Francisco. No local existia uma construção no estilo de convento e uma capela. O lugar estava abandonado depois que duas crianças se afogaram num fim de semana, quando brincavam no lago. Recebido o imóvel de 10 alqueires, havia necessidade de transformá-lo em asilo. Nova batalha para arrecadação de fundos e finalmente inaugurá-lo em 1958, no mesmo ano da comemoração do cinquentenário da imigração japonesa no Brasil. Vale transcrever:

“No período de 12 anos, desde que iniciou suas atividades, em maio de 1942 até o final de fevereiro de 1954, a Dom José Gaspar socorreu, sob as mais diversas formas, um total de 18.908 pessoas. Dessas, cerca de 7.500 tinham a ver com o episódio da evacuação compulsória. Mesmo que a excluíssemos tinham assistido mais de 11.000 pessoas. O número de socorridos chegou a 31.189 em fevereiro de 1960 e no final de 1967, ultrapassou a marca de 60.000 pessoas.²

Pouco depois de inaugurarmos o lar para idosos, foi fundada a Associação de Assistência a Imigrantes Japoneses, a atual Beneficência Nipo-Brasileira. Algum tempo depois, tornou-se seu presidente Guenichiro Nakazawa. Nessa época, fui lhe fazer um pedido: – Será que a Beneficência Nipo-Brasileira não poderia fazer o favor de assumir os trabalhos da Dom José Gaspar? É que não tínhamos recursos suficientes para cuidar, ao mesmo tempo, do lar para idosos e dos trabalhos assistenciais de modo geral que a Dom José Gaspar vinha desenvolvendo. Era muito difícil compatibilizar as duas coisas. A Beneficência Nipo-Brasileira também tinha começado a assistir doentes e pessoas em dificuldades e, portanto, suas atividades sobrepunham-se às da Dom José Gaspar e nós pretendíamos nos dedicar à assistência aos idosos dali em diante.

² Ibidem, p. 345.

– Assumiremos com todo prazer – disse Nakazawa. – Mas peço que cuidem até o fim das pessoas que já estão com a senhora. Quanto aos novos, encaminhem-nos.”³

Assim, a Assistência Social Dom José Gaspar vem cuidando de idosos em seu Jardim de Repouso, no município de Guarulhos, onde residem aproximadamente 90 pessoas. A sua filosofia continua sendo aquela praticada por dona Margarida Vatanabe, que a presidiu até o final de sua vida. Faleceu aos 95 anos de vida no Jardim de Repouso, casa que mereceu toda sua atenção. Na verdade a história de vida de dona Margarida comprova que foi toda ela dedicada à assistência social, sobretudo aos idosos japoneses.

Após o falecimento de dona Margarida, assumiu a presidência o Sr. Fukuzo Tanaka (issei), a seguir o Sr. Toshikazu Sakon (issei) e atualmente o autor deste texto (nissei).

A entidade sobrevive graças a milhares de sócios contribuintes, doações as mais variadas, associação de apoio constituída no Japão, campanhas diversas, bazar anual, concursos de karaokê etc.

Além dessa colaboração, em quase todos os finais de semanas existem grupos de voluntários que comparecem ao Jardim de Repouso e preparam comidas especiais, bastante aguardadas pelos residentes. Não faltam, também, visitas de familiares e amigos, item importante para tornar mais alegre a vida daqueles que lá residem.

O apoio de profissionais especializados é um fator que proporciona o bem-estar daqueles residentes: médicos, odontólogos, fisioterapeutas, psicólogas, assistentes sociais e nutricionistas que cuidam do dia a dia da entidade. A coordenação do Jardim de Repouso esteve sempre a cargo de Irmãs de Caridade, que mantêm convênio com a Assistência Dom José Gaspar. É de se louvar, também, o apoio de profissionais do Hospital Santa Cruz, que, voluntariamente, realizam um *check up* em todos os residentes.

A longevidade dos nikkeis do Brasil aproxima-se à do Japão e nessas circunstâncias é importante uma política de trabalho, com entrosamento, evitando dispersão de esforços.

A Assistência Social Dom José Gaspar percebeu que, nem sempre, é possível oferecer atendimento institucional, razão pela qual, já de alguns anos, vem promovendo cursos para cuidadores de idosos, pessoas preparadas psicologicamente e tecnicamente para cuidar de idosos em domicílio. São centenas de profissionais já preparados em dezenas de horas de aulas realizadas na instituição. Essas pessoas podem ser contratadas, caso a família não consiga vaga para seu idoso em instituição, ou prefira não afastar o idoso do seu convívio familiar.

7.3 Beneficência Nipo-Brasileira – Enkyo

Como já foi dito, a Beneficência Nipo-Brasileira – Enkyo – foi fundada em 1959 com o nome de Associação de Assistência aos Imigrantes Japoneses.

Após a derrota do Japão na Segunda Guerra, o Brasil passou, a partir de 1952, a acolher os imigrantes

³ Ibidem, p. 346-347.

japoneses que ainda passavam dificuldades causadas pela guerra e imigrantes técnicos. Em relação aos japoneses que haviam chegado antes da guerra a alguma entidade nikkei, como por exemplo a Cooperativa Agrícola de Cotia, assumia a responsabilidade pela sua entrada no país.

A viagem, obviamente, era em navios, e o porto de chegada, na sua grande maioria, o porto de Santos. O desembarque e o desembarço alfandegário eram um processo moroso.

Diante dessa realidade criou-se a Casa do Imigrante em Santos, e para administrá-la designou-se a Associação de Assistência aos Imigrantes, atual Enkyo. E assim, sucessivamente, foram sendo criadas instituições de diversas naturezas. Hoje, o Enkyo, com apoio do governo japonês e dos empresários desse país, possui:

- Serviço Social, fundado em 28 de janeiro de 1959, que presta serviço de atendimento, triagem e encaminhamentos;
- Ambulatório Médico Enkyo, fundado também em 28 de janeiro de 1959, que presta assistência médico ambulatorial, odontológica e assistência médica móvel;
- Casa de Reabilitação Social em Santos (Kosei Home), fundada em 1º de abril de 1971, que atende 60 idosos independentes e semidependentes em regime de internato;
- Recanto de Repouso Sakura Home, em Campos do Jordão, que existe desde 1º de setembro de 1965 e abriga 40 residentes. Anteriormente a entidade era sanatório para tratamento de problemas pulmonares;
- Casa de Repouso Suzano (Ipelândia Home), fundada em 16 de janeiro de 1983. Após reconstrução e reinauguração em julho de 2002, tem capacidade para atender 30 idosos;
- Centro de Reabilitação Psicossocial em Guarulhos (Yasuragui Home), fundado em 19 de março de 1977, que presta atendimento a portadores de transtornos mentais em regime de internato. Desde outubro de 2006 implementou ações com projeto socioeducativo a crianças da comunidade local;
- Hospital Nipo-Brasileiro, fundado em 18 de junho de 1988, que presta serviços médico-hospitalares, com 201 leitos;
- Casa de Repouso Akebono, que iniciou suas atividades em 9 de janeiro de 2000, e presta atendimento a idosos dependentes, em regime de residência/abrigo, com capacidade para 50 residentes. Foi construída pela JICA;
- Centro da Ação Social – Unidade Amami, em funcionamento desde 27 de setembro de 2003, que oferece proteção social às crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, em situação de risco e vulnerabilidade social. Presta atendimento a idosos com mais de 60 anos de idade.⁴

A Beneficência Nipo-Brasileira conta hoje com milhares de associados, diretoria voluntária de 43 pessoas e um quadro de mais de 1.500 funcionários. Teve como presidentes: Srs. Anze Morizi, Guenichiro Nakazawa, Tadashi Takenaka, Toshio Harazawa, Takeichi Wai Seiti Sacay e atualmente Inácio Tadayoshi Moriguchi.

4 Ciclo de palestras Atuação da Equipe Multiprofissional na Quarta Idade – 14-2-2007.

Ao observar essa entidade, a fundação de suas unidades é relativamente nova e, excluindo o trabalho de assistência médico-odontológico, há uma parcela considerável de atendimento de idosos.

7.4 Associação pró-excepcionais Kodomo-No-Sono

Esta Associação foi fundada pelo Reverendo Ryoshin Hasegawa, da seita Jodo do Brasil, em 1º de setembro de 1958, com a instalação da Unidade de Assistência, Educação e Terapia aos Deficientes Mentais da Escola Nippaku-ji, com atendimento a 13 crianças.

Em 1º de março de 1959, a Associação mudou-se para Itaquera, em um terreno de 15.470 m² com dois edifícios doados por Kichisaburo Iguchi. Nessa oportunidade, assume o cargo de diretor da entidade Yomei Sasaki. Yoshiaki Hasegawa e Koko Ichikawa são enviados do Japão para educação e orientação dos deficientes mentais.

No dia 1º de dezembro de 1959, realizou-se a primeira Assembleia Geral, com 119 sócios-fundadores, e foi eleito e empossado o Sr. Tatsuo Okoshi para o cargo de Diretor Presidente.

Nos anos subsequentes, graças às campanhas encetadas nos municípios servidos pelas ferrovias do Estado de São Paulo e do Estado do Paraná, tem aumentado o número de associados (1.100), bem como de assistidos (27).

A entidade percorreu trajetória comum a outras, sempre apoiada na diretoria composta de voluntários e corpo de associados contribuintes para sustentá-la, pois a contribuição da família dos assistidos cobre parcialmente os gastos da Associação.

À medida que a instituição se tornava conhecida, aumentava também o número de procura, e a preocupação com a falta de recursos era uma constante, pois com o aumento de demanda há necessidade de ampliar as instalações.

Por ocasião do Jubileu de Prata, foi realizado o 1o Simpósio/Seminário Brasil-Japão sobre Deficientes Mentais, nos dias 20 e 21 de julho de 1984, nas dependências da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa – Bunkyo. Foi um encontro de grande significado, pois inúmeras autoridades, especialistas de ambos os países, apresentaram e debateram o tema deficiência mental.

A questão deficiência mental é assunto em constante evolução. No passado, o deficiente era segregado, mantido recluso na casa. Em outras circunstâncias, abandonado à própria sorte, até acabar morrendo por inanição. No Brasil do século passado, assistimos à construção dos famosos “hospícios”. Está na memória de muitos de nós o Juqueri. Muitos imigrantes foram internados nesse nosocômio.

A evolução da ciência tem sido fator decisivo no trato dessas pessoas. O conceito evoluiu, assim como o método diagnóstico. Hoje, procura-se o máximo de esforço para que essas pessoas desenvolvam suas atividades normais, na medida do possível e, inclusive, ingressem no mercado de trabalho.

Dentro dessa tendência, a Kodomo-No-Sono desenvolve atividades como a avicultura, produção de carvão, cerâmica, produção de adubo, como laborterapia e para ajudar na manutenção da entidade. O aumento de internos é constante e daí a necessidade de novas instalações.

Em 4 de março de 1979, o Sr. Masuichi Omi foi eleito presidente. Em 16 de maio de 1982, ocorreu a alteração da denominação social de Associação Paulista de Amparo às Crianças Retardadas para Associação Pró-Excepcionais Kodomo-No-Sono.

Em 19 de fevereiro de 1984, foi eleito Diretor Presidente Makoto Iguchi, e no dia 22 de julho foi realizado o I Bazar Beneficente e show comemorativo de 25º aniversário. O número de internos atingia 111 pessoas. Seu quadro social contava com 9.823 pessoas físicas e 401 pessoas jurídicas e, ainda, com 308 sucursais.⁵

Investiu-se, também, numa fazenda no município de Cerqueira César, a 315 km de São Paulo, com uma área aproximada de 120 alqueires, onde eram cultivados feijão, trigo e macadâmia.⁶

O Sr. Makoto Iguchi presidiu a entidade até 2006, ocasião em que foi eleito o atual presidente, Sr. Luiz Massao Okamoto.

7.5 Kibô-No-Ie

A Kibô-No-Ie – Sociedade Beneficente Casa da Esperança – é uma das entidades de assistência social da comunidade nipo-brasileira, incansável no cuidado de pessoas deficientes. Ela é fruto de uma pessoa obstinada, determinada, seguidora da mukyokai Doutrina de Cristo Sem Igreja, a Sra. Koko Ichikawa, que veio ao Brasil em 1958.

Prestou serviços, por três anos, ao Kodomo-No-Sono, mas deixou essa instituição para em seguida iniciar, em São Paulo, no bairro de Brasilândia, zona norte, a construção da Kibô-No-Ie. Adquiriu com muito sacrifício dois lotes na Av. Márcio Munhoz. Solicitou “empréstimo” ao Sr. Kichisaburo Iguchi, que a havia acolhido quando deixou o Kodomo-No-Sono, ao Kichigoro Arahata. Com a ajuda do seu vizinho Matsukawa, iniciou a construção da casa no dia 10 de junho, concluída no fim de agosto. Para cobrir as despesas, vendeu inúmeros objetos pessoais trazidos do Japão, os quais ela mantinha, com todo o cuidado e carinho.

Ainda faltando acabamento, no dia 15 de outubro de 1963, acolheu o menino Hideki e meio ano depois a menina Satoko. Para sustentá-los teve apoio de diversas pessoas, que sensibilizadas levavam como donativo verduras e outros gêneros alimentícios. Algumas galinhas doadas pelo Sr. Eguchi forneciam ovos diários.

A preocupação do dia a dia era compartilhada apenas com Deus, que não faltava, trazia novos amigos e colaboradores, como a Sra. Yabuki, Tsuyoshi Hosokawa, da Igreja Metodista, membro da Associação Rikko kai, e Tsune Tanaka, proprietário de uma mercearia no bairro.

5 1º Simpósio/ Seminário Brasil-Japão sobre Deficientes Mentais. Edição Comemorativa do 25º aniversário da Associação Pró-Excepcionais Kodomo-No-Sono – 20.dez.1985.

6 Associação Pró-Excepcionais Kodomo-No-Sono, Boletim 2006.

De dois internos no primeiro ano passou a sete no segundo e com isso passou a ter maior dificuldade. Em 1966, recebeu carta de Tomoko, que a conhecera no Japão, manifestando o desejo de vir ao Brasil, o que acabou acontecendo, tornando-se grande colaboradora na educação das crianças.

Cinco anos após a fundação, a entidade contava com 18 internos. E as solicitações não paravam de crescer. No final de maio de 1968, foi constituído o Grupo de Apoio para dar sustentação à entidade, dividindo-se as tarefas e resolvendo-se os problemas.

No dia 13 de novembro de 1968, dona Koko recebeu, do Japão, a notícia de falecimento do pai.

A partir de 1968, iniciaram-se reuniões para a fundação da Sociedade Beneficente Casa da Esperança. Graças aos esforços incansáveis de Yuriko Nakazawa, Izumi Yamagata, Etsuko Karazawa, Mitsuko Munakata, Tsutae Hosokawa e Yoshiko Naruzawa, foi efetivada a fundação. Pela impossibilidade de a Sra. Izumi Yamagata assumir a presidência, a função foi assumida pela doutora Hisaco Watanabe Martins. No dia 3 de janeiro de 1970, foi realizada a Assembleia de fundação da Casa da Esperança no salão da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa. No dia 7 de janeiro de 1970, a entidade obteve registro na Secretaria de Estado da Promoção Social do Governo do Estado de São Paulo.

A casa, com 30 internos em prédio precário, passou a receber pressões as mais variadas e daí a preocupação de mudança.

No dia 22 de outubro de 1972, Ko Kuma fez doação de dois alqueires no Município de Itaquaquecetuba, e para visitá-lo foi preciso abrir picada com o uso de facão.

Em 1975, a entidade já contava com média de 38 internos, número que excedia a capacidade da instituição. Por isso era urgente partir para a nova construção naquele terreno recebido por doação. Uma grande ajuda veio por parte do pastor Shiguero Yuba e Seiichi Shimizu, que, de outubro a novembro de 1975, foram ao Japão atrás de doações. Obteve a participação efetiva do Sr. Tamotsu Hasegawa (fundador da Seirei Fukushi Jigyodan). Ele visitou no mês de setembro de 1976 a Kibô-No-Ie. Retornando, passou a fazer campanha entre as empresas com ramificações no Brasil e conseguiu um fundo no montante de 100 milhões de ienes. Animados com essas doações, encetou-se campanha neste país para arrecadar os 50% faltantes. Em janeiro de 1978, as empresas Kashima do Brasil e a Engin deram início à construção de um prédio e em 23 de julho de 1978, coincidindo com o 70º aniversário da imigração, ocorreu a inauguração desse novo prédio.

Quando aquele prédio estava em plena construção, Koko recebeu telefonema de seus familiares no Japão, que a indagavam da possibilidade de voltar ao país. Respondeu negativamente, adiando a viagem. No mês de março de 1979, pediu a autorização à Diretoria para viajar em abril ou maio. O pleito foi-lhe negado pela Diretoria, sob alegação de que sua presença na entidade era imprescindível. Adiou por mais seis meses a viagem, estabelecendo por sua conta que ocorreria no mês de setembro. Como acontecera com o pai, também com a mãe não foi possível vê-la enquanto estava viva, pois ela veio a falecer no dia 6 de julho, vítima de câncer. A viagem só se realizou no mês de setembro. Passou quase três meses, visitando familiares, amigos do Gakuen e outras localidades, recebendo manifestações de admiração pelo trabalho realizado no Brasil.

Retornando ao Brasil, com as instalações ampliadas, a administração compartilhada com outros membros, ela fica mais liberada para conviver com os internos.

Fazendo o retrospecto da Kibô-No-Ie, ela se confunde com a figura de Koko Ichikawa, ajudada por inúmeras pessoas e entidades, e entre elas podem ser citadas a figura do Sr. Kichisaburo Iguchi, seu filho, Makoto Iguchi, e esposa, quando iniciou os trabalhos na Vila Brasilândia; Ko Kuma, doador dos dois alqueires em Itaquaquecetuba; pastor Shigueru Yuba e Tamotsu Hasegawa, responsáveis pelas campanhas de arrecadação. Este último é considerado o maior benfeitor da Kibô-No-Ie. Ele frequentou a Escola do Nippon Rikko-kai, entidade que preparava os jovens para estudarem nos EUA e, posteriormente, emigrantes para a América Central e Sul, sobretudo, para o Brasil. Tamotsu Hasegawa faleceu em 1994 aos 91 anos de idade.

Outro participante da Rikko-kai que muito apoiou a Sra. Koko foi o Sr. Shunji Nishimura, da empresa Jacto e Presidente da Fundação Shunji Nishimura.

Com relação às empresas, o Banco América do Sul, por meio do Sr. Itiro Muto, Fujio Tachibana, Tetsuo Iocida, Keizo Uehara, Kohei Denda, está muito ligado à história da Kibô-No-Ie. A Sra. Izumi Yamagata, filha de Kunito Miyasaka, foi uma voluntária que muito ajudou a Sra. Koko Ichikawa. Outras voluntárias, como a Dra. Hisako Watanabe, ocuparam a vice-presidência de 1970 até 2000; sua irmã Felícia Watanabe Yamamoto e seu marido, Yasuo, são incansáveis colaboradores da entidade.

Como diretor-presidente da entidade, temos sucessivamente: Hisako Watanabe, Itiro Muto, Gen Tsuneshima, Suekazu Igawa, Teruyoshi Kiryu e o atual diretor-presidente Kihatiro Kita, que ocupou a presidência, interinamente, a partir de 26 de agosto, e em março de 1995 foi efetivado presidente, cargo que ocupa até os dias atuais.

Koko manifestou que a Kibô-No-Ie não precisava se tornar uma grande entidade, mas almejava que fosse referência no atendimento de pessoas portadoras de deficiência mental, em termos nacionais ou até mundial.

Acometida de câncer, faleceu no dia 25 de outubro de 2001, deixando um legado de luta incessante de amor ao próximo.

7.6 O futuro da assistência social nikkei

A assistência social entre os nikkeis foi fruto de japoneses, cujo espírito de solidariedade estava presente no seu cotidiano. Sem essa cooperação mútua, era muito difícil viver neste país de usos e costumes totalmente diferentes.

Além disso, sobreviver economicamente era também difícil. Não se sabia comercializar a produção, daí o surgimento de cooperativas.

Na assistência social acontece, da mesma forma, a necessidade de se organizar entre os conterrâneos pelas dificuldades de língua, alimentação diferente da dos demais nacionais, subnutrição, doenças, sem cobertura de seguros etc. Além disso, a carência de instituições de atendimento obrigou a arrecadação, através de cooperação mútua, de doações das mais variadas para sua sobrevivência. Entretanto, a demanda reprimida é muito acentuada e cada entidade trabalha para conseguir doações, muitas vezes, do

mesmo doador. Portanto, acreditamos que no futuro haja necessidade de um amplo estudo, racionalizando a prestação de serviços assistenciais, fazendo uma triagem para atendimento, criando novas formas, menos dispendiosas, de atendimento, constituindo fundo comum.

A velhice é inexorável, mas vivê-la com saúde e dignidade requer um esforço, individual, familiar e coletivo, em uma palavra: SOLIDARIEDADE.

Referências Bibliográficas

Associação Pró-Excepcionais Kodomo-No-Sono. Edição Comemorativa do 25º aniversário.

Associação Pró-Excepcionais Kodomo-No-Sono. Boletim 2006.

Ciclo de Palestras – Atuação da equipe multiprofissional na quarta idade.

HAYASHIDA, Isao. **Os caminhos da esperança** – vida e obra de Koko Ichikawa, fundadora da Casa da Esperança, Kibô-no-Ie.

História de 40 anos da beneficência nipo-brasileira de São Paulo, 1959-1999.

MAEYAMA, Takashi. **Margarida Vatanabe: 53 anos de assistência a imigrantes e idosos.** São Paulo: Zipango, 1996.

A influência do nikkei na área de saúde

8

8. A influência do nikkei na área de saúde



Renato Yamada

Doutor em Urologia pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Médico Assistente do Departamento de Urologia do Hospital das Clínicas da FMUSP. Diretor Técnico de Serviço de Saúde do Departamento de Urologia do HC da FMUSP. Professor Visitante da Universidade Nacional Mayor de San Marcos de Lima (Peru). Urologista do Hospital Alemão Oswaldo Cruz.

8.1 Introdução

Neste capítulo abordaremos, da maneira mais ampla possível, os aspectos relacionados ao setor de saúde, desde os primórdios até os dias atuais, fazendo referência aos nikkeis da área que se destacaram no exercício profissional.

Os principais serviços médicos e os hospitais que tiveram a participação da comunidade japonesa serão apresentados.

Para tanto, foram consultadas as poucas publicações que faziam referência ao assunto, folhetos das associações, depoimentos de pessoas que tiveram contato com aqueles que viveram a história, bem como com alguns de seus descendentes. Consultamos arquivos, atas de assembleias ou de reunião de entidades, discursos vários, documentos pessoais que nos foram apresentados, condecorações etc.

Para maior compreensão deste capítulo, nós o dividimos didática e cronologicamente em itens e subitens; o leitor verá que a maioria deles estão correlacionados ou ainda são continuações ou consequências dos fatos ocorridos anteriormente.

Considerando que a imigração se iniciou no Estado de São Paulo e que, também, é o local de maior concentração de japoneses e de seus descendentes (sendo a cidade de São Paulo a maior cidade “japonesa” fora do Japão), é compreensível que os relatos sejam predominantemente desta unidade federativa. Realçaremos os médicos que conseguiram maior destaque, assim também as principais entidades assistenciais e hospitais construídos que contaram com a participação da comunidade japonesa.

8.2 Histórico¹

O primeiro grupo de imigrantes encontrou, segundo relatos da época, condições razoáveis nos locais para onde foi encaminhado. Contudo, os novos grupos que vieram a seguir não foram bem recebidos, tendo sido alojados em locais lúgubres, sem estruturas adequadas, com má alimentação, dificuldade de comunicação pela barreira da língua, usos e costumes, chegando, em alguns casos, a serem comparados a uma vida em regime de semiescravidão. Foram encaminhados para habitações sem condições mínimas de higiene e estruturas, chão batido (raramente assoalhados), paredes de tijolos, sem mobílias e, em alguns casos, nem camas havia onde pudessem dormir, o que favoreceu o aparecimento de doenças infectocontagiosas (malária, tracoma, verminoses, amebíase, bicho geográfico, tétano etc.). Ali sentia-se forte mau cheiro, como que resultado da sedimentação de todos os odores corporais das pessoas que nela haviam residido no decorrer dos decênios. O pior era a falta de limpeza, que agravava a má impressão. A iluminação era por velas e a comunicação era por meio de intérpretes e fiscais. Alguns improvisavam a própria cama com tábuas ou madeiras e as forravam com palhas de milho, capim seco ou com o próprio acolchoado que haviam trazido. Realidade totalmente diferente da que haviam sonhado ao partir para o Brasil.

Por mais estranho que fosse o ambiente onde foi parar, e mesmo sofrendo a mais profunda depressão moral, a mulher tinha de preparar as refeições da família (além de trabalhar no cafezal ao lado dos outros membros da família).

Enquanto os antigos imigrantes tentavam adaptar-se conquistando espaço geográfico e melhorias econômicas, os recém-chegados e os menos afortunados continuaram com muitos problemas nessa dura vida das fazendas de café, principalmente, na solidão e na agressividade da selva. Os jornais japoneses da época relatavam doenças mentais, suicídios, incestos, adultérios, alcoolismo com brigas, agressões, roubos e estupros por camaradas (empregados diaristas). As moradias, na mata virgem, não apresentavam conforto. Famílias dormiam em compartimento único, o que favorecia violências sexuais, principalmente contra as mulheres.

Em visita ao Brasil, em 26-8-1927, o Prof. Seizo Toda, da Faculdade de Medicina da Universidade Keiyo, voltou impressionado com a miserabilidade das condições de higiene das colônias nipônicas, da linha Noroeste, antevendo que seria impraticável a colonização da Amazônia, mesmo encaminhando dezenas de milhares de colonos, pois pereceriam em poucos anos. Comparou aquela realidade ao estilo de vida de camponeses japoneses de mil anos atrás. O referido professor visitou ainda outras regiões, como Lins, e chegou a orientar a construção de casas com mais higiene. Notava-se grande contraste entre as plantações (cuidadas com esmero) e a miséria das habitações, choças primitivas (*Nippak Shinbun* do dia 26 de agosto de 1927).

O Prof. Toda começou a escrever sobre a “Crise de higiene nas colônias japonesas” a partir da edição de 22 de novembro de 1928, do *Notícias do Brasil*. Vale ressaltar: “Visitei colônias de compatriotas da linha Noroeste. A primeira coisa que me impressionou sobre o estado sanitário da região foi a cor feia do rosto de todos os patrícios [...]. Em poucas palavras, a causa reside no estilo não civilizado de vida [...]. Se a noção de higiene das colônias nipônicas se mantiver no baixo nível atual, uma colonização na região amazônica será impraticável: podem enviar dezenas de milhares de colonos que perecerão todos em poucos anos [...]. O maior defeito está no estilo de construção de casa [...]. Nesse aspecto,

1 COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL

eles vivem ao nível dos camponeses do Japão de há mil anos [...] Os nisseis que crescerem nesse ambiente acabarão se degenerando”.

As causas dos atritos e conflitos variavam conforme as fazendas. Podemos, porém, encontrar os denominadores comuns a todas, expostos a seguir.

8.2.1 Alimentação

Foi muito difícil a adaptação: arroz solto, falta de verduras e legumes, uso habitual do feijão, carne-seca, bacalhau seco, sardinha salgada etc. Os imigrantes improvisavam sopas com ingredientes como picão, caruru, maxixe, picles de mamão (tsukemono).

Como consequência da má alimentação houve uma subnutrição generalizada, advindo daí o desenvolvimento defeituoso e a morte de crianças. Ocorria diarreia provocada pela ameba e até a malária grassava entre os imigrantes.

8.2.2 Higiene e saúde

8.2.2.1 Bicho-do-pé

Por causa de dejetos no mato, os imigrantes eram contaminados pelo bicho-do-pé (geográfico), desconhecido por eles, que causava intenso prurido e sofrimento e cujo tratamento não se conhecia na época. A contaminação se dá pela urina do cão e é causada pelo *Ancilostoma braziliensis*.

8.2.2.2 Malária

Ocasionalizada por um protozoário (*Plasmodium*), inoculado por picada de mosquitos específicos, foram relatados, a partir de 1923, casos desta doença. Tornou-se endêmica devido ao desmatamento para a plantação de cereais (arroz, milho etc.). O Dr. Kenzo Kitajima – médico da colônia de Registro – percorria a zona de Santos-Juquiá para tentar combater a epidemia com o uso de quinino. Contraiu a moléstia, vindo a falecer no exercício da profissão.

A malária foi a enfermidade que mais vítimas produziu entre os imigrantes japoneses. Ela grassou no começo da imigração e também depois, em 1925 e 1926. Nesses casos, na zona de Ourinhos, linha Sorocabana, entre 169 famílias nipônicas 144 foram afetadas pela maleita, que provocou a morte de 43 pessoas. Segundo uma pesquisa do Dojinkai (Sociedade Japonesa de Beneficência no Brasil), da qual falaremos mais adiante, entre 1.319 pessoas de 326 famílias, examinadas nas linhas Douradense e Paulista, foram detectados 760 doentes portadores de malária.

8.2.2.3 Tracoma

Assim que diminuiu, felizmente, o número de maleitosos, outras doenças começaram a aparecer: tracoma, disenteria amebiana, ancilostomose duodenal, tuberculose pulmonar e doenças mentais.

Destacava-se o tracoma, que atingia numerosas colônias japonesas do interior. Segundo o resultado de uma pesquisa feita entre alunos de escolas de japoneses, verificou-se que na zona de Birigui 86% dos alunos estavam contaminados pela doença, enquanto em Guaratã o número alcançava 98%. O tracoma, causado pela *Clamydia tracomatis*, ocasiona lesões oculares que podem chegar até a cegueira.

Em particular, esta oftalmopatia de caráter crônico grassava mais entre escolares, constituindo-se um problema sério de saúde para a coletividade.

No combate ao tracoma, três colônias da Santos-Juquiá – Ana Dias, Itariri e Cedro – foram convidadas a enviar uma pessoa, a fim de receber orientação prática para o tratamento da doença. Em Ana Dias foi escolhido Shinmon Kuniyoshi. Em Itariri, a professora da escola japonesa local. Cedro, ainda sem professor japonês, indicou Riukiti Yamashiro, que exercia o cargo de encarregado do setor de saúde da Associação de Japoneses local. Os três receberam ensinamentos do Dr. Saito em seu consultório sobre como tratar o tracoma dos alunos da escola. O tratamento principal consistia em esfregar a parte afetada das pálpebras com bastão de sulfato de cobre. Complementava-se com alguns remédios. Era um tratamento demorado, que durava semanas.

Como encarregado do setor de saúde, Riukiti mantinha em casa uma caixa de emergência contendo bastão de sulfato de cobre, seringa de injeção, quinino e outros medicamentos distribuídos pelo Dojinkai.

8.2.2.4 Problemas decorrentes de gravidez

Por falta de médicos, partos eram, muitas vezes, realizados por farmacêuticos ou parteiras. Nos casos mais graves (por fórceps, por exemplo) havia riscos de infecção puerperal, e até óbitos do feto ou da própria parturiente.

O Dr. Toda, já referido, foi um dos médicos japoneses humanitários que prestou inestimáveis serviços às colônias japonesas carentes, no sul do Estado de São Paulo. Transferiu-se depois para o Pará, onde deu continuidade a tais atividades.

8.2.2.5 Ferimento por animais peçonhentos

Nos locais de trabalho, principalmente nas devastações das florestas e até mesmo próximo às moradias, era comum o contato com ofídios, aranhas, escorpiões etc.

Para o tratamento, era possível receber soros antiofídicos do Instituto Butantã em troca de cobras enviadas por moradores. O Butantã fornecia a caixa apropriada para a remessa dos répteis, que era despachada gratuitamente pela estrada de ferro. Os trabalhadores aprendiam a aprisionar cobras venenosas com uma forquilha apropriada, igualmente fornecida pelo Instituto Butantã.

8.2.2.6 Doenças mentais

É possível imaginar a vida do colonizador em áreas fechadas da selva, onde tinha de trabalhar a todo vapor, a fim de conseguir ganhar dinheiro, melhorar de vida, enfim, ter sucesso. Ele deveria estar carregado de incertezas e inquietações tanto de ordem material como espiritual. Daí talvez a ocorrência de frequentes casos de perturbação mental. Na pressa ou mesmo afobação de alcançar, a todo custo, no trabalho de desbravamento e exploração da terra que ainda não conhecia, algum lucro financeiro, era praticamente impossível desejar alguma folga naquela vida pessoal e familiar, ou ainda algum meio de encontrar um pouco de tranquilidade espiritual.

No Manicômio de Juqueí (atual Franco da Rocha), em 1939, estavam internados 185 japoneses, sendo 60% de homens, com tendência de aumentar a cada ano.

8.2.3 Fundação de associação de japoneses e escolas

Todos estes problemas levaram os imigrantes a se reunirem, formando agrupamentos ou comunidades que se denominaram shokuminchi ou associação de japoneses nihonjinkai, para que, além de auxílio mútuo, pudessem desenvolver outras atividades e ensinar o idioma japonês ou português.

Todos esses fatos foram relatados por Tomoo Handa em *O Imigrante Japonês – História de sua vida no Brasil*.²

Com a finalidade de ensinar a língua japonesa, constrói-se uma escola. Onde não havia escola brasileira, a comunidade japonesa construía uma escola e a oferecia ao governo do Estado, que em troca mandava uma professora, fazendo funcionar uma escola elementar. O ensino de japonês pôde funcionar junto com a escola brasileira.

As primeiras tentativas de entrosamento entre as associações de japoneses ocorreram na região Noroeste (citado em *Notícias de São Paulo* de 23-3-1923 e 10-5-1924), anunciadas por Shuhei Uetsuka, presidente da Associação de Japoneses do Noroeste.

Já nesta época surgiam os primeiros desejos de se construir um Hospital Japonês. Projeto adiado devido à eclosão da Revolução de 1924 chefiada por Izidoro Dias Lopes, em São Paulo. É possível que esta manifestação tenha sido a ideia inicial do Hospital Japonês construído na década de 30, em São Paulo (Hospital Santa Cruz).

8.2.4 Organização destinada a cuidar da higiene e da assistência médica

Entre os objetivos das associações de japoneses, destacavam-se a organização de serviço de higiene e de assistência médica nas colônias. Mas, até 1940, as únicas colônias que contavam com instalações de assistência médica e médicos para cuidar da higiene e saúde da população local eram as localizadas em Registro, Aliança, Bastos e Tietê, no Estado de São Paulo, e no Estado do Pará, a colônia de Acará (atual Tomé-Açu). Por conseguinte, apesar da atenção dada pelas associações de japoneses à questão da saúde, frequentemente registravam-se sérias ocorrências de moléstias.

2 COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL.

E isso aconteceu não só nos primeiros tempos de imigração, como depois de 1920, quando imigrantes nipônicos formavam colônias. No começo da sua fase de independência econômica, as péssimas condições de habitação, alimentação inadequada, excesso de trabalho, falta de orientação quanto às condições sanitárias em ambiente tropical desconhecido etc. constituíam, não raro, causas de doenças graves. E mesmo na segunda metade da década de 30, por causa da extrema mobilidade dos cotonicultores, suas moradias continuavam tão pobres e precárias como na fase inicial da colonização, como vimos anteriormente. A própria alimentação apresentava graves falhas quanto ao seu valor nutritivo. Tudo isso resultava em precárias condições de saúde, causando muitas doenças.

Na década de 30, o Departamento de Saúde do Governo do Estado de São Paulo instalou postos de saúde no interior, porém, em número insuficiente para atender todas as regiões. E fora das cidades havia poucos médicos particulares. As despesas com tratamento médico situavam-se em patamar inacessível ao bolso dos lavradores em geral.

Na comunidade japonesa registraram-se muitos casos de impossibilidade de chamar o médico para assistir um doente na família.

Tomando conhecimento dessa situação, o Ministério do Interior do Japão concedeu, em 1923, um subsídio de 26 mil ienes, destinado à instalação de serviços de assistência médico-sanitária para os imigrantes nipônicos. Esse auxílio passa a ser distribuído por intermédio do Gaimusho (Ministério dos Negócios Estrangeiros), a partir do ano seguinte.³

8.3 Primórdios da assistência médica: Haken-i4

A dificuldade de comunicação (em virtude do problema da língua) entre os imigrantes e os serviços médicos dos locais onde estavam habitando foi se agravando, o que levou as autoridades a estabelecerem um convênio entre os dois países para que médicos japoneses pudessem atender a comunidade japonesa em território brasileiro.

Assim, os primeiros médicos da colônia foram facultativos japoneses que vieram ao país graças ao acordo para socorrer os imigrantes carentes de atendimento médico. Eram o que se denominou haken-i, isto é, facultativos que tinham permissão para atender somente os imigrantes japoneses.

Alguns destes acabaram permanecendo, posteriormente, no Brasil, revalidando seus diplomas para regularizar a situação e continuar exercendo a atividade médica.

Devemos destacar, nesse período, os seguintes médicos: Drs. Hake, Konda, Sassada e Takaoka.

Por outro lado, muitas das doenças que acometeram os imigrantes eram pouco prevalentes no Japão (doenças tropicais), e aqueles facultativos também puderam conhecer e estudar essas moléstias, muito frequentes no nosso meio, nessa época. Tivemos, inclusive, defesa de tese de doutoramento sobre ma-

³ Ver item 2.5.1 sobre Dojinkai.

⁴ BENEFICÊNCIA NIPO-BRASILEIRA DE SÃO PAULO, COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL

lária pelo Dr. Sentaro Takaoka, em faculdade japonesa. Posteriormente, seu filho, Kentaro Takaoka, formou-se médico pela FMUSP em 1944 e especializou-se em Anestesia, apresentando importantes contribuições à especialidade.

8.4 Primeiros médicos nipo-brasileiros e destaques alcançados⁵

Das histórias narradas anteriormente, depreende-se que era então crítica a situação dos imigrantes face à falta de médico nos núcleos coloniais nipônicos. Tal carência, tão agudamente sentida em casos de parto de emergência e de epidemias de malária e outras doenças endêmicas, fez com que anos depois se formasse elevada porcentagem de médicos nisseis, pelo menos inicialmente, em comparação a outras profissões liberais. Muitos pais japoneses queriam que pelo menos um de seus filhos estudasse medicina. Não foram raros os casos em que em uma família se formaram mais de um médico, refletindo a angustiosa situação vivida pelos imigrantes quando do arroteamento de sertões bravios para formar colônias que evoluíram com o tempo e se tornaram cidades prósperas, como Marília, Registro, Lins, Presidente Prudente, Londrina, para citar apenas algumas. Outras, no entanto, entraram em decadência, depois de alcançar considerável grau de desenvolvimento.

Começaram a formar-se médicos nisseis a partir de 1939, na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP).

Nesse ano, formou-se Massaki Udihara, que teve destacada atuação como oficial de infantaria do Exército Brasileiro nos campos da Itália durante a Segunda Guerra Mundial. Foi condecorado por sua atuação. Clinicou, também, como médico no Hospital Santa Cruz.

Em 1940, diplomou-se o Dr. Shizuo Hosoe, que, apesar da nacionalidade japonesa e tendo graduação no Japão, cursou a FMUSP. Teve destacada participação no Dojinkai e nos primórdios do Hospital Santa Cruz.

Seguiram-se: Carlos Ryoma Inoue (1943); Catuo Watanabe, Kentaro Takaoka e Tidu Nomiyama (1944); Isao Udihara, Luiz Yassumi Tanigaki e Massahiro Ioshimoto (1945); Junko Matsuoka, Kenji Nomiyama, Yoshio Kumasaka e Yutaka Kubo (1946); Mitsu Komatsu e Toshiyasu Fujioka (1947); Masagoshi Goto (que foi Superintendente do Hospital das Clínicas da FMUSP) e Sussumu Noguchi (1948).

Com Massayuki Okumura, em 1967, os médicos nisseis começaram a evoluir na carreira universitária, atingindo o grau de livres-docentes. Mais tarde, em 1969, ele foi o autor do 1º transplante de intestino delgado do mundo.

Seguiram-no: Ossamu Butugan (1972) e Mário Shiroma (1974).

Em 1975, Seigo Tsuzuki conseguiu, também, o título de livre-docente. Ocupou o cargo de Ministro da Saúde, nos anos 1989 a 1990, no governo do presidente José Sarney.

5 UDIHARA

Ikurou Fujimura (1976) e Sumie Hoshino Shimizu (1977), também, vieram a alcançar o título de professor livre-docente.

Em 1980, seguiu-se Yassuhiko Okay, que, em 1991, conquistou o cargo de Professor Titular de Pediatria da FMUSP. Também ocupou o cargo de vice-diretor da mesma instituição, nos anos de 2002 a 2006.

Outros que conseguiram o título foram: Clovis Kiomitsu Takiguti (1981); Hisashi Suzuki e Tomei Arakaki (1982); Kiyoshi Hashiba (1983); Natalino Hajime Yoshinari (1990); Paulo Sakai e Maria de Lourdes Higuchi (1991).

Maria Aparecida Shikanai Yasuda conquistou a docência em 1992, e, em 1997, alcançou o cargo de Professora Titular de Moléstias Infecciosas da FMUSP. Foi a segunda médica a atingir o cargo de professor titular desta faculdade.

Na Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo (EPM/Unifesp), temos os seguintes Professores Titulares, nas especialidades:

Emília Inoue Sato, na Reumatologia;
Lydia Masako Ferreira, na Cirurgia Plástica;
Akira Ishida, na Ortopedia.

Neste item, citaremos o professor Yukio Moriguchi, doutor em medicina pela Universidade Keiyo do Japão, que, em 1973, veio ao Brasil a convite para organizar e assumir a direção do Instituto de Geriatria e Gerontologia, ligado à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Isto fazia parte de um protocolo firmado entre os governos do Brasil e do Japão e foi o primeiro projeto para a América Latina estabelecido pela JICA (Japan International Cooperation Agency). Foi o primeiro curso de pós-graduação da especialidade no Brasil.

Citaremos também a atuação dos médicos nisseis Dr. Milton Nakamura, que, em 1984, realizou a primeira fertilização *in vitro* no Brasil e na América Latina, e o Dr. Yoshito Kanzawa, primeiro nikkei a assumir o cargo de diretor de um hospital público no Estado de São Paulo.

8.5 Ambulatórios médicos – caravanas médicas (junkai)

8.5.1 Dojinkai⁶

Em 1921, quando o cônsul-geral Toshio Fugita visitou os agricultores japoneses do interior, ficou impressionado com a precariedade da condição higiênica a que os imigrantes estavam sujeitos, tanto que solicitou do governo japonês providências imediatas para prestar-lhes assistência social, médica e sanitária.

⁶ BENEFICÊNCIA NIPO-BRASILEIRA DE SÃO PAULO, COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL e KIHARA

O pedido do cônsul-geral deu lugar ao envio de quatro médicos em 1923 e, em 1924, o governo japonês aprovava a verba para assistência médica e sanitária dos imigrantes.

A fim de administrar o subsídio do governo japonês, é constituída, em 27 de fevereiro de 1924, já sob a gerência do Cônsul-Geral Saito, uma entidade assistencial denominada Dai Burajiru Nihonjin Dojinkai (Sociedade Japonesa de Beneficência no Brasil), mais conhecida por Dojinkai e com a participação de 29 sócios mantenedores.

Desde a sua fase inicial, o Dojinkai foi administrado pelo Dr. Sentaro Takaoka, que planejava todas as suas atividades. Mas, infelizmente, o Dr. Takaoka teve de renunciar, em função da divergência ocorrida com os membros do consulado-geral.

O Dr. Takaoka era médico formado pela faculdade do Japão. Veio ao Brasil em 1911, onde conseguiu ser aprovado no exame de habilitação e legalizar o seu título de médico. Ele defendia sempre a importância de tomar medidas preventivas para não contrair doença, particularmente no interior, onde o acesso à assistência médica era sempre mais difícil. Profundamente preocupado com a questão não só médica, mas também social, ele editava jornalzinho de conteúdo cultural e conhecimentos gerais, além da divulgação de noções básicas de higiene e saúde, ganhando enorme adesão, em menos de um ano, de 6.000 sócios-assinantes.

8.5.2 Atuação médica no Dojinkai

O Dojinkai, fundado em 1924, veio a tornar-se um importante centro médico de pós-guerra, prestando relevantes serviços à comunidade japonesa, ainda com número relativamente pequeno de médicos.

Os outros três médicos, além do Dr. Takaoka, que tiveram destacada atuação nessa época foram: Yoshinobu Takeda, clínico geral, Shizuo Hosoe, clínico geral, e Cho Kihara, otorrinolaringologista.

Dr. Shizuo Hosoe

Veio ao Brasil como médico bolsista enviado pelo Ministério das Relações Exteriores do Japão. De 1930 a 1935 trabalhou na colônia de Bastos. Em abril de 1935, matriculou-se na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e formou-se médico, trabalhando posteriormente como médico assistente do Dojinkai. Participou da Junkai (Caravanas Médicas para atendimento no interior) até a deflagração da Segunda Guerra Mundial.

Participou, também, da campanha para a construção do Hospital Santa Cruz e teve importante papel nos primeiros tempos de adaptação à nova entidade.

Quando o Brasil declarou guerra contra o Japão, foi destituído do Hospital Santa Cruz e voltou a reorganizar o consultório do Dojinkai, à Rua da Cantareira.

Depois da fundação da Enkyo, passa a participar da Junkai, custeada por Kaikyoren, e assume a chefia do centro médico do Dojinkai.

Antes da fundação da Enkyo, o Dr. Hosoe dirigia-se, invariavelmente, ao Rio de Janeiro e acompanhava os imigrantes até o porto de Santos no mesmo navio e, durante a viagem, transmitia-lhes cuidados a serem

observados com respeito à saúde e higiene na colônia, bem como encorajava-os na luta pela nova vida. Publicou ainda vários manuais sobre prevenção e tratamento de doenças e guia de medicamentos.

Dr. Cho Kihara

Natural de Kobe, Japão, o Dr. Cho Kihara iniciou, em 1929, suas atividades dedicadas à Comunidade Japonesa no Brasil.

Em 1938, fez a revalidação do diploma na Faculdade de Medicina e Cirurgia do Estado do Rio de Janeiro, CREMESP – 418.

Casou-se em 20-12-1947 com a Dra. Maria Tita Noda Kihara – uma das primeiras médicas nikkei (1942), que se especializou em Ginecologia e Colpocitologia. Prestou serviços na Abenibra.

Iniciou suas atividades como médico otorrinolaringologista no Dojinkai de São Paulo, juntamente com os Drs. Hosoe e Takeda.

Trabalhou posteriormente na Associação Beneficente Nipo-Brasileira.

Todos esses médicos tiveram reconhecimento pelos sacrifícios e inestimável trabalho prestado em prol das assistências médica e social da comunidade desde antes da Segunda Guerra Mundial. Receberam várias homenagens e condecorações tanto de entidades brasileiras como japonesas pelos sacrifícios e inestimáveis serviços prestados à comunidade.

8.5.3 Ampliação das atividades⁷

O Dojinkai – Sociedade Japonesa de Beneficência no Brasil – funcionava em São Paulo e, como já salientado, sua finalidade era justamente prestar assistência médica e orientar os compatriotas do interior em assuntos relacionados à sua saúde e higiene.

Contava com subsídios financeiros de Tóquio. Indicava médicos para as cidades onde havia grande concentração de japoneses, como Santos (abrangendo a linha Santos-Juquiá), Lins, Bauru e Presidente Prudente. O Dr. Saito era o encarregado do “posto” de Santos. Por meio desses postos, o Dojinkai prestava serviços de assistência médica e fornecia orientação médico-sanitária aos núcleos coloniais, mediante distribuição de medicamentos e impressos e promoção de palestras e cursos.

Em outubro de 1926, consegue o reconhecimento do governo brasileiro como sendo uma fundação.

Por volta de 1930, com a sede instalada em São Paulo, já exercia atividades por meio de nove postos regionais.

Havia então mais de uma dezena de médicos nipônicos com diploma brasileiro. Mas, para atender aos patrícios espalhados em amplas áreas do país, tornava-se necessário saber qual a melhor maneira de suprir as suas necessidades no campo de assistência médica. Depois de consultar associações de japoneses e de moços de muitas localidades, o Dojinkai passou a prestar os seguintes serviços: distribuição de soros antiofídicos; pesquisa de ocorrência de tracoma e campanha para sua erradicação; campanha

⁷ COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL

de erradicação da malária, ancilostomose duodenal; instalação de postos médicos no interior (visita de médicos às colônias do interior para diagnóstico e tratamento *in loco* de doenças); distribuição gratuita de vacina antivariólica e febre tifoide, concedidas pela Secretaria de Estado da Saúde, e soro antiofídico fornecido pelo Instituto Butantã, gratuitamente ou a preço de custo, e de medicamentos básicos e necessários no lar.

Trabalhou na detecção e tratamento de tracoma e verminoses (principalmente o amarelão), na pesquisa para controle de malária e difusão de conhecimentos indispensáveis da leishmaniose americana (conhecida vulgarmente por ferida brava), tuberculose e doenças mentais para a preservação de saúde e higiene pela publicação de folhetos informativos.

Na época, as doenças que causavam mais vítimas depois da malária eram o tracoma e a verminose.

O Dojinkai teve importância também na formação de elementos auxiliares do serviço médico.

8.5.4 Sanatório para tuberculose de Campos do Jordão e o Dojinkai

Em 1930, a comunidade nikkei alcançava cerca de 100.000 pessoas, que viviam em condições desfavoráveis de moradia, de subnutrição e de trabalho pesado. Muitas eram acometidas de tuberculose.

A partir de 1934, a população de imigrantes cresceu aceleradamente, e por sua vez aumentou também o número de tuberculosos, que passaram a procurar o Dojinkai. Este, sem instalação própria para o atendimento, encaminhava-os para o sanatório de terceiros. Mas, em face do crescimento do número de doentes, resolveu acolhê-los numa casa alugada na zona norte da capital. Por razões diversas, essa casa é desativada e o Dr. Hosoe consegue entrar em entendimento com a Ryoyukai, de Campos do Jordão, para onde passou a encaminhar os tuberculosos que procuravam o ambulatório da capital. Assim foi criado o sanatório que viria depois a chamar-se Sanatório São Francisco Xavier.

8.5.5 Organização da caravana de médicos (Junkai)

Com o objetivo de divulgar os conhecimentos médicos e aliviar a apreensão de imigrantes recém-chegados, o Dojinkai organizava frequentemente caravana de médicos, que deu origem à Junkai, para visitar as colônias, onde realizava consultas e cursos.

Constituiu Unidades Móveis de Assistência Médica, atendendo a todos os pacientes da colônia, fornecendo medicações a baixo custo, amostras grátis, proferindo aulas de prevenção de doenças através de projeções e também encaminhando doentes para hospitais, quando necessário. Esta atividade foi posteriormente seguida por outras entidades nipo-brasileiras.

Em 1931, o Dojinkai instalou o posto de atendimento médico-hospitalar para consulta e encaminhamento de pacientes à Santa Casa.

8.5.6 Atendimento noturno

A partir de abril de 1935, esse serviço passou a funcionar também no período noturno, a fim de que houvesse melhor aproveitamento de imigrantes residentes na capital, como também no interior.

8.5.7 Futuro Hospital Japonês

O sonho acalentado pelos primeiros imigrantes, frente às inúmeras dificuldades enfrentadas, conforme já referidas, de construir um hospital japonês para possibilitar um melhor atendimento médico aos imigrantes e seus descendentes começou a florescer no seio do Dojinkai.

Desde os primeiros dirigentes, já havia o plano de erguer futuramente um hospital japonês, reservando-se parte de suas verbas para o fundo de sua construção.

Assim, em 1926, o Dojinkai já adquiria um terreno de 14.100 m², no bairro de Vila Mariana, destinado à construção do referido nosocômio.

Posteriormente, construiu-se o hospital japonês, que, em 1939, recebeu o nome de Hospital Santa Cruz, conforme relatado linhas adiante.

8.6 Outras entidades

Na década de 30, já existiam outras entidades filantrópicas, além do Dojinkai.

8.6.1 Ryoyukai

Os japoneses residentes em Campos do Jordão fundaram um sanatório em 1931, a fim de atender ao grande número de vítimas de tuberculose pulmonar que procuravam aquela cidade, conhecida pelo seu clima ameno. Criado por iniciativa pessoal de Kyushichi Hayashida, o sanatório mantinha espécie de convênio com o Dojinkai.

8.6.2 Gojo Aizenkai de Lins

Rinsu Goja Aizen Kumiai (Cooperativa Beneficente de Ajuda Mútua de Lins) foi fundada em março de 1932. Era uma espécie de cooperativa de assistência mútua, que assegurava hospedagem e encaminhamento de seus sócios aos médicos.

8.6.3 Jinrui Aizen-kai

Jinrui Aizen-kai San Paulo-shi Bunkai (Seção de São Paulo da Associação de Amor Humanitário): uma filial da entidade matriz existente no Japão. Fundada em fevereiro de 1930, atendia a muitos doentes que vinham do interior em busca de assistência médica.

8.6.4 Goseikai

Entidade fundada, em junho de 1933, pelo Dr. Sentaro Takaoka, oferecia assistência médica aos seus sócios.

8.6.5 Postos de saúde

Outro serviço que beneficiou sobremaneira os lavradores nikkeis radicados no interior foram os Postos de Saúde instalados pela Secretaria da Saúde, que passou a atender gratuitamente à consulta médica, ao tratamento de doenças, à vacinação e à distribuição de soros antiofídicos, antirrâbicos e outros.

8.7 Associação Beneficente Nipo-Brasileira (Abenibra) e Abeuni⁸

Desalentados pela dificuldade para a reintegração do Hospital Santa Cruz, por falta de ressonância da parte das principais entidades representativas da colônia japonesa e do consulado japonês, em 1970, um grupo de nisseis constituído principalmente por médicos e profissionais liberais se uniu e fundou uma associação com a finalidade de proporcionar assistência médica condigna aos nipo-brasileiros.

Os médicos, que atuavam principalmente no Hospital das Clínicas, havia algum tempo, vinham sentindo na pele a falta de ambulatórios médicos e de um hospital que proporcionasse, principalmente aos japoneses, tranquilidade com atendimentos em língua e alimentação japonesas.

Nessa época, parte dos nikkeis que viviam na cidade de São Paulo já dominavam razoavelmente a língua portuguesa, ao contrário da maioria que permaneceu no interior, principalmente na zona rural.

A grande maioria dos professores liberais eram filhos desses agricultores que não poupavam esforços para proporcionar aos seus filhos a educação de nível superior com a qual eles nem puderam sonhar.

E eram justamente esses imigrantes, que haviam colaborado para a construção do Hospital Santa Cruz, apesar de toda a dificuldade econômica dessa época, que se ressentiam mais quando encaminhados para um hospital.

O sentimento deles, que não tinham a informação precisa do destino do Hospital Santa Cruz, era de revolta, principalmente, com relação às autoridades japonesas e sociedades representativas da colônia japonesa, impotentes diante da situação. Na realidade, eles se sentiram banidos da Socie-

dade de Beneficência Santa Cruz devido às perseguições aos japoneses que persistiram por vários anos no pós-guerra. Por esse motivo, principalmente, no interior do Estado, tiveram que mudar o seu domicílio por várias vezes, e provavelmente as correspondências enviadas pelo hospital não chegaram aos destinatários. Foi nessa fase obscura de pós-guerra, em que a edição dos jornais em língua estrangeira estava proibida, que muitos sócios da Sociedade de Beneficência Santa Cruz foram eliminados do quadro associativo. Ao contrário dos outros imigrantes, italianos e alemães, que podiam passar como brasileiros, os japoneses, mesmo os nascidos no Brasil, continuaram sendo chamados de japa no interior do estado. Quando alguém revidava respondendo sou brasileiro, diziam: – com essa cara?

Foram esses nisseis, que sofreram, quando crianças, toda sorte de discriminação e que com muito esforço conseguiram posições de médico do Hospital das Clínicas, que, recebendo reclamações dos seus pacientes e da comunidade japonesa da falta de atendimento médico-hospitalar digno, resolveram unir-se para a fundação da Associação Beneficente Nipo-Brasileira, que ficou conhecida como Abenibra.

A assembleia de constituição ocorreu no dia 24 de julho de 1970, no auditório da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, à Rua São Joaquim, 389, São Paulo, Capital. Entre os presentes nesta assembleia, considerados sócios fundadores, estavam mais de 100 personalidades representativas da colônia, incluindo médicos, juízes, advogados, engenheiros, professores, administradores, executivos etc.

Os integrantes da Abenibra, em momento algum, deixaram de acalantar o sentimento de um dia voltar ao Hospital Santa Cruz para dar continuidade à grandiosa obra dos seus antecessores.

Podemos citar entre os facultativos que atuaram no ambulatório recém-criado: Tucassa Adachi, Masagoshi Goto, Cho Kihara, Maria Tita Noda Kihara e Carlos Caoru Miyada (falecidos), Tomoyas Inague, Massayuki Okumura, Luiz Ota, Nelson Sato, Akie Yamada, Haruko Okumura, Nelson Hatsumura, Leyde Mizoguchi, Walter Takahashi, Maciel Yamashita, Ichiro Suzuki, Shinishi Ishioka, Hélio Iha, Kiyoshi Iriya e outros. A entidade também recebeu a colaboração de muitas personalidades da colônia, que também comungava os mesmos ideais de recuperar o hospital. Podemos citar, entre outros: Mário Motidome (falecido), Kokei Uehara, Katsunori Wakisaka, Paulo Nogami Seizi Oga, Kaor Nishimori, Ribaldo Yaegashi, Eunice Matsuguma, Henrique Nishioka, Mineko Tominaga, Antonieta Yassuko Camargo, Tadashi Fujiura, Francisco Hashimoto, Yoko Hoshino, Jorge Koike, Eico Kimura, Koizi Nakano e Oswaldo Sugano.

A Abenibra atuou prestando serviços ambulatoriais na capital e de prevenção em diversas localidades do interior paulista por meio de caravanas médicas que eram realizadas nos fins de semana (pelo menos uma vez por mês) nas zonas rurais.

Nesta época, começou a participação de estudantes universitários nikkeis, inicialmente de medicina e, posteriormente, de outras áreas. Deste modo nasceu o Departamento Universitário, que congregava estudantes de diversos ramos. Estes, por sua vez, realizavam durante as férias escolares minicaravanas nas cidades do interior sob orientação de médicos. Era um miniRondon, onde os jovens tomavam contato com os problemas brasileiros, atuando nas áreas de medicina, odontologia preventiva, higiene e saúde, orientação e elaboração de projetos de construção e até alfabetização. Convém ressaltar a participação importante do deputado Diogo Nomura neste empreendimento. O Departamento Universitário cresceu e fundou uma associação independente da Abenibra com o nome de Abeuni, e continua ativa até hoje.

Esta associação funcionou por 20 anos e encerrou suas atividades quando a Associação Nikkei de Leões do Brasil conseguiu por meio de campanha nacional restaurar a presença dos nikkeis no Hospital Santa Cruz.

Doou seus bens para a Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz. Muitos dos membros citados ou seus descendentes encontram-se hoje integrados ao Hospital Santa Cruz e colaboram ativamente na sua modernização.

8.8 Beneficência Nipo-Brasileira de São Paulo (Engokyokai – Enkyo)⁹

A entidade governamental japonesa denominada Kaigai Imin Engo Kyokai (Sociedade de Assistência aos Imigrantes Japoneses), que tinha atuação limitada, deu origem à Benibra (Beneficência Nipo-Brasileira) ou Enkyo.

Foi idealizada por Daisaku Osawa (diretor da filial da Federação das Associações Ultra-Marinas do Japão) e pela agência Kaikyoren (Federação das Associações de Apoio aos Imigrantes Japoneses em São Paulo). O Dr. Daisaku Ozawa, que chegou ao Rio de Janeiro em 1929, como estagiário do Ministério das Relações Exteriores, Chanceler em 7/1929, trabalhou depois na emissora NHK, a seguir na indústria Hitachi, e retornou ao Brasil como diretor dessa entidade, falecendo em outubro de 1965, aos 57 anos.

Ajudou na organização da Junkai sob responsabilidade da Enkyo e cedeu escritório para a sede inicial da Enkyo, fundada em 1959.

A finalidade principal dessa entidade era a de assistir os imigrantes do período de pós-guerra. Contudo, ela foi obrigada a estender seus serviços médico-assistenciais a toda a comunidade japonesa, mesmo aos que haviam chegado ao Brasil antes da guerra.

Foi criada a Casa dos Imigrantes de Santos, com a colaboração do governo japonês, como parte da comemoração do 50º aniversário da imigração japonesa no Brasil (1958).

O objetivo inicial do estabelecimento era a recepção, auxiliando os imigrantes do pós-guerra nas atividades operacionais (bagagens, pernoites, encaminhamentos aos locais designados de acordo com aptidões e necessidades pessoais). Logo o estabelecimento estendeu suas atividades ao serviço assistencial a toda a comunidade japonesa, incluindo as áreas de saúde e de higiene e encaminhando os doentes necessitados aos órgãos assistenciais públicos. Boletins Informativos quadrimestrais eram distribuídos para intercâmbio entre os sócios e para divulgar informações junto aos imigrantes.

Nesse período (1958), cerca de 5.000 imigrantes/ano chegavam ao porto de Santos.

Entregue a Casa dos Imigrantes de Santos à colônia nipônica, criou-se a Associação de Assistência aos Imigrantes Japoneses (Nihon Imin Engo Kyokai), em 28-1-1959.

A sociedade mantenedora da Casa dos Imigrantes teve sua sede inicial instalada à Praça D. José Gaspar, nº 30, em São Paulo, com cerca de 200 associados colaboradores.

⁹ BENEFICÊNCIA NIPO-BRASILEIRA DE SÃO PAULO, COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL e KOMATSU

Em 1972, foi transformada em Beneficência Nipo-Brasileira de São Paulo – Benibra – (San Paulo Nippaku Engokyokai), cuja abreviação é Enkyo (Engo = beneficente e Kyokai = associação). Transformou-se em órgão responsável pela assistência médica – atividade filantrópica – na comunidade nipo-brasileira. O primeiro presidente da Associação foi o Sr. Moriji Arize, seguido pelo Sr. Genichio Nakazawa.

Na presidência da Enkyo, o Sr. Nakazawa, foi eleito gerente da Cooperativa Central Agrícola Sul-Brasil, ex-Cooperativa Agrícola Sul-Brasil, ex-Cooperativa de Jukeí. Reorganizando a cooperativa tornou-a uma das mais respeitadas do país, consolidando-se como um líder na comunidade nikkei, sem, porém, aspirações a cargos públicos.

Entre 1959 e 1968, durante o auge do movimento pós-guerra, a Enkyo concentrou esforços na assistência aos imigrantes recém-chegados, muitos deles fracassados, desempregados, alcoólatras, doentes mentais e com patologias diversas.

No período de sua gestão, 1961 a 1974, a Enkyo projetou-se como entidade assistencial médico-social, no Brasil, e suas atividades foram expandidas.

De 1969 a 1978, com a diminuição do movimento de imigrantes, surge a questão do envelhecimento dos antigos imigrantes (idosos solitários, doentes e em precárias condições econômicas); focou-se a ação da Enkyo para esse segmento da população, com a criação de entidades assistenciais diferenciadas, assim como a criação de serviços específicos:

“Santos Kosei Home (1974) – Casa de Reabilitação Social de Santos. A antiga Casa dos Imigrantes, inaugurada em 1960, foi reformada, transformando-se num moderno edifício de 5 andares, tornando-se um asilo para idosos, com atividades recreativas diversas. Muitos idosos do asilo de Pirapitingui de São Paulo foram para lá transferidos. O serviço social da Casa dos Imigrantes foi prestado pela Bunkyo (Sociedade Brasileira da Cultura Japonesa) e depois pela Enkyo, cuja sede foi mudada para a Rua São Joaquim, nº 381, em São Paulo, em 1º-7-1962.

Guarulhos Yassaragui Home – Centro de Reabilitação Social de Guarulhos, para doentes com patologias mentais, acima de 18 anos, com capacidade para 58 pessoas. Os internos ocupam-se com o cultivo de cogumelos.

Suzano Ipelândia Home – Casa de Repouso Ipelândia de Suzano – para idosos acima de 60 anos, com cultivo de flores, frutas e hortaliças. As instalações são modernas e agradáveis.

Recanto Repouso Sakura Home – em Campos do Jordão – para 47 internos, com instalações novas (1991), utilizada para temporadas de repouso.

Casa de Repouso Akebono Home – para idosos dependentes ou semidependentes, assistência ininterrupta durante 24 horas diariamente, capacidade para 52 internos, conta com atividades interativas diversas.

Centro de Ação Social Enkyo – Unidade Amani – instalado em 2003, na zona leste de São Paulo, voltado às atividades socioeducativas para a comunidade local carente, envolvendo crianças, jovens, famílias, reservando espaço para idosos necessitados.

Kodomo No Sono e Casa da Esperança – para crianças especiais e alcoólatras.¹⁰

Iko-No-Sono.¹¹

Doentes mentais e alcoólatras internados em Franco da Rocha e Casa Branca – alguns foram repatriados para o Japão, outros internados na Casa de Reabilitação Social de Santos.

Assistência médica móvel – visitando regiões da Grande São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, com os objetivos de diagnóstico, tratamento precoce e prevenção de doenças nos idosos, gratuitamente, contando com serviços de coletas de sangue com resultado no mesmo dia. Em cerca de 110 dias/ano foram atendidas em média 90 regiões.

Caixas de primeiros socorros foram enviadas às comunidades japonesas dos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Ceará, Amapá, Pernambuco e uma localizada no Paraguai (Amambai).

Sanatório São Francisco Xavier, que originou-se do antigo Ryoyukai (pensão para acolher imigrantes carentes, situado em Campos do Jordão) em colaboração com o Dojinkai.¹² Foi inaugurado em 15-10-1936. Em fevereiro de 1937, iniciou o funcionamento, atendendo pacientes com tuberculose.”

Na época anterior aos antimicrobianos específicos, o tratamento consistia no isolamento e repouso, com a duração de internação de até quatro anos.

Com a descoberta das drogas específicas (estreptomicina e hidrazida), o período de internação necessária caiu para três a quatro meses.

Doado o terreno, como já referido, o sanatório foi erguido conforme exigência do contrato, em um ano, com a ajuda de verba liberada pelo governo japonês, para a conclusão da obra, a aquisição de aparelho de radiologia, instrumentos médicos, material e produtos de assepsia.

A taxa de internação cobrada era de 150 mil réis, contra 600 a 700 mil de instituições similares. Dos 75 leitos iniciais, foi necessária a improvisação de leitos extras para até 100 pacientes.

Nos 20 anos que se seguiram, prevaleceu uma situação econômica precária no sanatório, agravada pela Segunda Guerra Mundial.

Em 28 de fevereiro de 1942, o consulado japonês foi fechado, o Brasil declarou-se inimigo de Guerra do Japão.

Em 29 de fevereiro de 1942, ocorreu o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países, com a retirada do corpo diplomático japonês do Brasil, em 3 de julho de 1942, seguindo-se o congelamento

10 Ver Capítulo 7, desenvolvido por Reimei Yoshioka.

11 Idem.

12 Ver itens correspondentes.

de bens dos japoneses. E, em 28 de abril de 1942, houve o confisco do Sanatório pelo governo brasileiro, passando a ser denominado: Sanatório São Francisco Xavier.

Todos os funcionários japoneses (exceto três) foram demitidos, o dinheiro enviado pelas famílias aos internos era confiscado, salvo-condutos para a locomoção dos japoneses eram exigidos, dificultando visitas aos pacientes, que pediam antecipação da alta hospitalar, antes do término do tratamento.

No período pós-guerra (1945-1948), o sanatório contava com 80 a 88 pacientes internados, com sérias dificuldades para a Administração mantê-lo funcionando.

No início de funcionamento do sanatório, devido ao longo período de permanência dos pacientes, criou-se a Associação – Datsu No Miclub –, com publicações de jornais, sessões de músicas, projeções de filmes alugados (depois dos anos 80 – vídeos), formação de biblioteca com livros nos idiomas japonês e português, angariando fundos por meio de bazares.

Vinte anos após o término da Segunda Guerra Mundial, em 1^a-8-1965, a administração passa ao Enkyo, em regime de comodato pelo prazo de 20 anos.

Nesta ocasião, embora o sanatório pertencesse legalmente à sede do Hospital Santa Cruz, encontrava-se totalmente abandonado.

Em setembro de 1965, é assinada a competente escritura, passando o Sanatório a ser administrado pela Enkyo, que logo iniciou a reforma do local. Foram figuras de destaque na ocasião os Srs. Sakane, Yamaguchi, Nacazawa e o Dr. Hosoe. O Sr. Sakane, chefe da enfermagem por cerca de 50 anos, faleceu aos 75 anos, em 1994, provavelmente devido à exposição às radiações nocivas dos obsoletos aparelhos de radiologia.

Seu filho, Pedro Takanori Sakane, posteriormente, por orientação e apoio do Dr. Hosoe, diplomou-se em medicina pela FMUSP, em 1969, tendo se especializado em Pediatria e Infectologia, prestando serviços atualmente no Hospital das Clínicas e no Hospital do Servidor Público Estadual.

Durante os anos que se seguiram, o local necessitou de inúmeras reformas em suas instalações, que inicialmente eram de madeira e estavam desgastadas. Foi totalmente reformado no prazo de dois anos, readquirindo o alvará de funcionamento, que fora cassado.

Em todo este período, recebeu a colaboração de várias entidades, tais como Cooperativas Agrícolas de Cotia, Sul-Brasil, Bandeirante, São Paulo, Mauá e Cooperativa de Pesca de Santos; Bancos América do Sul, Tozan, Tóquio e Sumitomo; Associação Esportiva e Cultural de Campos do Jordão, Maringá, Pindamonhangaba e Okinawa; Indústria Howa e outros.

A Sociedade Beneficente Santa Cruz, que era a proprietária anterior do local, doou ao Enkyo o restante do terreno que estava em seu nome, constituindo atualmente uma área total de seis alqueires.

O sanatório possui, após as reformas, dois pavimentos contendo 48 leitos. Fica em Campos do Jordão, na região leste de São Paulo, a 120 km da Capital, na Serra da Mantiqueira, a 1.800 m de altitude. Por ser região serrana, com o seu clima ameno e ar puro, é conhecido como local de veraneio e turismo. O sanatório está localizado no distrito ocidental, a 4 km do centro de Campos do Jordão.

Atualmente, a média de ocupação, que já estava em queda, dificilmente atinge 10 leitos. Assim como o ocorrido com estabelecimentos similares, propôs-se transformar o sanatório em Abrigo de Idosos e Casa de Recuperação de Saúde para pacientes com doenças respiratórias.

Convém ressaltar que o sanatório possui uma extensa área de lazer, onde, com doações do Consulado japonês, foram plantadas 700 mudas de cerejeiras de 14 diferentes variedades. Estas florescem de agosto a outubro, quando, anualmente, se realiza a festa da cerejeira em flor. Constitui-se em um evento promovido pela Secretaria de Turismo local.

Nos dez anos posteriores a 1965, um total de 575 pacientes de tuberculose recuperaram-se totalmente.

Situação atual da tuberculose: doença inicialmente de jovens, hoje atinge os idosos, provavelmente pela queda da imunidade do organismo, tornando-os mais vulneráveis ao bacilo. Continua sendo patologia preocupante, pois muitos abandonam o tratamento, facilitando o aparecimento de cepas de bacilos resistentes aos medicamentos existentes.

Hospital Nipo-Brasileiro – filantrópico, inaugurado em 1983, referido no item 8.11.2.

Ambulatório Médico-Odontológico em São Paulo (consultas gratuitas ou com preços simbólicos). Dependendo da necessidade os pacientes são encaminhados ao Hospital Santa Cruz ou para a Santa Casa. Após a instalação do ambulatório instituiu-se o auxílio-doença para pagamento total ou parcial das despesas médicas, mediante apresentação de atestado de pobreza, emitido por órgãos competentes.

Acontecimentos históricos:

1963 – A Enkyo foi reconhecida como órgão de utilidade pública pelo Governo do Estado de São Paulo, recebendo subvenção do governo japonês de 450 mil ienes.

1964 – A JICA locou ambulância para a remoção de pacientes graves.

1969 – Recebeu doação de um terreno na Vila Formosa de 3.000 m².

1970 – Inauguração do auditório Bunkyo-Enkyo, mediante escritura de comodato registrada em órgão competente.

1973 – Reconhecimento pelo Governo Federal Brasileiro como entidade de utilidade pública, contribuindo para o bem-estar da sociedade brasileira e com a construção do moderno Hospital Nipo-Brasileiro, havendo maior integração entre as duas nações. Ficou isenta do pagamento do INSS e demais encargos federais, recebendo subsídio do governo brasileiro e abatimento no Imposto de Renda do valor de contribuição.

1975 – Instalação da segunda sala de atendimento médico, equipada com endoscópio, aparelho de eletrocardiograma, aparelho de eletroencefalograma e serviços de fonoaudiologia.

1977 – Conclusão da reforma. O Ambulatório (no prédio do Bunkyo) tornou-se padrão de referência na comunidade nikkei, com 24 especialidades à disposição. São realizados no local exames laboratoriais, check-ups, exames periódicos para funcionários; são fornecidos atestados médicos, tratamentos odontológicos, psicológicos; terapeutas ocupacionais estão à disposição; atualmente são fornecidos atestados de saúde em japonês para os dekassegus, atendimento na área jurídica (questões familiares, pessoais, matrimoniais etc.).

1983 – Criou-se o Miaikai, para orientação, especialmente matrimonial.

1986 – O número de atendimento a nisseis ultrapassou o dos japoneses.

1987 – Procura do ambulatório pelos dekassegus devido à exigência do atestado de saúde em japonês. A

partir de 1991/92, famílias inteiras passaram a deslocar-se para o Japão, deixando aqui, doentes, idosos, filhos adolescentes que procuram serviços prestados pela Enkyo. Ex-dekaseguis que não se adaptaram no Japão são também atendidos.

1972 – Seguindo a legislação brasileira, modificou-se a razão social e o estatuto, passando a Enkyo a denominar-se Beneficência Nipo-Brasileira de São Paulo.

1978 – Recepção, em São Paulo, ao casal Príncipe Herdeiro Akihito e Princesa Michiko quando da visita da Comitativa Imperial durante as comemorações dos 70 anos da imigração japonesa no Brasil.

A partir de 1972 a Enkyo (agora denominada Beneficência Nipo-Brasileira de São Paulo) adequou-se ao atendimento da população nipônica e brasileira indistintamente.

Atividade atual da Enkyo:

A sede administrativa encontra-se à Rua São Joaquim, nº 381 – bairro da Liberdade, telefone (11) 3385-6600; fax (11) 3208-1914, local da sede do Bunkyo. Conta com cerca de 1.079 funcionários, 11.424 contribuintes mensais e 218 voluntários.

Fora da sede, atende nas Casas de Repouso e Asilos já mencionados.

Com o aumento da população idosa entre os descendentes dos japoneses no Brasil, incentivou-se, em conjunto com a Sociedade Beneficente D. José Gaspar, a criação de Associações da Terceira Idade, com eventos como “A semana da Terceira Idade em Setembro”, crescendo a preocupação de se criarem instalações para a assistência a idosos dependentes.

Movimento para a constituição do fundo Enkyo

Iniciado em 11-1-1965, para adequar-se aos altos custos com despesas médico-assistenciais, com meta de alcançar o montante de CR\$ 1.000.000,00, em 1970 atingiu a cifra de NCR\$ 1.170.000,00. Subsídios do governo japonês ao Enkyo variaram nesse período, mantendo-se a entidade com a ajuda de doações de pessoas físicas e jurídicas, filantropos japoneses (cita-se Roichi Jinnai) e fundações japonesas (uma delas presidida por Ryochi Sasakawa).

8.9 Beneficência Nipo-Brasileira da Amazônia¹³

8.10 Caravanas de médicos¹⁴

Atendimento médico no interior, seja por unidades móveis, seja por meio de caravanas, existiram desde o início das atividades assistenciais. Inicialmente pelos haken-i, seguindo-se pelo Dojinkai, SBC, Abenibra, Enkyo, UGC. Todas essas unidades tentaram, à sua época, socorrer as populações necessitadas de regiões distantes e carentes de serviço médico.

¹³ Ver seção 8.11.4, referente ao Hospital Amazônia.

¹⁴ BENEFICÊNCIA NIPO-BRASILEIRA DE SÃO PAULO, COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, MOTIDOME e OGUIDO

8.11 Hospitais

8.11.1 Hospital Santa Cruz¹⁵

Formalmente a Sociedade Japonesa de Beneficência no Brasil, Dojinkai, foi fundada em 9 de outubro de 1926, em São Paulo, embora já existisse, de fato, desde 1924.

Esta sociedade mantinha consultórios espalhados pelo Estado de São Paulo, com a unidade principal na Capital, onde alguns médicos provenientes do Japão trabalhavam junto com os formados no Brasil, brasileiros natos e descendentes de japoneses. Essas dependências tinham como finalidade inicial atender às necessidades médicas dos imigrantes japoneses, que eram inúmeras e variadas.

Contudo já havia plano para a construção de um hospital de japoneses no Brasil, tentando-se materializar um sonho almejado pelos primeiros imigrantes.¹⁶

A escritura de aquisição, em seu nome, do terreno de 14.100 metros quadrados, onde se situa o atual hospital, foi lavrada em 5 de agosto de 1926, levando à institucionalização da entidade. Isso foi conseguido com subsídio concedido pelo governo japonês, mas o plano ainda estava longe de se ver concretizado, apesar dos contínuos esforços empreendidos pela sua direção.

Com a chegada do Cônsul-Geral, Iwataro Uchiyama, em julho de 1931, o plano é retomado. Apesar de algumas polêmicas, o projeto alcança consenso, tendo sido constituída, em janeiro de 1933, uma comissão preliminar para estudar a possibilidade da construção do hospital.

A ideia de construir o hospital de japoneses foi recebida com grande expectativa, porque, além da dificuldade de conseguir vaga para internação nos hospitais existentes em São Paulo, os clientes japoneses tinham de enfrentar a enorme barreira da comunicação, por falta de conhecimento da língua portuguesa.

Convém lembrar que, na época, as comunidades italiana, alemã, portuguesa e inglesa já possuíam um hospital próprio bem equipado, em São Paulo, e que era colocado à disposição também dos demais povos.

No dia 8 de março de 1935, foi finalmente constituída a Comissão Pró-Construção do Hospital Santa Cruz, tendo como presidente o embaixador Setsuo Sawada.

Quanto ao orçamento, foi decidido que um terço das despesas necessárias seria angariado pela comunidade nikkei do Brasil.

A elaboração do projeto do hospital coube ao Dr. Kawata, que sucedeu o Dr. Takaoka, na presidência de Dojinkai, mas, devido ao seu súbito falecimento, essa tarefa recaiu sobre o Dr. Shizuo Hosoe. Ele procurou o Diretor do Departamento de Fiscalização da Construção Hospitalar para, sob esta orientação, desenvolver um projeto baseado em modelos hospitalares já então existentes.

O Hospital Santa Cruz foi o primeiro empreendimento nipo-brasileiro, construído antes da Segunda

15 COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL

16 Ver seção 8.5.7.

Guerra Mundial, que continua em pleno e vigoroso funcionamento até hoje. Seu projeto arquitetônico foi elaborado com a ativa participação do Prof. Rezende Puech, juntamente com o arquiteto Takeshi Suzuki e o engenheiro japonês Shintaro Sakamoto.

A execução da obra foi confiada ao engenheiro Takeshi Suzuji. Por fatores diversos o custo total da construção ultrapassou o orçamento inicial de 3.274 contos de réis, chegando a 4.979 contos de réis (995.85 ienes).

Dessa soma, a Família Imperial contribuiu com 50 mil ienes, o governo japonês, com 150 mil ienes e entidades e pessoas físicas japonesas chegaram a contribuir com 400 mil ienes. O restante foi coberto por japoneses residentes no Brasil, não só do Estado de São Paulo, como também dos residentes em outras localidades. Recebeu contribuições de quase todos os japoneses residentes no Brasil e conseguiu arrecadar aproximadamente 1.250 contos de réis.

Foi o empreendimento que mais uniu os japoneses aqui residentes, antes da guerra. No dia 18 de junho de 1933, data em que se celebrava os 25 anos da imigração nipônica no Brasil, foi lançada a pedra fundamental do nosocômio, depois daquela memorável campanha de arrecadação de fundos.

A sessão inaugural do Hospital Japonês (depois denominado Hospital Santa Cruz) se deu em 29 de abril de 1939, mas o início do atendimento hospitalar somente começou em 1940.

Tornou-se a maior instituição de assistência médica da comunidade japonesa.

O Hospital Santa Cruz é um importante edifício de seis andares, sendo um subterrâneo. Contém 9.692 m² de área construída, compreendendo 76 quartos, que abrigam 200 leitos. Na época, era um dos hospitais mais avançados no Brasil.

Foi um verdadeiro templo de medicina, construído antes da Segunda Guerra, com a união de força de toda a comunidade nikkei. Era então o mais completo do país quanto a equipamentos e instalações.

Com a construção do hospital, a razão social do Dojinkai, que passou a funcionar dentro de suas dependências, foi modificada para Sociedade Beneficente Santa Cruz.

No tocante à administração, a Comissão decidiu aceitar todos os que procuravam o hospital sem distinção de nacionalidade, assim como a atender gradativamente os necessitados, além de colocar-se à disposição das pesquisas médicas nipo-brasileiras.

Os dirigentes japoneses do Dojinkai da época escolheram o consagrado médico e professor doutor Benedito Montenegro, depois diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, como o primeiro Superintendente do Hospital Santa Cruz. Ilustres médicos brasileiros, como os doutores Alípio Correia Neto, José Maria de Freitas, Henrique Mélega, Antônio Prudente e Jesus Zerbini, trabalhavam ativamente no Hospital Santa Cruz, ao lado de japoneses como o doutor Shizuo Hosoe e Yoshinobu Takeda, e nisseis como Motoaki Higuchi, Katsuro Yagui, Maçahiro Samejima, Massaki Udiara, entre muitos outros, formando uma verdadeira escola de cirurgia de elevada importância para a medicina brasileira. Esses facultativos atuaram no hospital mesmo no período de Intervenção Federal, que durou de fevereiro de 1942 a novembro de 1944, e continuaram até no pós-guerra. Após 1944 houve a tentativa de devolver-se o hospital ao controle da colônia japonesa, contudo, as entidades consultadas não demonstraram interesse, nem tinham condições de assumir tal empreendimento.



Foto histórica à época da inauguração do Hospital Santa Cruz. Presença do Corpo Clínico, Enfermeiras, Funcionários e Diretores

Muitos dedicaram quase a totalidade de suas vidas profissionais para o Hospital Santa Cruz. Dirigentes nikkeis também participaram ativamente de toda a longa história do hospital, mesmo nos sombrios períodos da guerra.

8.11.1.1 Intervenção federal e destituição dos dirigentes japoneses

Devido à adesão do Japão ao eixo tripartite formado pela Alemanha e Itália, na Segunda Conflagração Mundial, o Brasil passa a considerar o Japão como um país inimigo a partir de 1942, ano em que é decretado o congelamento de todos os bens pertencentes ao povo de nacionalidades alemã, italiana e japonesa aqui radicados.

Assim, o Hospital Santa Cruz também foi confiscado pelo governo brasileiro em 1942, sendo despojados da administração todos os diretores japoneses e nomeado o interventor José Maria Freitas.

Foi o trágico fim da atividade de um hospital que demandou 14 anos até a sua conclusão desde a compra do terreno e, sobretudo, às custas do enorme sacrifício da colônia japonesa.

Em consequência do rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e Japão, o hospital passou à administração de outra entidade nacional, a fim de evitar o seu confisco pelo governo como propriedade de país inimigo. A situação se perpetuou e o hospital foi afastado das mãos dos japoneses.

8.11.1.2 Período pós-guerra

Terminado o conflito mundial houve várias tentativas de conseguir a participação mais ativa da comunidade nikkei no comando do Hospital Santa Cruz. Foram realizadas gestões junto a importantes instituições, como a Cooperativa Agrícola de Cotia e o Banco América do Sul, que já não mais existem, entre outras. Concluíram que a comunidade não tinha ainda o potencial econômico para sustentar um empreendimento do porte do hospital, sem contar com o suporte financeiro do governo japonês, que naquela ocasião, por razões óbvias, estava afetado pelo conflito mundial.

Nesse período, importantes contribuições foram feitas pelo Hospital Santa Cruz. O Hospital do Câncer praticamente nasceu nas suas dependências, com as lideranças de Carmem e Antônio Prudente.

O hospital foi o pioneiro nosocômio privado no atendimento da Previdência Social e isto causou transtornos quando seus recursos foram desviados para o financiamento da construção de Brasília, vindo a afetar, de certa forma, as finanças do hospital.

8.11.1.3 Retorno à comunidade

Só no início da década de 1990 é que se atingiu um acordo político estável que permitiu uma administração compartilhada do Hospital Santa Cruz, voltando a comunidade nikkei a participar mais ativamente da direção da instituição. Isto levou à elaboração do projeto de reforma e modernização do Hospital Santa Cruz, para ser implementado com sucesso. Com o decidido apoio de todos, a instituição voltou a figurar como um empreendimento de cooperação nipo-brasileiro dos mais destacados entre as instituições voltadas à promoção da saúde.

A nova direção projeta que novos passos voltarão a ser dados para impulsionar esta cooperação nipo-brasileira, ampliando a capacidade de atendimento de toda a comunidade com a expectativa da colaboração de todos.



8.11.2 Hospital Nipo-Brasileiro¹⁷

Até a década de 70, as entidades assistenciais médicas beneficentes criadas visavam ao atendimento de membros da comunidade japonesa. Isto era compreensível, pois foram as razões de suas criações. Esta ideia inicial foi sendo modificada para servir também à sociedade brasileira em geral, isto é, tornar-se entidade universal sem caráter racial ou religioso. Foram essas premissas que nortearam a construção do Hospital Nipo-Brasileiro.

O Hospital Nipo-Brasileiro teve os preparativos de construção iniciados em 15 de janeiro de 1984, com a compra pela JICA do antigo terreno do Centro de Imigração Tecno-Industrial e posterior doação para a edificação do nosocômio.

Em junho de 1985 realizou-se a assembleia geral da organização da Comissão de Construção do Hospital.

Com a contribuição do governo e de entidades privadas do Japão e total apoio da colônia nikkei, as obras começaram em junho de 1986. A cerimônia de inauguração realizou-se em 18 de junho de 1988, dia em que se celebrava o 80º aniversário da imigração, com a presença de Sua Alteza, o Príncipe Ayanomiya.

Em 19 de setembro do mesmo ano começou a funcionar.

O Hospital Nipo-Brasileiro conta com os seguin-



tes serviços: gastroenterologia, cirurgia, ortopedia, pediatria, ginecologia, neurocirurgia, geriatria, oftalmologia, otorrinolaringologia, dermatologia, urologia, anestesiologia, radiologia, exames clínicos, *check-up* médico, cardiologia, psiquiatria etc., num total de 23 clínicas. É um hospital policlínico. O custo da construção somou 5.020.000 dólares, incluindo-se 100 milhões de ienes do governo nipônico. Modernos e sofisticados aparelhos médicos, no valor de 2.900.000 dólares, se acham instalados, pagos com a colaboração de instituições oficiais e privadas japonesas.

O edifício do hospital tem um subterrâneo e sete andares; a área construída mede 8.162 m². Conta com 120 leitos, de modo que não entra na categoria de um hospital grande. Mas os aparelhos médicos modernos doados por entidades nipônicas e mais os adquiridos fazem-no situar-se entre os hospitais mais bem equipados do país. Cento e vinte médicos, enfermeiros e outros funcionários atendem os pacientes.

Como que ironia da história, quase ao mesmo tempo em que se inaugurava o Hospital Nipo-Brasileiro, começava um movimento pela recuperação do Hospital Santa Cruz (antigo Hospital Japonês) para a colônia japonesa. O estabelecimento fora colocado durante a guerra sob o controle do governo federal como propriedade de país inimigo e, por isso, sua posse havia escapado da organização nikkei, que o mantinha.

Todavia, esse movimento é independente das atividades da Beneficência que construiu o Hospital Nipo-Brasileiro.

Novo Hospital da SBC (Sociedade Beneficente Coopercotia). Situado na Vila Leopoldina, em São Paulo



8.11.3 Hospital da SBC (Sociedade Beneficente Coopercotia)

A Sociedade Beneficente Coopercotia (SBC) teve início em 1932 no Ambulatório da Cooperativa Agrícola de Cotia, no denominado Departamento de Saúde.

Chefiado pelo Dr. Yoshio Okumura, teve a orientação do Prof. Benedicto Montenegro e do Dr. João de Lourenço. Inicialmente visava ao atendimento de cooperados, funcionários e seus familiares.

Era uma época difícil para os imigrantes, pois poucos médicos falavam o idioma japonês. O problema era maior para os agricultores que residiam na periferia de São Paulo. Além do problema da falta de meios de transporte, ainda enfrentavam a dificuldade de comunicar-se com os médicos. Oficialmente a SBC foi fundada em 1935, com sua sede à Rua Cardeal Arcoverde, no bairro de Pinheiros, ao lado da sede da CAC. Este ambulatório, com o decorrer dos anos, foi ampliado, transformando-se em hospital,

com o aumento de suas instalações. A partir da década de 40, inicia-se o serviço de visitas itinerantes a localidades onde havia maior concentração de cooperados.

Em 1947, assumiu o cargo de chefe do Serviço Médico o Dr. Luís Tanigaki. Em 1950, o Dr. Yutaka Kubo assume o laboratório clínico.

Em 1º-3-1937, foi instalado o Serviço de Odontologia, inicialmente chefiado pelo Dr. Shohachi Kato, que veio, a convite, diretamente da Califórnia (EUA).

Em 1º-2-1997, foi inaugurado o novo Hospital SBC, no bairro da Vila Leopoldina, com modernas instalações e ampliação do atendimento.

8.11.4 Hospital Amazônia (Belém-PA)¹⁸

De grande importância, o pronunciamento do Sr. Junichiro Yamada foi feito por ocasião da inauguração da 1ª etapa da Nova Unidade do Hospital Amazônia, em 25 de novembro de 2001. Ele sintetiza as principais fases da história da evolução médica na região amazônica e por isso resolvemos transcrevê-lo na íntegra.

“Nesta solenidade de inauguração da 1ª Etapa da Nova Unidade do Hospital Amazônia, gostaria de fazer um importante registro, resgatando um pouco de memória desta Instituição, parte integrante da nossa história e que merece ser divulgada. Permitam-nos, pois, neste momento, reverenciar o nome de uma pessoa que, sem dúvida alguma foi quem conseguiu materializar um dos maiores anseios da comunidade nikkei e com ajuda desta, transformar um sonho em realidade, constituindo-se assim no grande incentivador, idealizador, fundador e o verdadeiro construtor dessa grande obra que é, hoje, a nossa Beneficência Nipo-Brasileira da Amazônia – a mantenedora do nosso Hospital Amazônia. Quero me referir, Senhoras e Senhores, ao Sr. Casimiro Noboru Yamanouthi, que já não está mais em nosso convívio terrestre, pois, deixou-nos em 30 de agosto do ano passado, com seus 93 anos e meio de idade. O Sr. Noboru Yamanouthi exerceu o cargo de Secretário Geral desta Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira (período de 1977 a 1981). A ele, muito devemos e agradecemos pelo suor que aqui depositou, não medindo esforços para que os objetivos desta Entidade fossem alcançados. Pela sua valiosíssima parcela de contribuição dedicada em prol de seus concidadãos, recebeu como prova de tão grão reconhecimento diversas manifestações de apreço de autoridades oficiais, entre as quais a Medalha do ‘Sol Nascente – 6º Grau’ conferida pelo Imperador Hiroito ao completar seu septuagésimo aniversário.

A Beneficência Nipo-Brasileira da Amazônia nasceu para suprir a deficiência na área de saúde e permitir um atendimento mais efetivo à nossa comunidade. Nas diversas reuniões e ‘bate-papos’ o Sr. Yamanouthi, sempre presente, insistia e levantava a questão de que havia a necessidade de fazermos alguma coisa para que os japoneses e seus descendentes pudessem ter uma assistência mais adequada, pois, como ele sempre dizia: ‘Nós,

18 YAMADA.

japoneses, nossas esposas e nossos filhos não temos onde cair morto’. Assim falava o Sr. Yamanouthi, porque tinha vivido experiência própria face aos acontecimentos em sua própria família, quando teve que mandar seu filho Aretmio para o Hospital das Clínicas, em São Paulo, pois havia sofrido um desastre de moto ficando paraplégico e sem condições de tratamento, em Belém (e relembrar como eram limitados os recursos médicos, em Belém, naquela época – final da década de 50 e início dos anos 60 –, onde as nossas referências maiores eram o Pronto-Socorro Municipal e a Santa Casa de Misericórdia). Foi aí que o nosso também inesquecível Kotaro Tsuji, presidente da Associação Pan-Amazônia (Nippaku Kyokai) – período 1958 a novembro de 1970 – delegou ao inseparável amigo, Sr. Noboru Yamanouthi, a árdua missão de contatar todos os japoneses da Região Amazônia a fim de colocar em prática a tão sonhada Assistência.

Deste modo, com os recursos financeiros arrecadados junto à Comunidade Nikkei da Amazônia (das capitais e dos municípios do interior), sob a coordenação do Sr. Yamanouthi, a Associação Pan-Amazônia pôde construir o primeiro ambulatório, iniciando-se a materialização deste sonho. Seu primeiro médico foi o Dr. Konda e logo em seguida o Dr. Toda, ambos, auxiliados pelos enfermeiros Júlia Takada Fonseca e Alcino Gonçalves.

A partir daí, somaram-se a este esforço, a ajuda de entidades japonesas e demais órgãos governamentais, tornando-se uma obra irreversível e de suma importância para todos.

Com o crescimento das atividades, a Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira, teve que desvincular-se dessa função médico-social, adotando as providências necessárias para a criação de uma outra entidade, específica para prestar assistência de saúde e social aos japoneses, seus descendentes e brasileiros, nos estados do Pará, Amapá, Maranhão e Piauí. Assim, nasceu a Associação de Assistência Aos Imigrantes Japoneses da Amazônia (AAIJA), a qual foi oficializada em 26 de janeiro de 1965, denominação que perdurou até 02 de junho de 1974, quando mudou sua razão social para Beneficência Nipo-Amazônia como, até hoje, é conhecida.

Com a ajuda do Governo Japonês da JAMIC, chegavam a Belém os primeiros médicos para nos ajudar na construção deste ideal. Tivemos assim, inicialmente, os que voltavam da especialização no Japão: Dr. Keigo Katayama (jan.-maio/66); Sumio Ito (jun./66 até hoje) e Mikihiro Ikeda (ago./67 até hoje).

Outros nisseis da Amazônia foram se formando (em Medicina) e, incentivados com as articulações do Sr. Yamanouthi junto ao Governo Japonês e do Brasil, puderam especializar-se em diversas modalidades e construir, ao lado de Ito e Ikeda (hoje, mais paraenses que paulistas), um corpo clínico da mais alta competência na Região Norte. Neste contexto podemos citar entre os mais antigos: Dr. Henrique Oti; Dr. Taro Hoshjino; Dr. Teichi Oikawa; Dr. Takuo Koyama; Dr. Artur Yokoyama; Dr. Yuji Ikuta; Dra Helena Sawada; Dr. Paulo Onuma; Dr. Akinori Muto; Dra. Kawamura e outros (perdoe-nos os que, por um lapso de memória, neste momento, deixaram de ser citados).

Referida equipe iniciou seus trabalhos no primeiro prédio do Hospital Amazônia, construído sob a responsabilidade técnica do nissei paraense Engenheiro Lauro Inaga-

ki e concluído, em 1969 – fruto do incansável trabalho por Kotaro Tsuji e Yamanouthi na APANB e das primeiras Diretorias do Enkyo presididas pelos Srs. Shiro Toda (1965/66), Noburu Abe (1967/68) e Ryoze Emura (1969/70).

Coube a mim, exercer a Presidência desta casa no período seguinte (1971 a 1978), época em que ainda estávamos muito sentidos com a perda de uma das maiores lideranças da nossa comunidade japonesa, o Sr. Kotaro Tsuji, falecido em 25 de novembro de 1970 – completando, portanto, hoje, data em que inauguramos mais uma Unidade deste Hospital, exatamente, 31 anos de falecido.

Durante esse período, em que tive a satisfação de dirigir esta casa, ocorreram algumas conquistas significativas como a de vermos, nossa entidade, ser considerada de Utilidade Pública, tanto pelo Estado (Lei 4.385 de 22-5-72) como pelo Município (Lei 6.890 de 24-5-72) e, também, em 02 de junho de 1974, realizarmos a transformação da AAIJA (Associação de Assistência aos Imigrantes Japoneses da Amazônia), na atual Beneficência Nipo-Amazônia – dando a esta, novas condições para que pudesse crescer e melhor desenvolver suas atividades.

A partir de então, intensificamos a busca de recursos para a construção do segundo prédio do Hospital Amazônia – cabendo destacar, entre outros, o apoio recebido por meio da Fundação Japão (ex-Nihon Senpaku Shinkokai) e do nosso estimado ‘amigo da Amazônia’ Deputado Saburu Chiba, e, desta forma, poder inaugurá-lo no ano em que completávamos os 50 anos da Imigração Japonesa na Amazônia (1979), já na Administração que me sucedeu, presidida pelo Sr. Hajime Owtake (1979/1990).

Após Owtake-San, vieram os intensos trabalhos de outras diretorias presididas pelos Srs. Fukuichi Kitagawa (1991/92 e ago. 94/96), Akihiro Okamoto (1993 a jan. 94), Ichitaro Ishihara (1997/98), Shigetoshi Tsutsui (1999/2000).

Hoje, sob a Presidência do Sr. Joichi Hayashi, estamos inaugurando o terceiro prédio do nosso Hospital Amazônia. São mais de 46 leitos que, nesta primeira etapa, estão sendo disponibilizados à sociedade amazonense e, em breve, outros 46, os quais somados aos existentes (47) totalizarão 139 leitos. Uma nova UTI. Um novo bloco cirúrgico etc., ao lado de um Corpo Clínico composto de 59 médicos autônomos e 184 empregados (médicos, enfermeiros e outros). É, pois, Senhoras e Senhores, um orgulho para todos nós. Belém e todo o Estado do Pará estão de parabéns, acabamos de ganhar mais um acervo patrimonial a serviço da nossa população.

Finalizando, gostaria de externar a minha satisfação pessoal, em poder presenciar e participar deste momento histórico, porquanto, este evento, é uma prova incontestável de que os esforços despendidos pelos nossos antepassados não foram em vão. Temos a certeza de que pessoas como o Sr. Noboru Yamanouthi, Kotaro Tsuji e tantos outros que já nos deixaram, se aqui estivessem, estariam muito orgulhosos e gratos a todos aqueles que de uma ou outra forma contribuíram para a realização desta tão importante obra.”

8.12 Outros hospitais e entidades que tiveram a participação da comunidade nikkei

8.12.1 Hospital Saburo Sugisawa

O referido hospital originou-se de um consultório particular denominado Clínica Sugisawa, situada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

8.12.2 Hospital Paraná

É a atual denominação do antigo Hospital São Francisco, situado na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

8.12.3 Importância da União dos Gakusseis de Curitiba no setor médico

O Estado do Paraná abriga a segunda população nikkei do Brasil. Tentaremos resgatar alguns aspectos médicos desta comunidade, baseado no livro *A Saga dos Japoneses no Paraná*, de Homero Oguido.

A ideia de criar uma União dos Gakusseis de Curitiba (UGC) nasceu no dia 18 de setembro de 1948, na casa do estudante Nobuo Fukuda. Nesse dia, foi formada uma comissão organizadora presidida pelo terceiranista de Medicina Yoshikita Kanashiro, que convoca a 1ª Assembleia Geral Extraordinária para o dia 4 de abril de 1950. A finalidade da nova entidade seria a de promover maior intercâmbio cultural, esportivo e social entre os nisseis, e destes com a comunidade em geral. Na sequência, em virtude do grande volume de atividades, foi eleita provisoriamente uma nova diretoria, conselho fiscal e comissão para elaborar os estatutos. Além de Kanashiro, outro estudante destacou-se dentro da entidade por seu idealismo: Kozo Kassai. Esta entidade foi de fundamental importância para o estado contribuindo para os fatos que ocorreram, a partir da sua fundação, como veremos a seguir. Ela serviu de abrigo a estudantes advindos não só do Paraná como também de fora. A finalidade primeira era de promover maior intercâmbio cultural, esportivo e social entre os nisseis e destes com a comunidade brasileira. Nesta época, destacou-se a figura de Kozo Kassai, de nacionalidade japonesa, que se naturalizou brasileiro e muito contribuiu para o desenvolvimento da entidade. Posteriormente, em 1995, por iniciativa do Dr. Toshio Igarashi, diretor médico, a UGC deu início às Caravanas Científicas pelo interior do estado. Ele liderou grupo de estudantes com o objetivo de auxiliar as pessoas carentes. Os de medicina prestando assistência sanitária, os de engenharia formavam e comandavam mutirão para a construção de abrigos populares, os da área de direito davam assistência jurídica etc. Foram os verdadeiros precursores do Projeto Rondon.

De Curitiba, os Gakusseis espalhavam-se por todas as regiões do interior paranaense, levando sua contribuição às populações carentes. E esse trabalho todo foi inspirado na criatividade de Toshio Igarashi, então estudante de Medicina na UFPR. A história da vida deste homem pode muito bem explicar essa sua dedicação e espírito filantrópico.

A primeira Caravana deu tão certo que, no ano seguinte, quase uma centena de estudantes engrossaram suas fileiras.

Na história da UGC, destacamos outro médico que participou da sua criação, o Dr. Yoshikiti Kanashiro, um autêntico líder, de ideias democráticas. Foi um dos principais responsáveis pelo surgimento da UGC, como vimos, um marco importante para a história dos japoneses e seus descendentes no Paraná. Foi o responsável pela elaboração dos estatutos. A confirmação do espírito de liderança de Kanashiro aconteceu logo nos primórdios da entidade, quando foi apontado presidente da comissão formada para estruturar e organizar a futura agremiação estudantil.

Mais tarde, foi o segundo presidente eleito da UGC, na sucessão de Américo Sato, o primeiro dirigente da entidade já constituída. Logo a seguir, formado médico, teve que deixar o quadro associativo, reservado exclusivamente a estudantes secundaristas e de nível superior.

Mais tarde ocupou o cargo de Oficial de Gabinete da Secretaria de Educação.

8.13 Odontologia¹⁹

8.13.1 Generalidades

Um século transcorreu desde que os primeiros imigrantes japoneses aportaram em terras brasileiras. Gerações se sucederam, a comunidade cresceu e integrou-se no seio da sociedade, dando sua valiosa contribuição em múltiplos aspectos.

Profissionais de várias áreas destacaram-se em atividades socioeconômico-culturais. Artistas, médicos, dentistas, docentes, industriais, cientistas, comerciantes, políticos, técnicos, agricultores e tantos outros imprimiram marca indelével na formidável caldeira étnica do povo brasileiro. O assunto é de uma abrangência enorme. Nossa intenção consiste apenas em direcionar o enfoque à área da Odontologia, buscando traçar um painel cronológico quantitativo e qualitativo.

No início da imigração, tudo era incipiente no país; o Brasil ainda engatinhava na formação da mão de obra. Os primeiros isseis aprenderam pela prática e por isso foram chamados de dentistas práticos. Por falta de profissionais especializados, o Governo Federal autorizou que exercessem a profissão aqueles estrangeiros que já moravam há mais de 10 anos no país. Assim, vários isseis obtiveram a permissão para trabalhar como dentistas práticos.

O início para eles, como para os demais imigrantes, foi, sem dúvida, difícil, considerando-se as diferenças culturais e as dificuldades econômica e linguística.

Gradativamente esses profissionais destacaram-se como dentistas habilidosos que atuavam com técnica, ética e responsabilidade, delineando o perfil dos dentistas nikkeis, lastreado na honestidade, competência e dedicação.

Dentre os primeiros profissionais, é interessante citar o Dr. Hiroyuki Hayashi, diplomado pela Univer-

¹⁹ Este subitem contou com a colaboração de Minoru Masaoka e de Koto Nakae, ambos odontólogos de renome.

sidade de Keiyo de Tokyo. Ele veio inicialmente para a Amazônia e depois chegou a São Paulo, dedicando-se não apenas à profissão, mas também à divulgação de seus ideais espirituais, tanto que fundou a Igreja Metodista Livre e sua obra frutificou em 16 igrejas, buscando proporcionar conforto espiritual aos imigrantes.

Não podemos deixar de citar o primeiro nikkei formado pela Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo (FOUSP), Dr. Ken Sugaya, em 1937, seguindo-se Noboru Hossokawa (1941), Massakatsu Fujita (1943), Paulo Takara e Diogo Nomura (1945). A primeira representante do sexo feminino foi a Professora Dra. Sunao Taga Tamaki, em 1953. Ela também foi a primeira professora a ocupar o cargo de Professora Titular da Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo.

8.13.2 A participação de odontólogos nikkeis em vários setores da atividade

A carreira universitária trouxe novos horizontes, fazendo surgir, entre os nisseis, nomes que se sobressaíram na docência, nas publicações de artigos científicos, nas conferências e nos cursos no país e no exterior.

A carreira do professor universitário não se restringiu ao ensino técnico e científico. A eles coube o privilégio de ajudar a moldar a mente e o comportamento dos estudantes perante a sociedade. Enorme é a satisfação de um mestre de poder contribuir para a formação dos alunos, recebendo, em troca, reconhecimento e carinho.

Podemos citar alguns, entre os vários, docentes nikkeis da Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo:

Prof. Dr. Titular Tadashi Tamaki, da Disciplina de Prótese Total;
 Profª. Dra. Titular Sunao Taga Tamaki, da Disciplina de Prótese Total;
 Prof. Dr. Titular Issao Miyake (*in memoriam*), da Disciplina de Odontopediatria;
 Prof. Dr. Livre-Docente Tadaaki Ando (*in memoriam*), da Disciplina de Odontopediatria;
 Prof. Dr. Livre-Docente Mitio Miura, da Disciplina de Dentística;
 Prof. Dr. Titular Tetsuo Saito, da Disciplina de Prótese Fixa;
 Prof. Dr. Livre-Docente Mário Ueti, da Disciplina de Prótese Fixa;
 Prof. Dr. Kaname Matsura, da Disciplina de Prótese Fixa;
 Prof. Dr. José Massaru Hirata (*in memoriam*), da Disciplina de Prótese Fixa;
 Prof. Dr. Titular Ii-sei Watanabe, da Disciplina de Anatomia;
 Prof. Dr. Koto Nakae, da Disciplina de Periodontia;
 Prof. Dr. Norberto Nobuo Sugaya, da Disciplina de Semiologia.

O Prof. Dr. Tadashi Tamaki foi, por três vezes, o vice-diretor da FOUSP. Foi o primeiro nissei a obter o título de docência e de Professor Emérito. Ele criou o primeiro curso de pós-graduação no país. Junto com a Profª. Dra. Sunao Taga Tamaki, publicou manuais e livros na área, além de desenvolver aparelhos e instrumentos que facilitaram a formação profissional. Fundou três Federações de Kendo (paulista, brasileira e sul-americana).

O Prof. Dr. Issao Miyake (*in memoriam*) foi o primeiro nissei a ocupar o cargo de Diretor da Faculdade de Odontologia da USP.

Dentro da sociedade paulistana podemos destacar alguns nomes, como:

Dr. Satoru Tominaga, como clínico geral;
 Dr. Minoru Massaoka, como clínico geral;
 Dr. Ruy Hizatugo, como endodontista;
 Dr. Mituo Nakao, como ceramista;
 Dr. Koto Nakae, como periodontista;
 Dr. Zeferino Yutaka Miyamura, como ortodontista;
 Dra. Kaeco Okayama Ueno, como protesista;
 Dr. Mitio Miura, como clínico geral;
 Dr. Mário Ueti, como protesista;
 Dr. Tetsuo Saito, como protesista;
 Dr. Kaname Matsura, como protesista. Este conceituado profissional ajudou muitos iniciantes na profissão, destacando-se também como esportista na área do beisebol.
 Dr. Noboru Imura, como endodontista.
 Não temos o número exato de cirurgiões-dentistas nikkeis no Brasil, porém, estimamos que oscila em torno de 20 mil.

Na política, não poderíamos deixar de citar o colega Dr. Diogo Nomura, vereador em Marília, deputado estadual por duas legislaturas e cinco vezes deputado federal. Na Câmara Federal foi vice-presidente da Comissão da Amizade Brasil-Japão, foi presidente da Comissão de Relações Exteriores e exerceu muitas outras atividades.

Dentro da atividade associativa, temos que destacar o Dr. Ziro Yanaguimori. Por sua dedicação, foi eleito vice-presidente da Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas Central (APCD Central).

Dr. Minoru Massaoka foi representante da *Clinical Research Associates* no Brasil, que faz pesquisa de produtos odontológicos.

No Conselho Regional de Odontologia de São Paulo – CROSP – o Dr. Minoru Masaoka foi eleito por quatro mandatos como Conselheiro, prestando relevantes serviços à classe odontológica paulista. Em dezembro de 1995, durante as comemorações do Centenário da amizade Brasil-Japão, o CROSP homenageou com o diploma de honra ao mérito vários colegas nisseis, tendo sido encarregado desta homenagem o Dr. Roberto Migueta, pertencente à diretoria da APCD.

8.13.3 A Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas (APCD)

O grande motor da ascensão técnico-científica e socioeconômica dos dentistas foi a Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas (APCD), a qual, por meio da organização de congressos, feiras, cursos, conferências e das contribuições mensais dos associados, conseguiu gerar recursos para a construção da sede própria. Os departamentos da APCD, a Escola de Aperfeiçoamento Profissional (EAP) e o Departamento da Comissão Científica foram outros setores que deram a sua grande contribuição. Vários dentistas nisseis foram membros da diretoria da APCD, assim como outros deram aulas e cursos na EAP por mais de 10 anos. Além da central, temos várias regionais em diversos bairros e cidades do interior, com participação ativa dos nisseis. Esta associação, com 40.000 filiados, sem nenhum auxílio governamental, construiu uma das maiores e mais modernas sedes do mundo. Em terreno de 5.200 m² foram edificadas 22.000 m² de área construída. Abriga o Museu de Odontologia, com o acervo de equipamentos e peças utilizados pelos primeiros dentistas. O museu homenageou vários profissionais que contribuíram para

o engrandecimento da odontologia, entre os quais se incluem alguns colegas nisseis. Foram dimensionadas várias salas para dar cursos, adaptadas às diversas especialidades. Aproximadamente 5.000 pessoas carentes são atendidas mensalmente, em seus 120 consultórios, em procedimentos de urgência, odontogeriatrica, implantes e todas as outras especialidades. Muitos pacientes, de modo geral os idosos, perderam os dentes devido ao fator econômico, genético e cultural. No passado, muitos tinham inclusive medo de frequentar os consultórios dentários. Atualmente, as modernas técnicas e os implantes dentários podem viabilizar a possibilidade de uma melhora muito grande na capacidade mastigatória e na aparência estética. Pacientes com mais de 80 anos fazem implantes, obtendo uma melhor qualidade de vida.

A associação desenvolve também outras atividades, promovendo reuniões sociais, prática de esportes e turismo. Está construindo a colônia de férias às margens da Represa Jurumirim, com espaço de lazer completo, inclusive complexo aquático, com 200 apartamentos. Foi reservada especialmente uma área de 2.000 m² para os dentistas da terceira idade, visando a oferecer um amparo residencial e social para aqueles que ficaram necessitados ou foram abandonados pela família.

O 1º Congresso Paulista de Odontologia foi promovido pela APCD, em 1957, na Galeria Prestes Maia. Os congressos cresceram, elevando-se a âmbito internacional, e suas feiras têm atraído várias firmas estrangeiras, tornando-se um dos maiores eventos em escala mundial. Em 2007, completamos 50 anos de congressos, na sua 25ª edição, além de ser um dos maiores congressos mundiais de odontologia. Vários nisseis fizeram parte da cúpula da organização e muitos deles foram convidados para dar cursos e conferências, durante os eventos, com duração de uma semana. Hoje em dia, além da APCD, várias faculdades, associações de classes e organizações comerciais promovem cursos e congressos durante o ano todo.

8.13.4 Considerações finais

Reportando-se à época em que os primeiros isseis atuaram na odontologia, quando era corrente o conceito da extração dentária para fazer dentaduras e ainda se utilizava o precário motor elétrico, pode-se constatar o gigantesco salto qualitativo-científico atingido com o advento dos implantes dentários. Várias áreas da odontologia estão conectadas a computadores, como raio-x digital de consultório, panorâmica digital que utiliza pouca radiação e tomografias computadorizadas.

Moldagens de blocos, coroas, pontes fixas são escaneadas, como no caso do ProCera, cujos dados são enviados via Internet aos laboratórios e seus computadores se encarregam de conceber a infraestrutura em cerâmica sem metal, bem como em alumina, zircônia, e as peças sem solda, tornando as peças mais leves e estéticas. A presença do *laser* em odontologia já é uma realidade, com bons resultados no clareamento dental, cirurgia e laserterapia.

Nas áreas onde não há altura óssea para a colocação de implantes, temos o recurso dos enxertos ósseos.

Técnicas de regeneração óssea guiada são utilizadas para formação óssea em determinados locais. Na correção de dentes (ortodontia), estão começando a utilizar a técnica *invisalign*, que consiste em escanear a moldagem. Os dados são enviados aos laboratórios dos Estados Unidos, via Internet, e os laboratórios idealizam uma série de placas, que são colocadas na boca do paciente e vão sendo substituídas, sucessivamente, à medida que os dentes vão mudando de posição, até que se normalize o posicionamento, evitando-se assim utilizar os *brackets*.

Nos consultórios utilizam-se técnicas de sedação por via respiratória ou química para maior conforto e evitar estresse nos pacientes.

A odontologia continuará sem dúvida evoluindo rapidamente, como as outras profissões, e novos colegas virão fazer parte da comunidade odontológica.

Referências Bibliográficas

BENEFICÊNCIA NIPO-BRASILEIRA DE SÃO PAULO. **História de 40 anos da Beneficência Nipo-Brasileira de São Paulo**. São Paulo, 1999.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. **Uma Epopeia Moderna: 80 anos da Imigração Japonesa no Brasil**. Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa. São Paulo: Hucitec, 1992.

MOTIDOME, Mário. *Abenibra e sua participação no movimento de reintegração do Hospital Santa Cruz*. Discurso proferido por ocasião da reintegração do Hospital Santa Cruz. *Anais da Associação Beneficente Nipo-Brasileira* – 1991.

OGUIDO, Homero. **De imigrantes a pioneiros: a saga dos imigrantes japoneses no Paraná**. 2. ed. Londrina: Gráfica Ipê, 1988.

SAITO, Hiroshi. **O japonês no Brasil: estudo da mobilidade e fixação em São Paulo**. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política, 1961.

UDIHARA, Massaki. **Um médico brasileiro no front: o diário de Massaki Udihara na II Guerra Mundial**. Imprensa Oficial do Estado e Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil. São Paulo: Hacker Editores, Editora Narrativa Um, 2002.

KOMATSU, Roque. **Enkyo – Beneficência Nipo-Brasileira de São Paulo: Setor de Assistência**. *Anales Del VII Encuentro Latino Americano de Ex Becarios del Gaimusho*, México, 2001.

KIHARA, Eduardo. **Comunicação pessoal e cessão de documentos e arquivos**. São Paulo, 2006.

SAITO, Hiroshi. **Alguns aspectos da mobilidade dos japoneses no Brasil**. Kobe Economie and Business Review, 6th, *Annual Report*, 1959.

YAMASHIRO, José. **Trajetória de duas vidas: uma história de imigração e integração**. Aliança Cultural Brasil-Japão: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros. Edição Comemorativa do Centenário da Amizade Brasil-Japão. São Paulo: Bartira Gráfica e Editora, 2006.

YAMADA, Junichiro. **Pronunciamento proferido por ocasião da Inauguração da Nova Unidade do Hospital Amazônia**. Belém (Pará), em 25 de novembro de 2001.

O fenômeno dekassegui: passado, presente e futuro

9

9. O fenômeno de kassegui¹: passado, presente e futuro



Masato Ninomiya²

Professor-Doutor do Departamento de Direito Internacional da Faculdade de Direito e do Curso de Letras da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Tradutor público juramentado das línguas japonesa e inglesa. Professor Visitante na Faculdade de Direito da Universidade de Tóquio (desde 1991) e esporadicamente em outras universidades japonesas. Diretor de Cursos e Conferências do Instituto de Direito Comparado Brasil-Japão e Presidente do CIATE – Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior, desde 1992.

9.1 Antecedentes do fenômeno de kassegui

A imigração japonesa para o Brasil teve início em 1908, com a chegada do navio Kasato-Maru ao porto de Santos. De um total de aproximadamente 250.000 imigrantes japoneses, chegaram ao Brasil, até o período anterior à Segunda Guerra Mundial, cerca de 190.000 pessoas, e 60.000 no período posterior. Tendo se estabelecido no Brasil devido a diversos fatores, este contingente de imigrantes multiplicou-se por meio de seus descendentes, atualmente na quinta geração, e conta com aproximadamente um milhão e quinhentas mil pessoas.

O desenvolvimento e a assimilação da comunidade nikkei à sociedade brasileira ocorreram por meio de um processo marcado por dificuldades devido a diferenças culturais, a modos divergentes de pensar, bem como aos problemas de aprendizagem da língua portuguesa.

De outro lado, alguns fatores foram decisivos e contribuíram definitivamente para a assimilação dos imigrantes japoneses que, além do trabalho, inicialmente na lavoura e depois nos diversos segmentos da sociedade, deram ênfase à educação dos filhos, o que lhes permitiu o ingresso em cursos superiores, fato que já ocorria no momento em que se comemoravam os vinte e cinco anos da chegada dos primeiros imigrantes. Era possível ver nomes de japoneses no corpo discente da Universidade de São Paulo, à época de sua criação, em 1934, o que se tornou factível em virtude da gratuidade do ensino, aliado à existência no Brasil de cursos noturnos em todos os níveis. Desta maneira, houve uma rápida ascensão social dos nikkeis na sociedade brasileira, determinada em consequência da educação superior.³

Outro fator preponderante para a fixação dos imigrantes japoneses no Brasil foi a eclosão da guerra, que impossibilitou o sonho de retorno. A posterior derrota do Japão ocasionou um verdadeiro caos no seio da

¹ O termo “de kassegui” foi incorporado ao vernáculo, configurando nos conceituados Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa e Novo Aurélio como “decasségui”. Entretanto, com o propósito de manter a uniformidade de termos utilizados neste livro, preferiu-se manter a grafia antiga.

² O autor faz público o seu agradecimento à Dra. Aurea Christine Tanaka pela revisão do presente texto.

³ Esta é uma das conclusões da tese de doutoramento de Ruth Cardoso, *Estrutura familiar e mobilidade social*.

colônia japonesa, que ficou dividida entre os que acreditavam na vitória do país de origem e aqueles que tinham consciência da derrota. A confusão foi se acalmando aos poucos e a conscientização da derrota fez com que os japoneses fossem obrigados a tomar a decisão de se estabelecerem definitivamente na terra de adoção.

Com o reatamento das relações diplomáticas em 1952, reiniciou-se a imigração no período pós-guerra. Contudo, se por um lado alguns acontecimentos favoreceram a recuperação econômica japonesa, como a eclosão das guerras na Coreia e no Vietnã, a realização dos jogos olímpicos de Tóquio, dentre outros, houve uma progressiva diminuição no número de emigrantes a partir de 1962, dada a crescente oferta de empregos. O último navio de emigração, o Nippon-Marú, chegou a Santos em 27 de março de 1973, trazendo 135 passageiros. Depois disso, embora a emigração tenha continuado por via aérea, o número reduziu-se de tal forma a chegar a um dígito por ano na década de 1980, até que a Agência de Cooperação Internacional do Japão – JICA, órgão executor da política de emigração japonesa, anunciou em 1993 o encerramento dessa atividade, continuando apenas a dar apoio a alguns projetos, como bolsa de estudos para os filhos dos imigrantes e cooperação técnica para o governo brasileiro.⁴

A partir da segunda metade da década de 1950, assistiu-se também à vinda de empresas japonesas para o Brasil, com o objetivo de desenvolver o comércio exterior, assim como atividades industriais, nas áreas siderúrgica, naval, automobilística, têxtil, mecânica, de alimentos etc. A década de 1970 passa a ser conhecida na história do relacionamento bilateral como os anos dourados da cooperação nipo-brasileira, que infelizmente sofreu um revés com a decretação da moratória da dívida externa brasileira em 1982.

As negociações para obter o reescalonamento da dívida levaram mais de 10 anos, tendo sido realizadas em Nova Iorque com banqueiros internacionais e em Paris, no chamado Clube de Paris, com os países credores. Os anos 80 foram considerados como sendo a “década perdida no Brasil”, pois a existência de diversas outras questões conjunturais acarretou uma onda desenfreada de inflação, recessão, desemprego, planos de reestruturação com diversos choques heterodoxos que resultaram em toda sorte de infortúnios para a população brasileira.⁵

O Japão experimentava, nesta mesma época, uma era de euforia econômica que mais tarde passou a ser chamada de “bolha econômica”, em razão de ela ter posteriormente estourado como uma verdadeira bolha de sabão. Durante o período da bolha, contudo, a prosperidade parecia não ter fim. As especulações ocorriam em todos os segmentos da economia, tendo começado no setor imobiliário, para o qual os bancos não hesitavam em conceder créditos desde que os imóveis os garantissem. Houve uma onda desenfreada de aquisição de obras de arte, de imóveis e de empresas, tanto no Japão como no exterior, que terminou com a constatação de que as hipotecas não valiam tanto quanto tinham sido anteriormente avaliadas. E então, o mundo econômico japonês sofreu uma profunda transformação, a começar pelos próprios bancos, que foram os primeiros responsáveis pela “bolha”. Atualmente, não existe nenhum banco com a mesma razão social de outrora ou, quando muito, pode-se observar a manutenção de nomes de dois ou três bancos antigos, que se associaram para continuar suas atividades. E a década de 1990, em que houve o estouro da “bolha”, é considerada a “década perdida” dos japoneses.

4 Para mais informações sobre a imigração japonesa para o Brasil, ver Comissão de Elaboração da História dos 80 Anos da Imigração Japonesa no Brasil, *Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*.

5 Sobre a vinda das empresas japonesas e a questão de renegociação da dívida, ver Paulo Yokota, *Fragmentos sobre as relações nipo-brasileiras no pós-guerra*.

Pode-se dizer, assim, que, quando os japoneses dispuseram de recursos para investir maciçamente no exterior, na década de 1980, o Brasil já não figurava mais como um dos destinatários de seus investimentos. Assistiu-se, então, a um grande fluxo de investimento japonês nos Estados Unidos, na Europa e na Ásia, especialmente na China. E quando o Brasil retornou ao mercado financeiro internacional, após renegociar e reescalonar suas dívidas, foi a vez de o Japão entrar em recessão, cuja recuperação somente se deu nos primeiros anos do século XXI. Diz-se, assim, que tanto o Brasil como o Japão amargaram duas décadas perdidas.

Durante a euforia econômica do Japão na década de 1980, foi possível observar a crescente concentração de mão de obra no setor terciário, uma vez que os jovens passaram a preferir trabalhar em ambientes confortáveis, evitando assumir os trabalhos conhecidos como 3K (*kitsui*, *kitanai*, *kiken*). Eram os trabalhos árduos, sujos e perigosos, executados no chão de fábrica, principalmente das pequenas e médias empresas, fabricantes de peças ou colaboradoras das grandes indústrias japonesas. Estes segmentos das indústrias passaram a sofrer de carência de mão de obra e diz-se que houve até empresas que chegaram a falir, não pela falta de encomendas, mas pela falta de operários que pudessem trabalhar para cumprir os prazos dos pedidos.

Devido à impossibilidade de trazer mão de obra estrangeira não qualificada, uma vez que a lei japonesa proibia a entrada deste tipo de trabalhador, proibição ainda existente, os empresários lembraram, então, dos emigrantes que outrora haviam deixado o país, principalmente em direção aos países da América do Sul, onde a maioria estaria passando por momentos de dificuldades econômicas.⁶

Foi assim que começaram a surgir, na década de 1980, anúncios de oferta de empregos no Japão, nos classificados dos três principais jornais em língua japonesa que circulavam em São Paulo.⁷ Tinham inicialmente como alvo os japoneses ou aqueles que tivessem dupla nacionalidade, por terem nascido no Brasil (critério do *jus soli*)⁸ e terem sido registrados no consulado japonês, por serem filhos de japoneses (critério do *jus sanguinis*).⁹

Com a demanda cada vez maior de mão de obra, o recrutamento logo se estendeu para os filhos e parentes, mesmo que tivessem somente a nacionalidade brasileira. Eles ingressavam no Japão com visto de curta permanência, como turistas, ou estudantes e como a lei não permitia e nem permite que os portadores destes vistos trabalhem, solicitavam a mudança do visto para visto de visita a parentes, dentre outras possibilidades que lhes permitiam ficar no Japão. A concessão desses vistos baseia-se no poder discricionário das autoridades de imigração, que os concedem em nome do Ministro da Justiça. Ainda que as autoridades neguem peremptoriamente, fala-se que à época teriam recebido solicitações diretas das empreiteiras e agências de emprego, de parlamentares que representavam os interesses das indústrias sediadas nos respectivos distritos eleitorais e de entidades patronais que careciam de mão de obra.

Observando-se o número de vistos concedidos pelo Consulado-Geral do Japão em São Paulo, responsável, à época, pela emissão de mais de 70% dos vistos concedidos, verifica-se que a concessão de vistos até 1987 era da ordem de 5.000 por ano. No ano seguinte, em 1988, as solicitações cresceram para 8.600,

6 Sobre a situação política, econômica, jurídica e social, bem como do mercado de trabalho no Brasil e Japão na década de 1980 e início da década de 1990, ver Masato Ninomiya (Org.), *Dekassegui*: palestras e exposições do Simpósio sobre o Fenômeno Chamado Dekassegui.

7 Havia, na época, três jornais em língua japonesa na cidade de São Paulo, a saber: *São Paulo Shimbun*, *Paulista Shimbun* e *Nippak Mainichi Shimbun*. Mais tarde, os dois últimos se fundiram, constituindo o *Jornal Nippak*.

8 Art. 12 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

9 Art. 12 da Lei de Nacionalidade (Lei nº 147, de 1950) combinado com o art. 104 da Lei de Registro Civil (Lei n. 224, de 1947) do Japão.

e em 1989, para cerca de 18.300. Em 1990, quando houve a mudança da lei de imigração, que será discutida a seguir, o número de pedidos anuais era de 48.100 vistos.¹⁰

As autoridades japonesas responsáveis pela imigração, sempre atentas às estatísticas, não podiam ficar alheias ao aumento vertiginoso da entrada no país de nikkeis, principalmente brasileiros. Embora neguem que a mudança na lei de imigração tenha sido causada pela falta de mão de obra, não demorou muito para que isto realmente ocorresse, como se verificará a seguir.

9.2 A reforma da lei japonesa de imigração

A Lei de Controle de Imigração e Reconhecimento de Refugiados foi reformada em junho de 1990, com a criação de uma categoria especial de visto para os filhos e netos de japoneses, bem como para os respectivos cônjuges não descendentes. Os vistos assim concedidos são os de Residentes por Longo Período, cujo prazo de estada pode ser de um ou três anos, renováveis pelo mesmo período na maioria dos casos.

Segundo Yasuji Ishigaki, que foi Diretor da Divisão de Assuntos Administrativos do Ministério da Justiça e participou da elaboração do projeto de reforma da lei e do seu encaminhamento à Dieta, houve um erro de interpretação no que se refere à intenção que norteou a reforma da lei. Conforme seu discurso de abertura do Simpósio sobre o Fenômeno Dekassegui em 1991, na qualidade de Cônsul-Geral do Japão em São Paulo, a lei não tinha sido modificada para atender à escassez de mão de obra no Japão.

Os dois objetivos fundamentais da reforma eram: (i) revisar as categorias e âmbitos de qualificação para permanência atribuível a estrangeiros, objetivando ampliar as possibilidades de ingresso de trabalhadores qualificados, bem como simplificar e tornar mais rápido o processo de admissão desses trabalhadores; e (ii) aperfeiçoar a lei, para enfrentar com mais eficiência o problema dos trabalhadores em situação irregular, cada vez mais numerosos, criando, dentre outras medidas, certas disposições para punir empregadores.

Assim, a questão da admissão dos nikkeis não teria sido objeto de um estudo especial dentro dos trabalhos de revisão da lei, pois o assunto surgiu na fase de execução e aplicação da lei revista. Segundo o então Cônsul-Geral, a consideração dos casos de entrada e saída de pessoas de ascendência japonesa tem por fundamento a ideia de que seria apropriado conceder a essas pessoas uma qualificação para permanência que não tivesse nenhuma restrição de atividades, considerando a existência de vínculos anteriores com o Japão, por laços de sangue ou outros fatores. A posição do governo japonês seria a de não promover ou restringir particularmente o ingresso ou a saída dessas pessoas, vez que se trataria de uma decisão pessoal.¹¹

Esta explicação foi também dada por outras autoridades japonesas ao longo dos últimos 16 anos, todas as vezes em que alguém mencionava ser a falta de mão de obra no Japão a causa daquela reforma legislativa. Em 30 de maio de 2006, o deputado Taro Kono, então vice-ministro da Justiça, declarou ter

10 Conforme Yasuji Ishigaki, Discurso de Abertura do Simpósio sobre o fenômeno chamado Dekassegui, Dekassegui: palestras e exposições do Simpósio sobre o Fenômeno chamado Dekassegui, p. 21.

11 Idem, *ibid.*, p. 23-28.

sido um erro do seu ministério e, portanto, do governo japonês, ter incluído a permissão especial de estada aos descendentes de japoneses por vínculo sanguíneo ou afim, na reforma da lei de imigração em 1990. E que doravante seria estudada uma forma de cercear a concessão ou renovação de visto dos nikkeis, impondo, por exemplo, a submissão e aprovação do interessado à prova de conhecimento de língua japonesa.

A repercussão da declaração foi imediata, pois logo se protestou contra a proposta do ex-vice-ministro, que, na realidade, trazia a público as conclusões de um grupo de trabalho interministerial por ele nomeado, constituído basicamente de burocratas, mas também com representantes do mundo acadêmico.¹² Entretanto, não houve a participação, nem se ouviram as vozes das pessoas que seriam afetadas pela eventual reforma, em especial a comunidade nikkei e seus cônjuges, portadores de vistos de Residentes por Longo Período, que à época contava com cerca de 370.000 pessoas, incluindo-se aproximadamente 300.000 brasileiros e 60.000 peruanos.

9.2.1 Consequências imediatas da reforma da lei

Logo após a reforma da lei de imigração japonesa em 1990, registrou-se no ano seguinte o ingresso de cerca de 85.000 brasileiros no Japão. Somente o Consulado-Geral do Japão em São Paulo atendeu a mais de 61.000 solicitações de vistos, o que causou problemas de toda ordem, pois a repartição não estava preparada para receber tamanha quantidade de pedidos. Desde a madrugada formavam-se filas ao redor do quarteirão da Avenida Paulista, onde funcionava o Consulado-Geral. Tentou-se resolver a confusão com a distribuição de senhas, credenciamento de despachantes e agentes de turismo, mas ainda assim diversos funcionários do Consulado foram hospitalizados em razão da estafa por excesso de trabalho. Mais tarde, a seção de vistos foi reforçada com a contratação de novos funcionários, e este foi o início de um fluxo migratório que dura até os dias de hoje, existindo atualmente, conforme estatísticas do governo japonês datadas de 31 de dezembro de 2005, 302.080 brasileiros no Japão.¹³

É preciso lembrar, contudo, que residem no Japão também pessoas com dupla nacionalidade. Como já apresentado anteriormente, são pessoas que adquiriram a nacionalidade brasileira por terem nascido no Brasil e a nacionalidade japonesa pelo fato de os pais japoneses terem realizado o registro dos recém-nascidos no Consulado japonês dentro do prazo legal. Estima-se que existam de 10 a 15 mil brasileiros nesta situação, portadores de passaportes dos dois países. E como ingressam no Japão como japoneses, não são incluídos nas estatísticas de registro de estrangeiros. Apesar disso, são cidadãos brasileiros, e assim pode-se afirmar que residem no Japão cerca de 315.000 brasileiros.

A saída de brasileiros rumo ao Japão trouxe uma série de problemas no seio da comunidade nipo-brasileira, principalmente nos estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul, onde se concentram os maiores contingentes de população nikkei no Brasil. Fenômenos semelhantes teriam ocorrido também nos estados do Pará e do Amazonas. Diversas cidades do interior desses estados, com alta densidade de população nikkei, tiveram suas associações, as chamadas Kaikan, esvaziadas com a ida para o Japão de associados numa faixa etária entre 18 e 60 anos, o que impossibilitou a realização de

12 De acordo com notícia veiculada no *Jornal Nipo-Brasil* (São Paulo) e *International Press* (Tóquio), da semana de 14 a 20 de junho de 2006, bem como *Japan Times* de 23 de setembro do mesmo ano. Ver também pronunciamento de M. Ninomiya na 47ª Convenção de Japoneses e Nikkeis Residentes no Exterior, *Kikan Kaigai Nikkeijin*, v. 60, janeiro de 2007, p. 48, e *Nikkeijin Nyuusu*, de 1º de setembro de 2006 (ambos em língua japonesa), publicados pela Associação de Japoneses e Nikkeis Residentes no Exterior.

13 Página do Ministério da Justiça na internet. Disponível em: <www.moj.go.jp>.

atividades comunitárias, como eventos esportivos, musicais, artísticos etc., atividades que necessitam da participação de voluntários.

Temia-se, outrossim, um esvaziamento nas atividades econômicas exercidas pelos nikkeis, tanto urbanas quanto rurais, principalmente no segmento de produção de hortifrutigranjeiros no cinturão verde da Grande São Paulo e outras localidades. Parece, contudo, que a ausência de produtores nikkeis causada pelo êxodo em direção ao Japão foi suprida por produtores brasileiros de outras etnias, pois não se tem notícias de falta de produtos no mercado nos últimos 15 anos.

9.2.2 Recrutamento por meio de empreiteiras

A maioria das pessoas é recrutada pelas agências de emprego comumente denominadas “empreiteiras”, registradas ou não perante autoridades governamentais de ambos os países, e que se dedicam ao recrutamento e envio de mão de obra de nipo-brasileiros para o Japão.

Ainda que existam empreiteiras confiáveis, nem todas são empresas idôneas e muitas delas causaram diversos problemas no início do chamado fenômeno de kassegui. Foram registrados casos em que se aproveitaram da boa-fé de pessoas desinformadas e faziam-nas assinar, às pressas, muitas vezes na véspera do embarque para o Japão, contratos em branco ou escritos em japonês, idioma que muitos deles não sabiam ler, onde constavam cláusulas abusivas. Houve reclamações em torno de cobrança de taxas exorbitantes na execução de serviços simples e, além disso, aproveitando-se da falta de recursos dos candidatos para viajarem rumo ao Japão, ofereciam empréstimos para aquisição de bilhetes aéreos. Constatava-se, posteriormente, que os bilhetes eram vendidos a uma tarifa promocional, mas os preços cobrados eram de tarifa normal, que iam sendo debitados de seus salários e chegavam a custar mais que o triplo dos bilhetes que tinham sido utilizados. Como se isto não bastasse, muitos não chegavam a receber o valor da restituição de trechos não utilizados dos bilhetes de ida-e-volta, já que muitos não retornavam em um ano, período de validade dos mesmos.

Passados 20 anos do início do fenômeno de kassegui, constata-se a existência de muitas empreiteiras e agências administradas por brasileiros nikkeis, oferecendo empregos, mas também prestando serviços de diversos tipos, inclusive assistência e comunicação com os contratantes, através de intérpretes e tradutores. Fala-se até numa empresa que mantém escola brasileira e creche para facilitar a vida dos seus empregados. Continuam a existir, outrossim, muitas empreiteiras japonesas que também dispõem de funcionários brasileiros para atender os candidatos na sua própria língua. Com isso, diminuíram as reclamações e queixas de que houve mal-entendidos devido a problemas de comunicação.

Toda essa progressiva melhora não deve ocultar, entretanto, que o segmento em questão movimenta recursos, cujos montantes são vultosos. Não se sabe ao certo o volume movimentado, mas existem empreiteiras que administram carteiras com 1.000 a 2.500 trabalhadores nikkeis, dentre brasileiros ou nikkeis de outras nacionalidades. Nos tempos áureos do início da década de 1990, houve notícia da existência de uma certa agência em São Paulo que teria enviado mais de 10.000 brasileiros ao Japão. Se as empresas pagavam cerca de USD 1.000 por trabalhador intermediado, pode-se, então, numa aritmética simples, calcular que a agência em questão teria tido uma receita de mais de 10 milhões de dólares. Buscando mais informações, verificou-se, curiosamente, que a empresa deixou de existir, sem mais explicações. E assim como esta, diversas empreiteiras surgem e desaparecem de acordo com a situação conjuntural, ou mesmo quando são alvos de investigações policiais ou tributárias.

Com a recuperação da economia japonesa, tem-se notícia de que as empreiteiras têm movimentado seus recrutadores, tanto no Japão quanto no Brasil, em busca de novos candidatos a dekassegui. Não se sabe ao certo se o fluxo terá continuidade, na medida em que, como se viu acima, mais de 300.000 brasileiros, ou seja, um quinto da população nikkei, já se encontra no Japão. Fala-se que cerca de 150.000 pessoas foram e voltaram, restando na comunidade cerca de um milhão de pessoas que deixaram de ir. Estima-se que uma parte dela não queira ou não enfrente a necessidade de trabalhar no Japão e os que querem não podem, pois são pessoas de quarta e quinta gerações, inelegíveis para o visto de Residentes por Longo Período, concedido somente aos filhos e netos de japoneses (segunda e terceira gerações).

A simples busca nos anúncios classificados de jornais e revistas da comunidade nipo-brasileira é suficiente para constatar o aumento na oferta de empregos no Japão, sempre por meio de empreiteiras e agências de intermediação de empregos. Comenta-se que há um aumento do número de brasileiros sem ascendência que, através de casamentos com nikkeis, conseguem o visto acima citado. Nada haveria de anormal não fossem os boatos de que haveria muitos casamentos “por contrato”, o que constituiria fraude para obtenção do visto. Embora não haja confirmação, o consulado estaria analisando com rigor os casos de pedidos de visto por casais em que apenas um dos cônjuges é nikkei.

Embora a estatística oficial de 2006 ainda não tenha sido publicada, fontes oficiais informaram que houve queda de 10 a 15% na emissão de vistos no Consulado-Geral do Japão em São Paulo, cuja causa teria sido a exigência imposta a partir de abril desse ano da apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais aos candidatos a vistos.

Soube-se recentemente de uma certa empreiteira no Japão que já não lida somente com trabalhadores nikkeis brasileiros e latino-americanos e que resolveu montar escritórios na China e nos demais países asiáticos, não para trazer mão de obra não qualificada, pois a lei de imigração não permite, mas para recrutar recém-formados de cursos superiores. Isto porque, possuindo um diploma universitário, é possível obter visto de profissional qualificado, embora, na realidade, a pessoa vá trabalhar no chão-de-fábrica. A tal empreiteira descobriu este nicho de trabalhadores que, apesar de possuírem qualificação superior, se sujeitam a este tipo de trabalho, pois, além de não conseguirem empregos nos respectivos países nas suas áreas de especialidade, preferem ir para o Japão, onde se ganha muito mais como trabalhador não qualificado.

Eventualmente, esta pode vir a ser uma possibilidade de admissão no Japão, tão almejada para os brasileiros sem ascendência japonesa ou mesmo para os yonsei e gossei, nikkeis de quarta e quinta gerações que por ora só conseguem vistos de Residentes por Longo Período, no caso dos yonseis, quando são menores que acompanham os pais sanseis. Ao alcançarem a maioridade, seus vistos não são renovados e são obrigados a regressar para o Brasil.

É claro que, além do diploma de um curso superior, é necessário que haja empresas no Japão que queiram contratar tais brasileiros. Faz-se necessário submeter o contrato e demais documentos exigidos pelas autoridades da imigração. Existem diversas atividades que podem ser exercidas por estrangeiros sem ascendência japonesa. As possibilidades são nas áreas de Investimento e Administração de Empresas, Serviços Jurídicos e Contábeis, Serviços Médicos e Paramédicos, Pesquisadores, Educação, Engenheiros, Especialistas em Conhecimentos Humanísticos, Tecnológicos e Prestação de Serviços Internacionais, Transferências Internas de Empresas, Promoções de Entretenimento e Serviços Técnicos Especializados. É óbvio que dentre essas categorias, algumas necessitam de habilitação específica no Japão, como são os casos de médicos, advogados, engenheiros etc., embora já existam brasileiros no exercício dessas profissões.

Com o aumento do número das escolas brasileiras no Japão, os professores de línguas poderiam estar enquadrados no rol da Educação. Tem-se notícia, outrossim, de obtenção de vistos por brasileiros no segmento de Promoções de Entretenimento, cujos vistos são concedidos por seis meses para músicos e dançarinos, e também no de Especialistas em Conhecimentos Humanísticos e outros.¹⁴

9.2.3 Reforma de outras leis relacionadas à presença de trabalhadores estrangeiros no Japão

Tradicionalmente, a burocracia japonesa é verticalizada, e a comunicação entre ministérios, províncias e municipalidades, um tanto quanto deficiente, haja vista a quase inexistência de ações e atividades conjuntas. Entretanto, ultimamente vêm ocorrendo tentativas de mudanças nesta estrutura, em especial a partir do governo do Primeiro Ministro Junichiro Koizumi, que tinha como lema a reforma política e a privatização.

Dentro desse contexto, a reforma da lei de imigração japonesa de 1990 ocorreu de forma isolada no âmbito do Ministério da Justiça e permitiu o fluxo de grande número de nikkeis e seus cônjuges, como observado anteriormente. Contudo, outras leis relativas a competências de outros ministérios não foram modificadas, ou somente o foram anos mais tarde, permitindo que as lacunas surgidas fossem aproveitadas por pessoas de má-fé para deixar de cumprir as obrigações legais. Caso houvesse melhor coordenação entre os ministérios, diversas leis, como por exemplo as trabalhistas e previdenciárias, poderiam ter sido modificadas para se adequarem à presença de estrangeiros, mas o que ocorreu, na verdade, foram pequenas mudanças que não chegaram a resolver os problemas emergentes.

Uma outra questão é a dificuldade das autoridades japonesas em fiscalizar, de forma efetiva, as ilegalidades cometidas, principalmente no âmbito da lei de padronização trabalhista, ou quanto às atividades das empreiteiras. Como não há Justiça do Trabalho no Japão, as reclamações têm de ser dirigidas às autoridades administrativas, que nem sempre dispõem de mecanismos nem fiscais em número suficiente para apurar as denúncias. E ainda que houvesse os mecanismos acima mencionados, os trabalhadores estrangeiros temem ser despedidos, pois a prática vem demonstrando que os que reclamam são os primeiros a perderem os empregos.

A profunda recessão experimentada pela sociedade após o estouro da “bolha econômica” também colaborou para que as empresas buscassem empregar mão de obra pelo menor custo possível, não só entre os brasileiros, mas também entre os próprios japoneses. A fim de vencer a competição cada vez mais acirrada, as empresas passaram a substituir os operários que trabalhavam com a garantia de todos os direitos trabalhistas por horistas ou operários de caráter temporário. Surgiram, assim, muitas empresas que terceirizavam parte das suas linhas de produção em regime de empreitada.

Desta maneira, os trabalhadores nikkeis que tinham dificuldades de comunicação eram substituídos ou contratados pelas empreiteiras, que os enviavam para as fábricas onde haviam feito contratos de empreitada. Segundo relatórios oficiais, o número de trabalhadores nikkeis neste segmento chegou a constituir quase 65% do total de trabalhadores.

14 Conforme Anexo I-1 da Lei de Controle de Imigração e Reconhecimento de Refugiados (*Shutsunyuuokoku Kanri oyobi Nanmin Nintei Ho*), originalmente promulgado como Decreto Ministerial nº 319, de 1951, passou a ter força de lei pela Lei nº 126, de 1952.

Assim, as ordens sobre os serviços não eram dadas para o trabalhador pela empreiteira, que é o empregador, mas, na prática, caso a ordem seja dada pelo contratante de serviços do empreiteiro, poderá haver uma ilegalidade, pois seria caracterizada empreitada fraudulenta. Segundo o relatório de Nobuaki Fujii, Diretor da Divisão de Política de Recrutamento de Estrangeiros do Ministério da Saúde, do Trabalho e do Bem-Estar Social do Japão, apresentado na palestra realizada no Encontro dos Colaboradores Regionais do CIATE em 2005,¹⁵ o seu ministério tem realizado uma fiscalização rigorosa baseada na recém-modificada Lei de Alocação de Mão de Obra junto aos contratantes e empreiteiros que realizam serviços ilegais. Durante o ano de 2004, foram registrados mais de 1.000 casos de orientações administrativas, com o intuito de melhor desempenho das empresas em relação à mão de obra contratada. Além disso, a polícia também manteve uma postura rigorosa, registrando 20 ocorrências por infração da Lei de Alocação de Mão de Obra.

Esta alteração na Lei de Alocação de Mão de Obra ocorreu em março de 2004 e então tornou possível a mudança do regime de empreitada para prestação de serviços nas indústrias pelo sistema de alocação de mão de obra. Neste caso, o pagamento de salários é da responsabilidade do alocador, enquanto a responsabilidade sobre a segurança e higiene fica por conta do alocado. E será obrigação, tanto do alocador quanto do alocado, nomear um responsável para solucionar as reclamações. Além disso, doravante serão também fiscalizadas, com rigor, as responsabilidades de inscrição do trabalhador no seguro social pelo alocador, havendo então esperanças na melhoria das condições de trabalho para os nikkeis.

Deve-se reconhecer, assim, o esforço das autoridades japonesas em modificar a legislação pertinente a fim de adequá-la à realidade. A questão da filiação ao seguro social acima mencionado vem sendo alvo de preocupação constante, tanto de autoridades japonesas como brasileiras. De fato, na visita do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva ao Japão em maio de 2005, ficou acordado que os dois governos fariam estudos para solucionar a questão previdenciária.¹⁶ Embora o estudo tenha sido iniciado a partir de setembro desse ano com a vinda de uma missão de especialistas japoneses em matéria de previdência para conhecer de perto a realidade brasileira, parece ainda que levará muito tempo para se chegar a um denominador comum. Nesse ínterim, teve-se notícia de que os próprios trabalhadores brasileiros têm-se recusado a fazer parte do seguro social, pois não concordam com os descontos de quase 12% na sua folha de pagamento. Ainda que as empresas tentem impor a filiação ao seguro social, parece que os brasileiros ameaçam mudar de emprego, pois no momento a oferta é abundante e o *status quo* é mantido.

Com o alongamento do perfil de permanência dos brasileiros no Japão, é preciso conscientizá-los da necessidade de garantir o seu futuro quando se tornarem inativos. Ainda que seja necessário recolher as contribuições durante 25 anos e a pessoa comece a receber os benefícios somente após os 65 anos de idade, aqueles que se encontram na faixa etária de 30 a 40 anos devem começá-lo, pois, mesmo que o Acordo de Previdência venha a ser firmado entre os dois países, só gozarão dos benefícios aqueles que tiverem previamente recolhido os respectivos pagamentos.

15 Nobuaki Fuji, O ambiente de trabalho dos brasileiros no Japão, Relatório do Encontro dos Colaboradores Regionais do CIATE, 2005, p. 17 ss.

16 Ver Programa Conjunto Relativo às Comunidades Brasileiras no Japão, assinado pelo Presidente da República Federativa do Brasil e Primeiro Ministro do Japão em 27 de maio de 2005, disponível no site do Ministério das Relações Exteriores, <www.mre.gov.br>.

9.3 O Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior – CIATE

9.3.1 Antecedentes da constituição do CIATE¹⁷

Relembrando a situação da comunidade nipo-brasileira no início da década de 1990, as entidades estavam surpresas e atônitas, diante da situação difícil em torno da movimentação dos de kassegui, que passou a ser considerada como um dos acontecimentos mais importantes da história da imigração. Na tentativa de buscar uma solução para os problemas, a Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa (doravante denominada SBCJ-Bunkyo), a entidade mais representativa da comunidade, resolveu promover o Simpósio do Fenômeno Chamado Dekassegui, que ocorreu nos dias 9, 10 e 11 de novembro de 1991, reunindo especialistas de diversas áreas, desde representantes da OIT – Organização Internacional do Trabalho, governos brasileiro e japonês, de municipalidades japonesas com grande concentração de brasileiros, professores universitários, advogados de ambos os países, membros do Ministério Público e também magistrados, sem excluir os representantes de ONGs que se dedicavam a prestar serviços em prol dos brasileiros no Japão, bem como das principais entidades da comunidade nipo-brasileira, como a Beneficência Nipo-brasileira de São Paulo (doravante denominada BNSP-Enkyo), Federação das Associações das Províncias Japonesas no Brasil (doravante denominada FAPJ-Kenren) e outras.

Na verdade, a SBCJ-Bunkyo recebeu, em meados de 1991, uma visita de autoridades dos ministérios japoneses do Trabalho e de Negócios Estrangeiros, que solicitaram a colaboração da entidade no estabelecimento de caminhos legais para brasileiros que desejassem ir para o Japão com o intuito de trabalhar. A realização do Simpósio referido teve o objetivo de coordenar as iniciativas de diversas entidades da comunidade nipo-brasileira, para tentar solucionar, de forma ordenada, o fenômeno de kassegui.

O Simpósio abordou os aspectos político, jurídico, sociológico, psicológico, cultural e econômico do fenômeno de kassegui. Realizaram-se, ainda, dois submódulos, um de Direito Penal, onde foram abordadas questões emergentes do artigo 206 do Código Penal, e outro de Direito do Trabalho.

Após as apresentações dos palestrantes e dos debates havidos, o Simpósio aprovou as conclusões, cuja síntese se transcreve a seguir, pois se trata de marco inicial da conscientização deste fenômeno cujas proporções alcançadas após a decorrência de 15 anos ultrapassou todas as expectativas e previsões:

1. “Seria desejável que o fenômeno de kassegui, que diz respeito à sociedade brasileira como um todo, não estivesse a ocorrer. Trata-se, porém, de movimento incontável de compatriotas no legítimo exercício de seu direito de locomoção em busca de felicidade pessoal e familiar, gerado pelas conjunturas socioeconômicas que o País está a atravessar (art. 5º, XV, Constituição Federal).
2. Recomenda-se a criação no Brasil de centro de informação e orientação, sob os auspícios de pessoas e entidades representativas do segmento da sociedade brasileira conhecida por Comunidade nipo-brasileira, para evitar que compatriotas sejam vítimas de aliciamentos fraudulentos e de promessas falaciosas, e para possibilitar o prévio conhecimento para eles dos direitos assegurados pela legislação japonesa, das

¹⁷ Conforme as discussões e conclusões do Simpósio sobre o Fenômeno Chamado Dekassegui. Ver *Dekassegui – Palestras e exposições do Simpósio sobre o Fenômeno Chamado Dekassegui*, p. 246.

dificuldades decorrentes de diferenças culturais, sociais, de clima, de modo de viver e de pensar, e outras mais.

3. Merece ser ampliado pelo Governo brasileiro o serviço consular no Japão de modo a propiciar aos dekassegus todo o apoio e orientação de que são eles carecedores e para desenvolver todo o esforço possível no sentido de tornar a presença dos dekassegus em fator cada vez mais positivo no estreitamento dos veículos culturais, de amizade e cooperação econômica e tecnológica entre Brasil e Japão.

4. É desejável, por outro lado, que se multipliquem em todo o Japão os centros de informação, orientação e assistência, iguais aos já existentes e que se ampliem os serviços oficiais e comunitários que permitam maior facilidade de integração dos dekassegui à sociedade japonesa, que minorem suas dificuldades e possibilitem efetivo e intenso intercâmbio cultural entre brasileiros e japoneses.”

9.3.2 A constituição do CIATE e suas atividades ao longo dos 15 anos

A SBCJ-Bunkyo buscou ouvir no Simpósio mencionado vozes, opiniões e pareceres, não só da comunidade nipo-brasileira, mas de todos os segmentos das sociedades brasileira e japonesa. Contou com a exposição, debates e considerações de especialistas de diversas áreas e foi, inquestionavelmente, um marco na tentativa de solucionar a questão dekassegui e que norteou todas as diretrizes que vieram a ser tomadas a partir de então.

Para dar forma a uma das sugestões, a SCBJ-Bunkyo resolveu criar o Centro de Informação, Orientação e Assistência aos Dekasseguis, a fim de fornecer aos brasileiros interessados em trabalhar no Japão um mínimo de conhecimento sobre a vida e o trabalho nesse país. Com o apoio de algumas empresas encabeçadas pelo então Banco América do Sul S.A., o Centro funcionou por seis meses, de abril a setembro de 1992. Contando com três funcionários contratados, o Centro atendeu durante o período acima mencionado 631 casos de consultas diretas e 140 casos por telefone.

Tendo em vista o sucesso da experiência e a necessidade de dar continuidade aos trabalhos iniciados, as três entidades representativas da comunidade nipo-brasileira em São Paulo resolveram criar uma nova entidade a partir de outubro de 1992, a fim de substituir o Centro acima citado, com a denominação de Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior – CIATE.

Segundo o estatuto de constituição, o CIATE, “é uma sociedade civil brasileira, sem intuito de lucro, constituída pela iniciativa da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, Beneficência Nipo-Brasileira de São Paulo e Federação das Associações das Províncias do Japão no Brasil, tendo por finalidade prestar informação, orientação e assistência aos trabalhadores que se dirigem ao exterior, principalmente ao Japão, em busca de trabalho temporário”.

Passou a ter apoio técnico e financeiro da Fundação Centro de Estabilização de Emprego nas Indústrias (doravante denominado CEEI), mantida pelo então Ministério do Trabalho do Japão. Em agosto de 1991, o CEEI havia criado o Centro de Assistência de Empregos para Nikkei, cujos objetivos eram os seguintes: atender a consultas sobre os trabalhos no Japão e promover a apresentação de emprego para nikkei; prestar apoio sobre eventuais casos de disputa decorrentes da relação empregador-empregado; buscar estimular a

realização de cursos de treinamento por parte das empresas que contratam mão de obra nikkei com vistas à melhor preparação do empregado; prestar esclarecimentos acerca da situação econômica do Japão e das condições de trabalho; prestar serviços de tradução e interpretação para os nikkei que não falam o idioma japonês; e elucidar questões relativas às condições de emprego no Japão e às condições de trabalho aos nikkei que estão no Brasil, por meio de instituição a ser constituída no Brasil para esse fim.

O CIATE passou a ser, então, o parceiro brasileiro do CEEI na tentativa de estabelecer um canal oficial de informações e apoio no Brasil para os que planejassem trabalhar no Japão e eventualmente, efetuar apresentações de empregos para os candidatos, constituídos por brasileiros nikkei e seus cônjuges.

Recebeu, desde o início de suas atividades, o apoio material e técnico do CEEI, tanto em termos de recursos financeiros quanto de apoio logístico, treinamento e estágio de seus funcionários. Não pôde, contudo, exercer desde o início as funções de agenciamento de emprego, em virtude da existência do artigo 206 do Código Penal brasileiro de 1940 que se examinará a seguir.

Mesmo após a mudança da lei em questão, ocorrida em 1993, deve-se reconhecer que a contribuição do CIATE vem sendo modesta, quer devido à recessão econômica do Japão àquela época, quer pelo número restrito de empregos colocados à disposição dos interessados, fornecidos pelas agências oficiais de empregos do Japão, conhecidas como Hello Work. Podemos dizer, então, que a função desempenhada pelo CIATE tem sido muito mais de fornecimento de informação, conscientização e apoio aos brasileiros, antes do seu embarque para o Japão, a fim de não serem lesados pelas falácias ou propostas enganosas de empresas ou pessoas de má-fé.

Houve intenso intercâmbio entre o CIATE e o CEEI, seja com a participação em atividades organizadas pelo CEEI no Japão, a visita anual de diretores e funcionários do CEEI que vinham para conhecer de perto a realidade brasileira, bem como o fenômeno de kassegui, participando de seminários de estudo, simpósios, entrevistas com os interessados em trabalhar no Japão, tanto em São Paulo como em outras cidades do estado, e também de outros estados da federação com grande concentração de população nikkei, como Paraná, Mato Grosso do Sul, Pará e outros.

É digna de nota a visita ao Brasil do Deputado Takanobu Nagai, Ministro do Trabalho do Japão, em julho de 1997, no período que antecedeu o 5º aniversário do CIATE, comemorado com a realização de um Simpósio para discussão de assuntos pertinentes. O Ministro esteve em Brasília, onde conferenciou com seu colega brasileiro acerca do movimento de kassegui, e em visita a São Paulo, esteve no CIATE, para tomar conhecimento de suas atividades.

No período de maior movimentação, o CEEI mantinha em sua sede, no bairro de Ueno, em Tóquio, o Departamento Internacional e a Divisão de Apoio aos Nikkeis, que chegaram a ter sete funcionários a fim de executar o empreendimento de apoio aos nikkeis latino-americanos. Autoridades brasileiras, como o Chanceler Fernando Henrique Cardoso, o governador Ciro Gomes e numerosos deputados, dentre outras personalidades, visitaram o CEEI a fim de tomar conhecimento das realidades emergentes do fenômeno de kassegui. Havia, em Tóquio, Nagoia e Osaka, Centros de Assistência de Emprego para Nikkeis, além de dez escritórios do CEEI que prestavam serviços aos trabalhadores nikkeis provenientes da América Latina, tendo à disposição intérpretes das línguas portuguesa e espanhola.¹⁸

Estava montado, assim, o esquema de apoio a esses trabalhadores, e os Centros de Tóquio, Nagoia e Osaka mantinham contatos permanentes com o CIATE por meio de telefone, fax e *e-mail*. Havia contatos permanen-

18 Conforme *Trajetória do Empreendimento de Melhoria do Ambiente de Trabalho para os Nikkeis*, p. 40.

tes com a Embaixada do Brasil em Tóquio, consulados-gerais em Tóquio e Nagoia, inclusive com a participação nos consulados itinerantes, nos quais o CEEI instalava seu balcão de atendimento, a fim de responder diversos tipos de consultas, como questões trabalhistas, previdenciárias e demais assuntos de interesse dos brasileiros. O CIATE também esteve presente nessas atividades por diversas vezes, representado pelo seu presidente, atendendo a consultas de natureza jurídica de brasileiros que ali compareciam.

Após 11 anos de profícua colaboração com o CEEI, o apoio ao CIATE passou a ser conduzido, a partir de abril de 2004, pela Associação de Japoneses e Nikkeis Residentes no Exterior (Kaigai Nikkeijin Kyokai), embora continuasse contando com os recursos do Ministério da Saúde, do Trabalho e do Bem-Estar Social do Japão, que resultou da fusão dos antigos ministérios da Saúde e Bem-Estar Social e do Trabalho.

Quando o CIATE iniciou suas atividades, instalou-se numa das salas da SBCJ-Bunkyo, com móveis, equipamentos e materiais de escritório doados por empresas e pessoas de boa vontade. Posteriormente, com a ampliação de suas atividades, passou a alugar uma sala contígua para realizar reuniões de diretoria, seminários e aulas para orientação de candidatos a empregos no Japão. Ultimamente, vem ministrando também aulas de japonês para principiantes, a fim de fazer face às necessidades das primeiras conversações dos trabalhadores brasileiros nas fábricas, quando comesçassem a trabalhar.

Passou a realizar, outrossim, o chamado CIATE Itinerante, a fim de atender, principalmente nas cidades do interior dos estados de São Paulo, Paraná, e Mato Grosso do Sul, os interessados que desejam receber as mesmas orientações dadas em sua sede.¹⁹

Além do Simpósio de 1991 mencionado, o CIATE vem realizando e participando de numerosos encontros, conclaves, painéis, palestras e outros simpósios realizados com entidades de apoio nacionais e estrangeiros, como o Instituto de Direito Comparado Brasil-Japão, Instituto de Solidariedade Educacional e Cultural (ISEC), Grupo Tadaimá, Associação Brasileira de Dekassegui (ABD em Curitiba, PR), SEBRAE (Serviço de Apoio às Pequenas e Micro Empresas), Museu Nacional de Imigração Nipo-Americana (Los Angeles, CA, EUA), além de outras já mencionadas, incluindo diversas universidades nacionais e estrangeiras, como a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Universidade de Londrina, Faculdade de Direito da Universidade de Tóquio, Faculdade de Direito da Universidade Keio, Faculdade de Direito da Universidade de Niigata etc. Muitos relatórios, bem como anais de simpósios e palestras, foram publicados sob sua responsabilidade ou em colaboração com as entidades que realizaram os eventos. As publicações são, na maioria das vezes, em edições de língua portuguesa ou japonesa, ou bilíngues português-japonês, e eventualmente em outras línguas, como a inglesa e espanhola.²⁰ Efetuou, outrossim, diversas pesquisas entre os seus consulentes que vêm servindo como importantes fontes de consultas de pesquisadores sobre o fenômeno de kassegui.

Não poderíamos deixar de registrar, ainda, o apoio dado pela Associação de Ex-bolsistas Gaimusho Kenshusei.²¹ Foi firmado um convênio de cooperação entre as duas entidades e durante quatro anos, no período entre 1998 e 2002, a Associação contribuiu com ajuda de custo para manter uma consultora

19 No período de 15 anos, a partir de abril de 1992 a abril de 2007, incluindo-se ali o período do Centro de Informação, Orientação e Assistência aos Dekasseguis, o CIATE atendeu 9.108 consultas sobre empregos no Japão e 33.142 casos de consultas de caráter geral. Fonte: Arquivo do CIATE.

20 Sobre as publicações do CIATE, ver bibliografia no fim deste trabalho.

21 Na gestão do Dr. Kiyoshi Harada como presidente da entidade.

jurídica, que mais tarde foi efetivada no quadro de funcionários do CIATE. Alguns membros da Associação continuam colaborando como conselheiros ou diretores do CIATE, representando as suas entidades constitutivas, ou então, na qualidade de conselheiros acadêmicos.

O CIATE recebeu o reconhecimento do governo japonês por meio de uma nota verbal da Embaixada do Japão em Brasília, datada de 8 de março de 1994, encaminhada ao Ministério das Relações Exteriores, e pela resposta desta, enviada àquela representação diplomática japonesa em 15 de dezembro do mesmo ano, o governo brasileiro também reconheceu as atividades do CIATE como sendo de interesse das relações bilaterais.²² Outrossim, o Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração recomendou aos órgãos competentes do Poder Executivo expandir para outras partes do Brasil iniciativas como a do CIATE, tendo por finalidade orientar e oferecer cursos aos brasileiros que pretendem emigrar para o Japão.²³

Estão previstas para outubro de 2007 as comemorações do 15º aniversário de constituição do CIATE. Programa-se a realização de um simpósio em que se buscará discutir as questões atuais que afligem os brasileiros residentes no Japão, como as trabalhistas, previdenciárias, educação das crianças, casos de crimes em que brasileiros são vítimas ou autores, cooperação judiciária em matéria cível e penal,²⁴ entre outras.

Outrossim, o CIATE, na pessoa do seu presidente, foi convidado a depor na Audiência Pública da Subcomissão Especial do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional na 53ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária, ocorrida no Plenário 3 do Anexo II da Câmara dos Deputados, no dia 26 de abril de 2007. A subcomissão foi criada com tempo de duração determinado, i. e., com atividades previstas até o final de 2008, para dar apoio ao Poder Executivo nas comemorações do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, a serem realizadas durante o ano de 2008, e também do Ano de Intercâmbio Brasil-Japão, ou seja, comemorar no Brasil o Ano de Intercâmbio com o Japão. As atividades do CIATE nos últimos 14 anos foram relatadas em pormenores, seguindo-se o debate em torno da questão da presença de brasileiros no Japão com os deputados federais Hidekazu Takayama (PAN-PR), William Woo (PSDB-SP, autor do requerimento da audiência pública) e Walter Iihoshi (PFL-SP), com representantes dos ministérios das Relações Exteriores, da Justiça, da Previdência Social, Ministério Público do Estado de São Paulo e Instituto de Direito Comparado Brasil-Japão.²⁵

9.3.3 A reforma do artigo 206 do Código Penal brasileiro de 1940

O artigo 206 do Código Penal brasileiro definia como crime o aliciamento de trabalhadores para o fim de emigração, prevendo-se a punição mediante detenção de um a três anos e pagamento de multa.

Como já se viu anteriormente, o preceito legal em questão impedia o exercício das atividades de intermediação de mão de obra para trabalho no exterior e servia como base legal da repressão da Polícia Federal às empreiteiras e agências de intermediação de empregos.

22 Conforme Nota verbal nº 171/1994, de 8 de março de 1994, da Embaixada do Japão em Brasília para o Ministério das Relações Exteriores e a sua resposta datada de 15 de dezembro de 1994.

23 Conforme *Relatório Final da CPMI*, capítulo 13.5, p. 539.

24 Sobre estas questões, ver M. Ninomiya et al., *Letters rogatory in civil matters between Brazil and Japan: a brazilian perspective*, e M. Ninomiya e Aurea C. Tanaka, *Mutual legal assistance in criminal matters between Brazil and Japan*.

25 Conforme Requerimento nº 29/07 do Deputado William Woo dirigido à Subcomissão Especial do Centenário da Imigração Japonesa, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – CREDN, da Câmara dos Deputados.

No Simpósio sobre o Fenômeno Chamado Dekassegui de 1991, já mencionado, a questão motivou a criação de um submódulo especializado para a discussão da matéria. O Professor Miguel Reale Júnior, na qualidade de expositor deste submódulo, declarou que a realidade social diferia substancialmente dos idos da década de 1940. E que o tipo penal previsto deveria ser analisado em face das mudanças políticas e sociais ocorridas ao longo do tempo, no Brasil. Nesse contexto político e social, e considerada a fase de grave crise econômica por que passava o país, com um grande contingente de desempregados, observou que, sobre a espécie penal questionada, incidia o fenômeno da descriminalização. Isto é, apesar de o fato ainda ocorrer na prática, não podia mais ser considerado crime, por ausência do requisito de antijuridicidade.

O Professor Reale Júnior esclareceu ainda que a emigração exigiria a saída do país com ânimo definitivo, opinião esta que recebeu adesões de debatedores como o Professor Sérgio Pitombo, Juiz (atualmente Desembargador) Jô Tatsumi e Desembargador Nelson Hanada. Ressaltou que o elemento importante para a configuração desse delito, ainda que não expressa ou literalmente referido no tipo penal, era a fraude. E que a colocação desse crime, no Código Penal, deveria, por isso, estar junto com o crime de estelionato.

No submódulo acima houve também referência ao artigo 20 da Lei nº 7.064 de 6 de dezembro de 1982, que dispõe sobre a situação de trabalhadores contratados ou transferidos para prestar serviços no exterior, e que diz: “O aliciamento de trabalhador domiciliado no Brasil, para trabalhar no exterior, fora do regime desta Lei, configurará o crime previsto no artigo 206 do Código Penal Brasileiro.”

Segundo o Professor Reale Júnior, essa lei trazia exigências burocráticas e trabalhistas, e uma série de incongruências, como a exigência da autorização para a contratação às empresas “de cujo capital participe, em pelo menos 5%, pessoa jurídica domiciliada no Brasil” (art. 13).

O Desembargador Nelson Hanada entendeu que a aplicação desta lei é de âmbito limitado, uma vez que “dispõe sobre a situação de trabalhadores contratados ou transferidos para prestar serviços no exterior”, o que exigia a intervenção de uma empresa que contratasse ou transferisse o trabalhador para o exterior. Aduziu ainda que essa lei, além de ser de âmbito limitado, poderia ser caracterizada como temporária, já que se destinou a disciplinar a contratação e transferência de algumas empresas, não desconhecidas do grande público, que prestavam serviços no exterior.²⁶

No que concerne ao artigo 206 do Código Penal em questão, verificou-se não haver, em 50 anos de sua vigência, qualquer jurisprudência a respeito, o que justificava as opiniões do expositor e dos debatedores.

9.3.3.1 Esforços para a reforma do artigo 206 do Código Penal de 1940

O Deputado Diogo Nomura, que participou das discussões do Simpósio acima, resolveu chamar para si a iniciativa de reforma desta lei. Juntamente com os colegas Luiz Gushiken e Antônio Ueno, e com a adesão posterior de outros membros do Poder Legislativo, nikkeis ou não, procurou convencer os seus pares a votarem a favor do seu Projeto de Lei nº 2.460/91, chamando a atenção de todos para a importância do tema. Deve-se lembrar aqui que, a pedido do Deputado Nomura, tivemos o privilégio de assessorá-lo, juntamente com demais juristas que participaram do Simpósio de 1991, na elaboração deste Projeto, e durante a cruzada estivemos reunidos diversas vezes, tanto em São Paulo como em seu gabinete em Brasília, para discutir seu encaminhamento.

²⁶ Dekassegui: Palestras e Exposições do Simpósio sobre o Fenômeno Chamado Dekassegui, p. 235 ss.

De acordo com a justificativa do projeto acima, relata o Deputado Nomura que, “certa noite, já há alguns anos, creio que foi no programa da Globo, Fantástico, assisti a uma cena que parecia dos filmes sobre gângsters americanos: no bairro da Liberdade, carros da Polícia Federal com as sirenes ligadas, policiais com metralhadoras na mão, alguns com meio corpo para fora, cercando agências de turismo, isolando a área, e o locutor informando que estava sendo feita uma batida para prender agentes aliciadores de trabalhadores brasileiros para o Japão. No dia seguinte, todos os jornais davam conta do acontecido, da atuação enérgica da Polícia Federal, que havia recolhido nas agências de viagem, passaportes e outros documentos comprobatórios da atuação das mesmas, de estarem de maneira ilegal procurando enviar trabalhadores do Brasil para o Japão. Esse clima persistiu por algum tempo, trazendo intranquilidade na fase em que era intensa a procura de trabalho no exterior, agravada pela então situação instável da economia brasileira, surgindo a figura do chamado ‘dekassegui’, os brasileiros de origem da imigração japonesa, que animados pelas perspectivas de melhoria de ganhos procuraram na terra de seus ancestrais novos horizontes”.²⁷

As cenas descritas pelo Deputado Nomura eram muito familiares, na medida em que os jornais da comunidade nipo-brasileira também noticiavam os acontecimentos quase que diariamente. Como se não houvesse infratores de outros artigos mais graves do Código Penal a serem presos, a Polícia Federal fazia batidas nas agências de turismo e de intermediação ou nos escritórios das empreiteiras e de aliciadores, que muitas vezes não passavam de saletas com algumas mesas, cadeiras e telefones. E prendiam todos que ali se encontravam, para averiguações. Os candidatos ao trabalho também eram conduzidos às delegacias para depoimentos e muitos acabavam perdendo os voos previstos para aquela noite ou nas noites seguintes.

Foram feitas diversas gestões ao então Superintendente da Polícia Federal, Romeu Tuma, para que intercedesse junto aos seus subordinados em São Paulo a fim de que houvesse certa moderação nas atividades dos policiais. A resposta dada, contudo, fora no sentido de que eles estavam cumprindo estritamente a lei e que era mister reformá-la.

Falava-se também, à época, de um eventual enquadramento no crime de porte ilegal de divisas, na medida em que encontravam com os “suspeitos” sempre uma certa quantidade de moedas estrangeiras, como dólares ou ienes, que eram para as suas primeiras despesas quando chegassem ao Japão.

Na sua cruzada em prol do seu Projeto, o Deputado Diogo Nomura recebeu o apoio do então embaixador japonês no Brasil, Yasushi Murazumi, e juntos percorreram os mais altos gabinetes de Brasília a fim de solicitar apoio ao projeto e convencer as autoridades quanto à necessidade de acolher o referido projeto. Este esforço culminou com a reforma da lei, ocorrida na sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 30 de junho de 1993. Aprovado o Projeto de Lei nº 2.460/91, o Congresso Nacional decretou: “O art. 206 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – passa a vigorar com a seguinte redação: ‘Art. 206 – Recrutar trabalhadores, mediante fraude, com fim de levá-los para território estrangeiro. Pena: detenção, de um a três anos e multa’.”

O último parágrafo da justificativa do Projeto de Lei afirmava: “Assim, não ficam as pessoas impedidas de uma atividade em princípio lícita de recrutamento de trabalhadores, não se tira de brasileiros a oportunidade de buscar dias melhores para si e para suas famílias, nem fica a sociedade desprotegida contra a ação de inescrupulosos que pretendem aproveitar-se, exatamente, da peculiaridade de nossa presente conjuntura no que respeita à escassez do mercado de trabalho interno.”

²⁷ Maria Edileuza Fontenele Reis, *Brasileiros no Japão: o elo humano das relações bilaterais*, p. 138-139.

O artigo 206 não foi suprimido, mas modificado para introduzir o fator fraude no aliciamento dos trabalhadores, o que já atenuava a situação em comparação à época em que se buscava punir o aliciamento puro e simples de brasileiros que quisessem trabalhar no exterior.

O Deputado Nomura, na justificção do Projeto de Lei, dizia: “Fui procurado por agentes de turismo preocupados com o meu projeto, e a eles expliquei que a propositura embora não tivesse precisamente o objetivo de beneficiá-los, indiretamente iria colocar as organizações idôneas sob a proteção legal, longe do eventual arbítrio de uma ação policial mal orientada, com a ressalva de que as agências que se portassem desonestamente seriam passíveis de penalidades.”²⁸

Pouco se falou, desde então, da aplicação do artigo 206, embora continuassem a ocorrer aliciamentos fraudulentos, que podem ser objetos de processos com base neste dispositivo legal. É certo que tais abusos vêm ocorrendo, não só em relação aos brasileiros que vão para o Japão, mas também para os Estados Unidos, onde se encontram mais de um milhão de brasileiros, a maioria em situação ilegal.

9.4 O apoio do governo brasileiro aos nacionais residentes no Japão

Como observado anteriormente, os mais altos dignitários brasileiros têm feito referências acerca da presença brasileira no Japão e a necessidade de dar firme apoio aos mesmos. Recordamos que o primeiro Chanceler a visitar o Japão que teve contatos estreitos com os assuntos da comunidade foi Fernando Henrique Cardoso, em 1993, cuja referência se faz adiante.

Na sua visita de Estado ao Japão em 1996, bem como na retribuição desta visita pelo Primeiro Ministro Ryutaro Hashimoto no mesmo ano, houve menções expressas acerca da presença de brasileiros no Japão e a necessidade de prestar assistência aos diversos problemas emergentes.

A referência acerca da existência de uma grande comunidade de brasileiros no Japão foi feita também pelo Imperador e Imperatriz do Japão, na ocasião de sua visita ao Brasil, em junho de 1997, quando foram recebidos pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Na visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Japão em maio de 2005, houve assinaturas de importantes documentos de cooperação bilateral com o Primeiro Ministro Junichiro Koizumi, entre os quais o Programa Conjunto Relativo às Comunidades Brasileiras no Japão, já acima referido. O documento menciona: (1) a realização em Tóquio, em abril de 2005, da Segunda Reunião de Coordenação Consular, e a expectativa da realização da Terceira Reunião, a realizar-se no Brasil em 2006; (2) os dois governos continuarão a tratar da questão da educação das crianças brasileiras residentes no Japão, estando marcada uma reunião em Tóquio, em outubro de 2005; os dois mandatários decidiram: (3) encorajar as autoridades locais no Japão a promover ainda mais o ensino da língua japonesa a imigrantes brasileiros, com o propósito de melhorar o seu desempenho escolar e reforçar sua adaptação à sociedade japonesa, bem como promover a oferta de facilidades relacionadas ao lazer, aos esportes, ao desenvolvimento social e à educação de jovens e de suas famílias; (4) concentrar os esforços no fortalecimento da comunidade brasileira à sociedade japonesa nos campos da educação e da seguridade social; e em

²⁸ Idem, *ibid.*

relação a esta última, decidiram estimular mecanismos de trabalho entre as autoridades competentes, tendo sido estabelecido um grupo de trabalho cuja primeira reunião se realizará no Brasil em setembro de 2005; (5) o lado brasileiro considerou importante melhorar a situação da comunidade japonesa no Brasil e da comunidade brasileira no Japão em outras áreas, inclusive a da saúde, e o lado japonês tomou nota dessa manifestação; (6) os dois mandatários reconheceram a importância da execução das cartas rogatórias perante a justiça de ambos os países, especialmente no contexto das relações familiares; (7) reconheceram ser o Programa JET um importante instrumento para ajudar a promover o intercâmbio pessoal para a comunidade brasileira no Japão e o lado japonês expressou a sua intenção de explorar a possibilidade de ampliar a participação brasileira no Programa JET, bem como de utilizar ainda mais os participantes brasileiros em prol das comunidades brasileiras, em especial no que concerne às crianças brasileiras no Japão; e (8) reconheceram que a emissão de programas educacionais de TV em português poderá ser útil na promoção de intercâmbio entre pessoas no plano comunitário local por meio dos participantes brasileiros do programa JET.

Tendo passado dois anos da visita presidencial do Japão, e revendo a pauta do Programa Conjunto, somos obrigados a reconhecer que, embora tenha havido as reuniões ali mencionadas, foram poucas as realizações ali previstas. Sabemos que as autoridades de ambos os países têm se esforçado para que alguns itens mais importantes se concretizem até as comemorações do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil a ser comemorado em junho de 2008, considerado também como o Ano de Intercâmbio Brasil-Japão.

9.4.1 A assistência consular aos brasileiros

Houve, no início do fenômeno de kassegui, muitas reclamações de brasileiros residentes no Japão acerca da assistência consular, bem como da imprensa brasileira, que traduzia os anseios da população. Até certo ponto, isso poderia ser considerado normal, porque até mesmo para os diplomatas lotados nas repartições brasileiras no Japão parecia difícil prever a evolução do fenômeno.

E, curiosamente, o vice-consulado do Brasil em Yokohama, instalado em 1897, foi extinto pelo Decreto nº 99.564, de 1990 (DOU de 10 de outubro de 1990), justamente quando o número de brasileiros no Japão chegava a 57.000 pessoas.

Tendo sido extinto o vice-consulado em Kobe em 1985 e o de Yokohama em 1990, os brasileiros dispunham apenas de um pequeno setor da Embaixada para receberem a prestação de serviço consular, no momento em que seu número cresceu de forma dramática.²⁹

Tivemos a oportunidade de assistir de perto ao drama dos brasileiros que careciam de assistência, pois no Ano Novo de 1992, quando visitamos o setor consular da Embaixada, havia enormes filas que davam voltas no quarteirão aguardando o atendimento em meio ao frio do inverno japonês.

Acompanhamos, outrossim, o chanceler Fernando Henrique Cardoso em sua visita ao Japão em maio de 1993, quando visitou não somente Tóquio, mas também a cidade de Nagoia, capital da província de Aichi, onde já residia um grande contingente de brasileiros e onde foi instalado em 1994 o consulado-geral, que já havia sido criado por um decreto presidencial publicado no DOU de 18 de fevereiro

29 M. E. F. Reis, *Brasileiros no Japão: o elo humano das relações bilaterais*, p. 138-139.

de 1992, tendo em vista os reiterados pedidos da comunidade. Em junho de 1995, seguiu-se a reinstalação do consulado-geral em Tóquio.

Em 8 de novembro de 1995, o governo brasileiro lançou o Programa de Apoio aos Brasileiros no Exterior, por meio do qual o tema da assistência e proteção consular ao brasileiro fora do país foi colocado como uma das prioridades da política externa do Itamaraty. Foram determinadas medidas para a prestação de serviços desburocratizados, ágeis e eficientes, remanejando seus recursos humanos e redimensionando os setores de atividades, para que a prioridade de equipamento, de espaço e de pessoal fosse atribuída ao atendimento e à assistência consular.³⁰

É possível afirmar que este foi o início da melhoria de atendimento consular aos brasileiros residentes no Japão, que até então tinham que perder um dia de trabalho para se deslocar do seu local de residência até Tóquio, muitas vezes de trem superexpresso, cujo bilhete não é barato, para solicitar a expedição de passaportes, registros civis de nascimento ou óbito, procurações e outros documentos. Atualmente, verifica-se que a maioria desses procedimentos burocráticos pode ser resolvida pelo correio, a não ser os casos que demandam o comparecimento pessoal do interessado, como a lavratura de procuração que pode ser solicitada pelo correio, mas deve ser assinada pelo outorgante na presença do funcionário do consulado, mediante comparecimento pessoal no Consulado, no Consulado Itinerante ou Posto Avançado.

O Consulado-Geral do Brasil em Tóquio publicou, em setembro de 2006, uma Cartilha Consular de 88 páginas, uma versão ampliada do Guia de Apoio ao Brasileiro no Japão, de quatro páginas, publicada em 1996. Segundo a Cartilha, a assistência consular consiste: (i) na localização e contato com familiares; (ii) na atenção a brasileiros afetados por problemas graves de saúde; (iii) na busca de solução de problemas ocasionados por catástrofes naturais; (iv) em providências relativas ao óbito de desassistidos ou desvalidos; (v) na orientação e assistência em casos de detenção; e (vi) na orientação e assistência em casos de deportação.³¹

Constam ainda da Cartilha informações sobre registros de nascimento, casamento e óbito; divórcio e outras questões relativas a direito de família; declaração de conteúdo de urna funerária; legalização consular de documentos; reconhecimento de firma; autenticação de cópias e documentos; autorização para viagem de menor; serviço militar; certificado de nacionalidade; atestados de residência e de vida; passaporte; título de eleitor e CPF.

Além disso, efetuam-se os chamados Consulados Itinerantes, que há dez anos ocorrem nos fins de semana, em que missões compostas por cónsules e funcionários se deslocam para uma cidade distante da sede dos consulados existentes a fim de prestar os mesmos serviços para os interessados que lá comparecem, sem terem que perder o seu dia de trabalho. São cerca de cinco a dez missões anuais realizadas pelos Consulados-Gerais de Tóquio e Nagoia e que têm sido recebidas com muito entusiasmo pelos brasileiros residentes nessas cidades, que se sentem prestigiados pelas visitas das autoridades consulares.

Também foram criados, a partir de 2002, os Postos Avançados do Consulado-Geral de Tóquio nas cidades de maior concentração de brasileiros, onde funcionam agências e postos do Banco do Brasil. São elas as cidades de Mitsukaido, na província de Ibaraki; Ota, na província de Gunma; e Ueda, na província de Nagano. Funcionários do consulado-geral, uma vez por mês, comparecem a essas localidades para recolher os pedidos de documentos, colher assinaturas nas procurações e entregar os pedidos do mês anterior.

³⁰ Idem, *ibid.*

³¹ Consulado-Geral do Brasil em Tóquio, *Cartilha Consular: serviços consulares e guia de apoio aos brasileiros no Japão*.

Não se pode olvidar, ainda, os Conselhos de Cidadãos criados em Tóquio e Nagoia a partir de 1996. O Conselho de Cidadãos em Tóquio era inicialmente presidido pelo Embaixador do Brasil, mas mais tarde a presidência foi transferida para o Cônsul-Geral. Tivemos a oportunidade de participar de algumas reuniões em Tóquio, na qualidade de representante do CIATE. Constituído, inicialmente, por representantes de empresas brasileiras, jornalistas, professores e estudantes, tende a progredir para acolher representantes das comunidades locais que englobam a jurisdição do Consulado-Geral, o mesmo ocorrendo com o de Nagoia, que abriga importantes entidades, como as associações brasileiras de Hamamatsu e Toyohashi, entre outras. Vem servindo como importante elo entre os consulados e a comunidade brasileira, um canal informal que leva às autoridades diplomáticas e consulares os anseios e as necessidades dos brasileiros residentes no país.

Pode-se destacar, ainda, o serviço de atendimento à saúde “Disque Saúde”, que também já completou dez anos de existência. Trata-se de atendimento por uma telefonista que se encontra nas dependências da repartição consular, patrocinada por algumas empresas brasileiras, que atende as ligações da comunidade e as repassa para um grupo de profissionais da área de saúde que se encontra no Japão com bolsas do governo japonês. Eles prestam informações sobre hospitais onde há médicos bolsistas brasileiros que podem auxiliar na comunicação com os médicos japoneses, porquanto os médicos brasileiros não podem atender diretamente os pacientes. Podem, contudo, orientar quanto ao diagnóstico de doenças e indicar o hospital para onde devem dirigir-se, de acordo com a especialidade.

Ainda há outra iniciativa, as chamadas Caravanas da Saúde, compostas de médicos voluntários brasileiros que prestam atendimento à comunidade. Embora o exercício da medicina por estrangeiros no Japão dependa da aprovação em exames nacionais em igualdade de condições com os japoneses e existam alguns brasileiros que tenham sido aprovados em tais exames, não são os mesmos que constituem a Caravana.³²

As autoridades consulares têm visitado as penitenciárias e os reformatórios de menores, onde há um contingente não desprezível de brasileiros adultos e menores que cumprem penas, aguardam julgamentos ou encontram-se no processo de reeducação, no caso de menores. Procuram saber das necessidades ou de suas carências, o que resultou nas providências de tratamento médico-odontológico, ou no fornecimento de agasalhos no período de inverno.³³ Entristece-nos constatar que os brasileiros ocupam o desonroso segundo lugar no índice de criminalidade entre os estrangeiros adultos e o primeiro entre os menores, sem mencionar os recentes acontecimentos que vêm preocupando tanto as autoridades japonesas quanto as brasileiras, que são os casos de brasileiros que cometem crimes no Japão e em seguida fogem para o Brasil, para ficar ao abrigo da impunidade, número que atingiu quase 100 casos em 2006, assunto tratado pelo Dr. Kazuo Watanabe no capítulo a seu cargo (12.5).

9.4.2 A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração (CPMI)

A CPMI foi constituída por requerimento apresentado pelo Senador Hélio Costa (PMDB/MG) e pelo Deputado João Magno (PT/MG) para apurar os crimes e outros delitos praticados com a emigração

32 As restrições impostas aos estrangeiros concernentes ao exercício da medicina não ocorrem somente no Japão. Os médicos japoneses que foram enviados para o Brasil na segunda metade da década de 1920 e década de 1930 tiveram que refazer os respectivos cursos, obter a nacionalidade brasileira e prestar serviço militar, não como oficiais médicos, mas como praças, para então obter as respectivas inscrições no Conselho Regional de Medicina.

33 Conforme M. E. F. Reis, op. cit., p. 138-139.

ilegal dos brasileiros para os Estados Unidos, mas o escopo foi estendido para os brasileiros que se encontram na Europa, Paraguai e Japão.

A maior parte desse relatório de 577 páginas³⁴ aborda a questão dos brasileiros e das comunidades brasileiras nos Estados Unidos, Europa e Paraguai, mas vale a pena ressaltar a parte relativa ao Japão.

Houve audiência pública em São Paulo, em 2 de dezembro de 2005, para ouvir os representantes da comunidade nikkei acerca do fenômeno de kassegui e, em março de 2006, os representantes da Comissão visitaram o Japão a fim de ouvir os representantes diplomáticos e consulares, representantes do Conselho de Cidadãos em Tóquio e Nagoia, autoridades japonesas dos ministérios do Trabalho, da Saúde e do Bem-Estar Social, da Educação e Ciências, e também a Agência Nacional de Polícia. A Comissão visitou também penitenciárias em Yokohama e Nagoia, bem como o Reformatório de Menores de Kurihama.

Segundo o relatório da CPMI, os integrantes da Comissão teriam ficado impressionados com as rígidas normas disciplinares impostas àqueles que cumprem penas no Japão, tais como a exigência de comunicação apenas na língua japonesa, restrição a uma visita familiar por mês, a obrigação de trabalhar 40 horas por semana, proibição de contato telefônico e também a inexistência da chamada “visita íntima” no cárcere japonês.³⁵

O relatório da Comissão tem sido fonte de referência em diversos encontros e reuniões de trabalhos realizados, desde então, e terá ocasionado a recente criação da Subsecretaria-Geral de Comunidades Brasileiras no Exterior, no Ministério das Relações Exteriores, em substituição ao Departamento de Assuntos Consulares, Jurídicos e das Comunidades Brasileiras no Exterior, continuando a contar com as mesmas divisões.

Na seção 9.3, relatou-se a reforma do artigo 206 da lei penal brasileira por meio dos esforços do falecido Deputado Diogo Nomura, e é curioso notar que uma das conclusões do relatório final da CPMI é de que anos depois essa alteração estaria trazendo dificuldades para a repressão de agenciadores que enviam emigrantes ilegais para os Estados Unidos via México, justificando a apresentação do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006.³⁶

9.5 Conclusões

O fenômeno de kassegui não é um acontecimento isolado no contexto internacional. Na realidade, está inserido num fluxo de brasileiros que rumam para o exterior, devido às recessões econômicas que o Brasil enfrentou ao longo da década de 1980, coroado com o sequestro de poupança do chamado Plano Collor. Trata-se de um fluxo que levou para o exterior quase três milhões de brasileiros, a começar pelos Estados Unidos, Paraguai, Japão e Europa. E note-se que é um fenômeno que poderia ser considerado mundial, haja vista o grande movimento de migração de nacionais do Leste Europeu rumo aos países da União Europeia, os latino-americanos rumo aos Estados Unidos, asiáticos rumo ao Oriente Médio, Europa, Estados Unidos, Japão etc.

34 Disponível no site <www.senado.gov.br/web/comissoes/CPI/Emigracao/RelFinalCPMIEmigracao.pdf>.

35 Conforme *Relatório da CPMI da Emigração*, p. 259 ss.

36 Idem, p. 253.

A soma de mais de USD 100 bilhões que os migrantes enviam para os respectivos familiares é digna de nota. Há países, como El Salvador e Honduras, onde as remessas de seus nacionais provenientes dos Estados Unidos chegam a constituir 1/4 dos respectivos PNBs. Países como Filipinas e Indonésia nomearam ministros de Estado para cuidar dos interesses de seus expatriados que trabalham no exterior e enviam montantes da ordem de USD 8 bilhões para os seus respectivos países.

Diz-se que o Brasil recebe mais de USD 6 bilhões anuais e obviamente esse montante constitui uma importante contribuição para o balanço das contas correntes, mas não seria o caso de afirmar que o país depende das remessas dos brasileiros residentes no exterior. Ainda que os cerca de USD 2 bilhões de dólares enviados pelos brasileiros residentes no Japão seja um número comparável a toda exportação brasileira para esse país, superando a soma de todos os produtos brasileiros exportados, como os minérios de ferro, metais não ferrosos, soja, suco de laranja e café, não se pode afirmar que o Brasil depende dessas remessas provenientes do Japão.

Obter USD 6 bilhões em superávit de exportação não é uma tarefa fácil de ser executada. A remessa dos brasileiros provenientes do exterior entra sem nenhum ônus para o país em termos de investimento em infraestrutura, equipamentos, treinamento de recursos humanos, aquisição de insumos ou matérias-primas.

E ainda que não houvesse tais remessas, o governo brasileiro tem a obrigação de zelar pelo bem-estar dos nacionais que trabalham arduamente no exterior.

Poucas informações estão disponíveis no que se refere à receita de emolumentos consulares do Japão. Segundo Maria Edileuza Fontenele Reis, a renda consular no Japão situa-se entre as mais altas de toda a rede consular no exterior. A soma das receitas dos Consulados-Gerais de Tóquio e Nagoia, no ano de 1997, chegou a mais de USD 3,7 milhões de dólares.³⁷ Considerando que a população brasileira no Japão, à época, era da ordem de 200.000 pessoas, e hoje, há mais de 300.000, pode-se considerar, então, que esta soma esteja próxima a USD 5 milhões de dólares anuais.

Somos obrigados a reconhecer que houve muitas melhoras no atendimento de brasileiros pela rede consular e demais serviços já delineados no decorrer deste trabalho. Ainda assim, muito mais poderia ser feito em termos de atendimento, tanto em contratação de recursos humanos quanto de equipamentos. Sabe-se do anseio pela abertura de mais uma repartição consular, quer em Hamamatsu, quer em Osaka, uma vez que o Consulado-Geral de Nagoia responde por 30 províncias, quase o dobro do Consulado-Geral em Tóquio.

Uma comunidade de mais de 300.000 pessoas pode apresentar problemas e questões inerentes ao seu tamanho. A grande preocupação das autoridades e das comunidades brasileiras no Japão e nipo-brasileiras no Brasil continuam sendo as questões trabalhistas e previdenciárias, educação das crianças, quer nas escolas japonesas quer nas brasileiras, a questão da cooperação judiciária em material penal e civil, bem como a questão da criminalidade e delinquência de brasileiros. Cada um dos problemas demanda longas discussões entre as autoridades. Tem-se assistido a longas negociações entre as autoridades diplomáticas de ambos os países e verifica-se a dificuldade em chegar a conclusões e entendimentos.

Vale lembrar que as autoridades japonesas estão interessadas em solucionar ou pelo menos acelerar a questão da aplicação extraterritorial do Código Penal brasileiro, firmando as diretrizes para entrega de

37 M. E. F. Reis, *Brasileiros no Japão: o elo humano das relações bilaterais*, p. 162.

documentos relacionados a crimes cometidos por brasileiros no Japão e que se encontram foragidos no território nacional. Por outro lado, as autoridades brasileiras têm preocupações quanto a cartas rogatórias em matéria cível, que têm demorado de um ano a um ano e meio para serem devolvidas, e quando voltam, muitas vezes sequer chegaram ao destinatário por erro no endereço ou por sua mudança. Muitas vezes são ações em busca de alimentos de mulheres e crianças que dependem de decisão judicial para a manutenção própria, o que acaba deixando um grande sentimento de frustração nas pessoas.

Quanto ao acordo de previdência, sabemos serem demoradas as negociações devido a complicados cálculos atuariais de ambas as partes. Os acordos de previdência firmados pelo Japão são com os Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha e Coreia, países onde os japoneses vão trabalhar e onde recolhem suas contribuições previdenciárias. Aparentemente, as autoridades governamentais japonesas não estão preocupadas com os problemas que ocorrerão pela presença de pelo menos um terço da população atual de brasileiros, que eventualmente permanecerá em caráter definitivo no Japão e que em breve se tornará inativa. Não tendo recolhido as contribuições para o sistema previdenciário e de seguro japonês, fatalmente haverá problemas.

A questão da educação das nossas crianças é ainda mais preocupante. Há informações de que mais de dez mil jovens não estão frequentando nem as escolas japonesas, nem as brasileiras. Quanto às escolas japonesas, é compreensível a dificuldade de adaptação, com eventuais problemas de discriminação que, embora tenham diminuído, não foram eliminados totalmente. E no que se refere às escolas brasileiras, o problema é o elevado valor da mensalidade, que poderia ser mais baixa se houvesse colaboração tanto das autoridades centrais quanto municipais em reconhecer-lhes o indispensável *status* de escolas para que pudessem receber os subsídios das municipalidades, o que resultaria numa diminuição de 30 a 40% do valor atual das mensalidades. A frequência à escola certamente diminuiria o alto índice de delinquência dos jovens brasileiros no Japão.

Em breve o Japão enfrentará o grave problema da falta de mão de obra, devido ao baixo índice de natalidade (menos de 1,3 filho por mulher durante o período de fertilidade), do envelhecimento da população, que já atingiu o seu ápice em dezembro de 2005 (cerca de 127 milhões) e que doravante só tende a diminuir. A Nippon Keidanren publicou um relatório, em 2005, onde clama pela mudança da lei de imigração, possibilitando a entrada de trabalhadores monofuncionais estrangeiros, o que seria um grande desafio para um país como o Japão, que carece de experiências de permitir a entrada de contingente de estrangeiros. A experiência com os coreanos e chineses de Taiwan já não se adapta ao presente. A única experiência válida para o governo e o povo japonês é a presença de nikkeis brasileiros e latino-americanos, que poderá ser considerada uma boa ou má experiência, dependendo da forma como as autoridades encararem com seriedade ou não a questão dos dekasegui.

Trata-se de um desafio, tanto para os japoneses como para os brasileiros. Gostaríamos que os brasileiros voltassem para o seu país de origem com recursos suficientes, aliados à experiência de terem vivido no Japão, trazendo os conhecimentos da língua, da experiência cultural, para continuar contribuindo para o progresso da sociedade brasileira. Ainda que os brasileiros passem a frequentar cursos universitários no Japão, sua inserção na sociedade japonesa é difícil, contrariamente do que ocorreu no Brasil. E caso não ocorra a sua inserção pelas vias normais, teme-se que acabem se tornando cidadãos de segunda classe, sem possibilidades de ascensão social.

Referências Bibliográficas

CARDOSO, Ruth C. L. **Estrutura familiar e mobilidade social:** estudo dos japoneses no Estado de São Paulo. Masato Ninomiya (Org.). 2. ed. trilingue. São Paulo: Kaleidos-Primus, 1998.

CENTRO DE INFORMAÇÃO E APOIO AO TRABALHADOR NO EXTERIOR – CIATE. **Relatório do Simpósio Comemorativo do 5º aniversário do CIATE.** São Paulo: Topan-Press, 1998.

_____. **Declaração de São Paulo e Londrina e Declaração de Hamamatsu** (edição tetralíngue, português, japonês, inglês e espanhol). Masato Ninomiya (Org.). *Simpósio Internacional de Direito Comparado: Trabalhadores Brasileiros no Japão.* Organizado pelo Instituto de Direito Comparado Brasil-Japão. São Paulo: Paulo's Comunicação e Artes Gráficas, 2002.

_____. **Anais do Simpósio Internacional do 10º Aniversário do CIATE** (edição bilíngue, português e japonês), Masato Ninomiya (Org.). São Paulo: Topan-Press, 2003.

_____. **Anais do Seminário de Capacitação Humana para Decasseguis** (edição bilíngue, português e japonês). Masato Ninomiya (Org.). São Paulo: Topan-Press, 2004.

_____. **Relatório do Encontro dos Colaboradores Regionais do CIATE 2004** (edição bilíngue português e japonês). Masato Ninomiya (Org.). São Paulo: Topan-Press, 2005.

_____. **Relatório do Encontro dos Colaboradores Regionais do CIATE 2005** (edição bilíngue português e japonês). Masato Ninomiya (Org.). São Paulo: Topan-Press, 2006.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. **Uma Epopeia Moderna:** 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: HUCITEC; Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992 (edição em japonês foi publicada em 1991).

CONGRESSO NACIONAL, BRASÍLIA. **Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.** Pres.: Senador Marcelo Crivella, Vice-Pres.: Senador Valdir Raupp, Relator: Deputado João Magno, 2006, Disponível em: <www.gov.br/web/comissoes/CPI/Emigracao/RelFinalCPMIEmigracao.pdf>.

CONSULADO-GERAL DO BRASIL EM TÓQUIO. **Cartilha Consular:** Serviços Consulares e Guia de Apoio aos Brasileiros no Japão. Tóquio, 2006.

FUNDAÇÃO CENTRO DE ESTABILIZAÇÃO DE EMPREGO NAS INDÚSTRIAS. **Trajetória do Empreendimento de Melhoria do Ambiente de Trabalho para os Nikkeis** (edição em português). São Paulo: CIATE, 2004 (edição em japonês foi publicada pelo CIEE em 2003).

FUZII, Estela Okabayaski; BELTRÃO, Kaizo Iwakami; PINHEIRO, Sonoe Sugahara (Coord.). **Relatório da Pesquisa Documental Projeto Dekassegui.** Parceria entre a Associação Brasileira de Dekasseguis (ABD) e Sebrae.

HIGUCHI, Naoto. **Brazilian Migration to Japan:** Trends, Modalities and Impact. In: UN/POP/EGM-MIG/2005/11, Expert Group Meeting on International Migration and Development in Latin America and

the Caribbean (Mexico City, 30 November – 2 December 2005), Population Division, Department of Economic and Social Affairs, United Nations Secretariat.

ICCLP – INTERNATIONAL CENTER FOR COMPARATIVE LAW AND POLITICS. Relatório do Simpósio Internacional de Direito Comparado – Trabalhadores Brasileiros no Japão (edição bilingue, português e japonês). Tokyo, 2003.

NINOMIYA, Masato (Org.). **Dekassegui**: Palestras e Exposições do Simpósio sobre o fenômeno chamado Dekassegui. São Paulo: Estação Liberdade, Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992 (em português) e 1993 (em japonês).

_____. **Eighty Five Years of Japanese Emigration to Brazil and Recent Dekasegi Phenomenon**. *Journal of Behavioral and Social Sciences* (The Research Institute of Social Sciences, Tokai University), v. 1994, nº 4, p. 119 ss.

_____. (Org.). **O Futuro da Comunidade Nikkei**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1995 (em japonês) e 1996 (em português).

_____. **The Dekassegui Phenomenon and the Education of Japanese Children in Japanese Schools**. In: HIRABAYASHI, Lane Ryo et al. *New worlds, new lives: globalization and people of Japanese descent in the Americas and from Latin America in Japan*. Stanford, Califórnia: Stanford University Press, 2002.

_____. **Remittances of Brazilian Workers in Japan**. University of Tokyo, *Journal of Law and Politics*, v. 2, Spring 2005, p. 103-110.

NINOMIYA, Masato; TANAKA, Aurea Christine. **Brazilian Workers in Japan**. University of Tokyo, *Journal of Law and Politics*, v. 1, Spring 2004, p. 121-143.

_____; TANAKA, Aurea Christine; ASSIS, Carlos Augusto de. **Letters Rogatory in civil matters between Brazil and Japan: a Brazilian Perspective**. University of Tokyo, *Journal of Law and Politics*, v. 3, Spring 2006, p. 73-82.

_____; TANAKA, Aurea Christine. **Mutual Legal Assistance in Criminal Matters between Brazil and Japan**. University of Tokyo, *Journal of Law and Politics*, v. 4, Spring 2007 (no prelo).

REIS, Maria Edileuza Fontenele. **Brasileiros no Japão: o elo humano das relações bilaterais**. Masato Ninomiya (Org.). Tradução para o inglês de Stuart Birkinshaw. Tradução para o japonês de Masato Ninomiya, 2. ed. trilingue, rev. e ampl. São Paulo: Kaleidos Primus, 2002.

SOCIEDADE DOS CONSULTORES. **Anais do Simpósio 15 Anos do Movimento Dekassegui – Desafios e Perspectivas**, 2002.

YOKOTA, Paulo (Org.). **Fragmentos sobre as Relações Nipo-Brasileiras no pós-guerra**. São Paulo: Bolsa de Mercadorias & Futuros, 1997 (edição em japonês, 1998).

O nikkei brasileiro no Japão

10

10. O nikkei brasileiro no Japão



Décio Issamu Nakagawa

Formado pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, em 1978. Concluiu o Curso de Psicanálise na Sedes Sapientiae, em 1982. Ex-Médico psiquiatra da Clínica Sunrise. Ex-Diretor da Beneficência Nipo-Brasileira de São Paulo. Ex-Conselheiro do Centro de Informação e Apoio aos Trabalhadores no Exterior – CIATE.

10.1 Introdução

Para que possamos compreender a presença de trabalhadores brasileiros no arquipélago japonês é preciso fazer um recorte na história milenar do Japão. Adotamos, com fim didático, o processo de reconstrução da sociedade japonesa do pós-guerra como marco inicial. Convém ressaltar que as atividades industriais e investimentos na área educacional, no Japão, tiveram início no final do século XIX.

O processo de reconstrução da sociedade japonesa do pós-guerra foi marcado pela influência dos Estados Unidos da América. O planejamento estratégico cuidadosamente elaborado pelo Estado japonês teve como objetivos o combate à pobreza, a adoção de modelo distributivo, reduzindo a desigualdade social e a política de controle de natalidade.

Os modelos de produção dos parques industriais japoneses são expressões emblemáticas das soluções encontradas para a escassez de matéria-prima e espaço físico. Os estrategistas do governo japonês conseguiram, aos poucos, converter seus pontos fracos em fortes, com as seguintes medidas: a redução da margem de desperdício e o investimento em controle de qualidade; a adoção de fluxograma planejado, evitando-se parada e consequente ocupação de espaço; a adoção do sistema de produção em sintonia perfeita com a demanda e com a logística de distribuição. Além disso, até recentemente, a legislação trabalhista contemplava a tendência ao emprego vitalício como um dos pilares da sociedade japonesa, permitindo fidelidade e dedicação por parte dos trabalhadores. O plano de carreira, adotado pelas empresas, promovia complemento salarial em cada etapa da vida familiar, como por exemplo, casamento e nascimento de filho.

A crise do petróleo de 1970 promoveu explosão na demanda por carros menores e com menor consumo de gasolina. Coincidentemente, um pouco antes da crise, as indústrias automobilísticas japonesas estavam testando seus carros de pequeno porte, com *design* influenciado pela tendência europeia, para o seu mercado interno. A demanda do mercado internacional migrou para carros compactos e mais econômicos. As montadoras japonesas conquistaram mercados para seus carros no mundo inteiro e entraram em ritmo alucinante de produção, fortalecendo a economia e dando um salto na renda *per-*

-*capita*, que aumentou gradativamente a partir de 1960 e aproximou-se à dos Estados Unidos da América, no início da década de 80. Essa situação econômica gerou aumento na demanda de infraestrutura interna. Alguns setores, como moradia, transporte, serviços e mão de obra, ficaram sobrecarregados ou entraram em crise.

Isso porque, durante décadas, a fertilidade da mulher japonesa girou em torno de um filho, abaixo da linha de reposição, colocando a curva populacional em declínio, o que, associado à longevidade dos japoneses, uma das maiores do mundo, promoveu o envelhecimento da população.

Com isso, houve uma queda considerável na população economicamente ativa, situação que não só coloca em crise o sistema produtivo, como ameaça, a partir de uma linha de corte, o sistema previdenciário. A população economicamente ativa, no Japão, vem reduzindo-se a cada ano.

A sociedade japonesa mostrava, no final da década de 70, notas máximas em indicadores sociais, com a universalização do ensino básico e uma sociedade com pequena desigualdade social. O Estado não teve tempo para investir em infraestrutura e na desregulamentação de várias atividades. A demanda interna aumentou repentinamente e principalmente no setor de serviços, que está a exigir um novo processo de atendimento, para responder satisfatoriamente. O cidadão japonês tem acesso praticamente a todos os serviços básicos e estes contam com um número limitado de profissionais. A tecnocracia e a especialização trazem, em seu bojo, um atendimento despersonalizado. O trabalhador japonês passa em média várias horas em trens para chegar à sua residência. O sistema precisa funcionar e a individualidade fica em planos inferiores.

Na década de 80, com o aumento vertiginoso da demanda de produção, em particular nas montadoras de automotivos, houve uma crise aguda de falta de mão de obra. Simultaneamente a economia vivia uma bolha de prosperidade fundada na especulação imobiliária e financeira. Empresas de pequeno e médio porte começaram a quebrar por falta de mão de obra. Os primeiros registros de oferta de trabalho para os descendentes de primeira geração no Brasil, veiculados pela mídia na coletividade nipo-brasileira, datam de 1985. Os descendentes de primeira geração que seguiram para o país de seus ancestrais, em sua maioria, não encontraram dificuldades para trabalhar ou permanecer em território japonês. Dominando a língua e a cultura japonesa, não encontraram maiores dificuldades na adaptação ao cotidiano da vida japonesa. É importante registrar que a grande maioria dos nisseis, alegando que tinham deixado sua família e amigos, optaram por retornar ao Brasil. A base dessa decisão foi o afetivo. Em várias entrevistas, essas pessoas deram depoimentos emocionados enfatizando que o seu lugar era no território brasileiro, em que desejavam passar os últimos anos de vida. Esse movimento tímido, composto de descendentes de primeira geração, abriu as portas para o fluxo que viria a seguir, marcando a presença de brasileiros como força de trabalho em território japonês. O sonho do Eldorado; alguns anos de sacrifício e a possibilidade de realizar sonhos, como o da casa própria.

No final da década de 80, as demandas começaram a sofrer oscilações e o sistema produtivo exigia flexibilidade nas relações de trabalho. Em 1990, há mudança na lei de imigração do governo japonês permitindo que descendentes de segunda e terceira gerações pudessem obter visto especial de trabalho. O sistema de produção japonês exigiu a presença de estrangeiros para dar início ao processo de flexibilização das relações de trabalho. Gerar crescimento populacional exige algumas décadas de política de incentivo bem-sucedida. As medidas de desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho precisam de alguns anos para tornar-se realidade. Ainda hoje, por falta de programas de responsabilidade social dos setores produtivos, a sociedade japonesa sente-se invadida pelos estran-

geiros. O meio de produção na busca de solução imediata aos seus problemas introduziu o trabalhador estrangeiro, mas não considerou o homem e sua família.

A presença de brasileiros ganha consistência com a mudança da lei de imigração por parte do governo japonês, em 1990. No Brasil os governos adotaram uma série de medidas para conter uma inflação galopante. Em 1990, logo após tomar posse, o Presidente da República, Fernando Afonso Collor de Melo, adotou medidas econômicas, bloqueando as contas correntes, as poupanças e as aplicações. Tais medidas atingiram as pessoas físicas e jurídicas, alcançando, também, as pequenas e médias empresas, particularmente pela falta de capital de giro. Baseado na experiência daqueles que já tinham feito esse percurso, os descendentes de segunda geração partiram para o arquipélago para formar sua poupança. Partiram sozinhos e confiantes de sua familiaridade com as coisas japonesas. No Japão se deram conta que o seu domínio da língua japonesa era insuficiente. Nesse momento a “bolha de prosperidade” da economia japonesa havia acabado, e o tempo necessário para atingir a quantia prevista em poupança passou a ser muito maior. A solidão e as dificuldades com a diferença cultural geraram um pico no aparecimento de doenças mentais.

Sob administração de “empreiteiras” os trabalhadores brasileiros são alocados em setores industriais com picos de demandas. É essa relação de trabalho que desloca o trabalhador por vários locais de trabalho e cidades. Há, no processo, um equívoco de interpretação, e vários autores, em suas pesquisas transversais, afirmam que o trabalhador brasileiro migra muito de emprego. Há de fato uma tendência, que poderia ser explicada pelo próprio regime de precariedade dos contratos de trabalho e hipertrofiados pelas interpretações dos analistas. No início, a flexibilização da relação de trabalho implicava não dispor de nenhum mecanismo de seguro saúde, de previdência ou de qualquer tipo de amparo social.

É preciso considerar que as autoridades nipo-brasileiras desconheciam a presença da desigualdade social dentro da coletividade. Diversas pesquisas indicam que a exclusão atinge um terço da população brasileira e o mesmo se dá dentro da coletividade nipo-brasileira. No conceito dominante, a maioria da coletividade nipo-brasileira era composta de universitários, comerciantes, industriais ou agricultores bem-sucedidos. Porém, as análises quanto à origem dos trabalhadores brasileiros no Japão mostra que é muito mais heterogêneo do que se imaginava. O movimento dos trabalhadores brasileiros no Japão revelou uma faceta invisível ou escondida. Cidadãos brasileiros, que poderiam ter passado toda sua existência sem a consciência de sua exclusão social, com o movimento migratório, tomaram conhecimento dessa dura realidade até então mascarada.

Em torno de 1995, os trabalhadores passaram a voltar para buscar sua família, ou já partir com ela. A presença da família mostrou ser um fator de proteção à saúde mental dos trabalhadores. Por outro lado, a vulnerabilidade das crianças e idosos aumentou consideravelmente. Os idosos ficaram no Brasil e em grande parte sem nenhum amparo da família. Em casos extremos chegaram até a não ter nenhuma notícia de seus familiares. Constatamos a frequência com que os vizinhos zelosos prestavam socorro nas situações de emergência, envolvendo os idosos nipo-brasileiros desprovidos de qualquer retaguarda familiar. Ademais, em razão da violência urbana nas metrópoles brasileiras, os que retornam do Japão, muitas vezes, acabam caindo na mira de marginais e muitos idosos acabam adotando medidas para não revelar sua condição a quem quer que seja.

A partir de 1995, os trabalhadores brasileiros passaram a consumir em grande escala, e surgem, a partir daí, vários empreendimentos direcionados para esse mercado. Em regiões de grande concentração de brasileiros, é possível realizar todas as atividades do cotidiano, fazendo uso da língua portuguesa. A

oferta de produtos brasileiros tem crescido continuamente. Alguns empreendimentos de brasileiros, em território japonês, foram tão bem-sucedidos que não só avançaram para a sociedade japonesa, como também seguiram em direção à Ásia.

Os trabalhadores brasileiros no Japão estão, em média, mais de cinco anos fora do Brasil. Estão passando por um lento processo de aculturação.

10.2 Saúde

Os movimentos migratórios duplicam ou triplicam a carga de estresse. O estresse pode tornar-se um agente prejudicial ao desenvolvimento de jovens. Pode-se manifestar como sintomas de doenças psicológicas ou somáticas. Entre as somáticas, podemos citar a elevação da pressão arterial, doenças gástricas, intestinais e outras. A elevação da pressão arterial pode ser aguda e intensa, levando ao acidente vascular cerebral (derrame) ou infarto do miocárdio. Em algumas situações, o estresse fica mascarado por um acidente de trabalho, trânsito, distúrbio alimentar ou dependência (álcool, tabaco, drogas ilícitas ou jogos).

Há, também, casos de trabalhadores que são afetados pelas condições de trabalho. Inalação de produtos tóxicos, exposição a ruídos excessivos, troca de turno contínuo ou assédio moral. Acidentes de trabalho seguidos de mutilação ou amputação foram muitos descritos no início do movimento. Há um grande contingente de brasileiros que se envolve em acidentes de trânsito e, muitas vezes, não estão conscientes do rigor da legislação japonesa.

Alguns trabalhos mostram que o residente brasileiro no Japão tem tendência ao sobrepeso e tem os indicadores metabólicos (glicemia, colesterol ou triglicérides) comprometidos. Esses mesmos trabalhos sugerem que as referidas alterações devem ser decorrentes da alimentação rica em carboidrato e da vida sedentária.

Há pesquisadores apontando para o surgimento, entre os brasileiros, de doenças como a tuberculose e o mal de Hansen (lepra). Alguns pesquisadores, também, noticiam o aumento relativo de casos de doenças sexualmente transmissíveis entre os brasileiros residentes no Japão.

As doenças mentais de maior prevalência, no momento, estão ligadas à ansiedade ou ao estresse. Entre elas, ganha destaque a depressão, um quadro acompanhado de tristeza, desânimo, labilidade de humor, dificuldade para dormir e perda de apetite. A carga de estresse tem sido maior entre as mulheres, que precisam dar conta de jornada de trabalho, além de cuidar da casa e da família.

É preciso considerar que o Japão é atingido periodicamente por terremotos e tufões. O brasileiro não sabe como lidar com as consequências desses fenômenos da natureza. Não leva a sério os treinamentos e recomendações promovidas pela defesa civil. A violência da natureza deixa rastro, com o aparecimento de portadores de ansiedade de estresse pós-traumático.

Ainda hoje, a grande dificuldade do trabalhador brasileiro, em relação à saúde, é a barreira da língua e o fato de não estarem filiados aos seguros de saúde. O atendimento acaba ficando precário, mesmo com a presença de um intérprete. O brasileiro é portador de uma linguagem re-

pleta de subentendidos e demanda tempo para chegar ao ponto central. No Japão, a linguagem, mesmo em consultas médicas, precisa ser objetiva. A nossa tendência é comparar os serviços da sociedade japonesa com nossas ilhas de excelência; com os bolsões de pobreza ou regiões mais carentes. Como são de categorias diferentes, essas diversas realidades não admitem comparação simplificada.

A presença de trabalhadores brasileiros, descendentes de segunda geração, iniciou-se a partir de 1990, com a mudança da lei de imigração do governo japonês. No começo tinha conotação de temporária e com ampla promessa de retorno. Porém, o movimento prosseguiu e em breve fará 20 anos de existência. Gradativamente vem mudando aquela característica inicial, sendo que atualmente a presença de brasileiros em território japonês adquiriu a natureza de movimento migratório. A presença permanente de pessoas físicas e de empresas brasileiras é uma realidade. Entre as empresas lá estabelecidas, podemos citar as do setor bancário, da mídia, dos alimentos, do entretenimento e dos serviços diversos.



10.3 Crianças e adolescentes envolvidos no movimento de kassegui

Kyoko Yanagida Nakagawa

Bacharel e psicóloga pela Universidade de São Paulo. Especialista em psicanálise e psicodiagnóstico. Mestre e Doutora pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em Políticas Sociais e Movimentos Sociais. Bolsista Capes e CNPq na questão das crianças e adolescentes envolvidos no movimento de kassegui. Tem vários artigos publicados em coletâneas.

10.3.1 Generalidades

Desde o início de sua imigração oficial, em junho de 1908, a comunidade nikkei¹ vem presenciando uma série de acontecimentos dentro dela, um dos quais, e de grande envergadura, o movimento de kassegui,² em menos de uma década, levou para o Japão o mesmo número de descendentes que nesses mais de 90 anos de imigração trouxe de japoneses ao Brasil. Além do mais, esse movimento tem trazido consequências não apenas para os trabalhadores, mas também para todos aqueles que estão envolvidos, direta ou indiretamente, e para a sociedade em geral, tanto a brasileira quanto a japonesa.

1 *Nikkei* é um termo japonês e refere-se ao descendente de japonês nascido fora do Japão, compreendendo os *nisseis* (segunda geração), os *sanseis* (terceira geração), os *yonseis* (quarta geração) e os mestiços. Por não ter um termo equivalente em português e devido à flexão no plural em japonês complicar o entendimento do texto, opto por utilizá-lo como em português, acrescentando o *s* quando se referir ao plural.

2 O termo *dekassegui* foi usado originalmente para designar os migrantes japoneses que viviam e trabalhavam nas regiões agrícolas situadas ao norte e ao sul do Japão, e que, nos períodos de entressafra (inverno), saíam de suas terras em busca de trabalho nas regiões mais centrais e industrializadas, como Tokyo e Osaka. Na comunidade *nikkei*, essa palavra tem sido usada para designar as pessoas que saem do Brasil para trabalhar em outros países, principalmente o Japão. No Japão, atualmente, é usado para designar todos aqueles que saem de suas terras em busca de trabalho. Embora no dicionário Aurélio de língua portuguesa já conste a palavra “decasségui” para designar os descendentes de japoneses que vão trabalhar no Japão, usarei a palavra na sua forma original, em grifo, acrescentando-se *s* quando me referir no plural para não restringir o sentido da palavra apenas aos descendentes de japoneses.

Como esse movimento já foi abordado por outros autores, atendo-me a apenas um dos aspectos das inúmeras consequências que ele vem trazendo ao longo dos anos.

Dos mais de 300 mil brasileiros que se dirigiram ao Japão, o maior número concentra-se na faixa etária de 25 a 45 anos, isto é, adultos na faixa de maior fecundidade. Assim, o número de crianças envolvidas nesse movimento é bastante significativo. Essas crianças, filhos desses trabalhadores, se encontram, não por sua escolha, sofrendo as consequências desse movimento.

A maioria dessas crianças está em idade de formação escolar e estruturação emocional. Se considerarmos não apenas o desenvolvimento físico, mas também o desenvolvimento psicossocial, elaboração de várias “crises” necessárias ao pleno desenvolvimento, incluindo o período da adolescência, podemos constatar que as alterações bruscas em seu meio social e familiar afetam-nas diretamente.

Para compreendermos melhor o que acontece com as crianças, pensei em três grandes grupos nos quais elas se encaixariam: grupo das crianças que estão no Japão com seus pais, das crianças que voltam ao Brasil depois de passar algum tempo no Japão ou nasceram lá durante a estada de seus pais e as crianças que ficam no Brasil sem a presença de um dos pais ou ambos, enquanto esses vão trabalhar no Japão. Essa divisão é apenas didática, pois é comum termos crianças que ora fazem parte de um grupo, ora fazem parte de outro, apresentando sinais típicos dos grupos correspondentes, cumulativamente.

10.3.2 Crianças que retornam ao Brasil

Este grupo refere-se às crianças que estiveram no Japão ou nasceram ali e agora estão de volta ao Brasil. Essas crianças estão apresentando dificuldades de adaptação; infelizmente, tiveram que “enquadrar-se” nos moldes da cultura japonesa e agora, de volta, estão precisando “reenquadrar-se” nos moldes brasileiros. Embora a diversidade cultural (incluindo o aprendizado de novos idiomas) possa ser algo enriquecedor, só o é quando existe uma estrutura anterior na qual a cultura de origem está razoavelmente bem incorporada, podendo agregar o novo após vivência e reflexão.

Em geral, as crianças que retornam tendem a negar uma das culturas para evitar o conflito, caminho mais fácil para a suposta adaptação, o que implica negar parte de sua existência e do seu ser, comprometendo seu desenvolvimento. Assim, crianças que se tornaram perfeitas “japonesinhas” não gostam de nada relacionado ao Brasil, e as crianças que já foram para o Japão com alguma estruturação tendem a “esquecer” as experiências vividas lá.

Apresentam também dificuldades no estabelecimento de sua identidade, especialmente as crianças que nasceram no Japão. Não entendem por que não são japonesas e reconhecidas como tais; por que são tratadas como diferentes se apresentam a mesma fisionomia, falam o mesmo idioma e não conhecem nada diferente em sua história de vida. O Japão não reconhece *jus solis*.³ Quando retornam, não conseguem identificar-se com as pessoas daqui e apresentam grande resistência para adaptar-se ao Brasil.

³ *Jus solis* é o direito de ter a cidadania do país em que nasceu. No Japão, só é japonês se tiver ascendência japonesa.

As crianças que aprenderam o idioma japonês com uma certa facilidade e conseguiram adaptar-se à vida no Japão também apresentam a mesma dificuldade no estabelecimento de sua identidade; gradativamente vão se autodenominando japonesas, embora sejam tratadas como estrangeiras, e na ocasião de seu regresso ao Brasil, novamente encontram dificuldades de se inserirem, já que podem ser vistas como estrangeiras e se sentem como tais.

Notando um aumento de crianças que retornavam e que estavam nessas condições, principalmente em cidades com grande concentração de nikkeis, elaborou-se um projeto chamado Projeto Kaeru. “Kaeru” significa mudança, significa volta e sapo, que dá a ideia de metamorfose e de dupla forma de vida, aquática e terrestre. Este projeto foi realizado em 1996, com duração de seis meses em sessões semanais de duas horas e meia.

Quando as crianças voltam ao Brasil, “desaprenderam” ou não foram incentivadas a criar, a serem autônomas, independentes, segundo a nossa cultura. Esperam sempre por ordens, por parâmetros ou modelos. Não possuem iniciativa, geralmente são passivas e apresentam dificuldades para estabelecer relações interpessoais. A ideia que permeia a educação japonesa de que existe um correto e que ele deve ser aprendido facilita a formação de um pensamento homogêneo, cristalizado e sem diferenças significativas, o que dificulta aquilo que nós chamamos de “criatividade”.

Provavelmente, a iniciativa como a cultura ocidental espera que ela se manifeste não seja estimulada no Japão. As crianças são treinadas a conter os movimentos, a manifestação de sentimentos, as opiniões, as emoções e principalmente os ímpetus de impulsividade. Trabalhos como o de Anne Lau,⁴ e outros autores, mostram que na cultura japonesa a demonstração ou explicitação de um sentimento, um desejo, seja por meio da fala ou de gestos, é altamente desestimulada, uma das razões, talvez, que leve à passividade.

O desenvolvimento do trabalho foi conduzido por profissionais voluntários da saúde e da educação, com vivência nas duas culturas e com o apoio de uma ONG: a Sociedade de Consultores. Esse trabalho foi voltado para crianças de seis a dez anos, sem comprometimentos graves. As crianças com comprometimentos mais sérios foram encaminhadas para profissionais especializados, pois o objetivo do projeto era trabalhar apenas a questão das diferenças culturais.

No início, o grupo de atendimento era constituído apenas por crianças que se enquadravam nesse perfil, mas pela dificuldade de estabelecerem relacionamentos e por serem muito passivas, introduzimos crianças nikkeis que não tiveram nenhuma experiência no Japão. Estas últimas atuaram como facilitadoras. Foram enfocados, basicamente, os aspectos culturais e sua repercussão no desenvolvimento emocional das crianças. Procuramos mostrar que a negação de uma das culturas não era a forma mais saudável de resolver o conflito. A condução do trabalho foi no sentido de que pudessem integrar essas experiências e facilitar a transição entre essas duas culturas tão distintas.

Ao falar de cultura, a primeira ideia que surge é a cultura observável, visível, como o comportamento, e “copiável” com relativa facilidade. Todavia, sabemos que as raízes de uma cultura são muito mais complexas, mais profundas até mesmo para compreender determinado comportamento, ou seja, falamos da cultura implícita.⁵ Suzuki (1977) fala algo semelhante em termos de cultura exposta e cultura ocul-

4 Juntamente com Tamura, *Connectedness versus separateness: applicability of family therapy to japanese families*, *Family process*, 1992.

5 Cf. Clyde Kluckhohn. *Costumes estranhos. Antropologia: um espelho para o homem*, 1963.

ta.⁶ Agir desta ou daquela forma implica uma postura anterior de vida, de crença, de forma de pensar e sentir. Isso não se aprende de forma rápida, é transmitido de geração para geração. Mesmo em termos de idioma, para a sua perfeita compreensão, não basta aprender a falar, ler e escrever, uma vez que há nele um modo de ser de um povo, sua história, forma de pensar, enfim, sua cultura.

No final do projeto, as crianças mostraram-se mais descontraídas, menos ansiosas, readquirindo a capacidade de iniciativa, e pôde-se observar um movimento de resgate da cultura negada para uma posterior elaboração. Tomou-se o cuidado de apontar as diferenças sem a conotação de bom ou ruim, de certo ou errado, mostrando-se a elas que a capacidade de transitar por culturas diferentes, de conviver e de aceitar o diferente, traria maior riqueza interior, amenizando assim a sensação de inadequação.

Linton fala desse conflito entre as culturas: “É mesmo mais evidente no caso daqueles que, tendo começado a vida em uma cultura, estão tentando ajustar-se a outra. São os ‘homens marginais’, cuja condição é conhecida de todos os que trataram do fenômeno da aculturação. [...] O indivíduo aculturado pode aprender a agir e até mesmo a pensar em termos da cultura de sua nova sociedade, mas não pode aprender a sentir nesses termos. Cada vez que se exige decisão, encontra-se ele perdido, sem pontos fixos de referência” (Linton, 1973, p. 147).

O projeto também foi interessante para as crianças facilitadoras, pois puderam perceber que existem pessoas que enxergam, agem e comportam-se diferentemente delas e nem por isso são melhores ou piores. Na era da globalização e internacionalização e em sociedades pluriculturais ou multiculturais, o importante é perceber as diferenças e ter a disposição para compreender o ponto de vista do outro e, na medida do possível, livrar-se dos preconceitos. Isso não deve ocorrer apenas em relação aos estrangeiros, mas, também, em relação aos grupos minoritários, os excluídos, aos quais são atribuídas as causas da violência, sujeira, desviando a atenção das pessoas para detectar as verdadeiras origens desses problemas.

O idioma é mais uma das grandes dificuldades na inserção das crianças e adolescentes, tanto na sociedade japonesa, quanto na sociedade brasileira no regresso. Isso é mais acentuado nos adolescentes que voltam praticamente sem a compreensão do português, e dificilmente poderão frequentar o curso médio sem saber falar, escrever ou ler em português. Além de a língua portuguesa ser um idioma difícil para se ter um domínio completo, não existem cursos (com exceção do ensino do português para estrangeiros, que, sem pressa, num ritmo de duas vezes por semana, passa noções básicas a custos elevados) especializados, voltados para essa população, que necessita de um ensino intensivo do idioma, incluindo um cabedal de vocábulos específicos e imprescindíveis na vida escolar.

10.3.3 Crianças que ficaram no Brasil

Esse grupo é constituído por crianças que ficaram no Brasil sem o pai, a mãe ou ambos e estão sendo cuidadas por qualquer pessoa que se dispôs a ficar com elas. Muitas vezes, elas ficam aos cuidados de avós, muitos dos quais mal podem cuidar de si mesmos, ou com tios, parentes e, em alguns casos, até com empregados, vizinhos etc. Muitas dessas crianças não possuem responsáveis legais, dificultando as suas vidas em caso de precisarem dos serviços de órgãos oficiais, em casos de doença, morte, envolvimento policial e outros. Teoricamente, nem poderiam ser matriculadas em escolas no ano seguinte.

6 Takao Suzuki. *Kotoba to bunka (Language and Culture). Guides to Japanese Culture*, 1977.

A minha pesquisa de mestrado abrangeu 70 crianças de 7 a 16 anos, regularmente matriculadas em escolas públicas da cidade de São Paulo, as quais foram beneficiadas com o projeto Sociedade das Crianças.⁷ Alguns dos dados obtidos serão expostos sucintamente.⁸

A maioria das crianças, 69%, separou-se do pai, da mãe ou de ambos, antes dos seis anos de idade, considerada a faixa etária mais vulnerável a separações; dentre elas, 7% nem sequer haviam nascido quando houve a separação. O desenvolvimento saudável de uma criança depende predominantemente da adequação de sua formação nos primeiros anos de vida e dos vínculos formados, pois é ali que estão sendo formados os alicerces de sua personalidade. Assim, se nesse período de seis meses a seis anos existir uma ruptura nos vínculos ou a perda da figura paterna ou materna (principalmente), a criança pode ter uma personalidade perturbada no futuro, desde a formação de caráter delinquente até uma personalidade propensa aos estados de ansiedade e à doença depressiva (Cf. Bowlby, 1997).

Com o pai trabalhando no Japão, 70% das crianças desse estudo tinham a mãe como responsável, muito embora várias delas não vivessem com suas mães. A alegação mais comum para essa separação da mãe era o fato de elas precisarem trabalhar o dia todo e não poderem cuidar dos filhos. Situação semelhante aconteceu com as crianças que tinham suas mães trabalhando no Japão. Neste caso, quase que a totalidade das crianças estava também separada de seus pais, pois pareceu mais difícil para um homem sozinho trabalhar e cuidar da casa e dos filhos. Nestes casos, sempre aparece uma figura feminina, avó ou tia, que acabava assumindo o cuidado com as crianças. Isto significa que, embora apenas 16% tivessem ambos os pais no Japão trabalhando, o número de crianças que estavam, de fato, separadas de ambos os pais era muito maior.

Boa parcela das esposas que ficam no Brasil não podem continuar sendo apenas donas-de-casa, pois se deparam com dificuldades financeiras. Cerca de 32% das crianças não recebiam nenhuma ajuda financeira da pessoa que foi trabalhar no Japão; 13% recebiam ainda alguma ajuda financeira, mas bastante esporadicamente; 55% das crianças recebiam dinheiro com uma certa regularidade, embora, muitas vezes, insuficiente para o sustento da família. Muitas crianças nem ao menos sabem do paradeiro do pai ou da mãe, pois é muito comum o abandono completo da família que ficou no Brasil. Não raras vezes, pessoas que vão para o Japão acabam constituindo uma nova família. Os órgãos oficiais de ambos os países se omitem na responsabilização das pessoas que abandonam as famílias de origem.

Situação semelhante ocorreu no que se refere a contatos. Cerca de 20% das crianças nunca mais tiveram notícias de quem foi; 28% tiveram alguma notícia, muito esporadicamente: a pessoa que está no Japão telefonava ou dava algum sinal de vida apenas no Natal ou no Ano Novo. Apenas 26% desse grupo tinham um contato regular e frequente.

Um traço muito comum nessas famílias e consequentemente nas crianças foi o isolamento, a escola constituía o único canal de inserção. Aos poucos, a família foi perdendo os contatos sociais: inicialmente com a família do marido (ou da esposa), depois com os amigos, e com grupos sociais, em geral. Outro fator comum que surgiu foi a mudança nos arranjos familiares: se antes viviam em famílias nucleares, hoje estão vivendo com outros parentes também. Para a criança passou a ser complicado ter o sentimento de pertenci-

7 Trabalho de intervenção voltada para as crianças desse perfil, atendidas gratuitamente por uma equipe de profissionais das áreas de psicologia e educação, com duração de um ano letivo.

8 Esses grupos de crianças e dados de pesquisa estão detalhadamente discutidos na minha dissertação de Mestrado, à disposição do leitor na biblioteca da PUC/SP.

mento nesses novos rearranjos e ter claro qual o seu papel nessa nova família, principalmente se passavam a ideia de que eram “estorvos”. Muitas dessas crianças tinham um profundo sentimento de inadequação, de não pertencimento, de desvalia e não merecimento de atenção e cuidado.

A pesquisa mostrou como vivem essas crianças depois da saída de um ou de ambos os pais. Todas as crianças apresentaram algum sinal de desconforto pela saída de seu(s) pai(s). Algumas estavam inconformadas, outras, simplesmente, “negavam” o ocorrido, agiam como se nada tivesse acontecido, mantendo os pertences pessoais da pessoa que se foi nos seus próprios lugares, colocando o prato dela na mesa todos os dias. Outras crianças muito pequenas ou até mesmo não nascidas na época da separação foram “indiferentes” aos olhos dos familiares. Algumas ficaram doentes, “regrediram”, outras choraram muito e se sentiram abandonadas e sozinhas. Surgiram muitos casos de abandono, maus-tratos, negligência em vários aspectos, principalmente se considerarmos não apenas as necessidades biológicas, mas também as afetivo-emocionais (“carecimentos”, termo usado por Agnes Heller).

Algumas crianças reagiam a essa situação com rebeldia, agressividade, mas a maioria, com retraimento e passividade. Algumas delas não davam “trabalho” a ninguém, não eram motivo de queixa nem dos professores nem dos parentes; seu comportamento não chamava a atenção de maneira tão visível a ponto de preocupar as pessoas que cuidavam delas. Soifer afirma que com a separação dos pais as crianças se retraem, “pois os pais antes idealizados são vistos agora como incapazes de lhes dar a devida proteção” (Soifer, 1994, p. 88); pois, para a autora, uma das funções da família, além da socialização, é a de oferecer proteção; e faz um alerta expondo que “uma criança retraída, dócil em casa e no colégio, poderá muitas vezes deixar de receber a ajuda de que necessita [...] excesso de obediência é sinal de alarme” (Soifer, 1994, p. 97).

A criança pequena é geralmente vista como aquela que “nem vai sentir” ou “não entende” o que acontece e, por esse motivo, não lhe é dada a devida atenção, quando, na verdade, ela necessita de muitos cuidados por ser emocionalmente mais vulnerável do que as pessoas maiores. Winnicott diz que o mecanismo de luto é complexo, que crianças pequenas não são capazes de seguir o processo, e mesmo as mais velhas, se não tiverem algumas condições necessárias, como um ambiente sustentador, que propicie elaboração e capacidade de compreensão intelectual sobre o assunto, ficam impossibilitadas de elaboração saudável (Cf. Winnicott, 1995). [P]_{SEP}Na falta de condições para uma elaboração saudável, a criança pode apresentar uma autoconfiança compulsiva, “uma pessoa que apresenta esse padrão insiste em aguentar firme e em fazer tudo por si mesma, sejam quais forem as condições [...]; são passíveis de desmoronar sob *stress* e apresentar sintomas psicossomáticos ou depressão” (Bowlby, 1997, p. 182). Pessoas assim, até estabelecem relacionamentos afetivos íntimos, mas sempre na posição de cuidar, nunca para ser cuidada, pois apresentam solicitude compulsiva. Possuem um anseio latente de amor e solicitude e muita raiva, também latente, para com os pais por não lhes terem dado amor e atenção. Winnicott (1995) descreve esse tipo de pessoas como tendo desenvolvido um “falso eu”.

Do ponto de vista do desenvolvimento emocional da criança, o que é melhor? Rebelar-se, demonstrar o descontentamento ou aceitar passivamente? Winnicott mostra o contraste entre a criança ousada e a tímida, dizendo: “Na primeira, a tendência é obter o alívio que faz parte da manifestação aberta de agressão e hostilidade, e na outra, há uma tendência a encontrar essa agressividade não no eu mas em outro lugar, e a ter medo dela ou ficar apreensiva, na expectativa de que se volte para a própria criança a partir do mundo externo” (1995, p. 98). Assim, a criança, não encontrando continência em casa, recorre à sociedade em busca da estabilidade necessária; esse tipo de comportamento é um “pedido de socorro”, uma forma de chamar a atenção para ela de que as coisas não estão bem. “O comportamento antissocial nada mais é

[...] do que um S.O.S., pedindo o controle de pessoas fortes, amorosas e confiantes [...] o sentimento de segurança não chegou à vida da criança a tempo de ser incorporado às suas crenças” (Ibidem, p. 122) e, portanto, para o autor, esse tipo de comportamento implica esperança.

Crianças e adolescentes que se rebelam e apresentam agressividade no trato com outras pessoas não são a maioria, mas apenas uma pequena parte (na minha pesquisa, 20%). Tudo isso acontece com as crianças sem que, muitas vezes, algum adulto perceba. Caladas, obedientes, sem comprometimentos no rendimento escolar, sem grandes alterações nos relacionamentos, crescem nutrindo um profundo sentimento de pesar, mágoa, desvalia e desesperança.

10.3.4 Crianças e adolescentes que vivem no Japão

Esse foi o grupo alvo de meus estudos na ocasião em que estive no Japão, em 2003, para a coleta dos dados descritos em minha tese de doutorado.⁹ O meu universo de pesquisa foi constituído de 135 crianças e adolescentes, na faixa etária de 10 a 18 anos, na sua maioria, frequentadores de escolas brasileiras (embora estejam inclusos os que frequentam escolas japonesas e os que não frequentam escola nenhuma), seus responsáveis e professores, moradores da província de Aichi, mais precisamente Nagoya, Toyota e Handa, e da cidade de Hamamatsu, em Shizuoka.

Esses locais possuem alguma infraestrutura, ainda que deficiente, no que se refere à recepção de estrangeiros, seja em instituições de assistência a estrangeiros, mantidos pelos municípios ou províncias, como também várias NPOs. A maioria das crianças por mim entrevistadas mora nos arredores da cidade de Toyota, principalmente, em Homi Danchi, um gigantesco conjunto habitacional, onde aproximadamente 30% de seus moradores são brasileiros; um local atípico, em que se tem acesso a produtos brasileiros, escolas brasileiras e toda uma infraestrutura criada, que possibilita a vida do dia a dia sem grandes dificuldades, principalmente, no que se refere à linguagem. Embora com NPOs atuantes e redes montadas para facilitar a vida dos brasileiros, são inúmeros os problemas presentes, seja na convivência com japoneses provocadas pelas diferenças do *modos vivendi*, culturais, seja por dificuldades de comunicação e falta de pessoas que possam efetuar a “ponte” (intercâmbio) entre os brasileiros e japoneses.

Segundo dados do Japan International Association, em dezembro de 2005, dos 302.080 brasileiros residentes no Japão, contávamos com 28.804 crianças de 5 a 14 anos de idade, teoricamente frequentadoras do ensino fundamental (primário e ginásial pelo sistema educacional japonês, sendo esses de ensino compulsório apenas para os japoneses e optativo para os estrangeiros). Incluindo os jovens que deveriam estar frequentando as escolas de ensino médio, teremos um total de 46.822 até a faixa etária de 19 anos. Se considerarmos toda a população infantojuvenil brasileira, incluindo os pré-escolares, esse número passa a 64.008. É importante se ter esse total em mente, já que a população brasileira de 3 a 6 anos é significativa, frequentam *yotien* e *hoikuen* (pré-escolas e creches) japonesas ou brasileiras e podem apontar os movimentos que se sucedem, já que os números só farão sentido se acompanhados ao longo dos anos e não apenas vistos em recorte.

O objetivo principal dessa pesquisa foi apreender como se dá a inserção dos jovens brasileiros na sociedade japonesa; a posição da família principalmente no que diz respeito à questão da escolaridade de seus filhos, já que tanto as autoridades, como os pesquisadores e especialistas, têm mostrado uma grande preocupação em relação à evasão escolar e ao número cada vez mais crescente de delinquência juvenil.

⁹ Uma ampla discussão dos dados e mais detalhes estão à disposição na minha tese de doutorado na biblioteca da PUC/SP.

A escola japonesa surgiu como sendo, provavelmente, o único canal de inserção dos estrangeiros à sociedade japonesa, sendo ela escolhida, preferencialmente, pelos brasileiros logo no início de sua estada naquele país. Da população estudada, a maioria (58%) tentou seguir por esse caminho, mas apenas 10% continuam estudando em escolas japonesas. Os motivos da escolha da escola japonesa foram: preço e tempo de permanência diária, muitas vezes sendo vista como “creche”; local onde podem deixar os seus filhos para que possam trabalhar.

Os motivos apontados para o abandono de escolas japonesas são diversos, mas basicamente: “ijime”.¹⁰ Cerca de 55% das crianças que frequentaram escolas japonesas relatam ter sido alvos de ijime. Outro aspecto levantado por muitos é a dificuldade com o idioma; três meses de “kotoba no kyoshitsu”¹¹ são praticamente ineficientes para as necessidades que encontram. As salas internacionais¹² ajudam, mas estão longe de ser soluções.

Outros motivos levantados para o abandono da escola japonesa são: não conseguir acompanhar a turma em termos de conteúdo, difícil relacionamento com colegas e professores, diferenças culturais, grande mobilidade dentro do país e para o Brasil e o temor do abismo cultural entre pais e filhos por causa do idioma.

Assim, a maioria que evade das escolas japonesas frequenta escolas brasileiras da região onde mora ou até mesmo de locais distantes. Os motivos apontados para escolha da escola brasileira são aqueles pelos quais rejeitam as escolas japonesas. Outros alegaram frequentar escolas brasileiras pelo desejo de retornar ao Brasil e pelo temor de não poder manter diálogos com os filhos.

A dificuldade de acesso por questões geográficas e econômicas e a inexistência de escolas brasileiras em várias regiões japonesas fazem com que muitas crianças fiquem sem essa opção, apenas deixando de frequentar as escolas japonesas.

Pensando na questão da evasão escolar, que dá a conotação de que é a criança que abandona a escola, desde os tempos em que conduzia o Projeto Sociedade das Crianças, ficava-me claro que as crianças é que eram excluídas na e da escola. O mesmo acontece no Japão. Assim, se pensarmos em medidas de intervenção, seria necessário repensar o sistema educacional japonês, seria necessário criar condições para que as crianças estrangeiras possam ser inseridas nas escolas respeitando-se as diferenças culturais e possibilitando-lhes manter a sua identidade pessoal e étnica. A dificuldade de percepção das diferenças e de aceitação do diferente faz com que a criança estrangeira seja obrigada a tornar-se uma “japonesinha perfeita”, para ser aceita pela sociedade dominante. Suas condutas são vistas como

10 *Ijime* é o nome dado ao que acontece quando várias pessoas escolhem uma para judiar, maltratar, fazer passar por humilhações, constrangimentos; agredem fisicamente e até forçam-na a cometer delitos (*bullying*). Esse problema não ocorre só em relação aos brasileiros, mas também entre os próprios japoneses.

11 Os alunos estrangeiros recém-chegados, nas escolas japonesas, frequentam por três meses o *kotoba no kyoshitsu*, que são as classes com programas voltados para a adaptação dessas crianças, principalmente aquelas que não possuem conhecimento do idioma japonês. Depois desses três meses, os alunos são encaminhados para as salas de aula normais de suas respectivas escolas, para se juntarem aos alunos japoneses. Esse programa, mantido pela Secretaria de Educação, funciona em algumas escolas nas cidades que recebem estrangeiros, aberta a quaisquer crianças recém-chegadas às escolas japonesas da cidade, sendo os professores funcionários do município.

12 As salas “internacionais” (*kokusai kyoushitsu*), ou *kokusai*, como são conhecidas, são voltadas para dar assistência às crianças estrangeiras, após o período de adaptação dada pelo *Kotoba no kyoushitsu*. Em algumas aulas em que se exigem maiores conhecimentos do idioma, ou matérias em que as crianças não têm condições de acompanhar as aulas normais, são retiradas de suas salas e encaminhadas para essas salas, onde terão reforço da matéria ou mesmo do idioma. Essa é uma medida tomada pelo Ministério da Educação japonês, em 1992, para dar algum suporte às crianças estrangeiras que necessitem de auxílio no aprendizado, determinando que as escolas nomeiem um professor responsável para cada grupo de 10 alunos estrangeiros, sendo eles responsáveis pelas salas de *kokusai*.

“erradas”, sua língua materna deve ser esquecida e o idioma japonês deverá substituí-la. Como esse *shift* deixa vestígios, a adaptação nunca será “perfeita”.

Pensando nas perspectivas de futuro, a inserção na sociedade japonesa parece-me algo distante. Se se conseguir passar pelo primeiro crivo, o da inserção nas escolas japonesas até se formarem em colégios japoneses, existirá um outro grande crivo: o da inserção no mercado de trabalho japonês. A preferência é dada aos nacionais em detrimento dos estrangeiros. Muitos adolescentes, ao perceberem esse fato, abandonam os seus estudos e sonham o mais rápido possível em ingressar no mercado de trabalho. Seus modelos, os adultos que conhecem, são todos trabalhadores de fábricas, não qualificados.

Os brasileiros que concluem seus estudos em escolas brasileiras encontram outras dificuldades. As escolas brasileiras não costumam reforçar o ensino da língua japonesa. O Japão não reconhece essas escolas como sendo escolas de fato, assim, é como se fossem entrar no mercado de trabalho sem formação alguma, numa sociedade em que a escolaridade é valorizada, não restando opções a não ser tornar-se mais um trabalhador não qualificado nos chãos-de-fábricas, nas esteiras de montagem. Retornando ao Brasil, as escolas brasileiras, mesmo com os seus certificados validados, estão longe de ser competitivas para os vestibulares para universidades públicas no país.

As dificuldades tendem a agravar-se. Podemos constatar uma nova geração de brasileiros: jovens que foram para o Japão ainda pequenos, não concluíram o ensino fundamental, abandonaram seus estudos e hoje são pais de filhos em idade escolar. Crianças com um vocabulário pobre, sem domínio em nenhum dos dois idiomas, pouca estimulação em casa e nas escolas, crescendo sem a presença de um adulto em uma comunidade diferente das sociedades brasileira e japonesa. Virão a constituir uma nova camada de trabalhadores não qualificados, pertencentes ao extrato inferior da sociedade japonesa, a quem é permitido co-habitar, mas sem pertencer à sociedade em geral.

Com os pais trabalhando em tempo integral, muitas vezes, cumprindo horas extras, a maioria das crianças está crescendo sem a figura de um adulto que possa ser interlocutor de suas ansiedades e modelos que possibilitem a formação de uma identidade mais concreta. Os professores, sobrecarregados em suas tarefas escolares, não conseguem dar a atenção que as crianças requerem, tamanha a carência afetiva que apresentam. Além disso, muitas vezes, um casal que trabalha em turnos diferentes (*hirukin*, *yakin*)¹³ tem, entre eles, pouco contato, o que facilita a desagregação familiar. Assim, as separações se tornam mais frequentes do que a média da sociedade. Nessas condições, a carência da criança fica ainda mais acentuada, perdendo inclusive a “confiança” no adulto enquanto protetor, agregador e continente. Muitas vezes, buscam em atividades ilícitas alguma escapatória, numa tentativa de readquirir um bem-estar emocional, não sendo raro encontrar adolescentes cometendo infrações e fazendo uso de drogas. A situação agrava-se a criança não tem no que se apegar como um objetivo de vida, longe das escolas, substituindo o ser pelo ter, desistindo de acalantar sonhos do vir a ser e buscando adquirir bens materiais, seja “saqueando” os pais e/ou aproveitando-se deles, já que estes demonstram uma certa sensação de “culpa” pela ausência e esperam suprir ou compensar os filhos com algo material, seja apelando para condutas infratoras. O vir a ser implica um investimento a longo prazo, correndo-se o risco de frustrar-se, enquanto que o ter é muito mais rápido e, muitas vezes, não implica investimento algum, evitando frustrações e trazendo satisfações imediatas, porém efêmeras.

13 Palavras comuns, usadas em japonês, entre os brasileiros que moram no Japão. *Hirukin* significa trabalhar no período do dia, enquanto que *yakin* significa trabalhar no período da noite.

A falta de comunicação entre pais, entre outros membros da sociedade, e a dificuldade de aprender o idioma japonês fazem com que as crianças e adolescentes brasileiros, nesses locais de maior concentração de brasileiros, vivam numa espécie de comunidade única, diferente das sociedades brasileira e japonesa. A falta de reconhecimento como pessoas, pertencentes a qualquer grupo, dificulta, também, o estabelecimento de sua identidade, o que pode levá-los a receber o rótulo de “marginais”, já que assim serão reconhecidos; embora seja um reconhecimento como seres socialmente indesejáveis, talvez, seja melhor do que a “insignificância”.

Na verdade, essa questão dos relacionamentos não parece ser uma problemática que envolve apenas a comunidade brasileira no Japão; os próprios adolescentes japoneses mostram sinais de grande insatisfação em relação à sociedade e à família, apresentando sintomas até mais graves que os nossos adolescentes: jovens que não saem de seus quartos por anos e não desenvolvem atividade alguma (*hikikomori*), jovens em atitudes francamente de revolta (evidentes principalmente no modo de vestir, no linguajar etc.), alta taxa de suicídio, os atuais *neets*, os “otakus” etc. Uma sociedade altamente competitiva, na qual a tolerância às diferenças é muito pequena (além do não reconhecimento e exclusão por ser “diferente”, muitas vezes sofrem humilhações e até maus-tratos) e as perspectivas de futuro são incertas ou predeterminadas, facilitando a desmotivação dos jovens, inclusive brasileiros. Aqui vale o que foi citado acima sobre Winnicott, quando fala sobre os jovens com condutas antissociais.

Algumas crianças, principalmente, as que frequentam escolas japonesas, aparentemente adquirirem a capacidade de comunicar-se em ambos os idiomas, mas isso se dá apenas ao nível do cotidiano, da linguagem oral, demonstrando grandes dificuldades quando se trata de uma linguagem mais complexa, acadêmica, formal, o que prejudica a capacidade de abstrair e pensar. Estão se tornando semilíngues (chamados de “double limited” pelos japoneses) e não bilíngues, como muitos pensavam. Assim, a falta de uma estrutura de linguagem na qual poderiam desenvolver a capacidade de raciocínio, ou a língua materna, prejudica o desenvolvimento cognitivo dessas crianças. Com dificuldades em acompanhar as séries mais avançadas, ficam cada vez mais desmotivadas a frequentar as escolas.

Além do pouco tempo disponível para o contato com os pais, a dificuldade de comunicação em termos de linguagem também contribui para o “abismo” que se cria entre pais e filhos. É comum encontrar crianças que evitam contato com os pais, esses voltando cansados de sua jornada de trabalho, insatisfeitos com o tipo de produção a que estão submetidos, e que descontam o “mau humor” nas crianças que, muitas vezes, relatam episódios de violência doméstica (apanham sem saber por quê) ou outra violência considerável: a negligência, a falta de atenção, proteção e cuidado.

Mesmo aqueles que aparentemente falam apenas em português, por falta de estimulação, acabam tendo um vocabulário pobre, restrito às necessidades do cotidiano. Hábitos de estudo e leitura não fazem parte do cotidiano deles, mesmo porque o acesso à literatura é praticamente nulo; nem as bibliotecas públicas, nem as escolas dispõem de livros para estrangeiros. Assim, inúmeros obstáculos à aprendizagem se apresentam, não bastassem outros tipos de dificuldades, como as de saúde, de fonoaudiologia, de distúrbios emocionais etc., para os quais não se encontram profissionais que possam dar atendimento adequado. À vista dos profissionais japoneses, que desconhecem a forma de ser das crianças brasileiras, elas lhes parecem hiperativas, com distúrbios de atenção, deficientes mentais, autistas, depressivas etc. Não raras vezes, crianças acabam recebendo esse tipo de diagnóstico precocemente, sendo encaminhadas para atendimentos ou recebendo tratamentos que nem de longe resolvem seus problemas.

A alta mobilidade dos brasileiros também prejudica o desenvolvimento das crianças e sua inserção nas escolas. Não raros são os casos de crianças que mudam de escola inúmeras vezes, tendo seus estudos interrompidos, seja porque mudam de cidades, seja porque saem de escolas brasileiras e vão para as japonesas ou vice-versa, seja, ainda, porque regressam ao Brasil e precisam novamente voltar para o Japão, por força das circunstâncias.

A falta de professores que tenham experiência no ensino de crianças diferentes das japonesas, com outro tipo de cabedal cultural e outra forma de ser, muitas vezes, interfere no processo de aprendizagem, cujos métodos não satisfazem as necessidades dessas crianças. Sem perspectivas de um futuro melhor e com facilidade de arrumar “baito” (bicos) e obter seu próprio dinheiro, as crianças sonham muito mais em adquirir bens de consumo (brinquedos, eletrônicos, objetos de desejo) do que aprender. Sendo o aprendizado um processo ativo, sem o desejo, o processo não se efetua a contento. Além disso, à falta de modelos (todos os adultos que conhecem trabalham em fábricas), o seu horizonte de expectativas também se restringe, herdando, assim, o mesmo desejo e o mesmo caminho trilhado pelos adultos com quem convivem.

Ter direito à educação e ao respeito (direitos universais da criança), provavelmente, não consiste em dar acesso “se quiser”, mas em existir algum mecanismo que garanta o acesso a esses direitos, tornando-se obrigação do Estado ou dos dirigentes. Se a escola brasileira, com todas as suas limitações, é opção em alguns locais, em inúmeras cidades no Japão nem essa opção existe. Se as salas internacionais só dão um pequeno suporte em relação à grande e vasta necessidade da criança, como foi dito, 80% das escolas no Japão não possuem esse mecanismo.

Pensando na imigração japonesa para o Brasil, inúmeras crianças nisseis, sejam elas da zona rural ou urbana, tiveram dificuldades em aprender a língua portuguesa. Seus pais, imigrantes, tinham dificuldades de aprender o português (e talvez faltasse motivação para aprender), valorizavam a cultura japonesa e temiam também pelo abismo cultural. Se a comunidade nikkei conta hoje com profissionais de diversas áreas, integrados na sociedade brasileira, essa inserção se deu graças a uma multidão de professores brasileiros, anônimos, na maioria professores das primeiras séries do antigo grupo escolar, que tiveram paciência, perseverança e carinho para com essas crianças.

Aceitaram o “ser diferente” dessas crianças, procuraram ensinar o português numa relação de troca afetiva com a criança, sem desvalorizá-la e sem negar a sua identidade étnica. Mesmo em época de guerra, quando os japoneses eram considerados “inimigos” no Brasil, muitos desses professores não se importaram de inserir, em sua sociedade, os filhos desses “inimigos”, aceitando-os com o mesmo carinho e dedicação. Nas ocasiões em que pude falar a respeito no Japão, chamei esse encontro da criança com o professor, que serviu de mediador para introduzi-la em uma nova cultura e idioma, de “encontro feliz”.

É preciso batalhar por uma nova postura por parte das escolas japonesas, de forma que essas deixem de encarar os estrangeiros como problemas em potencial a serem evitados e deixados de lado. Para que as crianças possam contar com um professor que consiga enxergar a estrangeira não como uma “criança com defeito”, a ser transformada em uma “japonesa”, é preciso que aquele professor respeite a identidade étnica e preserve o direito de a criança ser “diferente”, contribuindo para o seu desenvolvimento pleno. Somente assim será dado o passo decisivo em direção à integração dos brasileiros na ampla sociedade japonesa. Nesse sentido, é valiosa a experiência dos professores brasileiros, que acolheram no Brasil os filhos dos primeiros imigrantes japoneses.

10.3.5 O movimento pós- crise e a inserção escolar e social das crianças que retornam do Japão: Projeto Kaeru

Como todo processo migratório, esse movimento de trabalhadores brasileiros para o Japão apresenta uma dinâmica bastante intensa, dependendo das condições econômicas e sociais dos países envolvidos. Para “atualizarmos”, um pouco, os dados relatados nos textos antecedentes escritos para a primeira edição deste livro, faço, aqui, algumas considerações após a crise econômica mundial de final 2008 e a experiência com um trabalho de intervenção e apoio oferecido às crianças que retornam para o Brasil e vão para as escolas públicas de São Paulo.

Pudemos observar, em nossos trabalhos anteriores e em diversas pesquisas relacionadas às crianças envolvidas nesse movimento migratório, que as crianças retornadas encontravam inúmeras dificuldades de (re) adaptação à sociedade brasileira, bem como ao sistema educacional brasileiro, tornando-as bastante vulneráveis à exclusão social e educacional. No entanto, há alguns anos, observamos uma mudança no perfil dessa população. Embora cidadãs brasileiras, são crianças nascidas no Japão e muitas delas não conhecem o Brasil e chegam aqui, não como retornados, mas como novos imigrantes estrangeiros.

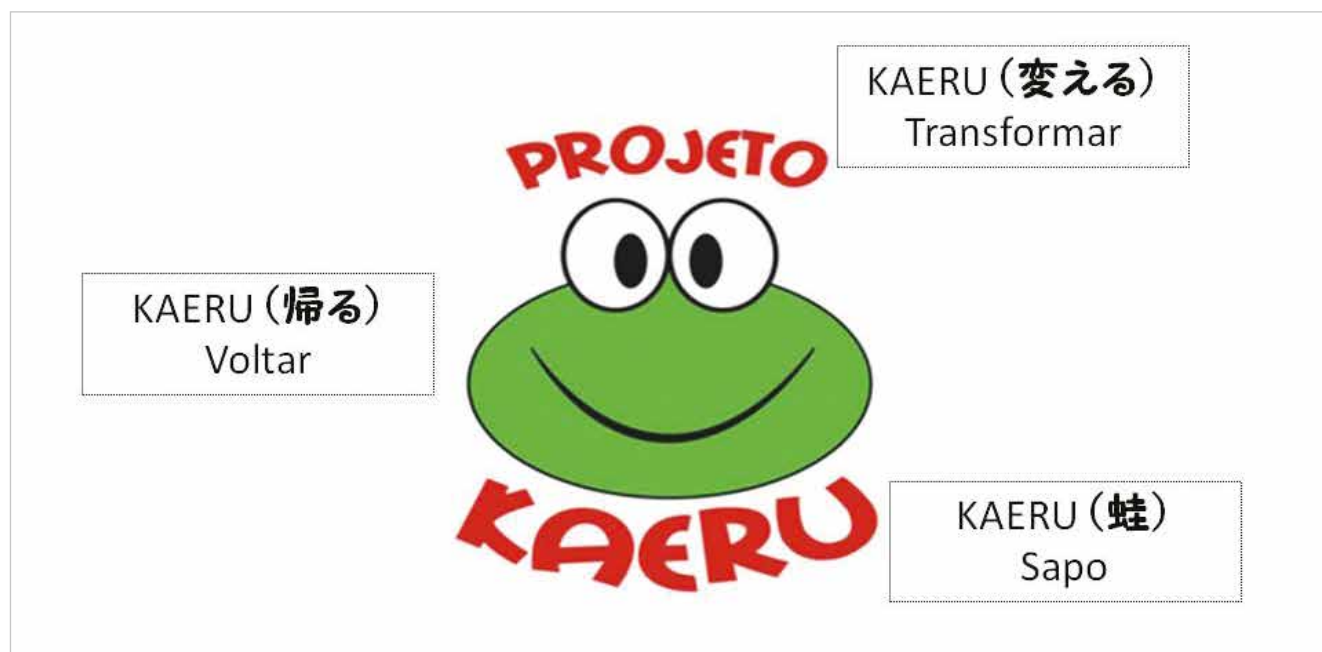
Diversas dificuldades são apontadas para (re)inserção das crianças. Podemos perceber que inúmeras variáveis se inter-relacionam, revelando que cada criança apresenta uma problemática particular, sendo que seu estado de retorno ao Brasil depende muito da qualidade de sua estada no Japão. Alguns pontos em comum podem ser citados, tais como: dificuldade com o idioma, especialmente a linguagem mais formal; muitas delas não dominam o mínimo do português, nem mesmo para a vida cotidiana.

No perfil dessas crianças, é recorrente o estresse resultante dos esforços para lidar com as enormes diferenças culturais e questões sociofamiliares. Esses são fatores importantes e interdependentes na vida delas: a fase em que migrou para o Japão, o tempo de estada, a cidade, a infraestrutura de recepção existente, o local, o tipo de escola que frequentou (ou desistiu de frequentar), as interrupções escolares e as mudanças de domicílio, os relacionamentos interpessoais, a estrutura e dinâmica familiar, entre outros. Enfim, são dificuldades singulares e particulares vividas no Japão, acrescidas ao processo comum de amadurecimento psicológico.

As crianças brasileiras, especialmente aquelas que estão nas primeiras séries do ensino básico fundamental, apresentam um quadro que, no Japão, costuma ser chamado de “doublelimited”¹⁴ isto é, não possuem domínio em nenhum dos dois idiomas. Apesar de perderem a capacidade de comunicação em sua língua materna, não conseguem proficiência no idioma japonês, tendo dificuldade para acompanhar suas turmas nas escolas japonesas, situação que se agrava em séries mais avançadas quando é requerida a capacidade de operar com o pensamento abstrato.

Pelas evidências cada vez mais fortes da necessidade de estabelecer uma infraestrutura de recepção dessas crianças, capaz de responder à demanda delas, e de intervir de forma adequada em seu cotidiano, tais como aulas de reforço, atendimentos psicopedagógicos, trabalhos de estimulação e orientação de pais e educadores, entre outros, surgiu a proposta deste projeto. Experiências em trabalhos de intervenção demonstram a importância de criar uma interlocução entre o aluno, a escola e a família, montando-se, assim, um “tripé” que servirá de base para propiciar um desenvolvimento integral à criança.

14 Além de muitos professores e acadêmicos, em português, temos um artigo da YANO, P. Double limited. In 「トランスナショナルな移住が家族に及ぼす心理・社会的影響～日系ブラジル人家族の文化変容ストレス」2006.



Assim, “reeditou-se” o Projeto Kaeru¹⁵, visando atender as crianças regularmente matriculadas em escolas públicas de ensino fundamental na cidade de São Paulo.

Esse nome foi escolhido, como citado no artigo anterior, pelo fato de que, em japonês, a palavra *kaeru*, dependendo do ideograma utilizado, possui pelo menos três significados distintos, todos eles relacionados ao nosso trabalho. *Kaeru* quer dizer “voltar”, “transformar” e “sapo”, animal que sofre grande metamorfose até chegar à idade adulta (assim como as crianças) e pode viver em dois ambientes distintos: terrestre e aquático. Carrega, portanto, o nosso desejo de que as crianças também sejam capazes de viver e transitar por duas culturas e/ou ambientes distintos. Esse trabalho tem sido oferecido gratuitamente, dentro das escolas municipais e estaduais de São Paulo.

Iniciamos os nossos trabalhos em junho de 2008, em meio às comemorações do Centenário da Imigração Japonesa ao Brasil, uma iniciativa do ISEC (Instituto de Solidariedade Educacional e Cultural) com o patrocínio da Fundação Mitsui Bussan do Brasil. Se o ano de 2008 começou com as comemorações, terminou com uma crise que afetou a economia mundialmente. Após a quebra do Banco Lehman Brothers, o Japão entrou numa crise econômica muito intensa e, em alguns locais de grande concentração, a taxa de desemprego entre os estrangeiros chegou a 60% (segundo noticiários japoneses, documentários da NHK e pesquisas com brasileiros divulgadas nos sites de brasileiros no Japão). Esses fatos geraram um retorno repentino e forçado de muitos brasileiros e, consequentemente, de seus filhos em idade escolar, aumentando a demanda para o projeto Kaeru, muito além do que estávamos aptos a responder.

O Japão, logo no início de 2009, lança algumas medidas de apoio a estrangeiros. O Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social japonês, segundo o Sr. Yamada, rapidamente providenciou tradutores em mais postos do “HelloWork”, onde os brasileiros desempregados faziam longas filas em busca de novos postos de trabalho.¹⁶ Libera também uma verba considerável para aquecer a economia interna, oferecendo para cada morador, estrangeiro ou nacional, uma cota de 20 mil ienes para os menores de 18 anos

15 Sobre essa experiência com o Projeto Kaeru atual, foi lançado em 19 de agosto de 2010, um livro com relato detalhado deste trabalho, com distribuição gratuita, disponível no site para download. Os interessados podem acessar o www.projetoKaeru.wordpress.com

16 Segundo Masahiko Yamada, diretor da Divisão de Política de Emprego de Estrangeiros, do Departamento de Estabilização de Empregos, do Ministério de Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social do Japão em palestra proferida no Encontro de Colaboradores do CIATE 2009..

e maiores de 65 anos e 12 mil ienes para os demais, para serem gastas com compras. Como a maioria dos trabalhadores tem suas moradias vinculadas ao seu trabalho, na ocasião da perda do trabalho, perde automaticamente o local de moradia. Assim, o próprio ministério, concede o direito para as famílias de desempregados de morar, por um ano, em imóveis públicos gratuitamente, segundo Sr. Rodrigo de Souza.¹⁷ Ainda segundo o Sr. Yamada, o próprio ministério oferece cursos de capacitação para preparar os trabalhadores para empregos qualificados, inclusive o ensino da língua japonesa. Disponibilizou também, um auxílio retorno (*kikokushien*) de 300 mil ienes para os chefes de família e 200 mil para cada dependente que quisessem retornar ao seu país de origem. Esse montante era para o custeio da passagem aérea paga diretamente para as agências de viagens e o restante seria recebido depois de retornar, com a condição de não mais retornar ao Japão para trabalhar, condição essa que foi atenuada após protestos, ficando, então, estabelecido que a proibição de ir ao Japão vigoraria por três anos quando então, seria revista a possibilidade de liberar a ida novamente. Um pouco mais de 20 mil brasileiros usufruíram desse apoio ao retorno, que foi suspenso em 2011. Além disso, foi liberada uma verba de apoio ao sustento de menor (*kosodateontokubetsuteate*) para quem tem mais de um filho 36mil/criança desde que o segundo tenha nascido entre 02/04/2002 e 01/04/2005.

O Ministério da Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia japonesa, por sua vez, entendendo que muitas crianças frequentadoras de escolas brasileiras (aproximadamente 110) poderiam ficar sem escolas, destinou uma verba de 3,7 bilhões de ienes, a ser liberada no decorrer de três anos, num projeto intitulado *Niji no Kakehashi* (Projeto Arco Íris) para facilitar o ingresso de crianças estrangeiras nas escolas públicas japonesas, de ensino obrigatório (embora não seja obrigatória para os estrangeiros). Decorridos os três anos, novamente em março de 2012, foi aprovado o mesmo montante para mais três anos, agora estendendo os benefícios para adolescentes até 18 anos.

Se no final de 2008, havia 312.582 brasileiros morando no Japão, no final de 2011, esse número reduziu-se para 210.032. Se em junho de 2008, segundo a AEBJ (Associação de Escolas Brasileiras no Japão), havia 11.429 crianças em escolas brasileiras, em novembro de 2011, havia apenas 4.216. Sabemos que nem todas essas crianças retornaram ao Brasil, muitas continuam no Japão, sem acesso às escolas, mesmo com o Projeto *Niji no Kakehashi*, como será demonstrado mais adiante.

A intensa procura por parte de pais e responsáveis pelas crianças – também de alguns coordenadores, professores e até mesmo diretores das escolas municipais e pesquisadores – ocorreu especialmente no segundo semestre de 2009 após a ida do coordenador (autor) ao Japão para o Seminário sobre o Projeto Kaeru, promovido pela Mitsui Bussan de Tokyo, em locais de grande concentração de brasileiros. Na ocasião, os contatos com o coordenador foram amplamente divulgados, por meio de palestras, noticiários locais (rede de rádio, TV e jornais japoneses e brasileiros), sites e revistas de circulação no país, bem como na imprensa étnica no Brasil. Esses seminários no Japão vêm ocorrendo anualmente, desde então.

A partir daí, continuamos recebendo os retornados regularmente e, além dos atendimentos às crianças, pais e professores nas escolas, oferecemos atendimentos por e-mails, telefones e pessoalmente aos que nos procuram na sede. Os seminários no Japão ocorrem todos os anos, em diversas cidades, cidades com muitos brasileiros, outras com menos mas que, exatamente por isso, carecem de assistên-

cia, dialogamos e mantemos uma interlocução com as autoridades locais, com associações e prefeituras, com ONGs e OSCIPs, com escolas brasileiras e japonesas, com Secretarias de Educação e até mesmo

17 Segundo Rodrigo Amaral de Souza, chefe do Gabinete da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior do Ministério das Relações Exteriores – Itamaraty, numa palestra proferida no Encontro de Colaboradores do CIATE em 2010.

com os diretores dos ministérios japoneses, especialmente os do Ministério da Educação, das Relações Exteriores, do Trabalho, Saúde e Bem-Estar Social, bem como Consulado e Embaixada brasileira e especialmente com os brasileiros residentes nessas localidades.

O perfil das crianças do Projeto Kaeru e suas dificuldades

A maioria das escolas diz que as crianças não apresentam dificuldades, ou que possuem algumas pequenas, rapidamente superáveis permeadas na crença de que isso acontece “automaticamente”, pelo simples fato de estarem presentes às aulas. As apontadas como sendo portadoras de dificuldades, são aquelas que apresentam dificuldades aos professores. Aquelas que não perturbam as aulas, são quase que “invisíveis” nas salas, estão apáticas ou mesmo isoladas e não causam problemas ao professor, figuram como crianças sem problemas. São exatamente esses casos que apresentam dificuldades aos profissionais da área de psicologia e psicopedagogia, considerando o desenvolvimento integral da criança e suas perspectivas futuras, e a importância do seu papel como mediador para que ela possa retomar o curso de seu desenvolvimento. São crianças que não conseguem nem ao menos “gritar por socorro”, sofrem caladas a dor da exclusão e do não pertencimento, não recebem atenção, nem a requerem, pois muitas vezes até desistiram por se sentirem insignificantes e sem importância.

A imagem preconcebida de que os “japoneses” são “esforçados” e “estudiosos” faz com que os professores acreditem que, na existência de alguma dificuldade, também será superada por si só. Desde o início de 2009, o Projeto Kaeru teve de ampliar o atendimento, adaptando-se à nova demanda. Com o retorno “forçado” ao país, muitas famílias não tiveram tempo hábil para preparar-se emocionalmente, dedicar-se ao aprendizado do idioma português, buscar recolocação profissional ou, até mesmo, resolver a questão de moradia. Mesmo aqueles alunos, aparentemente bilíngues, sentem dificuldades de acompanhar a grade curricular, especialmente nas séries mais avançadas, pelo simples fato de não possuir o domínio razoável dos idiomas. Assim, quando os conteúdos exigem mais do que mera memorização ou repetição de dados, passando a exigir abstração e raciocínios mais complexos, fica patente a não aquisição de capacidade cognitiva suficiente, fato observado até mesmo entre as que retornaram há tempos. São as chamadas no Japão de “doublelimited”.

Outra questão a ser destacada refere-se ao conteúdo curricular especificamente. Muitas crianças que frequentavam escolas japonesas, mesmo que tenham cursado, ou até mesmo concluído o *shougakkou* (primário) ou o *chugakkou* (ginásio) no Japão, passaram a maior parte de suas horas nas classes internacionais dessas escolas. Aprenderam o idioma numa metodologia questionável e concluíram o curso apenas pelo fato de terem frequentado as aulas, graças ao sistema de promoção automática. No Japão, elas são colocadas nas séries equivalentes à sua idade cronológica, sem levar em conta a questão da competência.

O resultado, talvez previsível, decorrente dessas medidas, podem-se resolver as dificuldades dos estrangeiros, que aparentemente são incluídas ao sistema escolar, mas que, posteriormente, provoca sua exclusão. Talvez isso se deva à excessiva valorização dos certificados de conclusão em detrimento da aprendizagem em si, o mesmo ocorre no Brasil. Assim, o problema perpetua-se quando do retorno, já que, também aqui, adota-se o princípio da equivalência. A criança apresenta todos os documentos comprovando que cursou até tal série, e é automaticamente recolocada na série equivalente, independentemente de sua competência. Prosseguir os estudos, seja no Japão, seja no Brasil, sem a devida competência, parece difícil, especialmente, nos cursos mais avançados.

Aqui, pode-se questionar o método e os materiais utilizados; o pessoal incumbido de exercer essa função de mediador do processo de ensino-aprendizagem; a crença de que, tanto no Brasil como no Japão, o

ensino de uma nova língua tenha de ocorrer em detrimento da língua materna e, finalmente, a falta de método, pessoal e experiência em alfabetizar crianças não falantes daquela língua e da educação, de fato, bilíngue. Nesse aspecto, entendendo a necessidade de um professor como mediador afetivo do saber, especialmente para as crianças do primário japonês, e sendo este uma figura de autoridade distante e superior na hierarquia de uma sociedade vertical, também pode ser um fator de dificuldade.

A falta de conhecimento da língua japonesa submeteu as crianças brasileiras a uma condição de “deficientes”, vistas e tratadas como incapazes, como crianças pequenas; alfabetizadas com livros do nível primário mesmo sendo de séries bem superiores, situação que contribuiu para aumentar o sentimento de impotência e insegurança, e comprometer seriamente a autoestima já bastante comprometida. Com todos os adultos ao seu redor trabalhando nas fábricas, sem conseguir vislumbrar perspectivas de futuro, muitas preferiram abandonar o “vir a ser”, substituindo-o pelo desejo de “ter”. Por conta disso, abandonavam os estudos e optavam por trabalhar nas fábricas, onde teriam um ganho semelhante ao de seus pais e rapidamente satisfazer o desejo de ter (consumo de bens materiais).

Outro tópico levantado foi o questionamento do que seria a melhor escolha para as crianças brasileiras no Japão: escola para brasileiros ou as escolas públicas japonesas? Na pesquisa de doutorado realizada pela autora, foi possível observar que a maioria dos pais optava por matricular seus filhos nas escolas japonesas, com exceção daqueles que tinham firme propósito de retornar ao Brasil. Os motivos alegados para a escolha raramente se referiam à qualidade de ensino, mas ao fato de a escola japonesa ser menos onerosa, ficar diariamente mais tempo com as crianças, localizar-se nas proximidades de suas residências.

A maioria das crianças que frequentava as escolas para brasileiros tinha abandonado as escolas japonesas por diversos motivos: ijime e outras discriminações, dificuldades com o idioma, de acompanhamento das aulas e de relacionamento com colegas e professores, entre outros. Acrescentam-se, ainda, dúvidas em relação à adequação do método de ensino para estrangeiros e materiais pedagógicos disponíveis.

As escolas para brasileiros, que no auge da proliferação teriam chegado a quase 110, no Japão funcionam como empresas privadas e dependem exclusivamente de mensalidades. Por essa razão, com a crise mundial que assolou o país e o consequente desemprego, vários desses estabelecimentos, incluindo os considerados de grande porte por manter várias unidades no país, encerraram suas atividades.

O acesso a essas escolas não é possível para muitas famílias, por serem onerosas, estarem apenas em locais de concentração de brasileiros, e pela jornada diária de meio período. Embora essas escolas sejam alvo de críticas bastante severas e tenham sua importância questionada, elas não deixam de ser uma opção para aqueles que não conseguiram adaptar-se às escolas japonesas.

Se pensar a longo prazo, seria desejável que a família ou os responsáveis pela criança pudessem decidir em que país residirão futuramente. Caso pretendam permanecer no Japão, como os estabelecimentos brasileiros não possuem status de escola naquele país, mesmo que o estudante venha a concluir os estudos nessas instituições, será considerado uma pessoa sem nenhum estudo formal. Nesses locais, a língua japonesa ensinada é insuficiente até mesmo para a convivência com os japoneses. Se, futuramente, os pais desejarem retornar ao Brasil, seria imprescindível que a criança mantivesse a língua materna e pudesse ter alguma formação em escolas brasileiras para sofrer menos os impactos no retorno. Porém, permanecer ou retornar não depende apenas da decisão ou desejo dos brasileiros, e a economia que move os trabalhadores pelo mundo é a mesma também que move nossos *dekasseguis*, e quando ela atinge seu limite, não há alternativa senão o retorno.

A questão das crianças que não frequentam escola alguma no Japão, sempre volta à tona. Após a crise, por não terem mais condições de custear escolas brasileiras, muitas tiveram que abandoná-las, e, portanto, em consequência, deveria aumentar o contingente de brasileiros nas escolas japonesas, o que não tem ocorrido. Como se mencionou anteriormente, a maioria delas tentou ir para escolas japonesas e, por diversos motivos, essa inserção não ocorreu. Por conta disso, optou-se pela escola brasileira ou nenhuma delas. Assim, não seria agora, com a crise, que elas simplesmente voltariam para as escolas japonesas. Acreditamos que, quando a criança deixa de frequentar a escola, não ocorre propriamente um processo de evasão, mas a exclusão **na** e **da** escola. A criança começa sendo excluída **na** escola e depois acaba sendo excluída **da** escola.

Até o presente momento, o Projeto Kaeru avaliou por meio de anamneses, testes e inventários, 433 crianças da Capital e interior de São Paulo, e atendeu semanalmente 178 crianças em 44 escolas da Capital e na sala de alfabetização do ISEC. Em 2012, atendemos 90 crianças, seus pais e professores em 25 escolas, semanalmente. Além disso, o projeto realizou 1.601 atendimentos por telefone, e-mails e pessoalmente; informando, orientando, encaminhando e provendo as necessidades.

Estão incluídos, também, o atendimento às autoridades, jornalistas, voluntários e pesquisadores brasileiros e japoneses.

A partir dessa experiência com o projeto, é possível estabelecer algumas reflexões relacionadas, por exemplo, à negligência na educação infantil. Como resultado disso, encontramos crianças que receberam pouca estimulação, adquiriram pouco vocabulário, desenvolveram poucas habilidades, inclusive motoras e não alcançaram o nível de desejado de desenvolvimento emocional e cognitivo. A falta de participação dos pais nesse processo de desenvolvimento foi apontada como fator crucial. Porém, se se considerarem as jornadas de trabalho a que estão submetidos no Japão, atuando como mão de obra não qualificada, de nada adianta cobrar apenas deles. A saída talvez possa ser criar mecanismos para amenizar esses problemas, tais como orientação e formação daqueles que estão no convívio direto com essas crianças.

São personagens vivendo num país de visão etnocêntrica que impõe seus valores morais e culturais, seu idioma e sua forma de convivência, e que coloca o outro numa condição de inferioridade e de suspeita. Os alunos sofrem a carência de materiais didáticos e métodos apropriados para o ensino dentro de um contexto de diversidade cultural. São adolescentes que não puderam ter formação alguma, não possuem qualificação para o trabalho, não encontraram seus lugares no mundo, nem reconhecimento, estão ociosos e perdidos, necessitando de um mediador que possa resgatar ou ajudá-los a tomar posse de sua autonomia, identidade, para, assim, estabelecer novos objetivos de vida.

Na realidade, a diversidade cultural deveria ser um fator de enriquecimento pessoal, proporcionando uma capacidade de transitar pelas diferentes culturas e não a “perda do seu lugar”, e de sua identidade, inclusive a étnica. É a oportunidade ideal para se criarem “cidadãos do mundo”, com uma educação em que a língua não seja o fator limitante na formação, mas sim mais um recurso, aceitando as diferenças e a singularidade do sujeito.

Com as vagas limitadas em diversas escolas, falta de recursos financeiros, falta de amparo e segurança nas famílias e os pais com dificuldades de recolocação profissional no retorno, como garantir a educação de qualidade para as crianças e a sua adaptação? Algumas delas estão matriculadas em escolas particulares localizadas nos bairros, mas até quando seus pais poderão custear os estudos na situação em que se

encontram? O processo de exclusão continua. Vivendo em condição vulnerável e de desamparo, o futuro lhes parece sombrio, relegando-os à condição de sujeitos invisíveis.

Em alguns casos, é possível observar que a interação social ocorre de forma bastante superficial. Muitas crianças, em decorrência de suas vivências, apresentam dificuldade na formação de vínculos afetivos, colocando-se de forma mais defensiva em suas relações. A maioria delas apresentou sinais de insegurança, sentimentos de inadequação, de impotência e, mesmo, tendência a isolamento e “desinteresse” ao seu entorno, que, além das diferenças culturais, tem como pano de fundo a complexa dinâmica familiar. É uma dinâmica familiar marcada pela separação, pois essas crianças estão sob a guarda de pessoas que têm dificuldades para atender às suas necessidades. Assim, praticamente abandonadas, o desafio delas é atender às necessidades primárias, ou seja, as mais “urgentes”, como alimentação e moradia.

É interessante perceber que, das muitas dificuldades apresentadas, poucas estavam relacionadas à aprendizagem em si. No entanto, ela nos remete aos primeiros estágios de desenvolvimento da criança, tais como: a questão da educação nos primeiros anos de vida, a adequação da estimulação recebida, a recepção do meio em que essa criança esteve inserida e a questão da aquisição da linguagem e inserção cultural.

São utilizados materiais lúdicos (jogos cooperativos e de competição, livros, técnicas expressivas e projetivas), conforme a necessidade de cada grupo e de cada criança e o momento da dinâmica de atendimento. Priorizam-se os aspectos psicopedagógicos, considerando-se os resultados das avaliações e entrevistas e os desejos das crianças naquele momento. São enfocadas também as questões das diferenças culturais, disponibilizando-se também materiais bilíngues e jogos comuns aos dois países. Procuram-se mostrar as diferenças entre os dois países sem estabelecer juízo de valor e incentiva-se a preservação dos conhecimentos adquiridos no Japão, especialmente o idioma.

Procura-se incentivar a aquisição da capacidade de transitar por duas culturas distintas, incluindo os dois idiomas, e fazer com que essa adaptação ao novo e desconhecido entre na cadeia de desejos das crianças, entendendo que, tanto a adaptação ao novo ambiente como a própria aprendizagem, são processos ativos em que o desejo da criança é fundamental.

Um fator recorrente foi o das separações de casal. Muitas crianças estavam sem um dos pais (ou ambos), ora porque este se encontrava ainda no Japão a trabalho, ora porque os pais são divorciados. Nestes casos, além de elaborar a questão de sua separação com os pais, em alguns casos, ainda tinha de lidar com as possíveis desavenças entre seus pais. Essa situação repercutia no receio de ela falar sobre um de seus pais, uma vez que suas colocações poderiam causar desagrado para a outra parte (por exemplo, temiam falar sobre o pai, pois sabiam que a mãe guardava mágoas dele, e tinham receio que, ao demonstrar possível afeto pela figura paterna, estariam indo contra as ideias da mãe).

Várias crianças estão sob os cuidados de parentes, tais como avós e tios, sendo que em vários casos, estes encontram inúmeras dificuldades para satisfazer as necessidades dessas crianças e até mesmo contribuir para seu pleno desenvolvimento. Muitas delas vinham a nós com diagnósticos de distúrbios de atenção, hiperatividade, rebeldia.

Além de pais separados e mudanças bruscas de ambiente; muitas das crianças contam também com idas e vindas resultantes das migrações dentro do Japão e do Brasil. Nesse processo, as perdas que não tiveram tempo de ser devidamente elaboradas trazem um basal depressivo no qual as crianças precisam

se estruturar. Têm de aprender a lidar com a sensação de pouco valia, a cuidar de si e, se for o caso, também dos irmãos menores. São pessoas que apresentam uma autoconfiança compulsiva, aguentam firme e fazem tudo por si mesmas, cuidam e não se deixam ser cuidadas, “... existe um anseio latente de amor e solicitude, e muita raiva latente para com os pais por não lhes terem dado amor e atenção; e, uma vez mais, muita ansiedade e culpa em torno da expressão desses desejos. Winnicott (1995) descreveu indivíduos desse tipo como tendo desenvolvido um *falso eu*” (Bowlby, 1997) e são as que são passíveis de apresentar sintomas psicossomáticos e depressão.

No decorrer dos atendimentos, algumas crianças retornaram repentinamente ao Japão. A família, embora tenha vindo com o intuito de fixar-se definitivamente no Brasil, não conseguiu colocação nos empregos, encontrou dificuldades na readaptação, não apenas das crianças como de outros membros da família, e decide tentar a sorte novamente no Japão, mesmo sem perspectivas de trabalho lá. Se, no Japão, acontecia de as crianças não quererem adaptar-se ou fazer esforço para aprender o japonês, com a impressão de que sua estada é provisória, o mesmo acontece aqui. Acaba gerando-se a fantasia de que, se um colega do grupo foi embora assim, repentinamente, podem ser os próximos, portanto, não veem muita importância em dedicar-se aos estudos ou ao aprendizado do português.

Observou-se, também, crianças que não apresentam dificuldades em relação à aprendizagem, mas com nítida dificuldade de aceitar e se sentir aceito, de lidar com o novo e diferente, de encontrar o “seu lugar”. Isso, especialmente quando a família encontra dificuldades em sua reinserção social e os efeitos são sentidos diretamente pelas crianças.

Outro sentimento é a insegurança e a impotência dos próprios pais, aliada à tendência de se sentirem culpados quando algo não ocorre bem com seus filhos. Assim, desempregados e pressionados, retornam ao Brasil e, encontrando dificuldades de recolocação profissional, já estão angustiados pela incerteza de seu futuro. Nessa situação, qualquer insinuação ou evidência de que as crianças estejam sofrendo ou não estejam bem, não são encaradas como parte de um processo de (re)adaptação, mas como uma situação que aumenta ainda mais a angústia pela “culpa”.

Diante disso, muitos apenas “negam” a existência de qualquer dificuldade, o que não seria problema se conseguissem, rapidamente, superar essa negação. Numa situação de angústia, qualquer pessoa passa por um processo que começa com a negação, seguida de revolta, depressão e, por fim, elaboração. A duração de cada fase depende do quão estruturada está a pessoa, o tamanho dessa sensação de ameaça, os recursos internos de que dispõe, entre outros fatores. Assim, ainda foi possível encontrar muita gente na fase de negação...

Como em qualquer problema, distúrbio ou dificuldade, quanto antes puder se resolver, intervir de forma adequada, melhores serão os prognósticos e mais eficazes as soluções. Quanto mais tempo se demora, mais complexa a situação se torna e, muitas vezes, sem muitas possibilidades de resgate ou reconstrução, dependendo da situação.

Podemos observar também que, quanto mais estruturada a família, de mais recursos internos ela dispõe e mais facilmente reconhece a necessidade de ajuda em vários aspectos. E, quanto mais complexo e menos funcional é o ambiente familiar, de menos recursos seus membros dispõem e maior a “resistência” para reconhecer a existência de dificuldades e maior a rejeição de ajuda, alegando não ter necessidade, nem interesse.

A equipe do Projeto Kaeru ressen-te-se não das pessoas que recusaram ajuda mesmo que aos nossos olhos estivessem precisando, mas daqueles que nos solicitaram ajuda e não pudemos atender a contento. Temos clareza de nossas limitações, que os atendimentos via e-mail ou alguns contatos telefônicos não são suficientes, que não pudemos oferecer nem o mínimo para aqueles que não moram em São Paulo, Capital. Certamente, as demandas variadas, os profissionais disponíveis reduzidos e a distância complicam o acesso a nossos serviços.

Estamos aumentando nossos intercâmbios, estreitando cada vez mais nossos laços de cooperação com organismos governamentais, entidades, pesquisadores e universidades. Isso ocorre não apenas com Brasil e Japão, mas, aos poucos, com pesquisadores de universidades americanas e sul-americanas.

Referências Bibliográficas

Anais do Simpósio 15 Anos do Movimento Dekassegui; Desafios e Perspectivas, São Paulo, 2002.

BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada: padrões da cultura japonesa**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1988.

BOWLBY, John. **Cuidados maternos e saúde mental**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **Apego, separação e perda**. São Paulo: Martins Fontes, 1984. 3v.

CUMMINS, Jim. **Language, power and pedagogy**, Multilingual Matters, 2000.

DOI, Takeo. **The anatomy of dependence**. 3. ed. New York: Kodansha International, 1980.

DOLTO, Françoise. **Quando os pais se separam**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira; São Paulo: Publifolha, 1999.

ERICKSON, Erick. **Infância e juventude**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

JAPAN IMMIGRATION ASSOCIATION. **Statistics on the foreigners registered in Japan**. Todos os anos.

KAMATA, Satushi; HIRATA, Helena. **Outro lado do modelo japonês: novos estudos**. CEBRAP, São Paulo, v. 29, p. 148-155, 1991.

KATO, Heitor Takashi; MIYAZAKI, Sílvia Yoshio Mizuguchi. **Mão-de-obra do Brasil para o Japão: aspectos econômicos e o impacto nas empresas do fenômeno de kassegui**. *Revista de Administração de*

Empresas, Rio de Janeiro, 32 (4): 20-31, 1992.

KAWAMURA, Lili K. **Para onde vão os brasileiros?** Campinas: Unicamp, 1999.

KLUCKHOHN, Clyde. **Costumes estranhos**. *Antropologia: um espelho para o homem*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1963.

LINGER, Daniel T. **No one home: brazilian selves remade in Japan**. California: Stanford University Press, 2001.

LEWIS, Catherine C. **Educating hearts and minds**. New York: Cambridge University Press, 1995.

LINTON, Ralph. **Cultura e personalidade**. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1973.

MINSTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Brasileiros no Mundo**, 2009.

MIYOSHI, Takefumi. **Manual da Lei de Imigração Japonesa**. *Primus Comunicações Integradas*. São Paulo: Ed. Estação Liberdade, 1993.

NAKAGAWA, Décio Issamu. **Contribuição ao Estudo da Saúde Mental no Desenvolvimento dos Trabalhadores Brasileiros no Japão**. Sociedade dos Consultores (Org.). *Anais do Simpósio 15 anos do Movimento Dekassegui: desafios e perspectivas*, São Paulo, 2001, p. 97-100.

NAKAGAWA, Décio I. In: NINOMIYA, M. (Org.). **Simpósio dez anos do fenômeno de kassegui e suas perspectivas**. São Paulo: SBCJ, 1998.

_____. **Migração e Saúde Mental**. In: CARIGNATO, Taeco T. et al. (Org.). *Psicanálise, Cultura e Migração*. São Paulo: YM Editora & Gráfica, 2002, p. 221-226.

NAKAGAWA, KyokoYanagida. **Crianças envolvidas no movimento de kassegui**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social PUC/SP, 2000.

_____. **Crianças Nikkeis em São Paulo**. Sociedade dos Consultores (Org.). *Anais do Simpósio 15 anos do Movimento Dekassegui: desafios e perspectivas*, São Paulo, 2001, p. 78-84.

_____. **As crianças envolvidas no movimento de kassegui**. In: CARIGNATO, Taeco T. et al. (Org.). *Psicanálise, Cultura e Migração*. São Paulo: YM Editora & Gráfica, 2002, p. 197-206.

_____. **Para onde vão nossas crianças?** um trabalho de pesquisa sobre a educação de crianças brasileiras no Japão. Comunidade Brasileira de Kansai, Kobe, 2005.

_____. São Paulo **niokerunikkeijinnokodomotatitoseishonen** – de kasseguinimakikomareta-kodomotatininanigaokitaka. Nagoya Association for Multicultural Studies. *The annual review of multicultural studies*. v. 2, mar. 2005.

_____. **Crianças e adolescentes brasileiros no Japão** – Províncias de Aichi e Shizuoka. Tese de doutorado. Serviço Social – PUC-SP, 2005.

_____. **Algumas reflexões a partir da minha pesquisa no Japão**. *Anais do Simpósio Internacional de Educação Comparada Brasil-Japão* – 20 anos do movimento de kassegui. Realização: Instituto de Solidariedade Educacional e Cultural e Associação Brasil-Japão de Pesquisadores, CD-ROM, 2005.

NINOMIYA, Masato (Org.). **Simpósio sobre o fenômeno chamado “Dekassegui”**. São Paulo: Ed. Estação Liberdade, SBCJ, 1991.

_____. **O futuro da comunidade nikkei**. São Paulo: Mania de Livro, 1996.

_____. **Encontro de Colaboradores Regionais do CIATE** outubro/2009.

_____. **Relatório do Encontro dos Colaboradores Regionais do CIATE 2010**.

OHMAE, Kenichi. **O fim do Estado-Nação**. Rio de Janeiro: Campus; São Paulo: Publifolha, 1999.

SOIFER, Raquel. **Psicodinamismos da família com crianças**: terapia familiar com técnica de jogo. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

SUZUKI, Takao. Kotoba to bunka (language and culture). **Guides to Japanese Culture**. Tokyo: Japan Culture Institute, 1977.

TAMURA, Takeshi; LAU, Annie. **Connectedness versus separateness**: aplicability of family therapy to Japanese families. *Family Process*, 31(4): 319-340, 1992.

YANO, Patricia. Double limited. In 「トランスナショナルな移住が家族に及ぼす心理・社会的影響～日系ブラジル人家族の文化変容ストレス」2006.

YOSHIOKA, Reimei. **Por que migramos do e para o Japão**. São Paulo: Massao Ohno, 1995.

WHITE, Merry. **O desafio educacional japonês**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

WINNICOTT, Donald. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **Pensamento e Linguagem**. Lisboa: Ed. Antídoto, 1979.

_____. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

O papel desempenhado pelas associações de províncias japonesas

11. O papel desempenhado pelas associações de províncias japonesas



André Ryo Hayashi

Advogado, professor e consultor. Conselheiro da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social. Membro de Comissões de Trabalho da Federação das Associações das Províncias Japonesas no Brasil. Conselheiro Consultivo da Associação Aichi do Brasil. Membro da Associação Brasileira de Ex-Bolsitas no Japão, tendo sido seu Vice-Presidente no período de 1979 a 1985 e Conselheiro Consultivo de 1986 a 2000.

11.1 Introdução

Necessário, antes de falar no papel que ela vem desempenhando no processo de formação da nação e da cultura brasileira, apresentar o que seja uma “associação de província”¹ japonesa – distinguindo-a de outras espécies de associações nipo-brasileiras –, para poder justificar o porquê de estas instituições merecerem um capítulo especial neste livro.

A apresentação começa por um breve exame da terminologia usualmente empregada no seio da comunidade nipo-brasileira, passa por uma explicação histórica do surgimento dessas instituições – incluída, aqui, uma rápida abordagem de algumas passagens da História do Japão – e termina mostrando o porquê da existência destas instituições ao lado de outras instituições culturais nipo-brasileiras. A própria apresentação acaba mostrando como essas instituições exercem um papel diferenciado – em relação às outras instituições nipo-brasileiras – dentro da comunidade nipo-brasileira e a sua importância nas relações Brasil-Japão.

No ápice deste capítulo, são apresentadas, sucintamente, as principais contribuições que estas instituições deram ao processo de desenvolvimento da nação e da cultura brasileira e, por conseguinte, para o desenvolvimento e progresso do Brasil.

Finalmente, o capítulo é encerra-se com um pequeno ensaio do que poderia ser o desempenho destas instituições no futuro – o que serve para mostrar quão justa a luta pela preservação delas, neste momento, em face desse papel que elas teriam em épocas vindouras.

Esclareça-se, desde já, que, naturalmente, em função das próprias dimensões deste capítulo, não há qualquer possibilidade de se apresentarem os traços individualizados de cada “associação de província”; e, muito menos, de comentar as suas atuações individuais e/ou contribuições específicas. Ou seja, esta exposição tentará limitar-se ao que poderia ser considerado um traço comum a todas elas.

¹ Alguns leitores poderão estranhar o fato de se usarem aspas ao se escrever esta expressão. A justificativa poderá ser encontrada na seção 11.2. Terminologia.

\Ainda, neste capítulo, permeando o eixo principal, a título de informação complementar, apresenta-se a instituição conhecida como Kenren, a Federação das Associações de Províncias do Japão no Brasil, o papel por ela desempenhado no seio da comunidade nipo-brasileira e nas relações bilaterais Brasil-Japão e a sua importância vital para as “associações de províncias”.

Por último, alerta-se o leitor de que boa parte do que é apresentado é uma apreciação pessoal do autor, baseada na sua vivência de quase três décadas como voluntário e colaborador de várias instituições da Comunidade Nipo-Brasileira.

11.2 Terminologia

Prestam-se, inicialmente, alguns esclarecimentos no tocante à terminologia comumente utilizada no seio da comunidade nikkei.

Kenjinkai é a expressão comumente utilizada para referir-se genericamente a qualquer “Associação de Província”. E, analogamente, Kenren é traduzido como Federação das Associações de Províncias do Japão no Brasil.

A rigor, ambos os usos, do ponto de vista estritamente terminológico, apresentam-se tecnicamente imperfeitos.

Explica-se.

Assim como o Estado brasileiro é territorialmente conformado pela somatória de Estados federados, do Distrito Federal e dos Territórios, o Estado Japonês é formado pelos To-Dô-Fu-Ken. Isto é, além dos Ken, existem o Tô, o Dô e os Fu.

O Japão atual² é formado por:

- 1 To (capital metropolitana): Tokyo To;
- 1 Dô (território): Hokkai Dô;
- 2 Fu (prefeituras urbanas): Osaka Fu e Kyoto Fu; e
- 43 Ken (prefeituras/províncias): 1) Aomori Ken, 2) Iwate Ken, 3) Miyagui Ken, 4) Akita Ken, 5) Yamagata Ken, 6) Fukushima Ken, 7) Ibaragui Ken, 8) Tochigui Ken, 9) Gunma Ken, 10) Saitama Ken, 11) Chiba Ken, 12) Kanagawa Ken, 13) Niigata Ken, 14) Toyama Ken, 15) Ishikawa Ken, 16) Fukui Ken, 17) Yamanashi Ken, 18) Nagano Ken, 19) Guifu Ken, 20) Shizuoka Ken, 21) Aichi Ken, 22) Mie Ken, 23) Shiga Ken, 24) Hyogo Ken, 25) Nara Ken, 26) Wakayama Ken, 27) Tottori Ken, 28) Shimane Ken, 29) Okayama Ken, 30) Hiroshima Ken, 31) Yamaguchi Ken, 32) Tokushima Ken, 33) Kagawa Ken, 34) Ehime Ken, 35) Kochi Ken, 36) Fukuoka Ken, 37) Saga Ken, 38) Nagasaki Ken, 39) Kumamoto Ken, 40) Oita Ken, 41) Miyasaki Ken, 42) Kagoshima Ken e 43) Okinawa Ken.

Totalizando 47 unidades administrativas.

² É sabido que estão em andamento, neste momento (em janeiro de 2007), projetos com vistas à fusão de províncias em busca da redução dos custos da administração do Estado.

Ou seja, Kenjinkai, dentro do rigor terminológico, só se refere a uma associação de provincianos, isto é, uma associação relacionada a província (= Ken). Assim, tecnicamente, a expressão Kenjinkai não se aplica, dentro do rigor terminológico, às associações ligadas a Tokyo (que, salvo engano, em japonês, denomina-se Tokyo To-yu-kai, sendo este “To” referência a essa sua condição de capital metropolitana), a Hokkaido (cuja associação, em japonês, é referida como sendo Dô-jin-kai, sendo este “Dô” uma referência a este seu *status* de território), a Osaka e a Kyoto. Rigorosamente, os oriundos destas “províncias”, em japonês, não são tratados como Kenjin.

Todavia, em nosso meio, é comum o uso generalizado do termo Kenjinkai para nos referirmos a qualquer das 47 “associações de província”.

Outrossim, esclarece-se que a entidade costumeiramente referida como Kenren é, na realidade, denominada, em Japonês, de To-Dô-Fu-Ken-Jinkai Rengô Kai, – que é “traduzida”, impropriamente, por Federação das Associações de Províncias do Japão no Brasil. Aqui cabe uma explicação. É próprio da cultura japonesa o hábito de se chamarem entidades e empresas pelos seus nomes “abreviados”. Onde aquele nome, quase quilométrico, acabar sendo reduzido a Kenren. Particularmente, nesse detalhe, observe-se, as associações relacionadas aos To-Dô-Fu não são, terminologicamente falando, associações de província. Assim, o nome, em Português, do Kenren, rigorosamente, está “traduzido” de forma imprecisa.

Feito este preâmbulo, fruto, talvez, de um preciosismo da parte deste autor, para a facilidade de compreensão – e por força de hábito –, neste texto, continuarão sendo usadas as expressões Kenjinkai – para nos referirmos genericamente a uma associação relacionada com o To-Dô-Fu-Ken (e não só às províncias) – e Kenren – para nos referirmos à Federação das associações ligadas ao To-Dô-Fu-Ken.

11.3 Por que existe Kenjinkai, se existem Nihonjinkai e Nikkeijinkai?

Esta pergunta nem sempre vem sendo respondida de forma embasada, principalmente por parte dos nikkeis menos envolvidos com a cultura e com a comunidade nipo-brasileira.

Para responder a ela é importante conhecer alguns aspectos da história do Japão e suas implicações na formação do mosaico cultural existente no próprio Japão. Somente assim poderá ser compreendida a razão do surgimento dos Kenjinkai e a sua importância no processo de desenvolvimento de nossa cultura.

A atual configuração do Estado Japonês, formado por 47 To-Dô-Fu-Ken, surgiu somente na era Meiji, já próximo do final do século XIX.

A era Meiji começou no ano de 1868, com o Imperador Meiji retomando o poder de governo, pondo fim³ a 265 anos do Shogunato⁴ (= Regência militar exercida pelo Shogun⁵) dos Tokugawa.

No período de Tokugawa, o país tinha conseguido um período de longa paz interna; estava dividido

3 Rigorosamente, do ponto de vista histórico, esses fatos não foram simultâneos. O Império existe desde a remota Antiguidade, e fala-se que a dinastia do Imperador data de há mais de 2000 anos. Todavia, em diversas fases da história do Japão, é sabido, o Imperador não governou, fazendo-o em seu lugar o Regente, normalmente de um clã com grande poderio bélico.

4 Expressão abreviada para designar o governo exercido pelo Shogun.

5 Shogun = chefe militar, general.

em feudos (chamados Han) e os senhores feudais estavam todos subordinados, militar e politicamente, ao governo central, do Shogun Tokugawa. Os senhores feudais (Daimyô ou Hanshu) exerciam o poder sobre as terras e os que nela habitavam (súditos). E o faziam por concessão do Regente.⁶ Os territórios eram bem demarcados e os senhores feudais cobravam impostos sobre o uso da terra (Nengu = impostos anuais).

Com o novo governo imperial, os antigos senhores feudais perderam os seus poderes: as terras e os seus habitantes agora eram do Imperador. Muitos dos antigos senhores feudais passaram, então, à condição de meros administradores delegados (Chi Han Ji) das terras.

Relata a história que, nos primórdios da Era Meiji (1871), o Japão era formado por 3 Fus e 306 Kens.

As crises de governabilidade e as mudanças sociais e culturais bruscas, logo após a Restauração Meiji, exigiram um aperfeiçoamento administrativo e, pouco a pouco, aquela configuração inicial foi sucedida pela atual, ainda nos primórdios⁷ daquela mesma Era Meiji.⁸

Ressalta-se, dentre os fatos desse período, a mudança dos topônimos. Muitos dos atuais não guardam qualquer relação com os usados na época do Shogunato. Por exemplo, Edo, sede do governo na época dos Tokugawa, é a atual Tokyo. A localidade que hoje corresponde à Província de Shiga era conhecida como a região de Ômi; a de Fukui, como de Echizen, e assim por diante.

Tenham-se presente, ainda, dois outros fatos contemporâneos desse período: a ocupação de Hokkaido se deu apenas no século XIX – antes, aquela parte do território japonês era conhecida como Ezo; e, até essa mesma época, Okinawa era um outro reino – o Reino de Ryúkyu.

Voltando à época do Shogunato, visando à estabilidade política e a paz interna, o Shogun havia baixado uma série de medidas restritivas para os moradores dos feudos, entre as quais a vedação, inclusive, ao livre trânsito de pessoas comuns e de mercadorias, para além das fronteiras do feudo. E isto fez florescer, na época dos Tokugawa, um Japão com uma cultura segmentada, formado por um mosaico de dialetos, hábitos alimentares, símbolos, crendices, economias e valores distintos de um feudo para outro.

Por exemplo, um famoso episódio da história do Japão, a que imortalizou a saga de vingança perpetrada pelos 47 samurais de Akô,⁹ teria sido originado por uma disputa pela produção de sal, entre o senhor daquele feudo (situado na atual província de Wakayama) e o senhor de Kira (na atual Gunma).

Por tal motivo, no Japão, ainda hoje, são encontradas diversas heranças dessa diversidade cultural, cuja sedimentação deve ser creditada principalmente àquela época. Embora se propague mundo afora que existe uma unicidade cultural no Japão (Tan-Itsuo-Minzoku = o povo de um traço singular), esta é apenas uma meia verdade, na medida em que, de fato, encontramos um verdadeiro mosaico cultural no Japão desconhecido por muitos, principalmente pelos que não têm familiaridade com o povo japonês e com o próprio Japão.

6 A história relata que alguns feudos mudaram de senhores e outros foram extintos, por ordem do Shogun.

7 Referida pela história como Meiji Shoki.

8 No Japão, a cronologia é demarcada por eras que correspondem ao período de um dado governante. A Era Meiji durou 45 anos. Depois vieram as Eras Taishô, Showa e a atual, Heisei.

9 Até Jorge Luís Borges, grande escritor argentino, escreveu sobre o episódio.

É muito comum, ainda hoje – quando os meios de comunicação de alcance nacional obrigam a adoção de um padrão meridiano para todo o Japão – a presença de dialetos regionais (Hô-Gen) no cotidiano das pessoas comuns, principalmente nos rincões mais afastados das grandes metrópoles. As próprias redes televisivas nacionais, em sua programação, principalmente de humor e novelas, valem-se delas para fazer brincadeiras e troças, numa referência a essas diferenças de sotaques e de palavreados peculiares, bem como às de costumes regionais.

Destarte, assim como na comunicação oral, nas diferentes regiões, existem traços peculiares de valores culturais e de usos e de costumes. Essas diferenças são enfatizadas pelos próprios japoneses. Assim, é comum ouvirmos que Nagano é uma terra de pessoas inteligentes; ou que Niigata é uma terra de mulheres bonitas; que Osaka é pródiga de comerciantes habilidosos, que Akita é a terra dos melhores sakês etc. Piada ou não, até recentemente, dizia-se que um pai de Nagoya (capital da Província de Aichi) que tivesse três filhas (mulheres) estaria fadado à falência, por causa dos altos dotes que eram oferecidos pelos pais dessa região, quando do casamento de suas filhas.

É bem conhecido o fato de que um dos grandes prazeres de viajar de trem pelo Japão (excetuando os trens-bala) é saborear as eki-ben (as bento = merendas vendidas nas eki = estações), dados a variedade e o caráter típico das oferecidas em cada localidade. Famosos em todo o Japão são os wasabi-zuke (conservas de legumes e verduras em wasabi = raiz forte) de Shizuoka, e os sassakamaboko (kamaboko = massa de peixe cozida no vapor envolvidas em folhas de sassa = uma espécie de bambu) de Sendai.

Até a conformação geográfica do Japão explica essa diversidade: apesar de ser um país de dimensões reduzidas se comparadas às do Brasil (cerca de 1/23 de área territorial total), o arquipélago se estende de pouco a norte do Trópico de Câncer até próximo ao paralelo 50, já próximo do Círculo Polar Ártico, o que significa diferenças acentuadas de climas e de calendário de eventos entre as diferentes regiões, ao sul e ao norte, a leste e a oeste, do Japão. Ademais, o maciço – com altos cumes –, que corta de Norte a Sul a principal ilha do Japão, o Honshu, faz com que as regiões voltadas para o Mar do Japão sejam, em termos climáticos, totalmente diferentes daquelas voltadas para o Pacífico. Essas características implicam diferenças econômicas e climáticas importantes entre as diversas regiões do Japão, com reflexos significativos nas formas de vida e de valores culturais.

E essas diferenças emprestam um caráter único e particular para cada um dos To-Dô-Fu-Ken, distinguindo uns dos outros, fato bastante sentido e destacado pelos japoneses.

Esta é a razão pela qual, paralelamente aos nihonjinkai (associações de japoneses), surgiram, desde os primórdios da imigração, os agrupamentos de kenjin. A similaridade entre os emigrados de uma “província” e as diferenças deles em relação aos emigrados de outras “províncias” produziram a busca de aproximação dos originários de uma mesma região – que possuíam maior identidade sociocultural e econômica. Em suma, enquanto os nihonjinkai (mais recentemente passou-se a utilizar a expressão mais abrangente nikkeijinkai = associação dos japoneses e descendentes) congregavam os imigrantes e seus descendentes concentrados em uma determinada região geográfica no Brasil, os kenjinkai procuravam reunir os conterrâneos de um mesmo ken. Daí o caráter muitas vezes nacional dessas instituições, congregando os muitos emigrados do mesmo ken, espalhados por todo o território nacional, para cultivar e manter os traços distintivos do ken – mais próximo da sua identidade cultural – e servindo para manter, como se fora uma verdadeira representação diplomática honorária do ken, um elo entre eles e as autoridades governamentais daquele ken.

11.4 Contribuições dos Kenjinkai

Pode-se afirmar, destarte, sem qualquer receio de cometer algum equívoco grave, que as maiores contribuições prestadas pelos kenjinkai ao Brasil se situam no terreno cultural.

A preservação das identidades culturais e dos valores regionais, permitindo que a sociedade brasileira possa aprender sobre a pluralidade dos aspectos culturais do arquipélago japonês, e, por conseguinte, respeitar e preservar, em seu seio, a diversidade cultural, é, sem dúvida alguma, a grande contribuição dada por essas instituições ao nosso país.

São muito conhecidos os programas de intercâmbio cultural intermediados pelos kenjinkai, com o apoio dos governos do To-Dô-Fu-Ken: anualmente, cerca de uma centena de estudantes e estagiários viajam para as “províncias”, sob os auspícios dos governos do Sol Nascente.

São essas pessoas que, quando voltam para o nosso meio, trazem as informações mais recentes do arquipélago, interferindo em nossa cultura, economia e sociedade, com as visões, perspectivas e sensibilidades que agregaram durante a sua estada por aquelas paragens.

São elas que ajudam a manter vivo o idioma japonês, os dialetos regionais, os costumes locais e a cultura japonesa no Brasil, com as peculiaridades típicas de cada região.

Através desse laços, entre os kenjinkai e os governos “provinciais”, ao mesmo tempo em que é proporcionada uma ampliação nos horizontes culturais aos envolvidos e beneficiários dos programas, são também preservados, no Brasil, os diferentes aspectos culturais do mosaico japonês, contribuindo sobremaneira para a perpetuação da pluralidade cultural em nosso país, característica que é a base fundamental da verdadeira democracia, harmonia e paz.

Com a cessação dos fluxos migratórios, verificou-se o natural distanciamento cultural entre o descendente e as suas raízes estrangeiras, fato que se acentua pelo processo de miscigenação. Verifica-se a tendência do descendente de se afastar dos valores cultivados pelas gerações anteriores, adotando os valores, de um lado, mais contemporâneos, porém, de outro, mais comuns, mais gerais e mais meridionais. O risco é a redução das particularidades, com a adoção dos denominadores comuns. Salta aos olhos, então, a importância desses programas para a cultura brasileira.

Fato relevante também é a constatação de que, nos anos recentes, a comunidade vem recebendo, em média, mais de uma dezena de delegações de autoridades públicas ligadas ao To-Dô-Fu-Ken. São provas inequívocas dos fortes laços que unem os Kenjinkai aos respectivos To-Dô-Fu-Ken, em que pese o fato de que é decorrido quase um século desde o começo da imigração japonesa no Brasil e de estarmos com membros de sexta geração de descendentes em nossa comunidade.

São esses laços fortes que ajudaram a formar quase meia centena de convênios de cidades-irmãs e estados-irmãos entre “províncias” e cidades japonesas com os seus pares brasileiros, gerando um fluxo de intercâmbio cultural, tecnológico e econômico – feitas sem qualquer relação com a população nikkei –, que dá origem a uma relação bilateral mais ampla, com benefícios para o nosso país e para o próprio Japão. Cite-se, à guisa de exemplo, que a cidade de São Paulo é cidade-irmã de Osaka e que a província de Shiga tem como estado-irmão o Rio Grande do Sul.

Outra contribuição dada pelos Kenjinkai é a promoção de aproximação entre os descendentes, fazendo com que a comunidade nipo-brasileira seja conhecida pela sua capacidade de aglutinação e mobilização.

Claro que muitas outras contribuições poderiam ser apontadas. Por exemplo, alojamentos para estudantes, que muitos Kenjinkai possuem. Essas instalações vêm proporcionando a muitos estudantes, provenientes de regiões mais longínquas dos grandes centros, uma boa estrutura de apoio para prosseguir em seus estudos.

Limitamo-nos a essas poucas contribuições, deixando de mencionar outras relevantes, dadas as dimensões e as finalidades deste capítulo.

11.5 O Kenren e o seu papel

O Kenren (To-Dô-Fu-Ken-Jinkai Rengou Kai) – a Federação das Associações de Províncias do Japão no Brasil – é uma entidade fundada há cerca de 40 anos, em 12-4-1966.

Congrega os Kenjinkai, com o fito de proporcionar entre elas o intercâmbio de informações, de coordenar as ações conjuntas e representar o conjunto das associações perante as autoridades governamentais japonesas. Constitui, junto com o Bunkyo e com o Enkyo, as entidades mais proeminentes de nossa comunidade, e que vem sendo reconhecida pelo próprio Governo Japonês como uma das interlocutoras hábeis para representar a Comunidade Japonesa do Brasil.

As suas atividades mais conhecidas:

1. administra e conserva, por convênio firmado com as autoridades municipais, o Memorial do Imigrante Japonês, situado no Parque do Ibirapuera, ao lado do Pavilhão Japonês. Este memorial, construído em 1975, simboliza a reverência que os descendentes têm em relação aos pioneiros da Comunidade e aos seus ancestrais: é o local onde todos os descendentes, independentemente do credo religioso, podem reverenciar aqueles que já se foram. No dia 18 de junho de cada ano, data em que se comemora o aniversário da imigração japonesa no Brasil, realiza-se, no local, uma solenidade em memória dos pioneiros e ancestrais;
2. articula e leva os pleitos da Comunidade junto ao governo japonês. Em uma das atuações mais recentes, conseguiu a aprovação do direito de voto (até nas eleições locais) dos emigrados (Zaigai Senkyô Ken). Um outro pleito que está sendo articulado é o da manutenção da dupla nacionalidade (quando da naturalização para outra nacionalidade, o japonês perde o direito à nacionalidade japonesa). Também tem articulado o aumento das verbas voltadas para o intercâmbio cultural dos descendentes, principalmente por meio de bolsas de estudos;
3. coordena um dos maiores eventos voltados para a exposição da cultura japonesa e para a integração dos descendentes e simpatizantes da cultura japonesa: o Festival do Japão. Este evento mobiliza para a sua organização cerca de 5.000 voluntários.

11.6 Perspectivas para os Kenjinkai

Embora o Estado japonês seja unitário, percebe-se, neste momento, nesse país, um movimento político visando ao fortalecimento das autoridades regionais e locais. Não que se vislumbre, neste momento, qualquer perspectiva de transformação do Estado japonês, de estado unitário para um estado federativo, mas certamente existem razões de ordem política, econômica e social para que este movimento tenha se tornado bastante visível neste momento.

Nesse compasso, não resta qualquer dúvida de que os atuais canais de interlocução com as autoridades locais e regionais poderão tornar-se cada vez mais importantes para quem os possui, isto é, para todas as comunidades nikkeis.

A preservação e o fortalecimento de entidades como os Kenjinkai podem significar, num futuro não muito distante, possibilidades de ampliação das relações bilaterais, particularmente entre o nosso país e o Japão. Significa, também, pelo menos para mim, a possibilidade de um Kenjinkai com um escopo de atuação mais amplo, não mais restrito aos emigrados daquela província e seus descendentes, mas, sim, aberto, com amplas possibilidades de servir à comunidade maior, não só à nikkei.

11.7 Conclusão

No momento em que se forma este livro, como parte integrante das atividades comemorativas da passagem do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, não poderia deixar de contribuir para a posteridade, efetuando esta releitura destas nossas instituições nikkeis, procurando esclarecer a razão de seu surgimento e a importância de seu papel. Mas tudo isto só tem valia se se tiver em mente o esforço necessário visando ao seu fortalecimento em razão das perspectivas dos tempos que virão.

Somente a compreensão do que foi e do que poderá vir a ser é que poderá abrir espaços para alguma ação neste momento. Este é o caminho da história.

Referências Bibliográficas

Em japonês:

Diversos. SEKAI GENSHOKU HYAKKA JITEN, **Shogakkan's Encyclopedia**, diversos volumes, 1976, K. K. Shogakkan.

SHIMOMURA, Fujio. **Meiji No Akebono**, série Nihon No Rekishi, v. 9, 9. ed., 1978, K. K. "POPULA" SHA.

Em português:

HANDA, Tomoo. **O imigrante japonês** – história de sua vida no brasil, São Paulo: T. A. Queiroz; Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

YAMASHIRO, José. **Japão: passado e presente**, São Paulo: Hucitec, 1978.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. **Uma epopeia moderna, 80 anos da imigração japonesa no brasil**. HUCITEC/ Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, São Paulo, 1992.

Intercâmbio entre o Brasil e o Japão na área jurídica

12

12. Intercâmbio entre o Brasil e o Japão na área jurídica



Kazuo Watanabe

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Mestre e Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo. Professor-Doutor de Direito Processual Civil da USP aposentado. Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo aposentado. Advogado e jurista com várias obras publicadas. Ex-Presidente do Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais. Presidente Honorário do Instituto de Direito Comparado Brasil-Japão. Ex-Presidente do Conselho Deliberativo da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social.

“A atualização foi realizada em conjunto com o Juiz Federal Bruno Takahashi”

12.1 Considerações gerais

O convênio entre a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e a Faculdade de Direito da Universidade Keio, de Tóquio. A origem desse convênio de intercâmbio está ligada a uma visão mais ampla e aberta do relacionamento entre Brasil e Japão.

Certamente, existem vários tipos de intercâmbio entre Brasil e Japão na área jurídica. Alguns deles são mais de natureza pessoal, de contatos de Professores de Direito de instituições de ensino brasileiras e japonesas. Outros são mais institucionais, possivelmente com a celebração de convênio entre faculdades e universidades de ambos os países.

Como não dispomos de informações completas a respeito de todos esses intercâmbios, vamos nos limitar a falar a respeito do Convênio entre a Faculdade de Direito da USP e a Faculdade de Direito da Universidade Keio, sobre o qual, por havermos dele participado desde o seu nascedouro, sentimo-nos em condições de prestar informações mais precisas.

Esse convênio constitui a realização prática de alguns pensamentos que tivemos a oportunidade de externar no Simpósio de Intercâmbio Cultural entre Japão e América Latina, realizado pela Fundação Japão, em Tóquio, em 1977. O trabalho, sob o título “Brasil e Japão: perspectiva de um brasileiro descendente de imigrantes japoneses”, está publicado no livro *Diálogo: América Latina y Japón*, publicado pela Fundação Japão em 1979.

Um desses pensamentos acentuava a necessidade de proceder à análise da problemática do intercâmbio cultural entre Brasil e Japão com uma visão mais aberta, abandonando-se a estreita ótica que considerava a chamada colônia japonesa como um prolongamento do Japão, quando a realidade brasileira já a tinha como parte integrante de sua sociedade, pela força centrípeta de que é ela dotada, atraindo todos para o seu centro. A estreita visão, que à época ainda predominava, fazia com que os esforços

de apresentação e preservação da cultura japonesa fossem desenvolvidos predominantemente nos estreitos limites da chamada colônia japonesa, e não em face da totalidade da sociedade brasileira.

Outro pensamento dizia respeito à metodologia do intercâmbio cultural, que não deveria limitar-se à apresentação dos elementos culturais diferenciados, como vinha ocorrendo. Deveria consistir também na pesquisa e identificação dos elementos comuns, o que facilitaria sobremaneira a compreensão e a aproximação de dois povos. E, nesse aspecto, o estudo comparado dos Direitos japonês e brasileiro seria de grande importância, pois ambos, principalmente o ramo civil, têm raiz europeia e trazem em comum muito de Direito Romano em sua formação.

Um dos participantes do evento, o Professor Toshichika Totoki, da Universidade Keio, que sustentara no Simpósio mencionado a necessidade de estudo multidisciplinar das características culturais por regiões geográficas para o fomento do intercâmbio cultural, manifestou inteira concordância aos nossos pensamentos e, sabedor de que, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo a nossa disciplina era Direito Processual Civil, cuidou de nos apresentar o Professor Sussumu Ito, Titular de Direito Processual Civil da Universidade Keio, que à época presidia o Instituto Japonês de Direito Processual. Do encontro participou, de forma importante, também o Prof. Jiro Sudo, que na condição de imigrante havia morado durante alguns anos no Brasil.

Após uma proveitosa e profícua troca de ideias, durante a qual o Professor Ito ficou extremamente sensibilizado com a possibilidade de alargamento dos horizontes do intercâmbio cultural na área de Direito, passou a direcioná-lo também para a América Latina, não somente para os centros tradicionais com os quais o Japão vinha mantendo relacionamento, que eram basicamente os países da Europa e os Estados Unidos. Tomou, nesse mesmo encontro, na condição de Presidente do Instituto Japonês de Direito Processual, a decisão de convidar para o Encontro de Processualistas Japoneses que iria ocorrer em 1979 um processualista do Brasil, pedindo-nos que fizéssemos oportunamente a indicação. Tudo isso ocorreu em 1977, logo após o Simpósio da Fundação Japão.

Dando execução à decisão mencionada, o Prof. Ito convidou o Professor Alfredo Buzaid, Professor de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e autor do anteprojeto de lei que se converteu, em 1973, no atual Código Brasileiro de Processo Civil, e também o Prof. Celso Neves, igualmente Professor Titular de Direito Processual Civil da mesma Faculdade, para o Congresso Japonês de Direito Processual Civil, que teve lugar em Tóquio, em 1979. Tivemos a honra de fazer parte da Comitativa. Atuaram como intérpretes, de forma decisiva e competente, os Drs. Koshiro Fujii e Masato Ninomiya, que à época estavam cuidando de verter para o japonês o Código Brasileiro de Direito Processual Civil, obra editada algum tempo depois. O Dr. Ninomiya era, nessa ocasião, doutorando na Faculdade de Direito da Universidade de Tóquio, título que tempos depois veio a obter com brilho.

Durante cerca de uma semana de permanência da Comitativa referida, foram exaustivamente discutidos os termos de um amplo intercâmbio cultural entre as duas Faculdades de Direito (USP e Keio), tendo sido assinado na oportunidade um Protocolo de Intenções, que se converteu, em 1981, em Convênio Acadêmico. Além dos Profs. Sussumu Ito e Toshichika Totoki, pela Faculdade de Direito da Universidade Keio, e do Prof. Celso Neves e do signatário deste artigo, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, teve papel de suma relevância na aproximação das partes o Prof. Jiro Sudo.

12.2 Os motivos que determinaram a criação, no Brasil, do Instituto de Direito Comparado Brasil-Japão

No Protocolo de Intenções, ficou constando que, como instrumento de apoio às atividades de intercâmbio, seria criado um Instituto de Direito Comparado. A ideia para a criação do Instituto nasceu da constatação de que, ao menos no lado brasileiro, os profissionais do Direito interessados no estudo do Direito Japonês seriam muitos e que nem todos eram professores ou formados pela Faculdade de Direito da USP, e por isso seria de extrema importância a existência de entidade que pudesse reunir em seu seio todos os interessados, fossem eles ligados à Faculdade de Direito da USP ou a outras Faculdades de Direito, não somente de São Paulo, como também de outras cidades e mesmo de outros Estados.

Informalmente, o nosso Instituto de Direito Comparado Brasil-Japão nasceu no mesmo ano em que teve início o Convênio USP-Keio, ou seja, em 1979. Formalmente, sua constituição legal, com o registro de seu estatuto, ocorreu em agosto de 1986.

Sua direção estava assim composta à época da 1ª. edição deste livro (2.008, Centenário da Imigração Japonesa no Brasil):

Conselho Deliberativo: Presidente – Des. Nelson Hanada; 1º Vice-Presidente – Des. Roque Komatsu; 2º Vice-Presidente – Des. Jô Tatsumi; 1º Secretário – Dr. Waldemar do Nascimento; 2º Secretário – Min. Massami Uyeda. Diretoria Executiva: Presidente – Des. Kazuo Watanabe; 1º Vice-Presidente – Prof. Newton Silveira; 2º Vice-Presidente – Dr. Tuyoci Ohara; Secretário-Geral – Prof. Kiyoshi Harada; 1º Secretário – Prof. Morinobu Hijo; Tesoureiro-Geral – Dr. Samuel Yoshida; 1º Tesoureiro – Prof. Toshio Mukai.

Em edições anteriores, afirmamos que seria certamente de muita utilidade que um instituto similar fosse criado também no Japão, cumprindo a missão de reunir professores de Direito, juízes, promotores, advogados e demais interessados no estudo comparado dos Direitos brasileiro e japonês, originários de quaisquer instituições japonesas de ensino. Felizmente, isso se concretizou com a criação do Japan Brazil Law & Culture Institute (JBLC) em 2014 (vide item 12.9 abaixo). De todo modo, mesmo antes da criação do JBLC, nas várias atividades desenvolvidas pelo nosso instituto, tem havido sempre a participação de professores de várias universidades do Japão, o que revela que o intercâmbio jurídico, que se originou com aquele Protocolo de Intenções de 1979, é entre Brasil e Japão, e não apenas entre as duas instituições de ensino que o conceberam. O Prof. Masato Ninomiya, que se doutorou pela Faculdade de Direito da Universidade de Tóquio, por muitos anos ministrou, nessa conceituada universidade, curso de Direito Latino-americano na condição de Professor Visitante, lecionando mais recentemente nas Universidades Meiji e Hiroshima. Em razão das facilidades que isto lhe propicia, pelo relacionamento mais estreito que vem mantendo com os professores dessa universidade, e também com os professores de várias outras universidades, tem conseguido fazer com que, em todos os eventos internacionais do Instituto, professores da Universidade de Tóquio e também de inúmeras outras universidades japonesas tenham participação. E isso faz com que o intercâmbio na área jurídica realmente seja entre os dois países, Brasil e Japão, e não unicamente entre as duas universidades signatárias do convênio.

12.3 Algumas atividades desenvolvidas pelo Instituto de Direito Comparado Brasil-Japão

Para a implementação e dinamização do convênio, foi extremamente importante a vinda ao Brasil, ini-

cialmente, do Prof. Seiichi Mori, e posteriormente do Prof. Tsukasa Miyajima.

O Prof. Mori foi Vice-Reitor da Universidade Keio, tendo sido anteriormente Diretor da Faculdade de Direito dessa prestigiosa instituição japonesa de ensino, e tem procurado dar apoio integral ao convênio. Durante sua permanência no Brasil, o Instituto promoveu um Curso de Noções Introdutórias de Direito Japonês. Também durante a permanência do Prof. Miyajima foram realizadas conferências e outras atividades.

Dos vários eventos culturais envolvendo o intercâmbio Brasil-Japão nas últimas décadas, podemos destacar os seguintes

12.3.1 Conferências

Foram realizadas conferências com a participação de vários professores japoneses, como Toshichika Totoki (Univ. Keio), Koichi Miyazawa (Univ. Keio), Tetsuya Fujimoto (Univ. de Chuo), Kazuhiko Nakagawa (Univ. Seijo), Ruichi Hirano (Univ. de Tóquio), Shigeru Kozai (Univ. Nac. de Osaka), Naoya Okuwaki (Univ. de Rikkyo), Yoshio Kawashima, Masato Dogauchi, Tsukasa Miyajima (Univ. Keio), Miyuki Sato (Univ. de Tóquio).

12.3.2 Simpósio de Direito Comparado por ocasião do 90º Aniversário da Imigração Japonesa no Brasil

Foi realizado o Simpósio de Direito Comparado Brasil-Japão, em conjunto com o Centro Internacional de Direito e Política Comparados (ICCLP) da Universidade de Tóquio, e com o apoio da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo, Fundação Japão e Comissão Comemorativa do 90º Aniversário da Imigração Japonesa no Brasil. Participaram do encontro, além do Professor Emérito Eiichi Hoshino (Univ. de Tóquio), os Professores Noboru Kashiwagi e Ichiro Kitamura (Univ. de Tóquio), Masao Ikeda (Univ. Keio), Katsutoshi Fujita (Univ. Metropolitana de Osaka).

12.3.3 Convênio com o Institute of Developing Economies, do Japão, para a realização de uma pesquisa conjunta

Em 1992 foi celebrado com o Institute of Developing Economies (IDE), do Japão, convênio para a realização de pesquisa conjunta, sob a coordenação de seu pesquisador, o saudoso Prof. Michiro Yatani, que sempre nos cumulou com gentilezas e apoio decisivo e permanente às nossas atividades, convênio esse que teve por objeto um estudo sobre o sistema jurídico brasileiro relacionado ao processo de desenvolvimento econômico e social do país.

12.3.4 Três eventos realizados no Japão por iniciativa do Instituto

a) O primeiro deles em 1989, em comemoração ao 10º aniversário do convênio, em correalização com a Universidade Keio. A comitiva brasileira, além do autor deste artigo, foi integrada pelos Professores da USP Newton Silveira, Tereza Ancona Lopes e Masato Ninomiya; pelos magistrados Adalberto Denser de Sá, Carlos Ortiz, Wolney Correia Moraes Jr., Fernando Horta; e pelos advogados Tuyoci Ohara, Irecê de Azevedo Marques Trench, Ernani Almeida Machado, Kiyoshi Harada, Waldemar do Nascimento, Samuel Yoshida, Hirayuki Kobayashi, Felícia Harada, Roberto Nishio, Sérgio S. Miyake e Erica Aoki. Pelo lado japonês, participaram do encontro os Profs. Toshichika Totoki, Koichi Miyazawa, Akira Kaneko, Jiro Tamura, Horinosuke Kimura, Hisao Kato e Yasuki Hitomi, todos da Universidade Keio; Prof. Kazuhiko Nakagawa (Univ. Seijo); Profa. Eiko Nagayama (Univ. Feminina Kyoritsu); Prof. Kinko Yoshida (Univ. Feminina Otsu); Prof. Nobuo Monya (Univ. Seikei) e Prof. Tetsuo Abe (Univ. Tokiwa). Os temas debatidos foram o Protecionismo Econômico nas Constituições, a Proteção da Propriedade Intelectual, a Mulher no Direito de Família, o Cônjuge no Direito das Sucessões, Consumo e Tributação e Sistema de Penas.

b) O segundo simpósio ocorreu em 1999, no vigésimo aniversário do convênio, com dois eventos: um na Universidade Keio e outro na Universidade de Tóquio. Nesta última instituição, sob o patrocínio do ICCLP – Centro Internacional de Direito e Política Comparados da Universidade de Tóquio, foi realizado um seminário sob o tema Ensino Jurídico e Treinamento Profissional no Brasil e no Japão, do qual participou, como representante brasileiro, a Profa. Ivette Senise Ferreira, diretora da Faculdade de Direito da USP, e como expositores japoneses os Profs. Makoto Ito e Takashi Araki. O outro evento ocorreu na Universidade Keio, em copatrocínio com essa instituição de ensino, para a comemoração do 20º aniversário do Convênio de Intercâmbio Acadêmico Keio-USP, ocasião em que, pelo reconhecimento do profícuo trabalho desenvolvido pelo nosso Instituto e pelos seus diretores e associados, a Universidade Keio, em cerimônia especial, houve por bem outorgar ao signatário deste artigo o título de Doutor *Honoris Causa*, título que reconhece todo um trabalho coletivo ao longo de duas décadas. Em seguida a essa cerimônia, foi realizado o Simpósio de Direito Comparado sob o tema geral Direito e Sociedade no Japão e no Brasil – o passado e o futuro. Pelo lado brasileiro, participaram, além da Profa. Ivette Senise Ferreira, diretora da Faculdade de Direito da USP, os professores da USP Newton Silveira, Kazuo Watanabe e Masato Ninomiya, os Juízes Kioitsi Chicuta e Luís Fernando Nishi, os Advogados Tuyoci Ohara, Erika Aoki, o Prof. de Medicina Dr. Samir Jr. Bechara e o Sr. Kenji Ishii (Presidente do Mita-kai do Brasil), e pelo lado japonês participaram os Profs. Koichi Miyazawa, Seiichi Mori, Masao Ikeda, Yukiko Inubushi, Katsuhiko Shichinohe, Hisao Kato e Jiro Tamura (todos da Universidade Keio), além do Prof. Shinji Furukawa (da Faculdade de Medicina da Univ. Keio), e ainda fizeram-se presentes ao evento o Prof. Tatsuo Yamada (diretor da Faculdade de Direito da Univ. Keio), o Prof. Toshichika Totoki e o Prof. Tsukase Miyajima.

c) O terceiro ocorreu em dezembro de 2004. Integraram a comitiva brasileira, além do subscritor deste artigo, as seguintes pessoas: Prof. Eduardo César Vita Marchi (diretor da Faculdade de Direito da USP); Prof. Masato Ninomiya (Universidade de São Paulo); Dra. Ana Paula Teixeira Mafra (Juíza de Direito); Prof. Sérgio Seiji Shimura (Procurador de Justiça e Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e sua esposa, Madalena Naime Saito Shimura; Dr. Samuel Yoshida (Advogado); Dr. Luiz Machado Fracarolli (Advogado) e sua esposa Maria Zoe de Oliveira Fracarolli; Dr. Hisao Arita (Advo-

gado) e sua esposa, Maria Arita; Dr. Mário Massanori Iwamizu (Advogado); Dr. Walter Hiroyuki Yano (Advogado e Procurador do Estado Aposentado); Dra. Helena Yukiko Tanaka – Intérprete).

Foram três os objetivos dessa viagem. O primeiro foi o de conhecer, na Faculdade de Direito da Universidade Keio e na Faculdade de Direito da Universidade de Tóquio, o novo sistema de ensino jurídico que o Japão acabara de adotar, com a criação de *Law School* e aplicação de método de ensino similar ao praticado nos Estados Unidos da América. O segundo foi a participação no seminário organizado pela Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Japão de Tóquio, evento ocorrido no auditório da JBIC (Japan Bank of International Cooperation). E o terceiro foi a realização, em Hamamatsu, na Província de Shizuoka, em copatrocínio com a Associação Brasileira de Hamamatsu (ABRAH), presidida pelo advogado brasileiro Etsuo Ishikawa, de um Seminário Jurídico destinado à orientação dos trabalhadores brasileiros residentes no Japão, que vêm enfrentando inúmeros problemas de natureza jurídica.

12.4 O Instituto de Direito Comparado Brasil-Japão e os problemas relacionados aos trabalhadores brasileiros no Japão

O fenômeno decasségui, que teve início em meados da década de 80, passou a apresentar, com o tempo, inúmeros problemas e questões relacionados aos contratos e condições de trabalho, à seguridade social, à educação dos filhos menores, aos aspectos ligados a Direito de Família, à delinquência entre jovens e a vários outros aspectos.

O Instituto, entendendo que lhe incumbe, por definição estatutária de suas finalidades, discutir e buscar soluções para os aspectos sociojurídicos de todas essas questões e mais as relacionadas ao futuro migratório e à cooperação judiciária entre Brasil e Japão, decidiu realizar, em agosto de 2002, nas cidades de São Paulo e Londrina, um grande Simpósio Internacional de Direito Comparado sob o título geral Trabalhadores Brasileiros no Japão. O evento é correalização das seguintes instituições: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Universidade Estadual de Londrina (UEL), Faculdade de Direito da Universidade Keio, Faculdade de Direito da Universidade de Tóquio, International Center for Comparative Law and Politics (ICCLP), Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior (CIATE), e contou com o apoio do Ministério da Saúde, do Trabalho e Bem-Estar Social do Japão e da Fundação Japão.

O simpósio começou a ser organizado em 2001, com a realização de cinco mesas-redondas temáticas preparatórias da discussão de cada um dos temas que seriam abordados no encontro do ano seguinte, tendo sido organizado ainda um Fórum de Depoimento de Decasségui. Cada um desses eventos preparatórios contou com a participação de vários especialistas, que fizeram debates entre eles e com o público presente: (1) Primeira Mesa-Redonda, em 28 de janeiro de 2002: Tema: Educação dos Filhos de Decasségui; Palestrantes: Joséfa Estella Tilton Garcia (Secretaria Municipal de Educação), Hiroyuki Hino (Secretaria Estadual de Educação), Isidoro Yamanaka (à época, Consultor do Centro de Integração Tecnológica do Paraná) e Kiyoko Nakagawa (Psicóloga). (2) Segunda Mesa-Redonda, em 12 de março de 2002: Tema: Questões Trabalhistas, Previdenciárias e de Assistência à Saúde; Palestrantes: Jun Tamagawa (Cônsul do Japão em São Paulo); Marcus Orione Gonçalves Correia (Universidade de São Paulo e Juiz Federal); Kikuo Tachiiri (Diretor Superintendente do CIATE); José Carlos da Silva Arouca (Juiz do TRT – 2ª Região); Sérgio Branco (Neurocirurgião do Hospital Beneficência Portuguesa). (3) Terceira Mesa-Redonda, em 30 de abril de 2002: Tema: O Futuro do Movimento Decasségui: Visão

socioeconômica; Palestrantes: Akihiro Ikeda (Universidade de São Paulo); Keiji Hamada (Cônsul do Japão em São Paulo); Leda N. Shimabuluro (Presidente do Grupo Nikkei de Promoção Humana); Taeko Carignato (Psicóloga e Coordenadora do Grupo Tadaima); Katsunori Miyasato (Empresário e Diretor do Grupo Okinawa, integrado por mais de 100 microempresários, grande parte deles ex-decasségus). (4) Quarta Mesa-Redonda, em 11 de junho de 2002: Tema: Brasileiros no Japão: questões de Direito Penal; Expositores: Yasuo Takahashi (Cônsul do Japão em São Paulo, membro da Polícia Nacional do Japão); Laura Keiko Sakai Okamura (Assistente Social e Ex-Diretora da Febem); Padre Evaristo Higa, Dr. Décio Nakagawa (Médico Psiquiatra). O Fórum de Decasségus foi realizado em 27 de julho de 2002, sob a coordenação do Dr. Décio Nakagawa e da Psicóloga Kyoko Nakagawa.

Na Comissão de Organização do Simpósio, que tivemos a honra de presidir, participaram de forma competente e decisiva o Dr. Tuyoci Ohara, Prof. Masato Ninomiya, Profa. Estela Okabayashi Fuzii, Prof. Akihiro Ikeda, Prof. Reimei Yoshioka, Dr. Décio Nakagawa, Kyoko Nakagawa, Prof. Ricardo Sasaki, Dr. Isidoro Yamanaka, Des. Caetano Lagrasta Neto, Procuradora Federal (hoje, Desembargadora Federal) Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida, Aurea Christine Tanaka, Viviane Otsubo e Akiyo Shimamura.

Participaram do evento inúmeros professores e especialistas do Brasil e do Japão, merecendo ser salientadas as pessoas mencionadas a seguir.

Pelo lado japonês, tivemos a participação de: Prof. Seiichi Mori (Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Keio), Yasuyuki Kitawaki (Prefeito de Hamamatsu, Província de Shizuoka), Takashi Misawa (Conselheiro do Ministério da Saúde, do Trabalho e de Bem-Estar do Japão), Prof. Ryoichi Ishii (Presidente do Sindicato dos Professores e Funcionários Escolares da Província de Hyogo), Dr. Etsuo Ishikawa (Presidente do Conselho de Cidadãos Estrangeiros de Hamamatsu), Prof. Masato Dogauchi (Universidade de Tóquio), Prof. Kazuaki Tezuka (Universidade de Chiba), Prof. Masao Ikeda (Universidade Keio), Profa. Hiroko Oizumi (Faculdade de Assistência Médica de Kawasaki), Prof. Masatoshi Ozaki (Universidade de Tsu), Tuyoshi Murohashi (Superintendente do Centro de Treinamento Juvenil de Niigata), Prof. Koichi Miyazawa (Universidade Keio), Profa. Reiko Nishikawa (Universidade Keio), Prof. Evando Neiva (Rede Pitágoras), Prof. Benedito Vilela Garcia (Escola Brasileira de Hamamatsu), Prof. Kotaro Horisaka (Universidade de Sofia), Prof. Ichiro Kitamura (Universidade de Tóquio), Prof. Yasunori Kasai (Universidade de Niigata), Prof. Yukio Ohno (Universidade de Niigata), Yasuyuki Suzuki (Ex-Cônsul e Presidente do Fundo Mútuo de Auxílio aos Trabalhadores Latino-Americanos no Japão).

Pelo lado brasileiro, tivemos a participação das seguintes pessoas:

a) como Presidentes de Mesa em São Paulo: Prof. Kiyoshi Harada, Dr. Tuyoci Ohara, Des. Nelson Hana-da, Min. Maria Edileuza Fontenele Reis, Dr. Isidoro Yamanaka, Profa. Lili Kawamura, Des. Jô Tatsumi, Prof. Newton Silveira, Dr. Shigeaki Ueki e Kazuo Watanabe (Conclusões e Propostas);

b) como Presidentes de Mesa em Londrina, Profa. Claudete Canesin, Profa. Estela Okabayaski Fuzii, Prof. Adiloar Franco Zemuner, Kencho Yamada, Dr. Shudo Yasunaga, Prof. Masato Ninomiya e Dr. Kentaro Takahara (Conclusões e propostas).

c) Como expositores: (c.1) em São Paulo: Dr. Sérgio Branco (Neurocirurgião do Hospital Beneficência Portuguesa), Dr. Ricardo Shoiti Komatsu (Diretor da Faculdade de Medicina de Marília), Dra. Aurea Christine Tanaka (à época, Doutoranda da USP/Pesquisadora na Universidade de Tóquio), Des. Caetano Lagrasta

(Tribunal de Justiça de São Paulo), Dr. Ricardo Sasaki (Consultor do CIATE e Professor Universitário), Profa. Walküre Lopes Ribeiro da Silva (Universidade de São Paulo), Prof. Marcus Orione Gonçalves Correia (Universidade de São Paulo), Reimei Yoshioka (Conselheiro do CIATE), Kyoko Nakagawa (Psicóloga), Laura Keiko Sakai Okamura (Assistente Social), Prof. Masato Ninomiya (Universidade de São Paulo e Presidente do CIATE), Kiyoharu Miike (Coordenador do Projeto Decasségui da Associação Brasileira de Decasségui), Dr. Décio Nakagawa (Médico Psiquiatra e Conselheiro do CIATE), Leda Shimabukuro (Presidente do Grupo Nikkei de Promoção Humana/Tadaima), Profa. Ivette Senise Ferreira (Universidade de São Paulo), Prof. Masato Ninomiya (Universidade de São Paulo), Prof. Akihiro Ikeda (Universidade de São Paulo), Embaixador Edmundo Fujita (à época, Diretor Geral do Departamento da Ásia e Oceania do Ministério das Relações Exteriores), Prof. Susumu Miyao (Diretor do Centro de Estudos Nipo-Brasileiros); (c.2) expositores brasileiros em Londrina: Dr. Décio Nakagawa (Psiquiatra e Conselheiro do CIATE), Laura Keiko Sakai Okamura (Assistente Social), Dr. Kiyoshi Ishitani (Advogado), Profa. Luzia Yamashita Deliberador (Prof. de Jornalismo da UEL), Dr. Marco Antônio Gonçalves Valle (Prof. da UEL), Prof. Akihiro Ikeda (Universidade de São Paulo), Dr. Zuud Sakakihara (Juiz de Direito em Curitiba).

Após amplos e detidos debates e reflexões, chegaram os participantes do evento às inúmeras conclusões sobre os principais temas do conclave, as quais foram sumuladas por tópicos e publicadas sob o título Declaração de São Paulo e Londrina. Essa “Declaração”, juntamente com a “Declaração de Hamamatsu”, lançada em outubro de 2001 pelos habitantes de 13 cidades japonesas que mais hospedam trabalhadores estrangeiros, que pela sua pertinência e importância recebeu expressa concordância de todos os participantes do nosso simpósio, foi posteriormente editada em português e japonês.

12.5 Constituição de uma Comissão de Juristas para o estudo do princípio da extraterritorialidade da lei penal brasileira e elaboração de minuta de Convênio de Cooperação Judiciária entre Brasil e Japão. Discussão dessa minuta no Painel Jurídico Internacional de Hamamatsu, organizado pela Associação Brasileira de Hamamatsu (ABRAH)

Com o incremento de delitos cometidos por alguns brasileiros, que constituem uma pequena minoria dentro da imensa comunidade de mais de 300.000 brasileiros que trabalham no Japão, mas de qualquer forma com intensa repercussão negativa, afetando a boa imagem dos demais compatriotas que trabalham honestamente, houve a necessidade de nova atuação do nosso instituto. Alguns desses brasileiros retornaram ao Brasil em seguida à prática da infração legal, sem responder perante a Justiça japonesa pelo ato cometido, e o aumento do número desses casos (falava-se, em fevereiro de 2007, em mais de 70 casos) fez com que a sociedade e a mídia japonesas passassem a reclamar a intervenção do Governo japonês para exigir do Brasil a extradição dos delinquentes foragidos. Os pais de uma das vítimas chegaram a conseguir, no Japão, mais de 500 mil adesões para um abaixo-assinado, o que passou a criar, como é de fácil percepção, um ambiente extremamente desconfortável para todos os demais brasileiros que honesta e sacrificadamente trabalham no Japão.

Por solicitação do Sr. Yassuyuki Kitawaki, digno Prefeito de Hamamatsu, da Província de Shizuoka,

Japão, o nosso Instituto constituiu, em abril de 2006, uma Comissão de Juristas para proceder ao estudo do problema mencionado, qual seja, o da impunidade de brasileiros que cometem delitos no Japão e em seguida retornam ao Brasil sem responder a qualquer processo criminal.

Fizeram parte da Comissão de Juristas, por nós presidida e coordenada com muita competência pelo Prof. Kiyoshi Harada, as seguintes pessoas: Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal Sydney Sanches; Professores de Direito Processual da Faculdade de Direito da USP Ada Pellegrini Grinover e Antonio Magalhães Gomes Filho; Desembargadores Jô Tatsumi, Kioitsi Chicuta, Nelson Hanada, Roque Komatsu; Procuradores de Justiça Agenor Nakazone, Iurica Tanio Okumura e Sérgio Shimura; Promotores de Justiça Valter Kenji Ishida e Eduardo Dias de Souza Ferreira; Advogados Oscar Toyota, Masato Ninomiya, Tuyoci Ohara e Samuel Yoshida; Embaixador Jadiel de Oliveira; e Secretário da Divisão Jurídica do Ministério das Relações Exteriores Leandro de Oliveira Moll. Realizada a mesa-redonda no dia 16 de maio de 2006, a Comissão de Juristas aprovou as seguintes conclusões: (a) a sentença condenatória japonesa pode ser homologada no Brasil apenas para reparação de danos e outros efeitos civis e para efeitos de aplicação de medidas de segurança, não sendo possível sua homologação para aplicação de penas; (b) é possível a abertura de processo penal no Brasil contra o acusado aqui residente, desde que presentes os demais requisitos do § 2º do art. 7º do Código Penal Brasileiro, independentemente de Acordo de Cooperação Jurídica na Área Penal com o Japão; (c) o procedimento penal, por via da tradicional carta rogatória, é moroso e de pouco alcance prático; (d) para agilizar os procedimentos penais, há necessidade de firmar um Acordo de Cooperação Jurídica na Área Penal entre os dois países.

Para a elaboração de anteprojeto do Acordo de Cooperação Jurídica na área penal entre Brasil e Japão, foi constituída uma Comissão, presidida pela Profa. Ada Pellegrini Grinover, e integrada por Antonio Magalhães Gomes Filho, Iurica Tanio Okumura, Masato Ninomiya, Oscar Toyota, Eduardo Dias De Souza Ferreira e Valter Ishida.

Pronto e aprovado o anteprojeto pela Comissão de Juristas, foi ele apresentado à comunidade jurídica japonesa, tendo sido discutido, em 24 de setembro de 2006, no Japão, na cidade de Hamamatsu, no Painel Jurídico Internacional organizado pela Associação Brasileira de Hamamatsu (ABRAH), presidida pelo advogado brasileiro Etsuo Ishikawa. O evento contou com o apoio da Prefeitura de Hamamatsu, da HICE e do nosso instituto. Participaram do encontro, pelo lado brasileiro, além do signatário deste artigo, a Professora da USP Ada Pellegrini Grinover, a Procuradora de Justiça Coordenadora das Procuradorias Criminais do Estado de São Paulo Dra. Iurica Tanio Okumura, o Professor da USP Masato Ninomiya e as advogadas brasileiras Aurea Christine Tanaka e Viviane Otsubo Kwon, e, pelo lado japonês, os advogados Drs. Toshihiro Kumada, Yuko Sasaki, Shirai Koichi, Ryo Takagai, Ichisei Katagiri e Ikutaro Agata.

A minuta de convênio, após a revisão de seu texto pelos advogados japoneses, foi finalmente entregue, no início de fevereiro de 2007, pela ABRAH ao Ministério das Relações Exteriores do Japão e à Embaixada Brasileira no Japão. Trata-se de mera sugestão. É muito mais um estímulo para que as autoridades de ambos os países iniciem a discussão do assunto. Aliás, como já constou da “Declaração de São Paulo e Londrina”, acima mencionada, seria desejável que também a matéria cível fosse discutida conjuntamente com a matéria criminal, celebrando-se um convênio que possibilite uma ampla cooperação judiciária entre Brasil e Japão.

Aliás, em razão do estudo acima mencionado, que concluiu pela possibilidade, independentemente da celebração de qualquer convênio, de imediata aplicação do princípio da extraterritorialidade da lei penal brasilei-

ra, alguns processos criminais foram instaurados no Brasil contra brasileiros que cometeram fatos delituosos no Japão e em seguida deixaram esse país sem responder a qualquer processo criminal.

Para a ultimação desses processos, com a prolação pelo juiz brasileiro de sentença final, a existência de convênio não é condição essencial, mas certamente, sem que as autoridades de ambos os países acertem os termos de uma cooperação judiciária que desburocratizem, facilitem e acelerem a prática de atos processuais, enfrentaremos muitas dificuldades, com risco, inclusive, de ocorrência de prescrição em alguns desses casos.

Estamos certos de que o bom senso e o equilíbrio são as características da diplomacia de ambos os países. Possivelmente, a solução de todos os problemas enfrentados pelos trabalhadores brasileiros no Japão não poderá ser alcançada de forma rápida e numa só negociação. Mas, pelo menos na esfera de cooperação judiciária, ao que nos parece, todos os problemas e dificuldades existentes, tanto em relação à parte criminal como à parte cível, poderão ser negociados concomitantemente e tratados num só convênio. É o que esperamos venha a ocorrer dentro em pouco tempo.

Em linhas gerais, são essas as contribuições prestadas pelo Instituto de Direito Comparado Brasil-Japão no estabelecimento e dinamização do intercâmbio entre Brasil e Japão na área jurídica.

Com a globalização, que encurta as distâncias entre os povos e cria relações jurídicas cada vez mais complexas, com a disputa de incidência por vários sistemas jurídicos, o intercâmbio na área jurídica assume importância cada vez maior. E no relacionamento entre Brasil e Japão, como é de fácil percepção, é redobrada a importância desse intercâmbio, uma vez que, em razão do fenômeno migratório já citado, há atualmente uma comunidade de mais de 300.000 brasileiros no Japão, um contingente maior que o número de imigrantes que o Japão enviou ao Brasil ao longo dos últimos 100 anos.

12.6 Simpósio Internacional Universidade de São Paulo/Universidade Keio em comemoração do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil e do SesquiCentenário da Universidade Keio

Em 2008 tivemos no Brasil um fato histórico da maior importância para toda a sociedade brasileira e em especial para seu segmento nipo-brasileiro, que foi o Centenário da Imigração Japonesa. Foram realizados inúmeros eventos comemorativos em todo o país, e um dos mais importantes, de inquestionável relevância em duas áreas científicas, medicina e direito, foi o Simpósio Internacional de Direito e Medicina realizado nos dias 16, 18 e 19 de agosto de 2008. O evento foi organizado pela Universidade de São Paulo e pela Universidade Keio, pelas suas unidades de Direito e de Medicina, e dele participaram inúmeros professores de ambas as universidades, que serão a seguir nomeados, e também vários especialistas nacionais e estrangeiros não pertencentes a nenhuma dessas entidades promotoras do evento.

A Comissão Executiva Geral do evento foi constituída pela Profa. Edna Maria de Albuquerque Diniz, Dr. Sinichi Ishioka, Prof. Masato Ninomiya e Prof. Kazuo Watanabe. Na Universidade de São Paulo, cada uni-

dade teve sua Comissão Organizadora. A da Faculdade de Direito (Fadusp) ficou assim constituída: - Diretor: Prof. João Grandino Rodas; Presidente: Prof. Dr. Kazuo Watanabe; Vice-Presidente: Prof. Dr. Masato Ninomiya; Secretário-Geral: Dr. Kiyoshi Harada; Secretária-Adjunta: Dra. Viviane Otsubo Kuon. E a da Faculdade de Medicina (FMUSP) foi integrada por: Presidente: Prof. Dr. José Ricardo de C. M. Ayres; Vice-Presidente: Profa. Dra. Edna Maria de Albuquerque Diniz; membro: médico Dr. Shinichi Ishioka. Foram de superlativa importância os apoios recebidos de ambas as Universidades (USP - Reitora: Profa. Suely Villela e Vice-Reitor: Prof. Dr. Franco Maria Lajolo: Keio - Vice-Presidente: Prof. Dr. Seiichi Mori e Coordenador Geral: Prof. Dr. Tsutomu Takeuchi), da Comissão do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil – USP - Presidente: Prof. Sedi Hirano, da Fundação Faculdade de Medicina, do Hospital das Clínicas da FMUSP, da Comissão de Cultura e Extensão Universitária da FMUSP, da Associação dos Antigos Alunos da FMUSP, da Assessoria de Comunicação da FMUSP e da Associação dos Antigos Alunos da Universidade Keio - Mitakai de São Paulo.

A solenidade de abertura teve lugar, no dia 16 de agosto, no Teatro da Faculdade de Medicina, na Av. Dr. Arnaldo, 455, com as seguintes atividades: a) pronunciamento da Profa. Edna Maria De Albuquerque Diniz; b) palestra do Prof. Masato Ninomiya (*História da Imigração Japonesa no Brasil*); e c) palestra do médico Dr. Shinichi Ishioka (*Trajetória dos descendentes de japoneses na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo*). A cerimônia foi abrilhantada com uma maravilhosa sessão musical.

Nos dias 18 e 19 foram realizados Simpósio de Medicina nas dependências da Faculdade de Medicina da USP e Simpósio de Direito, no Auditório XI de Agosto da Faculdade de Direito da USP.

No **Simpósio de Medicina** foram discutidos os seguintes temas: **a) Moléstias Infecciosas e Parasitárias:** 1) Mecanismos de virulência de *Entamoebahistolytica*; 2) Imunossupressão na malária; 3) *Cryptosporidium* e *Giardia* em águas marinhas (ostras, mariscos) e águas naturais; 4) Doença de Chagas e infecção por HIV; 5) Relato de caso: discussão clínica e imunopatológica; **b) Gastroenterologia:** 6) Perspectivas do NOTES (Endoscopia Cirúrgica Transluminal por Orifícios Naturais; 7) Papel do Mapeamento linfonodal e do linfonodo sentinela no câncer esofágico e gástrico; 8) Ressecção endoscópica do câncer colorretal; 9) Câncer no trato gastrointestinal; 10) Epidemiologia do câncer gástrico; 11) Cirurgia minimamente invasiva para câncer do esôfago; 12) Câncer gástrico no Brasil – resultados do tratamento; 13) Câncer do fígado; 14) Abordagem laparoscópica do câncer colorretal; 15) Epidemiologia e diagnóstico do carcinoma hepatocelular; 16) Estratégia no tratamento da Carcinoma Hepatocelular; 17) Transplante hepático com doador vivo: estado atual; **c) Dermatologia:** 18) Papel das junções de oclusão na função de barreira epitelial; 19) Função da barreira cutânea na patogênese da asma e da dermatite atópica; 20) Paracoccidiodomicose: um panorama geral; 21) Papel do hospedeiro na paracoccidiodomicose; 22) Pênfigos: mecanismos imunológicos de produção de anticorpos no modelo murino; 23) Caracterização de anticorpos de pênfigos pela técnica de fago; 24) Pênfigo foliáceo: um panorama geral; 25) Pênfigo foliáceo endêmico-imunopatogenia; 26) Linfoma cutâneo de células T em doentes HTLV – 1 positivos em São Paulo; **d) Oftalmologia:** - 27) Novos conceitos em Síndrome do Olho Seco; 28) Impacto ambiental e Olho Seco; 29) Ambulatório de Superfície Ocular; 30) Pesquisa em Olho Seco; 31) Medicina Anti-idade em Oftalmologia; 32) Atualização cirúrgica em superfície ocular; 33) Abordagem prática em Olho Seco para Oftalmologista Generalista; 34) Imunologia em distúrbios de superfície ocular; 35) Novos conceitos em “envelhecimento” de células germinativas; 36) Aplicação da acuidade visual funcional em clínicas oftalmológicas; 37) Intercâmbio em pesquisa Brasil-Japão; e) Foi realizado também **seminário** sobre aspectos médico-sociais e aspectos psicossociais dos decasséguis.

No **Simpósio de Direito** foram discutidos os seguintes temas: **a) Direito do Trabalho e Direito Penal:** 1) A situação dos nikkeis brasileiros no Japão e o regime da legislação trabalhista japonesa; 2) O regime da legislação trabalhista brasileira; 3) Prática de infrações penais pelos estrangeiros e a justiça criminal japonesa; 4) Extraterritorialidade da lei penal brasileira. Julgamento pelo Judiciário brasileiro de crimes praticados por brasileiros no exterior; **b) Direito Comercial:** 5) A reforma da lei japonesa de Sociedade Anônima: estrutura e pontos controversos; 6) A lei brasileira de Sociedade Anônima; **c) Direito Civil e Direito do Consumidor:** 7) Introdução à reforma da parte de Direito das Obrigações no Código Civil japonês; 8) Estrutura básica do regime de inadimplência do contrato e a reforma do Código Civil japonês; 9) Direito do Consumidor japonês: práticas comerciais, oferta publicitária e o dever de informar; 10) Direito do Consumidor brasileiro: práticas comerciais, oferta publicitária e o dever de informar; **d) Direito Processual Civil:** 11) Ação Coletiva e a legitimação das Associações do Consumidor no Japão; 12) Ação Coletiva brasileira: legitimação e outros aspectos relevantes. e) Foi realizado também **seminário** sobre problemas dos Decasségus, tendo sido discutido, no dia 18/08, o tema Problemas básicos dos decasségus e suas soluções (educação, previdência social, assistência médica, preconceito social, etc.) e no dia 19/08, o tema Aspectos positivos: assimilação da cultura japonesa, transmissão da cultura brasileira, vínculo humano na relação entre Brasil e Japão etc.

O encerramento, no dia 18 de agosto, foi realizado no Salão Nobre da Faculdade de Direito, no Largo São Francisco, 95 (Centro). Na primeira parte da sessão de encerramento foram apresentados relatórios pela Profa. Edna Maria de Albuquerque Diniz (Medicina) e pelo Prof. Kiyoshi Harada (Direito), com discussão e votação de propostas formuladas no decorrer das Sessões e Seminários realizados durante o Simpósio. Na segunda parte houve pronunciamentos do Prof. João Grandino Rodas (Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo), do Prof. Dr. Marcos Boulos (Diretor da Faculdade de Medicina da USP), do Prof. Dr. Seiichi Mori (Vice-Presidente da Universidade Keio), da Profa. Edna Maria De Albuquerque Diniz (Faculdade de Medicina da USP) e do Prof. Dr. Kazuo Watanabe (Faculdade de Direito da USP).

Participaram do Simpósio os seguintes Professores e Especialistas japoneses: Prof. Dr. Ângelo Ishi, Prof. Dr. Go Wakabayashi, Prof. Dr. Hajime Hisaeda, Prof. Dr. Hiroya Takeuchi, Prof. Dr. Isao Kitai, Prof. Dr. Jun Yamagami, Prof. Dr. Kazuya Kitamura, Prof. Dr. Kazuo Tsubota, Prof. Dr. Koichi Miki, Prof. Dr. Koichiro Asano, Prof. Dr. Masao Ikeda, Prof. Dr. Masayuki Amagai, Prof. Dr. Masahiko Watanabe, Profa. Dra. Michiyo Maeda, Prof. Dr. Mikio Furuse, Prof. Dr. Norimitsu Ban, Prof. Dr. Ryuichi Yamakawa, Prof. Dr. Seiichi Mori, Prof. Dr. Shoichiro Tsugane, Prof. Dr. Tatsuya Ota, Prof. Dr. Tatsuya Otake, Profa. Dra. Tetsuya Kawakita, Prof. Dr. Tomoyoshi Nozaki, Prof. Dr. Tsukasa Miyajima, Prof. Dr. Tsutomu Takeuchi, Prof. Dr. Yasuyuki Kitawaki, Prof. Dr. Yoshiro Saikawa, Prof. Dr. Yuko Kitagawa.

E do lado brasileiro tivemos a participação como expositores e debatedores os seguintes Professores e Especialistas: Profa. Dra. Ada Pellegrini Grinover, Prof. Dr. Aluisio Augusto Cotrim Segurado, Prof. Dr. Carlos Alberto de Salles, Dr. Décio Nakagawa, Profa. Dra. Edna Maria de Albuquerque Diniz, Prof. Dr. Kazuo Watanabe, Prof. Dr. Kiyoshi Harada, Dra. Kyoko Nakagawa, Prof. Dr. Estevão Mallet, Prof. Dr. Evandro A. Riviti, Prof. Dr. Flair José Carrillo, Prof. Dr. Gil Bernard, Profa. Dra. Giselda Maria F. Novaes Hironaka, Prof. Dr. Haroldo Malheiros Duclerc Verçosa, Prof. Dr. Ivan Cecconello, Dra. Iurica Tanio Okumura, Prof. Dr. João Grandino Rodas, Prof. Dr. José Antônio Sanches Júnior, Prof. Dr. José Eduardo Costa Martins, Profa. Dra. Joice Hisae Yamamoto, Prof. Dr. Luiz Augusto Carneiro D'Albuquerque, Prof. Dr. Marcos Boulos, Profa. Dra. Maria Aparecida Shikanai Yasuda, Profa. Dra. Maria Cristina Nishiwaki Dantas, Prof. Dr. Masato Ninomiya, Prof. Dr. Newton

de Lucca, Prof. Dr. Newton Kara José, Prof. Dr. Newton Silveira, Prof. Dr. Osmar Kenji Yagi, Prof. Dr. Paulo Sakai, Profa. Dra. Regina Maura Bueno Franco, Prof. Dr. Reimei Yoshioka, Prof. Dr. Ricardo Holzchuh, Prof. Dr. Richard Yudi Hida, Profa. Dra. Ruth Miyuki Santo, Dr. Shinichi Ishioka, Prof. Dr. Telesforo Bacchella, Profa. Dra. Valéria Aoki, Prof. Dr. Walter Yukihiro Takahashi. Participou, também, a Acadêmica Juliana Shiguenaga.

Foi, certamente, um dos mais importantes eventos comemorativos do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil.

12.7. Eventos jurídicos realizados no Japão em 2013

Entre 29 de março a 04 de abril de 2013, o Instituto de Direito Comparado Brasil-Japão (IDCBJ) promoveu uma série de eventos jurídicos no Japão. Integraram a delegação brasileira, dentre outros, os Professores Kazuo Watanabe, Newton de Lucca, Masato Ninomiya, Antonio Carlos Morato, Kiyoshi Harada e Carlos Gustavo Moimaz Marques; a Desembargadora Federal Daldice Santana; os Juízes Federais Herbert Cornelio Pieter de Bruyn Junior e Bruno Takahashi; a Juíza de Direito Valéria Ferioli Lagrasta; e os Advogados Felícia Harada, Helcio Honda e Luiz Carlos Watanabe.

No dia 29 de março, a comitiva foi recebida no Consulado-Geral do Brasil em Hamamatsu pelo então Cônsul-Geral, ministro José Antonio G. Piras. No mesmo dia, integrantes da comitiva brasileira proferiram palestra no Encontro sobre Mediação e Conciliação realizado pela Associação Brasileira de Hamamatsu (ABRAH), em parceria com o Consulado-Geral do Brasil na localidade e com a Fundação para Comunicação e Intercâmbio Internacional de Hamamatsu (HICE). Durante o evento, foi lançado o projeto de desenvolvimento de um Centro de Mediação e Conciliação, vinculado ao Consulado brasileiro em Hamamatsu, que contou desde o início com apoio do advogado brasileiro e presidente da ABRAH, Etsuo Ishikawa.

Já em 1º de abril, a delegação brasileira foi recebida em Tóquio pelos professores da Universidade Keio, Masao Ikeda e Michiyo Maeda. Entre outros docentes, esteve presente, ainda, o professor brasileiro Marcelo de Alcantara, da Universidade Ochanomizu.

No dia seguinte, houve o “Simpósio de Direito do Consumidor Japão-Brasil -Presente e Futuro”, promovido na Universidade Keio, em parceria com a Universidade de São Paulo e o Instituto de Direito Comparado Brasil-Japão.

Durante a manhã, após a abertura do Professor Masao Ikeda, foram proferidas as seguintes palestras: “Alguns aspectos do Direito do Consumidor do Brasil. Necessidade de atualizações pontuais”, pelo Professor Kazuo Watanabe; “Aspectos gerais atuais do Direito do Consumidor do Brasil e considerações sobre comércio eletrônico”, pelo Professor Newton de Lucca; “Conflito de normas no âmbito do Direito do Consumidor e a Teoria do Diálogo das Fontes”, pelo Professor Kiyoshi Harada; e “Direito comparado nipo-brasileiro e o convênio científico entre USP/IDCBJ e Keio, pelo Professor Masato Ninomiya.

No período da tarde, foram realizadas as palestras: “O conceito de hipossuficiência e a exclusão

digital do consumidor na sociedade de informação”, pelo Professor Antonio Carlos Morato; “Para fortalecer direitos do consumidor já estipulados nas leis: Aspectos da reforma do Código Civil e da Lei de Contratos de Consumidor no Japão”, pela Professora Naoko Kano; “Análise comparativa dos pontos atualizados entre os projetos de lei para o CDC e os projetos reformadores das leis consumeristas japonesas”, pela Professora Michiyo Maeda; e “A versão japonesa da Class Action”, pelo Professor Koichi Miki, tendo como debatedor o Professor Kazuo Watanabe. A cerimônia de encerramento contou com a participação do então Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Keio, Professor Yutaka Oishi.

Além da delegação brasileira, também estiveram presentes os Professores Masanori Yabumoto e Atsushi Seike, bem como diversos bolsistas brasileiros que estudam ou estudavam Direito no Japão.

Em 3 de abril, a comitiva participou do “Simpósio Brasil-Japão de ADR”, no Centro de Consulta sobre Responsabilidade do Fabricante de Automóvel de Tóquio. Pela manhã, o Professor Aoyama, Emérito da Universidade de Tóquio e Presidente do Centro, destacou a importância da troca de experiências entre o Brasil e o Japão em relação aos meios adequados de solução de controvérsias. Foram realizadas, então, apresentações sobre o uso das ADR no tocante à responsabilidade do fabricante de automóvel e em relação ao sistema financeiro. No período da tarde, o Professor Dougauchi tratou do uso de meios adequados de solução de controvérsias em conflitos envolvendo a atividade esportiva. Foi promovido, ainda, debate em que se comparou o uso das ADR no Brasil e no Japão. O Juiz Federal Herbert Cornelio Pieter de Bruyn Junior tratou das peculiaridades da conciliação na Justiça Federal, apresentando um panorama das atividades desenvolvidas no país.

Por fim, no dia 4 de abril, integrantes da delegação brasileira foram recebidos na Suprema Corte do Japão pelo então ministro Mutsuo Tahara. Durante a recepção, o ministro Tahara destacou a importância de os juízes japoneses conhecerem outros sistemas jurídicos, inclusive de outros países que não os de língua inglesa.

12.8. Simpósio “Evolução do Direito no Século XXI”, realizado no Brasil em 2014

Nos dias 13 e 14 de março de 2014, o Instituto de Direito Comparado Brasil-Japão e a Faculdade de Direito da USP, em parceria com a Faculdade de Direito da Universidade Keio, realizaram o Simpósio “Evolução do Direito no Século XXI”. O evento ocorreu na Faculdade de Direito da USP, sendo as atividades divididas em seis painéis.

O primeiro painel, sobre Direito Processual Civil, foi presidido pelo Professor Kazuo Watanabe, contando com as apresentações do Professor Koichi Miki (“Formação da Class Action Japonesa”) e da Professora Ada Pellegrini Grinover (“Presente e Futuro dos Processos Coletivos no Brasil”), tendo como debatedora a Professora Susana Henriques da Costa.

Já o segundo painel, acerca do Direito Internacional, foi presidido pelo Dr. Tuyoci Ohara. Os palestrantes foram os Professores Kinji Akashi (“Atualidades e Questões da Pesquisa da História de Direito Internacional”) e Masato Ninomiya (“História do Direito Internacional no Brasil”), sendo debatedores os Professores Wagner Menezes e Elizabeth de Almeida Meirelles.

Em seguida, o terceiro painel tratou dos Meios Adequados de Solução de Controvérsias – ADR, e teve a presidência da Desembargadora Federal Daldice Santana. O Professor Toshitaka Kudo fez uma apresentação sobre “ADR no Sistema de Reparação por Danos Nucleares”, e o Professor Carlos Alberto de Salles abordou o tema “Recentes Desenvolvimentos das ADRs no Brasil”. As debatedoras foram a Juíza de Direito Valéria Lagrasta e a Dra. Viviane Otsubo Kwon.

Por sua vez, no quarto painel, sobre o Direito Civil e presidido pelo Professor Newton Silveira, o Professor Masao Ikeda tratou da “Cessão de Crédito e Assunção da Dívida na Reforma do Código Civil Japonês”, enquanto a Professora Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka discorreu acerca da “Principiologia Contratual e Valoração Ética no Código Civil Brasileiro”. Os debatedores foram os Professores Haroldo Malheiros Duclerc Verçosa e José Fernando Simão.

O quinto painel foi presidido pelo Professor Ignácio Maria Poveda Velasco e teve como foco a História do Direito. Nesse painel, o Professor Masanori Yabumoto apresentou a palestra “O Direito Romano no Direito Moderno Japonês: desde sua recepção até seus estudos históricos”; o Professor Hécio Maciel França Madeira falou sobre “A História do Direito e o Direito Romano: perspectivas curriculares universitárias para uma comunhão jurídica científica”; e a Professora Eliane Agati Madeira abordou o tema “A Lesão Enorme: do Direito Romano a Direito Civil Atual”.

Por fim, o sexto painel, presidido pelo Professor Newton De Lucca, foi relativo ao Direito do Consumidor, e contou com as seguintes palestras: “Comércio Eletrônico no Direito do Consumidor Japonês”, da Professora Michiyo Maeda; e “Comércio Eletrônico, Crédito ao Consumidor e Superendividamento no Direito do Consumidor Brasileiro”, do Professor Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer. Os debatedores foram os Professores Antonio Carlos Morato e Cíntia Rosa Lima.

12.9. Simpósio Internacional para comemorar a fundação do Japan Brazil Law & Culture Institute, realizado no Japão em 2014

No mesmo ano, em 31 de maio de 2014, o Instituto de Direito Comparado Brasil-Japão e o Japan Brazil Law & Culture Institute promoveram, em parceria com a Universidade Keio, simpósio no Japão (“Japan-Brazil International Symposium”) para comemorar a fundação da instituição denominada Japan Brazil Law & Culture Institute (JBLC), que seria o equivalente japonês ao nosso Instituto.

O JBLC é presidido pelo Dr. Toru Motobayashi e foi fundado por um grupo de entusiastas da relação Brasil-Japão liderado pelo Dr. Junichi Matsuda (titular do escritório Matsuda Partners), ex-aluno da Keio. O evento, que foi a primeira atividade do JBLC, contou com a participação de mais de 200 pessoas.

A abertura do evento contou os cumprimentos alusivos à criação do JBLC feitos pelo Dr. Toru Motobayashi, pelo Professor Keigo Komamura e pelo Embaixador André Aranha Corrêa do Lago. Além disso, a Professora Michiyo Maeda tratou as origens e propósitos da instituição recém-criada.

Em seguida, o Professor Masao Ikeda presidiu painel intitulado “Renascimento do Direito do Consumidor – um diálogo pioneiro entre Acadêmicos e Praticantes”. Após palavras inaugurais do Professor Seichi Mori, foram proferidas as seguintes palestras: “As reformas necessárias ao sistema brasileiro das ações coletivas”, pelo Professor Kazuo Watanabe; “Relações entre o Direito japonês e o Direito brasileiro no que

se refere à ação coletiva”, pelo Professor Koichi Miki; e “Comércio Eletrônico no Direito do Consumidor brasileiro”, pelo Professor Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer. Seguiu-se uma sessão de perguntas e respostas conduzidas pelos Professores Naoko Kano, Michiyo Maeda e Toshitaka Kudo. A última fala da manhã foi do Dr. Tsuneo Matsumoto, que relembrou o Simpósio Internacional comemorativo da edição do Código de Defesa do Consumidor brasileiro.

No período da tarde, o Dr. Masahiko Kurita presidiu o painel “Brasileiros residentes no Japão e a sociedade japonesa sob a perspectiva do Direito e da Educação”. Na primeira palestra, o Dr. Hiroyuki Shimizu abordou o tema “Atividades dos brasileiros em empresas no Japão”. Em seguida, o Professor Masato Ninomiya tratou das questões jurídicas envolvendo brasileiros residentes no Japão e os desafios na área de educação. Por sua vez, o Dr. Ryo Takagai também abordou questões jurídicas envolvendo brasileiros residentes no Japão. O Professor Nobuyoshi Ishida proferiu palestra intitulada “A comunidade de brasileiros residentes no Japão e os tribunais – nossa responsabilidade social”. A última fala do painel foi do Professor Yoshimi Kojima, que tratou dos filhos de brasileiros residentes no Japão e a questão educacional. As palestras foram seguidas de debates conduzidos pelo Professor Angelo Ishi e pelo Dr. Masahiko Kurita. O evento foi concluído com as palavras do Professor Kazuo Watanabe.

12.10. Simpósio “Brasil-Japão - 120 anos do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação” em 2015

Entre os dias 18 a 20 de agosto de 2015, o Instituto de Direito Comparado Brasil-Japão, em parceria com a Faculdade de Direito da USP e com o Japan Brazil Law & Culture Institute, promoveu simpósio jurídico em comemoração aos 120 anos do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação.

A abertura, realizada no Salão Nobre da Faculdade de Direito da USP em 18 de agosto de 2015, contou com as palestras do Professor Marco Antonio Zago, então Reitor da USP; do Professor José Rogério Cruz e Tucci, então Diretor da Faculdade de Direito; do Embaixador José Alfredo Graça Lima; e do Professor Celso Lafer, que foi apresentada pelo Professor Fernando Dias Menezes de Almeida. Participaram ainda o Professor Newton Silveira, na condição de Presidente do Instituto de Direito Comparado Brasil-Japão; o Dr. Toru Motobayashi, na condição de Presidente do Japan Brazil Law & Culture Institute; e o Professor Kazuo Watanabe, na condição de Presidente Honorário do Instituto de Direito Comparado Brasil-Japão e Coordenador Geral do Simpósio. Após a abertura, houve a solenidade de assinatura do convênio entre a Universidade Keio, representada pelo Professor Tsukasa Miyajima, e a Universidade de São Paulo, representada pelo Professor Ignacio Maria Poveda Velasco.

O dia 19 de agosto iniciou-se com o painel “ADR – Solução Adequada de Controvérsias”, sob a presidência de mesa da Desembargadora Federal Daldice Santana. Nesse painel, o Professor Toshitaka Kudo tratou do tema “ADR em serviços financeiros no Japão”, tendo como debatedor do Juiz Federal Bruno Takahashi. Em seguida, a Juíza de Direito Valeria Ferioli Lagrasta apresentou a palestra “A Mediação Judicial no Brasil e suas perspectivas diante do Novo Código de Processo Civil”, sendo debatedor o Juiz Federal Herbert Cornelio Pieter de Bruyn Jr.. Por sua vez, o tema “A mediação empresarial no Brasil: crescimento, perspectivas e desafios” foi objeto de palestra da Professora Daniela Monteiro Gabbay, que teve o Juiz de Direito Marcus Vinícius Kiyoshi Onodera como debatedor.

O segundo painel do dia foi o de Direito Concorrencial, presidido pelo Professor Newton Silveira. O Dr.

Yuto Matsumura apresentou a palestra “Recentes Desenvolvimentos da Lei Antitruste Japonesa”, e a Professora Paula Forgioni tratou do tema “Relações entre o Direito da Propriedade Intelectual e o Direito da Concorrência”. O debatedor das palestras foi o Professor Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer.

O último painel do dia foi sobre Cooperação Judiciária entre o Brasil e o Japão, sendo presidido pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça Antonio Carlos Ferreira. O tema “Cooperação Judiciária Internacional entre Brasil e Japão e o Novo Código de Processo Civil” foi tratado pelos Advogados Junichi Matsuda (Matsuda & Partners) e Etsuo Ishikawa (Iwata Shinkin Bank e Consulado Geral do Brasil em Nagoya e Hamamatsu), bem como pelo Desembargadores Caetano Lagrasta (Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo) e José Eduardo de Resende Chaves Júnior (Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região – Minas Gerais). A Defensora Pública Claudia Aoun Tannuri foi a debatedora do painel.

No dia 20 de agosto, aconteceram outros três painéis. O primeiro, sobre Direito Civil e Direito do Consumidor, foi presidido pelo Professor Ignacio Maria Poveda Velasco, e teve como tema das apresentações a “Revisão Contratual no Direito Civil e no Direito do Consumidor: As Experiências Brasileira e Japonesa”. Os palestrantes foram os Professores Naoko Kano, Silmara Chinellato e Fernando Campos Scaff, tendo como debatedores o Professor Otavio Luiz Rodrigues Jr. e o Dr. Sergio Shinji Miyake.

Em seguida, o segundo painel tratou de Fusões e Aquisições, sendo presidido pelo Dr. Mário Massanori Iwamizu. O Dr. Yuto Matsumura abordou o tema “As Obrigações do Acionista Controlador em uma Sociedade Aberta”, tendo como debatedores os Dr. Rodrigo Ferreira Figueiredo e Dr. Gilberto Frussa. “Desafios para o Investidor Japonês no Brasil” foi o objeto da palestra do Dr. Alberto Mori, tendo como debatedores os Dr. Shinji Tsuchiya e Dr. Ken Itabashi.

Já o terceiro painel, sobre Governança Corporativa e Responsabilidade Social, foi presidido pela Desembargadora Federal Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida. Nele, o Professor Tsukasa Miyajima abordou o tema “Tendências e Questões Recentes sobre Governança Corporativa no Japão”, tendo o Dr. Jyun Onuma como debatedor. Além disso, o tema “Responsabilidade Criminal da Alta Direção Empresarial” foi tratado na palestra do Dr. Eduardo Salomão Neto, sendo debatedor o Dr. Sergio Shinji Miyake.

O encerramento do evento foi presidido pelo Dr. Tuyoci Ohara, Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto de Direito Comparado Brasil-Japão, contando com as falas do Professor Kazuo Watanabe, como Presidente Honorário do IDCBJ, e do Dr. Roberto Yoshihiro Nishio, como Presidente da Fundação Kunito Miyasaka e do Instituto Brasil-Japão de Integração Cultural e Social.

12.11. Disciplina de pós-graduação “Migração Internacional de Trabalhadores e Proteção Social: Brasil-Japão”

Dentro do tema deste artigo – isto é, do intercâmbio na área jurídica entre Brasil e Japão –, cabe mencionar que, no segundo semestre de 2016, foi oferecida disciplina de pós-graduação na Faculdade de Direito da USP intitulada “Migração Internacional de Trabalhadores e Proteção Social: Brasil-Japão”. A disciplina foi ministrada pelos Professores Antonio Rodrigues de Freitas Júnior (USP), Masato Ninomiya (USP) e Akiyo Shimamura (Universidade de Shinshu), contando ainda com a participação durante o curso do Professor Kazuo Watanabe (USP).

O objetivo da disciplina, conforme expresso no programa, foi “resgatar a reflexão em torno do fenômeno da migração Brasil-Japão, sob o ângulo da proteção social do migrante, quer focalizando os institutos jurídicos relacionados ao tema, quer examinando as políticas públicas voltadas à sua efetivação”. Consta ainda que a motivação da disciplina seria “fornecer elementos para discutir com os participantes os problemas sociais relacionados com a migração de trabalhadores Brasil-Japão, em busca de possíveis formas de solucioná-los ou, pelo menos, controlar os seus efeitos”.

Entre os diversos temas tratados durante os encontros, destacam-se: o fenômeno “decasségui”; aspectos gerais do Direito japonês; o sistema judicial de conflitos no Japão; fontes do contrato de trabalho no Direito japonês; emprego clássico e emprego irregular no Japão; Direito da seguridade social japonês, incluindo previdência, saúde e assistência social no Japão, etc.

12.12. Simpósio Internacional em 2016 realizado no Japão

O Instituto de Direito Comparado Brasil-Japão, em conjunto com a Faculdade de Direito da Universidade Keio, a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, e o Japan Brazil Law & Culture Institute, promoveram Simpósio Internacional no Japão em 12 de novembro de 2016. Os temas principais do evento foram as atualidades do Direito do Consumidor e o sistema de Ação Coletiva.

O Professor Masanori Yabumoto atuou como mestre de cerimônias. A abertura foi realizada pelos Professores Tsuneo Matsumoto e Juro Iwatani, seguida da introdução do simpósio pela Professora Michiyo Maeda. Em seguida, a Professora Ada Pellegrini Grinover abordou o sistema brasileiro das ações coletivas, tratando de suas origens, suas peculiaridades e sua disseminação para outros países. O Professor Carlos Alberto de Salles apresentou palestra sobre a experiência brasileira em ações coletivas para a proteção do consumidor. Já o Professor Sérgio Cruz Arenhart falou sobre o papel do Ministério Público brasileiro na proteção de direitos coletivos e individuais. Por sua vez, o Dr. Tuyoci Ohara, em sua palestra, abordou o exemplo do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) como organização para proteção dos direitos coletivos dos consumidores no Brasil. O Dr. Mario Masanori Iwamizu abordou os problemas existentes na intersecção entre o sistema brasileiro de ações coletivas e o direito empresarial. A última palestra foi do Professor Kazuo Watanabe, que tratou da necessidade de reforma do sistema brasileiro para a proteção dos direitos individuais homogêneos.

Em seguida, foi realizada uma sessão de perguntas e respostas, contando com a fala dos Professores Carlos Alberto de Salles, Ada Pellegrini Grinover e Sérgio Cruz Arenhart. Os comentadores foram os Professores Takayuki Soda, Fumie Suga, Hironari Momioka, Toshitaka Kudo, Koichi Miki e Naoko Kano, além do Dr. Noriyasu Oda. Por fim, a sessão de encerramento foi realizada pelo Dr. Tohru Motobayashi, na condição de Presidente do Japan Brazil Law & Culture Institute.

12.13. Simpósio “Brazil-Japan Litigation and Society Seminar”, realizado no Japão em 2018

Nos dias 8 e 9 de janeiro de 2018, a Universidade de Shinshu e a Universidade de São Paulo promoveram o primeiro “Brazil-Japan Litigation and Society Seminar”. O evento ocorreu no campus

de Matsumono da Universidade de Shinshu, no Japão. O Comitê Organizador foi composto pelos Professores Antonio Rodrigues de Freitas Jr. (USP), Shotaro Maruhashi (Shinshu) e Akiyo Shimamura (Shinshu), bem como pela Advogada Yuri Kuroda Nabeshima e pelo Juiz Federal Bruno Takahashi.

O Professor Yoshikazu Yamaoki, na condição de reitor da Universidade de Shinshu, realizou a abertura do evento. Em seguida, os Professores Antonio Rodrigues de Freitas Jr. (USP) e Akiyo Shimamura (Shinshu) apresentaram projeto de pesquisa envolvendo a Faculdade de Direito da USP e a Universidade de Shinshu. A manhã encerrou-se com painel sobre as características das relações de trabalho, sendo presidido pelo Professor Homero Batista Mateus da Silva (USP) e tendo como painelistas os Professores Takashi Araki (Universidade de Tóquio) e Antonio Rodrigues de Freitas Jr (USP).

No período da tarde do primeiro dia, ocorreram mais três painéis. O primeiro, relativo a meios de solução de disputas trabalhista individuais, foi presidido pelo Professor Homero Batista Mateus da Silva (USP), tendo como painelistas os Professores Maria Hemilia Fonseca (USP) e Koichi Tomimaga (Universidade Sophia). Já o segundo, relativo a meios de solução de disputas trabalhista coletivas, sob presidência do Professor Antonio Rodrigues de Freitas Jr. (USP), teve como painelistas o Juiz do Trabalho João Renda L. Fernandes e o Professor Yasuyuki Konishi (Universidade Meiji). Por fim, o último painel do dia tratou do Direito da Seguridade Social, tendo como participantes a Professora Akiyo Shimamura (Shinshu) e o Juiz Federal Bruno Takahashi.

A manhã do dia 9 de janeiro iniciou-se com o painel sobre meios adequados de solução de conflitos (ADR) na seara administrativa. O painel foi presidido pelo Professor Hiroshi Kobayashi (Shinshu), tendo como palestrantes os Professores Noriko Okubo (Universidade de Osaka), Célia Regina Zapparolli, Marcelo de Alcantara (Universidade Ochanomizu) e Elizabeth Tippet (Universidade de Oregon). Em seguida, houve o painel sobre o uso das ADR no Judiciário. Presidido pela Professora Elizabeth Tippet (Universidade de Oregon), o painel contou com apresentações dos Professores Fernanda Tartuce (FADISP), Daniela Monteiro Gabbay (FGV), Ricardo Pastore e Tsuneo Niki (Universidade de Osaka).

No período da tarde, pesquisadores e professores tiveram oportunidade de apresentar seus trabalhos em mesas de discussões simultâneas. Nessas mesas, foram trazidos trabalhos por Célia Regina Zapparolli, Evelyn Barreto (USP), Kayla Brinca (Oregon), Carla Boin (USP), Homero Batista Mateus da Silva (USP), Yuri Kuroda Nabeshima (USP), Lauren Asher (Oregon), Jeff Ehren (Oregon), Victor Raduan da Silva (USP), José Luiz Ottoni Neves (UERJ), Adriana Sayuri Shimote (USP), Eduardo Mesquisa (UFPR/Tóquio) e Kurokawa Makoto (Oregon).

Em seguida, aconteceu o painel sobre processo penal, que foi presidido pelo Juiz Federal Bruno Takahashi. Nele, houve apresentações da Juíza Federal Gabriela Hardt e do Professor Shotaro Maruhashi (Shinshu). Após o painel, aconteceu a assinatura de um convênio de cooperação entre a Associação dos Juizes Federais do Brasil (AJUFE) e a Faculdade de Economia e Direito da Universidade Shinshu.

Pouco antes do final, ocorreu um tributo ao Professor Masato Ninomiya, com palavras de homenagem prestadas pela Professora Giselda Hironaka (USP) e Yoshikazu Yamaoki (Shinshu). Por fim, o encerramento foi feito pelo Professor Yoshikazu Yamaoki (Shinshu).

12.14. Simpósio “Brazil-Japan Litigation and Society Seminar 2”, realizado no Brasil em 2019

Entre os dias 16 e 17 de novembro de 2019, foi realizado o Simpósio “Brazil-Japan Litigation and Society Seminar 2”, promovido pela Faculdade de Direito da USP e Universidade de Shinshu. Dessa vez, o evento ocorreu em São Paulo na Faculdade de Direito da USP. O Instituto de Direito Comparado Brasil-Japão foi um dos apoiadores do evento, em conjunto com o Grupo de Estudos Jurídicos Brasil-Japão, a Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil Seção São Paulo (ESA OAB SP), a Associação dos Advogados de São Paulo (AASP) e a Câmara de Arbitragem, Mediação Interdisciplinar e Empresarial (CAMIE).

A Comissão Organizadora, presidida pelo Professor Antonio Rodrigues de Freitas Júnior, foi integrada pelos Professores Célia Regina Zapparolli, Yoshikazu Yamaoki, Shotaru Maruhashi e Akiyo Shimamura, bem como por Bruno Takahashi, Yuri Kuroda Nabeshima, Daniel Machado, Érica Yamashita, Ana Carolina Inoue e Tiago Trentinella.

Nos dois dias de evento, foram realizadas apresentações sobre temas variados, como “Diversidade cultural e desafios globais”, “Reforma trabalhista”, “Horas de trabalho e horas extras”, “ADR no direito trabalhista, de família e ambiental”, “litigância criminal”, etc.

Houve palestras e/ou apresentações de trabalhos dos seguintes professores e pesquisadores: Professor Floriano de Azevedo Marques Neto, Professor Yoshikazu Yamaoki, Professor Carlos Alberto de Salles, Professor Kazuo Watanabe, Dr. Daniel Machado, Professor Ernani Oda, Professor Homero Batista Mateus da Silva, Professor Takashi Araki, Professor Antonio Rodrigues de Freitas Júnior, Juiz do Trabalho João Renda, Professor Hisashi Ikeda, Professor Yasuyuki Konishi, Professora Daniela Monteiro Gabbay, Dr. Koji Kameda, Professora Célia Regina Zapparolli, Professora Fernanda Tartuce, Juíza Federal Gabriela Hardt, Professor Shotaro Maruhashi, Professor Daisuke Fukamizu, Juiz Federal Bruno Takahashi, Dr. Thiago Siqueira, Professor Hideyuki Morito, Professora Akiyo Shimamura, Professor Masato Ninomiya, Dr. Guilherme Sampieri Santinho, Dr. Tiago Andreotti e Silva, Dr. Fabrizio de Bortoli, Dra. Fernanda Mattar Furtado Suriani, Dr. Pedro Henrique Dias Alves Bernardes, Dr. Henrique da Silveira Zanin, Dra. Fátima Cristina Bonassa, Dra. Mariana Inácio Facioli, Dra. Maria Hemília Fonseca, Dra. Olívia de Quintana Figueiredo Pasqualetto, Dra. Lissa Tomyama, Dr. Fernando Perez da Cunha Lima, Dra. Paula Esteves da Costa, Dr. Rodrigo Chagas Soares, Dra. Ana Carolina Tomomi Ragassi Inoue, Dr. Marcelo Cárgano, Dr. Tiago Trentinella, Dr. Victor Raduan da Silva, e Dr. Marcel Hofling Martins.

Após esse evento, integrantes do Instituto de Direito Comparado Brasil-Japão e do Grupo de Estudos Jurídicos Brasil-Japão reuniram-se por diversas ocasiões com o objetivo de unir esforços para dinamizar o intercâmbio jurídico. Como resultado, integrantes do Grupo de Estudos passaram a integrar o IDCBJ, passando a ser membros do Conselho Deliberativo e a ocupar alguns cargos na Diretoria Executiva.

Dessa união, surgiu a ideia de organizar variados eventos acadêmicos na área jurídica envolvendo Brasil e Japão. Um primeiro “evento pocket” intitulado “Propriedade Intelectual – O combate ao backlog no Brasil e no Japão”, com a participação de Professor da Universidade Waseda e outros especialistas, chegou a ser agendado para o dia 25 de março de 2020. Infelizmente, em decorrência da pandemia do Coronavírus, tal evento teve que ser cancelado.

12.15. Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania “Amigo do Japão”

Recentemente, integrantes do Instituto de Direito Comparado Brasil-Japão participaram de projeto que culminou na instalação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) “Amigo do Japão”, inaugurado em 17 de setembro de 2021. O Cejusc permite a realização e audiências virtuais de mediação e conciliação de brasileiros que vivem no Japão e que possuem conflitos cíveis, incluindo de família, com pessoas que residam no Estado de São Paulo.

Como mencionado, o projeto de desenvolvimento de um Centro de Mediação e Conciliação vinculado ao Consulado brasileiro em Hamamatsu foi lançado durante os eventos jurídicos realizados pelo IDCBJ no Japão em 2014 (item 12.9). A iniciativa foi encampada pelo Dr. Etsuo Ishikawa, advogado e presidente da Associação Brasileira de Hamamatsu, e contou com o apoio de integrantes da delegação brasileira especializados em meios consensuais de solução de conflitos, em especial da Juíza de Direito Valeria Ferioli Lagrasta, do Professor Kazuo Watanabe, da Desembargadora Federal Daldice Santana, do Juiz Federal Herbert Cornelio Pieter de Bruyn Junior e do Juiz Federal Bruno Takahashi.

Desde então, o Dr. Etsuo Ishikawa passou a organizar diversos seminários para conscientizar a população brasileira no Japão sobre a importância da solução consensual de seus conflitos. Além disso, ele realizou tratativas não somente dentro do Consulado Brasileiro, mas também com outras instituições, para que fosse viável a instalação de um Centro de Mediação e Conciliação.

A despeito das dificuldades enfrentadas, por fim a instalação do Centro foi possível graças à parceria entre o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o Conselho de Cidadãos do Consulado Geral do Brasil em Hamamatsu e a Associação Brasileira de Hamamatsu. Para a concretização do projeto, cabe mencionar o fundamental apoio do Desembargador José Carlos Ferreira Alves, coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Dessa forma, o Cejusc “Amigo do Japão” foi criado, funcionando por meio do Cejusc de Jundiaí, que é coordenado pela Juíza de Direito Valeria Ferioli Lagrasta.

Assim, fortalece-se o método consensual, de inegável vantagem para tratar de variados conflitos, propiciando maior bem-estar aos brasileiros que residem no Japão e que estavam aguardando uma solução dessa natureza.

Esse breve relato histórico mostra a relevância da troca recíproca entre Brasil e Japão na área jurídica. As relações existentes, estreitadas pelo fluxo migratório, tornam mais recorrentes as questões de Direito envolvendo os dois países. Isso aponta para a necessidade não apenas de reforçar os laços do passado, como também de pensar nos desafios para o fortalecimento futuro do intercâmbio jurídico.

O apoio do governo do Japão à comunidade nikkei

13

13. O apoio do governo do Japão à comunidade nikkei



Tuyoci Ohara

Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo. Tradutor público juramentado dos idiomas japonês e inglês. Advogado em exercício na área do direito civil. Consultor Jurídico da Japan International Cooperation Agency – Escritório em São Paulo. Ex-Consultor Jurídico do Consulado-Geral do Japão em São Paulo, da Beneficência Nipo-Brasileiro de São Paulo, da Fundação Japão e da Sociedade Japonesa para a Promoção da Cultura (escritório em São Paulo da Japan Society for the Promotion of Science, do Ministério da Educação, Cultura e Ciências do Japão).

13.1 Escopo

Um aspecto peculiar da imigração japonesa no Brasil é o interesse direto do Governo do Japão na emigração de seus nacionais e o apoio dado aos mesmos no país de destino.

Esse interesse teve as motivações demográficas e econômicas já conhecidas.¹ Mas essa forma organizada de promover a emigração, e de manter estreita relação com os emigrados no país receptor, como no caso do governo japonês, não encontra paralelo no movimento migratório de qualquer outra nação. E os vínculos da pátria-mãe com os emigrados estendem-se de certa forma aos descendentes, que já não são mais seus nacionais.

Essa peculiaridade da imigração japonesa foi apontada por Célia Sakurai:

“A imigração japonesa diferencia-se das outras que escolhem o Brasil, por se estruturar sobre uma cadeia de relações montada a partir do topo da estrutura estatal japonesa, até chegar aos imigrantes no Brasil. O governo japonês, por intermédio de seus diferentes ramos e agentes, participou explicitamente do processo de fixação desses imigrantes, para que ele ocorresse com sucesso.”²

No caso da imigração italiana, por exemplo, embora o modo de se encarar a emigração entre os italianos seja culturalmente diverso, pelo secular deslocamento e fixação de povos que marca a história da Europa, o certo é que os imigrantes italianos não tiveram de seu governo o nível de tutela e apoio que tiveram os japoneses.

¹ A respeito das condições econômicas e sociais que desencadearam o processo emigratório japonês, ver NOGUEIRA, Arlinda Rocha. *Imigração Japonesa na história contemporânea do Brasil*. São Paulo: Massao Ohno Editor, 1984. p. 36-38. VIEIRA, Francisca Isabel Shurig. *O japonês na frente de expansão paulista*. São Paulo: Pioneira, 1973. p. 25-41.

² SAKURAI, Célia. Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada. In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp 1999, p. 202.

Escreve a respeito João Fábio Bertonha:

“A lei de 1901 aumentava a ação do Estado em relação à emigração, mas não previa grande trabalho de tutela e apoio aos emigrantes após seu desembarque em terra estrangeira. No início do século XX, o governo Giolitti promulgou várias outras leis aumentando a ação estatal em face dos emigrantes e assumindo alguma tutela jurídica sobre eles. Ainda assim, a falta de atenção real do Estado italiano com a situação dos italianos no exterior prosseguiu pelo menos até a Segunda Guerra Mundial”.³

Evidentemente, todo país procura proteger os seus nacionais no exterior, até mesmo como uma obrigação de estado. Por costume internacional, agora consolidado na Convenção de Viena sobre Relações Consulares, de 1963, o cônsul é em geral o funcionário governamental encarregado de cuidar dos interesses de seus cidadãos no estrangeiro, dentro de sua área de atuação, e nos limites de sua competência.

No que tange à imigração japonesa no Brasil, além dessa proteção legal diplomática, houve uma real participação do governo japonês na emigração e na fixação de seus cidadãos no Brasil.

Como nos períodos de maior incremento migratório (1926 a 1941 e 1953 a 1962), houve não apenas apoio, como também subsídio e orientação oficiais, talvez o termo apoio, aqui utilizado, seja um tanto eufemístico para caracterizar as relações entre o governo japonês e a comunidade de seus cidadãos no Brasil nos referidos períodos. Contudo, optou-se por esse termo para designar genericamente tais relações ao longo desses 100 anos.

As várias formas de apoio têm sido apontadas pelos estudiosos da imigração japonesa⁴, e estão abordadas de maneira mais precisa nos diversos capítulos deste livro, aos quais é feita remissão.

O escopo deste capítulo consiste em examinar sucintamente a natureza dessas ações oficiais, a fim de traçar um panorama sistemático do relacionamento entre o governo japonês e a comunidade nikkei no Brasil, ao longo do tempo. O termo “nikkei”, que abarca tanto o japonês quanto os seus descendentes, e é um estrangeirismo já estabelecido em nosso idioma, vem a calhar na perspectiva deste trabalho, pois as ações apontadas, voltadas primordialmente aos imigrantes, acabam por abranger também os brasileiros, seus descendentes.

Embora as considerações feitas neste trabalho digam respeito principalmente ao que ocorre ou ocorreu no Estado de São Paulo, acreditamos que as observações valham, *mutatis mutandis*, para o relacionamento do governo japonês com a comunidade nikkei de outras regiões.

13.2 O governo japonês e o problema migratório (antes de 1908)

Arlinda Rocha Nogueira diz que a história da emigração japonesa é recente, datando de 1868 a saída dos primeiros emigrantes “modernos” do Japão para a Ilha de Guam. Hawaii foi também um dos primeiros destinos desses emigrantes.⁵

3 BERTONHA, João Fábio. *Os italianos*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 106.

4 Sobre as várias formas de apoio e tutela, ver SAKURAI, Célia. *Imigração tutelada: os japoneses no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2000, p. 85-92.

5 NOGUEIRA, Arlinda Rocha. Ob. cit., p. 37.

Nesses tempos, eram as chamadas companhias de emigração, autorizadas pelo governo, que induziam e promoviam a emigração, como um negócio, cabendo ao Estado a função de emitir passaportes, autorizar a saída e dar aos seus cidadãos no exterior a assistência de que eles necessitassem.

Com o surgimento de queixas dos emigrantes contra essas empresas, e de conflitos entre os imigrantes japoneses e os trabalhadores locais, como aconteceu no Hawaii, o governo japonês tratou de elaborar um regulamento de proteção aos seus nacionais, o qual, modificado, transformou-se na Lei de Proteção ao Emigrante, promulgada em 1896.⁶

Em relação ao Brasil, consta que o Ministério dos Negócios Estrangeiros enviou para cá, em 1893, o funcionário Sho Nemoto, a fim de avaliar as condições que o imigrante japonês iria encontrar no Brasil, tendo apresentado um relatório favorável, mas que outros funcionários, como os ministros plenipotenciários Chinda (em 1898) e Okoshi (em 1900) foram desfavoráveis ao envio de patrícios para cá.⁷

Contrariando os seus colegas anteriores, o ministro plenipotenciário em nosso país, Fukashi Sugimura, produziu em 1905 um relatório em que recomendava a emigração para o Brasil.⁸

O Relatório Sugimura teve o condão de convencer as autoridades japonesas de que os patrícios seriam aqui bem recebidos e abriu caminho para que fosse autorizada a vinda da primeira leva de emigrantes ao Brasil, em 1908.

Os diversos estudos realizados previamente sobre as condições locais demonstram a preocupação do governo japonês pela sorte de seus súditos no exterior, antes mesmo da saída da primeira leva de emigrantes para o Brasil, a bordo do Kasato-Maru, em 1908.

13.3 Ações oficiais no primeiro período da imigração (1908-1925)

Hiroshi Saito divide a corrente migratória japonesa para o Brasil em três períodos. O primeiro, de 1908 a 1925, seria a fase de tentativa e experiência, em que os imigrantes foram subsidiados, principalmente pelo governo do Estado de São Paulo, com o fito de abastecer o mercado deficitário de braços da lavoura cafeeira. O segundo, de 1926 a 1941, seria a fase em que a corrente migratória atinge o auge, incrementada e subsidiada pelo governo japonês, diminuindo a partir de 1935, em virtude do regime de quotas, vindo a extinguir-se em 1941, com o advento da Segunda Guerra Mundial. O terceiro período, de 1953 em diante, seria a fase da imigração pós-guerra.⁹

Seguiremos essa ampla divisão cronológica, por atender aos propósitos deste capítulo.

No primeiro período, houve uma fase inicial em que o governo do Estado de São Paulo subsidiava a vinda dos imigrantes japoneses. Arlinda Rocha Nogueira informa as formas do subsídio governamen-

6 SAITO, Hiroshi. *O japonês no Brasil: estudo de mobilidade e fixação*. São Paulo: Ed. Sociologia e Política, 1951, p. 26.

7 *Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1992. p. 49.

8 REZENDE, Tereza Hatue de. *Ryu Mizuno: saga japonesa em terras brasileiras*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1991. p. 13-20.

9 SAITO, Hiroshi. Ob. cit., p. 39.

tal.¹⁰ Em razão das condições favoráveis, a imigração japonesa teve um rápido incremento, tendo entrado mais de 14 mil pessoas até o ano de 1914.

Nesta fase inicial, o governo japonês estava interessado em que o sistema de subsídios fosse mantido pelo governo paulista; e através de várias ações procurou neutralizar as críticas negativas que surgiam na imprensa e nos meios cultos, de que os japoneses não eram adequados, por não se fixarem nas fazendas e terem dificuldades na aculturação.

Em relação aos imigrantes, embora não haja relatos disponíveis, sabe-se que ministros acreditados no Brasil faziam visitas de inspeção e encorajamento às colônias de iniciativa dos imigrantes, prestavam informações sobre a natureza dos contratos firmados, apoiavam o ensino da língua japonesa, estimulavam o cooperativismo, esclareciam os imigrantes sobre a legislação japonesa e brasileira e davam orientação sobre saúde e assistência médica.

Refere Arlinda Rocha Nogueira:

“Visitas periódicas de enviados do governo japonês revelam o interesse e o cuidado dele em se inteirar *in loco* da situação do imigrante entre nós. Parece-nos que tais agentes tinham por objetivo manter uma discreta fiscalização, com o intuito de garantir ao máximo o bem-estar de seus emigrantes. A esta conclusão se chega em vista das normas baixadas pela legação do Japão com relação ao emigrante aqui estabelecido e que, a nosso ver, só foram ditadas em vista de as condições de habitação e higiene, comumente oferecidas, não serem satisfatórias.”¹¹

O Consulado-Geral do Japão em São Paulo foi somente instalado em 1915, 20 anos após a celebração do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, que ocorreu em 1895. Em 1918 é criado o subconsulado em Ribeirão Preto; em 1921 é aberto um outro em Bauru; e em 1924 é instalada em Santos uma agência do Consulado-Geral do Japão em São Paulo.¹² Essas iniciativas decorrem da necessidade de agilizar o serviço consular para atos da vida civil de seus cidadãos, e de a eles prestar o apoio de que falamos mais acima.

Para fazer face ao corte de subsídios pelo governo paulista, as empresas de emigração fundiram-se e criaram a Sociedade de Emigração para o Brasil, a qual, em 1917, deu lugar à Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (KKKK), com a participação de duas outras empresas. A Sociedade de Emigração para o Brasil havia conseguido do governo do Estado de São Paulo uma nova concessão de subsídios para a introdução de imigrantes e, com base nisso, a KKKK passou a cuidar de todos os aspectos da imigração japonesa, não só no Japão como também no Brasil. Essa empresa, cuja criação foi iniciativa do Governo japonês, passou a receber subsídios oficiais para as suas atividades e, conforme diz Hiroshi Saito, tornou-se virtualmente o órgão executivo da política de emigração do governo japonês.¹³

Com o corte definitivo de subsídios por parte do governo paulista em 1922, o governo do Japão resolveu em 1925 conceder subsídios consideráveis à emigração japonesa para o Brasil, inaugurando um novo período em sua política emigratória.

10 NOGUEIRA, Arlinda Rocha. Ob. cit., p. 97-98.

11 Idem, p. 147.

12 Uma epopeia moderna, p. 140.

13 SAITO, Hiroshi. Ob. cit., p. 34.

13.4 O dirigismo no segundo período da imigração (1926–1941)

Neste segundo período, que vai de 1926 a 1941, a KKKK, que, como foi salientado, constituía verdadeiro braço do governo japonês, não apenas promove a emigração, como também se lança a empreendimentos de colonização. Recebendo subsídios oficiais, adquire terras, faz o seu loteamento, assenta imigrantes, constrói estradas, presta assistência médica e ajuda os produtores na comercialização de seus produtos. Em 1932, criou o Instituto de Prática Agrícola de São Paulo em M'Boy, Município de Itapeverica, para a formação de técnicos agrícolas de alto nível. O objetivo da KKKK, diz uma de suas publicações, “é principalmente colaborar na expansão e engrandecimento da vida agrícola no Brasil e, em especial, em São Paulo”.¹⁴

Além disso, em 1927, é fundada a Sociedade Colonizadora do Brasil (Bratac), empresa de economia mista, com capital constituído pelas contribuições das províncias japonesas e de particulares, que adquiriu várias glebas de terras, como a Fazenda Tietê, a Fazenda Aliança, a Fazenda Bastos, no Estado de São Paulo, e a Fazenda Três Barras, no norte do Paraná, visando ao loteamento e à colocação de imigrantes. Além de financiar os assentados, abriu estradas, escolas e ambulatórios médicos, tendo fomentado o comércio e a indústria, conforme nos informa Francisca Izabel Shurig Vieira.¹⁵

Essa ação organizada permitiu que, no período de 1926 a 1934 se registrasse a vinda do maior número de imigrantes japoneses. Contudo, em 1934, entrou em vigor a nova Constituição Brasileira, na qual o ingresso de imigrantes ficou limitado a 2% dos já entrados de cada nacionalidade, o que reduziu drasticamente a vinda dos japoneses a partir de então.

Paralelamente às operações dessas empresas, o governo japonês desenvolvia uma série de atividades de apoio aos imigrantes. Tais atividades estão mencionadas nos capítulos deste livro, relativos à presença do nikkei na agricultura brasileira, de autoria de Isidoro Yamanaka, e à atuação do nikkei na área da saúde, de autoria de Renato T. Yamada, aos quais nos reportamos.

Vale lembrar que o Consulado do Japão em São Paulo, por exemplo, tinha uma seção especializada em imigração, e sempre atuou de modo ativo na assistência técnica aos imigrantes, por meio do envio de técnicos e especialistas em agricultura. Nas décadas de 1920 e 1930, inúmeras cooperativas agrícolas são fundadas pelos japoneses, para a comercialização de seus produtos. O surgimento dessas cooperativas é creditado à intensa atuação do Consulado, que promovia cursos sobre cooperativismo, incentivava a criação delas e reunia seus dirigentes para orientação.

“Na época, existia no Consulado-Geral do Japão em São Paulo a seção agrícola, que dava assistência técnica às lavouras dos imigrantes. Incluía em seu trabalho a orientação e assistência para a formação de cooperativas agrícolas visando a estabilização da vida dos imigrantes. Propunha até fornecer como subsídio parte dos recursos necessários à aquisição de instalações.

[...]

Sob os auspícios do Consulado Geral do Japão em São Paulo, interessado no fortalecimento e desenvolvimento dessas organizações, foi realizada em fevereiro de 1924 uma reunião dos administradores de cooperativas agrícolas.”¹⁶

14 Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha. Introdução dos Imigrantes Japoneses no Brasil e seu Órgão Instrutivo – atividades da Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha em São Paulo, São Paulo: 1932, pref.

15 VIEIRA, Francisca Isabel Shurig. Ob. cit., p. 45 e 46.

16 Uma epopeia moderna, p. 525.

No campo da educação, como se sabe, os imigrantes preocuparam-se desde logo com a educação de seus filhos, mantendo escolas da maneira que podiam, geralmente por meio das associações locais. Consta que o governo do Japão, pelo seu Consulado em São Paulo, procurava ajudar financeiramente tais escolas e dar a elas uma diretriz de ensino. Era o Consulado que reunia na capital os representantes de escolas e promovia a criação de entidades. Há referências de que, em 1927, o Cônsul-Geral Akamatsu promoveu a fundação da Associação Educacional dos Japoneses do Brasil e que, em 1929, o Cônsul-Geral Nakashima criou a Associação de Pais de Alunos das Escolas Japonesas de São Paulo. Esta última entidade, que centralizava as diretrizes das escolas japonesas, contava em 1935 com 36 filiais regionais, o que demonstra o importante papel desempenhado pelo Consulado na educação dos filhos dos imigrantes.¹⁷ Para eliminar qualquer margem a dúvidas, é importante frisar que a orientação dada era no sentido de respeitar a legislação de ensino do Brasil e de ter como objetivo a formação de bons cidadãos brasileiros.

No campo da assistência médica, poucas localidades dispunham de serviços de atendimento, e os problemas de saúde entre os imigrantes vinham crescendo, inclusive entre as crianças. Isso levou o governo japonês a conceder subsídios para o atendimento à saúde, o que permitiu a formação da associação Dojinkai, pela iniciativa do Cônsul-Geral Saito.¹⁸ O Dojinkai passou a chamar-se Sociedade de Beneficência Santa Cruz, e, com a ajuda da Família Imperial e do governo japonês, construiu o Hospital Santa Cruz, inaugurado em 1939.

Como outras atividades de apoio desenvolvidas pelo Consulado, podemos citar a elaboração de um manual em língua japonesa sobre as leis do Brasil, em 1935, abordando os símbolos nacionais, a organização política, os direitos individuais, o regime jurídico dos estrangeiros, o sistema tributário, o sistema eleitoral, o sistema educacional e outros aspectos.¹⁹ O Consulado publicava também um guia de instruções e modelos para todos os tipos de requerimentos e comunicações ao Consulado.²⁰ Essas ações visavam ajudar os imigrantes a observar as leis e regulamentos tanto do Brasil como do Japão.

Por causa da franca intervenção do governo japonês na imigração, na colonização e na vida econômica e social dos imigrantes, esse período ficou conhecido como de imigração tutelada.²¹ Praticamente esse período finda em 1941, ano em que cessou o ingresso de novos imigrantes, em virtude de vários fatores, inclusive das restrições trazidas pela legislação brasileira.

13.5 Interrupção das relações diplomáticas durante a Segunda Guerra

A Segunda Guerra Mundial trouxe o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão, em 1942, quando já havia cessado o ingresso dos imigrantes.

O período da guerra e do pós-guerra foi uma época sombria para a comunidade nipo-brasileira. Colocados como súditos do eixo inimigo, os imigrantes sofreram restrições no ir e vir, no uso da língua, na vida associativa e na propriedade de bens. Cessada a guerra, os próprios imigrantes dividiram-se entre

17 Idem, p. 213.

18 Idem, p. 216.

19 SUGIYAMA, Hideo. *Burajiru komin tokuhon* (livro de leitura para os cidadãos no Brasil), São Paulo: Consulado Geral do Japão em São Paulo, 1935.

20 *Sho gansho sho todoke annai* (Instruções sobre requerimentos e comunicações), Consulado Geral do Japão em São Paulo, 1937.

21 Célia Sakurai vê na tutela do governo japonês motivações de natureza estratégica (Sakurai, 2000, p. 83).

Vítoristas e derrotistas, com atos de terrorismo que causaram comoção na sociedade brasileira e prejudicaram a imagem que os japoneses haviam conquistado, pela organização, disciplina e produtividade do período de imigração tutelada.

Não era possível qualquer apoio ou intervenção do governo japonês, como no período anterior à guerra, pois as relações diplomáticas estavam cortadas e mesmo porque o próprio país estava em ruínas. Ao contrário, foram os imigrantes japoneses que ajudaram o povo japonês nessa época difícil, enviando para lá alimentos e dinheiro.

Embora sombrio, esse período foi importante na história da imigração japonesa no país, pois aqueles que tinham ainda a veleidade de ganhar dinheiro e voltar para o Japão tomaram consciência definitiva de que o Brasil era a sua segunda pátria, passando a dar novo rumo às suas vidas e à educação dos filhos.

13.6 A política emigratória no pós-guerra

É a iniciativa privada, do lado brasileiro, que reabre a emigração japonesa para o Brasil, no pós-guerra. Antes mesmo do reatamento das relações diplomáticas, Kotaro Tsuji, radicado em Belém-PA, e Yasutaro Matsubara, em Marília-SP, de forma independente, realizam gestões junto ao Presidente Vargas, para que fosse autorizada a introdução de imigrantes japoneses para os respectivos projetos de colonização. Os primeiros imigrantes desses projetos chegam em fevereiro de 1953. Antes, porém, em janeiro do mesmo ano, haviam entrado 51 japoneses solteiros, com autorização obtida pela Associação Ultramarina de Emigração do Japão, mas tratava-se de um caso isolado.

A Cooperativa Agrícola de Cotia e a Cooperativa Central Agrícola e de Colonização de São Paulo promoveram também a vinda de novos imigrantes, por iniciativa particular.²²

O governo japonês, por sua vez, formulou a sua política de emigração e, dentro dela, criou em 1954 a Federação das Associações Ultramarinas do Japão, entidade de caráter oficial, encarregada dos serviços de recrutamento, seleção e embarque e de recepção no exterior. Em seguida, organizou a Kaigai Ijyushinko Kabushiki Kaisha (Companhia de Fomento da Emigração), cuja tarefa consistia em adquirir e lotear terras nos países de imigração, para a formação de colônias. A Ijyushinko promoveu ainda a introdução de agricultores japoneses em diversos núcleos coloniais criados pela União e pelos Estados, visando ao desenvolvimento do interior do país. Em 1963 essa empresa de fomento incorporou a federação das associações, acima citada, dando lugar à Kaigai Iju Jigyodan (JAMIC), uma autarquia que seria posteriormente absorvida pela atual Japan International Cooperation Agency (JICA). Para a execução desses empreendimentos no Brasil, foram aqui constituídas a JAMIC – Imigração e Colonização Ltda. e a JEMIS – Assistência Financeira S.A. Dentre as colônias formadas pela JAMIC, nesse esquema, podem ser citadas as de Várzea Alegre-MS, Funchal-RJ, Jacareí-SP, Tietê-SP, Tomé-Açu-PA, Pinhal-SP e Guataporã-SP, São Lourenço-RJ e Auriverde-SP.²³

Um acordo de imigração foi assinado entre os dois países, em 1960, para regular as questões migratórias,

²² Sobre as primeiras tentativas de introdução do imigrante japonês no pós-guerra, ver Uma epopeia moderna, p. 380.

²³ Uma epopeia moderna, p. 391.

mas teve pouco efeito prático porque, mesmo sem esse acordo, a emigração japonesa do pós-guerra vinha se processando sob regras e condições já consolidadas.

De qualquer modo, o governo japonês, por meio da JAMIC e da JEMIS, deu apoio técnico e financeiro aos imigrantes do pós-guerra, financiando a compra de terrenos, criando centros de treinamento agrícola e estações experimentais. Em relação aos imigrantes industriais, cuja entrada foi favorecida pela expansão industrial brasileira e pelo aumento de investimentos japoneses entre nós, a JAMIC promoveu a sua colocação nas empresas e criou centros de treinamento técnico.

Paralelamente, o Consulado-Geral do Japão de cada jurisdição atuava também na assistência ao imigrante agrícola, tendo na sua estrutura uma seção de imigração, geralmente chefiada por um engenheiro agrícola oriundo das fileiras do Ministério da Agricultura, Silvicultura e Pesca. A assistência não se restringia aos imigrantes entrados depois da guerra, mas a todos os agricultores, japoneses e seus descendentes.

A JAMIC e JEMIS, embora constituídas no Brasil como pessoas jurídicas, eram organizações criadas e administradas pelo governo japonês, e sua existência e operação feriam não apenas a Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, como também a legislação bancária, especialmente por causa das atividades de financiamento desenvolvidas pela JEMIS. Isso levou o governo brasileiro a atrasar ou negar autorizações para o ingresso de imigrantes japoneses e finalmente a pedir o fechamento dessas duas empresas. Diante da situação, o governo japonês teve de dissolver e liquidar ambas em 1981, passando a atuar somente na assistência ao imigrante e à comunidade nikkei, sob o manto do Consulado-Geral do Japão. Encerrava-se aí a fase de tutela ostensiva do governo japonês aos imigrantes, no pós-guerra.

13.7 O governo japonês e a comunidade nikkei do Brasil

Nos primeiros períodos da imigração japonesa, o governo japonês não fez uma distinção muito clara entre os imigrantes e os seus descendentes brasileiros. Na verdade, o apoio ao imigrante para a independência econômica e educação dos filhos implicava necessariamente o favorecimento desses brasileiros.

Como vimos, ainda nas décadas de 1920/1930, temos a forte presença do Consulado-Geral do Japão na organização de entidades destinadas à educação dos filhos, na subsistência de professores, no fomento ao cooperativismo, na assistência médico-sanitária, na criação da Dojinkai, na construção do Hospital Japonês, posteriormente chamado de Hospital Santa Cruz, na organização de cooperativas e na orientação jurídica para o cumprimento das leis japonesas e brasileiras.

Essa ajuda implicava tutela, pois era o Consulado que sugeria a realização de determinadas atividades, interferia na organização de entidades de natureza central e exercia uma autoridade incontestável sobre os patrícios.

Depois da guerra, a situação mudou radicalmente. Vencendo o difícil período da interrupção das relações diplomáticas e das dissensões internas, a comunidade havia se fortalecido e adquirido personalidade. Fundamental foi a atuação do grande líder Kiyoshi Yamamoto que, a partir da organização das

atividades de participação da comunidade nikkei nas comemorações do IV Centenário de Fundação da Cidade de São Paulo, liderou a unificação da comunidade e estabeleceu o diálogo com as autoridades japonesas no nível adequado.

Assim sendo, embora a comunidade nikkei continuasse a pleitear benesses, e o governo japonês a concedê-las, como as bolsas de estudos, subsídios para o ensino da língua, auxílio à assistência médica e social, por exemplo, o relacionamento entre ambos os lados perdeu o caráter de tutela e adquiriu a tonalidade de cooperação.

A JAMIC, empresa de imigração e colonização, atuou amplamente na concessão desses benefícios. Como surgiram críticas internas de que essas atividades extrapolavam as de emigração e colonização propriamente ditas, o governo japonês resolveu criar um órgão unificado de cooperação internacional, a Japan International Cooperation Agency (JICA), nos fins da década de 1970, incorporando as organizações existentes no setor,²⁴ e incrementando as atividades de cooperação com outros países. Como organização oficial, ligada ao Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão, a JICA ficou sob o manto institucional do Consulado, assim como ocorreu com a Fundação Japão.

Tentar enumerar todas as formas de apoio do governo japonês à comunidade é uma tarefa temerária, de modo que iremos nos referir às modalidades mais conhecidas.

(a) Apoio por meio de visitas e subsídios

O governo japonês tem apoiado os grandes eventos comemorativos de iniciativa da comunidade, mediante visitas de autoridades e subsídios.

Nesse sentido, o primeiro grande acontecimento envolvendo a comunidade e o governo do Japão, depois da guerra, foi a comemoração do IV Centenário da Cidade de São Paulo, no ano de 1954. O governo japonês colaborou decididamente para a brilhante participação da comunidade nikkei nos festejos do IV Centenário da Cidade de São Paulo, cujo símbolo maior é o Pavilhão Japonês, até hoje mantido no coração do Parque do Ibirapuera.

Logo em seguida, em 1958, viria o Cinquentenário da Imigração Japonesa no Brasil. O governo do Japão, já em 1956, participou da constituição da Comissão Preparatória dos festejos, com a presença do Embaixador e do Cônsul-Geral em São Paulo. Por ocasião das comemorações propriamente ditas, enviou para cá o Príncipe e a Princesa Mikasa, concedeu condecorações e homenagens, subsídio ao censo da comunidade e ajuda na construção do Edifício Bunkyo, cuja pedra fundamental foi lançada na presença do casal de príncipes.

Embora sem caráter comemorativo, tivemos em 1967 a visita de Suas Altezas Imperiais o Príncipe Herdeiro e a Princesa Michiko, que, no curso da viagem oficial a países da América do Sul, visitaram a usina siderúrgica Usiminas, em Ipatinga-MG, a Colônia Funchal-RJ e as cidades de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, tendo no Estádio do Pacaembu, desta última cidade, sido recebidos em solenidade que reuniu cerca de 80.000 nikkeis. Essa visita causou uma grande emoção à comunidade, e a comissão dos festejos dos 60 anos de imigração resolveu construir no Edifício Bunkyo um auditório em comemoração à visita dos Príncipes Imperiais, tendo o governo do Japão feito uma valiosa doação para essa obra.

²⁴ Idem, p. 395 e 396.

Em 1978, quando do 70º aniversário da imigração japonesa, tivemos novamente a presença de Suas Altezas Imperiais o Príncipe Herdeiro e a Princesa Michiko, que visitaram São Paulo, Brasília, Paraná, Bahia, Pará e Amazonas. Nessa ocasião, com a presença do Casal Imperial e do Presidente Ernesto Geisel, foi inaugurado o Museu Histórico da Imigração Japonesa, cuja construção contou com subvenção do governo japonês.

Por ocasião de sua visita ao Brasil, em 1982, a convite do Presidente da República, o Príncipe Hironomiya, atualmente Sua Alteza o Príncipe Herdeiro, manteve encontros com a comunidade nikkei, inclusive com os jovens.

Em outubro de 1986, na viagem de regresso da visita que fizeram ao Paraguai, para participar da solenidade comemorativa dos 50 anos da imigração japonesa, o Príncipe e a Princesa Hitachi estiveram em São Paulo, para uma visita de cortesia à comunidade nikkei do Brasil.

Na comemoração dos 80 anos da imigração japonesa, em 1988, tivemos a visita de Sua Alteza o Príncipe Ayanomiya Fumihito. O ponto alto das comemorações foi a solenidade realizada no Estádio do Pacaembu, com a presença de cerca de 80 mil nikkeis. Outro evento digno de nota foi a inauguração do Hospital Nipo-Brasileiro, da Beneficência Nipo-Brasileira de São Paulo, com a presença de Sua Alteza e do Presidente José Sarney.

Em 1995, ao se completarem os 100 anos do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e o Japão, tivemos a visita de Sua Alteza a Princesa Norinomiya Sayako, que, após a cerimônia oficial em Brasília, veio a São Paulo, a fim de estreitar o relacionamento com a comunidade nikkei.

Em 1997, em fato inédito, as Suas Majestades o Imperador e a Imperatriz do Japão visitaram o Brasil, tendo estado em Belém, Brasília, Belo Horizonte e São Paulo, onde foram recepcionados pela comunidade, no Ginásio do Ibirapuera inteiramente lotado.

Citamos as visitas que fizeram membros da Família Imperial, seja atendendo a convite da comunidade, seja reservando parte do tempo da programação oficial, por entendermos que tais visitas constituem a demonstração máxima da consideração afetiva da Família Imperial e do governo japonês para com os imigrantes e seus descendentes. Cumpre registrar que, em idênticas condições, outras autoridades têm também visitado o Brasil e demonstrado apreço à comunidade, como os primeiros-ministros ou ex-primeiros-ministros Nobusuke Kishi, Shigeru Yoshida, Takeo Fukuda, Kakuei Tanaka, Zenko Suzuki, Yasuhiro Nakazone, Noboru Takeshita, Ryutaro Hashimoto. Além disso, ministros, governadores, prefeitos, deputados e outras autoridades japonesas têm visitado o país e mantido contatos com a comunidade, em sinal de consideração e apoio.

(b) Associações de coprovincianos

Ainda na década de 1950 assistimos ao surto de inúmeras associações chamadas Kenjinkai. Essas entidades, formadas pelos imigrantes da primeira geração, agregam os oriundos de uma mesma província japonesa e mantêm estreita ligação com os governos das respectivas províncias. Os governos provinciais geralmente concedem subsídios anuais e verbas em valor não desprezível para a aquisição de sede própria, como uma forma de consideração para com os conterrâneos que tiveram de emigrar em épocas difíceis. Esses subsídios não são oriundos do governo central, mas representam indiscutível apoio aos imigrantes e seus descendentes, visando à manutenção dos vínculos com a província de origem. São 47 as províncias japonesas, e todas elas têm imigrantes no Brasil, de maneira que existem

aqui 47 kenjinkai, umas mais ativas, outras menos, estando hoje geralmente sob a direção de descendentes. Sobre este assunto, remetemos o leitor ao capítulo específico escrito por André Ryo Hayashi, e que faz parte deste livro (seção 11).

(c) Bolsas de estudos

Há diversos tipos de bolsas de estudos mantidos pelo poder público japonês, a favor de descendentes de japoneses, não apenas do Brasil como também de outros países imigrantistas da América Latina.²⁵

A bolsa Kenpi Ryugaku, criada no início da década de 1960, mantida pelo governo de cada Província com a ajuda do governo central, beneficia os descendentes de pessoas oriundas da Província com formação superior, para estudos e pesquisas acadêmicas.

A bolsa Kenpi Kenshu, criada no início da década de 1970, mantida pelo governo de cada Província com a ajuda do governo central, beneficia os descendentes de pessoas oriundas da Província com formação profissional, para estágio em empresas privadas ou instituições públicas.

A bolsa LATEC, mantida pelo Latin America Technical Exchange Center, oferece estágio de aprimoramento técnico em empresas a descendentes de japoneses com formação superior em áreas técnicas.

A Japan International Cooperation Agency (JICA), órgão ligado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, oferece centenas de bolsas de estudos voltadas para os nikkeis, desde as bolsas de estágio para professores de língua japonesa, até bolsas de pesquisas e de treinamento profissional, de curta ou longa duração, nas mais diferentes áreas (Bolsa Nikkei).

A bolsa Gaimusho Kenshu, de curta duração, é oferecida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros para descendentes de japoneses de países latino-americanos que sejam líderes nas respectivas comunidades.

Há outras bolsas oferecidas pelo governo do Japão, mas deixam de ser mencionadas, por não estarem focadas nos nikkeis.

(d) Voluntários da JICA

Com a finalidade de ajudar as instituições da comunidade nikkei e de lhes transferir conhecimentos e técnicas, a JICA tem enviado ao Brasil dezenas de voluntários para uma estada de dois anos, principalmente para entidades ligadas ao ensino da língua japonesa, assistência social, assistência à saúde, difusão da cultura, agricultura e áreas afins. Uns são jovens (Júniors), outros são de mais idade (seniores), e nada recebem das instituições a que prestam serviço, pois são contratados pela JICA para servirem como voluntários.²⁶ Trata-se de outra modalidade de apoio à comunidade nikkei.

Embora haja inúmeras outras formas de apoio, as acima referidas são bastantes para se ter uma ideia geral da postura do governo japonês em relação aos imigrantes e seus descendentes. Foram deixados de lado programas isolados não contínuos, bem como muitas outras atividades do governo japonês, inclusive as desenvolvidas pela Fundação Japão, por não estarem dirigidas especificamente à comunidade nikkei.

²⁵ Sobre os diversos tipos de bolsas de estudo, ver Almanaque do Bolsista, São Paulo: Asebex, 2004, p. 15-22.

²⁶ Informações obtidas junto ao Escritório Anexo do Consulado-Geral do Japão em São Paulo.

13.8 Perspectivas

Às vésperas do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, tem-se a clara premonição de que o sistema e o nível de apoio por parte do governo japonês tendem a mudar.

Em relação aos isseis, existe no imaginário do governante e do imigrante a ideia de que a emigração fora induzida pelo governo, para a solução de problemas demográficos e econômicos do país, o que não deixa de ser verdade, e isso explica de certo modo a continuidade da política de aproximação adotada pelo governo japonês. E as atenções para com os descendentes seriam um prolongamento desse dever de apoio ao emigrados.

Como o número de isseis vem diminuindo, e tende a diminuir cada vez mais, eventual mudança de postura do governo japonês não parece distante no tempo. Aliás, essa mudança já vem ocorrendo, como foi visto ao longo deste capítulo, pois, encerrada a fase da imigração e da fixação, as ações em favor da comunidade deixaram de ter a imigração e a agricultura como objeto, mudando de áreas e enfoques, de modo que passaram a ser tratadas sob a ótica do intercâmbio e da cooperação.

Em recente visita ao Brasil, a Senhora Sadako Ogata, Presidente da JICA, deixou claro que estava em curso uma revisão da política do governo japonês no seu relacionamento com a comunidade nikkei do Brasil, porque a redução das verbas no orçamento governamental exige que as ações tenham maior efetividade, e também porque existe o entendimento de que a comunidade nikkei já atingiu a maturidade, tornando desnecessárias certas ajudas. Afirmou mais: que o sistema de envio de voluntários e o estágio para professores de língua japonesa seriam mantidos, mas a assistência à agricultura seria cortada em breve. Segundo a Presidente da JICA, seria estudada a construção de um novo modelo de relacionamento com a comunidade nikkei.²⁷

Torna-se, pois, importante que a comunidade nikkei do Brasil esteja atenta às mudanças, e procure traçar as linhas de um modelo desejável de relacionamento, para que, numa eventual mudança, os imigrantes e seus descendentes, que elevaram tão alto o conceito do povo japonês nesta terra e têm servido de ponte entre os dois povos, sejam ouvidos na formulação de diretrizes, e não fiquem relegados a uma posição secundária nas políticas de seu interesse e nos sentimentos da nação japonesa.

Agradecimento

Ao finalizar este capítulo, não poderia deixar de consignar meu sincero agradecimento à jornalista Célia Oi, pela inestimável ajuda que me prestou, em pesquisa e orientação.

²⁷ Ver Nikkey Shimbun, jornal bilíngue publicado em São Paulo, edição de 25 de abril de 2007, p. 7.

O futuro da comunidade nikkei

14

14. O futuro da comunidade nikkei



Massami Uyeda

Mestre e Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo. Diplomado em Direito Comunitário Europeu pela Escola de Magistratura de Paris. Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Professor de Direito Processual Civil. Ex-Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e Ex-Promotor de Justiça.

14.1 Considerações gerais – interação cultural

Há alguns anos, um anúncio publicitário de uma grande empresa japonesa, veiculado em revistas brasileiras e internacionais, ao anunciar a excelência de seus produtos e serviços, trazia uma mensagem de solidariedade universal, representada pela imagem de um pai de família, feliz com seu filho, a percorrer um campo florido, sob céu azul e guarnecido por diáfanas nuvens brancas, proclamando o anúncio: “Eu sou você, você sou eu”.

Publicitários, em geral, antes mesmo que vendedores de produtos, são artistas, dotados de agudo fundamento em psicologia e que, com sensibilidade, captam o sentimento coletivo, enraizado no âmago da alma humana, conseguindo expressar aquilo que, no recôndito do inconsciente, está latente.

Aquela mensagem publicitária trazia, em seu bojo, a concepção de que a humanidade e cada um dos seres humanos, não obstante a diversidade cultural e étnica, no fundo, almeja a felicidade pessoal.

Aquele anúncio publicitário é de atualidade permanente, por refletir não só o sentimento vigente à época de sua divulgação, mas, também, pode muito bem ser estampado e divulgado em qualquer tempo, seja passado ou futuro, bem como em qualquer parte do mundo. Ou seja, a vocação do ser humano para a obtenção de felicidade pessoal transcende tempo e espaço e permanece como anseio existencial.

Esse sentimento de busca da felicidade pessoal é o móvel subjacente a qualquer movimento migratório ou, de modo geral, é o que impele a que se promovam mudanças, em todos os sentidos. Pode-se dizer que a mudança, em sentido amplo, é característica de renovação, de inconformismo com determinada

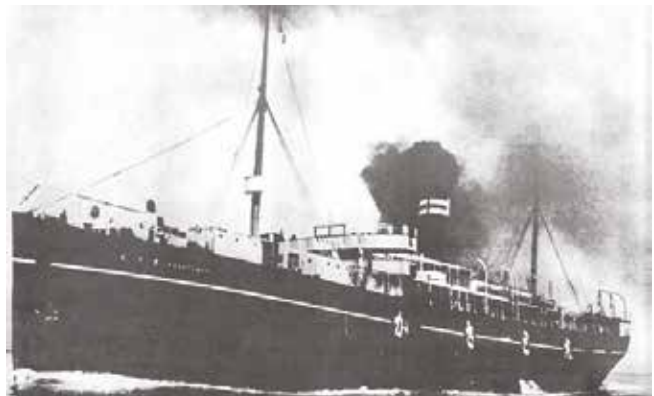


Foto: autor não identificado
'Navegar é preciso...' (Fernando Pessoa)

situação e, sempre, o que se almeja é a melhoria, o incremento, o progresso, conquanto, por vezes, possa redundar em retrocesso, em fracasso ou em frustrada tentativa de atingir êxito.

Assim, a busca da felicidade, por certo, foi o que motivou os japoneses a deixarem sua terra natal, seus lares, seus parentes, seus amigos, para se transferirem a outros países, outro continente, outras terras, trazendo em suas bagagens sonhos de conquista e muitas esperanças, e levando, também, sua cultura, seus valores e seus padrões éticos e de comportamento.

As causas imediatas dos movimentos migratórios, notadamente quando alcançam o nível de transferência de países e continentes, podem ser identificadas em econômicas e políticas.

A imigração japonesa para o Brasil teve início em 18 de junho de 1908, com a chegada do navio Kasato-Maru, ao porto de Santos.



Foto: autor não identificado

Ao desembarcarem, aqueles pioneiros imigrantes, bem como os demais que se seguiram, segundo depoimentos por eles prestados, em sua maioria, viram-se maravilhados com o cenário da Serra do Mar, coberta pela luxuriante mata atlântica, sob o azul tropical do céu, bem diferente do azul do céu setentrional, bem como pela cor verde-esmeralda das águas do Atlântico meridional, dando-se conta de seu novo lar, onde iriam viver uma grande aventura, tendo de viver o grande desafio de se acomodarem a uma cultura que muitos sequer conheciam, nem mesmo por ouvir falar, centrada na tradição judaico-cristã, com forte influência do sincretismo afro-católico.

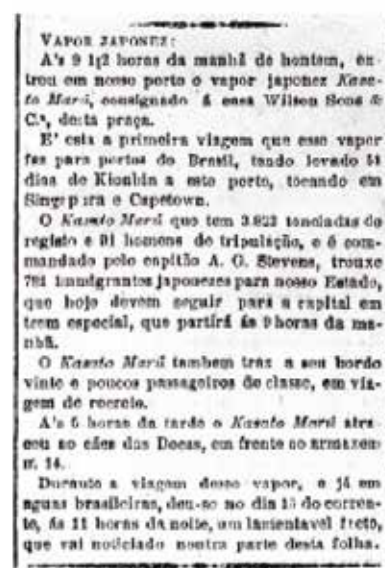


Foto: autor não identificado.
Acervo do Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil. Publicada em *História da Vida Privada no Brasil*, vol. 3 (organizado por Nicolau Sevcenko), p. 238, *Companhia das Letras*, São Paulo, 1998, coleção dirigida por Fernando A. Novais.

Oportuno, neste ponto, fazer uma referência que o jornal santista *A Tribuna* (veja ao lado) noticiou quando da chegada dos primeiros imigrantes japoneses, em 18 de junho de 1908.

O lamentável fato foi uma ocorrência policial com morte, verificada a bordo do navio.

A acomodação dos imigrantes japoneses à cultura brasileira deu-se, é certo, com algumas dificuldades, inerentes à própria circunstância de constituírem os imigrantes um grupo étnico distinto da população brasileira, com língua, tradições,



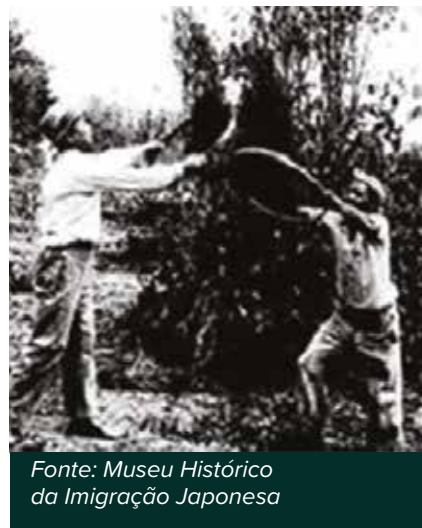
Reprodução: arquivo do editor de Novo Milênio

valores e costumes bem diferenciados. E esta fase de conhecimento recíproco, como é natural, e como usualmente se verifica (*id quod plerumque accidit*), demandou período de adaptação.

A chegada do Kasato-Maru, em 18 de junho de 1908, ocorre em plena época de festas juninas e, como da tradição brasileira, queimam-se fogos de artifício e soltam-se balões, enquanto espocam rojões. Muitos daqueles imigrantes, segundo registros prestados posteriormente, pensavam que estavam sendo bem recepcionados... (cf. artigo elaborado por Maria Cristina. Aluna do Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução – Letras Japonês – Universidade de Brasília – UnB.)

Não se desconhece que, também, em relação às outras correntes imigratórias, como os portugueses, espanhóis, italianos, alemães, poloneses, sírios, libaneses, não tenha ocorrido período de acomodação à cultura brasileira, mas o que se presencia é que o período de acomodação foi mais curto, pelo fato de apresentarem elementos comuns, ao contrário dos imigrantes japoneses.

As dificuldades enfrentadas pelo imigrante japonês no Brasil foram imensas, além do próprio choque de cultura que vivenciou. Embora se imagine que os imigrantes japoneses que vieram para o Brasil fossem agricultores, na realidade não foi isso o que ocorreu, pois poucos eram os que se dedicavam anteriormente à agricultura. Provinham do comércio e da prestação de serviços, o que, ao serem contratados como colonos em fazendas de café, causou-lhes profundos sofrimentos e enormes agruras. Assim, distantes a milhares de quilômetros da terra natal, só lhes restava ter de encarar a nova realidade e seguir em frente, à moda de Fernando Pessoa: “... navegar é preciso, viver não é preciso”, e assim deixaram o rico legado de tenacidade e perseverança aos seus descendentes. O Portal Educacional <www.educacional.com.br> traz importante relato da imigração japonesa.



Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa

Impossível melhorar de vida nas fazendas de café; para os japoneses, a saída era tornarem-se proprietários.

“A partir de 1917, o governo japonês coordenou a fusão de diversas empresas particulares de emigração e fundou a estatal Kaigai Kōgyō Kabushiki Kaisha, que passou a subsidiar as passagens dos imigrantes. Por causa da impossibilidade de acesso dessas pessoas aos EUA, esses recursos passaram a ser destinados às viagens para o Brasil. Entre 1928 e 1935, ingressaram no país 108.258 japoneses, ou seja, 57% dos 190.000 que imigraram no período anterior à Segunda Guerra Mundial.

Mas também no Brasil começaram a surgir movimentos contrários à entrada de japoneses. Em 1922, foi criado um projeto de lei que proibia a entrada de negros no país e restringia a de orientais, mas essa lei não entrou em vigor. No entanto, em 1934, foi aprovada uma emenda constitucional que limitava a entrada de imigrantes estrangeiros para 2% do total de pessoas que ingressaram no país nos últimos 50 anos. Essa emenda foi incorporada à Constituição de 1934, ocasionando queda nos índices de imigração a partir de 1935.



Fonte: Museu Histórico da Imigração

Depois da Segunda Guerra Mundial, a imigração japonesa no Brasil esteve praticamente paralisada, atrapalhando a já difícil integração entre brasileiros e nipônicos. Vários decretos foram instituídos, proibindo o ensino da língua japonesa no país, e descendentes de japoneses foram obrigados a portar salvo-condutos para que pudessem transitar pelo país. Entre 1940 e 1950, apenas 1,5 mil japoneses imigraram para o território brasileiro.

Na época, os mais radicais diziam que a imigração japonesa integrava um plano do governo do Japão de ‘subjugar o mundo’ por meio de agentes infiltrados em diversos países. E alguns jornais lamentavam a ‘invasão amarela’ e os ‘males irreparáveis causados pela imigração japonesa’.

O fim da Segunda Guerra marcou o início da reconciliação entre brasileiros e japoneses, e o perfil do imigrante japonês se modificou. Os *nikkeis*, como são chamados os primeiros imigrantes que vieram ao Brasil, deixaram de ser mão de obra barata e, por exigência de acordos bilaterais, passaram a ter acesso às escolas.

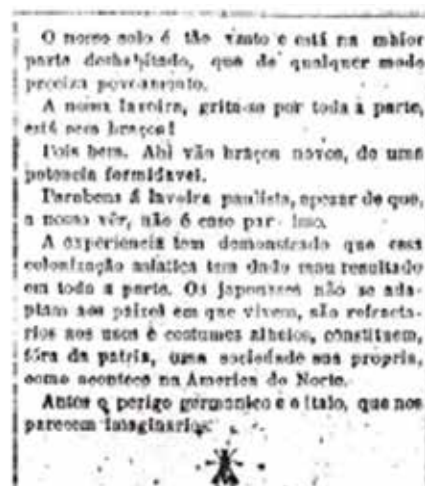
A partir da década de 60, famílias japonesas começaram a administrar seus próprios negócios. Os homens trabalhavam como feirantes, quitandeiros e tintureiros, e as mulheres, como costureiras e em salões de beleza.

Na década de 70, já não era tão estranha a convivência entre as culturas japonesa e brasileira, e o número de casamentos entre etnias diferentes aumentou no país. Nessa época, o Japão se recuperou da crise econômica e passou a ocupar um papel de destaque no cenário mundial. Hoje, o Brasil abriga a maior população japonesa fora do Japão.”

A respeito da dificuldade inicial de adaptação do imigrante japonês no Brasil, colhem-se do arquivo do editor de Novo Milênio comentários feitos por um certo Lorgnon, na década de 1930, também veiculados no jornal *A Tribuna*, de Santos (veja ao lado).

Por ocasião da comemoração dos 80 anos de imigração japonesa no Brasil (1988), estudos foram publicados para adequar o conhecimento da história do movimento migratório. Entre esses estudos, sem desmerecer outros, igualmente importantes para o esclarecimento da presença nipônica na cultura brasileira, cuja característica é, exatamente, a de abrigar múltiplas etnias, demonstrando o mosaico de culturas que a compõe, o estudo contido em *Imigração japonesa na história contemporânea do Brasil* (São Paulo, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, Massao Ohno Editor) apresenta marco relevante e mostra-nos ter sido a imigração japonesa uma verdadeira saga, uma epopeia moderna.

Daí porque, agora, quando se celebra o Centenário da saga da imigração japonesa no Brasil, oportuna a iniciativa de se publicarem outros estudos e de se promoverem seminários, congressos, mesas de trabalho, de modo que se permita melhor e adequado conhecimento de parte da realidade cultural brasileira, com a participação da presença nipônica em sua formação, demonstrando de modo facilmente perceptível a interação e integração cultural dos descendentes de imigrantes japoneses no Brasil.



14.2 Premissas para a visualização do porvir

Visualizar o porvir é tarefa própria de profetas e de videntes.

Ao se procurar, contudo, traçar alguns lineamentos sobre o futuro da comunidade nikkei, sem estar dotado de clarividência, há que se utilizar de um olhar sobre o passado, e daí porque a necessidade de conhecer a história da comunidade nikkei, ou seja, assim entendida por aquela integrada por japoneses e descendentes que estão radicados fora do Japão, particularmente no Brasil, para poder traçar premissas sobre o porvir. Afinal, quem não tem história não tem lastro na atualidade e não tem como poder projetar-se no futuro.

Os imigrantes japoneses que aportaram no Brasil trouxeram consigo os valores e costumes de uma rica e tradicional cultura, caracterizada pelo respeito e devoção aos idosos, bem como com relação às crianças. Esta característica da cultura nipônica pode ser vista na sociedade japonesa da atualidade: respeito aos idosos e proteção especial aos infantes é de fácil percepção a quem observe o cotidiano da vida japonesa.

Esse valor cultural também o trouxeram os imigrantes japoneses, tanto que a preocupação com a escolaridade de seus filhos sempre foi um dado marcante nas famílias japonesas, radicadas na nova pátria na qual iriam criar seus filhos. Assim, a ênfase na escolaridade é, pode-se dizer, uma das marcas da participação nikkei no Brasil. A presença de estudantes nikkeis, em grande número, nas principais universidades brasileiras, é de perceptível constatação.

A aquisição de conhecimentos e do saber é uma das metas da educação, e para que se atinja a plenitude de um desenvolvimento sólido e perene, todas as nações e países do mundo estão empenhados em seu fortalecimento.

Os imigrantes japoneses sempre se preocuparam em dar sólida educação a seus filhos e, até mesmo com sacrifício de ordem pessoal, empenharam-se em mandá-los para as escolas, para que, adquirindo conhecimento, pudessem melhor e mais rapidamente adaptarem-se ao Brasil que os acolhia e, em última instância, pudessem alcançar a felicidade pessoal. E, em pouco tempo, o resultado dessa visão estratégica pôde ser notado no seio da coletividade brasileira.

Vê-se, assim, em pouco tempo, o florescimento da participação de nikkeis, brasileiros e brasileiras de origem nipônica, a frequentarem as escolas, a começar do ensino básico e elementar, passando para o secundário e para o universitário, em praticamente todos os seus segmentos.

Nas áreas da medicina, da engenharia, da arquitetura, das ciências sociais, do direito, da matemática, da física, da química, da bioquímica, da agronomia, da diplomacia, da informática e da computação, da publicidade, do jornalismo, das religiões, da política, das forças armadas, da economia, da contabilidade, da indústria, do comércio, da agricultura, da prestação de serviços em geral, das artes, do artesanato, das patentes e invenções e em inúmeras outras atividades em que o engenho, o labor e a operosidade são exigidos, encontram-se expressivamente descendentes desses imigrantes japoneses que vieram para o Brasil.

Pode-se dizer, sem correr o risco de se equivocar, que aqueles sonhos e esperanças, recheio das bagagens dos imins (imigrantes), tornaram-se concretos, na realização que seus descendentes fizeram e estão fazendo no Brasil.

A constatação, assim, da participação dos descendentes dos imigrantes japoneses no Brasil, cujo contingente, na atualidade, ultrapassa a marca de 1.500.000 pessoas, constituindo expressiva parte da população brasileira, sobre ser significativa, é o lastro histórico da certeza de sua continuidade no porvir, igualmente exitosa e, agora, genuinamente brasileira.

O matiz cultural do Brasil é o seu acentuado caráter multiétnico, com a característica da hospitalidade, do fraternalismo, da aceitação das diversidades individuais, da espontaneidade do povo brasileiro.

Não há quem não se refira à generosidade da alma brasileira. E com essa característica brasileira, aliada à tradição cultural legada pelos imigrantes japoneses a seus descendentes de amor ao trabalho, de sinceridade e de respeito às tradições, podem-se antever nesgas de um porvir altaneiro e promissor para a comunidade nikkei no Brasil.

A maneira mais segura de aquilatar o potencial de um candidato a cargo público ou a posto de trabalho, na iniciativa privada, é analisar seu “curriculum”, suas realizações, suas aspirações e, assim, da mesma forma, ao se procurar traçar prognósticos para uma coletividade, que apresenta traços de identificação cultural e de mesma origem, deve-se fazer uma análise retrospectiva daquilo que essa coletividade realizou, de cotejar, em termos de confronto, as aspirações e os objetivos que acalentou.

O hino nacional brasileiro, como símbolo de cidadania, traz em sua letra a mesma referência, ao estatuir: “paz no futuro e glória no passado”.

Assim, também, a saga da imigração japonesa no Brasil, iniciada há 100 anos, é toda ela coberta de glória, representada pelo labor incessante dos pioneiros e dos que se lhes seguiram, de dedicação ao trabalho, de seriedade, de respeito às instituições e valores da cultura brasileira, de incentivo à formação educacional, em todos os níveis, de seus filhos, como a melhor das formas de perfeita integração à nova pátria, de sorte que as gerações do presente e do futuro possam se orgulhar do passado de seus valores e garantir a paz e a tranquilidade, enfim, a felicidade de seus descendentes.

14.3 Do fenômeno da migração brasileira para outros países e, particularmente, para o Japão: dekasseguis

O exemplo inicial do alcance da mensagem de busca da felicidade pessoal estampada no anúncio publicitário mencionado no início deste artigo mostra-se atual quando se analisa o fenômeno da migração brasileira para outros países, iniciada na década de 1980.

O que motivou e ainda motiva a migração brasileira, seja para o Japão, seja para os Estados Unidos, Inglaterra e outros países, é a busca da felicidade pessoal.

As causas imediatas dessa revoada de brasileiros para outras terras encontram-se na desestabilidade da economia brasileira que, na década de 1980, amargava crise de profunda depressão e inflação exacerbada, cenário de inadimplência e de agravamento social. Naturalmente, a repercussão desse cenário da economia brasileira deitava reflexos na própria estabilidade familiar e individual.

Ademais, países como o Japão, os Estados Unidos, a Inglaterra e a Alemanha apresentavam uma economia forte, com altos índices de desenvolvimento social. Sendo assim, determinadas tarefas, como as relacionadas à mão de obra bruta, braçal, consideradas não edificantes ou nobres, foram relegadas para os imigrantes, os quais, a despeito da natureza de tais atividades, auferiam remuneração em moeda forte, em nível bem superior à média do operário e trabalhador brasileiro, possibilitando, até mesmo, a formação de poupança e a remessa de dinheiro para o Brasil.

Esse fenômeno migratório, no tocante aos brasileiros de ascendência nipônica, levou para o Japão mais de 200.000 patrícios, os quais se dirigiram para a prestação de serviços na área industrial (p. ex.: na indústria automobilística e eletrônica), na área da construção civil; na área da alimentação, na elaboração de comida pronta, cujo consumo é bem difundido na sociedade japonesa; na área de prestação de serviços (p. ex.: limpeza hospitalar, de áreas públicas; *caddies* em clubes de golfe etc.).

Assim, ao migrarem do Brasil para o Japão, os dekasseguis (termo cuja equivalência, em português, significa aqueles que saem do seu país de origem para ganhar dinheiro, conquanto no Japão, entende-se por dekasseguis os que saem do país de origem para ganhar dinheiro e depois retornam), com a sua ida ao Japão; reproduzem na atualidade o movimento pendular histórico, a que alude Spengler, buscando alcançar a felicidade pessoal, tal como o fizeram, a partir de 1908, os imigrantes japoneses que vieram para o Brasil, porque, à época, o PIB japonês era um terço do PIB brasileiro. Constata-se, pois, que a causa deste movimento migratório assenta-se em fenômeno econômico-social de mesma natureza e intensidade, porém no sentido inverso. E é desnecessário ressaltar que tanto a presença do imigrante japonês no Brasil quanto a presença do dekassegui brasileiro no Japão tem apresentado excelentes resultados no sentido da integração de ambos os povos.

Pela acepção considerada pelos japoneses, não há falar-se, pois, em imigração com o objetivo de estada permanente, senão que, embora provisória, se permaneça pelo período de tempo suficiente para ter condições econômicas e financeiras de retorno à terra natal.

Dessa forma, o fenômeno econômico-social do dekassegui, com o qual tem sido rotulado o brasileiro de ascendência japonesa que vai para o Japão para lá encontrar trabalho e poder auferir rendimento que lhe permita o bem-estar próprio e de seus familiares, na busca da felicidade pessoal, não tem característica de imigração, cujo traço marcante é o *animus*, a intenção de ficar permanentemente, mas de migração, cujo objetivo é o de ficar até que, auferida a renda suficiente, retorne ao Brasil. Mas, no âmbito das relações humanas, as coisas podem não se passar tais como, teoricamente, se as projetou, tanto que muitos dekasseguis brasileiros optaram por permanecer no Japão, com suas famílias.

O movimento migratório dos dekasseguis tem possibilitado o surgimento de um agrupamento de brasileiros, de ascendência nipônica, que, à maneira dos pioneiros imigrantes que vieram para o Brasil, agregaram-se em torno de núcleos familiares e de conhecidos, constituindo a colônia brasileira, muito embora não tenham nenhuma relação com o termo “colono”, aplicado na lavoura, mas, por analogia, se utiliza a palavra “colônia” como sendo equivalente à coletividade brasileira radicada no Japão, os dekasseguis.

Desse modo é que têm surgido, no Japão, núcleos de coletividade nipo-brasileira, com comércio típico de produtos e bens brasileiros, nas áreas de alimentação, lazer, entretenimento e difusão cultural. A modernidade dos meios de comunicação tem possibilitado a transmissão “on line” de notícias, de troca de informação, de transmissão de dados em tempo real.

A presença expressiva de contingente populacional de brasileiros no Japão tem sido preocupação das autoridades diplomáticas do Brasil e, também, das autoridades encarregadas da área de educação, tanto que há cursos voltados para a comunidade de kassegui de brasileiros, os quais seguem os padrões e programas de cursos regulares, nos diversos níveis de aprendizado: elementar, 1º e 2º graus e até mesmo universitário nos moldes dos programas oficiais do Brasil.

As emissoras brasileiras de televisão mantêm programação voltada para o Japão e, da mesma forma, há jornais e revistas editadas, em português, no Japão, cujo público-alvo é o brasileiro que ali se encontra como de kassegui.

Com tamanho contingente de brasileiros de ascendência nipônica, que se encontram no Japão, como de kassegui, inevitavelmente ocorrem conflitos de interesses que, para serem solucionados, necessitam da intervenção e assistência de advogados que possam dar a necessária e adequada assistência. Assim é que, no âmbito da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, em São Paulo, conhecida como Bunkyo, criou-se o Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior (CIATE), com escritórios no Brasil e no Japão para propiciar atendimento ao de kassegui brasileiro e, no âmbito de suas atribuições, as de natureza jurídica são as mais requisitadas.

Os brasileiros de ascendência japonesa que se encontram no Japão como de kasseguis têm efetuado expressivas remessas de dinheiro para o Brasil, chegando ao montante de mais de US\$ 2.000.000.000,00, por ano. A entrada de tal numerário representa até mesmo valor superior à exportação de muitos bens produzidos no Brasil.

Essa expressiva remessa de dólares tem gerado investimentos que contribuem para o desenvolvimento das cidades brasileiras de onde saíram, para a aventura de kassegui, esses brasileiros de ascendência nipônica.

Pode-se, à guisa de comparação, dizer que o fenômeno migratório do de kassegui, iniciado a partir de 1980, com a saída de brasileiros descendentes de imigrantes japoneses que vieram para o Brasil, a partir de 1908, representa a mão de retorno, em contrapartida à iniciada com o atracamento do Kasa-to-Maru, em Santos.

Até mesmo, pode-se antever, nesses significativos fenômenos migratórios, a imagem formulada por Spengler, ao enfatizar o movimento pendular da história como motor do curso da humanidade. Num determinado momento, determinada civilização encontra-se no apogeu e, depois, com o passar do tempo, pode encontrar-se em declínio. Veja-se, por exemplo, o auge e esplendor do Império Romano até o seu desaparecimento, não obstante a marca e o traço, bem como as influências da cultura romana, até hoje persistam.

14.4 Do sentimento de brasilidade dos descendentes dos imigrantes japoneses no Brasil

O móvel que animou a vinda dos imigrantes japoneses para o Brasil foi, como de início assinalado, o de perseguir e conquistar a felicidade pessoal, a qual poderia ser traduzida no binômio segurança e prosperidade. Segurança que possibilitasse a formação de uma família sadia e unida, e que preservasse

os valores da cultura nipônica. Entre os valores a serem preservados encontram-se o respeito aos mais idosos, a compreensão para com a criança e, também, a necessidade de obter-se escolaridade mínima. Prosperidade, no sentido econômico e financeiro, para que, alcançando-a, pudesse conquistar bens materiais e posição de destaque na sociedade que os acolhia. No tocante aos isseis, ou seja, aos imigrantes que para o Brasil vieram (sendo que a acepção do termo isseis pode traduzir-se como “os da primeira geração”, no sentido de constituírem os que para cá advieram), não importando se entre os pioneiros do Kasato-Maru ou aqueles que se seguiram, o sentimento de nacionalidade que os caracterizava era o de ser japonês. Como se tem conhecimento, alguns imigrantes, não todos, conquanto não renegassem a nacionalidade nipônica, comungavam do sentimento de adoção de uma nova pátria, a brasileira, e, sendo assim, sua aculturação, no sentido de adaptação aos valores e padrões culturais da sociedade brasileira, foi mais fácil e rápida, isto porque não opunham qualquer barreira mental em relação a uma cultura bastante diferenciada daquela que já traziam desde o berço. Não que a cultura brasileira fosse uma cultura que não observasse a tradição de respeito familiar, seja com relação aos mais velhos, seja com relação à infância, de observância dos valores éticos de retidão de caráter, honestidade e solidariedade. Mas, por tratar-se de uma cultura derivada da tradição judaico-cristã, diversa da cultura oriental, centrada esta nos preceitos budistas e xintoístas, com línguas de formações distintas, além das características físicas e raciais próprias, a tendência de acomodação aos padrões e valores culturais adquiridos desde a infância seria a via mais fácil a se adotar.

Não se há de olvidar que toda mudança requer adaptação, a qual exige esforços psíquico, psicológico e físico.

O fenômeno sociocultural da existência de organizações extremistas, formadas por alguns imigrantes japoneses, radicados principalmente no Estado de São Paulo, e que não admitiam a derrota do Japão na 2ª Guerra Mundial, constituindo as organizações Shindo Renmei, cuja tradução para o português significa “o caminho dos súditos da liga do Imperador”, integrado por ex-oficiais militares, demonstra a existência de um forte sentimento de prevalência da “niponicidade” de seus integrantes, os quais chegaram a cometer homicídios, vitimando imigrantes japoneses que proclamavam a derrota do Mikado. Esses crimes de homicídio, sob as formas tentada e consumada, motivaram o oferecimento de denúncia pelo Ministério Público, resultando na condenação criminal de seus autores, muitos dos quais cumpriram penas no presídio de Ilha Anchieta, litoral norte de São Paulo, atualmente desativado e em estado de completo abandono, pelas inóspitas condições de encarceramento. A crônica policial e judicial, a respeito, noticiada à época, deixou atônita e estupefata a opinião pública pela característica inusitada da reação daqueles que, mesmo fora do Japão, ainda se achavam fortemente ligados à milenar cultura ancestral.

Esse episódio pode explicar a razão de se indagar por que o imigrante japonês e seus descendentes são, culturalmente, diferenciados da maioria circundante.

14.5 Da herança cultural atávica

Há que se ressaltar o aspecto socioantropológico da chamada herança cultural atávica.

O que isso quer dizer?

Costumes familiares e de sociedades das quais as pessoas participam exercem profunda influência sobre o psiquismo, o comportamento e a conduta delas. Não se há de ignorar que hábitos e comportamentos são adquiridos na tenra idade.

Inegável a força da tradição cultural na formação de um povo, de um agrupamento, de um núcleo familiar e de uma pessoa. Não se há de deixar de reconhecer a extrema influência que exerce na conduta individual, sob pena de se negar o sentimento gregário que caracteriza a sociedade.

A sociedade, como é do conhecimento das ciências jurídico-sociais, surge simultaneamente com a norma, com a regra de conduta. Esta, por sua vez, resulta de consenso de aceitação de valores admitidos como necessários para a existência social, valores que resultam como produtos de criação do ser humano, ou seja, são valores culturais, porquanto cultura é dado da criação humana.

O ser humano não se basta por si próprio, e por isso tem-se que a vida em sociedade decorre de padrões culturais, aceitos em determinada época e em regiões específicas. Por isso que há diversidade de condutas e comportamentos de sociedades, de grupamentos sociais, de núcleos familiares e de pessoas.

O Professor Hiroshi Saito, da Escola de Sociologia de São Paulo, deixou um legado precioso de ensinamentos sobre sociologia e sobre o comportamento do imigrante japonês. Em um estudo comparativo feito entre os estudantes nikkeis radicados nos Estados Unidos e os radicados no Brasil, em cotejo com estudantes de etnia europeia, nascidos nos Estados Unidos e no Brasil e, ainda, com estudantes japoneses, radicados no Japão, todos eles da mesma faixa etária, observou uma percepção comum aos japoneses e aos nikkeis, que era, contudo, diversa da dos demais estudantes, sendo que a percepção destes também era comum entre eles.

O estudo comparativo versava sobre a interpretação que os estudantes dos diferentes países deveriam dar ao visualizar o mesmo cenário a eles apresentado: “uma moça, de uns 20 anos de idade, de feições orientais, saía de sua casa, localizada em ambiente rural e caminhava por uma trilha de terra que cortava uma plantação de morangos, onde se achava um casal de idosos agachados colhendo morangos, levando consigo uma mala e estava a moça com o rosto voltado para a casa e para o casal”. O quadro assim apresentado deveria ser interpretado pelos estudantes. Os estudantes japoneses e os estudantes nikkeis, norte-americanos e brasileiros, deram uma idêntica interpretação: “a moça estava deixando seu lar em busca da cidade para estudar e assim, ao se formar, poder dar melhores condições de vida a seus pais”. Já os estudantes norte-americanos e brasileiros, de etnia europeia, também deram interpretação idêntica: “a moça, não desejando mais viver no ambiente rural, estava saindo de sua casa, para a qual não gostaria de ter de voltar e estava indo para a cidade”.

Ao mencionar as conclusões deste estudo comparativo, o Professor Saito concluía que o grupo de origem japonesa mantinha o mesmo posicionamento cultural, apesar de estar radicado em países diversos, os nikkeis norte-americanos, pelo fato de a imigração japonesa para os Estados Unidos ter-se iniciado anteriormente à brasileira, apresentou a mesma percepção cultural dos estudantes japoneses.

Esta herança cultural atávica acha-se entranhada no psiquismo coletivo da comunidade nikkei e haverá de persistir por várias gerações.

A título de ilustração para demonstrar a força da herança cultural sobre um povo, serve-se do exemplo do instituto do reconhecimento de firma, tão conhecido e frequente no cotidiano dos brasileiros.

A exigência do reconhecimento de firma teria surgido na época do Brasil-Colônia, à época da extração do ouro nas Minas Gerais. Consta que, ao final da jornada diária, um feitor, agente da Coroa Real Portuguesa, conferia a produção e passava um atestado oficial. Sua assinatura, entretanto, para que produzisse efeitos, deveria ser reconhecida por um outro agente, o oficial-notário. A produção, assim atestada e reconhecida a firma do atestante, passava a integrar a produção regional, a qual, por sua vez, deveria ser atestada por um outro agente, de graduação mais elevada que o primeiro e, esse atestado, também, deveria ter sua firma reconhecida por um outro oficial-notário. E assim as operações se sucediam até que a produção final fosse encaminhada para Portugal.

Esta prática veio de ser combatida, com veemência, durante o período do regime militar, e nos idos de 1970 criou-se, inclusive, o Ministério da Desburocratização, cujo titular foi o Professor Hélio Beltrão. E entre as metas do assim criado Ministério, como uma de suas bandeiras, estava a abolição da exigência do reconhecimento de firma.

Alguns anos depois, o Ministério da Desburocratização foi extinto e o instituto do reconhecimento de firma continua tão firme quanto o Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro, ou o Monte Fuji, no Japão...

Assim, agora que passados 100 anos da presença japonesa no Brasil e que teve início com a chegada do Kasato Maru, no porto de Santos, em 1908, trazendo os primeiros imigrantes japoneses, pode-se, sem qualquer sombra de dúvida, dizer que os descendentes dos imigrantes japoneses nascidos no Brasil são de fato e de direito brasileiros, manifestando o sentimento de brasilidade em todos os momentos e ocasiões, embora ainda sob a influência cultural atávica de seus ascendentes.

Um exemplo significativo e que ilustra este sentimento de brasilidade do descendente de imigrantes japoneses ocorreu, recentemente, por ocasião da Copa do Mundo de 2006, quando se defrontaram, na Alemanha, as seleções de futebol do Brasil e do Japão.

Nas rodas de amigos, nos clubes, nas escolas, era comum indagar-se se o nikkei iria torcer pelo Japão ou pelo Brasil, sendo brasileiro, porém descendente de japoneses.

Embora o Brasil já ostentasse o título consagrador de pentacampeão e o Japão, com um time comandado por Zico, ex-jogador brasileiro e campeão mundial de clubes, apresentasse uma sensível evolução no padrão futebolístico, nem mesmo a hipótese de vir a equipe japonesa vencer a brasileira constituía-se em motivo de vibração, pois, acima de tudo, pulsava o sentimento inato de brasilidade do nikkei brasileiro. Esta situação de aparente confronto foi superada pelo vivo sentimento de nacionalidade. Aliás, a nacionalidade é um dos valores mais caros da individualidade das pessoas. Pode-se constatar isto principalmente quando se viaja para o exterior e vê-se com emoção uma bandeira brasileira, ou mesmo ao ouvir a execução da bossa-nova, ou, ainda, ao se encontrar com outros brasileiros.

Há que se fazer um registro a respeito do sentimento de brasilidade, especialmente em tempos de guerra: o saudoso advogado Dr. Kioshi Sakai, ao tempo em que cursava a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 1944, ao chamamento da Pátria, não hesitou em, voluntariamente, alistar-se às tropas da Força Expedicionária Brasileira, tendo participado de batalhas nos campos da Itália. Aquele jovem nissei, dizia-nos, assim agira porque compreendia que se os valores mais profundos da cidadania brasileira, entre os quais a liberdade, achavam-se em risco pelas forças inimigas, e entre estas se alinhava o Japão, não hesitou em, até mesmo, oferecer em holocausto sua vida, na defesa da brasilidade. Seu nome

está estampado em placa de bronze, no saguão de entrada da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como tributo de reconhecimento ao sentimento pátrio.

Outros exemplos poderiam ser alinhavados, porém, sem que se refira aos extremos de participar-se em conflitos armados, há que se mencionar a presença nikkei nos mais diversos segmentos de atividades humanas, no trabalho diuturno e cotidiano que, também, não deixa de ser o bom combate a que alude a Bíblia.

Neste sentido, veja-se a presença marcante da cultura nipônica, da qual os nikkeis são legatários e, por isso, por serem depositários de sua rica expressão, difundem-na, permanentemente, na agricultura, especialmente, na produção de hortifrutigranjeiros. A participação e a presença dos imigrantes japoneses no amaino e na lavra da terra contribuiu grandemente para a diversificação da alimentação brasileira pela introdução de mais hortaliças e legumes no cardápio alimentar.

Se anteriormente a culinária japonesa era vista como exótica e de difícil aceitação devido à presença de peixe cru na sua elaboração, na atualidade, sua aceitação é alvo de disputa por expressiva camada da população brasileira. Sushis e sashimis são presença obrigatória, até mesmo, em churrascarias e self-services. Consta-se que, em São Paulo, há mais restaurantes que servem sushis do que churrascarias.

A difusão das artes marciais – judô, karatê, aikidô, kendô – é perceptível no seio da coletividade brasileira.

A assim chamada medicina alternativa, representada pela acupuntura, shiatsu, do-in, imposição de mãos, moxabustão, ao lado da prática de meditação, vem sendo utilizada no Brasil.

E se se pode falar em dupla mão de direção da assimilação cultural, os descendentes dos imigrantes japoneses, no Brasil, amam o futebol, a roda de samba, a feijoada, a caipirinha e, inclusive, a caipirinha de saquê, além do salutar bate-papo.

Há, pode-se dizer sem risco de engano, uma perfeita assimilação dos valores culturais do Japão e do Brasil na vivência dos descendentes dos imigrantes japoneses que vieram para o Brasil.

Este duplo enfoque cultural de que é dotado o brasileiro, descendente de imigrantes japoneses, representa privilegiado fator de observação, com amplos benefícios para seu detentor, pois, a um só tempo, compreende e analisa a realidade cotidiana sob a ótica oriental e ocidental.

14.6 Visão do porvir

As gerações que se seguiram à dos imigrantes japoneses são conhecidas como nissei (segunda geração, os filhos dos imigrantes); sansei (terceira geração, a dos netos dos imigrantes); yonsei (quarta geração, a dos bisnetos dos imigrantes) e, jocosamente, se diz que as demais gerações são denominadas de “não sei”...

Já mesmo entre a geração issei (assim considerada a dos imigrantes) houve miscigenação racial, com casamentos interétnicos, resultando no nascimento de mestiços. E, nas subseqüentes gerações, a miscigenação decorreu da natural integração social.

Conquanto fisionomicamente possam alguns descendentes dos imigrantes, notadamente os mestiços, em razão da miscigenação racial, não conservar traços orientais, nem por isso se há de conceber que se distanciaram da cultura oriental, pois a força da herança cultural atávica se faz presente, ainda que de forma imperceptível no cotidiano.

O advento da instantaneidade da comunicação, resultante dos avanços da informática e da tecnologia, faz com que a humanidade vivencie um mundo sem fronteiras culturais, e esse fator, também, acrescenta em proveito da compreensão e da integração cultural.

Na atualidade, há uma interação entre as culturas do Ocidente e as do Oriente, com amplos benefícios para todos.

Constata-se a ocidentalização de países asiáticos e observa-se a adoção de padrões orientais nas sociedades ocidentais, como, a difusão da gastronomia japonesa, da medicina oriental, das religiões centradas no budismo, no xintoísmo, no taoísmo e no hinduísmo.

Essa interação, contudo, longe de eliminar as características próprias de cada cultura, mais se tornam enriquecidas, com a adoção de outros *insights* e outros padrões de comportamento, a ponto de o vaticínio de McLuhan, formulado nos idos de 1970, de considerar-se o mundo como uma aldeia global, ter-se concretizado.

Não haverá, por um bom período, qualquer afastamento do atavismo cultural nipônico, relativamente aos que descendem de japoneses.

O que, por certo, ocorrerá, mesmo porque já está ocorrendo, é esta interação e integração das culturas do Ocidente e do Oriente, de tal sorte que a mensagem contida no anúncio publicitário “eu sou você, você sou eu” soe como uma mensagem perene de convite à conquista da felicidade pessoal, a qual se obtém com o discernimento de que não poderá haver felicidade pessoal sem que se respeite a felicidade pessoal do nosso semelhante.

O porvir da comunidade nikkei desponta, assim, fulgurante como o amanhecer de um novo dia.

Entrevistas com personalidades diversas

15

15. Entrevistas com personalidades diversas

Kiyoshi Harada/ Kyoko Nakagawa

Procedemos à reformulação das entrevistas contidas nas edições anteriores que estavam focadas em temas relacionados com os festejos comemorativos da imigração japonesa no Brasil.

Dessa forma, houve substituição das personalidades entrevistadas por outras não menos ilustres que as anteriores, procedendo-se à abordagem de temas mais abrangentes, porém, dentro das temáticas veiculadas nesta obra coletiva.

As entrevistas foram conduzidas pelo coordenador do livro, Kiyoshi Harada, com exceção daquela concedida pela ex-dekassegui Tereza Tiyoko Yoshida, que ficou a cargo da profunda conhecedora do tema abordado, a Dr^a Kyoko Nakagawa, coautora desta obra coletiva.



15.1 Entrevista com Kihatiro Kita, eleito Presidente do Bunkyo em 2009

Kiyoshi Harada: Costumava-se dizer que o Bunkyo é a entidade central da comunidade nipo-brasileira. Até que ponto o Bunkyo vem exercendo a liderança na comunidade nikkei? Qual sua previsão quanto ao futuro dessa entidade?

Kihatiro Kita: Inicialmente eu gostaria de esclarecer que não insistimos nesse posicionamento categórico do Bunkyo como uma entidade central da comunidade nipo-brasileira. Temos nos esforçado, nestes anos, para atuar como uma entidade representativa da comunidade nipo-brasileira, ou seja, para atender às necessidades dela, mas sem um critério impositivo de regras e caminhos a serem obedecidos. Nos últimos anos temos procurado fortalecer a atuação conjunta com as entidades parceiras, incluindo-se as consideradas maiores: Beneficência Nipo-Brasileira de São Paulo (Enkyo), Aliança Cultural Brasil-Japão, Federação das Associações de Províncias do Japão no Brasil (Kenren) e Câmara de Comércio e Indústria Japonesa do Brasil. Junto com essas entidades tomamos a iniciativa de proposição e organização de diferentes eventos de abrangência comum à comunidade nipo-brasileira. Podemos citar, como exemplo, a cerimônia de despedida do cônsul-geral do Japão em São Paulo, Kazuaki Obe, realizada no último dia 26 de junho de 2012.

Representantes das cinco entidades reúnem-se para planejar o evento e distribuir as funções/tarefas a cada uma delas. As demais parceiras também participam do evento e, em conjunto com as organizadoras, são convidadas a arcar com certas quantias para custear as despesas. Também, podemos tomar como exemplo a Campanha de Arrecadação às Vítimas do Terremoto no Japão, em 2011, coordenada pelas cinco entidades, que contou, não só com a adesão das entidades parceiras, como também de entidades de outras diferentes localidades do país, além da iniciativa individual. Periodicamente, os representantes dessas cinco entidades se reuniam para avaliar os rumos do movimento, tratar sobre as novas ações, bem como prestar contas à comunidade por meio dos veículos de comunicação. É importante destacar que, dentro desse conjunto, no dia a dia, cada uma das entidades tem independência para desenvolver a missão a que se propôs e isso, também, é válido para o caso do Bunkyo. Então, quanto à colocação do Bunkyo como “entidade central da comunidade nipo-brasileira”, há certo exagero, levando-se em conta a prática desse tipo de ação conjunta das entidades. No entanto, nesse processo, muitas vezes, o Bunkyo tem sido reconhecido por sua liderança na organização dos eventos, até em decorrência de suas instalações físicas.

Sinceramente, considero difícil fazer qualquer previsão sobre o futuro dessa liderança exercida pelo Bunkyo. Sem dúvida, a natureza de cada entidade tem sofrido mudanças céleres, como no mundo todo. Não podemos prever até quando vão subsistir as entidades que temos hoje, e nesse contexto podemos incluir, também, o Bunkyo. Até este momento, o que posso dizer é que o Bunkyo tem se esforçado para cumprir seu papel e a missão a que se propôs. Também, temos nos esforçado para fortalecer nosso relacionamento com as entidades das cidades do interior e de outros estados brasileiros buscando revitalizar a comunidade de descendentes e a difusão da cultura japonesa.

Kiyoshi Harada: Nesse sentido, como tem sido a atuação do Bunkyo em relação às diferentes entidades específicas relacionadas com os nipo-brasileiros e com o intercâmbio Brasil-Japão?

Kihatiro Kita: Considerando esse aspecto, é possível ter uma ideia aproximada da amplitude do universo de atuação do Bunkyo. Já comentei sobre nosso relacionamento com as entidades para a promoção de determinados eventos. Atualmente, além das chamadas entidades de grande porte, são mais de 30 entidades parceiras, que atuam em diferentes setores, tais como assistência social, cerimônia de chá, ikebana, terceira idade, esportes, orientação aos dekasseguis, ex-bolsistas do Japão e ensino da língua japonesa. Além disso, destacam-se as diversas federações de entidades de diferentes localidades, entre elas, a das escolas budistas. Não será exagero dizer que, além da parceria na realização dos eventos, seria necessário um intercâmbio mais efetivo com essas organizações, que pode resultar no fortalecimento de ambas as partes. Nesse sentido, citamos, por exemplo, entidades como a Associação Brasileira dos Ex-Bolsistas (do Governo Japonês), Associação dos Bolsistas da JICA, Associação *Overseas Technical Scholarship* (AOTS), o Instituto de Direito Comparado Brasil-Japão, a JCI - Câmara Júnior Brasil-Japão, entre outros.

Kiyoshi Harada: Na sua opinião, a transição que o Bunkyo vem experimentando, ou seja, a passagem de cargos diretivos dos isseis para os nisseis ou sanseis é positiva? Ela deve prosseguir ou deve motivar a participação maior dos isseis? A disputa eleitoral que ultimamente ganhou dimensão na mídia é salutar, ou é preferível o retorno ao sistema antigo em que as pessoas aceitavam os cargos por pressão dos associados?

Kihatiro Kita: Esta pergunta toca num ponto bastante complexo na vida da comunidade nipo-brasileira, bem como na existência das entidades nikkeis. Seguramente este questionamento rondou a cabeça das lideranças e, certamente, a busca dessas respostas desaguou em diferentes vertentes. Vivemos, como a maioria das entidades, uma fase de transição, não só, no quadro diretivo, como também na composição associativa. Esse é um fenômeno natural, um fato normal decorrente do tempo e é sempre um grande desafio para quem ocupa postos de liderança. Embora tenhamos a tendência de identificar as diferenças de pensamento e de comportamento como se fossem um bloco coeso por gerações (issei, nissei etc.), o fato é que, na prática, não é isso que ocorre. Mesmo nesse bloco é possível identificar as diversidades de pensamento que, acredito, seja uma coisa inerente ao ser humano que na condição de ser racional tem a obrigação de buscar meios de convivência pacífica e produtiva em meio a tantas variedades. Nas entidades em geral, os postos diretivos estão ocupados por descendentes nisseis, sanseis e em muitas localidades, por yonseis (quarta geração). Quanto aos isseis são cada vez mais reduzidos aqueles que emigraram antes da Segunda Guerra, prevalecendo os chegados no período pós-guerra. Esse preâmbulo nos proporciona um retrato, ainda que superficial, das referências culturais e comportamentais dessas gerações e até nos ajuda a entender a natureza das críticas.

Como disse anteriormente, o Bunkyo está passando por uma fase importante de transição e um dos esforços da diretoria é atualizar o funcionamento da entidade às normas legais vigentes no país, sanar grandes problemas fiscais, jurídicos e administrativos que perduram por décadas, promover a revitalização de nossas unidades administrativas, sem esquecer os propósitos de nossa missão, que é o farol da nossa existência. Portanto, os propósitos de nossa atuação são amplos e, digo, sem medo de exagero, os desafios e os trabalhos parecem não ter fim. Em outras palavras, há tarefas para todos, independentemente da geração. Junto com a necessidade de manter nossas atividades cotidianas, diferentes comissões atuam firmemente para solucionar alguns dos problemas que já vêm de longa data. Avalio que estamos conseguindo transformar e atingir os objetivos traçados para o Bunkyo, felizmente.

Gostaria que os isseis que ora estão na ativa juntassem seus esforços com as outras gerações e que todos colocassem a prevalência e fortalecimento das entidades acima de seus interesses pessoais e “geracionais”. Este é um momento em que precisamos da cooperação de todos e a união não pode

ser abalada por “picuinhas”. Todas as gerações precisam estar cada vez mais comprometidas com o futuro de nossa comunidade, de nossas entidades e de nossa sociedade. Muitas entidades contam com a participação efetiva de descendentes, mestiços e dos não descendentes de japoneses. Considero essa participação extremamente positiva, desde que esteja identificada com os objetivos e a missão proposta pela entidade. Vivemos num tempo de reunir pessoas, descendentes ou não de japoneses, efetivamente comprometidas com a melhoria da entidade, com a qualidade dos serviços e com a difusão e preservação da cultura japonesa.

Por último, o senhor se refere à disputa eleitoral no Bunkyo que nos últimos pleitos tem sido bastante acirrada. Certamente, para os envolvidos sempre é um momento de muita tensão, mas considero esse processo uma disputa democrática abrindo oportunidade a todos os interessados. Ao mesmo tempo é salutar que haja a legitimidade da eleição para se ocupar os cargos na diretoria.

Kiyoshi Harada: Quanto ao projeto Kokushikan não seria oportuna a assinatura de um convênio com as entidades locais para a execução de alguns dos melhoramentos previstos?

Kihatiro Kita: Não acredito que um convênio seja a saída ideal para garantir as melhores condições ao Centro Esportivo Kokushikan Daigaku. A doação da Universidade Kokushikan (antiga proprietária) ao Bunkyo visou à comunidade nipo-brasileira como um todo. Portanto, entendo que esta é uma propriedade que não deve ser destinada para determinada entidade, para determinado grupo, ou pessoas. Devemos atuar para garantir que toda a comunidade tenha o direito de usufruir desse bem. Atualmente, nosso projeto refere-se à implantação de um Centro de Cultura Nipo-Brasileira visando garantir a verdadeira vocação dessa instalação. Ou seja, primeiramente, como um local de preservação do meio ambiente, afinal, devemos considerar que dos 581.758m² da área total, 194.016m² estão ocupados por mata nativa, que inclui três nascentes de água. Ao mesmo tempo, poderá ser um espaço para possibilitar a ampla difusão da cultura japonesa e ressaltar o intercâmbio Brasil-Japão.

Considero esse projeto uma proposta voltada para toda a sociedade e que o grande desafio, neste momento, é conseguir a união, o entendimento entre todos os interessados para que rapidamente possamos tirá-lo do papel. Trata-se de proposta, conforme foi apresentada, de grande envergadura e por isso, toda a ajuda das pessoas comprometidas com o futuro será sempre bem-vinda.

Kiyoshi Harada: Já houve tentativa de desvencilhar o Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil do Bunkyo, transformando-o em uma fundação com vistas à obtenção de mais recursos financeiros. O que o senhor acha dessa ideia?

Kihatiro Kita: Sobre essa questão recorro de uma reunião ocorrida por volta do mês de outubro de 2008, com a presença de representantes de vários setores da comunidade, quando atuei como um dos representantes do Bunkyo, já que ocupava o cargo de vice-presidente. Na ocasião, externei minha opinião contrária à transformação do Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil numa fundação. Levo em conta que esse Museu foi criado em 1978 e, ao longo dos anos, os integrantes de sua diretoria, bem como a responsabilidade por sua manutenção sempre estiveram ligados ao Bunkyo. Inclusive, a captação de recursos sempre foi feita por meio da diretoria. Nessa reunião, como representante do Bunkyo e membro integrante de sua diretoria, era obrigação minha defender o patrimônio da entidade a qual representava e, portanto, não tive dúvidas em dar meu voto contrário. O Museu não é alguma coisa que se descarta, simplesmente, como um mero objeto. O Museu é a alma, a vitrine, o cartão visita do Bunkyo. Não seria exagero dizer que as autoridades do exterior, em visita a São Paulo, fazem questão de reservar

um tempo para visitar nossa entidade, não para conhecer o presidente do Bunkyo, mas para conhecer o Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil e prestar reverência aos pioneiros. Com a transformação do Museu em uma fundação, é como se estivéssemos perdendo um dos nossos braços, tal como ocorreria com a desvinculação do Pavilhão Japonês, no Parque do Ibirapuera, e do Centro Esportivo Kokushikan Daigaku, em São Roque.

Procura-se justificar que essa mudança visaria criar facilidades para obtenção de mais recursos financeiros. Concordo que um dos problemas cruciais do Museu refere-se à questão financeira. Mas a minha pergunta é: a única solução para esse problema seria sua transformação em fundação? Acredito que existem muitas outras formas de encaminhar e resolver essa questão.

Kiyoshi Harada: Presidente Kita, gostaria que o senhor falasse um pouco sobre a questão das verbas, dos recursos financeiros para a manutenção da entidade de uma maneira geral. Acho que esse é um motivo de preocupação a todos os dirigentes das entidades, sem exceção. Nesse aspecto, como o Bunkyo tem encarado esse desafio?

Kihatiro Kita: Realmente, esse é um ponto de constante preocupação para todos nós. Não é somente o desafio de organizar as atividades inerentes à missão da entidade, como também, e, principalmente, garantir os recursos, por exemplo, para manter os tributos em dia que nos preocupa. Se formos estabelecer um paralelo histórico podemos dizer que, antigamente, eram os próprios associados que se responsabilizavam unicamente pela manutenção da entidade. Quando os recursos eram escassos, havia a alternativa de recorrer à generosidade dos mais abonados. Nos tempos atuais, esse tipo de recurso tem ficado cada vez mais raro e a alternativa tem sido a busca por empresas patrocinadoras, que vêm diminuindo o apoio financeiro nos últimos tempos. Quanto às empresas, elas têm exigido cada vez mais uma contrapartida para os valores que estão sendo destinados à entidade. Clamar para o espírito desinteressado dos mecenas não sensibiliza mais como antes. Hoje, a empresa está preocupada em saber “o que irá ganhar com isso”, estabelecendo um relacionamento de efetiva troca de interesses entre as partes. Estamos nos referindo, entre outras coisas, à modalidade de contribuição encaminhada pelas empresas por meio das leis de incentivo federal, estadual e municipal. Outra modalidade se refere à emenda parlamentar, cujos valores são encaminhados pelos políticos a determinado órgão governamental e, este, destina essa verba para o evento indicado. Assim, para garantir essas verbas, as entidades são obrigadas a preencher uma série de condições e apresentar documentos comprobatórios dos requisitos exigidos, decorrentes de uma rígida correição em termos legais, contábeis e de produção do evento.

Essas novas condições, decorrentes da realidade atual, exigem a organização de uma entidade em outros patamares, diferentes daqueles tempos pioneiros de uma entidade que congregava pessoas simplesmente preocupadas em promover eventos culturais, sociais e esportivos. Gestão profissionalizada é uma das exigências da realidade atual. Nesse contexto, quando ressaltamos a preocupação da atual diretoria em modernizar o funcionamento do Bunkyo, também temos essas novas condições como referência.

Kiyoshi Harada: Pois bem, presidente Kita, esse assunto nos remete para outro de suma importância: a profissionalização nas entidades nipo-brasileiras. Essa nova realidade implica prescindir da ação daqueles que consideramos o nosso tesouro maior, ou seja, a colaboração dos voluntários? Sei, por exemplo, que as atividades do Bunkyo são implementadas por cerca de 350 voluntários, envolvendo desde os membros da diretoria até os membros das comissões.

Kihatiro Kita: É extremamente importante ressaltar que os voluntários são essenciais para a sobrevivência de nossas entidades. São eles, profissionais da área administrativa, como também da área cultural e social que dedicam parte de seu tempo livre para a manutenção de nossa entidade, com sua experiência e boa vontade.

Realmente, não é mais possível fugir das exigências crescentes para a adequação das entidades às atuais normas de funcionamento, sob a pena de enfrentar cada vez mais dificuldades para sua manutenção e/ou sobrevivência. Acredito que essas duas necessidades: voluntariado e profissionalização, não são excludentes, muito pelo contrário, são complementares e a entidade “ganha” muito se conseguir conciliar essas duas forças.



15.2 Entrevista com Akeo Uehara Yogui, ex-Presidente do Kenren

Kiyoshi Harada: O que é Kenren e quais os seus objetivos principais?

Akeo Yogui: Kenren é a maneira mais fácil para designar a Federação das Associações de Províncias Japonesas no Brasil, constituída por 47 Associações de Províncias (Kenjinkais) existentes no Brasil. Foi fundada em 1966 por recomendação do então Presidente do Nihon Kaigai Ijuukazokukai Rengokai – Kazokukai (Federação Japonesa das Famílias Emigrantes Ultramarinos) do Japão, Tatsuo Tanaka, com incentivo do Consulado-Geral do Japão em São Paulo, que sentiram a necessidade de ter no Brasil uma entidade similar ao Kazokukai, que pudesse manter um relacionamento estreito com o Japão. O objetivo era orientar e apoiar para obtenção dos direitos que os imigrantes possuíam no Japão, ajudar a restabelecer os contatos familiares perdidos durante a guerra, localizar pessoas e incentivar a ida de jovens como bolsistas ou estagiários nas respectivas Províncias de origem dos seus ascendentes. O Kenren construiu e é responsável pela manutenção do Memorial dos Imigrantes Falecidos, localizado no Parque do Ibirapuera em São Paulo e o Monumento do Desembarque de Imigrantes Japoneses na Cidade de Santos. O Memorial é um local de visita quase que obrigatória para todas as autoridades japonesas que aqui chegam para reverenciar a memória dos pioneiros imigrantes que faleceram no Brasil. Em 2008, durante a Comemoração do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, além de receber todas as delegações representativas do Governo Federal, de Províncias e Municípios, tive o privilégio de recepcionar o Príncipe Naruhito, herdeiro do trono japonês, em visita ao Memorial.

Kiyoshi Harada: Como nasceu o hoje tradicional Festival do Japão?

Akeo Yogui: O Festival do Japão teve seu início em 1998, em comemoração aos 90 anos da Imigração Japonesa no Brasil e foi realizado no Parque do Ibirapuera, três anos depois, em 2002, o evento passou a ser realizado no estacionamento da Assembleia Legislativa e, desde 2005, acontece no Centro de Exposição Imigrantes. O Festival tem como objetivo divulgar a cultura japonesa, as diferenças e peculiaridades de cada Província na arte, gastronomia, costumes, tradições e beleza de cada região para as novas gerações de descendentes, bem como para todos que gostam da cultura japonesa. Passados 15 anos, desde a sua primeira edição, o Kenren mantém os mesmos princípios, sempre com a participação e colaboração de todas as 47 Associações de Províncias (Kenjinkais) e com o apoio dos governos, municipal, estadual, federal e do Consulado-Geral do Japão em São Paulo. Vale ressaltar a participação de muitos jovens como voluntários, que se dedicam na organização e execução do evento, sempre com muito entusiasmo e alegria. A gastronomia é de responsabilidade dos Kenjinkais que procuram oferecer culinárias típicas de cada Província, preparadas por voluntários que trabalham muito nos três dias do evento.

Kiyoshi Harada: Vejo que a cada ano vem aumentando o número de visitantes do Festival do Japão, que vem congestionando o local de sua realização no Centro de Exposição Imigrantes. A entidade tem algum plano para buscar novo local para acomodar o número crescente de participantes, ou pretende conter a demanda?

Akeo Yogui: O Festival, graças aos esforços de todos, vem crescendo a cada ano, com enorme reper-

cussão na mídia e reconhecimento como o maior Festival da Cultura Japonesa fora do Japão. A enorme afluência do público é o fruto do trabalho dos organizadores, que procuram sempre trazer novidades, atentos às mudanças e evoluções, mesclando a cultura tradicional com a moderna como Mangá, Animé, Cosplay, Tokio Fashion etc. O crescimento é motivo de muita alegria, por outro lado cresce também a responsabilidade em proporcionar conforto e bem-estar aos visitantes principalmente no acesso ao local. A procura por um espaço maior e melhor é constante, mas infelizmente, a cidade não dispõe de outro local que possa atender a necessidade do Kenren. A recomendação é utilizar o Metrô evitando-se o congestionamento e a falta de espaço para estacionamento.

Kiyoshi Harada: Quais as perspectivas dos Kenjinkais e do Kenren em face da natural dispersão da comunidade nikkei, em parte, decorrente da crescente miscigenação?

Akeo Yogui: Não é raro ser questionado quanto ao futuro dos Kenjinkais e do Kenren. Todos nós sabemos das dificuldades em manter as associações nikkeis pelo gradativo esvaziamento, e os Kenjinkais não são diferentes. Após cem anos, desde a chegada dos primeiros imigrantes, é natural que ocorra a miscigenação. Assim fica muito difícil identificar a que Kenjinkai as novas gerações (sanseis, yonseis e gosseis) pertencem, pois seus ascendentes são oriundos de diversas Províncias. Quando os Kenjinkais foram fundados, o seu quadro de associados era constituído apenas pelos imigrantes e descendentes das respectivas Províncias com o objetivo de divulgar a cultura e o costume, preservar a memória dos imigrantes e exercer na prática o papel de Consulado da Província no Brasil. Hoje, em todos os Kenjinkais são aceitas como associadas pessoas que gostam da cultura e tem afinidades com as propostas da entidade, independentemente da sua origem. A dificuldade para manter a Associação é cada vez maior e a sua continuidade dependerá muito da vontade dos seus dirigentes e dos seus associados e o Kenren deverá estar atento para ajudar e não deixar que este importante canal de ligação com a Província-mãe acabe. A aquisição da sede própria em 2010, com amplas instalações, foi exatamente com esta finalidade de ajudar, acolhendo os Kenjinkais que se encontrem em dificuldades.



15.3 Entrevista com o General de Exército Adhemar da Costa Machado Filho, Comandante do Sudeste

Kiyoshi Harada: Conte-me um pouco da vida na caserna

Gal. Adhemar da Costa Machado Filho: Iniciei minha vida militar no ano de 1970, quando ingressei na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), na Cidade de Resende - RJ, onde frequentei, por quatro anos, o Curso de Formação de Oficiais. É uma experiência

ímpar para um jovem, pois na AMAN os valores morais e a disciplina, aliados a um intenso ensino universitário e profissional, são passados aos cadetes, para uma perfeita consolidação do caráter do futuro chefe militar. Ao longo da carreira, o militar conhece os mais diversos rincões brasileiros, convivendo com os costumes e com as peculiaridades locais, possibilitando entendimento melhor de nosso país e da sociedade brasileira. É uma vida árdua, mas muito gratificante.

Kiyoshi Harada: As Forças Armadas, instituições nacionais e permanentes, estão adequadamente preparadas, material e pessoalmente, para a defesa da soberania e da integridade nacionais?

Gal. Adhemar da Costa Machado Filho: A soberania nacional é a primeira condição para que um Estado possa existir. Para o Brasil exercer a sua soberania, perante o concerto das nações, é indiscutível que conte com as suas Forças Armadas como instrumento de poder e de dissuasão. A integridade nacional é reforçada pela capilaridade da presença das Forças Armadas em todo o Território Nacional, em especial a do Exército Brasileiro.

Kiyoshi Harada: Qual o papel do Comando Militar do Sudeste?

Gal. Adhemar da Costa Machado Filho: O Comando Militar do Sudeste (CMSE) é o comando estratégico do Exército Brasileiro, abrangendo em sua área física, somente o Estado de São Paulo. O CMSE possui em sua constituição duas brigadas de infantaria leve, forças capazes de atuar, com presteza, em qualquer parte do Território Nacional. Conta, também, com um comando de aviação, importante e moderno vetor da Força Terrestre, que possibilita rápidos e eficazes deslocamentos de tropa e de material e, ainda, com uma brigada de artilharia antiaérea, integrante do sistema de defesa aeroespacial brasileiro. As necessidades logísticas são supridas por um grande comando logístico, importante segmento que apoia, não só o CMSE, mas grande parte do Exército, nas atividades de saúde, alimentação, fardamento, armamento e munição, viaturas, dentre outras.

Kiyoshi Harada: Qual a sua opinião sobre o emprego das Forças Armadas no campo da segurança pública, encargo fundamental das polícias civis e militares dos estados membros?

Gal. Adhemar da Costa Machado Filho: O emprego eventual das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem (GLO) está previsto na Constituição Federal, quando o Poder Estadual tiver os seus instrumentos de segurança esgotados ou por solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Judiciário.

Kiyoshi Harada: O que o senhor acha da participação dos nikkeis nas Forças Armadas, particularmente no Exército Brasileiro?

Gal. Adhemar da Costa Machado Filho: Importantíssima. O Exército Brasileiro não tem distinções de raça ou de credo. É uma Instituição que expressa, em sua plenitude, o conceito de democracia, onde seus integrantes são valorizados pelos méritos próprios. Os nossos descendentes nipônicos contribuem de forma destacada na constituição da Força Terrestre, pois se apresentam como militares competentes e brasileiros fervorosos. Trazem valorosos traços culturais, herdados de seus antecedentes.



15.4 Entrevista com Vereador Aurélio Nomura

Kiyoshi Harada: Sabe-se que alguns países denominados ricos alcançaram uma situação econômica invejável à custa da degradação do meio ambiente. O senhor entende que o Brasil deve seguir, de forma inflexível, o princípio do desenvolvimento sustentável, considerando o contínuo aumento demográfico a exigir maior crescimento econômico para garantir o conforto das gerações futuras?

Vereador Aurélio Nomura: Sem dúvida. Não é mais possível admitir que o progresso, não só no Brasil, mas em qualquer nação do planeta, tenha como preço a degradação do meio ambiente, ou esgotamento e mau uso dos recursos naturais. Nosso País precisa encontrar um caminho viável para sair da incômoda posição de quarto maior lançador de poluentes no ar, atrás da China, Estados Unidos e União Europeia, com 2.192,60 milhões de toneladas de CO₂. O grande vilão dessa situação são as queimadas. Para se ter uma ideia, o número de focos de incêndio no Brasil dobrou em 2012, e entre os principais motivos estão as queimadas criminosas para aumento desordenado da área agricultável.

Até setembro de 2012, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) havia registrado mais de 101,6 mil focos de incêndio no País. O bloqueio atmosférico causado pelos gases explica as temperaturas de até 7 graus Celsius acima da média desta época do ano em cidades do Sudeste e Centro-Oeste do Brasil.

Além disso, o desmatamento na Amazônia no período de agosto de 2011 a fevereiro de 2012, de acordo com dados do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), totalizou 1.528 quilômetros quadrados, um número ainda alto, mas melhor que o período anterior (agosto de 2010 a fevereiro de 2011), quando a degradação na região somou 3.814 quilômetros quadrados (redução, portanto de 60%). Para se ter uma ideia do mal causado à atmosfera, as emissões de CO₂ equivalentes comprometidas com o desmatamento totalizaram 47 milhões de toneladas.

Há no Congresso uma lei popular que propõe o desmatamento zero no Brasil, com a proibição da supressão de florestas nativas em todo o território nacional com exceção de imóveis rurais da agricultura familiar, fins científicos, de segurança nacional ou defesa civil.

Outra medida para melhorar a situação é exigir que todo o empreendimento no País adote o ISO 14001 Meio Ambiente. Essa norma internacionalmente reconhecida define o que deve ser feito para estabelecer um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) efetivo. A norma é desenvolvida com o objetivo de criar o equilíbrio entre a manutenção da rentabilidade e a redução do impacto ambiental, com o comprometimento de todos os tipos de organização, públicas ou privadas.

Um passo importante para minimizar o impacto da produção industrial ao meio ambiente foi dado com a aprovação da lei que institui a Política Nacional dos Resíduos Sólidos, o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotado pelo governo federal, isoladamente ou em cooperação com Estados e Municípios, com o objetivo de gerenciar adequadamente os resíduos sólidos. As ações, que devem ser implantadas num prazo de 20 anos, estabelecem, entre outros pontos, a destinação final ambientalmente adequada de resíduos (reutilização, reciclagem, compostagem, recuperação e o

aproveitamento energético) e a implantação da logística reversa, que visa à coleta e ao encaminhamento adequado pelo setor industrial que gerou os resíduos sólidos.

A Lei determina, ainda, que cada unidade da federação elabore seu plano de resíduos sólidos, que se torna condição para os Estados terem acesso aos recursos da União, ou por ela controlados.

Observamos, portanto, que temos vários mecanismos, que se bem aplicados e seguidos, poderão, de fato, contribuir para uma cidade mais sustentável. Nosso País tem uma enorme vocação para a Natureza e não podemos desperdiçar essa abençoada riqueza. Temos de ser reconhecidos no mundo inteiro como a primeira nação que conseguiu o equilíbrio entre preservação e desenvolvimento econômico – e temos plenas condições para isso.

Kiyoshi Harada: Os trabalhos de inspeção veicular da Controlar tiveram início com veículos mais novos ao custo inicial de R\$ 61,98, hoje reduzido para R\$ 44,36, o que nos levou a denunciar, na época, o desvio de finalidade resultando em pelo menos duas liminares concedidas pela Justiça contra a referida inspeção. Antes e depois da implantação do programa, a poluição do ar em São Paulo sempre superou em três vezes os limites tolerados pela OMS segundo as pesquisas do Laboratório de Poluição Atmosférica Experimental da USP. Ainda, segundo a Cetesb, em 2011 a qualidade do ar ficou inadequada por 97 dias, enquanto que em 2003, quando não havia o programa de inspeção veicular, a qualidade do ar ficou inadequada por 94 dias. É claro que, em parte, o crescimento da frota nesse período deve ter contribuído para o aumento da poluição do ar.

Dentro desse quadro, pergunta-se, vale à pena manter um programa que implica transferência de mais de R\$ 310 milhões (R\$ 44,36 X 7,3 milhões) ao ano? Em caso positivo, o que fazer para tornar visíveis os resultados da inspeção?

Vereador Aurélio Nomura: O setor de transporte é responsável por cerca de 20% das emissões de gases causadores do efeito estufa. A Cidade de São Paulo detém 9,1 % de toda a frota nacional, que soma 74,3 milhões veículos (incluindo motos). Entre 2001 e 2011, a frota da capital paulista cresceu 68,7%, ou seja, mais de 3,4 milhões de novos veículos passaram a rodar nas ruas da cidade, totalizando nos dias de hoje cerca de 7,3 milhões de veículos, parte deles, aproximadamente 1,7 milhão, com mais de 15 anos, sem qualquer equipamento de redução de poluição.

Apesar desse impressionante aumento de veículos em circulação, estudos registram que as emissões não cresceram proporcionalmente, devido à mudança dos modelos de motores, introdução de catalisadores e de combustíveis mais limpos, atendendo às determinações do Proconve (Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores), aprovado em 1986, e do Promot (Programa de Controle da Poluição do Ar por Motociclos e Veículos Similares).

O nível de monóxido de carbono, por exemplo, que era de 5,3 milhões de toneladas, em 1990, caiu para 1,3 milhão de toneladas em 2011, de acordo com os números do 1º Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas por Veículos Automotores Rodoviários, datado de janeiro de 2011. Antes do Proconve, os carros podiam emitir até 58 g/km. Com a regulamentação, esse limite foi reduzido para 0,5 g/km.

O inventário aponta que o transporte individual de passageiros emite 40 vezes mais poluente que o transporte público. Outro alerta do documento é o crescimento do número de motocicletas em circulação no

país: em 2008 eram cerca de 9 milhões e deve chegar a 20 milhões em 2020. As motos emitem três vezes mais monóxido de carbono que um carro de passeio.

Esses dados revelam a importância de mecanismos de controle de fontes de poluição, como é feito hoje por meio de inspeção veicular realizada em São Paulo. De acordo com dados da própria Controlar, em 2011, com a vistoria, as emissões de monóxido de carbono apenas pelos carros de passeio diminuíram 49%. Comparativamente, é como se 1,4 milhão de veículos deixassem de circular.

Estudo feito pelo médico Paulo Saldiva, especialista da USP em Poluição Atmosférica, citado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, afirma que a redução de emissão de poluentes evitou 584 mortes na região metropolitana. Ele estima que 20 pessoas por dia morram na Grande São Paulo por causa da poluição do ar, e afirma que a inspeção veicular compulsória contribuiu com a redução de 8% de vidas perdidas.

A inspeção veicular mostra-se como uma ferramenta para baixar os índices de contaminação do ar e terá resultados melhores a partir de 2014 quando o serviço se estenderá para todos os municípios brasileiros e para toda a frota nacional, independente do ano de fabricação.

Paralelamente, outras medidas precisam ser tomadas para reduzir a poluição atmosférica como, por exemplo, melhorar o transporte público (visando diminuir o uso de automóveis) e dotar toda frota de ônibus com motores que utilizam energia mais limpa, como o etanol e a elétrica. Precisamos seguir exemplos de países que tiveram sucesso, como a Suécia, que implantou em 2007 o Projeto BEST (Bio Ethanol Sustainable Transport, ou Etanol para o Transporte Sustentável).

Em Estocolmo, a capital sueca, o transporte público já é servido por 600 veículos movidos a etanol, a maior frota do mundo desse tipo de combustível. Curiosamente, grande parte da tecnologia e aprimoramento do ônibus a etanol sueco é fruto de trabalho realizado no Brasil. O ônibus “verde” caracteriza-se por emissões extremamente baixas de poluentes, em função do uso de um combustível renovável e de baixo carbono.

Kiyoshi Harada: O paulistano não mais se assusta quando a mídia divulga um congestionamento da ordem de 130km ou mais. Antes, um congestionamento de 5km já era um escândalo. No período de 10 anos a frota de veículos de São Paulo cresceu mais de 68% chegando aos atuais 7,3 milhões, superando a frota de Nova York, uma das maiores do mundo. Nesse ritmo de crescimento da frota é fácil antever o caos total no trânsito nos próximos anos, tornando inviável o automóvel como meio de transporte, apesar dos incentivos que o governo tem dado para aumentar sua produção.

O senhor tem alguma proposta de política pública para o setor de transporte na Cidade de São Paulo? É possível conciliar a expansão da indústria automobilística para gerar vultosos tributos e melhoria do trânsito nas metrópoles?

Vereador Aurélio Nomura: A questão do planejamento urbano é um dos grandes desafios de São Paulo para os próximos anos e é a base para uma vida com melhor qualidade e para uma cidade mais humana e mais sustentável. É urgente que São Paulo adote imediatamente um plano de mobilidade urbana para diminuir os caóticos congestionamentos e tornar o transporte público mais eficiente. Pesquisa realizada pelo Ibope constatou que metade dos paulistanos leva entre 1 a 2 horas nos deslocamentos para sua principal atividade (escola ou trabalho) e que 18% deles gastam entre 2 e 4 horas. Ou seja, quase dois milhões de pessoas que vivem na cidade passam, em média, cerca de um mês por ano presas nos congestionamentos da cidade.

A revisão do Plano Diretor Estratégico será a grande discussão da próxima legislatura, que vai estabelecer o que queremos e como queremos a cidade para as próximas décadas. O plano visa garantir melhorias à cidade e à população, estabelecendo a justiça social, a redução das desigualdades sociais e regionais, a inclusão social, o direito à terra, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, de modo a promover o planejamento da cidade, a melhor distribuição da população e das atividades econômicas do Município, bem como evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente.

Além disso, defendo a implantação das Prefeituras Distritais, em lugar das atuais Subprefeituras. Com isso as regiões ganhariam o perfil de cidades compactas dotadas de toda infraestrutura, e seriam administradas por um Conselho de Representantes da comunidade local, que conhecem os problemas da região e as soluções mais adequadas. Com mais autonomia administrativa, as regiões teriam maior vocação para o crescimento econômico, pois ganhariam estímulos para atrair investimentos de todos os setores (indústria, comércio e serviço) gerando, com isso, empregos locais, além de trazerem outros benefícios para a cidade como um todo, como diminuição do fluxo de pessoas e veículos ao centro da cidade e consequente redução dos congestionamentos.

Para a melhoria do transporte coletivo, é fundamental que a cidade implante novos corredores, adotando o sistema BRT (Bus Rapid Transit – ou ônibus de trânsito rápido). Esse modelo tem sido adotado por 23 países dos cinco continentes para melhorar a mobilidade urbana. Entre as vantagens estão embarques e desembarques rápidos, permitidos pelas plataformas elevadas, no mesmo nível dos veículos; pré-pagamento da tarifa; veículos de alta capacidade, modernos e com tecnologias mais limpas; transferência entre rotas sem incidência de custo; integração modal em estações e terminais e programação e controle rigorosos da operação.

O sistema BRT também tem diminuído drasticamente as emissões de CO₂. Um exemplo é o primeiro corredor do Metrobus (sistema BRT da Cidade do México). Com ele, 35 mil toneladas de CO₂ por ano deixaram de ser lançadas no ar, ao mesmo tempo em que melhorou a mobilidade de 77 milhões de passageiros, com a implementação de um modelo para servir pelo menos 45 mil passageiros por hora.

Para ajudar a reduzir os gigantescos congestionamentos na cidade, causados pelo grande fluxo de automóveis, propus o Projeto de Lei que institui o Programa Carona Solidária, que prevê o uso de faixas exclusivas no trânsito somente por veículos com mais de três pessoas, estimulando dessa forma o transporte solidário na Capital.

Por fim, a questão da mobilidade urbana teria um grande avanço com a implantação de um anel hidroviário em torno da Região Metropolitana de São Paulo. Formado pelos Rios Pinheiros e Tietê e pelas represas Billings e Taiaçupeba, totalizando 170 km de extensão, seria uma das soluções rápidas e viáveis para a Capital. A hidrovia retiraria das ruas 30% dos caminhões, com impacto altamente positivo na melhoria do trânsito e na qualidade do ar, além de muitos outros benefícios, como o fim das enchentes. O anel seria utilizado ainda para o transporte público de passageiros e para o transporte de cargas comerciais, entre elas de hortifrutigranjeiros.

Também seriam transportados pela hidrovia lixo e resíduos urbanos diversos (sedimentos e lodo retirados dos leitos dos rios e das Estações de Tratamento de Esgotos – as ETEs) e entulhos de construção, que seriam encaminhados para estações de reciclagem ou tratamento a serem instaladas em pontos estratégicos do anel hidroviário.



15.5 Entrevista com Deputado Federal Junji Abe

Kiyoshi Harada: Como é o dia a dia de um Deputado Federal que precisa, periodicamente, defender o seu mandato na urnas? Vale a pena o sacrifício? O Congresso Nacional vem recebendo ultimamente várias críticas da sociedade. As principais delas: o Congresso vem produzindo quantidade enorme de leis que não são de importância para o povo, ou quando importantes elas são redigidas de forma vaga e imprecisa, de forma a gerar conflitos que acabam no Judiciário; por outro lado, ele vem claudicando

na regulamentação de dispositivos constitucionais, dando azo ao ativismo do Judiciário; a mídia tem apontado o nosso Legislativo como aquele que mais onera os cofres do Estado em termos de custos para a manutenção de seus membros em comparação com os Parlamntos de outros países; costuma-se dizer, também, que as frequentes CPIs visam apenas efeitos midiáticos, pois sempre acabam em “pizza”; outrossim, o pretendido aumento da bancada paulista no Congresso Nacional pela alegada falta de proporcionalidade não faz muito sentido em termos de sua atuação qualitativa, concorrendo para onerar ainda mais o orçamento do Legislativo; finalmente, parte de seus membros acham-se envolvidos em esquemas de corrupção. O que o senhor pensa sobre esses assuntos e outros que o senhor quiser acrescentar?

Kiyoshi Harada: A participação do nikkei na política tem tido baixas e altas. Tivemos uma eleição em que não se elegeu nenhum Deputado Federal. O que o Senhor acha da atuação do nikkei na política?

Junji Abe: Caro Harada, peço sua compreensão para responder as questões num único texto que, embora longo, registra apenas uma síntese do que penso a respeito do assunto em tela.

A política é a nobre arte de praticar o bem comum. Tem de ser exercida por pessoas vocacionadas para a missão, dotadas de idealismo incorruptível, desprendimento e atitudes dignas, com a devoção de um missionário empenhado em atingir a meta cotidiana de representar a sociedade de forma geral. Falo de exercer a política em sua essência. Seja numa entidade privada – cultural, esportiva, social e atividades diversas –, seja em organização classista – de trabalhadores ou empregadores –, seja na política partidária. Todas, de certa forma, são públicas. Assim é no mundo inteiro, com suas variações e regras diferenciadas, respeitando, evidentemente, as culturas dos respectivos povos. Pode haver similaridades, mas cada país tem suas peculiaridades.

A sociedade mundial sofre transformações. Isto é da essência do ser humano. Algumas são céleres e profundas. Outras, lentas e superficiais. A igualdade entre os gêneros que o Brasil saboreia é incomparavelmente superior à do povo muçulmano, por exemplo, cujas mulheres são submissas ao extremo, como fora no Japão de outrora.

Em que pesem as desigualdades sociais, ainda latentes, o Brasil sofreu grandes transformações. No período de escalada inflacionária (1978-1994), o País regrediu 20 anos. Uma demonstração inequívoca da crise nacional foi o fenômeno de kassegui, que marcou o retorno de milhares de descendentes de japoneses à terra de seus ancestrais, em busca de sobrevivência.

A tão sonhada estabilidade, iniciada em 1994, tem dado ao Brasil, nos últimos dez anos, melhorias in-

questionáveis como o aumento do poder de compra da população. Tanto é verdade que a parcela maior das classes C e D na pirâmide social, hoje, galgou a posição de classe média.

À medida que conquistamos esses avanços na qualidade de vida, perigosamente, a sociedade brasileira vem sucumbindo ao consumismo desenfreado. O gradativo aumento do poder de compra acaba alimentando o sentimento materialista que, cada vez mais, distancia o povo brasileiro dos conceitos maiores de vida, alicerçados na unidade familiar, com valores morais, éticos e religiosos – qualquer que seja o credo.

Nesse contexto social, despontam as mazelas de um regime político-partidário totalmente equivocado, exaurido no tempo e no espaço. Na maioria dos países, há apenas três partidos políticos. No Brasil, são 30. Com os instrumentos oferecidos pelo falido sistema político-partidário nacional, pinçam-se na sociedade aqueles que vão exercer as funções públicas. A democracia brasileira permite que qualquer um seja candidato. Só exclui os analfabetos da participação na disputa por cargos públicos. Em todas as esferas eletivas, da Câmara Municipal à Presidência da República, configura-se a fotografia dessa sociedade.

Vivemos um círculo vicioso. Por conta do excesso de partidos, há uma quantidade descomunal de candidatos, proporcionalmente ao número de votantes. O quadro cria uma enorme dificuldade para a escolha. Por outro lado, ao longo dos anos, a péssima qualidade dos políticos eleitos pelo povo, que escolhe mal, desperta na população a revolta em relação à figura do político.

O fato é que o Brasil tem apenas a aparência de um País democrático, com eleições livres. Na realidade, o que existe são a ausência de regulamentação transparente sobre o financiamento de campanhas eleitorais e graves distorções do sistema político-partidário que transformam a política em balcão de negócios, associados à péssima qualidade de muitos dos eleitos que ignoram sua missão de representantes e se dedicam ao enriquecimento próprio ou ao favorecimento imoral do seu grupo.

O contexto anula as chances de vocacionados, capazes de exercitar a política na acepção da palavra, chegarem ao poder. Na maioria dos casos, eles são destruídos pela força daqueles que têm recursos financeiros, de origem duvidosa, e usam o poder do dinheiro para transformar suas campanhas em verdadeiros rolos compressores.

Por ética e elegância, dispenso a citação de nomes. Nem há necessidade. Fora aqueles apontados como criminosos, e que estão sendo julgados pelo mensalão, há milhares de homens públicos desprovidos de patriotismo, que exercem funções públicas com o objetivo de obter vantagens materiais e defender os próprios interesses.

Concordo plenamente com suas críticas em relação ao Congresso Nacional. A atuação irresponsável de determinados políticos joga toda a classe política na vala comum do descrédito, esfacelando o único elemento que une homem público e população: a confiabilidade.

Para se ter ideia do tamanho da deterioração da figura do homem público, quando cheguei ao Parlamento, recebi a recomendação de não usar o *button* (broche) de deputado federal fora do quadrilátero do poder. Motivo: poderia sofrer agressões ou outros tipos de ataque.

Também é verdade que se produz uma quantidade enorme de leis de pouco ou nenhum valor prático. A Constituição não permite aos parlamentares legislar sobre temas que produzam despesas, ou seja, afetem o Orçamento. Como os interesses individuais são fortes e superam os princípios morais da defesa dos be-

nefícios à coletividade, o Legislativo se transforma em “puxadinho” do Executivo, que exerce de forma nojenta seu poder de compra. Basta citar que o “Senhor Não Sabe Nada” comprou parlamentares para votarem a favor de seus projetos pessoais. Não por menos, o Judiciário acaba invadindo o Parlamento na salvaguarda dos interesses da população.

É preciso impor freios à relação promíscua entre governo e Legislativo. A teia de relacionamentos antiéticos se estende ao Judiciário. Afinal, é o Presidente da República que indica, por exemplo, os ministros do STF – Supremo Tribunal Federal, a Corte máxima da Justiça no País. Por mais ilibadas que sejam tais personalidades, fica a suspeição.

Como predomina um processo purulento de busca de vantagens pessoais por meio da influência de ordem política e partidária, os custos dos nossos Poderes são altíssimos. Isto vale para Legislativo, Executivo e Judiciário. Considerando a promiscuidade da interface entre governo e Parlamento, determinadas CPIs têm efeito puramente midiático. E acabam, sim, em pizza.

Quanto à desproporcionalidade da representação do Congresso em relação à população dos estados – e a distorção é flagrante na Câmara e no Senado –, entendo que, diante de tantas falcaturas e corrupções, é até um mal menor. No Brasil, mesmo aqui no Estado de São Paulo, há 20 anos, foi aprovada uma lei estadual para facilitar a emancipação político-administrativa de muitos distritos com o objetivo de criar uma infinidade de outros municípios.

Além dos custos de maracutaias, clientelismos e outras formas de ilegalidade, há o preço da multiplicação de cidades que aumenta as despesas de uma Nação empobrecida. É bem diferente do Japão que, há dez anos aproximadamente, para diminuir custos, aglutinou num único município uma série de outros menores.

Diante de tudo isso, por que continuo exercitando uma função político-eleitoral? Porque, modéstia à parte, recebi a graça divina da vocação de servir. Meus pais disseram que eu só poderia me envolver em política quando tivesse uma profissão definida e que, em momento algum, eu precisasse de cargo público para sobreviver. Assim fiz. Quando comecei como vereador, a função nem era remunerada.

Minha vontade de servir a população vem de berço. Filho e neto de imigrantes japoneses, desde a infância, recebi dos meus ancestrais a missão de amar este País, de todo coração, ajudar o povo em tudo o que for possível e fazer mais pelo Brasil que os próprios brasileiros. É o ensinamento que traduz gratidão à Nação que acolheu tantas famílias vindas do outro lado do mundo. Ao mesmo tempo, demonstra o afeto por esta gente alegre, hospitaleira e carinhosa que passou por cima de todas as diferenças, não viu barreiras culturais nem de idioma para interagir e estabelecer os laços que se consolidaram sob a linguagem universal da amizade. Mais do que palavras na mente da criança que fui, são princípios gravados na alma do homem que sou. É um legado cultural e espiritual que não tem preço e precisa ser perpetuado.

Aos 72 anos de idade, quando tudo apontava para que me dedicasse à família, mantenho a convicção de exercitar o trabalho na política com dinamismo e devoção. Sem qualquer convencimento, conclamo pessoas como nós a colocarem corpo e alma em favor da população para ser a ponte com o poder público, para diminuir as desigualdades sociais e aumentar a qualidade de vida neste País fantástico como o Brasil.

Para combater as mazelas que contaminam a classe política, sou adepto de uma profunda reforma político-partidária, que contemple a redução do número de partidos políticos, dos atuais 30 para cinco, o fim da reeleição para cargos no Executivo, extensão do mandato de quatro para cinco anos, coincidência de

mandatos para evitar que o País pare a cada dois anos por causa de eleições, regras claras para doações às campanhas eleitorais e implantação de eleições distritais mistas para que o povo possa fiscalizar com eficiência e cobrar com rigor os parlamentares.

Uma vez consolidadas essas alterações, podemos evoluir para um plebiscito pelo qual a população decida entre manter regime presidencialista ou mudar para o parlamentarismo. O segundo é o que defendo para evitar a mitificação de pessoas demagógicas que causam prejuízos à Nação.

As reformas político-partidária, tributária, previdenciária e trabalhista, entre outras medidas essenciais para melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro, só serão realidade com uma profunda reformulação constitucional, executada por brasileiros com elevado espírito público, despojados de ideologia partidária e fora de qualquer função pública.

O PSD – Partido Social Democrático –, de que faço parte, aglutinou os políticos que, como eu, desejam profundas mudanças na Constituição com a participação direta da população, longe do “balcão de negócios” vigente entre poder público e agremiações partidárias.

Nossa legenda, o quarto maior partido do País, propõe que, em 2014, além dos deputados federais e senadores, os eleitores votem em um terceiro parlamentar que, com dois anos de mandato, teria a incumbência de revisar a Constituição Federal. O grupo de constituintes não receberia salário nem seria integrado por congressistas já eleitos.

Impossível é conviver com remendos constitucionais e improvisações oportunistas, enquanto um pacto federativo superado impõe a Municípios, Estados e à própria União limitações, constrangimentos e falta de recursos para dar aos brasileiros serviços dignos de saúde, educação, segurança, justiça e oportunidade igual para todos.

Mesmo que minha família seja afetada pela má imagem generalizada dos políticos, ela me dá o respaldo da compreensão pela minha escolha. Não sei se sou o que chamam de “careta”, mas eu e meus familiares, apesar de toda transformação imposta pela modernidade, ainda cultivamos os princípios e valores fundamentais que regem nossa vida.

Falo de dignidade, patriotismo, responsabilidade, trabalho duro, disciplina, respeito, ética, moralidade e amor ao próximo. A Língua Japonesa acolhe expressões de profundo significado, que traduzem bem a formação cultural do povo nipônico e funcionam como bússola para nortear a postura do ser humano no lar e na sociedade. Gaman (suportar, resistir), omêwaku (não incomodar), mootainai (não desperdiçar), seikaku (pontualidade), yakussoku (compromisso), shinyô (credibilidade), doriyôku-ka (trabalhador), okaguessama (dar graças – a Deus ou a alguém), kenson (humildade) e gambarimashou (unidos avante) são algumas das expressões. Interpretadas com a força das ações que representam, demonstram hábitos que precisamos difundir, honrando nossos ancestrais e tornando melhor e mais promissor o futuro dos nossos descendentes.

O contexto reforça a necessidade de cultivar a rica herança de valores morais dos ancestrais dentro de casa. É no lar que começa o processo de formação do cidadão, daquilo que ele classifica como certo e errado, de suas crenças e filosofia de vida.

Entendo que nós, brasileiros, descendentes da gloriosa imigração japonesa, mesmo que estejamos na tercei-

ra ou quarta geração, precisamos preservar esses princípios. Desde que tenham vocação e o desejo legítimo de servir, digo, vale a pena, sim, colocarem seus nomes para enfrentar a disputa nas urnas. Precisamos de gente digna, responsável, ética, para mudar este quadro. Não tenham receio de lutar para evitar que o País seja dilapidado por maus políticos. Também temos a obrigação de batalhar para que a sociedade evolua e deixe de ser tão materialista. Que os valores cultivados pelos nikkeis sejam de todos.

A sociedade precisa ser estimulada a vigiar sempre, com a imprescindível colaboração da Imprensa que tem um papel crucial para ajudar a frear negociatas e a prática de corrupção. Daí, a necessidade de preservar, a todo custo, a liberdade dos meios de comunicação.

Na minha visão, o caminho para aprimorar a sociedade e, junto com ela, a qualidade dos nossos representantes, é a educação. Não falo da que está aí. Mas, sim a do ensino de alto valor qualitativo, com período integral, valorização do magistério e inclusão de disciplinas como ética, cidadania e religiosidade – qualquer que seja o credo.



15.6 Entrevista com Reimei Yoshioka, Ex-Coordenador-Geral dos Projetos do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil

Kiyoshi Harada: Sabe-se que inúmeros projetos foram aprovados para a Comemoração do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, após anos de discussões e estudos. Os eventos comemorativos em si foram fantásticos e ganharam projeção na mídia nacional e internacional. Entretanto, quase nada foi concretizado que pudesse servir de um marco para o futuro da comunidade. As grandes obras previstas, como a modernização do prédio do Bunkyo, a construção do Complexo Esportivo Imigrantes, a ampliação do Hospital Santa Cruz, a edificação de um Centro de Integração Brasil-Japão etc., não saíram do papel. O que o senhor, que foi o Coordenador-Geral dos projetos, tem a dizer a respeito?

Reimei Yoshioka: Prezado Dr. Kiyoshi Harada, realmente tive a satisfação de ser indicado Coordenador-Geral de projetos e em relação aos grandes projetos, ligados às construções que não saíram do papel, posso apresentar algumas considerações que foram decisivas.

Ao ser indicada a comissão de projetos, ela era composta de seis membros, sob minha coordenação. A comissão divulgou ao público em geral que nos apresentasse os projetos de grande significação para comemoração do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil. Centenas de “projetos” deram entrada para análise da Comissão. Esta em sua reunião decidiu classificá-los com pontuações e submetê-los ao Colegiado da Associação do Centenário e, esta à Assembleia Geral na modalidade CONSTRUÇÃO:

1. Centro de Integração Brasil-Japão do SBPN (Associação Brasil Japão de Pesquisadores);
2. Centro Cultural Regional do Noroeste (na Cidade de Araçatuba);
3. Ampliação do Hospital Santa Cruz.
4. Ampliação do Colégio Harmonia.

Na Assembleia Geral da Associação do Centenário, ficou definido que o Centro de Integração Brasil-Japão, proposta apresentada pela SBPN, que teve a maior pontuação, seria o projeto prioritário do Centenário e para o qual a Associação do Centenário concentraria todo o seu esforço a fim de obter recursos necessários para a realização desse empreendimento. Essas construções seriam os marcos representativos do Centenário no Brasil. Cada projeto tinha sua subcomissão incumbida de arrecadar o fundo necessário para sua construção e também o empenho da comissão do Centenário.

A Associação, que começou efetivamente os trabalhos em 2003, partiu de uma premissa otimista imaginando que o governo japonês teria participação nos eventos comemorativos, pois a JICA, pelo representante em São Paulo, estimulava a comissão ampliada da SBPN – Sociedade Brasileira de Pesquisadores Nikkeis (denominação da época, atual Sociedade Brasileira de Pesquisadores Brasil-Japão). A Associação Nipo-Brasileira de Araçatuba, motivada por uma pressuposição de que o Japão participaria com substancial subsídio como o fizera na França, elaborou o seu projeto e o apresentou ao Consulado-Geral do Japão em São Paulo. Este sugeriu que o mesmo fosse encaminhado para Associação do Centenário da Imigração Japonesa. O Hospital Santa Cruz, por sua vez, imaginou conseguir apoio do governo japonês devido ao seu histórico que, para a sua construção na década de 30, contara com a doação da Família Imperial. O Colégio Harmonia aguardou pacientemente que a Associação do Centenário captasse e concedesse o recurso para iniciar a ampliação do seu Colégio.

A Comissão da SBPN e do Centenário partiu para procurar espaço adequado de no mínimo 10.000m². O terreno encontrado localizava-se no bairro da Vila Leopoldina e o centro projetado poderia ser construído em parceria com a Associação dos Joalheiros. O local escolhido era espaço privilegiado, pois ficava a aproximadamente 150 m. da estação da CPTM, que em Pinheiros faria conexão com a Linha 4 (amarela do metrô), dando acesso a outras linhas do metrô (como já acontece atualmente).

O projeto foi elaborado pelo famoso arquiteto Ruy Ohtake, que deu à sua obra o sentido de integração entre as comunidades brasileira, japonesa e nikkei. O objetivo era “colocar à sociedade brasileira um Centro onde os valores da cultura, tradição e conhecimento do Japão e da comunidade nikkei, estejam reunidos num único espaço, para mostrar toda a sua força e disposição para participar do desenvolvimento deste País – uma verdadeira vitrine da imagem positiva do Japão tradicional e contemporâneo”. E, ainda, União das entidades da comunidade nikkei no Brasil, otimizando recursos e compartilhando as mais modernas tecnologias e instalações do Centro. Criar Espaço Cultural e Convivência Social, Ponto de Apoio da Comunidade Nikkei e criar Portal Japão à disposição das entidades nikkeis para difusão de suas atividades em todo o Brasil.

Democratizar a informação, patrocinando intercâmbio entre entidades nikkeis de todo o país, promovendo difusão de conhecimentos por meio de cursos e seminários nas áreas técnica, cultural e social. Tornar o Brasil o principal parceiro do Japão na América Latina e países de língua portuguesa na África, destacando o nikkei como o grande elo estratégico nesta aliança.

O objetivo final era criar um ícone, um grande marco da comunidade nikkei no Brasil, propiciando às gerações futuras uma referência para compreensão de sua origem e da qual possam se orgulhar.

O projeto arquitetônico previa duas torres de 20 pavimentos, espaços de espetáculos, lojas, restaurantes, centro de convenções, escritórios das associações, centro de conectividade, alojamento para bolsista, área de convivência social para todas as idades, circulações e serviços e amplo estacionamento. O Centro poderia ser utilizado para órgãos governamentais como o Consulado-Geral do Japão, Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa – Bunkyo, entre outras. Os espaços alocados para escritórios, lojas, aluguel de teatros ajudaria no custeio do Centro. O orçamento preliminar estava estimado em US\$ 70 milhões da época.

O projeto foi exaustivamente discutido e tudo indicava a aceitação pelo colegiado do Centenário e estava em curso negociação para utilização do terreno. Entretanto, à medida que evoluíam as negociações e divulgação do projeto, começava movimento adverso englobando diversos argumentos não explícitos, mas através de manifestações verbais de uns e outros. Um fato era o sentimento de que o eixo do tradicional bairro oriental seria deslocado da Liberdade para Vila Leopoldina muito “distante” e de difícil acesso para os idosos. O que seria feito do Bunkyo? Esse e outros boatos (sem fundamentos) fez a Assembleia Geral da Associação do Centenário sustar, *sine die*, o prosseguimento da construção do Centro de Integração Brasil–apão. Pesou, também, nesta decisão, bem como na implementação dos três projetos da Noroeste, do Hospital Santa Cruz e do Colégio Harmonia a manifestação peremptória do governo japonês de que ele não investiria recurso em *hakomono*, isto é, em construções.

O Centro da Noroeste tinha promessa do Prefeito Municipal de Araçatuba que, se o recurso viesse do Japão, a Municipalidade doaria o terreno. O presidente do Hospital Santa Cruz, de seu périplo pelo Japão, voltou, também, sem nenhum recurso. A Associação Harmonia de Educação e Cultura, mantenedora do Colégio Harmonia, tomou uma decisão corajosa de levar avante o projeto de ampliação das instalações, começando sob sua iniciativa a construção do prédio da educação infantil. Para tanto saiu à luta, con-

citando os antigos residentes da Casa de Estudante e empresas e deu início à construção. O prédio do ensino médio ficou postergado para uma data posterior. É importante dizer que o prédio da educação infantil foi concluído a contento e hoje se encontra em pleno funcionamento.

A modernização do prédio do Bunkyo deu entrada um pouco posterior às datas de inscrição de projetos e este também não logrou muito êxito na captação de recursos para a sua modernização. Entretanto, conseguiram-se algumas melhorias como as trocas dos elevadores. Os reparos essenciais vem sendo realizados pela atual diretoria do Bunkyo.

Não obstante um certo sentimento de frustração, as solenidades e manifestações culturais foram realizadas com toda a pompa, sobretudo os eventos no Anhembi nos dias 18 e 19 de junho, quando o Sambódromo totalmente lotado aplaudiu o príncipe herdeiro Naruhito.

Centenas de outros eventos foram realizados, assim como inúmeros monumentos foram erigidos nas cidades onde a população Nikkei tem sua concentração maior. Em Santos e no aeroporto de Guarulhos, a artista plástica Tomie Ohtake deixou a sua obra, assim como o artista Toyota em Registro e no Nippon Country Club, em Arujá. Além disso, dezenas de Toriis foram construídos nas entradas das cidades pelo Brasil afora. Belo Horizonte ganhou um belíssimo monumento doado pela Usiminas. Maringá ganhou um jardim japonês. É bem verdade que muitas obras estão para ser concluídas.

No aspecto cultural, as manifestações foram intensas, dezenas de livros foram escritos, peças teatrais ensaiadas, etc.

Enfim, se para nós, que estávamos engajados na preparação e realização das festividades, ficou um sentimento de certa frustração, acreditamos que a sociedade brasileira, desde as mais altas autoridades até a população em geral tenha ficado bastante admirada e satisfeita.

Kiyoshi Harada: Na sua opinião o que mudou no pós-centenário na sociedade brasileira, em geral, e na comunidade nikkei, em particular?

Reimei Yoshioka: Na minha opinião, o que percebi foi o reconhecimento e a admiração da população brasileira para com a comunidade nikkei. Só para exemplificar: quando percorremos os gabinetes de alguns ministros, um deles disse textualmente: “Esta comemoração não é de responsabilidade de vocês prepararem. Ela deve ser feita pelo povo brasileiro”. Tanto no âmbito do governo federal, estaduais e municipais, foram constituídas comissões para os preparativos do Centenário. E pergunto: por que esse tamanho reconhecimento? A meu ver isto é resultante do trabalho de nossos ancestrais, introduzidos na lavoura, sucedendo aos escravos, que trabalharam arduamente, honestamente, suportando as adversidades. Por outro lado, a dedicação aos estudos e pesquisas paulatinamente conquistou a hierarquia social, revertendo aquelas primeiras impressões negativas manifestadas por alguns políticos brasileiros por ocasião das primeiras chegadas de japoneses. O grande desafio que nos é lançado é de como prosseguir com esse conceito nos próximos anos.

Uma grande responsabilidade que recai sobre as lideranças nikkeis, sobretudo, é de como prosseguir na difusão da cultura positiva dos aspectos herdados, agora para toda a sociedade brasileira e para isso é imprescindível uma coesão entre as entidades japonesas e nikkeis e a mudança do sentimento de dependência ao Japão, para uma ajuda mútua entre estes dois países.



15.7 Entrevista com Raul Takaki, Presidente do Nikkey Shimbun e do Jornal Nippak

Kiyoshi Harada: Conte-me um pouco da história do atual Nikkey Shimbun desde a sua fundação em 1948 com o nome de Diário Nippak

Raul Takaki: Após o término da 2ª Guerra Mundial, surgiram no Brasil, precisamente em São Paulo, os Jornais de língua japonesa:

1946 – *São Paulo Shimbun*

1947 – *Jornal Paulista*

1948 – *Jornal Diário Nippak*

Kiyoshi Harada: A partir de determinado momento, o jornal bilíngue passou a editar em separado o suplemento em português com o nome de Jornal Nippak. A que se deve esse fato?

Raul Takaki: Isso ocorreu a partir de 1998 com a fusão do Jornal Paulista e do Diário Nippak, o que acabou resultando na criação da Editora Jornalística União Nikkei, que passou a editar o *Nikkey Shimbun* (em japonês) e o *Jornal do Nikkey* (em português). A edição em português sofreu uma pequena interrupção até que fosse reestruturado, surgindo, finalmente, como *Jornal Nippak*.

Historicamente, tanto o *Jornal Paulista*, que publicou a revista mensal *Arigatô* e depois o jornal semanal *Japão Agora*, quanto o *Diário Nippak*, que lançou o *Página Um* tinham como marca o pioneirismo e a ousadia. Já eram tentativas de se desvincular da “célula mãe”, ou seja, o jornal editado em japonês. Na verdade, a busca pela própria sobrevivência motivou essa mudança e as novas gerações, isto é, os filhos dos assinantes dos jornais japoneses se tornaram “alvo” em potencial.

Kiyoshi Harada: O jornal tem circulação fora de nosso Estado? E no Japão?

Raul Takaki: Tem, mas ainda é muito pouco. Nosso principal problema ainda é a distribuição.

Kiyoshi Harada: Considerando a diminuição dos leitores em língua japonesa, que vem se acentuando proporcionalmente ao número crescente da população em geral, qual a expectativa quanto a sobrevivência dos jornais bilíngues?

Raul Takaki: Infelizmente, como costumamos dizer, “cada imigrante que morre é um leitor a menos”. Se não despertarmos para essa realidade, todos os jornais segmentados, como é o nosso caso, estão fadados à extinção, em mais ou menos tempo. Daí a necessidade de desvincular o jornal português do japonês.

Kiyoshi Harada: Tendo em vista a globalização que tomou conta também da mídia, proporcionando a tomada de conhecimento de tudo que se passa no mundo em tempo real, o que de certa forma compromete os jornais em geral, o senhor tem algum plano para resolver esse problema?

Raul Takaki: A *Internet* é uma ferramenta que para nós ainda é nova e que precisa ser aprimorada. O segredo é tê-la como aliada. Depois, é preciso pensar como lucrar com isso. É uma ferramenta pode-

rosa que, se bem usada, pode reverter essa situação. Mas, tudo tem seu tempo. A transição, embora traumática, não pode ser lenta, pois o mercado exige agilidade. Acredito que os jornais impressos, até pela cultura do país em que vivemos, ainda terão mais alguns anos de vida. A mudança para o jornal “online” deve ser gradativa.

Kiyoshi Harada: A existência, atualmente, de apenas dois órgãos na comunidade ajuda a prolongar a sua sobrevida?

Raul Takaki: Não. De certa forma, mostra fragilidade.



15.8 Entrevista com Tereza Tiyoko Yoshida, de 67 anos que foi trabalhar no Japão em 1992. Foi proprietária e diretora de uma escola brasileira, a “Pingo de Gente”, na província de Ibaragui. Vendeu a sua escola em 2005 e retornou ao Brasil

Obs.: Esta entrevista foi conduzida por Kyoko Nakagawa, coautora desta obra.

Kyoko Nakagawa: Quando e em que circunstâncias você foi para o Japão?

Tereza Tiyoko Yoshida: Eu fui para o Japão em 1992. Sempre fui professora aqui no Brasil, formada em Letras, dava aulas de português e inglês mas estava sempre de licença porque eu tinha um problema renal. Depois de muito tempo de licença, me deram uma aposentadoria por invalidez. Fazia fisioterapia na AACD. Enquanto eu trabalhava, ainda, fui para Europa para fazer um curso de inglês e lá eu melhorei desse meu problema de saúde; o interessante é que assim como ele veio, foi embora, assim, sem explicação. Fiquei 12 anos urinando sangue, fiz vários tratamentos, depois, os músculos foram se enfraquecendo a ponto de eu não conseguir carregar uma bolsa, andar um quarteirão, sempre de licença. Depois, melhorei, foi quando me deu a vontade de ir para o Japão junto com a minha irmã mais velha que estava indo. Fomos trabalhar num hospital em Osaka. Era a primeira vez que ia para o Japão, mas como a minha avó tinha me ensinado o japonês achei que a gente ia se virar. Que nada! Era completamente diferente! Então éramos seres de outro mundo, lá as pessoas não conheciam brasileiros... mas, me requisitavam muito, trabalhava no hospital de “kaigo” (cuidador). Era toda aquela gente, toda torta, com problemas articulatorios, e senti muita necessidade de aprender o japonês. O que eu falava, eles não entendiam, o inglês que eu falava eles, também não entendiam e o inglês que eles falavam, eu é que não entendia. Fiquei nove meses trabalhando lá. Saí de Osaka e fui para Shizuoka, em Atami, continuei trabalhando lá, tendo ido morar com uma senhora de 92 anos, como “kaigo” também. Estava num lugar bonito, privilegiado e trabalhei quase dois anos para ela. E durante esse tempo todo, não tive nenhum problema de saúde. Ia e voltava do Brasil, no começo a cada dois anos e depois com a escola, voltava duas vezes ao ano para o Brasil.

Kyoko Nakagawa: E como você foi ser proprietária de uma escola brasileira no Japão?

Tereza Tiyoko Yoshida: Antes de começar com a escola, fiquei seis meses no Brasil, a rotina japonesa era estressante e, dessa vez, fui para Ibaragui onde tinha uma cunhada que estava trabalhando em fábrica. Logo que cheguei, arrumaram emprego para mim no “Nippon Ham” que todo mundo por ali conhece. Eu nunca tinha trabalhado em fábrica antes, estava na tão falada “esteira” que todos comentavam e não sabia o que eu devia fazer, ninguém me explicava e lá estava eu. Como não sabia o que fazer, fiquei olhando o movimento da esteira até levar uma bela bronca porque eu devia tirar os objetos que apresentavam defeitos, numa rapidez! Trabalhei por quase três meses, mas percebi que aquilo não era para mim. Ao mesmo tempo via tantas dificuldades das pessoas que estavam levando crianças que resolvi cuidar de crianças. E aí comecei com escola, sem conhecer nenhum colega que tinha escola, aluguei um sobrado e comecei. Mas

fiquei receosa de que aparecesse polícia ou alguma autoridade que viesse me multar. Então fui procurar as autoridades locais para dizer que eu queria pagar tudo certinho: impostos municipais, estaduais, federais, o que fosse, porque não queria trabalhar escondida e que iria receber mensalidades. Depois de acertar com a prefeitura, naquele mesmo mês, num sobrado de dois quartos no andar superior, outro quarto embaixo, sala e cozinha, estava com superlotação, quando vieram me inspecionar. Lotou em tão pouco tempo; acho que foi porque na região não havia nada semelhante e era novidade. Ainda bem que eu fui procurar a prefeitura depois que tirei a carta de motorista.

Quando larguei a Nippon Ham, naturalmente, fiquei sem lugar para eu ficar, pois a empresa mandou que eu saísse do apartamento onde estava morando com o meu irmão e não tinha nada disponível na região. Enquanto procurava, fiquei dormindo na escola. Você não tem ideia do que eu passei, de medo. **(Medo do quê?)** recebia telefonemas, de pessoas que queriam ver a escola, mas de noite e tinha acontecido um problema aqui no Brasil, na minha casa daqui. Alguém passou todos os dados meus, do meu irmão e do meu sobrinho, conheciam a nossa rotina, os nossos hábitos e com isso extorquiram a minha mãe. Então, eu recebia muitos telefonemas estranhos e tinha muito medo porque a escola ficava num lugar isolado, rodeada de mato; eu chegava com a van, via carro me seguindo, de brasileiros. Fiquei uns três meses assim, até que me arrumaram um lugar para alugar. Eu saí do Nippon Ham e fiquei uns dois meses sem trabalhar porque estava indo tirar carta; a que eu tinha não servia, e tirar carta no Japão, bem, eles lá são muito exigentes e só fui conseguir ser aprovada na oitava vez. E com a carta, comecei a escola, comprei uma van grande, fazia soguei (transporte) e terminei a escola com uma frota de 4 ônibus grandes e 10 vans. Eu tinha um contrato de dois anos desse sobrado, fiquei os dois anos e estava desesperada procurando um local maior. A mesma imobiliária achou que era melhor que arrumasse alguém que construísse algo conforme as minhas necessidades e me alugasse. Eles arrumaram um bom terreno em Shimotsuma e uma pessoa que queria construir a escola. Depois, eu fui ampliando.

Kyoko Nakagawa: E você começou a escola em 1995, no momento em que as primeiras escolas brasileiras no Japão estavam sendo implantadas?

Tereza Tiyoko Yoshida: Foi. E depois de dois anos fui para esse prédio grande porque não cabia mais. Quando a prefeitura avisava que haveria “reunião” e quando eu recebia o comunicado, mandava duas salas irem passear por causa da superlotação. Não cabia mesmo, eram crianças de várias idades. **(e você registrou a escola como, na época?)** Nessa época uma moça que conhecia o Benedito, você sabe quem é **(Sim, da antiga Escola Brasileira de Hamamatsu)** ela me falou dele, telefonei para ele e ele me orientou no que deveria fazer e como deveria fazer, tudo sem me conhecer, só fui conhecê-lo pessoalmente, bem mais tarde. Registrei a minha escola como escola, via embaixada do Brasil. **(Sim, mas isso pra efeito do MEC, para conseguir a homologação do MEC, certo? mas para os japoneses não era empresa privada?)** Era, empresa privada. E eu tinha um contador que ficou até o final, no fim, eu vendi a escola para ele. E era ele que me orientava, fazia tudo para mim, sem eu saber de nada, Ele me orientou e todo mês, ele fazia a parte de contabilidade e foi indo. E quando eu mudei, do sobrado para o espaço maior, ele perguntou como eu iria querer fazer para ver se queria recolher um imposto para eu poder me aposentar. **(Shakai hoken?)** mas, disse que só valeria a pena se ficasse muitos anos, nem lembro quantos. **(Você não recolhia shakai hoken então?)** Não, eu nunca recolhi. Eu pagava tudo quanto era imposto, mas eu só tinha aquele hoken, de saúde, como chamava aquele, de ir no médico? **(Kokumin kenko hoken).** Esse! E todo mês a assistência social vinha e tudo o que a escola japonesa fazia, eu tinha que fazer. Eu, ensinava o português, mas tinha que ensinar o japonês e eu tinha uma professora para isso, música, artes. **(Mas você seguia o currículo brasileiro).** Sim, o daqui, direitinho. Mas eu tinha menos problemas também porque eu tinha todas as professoras formadas e cada uma na sua área, vários

outros diretores de escolas brasileiras não tinham. **(Sim, eu sei, por isso te pergunto como é que você conseguiu essas professoras?)** Elas é que vieram. **(É mesmo?)** Verdade, por isso que falo que eu fui abençoada, abençoada mesmo e elas ficaram comigo até eu vir embora, todo o tempo comigo. **(E por quanto tempo você manteve a escola?)** 8 ou 9 anos. O Benedito me instruiu de tudo o que eu tinha que fazer, eu tinha uma professora que respondia pela direção por mim, era pedagoga, até isso eu tive. Eu zelei muito por esse grupo porque eu via a dificuldade do pessoal com as suas escolas. Fui conhecendo os diretores: Benedito, Pedro e comecei a frequentar a associação. **(A AEBJ? E o Pedro do Pitágoras?)** É. O Pedro tinha uma escola perto da minha mas não conseguiu muitas crianças e eu pegava crianças da província dele. **(Você está falando da unidade de Tochigi, lá de Moka?)** É e olha, quem fez o meu site foi o filho dele e ele costumava dizer que o meu site era o mais bonito. Ele me ensinou muito também, me ajudou muito, assim como o Benedito. Depois, comecei a fazer parte da diretoria da associação, e as pessoas comentavam das dificuldades e eu nunca comentei da minha, não ia dizer que a minha estava ótima, dizia que estava igual a de todos. Sabe, aquele secretário da Educação, o Panisset? Ele visitou a minha escola por duas vezes e me parabenizou, elogiou e disse que era a única escola com professores bons acompanhando-me. Eu sabia que as outras escolas não tinham gente formada, ele era a autoridade, secretário? **(Ele era do Conselho Nacional de Educação).** Então, eu não estava no meu país, tinha que tomar todos os cuidados.

Kyoko Nakagawa: E quando a sua escola conseguiu a homologação?

Tereza Tiyoko Yoshida: Hummm.... homologação? Quando começou isso? **(Acho que foi em 2000 sendo as primeiras o EAS e Pitágoras).** Foi. ... O Pitágoras de Moka foi quase junto com o meu. Não fiquei muito atrás deles, não. O do Benedito foi numa época... bom, mas me deram o reconhecimento muito rápido, até nisso eu tive sorte. Tudo encaminhou direito, eu tinha até o ensino médio. **(E por que você deixou a escola?)** Eu era muito exigida naquela cidade, no meio da japonesada, era cobrada, não era bem cobrança, você sabe, são convites, mas eu só queria trabalhar, não ter posição ou nome na cidade. **(Mas valeu a pena, você tinha uma renda boa?)** Sim, eu ganhei muito dinheiro e aí, tinha que ir no Rotary, tinha que participar disso, daquilo, faziam eventos e eu tinha que estar lá. Isso cansa, especialmente porque você não sabe exatamente o que eles querem com isso. Fiz carnaval por dois anos em Tsukuba, até o prefeito visitava a minha escola, tinha que fazer vários eventos. Era muita atividade e isso foi me cansando, além disso, me obrigavam a estar com o celular 24hs por dia, se chegava alguma família, num final de semana, já com emprego para começar na segunda, eu tinha que atender, às vezes até de madrugada ou tarde da noite, domingo ou feriado, famílias que precisavam colocar as crianças na escola porque mal chegaam e já arrumaram serviço, eu tinha que pesquisar, redesenhar o esquema das vans, então eu não tinha a minha vida. Muitas vezes, as famílias estavam lá, no meio do mato, nem sabiam explicar onde estavam, então, eu tinha que ver onde era, pensar no meio mais fácil de chegar, orientar os motoristas, não atrasar todo o serviço. Era obrigada a ter soluções para os problemas que surgiam em questão de segundos e não podia falhar. Graças a Deus, nunca falhei.

Kyoko Nakagawa: Como você vê o papel das escolas brasileiras no Japão?

Tereza Tiyoko Yoshida: Para quem leva a sério e eu levei a sério. Eu, também, dei aulas, me dediquei mesmo e até hoje, tenho saudades daquelas crianças. Interessante é que as crianças sabem quem é a autoridade do local. Eu acho que elas têm que ensinar, estão lá para isso. Tem que socializar as crianças e eu tinha crianças japonesas, tive três crianças com o mesmo sobrenome do meu, Yoshida, ficaram todo o tempo comigo, estudando em português. Tinha crianças do Sri Lanka, Filipinas, crianças peruanas, venezuelanas, enfim de vários lugares e eu cobrava das professoras isso, que as crianças têm que apren-

der, ter ordem, disciplina, dirigi a escola assim, exigindo muito das professoras e garanto pra você que aquelas crianças que estiveram comigo, elas aprenderam. Era bastante gratificante ver o progresso das crianças.

Kyoko Nakagawa: Por que motivo, você acha que os pais colocavam as crianças em escolas brasileiras, qual era o motivo por optar por escolas brasileiras?

Tereza Tiyoko Yoshida: Porque um dia tinham que voltar. Outro motivo era que, se estivessem em escolas japonesas, não poderiam fazer zangyo (horas extras), pois as escolas brasileiras quase se adaptavam ao horário dos pais. A criança ficava o dia inteiro comigo. Além disso, por exemplo, na escola japonesa, se a criança está com 37 graus de temperatura, já não aceitam que venha para a aula, agora, para mim, mandavam a criança já doente, às vezes, com um dinheirinho, aquelas que tinham, pedindo que levasse ao médico e eu levava. Assim, eu conheci, ou eu conhecia todas as crianças, a saúde delas. Inclusive, duas vezes ao ano, eu recebia visitas de médicos e dentistas que olhavam as crianças. Eu era obrigada, a prefeitura mandava e eu pagava esses profissionais. **(Você tinha algum subsídio?)** Chegava no final do ano, eu também tinha direito a tudo aquilo que as escolas japonesas tinham direito. **(Do que você está falando?)** Por exemplo, todas as escolas japonesas recebem presentes no final do ano e eles mandavam pra mim também, mas subsídios da prefeitura eu não recebia, porém, eu era obrigada a fazer tudo o que a escola japonesa fazia. **(O que por exemplo?)** Treinamento de bombeiros, por exemplo. Agora, as outras escolas brasileiras não tinham nada disso, essas obrigações, então, cansei demais, sabe?

Kyoko Nakagawa: Você teve dificuldades com os pais?

Tereza Tiyoko Yoshida: Nunca tive. Eles sempre honraram e eu, também. Nunca tivemos problemas, cada um cumpria com a sua parte do acordo. Se convocava reunião ou se tinha algum evento, todo mundo participava. O que era ruim eram os meninos de 15, 17 anos que não sabiam nada e tinha que alfabetizar. **(E por que não sabiam?)** Porque não queriam nem ir para escola japonesa, então, tinha que aceitá-los na escola. **(Mas eram alunos de escolas japonesas?)** A maioria era. Tem muito *ijime*, eu mesma fui testemunha de muitos casos, e não dava para colocar os grandes para alfabetizar junto com os pequenos, precisava ser com os de mesma idade e ainda precisava discipliná-los. Eu tomava cuidado para os meninos não se cruzarem com as meninas, o banheiro era perto, porque, se acontecesse qualquer coisa, uma que fosse, acabou. Nunca aconteceu nada, mas as crianças grandes é que me frustravam, tinham dificuldades de aprender. Imagino que quando chegam aqui no Brasil, têm outros problemas, não é? A adaptação na escola brasileira aqui deve ser terrível e como eles estão fazendo? Eu sempre quis saber.

Kyoko Nakagawa: O que vocês esperavam e o que faziam os meninos que terminavam o ensino médio com vocês? Normalmente, eles não saem com conhecimentos suficientes do idioma japonês, não é?

Tereza Tiyoko Yoshida: Geralmente sabiam bem o japonês e eu acho que eles saíam pra trabalhar depois do ensino médio. Eu tinha um que era de Tsukuba, acompanhava bem, mas não tinha estudado português. Porém, dá para consertar esses meninos que vêm de escolas japonesas. Recebia muitos assim, mas eu precisava ter muita paciência, tem que entender a cabecinha deles, conhecer a fundo, ver onde está machucando. Geralmente eles chegam tão... parecem bichinhos, eu não sei se você já sentiu isso deles. Quando eles vinham de escolas japonesas e chegavam à minha escola pareciam animaizinhos. Você não sabe direito qual é o comportamento, o que vão manifestar. Depois, via a mudança deles, mais semelhantes às nossas crianças, se abrem.

Kyoko Nakagawa: E quando foi que você vendeu a sua escola?

Tereza Tiyoko Yoshida: Em 2005 e vim embora. Dois anos antes, a minha escola mudou de razão social, passou a ser uma empresa, antes não era. **(Mas já não era? Que eu saiba, todas as escolas brasileiras são consideradas empresas privadas no Japão)** Era, mas não limitada, passou a ser uma empresa limitada. A minha mãe ia sempre para lá, mas nas últimas vezes ali, eu senti que ela estava com problemas, a minha irmã que ficava aqui com ela, me ligava e aí pensei que devia cuidar dela, afinal, não é só dinheiro que importa. Eu nunca tive problema com saída de alunos, via que muitas escolas tinham uma alta rotatividade com alunos, de repente, perdiam vários de uma só vez. Eu não tinha esse problema. **(Qual era a razão disso?)** Não sei. Talvez eles dessem passos maiores que as pernas. **(Você vendeu para quem a escola?)** Para o Nakayama, que era o meu contador.

Kyoko Nakagawa: A experiência de ter morado no Japão foi boa para você?

Tereza Tiyoko Yoshida: Foi. Mas, acho que estava na hora de eu vir embora. Comecei a ter problemas de bronquite, coisa que nunca tive antes, tinha que levantar de madrugada e sair procurando hospital porque eu não conseguia respirar, pegava o carro e saía procurando hospital. Porém, o tempo que fiquei no Japão trabalhando, eu trabalhei muito mesmo, só assim que se consegue alguma coisa no Japão e andar bem direitinho porque se você torcer o pé, acaba tudo. **(E como foi voltar, para você? O retorno?)** Muito tranquilo, para mim foi muito fácil readaptar. Tem muita coisa que a gente pensa que seria diferente se estivesse no Japão. A única coisa que senti foi que as coisas aqui no Brasil andaram para frente. Mudou muito, e para melhor, mas acho que a parte da educação, infelizmente.... Acho que todo mundo devia morar um tempo fora do país para trazer educação para cá, de bons modos. Isso a gente vê andando na rua, tomando condução, o respeito pelo usuário, pelas pessoas, o compromisso com o ser humano.

Muitas escolas queriam crianças, queriam números, era dinheiro o que importava, afinal são empresas. Mas, o Pedro, por exemplo, me ensinou muito, aprendi muito com eles, alguns que faziam um trabalho sério. Eu contratava pessoas pelo “Hello work”, tinha muitos funcionários japoneses. Professoras, aliás, as professoras japonesas têm formações mais completas, coisa que não têm aqui, foi isso que fez o Panisset me dar os parabéns. **(E agora, como você está?)** Comprei a minha casa quando ainda estava no Japão, em 2003. A minha mãe faleceu há dois anos, eu cuidei muito dela. Quando pude, dei dinheiro para ela fazer compras, ela foi várias vezes para o Japão. Quando voltei, ela estava enfraquecida, doente, fiquei cinco anos cuidando dela. Pude dar a ela tudo aquilo que ela queria, eu tinha gratidão, graças a ela eu pude me tratar, fui estudar no exterior. **(E agora?)** Agora não estou fazendo nada. Penso em refazer a minha vida, fiquei dedicada apenas à minha mãe, vou recomeçar a minha vida, quero estudar, para o meu ego.



15.9 Entrevista com Roberto Yoshihiro Nishio, presidente do Instituto Brasil-Japão de Integração Cultural e Social

Kiyoshi Harada: Quando e por que foi fundado o Instituto Brasil-Japão de Integração Cultural e Social?

Roberto Nishio: O Instituto Brasil-Japão de Integração Cultural e Social foi fundado em 20 de novembro de 2006, tendo a ata de constituição e o estatuto social sido registrados sob n.º 26.616, em 21 de dezembro de 2006, no livro “A” do 7º Registro Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo.

Trata-se de instituição constituída para atuar, durante a comemoração do Centenário, como braço financeiro da Associação para Comemoração do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, e, posteriormente ao Centenário, para ser a gestora de um fundo formado com o saldo de recursos captados e não utilizados na aludida celebração – o que não ocorreu, infelizmente –, encarregando-se de estudar, planejar e viabilizar financeiramente atividades culturais e assistenciais, apoiando as entidades que atuem na preservação e difusão da cultura japonesa no Brasil e da cultura brasileira no Japão, ou desenvolvam atividades de assistência social aos necessitados.

A Associação para Comemoração do Centenário da Imigração Japonesa foi fundada em 2003 com prazo de existência determinada, isto é, 10 anos, devendo, portanto, ser extinta em 2013.

Kiyoshi Harada: Quem são os fundadores?

Roberto Nishio: Este Instituto foi fundado pelas cinco entidades mais representativas da comunidade nipo-brasileira em São Paulo, ou seja:

- Aliança Cultural Brasil-Japão;
- Beneficência Nipo-Brasileira de São Paulo;
- Câmara de Comércio e Indústria Japonesa do Brasil;
- Federação das Associações das Províncias do Japão no Brasil;
- Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social.

Kiyoshi Harada: Quais são os atuais objetivos do Instituto?

Roberto Nishio: Constituída como associação civil sem finalidade lucrativa e com prazo indeterminado de duração, o Instituto tem por objeto desenvolver ações e projetos nas áreas da cultural, social, educacional e ambiental, regendo-se por princípios de promoção da cidadania, do desenvolvimento social e científico, de intercâmbio e integração entre as culturas brasileira e japonesa e de respeito à diversidade e integridade culturais de ambos os povos.

Para tanto, ainda de acordo com o seu objetivo social, pode captar recursos materiais e financeiros junto a organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, para a implementação de ações e projetos próprios ou de terceiros.

Nesta nova fase, o Instituto definiu como sua missão primordial incentivar e apoiar as entidades que desenvolvam atividades culturais e assistenciais, atuando como gestor de um fundo, a ser constituído mediante desenvolvimento de campanhas de captação de recursos, de projetos beneficiados com incentivos fiscais e outros meios de arrecadação.

Como um dos meios para viabilizar a captação de recursos, o Instituto obteve do Ministério da Justiça, qualificação como Oscip, isto é, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, conforme Certificação OSCIP MJ. N.º 08071.0027.6/2007-69, publicada no Diário Oficial da União de 10 de abril de 2007. Essa qualificação é regida pela Lei n.º 9.790/99, de 23 de março de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 3.100/99, de 30 de junho de 1999 e pela Portaria do Ministério da Justiça nº 361/99, de 27 de julho de 1999, e foi renovada em 30 de setembro de 2012, com validade até 30 de setembro de 2013, conforme certificado pelo Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação, da Secretaria Nacional de Justiça, Ministério da Justiça.

Assim, qualificado como uma Oscip, o Instituto Brasil-Japão de Integração Cultural e Social está habilitado a receber contribuições e doações de pessoas jurídicas, oferecendo a esses eventuais contribuintes ou doadores a possibilidade de deduzirem como despesa o valor doado até o limite de 2% do respectivo lucro operacional, com a consequente redução do valor sujeito à incidência do Imposto de Renda, do Adicional de Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro, proporcionando a essas doadoras a recuperação de parte do valor doado.

Kiyoshi Harada: O que o Instituto tem feito nos últimos anos?

Roberto Nishio: Como foi dito anteriormente, o Instituto foi constituído como braço financeiro da Associação para Comemoração do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil e, como tal, com projetos enquadrados na Lei Rouanet, viabilizou em junho de 2008, no Sambódromo do Anhembi, na Capital de São Paulo, os festejos comemorativos daquele marco histórico, recepcionando condignamente sua Alteza Imperial, o Príncipe Herdeiro do Japão, Naruhito. E, na mesma ocasião no Palácio das Convenções do Anhembi, possibilitou a realização da Semana Cultural Brasil-Japão, considerado o maior evento sobre a cultura e artes japonesas já realizado fora do Japão.

Após esses dois importantes eventos e sempre em parceria com a Associação para Comemoração do Centenário para Imigração Japonesa no Brasil, o Instituto realizou nos dias 26 e 27 de outubro de 2009, no Espaço Cultural da Fundação Japão, em São Paulo, Capital, o Simpósio de Avaliação do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, tendo dos temas nele discutidos resultado a publicação do livro *Centenário: Contribuição da Imigração Japonesa para o Brasil Moderno e Multicultural*, obra de autoria coletiva, editada pela Comissão Editorial presidida pelo Dr. Kazuo Watanabe.

Em novembro de 2010, apoiou a execução do projeto Furoshiki – A Beleza da Embalagem Tradicional Japonesa, realizado no Joh Mabe Espaço Arte & Cultura e na Fundação Japão, nesta Cidade de São Paulo.

Em março de 2011, o Instituto organizou nas magníficas dependências do Instituto Tomie Ohtake, nesta cidade, o lançamento do livro *Centenário: Contribuição da Imigração Japonesa para o Brasil Moderno e Multicultural*, obra publicada mediante convênio firmado pela Associação para Comemoração do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil e o Ministério da Cultural (MinC).

Em abril de 2012, ainda com recursos provenientes do convênio havido entre o MinC e a Associação

para Comemoração do Centenário, como coeditor o Instituto organizou o lançamento do livro *Sob o Signo do Sol Levante. Uma História da Imigração Japonesa no Brasil. Volume I (1908-1941)*, de autoria do Prof. Shozo Motoyama, realizado no Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil.

Ressalte-se, ao ensejo, a ampla divulgação dada pela mídia (jornais, rádios e revistas) aos citados livros, bem como os destaques dados aos eventos de seus lançamentos cobertos pela TV Globo.

Nos dias 19 e 20 de maio de 2012, na condição de realizador, o Instituto participou do 7º Bunka Matsuri, nas instalações do prédio da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social, no bairro da Liberdade, em São Paulo, mediante convênio para liberação de verba firmado com a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo.

Nos anos de 2010 a 2012, igualmente mediante convênios firmados com a Secretaria de Estado da Cultura e também na condição de realizador, esta nossa entidade participou do 14º, 15º e 16º Festival das Cerejeiras dos Bunkyo, nas dependências do Centro Cultural e Esportivo Kokushikan, em São Roque, neste Estado.

Atualmente, o Instituto vem colaborando com a Comissão Editorial e com os autores do 2º volume (1942-2008) do livro *Sob o Signo do Sol Levante. Uma História da Imigração Japonesa no Brasil*, para a viabilização de recursos financeiros para pesquisas em jornais, revistas e internet, e entrevistas com personagens desta fase contemporânea da história da imigração japonesa no Brasil, para suprir a pequena ou praticamente inexistente sistematizada bibliografia sobre o tema nos anos mais recentes.

Kiyoshi Harada: Do que necessita o Instituto para cumprir sua missão de apoiar e incentivar entidades culturais ou assistenciais?

Roberto Nishio: Para que possa cumprir efetivamente a sua missão, o Instituto necessita e espera poder contar com o apoio de toda a sociedade brasileira, em especial da comunidade nipo-brasileira e do segmento da sociedade japonesa que tenha relacionamento e nutra simpatia pelo nosso país, das empresas em geral, brasileiras e estrangeiras, de órgãos oficiais de cultura do Brasil e do Japão, por meio de doações simples e até participação em projetos com incentivos fiscais, subvenção pública e verbas parlamentares e por outros diversos meios de apoio financeiro.

Vale salientar, ao ensejo, que no tocante às empresas, tanto as de capital brasileiro como as multinacionais estrangeiras, a centralização no Instituto de fundos anualmente destinados ao patrocínio das atividades de inúmeras entidades culturais e assistenciais lhes evitará a necessidade de dispêndio de precioso tempo no atendimento a esses pleitos, incumbindo-se o Instituto realizá-lo.

Kiyoshi Harada: Algum outro comentário ou informação?

Roberto Nishio: Há no seio da Diretoria a ideia de convidar, futuramente, outras entidades como membros do Instituto e de transformá-lo, se os estudos em curso concluírem positivamente nesse sentido, em uma fundação com os atributos de Oscip, para que suas finalidades institucionais, que são de relevância social e de interesse público, possam existir para sempre e de forma impessoal, com o controle de uma instituição pública confiável, como o Ministério Público.



15.10 Entrevista com Fernando Lopes, formado em jornalismo na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) e editor de Agronegócios do jornal Valor Econômico

Kiyoshi Harada: Qual a participação do Brasil no mercado mundial de *commodities* agrícolas?

Fernando Lopes: Após consolidar sua liderança nas exportações globais de *commodities* como café, açúcar e suco de laranja nas últimas décadas do século XX, o Brasil acelerou, no início deste novo milênio, um importante processo de diversificação que transformou o país em um dos principais atores, também nos mercados de grãos, carnes e produtos florestais certificados. Para isso, somou às suas propagadas vantagens naturais os frutos dos trabalhos conduzidos por instituições de pesquisas como a estatal Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), os resultados de uma grande renegociação de dívidas agrícolas costurada em meados dos anos 1990 pelo governo de Fernando Henrique Cardoso e a forte desvalorização da moeda nacional, o real, em 1999, que conferiu maior competitividade a suas principais cadeias produtivas.

Com isso, e apesar de persistentes desvantagens logísticas e gargalos tributários, o Brasil aproveitou, como nenhum outro grande exportador, a expansão da demanda mundial por alimentos, puxada por países emergentes como a China e que parece ter provocado uma definitiva elevação das cotações de produtos como soja e milho, básicos para a alimentação humana e para a produção de rações e biocombustíveis.

Afora esses fatores, já poderosos, o fortalecimento do consumo doméstico deflagrado depois que o Plano Real controlou a inflação e o aumento de renda proporcionado por políticas adotadas pelo governo Lula colaboraram para os ganhos de eficiência observados no campo, que resultaram no aumento das escalas de produção e no incremento dos níveis de produtividade, melhorias consideradas vitais para a acirrada concorrência por clientes no exterior.

Tudo isso abriu espaço para um crescimento expressivo do nível de utilização de tecnologias no meio rural, traduzida no uso de insumos como sementes, fertilizantes e defensivos mais eficazes, de tratores e colheitadeiras de última geração e de outros equipamentos, como sistemas de irrigação, capazes de estimular atividades agropecuárias altamente profissionais onde antes as condições naturais de clima e solo não permitiam.

Começou a ganhar força uma nova classe de agricultores e pecuaristas que cresce a cada ano com novos empresários rurais competentes e formalizados, importantes para a manutenção do poder brasileiro no comércio mundial e também para o próprio desenvolvimento do Brasil Central. Nesse sentido, a recente nova onda de redução das taxas de juros no país também pode ser considerada de grande valia.

Kiyoshi Harada: O Brasil pode conquistar mais espaço mesmo nos mercados nos quais já se destaca?

Fernando Lopes: Estudo concluído em 2012 pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e pelo Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône) indica que sim,

como também apontam praticamente todas as projeções públicas e privadas divulgadas nos últimos anos, inclusive estrangeiras. Segundo Fiesp e Icone, a fatia do país nas exportações mundiais de açúcar, que foi de 67,6% em 2011, poderá aumentar para impressionantes 73% em 2022. No caso da soja, o incremento previsto, na mesma comparação, é de 34,7% para 41,2%, e o ritmo desse crescimento já está mais acelerado em virtude da grande demanda chinesa e da preferência dos Estados Unidos pelo milho, a partir do qual aquele país também produz etanol combustível.

Nos mercados de carnes, o potencial também é grande. Fiesp e Icone preveem que a participação brasileira nas exportações globais de carne de frango passará de 49,8%, em 2011, para 54,1%, em 2022; na carne bovina, o salto estimado é de 26,1% para 38%; e na carne suína, de 10,5% para 13,4%. Em razão da crescente demanda doméstica para a produção de rações voltadas sobretudo às produções de carnes de frango e suína, o estudo projeta queda na fatia do Brasil nos embarques de milho – de 10,3%, em 2011, para 9,5% em 2022 –, mas esse cenário já começou a sofrer alterações devido ao forte consumo da China, que já passou de país exportador para importador do cereal, e da política americana para os biocombustíveis.

O fato é que, conforme a FAO, a agência das Nações Unidas para agricultura e alimentação, a produção global de alimentos terá de aumentar pelo menos 60% até 2050 para atender ao crescimento da demanda, e o avanço do Brasil nas exportações tende a ser superior à média mundial em todas as atuais frentes de negócios principais. E certamente o agronegócio poderá se fortalecer ainda mais como gerador de divisas. Em 2012, as exportações do setor, encabeçadas por soja em grão e seus derivados (farelo e óleo), carnes, açúcar e etanol, produtos florestais, café, milho, fumo, couros, fibras e sucos se aproximaram de US\$ 100 bilhões e deixaram um superávit de quase US\$ 80 bilhões.

Para que as previsões se tornem realidade, contudo, desafios importantes têm de ser superados. O professor Marcos Fava Neves, da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP) em Ribeirão Preto, divide esses desafios em quatro frentes: a primeira envolve as condições macroeconômicas e tributárias do país; a segunda inclui mais ganhos de eficiência e acesso a novos mercados no exterior, rompendo protecionismos; a terceira é a agregação de valor aos produtos exportados; e a quarta passa pela disseminação dos modelos associativista e cooperativista, também defendidas há décadas pelo ex-ministro Roberto Rodrigues, uma das maiores autoridades mundiais em agronegócios.

Em artigo publicado no jornal *Valor Econômico*, o professor Decio Zylbersztajn, da FEA/USP em São Paulo, resume esses desafios da seguinte maneira: “O potencial exportador de um país é cada vez mais atrelado a duas dimensões fundamentais. Primeiro, a capacidade do Estado de prover sinais claros que aumentem a sua reputação e facilitem as transações internacionais. Exemplos: uma moeda estável, organizações de garantia de qualidade e sanidade em padrões adequados. Segundo, a capacidade do setor privado de rever o modelo tradicional, no qual os fabricantes produzem e depois vendem seu produto, para um modelo no qual as organizações não mais vendem o produto, mas, sim, se inserem em redes, dentro das quais o produto está vendido antes de ser produzido. Cabe alertar as organizações para o fato de que a pergunta a respeito da existência de mercados para os seus produtos deve ser substituída pela questão sobre a existência de redes às quais possam atrelar-se. Cabe outro alerta: o de que os estudos tradicionais de mercado podem estar perdendo a sua utilidade, devendo ser substituídos pelo desenho de estratégias de como incluir-se nas redes de interesse específico.”

Nesse caminho de desenvolvimento, diversos especialistas ponderam, finalmente, que é preciso cuidar para que as desigualdades não sejam aprofundadas ainda mais no meio rural do país, e políticas de apoio específicas a pequenos agricultores, inclusive familiares, podem minimizar essa tendência.

Kiyoshi Harada: Quais os principais polos de produção das culturas agrícolas mais representativas do país na atualidade?

Fernando Lopes: Com o maior uso de tecnologias nas lavouras, a agricultura vem se expandindo por todo o país, mas alguns Estados e regiões têm grande destaque nesse diversificado tabuleiro, cujo Valor Bruto da Produção (VBP) dos 20 principais produtos agrícolas superou R\$ 235 bilhões em 2012, ante R\$ 182 bilhões em 2004, segundo o Ministério da Agricultura.

Impulsionada por soja, milho e algodão, a região Centro-Oeste, sob a liderança de Mato Grosso, viu seu VBP ultrapassar R\$ 70 bilhões. O Sudeste, puxado pelas plantações de cana, eucalipto, café e laranja, registrou VBP superior a R\$ 66 bilhões, enquanto o Sul, outro importante celeiro de cereais, rompeu a barreira de R\$ 55 bilhões, apesar da prolongada estiagem que prejudicou as colheitas de soja e milho na safra 2011/12. Graças à expansão do modelo de produção em larga escala de Mato Grosso para Bahia, Maranhão e Piauí, o VBP agrícola do Nordeste já chegou a R\$ 25 bilhões, enquanto no Norte alcançou R\$ 7,5 bilhões, com destaque para o rápido crescimento de Tocantins no mercado de grãos, também seguindo o modelo mato-grossense.

No total, ainda conforme o Ministério da Agricultura, a produção brasileira de grãos e fibras, liderada por soja e milho, deverá atingir 180 milhões na safra 2012/13, ante as 100 milhões de toneladas do ciclo 2000/01. Em igual comparação, a área plantada com esses produtos – culturas perenes como cana, café e laranja não estão incluídas – passou de 37,3 milhões de hectares para 52 milhões. O ritmo mais acelerado do crescimento da produção comprova o incremento da produtividade decorrente do maior uso de tecnologias nas lavouras, que resulta na ampliação da renda dos agricultores.

E o dinamismo do agronegócio brasileiro esconde outros movimentos importantes, como a profissionalização da hortifruticultura, o avanço da cana no Centro-Oeste e a expansão da produção de óleo da palma no Norte, onde a pecuária extensiva ainda prevalece. Entre muitos outros exemplos.

Kiyoshi Harada: Na sua opinião, a tomada de terras férteis por canaviais, de um lado, e as restrições ambientais, de outro lado, comprometem o desenvolvimento da agricultura do país?

Fernando Lopes: Ainda que tenha arrefecido nas duas últimas safras, a expansão dos canaviais, estimulada pela forte demanda internacional por açúcar e pelo expressivo uso de etanol nos automóveis no Brasil, ainda aquece o debate sobre a “disputa” de terras agricultáveis para o cultivo de produtos básicos para a alimentação e para a produção de biocombustíveis. É consenso, porém, que há espaço no Brasil para a expansão nas duas fronteiras sem que, para isso, o desmatamento ilegal seja ampliado.

Já citado, o estudo concluído em 2012 por Fiesp e Icone calcula que a agropecuária (lavouras e pastagens) ocupou, no total, 230,3 milhões de hectares de 2011 e que essa área alcançará 234,8 milhões de hectares em 2022. A conta leva em consideração um incremento de 48,6 milhões para 58,5 milhões de hectares da área ocupada pelas lavouras, mas uma queda de 181,7 milhões para 176,3 milhões de hectares na área das pastagens, uma vez que a pecuária tende a concentrar-se, pela valorização das terras e para ganhar eficiência.

Se confirmada a projeção, o Brasil reduzirá em 63% seu ritmo de incorporação de novas áreas para a agropecuária, de 1,212 milhão de hectares ao ano entre 2002 e 2011 para 443 mil entre 2012 e 2022. Nesse contexto, o estudo prevê que a produtividade média das lavouras de grãos crescerá 11,4% entre 2011 e 2022, resultado na «preservação» de 5,2 milhões de hectares.

Entre as metas previstas pela Política Nacional de Mudanças Climáticas, está a redução de 80% no desmatamento da Amazônia até 2020, mas Fiesp e Icone estimam que será possível chegar a 87%. No caso do Cerrado, palco da produção de grãos do Centro-Oeste e parte do Nordeste e do Norte, onde se localizam os polos do Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), a meta oficial é reduzir o desmatamento em 40%, mas o potencial pode ser de 90%. Mas a sanha expansionista em áreas proibidas não é fácil se ser detida. No segundo semestre de 2012, por exemplo, a marcante expansão da soja em Mato Grosso levou a uma nova migração da pecuária para o norte do Estado e provocou o aumento do desmatamento no bioma amazônico, onde a fiscalização deficiente se perde nas grandes extensões de terras e facilita o escoamento da produção ilegal.

Como realçou o professor José Tadashi Yorinori, um dos fitopatologistas mais respeitados do mundo, na segunda edição de *O Nikkei no Brasil*, a “disputa” entre a produção de alimentos e de fontes para biocombustíveis não se dá apenas por terras, mas também por agroquímicos como fertilizantes e defensivos. E a dependência do Brasil de insumos importados, que já é grande, tende a crescer ainda mais, haja vista a carência ou a falta de competitividade do Brasil nesses segmentos. Nessa “disputa”, realça Yorinori, “a proteção do meio ambiente poderá perder para a ganância e a força do dinheiro, resultando em maior devastação das florestas nativas, das reservas ecológicas e maior emissão de CO₂ pela própria queimada dos canaviais, maior poluição dos mananciais e lençóis freáticos por resíduos das usinas, dos adubos e dos defensivos”. No que se refere às queimadas, o Estado de São Paulo adotou nos últimos anos medidas que visam à erradicação da prática nos próximos anos. Quanto à utilização em larga escala de agroquímicos, o desenvolvimento de novos produtos com menor impacto no ambiente e a redução do desperdício derivada de boas técnicas de manejo que incentivam a chamada agricultura de precisão são indispensáveis.

Organizado pelo professor Pedro Ramos, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o livro *Dimensões do Agronegócio: Políticas, Instituições e Perspectivas* (MDA, 2007), também defende investimentos em modelos agroecológicos de produção. “A trajetória tecnológica seguida no processo de modernização da agricultura foi principalmente condicionada pela lógica comercial da monocultura, isto é, produzir apenas os produtos com melhor perspectiva de mercado sem levar em conta as consequências ambientais dessas práticas monoculturais para o ecossistema agrícola. A criação das condições agronômicas necessárias para a viabilização dessas práticas marca todo o esforço da pesquisa agropecuária, que tem que fazer face aos constantes problemas decorrentes da degradação do ecossistema agrícola provocados por essas práticas. Criou-se uma espécie de círculo vicioso, em que as técnicas de combate aos desequilíbrios provocados pela monocultura provocam novos desequilíbrios”. E usa como exemplo a grande utilização de agrotóxicos, que muitas vezes acaba por gerar pragas mais resistentes e a obrigar o desenvolvimento de produção mais forte para controlá-las. Assim, prega que as políticas agroambientais devem procurar, progressivamente, criar condições de rentabilidade para que a adoção de práticas agroecológicas como o uso de controladores biológicos possam ser mais acessíveis e eficientes, para que elas possam competir com os produtos usados pela agricultura convencional, que se disseminaram a partir da “Revolução Verde” de meados do século passado.

Kiyoshi Harada: Tendo em vista o empenho generalizado dos países ricos e dos em desenvolvimento para expandir cada vez mais as suas respectivas economias, pergunta-se: o tão falado princípio do desenvolvimento sustentável é exequível em sua plenitude?

Fernando Lopes: Quando comemorou 90 anos, em 2009, a Sociedade Rural Brasileira (SRB), com sede em São Paulo, resumiu bem a posição dos agentes do agronegócio do país em relação ao tema sustentabilidade. Defendeu que “o desenvolvimento sustentável deve ser amparado pelo tripé da susten-

tabilidade ambiental, econômica e social”, destacou a revisão do Código Florestal brasileiro – menos restritiva do que gostariam os ambientalistas – e afirmou que “a legislação ambiental brasileira tem que ser modificada para efetivamente cumprir seu papel de conservação, sem barrar a produção e o desenvolvimento do país”.

Nesse sentido, pregou a implementação de políticas de pagamentos por serviços ambientais e o desenvolvimento do mercado de crédito de carbono, que ainda engatinham. Ações semelhantes estão em curso em países desenvolvidos, mas são incipientes em nações pobres e em desenvolvimento. No caso dos alimentos, o caminho para isso pode ser tortuoso, mas não tem volta. São crescentes a preocupação e a pressão dos consumidores por uma produção sustentável, inclusive com técnicas que preservem o bem-estar dos animais de abate. A punição para empresas que desafiam esse conceito tem sido a proibição da venda de seus produtos nos supermercados, além das inevitáveis manchas em suas imagens.

Porém, as maneiras de driblar regulamentações que visam barrar práticas deletéreas no meio rural são criativas, o que exige atenção redobrada de autoridades nacionais e de órgãos multilaterais. No livro *O Brasil que deu certo: a saga da soja brasileira* (Tríade, 2005), os autores Gilberto J. Zancopé e José Monir Nasser destacam que o pensador nipo-brasileiro Yuichi Tsukamoto sempre diferenciou os “atores marcadores aparentes”, pessoas que contribuem pouco com muita “pompa e circunstância”, dos “agentes realizadores ocultos”, os que contribuem muito, discretamente.

“Os primeiros são as pessoas ligadas a cargos, a orçamentos, a responsabilidades públicas; os segundos são todos os que fazem acontecer silenciosamente, aplicando os seus meios e arriscando seu próprio dinheiro na empreitada. É a diferença entre o Brasil oficial e o Brasil real. Às vezes os ‘atores marcadores aparentes’ e os ‘agentes realizadores ocultos’ cooperam, às vezes entram em conflito. Às vezes trabalham paralelamente, sem levar em conta a existência do outro. A velocidade em que as coisas dão certo depende, em grande parte, da sintonia dessa relação.”

Kiyoshi Harada: Outrora, a comunidade nikkei destacou-se como a inovadora das técnicas agrícolas. Como está atualmente a sua participação nos grandes projetos agrícolas?

Fernando Lopes: A participação da comunidade nikkei é marcante tanto nas pesquisas quando na produção agropecuária e na ocupação de novas fronteiras agrícolas no Brasil. Destaque nos cinturões verdes que cercam grandes metrópoles como São Paulo, produtores nikkeis de todos os portes ficaram raízes na produção de grãos e fibras em larga escala e em diversos outros segmentos, como a avicultura e a produção de ovos. Grandes empresas fundadas por nikkeis destacam-se nas exportações de grãos, muitas vezes com a intermediação de *tradings* japoneses com marcante participação no mercado brasileiro.

No meio rural do Distrito Federal, por exemplo, a comunidade foi pioneira e o primeiro filho de japoneses que nasceu na região foi batizado pelo próprio presidente Juscelino Kubitchek que disse, na época, que “se a terra ali fosse boa, não precisava de japoneses”. Na década de 1970, o Programa de Cooperação Nipo-brasileira no Desenvolvimento da Agricultura de Cerrados (Prodecerr), que contou com financiamento do governo do Japão e a participação de empresas japonesas, é considerado vital para os resultados alcançados hoje na produção e nas exportações de soja do país.

Na área de pesquisas, são igualmente marcantes os trabalhos de representantes da comunidade com produtos como café, fumo, soja, cana e laranja, entre muitos outros, desenvolvidos por empresas estatais como a Embrapa, institutos públicos como o Biológico, de Campinas, e em grandes grupos privados. E nas mais diferentes frentes de atuação, da agroeconomia ao desenvolvimento de sementes transgênicas e à nanotecnologia aplicada a agricultura, que começa a ganhar força.

O cafeeiro brasileiro não dava ouro, como propagavam os cartazes espalhados pelo governo japonês que convenceram cerca de 200 mil pessoas a deixarem o país em busca de oportunidades no Brasil há mais de 100 anos, mas a riqueza dessa total integração da comunidade nikkei na sociedade brasileira é inesgotável.



15.11 Entrevista com Massami Uyeda, Advogado, Mestre e Doutor em Direito pela USP e Ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça

Massami Uyeda

Advogado e consultor jurídico. Ministro do Superior Tribunal de Justiça (aposentado). Mestre e doutor em Direito (USP). Membro fundador do Instituto de Direito Comparado Brasil-Japão

Kiyoshi Harada: Cento e dez anos se passaram desde a vinda dos primeiros imigrantes japoneses. Pede-se uma avaliação sintética da evolução da antiga colônia para a atual comunidade nipo-brasileira.

Massami Uyeda: Como nissei, isto é, filho de imigrantes japoneses que aqui desembarcaram nos primeiros anos da imigração japonesa para o Brasil, nascido em pleno período da II Guerra Mundial, externo minha opinião como observador privilegiado que tem acompanhado o evoluir da comunidade nipo-brasileira. Se, como todos os estudiosos do fenômeno migratório de japoneses para o Brasil têm ressaltado, nos primórdios da imigração, o ânimo que impulsionou a vinda deles para o Brasil foi o desejo de, por um breve período de tempo, aqui permanecer e retornar para o Japão, após fazer fortuna material, sendo esta a razão pela qual, de certa maneira, não se preocuparam em estabelecer-se aqui em caráter de permanência definitiva, fato este aliado às circunstâncias da diversidade de língua, costume e tradições, contribuíram para que florescesse um espectro de distanciamento dos imigrantes japoneses da cultura brasileira, a ponto de, a partir de 1930 e até o final da II Guerra, difundir-se o conceito do assim chamado “perigo amarelo”, mas a reversão daquelas expectativas iniciais se deu após 1950 quando, então, o ânimo de permanência em definitivo passa a ser o denominador comum dos imigrantes japoneses no Brasil. E, ao mesmo tempo, paulatinamente os nisseis passam a ocupar posições de destaque na sociedade nipo-brasileira, mercê da conclusão de cursos superiores, em várias áreas do conhecimento humano. A preocupação com a formação educacional de seus filhos sempre foi uma constante entre os imigrantes japoneses. Esta ascensão dos imigrantes japoneses e de seus descendentes no seio da sociedade brasileira foi fruto de denodado trabalho, exercido com dedicação e seriedade e a contribuição da presença nipônica no Brasil se faz em todas as áreas de atividades humanas, notadamente no campo da agricultura, no cultivo de produtos hortifrutigranjeiros. Nesse período de 110 de presença nipônica no Brasil, representada pelos imigrantes e por seus descendentes, já se podem computar, entre seus descendentes, os integrantes da quinta e da sexta gerações, grande parte deles já miscigenados com pessoas de outras etnias. E, além disso, não se pode olvidar que, como comunidade nipo-brasileira, encontram-se os nisseis e seus descendentes que, a partir de 1980, foram para o Japão, como decasségus e que ali permanecem, constituindo a comunidade brasileira no Japão e que, a seu modo, difundem a cultura brasileira na área da comunicação, gastronomia, música, esporte, religião, etc. Essa movimentação de pessoas, na concepção de McLuhan, torna o globo uma “aldeia global”, a qual integrada pela internet, em tempo real, faz com que a comunicação não se restrinja às fronteiras geopolíticas. Esse conjunto de circunstâncias permite, portanto, dizer que a antiga “colônia”, constituída pelos imigrantes japoneses e por seus descendentes no Brasil, evoluiu para a atual “comunidade nipo-brasileira” (aqui no Brasil e lá, no Japão).

Kiyoshi Harada: Na sua opinião, a cultura tradicional japonesa, difundida no Brasil pelos imigrantes e filhos (nisseis), corresponde à atual cultura da sociedade japonesa?

Massami Uyeda: Quando de viagens realizadas para o Japão, tive a oportunidade de ouvir de destacadas personalidades japonesas que, efetivamente, a tradicional cultura japonesa, legatária dos valores vigentes no Período Meiji (1868/1912) poderia ser encontrada no Brasil, antes mesmo que no Japão. Isto porque, segundo me disseram, os japoneses que emigraram para o Brasil, no início do século 20, trouxeram consigo todos os valores e as tradições da cultura japonesa e os conservaram intactos, sem ter sofrido as traumáticas transformações culturais decorrentes do pós-guerra. Se há em torno desta constatação um pouco de verdade, na realidade, aqui no Brasil, por força do convívio e do intercâmbio entre os diversos grupos étnicos que compõem o mosaico cultural brasileiro, com o passar dos anos, até mesmo os isseis, isto é, os imigrantes japoneses, passaram a ter um comportamento, digamos assim, “mais tropicalizado”, pois empolgam-se com o futebol, o samba, a caipirinha, a feijoada e até mesmo arriscam “um dedo de prosa”, tão ao gosto dos brasileiros. Assim, a nosso ver, na comunidade nipo-brasileira não há falar-se em pautar-se o comportamento cultural de seus integrantes nos moldes da tradicional cultura japonesa ou nos moldes da atual cultura da sociedade japonesa.

Kiyoshi Harada: No seu entender, a cultura japonesa em geral, com suas nuances, continuará ou não a ser praticada entre descendentes da terceira geração em diante. Até quando?

Massami Uyeda: O atavismo cultural inegavelmente exerce forte influência no comportamento humano. A nosso ver, alguns dos traços marcantes da cultura japonesa, como o respeito aos pais ou aos mais velhos, também a consideração com as crianças, a dedicação ao trabalho e ao estudo ainda encontram ressonância entre os descendentes da terceira geração, assim se entendendo os netos dos imigrantes. Para as demais gerações, a dos bisnetos, a dos tataranetos e outros mais, de modo atenuado, haverá a influência desses valores culturais, os quais, é bom que se diga, não são exclusivos da cultura tradicional japonesa. Mas é evidente que o papel da influência da educação familiar há de ser fator preponderante para a observância dos valores de agregação familiar e desenvolvimento pessoal. As manifestações culturais contemporâneas do Japão, decorrentes do acelerado desenvolvimento do high tech, espalhando-se pelas áreas da comunicação visual e digital, como os animê e os mangá, os quais já estão sendo considerados como manifestação da nona arte, exercem forte influência entre as gerações mais jovens e, como tivemos oportunidade de constatar em recente entrevista de Kátia Kishi, Bolsista de 2018 do Programa de Intercâmbio do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão, há um crescente interesse de jovens, descendentes de japoneses e de não descendentes, em conhecer a cultura do Japão, inclusive com a busca pelo aprendizado do idioma japonês. De certa maneira, a nosso ver, esta volta, melhor dizendo, esta busca pelas raízes ancestrais, evidencia a força do atavismo cultural de que falava o professor e sociólogo da USP Hiroshi Saito, que, nos idos de 1960, teve a oportunidade de conduzir uma pesquisa entre grupos de estudantes japoneses, estudantes norte-americanos de origem ariana, estudantes brasileiros de origem ariana, estudantes nisseis norte-americanos e estudantes nisseis brasileiros, para interpretar o sentido de uma cena retratada em uma pintura. A pesquisa demonstrou que os estudantes de origem ariana apresentaram uma interpretação unívoca, a qual diferia, substancialmente, da interpretação dada pelos estudantes japoneses. E a interpretação dada pelos estudantes nipo-americanos e nipo-brasileiros coincidia exatamente com aquela dada pelos estudantes japoneses. Assim, a influência da cultura japonesa herdada pelos descendentes dos imigrantes japoneses que vieram para o Brasil, a partir de 1908, há de persistir por sucessivas gerações, cujo limite, entretanto, não se tem como precisar, uma vez que o fenômeno sociocultural é dinâmico.

Kiyoshi Harada: O aumento acentuado da miscigenação irá ou não comprometer os traços característicos da comunidade nipo-brasileira?

Massami Uyeda: A intensa troca de vivências culturais decorrente da miscigenação entre os descendentes de imigrantes japoneses e pessoas de outras etnias é rico e precioso legado que a cultura japonesa, herdada por um dos partícipes da miscigenação, transmite aos atributos da personalidade do ser assim gerado e que, certamente, possui uma vantagem adicional em relação aos demais. Aliás, a miscigenação de etnias, a partir do descobrimento do Brasil, com a presença do português, do índio e do negro, agregada pelos imigrantes de outras origens, torna o Brasil um país de formação multicultural, no qual a harmonia é característica presente no convívio cotidiano, tornando realidade o sonho de viver em uma sociedade fraterna.

Principais eventos do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil

16

16. Principais eventos do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil

Textos: Kiyoshi Harada

Apoio: Agência Cadastrar

16.1 Breve introdução

A imigração japonesa no Brasil, por força do Tratado de Amizade, Comércio e de Navegação, firmado entre o Japão e o Brasil, em 5 de novembro de 1895 – vencendo a oposição da elite brasileira, que considerava o povo japonês como raça inassimilável –, acabou acontecendo em 18 de junho de 1908 trazendo as primeiras 165 famílias. Eram, em sua maioria, agricultores pobres sem perspectivas de ascensão em sua terra natal. Assim que chegaram ao Brasil, cheios de esperanças, foram logo encaminhados para as fazendas de café, onde cumpriam árduas jornadas em condições das mais precárias, sempre sob a vigilância de capatazes. Viram seus sonhos caírem por terra, quando perceberam que a propaganda feita no Japão não correspondia à realidade.

Mas, suplantando uma a uma todas as adversidades iniciais e, ainda, superando as agruras da ditadura Vargas, seguidas de limitações de toda ordem em decorrência da Segunda Guerra Mundial, quando o Japão e o Brasil colocaram-se em campos opostos, os japoneses e seus descendentes, decorridos cem anos, passaram a gozar do mais alto grau de prestígio na sociedade brasileira. São consideradas pessoas de bem, trabalhadoras, honestas, responsáveis, persistentes e esforçadas na conquista de seus objetivos. Esses conceitos garantem aos nikkeis o respeito da democrática e heterogênea sociedade brasileira da qual fazem parte como um dos segmentos mais atuantes.

A rápida ascensão dos nikkeis no cenário nacional deve-se, de um lado, à sua extrema mobilidade social e, de outro lado, ao seu apego à tradição e à milenar cultura japonesa trazidas pelos imigrantes e por eles redesenhadas no interior de seus lares, para serem transmitidas de geração em geração. A disciplina, no sentido de persistência e esforço para a consecução dos objetivos almejados; a hierarquia, caracterizada pela reverência aos pais, aos avós, aos irmãos mais velhos, aos chefes; o sentimento de vergonha ao praticar comportamentos tidos como socialmente inadequados (violação de valores culturais e sociais); o sentimento de coletividade, privilegiando o “nós” em detrimento do “eu”; a educação escolar permeada de princípios sólidos, propiciando um desempenho acadêmico satisfatório, assim entendida a combinação de talento, habilidades sociais e políticas, esforço e dedicação; o respeito à natureza baseado em crença religiosa; o amor às crianças, tidas como tesouros da nação; a exaltação de valores como honra, dever, responsabilidade, lealdade, gratidão etc. São essas as principais manifestações da genuína cultura japonesa que impulsionaram os nikkeis na conquista de importantes espaços na vida nacional.

Os nikkeis brasileiros, principalmente os da segunda geração, os nisseis, são muito mais “japoneses” do que os japoneses autóctones da atualidade, que estão se distanciando cada vez mais de suas caras tradições, principalmente nas grandes metrópoles, onde os interesses econômicos predominam¹.

¹ Só falta acontecer um choque cultural entre os nikkeis aqui radicados e aqueles de kasseguis que retornam ao nosso país depois de longa estada no Japão.

Ao cabo de um século, o povo brasileiro orgulha-se pela acolhida das primeiras famílias originárias do Japão e de todas as outras que se seguiram desde então. A sociedade brasileira deve aos imigrantes japoneses, importante contribuição para a diversidade cultural; para a economia, sobretudo na agricultura e na pesca, com a introdução de técnicas de produção e cultivo de novos produtos; e da mesma forma em termos de disciplina e compromisso com o conhecimento, típicas tradições nipônicas, que serviram para gestar técnicos, professores, cientistas e profissionais em múltiplas áreas, fundamentais para o desenvolvimento da inteligência nacional.

Daí a comemoração do Centenário da Imigração Japonesa em grande estilo e em âmbito nacional, envolvendo órgãos e autoridades dos três Poderes da República, bem como a mobilização de setores da iniciativa privada. Nunca se viu tamanho interesse despertado na mídia: jornais, revistas, programas de rádio e de televisão deram destaques aos eventos comemorativos do Centenário extrapolando as fronteiras de nosso país, ganhando notícias na França na Inglaterra, na Arábia Saudita e logicamente no Japão.

Entretanto, a grande surpresa foi a adesão voluntária de inúmeras instituições não nikkeis aos festejos comemorativos do Centenário, homenageando vários membros da comunidade nikkei que se destacaram nas respectivas áreas de atuação. Embora nem todos esses eventos tenham sido divulgados ou registrados pela mídia nikkei, focada mais no aspecto histórico da imigração japonesa, eles têm, na verdade, um significado da maior relevância. Essas homenagens prestadas por entidades ou associações de classe não nikkeis representam o reconhecimento incontestável da ampla sociedade brasileira ao atuante segmento nikkei que a compõe de forma indissolúvel e que tanta contribuição já trouxe e trará em prol do desenvolvimento da nação brasileira.

16.2 Os festejos comemorativos

Centenas de festejos comemorativos aconteceram em todas as cidades onde há concentração de nikkeis, abrangendo difusão de artes, cultura, literatura, eventos esportivos, simpósios, homenagens, plantio de cerejeiras e ipês, inaugurações de monumentos e obras artísticas, lançamentos de livros, lançamento de pedra fundamental para construção de prédios institucionais etc. O ponto alto dessas comemorações foi, sem dúvida, a presença do Príncipe Herdeiro Naruhito nas principais cidades brasileiras numa cabal demonstração de apego e carinho da Família Imperial e do Governo Japonês à comunidade nikkei radicada no Brasil.

O jornal *Nippo-Brasil* publicou um guia de eventos comemorativos, contendo aqueles oficializados pela Associação para Comemoração do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, bem como os que contaram com o seu apoio.

Tirante os festejos comemorativos que realmente foram fantásticos, com repercussões nos âmbitos nacional e internacional; em São Paulo, onde ocorreu a maior manifestação comemorativa, não se deixaram infelizmente obras grandiosas que pudessem marcar passagem para a lembrança das gerações futuras. Os grandes projetos, dentre os quais, os de construção do Centro de Integração Brasil-Japão, do Centro Esportivo Imigrantes, de reforma do prédio do Bunkyo, de ampliação do Hospital Santa Cruz etc. não saíram do papel.

Na cidade de Maringá, Estado do Paraná, graças à ação da comunidade local, foi possível inaugurar o Parque do Japão Memorial Imim 100, que serve de marco para as futuras gerações de nikkeis naquela localidade. Foi inaugurado em 2008, ocupando uma área de 100.000 m². Além de expressar de certa forma a milenar cultura japonesa, o Parque constitui um espaço de preservação ambiental para ressaltar a integração do homem com a natureza, de forma contemplativa e harmônica. O príncipe Naruhito esteve em visita a esse Parque.

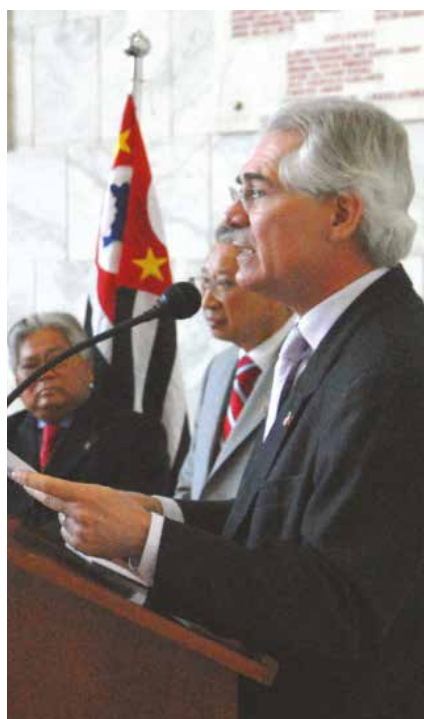
No Estado de São Paulo merecem lembranças as esculturas comemorativas do Centenário no Aeroporto de Guarulhos e na cidade de Santos executadas pela artista plástica Tomie Ohtake. Digno de lembrança, também, os inúmeros monumentos em homenagem à passagem do Centenário construídos pelo artista plástico Yutaka Toyota em Registro, Arujá (Nippon Country Club), Bastos, Botucatu e Londrina.

Alguns dos eventos comemorativos, bem como as obras mencionadas são ilustrados nas páginas que se seguem.

Lançamento do livro *O nikkei no Brasil* no Hall Monumental da Assembleia Legislativa do Estado, no dia 15-01-2008 e desdobramentos posteriores



Sessão de abertura: Deputado Vaz de Lima, Ten. Brig. Junit Saito, Osamu Matsuo, Dep. Walter Ihoshi; Min. Fernando E. Ono, Min. Francisco Mauro Brasil de Holanda, representante do MRE; Dep. Said Mourad; Dep. Samuel Moreira; Dep. João Caraméz; Dep. Akira Otsubo e Kiyoshi Harada.



Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Vaz de Lima.



Execução dos hinos nacionais do Japão e do Brasil pelas integrantes do Coral Bunkyo.



Aspectos do público presente.



Outro aspecto do público presente.



Apresentação do livro pelo coordenador Kiyoshi Harada.



Kiyoshi Harada entrega o 1º exemplar ao Dep. Vaz de Lima, Presidente da Assembleia Legislativa. Ao fundo, Kokei Uehara, Deputados Said Murad, Samuel Moreira e João Caraméz.

Homenagem ao Centenário recebida na FAAP de Ribeirão Preto, seguida de lançamento do livro – 4-6-2008



Prédio da FAAP em Ribeirão Preto, local da homenagem feita em 4-6-2008.



Embaixador Rubens Ricupero, Kazuo Watanabe e Kiyoshi Harada que falaram sobre a imigração japonesa.



Público presente.



Sessão de autógrafos.

Homenagem ao Centenário recebida no Conselho Federal da OAB em Brasília, seguida do lançamento do livro no Centro Cultural Evandro Lins e Silva - 9-6-2008



Sessão de abertura da homenagem prestada pela OAB Nacional: Mário Júlio Pereira da Silva, Ministro Fernando Enzo Ono, Kiyoshi Harada, Embaixador Ken Shimanouchi, Cezar Brito (Presidente da OAB Nacional) e Lúcio Flávio Sunakozawa.



Ao centro, o Embaixador Ken Shimanouchi agradecendo a homenagem prestada sob o olhar atento do Presidente Cezar Brito ao lado de Leon Frejda Sklarowsky. À esquerda, Min. Massami Uyeda, Min. Fernando Ono e Kiyoshi Harada.



Embaixador Ken Shimanouchi, Ministro Massami Uyeda e Kiyoshi Harada autografando livro.



Felicia Ayako Harada e Emiko Uyeda.



Romeu Barcellar, Embaixador Ken Shimanouchi, Ministro Massami Uyeda, Cezar Brito (Presidente da OAB Nacional) e Kiyoshi Harada



Lúcio Flávio Sunakozawa, Camila Yumy Kubota (Miss Centenário de Brasília) e Yukiyo Matsunaga.



Miss Centenário de Brasília, Camila Yumy Kobota, Min. Massami Uyeda e Kiyoshi Harada.

Homenagem ao Centenário recebida da OAB/SP, no Sesc Vila Mariana – 30-6-2008

Cerca de 600 pessoas, entre autoridades, políticos, empresários, artistas, militares e profissionais liberais compareceram ao evento, que homenageou 55 personalidades nikkeis, alguns *in memoriam*. As homenagens foram precedidas de diversas atrações, como apresentação de Tamashi Taiko, do mágico Issao Imamura, da contadora de histórias Tiemi Yamashita e da cantora Mariko Nakahira. No final foi feito o lançamento do livro O nikkei no Brasil.

1 – General Akira Obara	28 – Cel. PM Luiz Massao Kita
2 – Dr. Américo Sugai (<i>in memoriam</i>)	29 – Profª Dra. Marico Meguro
3 – Sra. Andréa Thomioka	30 – Prof. Dr. Masato Ninomiya
4 – Vereador Aurélio Nomura	31 – Ministro Massami Uyeda
5 – Dra. Chieko Aoki	32 – Des. Nelson Hanada
6 – Des. Consuelo Y. Moromizato Yoshida	33 – Des. Paulo Hatanaka
7 – Dr. Diogo Nomura (<i>in memoriam</i>)	34 – General Paulo Kazunori Komatsu
8 – Ministro Fernando Eizo Ono	35 – Prof. Dr. Paulo Yokota
9 – Dr. Getúlio Kyotomo Hanashiro	36 – Dr. Raul Takaki
10 – Dr. Hатио Shimomoto	37 – Cel. PM Reizo Nishi
11 – Dr. Hécio Honda	38 – Sr. Renato Kenji Nakaya
12 – Sra. Helena Mizumoto	39 – Prof. Dr. Roque Komatsu
13 – Dr. Hirofumi Ikesaki	40 – Sra. Rosa Miyake
14 – Sr. Hiroshi Minakawa (<i>in memoriam</i>)	41 – Prof. Dr. Rui Ohtake
15 – Dra. Iurica Tanio Okumura	42 – Prof. Dr. Sedi Hirano
16 – Des. Jô Tatsumi	43 – Ministro Seigo Tsuzuki
17 – Vereador Jooji Hato	44 – Ministro Shigeaki Ueki
18 – Tenente-Brigadeiro Juniti Saito	45 – Dr. Shizuo Hosoe (<i>in memoriam</i>)
19 – Prof. Dr. Kazuo Watanabe	46 – Sra. Suzana Y. Muranaga Bartels
20 – Dr. Keize Harada (<i>in memoriam</i>)	47 – Dr. Teiichi Haga
21 – Des. Kioitsi Chicuta	48 – Sra. Tizuka Yamazaki
22 – Dr. Kiyoshi Harada	49 – Sra. Tomie Ohtake
23 – Prof. Dr. Kokei Uehara	50 – Prof. Dr. Toshio Mukai
24 – Sra. Leda Nakabayashi Shimabukuro	51 – Dr. Tuyoci Ohara
25 – Prof. Dr. Lúcio Flávio Sunakozawa	52 – Vereador Ushitara Kamia
26 – Des. Luís Carlos Hiroki Muta	53 – Deputado Walter Shindi Iihoshi
27 – Dra. Maria Minomo Azevedo	54 – Deputado William Boss Woo
	55 – Des. Yoshiaki Ichihara



Sessão de abertura da homenagem ao Centenário pelo Presidente da OAB/SP, Luiz Flávio Borges D'Urso, vendo-se, entre outras pessoas, Kiyoshi Harada, Dep. William Woo, Des. Paulo Hatanaka, Dr. Kozo Denda e Ten.-Brigadeiro Juniti Saito.



Prof. Kokei Uehara recebendo a placa de homenagem.



Kiyoshi Harada agradecendo a homenagem e apresentando o livro O nikkei no Brasil.



Presidente D'Urso e Kozo Denda, ao centro, posam junto a alguns dos 55 homenageados vendo-se, entre outros, Ushitaro Kamia, William Woo, Des. Consuelo Yoshida, Ten.-Brigadeiro Juniti Saito, Helena Mizumoto, Leda Nakabayashi, Hatiro Shimomoto, Yoshiaki Ichihara, Walter Ihoshi, Joogi Hato, Kokei Uehara, Toshio Mukai, Kazuo Watanabe, Masato Ninomiya, Maria do Carmo Nomura, Hirofumi Ikezaki, Des. Paulo Hatanaka, Des. Roque Komatsu e Raul Takaki.





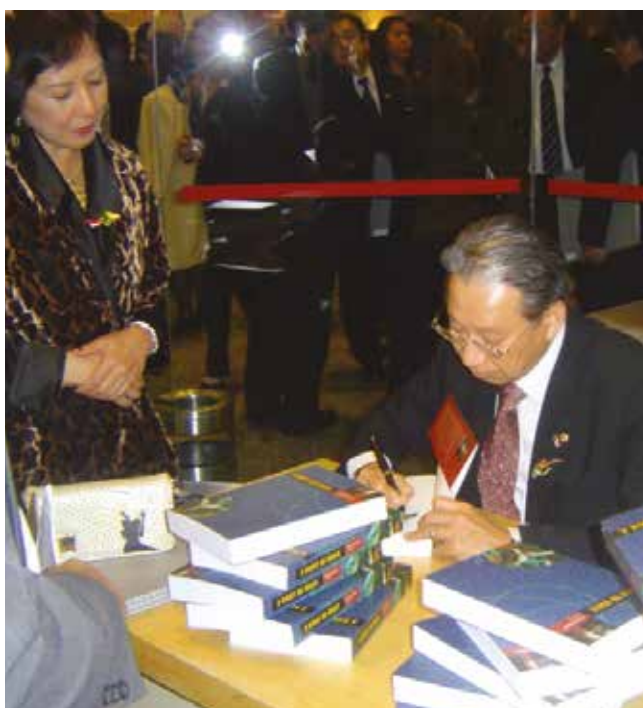
Cantora japonesa Mariko Nakahira prestigiou o evento cantando algumas canções típicas e autografando seus CDs.



Aspecto do público presente ao coquetel de lançamento.



Des. Kioitsi Chicuta e Kiyoshi Harada e seu neto, Felipe.



Kiyoshi Harada autografando.

Show de abertura do “Japão-Brasil 100 anos”, em 16-1-2008, no Auditório do Ibirapuera. Evento de intercâmbio musical entre as duas nações.



Do lado japonês: o instrumentista de shamisen Hiromitsu Agatsuma e Grupo de Música Japonesa Rin; do lado brasileiro: Yamandu Costa e Hamilton de Holanda.



Abertura da exposição de Ikebana no Hall da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – 25-3-2008



Mônica Serra, Dep. Vaz de Lima, Presidente da Assembleia Legislativa e o Cônsul-Geral do Japão em São Paulo, Masuo Nishibayashi, inauguram a exposição.



Professora Emília Tanka.



Arranjo Floral.



Felicia Harada, consulesa, Consul-Geral, Massuo Nishibayashi, Emília Tanaka e Reimei Yoshioka.

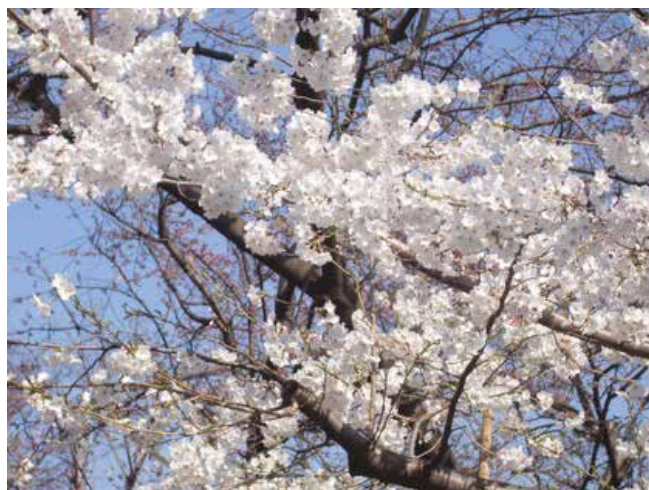
Superior Tribunal de Justiça homenageia o Centenário

O Poder Judiciário prestou uma significativa homenagem à comunidade nikkei, abrilhantando os festejos comemorativos do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil. Por iniciativa do Ministro Massami Uyeda, realizou-se a plantação de cerejeiras na frente da sede do STJ, ao lado do Edifício do Plenário daquela Alta Corte de Justiça. As mudas foram fornecidas pela Prefeitura de Campos do Jordão e pela Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social.

Cerejeira (sakurá) é considerada a flor nacional do Japão. Ela traduz felicidades. Só floresce uma única vez ao ano, durando apenas uma semana. Suas folhas caem no outubro para atravessar o duro inverno com galhos nus e florescer na primavera. Existem diversas variedades de cerejeiras com diferentes cores. Por ter uma vida tão efêmera, a flor de cerejeira foi adotada como símbolo dos samurais, que levavam uma vida incerta.



Primavera pêssogo.



Primavera branca.



Público rosa.



Plantio de cerejeiras em frente ao prédio do STJ na parte lateral do Edifício do Plenário da Corte.



Min. Massami Uyeda e o Prefeito de Campos do Jordão, João Paulo Ismael.



Min. Massami Uyeda e Presidente do STJ, Min. Raphael de Barros Monteiro Filho descerram a placa.



Placa alusiva à inauguração do Bosque das Cerejeiras.



Osamu Matsuo, Min. Massami Uyeda, João Paulo Ismael e Dep. Walter Ihoshi.



Gal. Paulo Kazunori Komatsu, Min. Massami Uyeda e Min. Fernando Eizo Ono, do TST.

XI ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE EX-BOLSISTAS DO “GAIMUSHO KENSHUSEI”

Evento em homenagem ao Centenário da Imigração Japonesa no Brasil

Data: 28 a 30 de maio de 2008

Local: São Paulo – Rua São Joaquim, 381, 2º andar – Salão Nobre do Bunkyo
PRESIDENTE DE HONRA DO XI ENCONTRO – DR. KAZUO WATANABE

COMISSÃO ORGANIZADORA

DR. KIHATIRO KITA – Presidente
DR. RENATO YAMADA – Coordenador Geral
DR. KIYOSHI HARADA – Secretário Executivo
Cel. ARMANDO KIHARA e Dr. IZUMO HONDA - Tesoureiros

PROGRAMA DO ENCONTRO:

Dia 28 de maio (Quarta-feira): Manhã: chegada dos bolsistas do exterior a São Paulo
Noite: recepção dos bolsistas no Consulado-Geral do Japão em São Paulo

Saída do Hotel Nikkei às 18h00

Dia 29 de maio (Quinta-feira): Manhã: encontro de bolsistas no Salão Nobre do Bunkyo
8h30: sessão solene de abertura do encontro com execução dos hinos nacionais do Japão e do Brasil pelo Coral Bunkyo
Mestre de Cerimônias: Dr. Kiyoshi Harada
9h00: Sessão de Debates: Exposição de tema e de subtemas:
Tema: Influência da tradição e da cultura japonesas nas sociedades locais
Subtemas: Influências nas áreas das artes, cultura, educação, agricultura, culinária, esportes e do direito.
Mestre de Cerimônias: Dr. Tomio Katsuragawa
Presidente da sessão: Des. Jô Tatsumi
Secretário: Dr. Luiz Aoyama
Palestra Introdutória: Dr. Kiyoshi Harada
Exposição de subtemas pelos representantes de todas as delegações:
a) Brasil – São Paulo (SP): Dr. Kazuo Watanabe
b) Brasil – Belém (PA): Dr. Yuji Ikuta
c) Argentina: Ricardo Miyaji
d) Peru: Rodolfo Sakata
11h40 – Encerramento da sessão
11h45 - Visita ao Museu Histórico da Imigração Japonesa
13h00 - Almoço nas dependências do Museu
Tarde: livre
Noite: 21h00 – Concerto do Centenário no Teatro Municipal de São Paulo

Dia 30 de maio (Sexta-feira): City Tour: Incluindo visita ao Pavilhão Japonês no Ibirapuera com Homenagem aos Imigrantes e à Exposição da Imigração (Banco Real).
Saída do Hotel às 8h00. Golf para os interessados
20h00: Solenidade de entrega do Prêmio “Mário Osassa” aos representantes da Argentina (Ricardo Miyaji), do Peru (Rodolfo Sakata) e do Brasil (Renato Yamada), jantar de confraternização e posse da nova Diretoria da ABExBGK no Hotel Nikkei Palace.



Ex-bolsistas recepcionados pelo Cônsul-Geral Massuo Nishibayashi e consulesa.



Cônsul-Geral e consulesa com ex-bolsistas da Argentina e do Peru



Mestre de cerimônia, Kiyoshi Harada, compondo a mesa para sessão de abertura do Encontro.



Discurso de abertura do Presidente Kiyoshi Harada.



Palestra introdutória do Prof. Kiyoshi Harada.



Palestra de Rodolfo Sakata, representante do Peru.



Palestra do Prof. Kazuo Watanabe sobre influências na área do Direito.



Palestra do Dr. Yuji Ijuta sobre influências na área da saúde.



Visita ao Museu do Ipiranga.



Visita ao Mercado Municipal.





Kiyoshi Harada e Kazuo Watanabe examinam o livro contendo nomes de antigos funcionários do Banco América do Sul, hoje, Banco Real.



Superintendente Orídio Kiyoshi Shimizu e a gerente Márcia Harumi Nakagawa, do Banco Real, recepcionam os visitantes da exposição.



Concerto comemorativo do Centenário sob regência de Marcos Arakaki.



Apresentação do tenor Satoshi Yoshii.



Agraciados durante o jantar com o prêmio "Mário Osassa", Rodolfo Sakata (Peru), Ricardo Miyaji (Argentina) e Renato Yamada (Brasil), ladeados por Kiyoshi Harada e Kazuo Watanabe.



O presidente que deixa e o presidente que assume com as respectivas esposas e Kiyoshi Harada, Kazuo Watanabe e Reizo Nishi.



Renato Yamada recebe a medalha e o diploma de D. Shizue Osassa.



Ricardo Miyaji agradece a honraria em nome dos demais agraciados ladeado por Tomio Katsugawa, Kiyoshi Harada, Dep. Walter Ihosi e Dep. William Woo.



Integrantes do Coral Bunkyo cantam o hino do Centenário.



Posse da Diretoria do ABEXBGK vendo-se ao centro o novo Presidente para o ano 2008-2009, Tomio Katsuragawa.

VISITA DO PRÍNCIPE NARUHITO – Dias 17 a 24 de junho/08

O ponto alto das comemorações do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil foi a visita de Sua Alteza Imperial, o Príncipe Naruhito. Seguem ilustrações das visitas feitas em diferentes localidades.

Em Brasília



Presidente Lula e sua esposa D. Marisa cumprimentam o príncipe Naruhito na cerimônia oficial de sua chegada a Brasília. (Crédito: Divulgação/Secretaria de Imprensa do Palácio do Governo/Foto de Ricardo Stuckert)



Presidente Lula e sua esposa Dna. Marisa diante da guarda formada em sua honra. (Crédito: Divulgação/Secretaria de Imprensa do Palácio do Governo/Foto de Ricardo Stuckert)



Discurso no Palácio do Planalto. (Crédito: Rodrigo Meikaru)



Presidente Lula e sua esposa cumprimentando o príncipe no Itamaraty. (Crédito: Rodrigo Meikaru)



Príncipe Naruhito com Presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia. (Crédito: Rodrigo Meikaru)



Lançamento do selo do Centenário pelo Presidente Lula e Príncipe Naruhito. (Crédito: Rodrigo Meikaru)

Em São Paulo - Bunkyo



Príncipe Naruhito cumprimenta os idosos.



Aspecto da visita ao Museu da Imigração Japonesa no Brasil.



Saudação do Cônsul-Geral Massuo Nishibayashi.



Kokei Uehara recebe donativo da Casa Imperial.



Na varanda do pavilhão japonês no Ibirapuera.



Na varanda do pavilhão japonês.



No jardim do pavilhão japonês.



Saída do pavilhão japonês.

São Paulo – Sambódromo

Foi o ponto máximo das comemorações com recepção solene impecável e diversas apresentações culturais e artísticas.



Vista geral da pista do Sambódromo.



Príncipe Naruhito passando em revista a guarda formada em sua honra.



*Príncipe Naruhito sendo conduzido à tribuna de honra.
(Crédito: Gabriel Inamine)*



Príncipe durante a execução dos hinos nacionais do Japão e do Brasil vendo-se à sua esquerda o Prefeito Gilberto Kassab e o Presidente da ALESP, Dep. Vaz de Lima.



Saudação do príncipe Naruhito.



*Saudação do Presidente Kokei Uehara.
(Crédito: Gabriel Inamine)*



Homenagens da PMSP.



Homenagens da Cavalaria da PMSP.



Banda da Marinha japonesa.



Marinheiros japoneses conduzem as bandeiras.



Apresentação de taikô infantil.



Apresentação de senhoras.



Aspecto geral do público.



Apresentação de kendô.



Apresentação de dança com flauta e shamisen.



Flagrante e aspecto do público.



Flagrante. Min. Massami Uyeda e Ten. Brig. Juniti Saito.



Miss Centenário Karina Eiko Nakahara, entre Kiyoshi Harada e a 3ª princesa, Juliana Midori Panha Higa

São Paulo – Palácio dos Bandeirantes



Príncipe Naruhito sendo recebido no gabinete do governador José Serra. (Crédito: Daniel Guimarães)



Príncipe Naruhito entre o governador José Serra e sua esposa, Mônica Serra. (Crédito: Daniel Guimarães)



Príncipe Naruhito participando de uma sessão musical. (Crédito: Ciete Silvério)



Príncipe Naruhito demonstrando sua habilidade no violino. (Crédito: Ciete Silvério)

Visitas diversas



Discurso de saudação do Príncipe em português na visita à Faculdade de Direito da USP.



Reverenciando a memória dos pioneiros da imigração.



No Parque do Carmo com o Prefeito Gilberto Kassab.



No Armazém 14 onde atracou o Kasato-Maru.
Foto: São Paulo Shimbun.



Na Praça Tomi Nakagawa, em Londrina.
Foto: São Paulo Shimbun.



Recepção do Príncipe no Rio de Janeiro.



Com governador Aécio Neves no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte. Foto: São Paulo Shimbun.



Abertura do concerto em comemoração ao Centenário da Oesp, na Sala São Paulo. Príncipe Naruhito ao lado do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e sua esposa, D. Ruth Cardoso. Foto: Gilberto Marques.

TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO INAUGURAÇÃO DO TORII – PORTAL JAPONÊS

A Corte de Contas do Município de São Paulo presta homenagem à comunidade nikkei inaugurando o Portal Japonês em suas dependências – 20-6-08.



Ministro Massami Uyeda e o Presidente do TCMSP, Edson Simões, descerram a placa de inauguração.



Torii inaugurado em frente ao jardim das cerejeiras.



Autoridades posam sob o torii.



Presidente Edson Simões acompanha a saída do Ministro Massami Uyeda e sua esposa, Emiko.

HOMENAGEM AO BRIGADEIRO DE INFANTARIA DA AERONÁUTICA, AGOSTINHO SHIBATA

A comunidade nikkei, representada por 35 entidades lideradas pela Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social, presta significativa homenagem em seu salão nobre na noite do dia 17 de julho de 2008.



Kiyoshi Harada faz saudação ao homenageado.



Kokei Uehara entrega a placa de homenagem.



Aspecto do público presente, vendo-se no primeiro plano Kiyoshi Harada, Cel. Coji Yanaguita, Tomio Katuragawa e Gal. Akira Obara.



Brigadeiro Agostinho Shibata e sua esposa, Kiyoko, ladeados por Kazuo Watanabe, Kokei Uehara e Felícia Ayako Harada. Atrás, Kiyoshi Harada e Yoshio Kiyono.



Felícia Harada entrega flores à esposa do Brigadeiro, D. Kiyoko Shibata.



Durante a execução dos hinos nacionais do Japão e do Brasil.

Visita dos marinheiros



Coral Bunkyo canta os hinos nacionais do Japão e do Brasil.



Comandante da Esquadra recebe um quadro de lembrança do Bunkyo em cerimônia em que esteve presente o Presidente da Aliança Cultural Brasil-Japão, Des. Jo Tatsumi.



Autoridades de marinheiros do Japão.



Banda da Marinha japonesa.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL USP-KEIO COMEMORATIVO DO CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA AO BRASIL E DO SESQUICENTENÁRIO DA UNIVERSIDADE KEIO, DO JAPÃO

Nos dias 16, 18 e 19 de agosto de 2008 foram debatidos e discutidos temas relevantes e da atualidade nas áreas de Medicina e de Direito pelos professores japoneses e brasileiros, respectivamente, na Faculdade de Medicina da USP e na Faculdade de Direito da USP.

Vinte e oito professores do Japão proferiram palestras, sendo dez delas da área de Direito. Do lado brasileiro, 53 professores participaram do evento entre palestrantes e presidentes de mesa.

Esse evento, maior do tipo nos últimos tempos, foi coordenado pelo Instituto de Direito Comparado Brasil-Japão que, sob a presidência do Prof. Kazuo Watanabe, vem realizando seminários na área jurídica ao longo do tempo, tanto no Brasil como no Japão.

Seguem os textos do programa e a ilustração da parte dos acontecimentos incluindo a parte social.



SIMPÓSIO INTERNACIONAL
Universidade de São Paulo e Universidade KEIO

Comemorativo do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil e do Sesquicentenário da Universidade Keio

16, 18 e 19 de agosto de 2008

FACULDADE DE MEDICINA DA USP
Av. Dr. Arnaldo, 455 (Pavão-Campus)
Cidade Universitária - São Paulo - SP

FACULDADE DE DIREITO DA USP
Largo São Francisco, 93
Centro - São Paulo - SP

MENSAGEM DA COMISSÃO ORGANIZADORA

É com grande prazer que convidamos os profissionais e estudantes das áreas médica e jurídica, além de interessados em geral, para participarem do **Simpósio Internacional de Faculdade de Medicina e Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e da Universidade Keio**, comemorativo do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil e do Sesquicentenário da Universidade Keio. Nesse Simpósio, discutiremos vários temas de grande relevância e interesse para ambos os países, como **Doenças Infecciosas e Parasitárias, Gastroenterológicas, Dermatológicas e Oftalmológicas**, na área de Medicina, e de questões ligadas ao **Direito Civil, Direito Comercial, Direito Penal, Direito do Trabalho, Direito do Consumidor e Direito Processual Civil**, na área Jurídica, e realizaremos **Seminários** sobre várias questões médicas, educacionais, previdenciárias e jurídicas ligadas aos trabalhadores brasileiros no Japão.

Cada tema em discussão contará com a presença de um Professor procedente do Japão e um Nacional. Ao final, será publicado um **Relatório** com os trabalhos dos participantes do Simpósio, em forma escrita e na mídia eletrônica, promovendo desse modo um amplo intercâmbio de informações e de conhecimentos entre as comunidades acadêmicas e o público em geral dos dois países amigos.

São Paulo, 15 de Agosto de 2008

Prof. Dr. Edna Maria de Albuquerque Diniz

Prof. Roberto Ishioka

Prof. Dr. Hajime Hisaeda

Prof. Dr. Masahiko Watanabe

REALIZAÇÃO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE MEDICINA

• COMISSÃO DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
• ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS

FACULDADE DE DIREITO

• INSTITUTO DE DIREITO COMPARADO BRASIL-JAPÃO

UNIVERSIDADE KEIO

FACULDADE DE MEDICINA

FACULDADE DE DIREITO

PALESTRANTES CONVIDADOS

INTERNACIONAIS - JAPÃO

Prof. Dr. Angelo Ishii
Prof. Dr. Go Wakabayashi
Prof. Dr. Hajime Hisaeda
Prof. Dr. Hiroya Takeuchi
Prof. Dr. Isao Kitai
Prof. Dr. Jun Yamagami
Prof. Dr. Kazuo Kitamura
Prof. Dr. Kazuo Taubota
Prof. Dr. Koichi Miki
Prof. Dr. Koichiro Asano
Prof. Dr. Masao Ikeda
Prof. Dr. Masayuki Amagai
Prof. Dr. Masahiko Watanabe
Prof. Dr. Michio Maeda
Prof. Dr. Mikio Furuse

Dr. Norimitsu Ban
Prof. Dr. Ryuchi Yamakawa
Prof. Dr. Seiichi Mori
Prof. Dr. Shoichiro Tsugane
Prof. Dr. Tatsuya Ota
Prof. Dr. Tatsuya Otake
Dr. Tetsuya Kawakita
Prof. Dr. Tomoyoshi Nozaki
Prof. Dr. Tsukasa Miyajima
Prof. Dr. Tsumoto Takeuchi
Prof. Dr. Yasuyuki Kitawaki
Prof. Dr. Yoshiro Saikawa
Prof. Dr. Yuko Kitagawa

PALESTRANTES NACIONAIS

Prof. Dr. Ada Pellegrini Grinover
Prof. Dr. Aluisio Augusto Cotrim Segurado
Prof. Dr. Antonio Azevedo Barone
Prof. Dr. Antônio Rodrigues de Freitas Jr.
Des. Cassiano Lagares
Prof. Dr. Carlos Alberto de Salles
Dr. Celso Nakagawa
Prof. Dr. Edna Maria de Albuquerque Diniz
Prof. Dr. Estêvão Mallet
Prof. Dr. Evandro A. Rêgo
Prof. Dr. Fátima Márcia Tenger
Prof. Dr. Flair José Carrilho
Prof. Dr. Gil Bernardi
Prof. Dr. Gláucia Maria F. Novais Hiratake
Prof. Dr. Haroldo Mathias Duarte Vergosa
Dr. Heloisa Helena de Sousa Marques
Dr. Jurca Tami Okumura
Prof. Dr. Ivan Cecconello
Prof. Dr. João Graciano Rodas
Conselheiro João Pedro Costa
Prof. Dr. José Antonio Sanchez Junior
Prof. Dr. José Eduardo Costa Martins
Prof. Dr. Joyce Hise Yamamoto
Prof. Dr. Kazuo Watanabe
Prof. Dr. Kiyoshi Harada

Dr. Kyoko Inagaki Nakagawa
Prof. Dr. Luiz Augusto Carneiro D'Albuquerque
Dr. Lúcia Hirunishi Matsui
Prof. Dr. Marcos Boulos
Prof. Dr. Maria Aparecida Shikanai Yasuda
Des. Nelson Hamada
Prof. Dr. Newton de Lucca
Prof. Dr. Newton Silva
Prof. Dr. Osmar Kenji Yagi
Prof. Dr. Paulo Sakai
Prof. Dr. Regina Maria Bueno Franco
Prof. Dr. Renato Nishimura
Dr. Ricardo Holczuh
Dr. Richard Yudi Hida
Prof. Dr. Ronaldo Cesar Borges Gryschek
Prof. Dr. Ruth Miyuki Saito
Dr. Shinichi Ishioka
Prof. Dr. Tetsuhiro Sanchiwa
Dr. Tetsuo Ohara
Prof. Dr. Valeria Aoki
Prof. Dr. Walter Yukihiko Tanahashi
Acadêmica Juliana Shijunaga

PROGRAMA DE ABERTURA

16 DE AGOSTO - 9:00

LOCAL: TEATRO DA FACULDADE DE MEDICINA - USP
AV. DR. ARNALDO, 455

9:00 - 10:00 - SOLENIDADE DE ABERTURA

10:00 - 10:30 - PALESTRAS DE ABERTURA
MODERADORA: PROF. DR. EDNA MARIA DE ALBUQUERQUE DINIZ

A HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL
PROF. DR. MASATO NINOMIYA

10:30 - 11:00 - TRAJETÓRIA DOS DESCENDENTES DE JAPONESES DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DR. SHINICHI ISHIOKA

11:00 - 11:30 - SESSÃO MUSICAL

11:30 - COQUETEL

LOCAL: CENTRO ACADÊMICO OSWALDO CRUZ - CAOC
(CENTRO DE CONVIVÊNCIA)

18 DE AGOSTO (SEGUNDA-FEIRA)

MOLÉSTIAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS

Local: Centro de Convenções Rebouças - Av. Dr. Enéas
Carnalho de Aguiar, 23

ABERTURA - Prof. Dr. Marcos Boulos - Brasil
Prof. Dr. Tomoyoshi Nozaki: National Institute of Infectious Diseases - Japão
Prof. Dr. Maria Aparecida Shikanai Yasuda: Departamento de Moléstias Infecciosas e Parasitárias - FMUSP - Brasil
Prof. Dr. Antonio Azevedo Barone - Brasil
Prof. Dr. Edna Maria de Albuquerque Diniz

MANHÃ

08:00 - 08:10 - Prof. Dr. Marcos Boulos - Brasil
Coordenadora: Prof. Dr. Maria Aparecida Shikanai Yasuda

08:10 - 08:40 - Mecanismos de virulência de *Entamoeba histolytica*: Prof. Dr. Tomoyoshi Nozaki - Japão

08:40 - 09:10 - Imunossupressão na malária
Dr. Hajime Hisaeda - Japão

09:10 - 09:40 - Cryptosporidium e Giardia em águas marinhas (ostras, mariscos) e águas naturais - Dr. Regina Maria Bueno Franco - UNICAMP - Brasil

9:40 - 10:10 - Discussão
Prof. Dr. Tomoyoshi Nozaki - Japão
Prof. Dr. Marcos Boulos - FMUSP e Núcleo de Medicina Tropical - Santarém - Brasil

10:15 - 10:30 - INTERVALO (Coffe-break)

10:30 - 11:00 - Doença de Chagas e infecção por HIV
Prof. Dr. Maria Aparecida Shikanai Yasuda - Brasil

11:00 - 11:30 - Relato de caso: discussão clínica e imunopatológica - Prof. Dr. Aluisio Augusto Cotrim Segurado - Prof. Dr. Ronaldo Cesar Borges Gryschek - USP - Brasil

11:30 - 12:00 - Discussão e Encerramento
Prof. Dr. Tomoyoshi Nozaki - Japão
Prof. Dr. Maria Aparecida Shikanai Yasuda - Brasil

GASTROENTEROLOGIA

Local: Centro de Convenções Rebouças - Av. Dr. Enéas
Carnalho de Aguiar, 23

Novas estratégias em cirurgia digestiva
Moderador: Dr. Shinichi Ishioka - Brasil

TARDE

14:00 - Perspectivas do NOTES (Endoscopia Cirúrgica Transluminal por Orifícios Naturais)
Prof. Dr. Paulo Sakai - Brasil

14:15 - Papel do Mapeamento Linfático e do Infronodo sentinela no câncer esofágico e gástrico
Prof. Dr. Yuko Kitagawa - Japão

14:30 - Ressecção endoscópica do câncer colometal
Prof. Dr. Masahiko Watanabe - Japão

14:45 - Discussão
Câncer do trato gastrointestinal
Moderador: Prof. Dr. Ivan Cecconello - Brasil

15:00 - Epidemiologia do câncer gástrico
Prof. Dr. Shoichiro Tsugane - Japão

15:15 - Cirurgia minimamente invasiva para câncer do esôfago - Prof. Dr. Yuko Kitagawa

15:30 - Câncer gástrico no Brasil - resultados do tratamento - Prof. Dr. Osmar Kenji Yagi - Brasil

15:45 - Discussão

16:00 - 16:30 - INTERVALO (Coffe-break)

Câncer do fígado
Moderador: Prof. Dr. Luiz Augusto Carneiro D'Albuquerque - Brasil

16:30 - Abordagem laparoscópica do câncer colometal
Prof. Dr. Masahiko Watanabe

16:45 - Epidemiologia e diagnóstico do carcinoma hepatocelular - Prof. Dr. Flair José Carrilho - Brasil

17:00 - Estratégias no tratamento do Carcinoma Hepatocelular - Prof. Dr. Go Wakabayashi

17:15 - Discussão

CONFERÊNCIA
Transplante hepático com doador vivo: estado atual - Presidente: Prof. Dr. Tetsuhiro Sanchiwa - Brasil - Conferencistas: Prof. Dr. Go Wakabayashi - Japão

17:50 - Encerramento

SIMPÓSIO DE MEDICINA

19 DE AGOSTO (TERÇA-FEIRA)

DERMATOLOGIA
Local: Centro de Convenções Rebouças - Av. Dr. Enéas
Cavalcini de Aguiar, 23

MANHÃ

08:00 - 08:15 - ABERTURA - Prof. Dr. Evandro A. Ritti - Brasil
Prof. Dr. Masayuki Amagai - Japão
Prof. Dr. Celina W. Mendes

08:15 - 08:45 - Papel das junções de occlusão na função de barreira epitelial - Prof. Dr. Mauro Funchal - Japão

08:45 - 09:15 - Função da barreira cutânea na patogênese da asma e da dermatite atópica - Prof. Dr. Kojiro Asano - Japão

09:15 - 09:30 - Discussão

09:30 - 09:45 - Paracetamolismo: um panorama geral - Prof. Dr. José Eduardo Costa Martins - Brasil

09:45 - 09:55 - Papel do hidroxônio na paracetamolismo - Prof. Dr. Sílvia Bernardi - Brasil

09:55 - 10:00 - Discussão

10:00 - 10:30 - INTERVALO (Coffee-break)

10:30 - 10:50 - Perigos: mecanismos imunológicos de produção de anticorpos no modelo murino - Prof. Dr. Masayuki Amagai - Japão

10:50 - 11:00 - Caracterização de anticorpos e perigos para técnicas de diagnóstico - Prof. Dr. Jun Yamagami - EUA - Japão

11:00 - 11:15 - Discussão

11:15 - 11:30 - Patologia foliolar: um panorama geral - Prof. Dr. Evandro A. Ritti - Brasil

11:30 - 11:45 - Patologia foliolar: endócrino: imunopatologia - Prof. Dr. Vitoria Azeiteiro - Brasil

11:45 - 12:00 - Uniforme cutâneo de células T em doenças HTLV - 1: evidências em São Paulo - Prof. Dr. José Antonio Sanches Jr. - Brasil

12:00 - 12:15 - Discussão e Encerramento

TEAM - USP - CCEX-FMUSP
14:00 - 17:00 - SEMINÁRIO DE DECASSÉQUIS

Presidente: Prof. Dr. Edna Maria de Albuquerque Diniz
Moderador: Dr. Carlos Kashi Yagi

Participantes

14:00 - 14:30 - Aspectos epidemiológicos e clínicos das Hepatites B e C - Prof. Dr. Fabiano Mello Tenório

14:30 - 15:00 - Movimento dos trabalhadores brasileiros no Japão: impacto das diferenças culturais sobre a saúde mental e síndrome de regressão - Dr. Osamu Nakagawa

15:00 - 15:30 - Influência do movimento migratório nas crianças - Prof. Dr. Kiyoko Inagaki Katsugawa

15:30 - 16:00 - Prevalência de HIV na população brasileira no Japão - Prof. Dr. Luiz Henrique Morita

16:00 - 16:30 - Evidências e aspectos clínicos da Tuberculose - Prof. Dr. Helena Helena de Sousa Marques

16:30 - 17:00 - Discussão

OPHTHALMOLOGIA
Local: Teatro da Faculdade de Medicina da USP - Av. Dr. Arnaldo, 458

ABERTURA - Atualização em Oftalmologia

TARDE

13:00 - 13:30 - CAFÉ COM OS RESIDENTES - Prof. Dr. Kazuo Tsubota

13:30 - 13:55 - ABERTURA - Prof. Dr. Walter Takahashi

13:55 - 14:15 - CONFERÊNCIA: Novas Corretivas em Síndrome do Olho Seco - Prof. Dr. Kazuo Tsubota

14:15 - 14:30 - Discussão

14:30 - 14:45 - Impacto Ambiental e Olho Seco - Prof. Dr. Newton Kato Jost

14:45 - 14:55 - Discussão

14:55 - 15:10 - Ambulatório de Superfície Ocular - Prof. Dr. Roberto Ishikawa

15:10 - 15:25 - Discussão

15:25 - 15:40 - Pesquisa em Olho Seco - Prof. Dr. Ritsui Miyai Kurita

15:40 - 15:55 - Discussão

15:55 - 16:10 - SEMINÁRIO: Medicina Anti-idade em Oftalmologia - Prof. Dr. Kazuo Tsubota

16:10 - 16:25 - Discussão

16:25 - 16:40 - ABERTURA: Prática em Olho Seco para Oftalmologia Geriátrica - Prof. Dr. Maria Cristina Nogueira - Brasil

16:40 - 16:55 - Discussão

16:55 - 17:10 - Novas Corretivas em "Envelhecimento" de Células Oculares - Dr. Tetsuya Kawasaka

17:10 - 17:25 - Discussão

17:25 - 17:40 - Atualização da Atividade "Visual Function" em Clínica Oftalmológica - Dr. Roberto Jost

17:40 - 17:55 - Discussão

17:55 - 18:10 - Interferência em Pesquisa - Prof. Dr. Richard Yuki Hata

18:10 - 18:25 - Discussão

18:25 - 18:40 - Comentários Finais

18:40 - 18:55 - Prof. Dr. Kazuo Tsubota

18:55 - 19:10 - Prof. Dr. Newton Kato Jost

19:10 - 19:25 - Prof. Dr. Walter Takahashi

SIMPÓSIO DE DIREITO

18 DE AGOSTO (SEGUNDA-FEIRA)

DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PENAL
Local: Auditório XI de Agosto - Rua Riachuelo, 185 - Jéru

MANHÃ

08:00 - CREDENCIAMENTO

09:00 - 10:00 - DIREITO DO TRABALHO

Presidente da Sessão: Prof. Dr. Antônio Rodrigues de Freitas Jr.

A situação dos direitos trabalhistas no Japão e o regime da legislação trabalhista japonesa - Prof. Ryuzo Yamashita - Japão

O regime da legislação trabalhista brasileira - Prof. Estelito Medeiros - Brasil

10:30 - 11:00 - INTERVALO (Coffee-break)

11:00 - 12:30 - DIREITO PENAL

Presidente da Sessão: Prof. Dr. Mariângela Gomes de Magalhães Gomes

Práticas de infrações penais por estrangeiros e a justiça criminal japonesa - Prof. Tetsuya Ota - Japão

Estabelecimento da lei penal brasileira: julgamento pelo Judiciário brasileiro de crimes praticados por brasileiros no exterior - Prof. Kiyoshi Harada - USP - Brasil

Dr. Juntar Tami Okumura - Procurador de Justiça do Estado de São Paulo

12:30 - 13:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

Presidente da Sessão: Desembargador Nelson Hamada

Introdução à reforma da parte de Direito das Obrigações no Código Civil japonês - Prof. Masao Iwata - Japão

Exatidão básica do regime de inadimplência do consumidor e a reforma do Código Civil - Prof. Isao Kikui - Japão

Exatidão básica do regime de inadimplência do consumidor e a reforma do Código Civil - Prof. Isao Kikui - Japão

Direito das Obrigações no Novo Código Civil brasileiro e o regime jurídico de inadimplência contratual - Prof. Gisela Maria F. N. Iwakura - Brasil

11:00 - 11:30 - INTERVALO (Coffee-break)

11:30 - 12:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

Presidente da Sessão: Prof. Dr. Roque Komatsu

Direito do Consumidor Japonês: práticas comerciais, oferta publicitária e o dever de informar - Prof. Michio Morita - Japão

Direito do Consumidor Brasileiro: práticas comerciais, oferta publicitária e o dever de informar - Prof. Newton de Lucca - Brasil

12:30 - 13:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

13:00 - 13:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

13:30 - 14:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

14:00 - 14:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

14:30 - 15:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

15:00 - 15:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

15:30 - 16:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

16:00 - 16:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

16:30 - 17:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

17:00 - 17:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

17:30 - 18:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

18:00 - 18:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

18:30 - 19:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

19:00 - 19:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

19:30 - 20:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

20:00 - 20:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

20:30 - 21:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

21:00 - 21:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

21:30 - 22:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

22:00 - 22:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

22:30 - 23:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

23:00 - 23:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

23:30 - 24:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

24:00 - 24:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

24:30 - 25:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

25:00 - 25:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

25:30 - 26:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

26:00 - 26:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

26:30 - 27:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

27:00 - 27:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PENAL
Local: Auditório XI de Agosto - Rua Riachuelo, 185 - Jéru

MANHÃ

08:00 - CREDENCIAMENTO

09:00 - 10:00 - DIREITO DO TRABALHO

Presidente da Sessão: Prof. Dr. Antônio Rodrigues de Freitas Jr.

A situação dos direitos trabalhistas no Japão e o regime da legislação trabalhista japonesa - Prof. Ryuzo Yamashita - Japão

O regime da legislação trabalhista brasileira - Prof. Estelito Medeiros - Brasil

10:30 - 11:00 - INTERVALO (Coffee-break)

11:00 - 12:30 - DIREITO PENAL

Presidente da Sessão: Prof. Dr. Mariângela Gomes de Magalhães Gomes

Práticas de infrações penais por estrangeiros e a justiça criminal japonesa - Prof. Tetsuya Ota - Japão

Estabelecimento da lei penal brasileira: julgamento pelo Judiciário brasileiro de crimes praticados por brasileiros no exterior - Prof. Kiyoshi Harada - USP - Brasil

Dr. Juntar Tami Okumura - Procurador de Justiça do Estado de São Paulo

12:30 - 13:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

Presidente da Sessão: Desembargador Nelson Hamada

Introdução à reforma da parte de Direito das Obrigações no Código Civil japonês - Prof. Masao Iwata - Japão

Exatidão básica do regime de inadimplência do consumidor e a reforma do Código Civil - Prof. Isao Kikui - Japão

Exatidão básica do regime de inadimplência do consumidor e a reforma do Código Civil - Prof. Isao Kikui - Japão

Direito das Obrigações no Novo Código Civil brasileiro e o regime jurídico de inadimplência contratual - Prof. Gisela Maria F. N. Iwakura - Brasil

11:00 - 11:30 - INTERVALO (Coffee-break)

11:30 - 12:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

Presidente da Sessão: Prof. Dr. Roque Komatsu

Direito do Consumidor Japonês: práticas comerciais, oferta publicitária e o dever de informar - Prof. Michio Morita - Japão

Direito do Consumidor Brasileiro: práticas comerciais, oferta publicitária e o dever de informar - Prof. Newton de Lucca - Brasil

12:30 - 13:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

13:00 - 13:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

13:30 - 14:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

14:00 - 14:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

14:30 - 15:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

15:00 - 15:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

15:30 - 16:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

16:00 - 16:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

16:30 - 17:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

17:00 - 17:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

17:30 - 18:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

18:00 - 18:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

18:30 - 19:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

19:00 - 19:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

19:30 - 20:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

20:00 - 20:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

20:30 - 21:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

21:00 - 21:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

21:30 - 22:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

22:00 - 22:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

22:30 - 23:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

23:00 - 23:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

23:30 - 24:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

24:00 - 24:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

24:30 - 25:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

25:00 - 25:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

25:30 - 26:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

26:00 - 26:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

26:30 - 27:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

27:00 - 27:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PENAL
Local: Auditório XI de Agosto - Rua Riachuelo, 185 - Jéru

MANHÃ

08:00 - CREDENCIAMENTO

09:00 - 10:00 - DIREITO DO TRABALHO

Presidente da Sessão: Prof. Dr. Antônio Rodrigues de Freitas Jr.

A situação dos direitos trabalhistas no Japão e o regime da legislação trabalhista japonesa - Prof. Ryuzo Yamashita - Japão

O regime da legislação trabalhista brasileira - Prof. Estelito Medeiros - Brasil

10:30 - 11:00 - INTERVALO (Coffee-break)

11:00 - 12:30 - DIREITO PENAL

Presidente da Sessão: Prof. Dr. Mariângela Gomes de Magalhães Gomes

Práticas de infrações penais por estrangeiros e a justiça criminal japonesa - Prof. Tetsuya Ota - Japão

Estabelecimento da lei penal brasileira: julgamento pelo Judiciário brasileiro de crimes praticados por brasileiros no exterior - Prof. Kiyoshi Harada - USP - Brasil

Dr. Juntar Tami Okumura - Procurador de Justiça do Estado de São Paulo

12:30 - 13:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

Presidente da Sessão: Desembargador Nelson Hamada

Introdução à reforma da parte de Direito das Obrigações no Código Civil japonês - Prof. Masao Iwata - Japão

Exatidão básica do regime de inadimplência do consumidor e a reforma do Código Civil - Prof. Isao Kikui - Japão

Exatidão básica do regime de inadimplência do consumidor e a reforma do Código Civil - Prof. Isao Kikui - Japão

Direito das Obrigações no Novo Código Civil brasileiro e o regime jurídico de inadimplência contratual - Prof. Gisela Maria F. N. Iwakura - Brasil

11:00 - 11:30 - INTERVALO (Coffee-break)

11:30 - 12:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

Presidente da Sessão: Prof. Dr. Roque Komatsu

Direito do Consumidor Japonês: práticas comerciais, oferta publicitária e o dever de informar - Prof. Michio Morita - Japão

Direito do Consumidor Brasileiro: práticas comerciais, oferta publicitária e o dever de informar - Prof. Newton de Lucca - Brasil

12:30 - 13:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

13:00 - 13:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

13:30 - 14:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

14:00 - 14:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

14:30 - 15:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

15:00 - 15:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

15:30 - 16:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

16:00 - 16:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

16:30 - 17:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

17:00 - 17:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

17:30 - 18:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

18:00 - 18:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

18:30 - 19:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

19:00 - 19:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

19:30 - 20:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

20:00 - 20:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

20:30 - 21:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR

21:00 - 21:30 - DIREITO DO CONSUMIDOR

21:30 - 22:00 - DIREITO DO CONSUMIDOR



Sessão de abertura pelo Diretor da Faculdade de Medicina da USP, Marcos Boulos, vendo-se: Seiichi Morii, Sedi Hirano, João Grandino Rodas, Tsutomu Takeuchi, Kazuo Watanabe e José Ricardo de C.M. Ayres.



Prof. Seiichi Mori, Vice-Reitor da Keio, discursa ladeado pelos professores Kokei Uehara, Walter Pinotti e Sedi Hirano.



Módulo de Direito Penal. Tatsuya Ota, Marângela Gama de Magalhães Gomes, Kiyoshi Harada e Iurica Okumura.



Módulo de Direito Processual Civil. Ada Pellegrini Grinover, Kazuo Watanabe e Koichi Miki.



Módulo de Direito Civil. Giselda Maria F.N. Hironaka, Nelson Hanada, Masao Ikeda e Isao Kitai.



Módulo de Direito do Consumidor. Newton de Luca, Roque Komatsu e Michiyo Maeda.



Seminário – Decasségus. Yasuyuki Kitawaki, Masato Ninomiya, João Pedro Costa e Juliana Shiguenaga.



Ryuchi Yamanaka e Estevão Mallet, que abordaram as questões trabalhistas no Japão e no Brasil.



Prof. Michiyo Maeda, discorrendo sobre aspectos do direito do consumidor no Japão.



Jantar oferecido por Kazuo Watanabe e Tsuyoci Ohara no fino restaurante italiano Vecchio Torino.



Almoço no tradicional restaurante Itamarati.



Jantar oferecido na residência do casal Felícia/Kiyoshi, vendo-se o prof. Seiichi Mori e Rimi Harada de Oliveira.



Conhecida cantora japonesa Mariko Nakahira homenageia os convidados, cantando músicas japonesas e brasileiras.



Professores japoneses de Direito e parte dos professores brasileiros no hall de entrada do edifício Green Park, onde foi oferecido o jantar pelo casal Felícia/Kiyoshi, à direita, vendo-se ao centro o prof. Seiichi Mori ao lado da prof. Ivete Senise, ex-diretora da Fadusp.

ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING – ESPM – PRESTA HOMENAGEM AO CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO: “KASATO-MARU – TRAVESSIA DO CONHECIMENTO”

A mais tradicional escola de propaganda e marketing do Brasil – ESPM – presta homenagem à comunidade nikkei de São Paulo, realizando o evento “Kasato-Maru – Travessia do Conhecimento” durante os dias 6 a 10 de outubro de 2008, mesclando culturas, entretenimentos e negócios. Aconteceram palestras, exposição de artes típicas, execução de taikô e dança flamenca. Na cerimônia de abertura conduzida pelo Prof. Alexandre Gracioso, Diretor Acadêmico da ESPM, foram homenageados o jurista Kiyoshi Harada; Toshio Yamazaki, artista plástico e Presidente da Associação Centro Cultural Tochigue do Brasil, Apolônio Sales (in memoriam), ex-Ministro da Agricultura e ex-Presidente do Banco América do Sul; e Antônio Rosa Neto, Presidente da Fundação Kunito Miyasaka.



Prof. Kazuo Watanabe agradece em nome da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social a homenagem prestada à comunidade nikkei.



Kiyoshi Harada recebe a placa de homenagem das mãos do Diretor Acadêmico, Alexandre Gracioso.



Kiyoshi Harada agradece a direção da ESPM pela homenagem prestada, por si e como representante do prof. Kokei Uehara, Presidente da Associação para comemoração do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil.



Grupo de dança da profª Mari Tozuka ladeado pelo Diretor Acadêmico, Alexandre Gracioso, e sua assistente, Cláudia Santos Silva.



Aspectos da dança flamenca – Carmem.



Aspecto do público presente, vendo-se no meio o Sr. Toshio Yamazaki, um dos homenageados pela ESPM.



Kasato-Maru pintado a tinta guache, de autoria de Toshio Yamazaki, exposta na sala de exposição da ESPM.



Apresentação de Taikô do grupo Shinkyô Daiko.



Outro aspecto da apresentação do Taikô.

XX CONFERÊNCIA NACIONAL DOS ADVOGADOS REALIZADA NO CENTRO DE CONVENÇÕES DE NATAL (RN), QUE REUNIU MAIS DE 5.000 PESSOAS, HOMENAGEIA O CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL

Em cerimônia presidida pelo Dr. Cezar Britto, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, e com a participação do Dr. Vladimir Rossi Loureiro, Presidente da Comissão de Temário da XX Conferência Nacional dos Advogados, e na presença das mais altas autoridades da República (Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente do Congresso Nacional; Deputado Arlindo Chinaglia, Presidente da Câmara dos Deputados; Ministro Tarso Genro, representante do Presidente da República; Wilma Maria de Faria, Governadora do Estado do Rio Grande do Norte, vários outros Ministros de Estado e representantes do Poder Judiciário, além de representantes da Advocacia de diversos países da América, da Europa, da África, da Ásia e do Oriente Médio), foi prestada uma homenagem ao Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, agraciando sete dos membros da comunidade nikkei que integram a área do Direito. Na qualidade de juristas, foram homenageados: Celso Hiroshi Iocohama (PR), Kiyoshi Harada (SP), Nelson Hanada (SP) e Roque Komatsu (SP); na qualidade de advogados foram homenageados: Felícia Ayako Harada (SP), Kozo Denda (SP) e Lúcio Flávio Joichi Sunakozawa (MS).

Ao final, Kiyoshi Harada agradeceu as homenagens recebidas em nome da comunidade nikkei, ressaltou a o significado especial dessas homenagens prestadas por uma instituição que lutou pela defesa da sociedade civil nos dias sombrios da Ditadura Militar, destacando, também, a suma importância da XX Conferência Nacional dos Advogados em termos de consolidação do Estado Democrático de Direito. Em nome do Prof. Kokei Uehara, Presidente da Associação para Comemoração do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, entregou ao Presidente Cezar Britto e ao Dr. Vladimir Rossi Loureiro a mensagem de gratidão e de homenagem gravada em placa metálica.



Homenageados: Nelson Hanada, Lúcio Flávio Joichi Sunakozawa, Roque Komatsu, Kozo Denda, Felícia Ayako Harada, Kiyoshi Harada e Celso Hiroshi Iocohama.



Lúcio Flávio Sunakozawa entrega a placa de homenagem do Centenário ao Presidente Nacional da OAB, Cezar Britto, ao lado de Vladimir Rossi Loureiro, Presidente da Comissão de Temário da XX Conferência Nacional dos Advogados.



Kiyoshi Harada agradece as homenagens recebidas e destaca a suma importância do evento.



Presidente Cezar Britto encerra a XX Conferência Nacional de Advogados na presença de altas autoridades dos três Poderes.

Eventos diversos



17ª Exposição Aflord em Arujá realizada no final de agosto e início de setembro de 2008. Grupo de dança da profª. Mari Tozuka que se apresentou no evento. Trabalho em Oshibana Art executado pela profª Miriam Tatsumi e alunas, retratando lutas e dificuldades enfrentadas pelos primeiros imigrantes japoneses.



Aspectos da apresentação do Concerto Primavera do Centenário sob a regência do Maestro Teruo Yoshida, no Salão Nobre da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social, no dia 28-09-2008.



Algumas das integrantes do Coral Bunkyo junto ao banner do Banco Real, que patrocinou o coquetel de recepção aos presentes.



Integrantes do Coral Bunkyo com o Maestro Teruo Yoshida, o Dep. Hatiro Shimomoto e sua esposa e a pianista Lisa.



PMSP homenageia os oficiais nikkeis no Salão Nobre da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social, no dia 24-7-08. Dentre os homenageados encontram-se os coronéis Reizo Nishi, Coji Yanaguita, Morio Sato e Luiz Kita.



Cerimônia de lançamento da pedra fundamental para ampliação do Colégio Harmonia, em 25-6-08. Kazuo Watanabe, Hiroyuki Minami, Masuo Nishibayashi, Kokei Uehara, Admir Ferro e Tadayosi Wada.



Inauguração da Exposição de artes Sakura e Kaoru no MuBE, dia 24-9-08, reunindo 197 obras entre esculturas, fotografias, pinturas e caligrafias de artistas japoneses e nikkeis. Na foto, o Presidente do MuBE, Jorge Frederico M. Landmann, Osamu Matsuo e parte dos artistas expositores.



Instituto de Engenharia homenageia os 100 primeiros engenheiros nikkeis na noite do dia 18-10-08. Na foto Kokei Uehara e Jorge Watanabe o mais antigo deles, ladeados pelo Presidente Edemar de Souza Amorim e Mário Saito, coordenador do evento. Maçahiko Tisaka também recebeu homenagem na condição de ex-Presidente do IE.



No dia 17-10-08, Kumamoto Kenjin-kai do Brasil foi homenageado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo pelo cinquentenário de sua fundação. Jorge Miyahara; Hiroshi Ushijima, Presidente da Câmara de Vereadores de Kumamoto; Dep. Federal Walter Ithoshi; Ikuo Kabashima, Governador de Kumamoto; Seishi Koyama, Prefeito de Kumamoto; Fumio Kodama, Dep. da Província de Kumamoto; e Satio Oyamada, presidente do Kumamoto Kenjinkai do Brasil.



Membros do IDCBJ prestigiam a comemoração do sesquiCentenário da Universidade Keio (JP) em cerimônia realizada no dia 8-11-08. Da esquerda para direita: Prof. Seiichi Mori, Vice-Reitor da Keio, com sua esposa, Keiko Mori; Ioshima Watanabe, Prof. Kazuo Watanabe, Juiz Marcus Onodera, Elza Nakae, Koto Nakae, Taeko Ohara, Tuyoci Ohara e Rimi Harada de Oliveira.



Selo comemorativo da imigração lançado durante a Semana Cultural no Anhembi.



Em homenagem ao Centenário da Imigração, o Jockey Club, com apoio de São Paulo Shimbun, promoveu a 14a Copa Japão de Turfe, no dia 9-8-2008. O Presidente Márcio Toledo e o Consul-Geral do Japão, Masuo Nishibayashi, promovem a tradicional abertura do barril de saké. (Crédito: Jin Yonezawa)



A Polícia Civil de São Paulo e a Academia Dr. Coriolano Nogueira Cobra prestaram homenagem aos policiais nikkeis na Academia de Polícia, no dia 14-11-08. Nas fotos: Dep. Federal William Woo; Delegado-Geral Maurício de Lemos Freire; Delegada Elizabete Sato; Diretor de Polícia Científica Celso Perioli e Delegado Choji Miyake. Todos os homenageados foram contemplados com o exemplar do livro O nikkei no Brasil.



Fiesp e Apamagis homenageiam o Min. Massami Uyeda do STJ com concorrido jantar na noite do dia 24-11-08, na sede da Fiesp. Min. Uyeda agradece a homenagem feita sob o olhar do Presidente da Fiesp, Paulo Skaf. Na sequência: Kiyoshi Harada, Luiz Flávio Borges D'Urso, Min. Sydney Sanches, Des. João Carlos Caldeira e Min. Massami Uyeda.



Escultura comemorativa do Centenário no Aeroporto de Guarulhos. Artista plástico: Tomie Ohtake.



Tocha da amizade



Cerimônia do chá promovida pelo Centro de Chado Urasenke do Brasil. Hatsugama Shinnenkai realizada em 18/1/2009 no Salão do Hotel Intercontinental.

Parque do Japão Memorial Imim 100 de Maringá (PR) em uma área de 100.000 m²



Visão geral do Parque



Entrada do Parque



Visão geral do Parque



Príncipe Naruhito entre a Sra Bernardete Barros e o Prefeito de Maringá, Sílvio Magalhães Barros II durante sua visita ao Parque.

Esculturas do artista plástico Yutaka Toyota



Monumento de Registro (SP)



Monumento de Registro (SP)



Monumento de Botucatu (SP)



Obelisco Espaço Cósmico de Bastos (SP)

Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil



Vista geral do Museu



7º andar do Museu



Casa imperial



Totens



Cerimônia de aniversário do Imperador a que compareceu o Diplomata Marcos Galvão, atual Embaixador do Brasil em Tokyo entre o Presidente Kita e as coralistas do Bunkyo

110 Anos de Imigração Japonesa no Brasil

17

17. 110 Anos de Imigração Japonesa no Brasil



17.1 Passado, presente e futuro da comunidade nikkei do Brasil

Nelson Fukai

Nelson Fukai é engenheiro civil pela Faculdade de Engenharia da Fundação Valeparaibana de Ensino. Foi diretor de esportes da Associação Cultural e Esportiva de Santana (Acesa) e da Federação das Escolas de Língua Japonesa da Zona Norte (Atual São Paulo – Norte). Foi técnico de beisebol em categorias menores do Giants e de softbol universitário da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Ex-colunista do São Paulo Shimbun, atualmente é colunista da revista Mundo OK.

17.1.1 Recad do autor

Este texto é o somatório de pouca pesquisa bibliográfica, um tanto de vivência e muito de imaginação. Por fazer parte dessa linda história que foi e continua sendo a imigração japonesa no Brasil, além de acompanhá-la com particular e apaixonado interesse, mais do que narrar fatos ou caracterizar personagens, tive sempre em mente passar emoções e sentimentos. Às vezes exagerando, outras presumindo e talvez até inventando um pouco, tudo isso com o honesto objetivo de captar e transmitir os sentimentos de pessoas que nem conheci, em lugares nos quais nunca estive ou em tempos em que eu nem existia. Por tudo isso é que este texto não deve ser utilizado como fonte de consulta para trabalhos mais acadêmicos. De real mesmo, tirei a vivência que tive com meus pais, seus amigos e irmãos, todos imigrantes japoneses, e dos muitos amigos nikkeis com quem tive a felicidade de conviver, primeiro na fase da vida que vai até a adolescência, vivida na cidade de Marília, e depois na fase da juventude até a maturidade, na cidade de São Paulo.

17.1.2 Resumo geral

Certamente que outros povos que emigraram para países distantes nos últimos séculos tenham boas histórias para contar, mas a trajetória dos imigrantes japoneses no Brasil e de seus descendentes é talvez a mais interessante e diversificada de todas elas. Em apenas 110 anos, os nikkeis escreveram, e ainda estão escrevendo, uma rica e apaixonada história que ainda não chegou ao seu fim, visto que a presença de seus traços raciais, culturais, artísticos, religiosos e sociais ainda é muito forte.

Antes que todos acabem esquecendo que na história da imigração japonesa nem tudo foi cor-de-rosa, é preciso que os tempos sombrios sejam também contados, para que a atual e as futuras gerações de jovens nikkeis saibam dos sofrimentos e das dificuldades por que passaram seus ancestrais.

Na realidade, aconteceram dois momentos bastante difíceis para os imigrantes que chegaram ao Brasil antes da Segunda Grande Guerra. O primeiro aconteceu com as primeiras levas, em especial a que veio no Kasato Maru, num período de desbravamento, dos primeiros contatos com a população local e dos problemas mais agudos de adaptação à língua, ao clima, aos costumes e ao trabalho.

O segundo momento, muito crítico, aconteceu durante o transcorrer da Segunda Grande Guerra Mundial, quando os japoneses e seus descendentes sofreram forte perseguição por parte do governo brasileiro e também da população. Apesar de os primeiros imigrantes terem aportado aqui havia mais de trinta anos, o fato de viverem em guetos isolados, tanto na zona rural como nas cidades, fazia com que ainda fossem tratados com certa apreensão pela população em geral. A eclosão da guerra piorou esse quadro e os japoneses e seus descendentes sofreram como se fossem inimigos de guerra do povo brasileiro.

Finda a guerra, uma discórdia que já vinha ocorrendo na comunidade ficou ainda mais forte. Muitos imigrantes que tinham vindo bastante jovens e mais os nisseis, nascidos aqui, mas educados como japoneses, já tinham iniciado o processo de integração com a população em geral, principalmente os que se dedicavam ao comércio. A maioria estava enriquecendo e não pretendia mais retornar ao Japão. Ao final do conflito, reconheceram que o Japão havia perdido a guerra. Por outro lado, os imigrantes que vieram ao Brasil depois de formados como cidadãos eram adoradores do imperador, patriotas fanáticos e tinham como objetivo retornar ao Japão. Via de regra, eram pessoas de pouca cultura e dedicavam-se a atividades profissionais mais simples. Estes não queriam reconhecer a derrota do Japão na guerra e bradavam que tudo não passava de propaganda antinipônica. Nesse conflito entre patricios, pessoas foram mortas, fortes inimizades foram criadas, mas, com a prevalência da verdade, os ânimos foram arrefecendo e, a partir do final da década de 50 do século passado, a filosofia, agora de forma unânime, passou a ser uma só: mostrar ao povo brasileiro que o povo japonês era honesto, trabalhador e dedicado e que os imigrantes e seus descendentes iriam contribuir decisivamente para o progresso e o desenvolvimento do Brasil.

E a partir dos anos 60 do século passado, aqueles olhinhos puxados começaram a ser olhados de forma diferente pelo resto da população. Aos poucos foram desaparecendo a discriminação e a desconfiança e começaram a ser alvos de muita admiração. No comércio eram atenciosos e honestos; na agricultura, inventivos e produtivos; nas escolas, seus filhos eram os mais esforçados; e em todas as outras atividades, sempre se mostravam eficientes e corretos.

No século XXI somos endeusados. Ser “japa” hoje tem a vantagem de não ter de provar nada: a cara é o atestado de que é um cidadão de bem. Mas, como disse no primeiro parágrafo, o que hoje é rosa um dia foi negro, e a trajetória de como essa transformação aconteceu é que vou tentar contar sob o ponto de vista de um repórter da vida, que muitas vezes fazia parte da notícia.

17.1.3 Pré-imigração

Para entender a formação e o sentimento dos imigrantes japoneses, é preciso contar, mesmo que de forma resumida, um pouco da história do Japão dos últimos séculos. Entre os anos de 1192 e 1868, o país viveu uma ditadura militar conhecida como xogunato, durante a qual o poder foi exercido pelo xogum, o chefe militar, cuja força vinha dos guerreiros samurais que lhe eram fiéis. Apesar de o Japão viver em estado permanente de guerra, foi nesse período que floresceram as bases da sua rica cultura na pintura, na música, na literatura e na poesia.

No início do século XVI, holandeses, ingleses, espanhóis e, notadamente, portugueses conseguiram estabelecer-se no Japão por um curto período de tempo. O jesuíta Francisco Xavier destacou-se como importante difusor do cristianismo, e as armas de fogo trazidas pelos estrangeiros constituíram importante inovação tecnológica nos embates militares. Os europeus foram expulsos pelo temor que as autoridades japonesas tinham de uma eventual invasão desses povos, que já acontecia em outras partes do mundo.

Mais ou menos na mesma época, o estado permanente de guerra teve fim quando, em 1603, Ieyassu Tokugawa venceu seus rivais e deu início ao Xogunato Tokugawa, também conhecido como Período Edo, que perdurou por cerca de dois séculos e meio, até 1868. Nesse período, o país ficou fechado para estrangeiros. O clima pacífico propiciou um período de desenvolvimento econômico que foi tirando aos poucos o poder dos samurais e aumentando o dos comerciantes e industriais.

Esse quadro, mais a insistência dos estrangeiros em negociar com o Japão, fez com que, em 1868, os xoguns fossem apeados do poder, que passou a ser exercido pelo imperador Meiji, na época com 15 anos de idade. Começou então a era Meiji, com a restauração do poder imperial, que abriu os portos japoneses ao comércio com estrangeiros e com isso propiciou uma importante revolução econômica e de costumes. O imperador passou a ser reverenciado como símbolo da unidade nacional, e aos poucos foram sendo abolidos os privilégios dos samurais, aconteceram grandes avanços na indústria e na mecanização da lavoura com aumento da produção. Começou também uma política expansionista com guerras contra China, Coreia e Rússia.

Para financiar toda essa modernização mais as guerras, o governo começou a cobrar dos agricultores impostos em dinheiro e não mais em parte da produção. Todo esse quadro fez com que muitos colonos perdessem suas terras e tivessem de aventurar-se à procura de empregos nas cidades. Mesmo entre os que conseguiram sobreviver aos impostos, o baixo lucro não era suficiente para o sustento de toda a família. As cidades ficaram abarrotadas de colonos falidos ou despejados, que, sem emprego, acabaram formando massas de gente pobre. Com alto índice de natalidade e baixa de mortalidade em função dos avanços da medicina, a população já não cabia no Japão. Foi aí que, em 1880, o governo japonês começou a política de emigração, primeiramente para os Estados Unidos da América, Coreia, Taiwan, Havaí, etc., países mais próximos e com os quais o Japão mantinha certa relação.

E o Brasil, onde entra nessa história? No final do século XIX, a cafeicultura brasileira avançava fortemente por terras ainda não exploradas do interior paulista, mas com o fim da escravidão e a proibição da imigração de alguns povos europeus, faltava mão de obra para tocar essa lavoura. No Japão, a superpopulação e a pobreza eram problemas que as autoridades tentavam resolver com a emigração em massa.

Em 1906, um louco visionário, que atendia pelo nome de Ryo Mizuno, analisou bem esse quadro e concluiu que a vinda de japoneses para o Brasil era negócio de interesse mútuo e tinha tudo para dar certo. Nessa época, não havia navios que fizessem a rota Japão-Brasil e Mizuno foi obrigado a fazer uma viagem que teve o Chile como ponto de chegada ao continente americano. Junto com ele viajava o jovem Teiji Suzuki, que fora convencido por Mizuno a fazer a viagem até o Brasil. Juntos atravessaram a Cordilheira dos Andes com destino à Argentina sobre lombo de burros, uma viagem antológica, difícil de ser feita até nos dias de hoje, sem esquecer que Mizuno tinha 47 anos de idade, um idoso para os padrões da época. De Buenos Aires, empreenderam viagem de navio até a cidade do Rio de Janeiro. Nos primeiros contatos, houve muita desconfiança das autoridades brasileiras quanto ao biótipo do japonês, muito baixo para os padrões brasileiros, que sugeria uma baixa produtividade. Para provar o contrário, Mizuno colocou o jovem Suzuki para trabalhar numa

fazenda de café e seu desempenho foi tão bom que o então governador do estado de São Paulo, Jorge Tibiriçá, firmou um contrato com Mizuno para o envio de 3.000 imigrantes japoneses, num prazo de três anos.

Mizuno voltou ao Japão, fundou a Companhia de Emigração Imperial e começou a arregimentar japoneses que estivessem dispostos a emigrar. Começa aí a história da emigração japonesa para o Brasil.

17.1.4 Os nikkeis ao longo do tempo

Os nikkeis do Brasil ao longo desses 110 anos, da chegada do Kasato Maru aos dias de hoje, foram tipos diferentes, viveram em condições diferentes e tiveram experiências diversas, mas sempre unidos por um elo comum de muita dedicação, de muito empenho no trabalho e nos estudos e às vezes de muito sofrimento, para que gerações futuras tivessem melhores condições de vida.

Assim, conforme foram progredindo econômica e culturalmente, os imigrantes foram mudando seus objetivos e isso influenciou decisivamente na integração deles e de seus descendentes à sociedade brasileira. Essa maior interação, que se solidificou nos bancos escolares, fez com que os nikkeis fossem adquirindo sentimento de brasilidade cada vez maior, restando às novas gerações apenas partes essenciais da educação, dos usos e costumes e da cultura nipônica.

Para melhor caracterizar os nikkeis brasileiros de cada época, esta abordagem foi dividida em quatro períodos marcantes desses 110 anos de imigração japonesa no Brasil:

- do início da imigração ao fim da Segunda Guerra – 1908 a 1945;
- a geração pós-guerra – 1945 a 1970;
- a grande virada – 1970 a 2008;
- os nikkeis do século XXI.

17.1.4.1 Do início da imigração ao fim da Segunda Guerra – 1908 a 1945

Os primeiros imigrantes japoneses que vieram no navio Kasato Maru eram nascidos e criados na Era Meiji, período em que o Japão sofreu profundas mudanças. A modernização industrial e as invasões aos países vizinhos obrigavam o governo a aumentar os impostos, principalmente dos agricultores, fazendo com que muitos deles fossem obrigados a vender suas terras. Esses agricultores falidos eram empurrados para as cidades, onde a situação também era penosa para grande parte da população. Entre o final do século XIX e início do XX, muitos japoneses acabaram empobrecendo. Como tinham pouco a perder, apostar numa emigração, que imaginavam ser temporária e altamente lucrativa, era um bom negócio. Ademais, além de os japoneses terem espírito aventureiro, contavam maravilhas dessa terra distante, onde seria possível ganhar muito dinheiro em pouco tempo. É de se imaginar que expressiva maioria desses primeiros emigrantes embarcou bastante otimista. Mas um pequeno incidente piorou bem as coisas logo que chegaram ao Brasil. Quando estavam prontos para zarpar, Ryo Mizuno, o responsável pela empreitada, foi obrigado a pagar uma taxa extra para as autoridades japonesas, dinheiro que ele não tinha como arrumar em curto prazo. Por outro lado, a viagem não poderia tardar, uma vez que perderiam a época da colheita do café. De forma sorrateira, invocando segurança, Mizuno convenceu os emigrantes a deixarem o dinheiro que carregavam sob a sua guarda, com a promessa de que tudo seria devolvido tão logo chegassem ao Brasil. Esse dinheiro foi usado para pagar a tal taxa. Quando chegaram ao Brasil,

com a não devolução do dinheiro, a revolta foi geral. Como desgraça pouca é bobagem, a aclimação nas fazendas de café aconteceu de forma bastante sofrida. Os ganhos estavam longe de ser o que imaginavam, os nativos eram pouco receptivos, também porque o desconhecimento da língua portuguesa travava a comunicação, as condições gerais de habitação, alimentação e higiene não eram boas. Enfim, o início para a primeira leva de imigrantes japoneses foi um inferno. Essa geração era a mesma que praticara atrocidades aos povos conquistados nas guerras de ocupação. Na Manchúria, soldados japoneses enterraram muita gente viva, inclusive crianças e velhos, fora estupros e outros tipos de crueldade. Eram pessoas que adoravam o imperador. Supernacionalistas, tinham padrões morais bem rígidos e alto grau de complexo de superioridade racial. Esse tipo de formação humana, se tinha aspectos maléficos em caso de guerra, foi muito benéfica para o enfrentamento das dificuldades que estas primeiras levadas de imigrantes japoneses iriam conhecer no Brasil.

Esses imigrantes, que chegaram ao Brasil entre 1908 e 1923, somavam cerca de 32.000 japoneses, que podem ser classificados como cobiachas, pois foram os primeiros a sofrer as dificuldades de adaptação, de discriminação racial e de baixos ganhos na lavoura. Instigados a emigrarem para o Brasil, esses aventureiros traziam junto um nível cultural e educacional elevado para os padrões que vigoravam aqui. Acostumados em sua terra natal a um padrão de vida que, se não era totalmente confortável, certamente era mais organizado, os imigrantes não se adaptaram bem aos usos e costumes do Brasil. Muitos acabaram morrendo vitimados por doenças tropicais e, dos que sobraram, a maioria estava totalmente desolada, pois o que era um grande sonho, em pouco tempo estava se transformando em pesadelo. Se esses primeiros imigrantes tivessem desistido e promovido badernas e revoltas, o processo seria interrompido e a grande epopeia que foi a emigração japonesa para o Brasil não teria acontecido.

Mas esses imigrantes eram de uma espécie diferente de gente, um misto de aventureiros e obstinados, guardavam ainda muito do espírito samurai e não iam desistir por pouca coisa. Tudo bem que o sonho de fazer fortuna em pouco tempo e voltar rico para o Japão teria de ser adiado, mas ficar se lamentando apenas não fazia parte do espírito dessa gente. Se esses primeiros imigrantes tivessem sucumbido às dificuldades, certamente a imigração japonesa teria cessado por aí e hoje nem teríamos história para contar. Aconteceram algumas desavenças com fazendeiros e administradores, mas os imigrantes nunca baixaram a cabeça. Mesmo presos a contratos com as fazendas de café, com muito esforço, sacrifício, dedicação e imaginação foram fugindo ou livrando-se desses empregos, comprando suas terrinhas e se agrupando em guetos rurais e urbanos, criando um Japão dentro do Brasil. Nesse período, nasceram os primeiros nisseis (geração dos filhos dos imigrantes, denominados de isseis), quase sempre em condições precárias, praticamente sem assistência médica, o que acarretou inúmeros mortes no parto ou nas primeiras semanas de vida.

A primeira e grande preocupação era com a educação dos filhos. Era preciso prepará-los para um eventual retorno futuro à terra natal e, mesmo que isso não acontecesse, era preciso manter a tradição, os costumes e o modo de vida nipônico. Assim, antes de praças esportivas, salões de festas e outras construções de uso coletivo, as primeiras edificações levantadas foram as escolas. No início eram escolas de língua japonesa que ensinavam a cultura, os costumes e a moral do povo do Sol Nascente. Mais tarde, muitas delas serviram como escolas públicas. Esses primeiros nikkeis nascidos no Brasil, em sua expressiva maioria, foram japoneses de corpo e alma, acidentalmente nascidos aqui. Pensaram e agiram a vida toda de forma idêntica aos imigrantes japoneses. A maioria absoluta dos primeiros imigrantes, mesmo os que chegaram ainda crianças, mais os primeiros nikkeis nascidos no Brasil viveram toda a vida praticamente reclusos nos guetos e muitos morreram com conhecimentos rudimentares da língua portuguesa, pois todas as atividades (social, cultural, artística, esportiva, religiosa, etc.), mesmo as que porventura tivessem

sido introduzidas aqui, foram praticadas dentro da comunidade. Quando muito, alguns poucos acabaram se integrando apenas nas atividades comerciais e profissionais.

Aos poucos esses guetos de imigrantes japoneses e seus descendentes foram se organizando ao redor das escolas para desenvolvimento de atividades culturais, artísticas e esportivas, naturalmente de raízes nipônicas e de forma ainda bastante rudimentar. Nas cidades começaram a aparecer casos isolados de imigrantes que começavam a integrar-se com a sociedade local. Mas quem se aventurasse a casar fora da comunidade certamente seria muito criticado e marginalizado e quase certamente expulso, tanto do seio familiar como da convivência social.

A grande fase da imigração japonesa aconteceu entre 1924 e 1934, quando aportaram por aqui cerca de 110.000 japoneses. Nesse período, em algumas localidades, principalmente na Linha Noroeste do estado de São Paulo, já existia certa organização em alguns núcleos rurais. Somados os 32.000 imigrantes da primeira fase e seus filhos nascidos aqui, deviam ser perto de 50.000 pessoas, que mais que triplicou com essa nova leva. O grosso dos novos imigrantes foi levado para as fazendas que começavam a surgir nas Linhas Paulista e Noroeste do estado de São Paulo. Um sopro de ânimo acendeu-se na comunidade nikkei do Brasil, principalmente para os primeiros nikkeis nascidos no Brasil que tinham agora a companhia de japoneses da mesma geração.

Esse sopro de ânimo, principalmente na zona rural, fez com que no entorno das escolas comessem a florescer atividades culturais, sociais e esportivas. Os imigrantes com espírito urbano foram se concentrando nas cidades e, aos poucos, as associações comunitárias (*kaikans*) começaram a surgir. Sempre em guetos e totalmente isolados do restante da população, praticavam essas atividades dentro das comunidades, que, apesar de todas as dificuldades, passaram a ser maiores e mais organizadas. Todos os nikkeis nascidos no Brasil frequentavam, obrigatoriamente, a escola japonesa, conhecida como *nihongakou*, onde, além de ler e escrever, aprendiam outras manifestações culturais e artísticas do povo japonês. O beisebol tornou-se a coqueluche da comunidade e em todas as localidades onde se faziam presentes, rurais e urbanas, os japoneses iam formando suas equipes e, a partir de meados dos anos 30 do século XX, começaram a acontecer torneios municipais e regionais. Crianças, jovens, adultos e velhos, quase todos os nikkeis do sexo masculino praticavam este esporte, que, até os primeiros anos da década de 70, foi provavelmente o mais importante fator de unidade da comunidade nikkei em todo o Brasil. Jogadores que se destacavam eram idolatrados pela comunidade, cidades e clubes que montavam grandes equipes eram elogiadas e até invejadas. Mas não foi só o beisebol, também o atletismo teve muitos adeptos e outros esportes, como o judô, sumô, tênis de campo, etc., que muitos imigrantes aprenderam a praticar no Japão, também começavam a ter adeptos.

O que ficou de mais marcante, não somente nesse período, mas também em toda a história da imigração japonesa, foi a firme atuação das mulheres. Diferentemente dos homens, as mulheres japonesas são pouco citadas na história da imigração japonesa, mas foram tão ou mais importantes do que eles, porque, nos momentos de dificuldade, os homens bebiam muito, faziam maus negócios, tomavam medidas intempestivas e sobrava para as mulheres colocarem serenidade e firmeza nos lares. A história é frequentemente repetida, mas não custa reforçar. Para economizar lenha, a banheira japonesa (*ofurô*) era aquecida apenas uma vez e o primeiro a banhar-se era sempre o pai, água quente e farta. Depois vinham os filhos e por fim, quando a água era pouca e já bastante fria, banhava-se a mãe. Esse tipo de situação, em que tudo de ruim sobrava para as mulheres, sempre foi regra no cotidiano das famílias nikkeis. Enquanto estavam no campo, dedicavam-se à lavoura durante o dia e de noite faziam todas as tarefas domésticas, sendo sempre as últimas a se deitarem. E de manhã, eram sempre as primeiras a se levantar para preparar o café e as

refeições do dia. Mas ao invés de reclamação, as mulheres nikkeis ofereciam compreensão para os maridos e muito carinho para os filhos. E tudo isso numa época em que o normal era ter mais de seis filhos. Assim, a tarefa era árdua, mas para o bem desta história, elas tiraram isso de letra. Com o passar do tempo e as coisas melhorando, elas começaram também a exercer atividades fora do lar, praticando ikebana, danças, canto e algumas até se aventuraram nos esportes.

O ambiente aqui no Brasil nunca foi muito favorável aos imigrantes japoneses e seus descendentes, principalmente no período que vai até o final da Segunda Guerra. Antes dos japoneses, outras nacionalidades chegaram para trabalhar na lavoura do café e tiveram adaptação mais fácil. Mas os baixinhos de olhinhos puxados, com língua e costumes totalmente estranhos, nem tinham como relacionar-se. Ainda mais que autoridades da época e muita gente que tinha influência na opinião pública só falavam mal dos imigrantes japoneses. Já antes da Segunda Guerra, na Assembleia Nacional Constituinte de 1933, vários deputados exigiram o fim da imigração japonesa e depois de acalorados debates conseguiram limitar o número em 2% do total que tivesse aportado no Brasil nos 50 anos anteriores. E o fato de os japoneses viverem em guetos fechados, com pouca interação com o resto da população, só piorava o quadro. Mas o que era ruim acabou piorando muito com a Segunda Guerra mundial. O Japão, junto com a Alemanha e a Itália, formava o Eixo e o Brasil chegou a namorar sua entrada nessa aliança, mas, por influência americana, acabou do lado dos aliados. A partir daí, os nikkeis foram tratados como inimigos dos brasileiros. Escolas de língua japonesa foram fechadas, publicações foram proibidas de circular, até conversar em público foi vetado pelo governo. Aproveitando-se do clima instalado, malandros tomaram muitas coisas dos japoneses, entre elas, seu bem maior: o Hospital Santa Cruz. Construído e equipado com doações dos membros da comunidade, ele só foi devolvido muitas décadas depois.

Nesse clima, como deviam viver os japoneses e seus descendentes? A maioria das crianças já estava frequentando escolas públicas e era motivo de chacota e zombaria. No mais das vezes, eram brigas de crianças que acabavam em uma pelada de futebol, ou numa disputa de pião ou alguma outra brincadeira de rua. Os adultos eram olhados com desconfiança, sofriam forte preconceito e não raramente eram agredidos. Durante a guerra, frequentemente casas eram invadidas pela polícia à procura de publicações e livros escritos na língua japonesa, além de objetos que pudessem representar algum tipo de fanatismo nacionalista. Mas, ainda assim, a comunidade nikkei continuava ordeira e trabalhadora. Periodicamente, alguns imigrantes acabavam revidando os maus-tratos, mas essa não era uma ação aconselhável num clima totalmente hostil. Mesmo dentro da comunidade aconteciam alguns entreviros. Os japoneses eram responsáveis por mais da metade da produção de seda do Brasil e isso foi motivo de discórdia entre os produtores e os mais nacionalistas, afinal era um produto que os aliados usavam na guerra contra o Japão. Aconteceu até de algumas unidades de produção de bicho-da-seda serem queimadas.

E, dessa forma, sofrendo hostilidades da população em geral e sofrendo também pela falta de notícias dos parentes que ficaram no Japão, a expressiva maioria dos imigrantes e seus descendentes engoliram a seco a situação e continuaram trabalhando de forma ordeira e rezando pelo fim da guerra.

17.1.4.2 A geração pós-guerra – 1945-1970

Finda a Segunda Guerra mundial, a derrota do Japão acabou trazendo intranquilidade e discórdia à comunidade nikkei. Bem antes do final da guerra, muitos imigrantes japoneses tinham uma vida razoa-

velmente confortável, alguns já estavam em processo de integração com os brasileiros e não pensavam em retornar ao Japão. Tinham esperança de que a forma rude como eram tratados pelos brasileiros deveria abrandar com o tempo e poderiam criar bem seus filhos e ter uma vida feliz aqui no Brasil, um país sem grandes desastres naturais e com grande potencial de desenvolvimento. Mantinham ainda a adoração pelo imperador, eram nacionalistas, sofriam muito com a derrota do Japão, mas eram realistas e sabiam que precisavam, de alguma forma, ajeitar-se na situação em que se encontravam de estrangeiros em terra não muito amigável. E para ajeitar-se bem, a primeira providência era reconhecer que o Japão tinha perdido a guerra e o retorno à terra natal já não seria possível. Ficaram conhecidos como *mati-gumi* (turma dos perdedores).

Do outro lado, havia o grupo de nacionalistas fanáticos, geralmente gente de pouca cultura, que não admitia a derrota do Japão e começou a perseguir quem divulgasse o contrário. Foram conhecidos como *kati-gumi* (turma dos vencedores), e juntaram-se numa organização batizada de *Shindo-Renmei*. Aproveitando o sentimento nacionalista dos imigrantes mal informados, passaram a pregar que a derrota do Japão não passava de propaganda do governo brasileiro. Nisso se juntaram os mal-intencionados, que começaram a vender a moeda japonesa (que no mercado não valia mais nada) a preços exorbitantes, fora casos extremos de gente que vendeu tudo para pagar uma imaginária viagem de retorno triunfal ao Japão. Infelizmente, muita gente foi ludibriada e teve de recomeçar do zero, enquanto os malandros não foram punidos até hoje, mesmo que alguns tenham sido reconhecidos depois.

Muitas pessoas do *mati-gumi* foram mortas em emboscadas, o que criou um clima de antagonismo que durou muito tempo. Mesmo que oficialmente esse conflito tenha cessado depois de alguns anos, muita gente morreu em circunstâncias estranhas (afogamentos, atropelamentos, mal-estar após uma festa, etc.) muitos anos depois. Mais de vinte anos após o fim da guerra, nos anos 60 do século passado, familiares do *kati-gumi* impediam ou dificultavam o casamento de seus filhos com filhos de famílias ligadas ao *mati-gumi*. Personagens de destaque da *Shindo-Renmei* foram marginalizados por entidades da comunidade, quase sempre comandadas por gente classificada como do *mati-gumi*.

Atualmente, como quase todos os protagonistas desse conflito já faleceram, o episódio é lembrado apenas como uma pequena mancha na linda história da imigração japonesa no Brasil e ainda assim só pelos mais velhos. Os imigrantes do pós-guerra, japoneses que ainda estão vivos, não viveram o episódio, pois chegaram bem depois. E os nisseis jovens na época não tiveram participação destacada no conflito. Alguns anos atrás, um destacado participante nos assassinatos cometidos pela *Shindo-Renmei*, já bem velhinho, em palestra em que o tema foi discutido, bradava que não se arrependia de nada e que faria tudo de novo. Mas era apenas a caricatura de um herói fora do tempo. Nos dias de hoje, o conflito é tratado como história e já não causa nenhum impacto emocional.

Fora esse conflito, o período que vai do final da guerra até os anos 70 caracterizou-se pela grande evolução da comunidade nikkei no Brasil. Terminada a guerra, os japoneses colocaram os estudos dos filhos como um dos mais importantes objetivos. Se tinham de ficar no Brasil, precisavam fazer com que seus filhos tivessem destaque na sociedade brasileira, assim, a formação escolar passou a ser uma obsessão. Hoje vemos que eles estavam certos. Aos poucos, as crianças e jovens de olhinhos puxados começaram a invadir os bancos escolares e fazer fama de disciplinados e inteligentes. Durante anos sofreram maus-tratos dos colegas e das professoras, mas nada abalava os japonesinhos brasileiros na missão de estudar. Mesmo entregues firmemente aos estudos, muitos filhos de imigrantes passaram a ter certa revolta pela situação que passavam, chegando a maldizer a condição de filhos de japoneses uma vez que eram discriminados e zombados pela situação indefinida de nacionalidade. Conta a lenda que um jovem nikkei

do interior veio estudar na capital e formou-se em medicina. Os pais e irmãos eram gente simples da roça, que trabalharam muito para que ele pudesse estudar e formar-se. Mas ele escolheu para casar uma pessoa de classe média alta, gente com boa educação e ele, por constrangimento, não convidou os pais e irmãos para o seu casamento.

Foi nesse período que tivemos dois tipos distintos de educação, caracterizados principalmente pelos que moravam na zona rural e pelos que moravam nas cidades. Na zona rural os jovens eram educados à moda antiga, falavam fluentemente o japonês, seus ídolos no cinema e na música eram japoneses e herdavam dos pais o sentimento de respeito ao imperador. No geral, eram mais japoneses do que brasileiros. Naturalmente que frequentavam as escolas brasileiras, mas, fora isso, as atividades esportivas, sociais e culturais eram totalmente feitas dentro da comunidade e de forma bem nipônica. Na zona rural isso era facilitado porque as famílias japonesas se juntavam em guetos e praticamente não tinham contato com brasileiros. Em algumas cidades com forte presença da comunidade nikkei, isso também acontecia.

Já nas áreas urbanas, onde o contato com a população em geral era muito maior, os jovens guardavam respeito ao Japão por ser o país natal de seus pais ou avós, dentro de casa obedeciam a alguns costumes japoneses, mas fora de casa viviam e sentiam-se brasileiros. Com o futebol, carnaval, traquinagens com a molecada da rua (que reunia gente de todos os matizes), o *rock and roll* de Elvis Presley e Paul Anka nos anos 50 e Beatles e Jovem Guarda nos anos 60, os novos nikkeis começavam a integrar-se na sociedade brasileira de forma quase total. Esse “quase” ficava por conta de muitos ainda terem frequentado as escolas de língua japonesa (*nihongako*), de terem jogado beisebol ou praticado judô, de gostarem de assistir a filmes japoneses com conteúdo mais moderno e, principalmente, de formarem grupos somente de nikkeis para determinadas atividades sociais.

O auge das atividades nikkeis no Brasil talvez tenha acontecido no período que vai da metade dos anos 50 até a metade dos anos 70. Esse auge se deu porque duas coisas estavam acontecendo simultaneamente. A maioria dos nikkeis ainda estava muito engajada nas atividades da comunidade enquanto vários descendentes estavam despontando com sucesso em diversos setores da sociedade brasileira. Foi quando a política foi invadida por muitos representantes: Yukishigue Tamura, João Sussumu Hirata, Diogo Nomura, Shiro Kyono, Antonio Morimoto, Mario Hato, Mario Osassa, Hatiro Shimomoto, Celso Matsuda, entre outros, cujas votações provinham majoritariamente dos nikkeis. Templos e igrejas de seitas e religiões japonesas aumentavam em quantidade e tamanho em todos os rincões dos estados de São Paulo e Paraná, principalmente. Eram tantas que, em várias cidades do interior, havia grande rivalidade entre os adeptos de seitas e religiões diferentes. As denominadas competições “intercoloniais” de atletismo, beisebol, judô e tênis de mesa reuniam centenas de representantes selecionados regionalmente dos estados de São Paulo e Paraná. As seletivas regionais eram muito disputadas e apenas os mais destacados eram escolhidos. Além do grande número de representantes, o nível técnico dessas competições era dos mais altos e a organização, das mais perfeitas. Existiam também muitos times de futebol formados por nikkeis, representando entidades, empresas ou simplesmente reunindo grupos de amigos. Nas cidades do interior, os *kaikans* promoviam as chamadas “brincadeiras dançantes”, no início, ao som de vitrolas que tocavam músicas de Ray Conniff, mais tarde animadas por conjuntos musicais formados por cabeludinhos e suas guitarras barulhentas.

Mas era na cidade de São Paulo que a vida social dos jovens nikkeis pegava fogo. No início dos anos 70, aconteciam bailes carnavalescos em muitos locais: Anhanguera, Paratodos, Piratininga, Clube Atlético Ipiranga, Santos da Vila Prudente, ACREC da Vila Carrão, Bunka e outros que a memória já não consegue resgatar. Aos sábados, dois a três grandes bailes aconteciam nos salões centrais da capital (Casa

de Portugal, Clube Homs, Clube Atlético Ypiranga, Bunka, Rachaia, etc.) animadas por bandas famosas da época, com destaque para a Appa Tota, formada por vários nikkeis. Os bailinhos curtos de domingo, conhecidos como domingueiras, aconteciam nos clubes e *kaikans* da periferia e do ABC. Filmes japoneses eram exibidos com regularidade nas cidades do interior e na capital várias salas exibiam exclusivamente filmes de diferentes produtoras: Cine Joia com os filmes da Toho; Cine Nippon com os filmes da Sochiku; Cine Nikatsu, que exibia filmes da produtora que dava nome ao cinema; e o cine Niterói que exibia filmes da Toei. Nos anos 50 e 60, diariamente esses cinemas exibiam exclusivamente filmes japoneses, alguns de grande importância artística, mas a maioria de melodramas, gêngsteres e de samurais. Na sua localização original, na Rua Galvão Bueno, onde hoje é o viaduto sobre a Ligação Leste-Oeste, a sala de exibição do Cine Niterói comportava 1.500 pessoas.

Mas, o que marcou mesmo esse período e certamente responsável pelo grande sucesso das atividades da comunidade em todos os setores, foi o empenho coletivo dos seus membros. Claro que no meio existiam pessoas exibicionistas ou mesmo de mau caráter, mas elas eram eclipsadas pelo trabalho coletivo que todos faziam em prol da comunidade. O velho lema de que “a união faz a força” retrata bem a comunidade desse período.

Mas, nem tudo eram flores nesse período de grande ebulição da comunidade nikkei do Brasil. Os velhos imigrantes japoneses ainda comandavam as entidades da comunidade juntos com os primeiros nisseis nascidos no Brasil (e educados como japoneses) quando a geração de nisseis nascidas a partir dos anos 30 começou a reivindicar seu espaço. Então, começaram os primeiros atritos entre gerações: os velhos querendo manter a todo custo a forma de administrar as entidades dentro de uma visão nipônica, enquanto os jovens lutavam por um pouco de modernidade e ocidentalização. Claro que aconteceram discussões ásperas e até brigas, mas aos poucos os dois lados foram se ajeitando, os velhos cedendo um pouco e os jovens avançando menos. Assim começaram os primeiros bailes ocidentalizados nos *kaikans*, depois vieram os carnavais, os torneios de futebol e tudo acabou em um grande churrasco com sashimi.

17.1.4.3 A grande virada – 1970 a 2008

Se antes a comunidade tinha vivido uma época de muita atividade interna, mesmo sofrendo ainda problemas de integração e preconceitos, o período que se iniciou a partir dos anos 70 do século passado foi marcado pelo fim desses preconceitos e pelo grande reconhecimento que os nikkeis passaram a ter na sociedade brasileira. Vários fatores contribuíram para que isso acontecesse, mas o que mais prevaleceu, no início, foi a presença cada vez maior dos nikkeis nas listas de aprovação das principais universidades públicas e particulares, principalmente nos estados de São Paulo e Paraná.

Esses nikkeis, ao se formarem, começaram a despontar como profissionais competentes, sérios e honestos. Engenheiros, médicos, dentistas, advogados, administradores e em muitas outras profissões de nível superior, os olhinhos puxados passaram a ser presença marcante. Se antes os japoneses e seus descendentes já tinham feito fama como profissionais honrados, produtivos e educados, na agricultura, no comércio e nos serviços, nesse período isso se estendeu para todas as atividades profissionais de nível superior.

E a comunidade nikkei no Brasil também pegou carona no que acontecia no Japão. Desde 1964, quando sediaram os Jogos Olímpicos, os japoneses começaram um período de grande desenvolvimento tecnológico, chegando ao posto de terceira maior potência econômica do mundo. As indústrias japonesas invadiram o mundo com seus carros, suas motos, seus relógios, suas máquinas fotográficas e seus navios,

os maiores e mais avançados do mundo. E mais do que o extraordinário avanço tecnológico, foi o modo de vida dos japoneses que o mundo começou a admirar. A filosofia de vida e de trabalho dos japoneses, seus usos e costumes, sua arte, sua culinária, suas tradições, o mundo passou a reverenciar o país do Sol Nascente. E isso repercutiu também aqui no Brasil. Pelo fato de serem descendentes de japoneses, os nikkeis passaram a ser valorizados por tabela.

Esses dois fatores, a presença marcante dos nikkeis em todas as atividades profissionais e a valorização por tabela do modo de vida japonês, desencadeou uma onda de aceitação e até de admiração. Muitos costumes que eram rotineiros para os imigrantes japoneses e seus descendentes, que por décadas foram motivo de zombaria, agora eram reverenciados. Tomar banho de ofurô, comer peixe cru com pauzinhos, cultos e rezas estranhas e muitas outras coisas do cotidiano, sobre as quais por muitos anos os nikkeis tiveram certo constrangimento de falar, agora eram motivo de orgulho. Daí que restaurantes de comidas típicas do Japão, antes restritos ao bairro da Liberdade, em São Paulo, e a alguns bairros de grande presença da comunidade, passaram a ser instalados em grande número e em todos os cantos do país. Nessa onda, a comunidade foi invadida por novos modismos que faziam sucesso no Japão, principalmente o karaokê e os mangás. Antes do aparecimento do karaokê, a música popular japonesa passava por um momento de baixa audiência entre os descendentes. Muitos jovens nikkeis, que nos anos 60 e 70 estavam totalmente ligados à música popular brasileira, à Jovem Guarda, aos Beatles e às grandes bandas de rock, nos anos 80 começaram a voltar-se para a música japonesa, impulsionados pelo karaokê.

Mas, apesar de toda essa grande valorização da tradição e da cultura do Japão e do reconhecimento da sociedade brasileira aos membros da comunidade nikkei, as entidades passaram por um processo de enfraquecimento de suas atividades e de esvaziamento de seus quadros associativos. Primeiro pelo fenômeno dos decasségus, que levou milhares de nikkeis para o Japão, e principalmente porque os antigos kaikans já não apresentavam atrativos para os associados, que tinham mais opções de vida social, esportiva e cultural fora deles. Os adultos ainda participavam das entidades em algumas atividades, mas já dentro de um clima totalmente ocidentalizado. Entre os mais jovens, geração formada por descendentes de terceira e quarta geração, voltava a acontecer um fenômeno de aglutinação nas escolas, nas gangues de bairros ou em grupos que se dedicavam a uma atividade comum, mas quase sempre distantes das entidades. Esse fenômeno aconteceu sem nenhuma imposição da família, os jovens não tinham nenhuma intenção de cultivar costumes ou tradições, apenas gostavam de reunir-se com pessoas com quem tinham algo em comum, a ascendência nipônica. Os grupos de jovens nikkeis, tão comuns nos anos 50 e 60, começaram a ressurgir com bastante força no final do século XX, só que agora o orgulho estampava o rosto dos olhinhos puxados.

Assim, enquanto novos modismos como o karaokê, gatebol e o taikô entravam em alta, juntamente com a aglutinação informal dos jovens nikkeis, as outrora atividades esportivas de prestígio e com grande número de praticantes e também algumas modalidades de atividades sociais tiveram grande enfraquecimento. Esportes antes praticados somente dentro da comunidade passaram a receber a invasão de não nikkeis e alguns passaram a ter vida própria dentro da sociedade brasileira, como o judô. Outros, como o beisebol e o sumô, sobrevivem graças ao aumento da participação dos não nikkeis. Seguindo uma tendência geral, os carnavais de salão dos nikkeis foram mingando aos poucos até desaparecerem totalmente. Os bailes foram substituídos pelas baladas, que também foram diminuindo e hoje acontecem periodicamente e de forma empresarial.

E o que pesou e ainda pesa muito no enfraquecimento das entidades é o apego exagerado que os nikkeis têm para se manterem em cargos. Isso faz com que a maioria dos dirigentes de entidades sejam pessoas

com mais de 60 anos, alguns com mais de 80, com pouca ou nenhuma capacidade de pensar em novas ideias e sem o vigor físico que os cargos exigem. E a velha guerra entre gerações acaba afugentando os novos, que hoje têm mais opções para outras ocupações culturais e sociais. Entidades, sejam sociais, culturais, esportivas ou beneficentes, cujas diretorias executivas são formadas por pessoas mais jovens, certamente desfrutaram de maior sucesso. Já as que estão nas mãos de idosos vão aos poucos enfraquecendo e muitas acabam fechando as portas.

Esse período, porém, reservou também uma grande surpresa. Nos anos 80, a grave crise econômica no Brasil coincidiu com um expressivo crescimento da indústria japonesa. Do lado brasileiro, uma enxurrada de desempregados e, do lado japonês, a falta de mão de obra para trabalhos considerados menos nobres. Os salários pagos no Japão representavam três vezes o que ganhava um engenheiro com alguns anos de formado aqui no Brasil. Então, se o negócio já era bom até para os que estavam bem empregados, o que não dizer para os desempregados ou os que tinham baixos salários.

Assim começou o fenômeno decasségui. Milhares de nikkeis começaram a aventurar-se na terra de seus ancestrais e pensavam no início fazer como eles: trabalhar muito, juntar dinheiro e voltar para o Brasil. Muitos realmente fizeram isso, aproveitaram os bons salários pagos pelas indústrias japonesas, ficaram alguns anos e retornaram com uma boa poupança para o Brasil. Mas, conforme o tempo foi passando, começou outro drama; a volta começou a ficar difícil para muitos decasséguis.

A economia brasileira mostrava-se instável, muitos tinham se desatualizado profissionalmente, sem contar que, principalmente para os que foram em família, juntar dinheiro já não era tão fácil. O lado mais triste dessa história dos brasileiros que foram aventurar-se no Japão foi a desintegração de várias famílias. Independentemente de estatísticas oficiais, aconteceu que muitas pessoas, principalmente homens, foram ao Japão sem o cônjuge e, solitários e sem amarras de patrulhas sociais, acabaram tendo novos relacionamentos, deixando na mão o cônjuge que ficara no Brasil. Hoje a situação da maioria dos decasséguis deve estar estabilizada e bem definida, as novas famílias formadas, lá e cá, já se assentaram, as que se mantiveram unidas têm um bom padrão de vida e os filhos já crescidos estão bem integrados ao modo de vida japonês. Até o preconceito que os japoneses tinham dos decasséguis deve estar bem mais ameno.

As comemorações do centenário da imigração mostraram bem uma fotografia da comunidade nikkei dos dias de hoje. Individualmente, os nikkeis vivem como orgulhosos cidadãos brasileiros, plenamente integrados e com muito prestígio junto à sociedade brasileira. Uma grande parcela conserva ainda um pouco dos usos, costumes e tradições, inclusive os ditos casamentos puros (entre nikkeis), mas o enfraquecimento como coletividade é notório. Aquele espírito de colaboração em prol de todos, que era regra, hoje é exceção, praticado por alguns poucos abnegados. Mesmo entre os que estão formalmente ligados a entidades da comunidade nikkei, muitos estão mais preocupados com seus interesses individuais e até comerciais. O Festival do Japão é um evento de grande sucesso, visitado por dezenas de milhares de pessoas, notadamente de nikkeis, mas, tirando as atrações comerciais, sobra muito pouco de cultura e tradição. Apesar de tudo ser muito repetitivo (apenas a mudança do arranjo geral há dois ou três anos), de não apresentar grandes novidades e atrações, todos os anos os nikkeis de várias regiões do estado de São Paulo acabam batendo ponto no festival. E qual o motivo disso? É pura especulação, mas deve ser porque ainda persiste um pouquinho daquele espírito de samurai na expressiva maioria dos nikkeis. Eles querem que o festival seja um sucesso para mostrar aos seus ancestrais, os velhos imigrantes que em sua maioria já estão em outra dimensão, que o esforço, a dedicação e o sacrifício deles não foram em vão, que a comunidade continua unida e forte.

17.1.4.4 Os nikkeis do século XXI

A comunidade nikkei do Brasil vive hoje um processo de diversificação muito intenso, uma vez que as principais barreiras que impediam a total integração estão extintas ou estão em vias de se extinguir. Temos nikkeis jovens nas duas extremidades, uns poucos querendo manter as tradições e outros já totalmente descolados de qualquer vestígio da cultura, da educação e dos costumes nipônicos. No meio desses extremos, existe uma grande multidão que vive balançando entre manter algum laço com as coisas da comunidade nikkei ou adotar padrões totalmente abasileirados. Guetos de nikkeis ainda persistem entre os mais velhos, ocasionando situações bem estranhas, como a de haver hoje mais pessoas acima de 50 anos praticando beisebol e *softbol*, mesmo que informalmente, do que jovens nikkeis abaixo de 20 anos. O beisebol e o *softbol*, nas categorias de base, hoje são esportes que já não conseguem viver só de “japonesinhos” e “japonesinhas” e em pouco tempo, a exemplo do judô, será um esporte com presença majoritária de não nikkeis. Outro fenômeno é de crianças e jovens que conhecem e praticam de maneira até exagerada coisas da tradição japonesa como o *taikô* e outras que não sabem absolutamente nada da história dos seus ancestrais.

Apesar de toda essa diversificação dentro da comunidade, as alterações vão continuar acontecendo no futuro de maneira gradual. Casamentos mistos, agora muitos mais misturados com porcentagens variáveis de sangue japonês, naturalmente tendem a aumentar, mas ainda vai demorar muito para que os nikkeis puros sejam extintos. Em determinados ambientes sociais e familiares, ainda persistem majoritariamente os casamentos entre nikkeis. As entidades, sejam elas sociais, culturais, esportivas ou um mix de tudo isso, terão um papel preponderante para a manutenção da vida comunitária. Para que tenham sucesso nessa empreitada, terão de reformar suas filosofias ultrapassadas e esforçar-se em fazer reviver nos jovens nikkeis aquele espírito coletivo do passado.

E o que o futuro reserva para os milhares de nikkeis que foram trabalhar no Japão? Passados quase 40 anos do início do fenômeno decasségui, muita coisa já está estabelecida. Muitos não irão mais retornar ao Brasil e os motivos são os mais diversos, mas prevalece o fato de que a readaptação profissional e social é muito difícil. Outros tantos, cujos filhos nasceram no Japão ou para lá foram ainda criança, formaram suas famílias no Japão. Esses filhos são hoje jovens e adultos totalmente adaptados ao sistema de vida japonês e dificilmente trocariam um país mais rico, mais desenvolvido e menos violento por um Brasil totalmente desconhecido e que eles sabem que enfrenta graves problemas estruturais. Naturalmente que, de tempos em tempos, levas de nikkeis irão aventurar-se no Japão, num vaivém ao sabor das crises econômicas daqui e das necessidades de lá. Mas dificilmente teremos no futuro levas tão numerosas de decasséguis como as que tivemos num passado recente (últimos 35 anos). E é quase certo que em duas ou três gerações, os descendentes desses nikkeis brasileiros que migraram para o Japão como decasséguis não terão praticamente nenhuma ligação afetiva ou cultural com o Brasil. Pelo fato de ostentarem traços fisiológicos iguais aos japoneses nativos e de terem facilidade de adaptação por manterem um pouco do espírito nipônico, esses descendentes devem integrar-se totalmente bem antes que isso aconteça no Brasil, mesmo considerando haver uma diferença de quase 100 anos entre a vinda de uns e retorno de outros.



Empobrecimento da população – Século XIX





17.2 Tradição, modernidade e miscigenação cultural

Lili Kawamura

Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), livre-docente em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com Pós-doutorado na Universidade de Nagoya. Foi professora associada da Unicamp e professora convidada a Universidade de Tsukuba, da Universidade de Tenri e da Universidade de Estudos Estrangeiros de Kyoto, Japão.

17.2.1 Introdução

A existência de ampla publicação sobre diversos aspectos da imigração de japoneses no Brasil, nacional ou internacional, sob variados enfoques, leva-me a analisar o processo migratório com ênfase na cultura e nas suas transformações nesse período de um século e dez anos, durante o qual observo importantes mudanças. Cultura, enquanto modos de pensar, sentir e agir em constante interação entre as pessoas, afeta profundamente a vivência de grupos sociais, econômicos, políticos, religiosos e outros. A cultura não se restringe assim apenas a um de seus aspectos, como vista no senso comum, isto é, como erudição, arte elitizada, educação. A dinâmica social baseia-se na cultura em sentido amplo. Desse modo, as transformações que ocorrem nas relações entre pessoas, grupos e sociedades estão estreitamente ligadas com valores, princípios, ideologias, sentimentos, atitudes e comportamentos sociais. Por mais homogêneas e orgânicas, as culturas estão em profunda e contínua redefinição (BHABHA, 1998; BAUMAN, 2005). Pretendo discurrir sobre o tema nessa ótica, procurando entender alguns pontos das mudanças no caráter cultural da população nikkei no Brasil. Baseando-me na literatura específica sobre o tema, estudos por mim realizados e experiência de vida com nikkeis no Brasil e no Japão, busco analisar as transformações na vivência dos descendentes dos imigrantes, não de forma linear, mas entrelaçada com padrões diferentes, apontando para uma complexidade dinâmica que atinge seu auge no atual mundo globalizado. A meu ver, esse processo vincula-se profundamente às influências culturais do Brasil – via escolarização, trabalho, vizinhança, amizades com pessoas não descendentes de japoneses –, através do peso da tradição trazida pelos imigrantes da modernidade cultural do Japão atual.

Os diferentes contextos históricos da vivência dos nikkeis manifestam as condições de mudanças culturais nesse segmento, desde a entrada dos japoneses no Brasil até o retorno dos descendentes ao país do Sol Nascente. A vivência na tradição japonesa nos primórdios da migração, com seu fortalecimento durante e logo após a II Guerra Mundial, e a perda de força a partir dos anos 1960, com a saída dos jovens para as grandes cidades, como São Paulo, e finalmente a migração para o Japão manifestam mudanças que levam à atual heterogeneidade cultural desse segmento populacional.

O impacto cultural dos primeiros imigrantes japoneses estava relacionado com o total desconhecimento das terras de destino (Brasil, Peru, Argentina, enfim América Latina) e da cultura ocidental que, de alguma forma, permeava a vivência das populações em terras latino-americanas, diferentemente da posterior migração de brasileiros (e outros latino-americanos) ao Japão, como descendentes de japoneses, imbuídos da tradicional cultura nipônica herdada dos ancestrais. Essa bagagem não

significava ausência de impacto cultural no país de destino, mas desencontros e encontros sob várias maneiras. Apesar de as condições da atual modernidade possibilitarem o “ir e vir” contínuo de migrantes, observamos as semelhanças entre ambas as migrações, como a formação e a vivência em núcleos próprios com os patrícios, por medo do entorno social supostamente hostil e defesa de seus interesses familiares e de grupo. Evidentemente, o novo contexto histórico com o acesso a novas tecnologias na vida cotidiana permite amenizar o modo de vida dos migrantes para o Japão, em comparação com a migração dos antepassados.

As mudanças culturais vinculam-se às transformações nas condições econômicas, sociais e políticas que afetam indivíduos, grupos e os respectivos relacionamentos, desde a integração comunitária até as guerras que geram conflitos, desavenças, preconceitos, discriminação e outras formas de violência. Acontecimentos históricos associados à visão de mundo dos “donos do poder” e de grupos sociais do entorno dos migrantes interferem profundamente nas complexas relações entre os grupos migrantes e a população local, gerando encontros e desencontros, inclusive conflitos violentos entre eles. A história nos aponta as condições e as *performances* dos imigrantes japoneses e descendentes, sob diferentes formas sociais e culturais no espaço de um século e dez anos, manifestando a complexidade na vivência e diversidade na interação social e cultural entre si e com outros grupos étnicos.

17.2.2 Caminhos da tradição nipônica no Brasil

A chegada ao porto de Santos em 1908 e a necessidade de mão de obra dos cafeicultores, levou os imigrantes japoneses a se instalarem de modo predominante no estado de São Paulo, tendo posteriormente migrado para o estado do Paraná, seguindo a rota de expansão cafeeira e ferroviária, trazendo a bagagem cultural das regiões interioranas do Japão (VIEIRA, 1973). As condições do início da imigração, definiram, a meu ver, a organização e a persistência da tradição, na medida em que os imigrantes foram e sentiram-se isolados pelas políticas segregacionistas das elites, em particular contra os de origem asiática, com o discurso de propósito de “branqueamento” da população brasileira, já manchada, a seu ver, pela população negra e indígena originariamente. É importante destacar aqui o intenso preconceito e a discriminação do governo, das elites sociais e culturais, disseminados entre a população contra a entrada de “não brancos”, em particular chineses e japoneses, com vistas a preservar as características físicas europeias ideologicamente relacionadas com beleza, moralidade, virtude, capacidade e afins (DEZEM, 2005; TAKEUCHI, 2002). A migração japonesa para a América Latina, em particular para o Brasil, já se iniciou com ressalvas, como uma concessão governamental e das elites, por necessidade de mão de obra temporária, sob acentuado preconceito e discriminação, que se alastrava pela população local.

Por outro lado, as condições precárias e hostis de vivência e trabalho a que eram submetidos os imigrantes e o impacto das fortes diferenças culturais provocaram também o seu isolamento autodefensivo em células próprias, onde podiam preservar seus valores, costumes, crenças, condutas, atitudes, comportamentos com o objetivo de retorno breve ao Japão. A ótica da migração temporária dava-lhes alento para suportar a vivência de então (HANDA, 1980; MOTOYAMA, 2011). Era notória a busca pela manutenção da tradição e da educação japonesas, sem a preocupação com sua integração na sociedade brasileira. Assim, desde o começo da imigração, havia desconhecimento, desinteresse e rejeição mútua das culturas por ambas as partes – imigrantes japoneses e população do país –, colocando por terra os discursos do povo hospitaleiro para o Brasil e do desejo de integração total de imigrantes e descendentes ao país de destino.

Manter a cultura tradicional nipônica dependia do autoritarismo patriarcal que permeava a organização familiar, laboral, educacional, associativa e econômica. O chefe de família definia as regras de convívio familiar, grupal, associativo e de trabalho. As mulheres, crianças e jovens deveriam submeter-se à autoridade paterna, sendo castigados em casos de desacato, o que possibilitava excessos e abusos. Nascimento, casamentos e mortes seguiam rituais religiosos trazidos do país de origem, em particular da sua região no Japão. Os casamentos eram realizados através do *miai*, em que o intermediário (*nakodo*), personagem respeitado na comunidade, procurava e apresentava os candidatos para os pais das famílias interessadas. Para a organização familiar, era fundamental a continuidade do sangue japonês e a preservação da tradição nipônica (HANDA, 1980; SAKURAI, 1993).

Cada moradia era dotada de um altar para Buda ou para o Imperador e os parentes falecidos, onde rezavam, cantavam e colocavam oferendas, diariamente. As crianças e os jovens eram escolarizados nas próprias comunidades, com conteúdos trazidos do Japão. A culinária seguia os padrões nipônicos, com adaptações de produtos e utensílios locais. Como os alimentos eram muito diferentes, as “comunidades” produziam os ingredientes plantados ou elaborados com soja (*shoyu*, *tofu* e *missô*), peixe (*tikuwá*) ou vegetais (*tsukemono*, *takenoko*) e o arroz-cateto japonês, básico na culinária, atualmente produzidos em escala (HANDA, 1980; SAITO, 1980). Os imigrantes e seus descendentes comemoravam as datas festivas do Japão e eventos esportivos, musicais e de dança, que persistem até hoje de modo restrito sendo substituídos por eventos relacionados à modernidade japonesa, como festivais de mangá, *animês*, música pop e *cosplay*.

A expansão das comunidades que se formaram seguindo as ferrovias e o café teve também o apoio do governo japonês, interessado na radicação dos japoneses no Brasil, comprando e distribuindo terras, formando núcleos como Bastos, Aliança, Tietê, Iguape, etc. A reprodução da tradição nipônica ocorria na vida cotidiana e através de associações (*kaikan*, *bunkyo*), que promoviam comemorações e réplicas das festividades do Japão, torneios esportivos (*undokai*), de canto (*nodojiman*), dança, culinária, bailes, palestras, excursões e até casamentos (CARDOSO, 1959). O ensino do idioma baseava-se em cartilhas trazidas do Japão, a matemática utilizava o *soroban* (instrumento tradicional de madeira para cálculos), o ensino da história e geografia colocava o país como protagonista central. Tais atividades foram perdendo força, a partir dos anos 1960, com a saída dos jovens para as grandes cidades, como São Paulo, onde reconstruíram outras formas de agrupamento (moradia, bailes, jogos esportivos, excursões, etc.). São famosas as associações de jovens nikkeis no bairro da Liberdade (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992) e os eventos realizados na Rua Conde de Sarzedas, Rua dos Estudantes, Rua Tabatinguera e adjacências¹. A importação de livros, *mangás* e revistas femininas do Japão permitia aos migrantes e descendentes das primeiras gerações terem a sensação de pertencimento cultural ao país de origem. Não se sentiam analfabetos por desconhecerem o idioma e a cultura locais. Os imigrantes sentiam-se fortalecidos em suas comunidades chegando a julgar a população local como o “outro”, o “estrangeiro” (*gaijin*).

A preocupação em manter a tradição e preservar-se perante o “outro” desconhecido e hostil levava os imigrantes e descendentes a formarem famílias somente com os patrícios, isolando-se em comunidades, como se vivessem em um mundo próprio e autossuficiente. Em suma, produziam seus alimentos, educavam suas crianças e jovens, com escolas próprias, e relacionavam-se com seus patrícios em cooperação

¹ Em fins dos anos 1950 e na década de 1960 eram frequentes os bailes de nikkeis na ruas Conde de Sarzedas e Tabatinguera, no bairro da Liberdade. Inclusive hoje, anualmente, vêm ocorrendo encontros de confraternização em São Paulo de oriundos de Dracena e outras cidades da Alta Paulista, do estado de São Paulo.

mútua na vizinhança e em atividades promovidas por associações culturais, preparando-se para o retorno ao Japão como verdadeiros súditos do Império.

Em cada comunidade havia uma silenciosa vigilância dos seus membros com vistas à preservação dos padrões tradicionais de conduta nipônica, segundo as regras da cultura japonesa, com punição dos “infratores”. Antes da punição, a comunidade usava a persuasão, com o uso do espírito cooperativo da tradicional cultura japonesa, em que havia o sistema de auxílio mútuo entre os membros, para que não se desgarrassem da expectativa da comunidade. A cooperação tornou-se um aspecto cultural importante para preservação do espírito japonês em toda a comunidade, para evitar a decadência do nikkei para a condição dos *gaijin*, situados nos estratos inferiores. Esse caráter cooperativo diluiu-se posteriormente no individualismo que permeia cada vez mais a prática e a ideologia do mercado na sociedade brasileira e internacional de hoje.

É relevante ressaltar que a força da tradição japonesa manifestou-se fortemente no Brasil suscitando o seu combate violento pela população local, no período da II Guerra Mundial. Quando o Japão entrou na Guerra fazendo parte do Eixo (Itália, Alemanha e Japão), os imigrantes japoneses sofreram agressões, xingamentos e retaliações em vários países da América Latina, inclusive do governo brasileiro. Bens e propriedade de imigrantes e descendentes foram confiscados por órgãos governamentais e saqueados por grupos locais. Ao fim da II Guerra, as próprias comunidades dividiram-se e agrediam-se mutuamente (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992; Mita, 1999, 1992). O pós-guerra teve repercussão violenta entre os próprios imigrantes e descendentes, com disputas violentas entre os que fanaticamente acreditavam na vitória japonesa (*kati-gumi*) e os que aceitaram a derrota (*make-gumi*), com agressões entre si e suas propriedades. Os vitoristas (*kati-gumi*) exaltavam os valores japoneses e o propósito de domínio do Japão na Ásia e julgavam impossível a sua derrota. Essa situação foi favorecida pela falta de informações reais sobre aquele país e a Guerra dentre os imigrantes e descendentes, o que permitia inclusive manipulação das informações por interessados. A violência chegou a ponto de ocorrerem assassinatos, com a prisão de responsáveis na Ilha Anchieta, ao lado de muitos inocentes, conforme relatos de ex- prisioneiros (Okuhara, 2013)². A ocidentalização na vida privada ou associativa era repudiada por imigrantes fanatizados pela suposta vitória do Japão, ideia que perdurou por longo período, especialmente em cidades interioranas, com predomínio nikkei.

O forte preconceito e a discriminação entre nikkeis e a população local trouxe mais violência às comunidades, principalmente em algumas regiões do estado de São Paulo, como Bastos, Marília, Osvaldo Cruz, a região noroeste e outras (MITA, 1999). A herança preconceituosa e discriminatória persiste até hoje de modo silencioso e velado, sob diferentes formas. É significativa a existência de grupos na internet que apontam diversas formas preconceituosas e discriminatórias contra orientais. Por sua vez, jovens de origem japonesa marcam presença em vários setores da sociedade (escolas, universidades, shopping centers, etc.) em grupos de convivência entre si, por se sentirem mais confiantes e aceitos cultural e etnicamente, sem sofrerem supostos *bullyings*.

A partir dos anos 1960, quando ocorreu o *boom* no ensino superior e os jovens saíram das comunidades para as grandes cidades, principalmente São Paulo, para estudos avançados e trabalhos especializados, buscando inserir-se na sociedade ampla, havia uma tendência ao distanciamento da tradicional cultura nipônica. Desde Getúlio Vargas, com as medidas restritivas para o uso e a expansão cultural japonesa

2 Além de relatos no filme de Okuhara, baseei-me em dados de entrevista que fiz com sr. Tokuchi Hidaka, ex-prisioneiro da Ilha Anchieta e participante da *Shindo-Renmei*, em fevereiro de 2016.

no país (como de outras origens) visando à formação da nação brasileira, acrescida da hostilidade à cultura japonesa dos imigrantes na II Guerra Mundial, as novas gerações desejavam desvincular-se dessa “incômoda” e desvalorizada tradição, buscando a “total” inserção na sociedade mais ampla. O incentivo das famílias, mesmo tradicionais, para a inserção dos descendentes em busca da ascensão social, possibilitou o fraco vínculo cultural de parte considerável de nikkeis com a tradição em prol da integração na sociedade brasileira. Essa predisposição foi favorecida pela imagem positiva em termos de valores e conduta legada pelos seus ancestrais.

Contraditoriamente, os jovens mantiveram a tendência associativa herdada de seus antecessores imigrantes em conviver agrupados com pessoas da mesma origem, para atividades rotineiras de estudo, lazer e trabalho, especialmente pelo enfraquecimento das entidades nas comunidades, com a saída dos jovens para a metrópole, já distanciados da ideia de manutenção da cultura nipônica. A revitalização da ideia de cooperação vigente nas comunidades de origem japonesa, já antes adotada nas cooperativas geridas por descendentes para lavradores de origem nipônica, bem como atividades comerciais e financeiras voltadas principalmente para os nikkeis, não significa a antiga preservação da tradição, mas a autopreservação de seus interesses com o apoio mútuo dos nikkeis, que hoje foi substituída pela ideologia individualista inerente ao desenvolvimento do mercado. Evidentemente, o antigo espírito cooperativo deu maior espaço ao individualismo, o que veio afetar fortemente as propostas de associação em entidades. O peso do individualismo incentivou a competição e a perspectiva de vivência mais adaptada às relações de mercado. Mesmo no Japão moderno, ao lado da cooperação grupal, os grupos estão em intensa competição entre si.

A partir da década de 1980, com o destaque internacional do Japão como potência mundial, e a difusão da avançada tecnologia e cultura relacionada internacionalmente, a imagem do país veio a alterar a predisposição de descendentes dos imigrantes japoneses e outros brasileiros a valorizarem e desejarem aderir aos novos aspectos culturais ligados com as novas tecnologias do Japão, o que não significa a ausência da tradição. A modernidade japonesa, embora contenha basicamente aspectos culturais ocidentais, apresenta elementos culturais tradicionais sob nova *performance*. A sobrevivência do caráter cooperativo adotado no antigo cultivo do arroz na moderna organização do modelo japonês, obviamente sob nova roupagem, deu um caráter singular ao modelo japonês. A organização patriarcal que persistiu até recentemente nas destacadas grandes empresas, onde o conjunto dos trabalhadores se comportava como uma grande família, considerada mais importante que a família doméstica, demonstra a permanência da tradição na modernidade japonesa. Mais recentemente, personagens e situações nas ficções da cultura pop nipônica, como *mangá*, *animês*, música e dança, apontam a presença ou vestígios da tradicional cultura japonesa, além da forte manutenção da tradição nas pequenas cidades, ao lado da inclusão de aspectos da modernidade (KAWAMURA, 2016; LUYTEN, 1991; SATO, 2007).

No Brasil, a vivência nikkei preserva festividades e comemorações da tradição nipônica, de modo mais restrito que nos períodos de auge, com a persistência de núcleos isolados no estado de São Paulo, Paraná, Pará, Mato Grosso e outros. Mesmo em áreas metropolitanas, apesar da crescente diminuição de adeptos, ocorrem atividades comemorativas ligadas a entidades representativas, burocraticamente organizadas e que envolvem autoridades locais e representantes do governo Japonês no país. Os discursos são feitos nos idiomas dos dois países, com apresentação de música, dança e outras exibições da tradicional cultura japonesa, além dos hinos nacionais do Japão e do Brasil nas aberturas dos eventos. As comemorações de entidades setoriais por regiões de origem dos imigrantes e de outras associações, realizadas até hoje, têm também presença majoritária de descendentes, apesar da crescente diminuição de participantes, o que se agravou com a migração nikkei para o Japão. Nesse contexto, destacam-se ainda festividades de outros

grupos de origem oriental como chineses e coreanos, que dificilmente são diferenciados pela população local, particularmente não descendentes de orientais. A elevada diversidade entre os descendentes dos imigrantes japoneses, após várias gerações, dificulta a integração requerida pelas entidades associativas, permitindo, no entanto, vínculos de pequenos grupos conforme os interesses diversificados em interação com a sociedade mais ampla.

A globalização econômica e financeira veio demandar e facilitar o trânsito de mercadorias, finanças, comunicação e pessoas entre países, em particular Japão e Brasil. Nos anos 1990, a migração de brasileiros descendentes de japoneses para o Japão, atendendo à necessidade de mão de obra daquele mercado, iniciou um processo intenso de movimentação de jovens nikkeis na rota Brasil-Japão, principalmente pela preferência por estrangeiros da mesma origem, na visão equivocada dos japoneses de que nikkeis seriam iguais aos trabalhadores locais. (KAWAMURA, 2003). Essa visão e o histórico fechamento à entrada de estrangeiros no país, com exceção de profissionais qualificados, explica a restrição legal da imigração apenas a japoneses e descendentes, inicialmente até a terceira geração, com a possível abertura legal para a quarta geração. Dessa maneira, além do intercâmbio de mercadorias e finanças, destacou-se o trânsito de trabalhadores descendentes, com a posterior inclusão de brasileiros de outras origens e mestiços. Os próprios trabalhadores e seus descendentes, enquanto componentes da população nikkei e mestiços, passam a constituir intermediários das novas formas culturais por eles criadas, associadas com a modernidade japonesa, como os *animês*, as revistas e os jogos eletrônicos, as músicas, e os personagens assumidos por crianças e jovens, ocorrendo, inclusive, festivais e concursos relacionados (*cosplay*).

17.2.3 Modernidade cultural japonesa no Brasil

O Japão Potência atraiu os olhares do mundo, em particular dos descendentes de imigrantes japoneses do Brasil e de outros países. A disseminação internacional das avançadas tecnologias, dos novos produtos tecnológicos culturais, revitalizando os tradicionais personagens de *mangás*, possibilitou a reinserção dos nikkeis na cultura nipônica, embora sob outro prisma. A difusão da cultura tecnológica pelo Japão atingiu internacionalmente populações sem ancestralidade japonesa que, mesmo sem entender o idioma, costumes e valores nipônicos, passam a incorporar essas inovações como aspectos da cultura global (ORTIZ, 2000).

A modernidade japonesa atinge a população nikkei mediante a expansão econômica e financeira internacional do Japão, com seus empreendimentos e ampla exportação de produtos (alimentícios, automotivos, equipamentos eletrônicos e de informática, livros e revistas, etc.) e transferência de empresas para o exterior. Cabe esclarecer que a modernidade japonesa, diferentemente da ocidental norte-americana e europeia, inclui aspectos da tradicional cultura japonesa revisada de acordo com os interesses do Japão atual. A cultura pop japonesa (*mangá*, *animê*, música, dança e *cosplay*) inclui valores, heróis, mitos e castelos da tradicional cultura nipônica, transvestidos da modernidade, dando a impressão de personagens, situações e castelos futuristas, atraindo jovens e crianças de quase todo o mundo.

A atração generalizada da moderna cultura japonesa leva jovens nikkeis ou não descendentes em busca de conhecimentos do idioma, aspectos da cultura tradicional e moderna, música, dança, desenho e artes marciais. As perspectivas de trabalho e de consumo dos modernos produtos japoneses levam nikkeis e descendentes de outras origens a manifestarem interesse por conhecimentos da cultura japonesa, através de cursos de idioma, de artes tradicionais (*ikebana*, *sumiê*, *origami*, *sushi* e outros pratos da culinária

japonesa), de artes marciais, além de frequentar espaços de lazer baseados na tradição japonesa como *karaokê*, *undokai*, competições de artes marciais, jogos eletrônicos e eventos no bairro oriental da Liberdade em São Paulo e festividades em cidades interioranas.

Outra importante forma de envolvimento dos nikkeis na moderna cultura japonesa decorre do processo migratório de brasileiros para o Japão, desde finais dos anos 1980, acentuado no início dos 1990 (NINOMIYA, 1992; YOSHIOKA, 1994). O encontro cultural entre brasileiros, em particular nikkeis, e os japoneses na terra dos seus ancestrais, foi problemático e aquém das expectativas de ambos os lados. O Japão esperava trabalhadores similares aos seus, mesmo sem a modernidade japonesa, mas dotados pelo menos da tradicional cultura nipônica, o que não ocorreu, na medida em que se deparou com nikkeis que pouco falavam ou entendiam a cultura local. Mesmo aqueles criados na tradicional cultura japonesa no Brasil, expressavam-se num linguajar considerado retrógrado e tosco pelos locais, que os identificavam como *gaijin* (estrangeiro) ou *burajirujin* (brasileiro), mas não japoneses. De sua parte, a expectativa dos nikkeis era serem considerados japoneses, pela aparência étnica similar e por julgarem conhecer a língua e aspectos culturais do país. Apesar dos 25 anos de migração na rota Brasil-Japão, mesmo os descendentes formados na cultura local e como profissionais nos padrões japoneses eram considerados *gaijin* e *burajirujin*. Essa é uma questão da legislação do país, onde outros imigrantes como coreanos e chineses, de estada mais antiga no Japão e com várias gerações nascidas no país, são ainda considerados estrangeiros (KAWAMURA, 2003; KOMAI, 1995).

A vivência no decorrer da migração possibilitou aos brasileiros o acúmulo de informações e sensações que passaram a definir condutas, valores e formas de vida próprias. No começo, a vivência com vizinhos japoneses reforçou a ideia de identidade própria com caracteres da cultura brasileira, bem diferente da cultura local, descartando a dúvida identidade, ser japonês ou não ser japonês. Mesmo desejando a mesma identidade dos locais, os migrantes nikkeis, embora com semelhança física e descendentes de japoneses, eram identificados como estrangeiros (*gaijin*) no Japão. O preconceito e a discriminação mútua por longos anos provocaram barreiras entre migrantes e nativos, a ponto de os primeiros se instalarem em núcleos próprios, com infraestrutura voltada para seu modo de vida: restaurantes, bares, supermercados, academias de ginástica, escolas, atividades esportivas e associativas, com produtos, mercadorias e serviços para brasileiros.

Apesar de viverem em núcleos brasileiros, separados da população local, procurando manter os padrões de vida levados do Brasil, os migrantes cotidianamente sofrem influências nipônicas, que são expressas nos comportamentos, no linguajar, na alimentação, nas expressões físicas, nos valores, nas condutas, etc. A experiência de vida no Japão, por mais de 25 anos, com influências positivas e negativas, aparece nas novas formas culturais, nem japonesa, nem brasileira, mas *sui generis*, que também se manifestam sob diversas maneiras, apesar das medidas de “japonização” antes adotadas no país. Principalmente no período inicial, os migrantes eram persuadidos ou obrigados a comportar-se segundo os padrões de convivência locais, no trabalho, na escola, na vizinhança e em lugares públicos, sofrendo represálias em caso de infração. Para os japoneses, não havia necessidade, nem condições, de alterar a organização e o processo de trabalho pela presença de estrangeiros, ao contrário, os migrantes deveriam adaptar-se ao *modus vivendi* local, especialmente por comporem uma migração transitória dentro de uma sociedade ainda considerada basicamente homogênea e altamente organizada.

Os próprios migrantes incorporavam aspectos culturais do entorno, adaptando-os ao seu modo de vida local, como culinária, vestuário, vocabulário, gestos e cumprimentos. Por exemplo, uso de temperos japoneses na comida, arroz cozido à maneira japonesa acompanhando pratos típicos da cozinha brasilei-

ra; inclinação do corpo reverenciando o outro em cumprimentos; uso de palavras japonesas conjugadas como verbos na língua portuguesa, como zanguiô (hora extra no trabalho), na afirmação “vamos zanguiar hoje?” e assim por diante (Hinata, 1995). Nesse processo, são criadas e recriadas continuamente novas formas culturais próprias dos migrantes oriundos do Brasil, assumidas de modo heterogêneo pelos brasileiros no Japão, conforme seus interesses específicos localmente. Contudo as novas formas culturais permitem construir e reconstruir as identidades assumidas pelos migrantes e reconhecidas pelo entorno. Os núcleos de migrantes permanecem isolados da sociedade, constituindo locais de extravasamento (Featherstone, 1990) para os migrantes, que podem expressar-se conforme seus padrões culturais, mostrando livremente seus costumes e sentimentos (falar alto, cantar, namorar publicamente, vestir roupas a gosto, contar piadas e rir em voz alta).

As influências culturais locais afetam diferentemente os grupos imigrantes, descartando a homogeneidade entre os brasileiros no Japão. Nesses 25 anos, a diferenciação social e cultural dos migrantes expressa-se nos seus descendentes, grande parte nascida no país e criada na cultura local, especialmente através da escolarização nipônica. Esses jovens e crianças apresentam novos questionamentos de identidade: ser e não ser japonês! Ademais, há jovens brasileiros que assumiram fortemente aspectos da cultura de origem em escolas brasileiras no Japão e outros que, por motivos financeiros, de adaptação em escolas japonesas gratuitas, permanecem sem escolaridade nenhuma.

As novas formas culturais dos migrantes expressam-se na rotina diária e nas réplicas de festividades e comemorações típicas do Brasil, com traços da cultura local. O carnaval, as festas juninas, os casamentos, batizados, funerais, etc. apresentam aspectos culturais nipônicos, embora os migrantes busquem, com a realização dessas atividades, reviver sua “brasilidade”. Na prática, essa identidade é uma fusão de aspectos culturais de ambas as culturas e até inclusive de outros migrantes latino-americanos, como peruanos, bolivianos, dentre outros.

Ao assumir novas formas culturais *sui generis* na migração, os brasileiros levam e trazem esses novos padrões no “vaivém” entre os dois países, influenciando os demais nikkeis no Brasil, principalmente familiares e amigos, que percebem as diferenças nas atitudes, valores e comportamentos dos migrantes retornados. Em suas inúmeras voltas para o Japão, os migrantes levam novos elementos culturais do Brasil e assim sucessivamente. Esses grupos diferenciados constituem, como os demais grupos diversificados de nikkeis estabelecidos no Brasil, parte dos descendentes de imigrantes japoneses que outrora entraram neste país.

Por estarem em trânsito entre os dois países, mesmo que de modo mais permanente em um local, os migrantes desenvolvem comportamentos que manifestam a transitoriedade em sua vivência, adiando para outro lugar em outro tempo, a realização de seus objetivos mais importantes. Essa perspectiva de vivência efêmera, nem sempre consciente, traz resultados na formação cultural deles e de seus descendentes. A educação dos filhos, o tratamento de doenças, enfim, os momentos felizes são adiados para quando estiverem em outro lugar, em outro tempo. O presente é transitório (KAWAMURA, 2012). “Estar e não estar” em determinado lugar é próprio das pessoas em processos migratórios (SAYAD, 2000). Esse caráter de transitoriedade da migração internacional está presente mesmo nos migrantes que optam por permanecer no país de destino, que detêm uma permanência transitória, como foi observado no retorno compulsório nas crises internacionais e no Japão.

As crises mundiais em 2008 e a catástrofe nuclear em 2012 no Japão provocaram o retorno em massa dos migrantes para seus países de origem carregando as mazelas, os ganhos e suas novas formas culturais, que por sua vez afetam os nikkeis nos países de origem. Essa situação vem trazer maior complexidade

à diversidade cultural da população nikkei, já tão heterogênea na atual conjuntura brasileira. Desde o pós-II Guerra, quando os imigrantes japoneses decidiram compulsoriamente enraizar-se no Brasil, pelas precárias condições do Japão e por seus filhos nascidos no país de destino, também flexibilizaram a adoção da cultura local, com o propósito da ascensão social dos descendentes, sem perder a perspectiva da guarda de aspectos da tradição japonesa.

A diversificação na escolarização, na inserção econômica e social propiciou a variedade de modos de vida, favorecendo inclusive a miscigenação, o que não significa a diluição étnica e cultural dos nikkeis, que, como mencionei antes, continuam a reviver, sob outras formas, a tradição trazida pelos ancestrais. Contribuíram também na formação cultural as influências dos novos imigrantes japoneses, profissionais qualificados, a partir da década de 1950, denominados “Japão Novo”.

A modernidade japonesa leva à inserção dos nikkeis na globalização da cultura nipônica e a reinserção deles na cultura japonesa, sob novas formas culturais, dando diversidade cultural com traços da cultura tecnológica e pop nipônica associada com aspectos culturais do Brasil e a tradição trazida pelos ancestrais imigrantes japoneses. Essa atual “complexidade cultural” manifesta-se nos diferentes grupos específicos no grupo amplo denominado nikkei.

17.2.4 Miscigenação cultural

A partir dos anos 1960, com a diáspora de jovens descendentes de imigrantes japoneses para as grandes cidades e metrópoles em busca de oportunidades de estudos avançados e trabalhos mais qualificados, ocorreram relacionamentos com brasileiros de outras origens, com influências mútuas nos valores e padrões de conduta, apesar de os nikkeis optarem por agrupar-se entre si nos novos espaços. A interação multicultural diversificou mais ainda o modo de vida de contingentes nikkeis, desde a total integração ao *status quo* econômico, social e político até as posições contrárias e conflitivas, como o extremo caso de adeptos das guerrilhas nos governos militares (LESSER, 2008) e nas atuais manifestações via internet de grupos denunciando a discriminação contra asiáticos³.

A expressiva maioria nikkei frequentou universidades e destacou-se como profissionais em áreas técnicas e de saúde. A diferenciação nos modos de vida extrapolou o âmbito do mercado, com pessoas dedicadas também às artes, pesquisas e política, conduzindo os nikkeis a se inserirem em diferentes atividades na sociedade brasileira. Interessante notar, nesses espaços, o agrupamento de descendentes de japoneses convivendo entre si, como se assumissem, mesmo inconscientemente, o japonismo dos ancestrais. Nos grupos podiam expressar certos aspectos culturais sem constrangimento, pois seriam logo entendidos, o que manifesta uma combinação de traços da cultura nipônica com os aprendidos nas instituições brasileiras, levando os membros a se sentirem com identidades afins entre si, nem brasileira, nem japonesa, e preservados de manifestações preconceituosas. Nesse processo, a meu ver, essas identidades manifestam-se também de maneira diferenciada, conforme os interesses e as afinidades dos grupos.

Embora a organização familiar siga mantendo os matrimônios de descendentes entre si, já sem os

3 Grupos no Facebook: “Perigo Amarelo”; “Estudos Asiático-Asiáticos”, dentre outros já extintos.

rituais de intermediação de outrora (*miai, nakodo*), houve um aumento de casamentos interétnicos, de nikkei com não descendentes de japoneses, o que veio acentuar a complexidade cultural. Desde as segunda, terceira e quarta gerações de nikkeis descendentes mestiços, significativa parcela dos nikkeis expressa reduzida ou nenhuma influência cultural japonesa, o que, por sua vez, veio acentuar a heterogeneidade entre os descendentes de imigrantes japoneses. Muitos destes também migram para o Japão, adquirem novas formas culturais naquele ambiente, convivendo com a modernidade japonesa *in loco*, ao lado de outros imigrantes, retornam ao Brasil imbuídos dessas mudanças e passam a viver também em outro contexto cultural complexo, reforçado pela recente presença de novos migrantes e refugiados de diferentes países latino-americanos, africanos e asiáticos, por motivos econômicos, políticos e religiosos. O atual contexto brasileiro requer da população local uma convivência compulsória com grupos étnicos diversos, com suas culturas específicas. A interação da diversidade, diferentemente da ótica neutra do multiculturalismo, levanta problemas relativos a preconceito, discriminação, encontros, desencontros e conflitos, derrubando a ideia de que a convivência étnica diferenciada necessariamente leva à ausência de preconceito e discriminação, como erroneamente caracterizado no Brasil e no Exterior.

A complexidade cultural e de vivência não significa que a cultura tradicional tenha sido totalmente diluída nesse emaranhado, pelo contrário, ela se mantém sob dois aspectos importantes. Um deles refere-se à existência de comunidades remanescentes de grupos descendentes de imigrantes que se isolaram para viver de acordo com a tradição nipônica no Brasil. Inclusive, para entrar na comunidade, é necessária a anuência de pessoas influentes e dirigentes do local. Outro aspecto é a adoção da tradição japonesa, reformulada nos personagens dos *mangás*, *animês*, brinquedos, atitudes de jovens que se fantasiam assumindo os personagens e concursos de *cosplay*. O interesse de nikkeis e não descendentes sobre a moderna cultura japonesa, envolvidos pelo Japão Potência, faz reviver artes tradicionais, como *origami*, *ikebana*, *sumiê* e desenhos de personagens de *mangás* e *animês*, muitos deles originários da tradicional cultura japonesa, além da busca por aprender o idioma. Esses caracteres tradicionais persistem apesar da internalização compulsória da cultura local através da escolarização, do trabalho, do convívio e inserção familiar através de casamentos e outras formas de relacionamento com grupos não nikkeis, principalmente após os anos 1960, com o *boom* da escolarização, principalmente universitária.

Os migrantes no Japão compõem um importante segmento nikkei, a partir do início dos anos 1990, com experiência cultural *sui generis*. Nos 25 anos de experiência na sociedade japonesa, crescente parcela dos nikkeis internalizou novos aspectos culturais ao enfrentar os desafios de convivência compulsória com o entorno totalmente diferente da sua bagagem cultural. Eles desenvolveram os próprios costumes, pensamentos e sentimentos, formando células não integradas na sociedade local. A imersão, mesmo precária, de nikkei migrante no moderno contexto cultural do Japão traz novos aspectos culturais decorrentes da construção de novas maneiras de viver naquele país. As novas formas culturais criadas vinculam-se à construção da identidade, nem japonesa, nem brasileira, com uma convivência contraditória com a sociedade local: “isolados, mas inseridos”, principalmente com filhos educados completamente na cultura japonesa local. Essa situação pode gerar conflitos entre gerações sob nova ótica: pais, avós e tios que não conseguem integrar-se ao entorno e com os filhos e netos, estes já completamente integrados e ansiosos por serem cidadãos japoneses. Aqui emerge uma nova abordagem da identidade dos migrantes, a dos filhos que desejam ser japoneses, mas não são legalmente assim considerados. Nem são brasileiros, pois culturalmente são verdadeiros nipônicos, o que levanta uma nova questão de identidade na migração de brasileiros para o Japão: descendentes de imigrantes brasileiros nascidos no Japão que desejam ser totalmente aceitos como japoneses no país.

Como mencionei antes, os migrantes desenvolveram os próprios núcleos de vivência, desde moradia, comércio, escolarização, lazer e associações, principalmente por terem sofrido preconceitos e discriminação pelo entorno, na medida em que, além da diferença cultural, a maioria ocupava posições inferiores no trabalho, exercendo atividades rechaçadas pelos trabalhadores japoneses. Na maioria das vezes, os locais de vivência (núcleos) foram designados, compulsoriamente, por empreiteiras, empresários e setores governamentais. Outras vezes, a escolha foi feita pelo baixo custo e por já estarem presentes grupos patrícios. Nessa situação, os migrantes adaptaram as festividades populares, a culinária, as artes (samba, danças, carnaval, festas juninas e outras), o esporte praticado no Brasil em sua vivência no Japão, com toques culturais nipônicos, constituindo-se hoje em atração turística para turistas japoneses e estrangeiros.

Se no passado, o nikkei vivia confinado em várias comunidades no Brasil, hoje essa população encontra-se, em considerável parte, no país de origem dos ancestrais, em interação com os que permaneceram no país, pelas facilidades de ir e vir das migrações atuais. A interação dos nikkeis do Brasil com os migrantes no Japão torna mais complexa as influências culturais entre si, levando à maior diversificação cultural dos descendentes de imigrantes japoneses do Brasil. Essas condições favorecem diversos vínculos entre a cultura japonesa e a brasileira, no contexto da globalização cultural, tanto para a população nikkei fora quanto dentro do Brasil, que em última instância integra a população descendente de imigrantes japoneses no Brasil.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CARDOSO, R. C. L. O papel das associações juvenis na aculturação dos japoneses. **Revista de Antropologia**, v. 7, n. 1-2, jun./dez. 1959.

DEZEM, R.: **Shindô Renmei**: terrorismo e repressão. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000. Inventários DEOPS, Módulo III Japoneses.

FEATHERSTONE, M. **Global culture**. London: Sage, 1990.

HANDA, Tomoo. **Memórias de um imigrante japonês no Brasil**. Trad. Antonio Nojiri. São Paulo: T. A. Queiroz/Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1980.

HINATA, Noemia. **Além das palavras**. Tokyo: Seron Jihosha, 1995.

KAWAMURA, L. **Para onde vão os brasileiros?** 2a. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2003.

_____. Encontros e desencontros culturais na migração internacional: Brasil-Japão. In: TEIXEIRA, P. E.; COSTA BRAGA, A. M. da; BAENINGER, R. (Orgs.). **Migrações**: implicações passadas, presentes e futuras. Marília: Cultura Acadêmica, 2012.

_____. Desenhos animados: mangá. In: HARADA, Kiyoshi (Coord.). **Intercâmbio cultural Brasil-Japão**. São Paulo: Cadaris, 2016.

KOMAI, H. *Migrant workers in Japan*. London/New York: Kegan Paul International, 1995.

LESSER, J. **Uma diáspora descontente: os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica 1960-1980**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LUYTEN, S. M. B. **O poder dos quadrinhos japoneses**. São Paulo: Estação Liberdade, 1991.

MITA, C. **Bastos: uma comunidade étnica japonesa no Brasil**. São Paulo: Humanitas/USP, 1999.

MOTOYAMA, S. **Sob o signo do Sol Levante**. São Paulo: Paulo's Comunicação e Artes Gráficas, 2011.

NINOMIYA, A. M. (Org.). **Dekassegui**. São Paulo: Estação Liberdade/SBCJ, 1992.

OKUHARA, M. J. Yami no Ichinichi, Filme Documentário. São Paulo: TV USP, 2013.

ORTIZ, R. **O próximo e o distante: Japão e modernidade – mundo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. **Uma epopéia moderna: 80 Anos da Imigração Japonesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

SAITO, H. (Org.). **A presença japonesa no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz/ Edusp, 1980.

SAKURAI, C. Primeiros pólos da imigração japonesa no Brasil. **Revista USP**, n. 27, p. 32-45, 1995.

_____. **Romanceiro da imigração japonesa**. São Paulo: Sumaré, 1993.

SATO, C. A. **Japop: o poder da cultura pop japonesa**. São Paulo: NSP-Hakkosha, 2007.

SAYAD, A. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. **Travessia – Revista do Migrante**, ano XIII, número especial, 2000.

TAKEUCHI, M. Y. **O perigo amarelo em tempos de guerra: 1939-1945**. São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2002. Coleção Inventário DEOPS, Módulo III, Japoneses.

VIEIRA, F. I. S. **O japonês na frente de expansão paulista**. São Paulo: Pioneira, 1973.

YOSHIOKA, R. **Por que migramos do e para o Japão: os exemplos das alianças e dos atuais dekas-seguis**. 1994. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1994.



17.3 As raízes culturais do imigrante japonês: tradição e modernidade

Sedi Hirano

Professor Titular, Emérito e Sênior do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Ex-diretor da mesma Faculdade e Ex-Pró-Reitor de Cultura e Extensão Universitária da USP. É atualmente presidente do Conselho Superior de Apoio e Orientação do Bunkyo e Diretor Cultural da Aliança Cultural Brasil-Japão.

Iluminam-me, inicialmente, as reflexões de Alfredo Bosi, renomado professor emérito de literatura brasileira da USP e membro da Academia Brasileira de Letras, que diz, no livro *Dialética da colonização* (2010)⁴, que as palavras “cultura”, “culto” e “colonização” se originam do mesmo verbo e tronco latino, cujo participio passado é *cultus*. A palavra “colo” significou, na língua de Roma, “eu moro, eu ocupo a terra” e, por extensão, “eu trabalho, eu cultivo o campo”. Prosseguindo com a sua análise sobre os significados das palavras, Bosi diz que um herdeiro antigo de “colo” é *incola* – o habitante – e outro é *inquilinus* – aquele que reside em terra alheia. Derivada de “colo”, a palavra “agrícola” está vinculada à ideia de trabalho. Mais ainda, “colo” é matriz de “colônia”, enquanto espaço que se está ocupando. O *incola* que migra torna-se *colonus*. A colonização é um projeto totalizante, cujas forças motrizes sempre poderão ser buscadas ao nível de “colo”: ocupar um novo chão (espaço); explorar os seus bens através do trabalho diuturno, intensivo, metódico e sistemático, qualificado ou não. Mas os agentes desse processo, afirma Alfredo Bosi, não são apenas suportes físicos de operações econômicas, mas também crenças que se trazem na arca da memória e da linguagem, sobre mortos que não devem morrer.

A colonização é, portanto, um processo de produção de cultura por atores que são portadores de uma cultura específica, ou seja, a cultura “conceituada como um conjunto de práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se deve transmitir às novas gerações”⁵, para garantir a continuidade da reprodução de um estado de ordem, organização e coexistência social. Nesse sentido, o ilustrado acadêmico realça com ênfase que a educação é o momento institucional fundamental do processo. É através dela que se adquirem as virtudes da ética ascética, iluminada por uma moral virtuosa de que os povos são portadores, ou seja, o valor do trabalho persistente e metódico que se completa com a formação qualificada dos filhos. Por fim, é por intermédio da organização da família dos imigrantes, orientada, principalmente, no caso dos japoneses, pela marca da discipulação, da sobriedade e da economia dos meios sabidamente escassos.

Neste texto, gostaria de pensar sobre a cultura que os imigrantes japoneses trouxeram consigo ao Brasil e sobre seu papel nas maneiras com que eles souberam inserir-se no país – com destaque para uma valorização da educação, presente no Japão desde pelo menos o século XVI. Para isso, comento informações extraídas de diferentes autores sobre o Japão – de manuscritos dos jesuítas do século XVI, a autores dos séculos XIX e XX, notadamente, os antropólogos Claude Lévi-Strauss e Ruth Benedict. Menos do que

4 BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

5 BOSI, op. cit., p. 16.

adentrar na conceitualização específica que tais autores desenvolvem em torno de noções como “natureza” e “cultura”, por exemplo, empreendo uma leitura que valoriza determinados elementos da vida no Japão, conforme captada por eles, de modo a constituir um panorama que permita vislumbrar contribuições introduzidas pelos imigrantes japoneses no Brasil.

Segundo Lévi-Strauss – o primeiro professor de Sociologia da Cultura na Universidade de São Paulo, em 1935, e um dos maiores antropólogos do século XX, autor de obras monumentais, como *Antropologia estrutural* (1958) e as *Mitológicas* (1964) –, a cultura japonesa é marcada pela “sobriedade, concisão, discrição e economia dos meios, sentimento de impermanência e pungência das coisas (*mono no aware*), relatividade de qualquer saber”⁶. No livro *A outra face da Lua – escritos sobre o Japão* (2012), ele constata que há diferenças notórias entre o Japão e os Estados Unidos, onde esteve como professor e pesquisador, após ter deixado a USP:

“Com razão, se vê na descoberta da América um acontecimento maior da história humana. Começamos a compreender que, quatro séculos depois, a abertura do Japão foi outro, embora com características diametralmente opostas. A América do Norte, pobre em homens, era um novo mundo transbordante de recursos naturais inexplorados. Quando se fez sua entrada na cena internacional, o Japão também apareceu como um novo mundo, mas pobre em recursos naturais. Em compensação, sua população formava toda a sua riqueza, não apenas pelo número, mas porque oferecia a imagem de uma humanidade ainda não cansada, ainda não desgastada pelo combate de ideias, pelas revoluções, pelas guerras, e animada por uma fé intacta nos seus valores”⁷.

Dentro desse quadro, Lévi-Strauss cita o movimento *Shingaku*, estabelecido no século XVIII pelo pensador Ishida Baigan, que o antropólogo considera revelador de uma realidade viva. Conforme Lévi-Strauss, tudo o que o *Shingaku* desejava era expressar “uma humanidade ainda disponível, em que cada indivíduo, qualquer que sejam sua posição e sua condição, percebe a si mesmo como um centro de dignidade, de sentido e de iniciativa”⁸. No Japão, o que mais impressionou o autor de *Tristes Trópicos* (1955) – obra em que fala sobre sua experiência no Brasil – foi o empenho de cada pessoa “em bem exercer o seu ofício, essa boa vontade alegre que, comparada aos climas social e moral dos países de onde ele vem, parecem ao visitante estrangeiro uma virtude capital do povo japonês”⁹. O trabalho tem, no Japão, uma marca “profundamente religiosa – como aliás todos os trabalhos manuais – já que Buda, presente diante de nosso olhar [está] em todas as coisas...”¹⁰. Em quase todas as culturas – e de uma forma mais singular ainda no Japão –, o trabalho é impulsionado por crenças arraigadas e de traço intimamente religioso, com forte marca budista.

No livro *Spirit of Japanese Capitalism and Selected Essays* (1992), Yamamoto Shichihei cita passagens de Baigan sobre o samurai tornado monge Suzuki Shosan, para quem o trabalho agrícola é, em si, um serviço ascético, uma prática budista¹¹. Mais ainda, deve-se trabalhar inteiramente com o coração. Para o japonês, o trabalho não é uma atividade econômica, mas, sim, um ascético exercício zen e deve ser empreendido como atividade honesta, repleta de satisfação espiritual.

6 LÉVI-STRAUSS, Claude. *A antropologia diante dos problemas do mundo moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 30.

7 Idem. *A outra face da lua – escritos sobre o Japão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 33.

8 Ibidem.

9 Ibidem, p. 34.

10 Ibidem, p. 78.

11 Cf. SHICHIHEI, Yamamoto. *Spirit of Japanese capitalism and selected essays*. New York, London: Madison Books, 1992. pp. 80, 85, 88, 90 e 137.

A respeito do trabalho artesanal dos japoneses, realizado na arte cerâmica, Lévi-Strauss destaca a originalidade absoluta, a perícia incomparável, iluminada “por uma inspiração súbita e que cada uma de suas obras recebeu a forma definitiva no ímpeto espontâneo da criação”¹². Afirmar ainda que a cerâmica Jomon não se compara com nenhuma outra, ou seja, é única.

“Talvez deva-se lhe atribuir esse traço invariante da estética japonesa que reside na rapidez da segurança de execução, implicando, de um lado, um domínio insuperado da técnica, e, de outro, um longo tempo de meditação diante da obra a realizar: duas condições verdadeiramente presentes também nesses virtuosos inspirados que foram os oleiros do Jomon”¹³, escreve o autor.

Acrescentaríamos a presença de um tempo prolongado de meditação zen- budista que impregna o processo de trabalho com a marca extraordinária da crença religiosa. Além disso, merecem destaque aos olhos do antropólogo os traços inusitados das cestarias japonesas feitas de lascas de bambu de espessura e consistência desiguais, entrelaçadas, “às quais não se parece dar um grande lugar nas suas exposições e nos seus [do Japão] museus”¹⁴, mas nas quais ele encontra um caráter nobre e generoso “das expressões mais curiosas, e sob muitos aspectos insólitas”¹⁵, do gosto japonês.

O antropólogo não deixa de notar a extraordinária precocidade demonstrada pelos autores clássicos da literatura japonesa:

“O *Genji Monogatari* prefigura um gênero literário que a França só conhecerá, esclarece Lévi-Strauss, sete séculos mais tarde com a obra romanesca de Jean-Jacques Rousseau: uma intriga lenta, emaranhada, toda de nuances, na qual evoluem personagens cujas motivações profundas, como frequentemente na vida, nos escapam; cheias de observações psicológicas sutis, e banhado num lirismo melancólico que dá um espaço tão grande ao sentimento da natureza quanto ao da impermanência das coisas e da imprevisibilidade dos seres”¹⁶.

Além de *Genji Monogatari*, Lévi Strauss faz referência às grandes crônicas históricas, o *Hogen Monogatari* e o *Heike*¹⁷, marcados por uma linguagem moderna de estilo “patético grandioso”, notadamente épica e com grandes arroubos líricos, que poderia ser chamada de “grande reportagem”¹⁸. O único equivalente francês desse livro, de acordo com o autor de *A outra face da Lua – escritos sobre o Japão*, seriam *As memórias de além-túmulo* (escrita entre 1848 e 1850), de François-René Chateaubriand. Indaga Lévi-Strauss:

“O que é, afinal, este Japão que, para nós, passa por cima dos gêneros, interpenetra os períodos, e que, entre os séculos XI e XIII, nos entrega ao mesmo tempo e como que em desordem, fatos arcaicos e gêneros literários marcados por um requinte, uma sutileza, uma sensibilidade que só apareceram na Europa seis ou sete séculos mais tarde?”¹⁹

12 LÉVI-STRAUSS, Claude. *A outra face da Lua – escritos sobre o Japão*, p. 23.

13 Ibidem, p. 24.

14 Ibidem.

15 Ibidem.

16 LÉVI-STRAUSS, Claude. *A outra face da Lua – escritos sobre o Japão*, pp. 25 e 26. Considerada o primeiro romance literário já escrito, *Genji Monogatari* (A história de Genji) foi escrita pela fidalga Murasaki Shikibu, no início do século XI.

17 *Hogen Monogatari* (A história de Hogen) é uma crônica militar ou saga épica sobre a Rebelião Hogen (1156), de autoria desconhecida. *Heike Monogatari* (A história de Heike) é um épico sobre a guerra entre os clãs Taira e Minamoto pelo controle do Japão, durante as Guerras Genpei (1180-1185). A história de Heike recebeu uma versão em prosa em 1950, escrita por Eiji Yoshikawa.

18 LÉVI-STRAUSS, op. cit, p. 26.

19 Ibidem, p. 44.

Lévi-Strauss opina “que não é possível ter dúvidas sobre a identidade e a originalidade de um país cuja música, cujas artes gráficas e cuja cozinha oferecem características que não se apresentam a nenhuma outra”²⁰. Essa originalidade absoluta e surpreendente está presente na música tradicional japonesa, em instrumentos que variam regionalmente, distinguidos por sua especificidade geográfica. Isto faz com que, para cada um desses instrumentos, “o sistema de notação também seja diferente em função da origem geográfica”²¹.

Lévi-Strauss também comenta a estampa que se desenvolve nos séculos XVIII e XIX, como manifestação de algo de muito peculiar na arte japonesa, “que se pode definir pela independência, pelo dualismo do traço expressivo e pelo tom uniforme”²². Como se sabe, essa independência e essa autonomia respectiva do desenho e da cor despertaram, na Europa da época, o entusiasmo dos impressionistas Claude Monet, Camille Pissarro e Alfred Sisley e outros. Na residência de Monet em Giverny, por exemplo, havia aproximadamente duzentas estampas desenhadas por Hiroshige, Katsushika Hokusai, Utagawa Kunisada, Kitagawa Utamaro e Utagawa Kuniyoshi, entre outros artistas. Van Gogh era apaixonado pelas estampas japonesas, que muito influenciaram sua pintura.

Lévi-Strauss também confessa seu verdadeiro amor à cozinha japonesa, à qual atribui uma originalidade ímpar, uma “cozinha quase sem gordura, que apresenta os produtos naturais no estado puro e deixa sua mistura à escolha e à subjetividade do consumidor”²³. Enfim, de acordo como autor de *Tristes Trópicos*, parece haver, entre as artes gráficas e a cozinha, pelo menos dois traços permanentes.

“Primeiro uma higiene moral e mental voltada para a simplicidade: um isolacionismo, um separatismo, pois tanto uma arte gráfica de tradição puramente japonesa, como uma cozinha puramente japonesa excluem as misturas e fazem sobressair os elementos de base (...). Essa extraordinária economia de meios implica que cada elemento adquira uma diversidade de significados e que, por exemplo, na cozinha um mesmo produto tenha conotação sazonal, uma apresentação estética, uma consistência particular distinta de seu sabor”²⁴.

Nessa pureza moral voltada à simplicidade, a ética japonesa privilegia a coletividade ancorada no grupo social e nos valores comunitários, em detrimento dos valores individuais. O pensamento japonês coloca “o sujeito no fim do caminho: ele resulta da maneira como os grupos sociais e profissionais cada vez mais restritos se encaixam uns nos outros. O sujeito encontra assim uma realidade, é como o lugar último em que se refletem seus pertencimentos”²⁵.

Essa maneira de construir o sujeito pelo exterior destaca-se tanto na língua, que procura evitar o uso de pronomes pessoais, quanto na estrutura social. Há, na filosofia moral japonesa, uma recusa do sujeito para “extrair dessa negação [do indivíduo] algo positivo, aí encontrar um princípio dinâmico da organização social centrado nos valores comunitários”²⁶.

Na concepção da ética comportamental japonesa, o princípio da hierarquia é um elemento básico. No consagrado livro *O crisântemo e a espada* (1946), escrito por solicitação das Forças Armadas dos Esta-

20 Ibidem, p. 45. Diz o antropólogo que faz isso com uma “ignorante ingenuidade”.

21 Ibidem, p. 45.

22 Ibidem, p. 47.

23 LÉVI-STRAUSS, op. cit, p. 47.

24 Ibidem, pp. 47 e 48.

25 Ibidem, p. 35.

26 Ibidem, pp. 35 e 36.

dos Unidos, a antropóloga Ruth Benedict analisa os hábitos e as convenções para decifrar o “caráter do povo japonês”, cujo traço fundamental seria “a sua fé e confiança na hierarquia”²⁷. Conforme Benedict, os japoneses organizam seu mundo e orientam seu modo de agir e pensar por meio de uma constante referência à hierarquia:

“Na família e nas relações pessoais, idade e geração, sexo e classe ditam a conduta devida. No governo, religião, exército e indústria, as zonas acham-se cuidadosamente separadas por hierarquias, onde nem aos mais elevados, nem aos mais baixos se permite ultrapassar as suas prerrogativas sem uma punição. Contanto que se conserve a ‘devida posição’, os japoneses vão adiante sem protesto. Sentem-se seguros”²⁸.

Em todas as esferas das atividades humanas, as ideias de crença num valor, devoção, fidelidade, lealdade ilimitada, estoicismo, impermanência, espírito de missão, frugalidade, simplicidade, despojamento e dever, entre outras, estão entrelaçadas e fundidas na prática da vida cotidiana dos japoneses. Muitas dessas concepções, construídas desde os tempos imemoriais, foram refinadas e reguladas na passagem dos séculos, entrando no período Tokugawa (1603-1868) para depois se fixarem na modernidade contemporânea.

Na Era Meiji (1867-1912), a questão da hierarquia herdada do passado arcaico e feudal foi repensada e readaptada aos tempos modernos. O respeito à ordem hierárquica seguiu sendo a espinha dorsal de todas as instituições restauradas e refundidas nesse período, de modo que o espírito e a ética da cultura japonesa foram preservados em todas as esferas da sociedade, em meio ao processo de modernização. Conforme esclarece Ruth Benedict, os estadistas da Era Meiji – autoridades supremas dessa nova hierarquia –, ao invés de começarem o processo de industrialização pela produção de bens de consumo, decidiram planejar, construir e financiar a consolidação da indústria pesada, dando ao capitalismo japonês, em seu processo de modernização, uma marca própria, sem precedentes no mundo ocidental.

Estabeleceu-se aí um sistema de prioridades, com a instalação de arsenais, estaleiros, usinas siderúrgicas e a construção de uma notável rede ferroviária, cujo objetivo foi alcançar um elevado padrão de excelência e eficiência tecnológica. Para tanto, os estadistas esclarecidos construíram uma burocracia estatal formada nas melhores universidades japonesas, responsável por organizar e dirigir os projetos de Estado. Profissionais altamente qualificados foram trazidos do exterior e japoneses foram enviados para estudar e aprender nos países mais industrializados. A elite dirigente da Era Meiji tinha uma visão cosmopolita e expansionista. Isso fica patente, por exemplo, na elaboração da Constituição de 1889, que passou por um estudo cuidadoso de várias constituições do mundo ocidental. Um detalhe curioso desse processo foi a consulta feita por seus artífices a Herbert Spencer, intermediada pelo barão Kido, a respeito da hierarquia no mundo moderno, a fim de informar a modernização japonesa, de modo que a hierarquia meticulosamente planejada – cerne da cultura tradicional japonesa – pôde conviver em simbiose com formas inspiradas em uma visão de modernidade ocidental. Pode-se dizer que a singularidade do Japão está nessa convivência harmoniosa entre valores tradicionais e modernos que se fecundam continuamente, o que confere às várias instituições japonesas uma vitalidade e robustez marcantes, notadamente na esfera da educação. Assim, tais instituições têm se destacado em meio àquelas de outros países ²⁹.

27 BENEDICT, Ruth. *O crisântemo e a espada*. São Paulo: Perspectiva, 2009 [1946]. p. 27.

28 Ibidem, pp. 84-85.

29 Cf. BENEDICT, Ruth. Op. cit, pp. 82, 83, 64, 72 e 73.

Amarthya Sen, ex-diretor do Banco Mundial e vencedor do Prêmio Nobel de Economia de 1998, recorda que já na segunda metade do século XIX, quando a industrialização ainda não havia ocorrido no Japão, esse país já apresentava uma taxa de alfabetização mais elevada do que a da Europa e a dos Estados Unidos industrializados³⁰. Conforme Ruth Benedict, “tendo alcançado unificação e paz em seu território, esmagado o banditismo, construído estradas, consolidado o potencial elétrico e a indústria do aço, o Japão educou 99,5% de sua população em escolas públicas”³¹.

Do mesmo modo, cabe notar que houve flexibilização da estrutura social anteriormente mais rígida e fechada para uma estratificação mais aberta, com relativa mobilidade social, em meados do Oitocentos. Ruth Benedict esclarece que, ao contrário do que muitos intelectuais supõem, “o Japão aprovava a mobilidade de classes em grau bem mais elevado do que a Europa continental, nada evidenciando melhor esta afirmativa do que a ausência de qualquer sinal de guerra entre a aristocracia e a burguesia. Ao invés disso, havia uma aliança entre elas”³².

A valorização da educação nesse país encontra raízes mais profundas. No período Nara (593-758), o príncipe Shotoku, influenciado pelo confucionismo, considerava a educação como um núcleo de preocupação do Estado Imperial. Karl Jaspers, renomado filósofo existencialista alemão, elegeu Confúcio (551-479 a.C.) como um dos grandes mestres da humanidade, colocando-o no mesmo patamar de Sócrates, Buda e Jesus Cristo. Segundo ele, Confúcio ensinava que o caminho para a verdade é o conhecimento, que permite diferenciar o verdadeiro do falso. “A via é aprender, não um mero saber de algo, mas como apropriação. O fio condutor deste autêntico ‘aprender’ é a existência dos livros e da escola. (...) A educação se alicerçava na escola”³³. Assim, a criação de escolas já se considerava fundamental, nesse momento, para a educação do povo japonês: o modo de aprender e ensinar transformou-se, para o confucionismo, em um problema fundamental. Nos *Analectos* (s.d.), Confúcio pregava o amor pela aprendizagem. Para ele, a educação não era simples aquisição de informação técnica, mas o núcleo para o desenvolvimento da própria humanidade. É por isso que Confúcio defendia “educação universal” e “acessível para todos”. A escola é, para Confúcio, o núcleo irradiador da formação qualificada do cidadão. É através dela que se acumula o conhecimento e, a partir deste, a humanidade é refinada e civilizada. Para Confúcio, “armazenar conhecimento em silêncio, permanecer sempre faminto de aprendizagem, ensinar os outros sem cansar – tudo isso é natural para mim”³⁴.

O jesuíta Luís Fróis, que esteve no Japão no século XVI, apontou 487 diferenças de padrões comportamentais entre os europeus e os japoneses, anotando modos específicos de ser de homens, mulheres, meninos e bonzos, a respeito de processos de curar, modo de escrever, consumo de alimentos, etc. Suas impressões foram registradas no *Tratado em que se Contêm Muito Sucinta e Abreviadamente Algumas Contradições e Diferenças de Costumes entre a Gente de Europa e esta Província do Japão*, de 14 de junho de 1585³⁵. A formação e a educação altamente qualificadas das crianças e mulheres japonesas impressionou a Fróis, que descreveu essas crianças como mais precoces e ajuizadas do que as da Europa. Segundo o jesuíta, as crianças japonesas eram formadas com maior liberdade, sem sofrer castigos, com maior refinamento comportamental e bom domínio da aprendizagem e do conhecimento em relação às europeias.

30 SEN, Amarthya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia da Letras, 2000. p. 58.

31 BENEDICT, op. cit, p. 26.

32 BENEDICT, op. cit, pp. 66 e 67.

33 JASPERS, Karl. *Os mestres da humanidade*: Sócrates, Buda, Confúcio, Jesus. Coimbra, Almedina, 2003. p. 79.

34 CONFÚCIO. *Os analectos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. pp. 26, 55, 162, 163, 178, 190 e 222.

35 E recentemente publicado em Portugal, como FRÓIS, Luís. *Europa-Japão* – um diálogo civilizacional do século XVI. Lisboa: Comissão Nacional das Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1993.

Ele também destaca uma maior autonomia e liberdade das mulheres japonesas *vis-à-vis* às europeias, condenando aquilo que considerou uma excessiva liberalidade das mulheres no Japão em matéria de educação e comportamento sexual³⁶. A difusão da escrita feita por mulheres, no Japão, também é comentada por ele. Destaco, a seguir, alguns trechos, dos comentários de Fróis:

“Em Europa a suprema honra e riqueza das mulheres moças é a pudicícia e o claustro inviolado de sua pureza; as mulheres de Japão nenhum caso fazem da limpeza virginal nem perdem, pela não ter, honra nem casamento”.

“Segundo a natureza corrupta, os homens, são os que repudiam as mulheres: em Japão, muitas vezes, as mulheres são as que repudiam os homens”.

“Entre nós é ordinário açoutar e castigar os filhos: os do Japão é coisa mui rara e somente raro os repreendem”.

“Entre nós um menino de quatro anos ainda não sabe comer com sua mão: os do Japão de três anos comem por si mesmos com *faxis* (pauzinhos)”.

“Entre nós se aprende a ler e escrever com mestres seculares; em Japão todos os meninos aprendem nas varelas (templo budista) dos bonzos”.

“Os nossos meninos aprendem primeiro a ler e depois a escrever; os do Japão começam primeiro a escrever e depois aprendem ler”.

“Os de Europa são mancebos e não sabem dar um recado; os meninos japoneses de dez anos parecem de cinquenta no siso e prudência com que o dão”.

“Em Europa, o encerramento das filhas e donzelas é muito grande e rigoroso; em Japão as filhas vão sós por onde querem por um dia e muitos, sem ter conta com os pais”.

“As mulheres em Europa não vão fora de casa sem licença de seus maridos; as japonesas têm liberdade de irem por onde quiserem, sem os maridos o saberem”.

“Entre nós não é muito corrente saberem as mulheres escrever; nas honradas de Japão se tem por abatimento as que o não sabem”.

“Nas cartas que se escrevem entre nós a mulheres se assina o homem que a escreve; em Japão as que se escrevem a mulheres não hão de levar sinal, nem elas em suas cartas se assinam, nem põem mês e era”³⁷.

Esses contrastes culturais apontados pelo jesuíta Luís Fróis demonstram que as crianças e as mulheres japonesas apresentavam, no século XVI, qualificação e educação mais refinadas e mais autônomas do que as crianças e mulheres europeias. A visão do clérigo sobre o comportamento das mulheres

36 Evidentemente, as intenções cristãs de Fróis devem ser levadas em conta numa leitura mais aprofundada do documento, assim como os interesses da ordem dos jesuítas em sua viagem ao Japão. Não deixa de suscitar atenção a imagem que o documento confere do próprio olhar do jesuíta sobre esse país e suas gentes.

37 FRÓIS, op. cit., pp. 68, 82, 83, 68, 73 e 74.

japonesas é filtrada por valores da cultura latino-cristã-ocidental, como não podia deixar de ser, num texto escrito por um jesuíta português. Para Ruth Benedict, o povo japonês não era um povo moralista como os europeus, que encontravam muitos tabus no prazer erótico. A antropóloga afirma que, para os japoneses, “nada há de mal nos ‘sentimentos humanos’ e portanto não há necessidade de ser moralista. Como qualquer outro ‘sentimento humano’, [os japoneses] consideram o sexo de todo bom, ocupando um lugar secundário na vida”³⁸.

No Japão, os monges budistas exerciam uma forte atuação no ensino e na formação da criança e da juventude. Essa informação foi registrada por Luís Fróis e consta de cartas escritas pelos jesuítas, entre os anos de 1549 e 1551³⁹.

Segundo o padre jesuíta João de Lucena, no livro *História da Vida do Padre Francisco de Xavier* (1600), no final do século XVI, o Japão era uma sociedade dominada por uma aristocracia guerreira, com forte sentido de honra rastreada em valores estamentais. Ele não poupou elogios aos nipônicos, considerando-os cortesies e comedidos uns com os outros e sem fazer exceção. Não lhe causaram menor impressão a austeridade e o autodomínio dos japoneses, expressos pelo sentido ascético do *bushido* – a norma de vida dos *bushi* ou samurais –, herdado do budismo e incorporado às ordens militares, no seu ideal guerreiro:

“Os corpos fortes e robustos, sofredores sobremaneira do trabalho, fome, sede, calmas, frios, vigias; em nascendo, posto que seja no maior rigor do inverno, levam as crianças aos rios mais polas cortar que pola as lavar; deixam o peito da mãe e entram na caça, criando-se a maior parte do tempo na aspereza dos montes antes que no mimo das cidades: havendo e dizendo que nada quebranta mais o ânimo e escurece o lume da razão que a criação deliciosa”⁴⁰.

Prossegue o jesuíta, em linguagem do século XVI, com a descrição das qualidades morais que encantaram aos missionários – caso da inteligência natural dos japoneses. O jesuíta Francisco Xavier, em seu trabalho de evangelização, observou, já na sua primeira carta sobre o Japão, que eles “parecem segundo os costumes e viveza d’engenho mui conforme a nós outros”⁴¹. De acordo com o relato do padre João de Lucena, já no final do século XVI:

“E assié em todos o espírito animoso, o engenho esperto, o juízo repousado; no entendimento, que é tudo no homem, não lhes fazem ventagem os melhores de Europa; e deixa-se bem ver nos moços Japões que em menos tempo e muito mais facilmente aprendem a ler e escrever na nossa letra e língua que os nossos portugueses”⁴².

Luís Filipe Thomas afirma que foi a admiração dos jesuítas pelas notáveis qualidades dos japoneses que os levou a aceitá-los, desde os primeiros tempos, no seu próprio meio como noviços, arregimentando na Terra do Sol Nascente um numeroso clero local – “isto, numa época em que tanto a Companhia de Jesus, como as demais ordens religiosas se mostravam ainda assaz avessas à admissão não só de nativos, como de europeus nascidos no ultramar, reputados moles, licenciosos, falhos de perseverança e de virtudes”⁴³.

38 BENEDICT, op. cit., p. 156.

39 *Cartas dos jesuítas do Oriente e do Brasil – 1549-1551*. Lisboa: Comissão Nacional das Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1993.

40 LUCENA, João de. *História da vida do Padre Francisco de Xavier*. In: THOMAS, Luis Filipe. *Nanban jin – os portugueses no Japão*. Lisboa: CTT Correios, 1993. p. 58.

41 Ibidem, p. 59.

42 Ibidem, p. 58.

43 Ibidem, p. 58.

Na visão dos jesuítas, os japoneses possuíam em demasia qualidades morais e virtudes espirituais dos europeus nascidos fora da Europa, qualificando-os como portadores de uma “humanidade” exemplar e uma grande prontidão para a aprendizagem.

Por outro lado, a estranheza dos japoneses não foi pequena com os recém-vindos portugueses à Terra do Sol Nascente. “Chamavam-lhes *nanban-jin*. Gente bárbara do sul”⁴⁴. Os primeiros ocidentais no arquipélago que Marco Polo nomeara *Jipango* observaram que os nipônicos tinham uma formação e qualificação educacional de notável singularidade, contrastando com os europeus ocidentais.

Yamamoto Shichihei expõe, no livro *The Spirit of Japanese Capitalism* (1992), que durante o período Tokugawa houve um desenvolvimento do sistema econômico, educacional e cultural, elevando o padrão de vida dos japoneses.

“The first half may be considered a continuation of the Momoyama period (1573-1603). Order was established, political and economic systems were set in place, and the country entered a period of rapid economic growth. In the latter half, the system appears to stagnate, but, in fact, during this time education spread, popular culture developed, and the standard of living for masses rose. The country seemed to be gathering energy for the plunge into the Meiji period. Not only did Tokugawa society have much in common with modern Japan; it is the base on which modern Japanese society was built”⁴⁵.

No livro *Traços do Extremo Oriente* (1894), o diplomata português Wenceslau de Moraes, que se exilou voluntariamente no Japão, afirma:

“O Japão, com uma perseverança e com uma aptidão dignas do maior assombro, em alguns anos apenas transforma-se radicalmente; por um lado instrui-se nas ciências e nas indústrias, todos os segredos da vida moderna e se lhes tornam familiares; por outro lado arma-se, disciplina-se, mobiliza um exército respeitável, lança ao mar uma bela esquadra”⁴⁶. Reitera ainda que, “no Japão, toda gente se instrui”⁴⁷.

Ainda no século XIX, Aluísio Azevedo, escritor naturalista que foi cônsul-adjunto do Brasil em Yokohama de 1887 a 1889 e, depois, membro da Academia Brasileira de Letras, apontou que “não se contava um só analfabeto”⁴⁸ na Terra do Sol Nascente naqueles anos. Esta e outras observações constam do livro *O Japão* (publicado postumamente, em 1984), de autoria de Azevedo.

Na mesma época, Lafcádio Hearn, no livro *Kokoro – ecos y nociones de la vida interior japonesa* (1896), diz que é evidente a capacidade do japonês de viver sem equipamentos, sem móveis, numa casa construída com superlativa economia de meios, onde a simplicidade e a rusticidade da construção prevalecem e com um mínimo de roupa limpa, “o que faz com que a raça japonesa tenha vantagem na luta pela vida”⁴⁹, enquanto situa alguns pontos frágeis a respeito da civilização ocidental. Hearn afirma que

44 LUCENA, op. cit., p. 60. Itálico do autor.

45 SHICHIHEI, op. cit., p. 58.

46 MORAES, Wenceslau. *Traços do Extremo Oriente*. São Paulo: Sésamo, 2012. pp. 258-259.

47 Idem.

48 AZEVEDO, Aluísio. *O Japão*. São Paulo: Roswitha Kempf, 1984. p. 89.

49 HEARN, Lafcadio. *Kokoro – ecos y nociones de la vida interior japonesa*. Madrid: Miraguano, 2009., pp. 33 e 34.

o japonês médio é culto e vive há mil anos em ambiente de refinada civilização. Essa qualificação associada à tradição explica, de acordo com o autor, a ameaça que os trabalhadores japoneses representavam para os fabricantes europeus na época de lançamento do livro.

A partir das afirmações de Morais, Azevedo, Hearn e também Benedict, podemos dizer que a educação se universaliza no Japão em caráter pioneiro, antes da Europa e dos Estados Unidos, o que também já havia sido afirmado por Amartya Sen. A universalização da educação pode ser considerada um aspecto daquilo que Lévi-Strauss acentua: se os Estados Unidos são um país soberbo em recursos naturais e escasso em homens, o Japão, ao contrário, é um país escasso em recursos naturais, mas de população que constitui, de forma incomparável, a maior riqueza que se acumulou ao longo dos séculos que sucederam o período Nara, desde a sábia atuação do príncipe Shotoku. Nesse longo período, os milhares de seixos que simbolizam as instituições escolares, esparramados por toda a Terra do Sol Nascente, transformam-se na rocha da sabedoria mais preciosa da nacionalidade e do espírito do povo japonês; um verdadeiro atestado da humanidade valiosa, que Lévi-Strauss destaca nos seus escritos sobre o Japão. Considero essa humanidade uma obra coletiva, alimentada pela ética comunitária. Nela, o sujeito desaparece, abrindo-se espaço para que a união de afetos e sentimentos prevaleça como uma força social, cultural e de racionalidade ímpar. Reconhecendo o conhecimento como um recurso dos mais preciosos e abundantes no Japão, Lévi-Strauss afirma que o país “se alinhou decididamente ao Partido do Conhecimento científico e aí ocupou até mesmo um lugar de primeiro plano”⁵⁰.

O autor de *A outra face da Lua* diz que, diante do Oriente e do Ocidente, a cultura japonesa se singulariza. Num passado remoto, “o Japão recebeu muito da Ásia. Muito recebeu da Europa, num passado mais próximo e mais recentemente ainda dos Estados Unidos da América”⁵¹. Porém, todos esses empréstimos foram cuidadosamente filtrados e, diríamos, refinados e particularizados, “sua mais fina substância, tão bem assimilada, que até agora a cultura japonesa não perdeu a sua especificidade”⁵². Como todas “as culturas são consideradas por sua natureza incomensuráveis”⁵³, é possível interpretar que a caracterização desta cultura obedece a um enquadramento valorativo, em que se ressaltam, a partir de uma dada perspectiva, elementos alicerçados em crenças que advêm da esfera religiosa e do primado da ordem econômica, entre outros aspectos. O mercado surge aqui como arquétipo de conduta nuclearmente racional, ainda que nem sempre se manifeste com plena racionalidade. Ou seja, ele pode ser presidido por valores afetivos e racionais, em sua multiplicidade de manifestações.

Na análise da música japonesa, Lévi-Strauss realça a multiplicidade de arranjos feitos a partir de cinco tons. Essa música exerce, aos ouvidos do antropólogo, um “encanto irresistível”⁵⁴ que não se parece com nenhuma outra. A musicalidade japonesa presta-se admiravelmente a traduzir, na interpretação de Lévi-Strauss, os batimentos cardíacos, seja através de melodias que transcorrem docemente, seja em tonalidades mais melancólicas. No trabalho do artesão, a perícia técnica e o manejo adequado do instrumento de trabalho formam uma segunda natureza, inseparável do ser, enquanto a meditação do artífice guia e propicia a emergência da criatividade na confecção de obras inéditas. Esta meditação, de cunho zen-budista, faz parte da alma do trabalhador artesão e acontece por meio de sua relação com a natureza. Como se mencionou

50 LÉVI-STRAUSS, *A outra face da Lua*, p. 36.

51 Ibidem, p. 37.

52 LÉVI-STRAUSS, *A outra face da Lua*.

53 Ibidem, p. 12.

54 Ibidem, p. 13.

anteriormente, a atitude do cozinheiro japonês visa preservar a tessitura natural e o frescor das verduras e dos legumes zelosamente administrados, conferindo ao produto final uma qualidade estética que realça as qualidades dos ingredientes que compõem a culinária japonesa.

Nesses poucos exemplos, anotados esquematicamente, os trabalhos do músico, do artesão e do cozinheiro guardam firmemente a marca zen-budista e, ao mesmo tempo, são guiados pelas ideias de sobriedade, concisão, descrição, rigidez, autocontrole, autodisciplina, estoicismo e, principalmente, pela economia de meios, com acentuado sentimento de impermanência e pungência das coisas. Tais valores são forjados no interior da família, nas escolas e nos templos budistas, dentro das organizações comunitárias, dos grupos de vizinhança e de várias outras entidades que compõem a comunidade e a sociedade japonesas.

Isto me convida a desenvolver os componentes de uma comunidade étnica típica, seguindo as ideias de Max Weber, que realça unilateralmente o forte sentimento subjetivo (afetivo ou tradicional) de pertença a um todo. Este sentimento, alimentado pelo parentesco, pela língua e pela religião comuns, cria, entre seus membros, uma situação homogênea, uma cultura comunitária. Esclarece Max Weber que toda comunidade pode operar “como geradora de costumes, atuando também, de algum modo, na seleção de tipos antropológicos”⁵⁵. Por consequência, os grupos étnicos apresentam semelhanças nos hábitos e/ou nos costumes, ou “em virtude de lembranças de colonização e emigração, nutrem uma crença subjetiva na procedência comum”⁵⁶. Foi o que ocorreu com os imigrantes japoneses no Brasil e em outras partes do mundo.

Essa crença subjetiva e “as diferenças exteriormente refletidas nos costumes, como trajes típicos, a maneira usual de morar e se alimentar, de dividir o trabalho entre os sexos”⁵⁷, de pentear-se, de barbear-se e de coisas semelhantes, “considerados símbolos de pertinência étnica”⁵⁸, são, ao mesmo tempo, elementos de efeito “eticamente repulsivos”⁵⁹. A devoção aos valores gerados pela cultura étnica firma “a convicção da excelência dos próprios costumes e da inferioridade dos alheios”⁶⁰, a qual alimentava o forte sentimento de honra estamental que os japoneses sentiam pertencer-lhes. Tal devoção, quiçá, fosse advinda da excelência das instituições formadoras da nobreza educacional, como a família, os templos budistas – nos períodos em que os monges predominaram como formadores de valores morais – e, posteriormente, as escolas e as diversas associações comunitárias, entre outras. Podemos afirmar que houve, ao longo do processo histórico de construção da nacionalidade japonesa, a prevalência da ideia de que o conhecimento era, e é, o grande patrimônio da humanidade, acumulado pela população como um bem básico, que faz parte da vida cotidiana japonesa em todas as atividades comunitárias e societárias. É esse incomensurável patrimônio que forja o espírito e o caráter do povo nipônico, tão bem descrito por Lévi-Strauss.

Tal humanidade patrimoniada pela educação refinada e pela filosofia zen-budista, conforme reportam os jesuítas já no século XVI, construiu, nos tempos modernos, um Japão técnica e cientificamente desenvolvido e mais igualitário, mais comunitário e, digamos, mais ilustrado do que os atuais países industrializados e desenvolvidos do planeta. As mesmas qualidades levaram Lester Thurow, ex-assessor de Bill Clinton, a afirmar que o País do Sol Nascente “inventou um *capitalismo humano* antes que a tecnologia

55 WEBER, Max. Relações comunitárias étnicas. In: _____. Economia e sociedade. Brasília: Editora da UnB, 1998. vol. 1, p. 269.

56 Ibidem, p. 270.

57 Ibidem, p. 272.

58 Ibidem, p. 272.

59 Ibidem, p. 272.

60 Ibidem.

exigisse”⁶¹ e que, há muitos anos, “os recursos humanos são considerados os ativos estratégicos mais importantes de uma empresa japonesa”⁶².

Comparando os capitalismos japonês e norte-americano, Thurow havia dito anteriormente que a cultura empresarial norte-americana, ao contrário da japonesa, “coloca em primeiro lugar os acionistas, e em segundo lugar os clientes, e em terceiro lugar os assalariados, mostrando total incapacidade de assimilar estratégias de cooperação entre empresas, entre os setores públicos e privados e entre capital e trabalho”⁶³.

Esclarece Thurow que há no capitalismo norte-americano uma combinação “perversa do individualismo consumista e imediatista com um antiestatismo primário”⁶⁴, o que não acontece com o capitalismo japonês. Para esse autor, só haveria uma saída para solucionar a crise norte-americana da década de 1980. Ele propõe realizar “uma verdadeira revolução cultural que leve à substituição do capitalismo selvagem anglo-saxão por uma variante da experiência asiática”, denominada “capitalismo comunitário”⁶⁵.

No artigo “How much inequality can a democracy take?” (1995), Thurow demonstra que o salário médio para homens que trabalham em horário integral nos Estados Unidos começa a cair em 1973 e, vinte anos depois, cai de US\$ 34.048 para US\$30.407. Nesse período, os ganhos dos 20% posicionados no pico da pirâmide aumentam constantemente mais do que o crescimento do PIB real *per capita*, estimado em 29%. No final dos anos de 1980, os salários das mulheres que mantinham a renda familiar norte-americana estável também começam a cair em termos reais. É por tudo isso que os Estados Unidos são, segundo Castells,

“um caso extremo de desigualdade de renda e de declínio dos salários reais entre as nações industrializadas. Segundo o Censo dos EUA, em 1994 revela (...) que de 1989 a 1993, a família típica norte-americana perdeu 7% da renda anual. A percentagem de norte-americanos abaixo da linha pobreza também aumentou em 1993, para 15,1 (em 1989 era de 13,1%) e a disparidade de renda continuou a crescer atingindo níveis recordes em 1993, as cinco famílias norte-americanas com maiores rendas ganharam 48,2% da renda total, enquanto as cinco famílias com as menores rendas ganharam 3,6%, acentuando os modelos de desigualdade de renda estabelecidos na década de 80”⁶⁶.

Esses dados permitem afirmar que a década de 1980 foi perdida não apenas para a América Latina, como muitos analistas afirmam, mas também para o Estados Unidos, onde a pobreza e a desigualdade estrutural se acentuaram. Esse aumento da desigualdade social é analisado por John Gray, então professor da Universidade de Cambridge, na Inglaterra que, no livro *O falso amanhecer – os equívocos do capitalismo*, afirma que os salários em declínio afetam a expressiva maioria dos trabalhadores, especialmente os mais pobres. Para Gray,

“os Estados Unidos são a única sociedade adiantada em que a produtividade esteve em permanente ascensão nas últimas décadas, enquanto os rendimentos da maioria – oito em cada dez – permaneceram estagnados ou caíram. Tal crescimento com a produção

61 THUROW, Lester. *O futuro do capitalismo – como as forças econômicas moldam o mundo de amanhã*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 408, itálico do autor.

62 Ibidem.

63 Ibidem, p. 408.

64 THUROW, Lester, 1992. In: FIORI, Luis José. *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p. 209.

65 Ibidem.

66 CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. pp. 295 e 296.

de uma abissal desigualdade econômica, social cultural, com a manutenção da crescente pobreza, entre os países desenvolvidos não tem precedentes”⁶⁷.

Prosseguindo em sua análise estatística sobre o aprofundamento da desigualdade social e econômica nos Estados Unidos, John Gray apresenta dados de 1990, que demonstram que os diretores executivos de corporações americanas ganhavam cerca de 150 vezes o salário médio de um trabalhador. No Japão, a proporção era radicalmente mais baixa – 16 vezes – e, na Alemanha (21), um pouco mais elevada.

Por outro lado, o modelo japonês, segundo os especialistas – notadamente, Amartya Sen – apresenta um sistema de oportunidades sociais e econômicas que o torna estruturalmente mais igualitário, produzindo menos desigualdades sociais e pobreza. Esse modelo carrega, mesmo no contexto da crise econômica mundial, elementos estruturalmente equitativos, em que os alvos sociais, coletivos e, portanto, comunitários têm preeminência e dominância, com uma marca histórica singular. Isto confere ao capitalismo desenvolvimentista de Estado, como caracteriza Chalmer Johnson no livro *Japan: who governs? The rise of the developmental state*⁶⁸, um potencial de dinamismo qualitativamente diferenciado.

No entendimento de John Gray, o Japão já estava modernizado, alfabetizado, com uma massa crítica de recursos humanos exemplarmente qualificada no século XIX, sem que houvesse recebido nenhuma interferência externa:

“Só é possível compreender o Japão admitindo que no final do século XIX ele já estava modernizado. Há muito tempo, ele tinha um nível elevado de alfabetização, a vida urbana se expandia rapidamente, novas tecnologias haviam sido absorvidas e o país era governado por um Estado centralizado. O Japão havia adquirido estas marcas da modernidade sem ocidentalizar suas estruturas sociais ou suas tradições culturais. O catalisador para a modernização do Japão foi o trauma do contato com as ameaçadoras potências ocidentais; mas, apesar disso, a modernização do Japão foi autóctone”⁶⁹.

Em outro escrito, John Gray reitera, em outras palavras, a sua análise de que a modernização capitalista do Japão foi empreendida de forma autônoma e independente, apesar de o país viver, na atualidade, uma cultura marcadamente consumista, de instituições políticas consideradas democráticas liberais. Segundo ele, “as décadas cruciais da modernização do Japão pertencem ao final do século XIX e ao início do século XX; a modernização foi gerada internamente e não imposta do exterior; e, de forma rara, os japoneses tiveram sucesso em transplantar para o tronco incólume de uma cultura tradicional as instituições de uma sociedade moderna”⁷⁰.

Na mesma corrente de pensamento, Amartya Sen afirma que, por razões históricas, a singularidade do Japão está na construção de instituições de oportunidades sociais culturais e econômicas que têm como tronco de sustentação a educação básica universalizada, uma sólida organização de saúde para proporcionar higiene à população e uma estrutura fundiária reelaborada e flexibilizada, com forte conotação democrática. Sen afirma que “o Japão é uma sociedade igualitária em que todos são de classe média”⁷¹.

67 GRAY, John. *O falso amanhecer – os equívocos do capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999., p. 152.

68 JOHNSON, Chalmer. *Japan: who governs? The rise of the developmental state*. New York: WW Norton, 1995.

69 Ibidem, p. 222.

70 GRAY, John. *Anatomia de John Gray – melhores ensaios*. Rio de Janeiro: Record, 2011. pp. 245 e 246.

71 SEN, op. cit., p. 113.

No entendimento de John Gray, não houve ali o crescimento de uma “*underclass*”⁷², algo que ocorreu na maioria dos países ocidentais.

Em suma, a construção de um capitalismo humano e comunitário tem raízes culturais históricas tradicionais ainda presentes na esfera da vida moderna e contemporânea, robustecendo a participação dos japoneses nos diversos segmentos da sociedade em vários campos de atividade humana. Foram essas raízes, transmitidas ao longo dos séculos, que os imigrantes japoneses trouxeram na caminhada do Japão para o Brasil. Quando os imigrantes chegaram ao porto de Santos para encaminhar-se à hospedaria localizada na capital paulista, o que mais chamou a atenção dos brasileiros foi que suas malas continham, segundo a descrição do *Correio Paulistano* de 5 de junho de 1908, muitos objetos incomuns e inusitados, se comparados com o que os outros imigrantes carregavam na bagagem:

“Pó dentifrício, escova de dentes, pente, navalha para barbear, molho para tempero, uma ou outra raiz medicinal, cobertores acolchoados, casacões para frio, pequenas ferramentas, um ou dois livros, papel para cartas, nanquim, *hashi* (palito para comer), pequenas colheres e outras miudezas”⁷³.

Estava, portanto, dentro do baú, uma parte da cultura material e simbólica do Japão que traduzia um modo de agir e pensar, concernente aos hábitos e costumes do grupo familiar para manter a higiene e a higiene pessoal. Os imigrantes carregavam ainda os apetrechos a serem usados na alimentação cotidiana, além do vestuário para proteger-se das intempéries, não esquecendo os instrumentos de trabalho artesanal-doméstico e, principalmente, os alimentos para o espírito (um ou dois livros). Simbolicamente, os livros são um poderoso meio de desenvolver as faculdades intelectuais e morais das pessoas que têm uma específica formação educacional. Os imigrantes possuíam o que os jesuítas do século XVI e Lévi-Strauss observaram na cultura japonesa: uma formação qualificada e o espírito sempre aberto para incorporar novos conhecimentos, transformando-os numa fonte decisiva para o aperfeiçoamento do caráter e do espírito nipônico. É usual dizer que uma boa leitura é o alimento do espírito. Assim, na bagagem dos imigrantes japoneses, além dos mortos que não deviam morrer, vieram também os valores “permanentes” e, portanto, “invariáveis”, em forma de mitos, ritos e ditos da cultura milenar da Terra do Sol Nascente. Em suma, estava na bagagem e no espírito do imigrante uma parte substantiva da cultura material e simbólica da vida diária japonesa. Havia, nos produtos trazidos, certa ordem social e uma concepção de organização social.

Lévi-Strauss afirma, como já vimos, que a cultura japonesa tem a marca da “sobriedade, concisão, descrição e economia dos meios, sentimentos de impermanência e da pungência das coisas, relatividade de qualquer saber”⁷⁴. Esta concepção fazia parte dos modos de pensar e agir dos imigrantes japoneses. Os produtos trazidos revelam essa substância da cultura à qual eles pertenciam. Mais ainda, revelam uma ordem fabricada através da cultura, visto que, de acordo com Lévi-Strauss, a cultura “fabrica ordem: nós cultivamos a terra, nós construímos casas, nós produzimos objetos manufaturados”⁷⁵.

O sonho de futuro dos imigrantes japoneses, dentro de determinada concepção de ordem social e cultural completamente diferente, foi, no curto prazo, realizar um enriquecimento rápido e retornar à pátria.

72 GRAY, op. cit., p. 226.

73 NOGUEIRA, Arlinda Rocha. *Imigração japonesa na história contemporânea do Brasil*. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, Massao Ohno, 1984. p. 100.

74 Lévi-Strauss, Claude. *A antropologia diante dos problemas do mundo moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 30.

75 InÍbidem.

Tal expectativa não se realizou, devido à baixa remuneração recebida nas fazendas. Mesmo assim, os imigrantes conseguiram, devido à enorme capacidade de trabalho em jornadas prolongadas, amedidar algum pecúlio. Isto redirecionou suas aspirações para o projeto de se tornarem pequenos proprietários – o que ocorreu rapidamente. A partir de 1914 e 1915, começaram a aparecer, em número expressivo no Brasil, os primeiros pequenos proprietários japoneses. Já em 1918, existiam no Estado de São Paulo 450 propriedades de pequenas dimensões administradas por japoneses. A maioria deles trabalhava com a família, transformando-a em uma unidade de produção e de trabalho solidário, na qual vigia um sólido sentimento comunitário. Mais ainda, eles revelavam um conhecimento no manejo das técnicas agrícolas, demonstrando uma elevada perícia na produção e um grande senso de dever a ser cumprido em benefício da família e da comunidade. Cada família procurava transferir a seus produtos uma marca singular, como acontecia com o artesanato, as artes gráficas, a produção de estampas e a cozinha no Japão. Como resultado, as pequenas e médias propriedades agrícolas tornaram-se altamente produtivas, com rendimento suficiente para suprir não só as necessidades da família, mas também da comunidade e da sociedade; as tradicionais unidades de subsistência foram convertidas em unidades de produção voltada para o mercado mais amplo e, com o excedente produzido, os agricultores financiavam a educação escolar de seus dependentes não primogênitos, que começaram a chegar número razoável à universidade. Os primogênitos ficavam na propriedade, como futuros sucessores na gestão administrativa do bem rural.

Esses não primogênitos, notadamente os filhos caçulas, tornaram-se em sua maioria profissionais liberais, como revelam o estudo *O nikkei no Brasil*, coordenado pelo jurista Kiyoshi Harada; os trabalhos de Ana Maria Kazue Miyadahira, Shozo Motoyama e Zilda Yokoi, entre outros, sobre a inserção dos nikkeis na USP e na sociedade brasileira; e a coletânea sobre o Centenário da Imigração Japonesa coordenada por Kazuo Watanabe, que acentua a contribuição da imigração japonesa para o Brasil moderno e multicultural.

Destaca-se, nos vários ensaios e pesquisas realizados sobre a imigração japonesa no Brasil, a importância que a educação ocupa no universo familiar, nas comunidades rurais, nas entidades associativas e nas demais instituições de oportunidade social. Como revelam os jesuítas do século XVI, essa preocupação centrada na educação e no conhecimento que, no Japão, já aparece nítida no Período Nara, com o príncipe Shotoku, produz uma população mais ricamente preparada, pronta para a incorporação privilegiada do saber, com uma rapidez incomum, se comparada com a prontidão para o saber da população europeia. Tal qualidade intensifica-se e torna-se densa a partir do Período Tokugawa, até a fase da Restauração Meiji, quando o analfabetismo foi praticamente erradicado, transformando a população no patrimônio mais rico da nação japonesa, conforme judiciosa afirmação de Lévi-Strauss.

O imigrante japonês, quando veio ao Brasil, trouxe o citado patrimônio que foi filtrado e devidamente adequado à realidade local. Este patrimônio humanitário esteve presente na trajetória que os imigrantes traçaram no Novo Mundo. O resultado eloquente revela-se nos seguintes dados, extraídos da pesquisa do IBGE em 2000 e apresentados por Kiyoshi Harada⁷⁶: 28,9% dos autodeclarados de raça amarela, em que se inserem os nikkeis, concluíram o curso superior, contra 10% dos autodeclarados brancos, provavelmente em sua totalidade de origem europeia; 2,4% dos pardos; 2,2% dos índios; e 2,1% dos negros. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁷⁷ dos nikkeis é o maior entre outras etnias pesquisadas, no valor de 0,937 – quase igual ao IDH do Japão, que é de 0,938. Se considerada apenas a região sudeste,

76 Cf. HARADA, Kiyoshi (Org.). *O nikkei no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2008. pp. 103-104.

77 O IDH é o resultado das combinações de quatro fatores: variação do PIB *per capita*, alfabetização entre a população adulta, taxas de matrícula escolar e expectativa de vida.

onde se concentra a maior parte da população nikkei, o IDH seria de 0,958, isto é, maior do que apresenta a Noruega (0,937), país que detém o melhor índice do mundo.

Em suma, se os diagnósticos analíticos que Lévi-Strauss, Ruth Benedict, Amartya Sen, John Gray e outros autores fazem do Japão encontram um país onde a expressiva maioria da população tornou-se tipicamente de classe média, o mesmo aconteceu com parte significativa da população imigrante de origem étnica japonesa no Brasil – hoje, brasileira. Eles construíram, ao longo da história, provavelmente sem saber, o Partido do Conhecimento. Nele, o trabalho é exercido pelo trabalhador de origem étnica japonesa com grande dignidade e reverência espiritual, sobriedade, simplicidade e com enorme sentido de dever para com o grupo social ao qual pertence, com robusto sentimento comunitário. Em todas as instituições e segmentos da sociedade civil, os nikkeis, como no Japão, tinham uma fé e confiança decisivas na ordem social e na hierarquia. Foi na família que eles aprenderam as regras de respeito, meticulosamente observadas, “a hierarquia baseada no sexo, geração, primogenitura como parte da vida familiar”⁷⁸, tão marcante no Japão.

Para finalizar, reitero que aquilo que este ensaio construiu analiticamente como sendo as raízes da cultura japonesa não constitui um tipo real, mas, sim, um tipo ideal, a partir do qual uma parte expressiva da população de origem étnica japonesa orientava e ainda orienta a sua conduta, o seu modo de pensar e agir, pressupondo possuir este espírito na prática.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Aluísio. **O Japão**. São Paulo: Roswitha Kempf, 1984.

BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada**. São Paulo: Perspectiva, 2009 [1946].

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CONFÚCIO. **Os analectos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FIORI, Luis José. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

FRÓIS, Luis. **Europa-Japão – um diálogo civilizacional do século XVI**. Lisboa: Comissão Nacional das Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1993.

GRAY, John. **O falso amanhecer – os equívocos do capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. **Anatomia de John Gray – melhores ensaios**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

HARADA, Kiyoshi (Org.). **O nikkei no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2008.

⁷⁸ BENEDICT, op. cit., p. 48.

HEARN, Lafcadio. **Kokoro** – ecos y nociones de la vida interior japonesa. Madrid: Miraguano, 2009.

JASPERS, Karl. **Os mestres da humanidade**: Sócrates, Buda, Confúcio, Jesus. Coimbra: Almedina, 2003.

JOHNSON, Chalmer. **Japan**: who governs? The rise of the developmental state. New York: WW Norton, 1995.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **A antropologia diante dos problemas do mundo moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **A outra face da Lua** – escritos sobre o Japão. São Paulo Companhia das Letras, 2012.

LUCENA, João de. História da vida do Padre Francisco de Xavier. In: THOMAS, Luis Filipe. **Nanban jin** – os portugueses no Japão. Lisboa: CTT Correios, 1993.

MORAES, Wenceslau de. **Traços do Extremo Oriente**. São Paulo: Sésamo, 2012.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. **Imigração japonesa na história contemporânea do Brasil**. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros/Massao Ohno Editor, 1984.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHICHIHEI, Yamamoto. **The spirit of Japanese capitalism**. New York, London: Madison Books, 1992.

THUROW, Lester. **O futuro do capitalismo – como as forças econômicas moldam o mundo de amanhã**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

WEBER, Max. Relações comunitárias étnicas. In: _____. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora da UnB, 1998. vol. 1.



17.4 A presença do nikkei nos desafios éticos do cenário político brasileiro

Renato Shimmi

É mestre em Filosofia pela Faculdade de Filosofia de São Bento. Especialista em Direito Penal Econômico pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais e professor universitário.

17.4.1 Introdução - A política como agir ético

Certamente os primeiros vinte anos do início do século XXI serão marcados pelas reflexões éticas de uma sociedade distópica. Vivendo um futuro de tecnologias que supostamente integrariam e uniriam os indivíduos, vemos que elas serviram mais para revelar o fosso profundo entre as pessoas. Uma sociedade que, descrita em um plano geral despertaria o otimismo por ser vocacionada a uma globalização e ao acesso à informação, depara-se com desafios éticos cada vez mais limítrofes: despertam-se questões que envolvem a sobrevivência daquilo que define a humanidade de nossa sociedade.

Nesse cenário universal, o Brasil, em particular, vivenciou uma série de escândalos políticos que superdimensionaram o desafio ético que parte da tensão entre individualismo e bem comum. A sensação coletiva de ceticismo quanto aos valores éticos democráticos, aguçada por uma mídia mercadológica e narrativa, deriva de uma frustração com a política e os agentes políticos, e expõe a importância de repensar-se a relação entre a vida pública e a privada, que aliena muitos cidadãos da atuação política. Esse ceticismo é causa e consequência de uma crise ética.

É ao tablado político que devemos voltar as nossas reflexões. A política, como plano de concretude das realizações coletivas, é a dimensão de ação ética cuja relevância se expressa por três aspectos principais e ideais:

- a)** como esfera de políticas públicas que dê condições aos seus cidadãos de vivenciarem um espaço comum de interesses, alimentando a empatia entre os membros de uma coletividade, independentemente de classes sociais (por exemplo, destaca-se a importância da presença do Estado na saúde pública, na educação e na segurança);
- b)** enquanto representação de um modelo de conduta voltado para o interesse coletivo que permite à coletividade ver em seus representantes um padrão de conduta mínima que reflita as diretrizes de uma sociedade solidária;
- c)** como atuação do cidadão, como eleitor e como formador de opinião em seu microcosmo social (família, ambiente de trabalho, etc.), que destaque seu interesse e sua presença na busca de um diálogo, respeitando a diversidade de modelos de vidas e crenças.

Contudo, não podemos confundir o plano da ética com o plano da moral. Quando mencionamos o papel de uma Política Ética, trata-se de uma política voltada para a realização dos três aspectos acima mencionados. Um Estado ético é o Estado laico por excelência⁷⁹, sendo a política ética aquela que visa ao bem comum, criando estruturas de fomento à diversidade de pensamento, que seja provedora da vida enquanto riqueza de experiências, colocando o bem-estar e a felicidade do povo como dogmas. Como um pilar comum em torno do qual cada um pode proferir sua fé, sua crença política e seu modo de vida. O que se quer dizer com isso? Um exemplo para isso é o tema do aborto: são várias as questões morais em torno da polêmica. Alguns Estados regulamentam o aborto com base em uma política ética, em oposição à moralidade cristã, considerada de esfera privada, e que não poderia impor-se a uma política pública que, refletida enquanto política, permite, na verdade, a discussão, a orientação e o acolhimento daquelas mulheres que optarem pelo procedimento. O tema do aborto é um exemplo claro para vermos possibilidades na ação política que no campo moral não se conceberiam⁸⁰. No entanto, isso não quer dizer que a política não tenha limites claros: no caso de o aborto, o papel político delimita o estágio em que o feto pode ser abortado, considerando como limite a possibilidade de sofrimento do feto, essa racionalidade, na esfera da rígida moral cristã não seria possível.

A política enquanto agir ético pressupõe a distinção entre ética e moral, para que a política não se conforme a um fantoche do sectarismo religioso, o que nos remete ao termo Ética enquanto ciência, tal como se define classicamente:

- a) a Ética não se reduz à moral, mas a ela se refere, por ela estar entre um dos vários aspectos a serem considerados no plano coletivo de modos de vida;
- b) a Ética, enquanto ciência, é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade, considerando, porém, a moral “na sua totalidade, diversidade e variedade”.

O agir político é agir eticamente quando, sem se reduzir aos sectarismos fáceis e eleitoreiros, se volta ao bem comum, fomentando o palco onde o teatro moral acontece. Por essas considerações, entende-se que a política ética pode algumas vezes sujeitar-se a uma moral predominante, mas o que não poderia, sob risco de se possibilitarem teocracias e perseguições ideológicas, é ser uma política moralista. Igualmente a Ética não seria ciência, mas religião, ou no máximo teologia, se tão somente aceitasse a moral cristã ou islâmica, por exemplo. O que irá definir o Estado como ético é a sua propositura política de buscar o bem comum, entendido como aquela realidade em que todos têm iguais chances de se realizarem, em suas capacidades e vocações, o que permite uma coletividade equilibrada, onde todos têm as mesmas possibilidades de exercer uma ação política.

A compreensão do agir político como agir ético e não meramente moralista, partindo da definição clássica de Ética como ciência que estuda a moral, não é facilmente assimilada, por isso, como veremos adiante, uma crítica ao que de fato é o estudo da ética se torna importante.

Com a finalidade de sustentar a política como agir ético é que a obra do filósofo japonês Watsuji Tetsurô será analisada didaticamente neste capítulo. O que se pretende é esboçar a presença das conclusões de sua obra máxima *Rinrigaku*, nos desafios éticos do Brasil atual. O estudo de Watsuji Tetsurô partiu de

79 LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. (Orgs.). *Dicionário gramsciano*. Trad. Ana Maria Chiarini e outros. São Paulo: Boitempo, 2017.

80 Em Portugal, a descriminalização reduziu o número de casos de aborto. Confira <<https://www.publico.pt/2017/09/14/sociedade/noticia/portugal-e-pais-europeu-com-menos-abortos-lei-foi-um-sucesso-diz-francisco-george-1785386>>

considerações reais da sociedade japonesa pré-Segunda Guerra Mundial, mas que são universalmente válidas, e que vêm sendo retomadas por pesquisadores do tema da Ética. Seguiremos expondo aspectos do *Rinrigaku* que também desvendam a sociabilidade dos imigrantes japoneses que alimentaram no Brasil um estereótipo racial do comportamento ético, mas tendo como foco principal a importância de Watsuji Tetsurô para a atualidade.

17.4.2 A filosofia no Japão – O contexto cultural de Watsuji Tetsurô

A peculiaridade da formação cultural do Japão está nas múltiplas influências assimiladas e unificadas pelo seu povo. Watsuji Tetsurô fala em *jusôsei* (a qualidade de ter camadas) como um atributo da cultura japonesa. Ele mesmo é o melhor exemplo desse predicado: tendo assimilado com profundidade a filosofia ocidental, havendo sempre em sua obra críticas e preleções sobre os principais filósofos europeus, sua pesquisa não deixará de considerar a essência da sua cultura natal e da presença dos clássicos chineses, justamente pela sua riqueza e diversidade. Contrariando a ideia de uma cultura pura, a formação do inconsciente nipônico é notadamente miscigenada, contando com elementos do shintoísmo, taoísmo, confucionismo, budismo e do cristianismo.

Destacaremos alguns elementos do shintoísmo, confucionismo e do budismo, como base principal da particularidade das conclusões de Watsuji, ressaltando que seu trabalho faz constante diálogo com a filosofia ocidental e com o cristianismo.

Notadamente, pela presença ancestral, o shintoísmo é a base do inconsciente coletivo dos japoneses, bem como do espírito daqueles que emigraram para o Brasil, manifestado muitas vezes na própria conduta social. O shintoísmo é sobretudo uma tradição não escrita, de que destacamos os ensinamentos do *michi*, *harai* e *makoto*:

- a) *michi* é a consciência de que cada um está conectado ao todo, ensina-se que nossas ações devem estar de acordo com essa consciência;
- b) *harai* é a pureza que se alcança pela ação de acordo com as virtudes;
- c) *makoto* – é a sinceridade, como pilar das relações, raiz da confiança, da honestidade e do comprometimento com as expectativas alheias.

Esses três elementos que destacamos são aqueles que mais evidenciam a finalidade solidária e comunitária do shintoísmo.

Quanto ao confucionismo, para a compreensão do que exporemos adiante, devem-se ressaltar as virtudes da lealdade e da piedade filial, presentes em vários dos aforismos e máximas que a tradição escrita registra. São duas virtudes inter relacionadas: a lealdade, como virtude pública, para com os outros concidadãos e para com o Estado, e que tem seu paralelo na esfera privada, na piedade filial, expressão da reverência e consideração aos ancestrais vivos ou mortos.

O budismo, no entanto, ocupa um protagonismo para Watsuji. Essa centralidade parte em sua obra da importância que ele encontra na linha *Sotô* do zen-budismo, que teve como fundador o monge Dôgen.

O aspecto budista que iremos destacar é a importância do estado virtuoso de alcançar o vazio, ou o não condicionado.

O alcance do vazio no cânone budista ocorre pela superação de si mesmo, como anulação da individualidade absorvida pelas ilusões das relações que reforçam o ego. Watusji vê na ética benevolente budista a propositura de que o ser humano tem a capacidade de esquecer a si mesmo e ver-se imerso na totalidade das suas relações com outros, sendo essa uma natureza propriamente humana de busca por equilíbrio.

No budismo, resumidamente, o vazio, ou o Nada, não é um estado de negação, mas de elevação que se alcança pelo não egoísmo; o não eu é a superação das contradições da existência encouraçadas no ego. O estado autêntico do ser humano é a busca dessa superação, e o modo como as sociedades se formam demonstraria essa tendência de sempre opor indivíduo e totalidade comunitária, propiciando a oportunidade de cada indivíduo experimentar o não egoísmo, tendência que Watusji resume na expressão de que o ser humano é um animal social. Em outras palavras, a existência humana, por sua natureza, na criação de suas sociedades, busca realizar a sua *autenticidade*, por isso as relações humanas são sempre marcadas pela oposição entre a individualidade e a totalidade da comunidade, criando a oportunidade concreta de superação do egoísmo.

Trata-se, obviamente, de apenas um recorte da imensa gama de referências eruditas que compõem as pesquisas de Watusji Tetsurô, a escolha por destacar apenas esses pontos é comum aos estudiosos de sua obra quando pretendem introduzir seu pensamento, por isso seguimos as mesmas limitações. Certamente, esses conceitos apresentados nos dão subsídios para entendermos o principal objeto de seu estudo sobre ética: o termo *ningên*.

17.4.3 Ética como o estudo do *ningên*— reflexões a partir do *Rinrigaku*

À época em que Watusji escreveu o *Rinrigaku*, a filosofia ocidental estava ainda assimilando os conceitos críticos dos estudos neokantianos e da emergente filosofia de releitura marxista. A presença nietzscheana ainda não contava com estudos capitais que marcariam a segunda metade do século XX, bem como as reflexões sobre as filosofias de viés revolucionário ainda não contavam com outras obras cânones que viriam à luz no pós-guerra. A primeira edição do *Rinrigaku* é de 1937 e, portanto, muitos de seus apontamentos críticos à forma como a filosofia ocidental apenas realçava uma equívoca oposição entre indivíduo e Estado foram posteriormente enfrentados também por autores como Sartre, Maritain, Foucault, Hannah Arendt, Adolfo Sánchez Vásquez, entre outros.

A crítica feita no *Rinrigaku* está basicamente no tratamento que a cultura ocidental dava à dualidade indivíduo-comunidade. A noção de que haveria uma tensão entre o indivíduo e a coletividade derivava do conceito de que o ser humano seria tão somente uma consciência individual perante os interesses da comunidade, como um conceito de unidade isolada perante o grupo. Essa percepção reforçaria a instância individual como a matriz ética, e a educação do cidadão seria para que ele compreendesse a comunidade como um objeto externo à sua consciência. De outro lado, as filosofias totalitárias, dando primazia ao Estado como ente coletivo prioritário, desconsideravam a individualidade, afirmando tão somente a servidão do indivíduo. Os extremos, de um lado o indivíduo, de outro a comunidade, alimentariam um errôneo conhecimento do que é o ser humano, e, a partir de um conceito errado de ser humano, o estudo da ética cairia em um círculo vicioso de abstração e metafísica. A proposta do *Rinrigaku* é que a ética deve

estar manifesta, visível e orgânica na vida concreta das pessoas, não como um conceito de abstração da realidade, mas como uma evidência de quem somos. Sua premissa é de que a ética tem uma evidência aos olhos comuns, presente nos atos mais simples de cada um.

Para Watsuji, a definição do que é o ser humano não pode deixar de caracterizá-lo enquanto um ser relacional, ou seja, o que podemos chamar de um *ser-para*⁸¹. Não podemos considerar a possibilidade de definição isolada, deixando para outro momento sua característica de ser um animal social, que fala e se comunica, cujo existir sempre pressupõe uma coletividade e um mundo com o qual se relaciona.

Como um *ser-para*, o que distingue a humanidade é que ela nunca existe isolada, a história humana é a história de coletividades que se formam, pois o homem é um animal social, que tem consciência da coletividade e de seus projetos comuns. Diferentemente do instinto animal de agrupar-se para a sobrevivência, tal como as alcateias, os homens se unem dentro de um projeto civilizatório, de criação e alteração da natureza, em que fabricam o próprio mundo.

Watsuji vê na própria palavra japonesa *ningên* (ser-humano) a chave para as suas conclusões sobre ética. *Ningên* seria formada por dois *kanjis*:

- a) *nin* – que significa pessoa;
- b) *gên* – que se refere ao espaço que há entre dois elementos.

Ningên não seria assim tão somente o indivíduo, mas demonstraria também que o ser humano é um ser sempre relacionado a alguém. *Ningên* expressaria ao mesmo tempo sua individualidade e sua relação de alteridade, ou seja, de relações com os outros. Inconscientemente, cada um de nós saberia que é um e todos ao mesmo tempo, de que apenas existimos como humanos quando agimos em consideração ao grupo: a identidade humana é afirmada por um *eu* em conjunto com um *não eu*.

Para Watsuji, o estudo da ética é o estudo do *ningên*, o estudo da identidade humana enquanto existir para si mesmo e para os outros, a compreensão ética encontraria a verdade de não se poder isolar o indivíduo da coletividade, possibilitando a análise de uma unidade da vida que explicaria a importância da interação entre os interesses coletivos e os interesses individuais, sem que um dos dois polos se sobreponha.

A ética não pode ser pensada fora dos atos de interconexões através dos quais o indivíduo age em consideração à manutenção da coletividade, mas também não pode ser um estudo que desconsidere a personalidade de cada um. A essência verdadeira do ser humano é agir pensando no próximo para encontrar sua autenticidade no abandono do egoísmo.

A partir de sua obra, podemos afirmar que uma sociedade marcada pela crueldade, desigualdade e opressão é uma coletividade doente, na qual alguns grupos estão impondo seus interesses egoísticos; é uma sociedade atrasada em que a relação entre os indivíduos é de ser o Estado, como expressão da totalidade, um instrumento de opressão na mão de alguns, ou mesmo de uma maioria; essa sociedade doente é dominada pelo egoísmo das facções dominantes. Quando a totalidade se realiza como sociedade ética, temos uma relação em que o indivíduo nega seus interesses egoísticos em prol da totalidade, considerada um conjunto de interesses legítimos de outros indivíduos ou seres vivos, de forma que todos se relacio-

81 O filósofo brasileiro Henrique C. Lima Vaz, seguindo a tradição da filosofia cristã hegeliana, também criticava as dualidades clássicas, descrevendo o ser humano como um *ser-para* (LIMA VAZ, H. C. *Antropologia filosófica II*. 3a. ed. São Paulo: Loyola, 2001.)

nam entre si através da totalidade da comunidade; é a existência ética do indivíduo em que suas ações não se voltam somente para si, mas para o grupo; o *eu* (indivíduo) e o *não eu* (outros indivíduos) são equilibrados no agir em consideração ao bem comum; os dois extremos são preservados e harmonizados quando a ação ética é construtora e mantenedora da *comunidade*.

A premissa do *Rinrigaku* conduz ao entrelaçamento entre ética e agir político como parte da natureza humana. O ser humano só existe enquanto relacionado com o outro e com o grupo, e a coletividade só existe como comunidade, como projeto comum, enquanto houver essa relação de esvaziamento do egoísmo de cada um em favor da totalidade. Nas sociedades contemporâneas, em que todos têm voz nas redes digitais, em que a pressão popular conta com meios eficientes de alcance, a interconexão ganha uma dimensão tal que o agir ético se tornou mais explícito na política. À evidência do cidadão como agente político, soma-se a exigência de postura ética que recai sobre os homens públicos, os “políticos profissionais” propriamente ditos.

A importância do agir político ultrapassa o aspecto simbólico, porque não bastam ações meramente formais. Como alerta Watsuji Tetsurô, a mera existência de um Estado organizado com princípios solidários e comunitários em suas leis não personifica uma sociedade ética; somente o agir humano com o senso de comunidade e solidariedade a torna ética. Da mesma forma, uma verdadeira agenda política para uma sociedade ética não pode reduzir-se às “metafísicas” messiânicas, sejam elas ideológicas ou religiosas.

A vida política, como citamos no começo do artigo, guarda ao menos três dimensões de ação (políticas públicas concretas – ação dos agentes políticos – ação política dos cidadãos) e, portanto, de oportunidades de agir ético. Logo, é necessário reinterpretar a propagada ideia de pragmatismo político em um sentido ético para além do fisiologismo e do amoralismo sem limites, em que o jogo pelo poder é um fim em si mesmo, sendo o interesse público apenas matéria incidental.

O pragmatismo político, um conceito muito próprio dos atores públicos, é a manifestação coletiva de uma individualidade egoísta, em que a ideia de coletividade não é o Estado, enquanto estrutura de comunidade de vida, mas sim uma totalidade sectária, definida ideologicamente; ser pragmático é estar voltado para o interesse de um egoísmo coletivo, incentivador do clientelismo parasita, para manutenção de grupos dominantes sempre à sombra do poder. Esse típico agir político é o que explicaria a rendição daqueles que detêm o poder a sistemas de corrupção e de entrega das riquezas nacionais, desvios presentes por gerações no cenário brasileiro, como *parte do jogo político*⁸².

Ao contrário desse pragmatismo, espera-se da política a ação concreta para eliminar o fosso de temores que divide uma nação; através de políticas públicas que impeçam a precificação e a mercantilização da vida do cidadão nas esferas mínimas de dignidade: saúde, educação, moradia e segurança. O conceito de *ningên* impõe-se ao personagem político, sem que se possa excepcioná-lo devido ao mundo à parte que seria o *jogo político*. O agir político como agir ético, sustentado pelo *Rinrigaku*, pode ser afirmado como tão somente a atuação pelo bem da comunidade, não cabendo exceções, não se submetendo a demagogias fáceis, não se rendendo ao ódio das massas, sempre em prol das relações que nos definem como humanos, relações que provêm da diversidade, tolerância e compaixão.

82 Os recentes escândalos envolvendo as principais empreiteiras do Brasil esconderiam raízes desde outros governos, em destaque o governo militar. Confira <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-38337544>>

17.4.4 Conclusão

A compreensão das particularidades do estudo da ética japonesa não deverá ser vista como conhecimento etnográfico, ao contrário, buscam-se conclusões universais que ajudem a compreender situações de crise ética. O estudo da realidade japonesa permite a constatação dos elementos ausentes na nossa composição ética pátria. A presença do imigrante japonês soma à coletividade brasileira toda uma ancestralidade que pode um dia desvelar novos rumos para a superação de um desconforto tão agudo no campo ético e moral que vivemos.

Como um país de imigrantes, o Brasil, no entanto, sempre enfrenta o desafio da mentalidade colonizadora do estrangeiro: o imigrante não deve adentrar uma nação para dominá-la e buscar sua superioridade social ou cultural sobre aqueles que o antecederam. Diversamente, consciente que aterra em um espaço de imigrantes, a proposta a que se deve entregar é a de compor a diversidade de uma nação plural.

A diversidade racial só é real se houver o incentivo à pluralidade cultural, como um encontro de fontes ancestrais que traga elementos a erigir uma sociedade que não se submeta à intolerância a outras formas de expressões culturais e religiosas. A miscigenação só é uma virtude se for uma resistência à atitude colonizadora, e não uma parte dela.

A imagem de uma sociedade ética japonesa também não deve ser vista com romantismo. Também o Japão enfrenta os desafios desumanizadores de uma sociedade imediatista e consumista, também lá existem culpas históricas que, aos poucos, são oficialmente reconhecidas. O que merece destaque é o conceito ético de vocação universal que lá encontramos, um conceito de aplicação prática que alimenta uma civilidade evidente pela presença do Estado enquanto plataforma de segurança existencial mínima ao cidadão.

O *nikkei no Brasil* ajudou a disseminar a imagem ordeira e ética do Japão, ainda que a assimilação seja, infelizmente, em parte para sustentar estereótipos raciais que “revelam” a condição inferior do povo brasileiro. Hoje, vemos na esfera da “política profissional”, descendentes de imigrantes que, de certa forma, se beneficiam dessa imagem preconcebida da ética nipônica. Mas resta saber, esse estereótipo é saudável a uma nação? Enquanto estereótipo, é nocivo e fomenta uma afirmação de responsabilização individual sem considerar as demais condições de uma sociedade e, o pior, a ideia de que a ética possa ser resultado de “raças puras”.

Uma sociedade ética é formada por cidadãos éticos, mas estes são originados de uma sociedade ética. Uma sociedade ética é aquela que fomenta as relações humanas através da igualdade e não pela servidão e privilégios. O indivíduo se vê refletido nas diretrizes do grupo e entende que respeitar os outros é respeitar a si mesmo.

O estudo da ética em Watsuji Tetsurô explicaria características ancestrais do povo japonês e do imigrante que aqui aportou, bem como seria portadora de conclusões universais, por partir do estudo da natureza humana. Mas é no plano do agir político que seus conceitos básicos nos permitem refletir sobre como queremos atuar politicamente: existir enquanto seres humanos que se importam com os outros, o que seria nossa natureza evolutiva; ou como seres egoístas, buscando a satisfação única de suas necessidades, sem empatia pelo *outro*, a se manifestarem coletivamente em líderes políticos sem ética que, sistematicamente, têm persistido em nossa história.

Referências Bibliográficas

HENDRY, Joy.(org.). **Understanding Japanese society**. 4th. ed. UK: Nissan Institute /Routledge Japanese Studies Series. 2013. Kindle Version

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LASCH, Christopher. **Refúgio num mundo sem coração** – a família: santuário ou instituição sitiada? Trad. Italo Tronca. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LIMA VAZ, H. C. **Antropologia filosófica II**. 3a. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

_____. **Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica 1**. 3a. edição. São Paulo: Loyola, 2006.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário gramsciano**. Tradução Ana Maria Chiarini e outros. São Paulo: Boitempo, 2017.

WATSUJI, Tetsurô. **Rinrigaku: ethics in Japan**. Tradução Seisaku Yamamoto e Robert E. Carter. Albany: State University of New York Press, 1996.



17.5 Japan House São Paulo: um portal para o Japão contemporâneo na América Latina

Angela Tamiko Hirata

Angela Tamiko Hirata é presidente da JAPAN HOUSE São Paulo.

Distintos povos e suas culturas permeiam o mundo, compondo uma riqueza ímpar e bela. O intercâmbio dessas culturas entre nações é imprescindível por diversos motivos, uma vez que é por meio do conhecimento que se alcançam respeito, compreensão e admiração, indispensáveis para a harmonia social do planeta.

Diante desta premissa, em maio de 2017, o Japão iniciou um novo capítulo de sua longa história com o Brasil com a inauguração da JAPAN HOUSE São Paulo, na Avenida Paulista – eixo cultural da cidade de São Paulo. A JAPAN HOUSE é uma iniciativa global do governo japonês para apresentar o Japão Contemporâneo por intermédio de coisas, pessoas e histórias, considerando as áreas da arte, cultura, literatura, tecnologia, gastronomia e negócios, respeitando sempre suas raízes e tradições. Além da América do Sul, outros dois continentes abrigam a iniciativa JAPAN HOUSE: América do Norte, em Los Angeles; Europa, em Londres.

Em sua missão, inclui-se a atuação da JAPAN HOUSE São Paulo como plataforma para a promoção de encontros e, consequentemente, de fortalecimento das pontes entre o Japão e o Brasil. Dessa forma, permite que ambos os países continuem a amadurecer de forma inovadora e sustentável. Com este espaço, estimulamos o respeito e a compreensão mútua em relação ao estilo de vida e cultura de cada país, ultrapassando os limites de um mero espaço para atrações e, assim, cooperando de alguma forma para a harmonia social do planeta.

Importante ressaltar o respeito que a JAPAN HOUSE São Paulo mantém pelo elo entre o Japão e o Brasil já firmado pela comunidade nikkei. O projeto agrega as relações entre os dois países sob uma nova perspectiva, ampliando ainda mais essa base, iniciada há mais de um século com a chegada do Kasato Maru ao Brasil. Inclusive, no ano em que celebramos 110 anos de imigração japonesa no Brasil, é um orgulho participar da história da JAPAN HOUSE São Paulo. Como filha de japoneses, que aportaram no Brasil em 1929, tenho enorme alegria em liderar uma iniciativa global que apresenta várias novas facetas do país de origem de meus ascendentes, aqui na minha terra natal, que é o Brasil. Este fato é muito representativo e ilustra perfeitamente esta bela conexão histórica, escrita diariamente por um milhão e novecentos mil nikkeis, perfeitamente integrados ao Brasil em uma exemplar simbiose cultural.

Com cobogós, madeira, *washi* e concreto, o projeto arquitetônico da JAPAN HOUSE São Paulo costura surpreendentemente tal simbiose, combinando traços nipônicos com brasileiros. Idealizado pelo renomado arquiteto japonês Kengo Kuma, em parceria com o escritório paulistano FGFM Arquitetos, o prédio de 2.500 m² foi transformado em um edifício com identidade própria. De um lado, uma fachada imponente, composta por madeiras centenárias trazidas do Japão, um tributo à tradicional, precisa e delicada arquitetura japonesa. Paredes de inspirações distintas, o ângulo onde dois mundos se encontram.

Do outro, uma fachada de cobogó de concreto, criada a partir dos elementos vazados que tanto sucesso fizeram na arquitetura brasileira dos anos 1930 e que levam as primeiras duas letras de sobrenomes dos seus criadores: Amadeu Oliveira **Co**imbra, Ernest August **Bo**eckmann e Antônio **Gó**is.

A fachada para a Avenida Paulista traz um painel de madeira *hinoki* montada por uma equipe de artesãos especializados na arte de encaixes, cuja técnica remonta a 300 anos. Peças grandes e menores de *hinoki* unem-se num quebra-cabeça de 630 peças que compõem os 36 metros de fachada. Neste momento, a conexão histórica entre os dois países é novamente ressaltada, uma vez que a inspiração para o painel de madeira surgiu após uma visita de Kengo Kuma ao Pavilhão Japonês do Parque do Ibirapuera, em São Paulo, também construído com *hinoki* e técnicas de encaixe. O Pavilhão foi desenhado por Sutemi Horiguchi (cofundador do primeiro movimento moderno da arquitetura no Japão), mestre de Yoshichika Uchida, que por sua vez foi professor de Kengo Kuma. Assim, a JAPAN HOUSE São Paulo é ímpar por entrelaçar o DNA de arquitetos expoentes, originando um marco da arquitetura japonesa em São Paulo.

No interior do prédio, Kengo Kuma incluiu placas metálicas vazadas revestidas de *washi* – papel artesanal. O trabalho apresenta aos brasileiros mais uma tradição japonesa, de produção de papel a partir de diferentes plantas. O resultado é encontrado em divisórias e portas de correr que compõem os ambientes internos. O *washi* está presente também nas grandes portas deslizantes, chamadas de *fusuma* na arquitetura tradicional japonesa. Com todos esses elementos, o arquiteto emprestou à JAPAN HOUSE São Paulo um uso inovador de materiais naturais, como a madeira e o papel, criando a sensação de leveza e luminosidade. Empregou técnicas artesanais, que valorizam a vida e o homem, e criou um espaço único, onde a cultura japonesa está explícita nas paredes e no conjunto de toda a casa.

Este universo arquitetônico tem sua cultura adensada pelas diversas opções de serviços oferecidos, como o espaço multimídia, que contempla cerca de 1.900 livros para consulta, divididos em dez categorias: Agricultura, Comer, Viajar, Estilo de vida, Cultura, Design, Tecnologia, Arquitetura, História, Japão e Brasil e Crianças. Os visitantes podiam conhecer a gastronomia nipônica no restaurante *Junji Sakamoto*, onde o chef Jun Sakamoto apresentava típicas receitas japonesas, executadas com ingredientes tradicionais. Já o *Imi Café*, oferece a possibilidade de apreciar a culinária de doces e chás japoneses, mesclados com quitutes e bebidas brasileiras. A JAPAN HOUSE São Paulo sedia ainda duas lojas para quem busca itens japoneses exclusivos. Dedicada a difundir uma tradicional técnica de amarração do Japão, a loja *Furoshiki* oferece tecidos únicos e acessórios para a criação de embalagens e bolsas. No térreo, a loja *Shin* é uma ponte para os brasileiros conhecerem as diferentes regiões do Japão por intermédio de produtos que retratam o Japão contemporâneo.

Apesar do pouco tempo de funcionamento, a JAPAN HOUSE São Paulo já se estabeleceu como um importante espaço na capital paulista por diversos motivos, incluindo as ações prévias para sua inauguração. A chegada do espaço ao Brasil foi anunciada com uma ação poética e marcante: a *Flower Messenger*, do inovador artista japonês Makoto Azuma. Durante 30 dias antes da abertura, ciclistas carregados de flores formaram jardins efêmeros em diferentes locais de São Paulo, proclamando a novidade aos paulistanos. A ação foi inspirada nos mercadores de flores japoneses que carregavam pequenos arranjos para serem vendidos na rua. Novamente, a cultura tradicional nipônica serve de influência nesta intervenção contemporânea, impactando milhares de pessoas e espalhando uma significativa mensagem de paz, harmonia e amizade vinda diretamente do Japão.

Como um *preview* privilegiado do que viríamos abrigar em um futuro próximo, dias antes de sua abertura, a JAPAN HOUSE São Paulo esteve presente na SP-Arte 2017 – Festival Internacional de Arte de São Paulo. Na ocasião, os brasileiros puderam aproximar-se do Japão por meio de esculturas, pinturas e instalações

de 15 artistas nipônicos, revelando diversos aspectos da arte contemporânea japonesa. Em uma celebração exclusiva, a área externa do Auditório do Parque Ibirapuera abrigou duas apresentações musicais especiais e, assim, desvendou um pouco mais da milenar e surpreendente cultura nipônica. Para uma plateia recorde de 15 mil pessoas, o compositor e trompetista Jun Miyake realizou o primeiro show da noite explorando sua capacidade de misturar elementos aparentemente díspares da música. Nesse contexto, apresentou-se ao lado do Vozes Búlgaras, do brasileiro Bruno Capinan, do francês Renaud Gabriel Pion e do quarteto de cordas formado por músicos da Osesp – Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo.

O pianista japonês Ryuichi Sakamoto, um dos grandes nomes da música mundial, concluiu o segundo show da noite com uma apresentação que resgatou o projeto Casa, ao lado de Jaques Morelenbaum e Paula Morelenbaum, em homenagem à música de Antônio Carlos Jobim. Venerado pela crítica musical, Ryuichi Sakamoto realizou uma apresentação emocionante, iluminada por uma bela lua cheia que agraciava o público de 15 mil pessoas. Público este que, surpreendentemente em silêncio, acompanhou Ryuichi Sakamoto executando o clássico *Merry Christmas Mr Lawrence* ao piano.

As junções de todas essas narrativas tentam explicar a consolidação da JAPAN HOUSE São Paulo como um novo e importante ponto turístico da capital paulista. Além, claro, de todas as outras atividades já realizadas para trazer a cultura contemporânea japonesa ao alcance de um maior número de pessoas. Já abrigamos diversas exposições e tivemos a honra contabilizar a visita de 715 mil pessoas em apenas 11 meses de operação, além da realização de diversos seminários e palestras, que reforçam o intercâmbio e o conhecimento entre ambos os países. Entre as histórias contadas, abordamos a onipresença do bambu na história japonesa, desde seus primórdios até os momentos atuais; abrigamos duas exposições sobre arquitetura assinada pelos renomados profissionais japoneses Kengo Kuma e Sou Fujimoto. Na temática gastronomia, exaltamos a cozinha japonesa com narrativas do chef de cozinha japonês Yoshihiro Narisawa registradas pelo fotógrafo brasileiro Sergio Coimbra. Já o familiar papel foi apresentado em forma sutil com criações inovadoras que despertaram os sentidos, por meio de experiências múltiplas e sofisticadas de *design* e tecnologia.

A arte contemporânea foi exposta por meio do trabalho de Kohei Nawa, um dos principais nomes da nova geração de artistas multidisciplinares do Japão. Uma instalação mutante de espuma inseriu os visitantes em um ambiente onírico exclusivo. Ainda neste mote, apresentamos o nissei Oscar Oiwa, com a apresentação de algumas telas e a fantástica instalação Paraíso, um desenho em 360 graus de uma paisagem projetada pelo artista dentro de um balão inflável de material vinílico. Esta exposição celebrou os 110 Anos da Imigração Japonesa no Brasil. De forma sublime, o *designer* industrial Shunji Yamanaka trouxe ao público as avançadas tecnologias dos protótipos japoneses que estabelecem a harmonia entre *design* e técnica. A mostra evidenciou a importância dos protótipos como cerne de criações tecnológicas, trazendo peças que se revelam também por sua beleza única. Muitas, mas muitas mais coisas, pessoas e histórias serão protagonistas neste palco chamado JAPAN HOUSE São Paulo.

Como São Paulo, temos a grata satisfação de ter inaugurado a primeira JAPAN HOUSE no mundo e com grande reconhecimento de todos. Porém, apesar de ser uma imensa alegria, precisamos estar atentos para apresentar sempre o melhor do Japão para surpreender, cada vez mais, o público que recebemos neste espaço.

Diante deste histórico positivo, entendemos nossa grande responsabilidade neste projeto e, em sua sustentabilidade, para que a JAPAN HOUSE São Paulo seja uma entidade que comemore 10, 50, 100 anos. Para tanto, buscamos viabilizar a concretização de *business* entre os dois países, servindo como plataforma de encontro para empresas que buscam construir e inovar conjuntamente. Outro importante projeto,

que tem como objetivo a sustentabilidade da iniciativa, é o programa de *JHSP Business Membership*, para criar conexões entre empresários japoneses e brasileiros para desenvolver novos negócios e parcerias e, também o projeto de *Membership Individual*.

Para finalizar, quero ressaltar a relevância da iniciativa JAPAN HOUSE como uma importante ferramenta do governo japonês para a colaboração na busca de um mundo de paz. Queremos, junto com o Japão, construir este universo de harmonia e prosperidade.



Fachada



Outro aspecto da fachada



Cerimônia de inauguração



Aspecto da biblioteca



JAPAN HOUSE
SÃO PAULO

INAUGURAÇÃO — 30/04/2017
JAPAN HOUSE São Paulo



Desatando a fita inaugural o presidente Michel Temer, o ministro das Finanças do Japão, Taro Aso, representando o primeiro-ministro, Shinzo Abe, e o sr. Kentaro Sonoura, membro do Partido Liberal na Câmara dos Representantes na Dieta do Japão. Verifica-se ainda no primeiro plano, dentre outras pessoas, Angela Hirata, governador Geraldo Alckmin e deputados Walter Ithoshi e Keiko Ota

Créditos fotos: Rogério Cassimiro



Jantar oferecido ao cônsul-geral e à presidente da Japan House, onde ficava o restaurante Junji Sakamoto, que servia requintados pratos típicos do Japão



Cônsul-geral Yasushi Noguchi e Angela Hirata recebem de Harumi Goya e Kiyoshi Harada os exemplares do livro 21 Anos de ALAExBG

Fotos: arquivo pessoal de Kiyoshi.



17.6 Comissão Organizadora dos festejos comemorativos dos 110 Anos da Imigração Japonesa

Harumi Arashiro Goya e Célia Oi

Harumi Goya é presidente do Bunkyo



Célia Oi é assessora de imprensa do Bunkyo

Comissão organizadora dos festejos comemorativos dos 110 Anos da Imigração Japonesa

Presidente: Harumi Goya (presidente do Bunkyo)

Vice-presidentes: Akeo Yogui (presidente do Enkyo), Yasuo Yamada (presidente do Kenren), Aiichiro Matsunaga (presidente da Câmara de Comércio e Indústria Japonesa do Brasil), Yokio Oshiro (presidente da Aliança Cultural)

Conselho Superior:

Kokei Uehara, Kazuo Watanabe, Tuyoci Ohara, Kiyoshi Harada, Renato Nakaya, Mikihiisa Motohashi, Kihatiro Kita, Hatiro Shimomoto, Hirofumi Ikesaki, Masato Ninomiya, Milton Matsumoto, Masao Suzuki, Raul Takaki

Conselho Consultivo:

Deputados federais: Walter Ihoshi, Keiko Ota, William Woo (ex-deputado)

Deputados estaduais de São Paulo: Hélio Nishimoto, Jooji Hato e Pedro Kaká

Vereadores de São Paulo: Aurélio Nomura, George Hato, Masataka Ota e Rodrigo Hayashi Goulart

Comitê Executivo:

Presidente: Yoshiharu Kikuchi

Vice-presidentes: Cláudio Kurita, Tério Uehara, Valter Sasaki, Márcia Nakano, Akinori Sonoda, Atsushi Yasuda

Membros: Carlos Kendi Fukuhara, Eduardo Yoshida, Jorge Yamashita, Osamu Matsuo, Marcelo Hi-

deshima, Minoru Uehara, Renato Ishikawa, Ricardo Nishimura, Ricardo Seguchi, Roberto Nishio, Toshio Ichikawa

Membros Honorários: Hitomi Sekiguchi (cônsul-geral adjunta), Kenji Iwashima (cônsul), Ângela Hirata (diretora executiva da Japan House)

110 anos: em memória dos imigrantes japoneses

Com o objetivo de prestar as devidas homenagens aos pioneiros, de fortalecer os projetos voltados ao futuro da comunidade nipo-brasileira e de fomentar o intercâmbio Brasil-Japão, a Comissão para Comemoração dos 110 Anos da Imigração Japonesa no Brasil iniciou suas atividades no mês de março de 2017.

O Comitê Executivo tem se reunido semanalmente, nas tardes de quarta-feira, para o encaminhamento de diferentes temas e das decisões plenárias.

Ao ser constituída a Comissão, uma das primeiras providências foi a criação do logotipo oficial da comemoração, missão atribuída ao artista plástico Kazuo Wakabayashi, imigrante japonês que chegou ao Brasil em 1961. Ele escolheu os grou, considerados aves sagradas para os japoneses, símbolo de saúde, da boa sorte, felicidade, longevidade, da paz e, também, do amor conjugal e fidelidade.

“Brasil o sewa ni natta kimochi wo arawa shimashita” (Expressei meu sentimento de gratidão ao Brasil), declarou Wakabayashi em maio de 2017, na cerimônia de lançamento do logotipo.

A escolha do *tsuru* (grou) no logotipo dos 110 Anos traz consigo uma simbologia profundamente arraigada à sensação de acolhimento neste país. Para Wakabayashi, que imigrou ao Brasil aos 30 anos de idade e aqui construiu toda sua vida profissional, ao ser convidado para criar essa logomarca, voltou às suas origens em busca de algo que expressasse esse sentimento de gratidão.

Os primeiros passos, desde a constituição da comissão organizadora, têm sido em direção ao principal desafio: arrecadar recursos financeiros para garantir a realização do plano básico de atividades, centrado em promover a cerimônia oficial comemorativa e deixar um legado que possa ser usufruído tanto pelas gerações sucessoras de nipo-brasileiros, quanto pela sociedade brasileira.

Para a cerimônia oficial, estabeleceu-se uma parceria com o Festival do Japão, evento anual organizado pelo Kenren e considerado o maior da comunidade nipo-brasileira. Realizado nas amplas instalações do São Paulo Expo Exhibition & Convention Center, no início da Rodovia dos Imigrantes, o local possui uma área disponível não só para locação suficiente para criar um espaço destinado para essa solenidade de grande envergadura, como também para um show que reúna os mais diferentes grupos artísticos existentes no Brasil.

Em 2018, ao comemorar os 110 Anos da Imigração Japonesa, o propósito foi criar sinergia entre a Comissão Comemorativa e a do Festival do Japão, buscando valorizar duplamente esse evento comemorativo.

Assim, numa área de 1.500 m², será montado um espaço em formato de arena com capacidade para cinco mil pessoas, com palco amplo para as apresentações artísticas.

Várias autoridades foram convidadas para prestigiar a comemoração. Tanto a presidente da Comissão Organizadora, Harumi Arashiro Goya, como o presidente do Comitê Executivo, Yoshiharu Kikuchi, no final de 2017, estiveram no Japão convidando autoridades governamentais e provinciais não só para abrilhantar a solenidade, como também para participar do Festival do Japão, destacando seus produtos locais (principalmente na área da alimentação).

Para os membros da organização, desde o início dos preparativos para a comemoração, uma das expectativas era a de contar com a presença de representantes da Família Imperial, fato que tem se repetido desde 1958 nas datas relevantes de aniversário da imigração japonesa.

Sabe-se que esse tipo de pedido é um processo que segue longo caminho entre os diferentes órgãos governamentais e diplomáticos até que se obtenha uma resposta satisfatória (ou não!).

Em relação a esta comemoração, tivemos a feliz notícia de que a princesa Mako, neta mais velha do imperador Akihito, era a indicada para participar das comemorações dos 110 Anos.

Em meio aos preparativos, a equipe liderada por Tério Uehara (vice-presidente do Comitê Executivo) e o professor de dança clássica okinawana, Satoru Saito, correm contra o tempo para cuidar de todos os detalhes com o Grande Show Artístico, uma das atrações da cerimônia comemorativa.

De acordo com a programação, às 10h inicia-se a primeira parte do show que segue até às 11h, quando está previsto o início da cerimônia oficial. Ao encerrar a solenidade, começa a segunda parte do show.

Esse espetáculo, que foi chamado de “Yui – Laços de Gerações”, terá diferentes atrações (música, dança, *performance*, *taiko*, coral, etc.) reunindo grupos de várias especialidades e faixas etárias, num total aproximado de duas mil pessoas.

Já outra equipe prepara a montagem de uma exposição relacionada à história dos 110 Anos de Imigração Japonesa, com cerca de 150 m². Esta mostra tem como objetivo ressaltar o legado deixado pelos imigrantes japoneses nesses 110 anos de presença em terras brasileiras.

Aliás, junto com a homenagem aos primeiros imigrantes japoneses, a Comissão também tem ressaltado sua preocupação com o legado dos 110 Anos. Ou seja, além dos eventos comemorativos, é imprescindível deixar algo que possa, no futuro, ser usufruído por todos.

Nesse sentido, foi escolhido o Plano de Ocupação Arquitetônica e Paisagística do Centro Esportivo Kokushikan Daigaku, em São Roque (SP), um projeto para melhoria de infraestrutura e de sustentabilidade desse local.

Trata-se de uma área com 581.785 m², 1/3 da qual está coberto de mata nativa. Reconhecido o potencial turístico dessa região, o objetivo é construir uma infraestrutura que possa abrigar eventos, bem como oferecer outros atrativos junto à exuberante natureza local, que atualmente tem mais de 400 pés de *sakura*.

Proposto pelo arquiteto Eiji Hayakawa, o projeto envolverá também as obras de melhorias do amplo ginásio para prática de artes marciais.

Sem dúvida que o grande desafio continua sendo a arrecadação de recursos financeiros – a busca por patrocínio tem envolvido membros da Comissão junto às empresas em geral. Ao mesmo tempo, os presidentes têm realizado visitas a vários setores de atividades relacionadas à comunidade nipo-brasileira com pedidos de doações por meio do “Livro de Ouro”.

Outro movimento da campanha de arrecadação está relacionado com o Sorteio Filantrópico 110 Anos da Imigração Japonesa, que tem envolvido todos os membros da Comissão para a venda dos bilhetes.

O primeiro sorteio (autorizado pela Caixa Econômica Federal) reuniu prêmios doados pela Toyota do Brasil e pela Fast Shop. Foram vendidos 95% dos 25 mil bilhetes autorizados, e o sorteio realizou-se em 24 de fevereiro pela Loteria Federal, tendo como ganhador Eduardo Nagatomo, que recebeu um carro híbrido Toyota Prius.

Em seguida, os membros da Comissão iniciaram a venda dos bilhetes de outro sorteio, agora tendo como primeiro prêmio o carro Civic Touring da Honda; segundo prêmio, a moto Honda PCX DLX; e terceiro, o gerador Honda EU1 Oi. O quarto e quinto prêmios são uma TV e *smartphone* doados pela Fast Shop.

Como da vez anterior, a Comissão buscou o comprometimento de todos na venda dos bilhetes do carro Honda Civic para alcançar o mesmo sucesso do sorteio do carro Toyota Prius. No próximo dia 7 de julho, conheceremos pela Loteria Federal, os ganhadores que receberão seus prêmios durante o Festival do Japão, no dia 21 de julho.

A parte financeira da Comissão para Comemoração dos 110 Anos da Imigração Japonesa está sendo gerida pelo Instituto Brasil-Japão de Integração Cultural e Social, e a operacionalização administrativa é realizada pela secretaria do Bunkyo.

Harumi Arashiro Goya
Presidente

Célia Oi
Assessora de Imprensa do Bunkyo

São Paulo, 23 de abril de 2018



A Comissão Organizadora publicou um livreto com o calendário das festividades do ano de 2018 e notas sobre imigrantes japoneses, destacando as comemorações dos aniversários da imigração, conforme ilustrações a seguir.



50 Anos da Imigração. Foi comemorado no dia 19-6-1958, no atual Pavilhão da Bienal – Ibirapuera –, com a presença dos príncipes Mikasa e Yuriko e do governador Jânio Quadros. Reuniu cerca de 20.000 pessoas



Lançamento da pedra fundamental do edifício-sede do Bunkyo no dia 17-6-1958, com a presença dos príncipes Mikasa e Yuriko ao centro, ouvindo as explicações do projeto arquitetônico feitas por Kiyoshi Yamamoto



60 Anos da Imigração. Cerca de 80.000 pessoas lotaram o Estádio do Pacaembu para recepção dos príncipes herdeiros Akihito e Michiko em maio de 1967



Discurso do príncipe herdeiro Akihito ao lado do governador Abreu Sodré



70 Anos da Imigração. O presidente Geisel desfila com o príncipe herdeiro Akihito na concorrida cerimônia no Estádio do Pacaembu, ocorrida em junho de 1970



Aspecto do Estádio do Pacaembu para receber os príncipes herdeiros Akito e Michiko, atuais Imperador e Imperatriz, e o presidente Ernesto Geisel



80 Anos da Imigração. Aspectos gerais dos festejos comemorativos no Estádio do Pacaembu, onde foram recepcionados o príncipe Akishino e o presidente José Sarney em junho de 1988



90 Anos da Imigração. O Imperador Akihito e a Imperatriz Michiko visitam o Bunkyo e o Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil em junho de 1997

100 Anos da Imigração. Remetemos o leitor ao capítulo 16 do livro, em que há uma cobertura completa dos festejos comemorativos do Centenário da Imigração com a presença do Príncipe Naruhito. O evento oficial aconteceu no Sambódromo

Para abrilhantar os festejos comemorativos dos 110 Anos de Imigração, a princesa japonesa Mako esteve no Brasil, com passagem pelas cidades de Rio de Janeiro, Maringá, Campinas, Marília, Promissão e São Paulo. Em São Paulo, participou da sessão solene de abertura do 21º Festival do Japão promovido pelo KENREN com a colaboração das principais entidades da comunidade nipo-brasileira de São Paulo. Após a solenidade foi oferecido um almoço à princesa Mako em um recinto reservado com a participação de autoridades e cerca de 50 convidados especiais, ciceroneada pela Presidente da Comissão Organizadora dos festejos comemorativos, Sr^a Harumi Arashiro Goya.



Em Promissão, com o cônsul-geral Yasushi Noguchi



Recepção em Campinas, acompanhada do cônsul-geral Yasushi Noguchi



Em Maringá, com a governadora Cida Borghetti e o deputado federal Luiz Nishimori



Em Marília, vendo-se entre as autoridades locais o deputado federal Walter Ihoshi



Princesa Mako em São Paulo





Sessão solene de abertura do 21º Festival do Japão realizado por KENREN com a colaboração das entidades nipo-brasileiras de São Paulo, presente a Princesa Mako



Aspecto do público presente



Discurso da Presidente Harumi Goya na sessão solene de abertura do 21º Festival do Japão.



17.7 Príncipe herdeiro do Japão visita o Brasil pela terceira vez⁸³

Aldo Shiguti

Aldo Shiguti é redator-chefe do Jornal Nikkey.

“A água é um pré-requisito para que as comunidades de pessoas vivam, e pacificamente. Mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência e outras pessoas socialmente vulneráveis sofrem mais por desastres relacionados à água, às secas, bem como à instabilidade regional. A comunidade internacional precisa dar prioridade à provisão sustentável de água e saneamento, mesmo em situações de emergência.” Essa declaração foi feita pelo príncipe herdeiro do Japão, Naruhito, no dia 19 de março, durante seu discurso no 8º Fórum Mundial da Água, realizado entre os dias 18 e 23 do mesmo mês, em Brasília.

O primôgenito do imperador Akihito defendeu a união de vários setores para a resolução de problemas relacionados à água. “Por isso, chamo as pessoas do setor da água a se aproximarem de forma proativa e conduzirem diálogos com as partes interessadas em desafios maiores como gênero, educação, refugiados e migração e pobreza”, disse Naruhito, que foi palestrante no Painel de Alto Nível (HLP1): Água e desastres naturais.

O príncipe, que até 2015 era presidente honorário do Painel Consultivo sobre Água e Saneamento do Secretariado-Geral da ONU, participou ainda, como ouvinte, no Painel de Alto Nível (HLP04): Crises hídricas no Brasil, e no Painel de Alto Nível (HLP6): Parcerias inclusivas, multi-institucionais e governança participativa.

Em sua terceira visita ao país – as duas primeiras foram em 1982 e em 2008, por ocasião das comemorações do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil –, Naruhito desembarcou no Aeroporto Internacional de Brasília no dia 18 e desta vez sua estada restringiu-se ao Distrito Federal.

Temer

Sua agenda incluiu um almoço oferecido pelo presidente Michel Temer (PMDB) no Palácio do Planalto e uma visita ao Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado (Embrapa Cerrados).

Na conversa com Naruhito – uma das sete que teve no dia 19 com chefes de governo e chefes de Estado que estiveram no Brasil para participar do Fórum – Temer lembrou sua visita ao Japão em 2016.

⁸³ Texto elaborado de acordo com informações da Agência Brasil.

Na ocasião, a viagem oficial do presidente ao Japão – a primeira visita de um chefe de Estado brasileiro ao país em 11 anos – teve como um dos principais resultados o reforço da parceria estratégica entre os dois países. Durante três dias (18, 19 e 20 de outubro), Temer participou de encontros com empresários, de uma reunião de trabalho com o primeiro-ministro japonês, Shinzo Abe, e foi recebido pelo imperador Akihito. Além disso, o governo brasileiro assinou um acordo na área de infraestrutura.

O príncipe, por sua vez, contou ao presidente sobre a visita que fez à Embrapa Cerrados no dia anterior (18) e destacou os resultados positivos da cooperação dos dois países na agronomia

Parceria

Aliás, a visita à Embrapa Cerrados, distante 35 quilômetros do centro de Brasília, foi um pedido pessoal de Naruhito, que já havia visitado o local em 1982. O interesse do príncipe justifica-se. Afinal, a Embrapa teve, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, uma forte parceria com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (Jica). Com essa parceria, foi possível, por exemplo, avançar nas pesquisas de correção do solo ácido do Cerrado. Com conhecimento técnico e equipamentos japoneses, a Embrapa conseguiu plantar com sucesso soja, café, milho, algodão, dentre outras culturas.

“Nós recebemos equipamentos muito importantes num momento em que era difícil estruturar e montar laboratórios. A cooperação japonesa teve um papel muito importante no desenvolvimento desta unidade”, disse o presidente da Embrapa, Maurício Lopes. “Parcerias como a Embrapa-Jica ajudaram o Brasil a transformar seus solos, grandes extensões de solos pobres e ácidos, em solos férteis. Ajudou a tropicalizar cultivos e também no desenvolvimento de práticas sustentáveis”, completou.

Desta vez, em companhia do presidente da empresa, Naruhito visitou duas fazendas. Lá, ele conheceu as plantações de café, soja e cana-de-açúcar.

Café robusta

O príncipe acompanhou explicações sobre tecnologias e projetos desenvolvidos pela Embrapa, como o conceito “carne carbono neutro”, o sistema Integração Lavoura-Pecuária, além do processo de inoculação, por meio do qual bactérias fixadoras de nitrogênio são adicionadas às sementes das plantas antes da semeadura nas lavouras de soja.

No campo experimental de café, o príncipe fotografou o funcionamento de um sistema de irrigação e teve informações sobre o café robusta produzido no Cerrado, uma das melhores regiões na produção de cafés de qualidade e valor de mercado. Durante toda a visita, Naruhito revelou muito interesse nas informações, em especial as relacionadas às formas de uso sustentável da água na atividade agrícola e proteção do solo, uma das estratégias que mais têm mobilizado a atenção da pesquisa, voltada à busca cada vez maior da sustentabilidade no campo.

“Ele ficou bastante impressionado de ver o café robusta no Cerrado. O Brasil é muito conhecido como produtor do café arábica, mas cada vez mais o café robusta ganha expressão. É um café muito importante para se fazer o café solúvel, cafés de alta qualidade e de alto valor no mercado”, disse Lopes após o encontro

Masato Kobayashi

O presidente da Embrapa destacou ainda durante a visita as tecnologias que vêm sendo desenvolvidas com a cana-de-açúcar, assim como o potencial brasileiro na produção de etanol, que já garantiu ao país a liderança mundial do setor, especialmente no que diz respeito à tecnologia que permite maior produtividade. Sobre os mais de 40 anos de pesquisa da Embrapa, Maurício Lopes relatou ao príncipe herdeiro um panorama das diversas áreas que têm concentrado a atenção dos pesquisadores da empresa, como controle de pragas e melhoramento genético.

Além dos campos experimentais da Embrapa Cerrados, o príncipe Naruhito esteve no Jardim Masato Kobayashi, inaugurado durante as comemorações do Centenário da Imigração Japonesa, em 2008. O local é uma homenagem ao ex-coordenador administrativo da Jica que pediu que suas cinzas fossem depositadas nos jardins da Unidade. Kobayashi faleceu em 1981.

Ao final da visita da comitiva estrangeira, o presidente Maurício Lopes presenteou o secretário para Assuntos Agrícolas da Embaixada do Japão, Masao Mitsuhiro, com as duas publicações especiais editadas pela Embrapa, *Flores Tropicais* e *Animais do Descobrimento*.

Comunidade

Também como parte da agenda, no dia 18, o príncipe participou de uma recepção na Embaixada do Japão, em Brasília. Estiveram presentes políticos, autoridades e membros da comunidade nikkei de várias regiões brasileiras (Distrito Federal, Sul do Brasil, São Paulo, São Paulo e Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Nordeste, Belém e Manaus).

De São Paulo, estiveram presentes, entre outros, a presidente do Bunkyo (Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social) e da Comissão para Comemoração dos 110 Anos da Imigração Japonesa no Brasil, Harumi Goya; o presidente do Comitê Executivo da Comissão, Yoshiharu Kikuchi; o presidente do Kenren (Federação das Associações de Províncias do Japão no Brasil), Yasuo Yamada; o presidente do Enkyo (Beneficência Nipo-Brasileira de São Paulo), Akeo Yogui; o presidente da Fenivar (Federação das Entidades Nikkeis do Vale do Ribeira), Toshiaki Yamamura; o presidente do Conselho Deliberativo da Uces (União Cultural e Esportiva Sudoeste), Yasuhiro Fukuju; o presidente da Federação das Associações Nipo-Brasileiras da Noroeste (Setor 3) e presidente da Associação Cultural Nipo-Brasileira de Guaraçai, Shoji Korin; o presidente da Associação Brasileira de Ex-Bolsistas do Gaimusho Kenshusei, Marcelo Hideshima; a presidente da JCI Brasil-Japão, Patricia Murakami; o gerente de operação da Japan House São Paulo, Claudio Kurita; o presidente da Asebex (Associação Brasileira de Ex-Bolsistas no Japão), Felipe Takashi Rios Hokama; o ministro aposentado do STJ Massami Uyeda; e o presidente do Ciate (Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior), Masato Ninomiya; além dos deputados federais Walter Ihoshi (PSD-SP), Junji Abe (PSD-SP) e Keiko Ota (PSB-SP).

Emoção

Divididos em nove grupos, os participantes – cerca de 50 – tiveram perto de um minuto para conversar com o futuro imperador do Japão. A abdicação do imperador Akihito, de 84 anos, a primeira a ocorrer no Japão em mais de 200 anos, desde a do imperador Kokaku em 1817, está marcada para o dia 30 de abril de 2019.

Claudio Kurita, que já havia estado com o príncipe em 2008, considerou este novo encontro “emocionante”. “Ele me perguntou três pontos, basicamente: se estavam acontecendo muitos eventos na Japan House, a quantidade de público e a importância desse projeto para o Brasil”, explicou Kurita.

Quem também comemorou a oportunidade foi a presidente da JCI Brasil-Japão, Patricia Murakami. “Poder participar da recepção foi a experiência de uma vida. Nunca em minha existência pensei que teria a oportunidade de estar tão próxima dele e, mais ainda, que fosse cumprimentá-lo com um aperto de mão”, destacou Patrícia, afirmando que “a experiência foi ainda mais especial, pois tive a oportunidade de comentar sobre o trabalho da JCI Brasil-Japão”.

Segundo ela, Naruhito perguntou sobre a quantidade de associados e tipos de projetos desenvolvidos. “Comentei que atualmente somos 56 associados jovens, de 18-40 anos e focados no desenvolvimento de projetos sociais, como, por exemplo, o projeto de inclusão digital da terceira idade e organização de mutirão de limpeza na cidade de São Paulo, entre outros”, contou. “Ele nos parabenizou e pediu que continuássemos com o nosso belo trabalho”, disse Patrícia, que assumiu a Presidência da JCI Brasil-Japão em fevereiro deste ano.

Para o ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Massami Uyeda, “estar na presença do príncipe herdeiro do Trono Imperial do Japão, já na iminência de tornar-se imperador, ante o comunicado de que Sua Alteza Imperial, o Imperador Akihito, em breve, renunciará ao Trono, em razão de problemas de saúde, é motivo de muito orgulho para um nissei, filho de imigrantes japoneses que aqui chegaram há exatos 101 anos”, disse Uyeda, lembrando que sua família por parte da sua mãe, vinda de Saga-ken, desembarcou em Santos, no ano de 1917.

Primeiro nikkei a alcançar o cargo de ministro do STJ, Uyeda disse que se considera “uma pessoa privilegiada”. “Em 1971 estivemos com o então príncipe Akihito, no Palácio Imperial, em Tóquio, como membro do Gaimucho-Kenshusei, e, em 1978, tivemos a oportunidade de reencontrar o príncipe Akihito, no Palácio dos Bandeirantes, quando de sua visita ao Brasil. E, em 2008, por ocasião da comemoração do Centenário da Emigração Japonesa para o Brasil, estivemos na recepção oficial no Hotel Okura, em Tóquio, com o atual imperador Akihito e também com o príncipe Naruhito”, lembrou o ministro, que foi agraciado pelo governo japonês com a Ordem do Sol Nascente, Estrela de Ouro e Prata.

“Em todas estas ocasiões, apesar da rigidez do protocolo, pudemos trocar breves palavras e, da parte de suas Altezas, o que nos impressionou foi o grau de conhecimento da realidade brasileira”, disse, acrescentando que, com relação ao príncipe, como Membro Honorário da Comissão de Festejos da Presidência da República para as festividades do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, esteve com Naruhito em 2008 em oito ocasiões – quatro almoços e quatro jantares. Assim, no domingo dia 18 de março de 2018, apesar do rígido protocolo, sorridente, o príncipe fez questão de cumprimentar a cada um de nós, que formávamos o Grupo 9, com um forte aperto de mão, o qual ficou mantendo por todo o tempo (cerca de um minuto), em que os cumprimentos foram trocados.”

Magnanimidade

“Quando da minha vez, também Sua alteza dirigiu-se a mim, com um aperto de mão e nós fizemos nossa apresentação, dizendo nosso nome e nosso cargo. Feito isto, em complemento, pudemos rememorar a satisfação do reencontro e externar nossa satisfação de encontrá-lo em boa forma e recomendar-lhe votos de vida longa e saudável, para ele e também para sua família. Pudemos perceber que ele estava feliz com o reencontro, porque seu semblante assim o expressava. E, na despedida, os acenos e as inclinações recíprocas”, disse Uyeda, destacando que um momento de “grande significado para a individualidade dos que estiveram na recepção foi quando Naruhito posou com o grupo uma fotografia. Foi uma postura gentil e amiga do futuro Imperador do Japão, retratada num gesto de grande magnanimidade”, afirmou Massami Uyeda.

17.8 Homenagem a Dona Margarida Watanabe

Dona Margarida Watanabe

Mãe da colônia japonesa no Brasil

Extraído da obra: “O sol gira sobre terras selvagens”

– Kyuyo Kishimoto” – 1958, Editora Koya

Por Aldo Shiguti

Redator-chefe do Jornal Nikkey

À sombra do sucesso alcançado pelos quatrocentos mil conterrâneos no Brasil, muitas tragédias ocorreram. O hino triunfal quanto pranto não esconde daqueles que ficaram no caminho! “Às costas de um general vitorioso, dez mil soldados anônimos expõem suas ossadas abandonadas no campo de luta” – essa é a triste regra das batalhas. Quantos da massa de emigrantes que buscaram a sorte em plagas estrangeiras não se feriram ou pereceram! A presença da Dona Margarida Watanabe, que com dedicação estendeu sua mão carinhosa aos anônimos perdidos em vale de lágrimas, não é apenas um orgulho para a colônia, como também, podemos sim dizer, para todo o Brasil. O socorro que levou aos 6.500 imigrantes japoneses da região litorânea de Santos, vitimados por fome e frio durante a confusão estabelecida com o decreto de expulsão deles da área, e também às famílias daqueles que foram encarcerados por suspeitas diversas, trabalhando incansavelmente por dias e noites a fio foi de levar às lágrimas até os corações mais empedernidos.

Educação recebida de casal de idosos estrangeiro

O nome de família da Dona Margarida antes de se casar era Ikegami. Ela nasceu Tomi Ikegami. Seu pai administrava uma empresa de grande porte especializada em pesca de bonitos, estabelecida na cidade de Makurazaki, distrito de Kawanabe, Província de Kagoshima. Faliu, entretanto. Tomi, que perdera a mãe quando criança, viu-se assim desde cedo entregue aos rigores do destino. A saudade da mãe e os anseios de realização de seus pacíficos sonhos juvenis a fizeram vir para o Brasil em 1912, aos 11 anos de idade apenas, vencendo léguas sobre o mar a bordo do navio Kanagawa Maru. Uma tia, esposa do

senhor Kenji Kida, e um tio, o senhor Tsunenori Ikegami, já viviam nessa época no Brasil. Tomi emigrou ao Brasil à procura deles integrando a família de Suejiro Torigoshi. A situação dos imigrantes japoneses nesse período inicial da imigração era terrível. Famílias viviam amontoadas em um só quarto no fim da ladeira da rua Conde de Sarzedas em São Paulo. Os sonhos de Tomi de nova vida se esfacelavam melancolicamente.

Um mês após a chegada ao Brasil, Tomi empregou-se como doméstica na família do dr. Celestino, médico famoso de São Paulo.

Tomi foi bem recebida pela família do dr. Celestino, onde uma criança japonesa era novidade.

Muito trabalhadora apesar da idade tenra, rápida para compreender, honesta e bem-educada, foi tratada com muito carinho. Acompanhava a filha a caminho da escola de belas artes, e recebeu dela instruções sobre artes manuais. Esse casal idoso de estrangeiros contratou também um professor particular para lhe dar aulas de português, e, enfim, criou-a até com mais carinho que a própria filha. A vida de Tomi, que passava a considerar o Brasil sua própria casa, foi toda ela formada nesse ambiente.

A esposa do Dr. Celestino era uma senhora profundamente religiosa, e assim, a família inteira era constituída de pessoas bondosas. Mas ela, em particular, amou a criança japonesa como se fosse a própria filha. A primeira educação recebida por esse espírito infantil ignorante de tudo foi adorar a Deus com as palavras da oração matutina.

Tomi se entregou à religiosidade desse lar piedoso, e à medida em que se via envolvida pelas almas das pessoas bondosas, esquecia por completo a desilusão que a vida miserável da fazenda de café proporcionara, e as horas de pranto incontido, de saudade dos pais por que passara, estendendo o olhar ao longe, em direção aos céus do Japão. E enquanto crescia envolvida pela piedade e pelo calor do afeto da velha senhora, superior até ao de uma mãe biológica, despontava nela o amor à humanidade da Dona Margarida de anos depois. As sementes das atividades sociais derivadas desse amor estavam sendo lançadas já nessa fase da sua vida.

O ambiente na juventude forma o espírito das pessoas. São poucas as pessoas que abandonadas, se tornaram importantes. Ninguém progride sem ser instruído e educado. Até se diz que mesmo cavalos caros, de bom pedigree, acabam transformados em meras cavalgaduras de carga se forem abandonados.

As chuvas sobre as Montanhas Rochosas nos Estados Unidos caem a oeste ao capricho da brisa e se transformam em águas do Oceano Atlântico. Quando caem a leste, percorrem longas distâncias até se fazerem águas do Pacífico. Milhares de léguas separam o destino dessas águas, a leste e a oeste. Da mesma forma, a vida de uma pessoa segue rumos diversos dependendo do ambiente e da educação na adolescência. Por diversas vezes Tomi pedira à sua mãe de criação para ser batizada, mas ela não lhe dera essa autorização. “Ainda é cedo, espere mais um pouco” – assim ela determinara.

A fé construída de noite para o dia nada significava. A verdadeira fé resultava de longos anos de fortalecimento necessário para torná-la inabalável ante as vicissitudes da vida, e não poderia ser conseguida senão ao atingir a idade madura. Assim, sua mãe a encaminhara para a fé, mas a conservara durante seis anos em observação para certificar-se de que ela não viria a ter dúvidas no futuro. E chegado o momento, quando ela julgou que Tomi já estava amadurecida, deu-lhe a aprovação para o batismo.

Inteligente e reservada, possuidora de forte senso de responsabilidade, Tomi recebia toda confiança da sua mãe de criação e do doutor Celestino. Guardava a chave do cofre da residência dessa família tradicional e cuidava de tudo como se fora a governanta da casa.

O casamento miraculoso

Após 14 anos de dedicação à família Burroul, o velho casal proporcionava à Tomi uma viagem ao Japão em agradecimento pelos excelentes serviços domésticos prestados.

As despesas tanto de viagem como de estadia foram todas custeadas pela família, um tratamento excepcional, nunca sonhado por alguém de tão pouca idade. Tomi pisava a saudosa terra natal, um presente valiosíssimo aos 25 anos apenas.

Essa viagem ao Japão constituía um grande anseio para Tomi, porque ela a considerava sua última viagem. Estava decidida a ingressar após a viagem ao monastério. Regressando à casa do Dr. Celestino, ela foi ajudar o padre Guido, que iniciara pregação do catolicismo entre os japoneses, ensinando o catecismo às crianças em português.

Cerca de 50 crianças participaram do primeiro batismo, ocorrido em 1926. Constava entre eles nomes como o de Yukishige Tamura, futuro deputado, e Massaki Ujihara, futuro médico.

Certo dia, ao procurar Dr. Takaoka e sua esposa para conversar sobre o batismo da filha deles, recebeu do casal uma proposta de casamento.

A mãe do Dr. Celestino lhe dissera certa vez: “Se você não quiser casar-se, eu lhe deixarei herança suficiente para que possa viver o resto da vida com minha irmã”. Tomi, que a considerava sua mãe, contou a ela sobre a proposta de casamento sugerida pelo Dr. Takaoka. A velha senhora permaneceu por um momento calada e de olhos cerrados, mas respondeu depois com voz tranquila:

“Quem sabe o casamento seja uma bênção para você”.

Foi para Tomi uma resposta de todo inesperada.

“Mas por que, mãe?!”

“As pessoas nascem com dons diferentes, e assim, não há uma única maneira de servir a Deus. Algumas mulheres servem ao Senhor como freiras, outras se casam e prestam serviço a Ele desde o seio da família e da sociedade, para a sua glória. Isso é, porém, bastante espinhoso, não é para qualquer mulher. Mas você é capaz de mostrar a glória divina no meio da multidão. Conduzir a sociedade a Deus é um trabalho muito grande, mas você pode realizá-lo”.

Tomi, porém, não conseguia aceitar essas palavras de sua mãe.

Em primeiro lugar, havia a incerteza nesse casamento com um homem desconhecido. E depois, não lhe era possível abandonar simplesmente o sonho longamente curtido, de ingressar na vida monástica. Assim, ela se escondeu na mansão da família em Mogi das Cruzes, onde a mãe, preocupada, foi buscá-la.

E repetiu: “Creio que é melhor você se casar”.

As palavras repletas de verdade, ditas por sua mãe de criação de quem recebeu mais amor e cuidados que da mãe biológica levaram Tomi a recompor-se e voltar a São Paulo. Ela consultou isoladamente três padres aos quais respeitava sobre o caminho a seguir, se devia casar-se ou tornar-se freira. Os três lhe aconselharam a casar-se.

Diante do primeiro obstáculo posto em sua vida, Tomi sentiu as agruras de professar uma fé. Quem vive em fé é algumas vezes obrigado a seguir direção oposta às suas convicções fervorosas.

É fácil seguir adiante segundo experiência e convicções próprias, mesmo porque assim o futuro é previsível. O caminho alternativo, por rotas nunca imaginadas, se perde na escuridão.

Lá estarão à espera riscos e perigos sem conta. Mas também, lá se encontra a suprema Vontade do Ser invisível. Ter fé é abrigar na alma a crença nesse Ser Invisível, é seguir por esse único caminho convicto de ser ele o melhor de todos, rogando no fundo d'alma: “- Salva-me Senhor, proteja-me Senhor ...”; É unir vida e morte em um só espírito livre e desprendido, certo de que “por isto eu vivo, e por isto eu morro feliz”.

Viver segundo convicções próprias é viver no minúsculo casulo do próprio ser; é viver de sábias orientações oferecidas por outrem para assim ampliar e ultrapassar as próprias limitações. É viver a melhor vida que está no interior da própria alma. Dirão as pessoas que isso é felicidade ou infelicidade, mas o que elas enxergam é apenas o aspecto externo. Há infelicidades que não se mitigam nem dentro de um palácio, assim como se encontram sentimentos de gratidão mesmo dentro de um presídio.

A decisão pelo casamento, tomada por Tomi, nossa mãe salvadora da colônia – a Dona Margarida dos anos posteriores, foi guiada por sábias orientações. E depois de 8 meses de namoro na presença da mãe casou-se com o senhor Gihei Watanabe, estudante diligente que se formou na escola superior de comércio do Rio de Janeiro custeando ele mesmo seus estudos. O noivo, senhor Gihei, tinha nessa época 30 anos e a noiva Dona Margarida, 27 anos. Ela prestara ao todo 17 anos de serviço à família do Dr. Celestino.

Atividades durante a guerra impropérios dirigidos aos japoneses

O rompimento de relações diplomáticas entre Brasil e Japão ocorreu em 29 de janeiro de 1942. Imediatamente, dezenas e centenas de japoneses foram conduzidos ao cárcere por suspeitas diversas. Entre seus dependentes, alguns começavam a viver abandonados na rua, mas nada se podia fazer, pois, os consulados e as embaixadas haviam sido fechados. Nessa situação, grandes empresas de capital japonês, entre elas Tozan, Bratak, Hachiya, Brascott, Kaikyo e Tomen fundaram a Comissão Católica Japonesa de São Paulo (Nihonjin Kyusaikai) com fundos doados por eles. A época era de guerra, e a formação de partidos políticos ou associações por indivíduos considerados povo inimigo estava proibida. Assim, para evitar suspeitas e deixar claro que a Comissão tinha por bandeira a assistência social, ela foi colocada sob a autoridade de D. José Gaspar de Affonseca e Silva, Arcebispo de São Paulo e registrada como entidade religiosa. Dona Margarida Watanabe foi nomeada Diretora Presidente.

A Espanha era considerada país neutro. Em 7 de julho de 1943, o Consulado Espanhol de Santos telefo-

nava à Associação para comunicar que os japoneses residentes na área litorânea haviam sido expulsos, e que o Consulado enviara quinhentos japoneses assim despejados para São Paulo. Avisados, o diretor Keizo Ishihara e o contador Masaru Takahashi se puseram em campo para procurar por toda parte esses japoneses, mas não conseguiam encontrá-los. Contudo, determinados como estavam em socorrer os conterrâneos em dificuldade, intensificaram a procura, até descobrirem por fim, ao cair da tarde, que eles haviam sido enviados à Casa dos Imigrantes. Os quinhentos compatriotas haviam sido expulsos de suas casas com a roupa que vestiam, e não haviam comido nada desde a manhã. Assim, foram comprar pão, café, leite e doces que distribuíram para os desabrigados.

Na manhã seguinte, outros quinhentos japoneses vieram enviados em trem de carga. Isso se repetiu todos os dias. Após uma semana, 6.500 japoneses estavam alojados na Casa do Imigrante.

Aconteceu que em 6 de julho de 1943, dois navios a vapor americanos e 3 brasileiros abarrotados de mantimentos e material bélico haviam zarpado do porto de Santos ao cair da tarde, e foram afundados por submarino alemão. Isso havia dado causa ao despejo imediato da população inimiga da área litorânea, alemães e japoneses, e ao transporte deles para São Paulo em trens de carga.

Era julho. As noites estavam frias e garoava. Não havia colchões ou cobertores. Mães e filhos passavam a noite abraçados em esteiras estendidas sobre o piso gelado de concreto, sem poderem dormir. Esse espetáculo deprimente era inadmissível, do ponto de vista humanitário. Um plano de socorro foi traçado: pedir a parentes e amigos dos imigrantes expulsos, residentes em São Paulo e cercanias, que os acolhessem em suas casas. Por sorte, as autoridades militares deram consentimento a esse plano, o que aliviou a situação. Mas muitos não tinham ainda aonde ir.

Eram milhares de pessoas nessa situação. A solução encontrada foi distribuí-las pelas fazendas das regiões noroeste, sorocabana e paulista onde viviam muitos japoneses. A Comissão preparou lanches de sanduíche de salame, laranja e banana, e fez com que cada um dos remanescentes viajasse com o lanche nas mãos. A preparação desses lanches era um trabalho enorme. Senhoras da Comissão foram convocadas para ajudar nesse trabalho. Elas atenderam ao chamado e montaram os sanduíches na Casa dos Imigrantes.

Uma outra equipe se encarregou de levantar e registrar o destino de cada pessoa: para onde estavam indo, e quem os recebia. Esse trabalho levou duas semanas para ser concluído. Cuidar dos desalojados de Santos levou um mês e meio. Nesse tempo, duas pessoas enlouqueceram. Abortos ocorreram entre senhoras grávidas, provocados pelas noites de frio passadas sobre o chão de cimento gelado, por estresse e fadiga. Muitos gemiam, acometidos por febre alta. A Associação cuidou de todas essas pessoas.

As vítimas da confusão provocada pela guerra teriam sido incalculáveis, não fosse a presença da Comissão.

Dona Margarida levou ela mesma os lanches de sanduíches e frutas que preparara para entregá-los dentro do trem aos desalojados de Santos que partiam para o interior. E com palavras bondosas, procurava confortar cada pessoa a quem entregava o lanche. Dizia: “Senhores, estou trazendo os lanches que preparamos. Desejo-lhes felicidade e boa sorte”. Nisso, um rapaz reclamou aos brados, raivoso: “Por que não trouxe nigirimeshi?”. Assustadas, as pessoas no vagão emudeceram ante a arrogância e grosseria do rapaz. Imediatamente, o diretor Keizo Ishihara se pôs à frente da Dona Margarida e, encarando o rapaz com firmeza, vociferou: “O que foi que você disse, rapaz?”

O senhor Ishihara fora em outros tempos marinheiro, e enfrentara mares bravios a bordo de navios em tráfego internacional. Assim, possuía traquejo em dominar desordeiros. Mostrava-se pronto a castigar o rapaz ingrato se ele ousasse responder, mas o rapaz, intimidado com a interferência inesperada, preferiu calar-se.

Terminado o trabalho de socorro aos despejados de Santos, iniciava-se um outro: O DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) iniciava caça aos suspeitos de espionagem. Cerca de 150 japoneses residentes no interior vieram presos a São Paulo, conduzidos sob escolta de soldados e investigadores para serem enviados ao cárcere. Vinham com a roupa do corpo apenas. Assim, a Comissão passou a entregar-lhes camisas, calças, meias, lenços, sabonetes, cartas e papéis em visitas de assistência aos encarcerados, para ajudá-los na situação difícil em que se encontravam.

A Comissão estava registrada como organização de caráter assistencial pertencente a sociedade religiosa. Assim, seus diretores tinham trânsito livre nas cadeias, como qualquer militar ou policial. Por esse motivo, familiares e parentes dos presos vinham até a Dona Margarida com comidas e outros artigos de necessidade para pedir-lhe que entregasse aos presos. Ela os atendia prontamente. Por outro lado, ela atendia também aos pedidos dos presos, de favores como compras e outros. Tanto era o trabalho que não encontrava tempo para descansar. Dedicava-se inteiramente de corpo e alma a essa pobre gente vitimada pela guerra movida por forte compaixão.

Entretanto, dissidências começavam a surgir entre os presos, que se dividiam em duas facções.

Pessoas conscientes da natureza da Comissão comandada por Dona Margarida formavam uma delas. A outra se compunha de pessoas hostis. Para os integrantes dessa facção, “essa gente (membros da Comissão) tem dinheiro do governo japonês. Nós somos vítimas desse governo. Exigimos tratamento melhor...”. Por isso, confrontavam a Comissão em tudo, com rancor.

Um deles chegou ao extremo de dizer: “Olha aqui, minha calça está rasgada! Vá comprar uma calça de casimira para mim!”

Certa vez, um homem chegou até Dona Margarida com um pedido: “Por favor, poderia me comprar cigarro? Não fumo há dias, e estou ansioso...”. Mais pessoas estariam nessas condições, pensou Dona Margarida, e foi prontamente comprar diversas caixas de cigarro. Abriu então o pacote, entregou ao homem um maço e se prontificava para distribuí-los entre os outros quando alguém se aproximou, e disse: “Te peguei, “cachorra” (japoneses espões da polícia que denunciavam seus compatriotas eram chamados de “cachorro”)! Então, você vem até a cadeia para ganhar mais dinheiro, vendendo essas coisas?”

Chamavam Dona Margarida de “cachorra”, ela que viera trabalhando noite e dia, mulher como era, empenhada de corpo e alma para aliviar o sofrimento dos conterrâneos. Era demais! Aquele homem nem se dera ao trabalho de verificar que ela comprara os cigarros para dar de presente a todos, e vinha lhe dizer que pretendia “ganhar mais dinheiro vendendo essas coisas”! Dona Margarida não achou palavras para contestar, diante de tamanho desaforo. Toda energia espiritual que a sustentara até aquele momento se desmoronava. A tristeza era tanta que nem chorar conseguia. Entregou todas as caixas a um homem, pediu-lhe que distribuisse a todos, e deixou o local em passos trôpegos. Esse desgosto, diz ela, não esqueceu até hoje.

Incompreensões, insultos e impropérios sempre perseguem aqueles que procuram fazer algo pelo bem da

humanidade, pelo bem do mundo, em qualquer época. Muitos não conseguem suportar essas agressões e sucumbem.

Mas Dona Margarida, frágil mulher, resistiu. E com perseverança, prosseguiu em seu caminho.

Presos pela polícia militar por suspeita de ligação com a Associação Kokuryu (“Dragão Negro”)

Existem pessoas que sentem inveja dos bem-sucedidos, e propalam maledicências ou publicam críticas nos jornais sobre eles. E há também aqueles que, quando são presos pela polícia em virtude de alguma suspeita, abrem a boca imediatamente para desviá-la a terceiros denunciando estes e aqueles. Assim, basta interrogar um para se chegar a cinco ou seis outros suspeitos. Inúmeros foram os casos de japoneses denunciados pelos próprios conterrâneos durante a guerra e no período pós-guerra, a ponto de surpreender a própria polícia.

A colônia japonesa agradecia e louvava as atividades dos diretores da Comissão dirigida pela Dona Margarida. Eles estavam gastando muito dinheiro para salvar seus conterrâneos em dificuldades. Tanto bastou para que alguém começasse a espalhar com ares de entendido que “eles se apossaram de grandes somas da verba secreta do governo japonês, e estão utilizando a fachada da assistência aos japoneses para enfiá-las em seus bolsos”. Bem diz um ditado japonês: “Basta um cão latir distraído para que todos outros passem a latir furiosamente”. Foi o que aconteceu. A suspeita levantada por um induziu outros a suspeitarem de pessoas que trabalhavam com sincera dedicação à causa dos compatriotas, levando-as a cair em nessa sórdida armadilha.

Japoneses irados, que diziam “ser inadmissível que enquanto nós estamos comendo o pão que o diabo amassou, traidores da pátria estejam explorando os conterrâneos”, e denunciaram a Comissão à polícia. O DOPS suspeitou que o serviço de espionagem japonês estivesse agindo acobertado sob a fachada da Comissão, e que essa pretensa sociedade religiosa tivesse conexões com a temida Sociedade do Dragão Negro liderada por Mitsuru Toyama.

O DOPS conduziu interrogatórios extremamente severos particularmente com respeito à origem dos fundos substanciais da Associação. Havia um problema: as grandes empresas comerciais administradas por japoneses que contribuíam para a Comissão estavam com os ativos congelados, e impedidos oficialmente de realizar doações em dinheiro. Assim, as doações saíam de fundos não contabilizados reservados a aplicações especiais, mantidos por quaisquer empresas comerciais de vulto. Mas isso não podia ser revelado, pois as empresas seriam penalizadas por crime de ocultação de bens. Dona Margarida se viu sufocada, encurralada em um beco sem saída. Não podia permitir que os dirigentes das empresas fossem penalizados e que o socorro aos conterrâneos em dificuldades fosse interrompido.

Os olhos penetrantes do major que conduzia o interrogatório faiscavam.

Dona Margarida, que conservara sua fé a vida toda, curvou a cabeça involuntariamente. E rezou, pedindo socorro e proteção a Deus. Como por milagre, sentiu que a calma voltava ao seu espírito. O coração se aquietou, sua mente readquiriu a lucidez perdida. O que devia declarar fluiu naturalmente dos seus lábios:

“Esse dinheiro foi doado por funcionários de seis grandes empresas comerciais de japoneses e por voluntários conscienciosos preocupados em socorrer conterrâneos em dificuldades”.

Disse ela em voz clara e confiante, sem mostrar sinal algum de perturbação.

A porta mais importante e perigosa havia sido aberta. O ambiente tenso e sufocante se desanuviava em um instante. A força espiritual da Dona Margarida que empenhava sua vida alcançava a alma do major.

“Entendi. Entendi muito bem. A senhora está livre, pode voltar para sua casa”.

Assim se resolveu. O interrogatório da Dona Margarida fora severo. Se estendera por cinco longas horas, um dos mais longos interrogatórios registrados pelo DOPS.

Deixou, contudo, uma vítima.

O diretor Keizo Ishihara deveria ter comparecido ao interrogatório munido de um atestado expedido pelo Arcebispo de São Paulo, que o qualificava como membro da diretoria de uma organização de assistência humanitária. Entretanto, Ishihara extraviara esse atestado e assim, não pode apresentá-lo ao oficial encarregado do interrogatório. Por isso, acabou preso e passou oito meses encarcerado.

Era época de guerra, e medidas posteriores não tinham efeito. As decisões eram tomadas na hora. Explicações e provas deviam ser apresentadas na hora, e se não fossem aceitas, o suspeito era detido “para investigações”, e abandonado na cadeia por seis meses ou um ano.

A Comissão salvou até hoje a vida de centenas e milhares de pessoas, estendendo a mão aos japoneses da colônia atingidos por infelicidades. A própria entidade enfrentou e venceu riscos de existência, consequência da fé profunda da Dona Margarida.

Um grão de trigo

A atuação da Dona Margarida durante a guerra em extensa frente de atividades foi simplesmente notável. Tanto assim que suas realizações, incomparáveis às de dezenas de outras associações assistenciais, chegaram aos ouvidos da autoridade máxima da igreja católica, o Papa. Isso moveu o Vaticano, que enviou por três vezes contribuições à Assistência Social aos Japoneses por intermédio de Dom Gaspar, núncio apostólico em Brasília. A Comissão foi a única no Brasil a ter atuação reconhecida pelo Vaticano e a receber contribuições dele. Isso se deve ao trabalho desprendido da Dona Margarida, inspirado no nobre sentimento de amor aos conterrâneos que ela revelou.

Outras contribuições vieram durante a guerra. Centenas de japoneses estavam sendo enviados à prisão e privados de suas posses. Crianças choravam famintas, as mães adoecidas. Dona Margarida assumia o papel de verdadeira mãe da colônia. Visitava os doentes em seus leitos, distribuía medicamentos e alimentos, emendava noite ao dia em trabalho insano para atendê-los. Nessa situação, a Cruz Vermelha da Suíça, país neutro, remetia contribuições por três vezes, por intermédio do arcebispo do Brasil. Foram recebidas com muita emoção, pois vinham em um período de grandes necessidades, mas sua fonte permaneceu em mistério durante a guerra. Terminada, porém, a guerra, descobriu-se que as contribuições tinham sido enviadas pela Casa Imperial japonesa. Essa revelação não só emocionou a Dona Margarida

até as lágrimas como também lhe serviu de estímulo. Ela jurou em sua alma levar avante suas atividades com entusiasmo inalterado. Verdade é que a fama da atuação de uma senhora bondosa cruzara o mundo e movera não só o Vaticano como também a Casa Imperial Japonesa.

Mas finalmente, a guerra devastadora terminava. As relações diplomáticas restabelecidas, o Japão enviava seus cônsules e embaixadores. A ordem voltava no seio da colônia japonesa. E com isso, cessava em princípio a missão da Comissão. Ela poderia ser dissolvida. Contudo, os males sociais não só continuavam assolando a colônia do período pós-guerra como se agravavam dia a dia: a incidência da tuberculose se intensificava dramaticamente, assim como a quantidade de órfãos, de idosos para serem encaminhados a asilos, de doentes mentais, de casos de moças perdidas, engravidadas fora do casamento... etc, etc. Os serviços de assistência social às vítimas da guerra haviam cessado, mas Dona Margarida não encontrava descanso. Assim não era possível dissolver a Comissão. A paz retornara, o dinheiro no bolso das pessoas também, e com ele o lazer e a prosperidade. Contudo, as mazelas da sociedade também se espalhavam, contaminando-a com o seu vírus.

Era necessário aliviar Dona Margarida em seu trabalho ingente, dar-lhe folga suficiente para poder descansar. Pensando nisso, Kyunosuke Kanegae, líder em mecanização da agricultura na região da Central do Brasil, doou um jipe à Comissão. Essa iniciativa auspiciosa arrancou gritos de alegria dos associados, mas Dona Margarida pensava em outras coisas.

Fato é que a quantidade de vítimas pobres de tuberculose estava crescendo vertiginosamente. Todas as instituições sanitárias de atendimento gratuito estavam tomadas, e outro recurso não havia senão aguardar por vagas, os doentes em estado precário. A situação se agravava enquanto aguardavam internação. Eram por demais numerosos, e Dona Margarida se afligia. Precisava encontrar jeito para socorrer essas pessoas, e nisso surgiu a doação do jipe. Pensou imediatamente em construir um sanatório, problema central das suas aflições, rifando o jipe. A rifa, realizada entre voluntários, rendeu a quantia substancial de 945 contos de réis. Com esse dinheiro, Dona Margarida iniciou a construção de um sanatório para 40 pessoas em Osasco, concluída com sucesso. Assim, um único jipe se transformara em hospital que iria salvar centenas de pessoas atingidas por um destino infeliz. Belo exemplo de um grão de trigo que se multiplicou centenas de vezes em farta safra.

Atualmente, a lista das pessoas sob os cuidados carinhosos de Dona Margarida inclui 2 tuberculosos, 66 idosos carentes, 10 órfãos, 2 ou 3 doentes mentais por mês, e igual número de crianças naturais (em grande parte gerados por relacionamento inter-racial). A despesa mensal necessária para o custeio está em torno de 44, 45 contos de réis, e é inteiramente coberta por doações de voluntários.

Todo Natal, os órfãos são presenteados com roupas, brinquedos e doces. Os idosos asilados recebem toalhas, sabonetes, meias e outros artigos de necessidade.

Número igual de homens e mulheres estão asilados no Sanatório de Juqueri.

As mulheres enlouquecem por motivo de desarmonia conjugal ou por doenças ginecológicas. E os homens, na maioria moços, em grande parte por doenças contraídas em prostíbulos, como sífilis cerebral.

Dos órfãos cuidados pela Associação, alguns se tornaram enfermeiros. Há também aqueles que ingressaram para a vida monástica.

Cresceram também os casos de moças envolvidas em tragédia. São dois os motivos: a falsa interpretação do liberalismo, que leva as moças a desobedecerem aos pais e agirem a bel prazer com resultados fatais; e a ansiedade das mães em casar as filhas, obrigando-as a um casamento indesejado, dando como resultado a rebeldia das filhas, a decepção e, com frequência a procura da vida monástica. São o retrato doloroso da face oculta da colônia. Com o progresso da civilização, o vírus da doença social se dissemina até as entranhas da sociedade. A grande missão da colônia está em socorrer essas vítimas de tragédia estendendo uma mão carinhosa a todas essas pobres criaturas. Por felicidade, Dona Margarida está empenhando sua vida em plantar flores vermelhas à beira da estrada cinzenta percorrida por elas. Dona Margarida é sem dúvida grande orgulho da colônia.

Já faz seis anos desde que ela perdeu seu marido, Gihei. Diz ela:

“Após perder meu marido, eu fui socorrida pela Comissão. Ao ver essas pessoas atormentadas por cruéis sofrimentos, gemendo no vale de lágrimas, penso que sou ainda feliz. Se pude me dedicar ao serviço social apesar de ser dona de casa foi porque contei com a profunda compreensão do meu finado marido. E também pelo apoio que recebi dos meus colaboradores Frei Bonifácio, Masaru Takahashi, Keizo Ishihara e Chibata Miyakoshi.”

Neste ano, Dona Margarida completa 57 anos de idade (nasceu em 1900). Sua personalidade amadurece cada vez mais. Suas palavras e ações repletas de carinho, produzidas por seu espírito nobre e elevado, fazem jus a que milhares de pessoas a adorem como “mãe da colônia”.

Encerro estas linhas desejando à nossa Mãe da Colônia eterna felicidade.

Nota da redação

O texto aqui transcrito, de autoria do jornalista Kyuyo Kishimoto, se baseia em uma entrevista concedida pela Dona Margarida (Margarida Tomi Watanabe, 1900 ~ 1996, Kagoshima) ao jornalista. O texto foi publicado inicialmente em 1951 na revista Koya-no-Hoshi (edição de junho de 1951) sob o título “Margarida Watanabe e os que sofrem em vale de lágrimas”, e reproduzido na obra posterior acima referenciada do mesmo jornalista.

Tomi Ikegami nasceu em 1900, filha primogênita de um pescador de bonitos de Makurazaki, Província de Kagoshima. Para ajudar a família endividada com a escassez de peixes, veio para o Brasil em abril de 1912, com apenas 11 anos de idade, a bordo do navio Kanagawa Maru, em companhia de parentes. Começou a trabalhar como empregada residente na família do Dr. Celestino Burroul, médico do hospital Santa Casa. Mesmo criança, enviava dinheiro à família para pagar as dívidas. Com essa família, aprendeu, enquanto trabalhava nos afazeres domésticos habituais, etiqueta e linguagem refinados e se batizou aos 18 anos de idade.

Casou-se aos 27 anos com o contador Gihei Watanabe. Em janeiro 1942, a ditadura de Getúlio Vargas rompeu relações diplomáticas com os países do Eixo. Os imigrantes japoneses passaram então à condição de povo inimigo e receberam esse tratamento, e em março, muitas fazendas e empresas da colônia tiveram seus bens congelados. Em junho, diversos líderes da colônia foram recolhidos à prisão por suspeita de espionagem. Dona Margarida deu início nessa época às atividades da Comissão Católica Japonesa de São Paulo com o apoio de D. José Gaspar de Affonseca e Silva, Arcebispo de São Paulo. No

ano seguinte, em 1943, cuidou dos 6.500 imigrantes japoneses abandonados no porto de Santos, estendendo-lhes a mão quando eles mais necessitavam de auxílio.

Em 1940, fundou a Associação Católica Nipo-Brasileira, da qual se tornou presidente. Em 1953, instituiu a Assistência Social Dom José Gaspar, no período em que muitos imigrantes japoneses estavam passando por dificuldades. Problemas de toda natureza eram levadas a Dona Margarida, que se empenhou seriamente em resolvê-los. Por ocasião da comemoração do 50º Aniversário da Imigração Japonesa, fundou o asilo para idosos Ikoi-no-sono (“Jardim de Repouso”). E por 74 anos desde a guerra, dedicou-se à assistência social. Foi agraciada em 1978 pelo governo japonês com a medalha de 4º Grau da Ordem da Coroa Sagrada. Em 1992 recebeu o Prêmio Eiji Yoshikawa, e em 93, o Prêmio Assistência Social da Empresa Mainichi. Faleceu em 12 de março de 1996, aos 95 anos de idade. Em 2015, iniciou-se no Japão um projeto para descrever sua vida em um filme. Corre no vaticano um pedido de canonização de Dona Margarida.

ANEXOS

Anexo I

Relação dos ex-bolsistas brasileiros do “Gaimusho Kenshusei”

No de ordem	Nome dos bolsistas	Profissão	Cidade de origem	UF	Ano da Viagem
01	Adolfo Massayuki Yamashita	Economista	Olinda	PE	1975
02	Akihiro Yonekura	Engenheiro	São Paulo	SP	1980
03	Akira Nakadaira	Médico	Marília	SP	1966
04	Aldo Takahashi	Engenheiro civil	São Paulo	SP	2002
05	Alexandre B. Yamanouth	Economista	Belém	PA	1988
06	Allen Antonio Ono da Silva	Major Pol. Militar	Manaus	AM	1996
07	Américo Utsumi	Advogado	São Paulo	SP	1978
08	Armando Sitiro Shimi	Promotor Público	Catanduva	SP	1970
09	Armando Yoshikazu Kihara	Cel. Exército	São Paulo	SP	1996
10	Aroldo Satake	Empresário	Brasília	DF	1992
11	Aurélio Nomura	Parlamentar	São Paulo	SP	2007
12	Bonifácio Takegawa	Médico	Botucatu	SP	1998
13	Brasilino Kimura	-	Cotia	SP	1978
14	Caio Mori	Advogado	São Paulo	SP	1968
15	Canji Hirano	Arquiteto	São Paulo	SP	1984
16	Carlos Alberto Nakamura	Empresário	Petrolina	PE	1996
17	Coji Yanaguita	Cel. Pol. Militar	São Paulo	SP	1989
18	Décio Haniu	Economista	São Paulo	SP	1992
19	Deoytsu Kayano	Advogado	Belém	PA	1967
20	Douglas Kimura Ono	Empresário	São Paulo	SP	1994
21	Edson Kuwabara	Engenheiro	São Paulo	SP	2013
22	Eduardo Hitori Nagao	-	Rio de Janeiro	RJ	1984
23	Eduardo Nikaya Hatiro	-			1985
24	Fernandy Ito	Publicitário	São Paulo	SP	1982
25	Geraldo Yamada	-	Curitiba	PR	1992
26	Hadjimi Icuno	Agrônomo	São Paulo	SP	1976
27	Hideki Hirashima	Juiz do Trabalho	São Paulo	SP	1987
28	Hirofumi Takito	Odontólogo	Campinas	SP	1986
29	Hiromi Yamaguchi	Médico	Maringá	PR	1976
30	Hiroshi Onita	Fiscal de Renda	São Paulo	SP	1977
31	Hiroshi Takano	Agrônomo	Brasília	DF	1979
32	Hiryoshi Yamaguchi	Func. JICA	São Paulo	SP	1977
33	Hirayuki Kobayashi	Advogado	São Paulo	SP	1965
34	Isao Konno	Arquiteto	São Paulo	SP	1966
35	Ital Imamura	Advogado	São Paulo	SP	1983
36	Izumo Honda	Engenheiro	São Paulo	SP	2000
37	Jairo Uemura	Engenheiro	São Paulo	SP	2013
38	Jiro Tanaka	-	Mirandópolis	SP	1974
39	Jô Tatsumi	Juiz de Direito		SP	1977
40	Joji Ariki	Prof. Universitário		SP	1983

41	Jorge Kuma Sototuka	Médico		SP	1999
42	Jorge Moriyama	Delegado de Polícia	São Paulo	SP	1978
43	José Kiyoshi Taniguti	Major Pol. Militar	São Paulo	SP	1993
44	José Sakae Takeshita	-	Salvador	BA	1995
45	Julio Haruiti Ikuno	-			1985
46	Katsumi Sanda	Advogado	São Paulo	SP	1976
47	Katsuto Matsumoto	Jornalista	São Paulo	SP	1977
48	Kazuo Matsumoto	Engenheiro	Rio de Janeiro	RJ	1973
49	Kazuo Watanabe	Juiz de Direito	São Paulo	SP	1965
50	Kentaro Takahara	Economista	Londrina	PR	1980
51	Keny A. Konasugawa	-	Manaus	AM	1982
52	Kihatiro Kita	Advogado	São Paulo	SP	1990
53	Kitisi Yamauti	Advogado	Lins	SP	1967
54	Kiyoshi Harada	Procurador Municipal	São Paulo	SP	1984
55	Kiyoshi Ishitani	Advogado	Curitiba	PR	1975
56	Kodi Edson Kojima	Médico	São Paulo	SP	2002
57	Koitiro Hama	Engenheiro	São Paulo	SP	1980
58	Koto Nakai	Odontólogo	São Paulo	SP	1981
59	Lauro Couti Inagaki	Engenheiro civil	Belém	PA	1974
60	Leo Sussumu Ota	Publicitário	São Paulo	SP	2000
61	Leonardo R. Katori	Arquiteto	Brasília	DF	1995
62	Luiz M. Taguchi	Magistrado	Maringá	PR	1978
63	Luiz Ossamu Sanda	Médico oftalmo	São Paulo	SP	1988
64	Luiz Shoji Aoyama	Engenheiro	São Paulo	SP	1991
65	Lyiji Okada	Advogado	Ipanema	RJ	1971
66	Maçahiko Tiçaka	Engenheiro civil	São Paulo	SP	1967
67	Marcus Vinícius K. Onodera	Juiz de Direito	São Paulo	SP	2013
68	Makoto Takahashi	Médico	Rio de Janeiro	RJ	1967
69	Mario Massanori Iwamizu	Advogado	S. B. do Campo	SP	1988
70	Mario Osassa	Advogado	São Paulo	SP	1965
71	Mario Sussumu Okubo	Executivo	Sorocaba	SP	1995
72	Mario Toshimi Kato	Empresário	Brasília	DF	1988
73	Massahi Tegoshi	Engenheiro eletr.	Brasília	DF	1981
74	Massami Kobo	Engenheiro eletr.	São Paulo	SP	1986
75	Massami Miki	Político	Manaus	AM	1992
76	Massami Uyeda	Promotor Público	São Paulo	SP	1971
77	Massao Kuriki	Médico	Brasília	DF	1980
78	Mercio Mitsuo Kuramochi	Odontólogo	São Paulo	SP	1997
79	Michiko Okuyama	Professora	Caçador	SC	1996
80	Mikihiko Ikeda	Médico	Belém	PA	1972
81	Milton Hiwatashi	Engenheiro	Porto Alegre	RS	1988
82	Mitsuo Ono	Engenheiro	São Paulo	SP	1969
83	Mitsuo Marubayashi	Adm. Empresas	São Paulo	SP	1973
84	Naomatsu Yamazaki	-	Salvador	BA	1983
85	Niwtan Koji Uchida	Func. SEPLAN	Brasília	DF	1983

86	Nobuteru Matsuda	-	Curitiba	PR	1970
87	Osame Sakamori	-	Curitiba	PR	1984
88	Oscar Tetsuo Urushibata	Engenheiro	Taubaté	SP	1997
89	Paulo Hiroshi Mitsui	Médico	São Paulo	SP	1970
90	Raimundo Uezono	Economista	São Paulo	SP	1996
91	Reimei Yoshioka	Sociólogo	São Paulo	SP	1979
92	Reizo Nishi	Cel. Pol. Militar	São Paulo	SP	1968
93	Renato Riotaro Takiguti	Juiz de Direito	São Paulo	SP	1986
94	Renato Tsuneyasu Yamada	Médico urologista	São Paulo	SP	1981
95	Roberto Kenji Nakama	Odontólogo	Londrina	PR	1981
96	Roque Komatsu	Juiz de Direito	São Paulo	SP	1973
97	Riuti Yoshida	-	São Paulo	SP	1985
98	Rui Kiyoshi Hara	Médico	Curitiba	PR	1995
99	Saburo Sugisawa	Médico	Curitiba	PR	1969
100	Sadaho Yokomizu	Médico	Arapongas	PR	1965
101	Satomi Iura	-	Lages	SC	1979
102	Seiji Sato	Industrial	Rio de Janeiro	RJ	1980
103	Shuatiro Wada	Médico	Atibaia	SP	1974
104	Sinyti Utidate	Func. Hitachi	Rio de Janeiro	RJ	1972
105	Sussumu Fukuti	Engenheiro	Londrina	PR	1977
106	Sussumu Okamoto	Advogado	São Paulo	SP	1975
107	Tadami Kawata	-	Araçatuba	SP	1995
108	Tadayoshi Wada	Engenheiro	São Paulo	SP	1987
109	Takeshi Komuro	Economista	Recife	PE	1973
110	Takeshi Mizuno	Empresário	Brasília	DF	1978
111	Takeshi Nishiyama	Advogado	Londrina	PR	1974
112	Takuji Fujii	Administrador	São Paulo	SP	1966
113	Takuo Koyama	Médico	Belém	PA	1981
114	Tomio Katsuragawa	Engenheiro	São Paulo	SP	1992
115	Toshihiko Higuti	Médico oftalmo	São Paulo	SP	1990
116	Toshihiko Tan	Odontólogo	Londrina	PR	1971
117	Tuyoci Ohara	Advogado	São Paulo	SP	1976
118	Victor Kobayashi	Economista	São Paulo	SP	2003
119	Walter Iihoshi	Empresário	São Paulo	SP	2005
120	Watal Ishibashi	Político	Pres. Prudente	SP	1965
121	William Woo	Parlamentar	São Paulo	SP	2003
122	Yoshikiti Kanashiro	Médico	Londrina	PR	1972
123	Yoshio Kamizono	Agrônomo	Belém	PA	1976
124	Yoshio Nagato	-	Goiânia	GO	1982
125	Yoshito Kanzawa	Médico	Mirandópolis	SP	1975
126	Yutaka Sanematsu	Empresário	São Paulo	SP	1972

OBS:

a) As qualificações correspondem às da época de contemplação das bolsas de estudo.

b) Dados de janeiro de 2013.

Anexo II

Relação de Deputados Estaduais e Federais por São Paulo eleitos desde 1947

Legislatura	Deputado Estadual	Deputado Federal
1a – 1947/1951	Não houve candidato	Não houve candidato
2a – 1951/1955	Yukishigue Tamura	
3a – 1955/1959 3a – Suplentes	João Sussumu Hirata Shisuto José Muraiama	Yukishigue Tamura ¹
4a – 1959/1963 4a – Suplente	Ioshifumi Utiyama João Sussumu Hirata Shisuto José Muraiama	Yukishigue Tamura
5a – 1963/1967	Antônio Morimoto Diogo Nomura Ioshifumi Utiyama Paulo Nakandakare Shiro Kyono	Yukishigue Tamura João Sussumu Hirata
6a – 1967/1971	Antônio Morimoto Diogo Nomura Paulo Nakandakare Shiro Kyono	Yukishigue Tamura João Sussumu Hirata
7a – 1971/1975 7a – Suplente	Antônio Morimoto Hatiro Shimomoto ² Jihei Noda Shiro Kyono Pedro Nakasone	Diogo Nomura João Sussumu Hirata
8a – 1975/1979	Jihei Noda Koyu Iha Paulo Seiti Kobayashi	Antônio Morimoto Diogo Nomura Yasunori Kunigo
9a – 1979/1983	Goro Hama Hatiro Shimomoto Jihei Noda Sérgio Massanori Morinaga	Diogo Nomura Antônio Morimoto Mário Hato
10a – 1983/1987	Hatiro Shimomoto Koyu Iha Paulo Seiti Kobayashi	Mário Hato Diogo Nomura
11a – 1987/1991	Hatiro Shimomoto Tadashi Kuriki Getúlio K. Hanashiro	Koyu Iha Luiz Gushiken
12a – 1991/1995	Getúlio K. Hanashiro Hatiro Shimomoto Junji Abe	Luiz Gushiken Tadashi Kuriki Diogo Nomura Koyu Iha
13a – 1995/1999 13a – Suplente	Hatiro Shimomoto Junji Abe Paulo Seiti Kobayashi Celso Tanauí	Luiz Gushiken Ushitaro Kamia Koyu Iha
14a – 1999/2003 14a – Suplente	Celso Tanauí Junji Abe Pedro T. Mori Hatiro Shimomoto	Paulo Kobayashi ³
15a – 2003/2007 15a – Suplente		Paulo Kobayashi

16a – 2007/2011	Hélio Nishimoto	Walter Ihoshi William Woo
16a – Suplente		
17a – 2011/2014	Hélio Nishimoto	Junji Abe
17a – Suplente	Jooji Hato	Keiko Ota Walter Ihoshi
18a – 2019 a 2023	Coronel Nishikawa	Kim Kataguiiri
19a – 2023 a 2026		Kim Kataguiiri

Obs.: Dados de outubro de 2022.

1 Primeiro político nikkei elegendo-se Vereador à Câmara Municipal de São Paulo, em 1948 e primeiro Deputado Federal nikkei.

2 Primeiro nikkei com maior número de mandatos (6); e 2o Deputado Estadual com maior número de mandatos entre os 94 Deputados Estaduais.

3 Primeiro nikkei a presidir a Câmara Municipal de São Paulo e a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Anexo III

Relação de Vereadores de São Paulo

	Nome	Partido	Legislatura
01	Aurélio Nomura	PL, PV, PSDB	1993/1996, 1997/2000 2001/2004, 2005/2008 2009/2012, 2013/2016
02	Américo Sugai	PDC	1952/1955 (suplente) 1956/1959 (suplente) 1960/1963 (suplente) 1964/1969 (suplente)
03	Celso Matsuda Arena	sem filiação, PFL	1973/1977, 1977/1983, 1983/1988
04	Diogo Nomura	PL	1951/1955
05	George Vatutin Hato	PMDB	2013/2014
06	Getulio Hanashiro	PMDB	1983/1988 (renunciou em 1987)
07	Jihei Noda	MDB	1969/1973 (legislaturas de 1969/1970)
08	Jooji Hato	PMDB	1983/1988, 1988/1992, 1993/1996, 1997/2000
09	Jorge Taba	PDT	1997/2000
10	Mário Hato	MDB, PMDB	1977/1983 (renunciou em 1980) 1973/1977 (era suplente)
11	Mário Noda	PTB, PPR	1983/1988, 1988/1992, 1993/1996 (era suplente)
12	Mário Osassa	PRT, Arena	1964/1969, 1969/1973, 1973/1977
13	Masataka Ota	PSP	2013/2014
14	Paulo Kobayashi	PSDB	1988/1992, 1993/1996 (renunciou em 1995)
15	Shiguemi Kita	MDB, PDS	(suplente, assumiu em 1980)
16	Shiro Kyno	PSD	1960/1963 (renunciou)
17	Ushitaro Kamia	PTB, PSB	1988/1992, 1993/1996, 2009/2012
18	William Woo	PSDB	1997/2000 e 2001/2004
19	Yukishigue Tamura	MDB, PDS	1948/1951, 1977/1983

Obs.: Dados de janeiro de 2013.

Anexo IV

Escolas Particulares de Língua Japonesa no Brasil

	Cidade	UF	Nome da Escola	Endereço
01	Manaus	AM	Escola Modelo A.N.B. da Amazônia Ocidental	R. Terezina, 95, Adrianópolis, Manaus
02	Salvador	BA	Salvador – Escola de L. J. de Salvador	R. Campinas de Brotas, 104-B, Brotas
03	Vitória	ES	Associação Nikkei de Vitória	R. João Nunes Coelho, 244, Mata da Praia
04	Brasília	GO	Alexandre Gusmão - Escola de L. J. A.R.C.A.G.	Caixa Postal 5046, Brazlândia
05	Brasília	GO	Arayans Fukuin Kyokai	Caixa Postal 6656, N. Bandeirante
06	Brasília	GO	Escola Modelo de L. J. de Brasília	SGAN 611 – Mod. A Brasília
07	Brasília	GO	Taguatinga – Escola de L. J. de Taguatinga	QND 3, Lote 17, Taguatinga
08	Goiânia	GO	Escola Modelo de Língua Japonesa de Goiás	Av. Planície, s/n, Vila Italiaia
09	Campo Grande	MS	A.E.C.N.B – Escola de Língua Japonesa Shionko	R. Antônio Maria Coelho, 1068, Piso Sup.
10	Campo Grande	MS	Assoc. Okinawa de Campo Grande	R. dos Barbosas, 110
11	Campo Grande	MS	Escola de L. J. de Várzea Alegre	Caixa Postal 379, Várzea Alegre
12	Dourado	MS	Escola Modelo de L. J. de Dourados	R. Major Capilé, 3185
13	Dourado	MS	Kyoei – Escola de L. J. Kyoei	Caixa Postal 65
14	Pirapora	MT	Escola de L. J. de Pirapora	R. Cristiano Machado, 670
15	Belém	PA	Assoc. Nikkei de Belém	Tr. 14 de Abril, 1128
16	Belém	PA	Centro de Difusão da L. J. do Norte do Brasil	Tr. 14 de Abril, 1128
17	Belém	PA	Assoc. Pan-Amazônia Nipo-Brasileira	Tr. 14 de Abril, 1128
18	Apucarana	PR	Assoc. de Ensino N.B. de Apucarana	R. Geremias Lunardelli, 60
19	Castro	PR	Castro – Assoc. Cult. Esp. de Castro	Caixa Postal 97
20	Curitiba	PR	Congr. Irmãs Imac. Coração M. Nagasaki	R. Nunes Machado, 289
21	Curitiba	PR	Curso Bunkyo de L. J. Curitiba Nipaku	R. Atilio Borio, 75
22	Guapirama	PR	Escola de L. J. Guapirama	Caixa Postal 16
23	Guarapuava	PR	Escola Japonesa de Guarapuava	Av. Guaira, s/n – fundo Cotia
24	Ibiporã	PR	Escola de L. J. de Ibiporã	R. Antônio José Sipoli, 314
25	Londrina	PR	Aliança Cultural Brasil-Japão	R. Paranaguá, 1782
26	Londrina	PR	Escola Megumi	R. Dr. Alberto Romi, 74
27	Londrina	PR	Federação Paranaense de L.J.	R. Dr. Alberto Romi, 100
28	Londrina	PR	Nippongo Juku	R. Sergipe, 407 – Sl. 207
29	Maringá	PR	Assoc. Esc. de L.J. da Reg. de Maringá Chiku	Av. Kakogawa, 50
30	Maringá	PR	Centro Kakogawa Maringá de L. Estrangeiras	Av. Kakogawa, 50
31	Maringá	PR	Luzamor – Inst. Metodista Educ. e Assistencial	R. Dep. Neo Alves Martins, 1688
32	Mauá da Serra	PR	Escola de L.J. de Mauá	Caixa Postal 96
33	Ponta Grossa	PR	Escola de L.J. de Ponta Grossa	R. Paula Xavier, 1070
34	Umuarama	PR	Piemai – Centro Empresarial Piemait	Av. Olinda, 2377, Jd. Belvedere
35	Rio de Janeiro	RJ	Assoc. Nikkei de Campo Grande	R. Augusto Vasconcelos, 568, ap. 801, Ed. 1
36	Rio de Janeiro	RJ	Inst. Cult. Brasil-Japão do Rio de Janeiro	Av. Franklin Roosevelt, 39, salas 1507/1512
37	Rio de Janeiro	RJ	Soc. Cult. Esp. Nipo-Bras. do Est .R. Janeiro	R. Pernambuco, 1057, B. Encantado
38	Porto Alegre	RS	C.E.L.J. de Porto Alegre	R. Gomes Jardim, 497, Porto Alegre
39	Curitibanos	SC	Assoc. Cult. Brasil-Japão de Curitibanos	Caixa Postal 321, Curitibanos
40	São Joaquim	SC	Escola Modelo de L. J. de São Joaquim	R. Juiz Fonseca Nunes, 187, S. Joaquim
41	Bauru	SP	Clube Cult. Nipo-Bras. de Bauru	R. Monsenhor Claro, 9 – 51
42	Jacareí	SP	Jacareí – Escola de L. J. Jacareí	Caixa Postal 33
43	Araçatuba	SP	Centro de Difusão da L. J. de Araçatuba	R. Antônio Florence, 235

44	Araçatuba	SP	Soc. de Dif. de Cult. Nipo-Bras. do Noroeste	R. Rintaro Takahashi, 346
45	Arujá	SP	Arujá Nihongo Gakko	Av. dos Expedicionários, 800
46	Assis	SP	Escola de L. J. de Assis	R. Humberto de Campos, 317
47	Atibaia	SP	Escola de L. J. de Atibaia	R. Dr. Eurico de Souza Pereira, 142
48	Botucatu	SP	Esc. de L. J. da Soc. Botucatuense de Cult. Jap.	R. Ranimiro Lotufo, 350
49	Bragança Paulista	SP	Escola de L. J. Bragança Paulista	Av. Nipo Brasileira, 340
50	Campinas	SP	Instituto Cult. N. B. de Campinas	R. Camargo Paes, 118
51	Campinas	SP	Totoro – Centro Educacional Recreativo Totoro	R. Frei Antônio de Padua, 1603
52	Capão Bonito	SP	Escola de Língua Japonesa de Capão Bonito	R. José Inacio, 515 – Caixa Postal 19
53	Colônia Pinhal	SP	Escola de Língua Japonesa de Colônia Pinhal	Caixa Postal 80, S. Miguel Arcanjo
54	Diadema	SP	Diadema Tenri Gakuen	Caixa Postal 230
55	Guapiara	SP	Esc. de L. J. C.A. Coop. de Guapiara	R. Getulio Gato, 226
56	Guararapes	SP	Curso de L. J. de Guararapes	R. Armando Salles de Oliveira, 486
57	Guararema	SP	Cerejeiras – Assoc. Agrícola B. Cerejeiras Takamori	Caixa Postal 21
58	Guaratinguetá	SP	Ichiban Idiomas	R. Alberto Barbeto, 102
59	Guarulhos	SP	Escola UCEG	R. Maria Zinth, 345
60	Guarulhos	SP	Koshihiro Nihongo Gakko	R. SuuFa, 205
61	Guatapara	SP	Escola de L. J. de Guatapara	Núcleo Colonial Mombuca Guatapara
62	Ibiúna	SP	Escola de Língua Japonesa de Ibiúna	R. Júlio Gabriel Vieira, 122
63	Indaiatuba	SP	Escola de L. J. de Indaiatuba	R. Humaita, 1710
64	Irapuru	SP	Irapuru – Escola de Língua Japonesa de Irapuru	Caixa Postal 26
65	Itapecirica da Serra	SP	Itapecirica da Serra Nihongo Gakko	R. Hikari Kurashi, 756
66	Itapetininga	SP	Escola de L. J. de Itapetininga	R. João Evangelista, 703
67	Itaquaquecetuba	SP	Itaquaquecetuba Nihongo Gakko	Av. Thevear, 201 – UNA
68	Jundiaí	SP	Centro de Estudo da L. J. de Jundiaí	R. Lauro Scarabello, 50
69	Lins	SP	Escola L. J. de Lins	Av. Duque de Caxias, 646
70	Marília	SP	Assoc. Cult. Esp. Nikkei de Marília	R. Paes Leme, 543, Alto Cafezal
71	Mauá	SP	Escola de L. J. de Mauá Chuo	R. Mirassol, 65
72	Mauá	SP	Escola de L. J. Pedreira	R. Dr. João Carlos de Azevedo, 310
73	Mirandópolis	SP	Escola de L. J. 1a Aliança	Caixa Postal 7, 1a Aliança
74	Mirandópolis	SP	Escola de Língua Japonesa Yuba	Caixa Postal 31, A/C Yuba, 1a Aliança
75	Mogi das Cruzes	SP	Assoc. Cultural de Mogi das Cruzes	R. Pres. Campos Salles, 230
76	Mogi das Cruzes	SP	Esc. Mod. de Língua Jap. de Mogi das Cruzes	R. Pres. Campos Salles, 230
77	Mogi das Cruzes	SP	Escola de Língua Japonesa de Cocuera	Estr. Mogi-Salesópolis, Km 10, Cx. P. 103
78	Mogi das Cruzes	SP	Escola de Língua Japonesa de Pindorama	Caixa Postal 302
79	Mogi das Cruzes	SP	Harmonia Gakuen	R. José Virgílio da Silva, 392
80	Mogi das Cruzes	SP	Kuri No Mi Kyoshitsu	Av. Voluntário Pinheiro Franco, 723, 1º and
81	Mogi das Cruzes	SP	Soc. Miss. Franciscanos M. Conventuais Seibo Gakuen	R. Francisco Vaz Coelho, 616 – V. Lavinia
82	Nazaré Paulista	SP	Escola de L. J. Nazaré	Caixa Postal 33, Bom Jesus dos Perdões
83	Pereira Barreto	SP	Escola de L. J. Pereira Barreto	R. José de Oliveira, 1925, Vila Municipal
84	Piedade	SP	Associação Cult. Esp. de Piedade	Caixa Postal 209
85	Pilar do Sul	SP	Escola de Língua Japonesa de Pilar do Sul	Caixa Postal 45
86	Piracicaba	SP	Escola de L. J. de Piracicaba	R. Catarina Schimidt, 98
87	Pres. Prudente	SP	Escola de L. J. de Pres. Prudente	Av. Washington Luiz, 875
88	Pres. Prudente	SP	Labo Nihongo	R. Prudente de Moraes, 382
89	Registro	SP	Assoc. Cult. Nipo-Bras. de Registro	R. Cap. João Pocci, 192, Cx. P. 356

90	Ribeirão Pires	SP	Assoc. Cult. N. B. Águia de Rib. Pires	R. Primeiro de Maio, 56
91	S. Miguel Arcanjo	SP	Escola Língua Japonesa de São Miguel Arcanjo	R. Cod. Dante Carraro, 1168
92	S. J. do Rio Preto	SP	Rio Preto – Escola de L. J. de Rio Preto	R. Barão de Cotegipe, 51
93	Salesópolis	SP	Alvor – Assoc. Cult. Agrícola Esp. Alvor	Estr. Mogi-Salesópolis, Km 28
94	Santa Isabel	SP	Escola de Língua Japonesa de Itapeti	Caixa Postal 77
95	Santo André	SP	Gakushukan	R. Tome de Souza, 69
96	Santo André	SP	SEAI – Gakuen	Travessa Esparta, 52
97	Santos	SP	Associação Japonesa de Santos	R. Júlio Mesquita, 5
98	São Bernardo do Campo	SP	Associação Harmonia de Educação e Cultura	Av. Caminho do Mar, 2709, Rudge Ramos
99	São Bernardo do Campo	SP	Grêmio Recreativo Nihongo Gakko	R. Ume, 57
100	São Bernardo do Campo	SP	Mizuho Nihongo Gakko	Pça. Tokuyama, Bairro Cooperativa
101	São Bernardo do Campo	SP	União Cult. Nipo-Bras. S. Bernardo do Campo	R. Bragança, 15
102	São José dos Campos	SP	BBC – Escola de L. J. do BBC Clube	R. Humaita, 82
103	São José dos Campos	SP	BBC – Escola de L. J. do BBC Clube	Av. Ademar de Barros, 1597
104	São José dos Campos	SP	Eugênio de Mello N. Gakko Juku	R. Júlio Prestes, 68, S. J. dos Campos
105	São José dos Campos	SP	Paraíso – Assoc. Cult. Jd. Paraíso	R. Turquia, 180, Vila Sanches
106	São Paulo – Centro	SP	Aclimação Gakuen	R. Botupuca, 98, Aclimação
107	São Paulo – Centro	SP	Itamaraty – Instituto Educacional Itamaraty	R. Gaspar Lourenco, 19, Aclimação
108	São Paulo – Centro	SP	Matsu No Mi Gakuen	R. Diogo Vaz, 122, Liberdade
109	São Paulo – Centro	SP	Nibra – Centro Educ. Nibra N. Mutsumi	R. Castro Alves, 301, São Paulo
110	São Paulo – Centro	SP	Nippak Nobiru Gakuen	R. Arujá, 104, Paraíso
111	São Paulo – Centro	SP	Oshiman – Curso de L. J. Oshiman	R. Fernando do Galiani, 1, Aclimação
112	São Paulo – Centro	SP	Tampopo – Escola Maternal Tampopo	R. Eça de Queiroz, 625, Vila Mariana
113	São Paulo – Zona Leste	SP	A.C.D. São Miguel Paulista	Pça. S. João de Corte, 8, São Miguel Pta.
114	São Paulo – Zona Leste	SP	Aoba – Escola de Língua Japonesa Aoba	R. Ordenações, 56, Vila Manchester
115	São Paulo – Zona Leste	SP	Assoc. Okinawa da Vila Carrão	Pça. Haroldo Daltro, 297, Vila Carrão
116	São Paulo – Zona Leste	SP	Esperança Gakuen	R. Engo. Alvaro da Silveira, 17, Penha
117	São Paulo – Zona Leste	SP	Itaquera Nikkei Club	R. Felipe Galvão, 440, Vila Granada
118	São Paulo – Zona Leste	SP	Penha – Escola de L.J. Penha	R. Caquito, 63
119	São Paulo – Zona Norte	SP	Assoc. Cult. Esp. de Santana	R. José Magalhães Glória, 179, Santana
120	São Paulo – Zona Norte	SP	Escola de L. J. Edu Chaves	R. Pasquale Montani, 96, Edu Chaves
121	São Paulo – Zona Norte	SP	Heisei Ensino Especializado	R. Waldomiro Silveira, 203, Imirim
122	São Paulo – Zona Norte	SP	Tenryu Nichigo Gakuen	R. Waldemar Martins, 378, Pq. Peruche
123	São Paulo – Zona Oeste	SP	Assoc. Cult. Esp. Taboão Gakuen	R. Nestor dos S. Lima, 18, Jd. Jamaica
124	São Paulo – Zona Oeste	SP	Caxingui Gakuen	Av. Jorge João Saad, 547, apto.74 M
125	São Paulo – Zona Oeste	SP	Escola de L. J. Vila Sônia	R. André Saraiva, 753, Vila Sônia

126	São Paulo – Zona Oeste	SP	Himawari Gakuen	R. Fritz Lang, 46
127	São Paulo – Zona Oeste	SP	Jaguare Gakuen	R. Prof. Carlos Benvenutti Filho, 122
128	São Paulo – Zona Oeste	SP	Yamamoto Juku	R. Indalecio de Mello, 161, Jd. Jamaica
129	São Paulo – Zona Sul	SP	Assoc. Cult. Esp. da Saúde	R. Diogo Freire, 307, Jd. da Saúde
130	São Paulo – Zona Sul	SP	Assoc. Cult. Assist. Nipo-Bras. Jabaquara	R. das Nhandirobas, 388, Jabaquara
131	São Paulo – Zona Sul	SP	Assunaro Gakuen	R. das Rosas, 139, Mirandópolis
132	São Paulo – Zona Sul	SP	Casa Grande – Assoc. Rural Casa Grande	Estr. Jaceguava 305, Baln. São José
133	São Paulo – Zona Sul	SP	Colônia Nichigo Gakko	R. Sachio Nakao, 10
134	São Paulo – Zona Sul	SP	Escola de L. J. Saúde	R. Diogo Freire, 307, Jardim da Saúde
135	São Paulo – Zona Sul	SP	Escola Japonesa Showa	R. Pierre de Beranger, 95, Vila S. Pedro
136	São Paulo – Zona Sul	SP	Ipiranga Nichigo Kyoshitsu	R. Amadeu Simeí, 22, Campo Limpo
137	São Paulo – Zona Sul	SP	Lumbini Gakuen	R. Changua, 108, Saúde
138	São Paulo – Zona Sul	SP	Nakayoshi Kyoshitsu	R. Eng. João Monteiro da Gama, 85
139	São Paulo – Zona Sul	SP	Seiwa Gakuen	R. José F. da Cunha, 54, São Paulo
140	Sorocaba	SP	Curso de Língua Japonesa Sorocaba Tenri	R. Xavier de Toledo, 541
141	Sorocaba	SP	Himawari Centro de Cultura Japonesa	R. Sete de Setembro, 471, Centro
142	Suzano	SP	A. C. E. Fukuhaku de Suzano	Estr. Koga, 15, Suzano
143	Suzano	SP	Assoc. Cult. Agrícola de Suzano	R. Tiradentes, 90 Suzano
144	Suzano	SP	Associação Cultural Suzanense	Av. Armando Salles de Oliveira, 444
145	Suzano	SP	Boa Vista – Clube Agrícola Boa Vista	R. Benjamin Constant, 28
146	Suzano	SP	Kongoji Gakuen	R. Mário Souza Ramos, 95, Suzano
147	Suzano	SP	Suzano Guaio – Escola de L. J. Suzano Guaio	Estr. dos Fernandes, 1768
148	Tatuí	SP	Assoc. Cult. Esp. Tatuense	R. Sete de Setembro, 940
149	Tupã	SP	Escola de L. J. Tupã	R. Potiagaras, 550, Tupã
150	Vargem Grande Paulista	SP	Escola de Língua Japonesa de Vargem Grande	Caixa Postal 16

Anexo V

Relação de docentes das Universidades Públicas localizadas no Estado de São Paulo

A – Docentes ativos da USP – Universidade de São Paulo^{1,2}

	Nome	Unidade	Área	Função
1	Adilson Yoshio Furuse	FOB	Dentística, Endodontia e Materiais Odontológicos	Prof. Doutor
2	Adriano Kamimura Suzuki	ICMC	Matemática Aplicada e Estatística	Prof. Doutor
3	Akemi Ino	IAU	Instituto de Arquitetura e Urbanismo	Prof. Associado
4	Alessandro Hervaldo Nicolai Ré	EACH	Educação Física e Saúde	Prof. Associado
5	Alexandre Naoki Nishioka	FDRP	Direito Público	Prof. Doutor
6	Alexandre Pinheiro Hasegawa	FFLCH	Diretoria Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas	Prof. Doutor
7	Alexandre Toshiro Igari	EACH	Gestão Ambiental	Prof. Doutor
8	Alice Kiyomi Yagyu	ECA	Artes Cênicas	Prof. Doutor
9	Amando Siuiti Ito	FFCLRP	Física	Prof. Titular
10	Américo Ceiki Sakamoto	PUSP-RP	Prefeitura do Campus Usp de Ribeirão Preto	Prof. Titular
11	Ana Akemi Ikeda	FEA	Administração	Prof. Titular
12	Ana Carolina Thomaz Takakura	ICB	Farmacologia	Prof. Doutor
13	Ana Patricia Yatsuda Natsui	FCFRP	Análises Clínicas, Toxicológicas e Bromatológicas	Prof. Associado
14	Ana Paula Sayuri Sato	FSP	Epidemiologia	Prof. Doutor
15	André Fujita	IME	Ciência da Computação	Prof. Associado
17	André Luís Shinohara	FOB	Ciências Biológicas	Prof. Doutor
18	Andre Oliveira Sawakuchi	IGc	Geologia Sedimentar e Ambiental	Prof. Associado
19	Andre Riyuiti Hirakawa	EP	Engenharia de Computação e Sistemas Digitais	Prof. Associado
20	Angela Megumi Ochiai	EACH	Obstetrícia	Prof. Doutor
21	Antonio Carlos Shimano	FMRP	Biomecânica, Medicina e Reabilitação do Aparelho Locomotor	Prof. Associado
22	Antonio Takao Kanamaru	EACH	Têxtil e Moda	Prof. Doutor
23	Arnaldo Gakiya Kanashiro	IEE	Serviço Técnico de Sistemas de Iluminação, Condicionamento Ambiental e Desempenho Energético de Edificações	Prof. Doutor
24	Artur Hideyuki Tomita	IME	Matemática	Prof. Titular
25	Asa Fujino	ECA	Informação e Cultura	Prof. Doutor
26	Atlas Edson Moleros Nakamae	FO	Prótese	Prof. Associado
27	Aurea Tamami Minagawa Toriyama	EE	Enfermagem Materno-infantil e Psiquiátrica	Prof. Doutor
28	Carlos Hitoshi Morimoto	IME	Ciência da Computação	Prof. Doutor
29	Carlos Takeshi Hotta	IQ	Bioquímica	Prof. Doutor
30	Carlos Yukio Suzuki	EP	Engenharia de Transportes	Prof. Doutor

1 Kohei Uehara – Aposentado. Primeiro nikkei a receber o título de Prof. Emérito da Escola Politécnica da USP.

2 Dados extraídos de <https://uspdigital.usp.br/portaltransparencia/> e www.cnpq.br (currículo Lattes), em 30-3-2018.

31	Cassiana Seimi Nomura	IQ	Química Fundamental	Prof. Doutor
32	Celina Wakisaka Maruta	FM	Dermatologia	Prof. Doutor
33	Celso Massatoshi Furukawa	EP	Engenharia Mecatrônica e Sistemas Mecânicos	Prof. Doutor
34	Celso Omoto	ESALQ	Entomologia e Acarologia	Prof. Titular
35	Cinthia Itiki	EP	Engenharia de Telecomunicações e Controle	Prof. Associado
36	Clarice Sumi Kawasaki	FFCLRP	Educação, Informação e Comunicação	Prof. Doutor
37	Clarice Tanaka	FM	Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional	Prof. Titular
38	Claudia Kimie Suemoto	FM	Clínica Médica	Prof. Doutor
39	Claudio Hanashiro Barbosa Silva	IQ	Química Fundamental	Prof. Contratado
40	Claudio Hirofume Asano	IME	Matemática Aplicada	Assistente
41	Cristina Kurachi	IFSC	Física e Ciência dos Materiais	Prof. Doutor
42	Cristina Miuki Abe Jacob	FM	Pediatria	Prof. Associado
43	Cristina Yumi Miyaki	IB	Genética e Biologia Evolutiva	Prof. Associado
44	Cynthia Harumy Watanabe Correa	EACH	Lazer e Turismo	Prof. Doutor
45	Dania Emi Hamassaki	ICB	Biologia Celular e do Desenvolvimento	Prof. Titular
46	Daniela Nakandakari Goia	FMRP	NeuroCiências e Ciências do Comportamento	Prof. Contratado
47	Dario Ikuo Miyake	EP	Engenharia de Produção	Prof. Doutor
48	Davi Noboru Nakano	EP	Diretoria Escola Politecnica	Prof. Doutor
49	Decio Katsushigue Kadota	FEA	Economia	Prof. Doutor
50	Delson Torikai	EP	Engenharia Mecatrônica e Sistemas Mecânicos	Prof. Doutor
51	Dione Mari Morita	EP	Engenharia Hidráulica e Ambiental	Prof. Associado
52	Domingos Hiroshi Tsuji	FM	Diretoria Faculdade de Medicina	Prof. Associado
53	Edilson Hiroshi Tamai	EP	Engenharia Mecânica	Prof. Doutor
54	Edivaldo Massazo Utiyama	FM	Cirurgia	Prof. Titular
55	Edna Regina Nakandakare	FM	Clínica Médica	Prof. Doutor
56	Edna Teruko Kimura	ICB	Biologia Celular e do Desenvolvimento	Prof. Titular
57	Edna Tomiko Myiake Kato	FCF	Farmácia	Prof. Doutor
58	Edson Satoshi Gomi	EP	Engenharia de Computação e Sistemas Digitais	Prof. Doutor
59	Edson Toshimi Midorikawa	EP	Engenharia de Computação e Sistemas Digitais	Prof. Doutor
60	Edu Teruki Otsuka	FFLCH	Teoria Literária e Literatura Comparada	Prof. Doutor
61	Eduardo Kazuo Kayo	FEA	Administração	Prof. Titular
62	Eduardo Nobuhiro Asada	EESC	Diretoria Escola Engenharia São Carlos	Prof. Associado
63	Edwin Tamashiro	FMRP	Oftalmologia, Otorrinolaringologia e Cirurgia de Cabeça e Pescoço	Prof. Doutor
64	Elen Haruka Miyabara	ICB	Anatomia	Prof. Associado
65	Eliana Hiromi Akamine	ICB	Farmacologia	Prof. Doutor
66	Eliana Reiko Matushima	FMVZ	Patologia	Prof. Associado
67	Eliana Setsuko Kamimura	FZEA	Engenharia de Alimentos	Prof. Associado
68	Eliane Tokeshi	ECA	Música	Prof. Doutor
69	Elisa Mitiko Kawamoto Iwashe	ICB	Farmacologia	Prof. Doutor

70	Elisa Yumi Nakagawa	ICMC	Sistemas de Computação	Prof. Associado
71	Elisabeti Kira	IME	Estatística	Prof. Doutor
72	Elizabeth Fujimori	EE	Enfermagem em Saúde Coletiva	Prof. Associado
73	Elza Tiemi Sakamoto Hojo	FFCLRP	Biologia	Prof. Associado
74	Emiko Saito Arita	FO	Estomatologia	Prof. Associado
75	Emilia Saito	EE	Enfermagem Materno-infantil e Psiquiátrica	Prof. Doutor
76	Emma Otta	IP	Psicologia Experimental	Prof. Titular
77	Evandro Watanabe	FORP	Odontologia Restauradora	Prof. Associado
78	Fábio Nakano	EACH	Sistemas de Informação	Prof. Doutor
79	Fabricio Kitazono de Carvalho	FORP	Clínica Infantil	Prof. Doutor
80	Fatima Mitiko Tengan	FM	Moléstias Infecciosas e Parasitárias	Prof. Doutor
81	Fernando Akira Kurokawa	EP	Engenharia de Construção Civil	Prof. Doutor
82	Fernando Shinji Kawakubo	FFLCH	Geografia	Prof. Doutor
83	Flávia Emi Akamatsu	FM	Cirurgia	Prof. Doutor
84	Flávia Mori Sarti	EACH	Escola de Artes, Ciências e Humanidades	Prof. Associado
85	Francisco Andre Ossamu Tanaka	ESALQ	Fitopatologia e Nematologia	Prof. Doutor
86	Francisco Yukio Hiodo	IAG	Geofísica	Prof. Doutor
87	Gerson Aparecido Yukio Tomanari	RUSP	Pró-Reitoria de Graduação	Prof. Titular
88	Gisele Akemi Oda	IB	Fisiologia	Prof. Doutor
89	Go Tani	EEFE	Pedagogia do Movimento do Corpo Humano	Prof. Titular
90	Hédio Tatizawa	IEE	Divisão Científica de Tecnologia de Sistemas Elétricos	Prof. Associado
91	Heidge Fukumasu	FZEA	Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos	Prof. Associado
92	Helder Takashi Imoto Nakaya	FCF	Análises Clínicas Toxicológicas	Prof. Doutor
93	Helena Akemi Wada Watanabe	FSP	Política, Gestão e Saúde	Prof. Doutor
94	Helena Megumi Sonobe	EERP	Enfermagem Geral e Especializada	Prof. Doutor
95	Helene Mariko Ueno	EACH	Gestão Ambiental	Prof. Doutor
96	Helio Mitio Morishita	EP	Engenharia Naval e Oceânica	Prof. Associado
97	Henrique Eisi Toma	IQ	Química Fundamental	Prof. Titular
98	Hidetake Imasato	IQSC	Química e Física Molecular	Prof. Doutor
99	Hiro Goto	IMT	Instituto de Medicina Tropical	Prof. Associado
100	Hiroo Takaoka	FEA	Administração	Prof. Doutor
101	Hugo Massaki Segawa	FAU	História da Arquitetura e Estética do Projeto	Prof. Titular
102	Hugo Tsugunobu Yoshida Yoshizaki	EP	Engenharia de Produção	Prof. Associado
103	Idalina Vieira Aoki	EP	Engenharia Química	Prof. Doutor
104	Ione Ishii	FE	Metodologia do Ensino e Educação Comparada	Prof. Contratado
105	Irene Kazumi Miura	FEARP	Administração	Prof. Associado
106	Irene Satiko Kikuchi	FCF	Farmácia	Prof. Doutor
107	Janete Harumi Yariwake	IQSC	Química e Física Molecular	Prof. Titular

108	Janina Onuki	IRI	Instituto de Relações Internacionais	Prof. Titular
109	Jo Ueyama	ICMC	Sistemas de Computação	Prof. Associado
110	Joao Kazuyuki Kajiwara	FMRP	Clínica Médica	Prof. Doutor
111	Joe Akira Yoshino	FEA	Economia	Prof. Titular
112	Jorge Hachiro	IGc	Geologia Sedimentar e Ambiental	Prof. Doutor
113	Jorge Kinoshita	EP	Engenharia de Computação e Sistemas Digitais	Prof. Doutor
114	Jorge Tadashi Hiratuka	IME	Matemática	Prof. Doutor
115	José Roberto Kassai	FEA	Contabilidade e Atuária	Prof. Doutor
116	Julio Cesar Moriguti	FMRP	Clínica Médica	Prof. Associado
117	Julio Cesar Suzuki	FFLCH	Geografia	Prof. Doutor
118	Júlio Yoshio Takada	FM	Cardiopneumologia	Prof. Contratado
119	Jun Okamoto Junior	STI	Superintendência de Tecnologia da Informação	Prof. Associado
120	Junko Ota	FFLCH	Letras Orientais	Prof. Doutor
121	Jurandir Itizo Yanagihara	EP	Engenharia Mecânica	Prof. Titular
122	Kazuo Nishimoto	EP	Engenharia Naval e Oceânica	Prof. Titular
123	Kechi Hiramã	EP	Engenharia de Computação e Sistemas Digitais	Prof. Associado
124	Kelly Ishida	ICB	Microbiologia	Prof. Doutor
125	Kelly Polido Kaneshiro Olympio	FSP	Saúde Ambiental	Prof. Associado
126	Kimi Aparecida Tomizaki	FE	Filosofia da Educação e Ciências da Educação	Prof. Doutor
127	Koichi Mori	FFLCH	Letras Orientais	Prof. Doutor
128	Koichi Sameshima	FM	Radiologia e Oncologia	Prof. Associado
129	Koiti Araki	IQ	Química Fundamental	Prof. Titular
130	Kunio Okuda	IME	Ciência da Computação	Prof. Doutor
131	Laura Tiemi Okano	FFCLRP	Química	Prof. Doutor
132	Leiko Matsubara Morales	FFLCH	Letra Orientais	Prof. Doutor
133	Leny Sato	IP	Psicologia Social e do Trabalho	Prof. Titular
134	Leopoldo Rideki Yoshioka	EP	Engenharia de Sistemas Eletrônicos	Prof. Doutor
135	Levy Figuti	MAE	Museu Arqueologia e Etnologia	Prof. Doutor
136	Linda Massako Ueno Pardi	EACH	Educação Física e Saúde	Prof. Doutor
137	Lino Misoguti	IFSC	Física e Ciência dos Materiais	Prof. Doutor
138	Liria Matsumoto Sato	EP	Engenharia de Computação e Sistemas Digitais	Prof. Associado
139	Lucia Satie Ikemoto Murakami	IME	Matemática	Prof. Doutor
140	Lucia Yasuko Izumi Nichiata	EE	Enfermagem em Saúde Coletiva	Prof. Associado
141	Luciana Kusumota	EERP	Enfermagem Geral e Especializada	Prof. Doutor
142	Luciana Sayure Shimabuco	ECA	Música	Prof. Doutor
143	Luciano Nakabashi	FEARP	Economia	Prof. Associado
144	Lucila Leico Kagohara Elias	FMRP	Fisiologia	Prof. Associado
145	Luis Mochizuki	EACH	Educação Física e Saúde	Prof. Associado
146	Luiz Gonzaga Tone	FMRP	Puericultura e Pediatria	Prof. Titular
147	Marcel Kenji de Carli Silva	IME	Ciência da Computação	Prof. Doutor

148	Marcelo Saldanha Aoki	EACH	Educação Física e Saúde	Prof. Associado
149	Marcelo Seido Nagano	EESC	Engenharia de Produção	Prof. Doutor
150	Marcelo Suzuki	IAU	Instituto de Arquitetura e Urbanismo	Prof. Doutor
151	Marcelo Tadeu Motokane	FFCLRP	Biologia	Prof. Associado
152	Márcia Akemi Yamasoe	IAG	Seção de Serviços Meteorológicos	Prof. Associado
153	Marcia Mery Kogika	FMVZ	Clínica Médica	Prof. Associado
154	Márcio Issao Nakane	FEA	Economia	Prof. Doutor
155	Marcio Katsuyoshi Mukai	FO	Prótese	Prof. Doutor
156	Marcio Suzuki	FFLCH	Filosofia	Prof. Associado
157	Marco Kawamura Demange	FM	Ortopedia e Traumatologia	Prof. Associado
158	Marcos Amaku	FM	Patologia	Prof. Associado
159	Marcos de Sales Guerra Tsuzuki	EP	Engenharia Mecatrônica e Sistemas Mecânicos	Prof. Associado
160	Marcos Massao Futai	EP	Engenharia de Estruturas e Geotécnica	Prof. Associado
161	Marcos Naoyuki Samano	FM	Cardiopneumologia	Prof. Doutor
162	Marcos Ryotaro Hara	EACH	Licenciatura em Ciências da Natureza Para O Ensino Fundamental	Prof. Doutor
163	Marcos Yamada Nakaguma	FEA	Economia	Prof. Doutor
164	Marcos Yassuo Kamogawa	ESALQ	Ciências Exatas	Prof. Doutor
165	Margareth Oda	FO	Dentística	Prof. Associado
166	Maria Alice Tsunehiro	EE	Enfermagem Materno-infantil e Psiquiátrica	Prof. Doutor
167	Maria Aparecida Azevedo Koike Folgueira	FM	Radiologia e Oncologia	Prof. Associado
168	Maria Aparecida Nagai	FM	Radiologia e Oncologia	Prof. Associado
169	Maria Notomi Sato	IMT	Seção de Biotério de Experimentação Animal	Prof. Doutor
170	Maria Yuka de Almeida Prado	FFCLRP	Departamento de Música	Prof. Doutor
171	Mariana Harumi Cruz Tsukamoto	EACH	Educação Física e Saúde	Prof. Doutor
172	Mariana Kiomy Osako	FMRP	Biologia Celular e Molecular e Bioagentes Patogênicos	Prof. Doutor
173	Marina Ishii	FCF	Diretoria Faculdade Ciências Farmacêuticas	Prof. Doutor
174	Mario Hiroyuki Hirata	FCF	Análises Clínicas Toxicológicas	Prof. Titular
175	Mario Katsuragawa	IO	Oceanografia Biológica	Prof. Associado
176	Mario Massayuki Inomoto	ESALQ	Fitopatologia e Nematologia	Prof. Associado
177	Mario Taba Junior	FORP	Supervisão de Clínicas Odontológicas	Prof. Associado
178	Marisa Midore Deaecto	ECA	Jornalismo e Editoração	Prof. Doutor
179	Marisa Tomoe Hebihara Fukuda	FMRP	Departamento de Ciências da Saúde	Prof. Doutor
180	Marislei Nishijima	IRI	Instituto de Relações Internacionais	Prof. Associado
181	Marta Imamura	FM	Medicina Legal, Ática Médica e Medicina Social e do Trabalho	Prof. Contratado
182	Marta Kawano	FFLCH	Diretoria Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas	Prof. Doutor
183	Marta Mitsui Kushida	FZEA	Engenharia de Alimentos	Prof. Doutor
184	Masao Matsuoka	IF	Física Nuclear	Prof. Associado

185	Masato Ninomiya	FD	Direito Internacional e Comparado	Prof. Doutor
186	Masayuki Oka Hase	EACH	Sistemas de Informação	Prof. Doutor
187	Massuo Jorge Kato	IQ	Química Fundamental	Prof. Titular
188	Matsuyoshi Mori	FO	Prótese	Prof. Doutor
189	Miriam Sannomiya	EACH	Licenciatura em Ciências da Natureza Para O Ensino Fundamental	Prof. Doutor
190	Mirian Aiko Nakane Matsumoto	FORP	Clínica Infantil	Prof. Associado
191	Mirian Nacagami Sotto	FM	Patologia	Prof. Titular
192	Mitsuru Higuchi Yanaze	ECA	Relações Públicas, Propaganda e Turismo	Prof. Titular
193	Monica Yuri Takito	EEFE	Pedagogia do Movimento do Corpo Humano	Prof. Doutor
194	Myrian Nunomura	EEFERP	Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto	Prof. Titular
195	Nami Kobayashi	IME	Ciência da Computação	Prof. Doutor
196	Namie Okino Sawada	EERP	Enfermagem Geral e Especializada	Prof. Associado
197	Naomi Kondo Nakagawa	FM	Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional	Prof. Associado
198	Newton Maruyama	EP	Engenharia Mecatrônica e Sistemas Mecânicos	Prof. Associado
199	Neyde Yukie Murakami Iha	IQ	Química Fundamental	Prof. Associado
200	Nilton Ken Ota	FFLCH	Sociologia	Prof. Contratado
201	Nina Sumiko Tomita Hirata	IME	Ciência da Computação	Prof. Associado
202	Norberto Nobuo Sugaya	FO	Estomatologia	Prof. Associado
203	Olga Tiemi Sato	IO	Oceanografia Física, Química e Geológica	Prof. Doutor
204	Osame Kinouchi Filho	FFCLRP	Física	Prof. Associado
205	Oswaldo Massaiti Takayanagui	FMRP	NeuroCiências e Ciências do Comportamento	Prof. Titular
206	Oswaldo Shigueru Nakao	SEF	Superintendência do Espaço Físico	Prof. Doutor
207	Oswaldo Horikawa	EP	Engenharia Mecatrônica e Sistemas Mecânicos	Prof. Associado
208	Oswaldo Keith Okamoto	IB	Genética e Biologia Evolutiva	Prof. Associado
209	Oswaldo Yoshimi Tanaka	FSP	Política, Gestão e Saúde	Prof. Titular
210	Paulo Atsushi Suzuki	EEL	Departamento de Engenharia de Materiais	Prof. Doutor
211	Paulo César Endo	IP	Psicologia da Aprendizagem, Desenvolvimento e Personalidade	Prof. Associado
212	Paulo Eigi Miyagi	EP	Engenharia Mecatrônica e Sistemas Mecânicos	Prof. Titular
213	Paulo Roberto Massaro	FFLCH	Letras Modernas	Prof. Doutor
214	Paulo Sakai	FM	Gastroenterologia	Prof. Associado
215	Paulo Takeo Sano	IB	Botânica	Prof. Associado
216	Paulo Yassuhide Fujioka	IAU	Instituto de Arquitetura e Urbanismo	Prof. Doutor
217	Paulo Yukio Gomes Sumida	IO	Diretoria Instituto Oceanográfico	Prof. Associado
218	Pedro Takao Yamamoto	ESALQ	Entomologia e Acarologia	Prof. Associado
219	Plauto Christopher Aranha Watanabe	FORP	Seção de Radiologia e Radioproteção	Prof. Titular
220	Regina Sawamura	FMRP	Puericultura e Pediatria	Prof. Doutor
221	Regina Tamaki	FO	Prótese	Prof. Associado
222	Regina Yoneko Dakuzaku Carretta	FMRP	NeuroCiências e Ciências do Comportamento	Prof. Doutor

223	Reginaldo Arakaki	EP	Engenharia de Computação e Sistemas Digitais	Prof. Doutor
224	Reiko Aoki	ICMC	Matemática Aplicada e Estatística	Prof. Doutor
225	Renata Ferreira Takahashi	EE	Enfermagem em Saúde Coletiva	Prof. Associado
226	Renato Yassutaka Faria Yaedú	FOB	Cirurgia, Estomatologia, Patologia e Radiologia	Prof. Doutor
227	Ricardo Cesar Aoki Hirata	IGc	Geologia Sedimentar e Ambiental	Prof. Titular
228	Ricardo Nakamura	EP	Engenharia de Computação e Sistemas Digitais	Prof. Doutor
229	Ricardo Shirota	ESALQ	Economia, Administração e Sociologia	Prof. Doutor
230	Roberto Hideaki Tsunaki	EESC	Engenharia Mecânica	Prof. Doutor
231	Roberto Hirata Junior	IME	Diretoria do Instituto de Matemática e Estatística	Prof. Associado
232	Roberto Koji Onmori	EP	Engenharia de Sistemas Eletrônicos	Prof. Doutor
233	Roberto Munchisa Shimizu	IB	Ecologia	Prof. Doutor
234	Roberto Nobuaki Yamada	FO	Prótese	Prof. Doutor
235	Rodrigo Hirata Willemart	EACH	Licenciatura em Ciências da Natureza Para O Ensino Fundamental	Prof. Doutor
236	Romualdo Shiguelo Fukushima	FMVZ	Nutrição e Produção Animal	Prof. Titular
237	Ronaldo Fumio Hashimoto	IME	Ciência da Computação	Prof. Associado
238	Rosa Yuka Sato Chubaci	EACH	Gerontologia	Prof. Doutor
239	Rosaria Ono	FAU	Tecnologia da Arquitetura	Prof. Titular
240	Rose Satiko Gitirana Hikiji	FFLCH	Antropologia	Prof. Doutor
241	Roseli Mieko Yamamoto Nomura	FM	Obstetrícia e Ginecologia	Prof. Associado
242	Rui Nobhiro Oyamada	EP	Engenharia de Estruturas e Geotécnica	Prof. Doutor
243	Rumio Taga	FOB	Ciências Biológicas	Prof. Titular
244	Ruth Hitomi Osava	EACH	Obstetrícia	Prof. Doutor
245	Samuel Katsuyuki Shinjo	FM	Clínica Médica	Prof. Doutor
246	Sandra Yasuyo Fukada Alves	FCFRP	Física e Química	Prof. Associado
247	Sayuri Miyamoto	IQ	Bioquímica	Prof. Associado
248	Sayuri Tanaka Maeda	EE	Enfermagem em Saúde Coletiva	Prof. Associado
249	Seiji Isotani	ICMC	Sistemas de Computação	Prof. Associado
250	Selma Shin Shimizu Melnikoff	EP	Engenharia de Computação e Sistemas Digitais	Prof. Titular
251	Sergio Akinobu Yoshioka	IQSC	Química e Física Molecular	Prof. Doutor
252	Sergio Akira Uyemura	FCFRP	Análises Clínicas, Toxicológicas e Bromatológicas	Prof. Titular
253	Sergio Kiyoshi Ishikiriama	FOB	Dentística, Endodontia e Materiais Odontológicos	Prof. Associado
254	Sergio Kodato	FFCLRP	Psicologia	Prof. Doutor
255	Sérgio Nojiri	FDRP	Filosofia do Direito e Disciplinas Básicas	Prof. Doutor
256	Sergio Sheiji Fukusima	FFCLRP	Psicologia	Prof. Doutor
257	Sérgio Shiguemi Furuie	EP	Engenharia de Telecomunicações e Controle	Prof. Titular
258	Sérgio Takahashi	FEARP	Administração	Prof. Doutor
259	Sergio Takeo Kofuji	EP	Engenharia de Sistemas Eletrônicos	Prof. Doutor
260	Shirlei Lica Ichisato Hashimoto	FFLCH	Letras Orientais	Prof. Doutor

261	Silvia Matumoto	EERP	Diretoria Escola Enfermagem Ribeirão Preto	Prof. Associado
262	Sílvia Okumura Hayashi	ECA	Cinema, Rádio e Televisão	Prof. Contratado
263	Sílvio Hiroshi Nakao	FEARP	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto	Prof. Associado
264	Silvio Ikuyo Nabeta	EP	Engenharia de Energia e Automação Elétricas	Prof. Titular
265	Silvio Koiti Sato	ECA	Relações Públicas, Propaganda e Turismo	Prof. Contratado
266	Silvio Shiguelo Nihei	IB	Zoologia	Prof. Associado
267	Silvio Yoshiro Mizuguchi Miyazaki	EACH	Marketing	Prof. Doutor
268	Sueli Mieko Tanaka Aki	ICMC	Matemática	Prof. Doutor
269	Suely Itsuko Ciosak	EE	Diretoria Escola de Enfermagem	Prof. Associado
270	Suely Kazue Nagahashi Marie	FM	Neurologia	Prof. Associado
271	Suzane Kioko Ono	FM	Gastroenterologia	Prof. Associado
272	Takami Hirono Hotta	FORP	Materiais Dentários e Prótese	Prof. Associado
273	Takashi Hukusima	FAU	Projeto	Prof. Doutor
274	Tatiana Sakurai	FAU	Projeto	Prof. Doutor
275	Telma Mary Kaneko	FCF	Farmácia	Prof. Doutor
276	Thelma Suely Okay	FM	Pediatria	Prof. Associado
277	Tie Koide	FMRP	Bioquímica e Imunologia	Prof. Doutor
278	Tiemi Arakawa	EERP	Enfermagem Materno-infantil e Saúde Pública	Prof. Contratado
279	Tokiko Ishihara	FFLCH	Letras Modernas	Prof. Doutor
280	Tomie Toyota de Campos	FO	Prótese	Prof. Titular
281	Valdomiro Shigueru Miyada	ESALQ	Zootecnia	Prof. Titular
282	Valeria Aoki	FM	Diretoria Faculdade de Medicina	Prof. Associado
283	Walter Yukihiko Takahashi	FM	Oftalmologia e Otorrinolaringologia	Prof. Associado
284	Wataru Kikuchi	FFLCH	Letras Orientais	Prof. Doutor
285	Wilson Komatsu	EP	Diretoria Escola Politecnica	Prof. Associado
286	Wilson Matsumoto	FORP	Materiais Dentários e Prótese	Prof. Associado
287	Wilson Siguemasa Iramina	EP	Engenharia de Minas e de Petróleo	Prof. Associado
288	Yassuko Iamamoto	FFCLRP	Química	Prof. Titular
289	Yoshiharu Kohayakawa	IME	Ciência da Computação	Prof. Titular
290	Yoshiko Wakabayashi	IME	Ciência da Computação	Prof. Titular

B – Docentes Ativos e Aposentados da Universidade Estadual do Estado de São Paulo – UNESP³

	Nome	Função
1	Adriano Sakai Okamoto	Prof Assist Dr Ms3.2
2	Aguemi Kohayagawa	Prof Adjunto Ms5.1
3	Ailton Akira Shinoda	Prof Adjunto Ms5.3
4	Alberto Noriyuki Kojima	Prof Assist Dr Ms3.1
5	Alberto Tsuyoshi Ikeda	Prof Assist Dr Ms3.2
6	Alessandre Hataka	Prof Assist Dr Ms3.2
7	Alice Fushako Itani	Prof Adjunto Ms5.1
8	Alice Kimie Miwa Libardi	Prof Adjunto Ms5.3
9	Alice Yamashita Prearo	Prof Assist Dr Ms3.1
10	Alzira Teruio Yida Sakate	Prof Assist Dr Ms3.1
11	Americo Sheitiro Tabata	Prof Assist Dr Ms3.2
12	Ana Mikki Nakamura	Prof Assist Dr Ms3.1
13	Anete Kinumi Ueda	Prof Assist Dr Ms3.1
14	Aparecida Yooko Outa Angeleli	Prof Assist Dr Ms3.1
15	Atushi Sugohara	Prof Assist Dr Ms3.1
16	Augusto Shinya Abe	Prof Titular
17	Auro Tanaka	Prof Assist Dr Ms3.2
18	Beatriz Bojikian Matsubara	Prof Titular
19	Beatriz Funayama A Freire	Prof Assist Dr Ms3.1
20	Bonifacio Katsunori Takegawa	Prof Assist Dr Ms3.1
21	Bruno Watanabe Minto	Prof Adjunto Ms5.1
22	Carlos Noriyuki Kaneto	Prof Assist Dr Ms3.1
23	Cassio Machiaveli Oishi	Prof Adjunto Ms5.1
24	Cecilia Kimie Jo Shioda	Prof Assist Dr Ms3.1
25	Cecilio Sadao Fugivara	Prof Assist Dr Ms3.2
26	Celso Koogi Sonoda	Prof Adjunto Ms5.3
27	Celso Riyoitsi Sokei	Prof Assist Dr Ms3.1
28	Celso Tadao Miasaki	Prof Assist Dr Ms3.1
29	Chukichi Kurozawa	Prof Titular
30	Cilmery Suemi Kurokawa	Prof Assist Dr Ms3.1
31	Cintia Yuri Matsumura	Prof Assist Dr Ms3.1
32	Clara Miho Narukawa Iwabe	Prof Assist Dr Ms3.1
33	Clarice Queico Fujimura Leite	Prof Titular
34	Claudia Ota Suginoara	Prof Assist Dr Ms3.1
35	Claudio Kitano	Prof Adjunto Ms5.1
36	Claudio Roberto Y Goya	Prof Assist Dr Ms3.1
37	Clelia Akiko Hiruma Lima	Prof Adjunto Ms5.3

³ Dados extraídos de <https://sistemas.unesp.br/sic/> e www.cnpq.br (currículo Lattes), em 30-3-2018.

38	Cristiane Furuse	Prof Adjunto Ms5.1
39	Cristiane Yumi Koga Ito	Prof Adjunto Ms5.3
40	Cynthia Yukiko Hiraga	Prof Assist Dr Ms3.1
41	Darci Satsuki Aoki Watanabe	Prof Assist Dr Ms3.1
42	Doris Hissako Sumida	Prof Adjunto Ms5.3
43	Edson Seizo Mori	Prof Titular
44	Eduardo Kokubun	Prof Titular
45	Eduardo Shigueyuki Uemura	Prof Assist Dr Ms3.1
46	Elcio Hiroyoshi Yano	Prof Assist Dr Ms3.1
47	Elisa Tomoe Moriya Schlunzen	Prof Adjunto Ms5.1
48	Elizabeth Orika Ono	Prof Adjunto Ms5.3
49	Elizaide Luzia De A Yoshida	Prof Assist Dr Ms3.1
50	Emilia Akemi Aramaki	Prof Assist Dr Ms3.1
51	Erica Nishida Hasimoto	Prof Assist Dr Ms3.1
52	Erico Tadao Teramoto	Prof Assist Dr Ms3.1
53	Estela Kaminagakura Tango	Prof Adjunto Ms5.1
54	Eunice Ferreira Vaz Yoshiura	Prof Assist Dr Ms3.1
55	Eunice Oba	Prof Titular
56	Fabio Kazuo Ocada	Prof Assist Dr Ms3.1
57	Fernanda Bono Fukushima	Prof Assist Dr Ms3.2
58	Fernanda Sayuri Y Watanabe	Prof Assist Dr Ms3.1
59	Fernando Eidi Takahashi	Prof Assist Dr Ms3.1
60	Fernando Sergio Okimoto	Prof Assist Dr Ms3.2
61	Francisco Hashimoto	Prof Adjunto Ms5.2
62	Glauco Issamu Miyahara	Prof Titular
63	Gustavo Maruyama Mori	Prof Assist Dr Ms3.1
64	Gustavo Nakamura Alves Vieira	Prof Assist Dr Ms3.1
65	Hamilto Akihissa Yamamoto	Prof Assist Dr Ms3.1
66	Haroldo Naoyuki Nagashima	Prof Assist Dr Ms3.1
67	Helia Matiko Yano Kodama	Prof Assistente
68	Helio Hirao	Prof Assist Dr Ms3.2
69	Helio Takachi Okuda	Prof Adjunto Ms5.1
70	Hidekasu Matsumoto	Prof Adjunto Ms5.1
71	Hideko Yamanaka	Prof Adjunto Ms5.3
72	Hideo Sudo	Prof Assist Dr Ms3.1
73	Igneiz Harumi Hokumura	Prof Assist Dr Ms3.1
74	Iolanda Toshie Ide	Prof Assist Dr Ms3.1
75	Ione Morita	Prof Assist Dr Ms3.2
76	Izabel Cristina Takitane	Prof Assist Dr Ms3.1
77	Janio Itiro Akamatsu	Prof Assist Dr Ms3.1
78	Joao Nakagawa	Prof Titular
79	Joao Suzuki	Prof Assist Dr Ms3.1

80	Joji Ariki	Prof Titular
81	Jorge Hamada	Prof Titular
82	Jorge Luis Akasaki	Prof Adjunto Ms5.3
83	Jose Guilherme Braga Teixeira	Prof Titular
84	Jose Luis Susumu Sasaki	Prof Assist Dr Ms3.1
85	Jose Pedro Serra Valente	Prof Assist Dr Ms3.1
86	Jose Ricardo Kina	Prof Adjunto Ms5.1
87	Julio Kiyoshi Hasegawa	Prof Assist Dr Ms3.2
88	Julio Nakagawa	Prof Titular
89	Julio Toshimi Doyama	Prof Assist Dr Ms3.1
90	Katashi Okoshi	Prof Adjunto Ms5.3
91	Katia Hiromoto Koga	Prof Assist Dr Ms3.1
92	Katsumasa Hoshino	Prof Titular
93	Keidi Ujikawa	Prof Adjunto Ms5.1
94	Keizo Yukimitu	Prof Adjunto Ms5.3
95	Kikue Takebayashi Sassaki	Prof Assist Dr Ms3.2
96	Koychi Tomita	Prof Titular
97	Kunie Iabuki Rabello Coelho	Prof Assist Dr Ms3.1
98	Kuniko Iwamoto Haga	Prof Assist Dr Ms3.1
99	Laura Satiko Okada Nakaghi	Prof Adjunto Ms5.3
100	Leiko Wakimoto Hanai	Prof Assist Dr Ms3.1
101	Leonardo Susumu Takahashi	Prof Adjunto Ms5.1
102	Ligia Yukie Sassaki	Prof Assist Dr Ms3.1
103	Lilian Cristina Makino	Prof Assist Dr Ms3.1
104	Lilian Yuli Isoda	Prof Assist Dr Ms3.1
105	Lucas Fugikawa Santos	Prof Assist Dr Ms3.2
106	Lucia Kumoto Katsuki	Prof Assist Dr Ms3.1
107	Lucia Teramoto	Prof Assist Dr Ms3.1
108	Luiz Kiyoaki Okazaki	Prof Assist Dr Ms3.1
109	Luiz Koshiba	Prof Adjunto Ms5.1
110	Luiz Takashi Katsutani	Prof Assistente
111	Makoto Sakate	Prof Assist Dr Ms3.1
112	Makoto Yoshida	Prof Adjunto Ms5.1
113	Marcelo Takeshi Yamashita	Prof Assist Dr Ms3.2
114	Marcia Camegacava Riyuzo	Prof Assist Dr Ms3.1
115	Marcio Joaquim E De Oliveira	Prof Assist Dr Ms3.1
116	Marcos Hikari Toyama	Prof Adjunto Ms5.3
117	Marcos Jun Watanabe	Prof Assist Dr Ms3.2
118	Marcos Yasunori Maekawa	Prof Assist Dr Ms3.1
119	Marcos Yutaka Shiino	Prof Assist Dr Ms3.1
120	Margarida Juri Sacki	Prof Assist Dr Ms3.2
121	Maria Ap Marchesan R Kobayasi	Prof Titular

122	Maria Do Carmo M Kobayashi	Prof Assist Dr Ms3.2
123	Maria Fatima Sugizaki	Prof Assist Dr Ms3.1
124	Maria Jose Hitomi Nagata	Prof Adjunto Ms5.3
125	Marilia Matsuko Higa	Prof Assistente
126	Marina Politi Okoshi	Prof Adjunto Ms5.3
127	Mario Hissamitsu Tarumoto	Prof Assist Dr Ms3.1
128	Mario Susumo Haga	Prof Assist Dr Ms3.1
129	Mario Tsunezi Shimizu	Prof Titular
130	Mariza Akemi Matsumoto	Prof Adjunto Ms5.1
131	Marlene Kiyoni Hosaki	Prof Assist Dr Ms3.1
132	Marta Enokibara	Prof Assist Dr Ms3.2
133	Marta Yukie Baba	Prof Assistente
134	Mary Massumi Itoyama	Prof Assist Dr Ms3.2
135	Mary Yoko Okamoto	Prof Assist Dr Ms3.1
136	Masayoshi Tsuchida	Prof Assist Dr Ms3.2
137	Massako Iyda	Prof Assist Dr Ms3.1
138	Massanori Takaki	Prof Titular
139	Massao Ionashiro	Prof Titular
140	Massayoshi Nagoshi	Prof Assist Dr Ms3.1
141	Mauricio Tatsuei Sakima	Prof Assist Dr Ms3.1
142	Mauro Issamu Ishikawa	Prof Assist Dr Ms3.1
143	Mauro Mitsuchi Tashima	Prof Assist Dr Ms3.2
144	Michiko Sakate	Prof Adjunto Ms5.1
145	Mieko Kimura	Prof Assist Dr Ms3.1
146	Milton Carlos Kuga	Prof Adjunto Ms5.1
147	Milton Eiji Kayama	Prof Adjunto Ms5.1
148	Milton Hirokazu Shimabukuro	Prof Assist Dr Ms3.2
149	Milton Koji Nakata	Prof Assist Dr Ms3.1
150	Milton Massato Hida	Prof Titular
151	Milton Terumitsu Sogabe	Prof Assist Dr Ms3.2
152	Minoru Inada	Prof Assist Dr Ms3.1
153	Minoru Sakate	Prof Titular
154	Miriam Harumi Tsunemi	Prof Assist Dr Ms3.1
155	Miriam Hashimoto	Prof Assist Dr Ms3.1
156	Momotaro Imaizumi	Prof Assist Dr Ms3.2
157	Nariaqui Cavaguti	Prof Adjunto Ms5.1
158	Neusa Taroda Ranga	Prof Assist Dr Ms3.1
159	Neuza Kazuko Kakuta	Prof Adjunto Ms5.1
160	Newton Key Hokama	Prof Assist Dr Ms3.1
161	Nilton Nobuhiro Imai	Prof Assist Dr Ms3.2
162	Nilva Kazue Sakomura	Prof Titular
163	Nobuo Oki	Prof Adjunto Ms5.3

164	Ossamu Hojo	Prof Assist Dr Ms3.1
165	Otavio Yassuo Itame	Prof Assist Dr Ms3.1
166	Pamela Gomes Nakada Freitas	Prof Assist Dr Ms3.1
167	Paulo Iamaguti	Prof Titular
168	Paulo Isamo Hiratsuka	Prof Assist Dr Ms3.1
169	Paulo Kawauchi	Prof Assist Dr Ms3.1
170	Paulo Roberto Kawano	Prof Assist Dr Ms3.2
171	Paulo Yshimine	Prof Assist Dr Ms3.1
172	Petronio Masanobu Tanisho	Prof Assist Dr Ms3.1
173	Regina Kiomi Takahira	Prof Adjunto Ms5.3
174	Renato Sussumu Nishioka	Prof Titular
175	Ricardo Coelho Okida	Prof Assist Dr Ms3.1
176	Ricardo Tokio Higuti	Prof Adjunto Ms5.3
177	Roberta Okamoto	Prof Adjunto Ms5.1
178	Roberto Yutaka Sagawa	Prof Adjunto Ms5.1
179	Roberto Yzumi Honda	Prof Adjunto Ms5.1
180	Roberto Zenhei Nakazato	Prof Assist Dr Ms3.2
181	Roque Takahashi	Prof Adjunto Ms5.1
182	Ruis Camargo Tokimatsu	Prof Adjunto Ms5.3
183	Rumy Goto	Prof Adjunto Ms5.3
184	Sadao Omote	Prof Adjunto Ms5.1
185	Sadao Omote	Prof Titular
186	Sandra Mari Kaneko Marques	Prof Assist Dr Ms3.2
187	Seizo Yamashita	Prof Assist Dr Ms3.1
188	Sergio Kurokawa	Prof Adjunto Ms5.3
189	Sergio Minoru Oikawa	Prof Assist Dr Ms3.2
190	Shizuo Seno	Prof Adjunto Ms5.1
191	Shoiti Kobayasi	Prof Titular
192	Silvia Mitiko Nishida	Prof Assist Dr Ms3.1
193	Silvio Issao Myaki	Prof Adjunto Ms5.1
194	Silvio Yasui	Prof Adjunto Ms5.1
195	Suely Regina Mogami Bomfim	Prof Assist Dr Ms3.1
196	Sulene Noriko Shima	Prof Assist Dr Ms3.1
197	Tadashi Yokoyama	Prof Titular
198	Tamotsu Hirata	Prof Adjunto Ms5.1
199	Teresa Tochiko Udo	Prof Assistente
200	Tereza Higashi Yamabe	Prof Assist Dr Ms3.1
201	Terue Sadatsune	Prof Assist Dr Ms3.1
202	Tetsuo Nishimura	Prof Assist Dr Ms3.1
203	Thais Regina Ueno Yamada	Prof Assist Dr Ms3.1
204	Tieko Yamaguchi Miyazaki	Prof Adjunto Ms5.1

205	Tomaz Manabu Hashimoto	Prof Adjunto Ms5.2
206	Tomomassa Matuo	Prof Titular
207	Toshio Nojimoto	Prof Titular
208	Tsunao Matsumoto	Prof Adjunto Ms5.2
209	Tsunechisa Tamaki	Prof Assist Dr Ms3.1
210	Vanderlei Minori Horita	Prof Adjunto Ms5.1
211	Victor Nakajima	Prof Assist Dr Ms3.1
212	Vilma Mayumi Tachibana	Prof Assist Dr Ms3.2
213	Walter Katsumi Sakamoto	Prof Adjunto Ms5.3
214	Wilson Massashiro Yonezawa	Prof Assist Dr Ms3.1
215	Wilson Nakamoto	Prof Assist Dr Ms3.1
216	Wilson Uieda	Prof Assist Dr Ms3.1
217	Wilson Yoshihiro Akashi	Prof Assist Dr Ms3.1
218	Winston Bonetti Yoshida	Prof Titular
219	Wyser Jose Yamakami	Prof Assist Dr Ms3.1
220	Yociteru Hasui	Prof Titular
221	Yoshie Ussami Ferrari Leite	Prof Adjunto Ms5.1
222	Yoshio Kiy	Prof Titular
223	Yukio Kobayashi	Prof Adjunto Ms5.1
224	Yukiyo Yashuda	Prof Titular
225	Yuriko Yanagizawa De A N Pinto	Prof Assist Dr Ms3.1
226	Yzumi Taguti	Prof Assist Dr Ms3.1
227	Zenshi Heshiki	Prof Titular

C – Docentes Ativos e Aposentados da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP⁴

	Nome	Unidade	Área
1	Ademar Yamanaka	FCM/DCM	Professor Doutor I
2	Akebo Yamakami	FEEC/DSE	Professor Titular
3	Alessandra Tomal	IFGW/DFA	Professor Doutor I
4	Amauri Hassui	FEM/DEMM	Professor Doutor II
5	Angela Antonia Kageyama	IE/DPHE	Professor Titular
6	Antonieta Keiko Kakuda Shimo	FENF	Professor Doutor II
7	Antonio Abe	FOP/DOR/ENDO	Professor Doutor I
7	Aparecida Mari Iguti	FCM/DSC	Professor Associado I
8	Arnaldo Yoshiteru Kuaye	FEA/DTA	Professor Titular
9	Aurea Akemi Abe Cairo	FCM/DTG	Professor Doutor I
10	Aureo Tatsumi Yamada	IB/DBBT	Professor Associado I
11	Carla Kazue Nakao Cavaliero	FEM/DE	Professor Doutor I

⁴ Dados extraídos de <http://www.dgrh.unicamp.br/remuneracao/fevereiro2018.txt/view> e www.cnpq.br (currículo Lattes), em 30-3-2018.

12	Carlos Kenichi Suzuki	FEM/DEMM	Professor Titular
13	Celio Hiratuka	IE/DPHE	Professor Doutor II
14	Celso Kazuyuki Morooka	FEM/DE	Professor Titular
15	Cicilia Yuko Wada	IMECC/DE	Professor Associado I
16	Clarissa Lin Yasuda	FCM/DN	Professor Doutor I
17	Dagoberto Yukio Okada	FT/CGAMB	Professor Doutor I
18	Daniel Fabio Kawano	FCF	Professor Doutor I
19	Daniel Iwao Suyama	FCA	Professor Doutor I
20	Dirce Yorika Kabuki	FEA/DCA	Professor Doutor I
21	Edison Hiroyuki Shibuya	IFGW/DRCC	Professor Associado I
22	Edson Eiji Matsura	FEAGRI	Professor Titular
23	Eduardo Okamoto	IA/DAC	Professor Doutor I
24	Eduardo Paiva Okabe	FCA	Professor Doutor I
25	Elza Taeko Doi	IEL/DLA	Professor Doutor I
26	Eric Fujiwara	FEM/DSI	Professor Doutor I
27	Eulalia Sakano	FCM/DORL	Professor Doutor I
28	Fernando Iikawa	IFGW/DFMC	Professor Associado II
29	Flavio Keidi Miyazawa	IC/DTC	Professor Titular
30	Fred Yukio Fujiwara	IQ/DFQ	Professor Associado
32	Fujio Sato	FEEC/DSE	Professor Doutor I
33	Fumio Yokoya	FEA/DCA	Professor Titular
34	Helenice Yemi Nakamura	FCM/DDHR	Professor Doutor II
35	Helia Harumi Sato	FEA/DCA	Professor Doutor I
36	Hiroshi Aoyama	IB/DBBT	Professor Titular
37	Hiroshi Paulo Yoshizane	FT/CGTCC	Professor Pleno MTS-C
38	Ieda Kanashiro Makiya	FCA	Professor Doutor I
39	Ioshiaki Doi	FEEC/DSIF	Professor Titular
40	Irene Harumi Kamata Barcelos	FCM/DRX	Professor Doutor II
41	Jaime Hideo Izuka	FCA	Professor Doutor I
42	Joao Baptista Tadanobu Yabu Uti	FEEC/DECOM	Professor Associado I
43	Jorge Yoshio Tamashiro	IB/DBVEG	Professor Assistente
44	Julia Yoriko Shinzato	FCM/DTG	Professor Doutor II
45	Jun Takahashi	IFGW/DRCC	Professor Titular
46	Kikyo Yamamoto	IB/DBVEG	Professor Doutor I
47	Lalo Watanabe Minto	FE/DEFHE	Professor Doutor I
48	Larissa Sato Turtelli	IA/DACO	Professor Doutor I
49	Lauro Tatsuo Kubota	IQ/DQA	Professor Titular
50	Lili Katsuo Kawamura	FE/DEFHE	Professor Associado I
51	Livia Oushiro	IEL/DL	Professor Doutor I
52	Luiz Koodi Hotta	IMECC/DE	Professor Titular
53	Luiza Sumiko Kinoshita	IB/DBVEG	Professor Titular
54	Luzia Koike	IQ/DQO	Professor Associado I

55	Marcia Regina Nozawa	FENF	Professor Associado I
56	Marcos Akira Davila	FEM/DEMM	Professor Doutor II
57	Maria De Lourdes Setsuko Ayrizono	FCM/DC	Professor Doutor II
58	Maria Sumiko Arita	IB/DBBT	Professor Associado I
59	Mario Jino	FEEC/DCA	Professor Titular
60	Mario Noboru Tamashiro	IFGW/DFA	Professor Doutor I
61	Marlene Tiduko Ueta	IB/DBANI	Professor Doutor I
62	Mary Aizawa Kato	IEL/DL	Professor Titular
63	Milton Mori	FEQ/DEPro	Professor Titular
64	Milton Shoiti Misuta	FCA	Professor Doutor II
65	Miriam Cardoso Utsumi	FE/DEPRAC	Professor Doutor I
66	Mirian Hideko Nagae Espinosa	FCM/DDHR	Professor Doutor II
67	Munemasa Machida	IFGW/DEQ	Professor Associado I
68	Osamu Ikari	FCM/DC	Professor Doutor I
69	Paulo Hayashi Junior	FCA	Professor Doutor I
70	Paulo Hiroshi Sakanaka	IFGW/DEQ	Professor Titular
71	Paulo Mitsuo Imamura	IQ/DQO	Professor Associado I
72	Paulo Motisuke	IFGW/DFMC	Professor Associado I
73	Reiko Sato	IFGW/DFMC	Professor Associado I
74	Renato Takami	FT/CGAMB	Professor Associado MTS-B
75	Roberto Akira Goto	FE/DEFHE	Professor Doutor II
76	Roberto Tokiaki Nakashima	FCM/DP	Professor Assistente
77	Ronaldo Seichi Wada	FOP/DOS	Professor Doutor I
78	Satie Hatsushika Ogo	IB/DBBT	Professor Associado I
79	Satoshi Kitamura	FCM/DSC	Professor Doutor II
80	Shiguenoli Miyamoto	IFCH/DCP	Professor Titular
81	Shusaburo Motoyama	FEEC/DSE	Professor Titular
82	Silvia Aparecida Mikami Goncalves Pina	FEC/DAC	Professor Associado I
83	Takaaki Ohishi	FEEC/DSE	Professor Associado I
84	Teresa Massako Kakuta Ravagnani	FEQ/DESQ	Professor Associado I
85	Tioeturo Yagui	FEC/DES	Professor Titular
86	Tomomasa Yano	IB/DGEBIO	Professor Titular
87	Urara Kawazoe	IB/DBANI	Professor Associado I
88	Vera Nisaka Solferini	IB/DGEBIO	Professor Titular
89	Wilson Cano	IE/DPHE	Professor Titular
90	Wirla Maria Da Silva Cunha Tamashiro	IB/DGEBIO	Professor Associado I
91	Yoshikazo Ernesto Nagai	IFGW/DEQ	Professor Associado I
92	Yoshitaka Gushikem	IQ/DQI	Professor Titular
93	Yoshiyuki Hase	IQ/DFQ	Professor Titular
94	Yuzo Iano	FEEC/DECOM	Professor Titular

D – Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP⁵

	Nome	Função	Função
1	Akira Ishida	Ortopedia E Traumatologia	Prof. Titular
2	Alexandre Keiji Tashima	Bioquímica	Prof. Associado
3	Americo Toshiaki Sakai	Cirurgia	
4	Andrea Komesu	Ciências Do Mar-Cbs	Prof. Adjunto-A
5	Aparecida Emiko Hirata	Fisiologia	Prof. Associado
6	Aparecida Sadae Tanaka	Bioquímica	Prof. Titular
7	Bruno Yuji Lino Kimura	Instituto De Ciência E Tecnologia	Prof. Adjunto
8	Camila Takao Lopes	Escola Paulista De Enfermagem	Prof. Adjunto-A
9	Camila Takao Lopes	Escola Paulista De Enfermagem	Prof. Adjunto-A
10	Carlos Haruo Arasaki	Cirurgia	Prof. Adjunto
11	Cesar Uehara	Medicina	Prof. Adjunto
12	Claudio Saburo Shida	Instituto De Ciência E Tecnologia	Prof. Adjunto
13	Cledson Akio Sakurai	Ciências Do Mar-Cbs	Prof. Adjunto
14	Clovis Ryuichi Nakaie	Biofísica	Prof. Titular
15	Daniel Araki Ribeiro	Depto Acadêm.Biociências-U.S.	
16	David Carlos Shigueoka	Diags. Por Imagem	Prof. Adjunto
17	Dayane Batista Tada	Instituto De Ciência E Tecnologia	Prof. Adjunto
18	Denise Miyuki Kusahara	Escola Paulista De Enfermagem	Prof. Adjunto-A
19	Denise Miyuki Kusahara	Escola Paulista De Enfermagem	Prof. Adjunto-A
20	Edna Sadayo Miazato Iwamura	Patologia	Prof. Associado
21	Eduardo Macoto Kosugi	Otorr.E Cirurg.Cab.E Pescoço	Prof. Adjunto
22	Eiffel Tsuyoshi Dobashi	Ortopedia E Traumatologia	Prof. Adjunto
23	Elisa Mieko Suemitsu Higa	Medicina	Prof. Titular
24	Emilia Inoue Sato	Medicina	Prof. Titular
25	Erika Suzuki De Toledo	Microb.Imun.Parasit.	Prof. Associado
26	Eunice Nakamura	Acad.Saúde,Ed.Socied.-U.S	Prof. Associado
27	Helio Kiitiro Yamashita	Diags. Por Imagem	Prof. Adjunto
28	Helio Kiyoshi Takahashi	Bioquímica	Prof. Titular
29	Horacio Hideki Yanasse	Instituto De Ciência E Tecnologia	Prof. Titular
30	Jane Tomimori	Dermatologia	Prof. Titular
31	Jaquelina Sonoe Ota Arakaki	Medicina	Prof. Adjunto-A
32	Leny Toma	Bioquímica	Prof. Associado
33	Leonardo Querebim Yokoyama	Ciências Do Mar-Cbs	Prof. Adjunto
34	Lia Thieme Oikawa Zangirolani	Dept.Acad.Saúde,Ed.Socied.-U.S	: Prof. Adjunto:
35	Lila Missae Oyama	Fisiologia	Prof. Associado
36	Lucia Kiyomi Noda	Ciências Exatas E Da Terra-C.D	Prof. Adjunto
37	Luciana Yuki Tomita	Medicina Preventiva	Prof. Adjunto
38	Luis Carlos Uta Nakano	Cirurgia	Prof. Adjunto

⁵ Dados extraídos de <http://www.unifesp.br/servicos/informacoes-servicos/depts> e www.cnpq.br (currículo Lattes), em 30-3-2018.

39	Luiz Hirotoshi Ota	Cirurgia	Prof. Adjunto
40	Lydia Masako Ferreira	Cirurgia	Prof. Titular
41	Marcel Jun Sugawara Tamaoki	Ortopedia E Traumatologia	Prof. Adjunto-A
42	Marcelo Visentini Kitahara	Ciências Do Mar-Cbs	Prof. Adjunto
43	Mariana Motisuke	Instituto De Ciência E Tecnologia	Prof. Adjunto
44	Mario Kondo	Medicina	Prof. Adjunto
45	Mary Uchiyama Nakamura	Obstetrícia	Prof. Titular
46	Masashi Munechika	Cirurgia	Prof. Adjunto
47	Milton Harumi Miyoshi	Pediatria	Prof. Assistente
48	Mirian Akemi Furuie Hayashi	Farmacologia	Prof. Associado
49	Mirian Chieko Shinzato	Ciências Exatas E Da Terra-C.D	Prof. Associado
50	Nobuko Yoshida	Microb.Imun.Parasit.	Prof. Titular
51	Paula Hino	Escola Paulista De Enfermagem	Prof. Adjunto-A
52	Reginaldo Raimundo Fujita	Otorr.E Cirurg.Cab.E Pescoço	Prof. Adjunto
53	Rioko Kimiko Sakata	Cirurgia	Prof. Associado
54	Roseli Mieko Yamamoto Nomura	Obstetrícia	Prof. Adjunto-A
55	Sergio Henrique Hirata	Dermatologia	Prof. Adjunto
56	Simone Nacaguma	Educação	Prof. Adjunto
57	Sonia Hatsue Tatumi	Ciências Do Mar-Cbs	Prof. Adjunto
58	Sue Yazaki Sun	Obstetrícia	Prof. Adjunto
59	Suely Sueko Viski Zanei	Escola Paulista De Enfermagem	Prof. Adjunto
60	Wandrey De Bortoli Watanabe	Ciências Do Mar-Cbs	Prof. Adjunto-A

E – Docentes Ativos da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR⁶

	Nome	DEPTO	Função
1	Alfredo Seiiti Urashima	Biotec. E Prod. Vegetal E Animal - Dbpva-Ar	Prof. Associado-DE
2	Carlos Eiji Hirata Ventura	ENGENHARIA MECÂNICA – Demec	Prof. Adunto-De
3	Carlos Roberto Massao Hayashi	Ciência Da Informação – Dci	Prof. Associado-De
4	Celi Hirata	Filosofia – Dfil	Prof. Do Magisterio Superior-De
5	Cezar Issao Kondo	Matemática – Dm	Prof. Associado-DE
6	Claudio Shyinti Kiminami	ENGENHARIA DE MATERIAIS – Dema	Prof. Titular-De
7	Cristiane Shinohara Moriguchi de Castro	Fisioterapia – Dfisio	Prof. Do M Agisterio Superior-De
8	Edison Tutomu Kato Junior	Ciências Da Natureza – Ccn	Prof. Adunto-De
9	Eliana Akie Simabukuro	BIOLOGIA - Dbio-So	Prof. Adunto-De
10	Fábio Minoru Yamaji	Ciências Ambientais - Dca-So	Prof.Associado-De

⁶ Dados extraídos de <http://www2.srh.ufscar.br/lotacao-de-servidores-efetivos-substitutos-voluntarios-e-pesquisador-associado/lotacao-de-servidores-28-07-2015/view> e www.cnpq.br (currículo Lattes), em 30-3-2018.

11	Flavio Yukio Watanabe	ENGENHARIA MECÂNICA – Demec	Prof. Associado-De
12	Francis Massashi Kakuda	ENGENHARIA CIVIL – Deciv	Prof. Do Magisterio Superior-De
13	Frederico Yuri Hanai	CIÊNCIAS AMBIENTAIS – Dcam	Prof. .Adunto-De
14	Gilberto Eiji Shiguemoto	Ciências Fisiológicas – Dcf	Prof. Adunto-De
15	Humberto Sadanobu Hirakawa	Medicina – Dmed	Prof..Adju Nto-De
16	Janaina Namba	Filosofia – Dfil	Prof. Do Magisterio Superior-De
17	Jorge Akutsu	ENGENHARIA CIVIL – Deciv	Prof. Adunto-De
18	Jose Sergio Komatsu	ENGENHARIA DE MATERIAIS – Dema	Prof. Associado-De
19	Juliana Keiko Sagawa	Engenharia De Produção – Dep	Prof. Adunto-DE
20	Katia Sakihama Ventura	ENGENHARIA CIVIL – Deciv	Prof. Adunto-De
21	Keika Inouye	Gerontologia – Dgero	Prof. Adunto-De
22	Luciana Takata Gomes	Física, Química E Matemática - Dfqm-So	Prof.Adunto-De
23	Luciana Thie Seki Dias	Biotec. E Prod. Vegetal E Animal - Dbpva-Ar	Prof. Associado-De
24	Luiz Fernando Takase	Morfologia E Patologia – Dmp	Prof. Associado-De
25	Marcel Okamoto Tanaka	CIÊNCIAS AMBIENTAIS – Dcam	Prof. Associado-De
26	Marcelo de Castro Takeda	ENGENHARIA CIVIL – Deciv	Prof. Adunto-De
27	Marcelo Suetake	Engenharia Elétrica – Dee	Prof. Adunto-De
28	Márcia Niituma Ogata	Enfermagem – Denf	Prof. Titular-De
29	Marcos Masaru Okido	Medicina – Dmed	Prof. Do Magisterio Superior
30	Margareth Lumy Sekiama	Desenvolvimento Rural-Ddr-Ar	Prof.Adjunto-De
31	Mitsukimi Tsunoda	Química – Dq	Prof. Associado-De
32	Osmar Ogashawara	Engenharia Elétrica – Dee	Prof.Associado-DE
33	Ricardo Toshio Fujihara	Ciênc. Da Natureza, Matem. E Ed. - Denme-Ar	Prof. Adunto-DE
34	Roberto Santos Inoue	Engenharia Elétrica – Dee	Prof. Adunto-DE
35	Robson Ryu Yamamoto	Ciências Da Natureza – Ccn	Prof. Do Magisterio Superior-DE
36	Rodrigo Figueiredo Shiozaki	Estatística – Des	Prof..Do Magisterio Superior-DE
37	Rosa Yokota	Letras – Dl	Prof. Associado-DE
38	Sadao Massago	Matemática – Dm	Prof. Associado-DE
39	Sidney Bruce Shiki	ENGENHARIA MECÂNICA – Demec	Prof. Do Magisterio Superior-DE
40	Thelma Simões Matsukura	Terapia Ocupacional – Dto	Prof. Associado-DE
41	Tiemi Christine Sakata	COMPUTAÇÃO - Dcomp-So	Prof. Associado-DE
42	Tomaz Toshimi Ishikawa	ENGENHARIA DE MATERIAIS – Dema	Prof. Titular-DE
43	Victor Satoru Saito	CIÊNCIAS AMBIENTAIS – Dcam	Prof. Do Magisterio Superior-DE

F – Docentes Ativos da Universidade Federal do ABC⁷

	Nome	Unidade	Área	Função
1	Alexandre Hideki Okano	CMCC	Cognição	Prof. Associado
2	Alexandre Hiroaki Kihara	CMCC	Cognição	Prof. Associado
4	Alexandre Noma	CMCC	Reconhecimento de padrões e processamento de imagens.	Prof. Associado
5	Álvaro Takeo Omori	CCNH	Química Orgânica e Biocatálise	Prof. Adjunto IV
6	André Kazuo Takahata	CECS	Engenharia de Informação	Prof. Adjunto A
7	Carlos Suetoshi Miyazawa	CCNH	Citogenética e genética de peixes	Prof. Associado IV
8	Celso Chikahiro Nishi	CMCC	Física-matemática; Física de Partículas	Prof. Associado
9	Celso Setsuo Kurashima	CECS	Engenharia de Informação; Processamento Digital de Sinais; Comunicações; Audiovisuais Imersivas; TV3D.	Prof. Associado
10	Cristiane Maria Sato	CMCC	Ciência da Computação	
11	Denise Hideko Goya	CMCC	Ciência da Computação	Prof. Adjunto
12	Edson Ryoji Okamoto Iwaki	CMCC	Matemática	Prof. Adjunto IV
13	Flávio Eduardo Aoki Horita	CMCC	Computação	Prof. Adjunto A
14	Giselle Watanabe	CCNH	Ensino em Física	Prof. Adjunto
15	Graciella Watanabe	CCNH	Ensino de Física	Prof. Adjunto
16	Guiou Kobayashi	CMCC	Ciência da Computação	Prof. Associado I
17	Hana Paula Masuda	CCNH	bioquímica, biologia molecular e genética em plantas	Prof. Adjunto IV
18	Harki Tanaka	CECS	Engenharia Biomédica	Prof. Adjunto
19	Humberto Naoyuki Yoshimura	CECS	Ciência e Engenharia dos Materiais; Cerâmicas.	Prof. Associado I
20	Ilka Tiemy Kato	CECS	Bases Biológicas para Reabilitação	Prof. Adjunto
21	João Ricardo Sato	CMCC	Métodos Quantitativos em Neurociências	Prof. Associado
22	Jorge Tomioka	CECS	Materiais Dielétricos e Propriedades Dielétricas	Prof. Associado
23	José Kenichi Mizukoshi	CCNH	Física das Partículas Elementares	Prof. Associado
24	Juliano Soyama	CECS	Materiais	Prof. Adjunto A
25	Kate Mamhy Oliveira Kumada	CCNH	Ensino de Libras	Prof. Adjunto
26	Kenji Nose Filho	CECS	Engenharia de Informação, subárea: Processamento Multimídia	Prof. Adjunto
27	Márcia Tsuyama Escote	CECS	Física da matéria condensada e materiais ferroelétricos e dielétricos, magnetoelétricos e sistemas eletronicamente correlacionados.	Prof. Associado

⁷ Dados extraídos de <http://www.ufabc.edu.br/ensino/docentes> e www.cnpq.br (currículo Lattes), em 30-3-2018.

28	Márcio Katsumi Oikawa	CMCC	Ensino e pesquisa em Ciência da Computação, com ênfase em Banco de Dados.	Prof. Adjunto
29	Mario Minami	CECS	Processamento Multimídia: Processamento de Sinais de Áudio e Voz	Prof. Adjunto
30	Michelle Sato Frigo	CECS	Engenharia de Energia ; Planejamento Energético	Prof. Adjunto
31	Mônica Yukie Kuwahara	CECS	Microeconomia e Economia do Meio ambiente	Prof. Adjunto
32	Paula Ayako Tiba	CMCC	O papel do sono nos processos cognitivos	Prof. Adjunto
33	Raphael Yokoingawa de Camargo	CMCC	Computação em Grade; Sistemas Distribuídos; Neurociência Computacional	Prof. Adjunto
34	Regina Keiko Murakami	CCNH	Física da Matéria Condensada	Prof. adjunto
35	Reginaldo Kisho Fukuchi	CECS	Engenharia Biomédica - Subárea: Bases Biológicas para Reabilitação	Prof. Adjunto I
36	Renato Naville Watanabe	CECS	Engenharia Biomédica , subárea Biomecânica	Prof. Adjunto A
37	Renato Rodrigues Kinouchi	CCNH	Filosofia da Ciência, Epistemologia e Ensino de Ciências	Prof. Associado
38	Ricardo Suyama	CECS	Processamento Multimídias - Processamento de Sinais em Comunicação	Prof. Adjunto
39	Sérgio Daishi Sasaki	CCNH	Bioquímica Metabólica	Prof. Adjunto
40	Silvia Honda Takada	CMCC	Cognição	Prof. Adjunto
41	Vera Nagamuta	CMCC	Computação móvel, computação ubíqua	Prof. Adjunto

Anexo VI

Relação dos principais artistas plásticos

Pioneiros

Tomoo Handa	Yoshiya Takaoka
Kiyoji Tomioka	Yuji Tamaki
Teisuke Kumasaka	Masao Okinaka
Hajime Higaki	Shigueto Tanaka
Kitizaemon Takahashi	Iwakiti Yamamoto

1º Núcleo

Manabu Mabe	Alina Okinaka
Tikashi Fukushima	Kenjiro Masuda
Tomie Ohtake	Masato Aki
Flávio Shiro	Masanori Uragami
Jorge Mori	Mari Yoshimoto
Takashi Kaminagai	Tadakiyo Sakai
Masao Okinaka	Teiiti Suzuki
Lydia Okumura	Takeshi Suzuki
Tsukika Okayama	

2º Núcleo

Kazuo Wakabayashi	Masumi Tsuchimoto
Shoko Suzuki	Ken Ichi Hirota
Yutaka Toyota	Mitsutaka Kogure
Hisao Ohara	Masuo Nakakubo
Akinori Nakaatani	Sachiko Koshikoku
Bin Kondo	Yukio Suzuki
Etsuko Kondo	Tomoshigue Kusuno
Hisao Sakakibara	Takao Kusuno
Hisao Shirai	Yoshiyu Miura
Kenichi Kaneko	Iwao Nakajima

3º Núcleo

Takashi Fukushima	Midori Hatanaka
Ayao Okamoto	Miyako Harada
Roberto K. Okinaka	Naoto Kondo
James Kudo	Futoshi Yoshikawa
Laerte Orui	Mauro H. Shoyama
Oscar Oiwa	Elza K. Oda
Herman Takasei	Yasuo Nakamura
Hiro Kai	Matiko Sakai
Kimi Nii	Milton T. Takada
Ademar Shimabukuro	Regina Komatsu
Minoru Sogabe	Taro Kaneko
Lucio Y. Kume	Yugo Mabe
Megumi Yuasa	Nobuo Torii

Obs.: Dados de junho de 2007.

Anexo VII

Relação dos Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo

A – Oficiais da ativa promovidos até outubro de 2006			
1	Cel PM 1961-5 Carlos Mitsuyoshi Nakaharada;	46	Cap PM 862793-2 Luís Carlos Hiromi Nagao;
2	Cel PM 790448-7 Luiz Massao Kita;	47	Cap PM 891198-3 Marcelo Hideo Takarabe;
3	Ten Cel Med PM 851133-A Antônio Yoshinori Hamada;	48	Cap PM 851981-1 Marcos Makoto Noda;
4	Ten Cel PM 79-5 Gilmar Ogawa;	49	Cap PM 822375-A Mário Ytiro Yamakawa;
5	Ten Cel PM 5963-3 Kiyoshi Okuma;	50	Cap Med PM 870932-7 Massaaki Sera;
6	Ten Cel 5623-5 Kooki Taguti	51	Cap PM 871903-9 Mauricio Vieira Izumi;
7	Ten Cel 36155-A Luiz Nakaharada;	52	Cap PM 891229-7 Mauro Akira Morishita;
8	Ten Cel PM 84341-5 Rubens Massao Kodama;	53	Cap PM 822255-0 Mauro Minoru Takara;
9	Ten Cel PM 904-A Wilson Tomizawa;	54	Cap PM 822381-5 Minoru Iamashita;
10	Maj Med PM 870903-3 Carlos Noboru Sato;	55	Cap PM 840912-9 Paulo César Makiya;
11	Maj PM 822300-9 César Francisco Toma;	56	Cap Med PM 870923-8 Paulo Mitsuru Matsuo;
12	Maj Med PM 870943-2 Gilberto Hiroshi Ohara;	57	Cap PM 871904-7 Paulo Augusto Leite Motooka;
13	Maj Med PM 840002-4 Hélio Endo;	58	Cap PM 860138-A Ricardo Tahara;
14	Maj Med PM 870909-2 Juvenal Hayato Yamaguchi;	59	Cap PM 854692-4 Roberto Ojima Simião;
15	Maj PM 822372-6 Marcos Maçumoto;	60	Cap PM 851988-9 Roberto Suganuma;
16	Maj PM 801110-9 Marcos Suzuki;	61	Cap PM 891230-A Rogério Nascimento Takiushi;
17	Maj PM 801164-8 Milton Sussumu Nomura;	62	Cap Fem PM 830165-4 Rosa de Cássia Suzuki;
18	Maj PM 822384-0 Newton Massami Tamada;	63	Cap PM 852394-A Rui Mori;
19	Maj Med PM 851135-7 Pedro Makoto Omi;	64	Cap Fem PM 910268-0 Ruth Satsuki Kiryu Muller;
20	Maj PM 790558-A Renato Ryukiti Sanomya;	65	Cap PM 860266-2 Sérgio Akyo Kouchi;
21	Maj PM 771044-5 Satoshi Chiba;	66	Cap PM 852122-A Sérgio Henrique Togashi Toma;
22	Maj PM 822410-2 Sérgio Massahiro Zaha;	67	Cap PM 891210-6 Sérgio Kazuo Abe;
23	Maj PM 822414-5 Sérgio Takao Murayama;	68	Cap PM 822412-9 Sérgio Ricardo Veneziani Kanno;
24	Maj PM 790432-A Wilson Takao Kubo;	69	Cap PM 840925-A Sérgio Watanabe;
25	Cap PM 862740-1 Adail Marcos Koga Fernandes;	70	Cap PM 840931-5 Takao Ikeda;
26	Cap Med PM 870922-0 Alberto Mitsuo Yamaoka;	71	Cap PM 884142-0 Toni Kasai;
27	Cap PM 841390-8 Américo Massaki Higuti;	72	Cap PM 840935-8 Wanderley Virissimo de Oliveira (Saito);
28	Cap PM 830512-9 Antônio Hideo Mendonça Ishy;	73	Cap PM 822269-0 Yoshiyasu José Alberto Tamashiro;
29	Cap Med PM 870918-1 Antônio Mizuaki Sera;	74	1º Ten PM 920400-8 Abílio Akamine Júnior;
30	Cap Med PM 883062-2 Atuzi Myazi Júnior;	75	1º Ten Fem PM 930418-5 Adriana Kimie Ogasawara;
31	Cap Med PM 860261-1 Celso Komoguchi Ogata;	76	1º Ten PM 930383-9 Alexandre Hiroshi Hirata;
32	Cap PM 830523-4 Eder Ken Shiikuma;	77	1º Ten PM 940669-7 Anne Akie Hasegawa;
33	Cap PM 852036-4 Edson Itio Numazawa;	78	1º Ten PM 862754-1 Ary Kunihiro Kamiyama;
34	Cap PM 862771-1 Edson Suezawa;	79	1º Ten Med PM 104532-2 Carlos Akira Kanashiro;
35	Cap PM 852046-1 Felício Fumiaki Kamiyama;	80	1º Ten PM 910378-3 Celso Massanobu Toma;
36	Cap PM 862721-5 Flávio Jun Kitazume;	81	1º Ten PM 889283-A Cláudio Hayashi;
37	Cap PM 871029-5 Frank Itinoce;	82	1º Ten PM 940739-1 Daniel Kumai;
38	Cap PM 822325-4 Frank Yukio Fukui;	83	1º Ten PM 920461-0 Denis Izumida;
39	Cap PM 891186-0 Glauco Tsuneimatu;	84	1º Ten PM 910285-0 Douglas Haruki Kiryu;
40	Cap Med PM 888265-7 Hélio Mitsuru Iha;	85	1º Ten PM 920380-0 Douglas Shoichi Sano;
41	Cap PM 822240-1 Henri Ryoji Sasaki;	86	1º Ten Med PM 104501-6 Edson Henry Takei;
42	Cap PM 884204-3 Humberto Shiego Shiotori;	87	1º Ten PM 822026-3 Edson Shiguemitsu Tiba;
43	Cap PM 851970-6 Kenji Konishi;	88	1º Ten PM 891262-9 Eduardo Yasui;
44	Cap PM 840893-9 Luís Alberto Irikura;	89	1º Ten PM 960406-5 Elder Abe Medeiros;
45	Cap PM 830599-4 Luís Alberto Syma;	90	1º Ten PM 972329-3 Fábio Nakaharada;
		91	1º Ten PM 901202-8 Fernando Sasaki Fagionato;

92	1º Ten Med PM 973489-9 Gilberto Komoguchi Ogata;	138	1º Ten Dent PM 964583-7 Susana Morimoto;
93	1º Ten PM 940769-3 Gilberto Tsutomu Ito;	139	1º Ten PM 901355-5 Warley Takeo Santos Miyake;
94	1º Ten Dent PM 964561-6 Hélio Juzo Ohashi;	140	1º Ten PM 884132-2 Wilson Nobukazu Kagawa;
95	1º Ten PM 910330-9 Hugo Maeda Yanase;	141	2º Ten PM 980918-0 Alberto Massahiko Suganuma;
96	1º Ten PM 871885-7 Igor Fabian Tanaka;	142	2º Ten PM 100311-9 Alexandre Kihara de Campos;
97	1º Ten PM 884175-6 Jânio Akito Maebayashi;	143	2º Ten Fem PM 100397-6 Amanda Hatsume Sato;
98	1º Ten Med PM 900016-0 João Edson Kazuo Umino;	144	2º Ten PM 104546-6 Carlos Eduardo Hirufumi Utiyama Papa;
99	1º Ten PM 901305-9 Joaquim Reida Mendonça Ishy;	145	2º Ten Fem PM 100309-2 Cíntia Reiko Jordão Oshikiri;
100	1º Ten PM 930336-7 José Francisco Okuma;	146	2º Ten PM 100352-6 Cristian Takahashi;
101	1º Ten PM 940772-3 Leonardo Akira Takahashi;	147	2º Ten PM 104542-3 Daniel Lourenço Kimura;
102	1º Ten Dent PM 111470-A Lilian Yuki de Luca Ito;	148	2º Ten PM 100369-A Douglas Takahashi;
103	1º Ten PM 930309-0 Luís Augusto Sato;	149	2º Ten PM 100263-5 Edson Kyuiti Fujikura;
104	1º Ten PM 930357-0 Luiz Enrique de Souza Ikeda;	150	2º Ten PM 972295-5 Eduardo Prendes Higa;
105	1º Ten PM 930304-9 Luiz Kiyoshi Munakata;	151	2º Ten PM 980926-A Eric Nishisawa;
106	1º Ten Med PM 900017-8 Luiz Ono Honda;	152	2º Ten PM 930402-9 Fábio Akira Irikura;
107	1º Ten PM 901271-A Marcelo Hideki Nanya;	153	2º Ten PM 100382-5 Fábio Henrique Kunii;
108	1º Ten PM 940806-1 Márcio Misukami da Silva;	154	2º Ten PM 970510-4 Fernando Kazuo Nagatomi;
109	1º Ten PM 871900-4 Márcio Santiago Higashi Couto;	155	2º Ten PM 980907-4 Flávio Mitsuishi;
110	1º Ten Dent PM 964566-7 Marcos Eduardo Kira;	156	2º Ten PM 104643-8 Gilson Hiroyuki Kameoka;
111	1º Ten Med PM 924777-7 Marcos Ono Honda;	157	2º Ten PM 972265-3 Gustavo Gomes Kawamura;
112	1º Ten Dent PM 964543-8 Marcos Seguchi;	158	2º Ten PM 972360-9 Hélder Hideaki Kato;
113	1º Ten PM 940636-A Mário Kitsuwa;	159	2º Ten PM 832036-5 Hideharu Gombata;
114	1º Ten PM 940686-7 Miguel Katsume Kawakami;	160	2º Ten PM 104615-2 José Rafael Seico Kato;
115	1º Ten Dent PM 924771-8 Milton Missaka;	161	2º Ten PM 972375-7 Kenji Takebe Júnior;
116	1º Ten Dent PM 964600-A Milton Takao Ohashi;	162	2º Ten Fem PM 104613-6 Lidiara Beatriz Kurachi Ferrini;
117	1º Ten Fem PM 940731-6 Mônica Iwasaki Sales;	163	2º Ten PM 100288-A Lurela Alice Kurachi Ferrini;
118	1º Ten PM 860465-7 Nelson Kurotomi da Silva;	164	2º Ten PM 1002678 Mack Hidy Sugiyama;
119	1º Ten PM 930328-6 Newton Koba Kage;	165	2º Ten PM 100333-0 Marcelo Fumio Tamashiro;
120	1º Ten PM 960437-5 Nicanor Barry Komata;	166	2º Ten PM 104568-7 Marcelo Kamada;
121	1º Ten Dent PM 964586-1 Nicolau Yoshimasa Nagao;	167	2º Ten PM 101621-A Marcelo Kiyota;
122	1º Ten PM 863770-9 Oscar Aoyama;	168	2º Ten PM 990071-3 Marcelo Shiego Garcia Tsuda;
123	1º Ten Dent PM 964565-9 Patrícia Eiko Moritaka;	169	2º Ten PM 972324-2 Márcio Sunao Fujikura;
124	1º Ten Med PM 915252-A Paulo Koute Sakuramoto;	170	2º Ten PM 960423-5 Marcos Kazuaki Koyama;
125	1º Ten PM 960392-1 Paulo Marcelo Morishita Garbi;	171	2º Ten PM 100272-4 Maurício Kiyoshi Hirano;
126	1º Ten Med PM 973495-3 Paulo Shigueru Ishikawa;	172	2º Ten PM 980896-5 Maurício Tamanaha;
127	1º Ten PM 891220-3 Raimundo Sumiko Waga;	173	2º Ten PM 980925-2 Milton Ossamu Yuki;
128	1º Ten PM 940665-4 Renato Akira Akamine;	174	2º Ten Fem PM 990142-6 Priscila Mayme Oyama;
129	1º Ten PM 883540-3 Ricardo Akira Obayashi;	175	2º Ten PM 104961-5 Roberto da Cunha Adashi;
130	1º Ten Dent PM 964574-8 Ricardo Heiji Takizawa;	176	2º Ten PM 990051-9 Robson Mitsuo Munhoz Guenca;
131	1º Ten PM 973487-2 Ricardo Kumoguchi Ogata;	177	2º Ten PM 812846-4 Takeshi Sakosigue;
132	1º Ten PM 884173-0 Ricardo Jum Kawauchi;	178	2º Ten Fem PM 104549-A Tamar Mitie Hasegawa;
133	1º Ten PM 930398-7 Roberto Takeshi Graciolli;	179	2º Ten PM 104637-3 Thiago Hideyuki Pedreira Chiyo;
134	1º Ten PM 910403-8 Sandro Yukio Kubo;	180	2º Ten PM 100375-5 Wellington Watanabe Alves;
135	1º Ten PM 901307-5 Sérgio Harumi Nishi;	181	2º Ten PM 972309-9 Willian Tadashi Ritton Vieira.
136	1º Ten PM 920374-5 Sérgio Kazuo Horita;		
137	1º Ten Dent PM 964588-8 Sérgio Kiyoshi Nogata;		

B – Oficiais da Reserva e Reformados da Polícia Militar		50	Maj PM 19960-5 Massami Onici;
1	Cel PM 39270-7 Arnaldo Seicho Higa;	51	Maj PM 73897-2 Moriki Ueno;
2	Cel PM 30662-2 Coji Yanaguita;	52	Maj PM 10523-6 Nelson Honda;
3	Cel PM 11971-7 Francisco Toma;	53	Maj Med PM 800026-3 Tadao Okagawa;
4	Cel Med PM 3981-A Hidero Sakaki;	54	Maj PM 77409-0 Toshio Ide;
5	Cel PM 30676-2 Hitio Tsunoda;	55	Maj PM 48675-2 Vanderley Ishikawa;
6	Cel PM 41773-4 José Koki Kato;	56	Cap PM 40643-A André Kengo Miyamoto;
7	Cel Med PM 3975-6 Kenji Morishita;	57	Cap PM 73143-9 Antônio Nagata;
8	Cel PM 20351-3 Kiyoshi Inomata;	58	Cap PM 90283-7 Edison Minoru Motooka Takahashi;
9	Cel PM 2607-7 Massateru Arashiro;	59	Cap PM 3375-8 Eduardo Isamu Sugino;
10	Cel Farm PM 4392-3 Morio Sato;	60	Cap Med PM 888268-1 Hideo Harada;
11	Cel PM 34028-6 Oscar Nakada;	61	Cap PM 5674-0 Ioshitomo Ueda;
12	Cel PM 1482-6 Paulo Harrunobu Komata;	62	Cap PM 7532-9 José Nakata;
13	Cel PM 40097-1 Paulo Nishikawa;	63	Cap PM 31153-7 Katsuo Amano;
14	Cel PM 2155-5 Paulo Tatsuo Yonamine;	64	Cap PM 3354-5 Mário Ono;
15	Cel PM 863-0 Reizo Nishi;	65	Cap PM 19239-2 Nelson Kazuhiro Kiminami;
16	Cel PM 2889-4 Romeu Takami Mizutani;	66	Cap PM 72154-9 Nobumiti Ishiba;
17	Cel Fem PM 81416-4 Setsuko Yoshida;	67	Cap PM 780509-8 Paulino Issao Kodama;
18	Cel PM 20571-A Silodi Kavamura;	68	Cap PM 83013-5 Siguetaka Iagi;
19	Cel PM 23088-0 Tadao Fujita;	69	Cap PM 3185-2 Yoshisuke Uchida;
20	Cel PM 30623-1 Tadashi Komata;	70	1º Ten PM 31851-5 Abílio Akamine;
21	Cel Med PM 360-3 Tadao Otsuka;	71	1º Ten PM 40661-9 Aguirre Weda Higashi;
22	Cel Med PM 8018-7 Yoshiki Okumura;	72	1º Ten PM 851957-9 Carlos Katsuhito Yoshimori;
23	Ten Cel PM 37544-6 Adio Harada;	73	1º Ten Fem PM 910270-1 Cristina Liye Aragaki;
24	Ten Cel Med PM 86943-5 Ciro Yoshida;	74	1º Ten PM 900066-6 Eduardo Hiroshi Akaishi;
25	Ten Cel Fem PM 81436-9 Evany Ogiso;	75	1º Ten PM 12782-5 Francisco Mikihico Eguti;
26	Ten Cel Farm PM 92101-7 Hiroshi Tani;	76	1º Ten PM 26519-5 Fumio Kadama;
27	Ten Cel PM 753-6 João Kihachi Watanabe;	77	1º Ten PM 36938-1 Hissao Utuni;
28	Ten Cel PM 19016-A João Seitoku Toma;	78	1º Ten PM 20080-8 Jorge Yoshiharu Nagata;
29	Ten Cel PM 90298-5 José Kiyoshi Taniguchi;	79	1º Ten PM 19917-6 José Shinieiti Sato;
30	Ten Cel Med PM 1942-9 Kazuki Muramatsu;	80	1º Ten PM 35719-7 Kioshi Inata;
31	Ten Cel PM 40377-6 Luiz Hiroshi Oyama;	81	1º Ten PM 6654-A Kiyoho Tonomoto;
32	Ten Cel Med PM 800027-1 Luiz Toshimitsu Horita;	82	1º Ten PM 900078-0 Kodi Edson Kojima;
33	Ten Cel PM 2607-7 Massateru Arashiro;	83	1º Ten PM 75205-3 Lúcio Tagawa;
34	Ten Cel Med PM 780333-8 Masao Itano;	84	1º Ten PM 915247-4 Marcos Hideyo Sakaki;
35	Ten Cel Farm PM 217-8 Massatoshi Sakamoto;	85	1º Ten PM 900076-3 Marcos Jun Hashimoto;
36	Ten Cel Fem PM 46528-3 Mituko Shirasaka;	86	1º Ten PM 900055-A Ricardo Eiji Kawamoto;
37	Ten Cel PM 3045-7 Nobuo Aoki Xiol;	87	1º Ten PM 29445-4 Sakari Yokosawa;
38	Ten Cel PM 77527-4 Norio Arita;	88	1º Ten PM 32114-1 Susumu Kuriki;
39	Ten Cel PM 1482-6 Paulo Harrunobu Komata;	89	1º Ten PM 25840-7 Tsuyoshi Takata;
40	Ten Cel PM 2155-5 Paulo Tatsuo Yonamine;	90	1º Ten PM 7656-2 Yoti Ochiai;
41	Ten Cel PM 4891-7 Roberto Tadao Magami;	91	1º Ten PM 87318-7 Yoshio Sugahara Oseki;
42	Ten Cel Med PM 3913-6 Tadashi Uchida;	92	1º Ten PM 37960-3 Zentei Aguenta;
43	Ten Cel Med PM 800028-0 Walter Amauchi;	93	2º Ten PM 10818-9 Adelino Takiuti;
44	Ten Cel Med PM 3921-7 Yoshio Anraku;	94	2º Ten PM 29513-2 Carlos Yoshio Miyajima;
45	Ten Cel PM 26527-6 Yoshio Higa;	95	2º Ten PM 9355-6 Celson Tanauí;
46	Ten Cel PM 8978-8 Yoshitaka Okumura;	96	2º Ten PM 35782-A Ficassi Araki;
47	Maj PM 45169-0 Cláudio Mitsuki Essumi;	97	2º Ten PM 45833-3 Hiroshi Mizote;
48	Maj PM 793701-6 Eizo Tsuyama;	98	2º Ten PM 37233-1 Hiroshi Sato;
49	Maj PM 75182-A Kazuo Kuroda;	99	2º Ten PM 42458-7 Hisashi Sawasaki;

100	2º Ten PM 35172-5 João Kenzi Noda;
101	2º Ten PM 15988-3 Jorge Tomio Ohashi;
102	2º Ten PM 44235-6 Katumi Sikacho;
103	2º Ten PM 31485-4 Kenji Tonoute;
104	2º Ten PM 25934-9 Luiz Yoshio Nozima;
105	2º Ten PM 19918-4 Milton Serikawa;
106	2º Ten PM 34997-6 Mitsuo Gushikem;
107	2º Ten PM 3387-1 Nabuo Fugikaha;
108	2º Ten PM 40091-2 Nelson Mitsuyoshi Hataka;
109	2º Ten PM 6408-4 Norimoto Mizutani;
110	2º Ten PM 49806-8 Paulino Tsuchiya;
111	2º Ten PM 37246-3 Pedro Yoshida;
112	2º Ten PM 84632-5 Rosa Mitiko Maebara de Souza;
113	2º Ten PM 4512-8 Sadao Namiki;
114	2º Ten PM 27625-1 Tadaki Uemura;
115	2º Ten PM 8998-2 Tadashi Chionan;
116	2º Ten PM 5518-2 Takeo Wataray;
117	2º Ten PM 38356-2 Toshio Mune;
118	2º Ten PM 88051-5 Waldir Siroschi Hattori;
119	2º Ten PM Yoshio Matsumoto.

Anexo VIII

Relação de Oficiais Superiores e Generais da Aeronáutica

Quadro de Oficiais Aviadores – QOAV		
01	Tenente-Brigadeiro-Ar	Juniti Saito ¹
02	Tenente Brigadeiro-Ar	Masao Kawanami
03	Coronel-Aviador	Antonio Takuo Tani
04	Coronel-Aviador	Edilson Hiroshi Endo
05	Coronel-Aviador	Eduardo Akira Furusawa
06	Coronel-Aviador	Hideo Sato
07	Coronel-Aviador	Hiromiti Yoshioka
08	Coronel-Aviador	Heitor Sumida
09	Coronel-Aviador	José Takashi Ohashi
10	Coronel-Aviador	Júlio Sadao Takamura
11	Coronel-Aviador	Kunioki Shibao
12	Coronel-Aviador	Mario Endo
13	Coronel-Aviador	Mario Kendi Takishita
14	Coronel-Aviador	Mario Ossamu Nakamiti
15	Coronel-Aviador	Namio Umehara
16	Coronel-Aviador	Nelson Keiichiro Uryu
17	Coronel-Aviador	Paulo Fumihiko Nonaka
18	Coronel-Aviador	Paulo Sidney Moreira Haguiwara
19	Coronel-Aviador	Yoshinori Tominaga
20	Coronel-Aviador	Yoshio Takano
21	Tenente-Coronel-Aviador	Aldo Matsuhiko Miyaguti ²
22	Tenente-Coronel-Aviador	Antonio Haruo Nobori
23	Tenente-Coronel-Aviador	Eizi Nogui
24	Tenente-Coronel-Aviador	Fernando Komatsu
25	Tenente-Coronel-Aviador	Fernando Moriguchi
26	Tenente-Coronel-Aviador	Jason Sakai
27	Tenente-Coronel-Aviador	Jorge Shigueaki Tsuji
28	Tenente-Coronel-Aviador	Mario Noguchi
29	Tenente-Coronel-Aviador	Mauro Masaru Inagoki
30	Tenente-Coronel-Aviador	Miyatoyohiko Oku
31	Tenente-Coronel-Aviador	Renato Yassuo Tamashiro
32	Tenente-Coronel-Aviador	Ricardo Toschi Ogata
33	Tenente-Coronel-Aviador	Yassuo Yamamoto
34	Tenente-Coronel-Aviador	Yochikatu Silveira Sogo
35	Tenente-Coronel-Aviador	Kaneaki Wada
36	Tenente-Coronel-Aviador	Kazuo Iwamoto
37	Major-Aviador	Carlos Alberto Fernandes
38	Major-Aviador	Clovis Takekawa
39	Major-Aviador	Eduardo Yoshiaki Toda
40	Major-Aviador	Eisaku Goto
41	Major-Aviador	Esdras Sakuragui
42	Major-Aviador	Fernando Kishi
43	Major-Aviador	Fernando Sakura
44	Major-Aviador	Hayato Toda

¹ Em 28-2-2007 veio assumir o comando da Aeronáutica.

² Promovido ao posto de Brigadeiro-do-ar.

45	Major-Aviador	Ivan Ziolkowski
46	Major-Aviador	Jorge Shimomura Junior
47	Major-Aviador	Marcos Kentaro Adachi
48	Major-Aviador	Mauro Ido
49	Major-Aviador	Paulo Edy Nakamura
50	Major-Aviador	Paulo Junzo Hirasawa
51	Major-Aviador	Roberto Koji Tanaka
52	Major-Aviador R1	Robson Junger Maruoka
53	Major-Aviador	Sílvio Uehara

Quadro de Oficiais Engenheiros – QOENG

01	Coronel-Engenheiro	Azuma Shinkai
02	Coronel-Engenheiro	Dino Ishikura
03	Coronel-Engenheiro	Henrique Hiroshi Kanematsu
04	Coronel-Engenheiro R1	Roberto Tsustsui
05	Coronel-Engenheiro R1	Wataru Maruoka
06	Tenente-Coronel-Engenheiro	Antonio Kenji Kuroki
07	Tenente-Coronel-Engenheiro	Eduardo Hirohico Iwashita
08	Tenente-Coronel-Engenheiro	George Shingi Fujita
09	Tenente-Coronel-Engenheiro	Julio Hideo Shidara
10	Tenente-Coronel-Engenheiro R1	Mario Niwa
11	Tenente-Coronel-Engenheiro	Paulo Yoji Miura
12	Tenente-Coronel-Engenheiro	Saburo Chundo
13	Tenente-Coronel-Engenheiro	Yoshitoshi Nakagawa
14	Major-Engenheiro	Fabricio José Saito
15	Major-Engenheiro	Gerson Sussumu Juge

Quadro de Oficiais Intendentes – QOINT

01	Coronel-Intendente	Jose Koiti Nakamura
02	Coronel-Intendente	Katsuto Watanabe
03	Coronel-Intendente	Nelson Hitoshi Kamino
04	Coronel-Intendente	Renato Yoshio Mori
05	Coronel-Intendente	Takashi Matsuda
06	Tenente-Coronel-Intendente	Duarte Tomoyoshi Horimoto ²
07	Tenente-Coronel-Intendente	Helder Kiyoshi Kashiwakura
08	Tenente-Coronel-Intendente	Marcio Nakandacare
09	Tenente-Coronel-Intendente	Milton Massamitsu Koyama
10	Major-Intendente	Lucio Minoru Yoshida
11	Major-Intendente	Nelson Kengi Missano

Quadro de Oficiais Intendentes – QOINT

01	Tenente-Coronel-Médico	Humberto Iwao Sakaya
02	Major-Médico	Hideaki Kawata
03	Major-Médico	Ricardo Gakiya Kanashiro ³

² Em 9-2-2007 assumiu o cargo de Prefeito de Aeronáutica de Pirassununga, encarregado de administrar mais de 500 unidades residenciais da Academia da Força Aérea – AFA. OBS: Dados de junho de 2007.

³ Em 2017 foi promovido ao posto de brigadeiro médico.

Quadro de Oficiais Farmacêuticos – QOFARM

01	Major-Farmacêutico	Américo Akamine

Quadro de Oficiais Dentistas – QODENT

01	Tenente-Coronel-Dentista	Américo Shiguenori Oguma
02	Tenente-Coronel-Dentista	Armando Daiki Hiraoka
03	Major-Dentista	Nelson Shikio Kawagoe

Quadro de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica – QOINF

01	Brigadeiro-Infantaria	Agostinho Shibata
02	Tenente-Coronel-Infantaria	Teruo Anabuki
03	Tenente-Coronel-Infantaria	Vander Vagner Saito Da Rocha
04	Major-Infantaria	Akexandre Okada
05	Major-Infantaria	Hitoshi Yoshioka
06	Major-Infantaria	Luiz Carlos Fumiaki Miwa
07	Major-Infantaria	Mitsuo Noyama
08	Major-Infantaria	Kazuo Shiratsubaki
09	Major-Infantaria	Kioske Tomioka
10	Major-Infantaria	Koremasa Mine
11	Major-Infantaria	Walter Kaneko

Quadro de Oficiais Especialistas em Aviões – QOEAV

01	Tenente-Coronel	Guanji Nishihara
02	Tenente-Coronel	Sazuko Asakura
03	Tenente-Coronel	Shiro Suga
04	Tenente-Coronel	Shoei Shimada
05	Tenente-Coronel	Toshihide Haiachi
06	Major	Taketsugo Matsushita
07	Major	Teodorico Josefe Oyama
08	Major	Toshiyuki Narahashi

Quadro de Oficiais Especialistas em Comunicações – QOECOM

01	Tenente-Coronel-Comunicações	Antonio Sakatsume
02	Tenente-Coronel-Comunicações	Eizi Miyoshi
03	Major-Comunicações	Mario Gakiya
04	Major-Comunicações	Sueo Shiraishi

Quadro de Oficiais Especialistas em Meteorologia – QOEMET

01	Tenente-Coronel-Meteorologia	Tetuo Kitamura

Quadro de Oficiais Especialistas em Tráfego Aéreo – QOECTA

01	Major-Controle-de-Tráfego-Aéreo	Hisashi Teramoto

Quadro de Oficiais Especialistas em Suprimento Técnico – QOESUP

01	Tenente-Coronel-Suprimento Técnico	Icuo Takasugi
02	Tenente-Coronel-Suprimento Técnico	Narumi Seito

Quadro de Oficiais Especialistas em Tráfego Aéreo – QOECTA		
01	Major-Controle-de-Tráfego-Aéreo	Hisashi Teramoto

Quadro de Oficiais Especialistas em Suprimento Técnico – QOESUP		
01	Major-Analista-De-Sistemas	Divina Tomoko Tiba Rodrigues
02	Major-Biblioteconomia	Noriko Ueno
03	Major-Biblioteconomia	Maria Madalena Tomoko Kawasaki Cavalcanti
04	Major-Nutrição	Noemi Tsujiguchi Ramos
05	Major-Biblioteconomia	Satyco Cristina Kikuchi Sakude
06	Major-Enfermagem	Yaiko Terayama

OBS: Dados de 2008.

Anexo IX

Relação dos Oficiais do Exército Formados pela AMAN

	Nome	Ano Formação	Arma
01	Makoto Kayano	1956	Cel. Inf.
02	João Batista Fujita	1958	Cel. Eng.
03	Jorge Mathuyi	1958	Cel. Eng.
04	Ken Habara	1959	Cel. Inf.
05	Yoshio Kiyono	1960	Cel. Inf.
06	Tomyo Yamanaka	1961	Cel. Eng.
07	Tomyo Korusu	1961	Cel. Mat. Bel.
08	Akira Obara	1962	Gen. Bda.
09	Hiromi Arai	1962	Cel. Int.
10	Gouta Hashizume	1967	Cel. Eng.
11	Shigueru Hirata	1967	Cel. Mat. Bel.
12	Tokio Nakashima	1969	Cel. Inf.
13	Jorge Takashi Yamada	1970	Cel. Inf.
14	Hazime Nakamura	1970	Cel. Inf.
15	Asterio Kiyoshi Tanaka	1970	Cel. Eng.
16	Hivaldo Hideo Arakaki	1970	Cel. Eng.
17	João Luiz Hiroshi Aoki	1970	Cel. Eng.
18	Mário Kuroiva	1970	Cel. Com.
19	Mineo Tanaka	1970	Cel. Mat. Bel.
20	Tamotsu Watanabe	1971	Cel. Inf.
21	Pedro Soji	1971	Cel. Inf.
22	Paulo Kazunori Komatsu	1971	Gen. Div.
23	Armando Yoshikazu Kihara	1971	Cel. Mat. Bel.
24	Haruyuki Terada	1971	Cel. QEM
25	Seiti Hayashi	1972	Cel. Inf.
26	Hugo Tameyassu Arakaki	1972	Cel. Art.
27	Oswaldo Noguti	1972	Cel. Eng.
28	Akio Arakaki	1972	Cel. Com.
29	Yoshihiro Ota	1972	Cel. Mat. Bel.
30	José Antonio Seito	1972	Cel. Int.
31	Lauro Mituo Takeda	1973	Cel. Eng.
32	Jorge Matsuda	1973	Cel. Eng.
33	Jorge Tanaka	1974	Cel. Inf.
34	Tsuyoshi Harada	1974	Cel. Mat. Bel.
35	Hajime Kiyota	1974	Cel. Mat. Bel.
36	Mario Shiozo Ossugui	1975	Cel. Eng.
37	Koulin Iha	1975	Cel. Com.
38	Ronaldo Minoru Sakayi	1975	Cel. Com.

39	Roberto Tamaki Sato	1975	Cel. Com.
40	Edson Hiromi Iguma	1976	Cel. Inf.
41	Luiz Marco Shinzato	1976	Cel. Inf.
42	Charles Sakamoto Teixeira Muniz	1976	Cel. Inf.
43	Hugo Kawamoto	1976	Cel. Mat. Bel.
44	Jorge Kenji Sobue	1976	Cel. Mat. Bel.
45	Liuji Yokota	1976	Cel. Int.
46	Otávio Hiroyuki Saito	1977	Cel. Art.
47	Celetino Kenji Kanegasaku	1978	Cel. Inf.
48	Paulo Roberto Kenji Obara	1978	Cel. Cav.
49	Faustino Ossati Mizutani	1978	Cel. Mat. Bel.
50	José Hashiguchi de Brito	1980	Cel. Eng.
51	Susumu Ohashi Suzukawa	1981	T.Cel. QEM
52	Newton de Oliveira Kimura	1981	Cel. Inf.
53	Roberto Gomes Kataoka	1981	Cel. Eng.
54	Ruy Harehiko Akamine	1982	Cel. Int.
55	Angelo Kawakami Okamura ¹	1982	Gen. Bga.
56	Julio Celso Noguti	1982	Cel. Com.
57	Pedro Hiroshi Ihara	1982	Cel. QEM
58	Máximo Seigo Suzuki	1982	Cel. Mat. Bel.
59	Emil Takeda	1982	Cel. Mat. Bel.
60	Américo Kunio Taguchi	1983	Cel. Mat. Bel.
61	Riyuzo Ikeda ²	1983	Cel. Eng.
62	Pedro Ando Viana	1983	T. Cel. Art.
63	Nilson Kazumi Nodiri	1983	Cel. Cav.
64	Rui Yutaka Matsuda ³	1984	Cel. Cav.
65	Carlos Roberto Takao Yoshioka	1984	T.Cel. Mat. Bel.
66	Edison Ishikawa	1985	Cel. QEM
67	Luiz Carlos Noguchi	1985	T.Cel. Mat. Bel.
68	Alvaro Koji Imai	1985	Cel. QEM
69	Ricardo Shinzato	1986	Cel. Mat. Bel.
70	Nilton Sadao Dayo	1986	T.Cel. Art.
71	Sérgio Tamotsu Furuno	1986	Maj. Inf.
72	Akinori Teraguti	1986	Cel. Cav.
73	Márcio Kazuaki Fusissava	1986	Cel. Art.
74	Celso Sooma Sasaqui	1986	T.Cel. QEM
75	Edson Eiji Goia	1986	T.Cel. Mat. Bel.
76	Hamilton Iwamoto da Silva	1987	Cel. Art.
77	Waldomiro Kazuyuki Yoshihara	1987	Cel. Eng.

¹ Em 25 de novembro de 2015, foi promovido ao posto de general de divisão.

² Promovido ao posto de general de divisão.

³ Em 2014, foi promovido ao posto de general de brigada e, em 2018, ao posto de general de divisão.

78	Roberto Tetsuo Komura	1987	Cel. QEM
79	Ricardo Eiji Hamaoka	1987	Cel. QEM
80	Walter Massaru Mihara	1987	Cel. Mat. Bel.
81	Flavio Iwao Yamanaka	1988	T.Cel. Inf.
82	Francisco Yukishigue C.M. de Abreu	1989	T.Cel. Art.
83	Yoshihiro Suzuki	1989	T.Cel. Inf.
84	Roberto Tadashi Tanaka	1989	T.Cel. Mat. Bel.
85	Edson Massayuki Hiroshi ⁴	1990	T.Cel. Inf.
86	Amilse Kozo Fukui	1990	T.Cel. Int.
87	Frank Hideki Kiryu	1990	T.Cel. Eng.
88	Eduardo Shigueru Hamaoka	1991	T.Cel. Art.
89	Gregório Itiro Ochiai Seixas	1991	T.Cel. Com.
90	Carlos Alberto Aoki Lote	1991	T.Cel. Inf.
91	Adilson Akira Torigoe ⁵	1991	T.Cel. Cav.
92	Emilio Minoru Imamura	1991	Cap. Com.
93	Joel Mitita Mizuri	1991	Maj. Mat. Bel.
94	Milton Hideo Harada	1991	T.Cel. Mat. Bel.
95	Marcelo Ryu	1992	T.Cel. Inf.
96	Marcos Hiroshi Shibuya	1992	T.Cel. QEM
97	Reinaldo José Koga	1992	Maj. Eng.
98	Willian Koji Kamei ⁶	1992	T.Cel. Cav.
99	Hidenobu Watabe	1992	T.Cel. Inf.
100	Claudio Hiroshi Nakata	1992	T.Cel. Inf.
101	Marcio Mituro Ohara	1992	T.Cel. Inf.
102	Marcelo Yoshida	1993	Maj. Cav.
103	Mario Minoru Kuamoto	1993	Maj. Cav.
104	Issamu Nakajima	1993	Maj. Int.
105	Sergio Miyadaira Amancio	1993	Maj. Mat. Bel.
106	Rodney Kiyomi Nogueira	1994	Maj. Eng.
107	Frank Hideki Kiryu	1994	Cap. Eng.
108	Jorge Angelo Cammarata Nisinaga	1994	Maj. Eng.
109	Roberto Katushi Takuma	1994	Maj. Eng.
110	Ricardo Yoshiyuki Omaki	1994	Maj. Inf.
111	Ricardo Riomei Fukumoto	1994	Maj. Inf.
112	Marcelo Teruo Hashizume	1994	Maj. Inf.
113	Marcelo Takeshi Karimata	1995	Cap. Inf.
114	Marcio Damião Tanaka	1995	Maj. Int.
115	Marcelo Hinago	1995	Maj. Com.
116	Alberto Ono Horita	1995	Maj. Cav.
117	Tiaraju Konomata de Mesquita	1996	Maj. Art.
118	Marcelo Yamada Domingues	1996	Maj. Inf.

4 Promovido ao posto de general de brigada.

5 Promovido ao posto de general de brigada.

6 Promovido ao posto de general de brigada.

119	Marcio Wakai	1996	Maj. Inf.
120	André Hidenori Espíndola Saito	1996	Maj. Inf.
121	Tokio Nakashima Filho	1996	Maj. Inf.
122	Kensei Arashiro	1996	Maj. Art.
123	Alexandre Hideo Hirashima	1997	Maj. Cav.
124	Eduardo Arume	1997	Maj. Com.
125	Edson Watanabe	1997	Maj. Com.
126	Tiago Konomata de Mesquita	1997	Maj. Cav.
127	Reinaldo Yassuo Hisatugo	1997	Maj. Eng.
128	Andersom Iwamoto da Silva	1998	Maj. Art.
129	Angel Fujita Oliveira	1998	Cap. Inf.
130	Kenji Alexandre Nakamura	1998	Maj. Cav.
131	Adriano Katsurayama Fernandes	1998	Cap. Eng.
132	Gilsom Maekawa Kanashiro	1998	Cap. QEM
133	Enzo Kato	1999	Cap. Eng.
134	Kenzo Yotsuji	1999	Cap. Inf.
135	Luiz Haruo Kato	1999	Cap. Eng.
136	Anderson Barbosa Ozuna	2000	Cap. Int.
137	Ricardo Adriano Fujita	2000	Cap. Art.
138	Gustavo Tiyodi Nakashima	2001	Cap. Inf.
139	Hiroshi Sugiya	2001	Cap. Inf.
140	Leonardo Kuwabara	2001	Cap. Inf.
141	Célio Imai	2002	Cap. Eng.
142	Eduardo Mizoguti	2002	Cap. Inf.
143	João Carlos Cammata Nisinaga	2002	Cap. Inf.
144	Luiz Shinji Kosoegawa	2002	Cap. Inf.
145	Tadashi Sugiya	2002	Cap. Inf.
146	Carlos Roberto Kenji Obara Junior	2003	Cap. Cav.
147	Jorge Carvalho Nakamura	2003	Cap. Com.
148	Marcelo Teruhiko Nakano	2003	Cap. Eng.
149	Michel Maruyama Nascimento Gomes	2003	Cap. Inf.
150	Nobuiuki Costa Ito	2003	Cap. Com.
151	Rodrigo Kurashima Sobue	2003	Cap. Cav.
152	Alexandre Noriyoshi Cortes Massunari	2004	Cap. Inf.
153	Alexandre Shoji	2004	Cap. Inf.
154	Carlos Akamine Nakamura	2004	Cap. Com.
155	Rôber Yamashita	2004	Cap. Com.
156	André Eidi Hanada	2005	Cap. Art.
157	Rafael Seidy Mille Takemoto	2005	Cap. Inf.
158	Roderik Yamashita	2005	Cap. Inf.
159	Marcio Massahiko Takano	2006	Cap. Com.
160	Vitor Seiki Nogueira	2006	Cap. Inf.

161	Milton Ossamu Okumura Junior	2006	1º Ten. Inf.
162	Leonardo Seiji Oyama	2006	Cap. QEM
163	Eduardo Blumm Matsuda	2007	1º Ten. Cav.
164	Ezra Tatsumi Kimura de Moraes	2007	1º Ten. Inf.
165	Tiago Umehara Taniguti	2007	1º Ten. Eng.
166	Yan Surigue Uzêda Ferreira	2007	1º Ten. Inf.
167	Daniel Antonio Shimazu Kitagawa	2008	1º Ten. Inf.
168	Erich Yonezawa de Paula	2008	1º Ten. Com.
169	Rafael Bessauer Nakashima	2008	1º Ten. Art.
170	Saulo Paim Onoda	2008	1º Ten. Inf.
171	Vitor Carvalho Miyashiro	2008	1º Ten. Int.
172	Alexandre Basseto Okamura	2008	1º Ten. Com.
173	André Hideo Ikeda	2009	1º Ten. Art.
174	Daniel Seiguen Shirado	2009	1º Ten. Int.
175	Ivan de Moraes Okumura	2009	1º Ten. Int.
176	Kim Yotsuji	2009	1º Ten. Mat. Bel.
177	Marco Antonio Kogake Ribeiro	2009	1º Ten. Int.
178	Rafael Barros dos Santos Shinzato	2009	1º Ten. Inf.
179	Renato Naste Shirado	2009	1º Ten. Cav.
180	Daniel Seisho Shirado	2010	1º Ten. Mat. Bel.
181	Leandro Kenji Ribeiro	2010	1º Ten. Mat. Bel.
182	Luciano Takeshi Shirahigue	2010	1º Ten. Com.
183	Rafael Yuji Guedes Kano	2010	1º Ten. Art.
184	Vitor Mattos Koga	2010	1º Ten. Inf.
185	João Paulo Yamashita Kikuti	2011	2º Ten. Eng.
186	Elton Renan Tiba	2011	2º Ten. Art.
187	Julio Cesar Rodrigues Yuasa	2011	Cap. QEM

OBS.:

1) Dados retirados do Almanaque do Exército e Boletim do Exército - em 21 de dezembro de 2012.

2) Além do quadro de oficiais oriundos da AMAN, consignamos o General de Brigada Sérgio Goya, pertencente ao quadro de Oficiais Médicos.

Anexo X

Relação de Magistrados do Estado de São Paulo

1.	Adilson Araki Ribeiro – Juiz de Direito Titular II - 9ª Vara Cível do Foro Regional II - Santo Amaro
2.	Adriana Tayano Fanton Furukawa - Juíza de Direito - 6ª Vara Cível da Comarca de Sorocaba
3.	Alexandre Miura Lura – Juiz de Direito Auxiliar - Comarca de São José dos Campos
4.	Alexandre Yuri Kiataqui - Juiz de Direito – 2ª Vara Criminal da Comarca de Jales
5.	Amanda Eiko Sato - Juíza de Direito Auxiliar - 1ª V. do Juizado Especial Cível do Foro Regional I Santana
6.	Ana Teresa Ramos Marques Nishiura Otsuki – Juíza de Direito - 2ª Vara Cível da Comarca de Matão
7.	Anderson Suzuki - Juiz de Direito Titular I - 3ª Vara Cível do Foro Regional I - Santana
8.	André Yukio Ogata – Juiz de Direito Auxiliar – V. do Juizado Especial Cível do Foro Regional XI - Pinheiros (Anexo Mackenzie)
9.	Benedito Antônio Okuno - Juiz de Direito Substituto em 2.º Grau – auxiliando a 8ª Câmara de Direito Privado
10.	Bruno Igor Rodrigues Sakaue – Juiz Substituto - Circunscrição Judiciária 27 - Presidente Prudente
11.	Carlos Alexandre Aiba Agueimi – Juiz de Direito - 3ª Vara Cível da Comarca de Cotia
12.	Celina Kiyomi Toyoshima - Juíza de Direito Titular I - 4ª Vara da Fazenda Pública - Capital
13.	Cláudia Akemi Okoda Kato - Juíza de Direito Titular II 4ª Vara Cível do Foro Regional IX – Vila Prudente
14.	Clávio Kenki Adati - Juiz de Direito - Vara do Juizado Especial Criminal da Comarca de Guarulhos
15.	Cristina Inokuti – Juíza de Direito - 1ª Vara da Família e das Sucessões da Comarca de Jacareí
16.	Daniel Nakao Maibashi – Juiz de Direito - 2ª Vara da Comarca de Caieiras
17.	Daniela Mie Murata Barrichello - Juíza de Direito - 4ª Vara Cível da Comarca de Piracicaba
18.	Danielle Camara Takahashi Consentino Grandinetti – Juíza de Direito - 2ª Vara da Comarca de Peruíbe
19.	Edison Tetsuzo Namba - Juiz de Direito da Substituto em 2.º Grau – auxiliando a 11ª Câmara de Direito Criminal
20.	Edna Kyoko Kano – Juíza de Direito Titular II - 18ª Vara Cível - Capital
21.	Edison Yassuo Takase - Juiz de Direito – aposentado (compulsoriamente)
22.	Edson Chuji Kinashi – Desembargador - aposentado
23.	Edson Nakamatu - Juiz de Direito Titular II - 2ª V. da Família e das Sucessões do F. Regional VII - Itaquera
24.	Eduardo Azuma Nishi – Desembargador - 28ª Câmara de Direito Privado
25.	Eduardo Isamu Sugino - Juiz de Direito - aposentado
26.	Elia Kinoshita - Juíza de Direito - Vara do Júri e das Execuções Criminais da Comarca de Osasco
27.	Elizabeth Kazuko Ashikawa - Juíza de Direito Titular II – V. da Família e Sucessões do Foro Regional X - Ipiranga
28.	Élton Isamu Chinen - Juiz de Direito - 2ª Vara da Comarca de Registro
29.	Ely Amioka - Juíza de Direito Substituta em 2.º Grau - auxiliando a 2ª Câmara de Direito Criminal
30.	Emerson Norio Chinen – Juiz de Direito - 7ª Vara Cível da Comarca de São José dos Campos

31.	Émerson Ueocka - aposentado
32.	Érica Midori Sanada - Juíza de Direito - 1ª Vara da Comarca de Várzea Paulista
33.	Evandro Takeshi Kato - Juiz de Direito Titular II - 1ª V. da Família e das Sucessões do F. Regional VII - Itaquera
34.	Fabiana Kumai - Juíza de Direito - Vara do Juizado Especial Cível do Foro Regional XV - Butantã
35.	Fabiana Tsuchiya - Juíza de Direito Auxiliar - Setor de Unificação de Cartas Precatórias Cíveis, de Família e de Acidentes do Trabalho
36.	Fernanda Yamakado Nara – Juíza de Direito Auxiliar - Comarca de São Bernardo do Campo
37.	Fernanda Yumi Furukawa Hata - Juíza de Direito - 1ª Vara da Comarca de Socorro
38.	Francisco Carlos InouyeShintate - Juiz de Direito Substituto de 2.º Grau - auxiliando na 17ª Câmara de Direito Público
39.	GrakitonSatiro Aragão - Juiz de Direito3ª Vara da Família e das Sucessões da Comarca de Jundiá
40.	Heitor KatsumiMiura - Juiz de Direito – 2ª Vara Cível da Comarca de Fernandópolis
41.	Helen Komatsu - Juíza de Direito - Vara da Comarca de Cardoso
42.	Helena Izumi Takeda – falecida em 22.01.2013 (Vara das Execuções Fiscais da Fazenda Pública – Central)
43.	Hélio Villaça Furukawa - Juiz de Direito - 2ª Vara Criminal e do Júri da Comarca de Itu
44.	Ivan Nagamori de Souza - Juiz de Direito - 1ª Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Guarulhos
45.	JoTatsumi– Desembargador - aposentado
46.	Jorge Hisatsugo – aposentado
47.	Juliana Koga Guimarães - Juíza de Direito Auxiliar - Vara das Execuções Fiscais Estaduais da Fazenda Pública
48.	Juliana Nishina de Azevedo – Juíza de Direito - 1ª Vara da Família e das Sucessões da Comarca Mauá
49.	Kazuo Watanabe – Desembargador - aposentado
50.	Kenichi Koyama - Juiz de Direito Titular II - 15ª Vara da Fazenda Pública - Capital
51.	Kioitsi Chicuta - Desembargador ² - 32ª Câmara de Direito Privado
52.	Liliane KeykoHioki - Juíza de Direito Titular II - 6ª Vara da Fazenda Pública - Capital
53.	Luciane de Carvalho Shimiziu – Juíza Substituta - Circunscrição Judiciária 25 - Ourinhos
54.	Luís Fernando Nishi– Desembargador - 32ª Câmara de Direito Privado e integrante do Órgão Especial
55.	Luís Mário Mori Domingues - Juiz de Direito - 1ª Vara Cível da Comarca de Hortolândia
56.	Mara Regina Trippo Kimura -Juíza de Direito -1ª V. da Família e das Sucessões do Foro Regional VI - Penha de França
57.	Marcelo Tsuno - Juiz de Direito Titular II - 9ª Vara Cível do Foro Regional I - Santana
58.	Marcelo YukioMisaka - Juiz de Direito - 1ª Vara da Comarca de Penápolis
59.	Márcia Mayumi Okada Oshiro Bugar - Juíza de Direito- 2ª Vara de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores
60.	Márcia Yoshie Ishikawa - Juíza de Direito - 3ª Vara da Comarca de Valinhos
61.	Marcos Hideaki Sato – Juiz de Direito - 2ª Vara da Comarca de Santa Fé do Sul
62.	Marcos Takaoka - Juiz de Direito - 3ª Vara da Comarca de Mirassol
63.	Marcus Vinícius KiyoshiOnodera - Juiz de Direito - 6ª V. Cível do Foro Regional XII - Nossa Senhora do Ó

64.	Mário Massanori Fujita - Juiz de Direito Titular I 2ª V. da Família e das Sucessões do Foro Regional V - São Miguel Paulista
65.	Mário Yamada Filho - Juiz de Direito Auxiliar - Comarca de Catanduva
66.	Massami Uyeda - Desembargador – exonerado
67.	Mauro IujiFukumoto - Juiz de Direito - 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Campinas
68.	Nagashi Furukawa - Juiz de Direito - aposentado
69.	Nelson Hanada– Desembargador aposentado
70.	Otávio TioitiTokuda - Juiz de Direito - 10ª Vara da Fazenda Pública - Capital
71.	Paula Marie Konno – Juíza de Direito Auxiliar - 2ª Vara do Júri da Capital
72.	Paula Narimatu de Almeida – Juíza de Direito Auxiliar - UPEFAZ - Unidade de Processamento das Execuções Contra A Fazenda Pública
73.	Paulo Hatanaka– Desembargador - aposentado
74.	Paulo Issamu Nagao - Juiz de Direito Titular II - 3ª Vara da Família e das Sucessões do Foro Regional V - São Miguel Paulista
75.	Paulo Sunao Shintate – Desembargador - falecido
76.	Pedro YukioKodama–Desembargador- 37ª Câmara de Direito Privado
77.	Priscilla MidoriMaizato - Juíza de Direito Auxiliar - Vara das Execuções Fiscais Estaduais da Fazenda Pública da Comarca da Capital
78.	Rafael BragagnoloTakejima - Juiz de Direito aposentado
79.	Rafael Meira Hamatsu Ribeiro – Juiz de Direito Auxiliar - Comarca de Osasco
80.	Rafael Morita Kayo – Juiz de Direito - 2ª Vara da Comarca de Pirajuí
81.	Rebeca Uematsu Teixeira – Juíza Substituta - Circunscrição Judiciária 11 - Pirassununga
82.	Renata Coelho Okida - Juíza de Direito - 1ª V. da Família e das Sucessões do Foro Regional XV - Butantã
83.	Renato Hasegawa Lousano - Juiz de Direito - 1ª Vara da Comarca de Itapeva
84.	Renato RiotaroTakiguthi–Desembargador falecido
85.	Roberto Hiroshi Morisugi - Juiz de Direito - 2ª V. da Família e das Sucessões da Comarca de Santo André
86.	Rodrigo Peres ServidoneNagase - Juiz de Direito - 1ª Vara Cível da Comarca de Araras
87.	Roque Komatsu – Desembargador falecido
88.	Rubens Hideo Arai - Juiz de Direito- 1ª Vara do Juizado Especial Cível do Foro Regional I - Santana
89.	Rudi Hiroshi Shinen – Juiz de Direito Auxiliar - Comarca de Limeira
90.	Sérgio Hideo Okabayashi - Juiz de Direito - 4ª Vara Cível da Comarca de São Bernardo do Campo
91.	Sérgio NoboruSakagawa - Juiz de Direito - 3ª Vara Cível da Comarca de São Caetano do Sul
92.	Sérgio Seiji Shimura – Desembargador - 23ª Câmara de Direito Privado
93.	Thiago MassaoCortizoTeraoka - Juiz de Direito- V. do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Mogi das Cruzes
94.	ToniaYukaKoroku - Juíza de Direito Titular II - 13ª Vara Cível - Capital
95.	Yoshiaki Ichihara - Desembargador- aposentado
96.	YujiUchiyama- Juiz de Direito - aposentado

OBS: Quadro elaborado pelo Desembargador Kioitsi Chicuta, em outubro de 2022.

Anexo XI

Relação de Juízes do Trabalho – TRT 2ª Região – SP

1.	Adriana Miki Matsuzawa
2.	Amélia Akemi Kawamura ¹
3.	Andréa Sayuri Tanoue
4.	Anne Konesuke
5.	Cynthia Okamoto Gushi
6.	Dagoberto Nishina de Azevedo – Juiz de 2ª instância
7.	Elza Eiko Mizuno
8.	Érica Yumi Okimura
9.	Fernanda Miyata Ferreira
10.	Hiroko Arie Pinheiro
11.	Juliana Eymi Nagase
12.	Karen Cristine Nomura Miyasaki
13.	Márcia Sayori Ishirugi
14.	Maria Minomo de Azevedo
15.	Maurício Matsushima Teixeira
16.	Meire Iwai Sakata
17.	Mieko Miura
18.	Ricardo Koga de Oliveira
19.	Ricardo Motomura
20.	Roseli Yayoi Okazava Francis Matta
21.	Waldemar Kazuo Sato
22.	Yovane Sussumi Hirata

OBS: Dados de junho de 2012.

¹ Aposentado.

Anexo XII

Relação de Juízes do Trabalho – TRT 2ª Região – SP

Procuradores de Justiça			
1.	Agenor Nakazone ¹ - ex-Corregedor-Geral do Min-istério Público	24.	Karina Keiko Kamei (PJ Capital)
2.	Carlos Eduardo Massai	25.	Karyna Mori (PJ Capital)
3.	Hideo Ozaki	26.	Kensuke Aparecido Nishida ¹ (PJ da Capital)
4.	Iurica Tanio Okumura	27.	Kenzo Ricardo Catelan Yano (PJ Criminal São Miguel Paulista)
5.	Leandro Tatsuo Onici	28.	Lincoln Gakiya (PJ Presidente Prudente)
6.	Marcos Hideki Ihara	29.	Luciana Shimmi Ide (4º PJ Praia Grande)
7.	Paulo Hatsuzo Touma ¹	30.	Lucila Akemi Nakagawa (PJ Tupã)
8.	Paulo Hideo Shimizu – ex-Corregedor-Geral do Ministério Público	31.	Luiz Paulo Santos Aoki (9º PJ Criminal)
9.	Sérgio Seiji Shimura (exonerado)	32.	Marcelo Buffulin Mizuno (PJ Criminal São Carlos)
10.	Shiozo Tanaka ¹	33.	Márcio Takeshi Nakada (13º PJ Guarulhos)
11.	Sílvio Hiroshi Oyama	34.	Marcos Akira Mizusaki (PJ Parapanema)
12.	Sônia Etuko Oda	35.	Maria Luiza Motomo Matusaki (1º PJ Criminal)
		36.	Mário Suguiyama Júnior (PJ Ibitinga)
		37.	Mário Yamamura (PJ Tupã)
		38.	Maurício Uemura Shintati (PJ Capital)
		39.	Nestor Takashi Kobayashi (PJ da Capital) ¹
		40.	Nilda Myuki Sakashita Mitsuda (3º PJ Criminal)
		41.	Owem Miuki Fujiki (PJ Oswaldo Cruz)
		42.	Patrícia Procópio Braga Yamaoka (PJ Capital)
		43.	Patricia Takesaki Miyaji (PJ Carapicuíba)
		44.	Patrícia Tiemi Momma (2ª PJ Rio Claro)
		45.	Paulo Kishi (PJ Criminal Piracicaba)
		46.	Renata Yurika Makita Rodrigues (PJ Osasco)
		47.	Ricardo Takashima Kakuta (PJ Conchas)
		48.	Rúbia Motizuki (PJ Pereira Barreto)
		49.	Salomão Sussumu Tanaka dos Santos (2º PJ Tau-baté)
		50.	Santiago Miguel Nakano Perez (PJ Praia Grande)
		51.	Shiguenobo Kawano ²
		52.	Shizuo Antônio Catelan Yano (PJ Lins)
		53.	Sílvia Reiko Kawamoto (74º PJ Criminal)
		54.	Sílvio Hiroshi Oyama (9º PJ Acidentes do Trabalho)
		55.	Stela Tinone Kuba (PJ Capital)
		56.	Tatsuo Tsukamoto (PJ Valinhos)
		57.	Thiago Garcia Totaro
		58.	Thomás Mohyico Yabiku (24º PJ Criminal)
		59.	Valcir Paulo Kobori (PJ Campinas - Cível)
		60.	Valter Kenji Ishida (12º PJ Criminal)
		61.	Vanessa Yoko Hatamoto Médici (PJ Jacareí)
		62.	Yumica Asahara (PJ Campinas - Criminal)
Promotores de Justiça			
1.	Adolfo Sakamoto Lopes (PJ Mogi das Cruzes)		
2.	Alice Satiko Kubo Araújo (PJ Cível Sorocaba)		
3.	Armando Sitiro Shimmi ²		
4.	Carlos Eduardo Imaizumi (PJ Itápolis)		
5.	Carlos Iske Nakamura ¹		
6.	Carmen Natália Alves Tanikawa (PJ Pinhalzinho)		
7.	Chirochi Onki ²		
8.	Cintia Mitico Belgamo Pupin (55º PJ Capital)		
9.	Cláudio Luís Watanabe Escavassini (PJ Franca)		
10.	Cléber Takashi Murakawa (PJ Votuporanga)		
11.	Cristiane Yoko Shida (102º PJ Criminal)		
12.	Daniela Hashimoto (PJ Criminal De Santo André)		
13.	Daniela Ito Echeverria (PJ Olímpia)		
14.	Eduardo Hiroshi Shintani (PJ Jales)		
15.	Elika Kano ¹ (PJ da Capital)		
16.	Enílson David Komono (PJ Duartina)		
17.	Fábio Menegueto Sakamoto (PJ Tanabi)		
18.	Fernanda Hamada Segatto (PJ Itirapina)		
19.	Fernando José Yamaguchi Dobbert (Promotor De Justiça)		
20.	Fernando Yukio Fukassawa ² (PJ da Capital)		
21.	Flávio Okamoto (PJ Barretos)		
22.	Gilberto Nonaka (1º PJ Militar)		
23.	Gustavo Yamaguchi Miyazaki (PJ Nova Granada)		

OBS: Dados de junho de 2012.

¹ Aposentado.
² Falecido.

Anexo XIII

Relação de membros do Ministério Público Federal

1.	Ana Carolina Yoshii Kano Uemura
2.	Antônio Morimoto Júnior
3.	Áureo Marcus Makiyama Lopes
4.	Cristiana Koliski Taguchi
5.	Elizabeth Mitiko Kobayashi
6.	Fausto Kozo Matsumoto Kosaka
7.	Felipe Jow Namba
8.	Gustavo Nogami
9.	João Akira Omoto
10.	Kleber Marcel Uemura
11.	Marcela Harumi Takahashi Pereira
12.	Mônica Nicida Garcia
13.	Ricardo Nakahira
14.	Sandra Akemi Shimada Kishi
15.	Sérgio Gardenghi Suiama
16.	Walquíria Imamura Picoli

OBS: Dados de junho de 2012.

Anexo XIV

Relação de Procuradores Municipais de São Paulo

1.	Apparecida Therezinha Kume Grassi
2.	Christian Kondo Otsuji
3.	Denize Satie Okobayashi Garcia
4.	Edgar Ossamu Nishi
5.	Edna Liyoko Kawai Fukuda
6.	Eduardo Kanashiro Yoshikai
7.	Eliza Sumie Ono
8.	Fábio Kumai
9.	Giselle Kodani
10.	Henrique Sugaya
11.	Humberto Masayoshi Yamaki
12.	Juliana Miekko Odani Sigahi
13.	Kanafu Yamashita
14.	Kiyoshi Harada
15.	Marina Sizue Aoki
16.	Masaaki Wassano
17.	Maurício Hiroyuki Sato
18.	Myoko Tereza Kometani Melo
19.	Neide Yabu
20.	Nelson Seiji Matsuzawa
21.	Olga Tamoto
22.	Ricardo Luiz Hideki Nishizaki
23.	Robinson Sakiyama Barreirinhas
24.	Rodrigo Yokouchi Santos
25.	Sandra Mayumi Hosaka Shibuya
26.	Sérgio Henrique Toshio Saito
27.	Tatiana Midori Akamatsu
28.	Tetuo Fugita
29.	Tomiko Higa Bruno
30.	Toshio Mukai

OBS: Dados atualizados em outubro de 2022 por Kiyoshi Harada.

Anexo XV

Relação de Procuradores do Estado de São Paulo

	Procurador	Exercício
1	Alessandra Obara Soares Da Silva	Subprocuradora Da Subproc. Da Consultoria
2	Andre Luiz Dos Santos Nakamura	Subproc. Da Consultoria
3	Cintia Watanabe	PF
4	Claudia Kiyomi Quian Trani	Cj Seguranca Publica
5	Claudio Takeshi Tuda	PR04
6	Daniela Yurie Ishibashi Cosimato	PR05
7	Debora Sakamoto Bidurin	Chefe De Subprocuradoria PR06
8	Eduardo Da Silveira Guskuma	PR05
9	Fabio Andre Uema Oliveira	Cj Desenvolvimento Social
10	Geraldo Horikawa	PPD
11	Helio Ozaki Barbosa	CHEFE CJ DER
12	Jorge Kuranaka	PR09
13	Joyce Sayuri Saito	Subproc. Da Consultoria
14	Juliana Yumi Yoshinaga Kayano	CJ Saude
15	Kristina Yassuko Iha Kian Wandalsen	PPD
16	Luiz Henrique Tamaki	PR05
17	Arcia Amino	ATL
18	Marcio Yukio Santana Kaziura	PF
19	Maria Cristina Mikami De Oliveira	CJ SPPREV
20	Marisa Midori Ishii	PF
21	Marisa Mitiyo Nakayama Leon Anibal	Subproc. Do Contencioso
22	Mauricio Kaoru Amagasa	PR03
23	Mika Cristina Tsuda	PJ
24	Mirian Kiyoko Murakawa	CJ SPPREV
25	Monica Mayumi Eguchi	PF
26	Norberto Oya	PPD
27	Patricia Leika Sakai	PR05
28	. Renato Kenji Higa	PJ
29	Ricardo Kendy Yoshinaga	PPD
30	Roberto Yuzo Hayacida	PR05
31	Rose Anne Tanaka	PF
32	Andra Yuri Namba	PJ
33	Thamy Kawai Marcos	Subproc. Da Consultoria
34	Thomaz Komatsu Vicentini	Chefe De Subprocuradoria Pj

Aposentados	
1.	Amélia Nobuko Kasai
2.	Ana Lúcia Ikeda Oba
3.	Carlos Miyakawa
4.	Cícero Harada
5.	Eduardo Márcio Mitsui
6.	Elizabete Matsushita
7.	Elza Masako Eda
8.	Érica Uemura
9.	Francisca Tie Sumita
10.	Gilse Canako Nakamura Otti
11.	Isabel Satsico Isa
12.	Keiji Matsuda
13.	Kimiko Nakayama Aoki
14.	Leila D Auria Kato
15.	Liliane Kiomi Ito Ishikawa
16.	Mamor Getúlio Yura
17.	Márcia Akiko Gushiken
18.	Maria Clara Osuna D Falavigna
19.	Massao Simonaka
20.	Midori Maeda
21.	Satiko Kominami
22.	Seiji Yoshii
23.	Sérgio Seiji Itikawa
24.	Suely Mitie Kusano
25.	Toshio Ozawa
26.	Walter Hiroyuko Yano

Falecidos	
1.	Sachiko Hirai
2.	Kimiko Marruedo

Exonerados	
1.	Ana Paula Kayamori de Oliveira
2.	Ana Tereza Ramos Marques Nishiura Otsuki
3.	Celina Kiyomi Toyoshima
4.	Dalton Igor Kita Conrado
5.	Denise Nakano Veronezi
6.	George Takeda
7.	Juliana Tiemi Maruyama Matsuda
8.	Luiza Yukiko Kinoshita
9.	Márcia Mayumi Okoda Oshiro
10.	Otoniel Katumi Kikuti
11.	Ricardo Ruy Fukuara Rebello Pinho
12.	Rodrigo Yokouchi Santos
13.	Sérgio Gardenghi Suiama
11.	Valcir Paulo Kobori

* Atualização feita em outubro de 2022 por Seiji Yoshii, procurador do Estado aposentado.

Anexo XVI

Relação dos Procuradores da Fazenda Nacional

	Nomes	UF	Área
1	Ademar Yoshiaki Huzioka	PR	Cognição
2	Carlos Shiro Takahashi	SP	Cognição
3	Cinthia Yumi Maruyama	SP	Reconhecimento de padrões e processamento de imagens.
4	Cláudia Akemi Owada	SP	Química Orgânica e Biocatálise
5	Cláudia Asato da Silva	MS	Engenharia de Informação
6	Cristiane Sayuri Oshima	SP	Citogenética e genética de peixes
7	Denise Utako Hayashi Beraldi	SP	Física-matemática; Física de Partículas
8	Djemile Naomi Kodama	SP	Engenharia de Informação; Processamento Digital de Sinais; Comunicações; Audiovisuais Imersivas; TV3D.
9	Fábio Takashi Iha	SP	Ciência da Computação
10	Frederico Matsuura	PR	Ciência da Computação
11	Gláucia Yuka Nakamura	SP	Matemática
12	Laura Cristina Miyashiro	MS	Computação
13	Luciana Patrícia Mitugui Bruschi de Mineiro	PR	Ensino em Física
14	Luciane Hiromi Tominaga	SP	Ensino de Física
15	Marcela Fukue Fukutaki	SP	Ciência da Computação
16	Mariana Massumi Kumon Zandonade	DF	bioquímica, biologia molecular e genética em plantas
17	Massaaki Wassano	SP	Engenharia Biomédica
18	Paula Nakandakari Goya	SP	Ciência e Engenharia dos Materiais; Cerâmicas.
19	Paulo Aita Cacilhas	RS	Bases Biológicas para Reabilitação
20	Regina Tamami Hirose	SP	Métodos Quantitativos em Neurociências
21	Shiguenari Tachibana	SP	Materiais Dielétricos e Propriedades Dielétricas
22	Geraldo Henrique Moromizato	TO	Física das Partículas Elementares
23	Márcia Abe	PR	Materiais

OBS: Dados de novembro de 2008.

Anexo XVII

Quadro de Tribunais Superiores

Superior Tribunal de Justiça	Tribunal Superior do Trabalho
Composição: 33 Ministros	Composição: 27 Ministros
Min. Massami Uyeda ¹	Ministro Fernando Eizo Ono

OBS: Dados de 2012.

¹ É integrante do Órgão Especial do STJ.

Anexo XVIII

Relação de Delegados de Polícia do Estado de São Paulo

	Nome	Classe	Depto.
1	Akira Fujiyama	2ª	Deinter-2
2	Alessandro Marcos Kobayashi	4ª	Deinter-4
3	Alexandre Fuchikami Brisola	4ª	Demacro
4	Alfredo Jang	4ª	Decap
5	Araribóia Fusita Tavares	3ª	Dird
6	Carlos Alberto Ferreira Sato	2ª	Demacro
7	Carlos Augusto Miura	3ª	Deinter-6
8	Carlos Tokoi	3ª	Deinter-5
9	Celso Sehikou Taira	3ª	Deinter-7
10	César Yoshio Takahashi	3ª	Corregedoria
11	Choji Miyake	Cl Espec	Corregedoria
12	Cláudio Nomura	1ª	Corregedoria
13	Cristina Yuriko Otsuka	4ª	Decap
14	Denis Saito	4ª	Demacro
15	Edmar Trindade Nagai	3ª	
16	Edson Minoru Nakamura	2ª	Dgpad
17	Edson Satoru Sakashita	4ª	Deinter-5
18	Eduardo Hirata Aoki	2ª	Decap
19	Eduardo Tokuiti Tokunaga	4ª	Deinter-9
20	Elias Yuao Kobayashi	2ª	
21	Elisabete Ferreira Sato Lei	1ª	DHPP
22	Elisabeth Massuno	2ª	Decap
23	Eunice Sasazaki Bestetti	2ª	Demacro
24	Eurico Tikara Date	3ª	Decap
25	Fábio Hayayuki Matsuo	4ª	Decap
26	Fernando Kumamoto Tomata	3ª	Decap
27	Fernando Yoshikazu Iwanaga	4ª	Deinter-2
28	Genny Nishiwaki Fengler	3ª	Decap
29	Geraldo José Yassuemo Takushi	2ª	Deinter-8
30	Gerson Antônio Harud Yamasata	4ª	Demacro
31	Gizane Kaneda	5ª	Decap
32	Hélio Akira Kajitani	4ª	Demacro
33	Hermes Jun Nakashima	4ª	Deinter-2
34	João Sussumu Sitanaka	3ª	Deinter-5
35	Júlio Yoshito Kawabe	2ª	Demacro
36	Júlio Zensun Arakaki	1ª	Deinter-6
37	Kaname Ito	2ª	Deinter-6
38	Kazuioishi Kawamoto	1ª	Demacro
39	Lawrence Katsuyuki de Almeida Tanikawa	5ª	Decap
40	Lenita Queiroz Seta Hatsushi	3ª	Gs
41	Lincoln Amorim Kunisawa	4ª	Demacro
42	Luís Augusto Mita	4ª	Deinter-2
43	Marçal Honda	3ª	
44	Marcel Ito Okuma	4ª	Deinter-4
45	Márcio Nobuyoshi Nosse	4ª	Deinter-5
46	Marcos Akila Jo	2ª	Gs

47	Maria Helena Kawagoe Tomita	4 ^a	Decap
48	Mário Massayuki Takakura	1 ^a	Decap
49	Mário Watanabe	2 ^a	Decap
50	Matheus Nagano da Silva	5 ^a	
51	Mauro Shiguetoshi Chiyoda	3 ^a	Deinter-8
52	Mitiaki Yamamoto	2 ^a	Demacro
53	Nélson Isao Nauta	2 ^a	Demacro
54	Newton Fugita	3 ^a	Decap
55	Nobuo Ozeki	1 ^a	Acadepol
56	Osvaldo Hassegava	3 ^a	
57	Osvaldo Naoki Miyazaki	Cl Espec	Dipol
58	Oswaldo Munetoshi Uehara	3 ^a	Decap
59	Paulo Celso Hiroshi Nagao	4 ^a	Corregedoria
60	Paulo Horita	3 ^a	Deinter-5
61	Paulo Matsumoto	5 ^a	Demacro
62	Paulo Miguel Tressoldi Yano	3 ^a	
63	Ricardo Kondo Forti	4 ^a	Decap
64	Ricardo Toshiharu Neiva Igarashi	4 ^a	Decap
65	Roberto Kawai	Cl Espec	
66	Roberto Tsutomu Murai	3 ^a	Deinter-5
67	Sidney Haga	4 ^a	Decap
68	Sugui Kendi	3 ^a	Deic
69	Tânia Flávia Nagashima Simonaka	4 ^a	

Aposentados	
01	Akinori Kiguti
02	Amon Reche Fugihara
03	Décio Yoshitaro Yamaoka
04	Fumio Sasaki
05	Hitosi Tubouti
06	Iasei Makamatu
07	Jiro Imaizumi
08	Jorge Miyashiro
09	Jorge Moriyama
10	Luiz Carlos Serikaku
11	Mário Kazuo Kiyota
12	Mário Ohashi Abe
13	Mitsuyuki Taniguchi
14	Noboru Nakamura
15	Queinosque Kondo
16	Roberto Utagawa
17	Ronaldo Sasaki
18	Satio Kimura
19	Takashi Kawano
20	Umeo Nakashima
21	Yoshiaki Imai

Anexo XIX

Relação de Oficiais da Marinha do Brasil

No serviço ativo

Capitão de Mar e Guerra		
Corpo ou Quadro	Nome	Ano de Ingresso
CA	Cyro Yoshiro Malafaia Miyazaki	1980
FN	Sérgio Santos Kaneko	1981
CA	Celso Masafumi Doki	1979
CA	Noriaki Wada ¹	1982

Capitão de Fragata		
Corpo ou Quadro	Nome	Ano de Ingresso
CA	Fernando Shimomura Chen	
CA	Denílson Medeiros Noga	
CA	Flavio Haruo Mathuiy	
CA	Ricardo Watanabe	1982
FN	Antonio Luiz Koji Ogoshi	1983
EN	Ricardo Koji Yamamoto	1979
EN	Celso Mizutani Koga ²	
CD	Mauro Norio Oishi	1985
CD	Airton Tochiqui Igami	1986
T	Eva Harumi Kikuchi	1986

Capitão de Corveta		
Corpo ou Quadro	Nome	Ano de Ingresso
CA	Marcos Tadashi Hamaoka	1983
CA	Walter Shinzato	1984
CA	Alexandre Itiro Villela Assano	
CA	Marco César Motizuki	1986
CA	Ohara Barros Nagashima	1985
FN	Joe Yusa	
FN	Sergio Nishiguchi	1986
IM	Ricardo Yukio Iamaguchi	1986
IM	Alfredo Lee	1986
EN	Flavio Jun Edamatu	1984
EN	Alexandre Koji Takimoto	1986
MD	Fabio Masaru Sasaki	1987
MD	Raquel Didimo Imazaki	1995
MD	Lisa Tiemi Ogawa	1997
MD	Roberto Jun Nishihara	1998
	Ohara Barbosa Nagashima	1985
(S)	Susi Kaori Hirai Arraes	1986

¹ Promovido ao posto de vice-almirante.

² Promovido em 2018 ao posto de contra-almirante.

Capitão Tenente		
Corpo ou Quadro	Nome	Ano de Ingresso
CA	Alessandro Santos Ikawa	1987
CA	Paulo de Novaes Okuyama	1987
CA	Fabiano de Medeiros Ichayo	1986
CA	Alessander Felipe Imamura Carneiro	1986
CA	Fabio Hideki Suganuma	1986
CA	Fabio Kenji Arakaki	1987
CA	Gláucio da Silva Komatsu	1987
CA	Felipe Folgoso Sasaki	1987
CA	Leonardo Yoshiaki da Silva Tanaka	1986
CA	João Ricardo Noritomi	1998
EN	Flavia Yuri Yamamura	1998
EN	Alexandre Moriya	
EN	Reinaldo de Melo Maeda	
CD	Humberto Issamu Silva Oshima	1999
(S)	Jacques Magalhães Sato	1999
(T)	Djair Akamine	1999
MD	Roberto Rivelino Miotto	2001

Primeiro Tenente		
Corpo ou Quadro	Nome	Ano de Ingresso
CA	Douglas da Silva Komatsu	1997
MD	Hiro de Lima Brandão Murakami	2004

Segundo Tenente		
Corpo ou Quadro	Nome	Ano de Ingresso
CA	Pedro Hideki Barbosa Kawassaki	2002
CA	André Tominaga Mussatto	1998
FN	Eduardo Henrique Cardoso Kuwahara	2003

Inativos

Capitão de Mar e Guerra		
Corpo ou Quadro	Nome	Ano de Ingresso
CA	Carlos Eduardo Massayoshi Naito	
CA	Tadashi Nagato	
CA	Francisco Haranaka	
CA	Masakatsu Kakehashi	1968
CA	Vagner L. Taketani	
CA	Oswaldo Massanori Kurobe	
CA	Akihiko Sakamoto	
IM	Eduardo Shiguero Mitani	
IM	Hermes Takeshi Komaki	1978
EN	Leo Kenji Kato	1967
EN	Wilson Eizo Shiratsushi	
EN	Rene Tomio Fukumoto	
EN	Minoru Tubota	1981
CD	Ronaldo Nogueira Kato	1976
T	Natal Tadeo Hondo	
T	Ieda Ioshie Watanabe Otoni	1981
CA	Masayuki Okamoto 1º Nissei da Força Armada	1952
CA	Emir Tamada	
CA	Seshiro Kano	1959

Capitão de Fragata		
Corpo ou Quadro	Nome	Ano de Ingresso
CA	Carlos Masami Kitsuta	1959
EN	Tsuguio Sunahara	1971
EN	Luiz Akira Tanaka	1977
EN	Jose Kimio Ando	
(S)	Paulina Kiyoko Nagata	1981
(S)	Carlos Assao Shiki	
T	Alberto Hiroshi Masuda	
T	Paulo Taniguti	
T	Hilton Onoda	

Capitão de Corveta		
Corpo ou Quadro	Nome	Ano de Ingresso
MD	Renato Kanto	
(S)	Vera L. Umehara Taniguti	
T	Paulo Kauati	
T	Nelson Yoshinori Simabukuro	1975
T	Eduardo Homero Hirayama	1983
CA	Jiro Kawase 2º Nissei da Força Armada	1953
CA	Toshio Fugimoto	1956

Capitão Tenente		
Corpo ou Quadro	Nome	Ano de Ingresso
EN	Clovis Hissami Sasaqui	1998
EN	João Eduardo Dobes Kawatake	

Primeiro Tenente		
Corpo ou Quadro	Nome	Ano de Ingresso
IM	Marco Denner Nishi Yamamoto de Oli-veira	1986
MD	Renata Yuriko Janiques Osako	2007
MD	João Tatsuro Katsuyama Junior	2007
MD	Paulo Afonso Keiti Nakashima Figuei-redo	2007
CD	Karine Tamaishi Quesada	2003
CD	Adalberto Tsutsumi	2003
(S)	Emilia Alves Kuwano	2005
(S)	Leila Kiyomi Toyama Kato	2005
(S)	Hamilton Tokushima	2006
(S)	Rogério Takarabe	2006
(S)	Angélica Sayuri Nakashima	2007

Segundo Tenente		
Corpo ou Quadro	Nome	Ano de Ingresso
MD	Eduardo Yukio Tamaka	2008
MD	Thiago Gonçalves Fukuda	2008
MD	Ryan Yukimatsu Tanigawa	2008
MD	Thais Lucia Kiyomi Uyeda	2008
MD	Rodrigo Ryoji Takatani	2008
MD	Carlos Hirokatsu Watanabe Silva	2008
EN	Nadia Fernanda Mayumi Haga	2008
(S)	Daniel Heidi Saito	2008

Legendas:	
FN	Formados na Escola Naval
CA	Corpo da Armada
FN	Fuzileiro Naval
IM	Intendente da Marinha

Formação de Quadros	
EN	Engenheiro Naval
T	Técnico
MD	Médico
CD	Dentista
(S)	Apoio à Saúde

OBS: Dados de novembro de 2008.

Anexo XX

Relação de Juízes Federais da 3ª Região (São Paulo e Mato Grosso do Sul)

1.	Andréia Fernandes Ono (Juíza Federal de Jales)
2.	Bruno Takahashi (Juiz Federal de São Paulo)
3.	Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida – Desembargadora Federal
4.	Dalton Igor Kita Conrado (Juiz Federal de Campo Grande)
5.	Eliane Mitsuko Sato (Juíza Federal de Mauá)
6.	Flávia Serizawa e Silva (Juíza Federal de Santos)
7.	Leandro André Tamura (Juiz Federal de Franca)
8.	Luis Carlos Hiroki Muta – Desembargador Federal
9.	Luiz Augusto Iamassaki Fiorentini (Juiz Federal de Araraquara)
10.	Márcia Uematsu Furukawa (Juíza Federal de Santos)
11.	Maurício Yukikazu Kato (Juiz Federal de São Paulo)
12.	Paulo Rui Kumagai de Aguiar Pupo (Juiz Federal de Catanduva)
13.	Regilena Emy Fukui Bolognesi (Juíza Federal de São Paulo)
14.	Sérgio Nojiri (Juiz Federal de Ribeirão Preto)
15.	Tânia Lika Takeuchi (Juíza Federal de São Paulo)
16.	Toru Yamamoto (Juiz Federal de São Paulo) ¹

OBS: Dados de junho de 2012.

¹ Promovido ao cargo de desembargador federal.

Na 5ª edição, Dr. Kiyoshi Harada e seus convidados seguem registrando a importância da migração japonesa no Brasil:

“ Trata-se de um precioso (e sempre atual) documento sobre a atuação da comunidade nipo-brasileira que só tem se viabilizado graças à incansável dedicação do coordenador Harada. Ele não só acompanha as mudanças em diferentes setores de atividades envolvendo os nipo-descendentes, bem como cuida do contato com autores para produção de novos capítulos ou ele próprio assume a redação. ”

Renato Ishikawa

Presidente da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social

“ Para que as próximas gerações possam continuar o desenvolvimento de forma sustentável, é importante conhecer sua origem e a história da comunidade e não deixar de registrar os acontecimentos futuros. Desejo que muitas pessoas leiam esta obra “O Nikkei no Brasil” e conheçam os esforços e contribuições dos nikkeis para o desenvolvimento do Brasil. ”

Teiji Hayashi

Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Japão no Brasil

“ Kasato Maru e os 115 anos da Imigração japonesa no Brasil: de heróis anônimos a próceres nacionais. ”

Rodrigo Pacheco

Presidente do Senado Federal

“ É motivo de muito orgulho e gratidão transmitir às futuras gerações todo o caminho percorrido por nossos imigrantes no Brasil. Uma história de sonhos, esperança e muita dedicação. Com muita resiliência e empenho conseguiram superar todas as dificuldades e, hoje, temos a comunidade nikkei perfeitamente integrada com a sociedade brasileira. nacionais. ”

Luiz Nishimori

Deputado Federal

“ Portanto, desejo que muito além de um registro histórico, esta vasta e admirável obra seja uma inspiração e convite à atuação para as gerações que virão e permita-nos lançar um olhar propositivo sobre o futuro da comunidade Nikkei e das relações entre Japão e Brasil. ”

Ryosuke Kuwana

Cônsul-Geral do Japão em São Paulo

“ O livro *Nikkei no Brasil* que chega à 5ª edição é uma obra coletiva fundamental sobre os 115 anos de história dos japoneses no Brasil e uma referência sobre a comunidade nikkei e seus personagens – ou seja, os descendentes dos imigrantes que um dia chegaram a este País com a intenção de retornar à terra natal, mas acabaram por construir em terras brasileiras um legado reconhecido pelo trabalho, pela honradez, resiliência e pela importância à educação dos filhos. ”

Aurélio Nomura

Vereador da Câmara Municipal de São Paulo

“ Sempre que revejo esta obra coletiva, escrita pelos próprios protagonistas dessa trajetória, a minha alma volta-se para o passado, para a infância e parte da juventude que passei no campo trabalhando na lavoura, no interior deste Estado. ”

Kiyoshi Harada

Coordenador

Realização



Patrocínio



Edição comemorativa
dos 115 anos de
Imigração

